



Número: **0600389-63.2019.6.00.0000**

Classe: **CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PARTIDO POLÍTICO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Superior Eleitoral**

Órgão julgador: **Ministro Og Fernandes**

Última distribuição : **12/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Registro de Partido Político**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI (REQUERENTE)	VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI (ADVOGADO)
PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) - NACIONAL (REQUERIDO)	
Procurador Geral Eleitoral (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13429 188	12/07/2019 17:47	Petição Inicial	Petição Inicial
13429 388	12/07/2019 17:47	01. Denúncia	Petição Inicial Anexa
13429 438	12/07/2019 17:47	01.02. Documentos pessoais	Documento de Identificação
13429 688	12/07/2019 17:47	02. Atas e Resoluções do Foro de São Paulo (1990 - 2007)	Outros documentos
13429 738	12/07/2019 17:47	03. Lista de Partidos filiados ao Foro de São Paulo	Outros documentos
13429 788	12/07/2019 17:47	04. Amostra de Resoluções do Foro de São Paulo	Outros documentos
13429 888	12/07/2019 17:47	05. Amostra de Planos de Ação, Reuniões de Grupos de Trabalho, Secretarias Regionais e Programação d	Outros documentos
13429 938	12/07/2019 17:47	06. Resoluções de Apoio ao Lula (FSP & PT)	Outros documentos
13430 038	12/07/2019 17:47	07. Resoluções do 6o Congresso Nacional do PT	Outros documentos
13430 088	12/07/2019 17:47	08. Declaração Final XXIII Encontro FSP	Outros documentos
13430 138	12/07/2019 17:47	09. Declaração Final XXIV Encontro FSP	Outros documentos
13430 188	12/07/2019 17:47	10. Discurso do Presidente da Republica Luiz Inácio Lula da Silva no ato político de celebração aos	Outros documentos
13430 238	12/07/2019 17:47	11. Matéria da Revista Veja sobre o Foro de São Paulo 'Conheça o Foro de São Paulo, o maior inimigo	Outros documentos
13430 288	12/07/2019 17:47	12. El Foro de Sao Paulo, un peligro para la democracia - Periodismo sin Fronteras	Outros documentos
13430 338	12/07/2019 17:47	13. Matéria do Jornal A Gazeta do Povo 'O que é o Foro de São Paulo'	Outros documentos
13430 388	12/07/2019 17:47	14. Memória XXI FSP	Outros documentos
13430 438	12/07/2019 17:47	15. Memória XXIV FSP	Outros documentos

Segue em anexo a denúncia e os documentos que a instruem.





CARBONARI

ADVOCACIA

Sapientiam Autem Non Vincit Malitia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI, cidadão e eleitor brasileiro, advogado inscrito na OAB nº 22.016/MS, eleitor regular inscrito no nº 0249.1230.1910, zona 43, seção 270, CPF nº 054.463.871-98, RG nº 001.858.276, SSP/MS, residente e domiciliado na Rua Eduardo Cerzósimo de Souza, nº 1295, Parque Alvorada, Dourados, estado de Mato Grosso do Sul, vem a Vossa Excelência, em causa própria, com fundamento nos artigos 1º, 3º e 17 da Constituição Federal; no parágrafo único do art. 19, no inciso I do art. 22, no § 1º do art. 237 e no art. 356 do Código Eleitoral e § 2º do art. 28 da Lei nº 9.096 de 1995, apresentar

DENÚNCIA e requerer ABERTURA DE PROCESSO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO CIVIL

do **PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito junto ao CNPJ/MF sob o nº 00.676.262/0001-70, com endereço no SCS, Q. 2, Bl. C, nº 256, 1º andar, Ed. Toufic, Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP 70302-000, endereço eletrônico presidencia@pt.org.br, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

1. DOS FATOS – DA SUBORDINAÇÃO DO PT A ENTIDADE ESTRANGEIRA

É fato público e notório que o Partido dos Trabalhadores (PT) é subordinado a entidade estrangeira, qual seja, o Foro de São Paulo, desde o ano de 1990, o que afronta diretamente a Constituição Federal e a legislação brasileira,

*Rua Eduardo Cerzósimo de Souza, 1295, Parque Alvorada, CEP: 79823-350,
Dourados (MS). Fone: (67) 9 8149-1507*





CARBONARI

ADVOCACIA

Sapientiam Autem Non Vincit Malitia

especificamente o art. 17, inciso II, da CF/88, e o inciso II do art. 28 da Lei nº 9.096/1995, que proíbem expressamente a subordinação de partidos políticos a entidades estrangeiras.

A subordinação do Partido dos Trabalhadores ao Foro de São Paulo é provada pelas atas, resoluções, planos de ação específicos, grupos permanentes de trabalho e escolas de formação política do Foro de São Paulo em anexo aos autos, onde se evidencia o caráter cogente e imperativo das resoluções, nos quais são emanadas diretrizes e deliberações explícitas de ações estratégicas direcionadas aos partidos e organizações subordinadas à tal organização internacional, o caráter pragmático e preciso dos planos de ação traçados pelo Foro para todos os partidos filiados, incluído o PT, e a técnica e profissionalismo das escolas de formação política e grupos de trabalho permanentes; pelas resoluções do Partido dos Trabalhadores e suas semelhanças com as resoluções do Foro de São Paulo; bem como por declarações públicas de membros notórios do Foro e análises de cientistas políticos das mais diversas matizes ideológicas.

2. O QUE É O FORO DE SÃO PAULO

Muito embora o Foro de São Paulo se apresente publicamente como um mero “fórum de discussões” entre partidos e organizações políticas de esquerda da América Latina, fato é que se trata, antes, de uma organização política internacional, empenhada na construção, articulação e efetivação de estratégias políticas de médio e longo prazo para a conquista de poder político no continente.

Tal objetivo político já fora confessado publicamente por diversos membros do próprio Foro de São Paulo, a exemplo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso proferido em 2005, por ocasião da comemoração dos 15 anos de existência do Foro, em anexo aos autos, com trecho parcial transcrito abaixo:

*Rua Eduardo Cerzósimo de Souza, 1295, Parque Alvorada, CEP: 79823-350,
Dourados (MS). Fone: (67) 9 8149-1507*





CARBONARI

ADVOCACIA

Sapientiam Autem Non Vincit Malitia

*“Em função da existência do Foro de São Paulo, o companheiro Marco Aurélio [Garcia] tem exercido uma função extraordinária nesse trabalho de consolidação daquilo que começamos em 1990... Foi assim que nós, em janeiro de 2003, propusemos ao nosso companheiro, presidente Chávez, a criação do Grupo de Amigos para encontrar uma solução tranquila que, graças a Deus, aconteceu na Venezuela. E só foi possível graças a uma ação política de companheiros. Não era uma ação política de um estado com outro estado, ou de um presidente com outro presidente. Quem está lembrado, o Chávez participou de um dos foros que fizemos em Havana. E graças a essa relação foi possível construirmos, com muitas divergências políticas, a consolidação do que aconteceu na Venezuela, com o referendo que consagrou o Chávez como presidente da Venezuela. Foi assim que nós pudemos atuar junto a outros países com os nossos companheiros do movimento social, dos partidos daqueles países, do movimento sindical, **sempre utilizando a relação construída no Foro de São Paulo para que pudéssemos conversar sem que parecesse e sem que as pessoas entendessem qualquer interferência política.**”¹ (Grifo nosso).*

Como se denota do trecho destacado acima, o então presidente Lula confessava que utilizava a relação construída no Foro de São Paulo *“para que pudéssemos conversar sem que parecesse e sem que as pessoas entendessem qualquer interferência política”*.

Ora, tal trecho se trata de confissão pública do caráter político e estratégico do Foro de São Paulo, sobretudo enquanto organização que visa deliberadamente interferir na política interna do país.

¹ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/conheca-o-foro-de-sao-paulo-o-maior-inimigo-do-brasil/>> Acessado em 12.07.2019.

*Rua Eduardo Cerzósimo de Souza, 1295, Parque Alvorada, CEP: 79823-350,
Dourados (MS). Fone: (67) 9 8149-1507*





CARBONARI

ADVOCACIA

Sapientiam Autem Non Vincit Malitia

Na visão do filósofo e cientista político Olavo Luiz Pimentel de Carvalho²:

“(...) O sr. presidente confessa, em suma, que submeteu o país a decisões tomadas por estrangeiros, reunidos em assembleias de uma entidade cujas ações o povo brasileiro não devia conhecer nem muito menos entender. Não poderia ser mais patente a humilhação ativa da soberania nacional, principalmente quando se sabe que entre as entidades participantes dessas reuniões decisórias constam organizações como o MIR chileno, sequestrador de brasileiros, e as Farc, narcoguerrilha colombiana, responsável, segundo seu parceiro Fernandinho Beira-Mar, pela injeção de duzentas toneladas anuais de cocaína no mercado nacional. (...)”

Segundo o antropólogo e periodista colombiano, Ricardo Puentes Melo, em artigo publicado nas revistas *Periodismo Sin Fronteras* e *Epoch Times*³:

O Foro de São Paulo foi criado em 1990 por Fidel Castro, com o propósito de ser um aparato unificador do comunismo em toda a América Latina. Sua intenção foi dar um novo alento ao regime comunista de Cuba após a queda do muro de Berlim e a descida em picada da União Soviética. A idéia, em 1990, era tomar inicialmente o controle de dois países poderosos da América Latina: Brasil e Venezuela, para desde lá financiar a rendição do resto da América Latina aos pés do castro-comunismo.

² CARVALHO, Olavo de. *Lula, réu confesso*. Artigo publicado no Diário do Comércio, em 26 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://olavodecarvalho.org/lula-reu-confesso/>> Acessado em 12.07.2019.

³ Disponível em <<https://www.epochtimes.com.br/foro-sao-paulo-pacto-implementacao-comunismo-america-latina/>> e <<https://www.periodismosinfronteras.org/foro-sao-paulo-peligro-para-democracia.html>> Acessado em 12.07.2019.





CARBONARI

ADVOCACIA

Sapientiam Autem Non Vincit Malitia

Ainda segundo o cientista político Olavo de Carvalho⁴:

“Foro de São Paulo é a mais vasta organização política que já existiu na América Latina e, sem dúvida, uma das maiores do mundo. Dele participam todos os governantes esquerdistas do continente. Mas não é uma organização de esquerda como outra qualquer. Ele reúne mais de uma centena de partidos legais e várias organizações criminosas ligadas ao narcotráfico e à indústria dos sequestros, como as Farc e o MIR chileno, todas empenhadas numa articulação estratégica comum e na busca de vantagens mútuas. Nunca se viu, no mundo, em escala tão gigantesca, uma convivência tão íntima, tão persistente, tão organizada e tão duradoura entre a política e o crime”

Em outro trecho extraído de discurso proferido pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, fica nítido o caráter de organização política estratégica do Foro de São Paulo, bem como sua unidade enquanto supra partido, centro e foco de onde emanam as ações dos partidos membros, e a relação de dependência e subordinação dos partidos membros para com o Foro de SP. Vejamos⁵:

“Em 1990, quando criamos o Foro de São Paulo, nenhum de nós imaginava que em apenas duas décadas chegaríamos onde chegamos. Naquela época, a esquerda só estava no poder em Cuba. Hoje, governamos um grande número de países e, mesmo onde ainda somos oposição, os partidos do Foro têm uma influência crescente na vida política e social. Os governos progressistas estão mudando a face da América Latina. (...) Em tudo que fizemos até agora, que foi muito, o Foro e os partidos do Foro tiveram um grande papel que poderá ser ainda

⁴ Disponível em: <<https://www.tercalivre.com.br/forodesaopaulo/>> Acessado em 12.07.2019.

⁵ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/conheca-o-foro-de-sao-paulo-o-maior-inimigo-do-brasil/>> Acessado em 12.07.2019.

*Rua Eduardo Cerzósimo de Souza, 1295, Parque Alvorada, CEP: 79823-350,
Dourados (MS). Fone: (67) 9 8149-1507*





CARBONARI

ADVOCACIA

Sapientiam Autem Non Vincit Malitia

mais importante se soubermos manter a nossa principal característica: a unidade na diversidade. (...) Sob a liderança de Chávez, o povo venezuelano teve conquistas extraordinárias, as classes populares nunca foram tratadas com tanto respeito, carinho e dignidade. (...) Tua vitória será a nossa vitória.”

No trecho “*Em 1990, quando criamos o Foro de São Paulo, nenhum de nós imaginava que em apenas duas décadas chegaríamos onde chegamos*”, o “nós” indica a visão de unidade entre os membros do Foro de São Paulo enquanto movimento político coordenado, e “*chegaríamos onde chegamos*” expressa o objetivo político da organização.

Ademais, o corrente uso da terceira pessoa do plural (“nós”, “chegamos”) denota o caráter unitário da organização em seus objetivos e intenções, e sobretudo a relação de dependência entre os partidos membros e o Foro de São Paulo.

Passemos, pois, à análise do caráter de organização político-partidária internacional do Foro de São Paulo, bem como sua posição de comando em relação aos partidos membros.

3. DO CARÁTER DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA INTERNACIONAL DO FORO DE SÃO PAULO

Diversos especialistas em ciências sociais e políticas, incluídos aí intelectuais do mesmo espectro político do Partido dos Trabalhadores, entendem que o Foro de São Paulo se trata de uma organização partidária internacional, cujo objetivo é a consolidação das esquerdas no poder das repúblicas latino-americanas.

Nas palavras de Guilherme Pedroso Nascimento Nafalski, sociólogo partidário da visão política do Partido dos Trabalhadores: “*Apesar das brigas, a reunião*

*Rua Eduardo Cerzósimo de Souza, 1295, Parque Alvorada, CEP: 79823-350,
Dourados (MS). Fone: (67) 9 8149-1507*





CARBONARI

ADVOCACIA

Sapientiam Autem Non Vincit Malitia

*[do II Encontro do Foro de SP] conseguiu forjar uma união entre as organizações, propôs a organização de um terceiro encontro, a ser realizado no ano de 1992 e **iniciou a consolidação de um novo conceito de organização partidária internacional**, ainda sem precedentes.” (Grifamos).⁶*

Atenção para esta análise do sociólogo supracitado: o Foro de São Paulo “*iniciou a consolidação de um novo conceito de **organização partidária internacional**, ainda sem precedentes”.*

Ora, o professor Nafalski deixa claro o conceito do Foro de São Paulo como organização partidária internacional, verdadeiro “partidão” supranacional, cuja intenção explícita é traçar ações coordenadas e racionais para a conquista do poder no continente latino-americano.

Em outro trecho da dissertação de mestrado do sociólogo Nafalski, o mesmo destaca a intenção do Foro de São Paulo de “nortear a ação dos grupos em futuras eleições”. Vejamos:

*Com a implementação de uma rotina de encontros, boa parte da novidade se perde, visto que passa a ser regulamentado, mas o VI Encontro do Foro, em San Salvador, foi diferente por dois motivos que valem destacar. A primeira por seu tema: “Propostas econômicas, políticas e sociais da esquerda latino-americana ante o modelo neoliberal”. Com ele, **o que se esperava era a construção de propostas comuns, que nortearassem a ação dos grupos em futuras eleições.** (Grifamos).⁷*

⁶ NAFALSKI, Guilherme Pedroso Nascimento. *Unasul: uma perspectiva política de integração sul-americana*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de São Paulo (USP). 2010. p. 62.

⁷ *Ibidem*. p. 63.





CARBONARI

ADVOCACIA

Sapientiam Autem Non Vincit Malitia

Ademais, em outro trecho, o sociólogo Nafalski destaca a importância do Foro de São Paulo enquanto organizador e articulador da esquerda no continente, uma vez que este estabelece uma “agenda em comum” entre todos os partidos e grupos políticos de esquerda do continente. Vejamos:

*Para fins de análise, o **Foro mostra-se importante, pois organiza e articula a esquerda no continente**, proporcionando aos candidatos e aos governantes, quando eleitos, **terem uma agenda prévia comum**. Se em 1990 o único partido que era governo era o PC Cubano e todos os partidos construíram uma agenda comum de integração política e social para o continente, uma década depois esta agenda pode ser colocada em prática com os governantes eleitos pertencentes aos partidos do Foro, como Lula, Chávez, Evo Morales. (Grifamos).⁸*

Por fim, vejamos um trecho do próprio Foro de São Paulo, na Declaração de Havana, por ocasião do X Encontro do Foro de SP, de 4 a 7 de dezembro de 2001, em Cuba:

*“Frente aos desafios e à responsabilidade histórica que tem o conjunto da esquerda, é **imprescindível desenvolver uma série de ações que contribuam para a definição de objetivos estratégicos**, o qual é possível a partir da construção da unidade em todos seus espaços de ação e respeitar a diversidade regional existente no interior de nossos países.” (Grifamos).⁹*

Como se denota, a declaração final do X Encontro do Foro de SP deixa claro a intenção de *desenvolver uma série de ações que contribuam para a definição de*

⁸ NAFALSKI, Guilherme Pedroso Nascimento. *Unasul: uma perspectiva política de integração sul-americana*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de São Paulo (USP). 2010. p. 70.

⁹ DECLARAÇÃO FINAL, X Encontro do Foro de São Paulo. Havana, Cuba, 4 a 7 de dezembro de 2001, p. 5.

*Rua Eduardo Cerzósimo de Souza, 1295, Parque Alvorada, CEP: 79823-350,
Dourados (MS). Fone: (67) 9 8149-1507*





CARBONARI

ADVOCACIA

Sapientiam Autem Non Vincit Malitia

objetivos estratégicos, o que demonstra seu caráter de organização política internacional e partidária.

Por todo o exposto, conclui-se que o Foro de São Paulo se trata de entidade estrangeira, organização político-partidária internacional, com objetivos políticos explícitos, cujo foco é a conquista de poder na América Latina.

4. DAS PROVAS DA RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO DO PT AO FORO DE SÃO PAULO

Uma vez demonstrado o que exatamente é o Foro de São Paulo e o seu caráter de organização político-partidária internacional, passemos à demonstração das provas da relação de subordinação do Partido dos Trabalhadores ao Foro de São Paulo.

As provas da relação de subordinação do PT ao Foro de São Paulo são as atas e resoluções emitidas pelo Foro e assinadas pelo PT, bem como os planos de ação específicos, grupos permanentes de trabalho e escolas de formação política, que demonstram, por si só, a relação de dependência e submissão do partido para com uma entidade estrangeira.

Ora, como é cediço, uma das características essenciais de qualquer partido político é a emissão de resoluções, que se traduz efetivamente como a *tomada de decisão em determinado sentido*.

Outra notória característica de um partido político é a existência de planos de ação específicos, grupos permanentes de trabalho e escolas de formação política, como exatamente possui o Foro de SP.

*Rua Eduardo Cerzósimo de Souza, 1295, Parque Alvorada, CEP: 79823-350,
Dourados (MS). Fone: (67) 9 8149-1507*





CARBONARI

ADVOCACIA

Sapientiam Autem Non Vincit Malitia

O próprio Partido dos Trabalhadores emite anualmente diversas resoluções, com diretrizes e decisões em sentidos determinados, de caráter cogente e obrigatório aos seus membros e filiados.

Assim, da mesma forma que os membros do PT se subordinam ao partido na medida em que se filiam e aceitam as resoluções emitidas e publicadas pelo Partido dos Trabalhadores, assim também o próprio PT e os demais partidos membros do Foro de São Paulo se subordinam ao Foro na medida em que se filiam a esta organização e aceitam as resoluções emitidas pela mesma.

Vejamos, ainda, a semelhança entre as resoluções do Foro de São Paulo e do próprio Partido dos Trabalhadores, onde se evidencia o caráter partidário do Foro e a relação patente de submissão do PT a tal entidade estrangeira:



Imagem 1: Resolução do Partido dos Trabalhadores por ocasião do 6º Congresso Nacional.

Rua Eduardo Cerzósimo de Souza, 1295, Parque Alvorada, CEP: 79823-350,
Dourados (MS). Fone: (67) 9 8149-1507





CARBONARI
ADVOCACIA
Sapientiam Autem Non Vincit Malitia



El XXIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, reunido en la Ciudad de Managua, Nicaragua, Centroamérica, los días del 15 al 19 de julio de 2017, aprobó la siguiente Resolución por la Paz en Colombia, sobre la base de las siguientes consideraciones:

ES LA HORA DE CUMPLIR LOS ACUERDOS

Los partidos políticos agrupados en el Foro de Sao Paulo, hemos acompañado con entusiasmo el logro del Acuerdo de Paz en nuestra hermana República de Colombia, firmado el pasado 24 de noviembre en Bogotá, poniendo fin a 53 años de guerra y varios intentos frustrados de negociación.

Imagem 2: Resolução do Foro de São Paulo por ocasião do XXIII Encontro, em Nicarágua.

Partido político, segundo a famosa definição de Weber, descrita no Dicionário de Política de Bobbio, Matteucci & Pasquino (1998)¹⁰ é:

"uma associação... que visa a um fim deliberado, seja ele 'objetivo' como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja 'pessoal', isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente". Esta definição põe em relevo o caráter associativo do partido, a natureza da sua ação essencialmente orientada à conquista do poder político dentro de uma comunidade, e a multiplicidade de estímulos e motivações que levam a uma ação política associada, concretamente à consecução de fins "objetivos" e/ou "pessoais".

Como se observa, Weber destaca que o partido político visa sempre a um fim *deliberado, objetivo*, com a intenção de concretizar essa deliberação por meio de planos de ação concretos.

¹⁰ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C, Varriale et al. Brasília, Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. p. 898-99.

*Rua Eduardo Cerzósimo de Souza, 1295, Parque Alvorada, CEP: 79823-350,
Dourados (MS). Fone: (67) 9 8149-1507*





CARBONARI

ADVOCACIA

Sapientiam Autem Non Vincit Malitia

Ora, uma resolução nada mais é que uma deliberação, uma decisão de tomada de ação em determinado sentido, ou a própria delimitação das possibilidades dessa ação, onde os membros da mesa diretoria traçam os contornos mesmos da ação política possível.

Subordinação, a seu turno, segundo o vernáculo consagrado, é o *estado de dependência ou obediência em relação a uma hierarquia (de posição ou de valores)*.

Senão, vejamos:

subordinação. [Do lat. *subordinatione*.] *S. f.* **1.** Ato ou efeito de subordinar(-se). **2.** Estado de dependência ou obediência em relação a uma hierarquia (de posição ou de valores); submissão: *A subordinação do clero à autoridade papal; a subordinação do Ocidente à moral cristã.*¹¹

subordinar. [Do lat. medieval *subordinare*.] *V. t. d.* **1.** Estabelecer em ordem de dependência do inferior ao superior, ou do que é dominado ao que domina; fazer dependente; dominar, subjugar, sujeitar: *O império romano subordinou vários povos.* **2.** Ligar a um princípio ou coisa superior. [...] **3.** Pôr sob a dependência; sujeitar, submeter: *A portaria subordinou os funcionários à presidência; “O serviço de trânsito subordinava o pedestre a regras difíceis.”* (Graciliano Ramos, *Viagem*, p. 48.) **P. 4.** Submeter-se, sujeitar-se, render-se: *Os cidadãos subordinam-se às leis.*¹²

¹¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed., revista e aumentada. Editora Nova Fronteira, 1986, p. 1621.

¹² *Ibidem*.

*Rua Eduardo Cerzósimo de Souza, 1295, Parque Alvorada, CEP: 79823-350,
Dourados (MS). Fone: (67) 9 8149-1507*





CARBONARI

ADVOCACIA

Sapientiam Autem Non Vincit Malitia

Como se observa do extrato acima, o dicionário de Língua Portuguesa colocou como exemplo da palavra “subordinar” o trecho: “A portaria subordinou os funcionários à presidência” e “Os cidadãos subordinam-se às leis”.

Ora, não poderia ser outra a relação existente entre o Partido dos Trabalhadores e o Foro de São Paulo.

Da mesma forma que os funcionários se subordinam ao presidente por meio de decretos e os cidadãos ao Estado por meio de leis, os partidos membros do Foro de São Paulo se subordinam a esta organização por meio das resoluções emitidas nos encontros realizados periodicamente, conforme as atas em anexo aos autos.

Segundo o mesmo dicionário mencionado, *resolução* significa *decisão, deliberação, capacidade de resolver, deliberar, decidir*, conforme excerto abaixo:

resolução. [Do lat. *resolutione*] S. f. **1.** Ato ou efeito de resolver(-se). **2.** Decisão, deliberação. **3.** Capacidade de resolver, deliberar, decidir; deliberação, decisão: *Tem visão administrativa e muita resolução.*¹³

Juridicamente, as resoluções são *atos administrativos normativos que partem de autoridades superiores, (...) através das quais disciplinam matéria de sua competência específica.*¹⁴

Sendo uma resolução um ato efetivo de decisão, conclui-se que a relação real de subordinação entre o PT e o Foro de SP resta cabalmente comprovado.

¹³ *Ibidem*, p. 1494.

¹⁴ Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Resolu%C3%A7%C3%A3o_\(direito\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Resolu%C3%A7%C3%A3o_(direito))> Acessado em 12.07.2019.





CARBONARI

ADVOCACIA

Sapientiam Autem Non Vincit Malitia

Segue abaixo, à guisa de exemplo, um trecho das diversas resoluções emitidas pelo Foro de São Paulo em apenas um encontro, qual seja, o VIII Encontro do Foro de SP, realizado na Cidade do México em 1998:

VIII ENCONTRO - CIDADE DO MÉXICO (MÉXICO) – 1998

- [DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL](#)
- [MANIFESTO DO MÉXICO - ESPANHOL](#)
- [NEGOCIAÇÃO E PROCESSO DE PAZ - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÕES ESPECIAIS - ESPANHOL](#)
- [RESOLUCIÓN SOBRE LA DETENCIÓN DEL DICTADOR AUGUSTO PINOCHET](#)
- [RESOLUTIVO ANTE EL DECESO DEL CRO. MANUEL PEREZ GARCIA](#)
- [RESOLUTIVO SOBRE LOS PRESOS POLÍTICOS EN BRASIL](#)
- [RESOLUCIÓN SOBRE LOS PRESOS POLÍTICOS DE LA TABLADA EN LA ARGENTINA](#)
- [RESOLUCIÓN SOBRE PUERTO RICO](#)
- [RESOLUCIÓN SOBRE HAITI](#)
- [RESOLUCIÓN SOBRE COLOMBIA](#)
- [RESOLUCIÓN SOBRE EL PAÍS VASCO](#)
- [RESOLUCIÓN SOBRE LIBIA](#)
- [RESOLUTIVO DEL FORO DE SAO PAULO SOBRE EL VOTO DE LOS MEXICANOS EN EL EXTRANJERO](#)
- [RESOLUCIÓN DE SOLIDARIDAD CON LOS DAMNIFICADOS POR EL HURACÁN MITCH](#)
- [RESOLUCIÓN SOBRE LA ELECCIONES PRESIDENCIALES EN EL SALVADOR](#)
- [AL ALCALDE DE GOTEMBURGO, SUECIA](#)
- [RESOLUÇÃO DA OFICINA DE CRISTÃOS - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO DA OFICINA DE EMPRESÁRIOS - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO DA OFICINA DE GÊNEROS - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO DA OFICINA DE INDÍGENAS - ESPANHOL](#)

Imagem 3: Resoluções do VIII Encontro do Foro de SP, na Cidade do México, 1998.

Da relação entre as diversas resoluções emitidas pelo Foro de São Paulo e as consequentes políticas implementadas pelo Partido dos Trabalhadores, tanto na sua atuação enquanto partido de oposição como governo, percebe-se a nítida relação de dependência e subordinação às orientações do Foro de São Paulo.

Outra prova da relação de subordinação do Partido dos Trabalhadores ao Foro de São Paulo é o Plano de Ação (*Plan de Acción*, em espanhol), divulgado após cada “encontro”. Encontros que, de fato, são na realidade reuniões decisórias e estratégicas.

*Rua Eduardo Cerzósimo de Souza, 1295, Parque Alvorada, CEP: 79823-350,
Dourados (MS). Fone: (67) 9 8149-1507*





CARBONARI
ADVOCACIA
Sapientiam Autem Non Vincit Malitia

Passemos a analisar, portanto, o último plano de ação traçado pelo Foro de São Paulo, por ocasião do XXIV Encontro do Foro de SP, em 2018.

07/08/2018

Plan de acción

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo resolvió aprobar las siguientes propuestas de Plan de Acción, además de los Planes que realizan las Reuniones de las diversas Secretarías Regionales del Foro. Estas propuestas serán actualizadas en la reunión del Grupo de Trabajo en noviembre de 2018.

1. Exigir la libertad inmediata de Lula equivale a luchar contra la persecución que impulsan la Casa Blanca y sus aliados contra todos los líderes que, en América Latina y El Caribe, han impulsado políticas públicas de beneficio para los pueblos, ajenas a las fórmulas neoliberales. Por tanto, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo asume que, una vez concluidos sus trabajos, se dé inicio a la campaña internacional "Libertad Para Lula Ya" mediante acciones como las siguientes:

- Remisión de cartas en favor de su libertad, dirigidas simultáneamente al Palacio de Planalto, al Supremo Tribunal Federal, al Ministerio de Justicia, todos de la República Federativa de Brasil, así como a todas las instancias internacionales que puedan contribuir al objetivo propuesto.

Imagem 4: Trecho do Plano de Ação estabelecido pelo Foro de SP aos partidos filiados.

Como se vê do trecho acima, íntegra em anexo aos autos, o Foro de SP delineou ações muito específicas em relação ao caso da prisão do ex-presidente Lula, as quais, p. ex., são as seguintes:

Por tanto, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo asume que, una vez concluidos sus trabajos, se dé inicio a la campaña internacional "Libertad Para Lula Ya" mediante acciones como las siguientes:

- Remisión de cartas en favor de su libertad, dirigidas simultáneamente al Palacio de Planalto, al Supremo Tribunal Federal, al Ministerio de Justicia, todos de la República Federativa de Brasil, así como a todas las instancias internacionales que puedan contribuir al objetivo propuesto.

*Rua Eduardo Cerzósimo de Souza, 1295, Parque Alvorada, CEP: 79823-350,
Dourados (MS). Fone: (67) 9 8149-1507*





CARBONARI

ADVOCACIA

Sapientiam Autem Non Vincit Malitia

- *Dar la máxima divulgación a los argumentos de la defensa de Lula, con el objetivo adicional de mostrar la selectividad política que han tenido en el examen del caso de los agentes de los Estados Unidos de América en el poder judicial.*

- *En agosto próximo, producir un twitazo mundial en defensa de la Liberación de Lula Ya, con apoyo del Partido de la Izquierda Europea y, todas las fuerzas políticas y sociales que estén en disposición de sumarse, en Asia, África, Canadá y los Estados Unidos de América.*

- *Lanzar el slogan: Lula, nuestro Mandela, luego de Foro online, entre todas las fuerzas del FSP y otras con el Instituto Lula, en octubre próximo.*

Como se percebe dos trechos acima, o Foro de SP decidiu tomar as seguintes ações: remissão de cartas em favor da liberdade de Lula dirigidas ao Palácio do Planalto, STF e Ministério da Justiça do Brasil; dar a máxima divulgação aos argumentos de defesa de Lula, com intuito explícito de mostrar a suposta "seletividade política" do caso; em agosto próximo (*percebamos a precisão das ações*) produzir um "twitazo" mundial em defesa da libertação de Lula; lançar o slogan "Lula, nosso Mandela", em outubro próximo.

Dentre outras ações previstas no plano supracitado, temos também o seguinte:

4. Fortalecer y ampliar la Red de Escuelas de Formación y Fundaciones del Foro de Sao Paulo:

- *Realizar un Taller sobre Formación Política a principios de 2019, en Sao Paulo, para discutir experiencias de formación entre los*

*Rua Eduardo Cerzósimo de Souza, 1295, Parque Alvorada, CEP: 79823-350,
Dourados (MS). Fone: (67) 9 8149-1507*





CARBONARI

ADVOCACIA

Sapientiam Autem Non Vincit Malitia

partidos integrantes del Foro e intercambiar aspectos metodológicos.

- Realizar un curso online en el segundo semestre de 2018 sobre procesos de integración en América Latina y El Caribe.

- Realizar un curso sobre comunicación política en 2019.

Assim, o Plano de Ação traçado pelo Foro de São Paulo (FSP) também prevê a ação de fortalecer e ampliar a rede de escolas de formação e fundações do FSP, por meio de Oficina sobre Formação Política no início de 2019, em São Paulo, para discutir as experiências de formação entre os partidos integrantes do Foro e intercambiar aspectos metodológicos; realizar um curso online no segundo semestre de 2018 sobre os processos de integração na América Latine e Caribe; realizar curso sobre comunicação política em 2019.

Ademais, o FSP conta com grupos de trabalho permanentes, além de Regionais, deixando claro a estrutura partidária e hierárquica do FSP, como órgão superior e consultivo dos partidos nacionais filiados.



Imagem 5: Grupo de Trabalho permanente do FSP, XXI Encontro.

*Rua Eduardo Cerzósimo de Souza, 1295, Parque Alvorada, CEP: 79823-350,
Dourados (MS). Fone: (67) 9 8149-1507*





CARBONARI
ADVOCACIA
Sapientiam Autem Non Vincit Malitia



Imagem 6: Regional Cone Sul, XXI Encontro FSP.

Logo, as atas, resoluções, planos de ação, grupos de trabalho permanentes e escolas de formação política demonstram cabalmente a relação de subordinação entre o Partido dos Trabalhadores e o Foro de São Paulo.

Tal subordinação é, como veremos a seguir, ilegal e inconstitucional, sendo o ordenamento jurídico brasileiro taxativo em proibir esta relação.

5. DA PROIBIÇÃO DE SUBORDINAÇÃO DOS PARTIDOS À ENTIDADES ESTRANGEIRAS

Conforme dispõe o artigo 17, inciso II, da Constituição Federal, *É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: II – proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.*

Na mesma esteira, o inciso II do artigo 28 da Lei nº 9.096/1995 prescreve que *O Tribunal Superior Eleitoral, após trânsito em julgado de decisão, determina o cancelamento do registro civil e do estatuto do partido contra o qual fique provado I - estar subordinado a entidade ou governo estrangeiros.*

*Rua Eduardo Cerzósimo de Souza, 1295, Parque Alvorada, CEP: 79823-350,
Dourados (MS). Fone: (67) 9 8149-1507*





CARBONARI

ADVOCACIA

Sapientiam Autem Non Vincit Malitia

Assim, a lei brasileira é cristalina no tocante a proibição expressa de subordinação de partidos nacionais a entidades ou governos estrangeiros.

Como fora exaustivamente comprovado nos tópicos anteriores, o **Partido dos Trabalhadores está subordinado a entidade estrangeira**, qual seja, o Foro de São Paulo, conforme demonstram as atas e resoluções emitidas pelo Foro de SP, bem como os planos de ação específicos, grupos permanentes de trabalho e escolas de formação política, em anexo.

Logo, em razão da ilegalidade em que se encontra o Partido dos Trabalhadores, não resta outra alternativa a não ser o **cancelamento do registro civil e do estatuto do Partido dos Trabalhadores**, em razão da sua subordinação a entidade estrangeira.

6. DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer:

- a) o **recebimento e processamento da presente denúncia**, com os documentos que a acompanham;
- b) a **abertura de processo para cancelamento do registro civil e estatuto social do Partido dos Trabalhadores (PT)**, com fundamento no § 2º do art. 28 da Lei nº 9.096/1995 e do § 2º do art. 51 da Resolução 23.571/2013 do Tribunal Superior Eleitoral;
- c) a **ciência da denúncia** à Procuradoria-Geral Eleitoral;
- d) a **intimação do Partido dos Trabalhadores**, para os fins legais e constitucionais;

*Rua Eduardo Cerzósimo de Souza, 1295, Parque Alvorada, CEP: 79823-350,
Dourados (MS). Fone: (67) 9 8149-1507*





CARBONARI

ADVOCACIA

Sapientiam Autem Non Vincit Malitia

e) a **admissão da denúncia**, com seus fatos, fundamentos e provas;

f) ao final, após o regular processamento, a **determinação do cancelamento do registro civil e estatuto social do Partido dos Trabalhadores (PT)** por afronta aos artigos 17, inciso II, da Constituição Federal, art. 28, inciso II, da Lei nº 9.096/1995 e art. 51, II, da Resolução nº 23.571/2013 do TSE, e a consequente declaração de extinção do Partido dos Trabalhadores.

Protesta provar as alegações por todos os meios em direito admitidos.

Dá-se à causa o valor, meramente simbólico, de R\$ 100,00 (cem reais).

Nestes termos, pede deferimento.

Dourados, MS, 12 de julho de 2019.

VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI

OAB/MS 22.016

Assinado digitalmente.

*Rua Eduardo Cerzósimo de Souza, 1295, Parque Alvorada, CEP: 79823-350,
Dourados (MS). Fone: (67) 9 8149-1507*





CARBONARI

ADVOCACIA

Sapientiam Autem Non Vincit Malitia

DO ROL DE DOCUMENTOS JUNTADOS:

1. Atas e Resoluções do Foro de São Paulo (1990 - 2007);
2. Lista de Partidos filiados ao Foro de São Paulo;
3. Amostra de Resoluções emitidas pelo Foro de São Paulo;
4. Amostra de Planos de Ação, Reuniões de Grupos de Trabalho, Secretarias Regionais e Programação dos Encontros;
5. Resoluções de Apoio ao Lula (FSP & PT);
6. Resoluções do 6º Congresso Nacional do PT;
7. Declaração Final XXIII Encontro FSP;
8. Declaração Final XXIV Encontro FSP;
9. Discurso do Presidente da Republica Luiz Inácio Lula da Silva no ato político de celebração aos 15 anos do Foro de São Paulo;
10. Matéria da Revista Veja sobre o Foro de São Paulo 'Conheça o Foro de São Paulo, o maior inimigo do Brasil _ VEJA.com';
11. *El Foro de Sao Paulo, un peligro para la democracia – Periodismo sin Fronteras;*
12. Matéria do Jornal A Gazeta do Povo 'O que é o Foro de São Paulo';
13. Memória XXI Encontro do FSP;
14. Memória XXIV Encontro do FSP;

*Rua Eduardo Cerzósimo de Souza, 1295, Parque Alvorada, CEP: 79823-350,
Dourados (MS). Fone: (67) 9 8149-1507*



BREVE HISTÓRICO DO FORO DE SÃO PAULO

I ENCONTRO - SÃO PAULO (BRASIL) - 1990

- [DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO](#)

II ENCONTRO - CIDADE DO MÉXICO (MÉXICO) - 1991

- [DECLARAÇÃO FINAL](#)
- [DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL](#)

III ENCONTRO - MANAGUA (NICARÁGUA) - 1992

- [DECLARAÇÃO FINAL](#)
- [DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL](#)

IV ENCONTRO - HAVANA (CUBA) - 1993

- [IV ENCONTRO - HAVANA \(CUBA\) - 1993](#)

V ENCONTRO - MONTEVIDÉU (URUGUAI) - 1995

- [DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL](#)

VI ENCONTRO - SAN SALVADOR (EL SALVADOR) - 1996

- [DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL](#)

VII ENCONTRO - PORTO ALEGRE (BRASIL) - 1997

- [DOCUMENTO CENTRAL - ESPANHOL](#)
- [DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL](#)
- [DECLARAÇÃO SOBRE ECOLOGIA](#)
- [DECLARAÇÃO SOBRE CULTURA](#)
- [DECLARAÇÃO DAS FUNDAÇÕES](#)
- [DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE PARLAMENTARES](#)
- [DECLARAÇÃO DO SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO](#)
- [RESOLUÇÃO DA OFICINA DE EMPRESÁRIOS](#)
- [RESOLUÇÃO DA OFICINA DE CRISTÃOS - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS - "O PROBLEMA RACIAL](#)

NEGRO" - ESPANHOL

- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE JOVENS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MULHERES - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MUNICIPALIDADES
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE INDÍGENAS
- RESOLUÇÃO DA OFICINA SOBRE NARCOTRÁFICO - ESPANHOL

VIII ENCONTRO - CIDADE DO MÉXICO (MÉXICO) – 1998

- DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL
- MANIFESTO DO MÉXICO - ESPANHOL
- NEGOCIAÇÃO E PROCESSO DE PAZ - ESPANHOL
- RESOLUÇÕES ESPECIAIS - ESPANHOL
- RESOLUCIÓN SOBRE LA DETENCIÓN DEL DICTADOR AUGUSTO PINOCHET
- RESOLUTIVO ANTE EL DECESO DEL CRO. MANUEL PEREZ GARCIA
- RESOLUTIVO SOBRE LOS PRESOS POLÍTICOS EN BRASIL
- RESOLUCIÓN SOBRE LOS PRESOS POLÍTICOS DE LA TABLADA EN LA ARGENTINA
- RESOLUCIÓN SOBRE PUERTO RICO
- RESOLUCIÓN SOBRE HAITI
- RESOLUCIÓN SOBRE COLOMBIA
- RESOLUCIÓN SOBRE EL PAÍS VASCO
- RESOLUCIÓN SOBRE LIBIA
- RESOLUTIVO DEL FORO DE SAO PAULO SOBRE EL VOTO DE LOS MEXICANOS EN EL EXTRANJERO
- RESOLUCIÓN DE SOLIDARIDAD CON LOS DAMNIFICADOS POR EL HURACÁN MITCH
- RESOLUCIÓN SOBRE LA ELECCIONES PRESIDENCIALES EN EL SALVADOR
- AL ALCALDE DE GOTEMBURGO, SUECIA
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE CRISTÃOS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE EMPRESÁRIOS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE GÊNEROS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE INDÍGENAS - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DE JUVENTUDE - ESPANHOL
- RESOLUÇÃO DA OFICINA DO FÓRUM PARLAMENTAR - ESPANHOL

IX ENCONTRO - MANÁGUA (NICARÁGUA) – 2000

- PARTICIPANTES DEL IX ENCUENTRO
- DECLARAÇÃO DE NIQUINOHOMO - ESPANHOL
- A ESQUERDA FRENTE AO NOVO SÉCULO - ESPANHOL

- [CARTA À COLÔMBIA - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE EL SALVADOR - ESPANHOL](#)
- [SOLIDARIEDADE COM GUADALUPE, GUIANA FRANCESA E MARTINICA - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO DA OFICINA SOBRE UNIVERSIDADE PÚBLICA - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO DA OFICINA SOBRE UNIVERSIDADE PÚBLICA - ESPANHOL](#)
- [PRONUNCIAMENTOS PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO DA OFICINA DE JOVENS - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MULHERES - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS - ESPANHOL](#)

X ENCONTRO - HAVANA (CUBA) - 2001

- [DECLARAÇÃO FINAL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE AFEGANISTÃO](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE AURY SARA MARRUGO](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE EVO MORALES](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E MST NO BRASIL](#)
- [RESOLUÇÃO DE CONDENAÇÃO PLANO COLÔMBIA E APOIO AO POVO COLOMBIANO](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE OS 5 PRESOS CUBANOS NOS EUA](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE EQUADOR](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE HAITI](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE PROF. JUAN BOSCH](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE POVOS INDÍGENAS NO MÉXICO](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE MULHERES](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE MUMIA ABU-JAMAL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE NICARÁGUA](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE PAZ NO ORIENTE MÉDIO](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE BLOQUEIO AOS PAÍSES ÁRABES](#)
- [RESOLUÇÃO DE APOIO AO PC CHILENO](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE PORTO RICO](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE VENEZUELA](#)
- [DECLARAÇÃO SOBRE CARIBE COMO ZONA DE PAZ](#)
- [PRONUNCIAMENTO SOBRE II ENCONTRO PELA PAZ NA COLÔMBIA](#)

XI ENCONTRO – ANTIGUA (GUATEMALA) - 2002

- [DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE A ARGENTINA - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE A CORÉIA DO NORTE - ESPANHOL](#)

- [RESOLUÇÃO SOBRE CHIAPAS - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE DEFICIÊNCIA FÍSICA - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE GUADALUPE E COLÔNIAS FRANCESAS DO CARIBE E AMÉRICA LATINA - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE O HAITI - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE A LÍBIA - ESPANHOL](#)
- [DECLARAÇÃO SOBRE IRAQUE - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE JOSÉ MARTÍ - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE AS MULHERES - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE A PALESTINA - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE OS CINCO PRISIONEIRO CUBANOS NOS ESTADOS UNIDOS - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE PORTO RICO E VIEQUES - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE O TEMA DA SAÚDE EM EL SALVADOR - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE A VITÓRIA NO EQUADOR - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE A VENEZUELA- ESPANHOL](#)

XII ENCONTRO – SÃO PAULO (BRASIL) - 2005

- [DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL](#)
- [DECLARAÇÃO DE APOIO AO PT - ESPANHOL](#)
- [DECLARAÇÃO OFICINA SINDICAL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE A RESPONSABILIDADE DE MIREYA MOSCOSO - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE O CHILE - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE A COLÔMBIA - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE CUBA - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE EL SALVADOR - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE O HAITI - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE A ILEA - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE A NICARÁGUA - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE PORTO RICO - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE A VENEZUELA - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE A GUATEMALA - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO DE APOIO À DECLARAÇÃO DA CÚPULA AMÉRICA DO SUL - PAÍSES ÁRABES - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL E TECNOLÓGICO - ESPANHOL](#)

- [RESOLUÇÃO SOBRE RENDA MÍNIMA - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE FEMINICÍDIO - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÃO SOBRE POSADA CARRILES - ESPANHOL](#)
- [RESOLUÇÕES OFICINA PARLAMENTAR - ESPANHOL](#)
- [MOÇÃO DE APOIO AO GOVERNO BRASILEIRO](#)
- [CONCLUSÕES DA OFICINA DE MOVIMENTOS NEGRO E INDÍGENA](#)
- [CONCLUSÕES DA OFICINA DE JUVENTUDE](#)
- [CONCLUSÕES DA OFICINA DE EMPRESÁRIOS](#)
- [CONCLUSÕES DA OFICINA DE AUTORIDADES LOCAIS - ESPANHOL](#)
- [RECOMENDAÇÃO DE APOIO AOS JOVENS FORMADOS EM CUBA - ESPANHOL](#)

XIII ENCONTRO – SAN SALVADOR (EL SALVADOR) - 2007

Documento Base

- [Introducción](#)
- [El FSP: Más de 15 Años de Unidad en La Lucha](#)
- [La Situación Mundial: Compleja y Contradictoria](#)
- [Las Disputas Electorales en América Latina y el Caribe](#)
- [Un Nuevo Período en América Latina](#)
- [Propuestas Alternativas al Neoliberalismo en el Ambito Político, Social y Económico](#)
- [Una Integración Alternativa](#)
- [Colonialismo, Ingerencia Imperialista y los Acuerdos de Paz](#)
- [Seguridad Hemisférica, Crimen Organizado, Narcotráfico, Terrorismo y Militarización](#)
- [Crimen Organizado](#)
- [Terrorismo](#)
- [Fuerzas Políticas, Movimientos Sociales y Gobiernos](#)
- [Algunas Propuestas para el Funcionamiento del Foro de São Paulo](#)

Inauguración

- [Discurso de Apertura - Medardo Gonzalez, Secretario General del FMLN](#)
- [Dicurso PC - Republica de Cuba](#)
- [Dicurso PC - República Popular China](#)
- [Discurso Manuel Salgado - Ecuador](#)

Plenarias

- [RELATORIA PLENARIA TEMA 1: Propuestas Alternativas al Neoliberalismo, Desarrollo Económico, social y democratización política, nuevas propuestas de Integración Regional](#)
- [PLENARIA SOBRE TEMA 2: El Colonialismo, injerencia imperial y los Acuerdos de Paz](#)
- [PLENARIA SOBRE TEMA 3: Seguridad hemisférica: crimen organizado, narcotráfico, terrorismo, ILRA y militarización](#)
- [PLENARIA SOBRE TEMA 4: La Relación Entre Las Fuerzas Políticas, Los Movimientos Sociales Y Ciudadanos Y Los Gobiernos De Izquierda Y Progresistas; La Solidaridad Internacional](#)

Declaración Final

- [Declaracion Final del XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo](#)

Resoluciones Finales

- [01 Resolución sobre El Salvador](#)
- [02 Resolución sobre Cuba](#)
- [03 Resolución sobre Solidaridad con Oaxaca](#)
- [04 Resolución sobre secuestro de Jorge Lopez de Argentina](#)
- [05 Resolución sobre Política Migratoria de EEUU](#)
- [06 Resolución sobre la OTAN](#)
- [07 Resolución nombramiento de presidente Evo Morales a Nobel de la Paz](#)
- [08 Resolución sobre Puerto Rico](#)
- [09 Saludo a los 50 Años del Semanario Colombiano Voz](#)
- [10 Resolución sobre Colombia](#)
- [11 Resolución sobre Chile](#)
- [12 Resolución sobre Medio Oriente](#)
- [13 Solidaridad con la Lucha del Pueblo Saharaui](#)
- [14 Resolución sobre Irak](#)
- [15 Resolución sobre China](#)
- [16 Resolución A Favor de la Parlamentaria Andina Ecuatoriana Wilma Salgado](#)
- [17 Resolución sobre Palestina](#)
- [18 Resolución sobre Guatemala](#)
- [19 Resolución de apoyo a la lucha contra el fraude electoral en Mexico](#)

ENCUENTROS INTERNACIONALES

Gobiernos Municipales:

- [Ponencia: La Seguridad Ciudadana en El Salvador Solo Sera Posible con La Construcción de Verdaderos Poderes Populares.](#)

Iglesias:

- [Declaratoria Pastoral](#)

Juventud:

- [Declaracion Final Taller Juvenil Internacional.](#)
- [Documento Resolutivo Taller Juvenil Internacional](#)

Movimiento Social:

- [Resoluciones de Movimientos y Organizaciones Populares y Sociales.](#)

Parlamentarios:

- [Resolución del Taller de Parlamentarios y Parlamentarias del XIII Foro de Sao Paulo.](#)
- [Los Parlamentos y los Procesos de Integración de los Pueblos \(Ponencia presentada por la Lic. Blanca Flor Bonilla, Diputada en la Asamblea Legislativa de El Salvador y Coordinadora del Comité Organizador del XIII Encuentro de FSP, El Salvador 2007\)](#)
- [El Fenómeno Migratorio de El Salvador en el Siglo XXI \(Ponencia presentada por la Lic. Blanca Flor Bonilla, Diputada en la Asamblea Legislativa de El Salvador y Coordinadora del Comité Organizador del XIII Encuentro de FSP, El Salvador 2007\)](#)

Trabajadores Arte y Cultura:

- [Resolución Final – Primer Encuentro Internacional de Trabajadoras y Trabajadores del Arte y la Cultura.](#)

Vía Electoral:

- [Resumen y Conclusiones del Taller Internacional "La Vía Electoral Como Componente de Victorias de Las Fuerzas Revolucionarias"](#)

TALLERES NACIONALES

Movimiento Social:

- [Documento Final Movimiento Social - América Latina y el Caribe – Movimientos Sociales, Partidos y Gobiernos de Izquierda en el Nuevo Contexto Regional Continental.](#)

Mujeres:

- [Resoluciones de las Mujeres Participantes del Primer Foro Preparatorio en el Marco del XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo](#)

OUTROS DOCUMENTOS

2003

- [ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO - QUITO, 26 E 27 DE MAIO DE 2003](#)
- [DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO - QUITO](#)

2004

- [AGENDA DO FORO DE SÃO PAULO PARA 2004](#)
- [ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO – SÃO PAULO SP 2004](#)
- [DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FSP – SÃO PAULO FEVEREIRO 2004](#)
- [DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FSP – SÃO PAULO NOVEMBRO 2004](#)
- [RESOLUÇÃO CONTRA A CANDIDATURA DE FRANCISCO FLORES - SÃO PAULO NOVEMBRO 2004](#)
- [SEMINÁRIO EM MANÁGUA - SAUDAÇÕES DOS PARTICIPANTES](#)
- [SEMINÁRIO EM MANÁGUA - TEMAS DE DISCUSSÃO](#)
- [SEMINÁRIO EM MANÁGUA - PALAVRAS DO PADRE MIGUEL D'ESCOTO](#)
- [SEMINÁRIO EM MANÁGUA - XXV ANO DA REVOLUÇÃO SANDINISTA](#)

2005

- [REUNIÃO EM MONTEVIDÉO - SAUDAÇÃO AO PT](#)

- [REUNIÃO EM MONTEVIDÉO - SAUDAÇÃO À FRENTE AMPLA DO URUGUAI](#)
- [REUNIÃO EM MONTEVIDÉO - RESOLUÇÃO SOBRE A COLÔMBIA](#)
- [REUNIÃO EM MONTEVIDÉO - RESOLUÇÃO SOBRE O XII ENCONTRO](#)
- [REUNIÃO EM MONTEVIDÉO - MENSAGEM A GLADYS MARÝN](#)
- [REUNIÃO EM MONTEVIDÉO - RESOLUÇÃO SOBRE A PRÓXIMA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO](#)
- [REUNIÃO EM SÃO PAULO - DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO](#)
- [REUNIÃO EM SAN SALVADOR - DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO](#)
- [REUNIÃO EM SAN SALVADOR - DECLARAÇÃO DE SOLIDARIEDADE](#)
- [REUNIÃO EM HAVANA - MEMÓRIA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO](#)
- [REUNIÃO DA REGIÃO DO CONE SUL - MONTEVIDÉO - DECLARAÇÃO](#)
- [REUNIÃO DA REGIÃO DO CONE SUL - MONTEVIDÉO - ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS E INTEGRAÇÃO \(ESPANHOL\)](#)
- [REUNIÃO DA REGIÃO MESO-AMERICANA - AGENDA DE ATIVIDADE E ACORDOS](#)
- [REUNIÃO DA REGIÃO MESO-AMERICANA - RESOLUÇÃO](#)

RESOLUCION FSP - SOBRE CHILE.

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, reunido en la Ciudad de san Salvador de El Salvador,

RESUELVE:

Expresar su solidaridad con la iniciativa de la Central Unitaria de Trabajadores de Chile, de convocar a una amplia convergencia política y social, expresada en el llamado Parlamento Social y Político. Las organizaciones que han acudido al llamado de la CUT, comprometen en forma amplia y unitaria, sus esfuerzos para impulsar la movilización que permitan conquistar cinco puntos, amplia y directamente democratizadores de la sociedad chilena, poniendo principal énfasis en las reformas que permita iniciar el camino para terminar con el sistema electoral que excluye a un sector importante de nuestro país.

RESOLUCION FSP - SOBRE MEDIO ORIENTE

Nosotros, miembros de este Foro, nos solidarizamos con los pueblos del Medio Oriente que luchan y resisten por conquistar su derecho a la autodeterminación, respeto a sus Derechos Humanos, a la libertad y a la independencia.

Expresamos nuestro compromiso de coadyuvar a los entendimientos y negociaciones en la región del Medio Oriente, apoyamos las resoluciones emanadas de las Naciones Unidas en pro de la búsqueda de la paz y armonía en la región.

Viva la Paz

Viva la Solidaridad con los pueblos en lucha!!!



SOLIDARIDAD FSP - CON LA LUCHA DEL PUEBLO SAHARAUI

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo expresa su solidaridad con la lucha anticolonialista del pueblo Saharaui, encabezada por el Frente POLISARIO para lograre la plena autodeterminación y soberanía de la República Árabe Saharaui Democrática (RASD).

Las fuerzas políticas del FSP, trabajaremos para que el conjunto de los Estados Latinoamericanos establezcan relaciones diplomáticas con la RASD para fortalecer el cumplimiento de las Resoluciones de la ONU y la realización del referéndum de autodeterminación que permita la plena soberanía del pueblo Saharaui.

Expresamos nuestro rechazo a las sistemáticas violaciones a los Derechos Humanos de la población Saharaui en los territorios ocupados por Marruecos y exigimos su cese inmediato.



RESOLUCION FSP - SOBRE IRAK

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, realizado en San Salvador del 12 al 14 de enero de 2007 condena la guerra de agresión y ocupación de Estados Unidos y sus aliados contra Irak, que ha resultado en la muerte de casi un millón de personas.

Los partidos reunidos consideran el asesinato del ex –presidente Saddam Hussein como un acto criminal, de violación del Derecho Internacional y de los principios de conducta humanitaria.

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo exige la retirada de las tropas de ocupación, a la vez que manifiesta la solidaridad con la resistencia del pueblo iraquí y con su lucha por la independencia, la Unidad Nacional, la Democracia y la Paz.



RESOLUCION FSP - SOBRE REPUBLICA POPULAR DE CHINA

Los Partidos Políticos miembros del Foro de Sao Paulo reunidos del 12 al 15 de enero del 2007 en la ciudad de San Salvador, El Salvador, para celebrar su XIII Encuentro.

CONSIDERANDO QUE:

Desde octubre de 1971, con la Resolución Número 2758 de la XXVI Asamblea General de las Naciones Unidas, la Comunidad Internacional ha reconocido el principio de UNA SOLA CHINA, Estado con quien actualmente 161 países de todo el mundo mantienen normales relaciones diplomáticas.

RESUELVEN:

Solidarizarse con los esfuerzos del Gobierno de la **República Popular de China** por la reunificación de la Patria China.



RESOLUCION FSP - A FAVOR DE LA PARLAMENTARIA ANDINA ECUATORIANA WILMA SALGADO

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, realizado en San Salvador, El Salvador, del 12 al 14 de enero del 2007 con la participación de 596 delegados, 219 de ellos representantes de 58 partidos y movimientos políticos, sociales e iglesias procedentes de 33 países y 54 invitados de otras regiones del mundo.

Denuncia y condena la persecución judicial de que es víctima la Parlamentaria Andina ecuatoriana **Dra. Wilma Salgado** quien desarrolló una lucha ejemplar contra los responsables del mayor atraco bancario y financiero perpetrado en 1999, que sumió en una grave crisis a la sociedad y asumir la defensa de esta destacada luchadora social.

RESOLUCION FSP SOBRE PALESTINA

En la resolución 181, que fuera emitida por las Naciones Unidas en 1948, se reconoce la creación de 2 Estados, el Estado Palestino y el Estado de Israel. Es Estado de Israel se constituyó. Sin embargo, hasta el momento, Israel no acepta la constitución del Estado Palestino.

Desde entonces, el Consejo de Seguridad y Naciones Unidas han emitido más de 200 Resoluciones a favor del Pueblo palestino, las cuales exigen el retiro de las tropas israelíes, la conformación del Estado palestino y su capital Jerusalén, así como el derecho de los refugiados palestinos a retornar a sus lugares de origen (Resolución 194). Israel no acepta esto.

Desde el año 2000, año en el cual surgiera la segunda Intimada, han sido asesinados más de 7.000 "mártires", 400 de ellos han sido niños. El número de heridos asciende a más de 50.000 y 11.000 prisioneros se encuentran actualmente "secuestrados" en las cárceles de Israel. Algunos de ellos son niños y niñas, mujeres, parlamentarios y ministros y se encuentran viviendo en condiciones inhumanas. Actualmente, 1.300.000 palestinos viven en Israel y tienen la nacionalidad israelí. No obstante, Israel tiene planes para "transferirlos" a otros países árabes y así poder tener un Estado netamente judío en el cual no exista ninguna otra cultura o religión.

Desde que se iniciara el conflicto, Israel ha utilizado, contra la población civil, armas prohibidas internacionalmente, ha creado más de 600 retenes en Cisjordania y, desde hace 6 años, está construyendo un muro de más de 700 kilómetros el cual separa familias, impide a los niños y jóvenes de poder asistir a la escuela y a la universidad y de tener acceso a los hospitales, mezquitas e iglesias. Además, el muro está siendo construido encima de las fuentes de agua impidiendo, en consecuencia, el abastecimiento de agua necesaria para la población y para la agricultura. De esta manera, 60% del territorio de Cisjordania queda en manos de Israel.

La aspiración del pueblo palestino es que Israel aplique las resoluciones del Consejo de Seguridad y las de las Naciones Unidas. Lo mismo en relación a los Acuerdos de Paz que fueron firmados, por Israel y Palestina, en Madrid y Oslo. Es solo de esta manera que se podrá constituir el Estado palestino. Es solo de esta manera que se podrá establecer una paz justa y duradera. Así mismo, el pueblo palestino considera que las tierras que expropió el Estado de Israel, y que hoy en día son colonias, deben desmantelarse.

El pueblo palestino exige que se abran las fronteras con Jordania, Siria, Líbano y Egipto, así como que el obtener una vía que conecte Cisjordania con Gaza. Esto permitirá la entrada de víveres, medicamentos, facilitará el comercio y la economía nacional del Estado palestino, impidiendo, de esta manera, la hambruna y muerte que se está dando en los territorios ocupados.

El Foro de São Paulo se solidariza con las demandas del pueblo palestino.

El Salvador, 15 de enero de 2007

RESOLUCION FSP SOBRE GUATEMALA

El XIII Encuentro resuelve, a 10 años de la firma de los acuerdos de Paz:

1. Exigir al gobierno de Guatemala el estricto cumplimiento de los Acuerdos de Paz y que los mismos se conviertan en el eje rector de las políticas públicas en favor de los derechos humanos, intereses y necesidades de las clases pobres y marginadas, particularmente de los pueblos indígenas
2. Saludar el XXV aniversario de la conformación de la URNG, la cual, primero como movimiento político-militar y en la actualidad como fuerza política socialista y revolucionaria, se encuentra construyendo al Movimiento Amplio de Izquierda -MAIZ- como el instrumento de lucha política y social de los sectores populares e progresistas de Guatemala.

RESOLUCION DE APOYO A LA LUCHA CONTRA EL FRAUDE ELECTORAL EN MEXICO

Los partidos y organizaciones de izquierda participantes en el XIII Encuentro del Foro de São Paulo resuelven brindar su más amplia solidaridad a la lucha contra el fraude electoral y la imposición de un gobierno sin legitimidad democrática.

Asimismo, los participantes en el Encuentro del Foro manifiestan su apoyo a la lucha de resistencia civil pacífica en contra de la imposición de presidencia ilegítima de Felipe Calderón en México.



SECRETARÍA NACIONAL DE MUNICIPALISMO
PARTIDO FRENTE FARABUNDO MARTÍ PARA LA LIBERACIÓN NACIONAL - FMLN
PANEL FORO "PODERES POPULARES Y SEGURIDAD CIUDADANA"

PONENCIA:

**LA SEGURIDAD CIUDADANA EN EL SALVADOR SOLO SERA POSIBLE CON LA
CONSTRUCCION DE VERDADEROS PODERES POPULARES**

EL SALVADOR, ENERO DEL 2007

INDICE

I. INTRODUCCION

II. SEGURIDAD CIUDADANA Y SUS ANTECEDENTES

- 1- Seguridad nacional.
- 2- Seguridad publica
- 3- seguridad ciudadana

III. LA PROPUESTA DEL FMLN

IV. CONSTRUYENDO PODERES POPULARES

V. OBJETIVOS

VI. ESTRATEGIAS

VII. METAS

VIII. POLITICAS A IMPLEMENTAR

IX. DIEZ PROPUESTAS DE PROGRAMAS

X. SEGUIMIENTO Y EVALUACION

XI. CONCLUSIONES

"la economía mundial es la más eficiente expresión del crimen organizado. Los organismos internacionales que controlan la moneda, el comercio y el crédito practican el terrorismo contra los países pobres, y contra los pobres de todos los países, con una frialdad profesional y una

impunidad que humillan al mejor de los tira-bombas. (...)

“Los pistoleros que se alquilan para matar realizan, en plan minorista, la misma tarea que cumplen, en gran escala, los generales condecorados por crímenes que se elevan a la categoría de glorias militares. (...)

“En el mundo tal cual es, mundo al revés, los países que custodian la paz universal son los que más armas fabrican y los que más armas venden a los demás países; (...)

“Son dignos de impunidad y felicitación quienes matan la mayor cantidad de gente en el menor tiempo, quienes ganan la mayor cantidad de dinero con el menor trabajo y quienes exterminan la mayor cantidad de naturaleza al menor costo.” Eduardo Galeano. Patas Arriba. La Escuela del Mundo al Revés, 1998



FORO ECUMENICO: FE, ECONOMIA Y SOCIEDAD

DECLARATORIA PASTORAL

“Qué hermosa es ver llegar por las colinas,
al que trae buenas noticias,
al que anuncia la liberación y dice a Sión:
TU DIOS ES REY...! " (ISAIAS : 52:7)

Reunidos en el auditorium del hospitalito la Divina Providencia, lugar histórico memorial del martirio de nuestro profeta Monseñor Romero, el día 11 de Enero del 2007, a cinco días del 15 aniversario de los Acuerdos de Paz, las iglesias miembros del Foro Ecueménico del Consejo Latinoamericano (FECLAI-EL SALVADOR) y la Coordinación Ecueménica de la iglesia de los Pobres de El Salvador (CEIPES), hemos celebrado un encuentro para analizar y reflexionar sobre la problemática social que vive nuestro país y nuestra América Latina y el Caribe:

La Realidad de pecado que denigra a las hijas e hijos de Dios.

1. Vemos en nuestros pueblos rostros de incertidumbre, rostros agobiados por la realidad cotidiana, pero a la vez, rostros con mirada de búsqueda, busca de esperanza, de salidas frente a una situación en la que predominan circunstancias de violencia, - en todas sus formas -, fraude, corrupción y muerte.

2. Esta crisis social y económica, y todas sus secuelas, se han quedado para siempre; y someten, oprimen y humillan a cada hija e hijo de Dios. Este que es el mayor problema que hemos arrastrado a lo largo de nuestra historia, es una situación que nos acusa a todos, de mezquindad, de insolidaridad, de codicia, de ambición. Precisamente este desastre de la pobreza y violencia, que victimiza a la mayoría de nuestro pueblo, debería ser enfrentado con madurez cívica y nacional, pues no se puede seguir demarcando el territorio poblacional, entre los pocos que acaparan la riqueza nacional y los muchos cuyas vidas son sometidas a la pobreza y a la miseria humillante.

3. Este no es un problema, de enfoques políticos –ideológicos, esta es la marca permanente en el rostro del Continente Latinoamericano y Caribeño, y específicamente El Salvador, que después de 175 años de supuesta independencia, solo pone en evidencia nuestra pobreza moral y espiritual, mucho más en aquellos que habiendo estado y estando en los niveles de poder, solo se han servido de este y no a los intereses nacionales de los que tanto hablan.

4. La patética crisis en los sistemas de salud, educación, vivienda, servicios de agua principalmente,

son producto de la falta de visión y de voluntad política; a su vez del lastre de la corrupción que se ha apropiado de los dineros del pueblo y ha beneficiado a los allegados al poder. Esta desgracia social es producto del pecado enquistado en los diferentes eslabones de la estructura de poder, a la que todos debemos oponernos y denunciar.

5. Somos testigos de tanta presunción democrática, en el respeto a las leyes, pero este es solo un discurso. En nuestro país, de una forma asombrosa e inaudita, se viola el Estado de Derecho, se continua aplicando las leyes en forma discriminada e igual se irrespetan los tratados y leyes internacionales. No es congruente, ni ético cuando se ufanan los funcionarios públicos de aplicar todo al rigor de la ley, mientras se ha tolerado y hasta encubierto los delitos de aquellos allegados a los círculos del poder.

LA POSICIÓN DE LAS CRISTIANAS Y CRISTIANOS ANTE ESTA SITUACIÓN:

La Iglesia de Cristo, fiel a quien es su Señor, tiene que referir la verdad imperante en el país, a la vez que se declara intransigente frente a una situación que de manera sistemática niega la vida, la justicia, la dignidad, la paz de los hijos e hijas de Dios en este país. Podemos decir con toda certeza que el centro de nuestro testimonio y de nuestra praxis es Jesús de Nazareth, aquél que en su misericordia se hizo hombre para salvar al mundo, predicando un Reino de Dios de justicia y solidaridad con los más necesitados. Ese Dios Creador y su reino, nos dice el Profeta Isaías (capítulo 8:7), ...”se sentará en el trono de David; extenderá su poder real a todas partes y la paz no se acabará; su reinado quedará bien establecido, y sus bases serán la justicia y el derecho desde ahora y para siempre ...”.

Es este Dios hecho hombre que nos interpela y nos llama a solidarizarnos con los crucificados de nuestros tiempos, y denunciar a aquellos que los crucifican a la vez que clamar en el valle de muerte un mensaje de vida y de esperanza. Desde nuestra identidad Cristiana y con un espíritu ecuménico, declaramos:

1. Reconocemos nuestra deuda de anunciar el evangelio del Reino de Dios en la tradición pastoral y profética que hemos heredado de nuestro Pastor y Mártir Monseñor Romero. Hemos sido llamados por Dios en Jesucristo a ser trabajadores de la paz con justicia (Mateo 5:9) en un mundo injusto y violento.

2. Denunciamos que los Tratados de Libre Comercio (TLCs), firmados e implementados con los Estados Unidos por varios países del Continente, son muestra evidente que nuestros pueblos pobres, no están en la capacidad de competir y que los TLC condenan a la muerte a las grandes mayorías. Por lo tanto, nos oponemos a estos . Y, Proponemos la búsqueda de nuevos sistemas socio-económicos alternativos y de solidaridad entre los pueblos de América Latina y del Caribe, para que seamos fieles al evangelio de procurar la vida y vida en abundancia.



3. Anunciamos las buenas noticias y denunciaremos proféticamente las realidades de pecado e injusticia que crucifican al más necesitado. A través de nuestras propuestas socio-políticas y la denuncia a los derechos humanos, queremos contribuir a la construcción de estructuras que posibiliten nuevas relaciones económicas y de convivencia fraternal y solidarias en un mundo más justo y humano que en vez de denigrar, afirme la dignidad de cada ser humano, sin importar su clase, posición socio-económica, credo religioso, orientación sexual, o impedimento físico y mental.

4. Asumimos la responsabilidad de acompañar a nuestro pueblo para fortalecer su organización, movilización y educación, y así poder enfrentar las problemáticas socio-económicas y políticas en sus comunidades, siendo gestores y sujetos de su propio destino.

5. Creemos necesaria desde esta misma perspectiva ecuménica ampliar el diálogo, el acercamiento y el entendimiento con los diferentes sectores de la sociedad política y civil para buscar propuestas y soluciones a las diferentes problemáticas que afectan la vida de nuestro pueblo.

6. Es un imperativo ético y moral de nuestras iglesias dar un testimonio de unidad y entendimiento, lo que implica profundizar nuestro diálogo, intercambio y compartir ecuménico, de modo que podamos contribuir a los consensos y las concertaciones necesarias para enfrentar esta situación de crisis y pecado en la que esta sumida nuestra sociedad.

POR FECLAI- EL SALVADOR, CEIPES –EL SALVADOR Y ORGANIZACIONES Y COMUNIDADES CRISTIANAS PRESENTES EN EL FORO – FE, ECONOMIA Y SOCIEDAD – PREVIO AL FORO DE SAO PAULO.

SAN SALVADOR, 13 DE ENERO DE 2007.

Y FIRMAMOS.

NOTA: fue presentado oficialmente a quién trabajaba la memoria del foro de Sao Pablo, el día 13 de enero de 2007, en la sesión plenaria, por la tarde y leída en la misma, según nos indicara la Diputada Licenciada Blanca Flor Bonilla.

Atentamente,

Reverenda Cecilia Alfaro

Coordinadora Nacional de FECLAI-EL SALVADOR.



**Taller Juvenil Internacional
XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo
San Salvador, 7 y 8 de enero de 2007**

***“La Juventud y la nueva etapa de organización y
lucha por la integración latinoamericana y caribeña”***

DECLARACIÓN FINAL

Las delegadas y los delegados jóvenes de organizaciones sociales y políticas de América Latina y el Caribe, reunidos para hacer oír la voz de los sin voz, expresar las ideas, aspiraciones y sueños de los excluidos de la Patria Grande. Siguiendo el ejemplo de Schafik Handal, a quien esta dedicado el XIII Foro de Sao Paulo, así como de tantos y tantas otras luchadores por la libertad, la justicia y dignidad que, empuñando su fusil, sus ideas, su coraje contra el opresor hoy nos inspiran.

Concientes de la necesidad de contar con un instrumento político para la integración, convocamos a la juventud democrática y progresista latinoamericana y caribeña, a hacer parte del Foro Juvenil de Sao Paulo, que se realizara del 23 al 26 de marzo del presente año.

El neoliberalismo atraviesa un periodo de crisis por lo que su brutalidad se intensifica en los pueblos oprimidos. Este modelo que favorece a unos pocos, que deteriora las condiciones laborales, profundiza la migración, el deterioro del medio ambiente, la privatización de la seguridad social y la educación, e implementa normas que protegen los derechos de las grandes corporaciones afecta directamente a los jóvenes, que constituyen la mayoría de nuestros pueblos.

El neoliberalismo profundiza, además, la brecha entre ricos y pobres y consolida cada vez más el control económico y político de los imperios opresores que se han erigido en el mundo; elimina la soberanía nacional y convierte a nuestros países en grandes mercados comerciales, sometiendo a nuestros pueblos a ser simples sociedades de consumo y de intercambio mercantil y comercial, destruyendo así los tejidos éticos, los valores humanos fomentando el individualismo como factor de triunfo.

CONSIDERAMOS:

Que la problemática social, económica y política en nuestra región se ha agudizado en los últimos diez años a causa de las políticas implementadas por los gobiernos al servicio del imperio, trayendo como consecuencia la agudización de la pobreza, el desempleo, la violencia, la degradación ambiental, que afectan mucho más a las nuevas generaciones, poniendo en peligro el futuro de los jóvenes.

Que bajo la fachada de la seguridad hemisférica, llamada “lucha contra el terrorismo”, impulsada hoy por el centro de poder imperial y sus agencias de inteligencia, aceptadas con beneplácito por los gobiernos nacionales de derecha e implementados sin conmisericordias, nos enfrentamos a un nuevo peligro las y los luchadores sociales, los pensadores críticos al sistema, los movimientos y partidos de izquierda y en especial los jóvenes que piensan y conciben una sociedad distinta y luchan por alcanzar

el poder para transformar el sistema, por ser esta doctrina realmente una política de control y criminalización de las ideas diferentes.

El triunfo en las contiendas electorales por los partidos de izquierda, debe ser sostenido por la lucha permanente de los pueblos, que pueda cambiar el rumbo de las políticas sociales, económicas y culturales en nuestra región, por ende la necesidad de que las diferentes fuerzas sociales de izquierda expresadas en las más diversas formas de lucha y resistencia, fortalezcamos hoy los procesos de unidad y alianza, para desarrollar un proceso de lucha conjunta en la acumulación de fuerzas populares.

Que todos los planes desarrollados por las transnacionales y sus instrumentos de dominio mundial (BM, FMI, USAID) son planes de control, dominio, explotación y robo de nuestras riquezas, condenando a la pobreza eterna a las nuevas y futuras generaciones, incluso amenazando la existencia misma de la humanidad.

DECLARAMOS

Nuestro rechazo al modelo Neoliberal imperialista como modelo de desarrollo económico y social y nos sumamos a las alternativas como el ALBA para el verdadero desarrollo de nuestros pueblos y las nuevas generaciones en el marco de la justa distribución de la riqueza y el acceso universal a los medios necesarios para vivir como seres humanos dignos.

Nuestro rotundo y enérgico rechazo a los planes de seguridad hemisférica en el marco de la lucha contra el terrorismo, denunciando que atentan contra los Acuerdos de Paz en nuestra región, alcanzados con el derramamiento de la sangre de nuestros mejores hijos; lapidando los más elementales derechos y la dignidad de los pueblos que resisten y luchan por cambiar las condiciones de pobreza y exclusión en la que vivimos. Dichos planes de seguridad hemisférica, además, promueven la estigmatización y criminalización de la juventud y sus nuevas formas de expresión política, social y cultural generando odio y violencia en las relaciones sociales de nuestros pueblos.

Nuestro revolucionario compromiso al estudio, al análisis y comprensión de la nueva etapa de lucha que nos toca desarrollar y hacer los mayores esfuerzos por poner en práctica la unidad y la combinación de todas las formas de lucha política y social, para lograr la victoria contra el imperialismo y el neoliberalismo, y construir un presente digno y un futuro socialista.

La necesidad de impulsar y desarrollar propuestas artísticas y culturales transformadoras, democráticas y progresistas, como un espacio de expresión de la juventud en la nueva etapa de lucha política y social de los pueblos latinoamericanos y caribeños.

Rechazamos enérgicamente la venta de nuestros recursos naturales, nuestra riqueza cultural a las corporaciones internacionales, el imperialismo y colonialismo, con sus cómplices empresarios y gobiernos nacionales, comprometiéndonos a dar las batallas necesarias en todas las trincheras posibles para derrotar y acabar con los planes de dominio hegemónico del imperio corporativo internacional.

Somos los jóvenes herederos de los más grandes sueños, anhelos e ideas de nuestros héroes y



Untitled Document

mártires por quienes nos comprometemos a luchar y ser consecuentes con el proceso de integración latinoamericana y caribeña.

¡¡Hasta la Victoria Siempre!!

San Salvador, 8 de enero del 2007



TALLER JUVENIL INTERNACIONAL DEL XIII FORO DE SAO PAULO

“La nueva etapa de organización y lucha por la integración latinoamericana y caribeña”

DOCUMENTO RESOLUTIVO

Las y los jóvenes de México, Guatemala, Honduras, El Salvador, Costa Rica, Curazao, Colombia, Brasil, Puerto Rico, Venezuela, Ecuador, Nicaragua y Noruega reunidos, en la ciudad de San Salvador, los días 7, 8 y 14 de enero del 2007, después de un intercambio de experiencias e ideas expresan su solidaridad a las diferentes luchas en América Latina y otras regiones del mundo.

RESOLUCIONES

1. Dedicamos este Taller Juvenil en homenaje a la vida y lucha del compañero Schafik Jorge Handal, así como de tantos y tantas otras luchadores por la libertad, la justicia y dignidad que, empuñando su fusil, sus ideas, su coraje contra el opresor hoy nos inspiran.
2. Concientes de la necesidad de contar con un instrumentos político para la integración, convocamos a la juventud democrática y progresista latinoamericana y caribeña, a hacer parte del Foro Juvenil de Sao Paulo, que se realizara del 23 al 26 de marzo del presente año.
3. Nos solidarizamos con la lucha de los pueblos, especialmente de los indígenas, afrodescendientes latinoamericanos y caribeños, que se han levantado energicamente contra la explotación inmisericorde de su medio ambiente efectuada por compañías trasnacionales para apoderarse de los recursos naturales de sus comunidades; la construcción de hidroeléctricas que solo afectará a comunidades pobres y beneficiará a la burguesía y la plantación de la palma africana, para la obtención de recursos energéticos alternos.
4. La necesidad de impulsar y desarrollar propuestas artísticas y culturales transformadoras, democráticas y progresistas, como un espacio de expresión de la juventud en la nueva etapa de lucha política y social de los pueblos latinoamericanos y caribeños.
5. Apoyamos la independencia de Puerto Rico. Y rechazamos rotundamente todas las formas de colonización existentes en cualquier parte del mundo, y en especial en el Caribe latinoamericano. Así expresamos nuestro profundo apoyo con la población de las Antillas

Holandesas, deseando que pronto puedan liberarse del retrogrado sistema colonial al cual siguen sometidos. En ese marco, nos solidarizamos con la lucha del Partido Independentista de Curazao.

6. Nos sumamos a la lucha del pueblo panameño en su rechazo a la ampliación del Canal de Panamá, que favorece a los intereses de las trasnacionales y perjudica la vida de la población más pobres. Invitamos a la juventud mesoamericana a retomar la lucha contra el Plan Puebla Panamá, por ser la estrategia del imperio para saquear los recursos de la región.
7. Respaldamos la posición de rechazo a la aprobación del Tratado de Libre Comercio entre Costa Rica y Estados Unidos, que asumen los diferentes movimientos sociales progresistas y de izquierda, especialmente el Movimiento Alternativo de Izquierda, MAIZ.
8. Denunciamos y condenamos las políticas privatizadoras de la educación, la salud y al acceso del agua, que llevan a cabo los Estados burgueses de la región, en componenda con las empresas trasnacionales.
9. Rechazamos la presencia de las bases militares del imperio en territorio latinoamericano y caribeño, como una flagrante violación a la autonomía y soberanía de los pueblos. Tales como Guantánamo, Manta, Vieques, y en territorios de la republica de Honduras y El Salvador.
10. Denunciamos la llamada “Ley contra Actos de Terrorismo”, que pretende criminalizar las luchas sociales y que castiga con cárcel a quienes se manifiesten contra el orden establecido. Esta Ley fue aprobada en El Salvador y una similar se prepara en países como Honduras y Guatemala.
11. Nos oponemos a la invasión norteamericana en el pueblo iraki, palestino, afgano y demás naciones del medio oriente. Que cese la brutalidad hacia la población civil e inocente.
12. Denunciamos el incremento de los crímenes cometidos hacia jóvenes y mujeres, especialmente

en Guatemala, Honduras y El Salvador, en donde en muchos de los casos existe responsabilidad de los Estados burgueses de la región.

13. Ante la escalada represiva del Estado mexicano contra las organizaciones sociales representadas en la Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca (APPO), hacemos un llamado a los Partidos Políticos de izquierda revolucionaria y progresistas de América Latina y el Caribe, para que se pronuncien contra el gobierno espurio de Felipe Calderón y por la libertad de los presos políticos que se encuentran reclusos a lo largo y ancho del país. Alertamos a la comunidad internacional sobre la criminalización de la lucha social en México y exigimos la inmediata libertad de los hermanos Cerezo Contreras, quienes desde el año 2000 se encuentran detenidos injustamente.
14. Condenamos la masacre perpetrada por militares cascos azules de la ONU en Haití, que costó la vida de decenas de civiles. Este lamentable hecho demuestra una vez más el verdadero rostro de este organismo internacional, títere de las potencias mundiales.
15. Condenamos la construcción del muro de la vergüenza que esta siendo levantado por los Estados Unidos en su línea de frontera con Mexico, lo cual evidencia la amplia política de apartheid, racista y xenófoba hacia los pueblos latinoamericanos y del Caribe.
16. El socialismo del siglo XXI debe fundamentarse en valores de respeto, aceptación y equidad de género y diversidad sexual.
17. Somos, los jóvenes, herederos de los más grandes sueños, anhelos e ideas de nuestros héroes y mártires por quienes nos comprometemos a luchar y ser consecuentes con el proceso de integración latinoamericana y caribeña.
18. Convocamos a la juventud a participar en una acción de solidaridad e integración Latinoamericana y Caribeña, el 24 de febrero, como el inicio de las nuevas formas de lucha conjunta en la América Nuestra.

Saludos revolucionarios:

19. Saludamos la victoria del pueblo de Nicaragua en las pasadas elecciones y expresamos nuestro apoyo al reto que asume el compañero Daniel Ortega y el FSLN.

20. Aplaudimos el triunfo de Luiz Inacio Lula Da Silva, en Brasil como una reconfirmación de respaldo al trabajo del pueblo brasileño y la izquierda.

21. Apoyamos el proceso revolucionario del líder Aymara y Presidente de Bolivia, Evo Morales, quien paso a paso construye un mejor futuro para el pueblo de boliviano. Y respaldamos su nominación para premio Nobel de la Paz, por su lucha humanitaria a favor de los pueblos.

22. Expresamos nuestro entusiasmo y solidaridad por la consolidación del proyecto de la Revolución Bolivariana de Venezuela; felicitando la toma de posición del Comandante Hugo Chávez. Así mismo respaldamos la propuesta de la creación del Partido Único, como un instrumento más firme y decisivo en la construcción del socialismo del siglo XXI. También, queremos resaltar el papel del canal Telesur como herramienta para la democratización de la información en toda América Latina y el mundo.

23. Saludamos al glorioso pueblo de Cuba y al Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, quien recientemente estuvo celebrando sus 80 años de vida al servicio de la humanidad. Exigimos la pronta liberación de los 5 héroes cubanos presos en las entrañas del imperio estadounidense y condenamos la doble moral del gobierno de Bush, al mantener protegido en su seno al terrorista Luis Posada Carriles, uno de los mas peligros criminales, responsable de muchas muertes. Nuestras organizaciones expresan su más profundo y sincero agradecimiento por la solidaridad del pueblo cubano y su gobierno revolucionario, al mantener en sus aulas a centenares de jóvenes latinoamericanos, estudiando Medicina y otras carreras. Hacemos un reconocimiento a la Misión Milagro, a través de la cual se han curado de la vista miles de compatriotas latinoamericanos y caribeños. Agradecemos, asimismo, la presencia de centenares de médicos cubanos imbuidos en los más recónditos lugares de Guatemala, Honduras y Nicaragua, y en la mayoría de países de América Latina.

24. Saludamos la victoria electoral de la izquierda en Ecuador, y expresamos la confianza hacia su líder y ahora presidente Rafael Correa. Nos solidarizamos en su posición en no aceptar el TLC con Estados Unidos, así como la iniciativa de realizar la Asamblea Nacional Constituyente. Condenamos las agresiones realizadas por parte del Gobierno Colombiano de Álvaro Uribe al violentar la soberanía de Ecuador con sus acciones, así como las presiones de la oligarquía recalcitrante de ese país hacia el nuevo Gobierno.

25. Saludamos la lucha organizada del pueblo colombiano por la paz y la justicia y condenamos la actitud terrorista y guerrillera del gobierno pro-paramilitar de Álvaro Uribe Vélez. Condenamos especialmente la persecución política hacia el movimiento estudiantil, que ha llegado en los últimos años al asesinato de dirigentes estudiantiles, y los desplazamientos generados por las amenazas de los cuerpos paramilitares, en contubernio con el gobierno oligarca de Uribe Vélez.

26. Nos solidarizamos con la Juventud de Izquierda y el Movimiento Popular del Perú, por ser víctimas de la represión del gobierno totalitario de Alan García en coalición con la derecha y el fujimorismo.

¡¡Por que Otra América Latina es Posible!!

San Salvador, 14 de enero de 2007

**resoluciones presentadas por los movimientos y organizaciones populares y sociales
participantes en el xiii ENCUENTRO DEL foro de Sao Paulo
san salvador, el salvador, centro america 12 al 16 de enero del 2007**

1. Saludamos la realización del XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo en San Salvador, El Salvador. Asimismo damos la bienvenida a las delegaciones de los partidos de izquierda y los movimientos sociales de América Latina y el Caribe y de otras partes del mundo.
2. Felicitamos a los miembros articulados en el Foro de Sao Paulo, que desde hace 16 años han mantenido una perseverante lucha por fortalecer el carácter antineoliberal y antiimperialista del Foro.
3. Nos congratulamos de la capacidad y voluntad de mantener y fortalecer la unidad de los integrantes del Foro de Sao Paulo, en función de las necesarias transformaciones antineoliberales, en beneficio de las mayorías populares y por la defensa de la soberanía de Latinoamérica y el Caribe, con pleno respeto de la amplitud y diversidad de ideas enraizadas en los diversos países y organizaciones políticas.
4. Proponemos a los integrantes del Foro de Sao Paulo abrir una nueva etapa en la lucha por la integración Latinoamericana y Caribeña, pasando a la acción solidaria concreta entre los países que ya avanzaron hacia la toma del poder político gubernamental y las fuerzas en vía de construir la acumulación necesaria para acceder al poder.
5. Reconocemos que los gobiernos de izquierda vinculados estrechamente y de manera creciente a los movimientos sociales y populares, están logrando profundizar sus programas a favor de los sectores excluidos y marginados y construyendo las bases para un nuevo esquema de desarrollo económico, social y político para nuestros países.
6. Consideramos necesario por lo tanto, que se desarrollen mecanismos permanentes para establecer una relación de respeto mutuo entre organizaciones sociales y partidos políticos de izquierda, para compartir objetivos comunes e impulsar, revisar y actualizar conjuntamente, no solo estrategias sino también tácticas y agendas tanto del movimiento popular y social como de los partidos de izquierda.
7. Rechazamos categóricamente las estrategias neoliberales e imperialistas como los TLC's, los Acuerdos de Asociación con la Unión Europea, el PPP, el Plan Colombia, el ALCA, las ILEA's y la instalación de bases militares estadounidenses en el continente, así como la explotación minera y de otros recursos naturales, la continuación de los procesos de privatización, particularmente del agua, de la salud y de la educación, y en general el intento de saqueo de todo tipo de recursos de nuestros pueblos por parte de las corporaciones transnacionales.
8. Observamos con esperanza que han surgido instrumentos alternativos para la integración de los pueblos, particularmente el ALBA (Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América), el cual antepone los intereses de la gente, busca la recuperación de los recursos de los pueblos y prioriza la educación, la salud y la subsistencia. Este a su vez esta generando espacios para la integración creativa de los movimientos sociales y populares, y de esta manera estos contribuyen al desarrollo del ALBA. Por lo que una estrategia para fortalecer y empujar el alba debe formar parte sistemática de la agenda de los movimientos sociales y populares.
9. Nos solidarizamos con el heroico pueblo cubano en su lucha contra el bloqueo económico, comercial y financiero impuesto por el gobierno de los Estados Unidos, así como denunciamos el plan intervencionista del gobierno norteamericano denominado "Comisión para la asistencia a una

Cuba libre”.

10. Asumimos los compromisos de:

- a. Diseñar estrategias concretas dirigidas a fomentar la igualdad de derechos y oportunidades entre los géneros, como objetivo imprescindible para fortalecer los movimientos sociales y los partidos políticos, en la lucha por construir el socialismo del siglo XXI.
- b. Establecer una estrategia entre los movimientos populares y sociales de nuestros países con las organizaciones de migrantes en Estados Unidos y otros países del mundo, en una lucha común contra el neoliberalismo expulsor de nuestra gente, las leyes antiinmigrantes particularmente los muros previstos en las fronteras sur de los Estados Unidos y México.
- c. Contribuir a construir y fortalecer un amplio movimiento popular y social regional, latinoamericano y caribeño para la defensa solidaria de los procesos de transformación revolucionaria, en particular de Cuba, Venezuela, Bolivia y de todo proceso agredido de manera similar por los gobiernos imperialistas. Así como apoyar decididamente los procesos políticos y sociales de otros países en su lucha contra el neoliberalismo y el imperialismo.
- d. Construir en lo nacional un amplio movimiento popular, social y ciudadano articulando la lucha social, política y electoral, compartiendo la estrategia y táctica con los partidos de izquierda en una relación de mutuo respeto, en función de construir el suficiente poder popular para la derrota política del neoliberalismo, sacando del poder municipal, legislativo y ejecutivo a los partidos de derecha. Todo esto por la defensa de la soberanía de nuestros pueblos, y por las transformaciones antineoliberales hacia una nueva sociedad que sientan las bases para construir el socialismo del siglo XXI.

11. En el caso de las organizaciones populares y sociales de El Salvador sustentamos nuestros compromisos sobre la base de reconocer al Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional como el único partido de izquierda de El Salvador que (desde su constitución en partido político legal en 1992) ha logrado construir un proceso de acumulación continuo, en permanente ascenso y en los últimos años de un crecimiento electoral acelerado, así como de apoyo decidido a los sectores sociales y populares en su lucha. Por lo que le respaldamos como el partido político de izquierda capaz de articular la fuerza política, popular y social suficientemente amplia para acceder al poder político en el 2009.

San Salvador, 11 de enero de 2007

RESOLUCIÓN DEL TALLER DE PARLAMENTARIOS Y PARLAMENTARIAS DEL XIII FORO DE SAO PAULO.

CONSIDERANDO:

1. Que los partidos integrantes del Foro de Sao Paulo cuentan con centenares de parlamentarios y parlamentarias, ubicados en los Congresos u Organismos Legislativos nacionales, en los Parlamentos Regionales de integración, en el Parlatino, en COPA, en la Asamblea de Parlamentaria Eurolatina, en la Unión Interparlamentaria Mundial, en Parlamentarios de Acción Global, y en otros espacios y redes parlamentarias.
2. Que el proceso de integración alternativa de los pueblos de América Latina, ALBA, requiere de una acción concertada y coordinada de las fuerzas de izquierda de la región, lo cual incluye y requiere de un esfuerzo decidido de los parlamentarios con tales características.
3. Que las derechas de América latina y Norte América pretenden continuar impunemente depredando nuestro ambiente, privatizando y adueñándose de nuestros recursos naturales y las empresas públicas, impulsando la promulgación de leyes represivas e intervencionistas, lo cual pasa por que se derroten en los órganos legislativos a las representaciones parlamentarias de izquierda.
4. Que es urgente y necesario promover la solidaridad con los pueblos del mundo que sufre guerras de agresión y políticas de intervención imperial, como los pueblos de Palestina, Colombia, Irak, Afganistán y República Árabe Saharaí Democrática.
5. Que debemos luchar por que los Estados de América Latina se abstengan de apoyar iniciativas terroristas e injerencistas y de violación a los derechos humanos.
6. Que es en los Congresos y Parlamentos Regionales donde se aprueban finalmente las disposiciones relacionadas con el comercio internacional, participación en guerras y privatizaciones, etc.

7. Que los migrantes de la región de América Latina y el Caribe enfrentan en la actualidad un proceso de lucha intenso dentro de los Estados Unidos de América y los parlamentarios deben acompañar con mayor fuerza el apoyo en función de una reforma integral migratoria que lleve a las diferentes comunidades a establecer un status de legalización permanente en ese país.
8. Que es necesario que los y las parlamentarios de los Partidos del Foro participemos activamente en este combate contra el sistema neoliberal y patriarcal y en la adopción de las disposiciones que hagan avanzar el ALBA en nuestra región.

POR TANTO, ACORDAMOS:

1. Crear la red de Parlamentarios y Parlamentarias del Foro de Sao Paulo, con el objetivo de generar encuentros periódicos para coordinar agendas políticas en relación a los distintos espacios de parlamentarios a niveles regionales y mundiales.
2. Definir una agenda de trabajo de la red para la coordinación de propuestas y acciones en los temas de:
 - A. Comercio e Integración
 - B. Migraciones
 - C. Promoción de la Paz, la Seguridad Hemisférica y mundial, los derechos humanos, la no intervención y el respeto a la autodeterminación de los pueblos.
 - D. Articulación de la lucha parlamentaria en los Parlamentos de Integración y Parlamentos Regionales.
 - E. Articulación de la lucha parlamentaria con las organizaciones sociales y populares.

F. Mecanismos de coordinación y solidaridad en emergencias políticas, económicas y sociales

G. Realizar una reunión de la Red de Parlamentarias y Parlamentarios del Foro de Sao Paulo para julio del presente año y nombrar en este XIII encuentro un equipo que se encargue de su organización y definición del la sede, fecha exacta y demás aspectos logísticos y operativos del mismo; así como mantener la comunicación para el intercambio de información, vía Internet.

San Salvador, 11 de Enero de 2007.



LOS PARLAMENTOS Y LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN DE LOS PUEBLOS^[1]

EL PAPEL DE LOS PARLAMENTOS

Los parlamentos son uno de los poderes más importantes de los Estados. En algunos países del continente el sistema de gobierno es parlamentario y tienen un peso mayor en la conducción de los mismos. En otros el sistema es presidencialista y los parlamentos son el primer órgano del Estado, pero es complementario al poder ejecutivo. El papel de los parlamentos donde es presidencialista el sistema político, depende de los niveles de fortalecimiento institucional, del fortalecimiento de la democracia formal para que pueda jugar un papel autónomo del ejecutivo, donde lo que se desarrolla son relaciones de coordinación y no de supeditación. En los países donde existe autoritarismo y la democracia es débil, los parlamentos están supeditados al poder ejecutivo.

La función de los parlamentos es el de legislar, elaboran, reforman y aprueban las leyes nacionales y ratifican los convenios internacionales, de acuerdo al marco doctrinario que impulsan, en concordancia con el sistema económico social que está en proceso o se ha establecido.

Los parlamentos tienen una vida muy dinámica, porque en la mayor parte de países, es el espacio político plural del Estado, donde confluyen las diferentes corrientes de pensamiento político, o es el espacio donde se reflejan los diferentes sectores de una sociedad.

En la medida que en América Latina y el Caribe se va desarrollando el parlamentarismo y surgen iniciativas de integración, sin importar las corrientes de pensamiento o el enfoque de integración, se han ido organizando parlamentos regionales. En el continente americano existen dos parlamentos continentales: la Conferencia de Parlamentos de América COPA y la Federación Interparlamentaria de América FIPA, esta organizada por la OEA. También se han organizado parlamentos regionales, el Parlamento Latinoamericano PARLATINO, el Parlamento Centroamericano PARLACEN, el Parlamento ANDINO y recientemente en el 2006 el Parlamento del Cono Sur. Cada parlamento regional se ha organizado en coyunturas políticas que han dado un giro y contribuido con intereses claros, propósitos y se les ha asignado una función en el contexto regional.

Para el caso del PARLACEN por ejemplo se organizó en 1990, como resultado de los acuerdos de Esquipulas II donde se acordó organizar el Sistema de Integración Centroamericana SICA, como un avance en mecanismos de los procesos de paz para la región, aunque desde el surgimiento su función jurídica es limitada, porque las resoluciones no son vinculantes, solo recomendables. FIPA surge en el año 2001 a iniciativa de la OEA, como un mecanismo para proponer e impulsar iniciativas de los Estados Unidos de Norte América relacionadas con el Área de Libre Comercio ALCA y de Seguridad Hemisférica posteriores al 11 de septiembre 2001, ante la pérdida de la presidencia de COPA por parte de la derecha del continente. El Parlamento del Cono Sur se organiza como una instancia que puede contribuir en el desarrollo y consolidación de la integración de esa región del continente.

En síntesis, los parlamentos nacionales, regionales o continentales tienen una función que cumplir acorde al marco doctrinario y enfoque del sistema político económico que se impulsa, definiendo a quién beneficia y a quién afecta con la legislación que se va aprobando, son un instrumento del sistema

económico social.

LAS RELACIONES DIPLOMÁTICAS PARLAMENTARIAS

Las Naciones Unidas desde el año 2001 ha organizado dos Asambleas Mundiales de Presidentes de Parlamentos, como una manera de apoyar las relaciones diplomáticas parlamentarias y que exista un contrapeso mayor en la conducción de los Estados y de mayor incidencia en las diferentes regiones del mundo.

Entre las mismas regiones, además de la organización de parlamentos, se han creado mecanismos de coordinación entre presidentes de parlamentos, como es el caso del Foro de Presidentes de poderes legislativos de Centro América y República Dominicana. En estas instancias se elaboran agenda de prioridades a impulsar en los parlamentos nacionales y en la región en su conjunto. También se han establecido relaciones de coordinación entre algunas comisiones parlamentarias, entre ellas las de Relaciones Exteriores de los parlamentos, que definen temas de agenda en legislación regional e internacional y tiene incidencia en las agendas parlamentarias nacionales.

El desarrollo de las relaciones diplomáticas es de gran importancia en los procesos de integración regional, el asunto es que tipo de integración promueven en la firma de convenios bilaterales o regionales, si son convenios que favorecen a los pueblos o les afectan. A quienes benefician la firma de estos convenios?

Los partidos del FSP deben tener claro a quienes afectan cuando promueven y aprueban legislación regional o internacional deben tener claro a quienes están beneficiando. Contribuyen en la construcción del modelo alternativo? O refuerzan las políticas y estrategias imperialistas?

LA MISIÓN DE LOS PARLAMENTARIOS DE IZQUIERDA DEL FSP

La misión de los partidos políticos del Foro de Sao Paulo en los espacios conquistados en los parlamentos, ya sea nacionales, regionales, continentales o mundiales, deben de ser:

1. Impedir la promoción y aprobación de leyes que fomenten las relaciones imperialistas y de las empresas transnacionales, que afectan la soberanía de los pueblos, que impiden el derecho a la autodeterminación de los pueblos y que debilitan y obstaculizan la paz en el mundo.
2. Deben promover iniciativas de ley que fortalezcan la soberanía de los pueblos y el derecho a la autodeterminación, que contribuyan a rescatar los recursos naturales de cada nación, que promueva y fortalezcan la democracia formal y la democracia participativa de manera complementaria, que promueva el respeto irrestricto de los derechos humanos para niños, niñas, jóvenes, mujeres, hombres, adultos mayores, para todos los sectores de la sociedad, sin exclusión.
3. Deben promover la firma de convenios bilaterales o regionales, que fortalezcan los procesos de integración desde los intereses y necesidades de los pueblos, teniendo como centro a la persona humana y todo lo demás en función de su desarrollo, la cooperación y solidaridad.

LAS PRIORIDADES PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Entre las prioridades para los parlamentarios y parlamentarias de izquierda del Continente Americano se encuentran el promover la aprobación de la Carta Social de los Pueblos que se encuentra en la OEA. Por la dimensión del fenómeno migratorio, la redacción y aprobación de Convenios relacionados con dicho tema. En este encuentro internacional, uno de los resultados que se espera tener es una agenda de esta naturaleza y el consenso en la forma y medios para conseguirlo.

MECANISMOS DE COORDINACIÓN:

Es necesario que se fortalezcan las redes de parlamentarios de izquierda, para darle seguimiento al contexto internacional y estar revisando los avances u obstáculos jurídicos relacionados con los procesos de integración y la construcción del modelo alternativo, que puede ser la Alternativa Bolivariana para las Américas ALBA y otras iniciativas, como las del Cono Sur. En la región mesoamericana se necesita trabajar en una propuesta de Esquipulas III, que nos ayude al fortalecimiento de la democracia regional y a la construcción de la paz.

Que se pueda estudiar desde los parlamentarios de izquierda, las propuestas de otros continentes, como la iniciativa de Asociación con la Unión Europea y poder hacer contrapropuestas a estas iniciativa, tener un papel ofensivo y no estar siempre a la defensiva. De igual manera con el Área de Libre Comercio ALCA o los tratados comerciales. Generar iniciativas del Comercio Justo o Comercio Equitativo, lanzar propuestas de Convenios Regionales de Cooperación que promuevan la solidaridad y fortalezcan la democracia.

[1] *Ponencia presentada por la Lic. Blanca Flor Bonilla, Diputada en la Asamblea Legislativa de El Salvador y Coordinadora del Comité Organizador del XIII Encuentro de FSP, El Salvador 2007*

EL FENÓMENO MIGRATORIO DE EL SALVADOR EN EL SIGLO XXI^[1]

INTRODUCCIÓN:

Las migraciones se han producido desde que la humanidad existe, lo que cambia es la causa por la que contingentes significativos de población emigran de un lugar a otro.

El Salvador cuenta con una extensión territorial de 20 mil kilómetros cuadrados, un promedio de 7 millones de habitantes en su interior y 3 millones dispersos en el mundo, en este sentido resulta trascendental reflexionar y analizar por qué a principios del Siglo XXI, prácticamente la tercera parte de la población salvadoreña vive fuera de su patria, cuáles son los factores que en las últimas tres décadas incidieron para esta emigración, los impactos positivos y negativos que ha generado, y por supuesto las oportunidades y fortalezas que tiene el país.

PROCESO HISTÓRICO DE LAS MIGRACIONES

En El Salvador la emigración internacional tradicionalmente se ha dirigido hacia los Estados Unidos de Norte América (USA). Desde inicios del Siglo XX se registraron bloques de población que emigraron hacia ese país en búsqueda de mejores oportunidades de trabajo. Inicialmente no fue de carácter masivo pero a finales de los años setentas, la década de los ochentas y principios de los noventas, la emigración en El Salvador se incrementó aceleradamente, al profundizarse la persecución política, la permanente violación de los Derechos Humanos y posteriormente por el desencadenamiento de la Guerra Civil. En ese proceso fueron implementadas una serie de medidas de carácter militar apoyadas por el Gobierno de los Estados Unidos de turno como la de "tierra arrasada" implementada por el ejército gubernamental, que afectó la seguridad de la vida de muchos salvadoreños y salvadoreñas tanto en la ciudad como en el campo.

Una parte de las familias y en algunos casos núcleos familiares completos salieron a refugiarse a países de Centro América, México y USA. Con la participación de las Naciones Unidas se obtuvo el apoyo de los Gobiernos de Canadá, Suecia y Australia, que fueron países donde se daba refugio por razones de persecución política. A enero de 1992, cuando se firmaron los Acuerdos de Paz, más del 10% de la población vivía fuera de El Salvador.

Con la finalización de la guerra y la eliminación de la dictadura militar, que domino por 60 años, en el país, la expectativa era que el flujo migratorio disminuyera significativamente, porque había esperanza que iniciaría un nuevo proceso con democracia que sentaría las bases para un nuevo modelo mas incluyente y participativo de la sociedad salvadoreña en general.

Los Acuerdos de Paz se pusieron en marcha, los objetivos eran: concluir el conflicto armado y la militarización de la sociedad, el respeto irrestricto de los Derechos Humanos, el fortalecimiento de la democracia y la reunificación de las familias y sociedad. Paralelo a los diferentes programas y acciones de los Acuerdos de Paz, se desarrolló aceleradamente la aplicación del modelo neoliberal, en todos sus componentes: privatizaciones, ajuste estructural, reducción del Estado, los tratados de libre comercio e inversiones.

Transcurrió el tiempo y los Acuerdos de Paz fueron quedando relegados por el Gobierno y por otras instituciones del Estado responsables de aplicarlos, la sociedad en general no profundizó la exigencia para su cumplimiento y las Naciones Unidas en el año 2002 retiró la Comisión de Verificación. Por el contrario, en los últimos siete años la mayor parte de acciones del gobierno dominado por el partido ARENA y la doctrina de la legislación nacional ha estado orientada a beneficiar la aplicación del modelo neoliberal, que en su espíritu y letra es contrario a los Acuerdos de Paz.

Entre los efectos se encuentran: la destrucción del tejido productivo agropecuario que contribuía a la cobertura del

80% del consumo nacional, causando un amplio desempleo rural, debilitamiento de la producción artesanal e industrial nacional, reducción de más de 45 mil empleos del Estado, el impulso de los capitales golondrinas que invierten en maquilas donde explotan mano de obra barata en su mayoría mujeres, con sueldos miserables, y no tiene exigencias de calidad educativa ni tecnológica. Se ha fortalecido el sector financiero y comercial vinculado a las políticas neoliberales, ambos sectores no son generadores de empleo masivo. El trabajo formal tiene una cobertura de más del 20% de la población económicamente activa, quedando cerca del 80% de la PEA en el sector informal, subempleo y desempleo.

En investigaciones realizadas por distintos analistas hasta el año 2005, la población que emigró expresaba que era por falta de empleo, en búsqueda de trabajo con un salario permanente y digno, que el país le negaba. La mayor parte de población que emigró, fue hacia los Estados Unidos y de manera indocumentada, enfrentando en el trayecto una serie de dificultades, pasando hambre, sufriendo vejaciones, abandonados muchas veces en el trayecto, mujeres y niñas violadas o prostituidas sin poder llegar a su destino, muchos mutilados al caer de los trenes y otros también encontraron tristemente la muerte.

Es importante hacer mención que después del 11 de septiembre del 2001, El Salvador ha sido uno de los países que han aplicado de manera ortodoxa las medidas impulsadas por la Política de Seguridad Hemisférica de USA, así como uno de los que más tratados de libre comercio (6) y convenios bilaterales de protección de inversiones (más de 30) ha firmado en la región centroamericana. En investigaciones realizadas a finales del año 2006, personas entrevistadas expresaban que se iban del país por razones de seguridad, porque habían sido objeto de extorsión del crimen organizado, el cual ha tenido un fuerte incremento y desarrollo en los últimos siete años.

En mayo 2006, de acuerdo a información del Ministerio de Relaciones Exteriores, habían emigrado de El Salvador 3 millones de personas, que significan aproximadamente el 33% de la población. O sea que desde 1992 hasta mediados del 2006 el incremento de la emigración fue del 23%, más que la emigración causada por la dictadura militar y por la guerra civil.

DIFERENTES ARISTAS DEL FENÓMENO MIGRATORIO

El fenómeno migratorio de la población salvadoreña en los últimos 16 años esta vinculado a las políticas económicas, sociales, de aplicación de justicia y del proceso de democratización del país. Asimismo, a las políticas de los gobiernos que son "corredor" de la "Ruta del Migrante", como es el caso de México y de igual manera los Estados Unidos.

Debido a que la mayor parte de población que ha emigrado ha sido sin autorización de visas y de manera indocumentada, actualmente hay un flujo migratorio permanente hacia los Estados Unidos de Norte América, de sur a norte, pero también de norte a sur, por medio de las deportaciones desde la frontera sur de México, que se ha incrementado aun mas debido a la política de persecución hacia los trabajadores y trabajadoras indocumentadas impulsada por el gobierno de los Estados Unidos.

De igual manera sufren acoso los trabajadores que tienen en algunos casos permiso para trabajar o residencia y que han cometido alguna falta leve o grave. De acuerdo a informaciones de la prensa, más del 70 % de los deportados y deportadas es por estar indocumentados, lo cual en las leyes de los Estados Unidos es un delito grave y hay un acuerdo con el gobierno de El Salvador para las deportaciones. Sólo en el año 2006 fueron más de 3 mil los salvadoreños y salvadoreñas deportados. Un 30% han cometido faltas y delitos graves, muchos de ellos son parte de las "pandillas o maras", que forman parte del crimen organizado. Algunos van a los centros penitenciarios en El Salvador y otros quedan libres.

En relación a las políticas y legislación mexicana, el año 2006 en el marco del Tratado de Libre Comercio del Norte, TLCAN, firmaron un documento anexo a este tratado, que es el ASPAN, que son acuerdos donde han incluido medidas relacionadas con la política de seguridad hemisférica, incluyendo el aspecto migratorio, donde México se

compromete a incrementar las medidas para contener el flujo migratorio de Centro América y de otros países que buscan esta ruta para llegar a los Estados Unidos de Norte América.

Una política económica del gobierno, que no está escrita pero que se promueve es, que en la medida que más salvadoreños y salvadoreñas llegan a los Estados Unidos, más dólares envían hacia El Salvador, convirtiéndose en una balsa para la dolarización de la economía y para el encubrimiento del lavado de dólares, así como el mecanismo de fomento del consumo en las cadenas comerciales, de los productos que el país importa en el marco de los TLC's. La dinámica es, llegan los dólares, las familias los reciben y los gastan en un 90% en el consumo.

Después de 15 años de los Acuerdos de Paz ahora se importa el 80% de lo que consume el país. Hace 15 años sólo se importaba el 20%, el 80% se producía en El Salvador. En el año 2006 las "remesas familiares" sobrepasaron los 3 mil millones de dólares, que significan el 18% del PIB. En algunos estudios, incluso en declaraciones de la Embajada de los Estados Unidos en El Salvador, las "remesas familiares" sirven al crimen organizado de cobertura para lavar los dólares producto del narcotráfico, donde está involucrado el sector financiero y delincuentes de cuello blanco.

Sobre las características de la población que ha emigrado, hace 40 a 50 años, la mayor parte de ellos, eran mujeres que se desempeñaban en oficios domésticos, labores agrícolas o en pequeños negocios de servicios. Luego en los últimos 30 años del siglo pasado, emigraban en su mayoría campesinos, estudiantes y obreros, que eran perseguidos por el ejército salvadoreño o que se sentían en riesgo porque eran paramilitares u "orejas" del gobierno. En los últimos 15 años han emigrado profesionales, de acuerdo a estudios sobre "fuga de cerebros", El Salvador se lleva el primer lugar de profesionales que han abandonado el país por falta de empleo y en los últimos 7 años han emigrado jóvenes recién graduados que no encuentran su primer empleo en El Salvador.

Sobre la población que reside fuera del país, un porcentaje alto se ha insertado en la sociedad de los diferentes países, entre ellos en los Estados Unidos de Norte América, Canadá, Australia, Suecia, Italia, Belice, Costa Rica, México, etc. Las primeras generaciones tienen calidad de ciudadanos y residentes, algunos han incursionado en los negocios y son exitosos, otros en el área académica y científica y se han destacado, otros en el campo político. Hay una contribución importante al desarrollo cultural, económico, social y político en cada uno de los países, principalmente en los Estados Unidos de Norte América. Parte de los que emigraron hasta el 11 de febrero 2001, cuando fueron los terremotos en El Salvador, tienen permiso temporal para trabajar (TPS), son aproximadamente 250 mil. Los salvadoreños que emigraron en los años ochenta y noventa, muchos de ellos todavía se encuentran indocumentados, no se sabe con certeza la cantidad.

Un problema serio en la población que vive fuera es la pérdida de la identidad cultural con El Salvador, este fenómeno social y antropológico, influye en la salud mental de las primeras generaciones y repercute en la segunda generación que han nacido en esos países, hasta la tercera generación. Muchas familias no han socializado con sus hijos e hijas la historia de El Salvador, la razón de la emigración y las segundas y tercera generación incluso ya no hablan español. Esta situación es grave, porque una gran mayoría tiene familia todavía en El Salvador y un porcentaje alto de la primera generación que emigró vive proyectando regresar al país a vivir su jubilación.

El factor migratorio ha incidido en el tipo de familias que actualmente tienen El Salvador, debido a que una parte está fuera y otra dentro, un efecto de este aspecto es que de cada 100 familias, de acuerdo a datos oficiales el 40% aproximadamente son uniparentales, donde la jefa y proveedora son las mujeres. En algunos estudios realizados en sectores populares, en "colonias marginales", se incrementa el porcentaje al 65%. Este fenómeno de familias desintegradas o donde solo predomina uno de los progenitores ha propiciado efectos negativos en la estabilidad emocional, salud mental y debilitamiento a la familia y se considera uno de los factores que inciden en la falta de educación integral y cuidado de los hijos e hijas, que son en algunos casos presas del crimen organizado, de las pandillas y de la delincuencia social.

DOS CARAS DE LA MISMA MONEDA

El modelo neoliberal implementado en el Salvador, dirigido por los distintos gobiernos del Partido ARENA le conviene que entre más personas emigran, más remesas recibe el Salvador, contribuyen a la dolarización y es la política pública más efectiva contra la pobreza, a falta de políticas públicas efectivas del Estado, más de 400 mil familias viven de recibir remesas mes a mes, alimenta al sistema financiero, de transporte aéreo, principalmente de TACA y el comercio de importaciones se ha incrementado, estos son los sectores más beneficiados, los que han acumulado más riqueza producto de la emigración.

Uno de los aspectos favorables es el proceso de culturización de la población salvadoreña, al conocer otras sociedades que tienen más avanzado el desarrollo político, económico, social, cultural, ambiental y esas buenas prácticas tienen ahora posibilidades de incidencia dentro de El Salvador, si se organizan como sector de población y reivindican sus derechos ciudadanos y políticos como salvadoreños.

No se puede ignorar y desconocer la alta dependencia que tiene El Salvador en relación a los compatriotas en el exterior, principalmente los que viven en Estados Unidos de Norte América. La dependencia es económica, social, política y cultural, que puede incidir positiva o negativamente, de acuerdo a la información a la que tengan acceso y las relaciones que se construyan.

Entre las principales demandas de los salvadoreños en el exterior, que fueron plasmadas en la Declaración final de salvadoreños en el mundo, se encuentran:

- Estabilidad Migratoria.
- La creación de un Centro de Estudios Internacionales para que investiguen la realidad y el pensamiento de los salvadoreños.
- Tener mayores mecanismos de comunicación entre los diferentes órganos del Estado y los compatriotas.
- La necesidad de políticas y programas tendientes a canalizar el esfuerzo de los residentes en el exterior, a fin de que las mismas sirvan para generar valor agregado a la sociedad y no sólo a para elevar el consumo.
- Ser vistos como salvadoreños, no solamente como aportadores de remesas.
- Necesidad de votar para comicios. La creación de un registro electoral para los que viven en el extranjero. Además solicitarán un mejor servicio en la emisión del DUI.

PERSPECTIVAS

No cabe duda que es indispensable legislar e impulsar políticas públicas que incluyan a los salvadoreños en el exterior. Esto es un reto para las diferentes fuerzas políticas del país. El FMLN en su Programa de Gobierno al país, ha propuesto:

- Trabajar por convertir las Relaciones Exteriores en un instrumento para el desarrollo socioeconómico del país y oponerse a aquellas políticas que entregan los intereses nacionales.
- Demandar a la OEA la aprobación de la Carta Social de los Pueblos.
- Promover la suscripción de convenios, tratados y leyes internas que conduzcan al pleno reconocimiento, promoción, respeto y vigencia de los Derechos Humanos.



- Exigir una tutela del Estado Salvadoreño a los derechos de la población salvadoreña migrante, incluyendo la suscripción, ratificación, cumplimiento y verificación de los tratados y convenios dirigidos a ese fin.
- Propiciar la participación de las fuerzas sociales representativas de nuestro pueblo, en instituciones regionales integracionistas. Así también promover la formación y funcionamiento de redes sociales de protección a los derechos de los migrantes en otros países.
- Promover la Integración Centroamericana Independiente y el Latinoamericanismo que imprima continuidad al pensamiento y obra de los libertadores como Bolívar y Morazán.

Según las estimaciones más recientes del Censo de Estados Unidos, la población latina en ese país asciende a cerca de 38.8 millones de personas. Entre ellos más de 12 millones están indocumentados, por lo tanto debe ser uno de los temas a incorporar entre las prioridades del foro. Los 500 millones de habitantes de América Latina y el Caribe, son un símbolo importante en cuanto a las relaciones que se pueden establecer en una lógica diferente.

El Foro de Sao Paulo integrado por partidos políticos de toda América Latina y el Caribe, debe hacer esfuerzos por establecer relaciones con la comunidad latina en los Estados Unidos y Canadá, con diferentes sectores de la sociedad estadounidense y con los centros de poder más importantes que se encuentran en ese país, con el propósito de informar de la realidad, del impacto de las políticas que emanan de ese país para el continente y de nuestras propuestas en beneficio de la paz, de la solución de problemas de nuestros pueblos y de los procesos de integración con soberanía nacional y fortalecer los lazos de cooperación y respeto mutuo.

ANEXOS:

NUMERO APROXIMADO DE SALVADOREÑOS RESIDENTES		
EN EL EXTERIOR		
CONSULADOS EN NORTE AMERICA		Nº DE CONNACIONALES APROXIMADAMENTE
Canadá		135,500
Jurisdicción de Toronto (Nunavut, Manitoba y Ontario)		70,000
jurisdicción de Montreal (Este Canadiense)		40,000
Alberta	10,000	
Colombia Británica	10,000	
Saskatchewan, Yukón y Territorios del Noroeste	500	
Jurisdicción de Vancouver (Oeste canadiense)		20,500
Jurisdicción de Ottawa, Ontario, Canadá		5,000
Estados Unidos		2,584,767
Washington D.C.(31%) , Virginia (40%) y Maryland (29%)		550,000
New York (con excepción de Long Island)	90,000	
Pennsylvania	15,000	
Jurisdicción de Manhattan, Nueva York		105,000
Connecticut	35,000	
Long Island	225,000	
Jurisdicción de Long Island, Nueva York		260,000
Anchorage/Kodiak ALASKA	4,000	
Nampa/Boise IDAHO	5,000	
Portland/Gresham OREGON	25,000	
Reno/Sparks NEVADA	8,000	
San Francisco, San Jose, Oakland, Sta.Cruz, Salinas, Watsonville, Fresno y Mendota. CALIFORNIA	200,000	
Seattle/Yakima WASHINGTON	40,000	
Jurisdicción de San Francisco, California		282,000
Jurisdicción de Los Angeles, California		800,000
Sur de California (Condados de Orange, Riverside, San Diego e Imperial)		40,000
Utah	15,000	
Nevada	25,000	
Colorado	3,500	
Jurisdicción de Las Vegas, Nevada		43,500
Coral Gables, Florida		20,000



COMUNIDAD SALVADOREÑA EN EL EXTERIOR

NUMERO APROXIMADO DE SALVADOREÑOS RESIDENTES		
EN EL EXTERIOR		
Houston, Texas	150,000	
Louisiana (Estado adscrito a Houston)	6,000	
Houston, Texas		156,000
Elizabeth, Nueva Jersey (incluye el estado)		70,000
Norte de Texas	30,000	
Arkansas	2,600	
Kansas	950	
Oklahoma	150	
Jurisdicción de Dallas, Texas		33,700
Jurisdicción de Chicago, Illinois		80,000
Boston, Massachusetts		60,000
Alabama	8,000	
Carolina del Sur	25,000	
Georgia	25,000	
Tennessee	1,567	
Jurisdicción de Duluth, Georgia		59,567
Nogales, Arizona		25,000
		28,015
México		
Jurisdicción de México, D.F.		25,000
Estado de Jalisco		1,550
Nuevo León	500	
Tamaulipas	200	
Coahuila	100	
Chihuahua	200	
Sonora	200	
Jurisdicción de Monterrey, Nuevo León		1,200
Tapachula, Chiapas		265
		137,449
CENTROAMÉRICA Y EL CARIBE		
Managua, Nicaragua		3,500
Chinandega, Nicaragua (incluye Deptos. de León y Chinandega)	2,000	
Guatemala		70,000
Atlántida	426	
Santa Bárbara	360	
Cortés	2,644	
Yoro	618	
Colón	0	
Islas de la Bahía	17	
Ocotepeque	132	
Copán	358	
Jurisdicción de San Pedro Sula, Honduras		4,555
Francisco Morazan	1,768	
Lempira	92	
La Paz	264	
Gracias a Dios	8	
Comayagua	565	
Intibucá	85	
Olancho	225	



COMUNIDAD SALVADOREÑA EN EL EXTERIOR

NUMERO APROXIMADO DE SALVADOREÑOS RESIDENTES		
EN EL EXTERIOR		
Paraíso	57	
Jurisdicción de Tegucigalpa, Honduras		3,064
Choluteca	368	
Valle	543	
Jurisdicción de Choluteca, Honduras		911
Jurisdicción de San José, Costa Rica		15,000
Panamá		8,000
Belmopán, Belice		30,000
Santo Domingo Rep. Dominicana		194
San Juan, Puerto Rico		225
SUR AMÉRICA		2,956
Buenos Aires, Argentina		114
Quito, Ecuador		259
Lima, Perú		77
Salvador, Bahía		500
Amazonas	1	
Ceara	3	
Goiás	25	
Maranhão	3	
Mato Grosso	1	
Mina Gerais	7	
Paraná	15	
Rio Grande del Sur	16	
Rio de Janeiro	21	
Santa Catarina	5	
Sao Paulo	52	
Jurisdicción de Brasilia, Brasil		149
Santiago, Chile		171
Uruguay		41
Caracas, Venezuela		1,500
Colombia		145
EUROPA		42,154
Berlin, Alemania		2,000
Centro y Sur de Italia	3,000	
Grecia	130	
Jurisdicción de Roma, Italia		3,130
Ciudad de Milán	10,000	
Lombardia (excluyendo su Capital Milán)	11,000	
Piemonte, Veneto, Friuli Venezia Giulia, Liguria, Emilia Romagna y Toscana	8,000	
Jurisdicción de Milán, Italia		29,000
Lyon, Rhône	100	
Alpes y Auvergne	100	
Resto de Francia	600	
Jurisdicción de Paris, Francia		800
Ginebra, Suiza		500
Londres, Inglaterra		804
Suecia		2,320

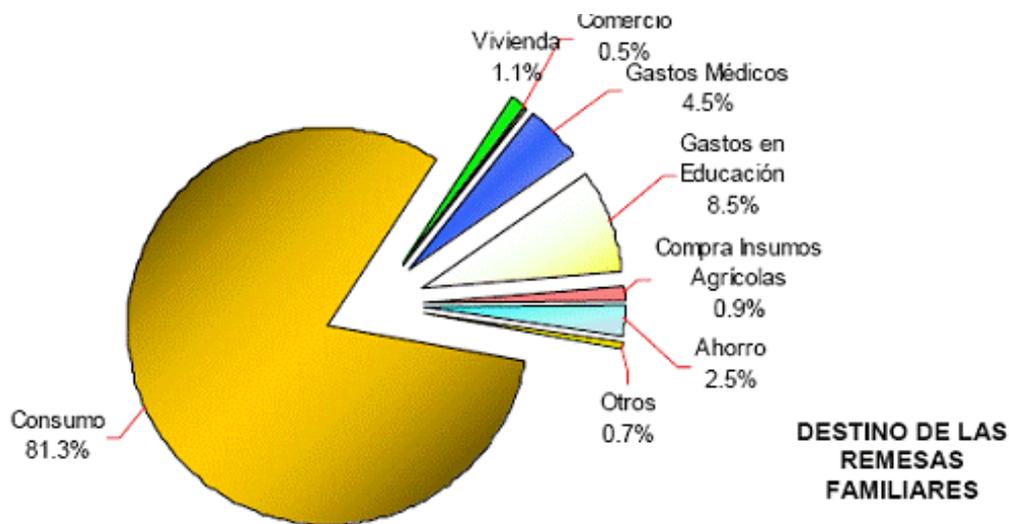
COMUNIDAD SALVADOREÑA EN EL EXTERIOR

NUMERO APROXIMADO DE SALVADOREÑOS RESIDENTES		
EN EL EXTERIOR		
Madrid	1,500	
Barcelona	1,500	
Otras regiones de España	200	
Jurisdicción de Madrid, España		3,200
Bélgica	270	
Luxemburgo	1	
Bruselas, Bélgica		271
Holanda		129
ASIA, AFRICA Y OCEANÍA		19,285
Tokio, Japón		77
Seúl, Corea del Sur		9
Taipei, Taiwán		25
Brisbane, Australia		18,755
Israel	80	
Autoridad Nacional Palestina	316	
Jordania	19	
Egipto	4	
Jurisdicción de Jerusalem, Israel		419
GRAN TOTAL:		2,950,126

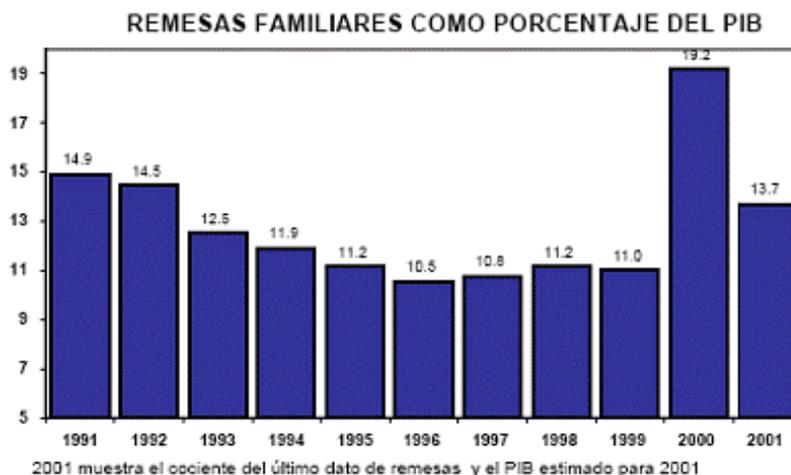
Fuente: Datos estimados en base a registros de las Representaciones Diplomáticas

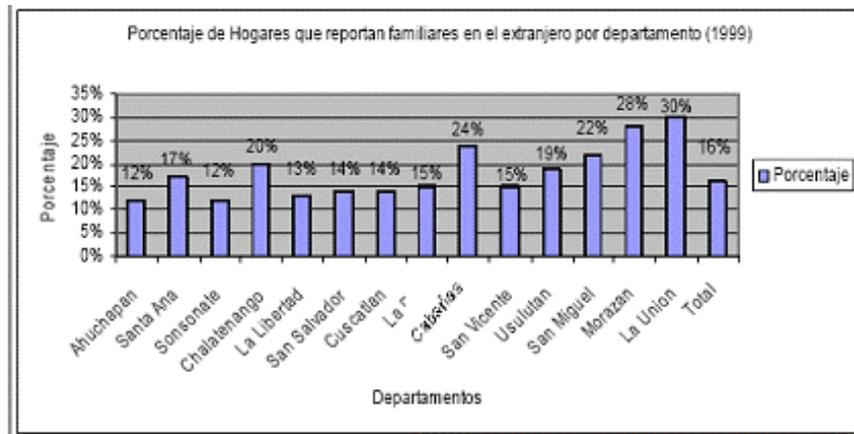
(*) Las cifras son datos aproximados del número de salvadoreños en el exterior e incluyen salvadoreños de segunda generación. La fuente de información proviene de las diferentes Misiones Diplomáticas y Consulares de El Salvador en el mundo. Las cifras tienen un propósito referencial y en ningún caso deben interpretarse como cifras consolidadas. Actualizado a Junio del 2005.





Fuente: Encuesta de Hogares de Propósitos Múltiples 2002





Fuente:
Andrade-Eekhoff, Katharine, **MITOS Y REALIDADES El impacto económico de la migración en los hogares rurales**, 1ª Edición, San Salvador, El Salvador, FLACSO Programa El Salvador, Diciembre 2003, 143 pág.

PORCENTAJE DE HOGARES CON REMESA POR DEPARTAMENTO



[1] Ponencia presentada por la Lic. Blanca Flor Bonilla, Diputada en la Asamblea Legislativa de El Salvador y Coordinadora del Comité Organizador del XIII Encuentro de FSP, El Salvador 2007

RESOLUCIÓN FINAL

Primer Encuentro Internacional de Trabajadoras y Trabajadores del Arte y la Cultura

Nosotras y nosotros, trabajadoras y trabajadores del arte y la cultura de los pueblos de Venezuela, Guatemala y El Salvador, participantes en el Primer Encuentro Internacional de Trabajadores y Trabajadoras del Arte y la Cultura en el marco del **XIII Encuentro del Foro de São Paulo**. Ante la realidad económica, política y social latinoamericana y caribeña, **caracterizada por:**

1. Relaciones de poder basadas en la dominación de clase y de género.
2. Imposición del modelo de identidad neoliberal y de patrones conductuales fundamentados en la competencia, las desigualdades y el individualismo, que perpetúa el patriarcado y fomenta una estética y cultura de la violencia y el consumismo.
3. Imposición de un pensamiento único, que no cuestiona las desigualdades sociales y de distribución de la riqueza, a través de un fuerte monopolio de los medios de comunicación- una de las armas más poderosas del sistema capitalista- que tergiversan y manipulan la información.
4. Programas económicos basados en la propiedad privada de los bienes colectivos, que alcanza los servicios básicos de salud; educación; seguridad pública y los espacios culturales, transformándolos en sitios elitistas y centralizados, donde se promueven en modelos estéticos ligados al consumo.
5. Desinterés de los estados centroamericanos por el desarrollo artístico cultural de los pueblos, que se refleja en la ausencia de políticas nacionales que valor a nuestra identidad y a la protección social de las y los artistas.
6. Sociedades donde se criminaliza persistentemente la protesta pública y la organización social, a través de la agresión y el terrorismo mediático, dándose un proceso de remilitarización y represión política.
7. Una sumisión histórica, reforzada por la trasculturización y la manipulación ideológica, en detrimento de la identidad de los pueblos originarios, la cultura y la memoria histórica.

Realidad que **impone obstáculos** para el desarrollo artístico y cultural, como:

1. Imposibilidad de acceder a espacios de promoción del arte, a causa de nuestra opción política y barreras económicas impuestas.
2. Violación a los derechos de información, e imposibilidad de los sectores populares para acceder

a los medios de comunicación.

3. Carencia de recursos para desarrollar nuestra labor artística cultural, así como de espacios que hagan visibles los esfuerzos de artistas comprometidos con la realidad de las grandes mayorías populares.

4. Preferencia de la gente por expresiones artísticas de consumo, con mensajes banales y groseros, impuestas a través de los grandes medios de comunicación masiva.

5. Discriminación por género, sexo, etnias, etc.

6. Subestimación del artista nacional, incluso por los mismos sectores políticos de izquierda, convirtiéndoles en adorno o relleno de sus actos políticos.

7. Falta de garantías sociales y laborales de las trabajadoras y los trabajadores del arte y la cultura.

8. Uso del tráfico de influencias como herramienta para difundir nuestro trabajo o ser excluidos, incluso dentro de la misma izquierda.

9. Marginación de las y los artistas que van surgiendo y aún no son reconocidos.

10. Bloqueo del diálogo entre las distintas generaciones de artistas en todos los ámbitos.

11. Conformismo con la mediocridad y falta de autocrítica, tanto de dirigentes políticos como de las y los artistas, hacia los procesos políticos culturales.

12. Ausencia de una organización sólida y de acciones articuladas de trabajadoras y trabajadores del arte y cultura.

13. Poca o nula visión política del arte, y por lo tanto desestimando su poder como herramienta de transformación social.

14. Pérdida de valores como la conservación y respeto de las diversidades, las identidades, la cooperación, la solidaridad y otros elementos que posibiliten la construcción de una sociedad alternativa.

15. Carencia de espacios de formación y calificación del conocimiento de las trabajadoras y trabajadores del arte y la cultura, así como de condiciones mínimas que nos permita garantizar la calidad en la difusión de nuestras expresiones artísticas.

Reconociendo el papel que el arte y la cultura han jugado en los procesos de transformación política y social de nuestros pueblos, el cual es indispensable en esta nueva etapa de lucha e integración

latinoamericana y caribeña, **demandamos de los partidos políticos** y organizaciones políticas de izquierda integrantes del Foro de São Paulo:

1. Asuman las propuestas planteadas por las y los trabajadores del arte y la cultura en esta resolución.
2. Reconozcan y asuman el carácter revolucionario del arte, generando espacios de encuentro y construcción colectiva a nivel internacional.
3. Erradiquen la visión del arte como mera propaganda política u ornato.
4. Dignifiquen a la trabajadora y el trabajador del arte y la cultura como un militante desde su creación.
5. Profundicen en el conocimiento de la cultura de las masas que permita identificar estrategias para vencer la barrera mediática y evitar caer en la dinámica de los grandes medios de comunicación.
6. Asuman con seriedad el desarrollo del arte, la cultura y la educación como parte de su agenda cotidiana y permitan su desarrollo autónomo.
7. Respeten la disciplina política, artística, identidad y la dinámica creativa de las y los artistas.
8. Promuevan y propicien los instrumentos y las instituciones necesarias que garanticen, en términos económicos y logísticos el desarrollo del arte y la cultura.
9. Impulsen el rescate de los valores y la identidad cultural de nuestros pueblos, así como su memoria histórica, a través de la educación en escuelas de formación política.

Conscientes de la necesidad de unirnos para realizar esta lucha frente al Imperio, de manera coordinada entre los pueblos latinoamericanos y caribeños, **nos comprometemos a:**

1. Trabajar en la sensibilización de las trabajadoras y los trabajadores del arte y la cultura, así como de la dirigencia política, militancia de izquierda y movimiento social, sobre la intrínseca función política de la labor artística cultural, para la formación de una visión funcional y transformadora de la sociedad. El arte como herramienta de lucha.
2. Dar carácter permanente al encuentro de trabajadoras y trabajadores del arte y la cultura para garantizar nuestro compromiso por la transformación estructural de nuestras sociedades.
3. Impulsar la creación de un colectivo regional, que promuevan la conciencia y mantenga viva la esperanza en la construcción de un mundo mejor, más humano y solidario, a través de estrategias y propuestas artísticas que superen el pensamiento de la cultura hegemónica.

4. Rescatar nuestras identidades (jóvenes, mujeres, etnias, etc.) y difundirlas, principalmente a la niñez y juventud, tanto en la zona urbana como rural, a través de expresiones artísticas de calle y otros espacios como radios comunitarias.
5. Contribuir a la promoción de la participación democrática, la difusión de la memoria histórica, la organización social, la reflexión crítica, el respeto y la armonía con el medio ambiente y el goce estético, a través de nuestra labor artística y cultural.
6. Establecer una red internacional para intercambiar experiencias y espacios para canalizar denuncias.
7. Coordinar espacios con los partidos políticos, instancias públicas de izquierda, organizaciones no gubernamentales y movimientos de izquierda e insistir en la necesidad y la función política del arte y la cultura.
8. Buscar con nuestros partidos políticos de izquierda el apoyo legislativo en toda la Región para la creación de leyes a beneficio de las y los artistas.
9. Tomarnos y reivindicar el uso de los espacios públicos que pertenecen al pueblo, para contrarrestar la barrera mediática impuesta por el imperialismo.
10. Hacer valer nuestros derechos y nuestra dignidad como artistas, reclamando y tomando el espacio que como tales nos pertenece; y respetarnos nosotras mismas y nosotros mismos como artistas.
11. Montar verdaderos espectáculos artísticos de izquierda, en condiciones que garanticen la calidad en la comunicación de mensajes alternativos, haciendo frente a los espectáculos de la derecha.

“La Revolución será cultural o no será”
Simón Bolívar
San Salvador, domingo 14 de enero de 2007.



Resumen Conclusiones del Taller Internacional "La Vía Electoral Como Componente de Victorias de Las Fuerzas Revolucionarias"

La Vía Electoral Como Componente de Victoria de las Fuerzas Revolucionarias-

Uso Efectivo de las Elecciones por parte de las Fuerzas Sociales y Políticas de Izquierda.

En el encuentro internacional que alrededor del tema electoral sostuvimos el pasado 11 de enero, en el Auditorium Schafik Handal, allá en nuestra Escuela de Cuadros, donde escuchamos y debatimos tres ponencias magistrales de Wilfredo Penco, de Uruguay, José Luis Villavicencio de Nicaragua y Eugenio Chicas, todos magistrados electorales, coincidimos en que los sistemas electorales en América Latina fueron diseñados por la derecha para reproducirse y perpetuarse en el poder.

La democracia electoral funciona sí y sólo sí la derecha gana. Y así ocurrió durante todo el siglo 20, exceptuando la victoria de la Unidad Popular en Chile y que concluyó de manera sangrienta con el martirio heroico de nuestro compañero Salvador Allende, y el invicto proceso revolucionario de Venezuela, iniciado con la victoria del Comandante Hugo Chávez en 1998.

A este dominio casi absoluto de la derecha contribuimos en gran medida las fuerzas de izquierda. Para nosotros las elecciones eran poco menos que pecado mortal. En medio de nuestra pureza ideológica no vacilábamos en calificar despectivamente de electoreros a quienes se dedicaban a presentar batalla a la derecha en el campo electoral.

Las cosas han ido cambiando. La izquierda está comprobando que, pese a la parcialidad de los sistemas electorales, pese a la desventaja en que nos encontramos, es posible, como decía Schafik, derrotar a la derecha con una avalancha de votos, con el apoyo masivo del pueblo.

Esa avalancha sirvió para que Hugo Chávez venciera en 1998 y continúe victorioso en diciembre del 2006; el apoyo popular se expresó en Uruguay, Bolivia, Chile, Ecuador, Nicaragua, y donde no se alcanzó la victoria se ha alcanzado una correlación tan importante que se presagia nuevas victorias en el futuro cercano.

Sin embargo, acompañado del apoyo popular en ascenso, las izquierdas latinoamericanas deben esforzarse en concretar reformas electorales que equilibren la lucha, que limiten la ventaja de la derecha, pero si no se logran, debe hacerse valer nuestra íntima cercanía con la gente, nuestro trabajo territorial y preparar un eficiente aparato de defensa del voto, de defensa de la victoria de la izquierda que es la victoria del pueblo.

Enfatizamos que es imprescindible especializarnos en las luchas electorales, lo cual no quiere decir, ni mucho menos, apartarnos de otras formas de lucha, sino buscar la adecuada combinación de todas las formas de lucha para hacer más efectiva la victoria y la transformación de la sociedad a partir de alcanzar el gobierno.

Participar activamente en las batallas electorales no nos convierte en electoreros, siempre y cuando el objeto de nuestras luchas, las victorias que alcancemos, sirva de instrumento para transformar la realidad injusta en beneficio de las mayorías excluidas históricamente.



No seremos electoreros en la medida en que hagamos un buen gobierno de verdad, un gobierno eficiente, donde coloquemos a las personas más capaces que posibiliten mejorar las condiciones de vida de las mayorías, y en la medida en que nos alejemos de los compadrazgos, y de las cuotas de empleo para personas que sólo por ser simpatizantes nuestros los colocamos aunque sean incompetentes.

El salto de calidad o viraje en las preferencias del electorado nos exige encontrar respuestas para cada realidad, donde el peso y medida de cada elemento depende de nuestro análisis, a las siguientes preguntas:

¿Es posible tener éxito electoral con las reglas y autoridades vigentes?, ¿Qué reformas es posible lograr y cómo?

¿Cuánto de política de alianzas con otras fuerzas necesitamos, para asegurar la multiplicación de los votos suficientes, además de un aporte cualitativo para un resultado exitoso?

Qué tanta unidad y coherencia en la dirección de las fuerzas propias se requiere para el diseño y la implementación exitosa de la estrategia electoral?

Qué tanto de recursos materiales son indispensables y básicos para el desarrollo de la campaña? Tomando en cuenta la realidad y naturaleza de nuestras organizaciones y partidos?

Cuál es la modalidad principal de propaganda que resulte ser suficientemente efectiva, que asegure la cobertura y comprensión de nuestro mensaje, motive al electorado, y esté al alcance de nuestras capacidades y recursos?

Qué tanto aparato organizativo electoral es indispensable para hacer la campaña, movilizar a los votantes y asegurar la defensa del voto?

Etc.

Al final de nuestro encuentro, concluimos:

1. Es un reto para la izquierda la combinación acertada de distintas formas de lucha, para asegurar la victoria electoral.
2. El papel de las alianzas en torno a un programa común es determinante para posibilitar el despliegue de la poderosa avalancha popular que con sus votos supere los fraudes de la derecha.
3. No basta ganar, hay que gobernar bien y saber consolidar lo conquistado.
4. Se puede y se debe triunfar y avanzar electoralmente con reglas favorables o adversas, tanto desde la oposición, como desde el gobierno. Bolivia es un ejemplo.
5. Saber hacer el uso correcto de las encuestas de opinión pública. Desarrollar la capacidad técnico científico para analizar la realidad de cada país y poder adoptar decisiones correctas a la hora de elaborar nuestras estrategias.

6. El papel de los Comités de Base partidarios y del Aparato de Defensa del Voto es determinante al momento de defender la victoria. La vigilancia de las JRV, mesas electorales, es vital para garantizar la victoria. Pero también es importante garantizar la movilización del pueblo cuando la derecha, a pesar de la avalancha popular de votos, pretende fraudulentamente arrebatarnos nuestras victorias, como pretendieron hacerlo en San Salvador.

7. La lucha electoral organizada es permanente y la victoria se garantiza antes que empiece la campaña formal. Por lo menos dos años antes hay que comenzar a preparar la victoria, y aquí se destaca el papel de la militancia, la propaganda popular, etc.

8. La solidaridad y cooperación electoral entre las fuerzas progresistas y revolucionarias, son fundamentales para derrotar los fraudes que nos imponen las derechas regionales.

En síntesis, es posible avanzar en los procesos revolucionarios, combinando acertadamente diferentes formas de lucha y las reglas electorales. Con este resumen materializamos también las palabras expresadas por Schafik cuando se firmaron los acuerdos de paz que pusieron fin al conflicto armado: los revolucionarios entramos al sistema, para cambiar el sistema, y no para que el sistema nos cambie a nosotros.

Gracias.



América Latina y el Caribe: MOVIMIENTOS SOCIALES, PARTIDOS Y GOBIERNOS DE IZQUIERDA en el nuevo contexto regional y continental

Índice

1. Neoliberalismo agrava condiciones de vida de la población y genera motivaciones para la lucha social.
2. Movimientos populares y sociales para defender y profundizar las revoluciones, construyendo PODER POPULAR
3. Compromisos compartidos entre Movimiento Social y Partidos Políticos de Izquierda
4. Apoyo, promoción y consolidación de Alianzas Sociales latinoamericanas y Caribeñas

Introducción

La historia del movimiento social en América Latina y en El Salvador, muestra la lucha de los pueblos por el respeto a sus derechos humanos fundamentales y por la construcción de una nueva sociedad basada en la justicia social, la equidad y la democracia plena.

Esta larga historia de lucha, ha tenido momentos difíciles para la vida de los pueblos. Estas luchas se han presentado en contra del terrorismo de Estado, de la represión, la persecución, el secuestro y muerte de miles de patriotas a manos de gobiernos dictatoriales, autoritarios y anti democráticos. Pero también sus luchas han enfrentado las políticas económicas y sociales excluyentes y marginadoras de la mayoría de la población. Ahora la historia da la razón a la lucha de los pueblos. En distintos países del continente nuevos gobiernos comprometidos con la lucha de los pueblos emergen como el símbolo de una nueva etapa de construcción de la democracia en todos sus ámbitos y del respeto pleno a los derechos fundamentales de sus ciudadanos.

La lucha del pueblo salvadoreño no es la excepción en este largo proceso de la historia del continente. Un pueblo que ha sufrido la apropiación de tierras de las comunidades indígenas y ejidales, para dar paso a una oligarquía cafetalera voraz, el levantamiento indígena ante la opresión y la miseria en el año 1932, que provocó la matanza de miles de indígenas, campesinos y ciudadanos. Las continuas luchas de obreros, campesinos, estudiantes y otros sectores ante las dictaduras, los fraudes electorales, la persecución, la represión y los desaparecimientos. Todo esto culminó con una guerra civil, que después de 12 años dio paso a los Acuerdos de Paz y a un proceso de transición hacia la democracia, que actualmente enfrenta graves debilidades e insuficiencias. Pero las luchas del pueblo salvadoreño continúan por la construcción de una verdadera democracia ciudadana y el respeto a la institucionalidad del Estado.

En el nuevo escenario regional y continental, estamos observando procesos de cambio político importantes, los partidos de izquierda se han convertido en nuevas opciones para gobernar. Especialmente en los países donde se ha impulsado las políticas neoliberales que han provocado un



grave deterioro económico, mayores desigualdades y déficit sociales y ambientales. Pero también hemos estado ante la presencia de movimientos sociales fuertemente organizados y con una gran capacidad de movilización, que han propiciado la caída de gobiernos neoliberales, o han demostrado su fuerza en defensa de gobiernos de izquierda que han intentado ser derrocados por la intervención del gobierno de los Estados Unidos, los militares y los grupos de poder.

Este documento es un aporte del taller realizado por las organizaciones del movimiento popular y social de El Salvador, para el debate de los partidos de izquierda y otros participantes en el XIII Foro de Sao Paulo. Así esperamos contribuir a un debate que compromete tanto a los partidos de izquierda como a los movimientos sociales en las tareas históricas que nuestros pueblos demandan por la construcción de una verdadera democracia y el pleno desarrollo económico y social, así como la construcción de un poder popular para sentar bases del socialismo del siglo XXI, impulsando y fortaleciendo estrategias alternativas como el ALBA y el TCP.

1. Neoliberalismo: deterioro de las condiciones de vida de la población y mayor desigualdad generan motivaciones para la lucha social.

El neoliberalismo ha debilitado los aparatos económicos de nuestros países, reduciendo la capacidad de sus principales motores de crecimiento. Ha arruinado a miles de productores nacionales de distintos sectores, particularmente del sector agropecuario y ha excluido a la mayoría de la población de los supuestos beneficios de este esquema de economía. Muchos trabajadores y trabajadoras se han incorporado al inmenso sector informal, o se ven sometidas a formas de flexibilización laboral que precariza sus condiciones de trabajo. Mientras las actividades especulativas, especialmente financieras, de servicios y del gran comercio de importación y exportación pasaron a predominar en la economía. Esto ha generado un reducido círculo de grandes empresarios que aprovechándose del Estado, y vinculado a las transnacionales, a los bancos extranjeros y los grandes medios de comunicación, se han configurando en grupos de poder que concentran cada vez más las riquezas de nuestros países.

El neoliberalismo ha deteriorado las condiciones de vida de las y los campesinos, de las y los trabajadores asalariados agropecuarios, industriales y de servicios, de empleados privados, estudiantes, maestros y capas medias en general. Todo esto como resultado de las tendencias inflacionarias y de bajos salarios que no están acordes al incremento en el costo de vida. Las y los trabajadores estatales han perdido sus empleos a causa de las privatizaciones de las empresas públicas más rentables. Pero este esquema de economía también ha golpeado a artesanos, pequeños y medianos y hasta grandes empresarios que tomaron consciencia de la realidad y a una amplia gama de nuevos sujetos sociales que ahora se movilizan, bajo distintas formas de lucha y confrontan cotidianamente las medidas de política económica y social neoliberales y demandan el cambio de rumbo de las mismas.

El desastre económico al que ha conducido la apertura comercial, las privatizaciones y la desregulación por el neoliberalismo, ha traído consigo el desempleo masivo y la emigración a los centros urbanos y el exterior de millones de personas por falta de oportunidades de trabajo y condiciones de vida dignas. La pobreza y la exclusión social son muy graves en nuestros países, asimismo la desigualdad económica y social se ha acentuado.

La destrucción y deterioro de los recursos naturales y del medio ambiente, se han acelerado por el modelo neoliberal y alcanzan niveles que ponen en peligro la subsistencia de futuras generaciones, provocando el calentamiento general de la tierra, grandes sequías e inundaciones y generando una gobernabilidad precaria por el deterioro de recursos vitales como el agua.

Con el esquema neoliberal, se ha expandido una ola de violencia en general y delincuencial en particular, la corrupción estatal y privada, el narcotráfico, el lavado de dinero y el crimen organizado, son parte inherente del neoliberalismo. Esto ha arrastrado a los países a una situación de inseguridad ciudadana que ha desbordado la institucionalidad estatal. El creciente endeudamiento del Estado, provocado por agudas crisis fiscales que a su vez son fomentadas por la evasión y elusión fiscal de grandes contribuyentes, ha llevado en el caso de El Salvador al asalto de los ahorros de los trabajadores en las Asociaciones de Fondos de Pensiones. Pero también se presentan grandes limitaciones para cubrir las tareas básicas de seguridad pública, así como para satisfacer el derecho de los pueblos a una eficiente y eficaz atención en educación y salud. El carácter importador y dependiente, impuesto por el neoliberalismo a nuestras economías se refleja en el déficit comercial que aumenta todos los años o en la imposición del dólar como moneda nacional. El colapso de las finanzas públicas y de la economía en general es detenido por el endeudamiento estatal, el lavado de dólares y por el envío de remesas de los pobres que han emigrado al exterior .

En resumen, el neoliberalismo ha acentuado la división social en las naciones y aumentando la marginación y la consecuente “polarización social” que es la causa fundamental de la “polarización política”, ha debilitado profundamente los procesos de democratización en marcha y la frágil institucionalidad de los países. Por lo tanto podemos señalar que tres graves problemas son el resultado de la aplicación de las políticas neoliberales: La falta de una verdadera democracia ciudadana, la mayor desigualdad económica y la pobreza y exclusión social.

Así proliferan las motivaciones principalmente económicas y sociales, aunque también políticas, para las acciones populares y sociales de protesta, y se multiplican las actividades diarias de lucha, de diferentes formas y en distintos niveles nacional, local y comunal en defensa de la vida.

Este panorama ha obligado al Imperio y a los gobiernos de derecha, en aquellos países donde todavía no han sido derrotados, a impulsar, por un lado, ajustes superficiales, incorporando a sus discursos conceptos, símbolos y hasta propuestas de izquierda, vacíos de contenido, para confundir a las grandes mayorías y mantener flotando un esquema económico, social y político en crisis y sin salida. Por otro lado, el Gobierno de Estados Unidos y las derechas de algunos países impulsan la aprobación de leyes antiterroristas con la intención de deslegitimar las luchas populares y sociales contra el neoliberalismo y definir las como enemigos de la seguridad y de la democracia para justificar la represión. Además existe toda una estrategia del imperio del norte de mantener las estructuras de formación a los ejércitos y cuerpos de seguridad del continente, sobre contrainsurgencia, espionaje y otras prácticas. Para controlar y mediatizar el creciente movimiento social y de los partidos de izquierda a través de las ILEAS.

Los medios de comunicación forman cada vez más monopolios en manos de los grandes grupos de poder económico, estrechamente coordinados con los Gobiernos de derecha para desestabilizar a

Gobiernos de izquierda y difamar, tergiversar o mediatizar las luchas tanto de los movimientos sociales como de partidos políticos de oposición. Los medios se han convertido en el instrumento más poderoso para controlar, alienar, enajenar y canalizar la mente de nuestros pueblos.

Pero la realidad de América Latina y el Caribe esta cambiando, ante el agotamiento del neoliberalismo, hay una creciente organización y movilización social que exige sus derechos y cambios fundamentales en beneficio de toda la población, y un creciente ascenso de gobiernos de izquierda que impulsan estrategias alternativas como el ALBA Y el TCP.

2. Movimientos populares y sociales construyendo PODER POPULAR para las transformaciones revolucionarias

Frente al deterioro de las condiciones de vida, la desigualdad, la pobreza, la exclusión y la falta de una democracia ciudadana, provocadas por el neoliberalismo, han surgido procesos importantes de organización y movilización populares en distintas partes del continente, tales como el del Movimiento de los Sin Tierra en Brasil con mucho poder de organización y de lucha social y política, el fenómeno conocido como el Caracazo en Venezuela, los piqueteros y las madres de Plaza de Mayo en Argentina, la lucha de los movimientos indígenas en Ecuador y Bolivia, la lucha por el agua en Cochabamba y de los Cocaleros y otros sectores en Bolivia, la lucha del movimiento social contra la privatización de la salud en El Salvador, para mencionar solo algunos. Además debemos recordar, la revolución Cubana en 1959, las luchas que llevaron al Gobierno de Unidad Popular en Chile, la insurrección popular sandinista en 1979, la lucha del FMLN en El Salvador, así como el de la resistencia zapatista. Entre muchos otros de la historia de nuestros pueblos.

En El Salvador la lucha popular y social tiene un largo historial y una acumulación histórica, surgiendo desde la rebelión de Anastasio Aquino, saltando al levantamiento de 1932, pasando por la huelga de los brazos caídos en 1944 contra la dictadura de Maximiliano Hernández Martínez, el derrocamiento de Lemus a principios de los años sesenta, la huelga obrera de 1967, la huelga de hambre del magisterio en 1968 para llegar a su máximo ascenso en los años 70 en las luchas políticas sociales contra la represión y el fraude electoral, que luego desembocará en la guerra civil de los años 80 que culmina en los acuerdos de paz en 1992.

Los años de la pos-guerra, están marcados en su inicio por un reflujo del movimiento social organizado, pero resaltan momentos intensos de lucha popular como la lucha campesina en 1996 por la condonación de la deuda agraria y bancaria, desde 1999 por un fuerte movimiento social ante la vulnerabilidad de la población generado por los desastres socio-naturales (terremotos, inundaciones, sequías, etc.), el creciente fortalecimiento del movimiento de mujeres y jóvenes y la lucha por sus reivindicaciones, la huelga y amplia movilización popular en contra de la privatización de la salud en el 2003, entre otras.

En los últimos años se observa una recuperación de la capacidad movilizadora del pueblo en general y de unidad en el movimiento popular y social, también se destaca entre los partidos políticos el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) como el único partido de izquierda que (desde su transformación en partido político legal en 1992) ha logrado construir un proceso de acumulación continuo, en permanente ascenso electoral y en los últimos años de crecimiento acelerado así como de

apoyo y trabajo articulado cada vez más decidido con los sectores sociales y populares en la lucha por la construcción de una nueva economía y sociedad en El Salvador.

Las organizaciones populares y sociales continúan trabajando para convertirse en auténticas expresiones y representaciones de amplios sectores de población, es decir con un creciente enraizamiento en la conciencia popular, con capacidad para dar el debate de ideas en el seno del pueblo no organizado y contribuir a desbloquear los mecanismos ideológicos de las clases dominantes, fortaleciendo el ánimo de las grandes mayorías hacia el cambio y la profundización de las transformaciones económicas, sociales y políticas, sentando bases para la construcción del socialismo del siglo XXI, construido a partir de las realidades históricas de cada país. La profundización en el desarrollo del concepto del socialismo del siglo XXI, en conjunto con las fuerzas políticas comprometidas con la lucha por sentar bases para su construcción, es una tarea actual del movimiento popular y social.

En el momento actual de América Latina la tarea principal de los movimientos populares y sociales consiste en:

A. Fortalecer la organización y la lucha reivindicativa

Esto debemos desarrollarlo a través de la formulación de agendas y plataformas de lucha representativas de las necesidades de los sectores populares y ciudadanos.

Se deberá establecer un contacto directo permanente con la gente de todos los sectores, que realizan distintas actividades económicas, con comunidades y en sus lugares de residencia. Debemos conocer el pensamiento de la población, sobre sus necesidades y demandas, conocer sus aspiraciones y fortalecer la organización y movilización popular y social en correspondencia a las nuevas situaciones históricas.

La organización y la movilización a todos los niveles y en todos los sectores es fundamental. En esta etapa la profundización del trabajo con las bases, la educación, la concientización y la articulación a la lucha por sus reivindicaciones más sentidas, es una tarea que debemos realizar para fortalecer el movimiento popular, social y ciudadano.

Debemos desarrollar formas creativas de acción para lograr la sensibilización de amplios sectores populares, organizados y no organizados, rompiendo los cercos de la desinformación de los grandes medios de comunicación en manos de la derecha, para lograr un giro del ánimo popular hacia la derrota política del neoliberalismo, en contra de la injerencia imperialista, en particular de los Estados Unidos en todas sus expresiones, y hacia la construcción de una nueva sociedad orientada hacia el socialismo del siglo XXI.

El abanico de banderas de lucha incluye la lucha contra las medidas neoliberales en general y en particular aquellas que afectan los recursos naturales y quiebran la soberanía y seguridad alimenticia y la seguridad jurídica de la tierra en mano de los campesinos, contra las acciones gubernamentales orientadas a la represión y eliminación de las organizaciones populares y gremiales, contra las medidas que debilitan las organizaciones sociales y comunales y prohíben su legalización. Debemos

establecer una ofensiva contra el Estado neoliberal, para exigir la reorientación de recursos del presupuesto nacional hacia las necesidades sociales básicas de la población, por lo que las prioridades del gasto público deben estar destinadas al financiamiento de los graves déficit económicos, sociales, ambientales y culturales existentes.

B. Articular las agendas y las plataformas de lucha

Otra importante tarea es la articulación de los diversos sectores y organizaciones sociales, a fin de superar la dispersión de agendas e iniciativas, formando amplias alianzas sociales y populares así como concertaciones con el fin de ir construyendo poder popular y derrotar la derecha neoliberal políticamente, y particularmente en El Salvador en el 2009.

El capitalismo neoliberal al afectar y dañar a amplios sectores sociales, incluyendo algunos sectores empresariales, crea condiciones objetivas para el impulso de estrategias y políticas para la concertación de amplias alianzas sociales, hasta de alcances nacionales. Debe desarrollarse además los mecanismos necesarios para establecer alianzas con las organizaciones de emigrantes particularmente en los Estados Unidos. Ese proceso acumula fuerzas para la consolidación de alianzas sociales en torno a la base social. Permite asegurar el avance de los nuevos proyectos de democracia revolucionaria, tanto antes pero sobre todo después de las victorias políticas sobre el neoliberalismo, de tal forma de profundizar las raíces de un nuevo modelo de sociedad.

C. Compartir con los partidos de izquierda

Se comparte con los partidos de izquierda agendas de lucha comunes, así como la construcción del Programa de Gobierno y el programa de la revolución, cuyas bases permitan la construcción del socialismo del siglo XXI.

Debemos trabajar y contribuir conjuntamente partidos y movimientos en una eficaz formulación de agendas, plataformas, programas de Gobierno, programa de la Revolución y de un objetivo político social compartido, en correspondencia con las banderas de los sectores golpeados por el neoliberalismo. Estos a su vez deben constituirse en los instrumentos para lograr las más amplias alianzas o concertaciones populares y sociales.

D. Construir poder popular

La construcción de poder popular es central para garantizar transformaciones profundas más allá de la derrota política del neoliberalismo en dirección de la construcción de una nueva sociedad que sienta las bases para construir el socialismo del siglo XXI. Consiste en una estrategia alternativa de organización social que partiendo desde la base posibilita luego la articulación con otros sectores y actores sociales y políticos en su lucha por las transformaciones económicas sociales y ambientales a beneficio de los sectores sociales desfavorecidos.

Este proceso de organización y acción hace posible que los sectores de trabajadores, comunidades, campesinos, micro y pequeños productores, vendedores informales, hombres y mujeres de todas las edades, entre otros; incrementen su capacidad de lucha reivindicativa y acción para resolver sus



problemas por sí mismos y fortalezcan estrategias de desarrollo alternativo en distintos campos que incidan en la construcción de este poder popular, en beneficio de las mayorías.

La construcción de poder popular puede expresarse en dimensiones como las siguientes:

- Red económica de empresas populares
- Red de comunicación popular con capacidad de romper el cerco de desinformación de parte de los medios masivos de derecha
- Red de gobiernos municipales alternativos
- Red de organización territorial y sectorial, particularmente de jóvenes y mujeres, estudiantiles, campesinas, de sindicatos públicos y de la empresa privada, del sector informal, de consumidores, de derechohabientes, de indígenas, de migrantes deportados y de emigrantes en los Estados Unidos, orientados a la creación de consciencia social y política, a la reivindicación y propuesta en lo cultural, educativo, salud pública y otros ámbitos sociales, buscando los mecanismos adecuados para su la articulación con municipalidades de izquierda y el poder legislativo.

En resumen, las organizaciones sociales y populares se comprometen a:

- Profundizar en el concepto de Poder Popular así como a desarrollar e impulsar una estrategia para su construcción en función de profundas transformaciones hacia una nueva sociedad sentando bases para la construcción del socialismo del siglo XXI.
- Articular un amplio movimiento popular y social de cara a derrotar políticamente al neoliberalismo, sacando a ARENA del Gobierno en el 2009 como paso imprescindible para el impulso de lo anterior.

3. Compromisos compartidos entre Movimiento Social y Partidos Políticos de Izquierda

En los últimos años en América Latina la lucha social de los pueblos ha sido trascendental para la derrota política del neoliberalismo. Sin embargo, ella sola es insuficiente para la realización de las transformaciones sociales y económicas que demandan nuestros pueblos. Es necesario tomar el poder político para realizar las transformaciones. Por ello el Movimiento Social considera necesario profundizar en como elevar la lucha social a un nivel político y vincularla a la lucha electoral.

Los partidos políticos de izquierda deben tener la convicción que la lucha electoral en si misma también es insuficiente y en consecuencia deben comprometerse a invertir en el desarrollo del movimiento popular y social así como acompañar y apoyar sus luchas.

Partidos de izquierdas y revolucionarios son en consecuencia aquellos que hacen suyos la agenda reivindicativa de las organizaciones populares articulándola con la agenda nacional, en función de derrotar políticamente el neoliberalismo y abrir espacios para la construcción de poder popular para

garantizar las transformaciones anti neoliberales, en defensa de la soberanía y hacia una nueva sociedad que sienta las bases para construir el socialismo del siglo XXI, que parta de las condiciones históricas propias de cada país.

A. Luchas sociales y electorales son complementarias.

Durante los últimos años así como el 2006, han sido los años de las victorias electorales de la izquierda y de cambios de las situaciones políticas a favor de las izquierdas favorecido por la creciente decadencia del modelo neoliberal, tendencia que se mantendrá en los próximos años.

La experiencia de la lucha de los últimos años, ha demostrado que la lucha social, la lucha política en general y las luchas electorales en particular se compaginan y no se contraponen. Durante las campañas previas a las elecciones y durante las campañas electorales propiamente tales, se ha evidenciado esta articulación que ha tenido en la mayoría de los casos resultados positivos para derrotar al neoliberalismo y los gobiernos de derecha.

Los años noventa y los de este siglo XXI han estado dominados por luchas sociales, políticas y electorales con programas cada vez más anti neoliberales. Los gobiernos de izquierda, que han logrado vincularse estrechamente y de manera creciente a los movimientos sociales y populares, están profundizando sus programas a favor de los sectores excluidos y marginados y construyendo las bases para un nuevo esquema de desarrollo para nuestros países.

B. Nueva relación a construir entre partidos, Gobiernos de izquierda y movimiento social

En este nuevo período histórico de transición hacia la nueva sociedad con orientación al Socialismo del Siglo XXI, la relación de los movimientos sociales con partidos políticos y gobiernos de izquierda debe coordinarse adecuada y respetuosamente en función de objetivos comunes de lucha, respetando la naturaleza propia y fomentando aspiraciones comunes.

Para ello deben desarrollarse mecanismos para establecer una relación permanente entre organizaciones sociales y partidos políticos de izquierda para compartir e impulsar, revisar y actualizar conjuntamente no solo estrategias sino también tácticas y agendas tanto del movimiento popular y social como de los partidos de izquierda.

Este es un tiempo de oportunidades para los movimientos sociales y ciudadanos, de tránsito de un período de lucha de resistencia al neoliberalismo, hacia un período de iniciativa histórica a favor de la construcción hemisférica de modelos alternativos y la posibilidad de sentar las bases para un sistema de socialismo del Siglo XXI.

Por lo tanto consideramos necesario que las organizaciones que son parte de los movimientos sociales y ciudadanos, los partidos de izquierda y gobiernos de izquierda, nacionales y locales, tendrán que:

- Coordinar la ejecución de programas masivos de educación y formación política e ideológica de sus miembros, en preparación para la defensa y profundización de revoluciones y procesos



revolucionarios, y prepararse para la continuación de la lucha contra el neoliberalismo, la defensa de la soberanía e independencia nacional y el impulso de programas de desarrollo alternativos.

- Cumplir con el compromiso de coordinar esfuerzos para la cohesión y unidad de las acciones sociales para la derrota del decadente neoliberalismo, en sus diferentes manifestaciones, organismos financieros y de comercio internacionales, Tratados de Libre Comercio bilaterales y regionales, políticas económicas anti populares de los gobiernos, entre otros. A su vez debe avanzarse en la construcción del nuevo proyecto de sociedad en correspondencia con los vientos de cambio del nuevo período histórico en desarrollo.
- Derrotar la estrategia de los gobiernos imperialistas y en especial de los Estados Unidos para tratar de restaurar el control político perdido en los últimos años, desde 1998 tras el triunfo electoral del proceso revolucionario Bolivariano en Venezuela a la victoria del 3 de diciembre del 2006, con la reelección de Hugo Chávez como Presidente de la República Bolivariana. El gobierno actual de los Estados Unidos ve con preocupación los cambios en América Latina y el Caribe y buscará mecanismos para desestabilizar estos nuevos gobiernos.
- Desenmascarar los intentos de camuflaje progresistas y enfrentar los intentos represivos de las derechas y el Imperio para frenar las luchas populares, o los esfuerzos de cooptar a dirigentes de movimientos sociales para neutralizar o anular la lucha o desviarla en contra de los proyectos alternativos.
- Continuar en su misión de defensa de la revolución cubana, bolivariana y boliviana así como de todo proceso igualmente atacado por el imperio en el futuro y poniendo la fuerza social requerida para el avance del carácter revolucionario de los procesos democráticos de amplia participación en Brasil; Nicaragua, Ecuador, Uruguay, México, El Salvador, así como de los procesos democráticos y patriotas en otros países como Haití, Argentina, y otros países de la región y el continente.

4. Apoyo, promoción y consolidación de Alianzas Sociales Latinoamericanas y Caribeñas.

El neoliberalismo ha “globalizado” las luchas de los pueblos. Por lo que las organizaciones sociales de América deben desarrollar y fortalecer las Alianzas Sociales tanto en América Latina, en el norte (con organizaciones de emigrantes y otras) y en el caribe. Alianzas globales, regionales y sectoriales, por áreas y ramas de actividades y bajo formas creativas.

La experiencia ha demostrado la capacidad de articular los esfuerzos de trabajo del movimiento social y ciudadano del continente. El Foro Social Mundial, el Foro Mesoamericano, la Plataforma Sindical Común Centroamericana, la existencia de redes sociales contra los tratados de libre comercio y el ALCA como la Alianza Social Continental, por la defensa de las Soberanía e Independencia de naciones y pueblos y por la Solidaridad entre los pueblos, entre otros, son una evidencia y están en marcha.

Han surgido instrumentos alternativos para la integración de los pueblos, particularmente el ALBA

(Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América), el cual antepone los intereses de la gente, busca la recuperación de los recursos de los pueblos y prioriza la educación, la salud y la subsistencia. Este a su vez esta generando espacios para la integración creativa de los movimientos sociales y populares, y de esta manera estos contribuyen al desarrollo del ALBA. Por lo tanto, elaborar una estrategia para desarrollar y empujar el alba debe formar parte sistemática de la agenda de los movimientos sociales y populares.

Los partidos y gobiernos de izquierda han aportado y contribuido a este proceso, pero deben continuar fortaleciendo este esfuerzo. Existen experiencias de alianzas y articulaciones entre movimientos campesinos, sindicales, comunitarios, de mujeres, de jóvenes y otros, los cuales se deben desarrollar y fortalecer en esta etapa y momento histórico.

Las organizaciones sociales del continente deberán impulsar la construcción de un movimiento de movimientos populares y sociales unidos de Latinoamérica y el Caribe, partiendo en el caso Centroamericano, desde lo regional incluyendo a México y Panamá, que compartan los esfuerzos por la Integración Social de los pueblos, que realizan los gobiernos de izquierda, democráticos, progresistas y patriotas, en contra del neoliberalismo, en contra de las injerencias imperialistas y por un nuevo modelo de sociedad, el socialismo del Siglo XXI.





RESOLUCIONES DE LAS MUJERES PARTICIPANTES DEL PRIMER FORO PREPARATORIO EN EL MARCO DEL XIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO

INTRODUCCION

Los programas de ajuste estructural en nuestro país y en otros, redujeron el gasto público y en particular el gasto para servicios sociales, eliminaron y crearon la idea de que los subsidios de cualquier tipo sobre todo para los y las pobres son malos, privatizaron las empresas públicas, realizaron una apertura comercial y desregulación sobre todo de las relaciones económicas y laborales; orientaron la economía hacia los mercados internacionales en perjuicio de los mercados internos, otorgaron el trato nacional a la inversión extranjera y desregulación de los mercados de trabajo con todo esto deprimieron las condiciones de trabajo y los salarios.

La reducción de lo social así como el incremento de los costos de los servicios básicos privatizados y de la canasta básica afecta de manera desproporcionada la calidad de vida y los ingresos de las mujeres por su responsabilidad reproductiva y muchas veces por que son el único o el principal sostén económico y emocional de sus familias. Las mujeres campesinas e indígenas no tienen acceso a la tierra no sólo por la pobreza en la que viven, sino por la cultura ancestral que las limita al derecho a ser propietarias, ya que todo el peso del trabajo doméstico que significa una pesada carga, por la falta de servicios como energía eléctrica, el agua, salud y la violencia doméstica que enfrentan.

El capitalismo no puede resolver los problemas de la humanidad sino que los multiplica, y no es capaz de reordenar al mundo en beneficio del progreso de los pueblos y menos para las mujeres, sobre quienes el Estado impone el peso, de ser el soporte social de las familias y de la sociedad en su conjunto. Las mujeres somos testigas de que el capitalismo no ha humanizado a los hombres, ni a las mujeres sino todo lo contrario; nos esta llevando al exterminio, producto de la guerra y al feminicidio, entre otras atrocidades. Las prácticas feminicidas generalizadas en Mesoamérica provocan la muerte impune de miles de mujeres.

La libertad que proclama el capitalismo es un espejismo: ¿tienen libertad las mujeres pobres de estudiar, de vivir en su país, de mandar a sus hijas e hijos a estudiar?; la libertad y la democracia, sólo se puede asegurar mediante el desarrollo con justicia social y equidad de género. Esa nueva sociedad por la que luchamos debe privilegiar el trabajo por el bienestar de las personas, de las familias y de la sociedad en su conjunto y en esto las mujeres tenemos mucho que aportar.

La lucha por la ruptura del capitalismo salvaje es posible y necesaria y la ruptura debe ser por supuesto



con el capitalismo salvaje, pero también y con la misma fuerza con el patriarcado y sólo así nos podemos orientar hacia la construcción de una nueva sociedad con justicia social y equidad de género.

Esta propuesta de cambios implica en principio que los sujetos políticos incluidos los hombres y las mujeres seamos también sujetos y sujetas del cambio que proponemos; esto significa romper con la cultura y las prácticas opresivas y discriminativas. En este sentido es urgente el cambio de las relaciones sociales, económicas, políticas y culturales entre hombres y mujeres; ya que los hombres y las mujeres en nuestras relaciones sociales reproducimos las desigualdades.

El sujeto y la sujeta llamadas a hacer las rupturas son producto de las relaciones sociales en su sentido más amplio y por lo mismo estamos poseídas y poseídos por la cultura dominante y dominada machista y esto sólo se puede transformar si somos concientes de la necesidad de cambiar, por ello no se nos debe olvidar, que vivimos en una sociedad capitalista y patriarcal y que esta cultura afecta a toda la sociedad de manera diferenciada, solo a partir de visibilizar el patriarcalismo y de estar conscientes de como lo reproducimos, es posible combatirlo y erradicarlo tomando las medidas pertinentes en los diferentes momentos del desarrollo social.

El modelo alternativo al neoliberalismo, debe estar comprometido entre otros, con los principios de justicia social y la **equidad entre hombres y mujeres**, esto debe ser visibilizado para destacar que el neoliberalismo afecta de manera diferenciada a los hombres y a las mujeres.

El modelo alternativo latinoamericano y caribeño, debe ser radical en la deslegitimación de la violencia en contra de las mujeres, de todo ser humano y del ecosistema.

Debe acabar con la polarización pobreza-riqueza y con la feminización de la pobreza que es una realidad en nuestros países.

Debe asegurar la prestación de los servicios básicos de la población y la infraestructura económica y social. También debe asegurar el respeto irrestricto de los derechos humanos de todas las personas especialmente de las mujeres, las niñas, los niños y las y los indígenas, las personas con capacidades especiales y las y los adultos mayores.

Se deberá garantizar el acceso de la población a una educación moderna, cualitativa y no sexista, que contemple la equidad entre los hombres y las mujeres y el respeto de los derechos sexuales y reproductivos.

Es necesaria la formulación de agendas o plataformas de lucha, bajo la premisa de la diversidad del contingente social que acciona por la ruptura con el capitalismo neoliberal y por la construcción de las bases de una sociedad socialista.

Es importante reconocer la diversidad porque muchas veces no se entiende la relación existente entre las demandas en contra de los bajos salarios por ejemplo, y el acoso sexual en el centro de trabajo, porque esto toca no sólo a la trabajadora con su jefe sino también con sus iguales; porque muchas veces no comprendemos el impacto en la economía, en la salud y en la vida de una mujer lo que puede significar estar sometida a prácticas de acoso sexual y muchas veces tampoco se entiende las luchas

de las mujeres contra la violencia doméstica; generalmente estas luchas son solo de las mujeres y debemos pasar a que sean de todo la sociedad, que sea parte del gran programa de la ruptura.

El respeto y la inclusión política de la diversidad tiene que ver con retomar y participar en las luchas y demandas de los distintos estamentos sociales y asumirlas como propias en el sentido de su legitimidad e importancia política y social; para unir esfuerzos en la “cohesión y unidad de las acciones sociales para la derrota del decadente neoliberalismo en sus diferentes manifestaciones y el avance del nuevo proyecto de sociedad”.

CONSIDERANDO, lo antes expuesto, la Secretaría Nacional de la Mujer del FMLN, organizó el 6 de Enero del año en curso, un Foro Preparatorio en el marco del XXIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, a desarrollarse del 11 al 16 de Enero del 2007, en El Salvador.

Como producto del Debate generado en las Mesas de Trabajo de este Foro, las mujeres participantes acordamos las siguientes **RESOLUCIONES**:

1. CREACION DE UNA **RED DE MUJERES DE IZQUIERDA LATINOAMERICANAS Y CARIBEÑAS**, QUE TENGA POR OBJETIVO LA LUCHA SOCIAL Y POLÍTICA CON ENFOQUE DE GENERO PARA PROFUNDIZAR Y FORTALECER LOS PROCESOS REVOLUCIONARIOS, SOCIALISTAS Y DEMOCRATICOS DE LOS PAISES DE LA REGION.

2. ESTA RED DEBE COMPRENDER EN SU ACCIONAR, LAS SIGUIENTES ESTRATEGIAS:

A. EN LO ECONOMICO: INTEGRACION Y FORTALECIMIENTO A LA ALTERNATIVA BOLIVARIANA PARA LA AMERICA, ALBA.

B. EN LA EDUCACION Y FORMACION: FORTALECIMIENTO DEL LIDERAZGO DE LAS MUJERES DESDE LA PERSPECTIVA FEMINISTA MARXISTA.

C. EN DERECHOS HUMANOS DE LAS MUJERES: GARANTIZAR EL CUMPLIMIENTO, LIBRE EJERCICIO Y EMPODERAMIENTO EN LAS AREAS DE:

- Salud Sexual y Reproductiva
- Seguridad Integral con enfoque de género
- Vivienda digna
- Educación no sexista
- Trabajo digno
- Recreación y deporte

- Participación Política activa
- Legislación
- Medio ambiente sostenible y sustentable
- El respeto a la Cultura de razas y etnias

3. GARANTIZAR LA PARTICIPACION DE LA RED DE MUJERES DE IZQUIERDA LATINOAMERICANAS Y CARIBEÑAS EN TODO EL PROCESO DE DISEÑO Y ORGANIZACION EN LOS ENCUENTROS DEL FORO DE SAO PAULO QUE SE VAN A EJECUTAR EN LOS PROXIMOS AÑOS.

CONCLUSION

Esta es una propuesta política que busca visibilizar a las mujeres latinoamericanas y del Caribe en la construcción de un proyecto alternativo de vida en donde prevalezca la igualdad, la equidad y la justicia social.

REAFIRMAMOS que el SOCIALISMO y la DEMOCRACIA son posible, solo cuando las mujeres también forman parte activa en la toma de decisiones.

¡¡Las Mujeres Unidas por la Lucha hacia la Integración Latinoamericana y del Caribe!!

SAN SALVADOR, 11 DE ENERO DE 2007

I Encontro: Declaração Final – São Paulo (Brasil) - 1990

Declaração de São Paulo

Convocados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nos reunimos em São Paulo, Brasil, representantes de 48 organizações, partidos e frentes de esquerda da América Latina e Caribe.

Inédito por sua amplitude e pela participação das mais diversas correntes ideológicas da esquerda, o encontro reafirmou, na prática, a disposição das forças de esquerda, socialistas e anti-imperialistas do sub-continente de compartilhar análises e balanços de suas experiências e da situação mundial. Abrimos assim novos espaços para responder aos grandes objetivos que se colocam hoje a nossos povos e a nossos ideais de esquerda, socialistas, democráticos, populares e anti-imperialistas.

No transcurso de um debate intenso, verdadeiramente franco, plural e democrático, tratamos alguns dos grandes problemas que se nos apresentam. Analizamos a situação do sistema capitalista mundial e a ofensiva imperialista, coberta de um discurso neoliberal, lançada contra nossos países e nossos povos. Avaliamos a crise da Europa Oriental e do modelo de transição ao socialismo ali imposto. Revisamos as estratégias revolucionárias da esquerda desta parte do planeta e dos objetivos que o quadro internacional coloca. Seguiremos adiante com estes e outros esforços unitários.

Este Encontro é um primeiro passo de identificação e aproximação dos problemas. Desenvolveremos um novo Encontro no México, onde continuaremos somando inteligências e vontades à análise permanente que iniciamos, aprofundaremos o debate e buscaremos avançar propostas de unidade de ação consensuais na luta anti-imperialista e popular. Promoveremos também intercâmbios especializados em torno dos problemas econômicos, políticos, sociais e culturais que enfrenta a esquerda continental.

Constatamos que todas as organizações da esquerda concebemos que a sociedade justa, livre e soberana e o socialismo só podem surgir e sustentar-se na vontade dos povos, ligados com suas raízes históricas. Manifestamos, por isso, nossa vontade comum de renovar o pensamento de esquerda e o socialismo, de reafirmar seu caráter emancipador, corrigir concepções errôneas, superar toda expressão de burocratismo e toda ausência de uma verdadeira democracia social e de massas. Para nós, a sociedade livre, soberana e justa à que aspiramos e o socialismo não podem ser senão a mais autêntica das democracias e a mais profunda das justiças para os povos. Rechaçamos, por isso mesmo, toda pretensão de aproveitar a crise da Europa Oriental para incitar a restauração capitalista, anular os ganhos e direitos sociais ou alimentar ilusões nas inexistentes bondades do liberalismo e o capitalismo.

Sabemos, pela experiência histórica do submetimento aos regimes capitalistas e ao imperialismo, que as imperiosas carências e os mais graves problemas de nossos povos têm sua raiz nesse sistema e que não encontraram solução nele, nem nos sistemas de democracias restringidas, tuteladas e até militarizadas que impõe em muitos de nossos países. A saída que nossos povos anseiam não pode ser alheia às profundas transformações impulsionadas pelas massas.

As organizações políticas reunidas em São Paulo encontramos um grande alento para reafirmar nossas concepções e objetivos socialistas, anti-imperialistas e populares no surgimento e desenvolvimento de vastas forças sociais, democráticas e populares no Continente que se enfrentam com as alternativas do imperialismo e o capitalismo neoliberal e a sua seqüela de sofrimento, miséria, atraso e opressão anti-democrática. Esta realidade confirma à esquerda e ao socialismo como alternativas necessárias e emergentes.

A análise das políticas pró-imperialistas, neoliberais aplicadas pela maioria dos governos latino-americanos seus trágicos resultados e a revisão da recente proposta de "integração americana" formulada pelo Presidente Bush para processar as relações de dominação dos EUA com América Latina e Caribe, nos reafirmam na convicção de que a nada positivo chegamos por esse caminho.

A recente proposta do Presidente norte-americano é uma receita já conhecida, mas suavizada para fazê-la mais enganosa. Implica liquidar o patrimônio nacional através da privatização de empresas públicas estratégicas e rentáveis a câmbio de um irrisório fundo ao que os EUA aportariam US\$ 100 milhões de dólares. Busca a aplicação permanente das nefastas "políticas de ajuste" que levaram a níveis sem precedentes à deterioração da qualidade de vida dos latino-americanos, em troca de uma minúscula e condicionada redução na dívida externa oficial com o governo imperial. A oferta de reduzir a dívida oficial latino-americana com o Governo dos Estados Unidos em apenas US\$ 7 bilhões não representa nada para uma América Latina cuja dívida externa total se eleva a mais de US\$ 430 bilhões, se incluímos a dívida com o banco comercial e com os organismos multilaterales. Mais ainda, os US\$ 100 milhões de "subsídios" prometidos aos países que façam reformas neoliberais não chegam nem ao 0,5% dos US\$ 25 bilhões que a América Latina transferiu ao exterior só em 1989 como juros, amortizações e remissão de lucros do capital estrangeiro. O plano Bush pretende abrir completamente nossas economias nacionais à desleal e desigual competência com o aparato econômico imperialista, submeter-nos completamente a sua hegemonia e destruir nossas estruturas produtivas, integrando-nos a uma zona de livre comércio, hegemônica e organizada pelos interesses norte-americanos, enquanto eles mantêm uma Lei de Comércio Externo profundamente restritiva.

Assim, estas propostas são alheias aos genuínos interesses de desenvolvimento econômico e social de nossa região e vão combinadas com a restrição de nossas soberanias nacionais e com o recorte e tutela de nossos direitos democráticos. Elas, na realidade, apontam impedir uma integração autônoma de nossa América Latina dirigida a satisfazer suas mais vitais necessidades.

Conhecemos a verdadeira cara do Império. É a que se manifesta no implacável cerco e na renovada agressão contra Cuba e contra a Revolução Sandinista na Nicarágua, no aberto intervencionismo e sustento ao militarismo em El Salvador, na invasão e ocupação militar

norte-americana de Panamá, nos projetos e passos já dados de militarizar zonas andinas da América do Sul com o motivo de lutar contra o "narco-terrorismo".

Por isso, reafirmamos nossa solidariedade com a revolução socialista de Cuba, que defende firmemente sua soberania e suas conquistas; com a revolução popular sandinista, que resiste aos intentos de desmontar suas conquistas e reagrupa suas forças; com as forças democráticas, populares e revolucionárias salvadorenhas, que impulsionam a desmilitarização e a solução política à guerra; com o povo panamenho – invadido e ocupado pelo imperialismo norte-americano, cuja imediata retirada exigimos – e com os povos andinos que enfrentam a pressão militarista do imperialismo.

Mas também definimos aqui, em contraposição com a proposta de integração sob domínio imperialista, as bases de um novo conceito de unidade e integração continental. Ela passa pela reafirmação da soberania e auto-determinação da América Latina e de nossas nações, pela plena recuperação de nossa identidade cultural e histórica e pelo impulso à solidariedade internacionalista de nossos povos. Ela supõe defender o patrimônio latino-americano, pôr fim à fuga e exportação de capitais do sub-continente, encarar conjunta e unitariamente o flagelo da impagável dívida externa e a adoção de políticas econômicas em benefício das maiorias, capazes de combater a situação de miséria em que vivem milhões de latino-americanos. Ela exige, finalmente, um compromisso ativo com a vigência dos direitos humanos e com a democracia e a soberania popular como valores estratégicos, colocando as forças de esquerda, socialistas e progressistas frente ao desafio de renovar constantemente seu pensamento e sua ação.

Neste marco, renovamos hoje nossos projetos de esquerda e socialistas, nossos compromissos são a conquista do pão, a beleza e a alegria, o afã de conquistar a soberania econômica e política de nossos povos e a primazia de valores sociais, baseados na solidariedade. Declaramos nossa plena confiança em nossos povos, que mobilizados, organizados e conscientes forjarão, conquistarão e defenderão um poder que torne real a justiça, a democracia e a liberdade verdadeiras.

Aprendemos com os erros cometidos, assim como com as vitórias. Armados de um inegociável compromisso com a verdade e com a causa de nossos povos e nações nos lançamos à marcha, seguros de que o espaço que agora abrimos será preenchido junto à demais agrupações da esquerda latino-americana e caribenha com novos esforços de intercâmbio e de unidade de ação como alicerces de uma América Latina livre, justa e soberana.

São Paulo, 4 de julho de 1990

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=9&even=1%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%201990](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=9&even=1%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%201990)

II Encontro – Cidade do México (México) - 1991

DECLARAÇÃO FINAL

Declaração do México

De 12 a 15 de junho de 1991, teve lugar, na cidade do México, o II Encontro de Movimentos e Partidos Políticos do Foro de São Paulo. Nesta ocasião, o Foro reuniu 68 organizações e partidos políticos provenientes de 22 países que examinaram a situação e a perspectiva da América Latina e Caribe frente à reestruturação hegemônica internacional.

A ampliação do número de participantes da região se complementou com a assistência de 12 organizações e partidos políticos da Europa, Canadá e Estados Unidos. Com a organização deste Foro, celebrado por convite do Partido de la Revolución Democrática, do México, se dá cumprimento e continuidade às resoluções emanadas do I Encontro de Organizações e Partidos Políticos de Esquerda, realizado ano passado em São Paulo, por iniciativa do Partido dos Trabalhadores, do Brasil, no sentido de aglutinar a um maior número de forças políticas interessadas em discutir a atual problemática latino-americana e na busca de alternativas viáveis para enfrentar o objetivo das transformações que nossas realidades colocam.

O debate realizado neste II Encontro foi franco, aberto, democrático, plural e unitário, com a participação de um amplo leque de forças. Umas têm identidades nacionalistas, democráticas e populares, e várias outras levam estes conceitos até identidades socialistas diversas, estando todas comprometidas com as transformações estruturais requeridas para o cumprimento dos objetivos das grandes majorias de nossos povos pela justiça social, a democracia e a liberação nacional.

No curso do II Encontro se analisaram e discutiram os impactos econômicos, políticos, sociais e culturais da crise, produto da imposição dos chamados modelos neoliberais em nossa região. Os participantes intercambiaram opiniões acerca de distintos aspectos que se desprendem da transição democrática; a relação da democracia com a economia e a sociedade, sua vinculação com os direitos humanos, com a soberania e com a não intervenção.

O II Encontro examinou, deste modo, as estratégias democráticas e populares no plano econômico, no político, no social e no cultural, assim como as experiências regionais no âmbito da integração.

Aprovaram-se também diversas resoluções de solidariedade com as lutas dos povos latino-americanos e caribenhos em defesa da soberania e pela democracia, o bem-estar social e o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, considerou-se tarefa primordial de solidariedade a defesa da soberania de Cuba e os esforços para frustrar os planos do poder imperialista estadunidense contra a Revolução Cubana. Destacou-se a necessidade de defender as conquistas da Revolução Sandinista, ameaçadas depois da derrota eleitoral da FSLN, de apoiar os significativos avanços democráticos do povo haitiano, encarnadas no Governo do padre Aristide, de solidarizar-se com a luta da FMLN e demais forças progressistas de El Salvador na busca de uma sólida política negociada que erradique as causas da guerra, de apoiar a luta da URNG, da Guatemala, e sua proposta de uma solução política ao conflito armado sobre bases justas, de respaldar a luta pela saída das tropas norte-americanas do Panamá, de assumir a luta anti-colonial dos porto-riquenhos e dos demais povos das colônias do Caribe, de rechaçar a intervenção militar que, sob o pretexto da "guerra andina contra o narcotráfico", os EUA praticam na Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, e de condenar as fraudes eleitorais e todas as modalidades de repressão.

Da mesma forma, o II Encontro expressou seu apoio à reivindicação da Argentina sobre as Ilhas Malvinas, seu respaldo à independência de Martinica e Guadalupe, sua adesão à campanha de solidariedade contra o cólera no Equador, denominada "um barco pela vida", e seu rechaço a todas as medidas de impunidade na América Latina frente aos crimes do militarismo e à violações dos direitos humanos em nosso continente, em particular, as relacionadas com os desaparecidos, assim como ao processo de mudanças e negociação política na Colômbia.

A década de 80, a chamada década perdida para a América Latina, foram anos de crise e reestruturação global da economia internacional, das relações entre as nações e das economias, assim como das relações políticas e sociais dentro de cada país.

Nesta década se produz o desmoronamento dos modelos autoritários do "socialismo real". Na América Latina desapareceram ditaduras militares em muitos países. Nestes e em outros, abriram-se novos espaços de participação política, muitas vezes em democracias restringidas, permitindo a gestação, em meio à crise, de novos movimentos sociais, de ampla expressão popular, lutando por reivindicações econômicas e sociais e pela democracia.

É no marco deste processo que surgem, em alguns países do continente, importantes partidos populares, assim como se fortalecem e adquirem maior base social muitas organizações que desenvolviam suas lutas desde décadas precedentes. O avanço destas forças se expresou, em alguns países da América Latina, na conquista de governos locais, regionais e nacionais.

Globalmente, as forças e movimentos populares, reivindicando ou não o socialismo em seus programas, impulsionaram em seu interior significativos processos de renovação política e orgânica – que deverão ser impulsionados – em crescente articulação com as lutas sociais.

Expressão deste processo de renovação é o crescente esforço de unidade, a crítica de concepções dogmáticas e burocráticas e o combate ao sectarismo.

A profunda reflexão que fazem as esquerdas e todas as forças democráticas latino-americanas, coloca a necessidade de oferecer à sociedade alternativas concretas na



perspectiva das classes trabalhadoras, as forças democráticas e os interesses nacionais, superando assim a simples crítica do sistema capitalista.

As políticas recessivas de inspiração neoliberal aprofundam a crise política e social de nossa região causada pelo capitalismo dependente. Ditas políticas vão destinadas a assegurar a transferência de recursos que a região realiza para cobrir a carga do serviço da dívida externa. Em razão de cumprir com o capital financeiro internacional, os governos latino-americanos aumentam a descapitalização de nossas economias e os níveis de exploração e miséria das maiorias. Assim, dita política privilegia os mecanismos de mercado, aparentemente livre, para enfrentar os problemas econômicos e a regulação e reestruturação de nossas economias, favorecendo as grandes empresas transnacionais e nacionais que a controlam, em detrimento dos interesses nacionais e populares.

A estratégia predominante se caracteriza pela reestruturação e a redução do papel do Estado na economia, sem colocar sua necessária transformação em função dos objetivos nacionais, democráticos, econômicos e sociais das maiorias. Promove a privatização e acentua a centralização do capital e o predomínio das forças transnacionais na economia, instaurando uma indiscriminada abertura externa e maiores níveis de exploração e opressão da força de trabalho com a redução dos ganhos e salários reais, a desproteção das condições trabalhistas e a diminuição dos direitos sindicais.

Enquanto a participação do Estado foi funcional às necessidades de acumulação do capital, não foi questionada sua participação. Hoje em dia, diante da necessidade de ampliar a fronteira de investimento do capital nacional e internacional, culpa-se o Estado pela crise econômica de nossos países, assim como de supostas "práticas socializantes" na economia, pelo que se coloca sua redução ou seu afinamento para assim apropriar-se das empresas estratégicas e prioritárias de alta rentabilidade que o Estado controlava. Tal situação de privatização relega os princípios de soberania e o cumprimento dos objetivos nacionais em torno dos crescimentos econômicos mais equilibrados e sustentados, já que passa a predominar o objetivo exclusivo da alta rentabilidade. Ele leva a acentuar os problemas existentes com a resultante vulnerabilidade de nossas economias aos fatores externos (maior investimento estrangeira direto, maiores créditos) para o financiamento dos desequilíbrios gerados.

Para ele, promoveu-se a transformação do aparato jurídico-institucional que rege as relações internacionais, entre as quais destacam: a eliminação de barreiras protecionistas que permitiram a industrialização de nossos países; a modificação das leis de investimento estrangeira; a modificação das leis laborais para assegurar uma maior exploração da força de trabalho, assim como a modificação das leis agrárias para reverter os processos de reforma agrária e privatizar o campo. Dito processo compreende, além disso, os recursos institucionais, o uso da violência contra os movimentos camponeses do continente dado o notável peso que eles têm no movimento popular e social.

A imposição do neoliberalismo e suas políticas pró-imperialistas e anti-populares foi possível, em boa medida, devido aos controles verticais e às democracias restringidas predominantes em muitos de nossos países. Neste marco, ressaltam as fraudes e mecanismos eleitorais irregulares, a extensão de práticas venais e corruptas, a repressão aos sindicatos e organizações sociais independentes, o controle da imprensa e os meios de comunicação na

perspectiva de limitar os alcances das transformações democráticas, manipular os anseios democratizantes da sociedade, e permitir – com relativa governabilidade – a instrumentação de seu novo esquema de dominação no que se combina o neoliberalismo com o autoritarismo político e um sistema de impunidade para o abuso e a corrupção dos governantes.

Também constituem instrumentos ao serviço do neoliberalismo, a sobrevivência das doutrinas de segurança nacional, a militarização das sociedades e o crescente papel das forças armadas e paramilitares em diversos Estados e governos latino-americanos que se apóiam em estados de exceção e de emergência e reduzem, cada vez mais, os direitos democráticos da população. Desta forma, devemos ressaltar que em diversos países se desenharam estruturas políticas nas que os que são eleitos têm sua capacidade de mandato reduzida, pois se sobrepõem instituições não eleitas às instâncias eletivas, limitando-lhes capacidade de ação para modificar as políticas neoliberais já impostas e transformar ditas realidades.

A reestruturação neoliberal implicou num processo de maior submissão dos Estados nacionais aos interesses imperialistas dos países desenvolvidos, o que se traduziu na perda de soberania, na priorização do pagamento da dívida, na concessão de grandes benefícios às transnacionais e, conseqüentemente, na eliminação de políticas de bem-estar social, na redução do lucro das maiorias trabalhadoras e na pretensão dos interesses das classes médias, dos trabalhadores e dos campesinos.

Na medida em que a política neoliberal fracassou na solução dos problemas econômicos de nossa região e não foi capaz de gerar condições de crescimento econômico e estabilidade, leva a outorgar novas concessões ao capital transnacional: maiores facilidades ao investimento estrangeiro direto, maior abertura econômica, acordos econômicos bilaterais, para estimular o fluxo de investimentos a nossos países e retomar ou impulsionar condições de crescimento que somente passam a favorecer os setores hegemônicos.

As políticas neoliberais levam nossas economias a especializar-se de novo em torno das vantagens comparativas (recursos naturais e processos produtivos baseados no uso intensivo da mão-de-obra) para encarar o processo de competência e de inserção na economia mundial. Ao centrar-se o crescimento nestes setores, acentuaram-se indefectivelmente a dependência e o atraso de nossas economias com respeito à dos países desenvolvidos. Em conseqüência, tal projeto não passa de subordinação das economias latino-americanas ao projeto de reestruturação global que comandam os países desenvolvidos e em especial os setores hegemônicos da economia norte-americana.

Neste projeto, combinam-se novos e velhos métodos de penetração e ingerência, de reestruturação hegemônica dos Estados Unidos com o continente: a "Iniciativa para as Américas", a invasão ao Panamá, para assegurar o controle do Canal e do país, o estrangulamento da Nicarágua por uma guerra imposta, o bloqueio e a ameaça contra Cuba, as intenções de mediação dos processos de solução política negociada na América Central para dismantelar os movimentos democráticos e a preparação da "guerra andina" com o pretexto do narcotráfico.

Todas são medidas para reconstruir na região a zona de dominação econômica e geopolítica dos Estados Unidos, a "fortaleza americana", amarrando os países latino-americanos a uma



nova e maior subordinação consentida por seus governos.

É indispensável pensar em nossa alternativa própria, com novas hipóteses e critérios, a fim de evitar que as relações econômicas com os países imperialistas e os mecanismos de mercado aprofundem as diferenças existentes e perpetuem o subdesenvolvimento, a dependência e a integração subordinada e passiva com os países desenvolvidos.

Diante dos enormes desafios que temos pela frente, não podemos pensar que o melhor caminho para os países da América Latina e Caribe seja o de continuar cada um por seu lado, ligados a seus próprios esforços e desatendendo nossas raízes comuns e as condições comuns que hoje vivem nossos países frente ao mundo desenvolvido. A solução de fundo às dificuldades e problemas se encontra hoje na transformação profunda de nossas sociedades e na integração política e econômica da América Latina e Caribe, que foi durante séculos incentivo nas lutas libertárias e constitui agora idéia motora para impulsionar nossa cabal emancipação frente ao processo de reestruturação do capitalismo a nível mundial para poder contribuir a forjar uma nova ordem internacional que respeite nossos valores nacionais e satisfaça as necessidades de nossos povos.

Avançar até essa meta só será possível se for estabelecido em nossos países Estados democráticos e independentes e Governos comprometidos com a transformação, sustentados em um forte apoio e uma decisiva participação de seus povos. Este tipo de respaldo só podem dar, em nossos dias, sociedades justas, democráticas e organizadas.

Em dito processo deverão ter participação fundamental os setores afetados pelo modelo neoliberal, ou seja, os trabalhadores da cidade e do campo, a pequena e média burguesia, os empresários nacionalistas, amplos setores de mulheres e jovens, as nacionalidades e etnias oprimidas, assim como os setores mais desprotegidos da sociedade.

No campo econômico, trata-se de que a organização democrática da sociedade defina as funções do mercado e a participação do Estado na vida econômica. Isso deverá ser feito em uma perspectiva anti-monopolista e de justiça social. Este será um dos conteúdos de nossas propostas democráticas na luta por ser governo e poder.

Sobre essa base se poderá alcançar e consolidar em cada um de nossos países, os objetivos e valores comuns: democracia econômica, política y social; respeito ao voto e à participação política direta e permanente do povo; pluralismo; direitos cidadãos; direitos humanos; direitos sociais; reformas estruturais e reforma agrária; organização democrática e independente do povo; proteção da natureza; respeito e promoção da identidade cultural e nacional dos povos originários de nosso continente; solidariedade social e soberania nacional.

A partir da constatação dos limites dos processos democratizadores na América Latina, os debates do Foro apontaram para a reafirmação de seu compromisso com a democracia econômica, política e social, que consideramos um valor permanente em todos os momentos de luta.

As discussões colocaram a necessidade de articular as dimensões econômica, cultural e social da democracia com sua dimensão política. Os valores de igualdade e de justiça social são



assim inseparáveis da liberdade.

Para que esta democracia possa se constituir e desenvolver, é de fundamental importância que os trabalhadores e os setores populares tenham neste processo um papel protagônico decisivo. Uma democracia, como processo aberto de criação de novos direitos incorpora necessariamente reivindicações e alternativas que são apresentadas pelo movimento de mulheres, pelos que lutam pela preservação do meio ambiente, pelos jovens, pelas nacionalidades e etnias – minorias ou não – que sofrem a opressão e discriminação em nossas sociedades.

Ao defender a democracia para a sociedade e para o Estado estamos defendendo a democracia no interior dos partidos, dos sindicatos e de todas as organizações sociais.

Neste marco, a educação política é uma necessidade no interior dos partidos, mas particularmente uma responsabilidade destes com a sociedade, o que recoloca os termos em que aquela deve conceber-se e se realizar.

Portanto, esta educação política deve contribuir à democratização de nossas sociedades e, de maneira relevante, à de nossos partidos e organizações, trazendo elementos para a geração de uma nova cultura política.

As organizações e partidos políticos que participaram no II Encontro coincidiram na necessidade de continuar discutindo a busca de políticas alternativas aos modelos neoliberais hoje predominantes em nossa região. Nesta busca nos comprometemos a empreender iniciativas políticas em conjunto com partidos, sindicatos e organizações da sociedade civil de outros países e regiões do mundo a fim de lutar por uma nova ordem econômica e política baseado na justiça, a equidade e a reciprocidade.

Os participantes deste II Encontro concordamos com uma série de eventos que permitam dar continuidade ao intercâmbio de opiniões sobre a atual temática latino-americana:

1. Um seminário sobre projetos alternativos de integração latino-americana, com a participação de especialistas, sindicalistas e dirigentes políticos latino-americanos (fevereiro de 1992).
2. Realizar o III Encontro dos Movimentos e Partidos Políticos do Foro de São Paulo, para continuar o intercâmbio de experiências e a discussão política e as conclusões geradas no seminário (junho de 1992).
3. Fazer um fórum sobre o diálogo Norte-Sul, a realizar-se em alguma capital europeia.
4. Celebrar um fórum sobre América Latina e a nova ordem mundial, a realizar-se nos Estados Unidos.
5. Enviar delegações de destacados dirigentes políticos latino-americanos a distintos fóruns nacionais, regionais e internacionais a fim de apresentar as conclusões de nossos eventos.



6. Estimular, participar e respaldar todos os programas alternativos às comemorações oficiais do V Centenário do denominado Descobrimento da América.

O II Encontro concorda, deste modo, em formar um grupo de trabalho encarregado de consultar e promover estudos e ações unitárias em torno dos acordos do Foro, integrado pelas seguintes organizações:

Partido dos Trabalhadores, do Brasil, Izquierda Unida, do Peru, Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional, de El Salvador, Frente Sandinista de Liberación Nacional, da Nicarágua, Partido Comunista de Cuba, Frente Ampla, do Uruguay, Partido de la Revolución Democrática, do México, Movimiento Lavalás, do Haiti, y Movimiento Bolivia Libre.

México, DF, 12-15 de junho de 1991

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=10&even=11%20Encontro%20-%20Cidade%20do%20México%20\(México\)%20-%201991](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=10&even=11%20Encontro%20-%20Cidade%20do%20México%20(México)%20-%201991)

II ENCONTRO - CIDADE DO MÉXICO (MÉXICO) - 1991

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

Declaración de México

Del 12 al 15 de junio de 1991, tuvo lugar, en la ciudad de México, el II Encuentro de los Movimientos y Partidos Políticos del Foro de São Paulo. En esta ocasión el Foro congregó a 68 organizaciones y partidos políticos provenientes de 22 países que examinaron la situación y la perspectiva de América Latina y el Caribe frente a la reestructuración hegemónica internacional.

La ampliación del número de participantes de la región se complementó con la asistencia de 12 organizaciones y partidos políticos de Europa, Canadá y Estados Unidos. Con la organización de este foro, celebrado por invitación del Partido de la Revolución Democrática de México, se da cumplimiento y continuidad a las resoluciones emanadas del I Encuentro de Organizaciones y Partidos Políticos de Izquierda realizado el año pasado en São Paulo por iniciativa del Partido de los Trabajadores de Brasil, en el sentido de aglutinar a un mayor número de fuerzas políticas interesadas en discutir la actual problemática latinoamericana y en la búsqueda de alternativas viables para enfrentar el reto de las transformaciones que nuestras realidades plantean.

El debate realizado en este II Encuentro ha sido francop abierto, democrático, plural y unitario, con la participación de un amplio abanico de fuerzas. Unas tienen identidades nacionalistas, democráticas y populares, en tanto que varias otras llevan estos conceptos hacia identidades socialistas diversas, estando todas comprometidas con las transformaciones estructurales requeridas para el cumplimiento de los objetivos de las grandes mayorías de nuestros pueblos por la justicia social, la democracia y la liberación nacional.

En el curso del II Encuentro se analizaron y discutieron los impactos económicos, políticos, sociales y culturales de la crisis, producto de la imposición de los llamados modelos neoliberales en nuestra región. Los participantes intercambiaron opiniones acerca de distintos aspectos que se desprenden de la transición democrática; la relación de la democracia con la economía y la sociedad, su vinculación con los derechos humanos, con la soberanía y con la no intervención.

El II Encuentro examinó, asimismo, las estrategias democráticas y populares en lo económico, en lo político, en lo social y en lo cultural, así como las experiencias regionales en el ámbito de la integración.

Se aprobaron también diversas resoluciones de solidaridad con las luchas de los pueblos latinoamericanos y caribeños en defensa de la soberanía y por la democracia, el bienestar social y el desarrollo económico.

En ese sentido se consideró tarea primordial de solidaridad la defensa de la soberanía de Cuba y los esfuerzos para frustrar los planes del poder imperialista estadounidense contra la Revolución Cubana. Se destacó la necesidad de defender las conquistas de la Revolución Sandinista amenazadas después de la derrota electoral del FSLN, de apoyar los significativos avances democráticos del pueblo haitiano encarnadas en el gobierno del padre Aristide, de solidarizarse con la lucha del FMLN y demás fuerzas progresistas de El Salvador en la búsqueda de una sólida política negociada que erradique las causas de la guerra, de apoyar la lucha de la URNG de Guatemala y su propuesta de una solución política al conflicto armado sobre bases justas, de respaldar la lucha por la salida de las tropas yanquis de Panamá, de asumir la lucha anticolonial de los puertorriqueños y de los demás pueblos de las colonias del Caribe, de rechazar la intervención militar que bajo el pretexto de la "guerra andina contra el narcotráfico" los EE.UU. practican en Bolivia, Perú, Ecuador y Colombia y de condenar los fraudes electorales y todas las modalidades de represión.

Asimismo, el II Encuentro expresó su apoyo a la reivindicación de Argentina sobre las Islas Malvinas; su respaldo a la independencia de Martinica y Guadalupe, su adhesión a la campaña de solidaridad contra el cólera en el Ecuador denominada "un barco por la vida" y su rechazo a todas las medidas de impunidad en América Latina frente a los crímenes del militarismo y a las violaciones de los derechos humanos en nuestro continente, en particular, las relacionadas con los desaparecidos, así como, al proceso de cambios y negociación política en Colombia.

La década de los 80, la llamada década perdida para América Latina, fueron años de crisis y reestructuración global de la economía internacional, de las relaciones entre las naciones y de las economías, así como de las relaciones políticas y sociales dentro de cada país.

En esta década se produce el derrumbe de los modelos autoritarios del "socialismo real". En América Latina desaparecieron dictaduras militares en muchos países. En éstos y en otros se abrieron nuevos espacios de participación política, muchas veces en democracias restringidas, permitiendo la gestación, en medio de la crisis, de nuevos movimientos sociales de amplia expresión popular, luchando por reivindicaciones económicas y sociales y por la democracia.

Es en el marco de este proceso que surgen, en algunos países del continente, importantes partidos populares, así como se fortalecen y adquieren mayor arraigo social muchas



organizaciones que desarrollaban sus luchas desde décadas precedentes. El avance de estas fuerzas se expresó, en algunos países de América Latina, en la conquista de gobiernos locales, regionales y nacionales.

Globalmente, las fuerzas y movimientos populares, reivindicando o no el socialismo en sus programas, impulsaron en su interior significativos procesos de renovación política y orgánica – que deberán ser impulsados – en creciente articulación con las luchas sociales.

Expresión de este proceso de renovación es el creciente esfuerzo de unidad, la crítica de concepciones dogmáticas y burocráticas y el combate al sectarismo.

La profunda reflexión que hacen las izquierdas y todas las fuerzas democráticas latinoamericanas, plantea la necesidad de ofrecer a la sociedad alternativas concretas en la perspectiva de las clases trabajadoras, las fuerzas democráticas y los intereses nacionales, superando así la simple crítica del sistema capitalista.

Las políticas recesivas de inspiración neoliberal profundizan la crisis política y social de nuestra región causada por el capitalismo dependiente. Dichas políticas van encaminadas a asegurar la transferencia de recursos que la región realiza para cubrir la carga del servicio de la deuda externa. En aras de cumplir con el capital financiero internacional, los gobiernos latinoamericanos agudizan la descapitalización de nuestras economías y los niveles de explotación y miseria de las mayorías. Asimismo, dicha política privilegia los mecanismos del mercado, aparentemente libre, para enfrentar los problemas económicos y la regulación y reestructuración de nuestras economías, favoreciendo a las grandes empresas transnacionales y nacionales que la controlan, en detrimento de los intereses nacionales y populares.

La estrategia predominante se caracteriza por la reestructuración y la reducción del papel del Estado en la economía, sin plantear su necesaria transformación en función de los objetivos nacionales, democráticos, económicos y sociales de las mayorías. Promueve la privatización y acentúa la centralización del capital y el predominio de las fuerzas transnacionales en la economía, instaurando una indiscriminada apertura externa y mayores niveles de explotación y opresión de la fuerza de trabajo con la reducción de los sueldos y salarios reales, la desprotección en las condiciones laborales y el recorte de los derechos sindicales.

Mientras la participación del Estado fue funcional a las necesidades de acumulación del capital, no fue cuestionada su participación. Hoy en día, ante la necesidad de ampliar la frontera de inversión del capital nacional e internacional, se culpa al Estado de la crisis económica de nuestros países, así como de supuestas "prácticas socializantes" en la economía, por lo que se plantea su reducción o su adelgazamiento para así apropiarse de las empresas estratégicas y prioritarias de alta rentabilidad que el Estado controlaba. Tal

situación de privatización relega los principios de soberanía y el cumplimiento de los objetivos nacionales en torno a crecimientos económicos más equilibrados y sostenidos, ya que pasa a predominar el objetivo exclusivo de la alta rentabilidad. Ello lleva a acentuar los problemas existentes con la resultante vulnerabilidad de nuestras economías a los factores externos (mayor inversión extranjera directa, mayores créditos) para el financiamiento de los desequilibrios generados.

Para ello se ha promovido la transformación del aparato jurídico-institucional que rige las relaciones internacionales, entre las cuales destacan: la eliminación de barreras proteccionistas que permitieron la industrialización de nuestros países; la modificación de las leyes de inversión extranjera; la modificación de las leyes laborales para asegurar una mayor explotación de la fuerza de trabajo, así como la modificación de las leyes agrarias para revertir los procesos de reforma agraria y privatizar el campo. Dicho proceso comprende, además de los recursos institucionales, el uso de la violencia contra los movimientos campesinos del continente dado el notable peso que ellos tienen en el movimiento popular y social.

La imposición del neoliberalismo y sus políticas proimperialistas y antipopulares ha sido posible, en buena medida, debido a los controles verticales y a las democracias restringidas predominantes en muchos de nuestros países. En este marco resaltan los fraudes y mecanismos electorales irregulares, la extensión de prácticas venales y corruptas, la represión a los sindicatos y organizaciones sociales independientes, el control de la prensa y los medios de comunicación en la perspectiva de limitar los alcances de las transformaciones democráticas, manipular los anhelos democratizadores de la sociedad, y permitir – con relativa gobernabilidad – la instrumentación de su nuevo esquema de dominación en el que se combina el neoliberalismo con el autoritarismo político y un sistema de impunidad para el abuso y la corrupción de los gobernantes.

También constituyen instrumentos al servicio del neoliberalismo, la supervivencia de las doctrinas de seguridad nacional, la militarización de las sociedades y el creciente rol de las fuerzas armadas y paramilitares en diversos Estados y gobiernos latinoamericanos que se apoyan en estados de excepción y de emergencia y recortan, cada vez más, los derechos democráticos de la población. Asimismo debemos resaltar que en diversos países se han diseñado estructuras políticas en las que los que son electos tienen su capacidad de mandato recortada, pues se superponen instituciones no elegidas a las instancias electivas, limitándoles capacidad de acción para modificar las políticas neoliberales ya impuestas y transformar dichas realidades.

La reestructuración neoliberal ha implicado un proceso de mayor submisión de los Estados nacionales a los intereses imperialistas de los países desarrollados, lo que se ha traducido en la pérdida de soberanía, en la priorización al pago de la deuda, en la concesión de

grandes beneficios a las transnacionales y, consiguientemente en la eliminación de políticas de bienestar social, en la reducción del ingreso de las mayorías trabajadoras y en la afectación de los intereses de las clases medias, de los obreros y de los campesinos.

En la medida en que la política neoliberal ha fracasado en la solución de los problemas económicos de nuestra región y no ha sido capaz de generar condiciones de crecimiento económico y estabilidad, lleva a otorgar nuevas concesiones al capital transnacional: mayores facilidades a la inversión extranjera directa, mayor apertura económica, acuerdos económicos bilaterales, para estimular el flujo de inversiones a nuestros países y retomar o impulsar condiciones de crecimiento que solamente pasan a favorecer a los sectores hegemónicos.

Las políticas neoliberales llevan a nuestras economías a especializarse de nuevo en torno a las ventajas comparativas (recursos naturales y procesos productivos basados en el uso intensivo de la mano de obra) para encarar el proceso de competencia y de inserción en la economía mundial. Al centrarse el crecimiento en estos sectores, se acentuarán indefectiblemente la dependencia y el atraso de nuestras economías respecto a la de los países desarrollados. En consecuencia, tal proyecto no es sino la subordinación de las economías latinoamericanas al proyecto de reestructuración global que comandan los países desarrollados y en especial los sectores hegemónicos de la economía norteamericana.

En este proyecto se combinan nuevos y viejos métodos de penetración e injerencia, de reestructuración hegemónica de Estados Unidos con el continente: la "Iniciativa para las Américas", la invasión a Panamá para asegurar el control del Canal y del país, el estrangulamiento de Nicaragua por una guerra impuesta, el bloqueo y la amenaza contra Cuba, los intentos de mediatización de los procesos de solución política negociada en Centroamérica para dismantelar los movimientos democráticos y la preparación de la "guerra andina" con el pretexto del narcotráfico.

Todas son medidas para reconstruir en la región la zona de dominación económica y geopolítica de Estados Unidos, la "fortaleza americana", amarrando a los países latinoamericanos a una nueva y mayor subordinación consentida por sus gobiernos.

Es indispensable pensar en nuestra alternativa propia, con nuevos supuestos y criterios, a fin de evitar que las relaciones económicas con los países imperialistas y los mecanismos del mercado profundicen las diferencias existentes y perpetúen el subdesarrollo, la dependencia y la integración subordinada y pasiva con los países desarrollados.

Ante los enormes desafíos que tenemos por delante no podemos pensar que el mejor camino para los países de América Latina y el Caribe sea el de continuar cada uno por su lado, atentos a sus propios esfuerzos y desatendiendo nuestras raíces comunes y las



condiciones comunes que hoy viven nuestros países frente al mundo desarrollado. La solución de fondo a las dificultades y problemas se encuentra hoy en la transformación profunda de nuestras sociedades y en la integración política y económica de América Latina y del Caribe que ha sido durante siglos incentivo en las luchas libertarias y constituye ahora idea motora para impulsar nuestra cabal emancipación frente al proceso de reestructuración del capitalismo a nivel mundial para poder contribuir a forjar un nuevo orden internacional que respete nuestros valores nacionales y satisfaga las necesidades de nuestros pueblos.

Avanzar hacia esa meta solo será posible si se establecen en nuestros países Estados democráticos e independientes y Gobiernos comprometidos con la transformación, sustentados en un fuerte apoyo y una decisiva participación de sus pueblos. Este tipo de respaldo sólo pueden darlo, en nuestros días, sociedades justas, democráticas y organizadas.

En dicho proceso deberán tener participación fundamental los sectores afectados por el modelo neoliberal, es decir, los trabajadores de la ciudad y del campo, la pequeña y mediana burguesía, los empresarios nacionalistas, amplios sectores de mujeres y jóvenes, las nacionalidades y etnias oprimidas, al igual que los sectores más desprotegidos de la sociedad.

En el campo económico, se trata de que la organización democrática de la sociedad defina las funciones del mercado y la participación del Estado en la vida económica. Ello deberá hacerse en una perspectiva antimonopólica y de justicia social. Este será uno de los contenidos de nuestras propuestas democráticas en la lucha por ser gobierno y poder.

Sobre esa base se podrán alcanzar y consolidar en cada uno de nuestros países, los objetivos y valores comunes: democracia económica, política y social; respeto al voto y a la participación política directa y permanente del pueblo; pluralismo; derechos ciudadanos; derechos humanos; derechos sociales; reformas estructurales y reforma agraria; organización democrática e independiente del pueblo; protección de la naturaleza; respeto y promoción de la identidad cultural y nacional de los pueblos originarios de nuestro continente; solidaridad social y soberanía nacional.

A partir de la constatación de los límites de los procesos democratizadores en América Latina, los debates del foro apuntaron hacia la reafirmación de su compromiso con la democracia económica, política y social, que consideramos un valor permanente en todos los momentos de lucha.

Las discusiones plantearon la necesidad de articular las dimensiones económica, cultural y social de la democracia con su dimensión política. Los valores de igualdad y de justicia



social son así inseparables de la libertad.

Para que esta democracia pueda constituirse y desarrollarse, es de fundamental importancia que los trabajadores y los sectores populares tengan en este proceso un rol protagónico decisivo. Una democracia, como proceso abierto de creación de nuevos derechos incorpora necesariamente reivindicaciones y alternativas que son presentadas por el movimiento de mujeres, por los que luchan por la preservación del medio ambiente, por los jóvenes, por las nacionalidades y etnias – minorías o no – que sufren la opresión y discriminación en nuestras sociedades.

Al defender a la democracia para la sociedad y para el Estado estamos a la vez defendiendo a la democracia en el interior de los partidos, de los sindicatos y de todas las organizaciones sociales.

En este marco, la educación política es una necesidad al interior de los partidos, pero particularmente una responsabilidad ineludible de éstos con la sociedad, lo que replantea los términos en que aquella debe concebirse y realizarse.

Por lo tanto, esta educación política debe contribuir a la democratización de nuestras sociedades, y de manera relevante a la de nuestros partidos y organizaciones, aportando elementos para la generación de una nueva cultura política.

Las organizaciones y partidos políticos que participaron en el II Encuentro han coincidido en la necesidad de continuar discutiendo la búsqueda de políticas alternativas a los modelos neoliberales hoy predominantes en nuestra región. En esta búsqueda nos comprometemos a emprender iniciativas políticas conjuntamente con partidos, sindicatos y organizaciones de la sociedad civil de otros países y regiones del mundo a fin de luchar por un nuevo orden económico y político basado en la justicia, la equidad y la reciprocidad.

Los participantes en este II Encuentro, hemos acordado una serie de eventos que permitan darle continuidad al intercambio de opiniones sobre la actual temática latinoamericana:

- 1.- Un seminario sobre proyectos alternativos de integración latinoamericana, con la participación de especialistas, sindicalistas y dirigentes políticos latinoamericanos (febrero de 1992).
- 2.- Realizar el III Encuentro de los Movimientos y Partidos Políticos del Foro de São Paulo, para continuar el intercambio de experiencias y la discusión política y las conclusiones generadas en el seminario (junio de 1992).

3.- Efectuar un foro sobre el diálogo Norte-Sur, a realizarse en alguna capital europea.

4.- Celebrar un foro sobre América Latina y el nuevo orden mundial a realizarse en Estados Unidos.

5.- Enviar delegaciones de destacados dirigentes políticos latinoamericanos a distintos foros nacionales, regionales e internacionales a fin de presentar las conclusiones de nuestros eventos.

6.- Estimular, participar y respaldar todos los programas alternativos a las conmemoraciones oficiales del V Centenario del denominado Descubrimiento de América.

El II Encuentro acuerda, asimismo, formar un grupo de trabajo encargado de consultar y promover estudios y acciones unitarias alrededor de los acuerdos del Foro, integrado por las siguientes organizaciones:

Partido de los Trabajadores del Brasil, Izquierda Unida del Perú, Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional de El Salvador, Frente Sandinista Nacional de Nicaragua, Partido Comunista de Cuba, Frente Amplio del Uruguay, Partido de la Revolución Democrática de México, Movimiento Lavalás de Haití y Movimiento Bolivia Libre.

México - DF, 12-15 de Junio 1991.



III Encontro - Manágua (Nicarágua) – 1992

DECLARAÇÃO FINAL

Declaração de Manágua

De 16 a 19 de julho de 1992, teve lugar, em Manágua, Nicarágua, o III Encontro dos Movimentos e Partidos Políticos do Foro de São Paulo. A Frente Sandinista de Libertação Nacional foi anfitrião do Encontro em que participaram 61 organizações e partidos políticos provenientes de 17 países da América Latina e Caribe, com um total de 122 delegados, 43 organizações e partidos que participaram em qualidade de observadores, dos quais 2 são da África, 9 da Ásia, 21 da Europa e 11 dos Estados Unidos e Canadá, com um total de 60 observadores que, somados aos 122 delegados, fazem um grande total de 182 assistentes ao evento.

I. IMPORTÂNCIA E FUTURO DO FORO DE SÃO PAULO

Como revela este III Encontro e o evidente reconhecimento internacional, o Foro de São Paulo demonstrou servir de instância de encontro e intercâmbio entre as diferentes forças democráticas de identidades nacionalista, populares e socialistas.

A 500 anos da invasão, conquista e colonização da América Latina, aspiramos não só compilar cinco séculos de resistência indígena, negra e popular, reafirmando o direito de nossos povos à liberdade, soberania, a justiça social e desenvolvimento, mas também queremos, desde a organização autônoma das maiorias trabalhadoras e nacionais, desde o aval de nossa identidade histórica e cultural e desde a ação combativa e criadora, forjar nosso ingresso ao Terceiro Milênio.

Queremos, desde esta perspectiva, saudar, em particular, a presença dos observadores de outros continentes que consideram o Foro como uma expressão viva da determinação dos povos do Sul de fazer frente a um sistema global de opressão que se pretende perpetuar sobre as grandes maiorias do mundo.

O Foro evidencia a disposição de continuar a luta pela definitiva liberação econômica e política da América Latina e Caribe, hoje ameaçados por novos mecanismos de dominação e opressão imperialista. Reafirma a vigência da luta pela liberação nacional, a justiça social e a democracia em toda sua extensão e componentes que abarca, não só o político, mas também o econômico, social e cultural. Representa o rechaço da grande maioria dos latino-americanos à pretensão de identificar democracia com capitalismo, modernização com submissão e renúncia ao desenvolvimento autônomo com justiça social.

De particular importância é o compromisso, assumido pelos participantes nos Seminários de

Lima e de Manágua, de institucionalizar e coordenar seus trabalhos, provendo ao Foro e a todos os movimentos progressistas o resultado de suas análises e recomendações.

II. OFENSIVA MULTIFACÉTICA DO NORTE CONTRA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Na América Latina e Caribe, tem lugar uma ofensiva multifacética de parte do Norte para redobrar sua dominação, modificando e aprofundando as estruturas básicas do capitalismo dependente, impondo políticas neoliberais com a conseqüente deterioração das condições de vida do povo, reduções de seus direitos básicos, desnacionalização e abertura indiscriminada dos países ao capital e à produção mundial.

Jogam um papel chave nesta investida contra os interesses populares os organismos financeiros multinacionais controlados pelos Estados Unidos e as grandes potências imperialistas, como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento; a instrumentalização da injusta e impagável dívida externa e a conformação de blocos econômicos e geopolíticos sob controle das grandes potências que pretendem submeter os países do Sul. Desta maneira, em muitíssimos casos, a política econômica de nossos países é determinada fora de suas fronteiras e sem participação alguma de nossos povos.

Cresce uma situação de dependência na qual as sociedades do Sul não podem se reproduzir sem passar pelas decisões do Norte. Os países que viveram da venda de produtos primários enfrentam um fenômeno de "quarta mundialização" que consiste em sua crescente exclusão do processo global de produção e intercâmbio.

É importante ressaltar que estas intenções de realizar uma nova repartição do mundo entre os monopólios das principais potências, desenvolve-se em meio ao aumento dos conflitos interimperialistas e da crise mundial, que os povos oprimidos e explorados do mundo devem aproveitar.

Não obstante, os fatores externos que, em grande medida, causam a situação extremamente grave que vivem os povos da América Latina e Caribe, não se pode minimizar, é necessário sublinhar a alta responsabilidade dos elementos internos sobre esta situação. Setores da oligarquia e do grande capital transnacionalizado se empenham em manter os vínculos dependentes do Sul com o Norte, atuando como cúmplices e beneficiários da imposição de "democracias controladas", para resguardar seus interesses comuns e a hegemonização do poder em nível local e internacional.

Este modelo promove por sua vez a transformação profunda dos Estados em um sentido anti-democrático, concentrando o poder em instituições não elegíveis nem sujeitas ao controle social como os organismos de condução econômica, as Forças Armadas repressivas, excluindo e marginalizando as grandes majorias nacionais das principais decisões econômicas e políticas. Nesse marco operam as distintas formas de adequação da Teoria e Prática da Segurança Nacional, como elementos permanentes de autoritarismo que levam às Forças Armadas a assumir um papel repressivo, direto ou latente, em relação aos movimentos populares.

A ofensiva neoliberal se desenvolve também no plano cultural e ideológico, apontando a

desagregação de valores solidários arraigados em nossa sociedade, impondo um modelo individualista e competitivo que enfrenta uns a outros para sobreviver. Reduz-se, assim, cada vez mais, a participação social e política de nosso povo.

Os programas de ajuste estrutural político e econômico, definidos e impostos pela pressão de organismos financeiros multilaterais, longe de assegurar um desenvolvimento social, somente procuram criar melhores condições para a inserção dependente e funcional aos interesses imperialistas das economias e Estados do Sul ao sistema hegemônico capitalista. Essas reformas e essa inserção levam à marginalização das maiorias populares, camadas médias e forças da cultura, a ampliação do desemprego e a reversão de conquistas sociais e uma maior concentração da riqueza, especialmente pelos monopólios e oligopólios.

Por sua vez, diversos fóruns e organizações mundiais e regionais são cada vez mais hegemonzados pelos Estados Unidos e as outras potências capitalistas, para consolidar uma ordem mundial e regional, na medida de seus interesses, pretendendo legitimar o papel de gendarme internacional para os EUA, principalmente por meio do Conselho de Segurança da ONU. Tudo isto se faz aproveitando as mudanças nos países da Europa do Leste e a perda do contrapeso geopolítico, assim como o debilitamento das instâncias articuladoras dos países do Sul.

Em Manágua, o Foro se aproximou da definição de pautas sobre as alternativas em matéria de política econômica, que possam servir de pontos de referências e de apoio às forças políticas que em cada nação definem posições específicas. Para isto, o Foro contou com o rico aporte dos Seminários-Oficinas sobre Alternativas de Desenvolvimento e Integração na América Latina e Caribe, levados a cabo em Lima, Peru, de 26 a 29 de fevereiro de 1992, e em Manágua, de 13 a 15 de julho de 1992, em cumprimento à resolução do II Encontro em México.

Os participantes no Foro consideraram que os Seminários-Oficinas podem continuar cumprindo com seu objetivo de analisar as experiências de desenvolvimento e integração econômica latino-americana, ampliando a participação de novos enfoques alternativos desde a esquerda, abrindo o caminho para enriquecer a análise e a definição de propostas populares concretas regionais, assim como as que em nível nacional levem adiante os membros do Foro.

III. ELEMENTOS PARA A DEFESA DOS INTERESSES POPULARES

A busca de alternativas populares e revolucionárias tem que conjugar a capacidade para promover a resistência à política neoliberal, com a criação de espaços de poder popular que afirme as tendências à recomposição da capacidade de luta do povo e a gestação de uma cultura contraposta à cultura de dominação.

Para a América Latina e todas as forças democráticas do mundo há os seguintes elementos destacados no debate sobre a base dos insumos preparados pelos Seminários-Oficinas:

1. O projeto neoliberal proposto para América Latina e Caribe não admite emenda, pois seu mal está na natureza da injusta ordem econômica mundial que busca consolidar o modelo de sociedade que pretende impor. Só a unidade ampla, em toda sua diversidade, de todas as

esquerdas e as forças progressistas poderá lograr uma mudança de meta mais de acordo com as exigências da justiça e da paz.

2. O conteúdo econômico de uma integração alternativa deve partir do interior das sociedades, da luta destinada a superar as estruturas e modelos dominantes e a eliminar controles monopolistas e oligopólicos e, da construção de um desenvolvimento econômico autônomo orientado, em primeiro lugar, a satisfazer as necessidades básicas das maiorias, substituindo a atual aliança dos setores transnacionalizados da burguesia com o capital internacional, por uma aliança entre todas as forças interessadas na promoção de projetos nacionais para a construção da justiça social, a democracia e a liberação nacional.

3. Hoje em dia se pode afirmar que todo processo de desenvolvimento econômico genuíno passa por uma mudança de sujeitos sociais no poder, por uma justa distribuição da propriedade e da riqueza, pela criação de poderes de maiorias e pelo fortalecimento da sociedade civil. Os espaços de participação até essas metas devem ser abertos, tanto desde a organização autônoma do povo como desde as instâncias estatais, ampliando a influência das grandes maiorias populares. As políticas sociais não podem estar separadas das políticas econômicas, porque as políticas econômicas devem desenhar-se para atender os problemas sociais. É necessário modificar o caráter da estrutura produtiva tradicional ou lutar pela vigência das mudanças nos países que conseguiram isso, combatendo as políticas, tanto as ortodoxas como as heterodoxas, de ajuste estrutural e favorecendo o desenvolvimento das forças produtivas.

4. É necessária um ativo trabalho político dirigido à organização autônoma da população em suas diferentes estruturas e modalidades, partindo da base a suas expressões nacionais. Deve-se enfrentar a estratégia neoliberal de debilitar a ação e o peso político do movimento popular.

5. Necessitamos de programas que contemplem de maneira específica os mecanismos para garantir a integração plena e igualitária da mulher na sociedade, que reconheça a maternidade como função social e o trabalho doméstico como gerador de riqueza. Programas com metas para a inclusão das mulheres na produção e apropriação da riqueza material, cultural, política, tecnológica, intelectual da sociedade e eliminação de relações sociais opressivas.

6. Uma alternativa genuinamente popular deve contemplar um programa democratizador que altere e recoloque instituições elegíveis e não elegíveis, antidemocráticas e que, sobre novas bases constitucionais, possibilite criar e desenvolver uma democracia integral: política, econômica e social.

7. Uma alternativa popular tem que se preparar para assumir responsabilidades econômicas monopolizadas por setores empresariais nacionais e estrangeiros, que impedem o desenvolvimento mais profundo de iniciativas favoráveis às maiorias. Em um novo marco estrutural e institucional, pessoas e organizações populares têm que assumir papéis de direção e gestão econômicas, que facilitem as transformações requeridas. É essencial para isto a informação, a transparência, o debate público e o desenvolvimento de formas de participação popular desde o nível local ao nacional. Estas formas de participação terão

viabilidade somente dentro de um projeto de transformação global em direção a uma nova sociedade.

8. A participação popular no desenho, direção, gestão e fiscalização das decisões estratégicas, depende da existência de um projeto claro de desenvolvimento nacional ao qual se dirigem os esforços das partes.

A soma de tarefas micro-econômicas, por muito autônomas e populares que sejam, não constituem por si sós uma alternativa nacional.

9. O Estado deve constituir um cenário de participação e de poder de decisão nacional, tanto que está obrigado a jogar um papel central regulador e promotor da equidade social, sem abandonar a direção da economia à chamada suprema vontade do mercado, que não é mais que a vontade do grande capital nacional e estrangeiro e dos organismos financeiros multilaterais.

Deve-se relembrar a luta de nossos povos e nações originárias, rompendo com o submetimento ancestral, a fim de criar as condições que permitam a construção de sociedades e Estados plurinacionais. Trata-se de um fator central para o desenvolvimento popular, o que significa que não se pode permitir que os conteúdos da educação e dos meios de comunicação sejam impostos desde o exterior, nem reflitam, exclusivamente, interesses minoritários locais.

Os movimentos populares e as forças democráticas devem se fortalecer e modernizar seus próprios meios de comunicação, assim como lutar pela democratização dos meios de comunicação social.

Na América Latina e Caribe, a autonomia dos povos indígenas e dos grupos étnicos, social e culturalmente estruturados, exige bases econômicas próprias e formas de representação políticas idôneas, como parte indispensável de todo projeto de participação democrática. A luta pela democracia em nosso continente também deve expressar o anúncio do fim do colonialismo na América Latina e Caribe e o respaldo ao direito destes povos a sua auto-determinação e plena independência.

Os direitos dos imigrantes latino-americanos e caribenhos nos Estados Unidos devem ser assumidos, em forma militante, por todos os nossos movimentos e partidos, procurando apoiar seus justos protestos e reivindicações articulados à rebeldia das minorias negras e as lutas de outros setores empobrecidos, reclamando com vigor o fim da discriminação, a exploração, a exclusão e a repressão que seguem acrescentando-se.

IV. A INTEGRAÇÃO DOS POVOS

A Iniciativa para as Américas e os Tratados de Livre Comércio constantes dela pretendem fazer permanentes e imutáveis as concessões globais hoje exigidas pelo capital estrangeiro.

Representam um atentado contra a democracia na América Latina e Caribe, pois outorgam

ainda maior poder a empresas transnacionais para tomar decisões que têm muito que ver com que os povos possam ter educação, saúde e outros serviços indispensáveis para melhorar a qualidade de vida.

Estas políticas, sustentadas por setores dominantes em cada país, geram graves processos de desestruturação econômica e desintegração de nossas sociedades bloqueando as possibilidades de um desenvolve efetivo.

O esquema político e econômico promovido pelos Estados Unidos supõe uma integração subordinada, que atualiza e sublinha a necessidade de impulsionar um processo de integração entre os países da América Latina e Caribe que corresponda a sua visão, necessidades e interesses específicos. Este processo deve estar baseado na solidariedade entre os povos: uma integração "de baixo", que favoreça a conformação de redes de intercâmbio de coordenação e complementação de políticas produtivas, financeiras e sociais a partir dos quais um processo de desenvolvimento e integração regional possa se desenrolar.

Estamos convencidos que a luta pela integração dos povos constitui um objetivo político, consistente em desenvolver um esforço comum para construir relações políticas democráticas, abarcando organizações em nível local, nacional, sub-regional, regional e mundial com o intuito de construir uma nova ordem democrático em toda sua globalidade.

Esta integração alternativa deve incluir um componente cultural capaz de responder às reivindicações próprias de diversos grupos da sociedade: trabalhadores urbanos e rurais, desempregados, camponeses, mulheres, povos indígenas, etnias, religiosos, pequenos e médios empresários e todas as forças econômicas que ponham o interesse nacional por cima dos interesses particulares.

Os partidos de esquerda deverão sempre manter as mais estreitas relações com estas organizações populares ou da sociedade civil, não para instrumentalizá-las mas sim para conhecer bem suas exigências e assumi-las em sua luta.

Deve ser um componente fundamental de um projeto popular uma educação que assegure o desenvolvimento econômico e social, aprofunde a democracia ao mesmo tempo que ofereça os instrumentos para opções conscientes, de real participação.

Um projeto alternativo de integração deve ir além do marco meramente comercial liberalizador, que tende a incrementar a vulnerabilidade de nossas economias e a dependência com o capital transnacional. Deve ter como objetivo de curto, médio e longo prazo, uma integração social, política e econômica e uma articulação dinâmica de culturas, para lograr um desenvolvimento econômico e social justo.

Os participantes no Foro reafirmamos que todo projeto alternativo ou programa de ação político, deve ter em conta o papel nocivo que joga a política intervencionista dos Estados Unidos. Essa ingerência historicamente teve por objetivo resguardar as estruturas do capitalismo dependente na região, agredindo todo projeto político que não priorize os interesses econômicos e geopolíticos dessa potência.

O êxito da integração dos povos pode ser seriamente comprometido pela manipulação da dívida externa. Os bancos credores e organismos financeiros querem fazer crer que, com os acordos feitos sobre a base do Plano Brady, estariam resolvidos os problemas criados pela dívida externa. Nada mais falso. O pagamento da dívida externa segue aprofundando a miséria e impossibilitando as inversões necessárias ao crescimento econômico, progresso técnico e justiça social. A integração exigirá buscar mecanismos próprios de negociação conjunta como resposta à unidade dos credores.

V. PREOCUPANTE "LEGITIMAÇÃO" DA POLÍTICA INTERVENCIONISTA

Alertamos ao mundo sobre a periculosidade que relevam as mais recentes manifestações da intervenção militar, amparadas e ocultas na luta contra o narcotráfico e o terrorismo. Sob esse pretexto, os Estados Unidos organizam campanhas militares na região andina ao mesmotempo que fortalece a capacidade repressiva das estruturas de segurança e de espionagem nos países de nossa região.

À política dos canhões tradicionalmente empregada pelos Estados Unidos contra nossos povos, agora se soma a legitimação da mesma a partir da sentença ilegal da Corte Suprema de Justiça dos Estados Unidos a qual, junto a uma série de gestões de extradição por pressões diversas, legitima o seqüestro de quem o próprio Governo de Washington considere que cometeu um delito. Unimos nossa voz às outras forças defensoras do direito, para denunciar este novo intento de impor a lei do mais forte nas relações internacionais, em flagrante violação das soberanias nacionais e do direito internacional. Demandamos a anulação dessa pretensão ilegítima pelos organismos mundiais e regionais jurídicos competentes, assim como a imediata repatriação dos seqüestrados.

A política agressiva e de crescente hostilidade do Governo dos Estados Unidos contra o povo e Governo de Cuba, incluindo os novos intentos de ampliar o bloqueio econômico contra esta nação soberana, constitui uma afronta à soberania latino-americana e caribenha e uma ofensa à dignidade de seus povos. Frente a isto, afirmamos nosso apoio ao direito do povo e Governo de Cuba de defender sua determinação de levar adiante a construção do socialismo em seu país. Comprometemo-nos com a mobilização dos povos de nossa região e o mundo para contribuir com a defesa desta irmã nação latino-americana, exigindo da parte de todos os governos não ceder às pressões imperiais que pretendem obstaculizar os laços de cooperação com Cuba, que só pode conseguir saldos positivos em termos materiais e morais.

VI. ALTERNATIVAS E EXIGÊNCIAS

Em defesa da soberania dos povos e o direito de auto-determinação e independência e dos direitos políticos, cívicos, econômicos, sociais e culturais dos homens, mulheres, crianças e povos inteiros da nossa América.

Chamamos à construção de uma nova ordem econômica e política internacional, distinta à que hoje se pretende impor sob o hegemonismo norte-americano e das potências capitalistas, que permita:

A democratização dos organismos multinacionais e em especial, as Nações Unidas, revisando



suas atuais normas orgânicas que permitem o abuso hegemônico do Conselho de Segurança, organismo criado para resguardar a paz, foro agora utilizado com o propósito de justificar recentes guerras ilegais dos Estados Unidos;

Resolver definitivamente o grave problema da dívida externa, que estrangula os países do Sul e os oprime, condenando-a e logrando um fluxo de recursos financeiros positivos para eles;

Modificar o atual regime de intercâmbio desigual entre os países desenvolvidos e os do Sul, que impõe a estes últimos uma permanente e crescente drenagem de recursos;

Uma total reorientação das políticas e funções do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, redefinindo seus mecanismos de tomada de decisões;

Políticas econômicas e modelos de desenvolvimento que garantam a preservação do meio ambiente, terminem com a devastação ecológica e vinculem a luta pelo meio ambiente com a luta contra a pobreza;

O reconhecimento da dívida ecológica que têm os países do mundo capitalista desenvolvido com os países do Sul;

A reorientação de gastos militares das grandes potências para o desenvolvimento do Sul, impulsionando o desarmamento mundial;

A democratização dos mecanismos de informação e comunicação mundial;

O respeito à soberania nacional e aos princípios de não intervenção e de solução política das diferenças entre nações;

O impulso à reforma jurídica internacional, de acordo com as metas propostas, no contexto da designação pelas Nações Unidas desta década como a Década do Direito Internacional e da Paz, para a elaboração de projetos de acordos e convenções que garantam que entramos no ano 2000 com um sistema jurídico internacional à altura das exigências da justiça e da paz;

O impulso a processos de integração dos povos e nações em níveis regionais e Sul-Sul, como instrumentos dos países do Sul para fortalecer sua inserção na economia mundial.

O Foro de São Paulo demanda:

1) O fim imediato do ilegal e imoral bloqueio contra Cuba e a assistência econômica internacional massiva para impedir que se sigam aprofundando as nefastas conseqüências de mais de trinta anos de bloqueio. Além disso, a restituição do território de Guantánamo a Cuba.

2) A restituição de Jean Bertrand Aristide à Presidência do Haiti e a plena aplicação de sanções contra esse país até que seu legítimo Presidente regresse com os poderes que e correspondam. Damos nosso apoio à proposta de Aristide de que as negociações ocorram no

Haiti e sem nenhum tipo ou ameaça de intervenção militar.

3) O reestabelecimento pleno dos direitos democráticos cerceados no Peru e a eleição democrática de um Congresso Constituinte soberano, prévio acordo de suas características e da legislação eleitoral entre as forças políticas e o regime "de facto". Condenamos o golpe militar que impôs no Peru um regime ditatorial e militarizado com a participação ativa de quem fora eleito, 2 anos atrás, Presidente Constitucional. Demandamos o fim da perseguição e repressão contra organizações políticas, sociais e populares.

4) O fiel e oportuno cumprimento por parte do Governo de El Salvador dos Acordos de Paz firmados com a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. É de suma importância proceder ao imediato cumprimento dos acordos sobre o tema econômico-social, particularmente o referente à transferência das terras das zonas conflitivas a seus atuais colonos e trabalhadores, bem como superar o atraso no funcionamento do Foro para o ajuste econômico e social, pois se tratam de acordos chave para criar novas opções de desenvolvimento para os setores populares.

5) A agilização do processo negociador na Guatemala, tomando em conta que não haverá paz na América Central sem paz nesse país, e que a proposta da URNG denominada "Por uma paz justa e democrática: Conteúdo da Negociação" constitui uma proposta viável para alcançar uma solução política ao conflito armado.

6) O Foro demanda o fim imediato de toda ingerência e intromissão dos Estados Unidos nos assuntos internos da Nicarágua, assim como o fim das pressões e chantagens que pretendem condicionar o futuro político dessa nação e reverter as conquistas da Revolução Popular Sandinista. Neste sentido, denuncia o congelamento de fundos já aprovados, pretendendo ignorar ou esquecer que essas concessões representam miseráveis migalhas do que teriam que entregar, pois a Corte Internacional de Justiça de Haia ordenou aos Estados Unidos pagar à Nicarágua os danos ocasionados pela guerra.

7) O desconhecimento do governo ilegítimo imposto no Panamá pela invasão dos Estados Unidos, a retirada de todas as tropas estadunidenses desse país e o respeito pleno aos tratados Torrijos-Carter.

8) O respeito ao direito do povo irmão latino-americano de Porto Rico à livre determinação e à independência, assim como o fechamento das bases militares nessa nação.

9) A restituição à República Argentina das Ilhas Malvinas e demais enclaves coloniais ingleses no Atlântico Sul, ao mesmo tempo, o imediato desmantelamento das bases militares instaladas pelo Reino Unido da Grã-Bretanha, como o fim da exploração econômica dos recursos naturais do mar adjacente e de toda restrição aplicada na zona à República Argentina.

10) A total erradicação do colonialismo no Caribe e a eliminação das bases militares estrangeiras nessa região, para tornar real o direito à auto-determinação e independência dos países e territórios que ainda sofrem dominação colonial na América Latina e Caribe.

11) A continuidade do processo de negociação, para uma solução política e não militar, ao conflito interno colombiano e a retomada rápida do diálogo entre o Governo e a Coordenadoria Simón Bolívar.

12) O fechamento das bases militares dos EUA em Honduras.

O Foro constata que não houve avanços no panorama político e democrático na imensa maioria dos países da região, cuja situação foi adequadamente caracterizada no ano passado na Cidade do México. Em alguns países, subsistem regimes autoritários que, para aplicar as políticas neoliberais e facilitar a impunidade, o abuso e a corrupção dos governantes, negam-se a impulsionar a transição à democracia, a respeitar o voto cidadão e comprometer-se com a formação de autênticos sistemas de partidos políticos regidos pela competência em condições de igualdade e pela possibilidade real da alternância no governo.

Exige, portanto, o fim imediato e inequívoco dos mecanismos e fraudes eleitorais, da extensão de práticas penais e corruptas, a repressão aos sindicatos e organizações sociais independentes, do controle da imprensa e dos meios de comunicação para limitar o alcance das transformações sociais e manipular os anseios democratizadores da sociedade.

Creemos que existe hoje a possibilidade e a necessidade de construir novas pontes de entendimento e fórmulas de ação conjunta entre as forças democráticas do Sul e do Norte, ambas vítimas do mesmo sistema global neoliberal. A existência de opressão e desemprego crescente, as crises fiscais e a afetação dos serviços sociais, o surgimento de tendências racistas e direitistas, a ameaça ecológica, o fortalecimento do poder e autonomia das comunidades, o auto-governo, a igualdade de gênero e racial, são elementos comuns às plataformas políticas de organizações, movimentos e partidos democráticos tanto do Sul como do Norte.

Consideramos imprescindível impulsionar a criação de uma frente comum de negociação latino-americana frente às grandes potências e blocos. Demandamos aos Chefes de Estado e de Governo, em ocasião da Cúpula em Madri, a necessidade imperiosa de assumir este objetivo sobre uma base unitária sem qualquer ingerência externa.

Também é necessário retomar os esforços realizados na década passada, para analisar a crescente concentração dos meios de comunicação em mãos de cada vez menos empresas e o crescente predomínio norte-americano na difusão de notícias.

Próximo ao Quinto Centenário do chamado descobrimento de América e do conseqüente início da resistência indígena, negra e popular, os participantes no Foro convidam aos povos do Mundo a assumir as lutas de nossos povos originários, a partir de uma reflexão sobre este acontecimento histórico que, com o extermínio de mais de 100 milhões de vidas humanas de nossos povos originários, impôs a dominação política, cultural, econômica e social que hoje segue negando os mais elementares direitos a nossos povos indígenas junto às grandes maiorias populares.

VII. DECISÕES

O III Encontro aprovou as recomendações do Grupo de Trabalho sobre a futura integração do mesmo, suas normativas e faculdades para assegurar o seguimento e execução das resoluções do Foro, assim como de sua representação e divulgação de seus objetivos e princípios nos diversos fóruns e eventos internacionais. Recebeu, além disso, um informe sobre os fóruns a que irão se realizar na Europa e América do Norte.

Os participantes deste III Encontro incumbiram o Grupo de Trabalho de promover as seguintes ações em cumprimento dos compromissos e tarefas políticas assumidas pelo Foro:

- 1) Divulgar, particularmente nas outras regiões do Sul, as posições políticas e econômicas expressadas em nossos trabalhos e eventos, promovendo o reconhecimento institucional do Foro e o estabelecimento de uma comunicação permanente com fóruns e instâncias análogas.
- 2) Enviar uma delegação de destacados dirigentes à celebração do 33o. Aniversário da Revolução Cubana e para transmitir ao Governo e povo cubano as decisões do Foro e fazer efetiva sua solidariedade com a defesa de Cuba.
- 3) Participar e promover ativamente os programas alternativos à celebração oficial do V Centenário. Chamamos a impugnar a celebração oficial dessa data e exaltar a resistência indígena, negra e popular, como parte do grande esforço libertador.
- 4) Convocar um Seminário sobre Educação Política e a Nova Relação Partidos Políticos- Movimentos Sociais, assegurando a presença de organismos sindicais e populares.
- 5) Designar uma delegação que dê seqüência ao processo de paz e busca de uma solução política negociada na que estão empenhados Governo e guerrilha e o conjunto da sociedade colombiana. Além disso, convocar uma Conferência de Solidariedade e pela solução política do conflito na Colômbia, cuja data e sede será determinada oportunamente.
- 6) Promover a conformação de delegações multinacionais e multipartidárias de forças participantes no Foro de São Paulo, para atuar ante diversos fóruns internacionais.
- 7) Promover a ação unitária dos parlamentários, dos partidos do Foro de São Paulo, nos parlamentos regionais, o Parlamento Latino-Americano e a União Interparlamentária Mundial.
- 8) Consultar a convocatória a um Seminário sobre a opressão de gênero, priorizando os seguintes temas: feminização da pobreza; reprodução humana; participação e representação da mulher; políticas públicas, democratização do Estado e da sociedade, assim como da cultura feminina.
- 9) Realizar seu IV Encontro em Havana, Cuba.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=11&even=III%20Encontro%20-%20Manágua%20\(Nicarágua\)%20-%201992](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=11&even=III%20Encontro%20-%20Manágua%20(Nicarágua)%20-%201992)

PARTICIPANTES DEL IX ENCUENTRO (2000)

País	Partido/Instit.
Argentina	Frente Democracia Avanzada
Argentina	Partido Comunista Argentino
Argentina	Partido Intransigente
Brasil	Partido dos Trabalhadores
Brasil	Partido Socialista Brasileiro
Brasil	Partido Comunista do Brasil
Brasil	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
Brasil	Partido Popular Socialista
Colômbia	Alianza Democrática M19
Colômbia	ELN
Colômbia	FARC-EP
Colômbia	Partido Comunista Colombiano
Colômbia	Presentes por el Socialismo
Cuba	Partido Comunista
Chile	MIR
Chile	Partido Comunista de Chile
Equador	Movimiento Popular Democrático
Equador	Partido Socialista - Frente Amplio
El Salvador	FMLN
Guatemala	URNG
México	Partido de la Revolución Democrática
México	Partido del Trabajo
Nicarágua	FSLN
Porto Rico	Partido Independentista Puertorriqueño
Porto Rico	Nuevo Movimiento Independentista Puertorriqueño
Porto Rico	Frente Socialista
Panamá	Partido Revolucionário Democrático
Peru	Movimiento Revolucionario Tupac Amaru
Peru	Partido Comunista Peruano
República Dominicana	Alianza por la Democracia
República Dominicana	Fuerza de la Revolución
República Dominicana	Movimiento Izquierda Unida
República Dominicana	Partido de los Trabajadores Dominicanos
Uruguai	Frente Amplio
Uruguai	Partido Comunista
Uruguai	Partido Socialista de Uruguay

Untitled Document

Uruguai	Movimiento de Participación Popular
Uruguai	Partido Obrero Revolucionario Trotskista-Posadista
Venezuela	Partido Comunista de Venezuela



BREVE HISTÓRICO DO FORO DE SÃO PAULO

O Foro de São Paulo se constituiu em 1990 quando o Partido dos Trabalhadores (PT-Brasil) convocou outros partidos da América Latina e Caribe com o objetivo de debater a nova conjuntura internacional pós-queda do Muro de Berlim e as consequências da implantação de políticas neoliberais pela maioria dos governos da região. Nesse sentido, a proposta principal foi discutir uma alternativa popular e democrática ao neoliberalismo, que estava entrando na fase de ampla implementação mundial.

O primeiro encontro foi na cidade de São Paulo, em julho de 1990, e conseguiu reunir 48 partidos e organizações que representavam diversas experiências e matrizes político-ideológicas de todo o continente latino-americano e Caribe. Foi por isso que, no Encontro seguinte na Cidade do México (1991), consagrou-se o nome "Foro de São Paulo".

No II Encontro surgiu também a idéia de trabalhar por uma maior integração continental através do intercâmbio de experiências, discussão das diferenças e busca de consenso para as ações das esquerdas no continente. Os Encontros de Manágua (1992), Havana (1993), Montevidéu (1995), San Salvador (1996), Porto Alegre (Brasil - 1997), México (1998), Manágua (2000), Havana (2001) e Antigua (Guatemala - 2002) reafirmaram a vontade política de continuar esta trajetória de diálogo entre as diversas tradições de esquerda. Os balanços políticos, ano após ano, mostram a crescente influência dos partidos do Foro de São Paulo na América Latina.

Até agora, a trajetória do Foro de São Paulo mostrou que é possível construir novos caminhos internacionalistas. O objetivo principal - a busca de um modelo alternativo de desenvolvimento com justiça social - continua como centro das reuniões. Os esforços nessa direção já geraram uma trama de relações onde o intercâmbio entre pessoas e idéias se mostra cada vez mais rico e proveitoso.

O Foro de São Paulo mantém da mesma forma relações respeitadas com outras iniciativas que aglutinam partidos políticos latino-americanos e caribenhos, como é a Conferência Permanente de Partidos Políticos de América Latina (COPPPAL), a Coordenação Socialista Latino-americano (CSL) e o Comitê da Internacional Socialista para América Latina e Caribe (SICLAC).

Além disso, o Foro de São Paulo mantém uma forte interlocução com os representantes dos movimentos e organizações sociais do continente, que tem por objetivos a construção de agendas e ações comuns.

Untitled Document

É um exemplo de diplomacia para a cidadania.



im_/Foro/4.htm (2 of 2)/12/2008 16:05:32

Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

VII Encontro – Porto Alegre (Brasil) 1997

DOCUMENTO CENTRAL

**PRESENTACION FINAL SEPTIMO ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO
Porto Alegre, 31 de julio al 3 de agosto de 1997
Construir una alternativa democrática y popular al neoliberalismo
DOCUMENTO CENTRAL DEL VII ENCUENTRO**

Observación preliminar

El presente texto contiene las tesis principales para la elaboración del Documento Central del Séptimo Encuentro del Foro de Sao Paulo. Una versión preliminar fue sometida a la discusión del Grupo de Trabajo (GT) del Foro que se reunió en La Habana. En esa ocasión el texto fue modificado, enmendado y enriquecido. La práctica de proponer al Foro un Documento Central fue adoptada por primera vez en el Sexto Encuentro (San Salvador, 1996). El GT tuvo entonces la preocupación de precisar la naturaleza y las funciones del documento. No se trata de una propuesta para someter a votación en el Encuentro, sino de un incentivo al debate. Los contenidos del documento expresan un consenso del Grupo de Trabajo y, como ocurrió anteriormente, no reflejan necesariamente todas las posiciones de las organizaciones integrantes del GT, ni tampoco las de todos los partidos que forman parte del Foro. Al final del VII Encuentro será propuesta una breve Resolución - como ocurrió en los seis Encuentros anteriores -, que deberá reflejar las discusiones y los acuerdos a que el Encuentro llegue consensualmente. Tal procedimiento corresponde a la naturaleza misma del Foro de Sao Paulo: una articulación de partidos y movimientos diversos en sus orígenes y referencias políticas e ideológicas que no se propone constituir una organización internacional sometida a cualquier forma de centralismo.

I. EL FORO DE SAO PAULO SIETE AÑOS DESPUES

1. Los primeros días de julio de 1990 se realizó en Sao Paulo, por invitación del Partido de los Trabajadores, el Encuentro de Partidos y Movimientos de Izquierda de América Latina y el Caribe. Cuarenta y ocho delegaciones estuvieron presentes en la reunión y otros justificaron su ausencia, manifestando interés por sus conclusiones y resultados.
2. En un cuadro cambiante y complejo se reunió por primera vez, en julio de 1990, después de muchos años de poca comunicación entre sí, un espectro tan diverso de fuerzas políticas como las que concurrieron a la primera reunión en Sao Paulo. El Encuentro estuvo caracterizado por la apertura, la franqueza y la libertad de los debates. Es importante destacar ese clima teniendo en cuenta la heterogeneidad de las fuerzas presentes, la

diversidad de situaciones en que esos partidos actuaban y la ausencia de una práctica anterior de discusión política continuada. Fue igualmente relevante, la disposición manifiesta de todos los presentes a resistir a las políticas de inspiración neoliberal y persistir en la búsqueda de una alternativa a los viejos modelos nacional-desarrollistas y a las políticas de ajuste que comenzaban a implantarse con el espaldarazo de las principales economías del continente, lo que producía un efecto de demostración extraordinario en la región. Había una clara percepción de que los ajustes en curso agravarían las ya graves desigualdades sociales, provocarían la desindustrialización, impulsarían la contrarreforma agraria donde hubiera ocurrido o la frustraría donde todavía no hubiera sido realizada, comprometiendo la soberanía nacional y, en la medida en que sufrían resistencia por parte de importantes movimientos sociales, acabarían por asumir un carácter antidemocrático, autoritario.

3. Mas, al mismo tiempo, se tenía conciencia de que la elaboración de los partidos y movimientos presentes era, por lo menos, insuficiente para constituir de inmediato una alternativa democrática y popular. Las izquierdas y los partidos populares tenían un pasado con el cual deberían de ajustar cuentas. Tenían, sobre todo, la necesidad de profundizar los programas alternativos: (re)construir proyectos nacionales de desarrollo basados en la necesidad de promover la inclusión social y radicalizar la democracia, al mismo tiempo que proponer políticas de integración alternativas a las que están en curso en el Continente, apoyando una presencia soberana en el mundo. Se trata, finalmente, de establecer nuevas formas de vincularse a las clases trabajadoras, de repensar alianzas, de renovar las formas de organización y el lenguaje político.

4. Para continuar y profundizar ese debate, los partidos presentes en la reunión de Sao Paulo decidieron convocar un nuevo encuentro para 1991, en la Ciudad de México. Se decidió, igualmente, crear un Grupo de Trabajo (GT) que asegurase las relaciones de los partidos entre un encuentro y otro. A partir de México esa articulación de partidos pasó a llamarse Foro de Sao Paulo, evocando el encuentro de 1990. Es responsabilidad del GT, a partir de 1991, preparar política y organizativamente los Encuentros, proponer las normas para la participación de partidos y movimientos en el Foro, organizar seminarios temáticos de profundización y coordinación de iniciativas entre una reunión y otra. Después del Segundo Encuentro de México (junio/1991), el Foro realizó Encuentros en Managua (julio/1992), en La Habana (julio/1993), Montevideo (mayo/1995) y San Salvador (julio/1996).

5. El Encuentro de Sao Paulo se realizó en una coyuntura crucial para las izquierdas, por un lado las profundas transformaciones derivadas del avance que en las últimas décadas ha ido presentando el proceso de internacionalización del gran capital y de la economía mundial, el cual se ha expresado en una creciente transnacionalización, junto al surgimiento de un nuevo modelo de acumulación de capitales y el afianzamiento de importantes modificaciones en el sistema de dominación mundial. Por otro, desde 1985 venían ocurriendo profundos cambios en la Unión Soviética y los países del este europeo. En 1989 ese proceso desembocaría en el derrumbe del Muro de Berlín, episodio emblemático de la crisis de los modelos socialistas del Este de Europa, que culminaría con la autodisolución de la URSS en diciembre de 1991. A su vez la República Popular China emprendía un vasto programa de reformas económicas con la apertura de sus fronteras al masivo ingreso de capitales internacionales y con la adopción creciente de mecanismos de libre mercado. En Europa Occidental por su parte se asistía a un viraje en la orientación de los partidos socialdemócratas, que abandonaron las políticas de estado de bienestar social, implementadas sobre todo, después de la Segunda Guerra Mundial.

6. Coincidiendo con la crisis de los procesos de construcción del socialismo y de la socialdemocracia, y en cierta medida, en relación con ella, el capitalismo pasaba por transformaciones profundas. A partir de los años 70 ocurrió un incremento extraordinario de la internacionalización no sólo de los procesos productivos como, sobretodo, del capital financiero. Esta globalización, palabra cada vez más incorporada al vocabulario político, que amerita un análisis más profundo sobre sus alcances ideológicos y políticos (1); fue acompañada e impulsada por profundas transformaciones tecnológicas, sobre todo en el plano de la información y de la comunicación. Se puede hasta hablar de la tercera revolución industrial. Para la izquierda, resulta fundamental la comprensión de estos fenómenos, por las mutaciones que provocan en el medio y con los actores sociales con que desarrolla su actividad. Todas éstas transformaciones transcurren bajo el contexto del proceso denominado "globalización", el que a través del neoliberalismo, implica un nuevo "internacionalismo liberal" "que combina nociones y practicas económicas, políticas, militares y culturales, sustentadas en los avances sin precedentes de la Revolución Científico-técnica y el fin de la bipolaridad. Pero que, ante todo alienta o implica de hecho la aceptación de dicha realidad y sus consecuencias generales como incambiables. Algo así como una versión de "el fin de la historia". (1) En el entendido que se debe profundizar, en relación al tema el VI Encuentro en San Salvador consideró: "... este proceso de globalización transcurre bajo la hegemonía de las principales fuerzas capitalistas mundiales, y es por eso sumamente contradictorio y conflictivo. Mientras, por un lado, presenta avances, posibilidades y oportunidades para escalar a nuevos niveles de progreso y desarrollo, por otro, incrementa las desigualdades y polarizaciones, acelera la destrucción de la naturaleza"... el mundo en que vivimos no está totalmente globalizado, sino regionalizado en bloques económicos. La regionalización continuará siendo una poderosa tendencia y además es necesaria para los países del Sur, ya sea para frenar las ambiciones expansivas de los Estados y corporaciones transnacionales más desarrollados y poderosos y/o para compensar los contradictorios desequilibrios y desigualdades del actual curso de las cosas en el mundo o mejorar las condiciones y posibilidades de cada uno de ellos en su inevitable inmersión en la globalización". "...estamos lejos de considerar que el mundo contradictorio, conflictivo y en globalización solamente ofrece desventajas y amenazas para nuestros países y distamos mucho de creer que el mejor consejo sea aislarnos. Este mundo de hoy ofrece muchas oportunidades y ventajas para el desarrollo, pero ello exige el diseño de proyectos nacionales alternativos, capaces de generar el más amplio consenso y comprometimiento, que contemplen la integración regional y relaciones económicas y políticas con todos los bloques, y países por separado, que permita aprovechar las diferencias ventajosas entre unos y otros".

7. El proceso de transnacionalización operado tiene como eje económico un importante desarrollo de la autonomía que ha adquirido el capital financiero, cuya aplicación ha tenido preeminencia en el aspecto especulativo más que en el productivo. Esto ha conducido a una reestructuración de las relaciones entre las grandes potencias y de éstas con los países subdesarrollados. De tal manera dicha concentración del poder económico y político mundial determina un aumento de la brecha entre el mundo dominante y desarrollado y el dependiente y subdesarrollado. En este nuevo esquema lo nacional y lo bilateral quedan fuertemente subordinados a lo transnacional.

8. El incremento de la injerencia y el intervencionismo de los países industrializados en la periferia esta destinado a provocar la desestructuración nacional, social y cultural que demanda el nuevo modelo de acumulación. Adicionalmente, las nuevas tecnologías provocan

otros cambios en la relación entre el Norte y el Sur, por la erosión de las llamadas ventajas comparativas ----resultante de la intensificación de los procesos productivos--, el incremento del intercambio desigual y el surgimiento de productos que disminuyen (o sustituyen) la demanda de muchos rubros tradicionales de exportación del Tercer Mundo.

9. La crisis de la Deuda Externa, impactó al Sistema Financiero Internacional, estalló en medio del proceso de recomposición de las relaciones mundiales. Esa coyuntura, que abrió la oportunidad para constituir un frente de deudores que permitiera luchar por un orden internacional más justo y cambiar la correlación internacional de fuerzas, que ya se venía incubando, fue desaprovechada. El chantaje en torno a la permanente renegociación de la deuda se transformó en uno de los medios fundamentales de los centros de poder y de los organismos económicos multilaterales para financiar las transformaciones de la economía mundial y en un instrumento de mayor penetración y subordinación para imponer los ajustes neoliberales. En el marco de esta crisis el Plan Brady jugó un papel crucial. La política impulsada por los países acreedores obligó a los países deudores a atar su enorme deuda externa de los años 70 a una reestructura de la misma. De este modo la Banca Transnacional acreedora además de por lo menos cobrar una parte de ella, pudo traspasar otra parte a tenedores de bonos públicos en la perspectiva de posteriores emisiones que pretenden asegurar como nunca la continuidad de su pago. A la vez los Organismos Internacionales ligaron la concesión de créditos a medidas de política económica centradas en la Reforma del Estado, su desregulación y apertura externa, aumentando su vulnerabilidad y dependencia.

10. Las potencias industrializadas aprovecharon los cambios en la correlación mundial para afianzar el nuevo sistema de relaciones internacionales. A través del neoliberalismo tratan de imponer al mundo el concepto de soberanía limitada; la ampliación de los mecanismos supranacionales coercitivos; la desregulación de la economía y la apertura indiscriminada al comercio y las inversiones; la reestructuración del Estado y la redefinición de sus relaciones con el mercado -mediante las privatizaciones y otros medios--; la implantación de un modelo de "control social" que garantice la concentración de la riqueza y, una versión de democracia y derechos humanos que limite las libertades políticas al ejercicio del voto en elecciones que no interfieran con el ajuste, al tiempo que considera a los derechos económicos y sociales como "costos" que afectan la competitividad de la nación.

11. En el "Nuevo Orden Mundial", los poderosos se abrogan el derecho de establecer cláusulas de condicionalidad a los acuerdos comerciales y de cooperación, así como imponen las pautas para determinar que naciones subdesarrolladas son elegibles para recibir créditos y cooperación. La Ley Helms-Burton y la política estadounidense de emitir certificaciones de buena o mala conducta, resaltan entre de las expresiones mas descarnadas de las nuevas formas de injerencia.

12. El neoliberalismo es simultáneamente la reestructuración del poder económico y político del capital y el intento de desestructurar a los viejos y los nuevos sujetos sociales excluidos del sistema. Se trata de un cambio de reglas de dominación que fragmenta, atomiza y desmoviliza con mas eficacia a los sujetos sociales que tradicionalmente representaron la alternativa al sistema. Esta fragmentación hace aun mas complejas las condiciones para la articulación de procesos de transformación política, económica y social, imprescindibles para romper el circulo vicioso de la dependencia y el subdesarrollo en nuestras naciones.

13. En el proceso de fragmentación de los sujetos sociales alternativos, resalta el papel que juega el desempleo. La expulsión de la fuerza de trabajo ya no es solo una consecuencia de periodos de recesión, sino que se convirtió en un fenómeno estructural. La desocupación, salvo contadas excepciones, aumenta incluso en los momentos de expansión económica, debido a que su crecimiento se convirtió en una premisa para la reproducción del capital.

14. La reproducción del capital paso a asentarse fundamentalmente en la esfera financiera especulativa y en la intensificación de los procesos productivos, modalidades que expulsan fuerza de trabajo. La exclusión creciente se convirtió en la premisa de la competitividad y la ganancia, círculo vicioso que cierra cada día mas el ciclo empleo-producción-consumo y conduce a la explotación irracional de los recursos naturales renovables y no renovables del planeta.

15. Con el aumento del desempleo y la reestructuración de los procesos productivos, el capitalismo exagera un fenómeno que el pensamiento socialista ya había detectado en el siglo XIX: la intensificación de la competencia entre los trabajadores y la agudización de sus diversidades específicas. Las formas clásicas de socialización obrera --sindicatos y partidos principalmente-- son duramente afectadas por todos esos fenómenos. Se asiste a una tendencia mundial, más o menos generalizada, hacia la caída de las tasas de sindicalización.

16. Los fundamentalistas del neoliberalismo intentaron, con algún éxito, quebrar las resistencias a su proyecto, reprimiendo a los sindicatos, las huelgas y otras formas de movilización. Eso reforzó su triunfalismo y les permitió exhibir un optimismo que hace muchas décadas no poseían.

17. Por otra parte, el fracaso de la principal experiencia mundial alternativa al capitalismo fue utilizado por los ideólogos del neoliberalismo para intentar convencer al mundo de la imposibilidad de ejecutar cualquier tipo de proyecto antineoliberal. Sin embargo, países como Cuba y Viet Nam, iniciaron procesos, de acuerdo a sus peculiaridades, destinados a adecuarse a los retos de la nueva coyuntura internacional.

18. Una gran parte de los partidos socialistas en el poder comenzaron a aplicar ajustes de inspiración neoliberal. Esas políticas crearon conflictos con las bases populares y sindicales de la socialdemocracia, al hacer crecer el desempleo y debilitar los mecanismos de protección social. Esa inflexión programática alcanzó inclusive a algunos partidos socialdemócratas en la oposición. Las políticas de pleno empleo, hasta entonces una idea-fuerza de la socialdemocracia, fueron abandonadas.

19. Las izquierdas en todo el mundo sufrieron un fuerte impacto con la crisis de dos de los paradigmas que mas las habían influenciado en el siglo XX: la socialdemocracia y el comunismo. El efecto se hizo sentir inclusive en aquellas organizaciones que, en mayor o menor medida, mantenían distancia en relación a ambos. No se puede olvidar el peso que esas referencias tuvieron en la cultura política de las izquierdas, aunque fueran valoradas, como frecuentemente ocurrió, desde una perspectiva crítica, que dieron lugar a nuevas formulaciones teóricas y de acción política.

20. Con la desaparición de la URSS, el fin de la bipolaridad y de la "Guerra Fría", se comenzó

a diseñar un "nuevo orden internacional". La expresión, utilizada por el presidente Bush después de la Guerra del Golfo, traducía el triunfalismo del imperio con la derrota incruenta de su enemigo de más de cuarenta años. Los Estados Unidos pasaron a tener una preeminencia política, militar y económica jamás antes alcanzada. La hegemonía norteamericana se reforzó con los impases de las organizaciones multilaterales que supuestamente hubieran podido establecer un cierto equilibrio en las relaciones internacionales, como es el caso de las Naciones Unidas. Los escenarios fundamentales de decisión sobre la economía y la política mundiales pasaron a ser organismos como el G-7, el FMI, el Banco Mundial y la Organización Mundial del Comercio. En todas ellas el peso de los Estados Unidos es enorme.

21. La creciente globalización productiva y financiera y la exacerbación de la competencia internacional, acentuada con la emergencia de nuevas economías industriales en Asia, tuvieron un fuerte impacto en la división internacional del trabajo. Las economías nacionales, incluso en los países industrialmente avanzados, quedaron más subordinadas a los condicionamientos internacionales. La crisis fiscal de los Estados se agravó. Para adaptarse a las nuevas reglas del mercado mundial, impuestas o no por organismos supranacionales, los gobiernos realizaron drásticas reformas de sus Estados, implementando programas de privatización y cortes sustanciales en las políticas de bienestar que el movimiento obrero había impuesto en la posguerra. Las privatizaciones no obedecieron a estrategias de política industrial, menos aún a nuevos proyectos de desarrollo, siendo resultado de la prioridad dada al ajuste, y contribuyendo a la concentración del capital, la extranjerización de la economía y la exacerbación del viejo fenómeno de la corrupción, y, estimulando la creación de nuevos monopolios privados, alejando la posibilidad de control de la economía por parte del conjunto de la sociedad.

22. El combate a la inflación y la búsqueda de la estabilidad monetaria se transformaron en valores supremos. El crecimiento sobre todo para los países subdesarrollados, dejó de ser una prioridad. Las políticas de ajuste fueron facilitadas por los profundos cambios ocurridos en el mundo del trabajo y por la configuración de una nueva geografía productiva del capitalismo. Las innovaciones tecnológicas sin precedentes en el uso de materiales y en los procesos productivos, no sólo provocaron un aumento de la productividad, sino que también alteraron la composición misma de las clases trabajadoras.

23. La nueva geografía industrial generada por la globalización, favorecida por sofisticadas técnicas de información, crea nuevos polos productivos allí donde existan condiciones para su implantación, sobre todo debido a las posibilidades de super explotación de la fuerza de trabajo. Pero, al mismo tiempo, la globalización desindustrializa otras regiones, lanzando decenas de millones de hombres y mujeres al desempleo y la marginalidad. La tercerización, el regreso al trabajo doméstico, el trabajo infantil e incluso el resurgimiento de la esclavitud y la semi-esclavitud, junto a los cambios en el proceso de trabajo, contribuyen a la fragmentación de los trabajadores y del conjunto de la sociedad.

Las clases dominantes intentan imponer en todas partes la desregulación y/o la "flexibilización" del trabajo, lo que implica la expansión de los empleos temporales y precarios que no están sujetos a las protecciones sociales y previsionales que el movimiento obrero conquistó durante sus luchas a lo largo de todo el siglo XX. No sólo hubo un incremento del desempleo, como un deterioro de la calidad del trabajo.

24. No obstante las muchas dificultades existentes, la lucha de clases no se acaba y el movimiento obrero continua siendo un factor importante en los procesos sociales y políticos, si bien diverso y en recomposición de sus organizaciones de lucha, al mismo tiempo que surgen y se consolidan nuevos movimientos de los oprimidos y los excluidos, de los cuales emana la posibilidad de construir un nuevo universalismo unificador.

II. AMERICA LATINA Y EL CARIBE EN EL UMBRAL DEL SIGLO XXI

25. Las tendencias generales del escenario económico, político y social del continente exigen obviamente un análisis más detallado y particularizado que explique la complejidad de los profundos cambios en curso y contemple la diversidad regional y nacionales.

26. A través de las dictaduras militares, en algunos casos, y del autoritarismo, en otros, en América Latina y el Caribe se impuso la "disciplina social" necesaria para hacer recaer sobre los pueblos el peso del ajuste estructural.

27. En América Latina, las dictaduras militares fueron llegando a su final y se abrió cauce a procesos de transición.; la que muchas veces debió realizarse a través de pactos y compromisos con el antiguo régimen dejando una herencia autoritaria, no transcurriendo como hubiesen querido las fuerzas democráticas y generando a veces divergencias entre ellas acerca de cómo encarar la salida institucional. Pero la transición -que, transcurrió bajo condiciones diferentes según los países, con mayor o menor peso de las fuerzas populares y de izquierda- significó para los pueblos que padecieron crueles dictaduras un cambio sustancial.

28. Si bien las políticas neoliberales que se aplicaron luego en la mayoría de los países defraudaron las expectativas populares en la medida en que no se dio satisfacción a los legítimos reclamos de justicia social de las grandes mayorías, la restauración de la democracia significó para millones de latinoamericanos de varios países el fin de las torturas, las muertes, las persecuciones, las proscripciones, el exilio político y el terrorismo de Estado. Pero significó, además, un nuevo escenario para luchar en mejores condiciones por las transformaciones sociales que la derecha resiste.

29. Más allá de los resabios autoritarios más o menos latentes en todos nuestros países tras la caída de las dictaduras, el advenimiento de las aperturas democráticas fue por sobre todo una conquista de los pueblos y de las fuerzas democráticas, con un protagonismo determinante -del que nos enorgullecemos- de las organizaciones de izquierda, que pagaron un alto precio en la reconquista de las libertades. No valorar estos aspectos equivaldría a cuestionar nuestras posibilidades de protagonismo en la profundización de los procesos democráticos abiertos en el continente tras la caída de las dictaduras.

30. Urgidos de un modelo de recambio, las elites del subcontinente asumieron al neoliberalismo como propio, en parte por presiones externas, pero también con una elevada cuota de complicidad.

31. En diversos sectores se fortalece la comprensión de que el neoliberalismo no es una

estrategia de verdadero desarrollo, sino constituye un esquema funcional a los intereses estratégicos de las grandes potencias, que perpetua y agudiza el subdesarrollo e impone un patrón de acumulación altamente concentrador y excluyente.

32. Las políticas sociales -que en el modelo desarrollista cumplían la función de contribuir a la reproducción de la fuerza de trabajo (mediante la capacitación, la salud y otras prestaciones)-, se convierten en "costos" que afectan a la "competitividad" de la nación. Los gobiernos abandonan los conceptos de desarrollo social y justicia social y abrazan el criterio neoliberal de "asistencialismo focalizado", dirigido exclusivamente a las franjas de extrema pobreza cuya explosividad puede hacer peligrar el sistema, así como lo utilizan para el clientelismo político.

33. Los fraudes que acompañaron de manera general a las privatizaciones beneficiaron a grupos empresariales nacionales e internacionales y a camarillas incrustadas en los gobiernos, muchas veces compuestas por familiares de presidentes y ministros. Las empresas estatales fueron vendidas, en general, a precios mucho más bajos y frecuentemente en cambio de "monedas podridas", (distintos títulos de deuda con valor real por debajo de su valor nominal).

34. Los gobiernos justificaron esas privatizaciones con un discurso: 1) contra la existencia de monopolios, (en el caso de los estatales), 2) en favor de una mejor atención a los consumidores y usuarios, a partir del criterio de que los servicios públicos en general eran de pésima calidad y 3) para proponer un nuevo papel del Estado; este debería ocuparse de cuestiones importantes como la salud y la educación, en vista de que los recursos obtenidos con la venta de las empresas serían supuestamente utilizados, por lo menos en parte, en políticas sociales. El resultado fue otro. Los monopolios estatales fueron sustituidos por monopolios privados y, en algunos casos --suprema ironía-- por monopolios estatales europeos. La calidad de los servicios privatizados se mantuvo en algunos casos inalterada y en otros se deterioró. Mientras tanto, las tarifas que la población paga por ellos crecieron sustancialmente.

35. Los procesos de absorción implicaron la liquidación de la investigación tecnológica nacional, sustituida por la tecnología importada. Implicaron igualmente procesos de "racionalización" empresarial que provocan un incremento del desempleo y de la exclusión social, fenómeno grave en una región marcada por seculares desigualdades sociales. En otros casos, las industrias simplemente se transformaron en firmas importadoras. La educación y salud se privatizaron. Las que quedan bajo la órbita estatal se rigen por el criterio de rentabilidad empresarial que atentan contra los modelos pedagógicos socializadores del saber y, en la salud, contra su esencia solidaria. Lo mismo ocurre en la Seguridad Social, agravado con la entrega al capital privado de los fondos de jubilaciones y pensiones. Ya vivimos el mundo de los "post-pensionados" que cometieron el "error" de vivir muchos años.

36. El abandono de políticas industriales activas - consideradas ahora como "cosas del pasado" - la apertura salvaje y la revalorización artificial de las monedas nacionales frente al dólar, contribuyeron al deterioro del comercio exterior de la mayoría de los países del continente, que pasaron a producir sucesivos y crecientes déficits. Esos déficits comerciales afectan la balanza de pagos, situación que se agrava teniendo en cuenta los compromisos de la deuda externa en constante expansión.

37. Con el objetivo de sustentar la existencia de reservas de divisas necesarias para mantener la relación entre la moneda nacional y el dólar, y para compensar las pérdidas que la apertura provoca en la balanza comercial, los gobiernos nacionales salieron desesperadamente en busca de capitales internacionales, generalmente especulativos.

38. Un deterioro de las finanzas externas podría repetir los graves acontecimientos de diciembre de 1994 en México, con imprevisibles consecuencias para el sistema financiero internacional, además de las repercusiones sociales y políticas que tendría en los países afectados. Tal como ocurrió con el "efecto Tequila", una nueva crisis, originada inicialmente en una economía nacional, se puede extender rápidamente a una gran parte del continente y hacia otras regiones del mundo".

39. Los capitales de corto plazo --conocidos como capitales golondrinas-- solo vienen hacia América Latina y el Caribe si son generosamente remunerados, pues enfrentan el alto riesgo que representa operar en las economías emergentes de la región, dentro de un contexto en que los flujos de capitales se concentran en los países desarrollados. Por tanto es necesario imponer altas tasas de intereses. Pero los intereses elevados inhiben la producción y estimulan la especulación financiera. Contribuyen al mismo tiempo al crecimiento de la deuda interna. Para que el tipo de cambio que opera en el momento del ingreso de capitales no aumente el circulante, alimentando nuevas presiones inflacionarias, los gobiernos quedan condicionados a emitir títulos públicos que agravan el déficit interno, sobretodo porque se trata de bonos de corto plazo. Hay países que tienen casi el 50% de sus ingresos presupuestales comprometidos con el pago del servicio de la deuda interna.

40. Para atraer capitales productivos, de largo plazo, una gran parte de los gobiernos nacionales, así como en el interior de los países y regiones, se multiplican los favores y ventajas que no se ofrecen a los inversionistas nacionales. Muchos de esas inversiones --por el nivel de sofisticación tecnológica que poseen-- producen un número irrisorio de empleos directos o indirectos. Son cada vez más frecuentes, en los procesos de atracción de las empresas transnacionales, las exenciones de impuestos por 20 o 30 años, la construcción integral de infraestructura, a veces compleja, los créditos voluminosos a los intereses subsidiados, además de la ya mencionada "flexibilizaron" del trabajo.

41. La apertura salvaje tuvo efectos semejantes sobre la agricultura, sobre todo a los pequeños y medianos productores, aunque no solo a ellos. Ese hecho fue acompañado de políticas de contrarreforma agraria en varios países, como fue sobretodo el caso mexicano, y se tradujo en la incapacidad de otros gobiernos, como el brasileño, de enfrentar la cuestión de la tenencia de la tierra. La consecuencia de esa tendencia regresiva fue el agravamiento de la crisis en los campos del continente y el (re)surgimiento de movimientos agrarios, como ilustran los ejemplos del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra en Brasil, las marchas campesinas en Colombia, la lucha del movimiento indígena en Ecuador, de los campesinos en Paraguay y la propia insurgencia zapatista en México.

42. A pesar que la economía de América Latina y el Caribe ha crecido 3,5% en 1996, las cifras oficiales de desempleo llegan al 8%, bastante superior a las estadísticas de 1990 (6%). Esas cifras constan en las estadísticas del Banco Interamericano de Desarrollo (BID),

presentadas en su última reunión anual, en Barcelona. Según algunos observadores, es necesario un crecimiento anual superior al 5% del PIB para que el desempleo se estabilice. Es importante señalar que las estadísticas del desempleo subestiman la amplitud del fenómeno y ocultan situaciones bastante más dramáticas como las de los grandes centros urbanos -- Buenos Aires, México, Sao Paulo, Bogotá, Lima, entre otros-- donde las cifras pueden llegar al 20% o más. Esa situación se repite también en muchos estados/provincias, o alimenta fuertes movimientos de carácter regional, como es el caso de Argentina.

43. Para cumplir un programa tan radicalmente antipopular los gobiernos mediante sus políticas neoliberales utilizaron una serie de instrumentos tendientes a concretar la desestructuración social y política de los trabajadores. Son frecuentes las políticas de desregulación y "flexibilización" del trabajo, lo que significa eliminar a los trabajadores garantías mínimas que fueron conquistadas en décadas de lucha y consagradas en las legislaciones de muchos países. Además del desempleo, está la precarización del empleo.

44. En ese contexto, los sindicatos y las organizaciones populares pasaron a ser "disfuncionales" al modelo, un obstáculo a esas políticas de inspiración neoliberal. Son estigmatizados como instituciones "del pasado", "defensoras de privilegios", que desarrollan una resistencia "puramente corporativa", incompatible con los tiempos de la "modernidad" y de la "globalización". La defensa de valores nacionales y de la solidaridad social pasó a ser algo sumamente "arcaico". Los gobernantes del actual período de ajustes, las élites que los sustentan y los poderosos medios de comunicación de los que se sirven, desarrollan una ofensiva para fortalecer sus nuevos valores y, sobre todo, descalificar y deslegitimar a la oposición. En algunos casos, se trata de criminalizarlas.

45. El actual modo de gobernar tiene un fuerte componente antidemocrático. Para vencer las resistencias de la sociedad y los parlamentos a su política, los presidentes tienden a reforzar el papel del Ejecutivo, gobernando por decreto; sometiendo a los Poderes Legislativos y Judiciales, a todo tipo de presiones y chantajes, que limitan su autonomía. En los países de régimen federativo, se manifiesta una tendencia de hipertrofia del poder de la unión, restringiendo la capacidad de decisión de estados/provincias y municipios, en nombre de una nueva "racionalidad" económica. Los gobiernos centrales reproducen internamente en relación a los gobiernos regionales y municipales los mismos comportamientos que los organismos como el FMI, el Banco Mundial y otros que tienen relación con los Estados nacionales.

46. La aceptación de esas políticas reduce el margen de maniobra de los gobiernos nacionales. Estos pasan a depender crecientemente de apoyos externos, sobre todo de las agencias que monitorean los programas de ajuste y de las empresas multinacionales que exigen condiciones cada vez más estrictas para invertir. Para atraer capitales especulativos o inversiones productivas, los gobiernos desarrollan estrategias de subordinación jamás vistas. La política exterior virtualmente desaparece, como proceso a través del cual el Estado nacional afirma su presencia soberana en el mundo, consciente de los límites y de las posibilidades de su intervención. La diplomacia se transforma en una operación de venta de imagen del país en el mundo, operada por presidentes transformados en gerentes de marketing de sus gobiernos. La política queda totalmente sometida a supuestas conveniencias económicas. No se trata, por tanto, de atribuir a los "agentes externos" las vicisitudes vividas por los gobiernos nacionales de una gran parte del continente. Lo que

ocurre es un proceso de servilismo voluntario de las elites locales.

47. Los programas de estabilización son contruidos de tal forma, que cualquier critica se transforma en amenaza a su continuidad y en objeto de chantaje político. O se va a favor del ajuste, tal como este esta siendo aplicado o se esta "contra el país". Expresión de esa situación fue en los últimos años los movimientos por la reelección de los presidentes de varios países, como lo demuestran los ejemplos de Fujimori en Perú, Menem en Argentina y, mas reciente, la aprobación de la enmienda constitucional que permite la reelección en Brasil. La discusión sobre la necesidad de la "continuidad administrativa" requerida para el combate a la inflación, viene acompañada del chantaje ejercido por los medios financieros internacionales.

48. El Foro de Sao Paulo desde sus inicios destacó la importancia de la lucha por la democracia política como un producto histórico del combate de los pueblos. Afirmó en el IV Encuentro la necesidad de profundizar la democracia a través de la combinación de mecanismos representativos y formas de democracia participativa y directa integrando luchas institucionales con luchas sociales. Fenómenos contemporáneos como la perdida de representatividad y legitimidad de los Partidos políticos; la falta de transparencia y garantías de procesos electorales, el abstencionismo, los escándalos de corrupción, y prácticas demagógicas que intentan capitalizar la frustración y decepción de los pueblos, tienden a asociarse a la vida democrática, debilitando su credibilidad. Los partidos y fuerzas políticas deben profundizar el examen de éstos fenómenos así como sus causas y formas de enfrentarlos apuntando a que la lucha por profundizar la democracia sea también la lucha contra la corrupción y otras prácticas nefastas.

49. En la subregión caribeña aun se mantienen enclaves coloniales reminiscentes de las mas retrogradadas formas de dominación y explotación. Tales con los casos de Puerto Rico, Martinica, Guadalupe, la Guayana Francesa y las Islas Vírgenes de Estados Unidos y las británicas. Las pequeñas naciones del Caribe, en conjunto, sufren con particular crudeza los embates de la globalización neoliberal y de la inflexibilidad e insensibilidad de la política de la Unión Europea y de los Estados Unidos, pues sus intereses se ven directamente afectados por la rivalidad interimperialista, como sucede en torno al tema del banano, así como por la política antiinmigrante de esas naciones y las presiones estadounidenses para que "completen" el proceso de apertura unilateral.

50. En las naciones en las que la izquierda se consolida como una real alternativa de gobierno, constatamos la agregación pragmática de las fuerzas políticas tradicionales para garantizar la continuidad del modelo neoliberal, así como evitar el triunfo de las fuerzas populares. Debemos tener presente que en el pasado reciente las tentativas de resolver la crisis del Estado y el problema del financiamiento del desarrollo a través de la inflación fueron catastróficas. La inflación, combinada con los procesos recesivos, tuvo consecuencias altamente desestabilizadoras desde el punto de vista económico, social y político y que en ese marco se estimuló el surgimiento de "hombres providenciales", como lo fueron en su momento Salinas, Collor de Mello, Fujimori, Menem y Fernando Henrique Cardoso, con sus programas de estabilización de perversas consecuencias sociales y nacionales en el mediano y largo plazo.

51. La eventualidad de una victoria de la oposición es presentada como el preludio del "caos",



momento en que ocurrirán fugas masivas de capitales, que inviabilizan la continuidad del combate a la inflación. El fantasma del "regreso al pasado" ha sido utilizado exitosamente. Todo sucede, como si en ese "pasado", las izquierdas hubieran gobernado a la gran mayoría de los países de América Latina y el Caribe. Las elites, hoy convertidas al neoliberalismo, intentan esconder el hecho de que fueron ellas las que detentaron el poder en el continente y las que mas se beneficiaron de las políticas que ahora tanto critican.

III. LA POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS HACIA AMERICA LATINA

52. La recomposición de las relaciones entre los grandes bloques políticos y económicos del mundo, así como de estos con las naciones de la periferia, transcurre en medio de un accidentado y contradictorio proceso de cooperación y competencia entre los mismos. En este proceso se entremezclan los intereses conjuntos de los Estados Unidos, la Unión Europea y Japón - por su condición común de grandes potencias frente al resto del mundo -, con los intereses particulares de cada uno de ellos, derivados de su condición de competidores entre sí.

53. En el caso de América Latina y el Caribe, la incidencia de la política de los Estados Unidos hacia la región, constituye un obligado punto de referencia, por el hecho de compartir su espacio hemisférico con un país que considera a la región como su espacio geopolítico propio e incuestionable.

54. En los momentos en que surgió el Foro de Sao Paulo, el imperialismo norteamericano concentraba sus esfuerzos en la guerra sucia contra la Revolución Popular Sandinista y el apuntalamiento de los regímenes dictatoriales en El Salvador y Guatemala, al mismo tiempo que continuaba desarrollando su política injerencista y contrainsurgente en el resto de los países de la región. Cuba no sólo enfrentaba el recrudecimiento del bloqueo y la hostilidad, sino que estaba a punto de perder el sistema de relaciones económicas, comerciales, financieras y de colaboración, construido durante décadas y que representaba el 85% de sus intercambios externos. Muchos pensaban que seria un golpe mortal para la Revolución Cubana. Fue durante esta etapa, bajo los mandatos de Ronald Reagan, que en los Estados Unidos se establecieron las bases de una política hemisférica bipartidista fundada en las líneas generales de los documentos de Santa Fe.

55. Actualmente, Estados Unidos se encuentra en una fase de rearticulación del sistema de relaciones interamericanas. Tal proceso tuvo su clímax en la llamada "Cumbre de las Américas", celebrada en Miami en diciembre de 1995, ocasión en que los mandatarios del continente - con la excepción de Cuba - suscribieron un conjunto de acuerdos que constituyen un código de conducta obligatorio en prácticamente todas las esferas de la vida nacional.

56. La nueva política de los Estados Unidos esta orientada a: contener el aumento de la penetración comercial e inversionista de la Unión Europea y los países de la Cuenca del Pacifico en América Latina y el Caribe; impulsar la creación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio para prevalecer en los mercados de la región con sus productos; reforzar el compromiso de las elites con los ajustes neoliberales; controlar los excesos desestabilizadores de la política económica antipopular; profundizar y diversificar las presiones y agresiones destinadas a intentar la destrucción de la Revolución Cubana y, evitar el eventual

desencadenamiento de estallidos sociales.

57. Con el fin de la "Guerra Fría", los Estados Unidos pretenden atribuir nuevas funciones a las fuerzas armadas de América Latina, consideradas por ellos hasta entonces como reserva estratégica en su enfrentamiento al comunismo. Se trata, según los estrategas del Departamento de Defensa, de atribuir a los ejércitos latinoamericanos las funciones de policías en la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo. Esa tesis enfrenta una fuerte resistencia entre los militares latinoamericanos, ya sea entre los sectores nacionalistas de derecha, nostálgicos de las dictaduras, o entre las corrientes democráticas de las Fuerzas Armadas, por la preservación de la soberanía nacional.

58. El proyecto estadounidense para la creación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio esta basado en la negociación del ingreso casuístico de cada nación latinoamericana al actual Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC), en contraposición al procedimiento defendido por varios gobiernos latinoamericanos, de que sea una negociación entre el TLC y cada uno de los bloques subregionales en desarrollo y consolidación. El enfoque del gobierno de los Estados Unidos esta orientado a la desintegración y dispersión de las naciones latinoamericanas y caribeñas, al tiempo que acentuaría aun mas la asimetría en el pretendido pacto.

59. En el plano económico, las relaciones de los Estados Unidos con América Latina y el Caribe también sufrieron importantes cambios. Hace pocos años, esas regiones eran áreas de cierta importancia en lo referido a las exportaciones de capitales, pero tenían una significación comercial relativamente pequeña en el comercio global de los Estados Unidos. Muchas economías latinoamericanas mantenían relaciones comerciales superavitarias con los Estados Unidos. Esa situación sufrió cambios relevantes. Los Estados Unidos tiene crecientes superávits comerciales con la región (US\$ 16 mil millones, en 1996), como consecuencia de la política de apertura que ellos mismos fueron estimulando en los países del continente. Mientras pregonan el libre comercio, los Estados Unidos practican todo tipo de proteccionismo que impide la existencia de una reciprocidad comercial.

60. La arrogancia con que se comporta en los foros internacionales se traduce en presiones del gobierno de los Estados Unidos para que los países reduzcan mas las alícuotas de importación, adopten leyes de protección de la propiedad intelectual que solo favorecen a los países desarrollados o abran mas las políticas de control sobre las inversiones extranjeras. De la misma forma, utilizan las cláusulas sociales y ambientales - en principio correctas - que comienzan a preocupar a todos los gobiernos del continente pero - que en ese contexto - son instrumentos neoproteccionistas disfrazados.

61. Las dificultades que presentan las negociaciones para la implantación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio son sintomáticas de las contradicciones de la política norteamericana en el continente y de los conflictos que ella engendra. Washington no quiere discutir las formas de proteccionismo que su país utiliza, pero tiene prisa en eliminar todas las barreras comerciales para inundar a los países del continente con sus mercancías y provocar la destrucción de mas sectores productivos de la industria y la agricultura. El ingreso de Chile al TLC ha sido obstaculizado por el Congreso, que se rehusa a darle a Clinton la vía rápida (fast-track) necesaria para promover una política de integración negociada, a pesar de que ella seria dentro del marco de la hegemonía de los Estados Unidos.

62. Los Gobiernos del continente han defendido, aunque con vacilaciones, un proceso mas lento, precedido de la discusión sobre el proteccionismo estadounidense y que intente garantizar una adecuación de los sistemas productivos nacionales a las nuevas condiciones de competitividad que tal zona de libre comercio crearía. Esa posición es compartida inclusive por amplios sectores del empresariado ya en crisis por el modelo y que están temerosos de ser barridos por una política de apertura aún más salvaje.

63. Para afirmar las tendencias favorables a un verdadero proceso de integración regional, es preciso sacar el debate y la acción en curso de las manos de los banqueros, empresas transnacionales o de las burocracias de los bancos centrales, ministerios de Hacienda y de Relaciones Exteriores, para transformarlos en un punto central de la agenda de los pueblos. Algunas experiencias en curso de participación sindical sobre esos problemas revelan un camino a seguir. Una integración sólo es provechosa cuando los países que se integran son soberanos y cuando esa soberanía esta garantizada y basada en una intensa participación popular en las decisiones tanto de política interna como de política externa.

64. La formación de otros bloques - la Unión Europea y el de los países asiáticos - y los conflictos objetivos que ellos mantienen con los Estados Unidos, además de las propias dificultades que Washington enfrenta para mantener y ampliar el TLC, abren espacios para una política mas diversificada por parte de los países latinoamericanos y del Caribe, que rompa con la supervivencia de las "relaciones carnales" con los Estados Unidos, de acuerdo con la definición del Ministro de Relaciones Exteriores argentino hace algunos años.

65. Nuevos temas acabaron por ser incorporados a la agenda exterior de los Estados Unidos, como el problema del narcotráfico, el terrorismo y los asuntos relacionados con la migración. Incapaces de controlar el consumo de drogas en su propio país, los Estados Unidos intentan intervenir directamente en la vida interna de los países del continente, supuestamente para impedir la producción de las drogas. Washington se da el lujo de emitir certificados de buena (o mala) conducta a los países del continente en función de la eficacia que sus gobiernos hayan demostrado en el combate a la producción y el tráfico de las drogas. Al mismo tiempo, promueven leyes "antiterroristas" - como en Perú, Colombia y Argentina - que en realidad buscan estigmatizar a cualquier militante social que promueva acciones que cuestionen las políticas neoliberales aplicadas por los gobiernos.

66. El tema de la migración también se convierte cada vez mas en una cuestión crucial. Mientras se impone a nuestras naciones la apertura indiscriminada a los flujos de capitales y mercancías - con un saldo neto de incremento del desempleo estructural -, se proscribe el flujo de la fuerza de trabajo, para evitar que emigre en busca de la subsistencia que el modelo le niega en su propio país. Las políticas de ajuste y la pauperización que le siguen el rastro provocan la tendencia a fuertes movimientos demográficos de poblaciones empobrecidas o sin perspectivas de vida, hacia los países desarrollados donde, supuestamente, existirían mejores oportunidades de empleo condiciones de vida, además de una mayor protección social. Ese fenómeno afecta no solamente a países cercanos a los Estados Unidos -México, América Central y El Caribe - sino igualmente a otras naciones que hasta hace muy poco no poseían una tradición migratoria, como es el caso de Brasil. La política de los Estados Unidos es no solo impedir la inmigración, sino introducir discriminaciones de todo tipo a los trabajadores indocumentados y ciudadanos con derechos

adquiridos residentes en los Estados Unidos, para quienes comienzan a estar vedadas las políticas de protección social.

IV. LA CONSTRUCCIÓN DE POLÍTICAS ALTERNATIVAS

67. Al regresar a Brasil para realizar su VII Encuentro en Porto Alegre, la ciudad gobernada durante más de ocho años por el Partido de los Trabajadores, nos proponemos avanzar aún más en la construcción de la agenda y el programa de acción alternativos. Es justo reconocer que, aun con limitaciones, ya tenemos todo un acumulado que no existía al comenzar, sobre todo para definir estrategias y precisar propuestas, que desde los sectores populares enfrenten y derroten la ofensiva neoliberal. En el transcurso de estos siete años de vida del Foro, hemos ganado en comprensión acerca del neoliberalismo, que entonces parecía como un todo monolítico y amenazaba con aplastarnos irremediamente. Hemos aprendido a evaluar de manera mas equilibrada y profunda sus contradicciones, aunque ese análisis no siempre se ha traducido en alternativas viables en el corto y el mediano plazo.

68. Junto a los problemas comunes que poseen los países de América Latina y el Caribe, se encuentran las particularidades nacionales y regionales, determinadas por especificidades y situaciones históricas concretas que deben ser respetadas, para evitar caer en simplificaciones y recetas. Sin embargo, es imprescindible encontrar políticas unificadoras. En la medida que avanza la "globalización desde los poderosos", se crean condiciones para "universalizar las luchas de los excluidos del sistema". Se hace evidente la necesidad de una "globalización" alternativa de los de abajo, por los de abajo y para los de abajo, que nos permita contar con suficiente energía, con el poder de convocatoria necesario, así como con la flexibilidad y la inteligencia requeridas para revertir de manera integral, la afrenta que supone para nuestros pueblos el "internacionalismo neoliberal".

69. Para eso necesitamos avanzar en la comprensión de nuevos requisitos: Primero, realizar un esfuerzo intelectual y político para comprender las profundas transformaciones económicas, sociales, culturales, de comunicación, por las cuales atraviesa el mundo. Segundo, formular propuestas claras y consistentes, que establezcan una nítida división de aguas tanto con el viejo desarrollismo como con los ajustes neoliberales actuales, con la versión de "democracia con exclusión" que se nos pretende imponer, así como frente a los autoritarismos crecientes, mediante la formulación de propuestas alternativas encaminadas a la construcción de la verdadera democracia, con desarrollo sustentable, justicia social y equidad. Tercero, fortalecer a las organizaciones populares, al mismo tiempo que construimos instrumentos de participación política a la altura de los grandes desafíos que tenemos frente a nosotros. La historia de las luchas sociales y políticas nos muestran que en muchas circunstancias no disponemos de las herramientas a la altura de nuestros objetivos y, sobre todo, de las expectativas que las masas de trabajadores y de excluidos mantienen en relación a nuestros partidos y frentes. De nada valdrán nuestra formulaciones teóricas, si no disponemos de partidos y movimientos capaces cumplir eficientemente su función de intermediación social, de aglutinar los intereses de los excluidos en un programa en torno al cual se logre cimentar la unidad de acción política.

70. El cumplimiento de esos tres requisitos debe ser acompañado de un proceso más amplio de renovación y actualización de nuestra cultura política que abra camino para la invención y la creatividad política que siempre caracterizaron a las fuerzas auténticamente progresistas.

Solamente así seremos capaces de retomar nuestro diálogo con la juventud y devolver a nuestros militantes la autoconfianza que en algunos momentos damos la impresión de haber perdido. Es paradójico que en este momento de dificultades provocadas por la ofensiva neoliberal, la acción de los partidos y movimientos populares y democráticos haya alcanzado un desarrollo sin precedente en la historia latinoamericana. Esos avances se expresan no solamente a través de nuestros resultados electorales, sino también en nuestra inserción en los movimientos sociales, en nuestra capacidad de gobernar ciudades y estados importantes y en la forma por la cual intervenimos en el debate político e ideológico de nuestro tiempo.

71. América Latina y el Caribe demandan alternativas que permitan superar la crisis actual y contribuyan a resolver los problemas estructurales acumulados durante décadas de subdesarrollo y dependencia. Se trata de elaborar proyectos que presuponen un crecimiento con redistribución de ingresos, que neutralicen las tendencias concentradoras y excluyentes de viejos modelos desarrollistas y el nuevo modelo neoliberal, mediante la promoción de propuestas de políticas económicas, con énfasis en lo productivo, una fuerte expansión del mercado interno con una sólida política de exportaciones. Se trata de alternativas con una adecuada combinación de propuestas de solución a los problemas esenciales y de los que pueden ser abordados en una perspectiva mas inmediata.

72. Sin embargo, al mismo tiempo es imprescindible avanzar en programas de corto y mediano plazo, que nos permitan adelantar en lo inmediato iniciativas viables y soluciones efectivas para los graves problemas de nuestras sociedades, que en ningún caso deben comprometer el avance futuro hacia la solución de las grandes deformaciones estructurales que padecen nuestras naciones.

73. Algunos de los aspectos a tomar en consideración en los programas económicos pudieran ser: fortalecer el papel del Estado en la sociedad en favor de las mayorías; reestructurar y modernizar el aparato productivo para lograr una eficiencia que sustente el desarrollo estable del gasto social; preservar al máximo posible la socialización y el mantenimiento del control sobre el patrimonio nacional; otorgar la prioridad necesaria al papel de los resortes y los controles financieros; laborar en una reforma fiscal que contribuya a la estabilidad macroeconómica y fortalezca la moneda nacional en beneficio del pueblo; promover el marco jurídico necesario que permita desarrollar el mercado interno, las investigaciones, el desarrollo tecnológico y la planta industrial nacional; mantener y aumentar los mecanismos y las vías de redistribución del ingreso; trabajar por la integración regional y por un nuevo orden económico internacional y, auspiciar el rescate y la preservación del medio ambiente.

74. Hoy, en el centro del debate esta la cuestión de los recursos para el desarrollo y, por tanto, del fortalecimiento del papel del Estado y su financiamiento. Nuestra propuesta demanda una reforma del Estado destinada a dotar de mayor eficacia al sector público, así como a redefinir sus funciones y tareas, para lograr su legitimación como mecanismo de asignación de recursos y de regulación socioeconómica. En este sentido, se torna imprescindible la recuperación de la capacidad operativa del Estado en la gestión de las políticas públicas; ello supone mantener y ampliar sus funciones económicas y sociales.

75. Una alternativa al neoliberalismo precisa de una propuesta de reestructuración y modernización del aparato productivo, condiciones indispensables para romper con siglos de subdesarrollo. La modernización productiva debe detener la creciente desindustrialización de

las economías, auspiciando el desarrollo de la planta industrial y de la tecnología en correspondencia con las necesidades y potencialidades nacionales. Al mismo tiempo, las legislaciones en materia de comercio exterior e inversiones extranjeras, se encaminaran a propiciar la modernización productiva y el acceso a tecnologías y mercados, siempre en un marco legal que permita preservar e incluso potenciar los recursos naturales, industriales y humanos.

76. La reestructuración productiva permitirá definir estrategias para impulsar el desarrollo de áreas de punta, que nos permitan ingresar con un perfil propio en la economía internacional. Tendrá que combinar la capacidad de producir para satisfacer las necesidades básicas de las mayorías, con el avance de sectores tecnológicamente avanzados y altamente competitivos. Un aspecto esencial será buscar las vías para establecer un vínculo de cooperación - e incluso de integración - allí donde sea posible, entre las zonas mas avanzadas y las mas rezagadas de la economía, lo que sin duda beneficiaria al conjunto de nuestras naciones, así como crearía las condiciones económicas y políticas para que esas estrategias tengan un consenso nacional y una continuidad que trascienda el corto periodo de un gobierno.

77. No es posible transformar el campo latinoamericano y caribeño sin una reestructuración que responda a la urgencia de satisfacer las necesidades alimentarias. Para ello es imprescindible lograr avances significativos en la redistribución y en el uso mas racional de la tierra; otorgar los créditos y la asesoría técnica que requiere el campesinado; promover el aumento de los empleos y los salarios, junto al desarrollo de los servicios, la urbanización y la promoción cultural de las áreas rurales, con lo cual se podrá contribuir a detener la emigración creciente de los pobladores del campo a las periferias de las grandes ciudades y lograr una revalorización del mercado interno de los productos agrícolas, que permita estimular los precios y el financiamiento de la actividad agraria.

78. Un aspecto esencial es la solución al problema de la deuda externa e interna. La evolución de este fenómeno en los últimos años pone de manifiesto el reconocimiento implícito de los duros condicionamientos que imponen la deuda, y lo nocivo que resultaron ser los mecanismos de cambio de deuda por "supuesta" inversión. La solución solo podrá ser resultado de una voluntad política que exprese una concertación de fuerzas nacionales e internacionales.

79. La inversión extranjera directa puede constituirse en un factor importante en la captación de nuevas tecnologías y en la apertura de mercados, pero necesita ser concebida como complementaria con la economía nacional y regional y, no como el eje de la acumulación. Ella no debe interferir en la capacidad para diseñar una política industrial y agrícola que defina las áreas de desarrollo estratégico, ni comprometer el control sobre los recursos naturales y mucho menos la soberanía y la seguridad económica del país.

80. Es importante combinar armónicamente la producción hacia los mercados interno y externo, así como articular políticas de desarrollo que promuevan la competitividad de la industria nacional, para lo cual se debe crear las condiciones económicas y legales que permitan protegerla. Los índices de eficiencia no pueden medirse exclusivamente en relación con los precios del mercado mundial - aunque ello sea un parámetro -, sino también por su papel en el restablecimiento de las cadenas productivas nacionales, la generación de empleo, la satisfacción de las necesidades sociales y la conformación de una economía nacional

balanceada.

81. El equilibrio económico, mucha veces subestimado en el pasado por la izquierda, hoy adquiere mayor importancia en un proyecto nacional de desarrollo que se sustente en el potencial productivo de cada nación y en el avance de genuinos procesos de integración regional. De allí surge la necesidad de proyectos claros de reformas fiscales - en beneficio de los sectores populares - y del sistema financiero. Es necesario poner coto a las regalías fiscales actualmente otorgadas al capital transnacional, romper con la falacia que la concentración de la riqueza genera automáticamente capital productivo y empleo y, rechazar los criterios tecnocráticos que pretenden buscar estabilidad por la vía de las inversiones neoliberales, bajando los costos de la mano de obra y la inversión social.

82. La experiencia evidencia que los mecanismos de un mercado supuestamente libre no operan en favor de una redistribución positiva de la renta. Al contrario, reproducen y profundizan la desigualdad. Si no hay una política de crecimiento sostenible, asentada en una correcta visión sobre el papel del Estado y el mercado interno, y una adecuada definición sobre la inserción internacional, no será posible los objetivos económicos nacionales y sociales alternativos.

83. Fortalecer la banca estatal y cooperativa es un acumulado hacia el futuro. Igualmente importante es la definición de reformas estructurales-agrarias, educacional, del sector de salud, combinadas con la adopción de políticas activas: industrial, agrícola, de empleo, de ciencia y tecnología, etc., que puedan crear una base concreta para compaginar el crecimiento con la distribución.

84. Contrariamente al neoliberalismo, que busca neutralizar los efectos excluyentes de sus opciones macroeconómicas con políticas compensatorias, un proyecto alternativo deberá incorporarlas sólo como soluciones de emergencia, capaces de producir resultados inmediatos para corregir circunstancialmente situaciones críticas. Las políticas compensatorias no sustituyen las reformas estructurales que deben ocupar el centro de un programa alternativo de desarrollo humano integral.

85. La reestructuración económica orientada al desarrollo sostenible, al incremento del nivel de vida de la población y a la redistribución de la riqueza, requiere que se revierta la tendencia a la reducción del mercado interno, mediante políticas para el control nacional de los excedentes, el estímulo a la asfixiada pequeña y mediana empresas, la creación de empleos productivos que rescaten a la población económicamente activa de las filas del desempleo y del sector informal, así como la solución de los problemas sociales básicos.

86. Es necesario implementar programas de apoyo a los ingresos de los sectores populares, para contener primero, y hacer retroceder después, los niveles de pobreza y marginalización. En este sentido, debe prestarse atención prioritaria a los ingresos del sector campesino, conjuntamente con una política fiscal adecuada, que permita el financiamiento de la modernización económica, al tiempo que funcione como mecanismo de redistribución positiva de la riqueza y soporte de las políticas sociales de desarrollo humano.

87. El esfuerzo en favor de un Nuevo Orden Económico Internacional, con relaciones

económicas justas y equitativas, supone crear espacios de concertación y coordinación de los países de América Latina y el Caribe - y de nuestro subcontinente con otras áreas del mundo subdesarrollado, para defender los intereses comunes dentro del contexto de los foros internacionales; trabajar para revertir la transferencia de recursos de los países subdesarrollados al mundo desarrollado, mediante la lucha contra el intercambio desigual y la deuda externa; impulsar reformas del Sistema Financiero Internacional, para que este contribuya a financiar el desarrollo de los países del área y, auspiciar la transferencia de tecnología ecológicamente sustentable hacia nuestras naciones y otros.

88. En el contexto de una economía mundial crecientemente internacionalizada, la integración deja de ser un problema de política externa y pasa a ser una necesidad del funcionamiento de la economía. La integración ha de ser concebida como un proceso gradual y no como una reestructuración violenta de las economías nacionales, que pueda representar un shock económico y social, que a la larga retardaría el proceso o lo convertiría en contraproducente. La integración (como se propone más adelante) debe estar encaminada a lograr la convergencia y la complementariedad económica y social de los países de la región.

89. La construcción de alternativas políticas, capaces de superar la disyuntiva entre el desarrollismo nacional y el neoliberalismo, es un proceso que exigirá un enorme esfuerzo intelectual y supone una importante actualización de nuestro pensamiento político y una aguda capacidad crítica para entender las transformaciones por las que atraviesa el mundo. Una estrategia de desarrollo y las políticas que hacen posible su materialización deben diseñarse sobre la base de un proyecto sustentable social y políticamente en cada realidad nacional.

90. Un aspecto fundamental es la cuestión de la democracia y el poder popular. Se trata de democratizar al Estado y democratizar la sociedad para avanzar hacia una democracia sustentada en la más amplia participación y representación, que sirva como uno de los elementos aglutinantes para enfrentar y derrotar la ofensiva del neoliberalismo. En esa dirección se inscribe la importancia de transformar las múltiples distorsiones en los mecanismos de representación política y el perfeccionamiento de los sistemas electorales, haciéndolos menos vulnerables al fraude e imponiendo mecanismos de control de las contribuciones económicas en las elecciones.

91. Para avanzar hacia esas transformaciones democráticas, es necesario reafirmar nuestra vocación de poder, entendida como la capacidad de desempeñar un papel fundamental en el diseño y ejecución de profundos cambios económicos, políticos y sociales, dirigidos a la solución de los problemas estructurales y de todo tipo que afectan a la nación, al control democrático de las instituciones estatales en función de los más amplios intereses sociales, así como en la definición de una política exterior de defensa de la soberanía, la autodeterminación y la independencia.

92. Una opción alternativa al sistema político vigente desde la perspectiva de los intereses populares, requiere la transformación del sistema y la radicalización de la democracia, así como la ampliación a todo el pueblo de la posibilidad soberana de participar en el control del gobierno y de un Estado reformado.

93. Una verdadera y democrática Reforma del Estado constituye un imperativo, para transformarlos en instituciones eficientes al servicio de la ciudadanía y bajo su absoluto control, de manera coherente con las estrategias de desarrollo económico y social, así como de perfeccionamiento ininterrumpido del sistema político democrático. Este aspecto de la reforma del Estado no tiene sólo una dimensión técnica. Los problemas que abarca son de naturaleza esencialmente política. La experiencias como las de la elaboración de presupuestos por la población, consejos de gestión de las áreas de salud y educación, participación de los trabajadores y usuarios en los consejos de empresas estatales o en organismos de gestión de políticas públicas, son algunos ejemplos que sirven de base para un vasto proyecto de creación de un sector público no necesariamente estatal - de control del Estado.

94. Las reformas políticas deben en muchos países aumentar la representatividad política de los Parlamentos y salvaguardar la independencia del Poder Judicial garantizando que sea accesible a todos y en forma rápida, sin lo que se transformaría apenas en una forma de legitimación de los privilegios de una minoría, así como laborar en el marco legal y político que permita erradicar el problema de la corrupción, endémico en nuestro continente, y que ha representado miles de millones de dólares para las camarillas y grandes grupos económicos. También resulta necesario otorgar importancia a la democratización de los medios de comunicación, hoy en manos de monopolios u oligopolio.

95. En la actualidad, varios partidos miembros del Foro de Sao Paulo ocupan el gobierno en sus respectivos países o participan en coaliciones gubernamentales, perspectiva que puede extenderse a otras naciones. El acceso de la izquierda al gobierno, en medio de la globalización neoliberal - ya bien sea como fuerza principal o como coparticipante de una alianza - impone el reto de enfrentar desde el Estado a un modelo estructurado en función de la concentración elitista del poder real - político, económico y militar -, que lo divorcia de los mecanismos de participación y representación democrática, para depositarlos bajo el control de instituciones supranacionales y nacionales que promueven la concentración de la riqueza y la masificación de la exclusión. Ello impone el desafío de vencer los obstáculos que intentaran impedir la adopción de medidas de beneficio popular y provocar el desgaste de los gobiernos de izquierda. Los espacios sin precedentes alcanzados en estos años por partidos miembros del Foro en gobiernos, legislaturas, gobernaturas y alcaldías constituyen un nuevo campo de experimentación, que deben encaminarse en una perspectiva de acumulación de fuerzas a favor de una alternativa progresista.

96. En el sector municipal, son importantes las experiencias de alcaldías de claro contenido popular, en particular en Porto Alegre y otras ciudades de Brasil - con el Presupuesto Participativo - y en Montevideo, Uruguay - con el proceso de descentralización política y desconcentración administrativa -, así como en Cuba, con el funcionamiento de los Consejos Populares. Paralelamente, surgen nuevas experiencias en este campo con el triunfo de la izquierda en la capital y en las principales ciudades de El Salvador y el contundente triunfo del PRD en el Distrito Federal de México.

97. Pero en las circunstancias en que la ocupación de espacios institucionales por parte de la izquierda no tenga el soporte político crítico de sólidos partidos o movimientos, puede resultar difícil evadir los casos de cooptación y, hasta de corrupción. El administrar en forma transparente y eficiente las porciones de gobierno electoralmente conquistadas al Estado neoliberal y, al mismo tiempo, ir construyendo espacios de poder popular, de democracia

radical, es el desafío del municipalismo.

98. Uno de los aspectos mas debatidos en la actualidad entre las organizaciones de izquierda es la política de alianzas. El neoliberalismo nos enfrenta a un modelo de dominación con niveles de concertación global y local sin precedentes, que solo podrá ser derrotado en el marco de una amplia movilización de fuerzas. Para ello es imprescindible concertar los intereses populares y antineoliberales a escala nacional e internacional, así como generar una respuesta coherente e integral al neoliberalismo en los distintos países latinoamericanos.

99. Un requisito indispensable en la conformación de una alianza contra el neoliberalismo, es que tengamos la flexibilidad y la capacidad de crear espacios de colaboración y unidad entre las propias fuerzas de izquierda, que nos permitan avanzar hacia la conformación de polos políticos y sociales con capacidad de movilización. Serian poco creíble y convincente para los sectores políticos y sociales ubicados fuera de nuestras organizaciones, las propuestas que emanen de grupos plagados de sectarismos, incapaces de ponerse de acuerdo entre si, sin capacidad de convocatoria, ni programa político preciso, lo que deja escaso margen para concertar alianzas donde tengamos un papel relevante para hacer avanzar nuestra agenda social. El tema de la construcción de espacios de unidad y cooperación entre las organizaciones y partidos es una condición indispensable para la articulación de cualquier alternativa.

100. El desarrollo de los conflictos y contradicciones del propio sistema generan una gran diversidad de nuevos actores y renuevan el perfil de otros ya existentes: los luchadores sin tierra, sin salud, sin protección social y otros muchos. Las reivindicaciones de genero, ambientales, raciales, étnicas - que en el pasado eran agregadas políticamente a los partidos - crean sus propios espacios políticos y desarrollan su autonomía. Surge una amplia gama de sectores explotados, oprimidos, marginados y excluidos, que encierran la posibilidad y la necesidad de crear un nuevo universalismo emancipador. Al mismo tiempo, existen sectores que tienden a una postura crítica respecto al modelo como puede ser el caso de capas medias, pequeños y medianos empresarios e incluso, de sectores de la burguesía local. El reto consiste en articular a todos los grupos afectados en un proyecto político social, capaz de incluir al conjunto en el ejercicio pleno de su diversidad y su autonomía, pero reivindicando en su seno la necesidad de la cooperación, de la unidad política y de acción para derrotar al neoliberalismo.

101. Otra preocupación es la comprensión del escenario concreto en el que en cada país nos movemos. Confundir escenarios y atribuirnos un poder o una fuerza que realmente no tenemos, nos puede llevar en dos direcciones opuestas y ambas perniciosas. Por una parte, podemos desaprovechar la oportunidad de ocupar espacios institucionales que nos permiten luchar por reivindicaciones concretas de los sectores populares y ampliar los espacios democráticos. Por otra, transitar hacia la cooptación, que en la filosofía neoliberal se convierte en una practica sistemática.

102. Para que las fuerzas de izquierda no se diluyan en amplios movimientos de oposición o en coaliciones de gobierno, resulta fundamental que posean nitidez programática, flexibilidad táctica para aplicar los programas e instrumentos de acción capaces de asegurar su independencia y su peso específico dentro de las alianzas. Es preciso diseñar programas amplios, que cumplan una doble función. Mientras que por un lado sirvan para ejecutar las

reformas que las clases dominantes no realizaron, aunque estén situadas en un marco estrictamente capitalista. Por el otro, deben desatar una dinámica de lucha que cuestione la histórica hegemonía de las elites políticas dominantes y cree las condiciones para el establecimiento de una contrahegemonía de los explotados y oprimidos, capaz de operar rupturas y realizar una transformación política de carácter mas profundo.

103. La elaboración de una alternativa, no puede transcurrir apartada de las luchas sociales en curso, como si fuese posible producir in vitro la respuesta para los problemas que afectan a cientos de millones de hombres y mujeres en el continente.

104. Uno de los aspectos mas importantes del debate es el papel de los partidos populares en la sociedad. Las reivindicaciones de los vecinos de las barriadas populares y de las mujeres, de los jóvenes y los ecologistas, de los pacifistas y defensores de los derechos humanos, no podrán ser plenamente comprendidas, encaradas y solucionadas, sino se les integra al marco mas amplio del conflicto social y de la dominación neoliberal. No siempre logramos ocupar simultáneamente espacios políticos y sociales, y actuar con eficacia en ambos. Las organizaciones políticas del Foro debemos superar definitivamente las barreras erigidas entre lo político y lo social como elemento imprescindible de una verdadera política alternativa. Esta perspectiva coloca lo social en el centro de nuestra actividad y manifiesta una voluntad expresa de avanzar hacia una nueva manera de hacer política.

105. No podemos aspirar a ser una opción popular si no logramos sistematizar las relaciones con la gran diversidad de actores que hoy integran el sujeto popular. Ampliar esta interlocución y desarrollar al máximo las potencialidades diversas de ese sujeto, es una condición indispensable. De nuestra capacidad para entenderlo, de la flexibilidad para relacionarnos con el y de la creatividad para articularlo a la propuesta popular, dependerá nuestra propia inserción en esa rica y diversa realidad latinoamericana.

106. En lo sucesivo, se impone apoyar las diversas formas organizativas nacidas del sector informal urbano y darle coherencia a partir de sus reivindicaciones específicas, profundizar mas en las estrategias de sobrevivencia de los pobres y recoger las experiencias y soluciones alternativas económicas y sociales generadas para darle un contenido antisistémico, ampliar las experiencias de educación popular como medio de formación de capital humano y de formación política, plantearse una política de y en lo local, y de acción en las estructuras municipales que son la estructura estatal mas cercana a los pobres.

107. Es importante reformar los sistemas educativos, de salud y cultura para mejorar y ampliar las condiciones para el desarrollo de los recursos humanos. En gran parte de nuestro continente se deberán implementar con urgencia campañas de alfabetización, de vacunación y de higienización, así como programas de distribución de alimentos a los sectores populares, especialmente a la infancia.

108. En las ultimas décadas el neoliberalismo trato de reformular el concepto de derechos humanos, para dar cabida a dos requerimientos del ajuste: la amnistía a los asesinos y torturadores de mas de ciento cincuenta mil latinoamericanos, pues se necesitaba restablecer la "paz social", y el retroceso a la interpretación de derechos humanos entendidos exclusivamente como libertades individuales, carentes de sus dimensiones económica, social,

cultural y étnica, ya que estas últimas - se argumenta - le cuestan a un Estado que ya no puede sufragarlas, porque tiene que transferir los excedentes al capital para hacerlo "competitivo".

109. La extensión de la ciudadanía a todos - sobre todo a los que son ciudadanos de derecho, pero no de hecho - significa aumentar la participación popular y garantizar que los procesos de democracia se den no solamente en el campo político jurídico, sino igualmente en la esfera económica y social. Sólo así puede articularse efectivamente la libertad con la igualdad. Es a través de la defensa de los derechos humanos una de las formas de incorporar al gran debate nacional las reivindicaciones de grupos que se encuentran marginados por razones étnicas o de raza, de género, de edades, de orientación sexual, condición física o mental, u opción cultural o religiosa. La elaboración de una sólida agenda sobre los derechos humanos contribuirá a la construcción de una sociedad en la que se combina la igualdad con el respeto a la diferencia, a la diversidad.

110. El proyecto alternativo debe favorecer una sociedad con igualdad de género, sin discriminación ni opresión de la mujer, que exprese cambios en las relaciones de poder y la división sexual del trabajo. Se debe asegurar la participación directa de la mujer en las distintas instancias del Estado, los partidos y en toda la diversa gama de la organización social. Esto requiere un trabajo en el seno de la sociedad para cambiar los patrones sociales existentes, desarrollar el movimiento social de mujeres, así como formular e implementar políticas públicas en favor de la igualdad de derechos. El marco jurídico nacional debe ser enriquecido con legislaciones que abran espacios a la mujer, la que debe tener acceso a la capacitación y la profesionalización, al empleo en todos los campos de la actividad social. En el proyecto nacional alternativo los intereses de la mujer deben adquirir igual rango de prioridad. El Foro de Sao Paulo ha prestado particular atención al examen de los temas referentes a la Condición de la Mujer. El exitoso taller realizado el año pasado en San Salvador tendrá su continuidad y desarrollo en la instancia del VII Encuentro en Porto Alegre.

111. El neoliberalismo penetra al ámbito cultural nacional para imponer de manera implacable su cosmovisión. Para ello utiliza la tecnología y los medios más sofisticados, hace proliferar valores y antivalores que condicionan el comportamiento social, expresa el desprecio al trabajo asalariado a través de la cultura de la propiedad. Por lo tanto es necesario: conocer, entender y analizar sus códigos y símbolos, conocer los mecanismos que utiliza para su implementación e identificar los efectos innegables en la sociedad. Los partidos de izquierda valoramos de manera profunda e integral la cultura y los valores que conforman la identidad de los pueblos latinoamericanos y caribeños como factores de resistencia y de confrontación contra la cultura de dominación neoliberal. En esa dirección consideramos de la mayor importancia rescatar los valores y respetar la diversidad cultural de nuestros países, buscar una nueva interlocución entre políticos y sectores culturales, así como estimular una producción cultural y espiritual que contribuyan a la reafirmación de las identidades nacionales.

112. En la sociedad neoliberal se habla del "fin de las ideologías" - con excepción, por supuesto, de la ideología neoliberal -, se apuesta al individualismo y al consumismo como valores sociales predominantes. El status de privilegio social se mide en la capacidad de adquisición de mercancías, en detrimento de los valores de la solidaridad social. Es probable que uno de los aspectos más importantes de una alternativa es ganar las mentes y las

conciencias de nuestros pueblos, apelar a la dignidad y a la conciencia de los hombres y mujeres, contraponer a los antivalores de la enajenación neoliberal, valores de la alternativa popular como la honestidad, la verdad, la honradez, la modestia, la fraternidad, la solidaridad y la capacidad de entrega a las causas justas.

113. Después de una primera fase de desconcierto y parálisis que la instalación del modelo genero en el movimiento sindical, se observan signos alentadores de recuperación y participación en luchas sociales y políticas. El movimiento obrero resiste en defensa de las empresas estatales, de sus conquistas y en muchos casos proponiendo políticas alternativas en distintas áreas de la sociedad. Su preocupación principal es como enfrentar las tendencias corporativas y economicistas que se han instalado en su seno, así como diseñar políticas que permitan enfrentar con éxito la permanente agresión neoliberal. Consideramos necesario avanzar hacia formas creativas de interrelación con los movimientos sociales superando la equivocada concepción de partidizarlos. El sindicato deberá ser cada vez mas un espacio social y político extendido hacia otros sectores de la sociedad, como los subempleados, los informales y hasta otros grupos excluidos, para lo cual se hace necesario nuevas formas de organización y de trabajo.

114. Es indispensable asegurar el combate frontal y permanente a la corrupción, en todas sus formas, al favoritismo o clientelismo, a las estructuras estatales encubiertas del crimen organizado y el narcotráfico que son una expresión estructural del sistema que arriban a niveles de generalización sin precedentes. Para ello es imprescindible realizar un amplio movimiento de la ciudadanía, haciéndolo funcional al proceso de acumulación de fuerzas, que permita dar pasos significativos contra la escalada de la corrupción y luchar para dotar de verdadera independencia a los organismos de contralor estatal, avanzar hacia la mayor independencia, eficiencia y transparencia de la administración de justicia y del ministerio publico, las que deben ser fortalecidas y preservadas.

115. El proyecto alternativo tiene que detener el saqueo y explotación desmedidas de nuestros recursos naturales de modelos económicos depredadores. Es importante incluir programas de emergencia, de descontaminación ambiental y otros dirigidos a la protección de los recursos naturales que están en una situación critica e iniciar programas para preservar las otras áreas del ecosistema, como la deforestación y destrucción de la biodiversidad, la erosión del suelo, la contaminación y agotamiento de los recursos hídricos, etc. Para lograr esos objetivos se debe partir de una voluntad política que permita establecer el marco jurídico requerido, destinar los recursos y estimular la formación de una conciencia ecológica entre amplios sectores de la población que convierta esta batalla en una tarea del conjunto de la sociedad. Al Estado le corresponde ser el promotor y protagonista principal, pero su eficacia depende en considerable medida de que promueva y apoye la participación de las comunidades y de las organizaciones sociales.

116. La viabilidad de cualquier proyecto de desarrollo y del mejoramiento de la calidad de vida de la población, estará determinada por la capacidad que tenga de reproducir, preservar y ampliar el sustento natural de las actividades económicas y sociales. Una tarea estratégica fundamental de todas las fuerzas sociales y políticas de nuestro continente es la defensa de la selva amazónica, ahora sometida a una masiva destrucción, con una velocidad creciente. La selva amazónica es uno de los principales sustentos y recreadores de la atmósfera, la biodiversidad y el clima planetario.

117. Los partidos del Foro de Sao Paulo reconocemos y estamos en la disposición de defender la aprobación y la puesta en practica de las autonomías de los pueblos indígenas, la que se manifiesta en las distintas formas de su organización económica, política y social, como en su derecho a la libre determinación, con un pleno reconocimiento de la igualdad en la diferencia, de la diversidad y la riqueza de sus identidades culturales e históricas.

118. Para los partidos del Foro es necesario solucionar la creciente inseguridad laboral y la vulnerabilidad en que con frecuencia se encuentran los trabajadores migratorios y sus familias en los Estados receptores donde frecuentemente sufren graves violaciones a sus derechos humanos (2). Nos pronunciamos contra la tendencia de algunos países desarrollados, como los Estados Unidos, a erigir barreras de todo tipo para tratar de impedir la inmigración, política que solo puede favorecer la proliferación de la intolerancia racial y la xenofobia. Cuando la implantación del capitalismo en Europa provocó profundos trastornos políticos, económicos y sociales, la migración hacia América constituyo una válvula de escape. Hoy, ese mismo capitalismo desarrollado, impone a nuestras naciones el costo de su reestructuración y, además, nos niega el recurso a la formula migratoria para la cual utilizo a nuestras naciones durante largos periodos históricos.

119. La migración es en última instancia una expresión del desarrollo económico-social desigual y del injusto orden económico y político internacional en el que están inmersas nuestras naciones. Es por ello que su solución demanda la demanda cooperación y acción colectiva entre los países emisores y los receptores, así como el financiamiento de políticas de desarrollo. El Foro de Sao Paulo se solidariza con la justa causa de los derechos de los inmigrantes y solicita que entre en vigor y se aplique la resolución aprobada por la Asamblea General de la ONU sobre la Protección de los Derechos de Todos los Trabajadores Migratorios y de sus Familias. También nos comprometemos a promover las acciones necesarias para defender de manera colectiva y en nuestros propios países el respeto a los derechos de los inmigrantes. (2) El VI Encuentro del Foro de Sao Paulo aprobó en San Salvador en Julio de 1996, la Declaración de los Derechos Universales de los Trabajadores Migratorios y de sus Familias.

120. Un importante eje programático se refiere al carácter nacional del proyecto de las fuerzas populares y democráticas. En el pasado, las clases dominantes oscilaron entre un nacionalismo de derecha, que pretendía sofocar los conflictos sociales en nombre de un ideal de Nación, y que mal encubría sus intereses particulares, y una subordinación total frente a las potencias imperiales, oscilaciones que dejaron inconclusa la tarea de construcción nacional. Hoy no son pocos los que pretenden que el Estado nacional ya no tiene razón de existir porque esta subordinado a la dinámica de un mundo dominado por la globalización neoliberal. Pero es exactamente lo contrario. La profundización de la mundialización económica, política y cultural hace necesario un proceso de construcción nacional que garantice una presencia soberana de nuestros países en ese mundo en cambio. Un país sin identidad - que se construye a partir de muchas identidades sociales y políticas - se descaracteriza, pierde la capacidad de proteger a sus ciudadanos, destruye su economía, sus instituciones y su cultura. En resumen, se transforma en una tierra de nadie, queda relegado a un estadio inferior al igual que el de una colonia.

121. Pero es ilusorio, por otro lado, que un Estado nacional pueda desarrollarse al margen del

mundo. Para América Latina y el Caribe se presenta hoy la necesidad de definir una política de cooperación de nuestros Estados, que pasa por la construcción de bloques regionales capaces de resistir los intentos de integración subordinada, subyacentes en el proyecto de Zona Hemisférica de Libre Comercio defendido por los Estados Unidos. Una política de integración continental no debe entenderse como posterior a las grandes definiciones programáticas nacionales. Ella es concomitante, contemporánea. En otras palabras, al mismo tiempo que las fuerzas populares y democráticas formulan sus estrategias económico y sociales alternativas, deben establecer las bases para una cooperación internacional y sobre todo regional.

122. Esos procesos de integración no pueden ser un pretexto para la expansión de los grandes grupos transnacionales. Por esa razón es necesario discutir las políticas de protección y complementación de la industria y la agricultura nacionales, sobre todo de los pequeños y medianos productores. La integración debe abarcar también una amplia gama de cuestiones relacionadas con la protección de los trabajadores y con políticas que favorezcan la justicia social y el desarrollo humano, así como el combate a las agudas desigualdades existentes en la región. Debe incluir, finalmente, una amplia gama de cuestiones relacionadas con la preservación del medio ambiente.

123. Una concepción alternativa de integración exige discutir una agenda política y fomentar el intercambio cultural, científico y tecnológico. La elaboración de esa compleja alternativa programática, que en muchos países ya se encuentra bastante avanzada, es parte de un proceso de construcción de una nueva cultura política que tiene en el centro de sus preocupaciones el formular una nueva concepción de sociedad libre, igualitaria y solidaria. Para ello es fundamental que rescatemos nuestras mejores experiencias y tradiciones, pero tengamos, al mismo tiempo, el espíritu crítico y autocrítico capaz de liberarnos de prejuicios y ayudarnos a pensar en el futuro.

124. Como hemos dicho, ese proceso de construcción programática no tendrá lugar en laboratorios o escritorios cerrados. Será el resultado de la articulación de las luchas sociales con la reflexión crítica. Los últimos años indican que, a despecho de las enormes dificultades en que vive gran parte de nuestros hermanos latinoamericanos y caribeños, como resultado de la ofensiva neoliberal que se abate sobre el continente, hay señales visibles y promisorias de resistencia, tanto en el plano de las ideas como en el plano de la acción. La articulación de estas cuestiones permite abordar de forma alternativa la cuestión del lugar de América Latina y el Caribe en el mundo de hoy y discutir propuestas para las políticas de integración continental.

125. Finalmente, el proceso de elaboración de esas alternativas y de construcción de los instrumentos políticos para implementarlas pone en el centro del debate el tema de una nueva cultura política en América Latina y el Caribe, que reconstruya un horizonte utópico, sea claramente portadora de novedad política y pueda interpelar a las nuevas generaciones como las distintas corrientes de izquierda lo hicieron en el pasado.

126. La receptividad así como en la capacidad de la diversa izquierda latinoamericana para trabajar y buscar soluciones de manera conjunta en distintos foros regionales, suscita el interés de las fuerzas populares en otras regiones del planeta necesitadas también de globalizar sus respuestas. Por esa razón, el Foro de Sao Paulo, a pesar de nuestras

limitaciones y tareas incumplidas, es hoy una referencia mas allá de sus fronteras geográficas y políticas. Ha sido nuestra disposición organizar un gran dialogo con las fuerzas políticas y sociales de otras regiones y de otros horizontes, para estimular la construcción de alternativas organizadas a la grave crisis que vive hoy la humanidad.

127. Centroamérica ha vivido procesos de revolución y lucha armada que condujeron en Nicaragua a la victoria sandinista, en El Salvador y Guatemala a salidas negociadas y, en Honduras, a cambios bajo la influencia de los anteriores. Dichos procesos permitieron avanzar en importantes conquistas democráticas. Hoy se plantea evitar retrocesos (como los intentos de restauración del neosomocismo en Nicaragua), y consolidar avances en los planos político, social e institucional a través de las nuevas formas que ha asumido la lucha. En las esferas económica y social es donde se enfrenta una resistencia mas descarnada de las oligarquías locales.

128. Al mismo tiempo, en otros países la agudización del conflicto social y la soluciones violentas resultantes del sistema neoliberal, impiden la ansiada pacificación del Continente. La marginación económico social creciente, la exclusión agudizada por bloqueos institucionales y la falta de voluntad política de los gobiernos, exacerbaban las contradicciones y determinan situaciones que dificultan la posibilidad de encarar soluciones estables y negociadas al tema de la lucha armada en Colombia, así como responder a las legítimas exigencias de la insurgencia zapatista en Chiapas; aunque ambas situaciones corresponden a realidades históricas sociales y culturales diferentes.

129. La firme resistencia de Cuba y sus esfuerzos por consolidar un proyecto propio de construcción socialista, incluso en las difíciles condiciones que enfrenta ese pequeño país, constituye un factor de aliento para los pueblos. A pesar del bloqueo de los Estados Unidos, agravado por las leyes Torricelli y Helms-Burton, comenzó una paulatina pero sólida recuperación, basada en la combinación de la participación popular con la búsqueda de la eficiencia económica, la generación de capacidades científicotécnicas y el estímulo a la solidaridad y cooperación humanas. Esto le permite defender el desarrollo social, con justicia y equidad, como su primera prioridad. La experiencia cubana cuestiona el mito de que nada es posible fuera del dogma neoliberal.

130. En Uruguay resalta la exitosa experiencia de más de 26 años de lucha del Frente Amplio, proyecto que ha logrado conjugar la pluralidad con la unidad de acción política, como se demuestra por el hecho de haber infligido la primera derrota a una ley neoliberal de privatización, así como por la combinación de la lucha institucional con la movilización popular, que condujo a dos victorias consecutivas en la Intendencia de Montevideo, con incremento de la votación y a la posibilidad de un eventual triunfo en las elecciones presidenciales de 1999.

131. Las luchas sociales en Ecuador, Nicaragua, Venezuela, Colombia, Argentina y Brasil, entre otros, los buenos resultados electorales de las izquierdas y el conjunto de las fuerzas populares en todo el continente, particularmente el gran y reciente triunfo del FMLN en El Salvador, y el trascendente resultado del PRD en México que le permitirá acceder al Gobierno en el Distrito Federal de México, así como la paz en Guatemala, indican que se comienzan a crear sólidas bases para una actuación victoriosa de las fuerzas del progreso.

V. LOS DESAFIOS POLITICOS DEL FORO DE SAO PAULO

132. El Foro de Sao Paulo - que agrupa fuerzas políticas de gobierno y de oposición - se define como un espacio de intercambio de experiencias que permite la creación de un espacio común en el cual los partidos y movimientos políticos de izquierda puedan compartir alternativas programáticas capaces de dar un sentido articulado a sus acciones.

133. Pluralista en su composición ideológica, el Foro no busca una cohesión doctrinaria, sino construir alternativas políticas capaces de combatir la exclusión social y la pobreza que tienen marcado secularmente a nuestro continente, proyectando para el un futuro de igualdad social, democracia y solidaridad. Es fundamental asegurar para América Latina y el Caribe otro tipo de presencia en el mundo.

134. El Foro de Sao Paulo debe profundizar su vocación de espacio de socialización de experiencias y de articulación de iniciativas de solidaridad. El Foro se define como una instancia elaboración de políticas alternativas. Sin ser, ni pretender ser, una nueva Internacional, si es un agrupamiento de partidos y movimientos políticos que se define por su carácter antiimperialista y antineoliberal, de debate abierto y libre, al interior del cual pueden expresarse organizaciones de distintos signos políticos e ideológicos, enraizados en la sociedad de sus respectivos países.

135. El Foro deberá contribuir a la elaboración de respuestas concretas a los grandes problemas económicos, sociales y políticos del continente. Propondrá alternativas, cuidando de no confundirse con el papel de "conciencia crítica". Se trata de estimular a quienes quieren transformar las relaciones de poder en América Latina y el Caribe para cumplir los programas de cambios estructurales que cada país considere como necesario.

136. Las prioridades políticas del Foro de Sao Paulo para este periodo son:

136.1 La elaboración de programas de acción conjuntos de los partidos y movimientos políticos miembros del Foro con las diversas organizaciones sociales y populares que enfrentan al neoliberalismo y promueven la adopción de políticas alternativas en las esferas: sindical, campesina, juvenil y estudiantil, de género, étnica, comunitaria, cultural, de protección del medio ambiente, parlamentaria, municipal y otras.

136.2 Conmemorar el aniversario de los 30 años de la muerte de Ernesto Che Guevara, rescatando su ejemplo ético, su obra y su lucha, vinculándolo a todos los que han caído luchando por las transformaciones sociales.

136.3 Desarrollar una agenda regional de trabajo en favor de la integración de América Latina y el Caribe, así como agendas subregionales en América del Norte, Centroamérica, El Caribe y América del Sur.

136.4 Avanzar en la consolidación y profundización de la actividad del Foro, mediante la sistematización del funcionamiento de la Secretaria Ejecutiva y las Subsecretarías regionales, con el objetivo de garantizar la comunicación entre el Grupo de Trabajo y los partidos

miembros y la acción conjunta efectiva y oportuna. En este sentido, resulta conveniente reactivar los esfuerzos para establecer una conferencia del Foro en Internet, así como crear una publicación de nuestro agrupamiento subregional.

136.5 Realizar los esfuerzos necesarios para lograr la mayor participación de todos los partidos miembros, así como para incorporar nuevos miembros, particularmente de los grandes movimientos sociales en lucha.

136.6 Analizar la situación de los países de la región que tienen un menor desarrollo relativo en las luchas populares y desarrollar acciones concretas en favor de su estímulo, tales como la celebración en los mismos de seminarios, talleres y otras actividades de promoción, organización y movilización.

136.7 Profundizar el diálogo con las fuerzas de izquierda de otros continentes y, en particular, establecer la continuidad de los contactos iniciados con los grupos de la izquierda europea.

136.8 Establecer un plan de acción común en materia de solidaridad con las luchas de los pueblos de América Latina y el Caribe.

136.9 Afianzar los mecanismos de coordinación del trabajo en los foros mundiales y regionales, tales como el Parlatino y el Parlamento Centroamericano.

136.10 La política exterior es hoy un tema suficientemente importante para quedar apenas y centralmente en las manos de los ministerios de relaciones exteriores o a cargo de las diplomacias presidenciales. La mundialización creciente de la economía y los efectos de la dependencia e interdependencia política que acarrea, obligan a los trabajadores y los partidos y movimientos identificados con las grandes transformaciones sociales, nacionales y democráticas del continente a construir una política exterior alternativa que sea capaz de expresar en la escena internacional un nuevo proyecto de sociedad. Esto implica continuar con los eventos para precisar la reestructuración en beneficio de los pueblos de los actuales mecanismos de integración. En ese sentido se propone un taller para los países del MERCOSUR con participación de las organizaciones sindicales y sociales de la subregión. Promover la renegociación conjunta de la deuda externa, exigiendo el reconocimiento de la incompatibilidad entre el pago en las condiciones actuales - o la eventualidad de la condonación de la misma para algunos países de la región -, y la recuperación de un desarrollo sostenido.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=31&even=VII%20Encontro%20-%20Porto%20Alegre%20\(Brasil\)%20-%201997](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=31&even=VII%20Encontro%20-%20Porto%20Alegre%20(Brasil)%20-%201997)

VII Encontro – Porto Alegre (Brasil) 1997

DECLARAÇÃO SOBRE CULTURA

7º Encontro do Foro de São Paulo Seminário de Cultura

Política Cultural Latino-americana frente ao Neoliberalismo 30 e 31 de julho de 1997

Resolução

I. Na economia da América Latina o neoliberalismo significou a abertura das fronteiras, o estabelecimento do mercado como regulador da economia e a compreensão de que o Estado fracassou na direção da sociedade. Atualmente verifica-se que o encantamento com o neoliberalismo já passou. A estabilidade econômica atingida pelas políticas neoliberais cobra um custo elevado que se expressa nos altos índices de desemprego, na desarticulação do sistema produtivo através da globalização da economia sem nenhum controle e pelo fluxo irracional de capitais resultando num quadro de desconstrução nacional.

Ocorre uma profunda mudança na cultura política com a crise dos modelos que ou procuravam superar ou procuravam regular o capitalismo, respectivamente o socialismo burocrático do leste e a social-democracia. No Brasil entra em crise o nacional-desenvolvimentismo que propiciou um crescimento vultoso mas foi um grande concentrador de renda e de poder. Hoje essa nova cultura política se expressa na necessidade de manter a ancoragem cambial que só poderia ser mantida com a garantia da reeleição dos presidentes que a implantaram, veja-se a Argentina de Menem, Brasil de FHC, o México e até o Uruguai onde, o presidente foi demovido de propor a reeleição. Essa nova cultura política culmina no que os franceses chamaram de "Pensamento Único", ou seja, os parâmetros do desenvolvimento econômico estabelecem o caminho único: o neoliberalismo, um crime contra a humanidade.

A política cultural do neoliberalismo resume-se a submeter a cultura ao mercado, combater a diversidade e com isso combater qualquer forma de pensamento crítico.

O produto cultural enquanto mercadoria - como toda a mercadoria - tem que ser reposta. Mas deve prevalecer para a cultura contemporânea a concepção de que o bem cultural era produzido para durar para a eternidade, como diria Goethe, sendo os meios de comunicação de massa recurso fundamental para a difusão e democratização desses bens. A cultura contemporânea tem um caráter volátil, banal, superficial, fugaz. Pretende-se assim a padronização do gosto e do mercado.

Torna-se tarefa das gestões democrático-populares uma política cultural crítica ao esvaziamento, de valorização do conjunto de bens culturais da sociedade - sem concessões e

sem demagogia. Essa política passa pelos seguintes eixos:

1. **Cidadania Cultural - O ser humano deve ser visto como cidadão, e não como consumidor, como sujeito, criador e protagonista da cultura;**
2. **Democratização - através da criação de fóruns efetivos de participação cultural;**
3. **Descentralização - através da constituição de pólos culturais que dêem acessibilidade a toda a população, em espaços hoje atingidos pelo modelo da mídia. Mostrar e reforçar a diversidade e a riqueza cultural, socializar os bens culturais consagrados ou não eliminando as barreiras tradicionais;**

Por meio desses eixos devemos contrarrestar a indústria cultural massificante e pasteurizada que não sofre nenhuma forma de controle democrático. É necessário mudar os hábitos de padronização cultural, não trabalhar cultura ao sabor das pesquisas de mercado. Fundamental é constituir uma identidade cultural fortalecida.

II. A pluralidade e a diferença, tão caras e importantes para a cultura, são elementos inviáveis no processo de globalização que homogeneiza e pasteuriza toda informação e cultura. Vivemos na era das imagens e do pacto das grifes. Marcam essa era a colagem, o reforço do individualismo, a bricolagem e o pastiche reforçando ao máximo o narcisismo e uma suposta individualização. Tudo isto resulta numa plastificação da cultura. Estabelece-se assim a perversidade das mídias através da combinação da mídia, do grande capital e da política.

Enquanto temos hoje uma ausência de ética veiculada pelos donos da mídia, que funciona como justificativa e não como padrão, é fundamental recuperar as capacidades de reflexão, crítica, criação e transformação como características humanas fundamentais.

É importante diferenciar o produto cultural de bens culturais. Devemos contrapor ao neoliberalismo uma cultura que significa valores universais, diversidade cultural e liberdade crítica em oposição ao obscurantismo do pensamento único.

III. Frente ao movimento de globalização da economia e a internacionalização das informação influenciando na massificação e deterioração das culturas locais, garantir a diversidade e pluralidade étnica e cultural na formulação de políticas culturais.

Frente à imposição do pensamento único que a política neoliberal imprime à América Latina e Caribe, mais interessada em garantir um mercado sem barreiras alfandegárias e percebendo a necessidade de contrarrestar a submissão da cultura ao mercado, homogeneizando e pasteurizando toda expressão cultural - o que traz consigo o isolamento do ser humano, desenraizando-o - faz-se necessário no âmbito da política cultural:

- Instituir o Seminário de Cultura do Fórum de São Paulo em caráter permanente para avançar na construção de políticas culturais para a América Latina e Caribe. Ficam definidas comissões de trabalho que se reunirão sistematicamente para:

1. Realizar levantamento das políticas que vem sendo desenvolvidas pelos governos

- municipais e estaduais do campo democrático e popular configurando um diagnóstico;
2. Analisar as políticas culturais que os partidos, movimentos, grupos vem desenvolvendo, configurando um diagnóstico;
- Realizar uma pesquisa do impacto econômico das atividades culturais. No Uruguai apurou-se que chega a 4% do PIB, ultrapassando tradicionais setores industriais;
 - Incentivar o ensino da língua castelhana nos currículos de I e II graus no Brasil e da língua portuguesa onde for possível nos países de língua castelhana;
 - Divulgação do Prêmio Casa das Américas e eventos afins que procuram resgatar a riqueza cultural nas áreas do cinema, literatura e música.
 - Encaminhar as resoluções deste seminário para o Comissão de Legisladores de Cultura do Mercosul a realizar-se em 12 e 13 de novembro, na Câmara Federal, em Brasília;
 - Que a Fundação Perseu Abramo e outras entidades funcionem como divulgadora das experiências de políticas culturais significativas para a integração latino-americana;
 - Reedição do FLAAC - Festival Latino Americano de Arte e Cultura promovido pela UnB em 1987 e 89;
 - Promover e incentivar a publicações da literatura e demais expressões culturais latino-americana e caribenha.

Porto Alegre, 31 de julho de 1997

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=32&even=VII%20Encontro%20-%20Porto%20Alegre%20\(Brasil\)%20-%201997](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=32&even=VII%20Encontro%20-%20Porto%20Alegre%20(Brasil)%20-%201997)

VII Encontro – Porto Alegre (Brasil) 1997

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE JOVENS

Propuesta para la acción política en materia de juventud en el marco de una alternativa democrática y popular al neoliberalismo

Propuesta de las juventudes - Frente Amplio del Uruguay y PT del Brasil para el 7mo. Encuentro de Foro de São Paulo.

Porto Alegre -28 de julio de 1997.

1. Introducción

Si bien en distintos puntos del planeta se abandona el paradigma neoliberal ante el fracaso de sus propuestas para atender satisfactoriamente las demandas del crecimiento económico y el bienestar social de la población, en América Latina nuestros países y las grandes mayorías aún sienten sus consecuencias debido al dogmatismo e insensibilidad de gobiernos que se niegan a cambiar de política económica.

Los efectos de la apertura indiscriminada de las economías y la prescencia de los Estados ante resultados muy graves como el desempleo y el deterioro de las condiciones de vida en general, constituyen el contexto referencial clave para abordar los temas de la juventud en su especificidad - como uno de los sectores sociales más desprotegidos - y a la vez sin perder de vista el hecho de que las respuestas más profundas solo se concretarán en una perspectiva transformadora de conjunto.

En la búsqueda de alternativas y en nuestras luchas, debemos asumir tres desafíos centrales:

1. desarrollar propuestas de gobierno concretas para la superación de los problemas juveniles de cara a nuestras posibles acciones de gobierno, o de oposición;
2. apuntalar mayores niveles de participación activa de los jóvenes en movilizaciones tras sus reivindicaciones, y una coordinación efectiva de los movimientos juveniles políticos y sociales, tras las mismas, en todo el continente, y
3. incorporar los nuevos problemas que aparecen en la coyuntura mundial, trabajándolos con actitud creativa para enfrentarlos colectivamente y con eficacia.

El impacto de las modificaciones que tienden a globalizar un importante núcleo de patrones y valores culturales desde los centros de decisión mundial, sin la más mínima posibilidad o intención, manifiesta de interacción o selectividad, es uno de los más importantes. Teniendo en cuenta de que la inmensa mayoría de las imágenes que se ven en nuestros países provienen

de los Estados Unidos, el creciente peso de los medios masivos de comunicación en la formación, formas de comportamiento, de pensamiento y las identidades culturales en nuestras sociedades - y particularmente en los jóvenes - es impresionante. Acompañado de la llamada globalización económica, esta universalización de "las imágenes" parece ser la contracara de la fragmentación y las diferenciaciones sociales que se van desarrollando como consecuencia paralela del despliegue de esta globalización con orientación neoliberal.

Por otro lado o intentamos avanzar sobre algunas ideas para la discusión y construcción de un marco de referencia general que ayude a la definición de acciones concretas a desarrollar en materia de juventud dentro de una alternativa política de izquierda.

Estamos convencidos que ambas son tareas inseparables en la elaboración de un proyecto verdaderamente transformador. La crítica sin la consiguiente propuesta, resulta un ejercicio estéril a la hora de enfrentar el discurso único del paradigma neoliberal dominante a la hora de convencer a nuestros pueblos de una alternativa posible. Ya no basta con definirla por la negativa ("progresista es lo que no es neoliberal") entre otras cosas, porque nos dice poco cuando se trata de diseñar y plantear propuestas movilizadoras hacia otros horizontes posibles.

Para avanzar en pos de este horizonte, el Encuentro de Jóvenes de América Latina en el marco del Foro de San Pablo, se transforma en una instancia de incalculable valor para el intercambio y la articulación de iniciativas y experiencias de las fuerzas políticas de izquierda de la región, los aprendizajes realizados en los gobiernos progresistas locales y municipales adquieren en este marco de intercambio una especial significación.

Este encuentro debe asociar el análisis con la propuesta, y ambos con la movilización de nuestros pueblos: ser lúcidos en cuanto a la realidad es la mejor contribución que podemos hacer para que el modelo alternativo que vive en nuestras sociedades se manifieste.

Las juventudes del Frente Amplio y PT de Brasil proponen la realización de un taller preparatorio para el próximo encuentro de juventudes de América Latina y el Caribe en el marco del 8vo. Foro de San Pablo.

Para tal fin proponemos que la organización de un taller preparatorio quede a cargo de la juventud del Frente Amplio y PT, sin excluir a ninguna organización que desee sumarse a la organización del mismo.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=42&even=VII%20Encontro%20-%20Porto%20Alegre%20\(Brasil\)%20-%201997](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=42&even=VII%20Encontro%20-%20Porto%20Alegre%20(Brasil)%20-%201997)

VIII Encontro – Cidade do México (México) 1998

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS

VIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO RESOLUTIVO PARTICULAR DEL TALLER

"Relación de los partidos políticos con los movimientos sociales"

Presidium del Taller y Comisión Redactora

a) Manuel Ortega González, PRD México

b) Alba Palacios, FSLN Nicaragua

c) Wilson Romero, URNG Guatemala

d) Arlindo Chinaglia, PT Brasil

e) Carlos Flanagan, FAO Uruguay

f) Salvador Sánchez, FMLN El Salvador

g) José Navarro Céspedes, PT México

h) José Camilo Valenzuela, PRD México

Cámara de Comercio de la Ciudad de México

Av. Reforma No. 42, 30 de octubre de 1998.

VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo

Resolutivo particular del Taller

"Relación de los partidos políticos con los movimientos sociales"

I. Consideraciones Generales

1. Este taller considera como un gran acierto del Grupo de Trabajo del Foro de Sao Paulo,

la incorporación del tema "Relación de los Partidos Políticos con los movimientos sociales", toda vez que nos ha permitido un intercambio valioso de las diversas experiencias de nuestros organismos políticos en estos sectores.

Adicionalmente, nos ha permitido ubicar coincidencias básicas y retomar lo que pueda aplicarse de manera generalizada para afinar la línea política de la izquierda Latinoamericana y del Caribe.

2. En este Taller, participaron representantes de 31 Partidos Políticos de 25 países de Latinoamérica, Europa y Asia quienes plantearon su experiencia histórica, desde el surgimiento de sus Partidos, hasta la situación que guardan en la actualidad.

De estas exposiciones, resalta el hecho de que sin distinción, nuestras Organizaciones Políticas han surgido, han crecido y se mantienen hoy fuertemente enraizados en el pueblo.

Nacimos en el pueblo y a él nos debemos.

3. La fortaleza de un Partido se mide por el grado de influencia entre la sociedad.

Por ello, un objetivo estratégico de todos los aquí presentes, es desarrollar las políticas necesarias para atraer a la mayoría del pueblo a la causa de la liberación nacional, la soberanía, la justicia social y la libertad para nuestras naciones.

En este sentido, consideramos que no habrá transición hacia la democracia y hacia una nueva sociedad, sin un movimiento social fuerte y organizado.

4. Estamos, asistiendo en este momento histórico al declive internacional de la doctrina neoliberal impuesta a nuestras naciones por el gran capital financiero internacional y sus organismos a través de las camarillas gobernantes locales.

Sin embargo, entendemos que el neoliberalismo no se reduce a un listado de medidas económicas cuyas consecuencias han llevado a la desarticulación de la planta productiva nacional, al atraso generalizado y al incremento de la miseria, la injusticia y la marginación.

Nó, El neoliberalismo, además de un conjunto de medidas económicas, conlleva políticas en lo social, lo cultural y lo ideológico.

Por ello, este Taller se pronuncia por la definición y puesta en marcha de alternativas globales que detengan y reviertan la política neoliberal en todos los niveles.

II. Conclusiones y Lineamientos

1. Nos pronunciamos por continuar y fortalecer el trabajo de los Partidos Políticos, en el movimiento y Organizaciones sociales atendiendo prioritariamente los sectores obrero,

campesino, indígena, juvenil, de mujeres, empresarial, profesionistas, intelectuales y de los sectores marginados o socialmente excluidos como los migrantes y los desempleados.

2. Esta relación entre Partido y movimientos sociales deberá desarrollarse conforme a la situación histórica de cada país bajo el criterio general de respetar su autonomía, sus espacios, sus órganos de representación y decisión, su identidad, su naturaleza y hasta su protagonismo.
3. La relación entre Partido y movimiento social, mas que una cuestión orgánica, debe darse sobre la base de la identidad en el programa, la estrategia y la táctica en la lucha por el poder.
4. En este sentido, nos pronunciamos por hacer que el movimiento social avance programáticamente encaminándose hacia la lucha política por la toma de poder.
5. Hoy, las demandas gremiales de los movimientos sociales, se deben convertir cada vez mas en luchas políticas contra los gobiernos conservadores
6. Nos pronunciamos porque donde nuestro partido donde hayan conquistado espacios de gobierno y representación, los movimientos sociales participen activamente en las tareas del nuevo gobierno, coadyuvante en las provincias, en las comunidades, en los municipios, en las colonias y en las grandes ciudades, en el diseño y puesta en marcha de programas de gobierno acorde a sus necesidades.

La intención es impulsar desde los espacios del poder público, la descentralización y mecanismos de participación social y ciudadana.

7. Nos pronunciamos porque la conquista de espacios de gobierno no se transforme en mediatización y conservadurismo de los movimientos sociales, ya que buscamos construir una nueva relación entre organizaciones sociales y el gobierno acabando con la relación subordinada y autoritaria.
8. Finalmente, este taller se pronuncia porque los Partidos coadyuvemos en el desarrollo de acciones y tareas de coordinación y solidaridad permanentes entre los movimientos sociales de Latinoamérica y el Caribe.
9. Particularmente, se acordó desarrollar una gran Jornada Latinoamericana para octubre de 1999, con base a una agenda que incluya por lo menos:

- a) Tierra para los desposeídos
- b) Reactivación de la planta productiva nacional
- c) Empleo
- d) Vivienda
- e) Justicia
- f) Democracia

III. Resoluciones Particulares

- Este taller acuerda brindar toda la solidaridad al Movimiento de los Sin Tierra (MST) de Brasil.
- Se resuelve apoyar decididamente el movimiento nacional de deudores de México.
- Se acuerda otorgar el respaldo de este taller a las demandas de la Coordinadora Centroamericana de Trabajadores.
- Se resuelve demandar la inmediata liberación de los presos políticos de Argentina y de toda Latinoamérica.
- Se acuerda para la ratificación de la Convención Internacional sobre la protección de los derechos de todos los trabajadores migrantes y de sus familias.
- Se resuelve articular una segunda versión de la antorcha de la libertad durante 1999 y preparar para el 12 de octubre del año 2000, la jornada mundial "Un día sin migrantes".
- Se resuelve continuar la solidaridad internacional con la Revolución Cubana.

RESOLUCION

La mesa acoge la propuesta de la Coordinadora Centroamericana de Trabajadores "COCENTRA" y la Iniciativa Civil para la integración centroamericana (ICIC) en relación a:

1. La necesidad que en los mecanismos de negociación del ALCA se integre un Foro Laboral, donde participen las expresiones organizadas de los y las trabajadoras del continente.
2. La urgencia que en el tratado del ALCA se incorpore una cláusula social que contenga la obligatoriedad al respeto y cumplimiento de los compromisos de los estados con los convenios y recomendaciones de la OIT, el mejoramiento del nivel de salud, seguridad social y del salario mínimo.

México, D.F., a 30 de octubre de 1998

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=26&even=VIII%20Encontro%20-%20Cidade%20do%20México%20\(México\)%20-%201998](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=26&even=VIII%20Encontro%20-%20Cidade%20do%20México%20(México)%20-%201998)

XI Encontro – Antigua (Guatemala) - 2002

RESOLUCIÓN SOBRE COREA

El XI Encuentro del Foro de São Paulo, reunido en Antigua, Guatemala, del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución sobre Corea:

1. Llamamos a todos los Partidos Políticos del mundo a desarrollar una amplia campaña de solidaridad, en apoyo al pueblo de Corea, que defiende con firmeza la bandera del Socialismo, y en demanda del Cese Inmediato de las maquinaciones insensatas de EE. UU, agudizando la situación de la Península Coreana, así como la inmediata retirada de las tropas norteamericanas de Corea del Sur.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre 2002

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=60&even=XI%20Encontro%20-%20Antigua%20\(Guatemala\)%20-%202002](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=60&even=XI%20Encontro%20-%20Antigua%20(Guatemala)%20-%202002)

III ENCONTRO - MANÁGUA (NICARÁGUA) - 1992

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

Declaración de Managua

Del 16 al 19 de julio de 1992 tuvo lugar, en Managua, Nicaragua, el III Encuentro de los Movimientos y Partidos Políticos del Foro de São Paulo. El Frente Sandinista de Liberación Nacional fue anfitrión del Encuentro en el que participaron 61 organizaciones y partidos políticos provenientes de 17 países de América Latina y el Caribe, con un total de 122 delegados, 43 organizaciones y partidos que participaron en calidad de observadores, de los cuales 2 son de Africa, 9 de Asia, 21 de Europa y 11 de Estados Unidos y Canadá, con un total de 60 observadores que sumados a los 122 delegados hacen un gran total de 182 asistentes al evento.

I.- IMPORTANCIA Y FUTURO DEL FORO DE SÃO PAULO

Como lo revela este III Encuentro y el evidente reconocimiento internacional, el Foro de São Paulo ha demostrado servir de instancia de encuentro e intercambio entre las diferentes fuerzas democráticas de identidades nacionalista, populares y socialistas.

A 500 años de la invasión, conquista y colonización de América Latina, aspiramos no sólo a recoger cinco siglos de resistencia indígena, negra y popular, reafirmando el derecho de nuestros pueblos a la libertad, la soberanía, la justicia social y el desarrollo, sino que queremos, desde la organización autónoma de las mayorías trabajadoras y nacionales, desde el afianzamiento de nuestra identidad histórica y cultural y desde la acción combativa y creadora, forjar nuestro ingreso al Tercer Milenio.

Queremos, desde esta perspectiva saludar, en particular, la presencia de los observadores de otros continentes que consideran al Foro como una expresión viva de la determinación de los pueblos del Sur de hacer frente a un sistema global de opresión que se pretende perpetuar sobre las grandes mayorías del mundo.

El Foro evidencia la disposición de continuar la lucha por la definitiva liberación económica y política de América Latina y el Caribe, hoy amenazados por nuevos mecanismos de dominación y opresión imperialista. Reafirma la vigencia de la lucha por la liberación nacional, la justicia social y la democracia en toda su extensión y componentes que abarca, no sólo lo político sino también lo económico, social y cultural. Representa el rechazo de la gran mayoría de los latinoamericanos a la pretensión de identificar democracia con capitalismo, modernización con sumisión y renuncia al

desarrollo autónomo con justicia social.

De particular importancia es el compromiso asumido por los participantes en los Seminarios de Lima y de Managua, de institucionalizar y coordinar sus trabajos, suministrando al Foro y a todos los movimientos progresistas, el resultado de sus análisis y recomendaciones.

II.- OFENSIVA MULTIFACETICA DEL NORTE CONTRA LATINOAMERICA Y EL CARIBE

En Latinoamérica y El Caribe tiene lugar una ofensiva multifacética de parte del Norte para redoblar su dominación, modificando y ahondando las estructuras básicas del capitalismo dependiente, imponiendo políticas neo-liberales con el consiguiente deterioro de las condiciones de la vida del pueblo, recortes de sus derechos básicos, desnacionalización y apertura indiscriminada de los países al capital y a la producción mundial.

Juegan un papel clave en esta embestida contra los intereses populares los organismos financieros multinacionales controlados por los Estados Unidos y las grandes potencias imperialistas, como el FMI, el Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo; la instrumentalización de la injusta e impagable deuda externa y la conformación de bloques económicos y geopolíticos bajo control de las grandes potencias que pretenden someter a los países del Sur. De esta manera, en muchísimos casos, la política económica de nuestros países es determinada fuera de sus fronteras y sin participación alguna de nuestros pueblos.

Se agudiza una situación de dependencia en la cual, las sociedades del Sur no pueden reproducirse sin pasar por las decisiones del Norte. Los países que han vivido de la venta de los productos primarios enfrentan un fenómeno de "cuarta mundialización" que consiste en su creciente exclusión del proceso global de producción e intercambio.

Es importante señalar que, estos intentos de realizar un nuevo reparto del mundo entre los monopolios de las principales potencias, se desarrolla en medio de la agudización de los conflictos interimperialistas y de la crisis mundial, que los pueblos oprimidos y explotados del mundo deben aprovechar.

No obstante los factores externos que, en gran medida, causan la situación extremadamente grave que viven los pueblos de América Latina y el Caribe, no se puede minimizar, es necesario subrayar la alta responsabilidad de los elementos internos sobre esta situación. Sectores de la oligarquía y del gran capital transnacionalizado se empeñan en mantener los vínculos dependientes del Sur con el Norte, actuando como cómplices y beneficiarios de la imposición de "democracias controladas", para resguardar sus

intereses comunes y la hegemonización del poder a nivel local e internacional.

Este modelo promueve a su vez la transformación profunda de los Estados en un sentido anti-democrático, concentrando el poder en instituciones no elegibles ni sujetas al control social como los organismos de conducción económica, las Fuerzas Armadas represivas, excluyendo y marginando a las grandes mayorías nacionales de las principales decisiones económicas y políticas. En ese marco operan las distintas formas de adecuación de la Teoría y Práctica de Seguridad Nacional como elementos permanentes de autoritarismo que llevan a las Fuerzas Armadas a asumir un papel represivo, directo o latente, hacia los movimientos populares.

La ofensiva neoliberal se desarrolla también en el plano cultural e ideológico, apuntando a la disgregación de valores solidarios arraigados en nuestra sociedad, imponiendo un modelo individualista y competitivo que enfrenta unos a otros para sobrevivir. Se coarta así, cada vez más, la participación social y política de nuestro pueblo.

Los programas de ajuste estructural políticos y económicos, definidos e impuestos por la presión de organismos financieros multilaterales, lejos de asegurar un desarrollo social, solamente procuran crear mejores condiciones para la inserción dependiente y funcional a los intereses imperialistas de las economías y Estados del Sur al sistema hegemónico capitalista. Esas reformas y esa inserción conllevan la marginalización de las mayorías populares, capas medias y fuerzas de la cultura, la ampliación del desempleo y la reversión de conquistas sociales y una mayor concentración de la riqueza, especialmente por los monopolios y oligopolios.

A su vez, diversos foros y organizaciones mundiales y regionales son cada vez más hegemonizados por los Estados Unidos y las otras potencias capitalistas, para consolidar un orden mundial y regional, a la medida de sus intereses, pretendiendo legitimar el rol de gendarme internacional para EE.UU, principalmente por medio del consejo de Seguridad de la ONU. Todo esto se hace aprovechando los cambios en los países de Europa del Este y la pérdida del contrapeso geopolítico, así como también el debilitamiento de las instancias articuladoras de los países del Sur.

En Managua el Foro se abocó a la definición de pautas sobre las alternativas en materia de política económica, que puedan servir de puntos de referencias y de apoyo a las fuerzas políticas que en cada nación definen posiciones específicas. Para ello el Foro contó con el rico aporte de los Seminarios Talleres sobre Alternativas de Desarrollo e Integración en América Latina y El Caribe llevados a cabo en Lima, Perú del 26 al 29 de febrero de 1992, y en Managua del 13 al 15 de julio de 1992, en cumplimiento a la resolución del II Encuentro en México.

Los participantes en el Foro consideraron que los Seminarios Talleres pueden continuar

cumpliendo con su objetivo de analizar las experiencias de desarrollo e integración económica latinoamericana, ampliando la participación de nuevos enfoques alternativos desde la izquierda, abriendo el camino para enriquecer el análisis y la definición de propuestas populares concretas regionales, así como las que a nivel nacional lleven adelante los miembros del Foro.

III.- ELEMENTOS PARA LA DEFENSA DE LOS INTERESES POPULARES

La búsqueda de alternativas populares y revolucionarias tiene que conjugar la capacidad para promover la resistencia a la política neoliberal, con la creación de espacios de poder popular que afirme las tendencias a la recomposición de la capacidad de lucha del pueblo y la gestación de una cultura contrapuesta a la cultura de dominación.

Para América Latina y todas las fuerzas democráticas del mundo, tienen los siguientes elementos destacados en el debate sobre la base de los insumos preparados por los Seminarios Talleres:

1.- El proyecto neo-liberal propuesto para América Latina y el Caribe no admite enmienda, pues su mal radica en la naturaleza del injusto orden económico mundial que busca consolidar el modelo de sociedad que pretende imponer. Sólo la unidad amplia, en toda su diversidad, de todas las izquierdas y las fuerzas progresistas podrá lograr un cambio de meta más acorde con las exigencias de la justicia y de la paz.

2.- El contenido económico de una integración alternativa debe partir del interior de las sociedades, de la lucha destinada a superar las estructuras y modelos dominantes y a eliminar controles monopólicos y oligopólicos y, de la construcción de un desarrollo económico autónomo orientado, en primer lugar, a satisfacer las necesidades básicas de las mayorías, sustituyendo la actual alianza de los sectores transnacionalizados de la burguesía con el capital internacional, por una alianza entre todas las fuerzas interesadas en la promoción de proyectos nacionales para la construcción de la justicia social, la democracia y la liberación nacional.

3.- Hoy en día se puede afirmar que todo proceso de desarrollo económico genuino pasa por un cambio de sujetos sociales en el poder, por una justa distribución de la propiedad y la riqueza, por la creación de poderes de mayorías y por el fortalecimiento de la sociedad civil. Los espacios de participación hacia esas metas, deben ser abiertos, tanto desde la organización autónoma del pueblo como desde las instancias estatales, ampliando la influencia de las grandes mayorías populares. Las políticas sociales no pueden estar separadas de las políticas económicas porque las políticas económicas deben diseñarse para atender los problemas sociales. Es necesario modificar el carácter de la estructura productiva tradicional, o luchar por la vigencia de los cambios en los

países que sí lo han logrado, combatiendo las políticas, tanto las ortodoxas como las heterodoxas, de ajuste estructural y favoreciendo el desarrollo de las fuerzas productivas.

4.- Es necesaria una activa labor política dirigida a la organización autónoma de la población en sus diferentes estructuras y modalidades, partiendo desde la base hasta sus expresiones nacionales. Se debe enfrentar la estrategia neoliberal de debilitar la acción y el peso político del movimiento popular.

5.- Necesitamos de programas que contemplem de manera específica los mecanismos para garantizar la integración plena e igualitaria de la mujer en la sociedad, que reconozca la maternidad como función social y el trabajo doméstico como productor de riqueza. Programas con metas para la inclusión de las mujeres en la producción y apropiación de la riqueza material, cultural, política, tecnológica, intelectual de la sociedad y eliminación de relaciones sociales opresivas.

6.- Una alternativa genuinamente popular debe contemplar un programa democratizador que altere y reemplace instituciones elegibles y no elegibles, antidemocráticas y que, sobre nuevas bases constitucionales, posibilite crear y desarrollar una democracia integral: política, económica y social.

7.- Una alternativa popular tiene que prepararse para asumir responsabilidades económicas monopolizadas por sectores empresariales nacionales y extranjeros, que impiden el desarrollo más profundo de iniciativas favorables a las mayorías. En un nuevo marco estructural e institucional, personas y organizaciones populares tienen que asumir roles de dirección y gestión económicas, que faciliten las transformaciones requeridas. Es esencial para ello la información, la transparencia, el debate público y el desarrollo de formas de participación popular desde lo local a lo nacional. Estas formas de participación tendrán viabilidad solamente dentro de un proyecto de transformación global hacia una nueva sociedad.

8.- La participación popular en el diseño, dirección, gestión y fiscalización de las decisiones estratégicas, depende de la existencia de un proyecto claro de desarrollo nacional al cual se dirigen los esfuerzos de las partes.

Las suma de tareas microeconómicas, por muy autónomas y populares que sean, no constituyen por si solas una alternativa nacional.

9.- El Estado debe constituir un escenario de participación y de poder de decisión nacional, en tanto que está obligado a jugar un papel central regulador y promotor de la equidad social, sin abandonar la dirección de la economía a la llamada suprema voluntad del mercado, que no es más que la voluntad del gran capital nacional y extranjero y de

los organismos financieros multilaterales.

Se debe recoger la lucha de nuestros pueblos y naciones originarias, rompiendo con el sometimiento ancestral, a fin de crear las condiciones que permitan la construcción de sociedades y Estados plurinacionales. Se trata de un factor central para el desarrollo popular, lo que significa que no hay que permitir que los contenidos de la educación y de los medios de comunicación sean impuestos desde el exterior, ni reflejen, exclusivamente, intereses minoritarios locales.

Los movimientos populares y las fuerzas democráticas deben de fortalecer y modernizar sus propios medios de comunicación así como luchar por la democratización de los medios de comunicación social.

En América Latina y el Caribe, la autonomía de los pueblos indígenas y de los grupos étnicos, social y culturalmente estructurados, exige bases económicas propias y formas de representación políticas idóneas, como parte indispensable de todo proyecto de participación democrática. La lucha por la democracia en nuestro continente también debe expresar el reclamo del fin del colonialismo en América Latina y el Caribe y el respaldo al derecho de esos pueblos a su autodeterminación y plena independencia.

Los derechos de los inmigrantes latinoamericanos y caribeños en los Estados Unidos deben ser asumidos, en forma militante, por todos nuestros movimientos y partidos, procurando apoyar sus justas protestas y reivindicaciones articuladas a la rebeldía de las minorías negras y las luchas de otros sectores empobrecidos, reclamando con vigor el cese de la discriminación, la explotación, la exclusión y la represión que siguen acrecentándose.

IV.- LA INTEGRACION DE LOS PUEBLOS

La Iniciativa para las Américas y los Tratados de Libre Comercio, enmarcados en ella, pretendem hacer permanentes e inmutables las concesiones globales hoy exigidas por el capital extranjero.

Representan un atentado contra la democracia en Latinoamérica y el Caribe, pues otorgan aún mayor poder a empresas transnacionales para tomar decisiones que tienen mucho que ver con que los pueblos puedan tener educación, salud y otros servicios indispensables para mejorar la calidad de vida.

Estas políticas, sustentadas por sectores dominantes en cada país, generan graves procesos de desestructuración económica y desintegración de nuestras sociedades bloqueando las posibilidades de un desarrollo efectivo.

El esquema político y económico promovido por Estados Unidos supone una integración subordinada, que actualiza y subraya la necesidad de impulsar un proceso de integración entre los países de América Latina y el Caribe que corresponda a su visión, necesidades e intereses específicos. Este proceso debe estar basado en la solidaridad entre los pueblos: una integración "desde abajo", que favorezca la conformación de redes de intercambio de coordinación y complementación de políticas productivas, financieras y sociales a partir de las cuales un proceso de desarrollo e integración regional puede desplegarse.

Estamos convencidos que la lucha por la integración de los pueblos constituye un reto político, consistente en desarrollar un esfuerzo común para construir relaciones políticas democráticas, abarcando organizaciones a nivel local, nacional, subregional, regional y mundial con miras a construir un nuevo orden democrático en toda su globalidad.

Esa integración alternativa debe incluir un componente cultural capaz de responder a las reivindicaciones propias de diversos grupos de la sociedad: trabajadores urbanos y rurales, desempleados, pobladores, campesinos, mujeres, pueblos indígenas, etnias, religiosos, pequeños y medianos empresarios y todas las fuerzas económicas que pongan el interés nacional por encima de los intereses particulares.

Los partidos de izquierda deberán siempre mantener las más estrechas relaciones con estas organizaciones populares o de la sociedad civil, no para instrumentalizarlas pero sí para conocer bien sus exigencias y asumirlas en su lucha.

Debe ser un componente fundamental de un proyecto popular, una educación que asegure el desarrollo económico y social, profundice la democracia en tanto brinde los instrumentos para opciones conscientes, de real participación.

Un proyecto alternativo de integración debe ir más allá del marco meramente comercial liberalizador, que tiende a incrementar la vulnerabilidad de nuestras economías y la dependencia con el capital transnacional. Debe tener como objetivo de corto, mediano y largo plazo, una integración social, política y económica y una articulación dinámica de culturas, para lograr un desarrollo económico y social justo.

Los participantes en el Foro reafirmamos que todo proyecto alternativo o programa de acción político, debe tener en cuenta el papel nocivo que juega la política intervencionista de los Estados Unidos. Ese injerencismo históricamente ha tenido por objetivo resguardar las estructuras del capitalismo dependiente en la región, agrediendo todo proyecto político que no priorice los intereses económicos y geopolíticos de esa potencia.

El éxito de la integración de los pueblos puede ser seriamente comprometido por la manipulación de la deuda externa. Los bancos acreedores y organismos financieros



quieren hacer creer que, con los acuerdos hechos sobre la base del Plan Brady, estarían resueltos los problemas creados por la deuda externa. Nada más falso. El pago de la deuda externa sigue profundizando la miseria e imposibilitando las inversiones necesarias al crecimiento económico, progreso técnico y justicia social. La integración exigirá buscarse mecanismos propios de negociación conjunta como repuesta a la unidad de los acreedores.

V.- PREOCUPANTE "LEGITIMACION" DE LA POLITICA INTERVENCIONISTA

Alertamos al mundo sobre la peligrosidad que conllevan las más recientes manifestaciones de la intervención militar, amparadas y ocultas, en la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo. Bajo ese pretexto Estados Unidos organiza campañas militares en la región andina a la vez que fortalece la capacidad represiva de las estructuras de seguridad y de espionaje en los países de nuestra región.

A la política de las cañoneras tradicionalmente empleada por los Estados Unidos contra nuestros pueblos, ahora se suma la legitimización de la misma a partir del fallo ilegal de la Corte Suprema de Justicia de los Estados Unidos el cual, junto a una serie de gestiones de extradición bajo presiones diversas, legitima el secuestro de quien el propio gobierno de Washington considere que ha cometido un delito. Unimos nuestra voz a las otras fuerzas defensoras del derecho, para denunciar este nuevo intento de imponer la ley del más fuerte en las relaciones internacionales, en flagrante violación de las soberanías nacionales y del derecho internacional. Demandamos la anulación de esa pretensión ilegítima por los organismos mundiales y regionales jurídicos competentes, así como la inmediata repatriación de los secuestrados.

La política agresiva y de creciente hostilidad del gobierno de los Estados Unidos contra el pueblo y gobierno de Cuba, incluyendo los nuevos intentos de ampliar el bloqueo económico contra esta nación soberana, constituye una afrenta a la soberanía latinoamericana y caribeña y una ofensa a la dignidad de sus pueblos. Frente a esto, afirmamos nuestro apoyo al derecho del pueblo y gobierno de Cuba a defender su determinación de llevar adelante la construcción del socialismo en su país. Nos comprometemos con la movilización de los pueblos de nuestra región y el mundo para contribuir a la defensa de esta hermana nación latinoamericana, exigiendo de parte de todos los gobiernos, no ceder a las presiones imperiales que pretendem obstaculizar los lazos de cooperación con Cuba, que sólo puede arrojar saldos positivos en términos materiales y morales.

VI.- ALTERNATIVAS Y EXIGENCIAS

En defensa de la soberanía de los pueblos y el derecho de autodeterminación e independencia, y de los derechos políticos, cívicos, económicos, sociales y culturales de

los hombres, mujeres, niños y pueblos enteros de nuestra América.

Llamamos a construir un nuevo orden económico y político internacional, distinto al que hoy se pretende imponer bajo el hegemonismo norteamericano y de las potencias capitalistas, que permita:

La democratización de los organismos multinacionales y en especial, las Naciones Unidas, revisando sus actuales normas orgánicas que permiten el abuso hegemónico del Consejo de Seguridad, organismo creado para resguardar la paz, foro ahora utilizado con el propósito de justificar recientes guerras ilegales de Estados Unidos;

Resolver definitivamente el grave problema de la deuda externa, que agobia a los países del Sur y los oprime, condonándola y logrando un flujo de recursos financieros positivos hacia ellos;

Modificar el actual régimen de intercambio desigual entre los países desarrollados y los del Sur, que impone a estos últimos un permanente y creciente drenaje de recursos;

Una total reorientación de las políticas y funciones del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial, redefiniendo los mecanismos de toma de decisiones en ellas;

Políticas económicas y modelos de desarrollo que garanticen la preservación del medio ambiente, terminen con la devastación ecológica y vinculen la lucha por el medio ambiente con la lucha contra la pobreza;

El reconocimiento de la deuda ecológica que tienen los países del mundo capitalista desarrollado con los países del Sur;

La reorientación de gastos militares de las grandes potencias hacia el desarrollo del Sur, impulsando el desarme mundial;

La democratización de los mecanismos de información y comunicación mundial;

El respeto a la soberanía nacional y a los principios de no intervención, y de solución política de las diferencias entre naciones;

El impulso a la reforma jurídica internacional de acuerdo con las metas propuestas, en el contexto de la designación en Naciones Unidas de esta década como la Década del Derecho Internacional y la Paz, para la elaboración de proyectos de acuerdos y convenciones que garanticen que entramos al año 2000 con un sistema jurídico internacional a la altura de las exigencias de la justicia y de la paz;

El impulso a procesos de integración de los pueblos y naciones a niveles regionales y Sur-Sur como instrumentos de los países del Sur para fortalecer su inserción en la economía mundial.

El Foro de Sao Paulo demanda:

1) El cese inmediato del ilegal e inmoral bloqueo contra Cuba y la asistencia económica internacional masiva para lograr impedir que se sigan profundizando las nefastas consecuencias de más de treinta años de bloqueo. Asimismo la restitución del territorio de Guantánamo a Cuba.

2) La restitución de Jean Bertrand Aristide a la Presidencia de Haití y la plena aplicación de sanciones contra ese país hasta tanto su legítimo Presidente no regrese con los poderes que le corresponden. Damos nuestro apoyo a la propuesta de Aristide, de que las negociaciones se lleven a cabo en Haití y sin ningún tipo de intervención militar o amenaza de la misma.

3) El reestablecimiento pleno de los derechos democráticos cercenados en el Perú y la elección democrática de un Congreso Constituyente soberano, previo acuerdo de sus características y de la legislación electoral entre las fuerzas políticas y el régimen "de facto". Condenamos el golpe militar que impuso en el Perú un régimen dictatorial y militarizado con la participación activa de quien fuera electo 2 años atrás, Presidente Constitucional. Demandamos el cese del hostigamiento y represión contra organizaciones políticas, sociales y populares.

4) El fiel y oportuno cumplimiento por parte del Gobierno de El Salvador a los Acuerdos de Paz firmados con el Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional. Es de suma importancia proceder al inmediato cumplimiento de los acuerdos sobre el tema económico-social, particularmente lo referente a la transferencia de las tierras de las zonas conflictivas a sus actuales pobladores y trabajadores, lo mismo que superar el atraso en el funcionamiento del Foro para la concertación económica y social, pues se trata de acuerdos claves para crear nuevas opciones de desarrollo para los sectores populares.

5) La agilización del proceso negociador en Guatemala, tomando en cuenta que no habrá paz en Centroamérica sin paz en Guatemala y que, la propuesta de la URNG denominada "Por una paz justa y democrática: Contenido de la Negociación" constituye una propuesta viable para lograr una solución política al conflicto armado.

6) El Foro demanda el cese inmediato de toda injerencia e intromisión de los Estados Unidos en los asuntos internos de Nicaragua, así como el fin de las presiones y chantaje

que pretendem condicionar el futuro político de esa nación y revertir las conquistas de la Revolución Popular Sandinista.

En este sentido denuncia el congelamiento de fondos ya aprobados, pretendiendo ignorar u olvidar que esas asignaciones representan miserables migajas de lo que tendrían que entregar, pues la Corte Internacional de Justicia de La Haya ordenó a los Estados Unidos pagar a Nicaragua los daños ocasionados por la guerra.

7) El desconocimiento al gobierno ilegítimo impuesto en Panamá por la invasión de los Estados Unidos, el retiro de todas las tropas estadounidenses de ese país y el respeto pleno a los tratados Torrijos-Carter.

8) El respeto al derecho del hermano pueblo latinoamericano de Puerto Rico a la libre determinación y a la independencia, así como el cierre de las bases militares en esa nación.

9) La restitución a la República Argentina de las Islas Malvinas y demás enclaves coloniales ingleses en el Atlántico Sur, al mismo tiempo, el inmediato desmantelamiento de las bases militares instaladas por el Reino Unido de la Gran Bretaña, como el cese de la explotación económica de los recursos naturales del mar adjacente y de toda restricción aplicada en la zona a la República Argentina.

10) La total erradicación del colonialismo en el Caribe y la eliminación de las bases militares extranjeras en esa región, para hacer realidad el derecho a la autodeterminación y independencia de los países y territorios que aún sufren dominación colonial en América Latina y el Caribe.

11) La continuidad del proceso de negociación, para una solución política y no militar, al conflicto interno colombiano y la reanudación pronta del diálogo entre el gobierno y la Coordinadora Simón Bolívar.

12) El cierre de las bases militares de los EE.UU. en Honduras.

El Foro constata que no ha habido avances en el panorama político y democrático en la inmensa mayoría de los países de la región, cuya situación fue adecuadamente caracterizada el pasado año en la Ciudad de México. En algunos países, subsisten regímenes autoritarios que para aplicar las políticas neoliberales y facilitar la impunidad, el abuso y la corrupción de los gobernantes, se niegan a impulsar la transición a la democracia, a respetar el voto ciudadano y comprometerse en la formación de auténticos sistemas de partidos políticos regidos por la competencia en condiciones de igualdad y por la posibilidad real de la alternancia en el gobierno.

Exige por lo tanto, el cese inmediato inequívoco de los mecanismos y fraudes electorales, de la extensión de prácticas penales y corruptas, la represión a los sindicatos y organizaciones sociales independientes, del control de la prensa y los medios de comunicación para limitar los alcances de las transformaciones sociales y manipular los anhelos democratizadores de la sociedad.

Creemos que existe hoy la posibilidad y la necesidad de construir nuevos puentes de entendimiento y fórmulas de acción conjunta entre las fuerzas democráticas del Sur y del Norte, ambas víctimas del mismo sistema global neoliberal. La existencia de opresión y desempleo creciente, las crisis fiscales y la afectación de servicios sociales, el surgimiento de tendencias racistas y derechistas, la amenaza ecológica, el fortalecimiento del poder y autonomía de las comunidades, la autogobernación, la igualdad de género y racial, son elementos comunes a las plataformas políticas de organizaciones, movimientos y partidos democráticos tanto del Sur como del Norte.

Consideramos imprescindible impulsar la creación de un frente común de negociación latinoamericano frente a las grandes potencias y bloques. Demandamos a los Jefes de Estado y de Gobierno, en ocasión de la cumbre en Madrid, la necesidad imperiosa de asumir este reto sobre una base unitaria sin injerencia externa alguna.

También es necesario retomar los esfuerzos realizados en la década pasada, para analizar la creciente concentración de los medios de comunicación en manos de cada vez menos empresas y el creciente predominio norteamericano en la difusión de noticias.

Próximo al Quinto Centenario del llamado descubrimiento de América y del consiguiente inicio de la resistencia indígena, negra popular, los participantes en el Foro invitan a los pueblos del Mundo a asumir las luchas de nuestros pueblos originarios, a partir de una reflexión sobre este acontecimiento histórico que, con el exterminio de más de 100 millones de vidas humanas de nuestros pueblos originarios, impuso el sojuzgamiento político, cultural, económico y social que hoy sigue negando los más elementales derechos a nuestros pueblos indígenas junto a las grandes mayorías populares.

VII.- DECISIONES

El III Encuentro aprobó las recomendaciones del Grupo de Trabajo sobre la futura integración del mismo, sus normativas y facultades para asegurar el seguimiento y ejecución de las resoluciones del Foro, así como de su representación y divulgación de sus objetivos y principios en los diversos foros y eventos internacionales. Se recibió, asimismo, un informe sobre los foros a realizarse en Europa y Norteamérica.

Los participantes en este III Encuentro encomendaron al Grupo de Trabajo llevar a cabo

Las siguientes acciones en cumplimiento de los compromisos y tareas políticas asumidas por el Foro:

- 1) Dar a conocer, particularmente a nivel de las otras regiones del Sur, las posiciones políticas y económicas expresadas en nuestros trabajos y eventos, promoviendo el reconocimiento institucional del Foro y el establecimiento de una comunicación permanente con foros e instancias análogas.
- 2) Enviar una delegación de destacados dirigentes a la celebración del 33 Aniversario de la Revolución Cubana y para transmitir al gobierno y pueblo cubano las decisiones del Foro y hacer efectiva su solidaridad con la defensa de Cuba.
- 3) Participar y promover activamente los programas alternativos a la celebración oficial del V Centenario. Llamamos a impugnar la celebración oficial de esa fecha, y exaltar la resistencia indígena, negra y popular, como parte del gran esfuerzo liberador.
- 4) Convocar un Seminario-Taller sobre Educación Política y la Nueva Relación Partidos Políticos-Movimientos Sociales, asegurando la presencia de organismos sindicales y populares.
- 5) Designar una delegación que de seguimiento al proceso de Paz y búsqueda de una solución política negociada en la que están empeñados gobierno y guerrilla y el conjunto de la sociedad colombiana. Asimismo, convocar a una Conferencia de Solidaridad y por la Solución Política del conflicto en Colombia, cuya fecha y sede será determinada oportunamente.
- 6) Promover la conformación de delegaciones multinacionales y multipartidarias de fuerzas participantes en el Foro de São Paulo, para actuar ante diversos foros internacionales.
- 7) Promover la acción unitaria de los parlamentarios, de los partidos del Foro de São Paulo, en los parlamentos regionales, el Parlamento Latinoamericano y la Unión Interparlamentaria Mundial.
- 8) Consultar la convocatoria a un Seminario-Taller sobre la opresión de género, priorizando los siguientes temas: feminización de la pobreza; reproducción humana; participación y representación de la mujer; políticas públicas, democratización del Estado y de la sociedad, así como de cultura femenina.
- 9) Realizar su IV Encuentro en La Habana, Cuba.



XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Declaración final del XII Encuentro del Foro de São Paulo

1. Celebrando los 15 años de la fundación del Foro de São Paulo, en esta misma ciudad, realizamos nuestro XII Encuentro con la presencia de 364 participantes de cerca de 150 partidos políticos, entidades y organizaciones sociales. Participaron los partidos políticos miembros de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Cuba, El Salvador, Ecuador, Guatemala, México, Nicaragua, Paraguay, Perú, Puerto Rico, República Dominicana, Uruguay, Venezuela. Además participaron entidades y partidos invitados de Alemanha, Bélgica, Canadá, Cataluña, China, España, Francia, Galicia, Italia, Portugal, Suiza y Vietnam.

Contamos también con la participación de representantes diplomáticos de nueve países en el Acto Político de conmemoración del XV aniversario del Foro, así como con la presencia del compañero Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente de la República Federativa de Brasil.

2. Es una buena ocasión para medir el camino recorrido a través de los 12 encuentros que jalonaron estos tres lustros, desde que en julio de 1990 y a convocatoria del Partido de los Trabajadores de Brasil, la izquierda latinoamericana y caribeña se dio cita para debatir y reflexionar en conjunto en un foro, acerca de los retos que le imponía la realidad y el futuro. Transitamos así por un cambiante mapa político, así como recorrimos diversos puntos de nuestra América Latina, desde Ciudad de México en 1991 (II Encuentro) y 1998 (VIII), Managua en 1992 (III) y 2000 (IX), La Habana en 1993 (IV) y 2001 (X), Montevideo en 1995 (V), San Salvador en 1996 (VI), Porto Alegre en 1997 (VII), y Antigua, Guatemala en 2002 (XI).

3. Cuando celebramos el XI Encuentro del Foro de São Paulo en Antigua Guatemala, en diciembre de 2002, la administración del presidente George W. Bush se encontraba en el clímax de la ofensiva destinada a sacar provecho de los atentados terroristas del 11 de septiembre de 2001. Bush utilizaba la retórica de la lucha contra el terrorismo y la proclamación de la guerra preventiva como trasfondo para intentar criminalizar las luchas populares en América Latina y el Caribe. También se valía del clima creado para obtener del Congreso estadounidense la autoridad que desbloqueaba la negociación del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA).

4. Este balance evidencia que, cuando el FSP echó a andar -15 años atrás- la situación internacional se había deteriorado gravemente. Estados Unidos se afirmaba como potencia dominante en la pretensión de imponer un mundo unipolar, mientras gran parte de América Latina recién salía de un ciclo de dictaduras militares. Salvo Cuba, que resistía heroicamente el bloqueo imperialista estadounidense, no había ningún gobierno de izquierda: reinaban el neoliberalismo y el "pensamiento único". Desde entonces, han sido múltiples las agresiones del imperio norteamericano a los pueblos del mundo, su ofensiva guerrillera y militarista en el afán de control de los recursos naturales estratégicos, imponer sus intereses económicos y políticos, y afirmar su poderío mundial, como lo evidencian Afganistán e Irak.

5. Pero no son pocos los planes que han fracasado. Los triunfos populares y progresistas le han arrancado el control de importantes países del continente, entre los que destacan Brasil, Venezuela y Uruguay, junto a importantes avances en otros países del Cono Sur. En Argentina, el proceso iniciado en diciembre del 2001 con el derrocamiento del gobierno neoliberal de De la Rúa concluye en mayo de 2003 con el triunfo del presidente Néstor Kirchner. Tenemos que valorar la negociación de la deuda externa argentina, que abre un camino a otros países para enfrentar los dictados del FMI.

6. En Brasil merece destaque la política externa del gobierno de Lula que defiende la inserción soberana de Brasil y de la región en el escenario mundial. Son avances importantes las políticas sociales del hambre cero y otras políticas de inclusión social, así como los progresos en la reforma agraria en diálogo con el Movimiento Sin Tierra. Destacamos especialmente la no renovación del acuerdo con el FMI y el combate implacable a la corrupción por parte del gobierno de Lula.

7. El Foro de São Paulo valora la infatigable lucha del pueblo chileno y sus organizaciones de derechos humanos por la búsqueda de la verdad y la justicia, así como reconoce los avances en los procesos que llevan los jueces de dedicación exclusiva en Chile. También valora el Informe de la Comisión de Tortura y Prisión Política (Informe Valech) que ha permitido importantes avances en la lucha por la verdad acerca del horror que vivieron miles de hombres, mujeres y niños en las cárceles y centros de detención de la dictadura de Pinochet. La investigación que ha develado el denominado Caso Riggs, que ha permitido descubrir las millonarias operaciones de corrupción de Pinochet y su familia, lo desenmascaran ante la comunidad nacional e internacional no sólo como principal responsable del terror de Estado, sino también como ladrón de Estado.

8. Las dificultades de la política latinoamericana de Bush obedece a dos factores fundamentales: uno es la agudización de la crisis política, económica y social en la región; el segundo es la capacidad de lucha y construcción de alternativas demostrada por los pueblos en toda su diversidad, mujeres y hombres de nuestra América Latina y Caribe. Entre las manifestaciones de la crisis, resalta el derrocamiento de los gobiernos de Gonzalo Sánchez de Lozada (Bolivia, 2003), Lucio Gutiérrez (Ecuador, 2005) y Carlos Mesa (Bolivia, 2005), con lo que suman ya seis gobiernos neoliberales derrocados por el movimiento popular desde 1997.

9. En cuanto a la capacidad de lucha y construcción de alternativas, se destacan: la resistencia de la Revolución Cubana frente al recrudecimiento de la política de bloqueo y aislamiento, la derrota de los diversos intentos de desestabilizar y derrocar a la Revolución Bolivariana en Venezuela y al gobierno constitucional del presidente Hugo Chávez en Venezuela, el triunfo de Lula en la elección presidencial brasileña de octubre de 2002 y el triunfo de Tabaré Vázquez en la elección presidencial uruguaya de octubre de 2004. La victoria del Frente Amplio incluyó las mayorías parlamentarias y, este año, un triunfo consagrador en las elecciones municipales. Igualmente hay que destacar el avance de la izquierda colombiana en las elecciones locales en el 2003 y el proceso de unidad que se gesta para las elecciones del 2006. En Ecuador se ha expresado un avance de la izquierda en las elecciones locales.

10. Así, después del XI Encuentro a las victorias ya mencionadas, se le suman los resultados favorables a los sectores progresistas en elecciones de Panamá y República Dominicana, Chile, El Salvador, Nicaragua y Venezuela, además de importantes luchas sociales y políticas en el área andina: Bolivia, Perú, Ecuador y Colombia.

11. El primer indicio de avances de la resistencia a la ofensiva del gobierno Bush fue la derrota del diseño original del ALCA, ocurrido en la Reunión Ministerial de las Américas celebrada en Miami en noviembre de 2003; el segundo fue la derrota del intento de otorgar a la Organización de Estados Americanos (OEA) facultades para monitorear el "funcionamiento democrático" de los países de la región, que hubiese sido un mecanismo intervencionista contra el gobierno de Chávez en Venezuela; el tercero fue la derrota del intento de imponer a sus candidatos favoritos para la Secretaría General de la OEA, el ex presidente de El Salvador Francisco Flores y el secretario de Relaciones Exteriores de México Luis Ernesto Derbez.

12. Constatamos, por lo tanto, que la situación ha sufrido un vuelco positivo, y América Latina aparece como el continente con mayores posibilidades de cambios progresistas.

13. Sin embargo, América Latina y el Caribe enfrentan serios retos. La situación de Haití, ciertamente dramática, exige una solución política y nos lleva a comprometernos para que el pueblo haitiano avance rápidamente hacia el ejercicio real de su derecho a su soberanía y autodeterminación, con un decidido apoyo internacional a sus acuciantes carencias en materia de salud, educación, vivienda, obras básicas de infraestructura y reconstrucción ambiental.

14. Denunciamos la pretensión del gobierno estadounidense de valerse de Colombia como base y factor de control y penetración de sus objetivos imperialistas apelando al Plan Colombia y al Plan Patriota, para imponer desde todos los aspectos su política de dominio. Este hecho pretende regionalizar la guerra contra los pueblos andinos, sofocar su lucha liberadora, comprometer los avances en la República Bolivariana de Venezuela y continuar sus ataques contra la Revolución Cubana. Destacamos el impulso generado desde el Grupo de Trabajo del Foro de São Paulo para la visita de Parlamentarios de diferentes países a efectos de impulsar una agenda concreta con el objetivo de ayudar a promover la solución política negociada al conflicto armado interno y el acuerdo humanitario para hacer sentir la solidaridad de Latinoamérica con el pueblo hermano.

Se constata claramente la misma estrategia que se aplica en Paraguay, con el pretexto de la amenaza terrorista en la zona de la triple frontera. Esta política se ve facilitada por la decisión del Gobierno paraguayo de otorgarle inmunidad a fuerzas militares estadounidenses.

15. Manifestamos nuestra preocupación por el recrudecimiento del bloqueo a Cuba por parte de los EE. UU. mediante el propósito de extender en el mundo la aplicación (abierta o encubierta) de las disposiciones de la ley Helms – Burton.

16. Asimismo rechazamos de plano las declaraciones de la nueva Secretaria de Estado para este segundo mandato de George W. Bush, Condoleeza Rice, sobre el gobierno de la hermana República Bolivariana de Venezuela, tildándolo de “molestia para los EE. UU.”, y nos solidarizamos con el pueblo venezolano y con su Presidente - democráticamente electo y ratificado por plebiscito popular - el Comandante Hugo Chávez Frías. Consecuentemente, manifestamos nuestra satisfacción por la derrota infligida en la OEA recientemente a las pretensiones intervencionistas de los EE. UU., puestas de manifiesto en querer otorgarle a este organismo ya bastante desprestigiado, el papel de juez certificador del carácter democrático de los países miembros, dejando así abierta la posibilidad de intervención en caso de un juicio negativo sobre uno o más gobiernos.

17. Conscientes de que la integración de nuestras naciones y pueblos es una herramienta

fundamental en la lucha por nuestro desarrollo y nuestro progreso, por nuestra soberanía y por lograr una globalización diferente, solidaria y respetuosa del interés de los pueblos, creemos indispensable trabajar intensamente por forjar una nueva integración Sur-Sur, y especialmente Latinoamericana y Caribeño que vaya más allá de lo estrictamente comercial y trascienda a lo social, cultural y político. Por ello, mantenemos una firme oposición a las maniobras del imperio para dividirnos e imponer, por otra vía, su fracasada ALCA, esta vez, vía los TLC que ahora pretende con Centroamérica y los países andinos, desconociendo el reclamo de los pueblos que exigen consulta popular.

18. Constatamos que, en el período transcurrido desde el último Foro hubo avances en la integración regional promovidas por Argentina, Brasil, Uruguay y Venezuela cuyos gobiernos hicieron posible profundizar la integración física y energética de nuestra América. Hoy, en la región sudamericana existen tres sistemas de integración en marcha que tienen un papel importante si se enmarcan en la lógica integral ya mencionada: la Comunidad Andina de Naciones (CAN); el MERCOSUR con varios países miembros asociados, Bolivia, Chile, Perú, Venezuela, Colombia y Ecuador, avanzando hacia mayores grados de integración económica, política y social, a concretarse en el 2006 y la Comunidad Sudamericana de Naciones, con grandes proyectos de integración de infraestructura y energía del continente. Destacamos, en ese sentido, las potencialidades del Acuerdo MERCOSUR-Comunidad Andina de Naciones logrado en 2004 que, con los avances de la oposición en Perú, Ecuador y Colombia contrarias a la firma de los TLCs, permitirá la consolidación del proyecto de Comunidad Sudamericana de Naciones fundado en la ciudad de Cuzco en 2004, como paso hacia la formación de la Comunidad Latinoamericana y Caribeña de Naciones.

19. En la región centroamericana observamos un deterioro del proceso de integración al querer disminuir las funciones del Parlamento Centroamericano y de la Corte Centroamericana de Justicia, fortaleciendo el autoritarismo presidencialista, y anulando todas las expresiones sociales del Sistema de Integración Centroamericana (SICA). El Foro de São Paulo apoya las iniciativas de integración comunitaria defendidas por los partidos miembros, al mismo tiempo que respalda la lucha contra la implantación del CAFTA y el Plan Puebla-Panamá, como expresión de anexión de la región a los intereses de Estados Unidos.

20. México enfrenta hoy el reto de lograr un acuerdo trinacional para la revisión integral del Tratado de Libre Comercio de América del Norte. Más aún, cuando los gobiernos de México, Estados Unidos y Canadá pretenden crear la comunidad de América del Norte, cuyo primer paso es la Alianza por la Prosperidad y la Seguridad que no hace más que profundizar las condiciones económicas y financieras de inequidad que han empobrecido esencialmente a México y crea parámetros en el terreno de la seguridad hemisférica, energética y fronteriza para criminalizar la migración latinoamericana homologándola a la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo. La agudización de la crisis social en el campo mexicano y la posible ofensiva del poder financiero estadounidense en terrenos como la salud pública, la energía y la

educación, hacen que México hoy más que nunca, deba mirar hacia Latinoamérica y el Caribe. Saludamos la posibilidad de que nuestros hermanos de la izquierda mexicana y los sectores progresistas estén en condiciones de ganar las elecciones presidenciales del 2006.

21. Valoramos la materialización y la perspectiva de la Alternativa Bolivariana para América que puede apreciarse ya en primer lugar en los Convenios entre Venezuela y Cuba; pero también pueden identificarse en el Convenio Integral de Cooperación entre Argentina y Venezuela en la alianza estratégica Brasil-Venezuela, en el Convenio Integral de Cooperación Energética entre Venezuela y Uruguay, así como en los acuerdos de creación de TeleSur, PetroSur y el más reciente aún, firmado por Venezuela y los países del Caribe: PetroCaribe. El ALBA se propone en primer lugar atacar las inmensas deudas sociales que se han acumulado en nuestra región, con base en la cooperación, la complementación productiva, la defensa de la identidad latinoamericana y la solidaridad.

22. Declaramos nuestro compromiso de trabajar, desde nuestros partidos, para impulsar esta nueva integración en marcha y cuya agenda debe ampliarse cada vez más para atender los intereses de nuestros pueblos. Queremos que la integración signifique, además de acuerdos comerciales, una agenda de complementación productiva, accesibilidad a mercados regionales y apertura de otros, instrumentos financieros comunes, complementación física y de comunicaciones, integración energética, articulación en materia de defensa, preservación de los recursos naturales, complementación educativa, científica y tecnológica, integración cultural y complementación en derechos laborales y seguridad social.

23. En el VI Encuentro del FSP, realizado en El Salvador en 1996 afirmamos que "la integración no excluye el interés nacional" y que "como proceso debe estar encaminado a lograr la convergencia y complementariedad económica y social de los países de la región". Sostenemos que "sólo mediante esquemas de integración subregional y regional será posible alcanzar el peso específico que permita negociar exitosamente frente a los bloques económicos que hoy se consolidan en el mundo". El proyecto integrador regional necesita considerar los diversos niveles de desarrollo y la heterogeneidad existente en la región. Para ser justa y solidaria estas tareas deberán establecer mecanismos preferenciales, teniendo en cuenta las asimetrías y desigualdades de la región. Un principio importante que deberá tenerse en cuenta es promover acciones para lograr una adecuada equidad.

24. Por ello mismo, sostenemos que la Integración "no puede quedar sólo en manos de los gobiernos, en ella tienen que participar activamente los partidos políticos, los movimientos populares, las organizaciones no gubernamentales, los empresarios afectados por el neoliberalismo y todos los actores reales, especialmente los verdaderos productores de riqueza". Esta afirmación realizada hace casi diez años, reafirma su vigencia a la luz de los

avances y limitaciones existentes en las experiencias en desarrollo. En la actualidad sigue siendo una premisa indispensable para la real concreción de los proyectos que tienen lugar en diferentes regiones de América latina y Caribe, en pro de una verdadera integración de naciones y pueblos.

25. Denunciamos y rechazamos el feminicidio, expresión de la creciente violencia hacia las mujeres, como violencia de género cuya base es la discriminación y descomposición social producida por la persistencia de una concepción misógina y paternalista que ha generado un nuevo fenómeno criminalístico en nuestros países, destacadamente en México, El Salvador y Guatemala, en donde la agresión emocional, económica, laboral, psicológica y física, puede llegar incluso hasta el asesinato. Consideramos el feminicidio un crimen de Estado porque la negligencia e indiferencia de las instituciones encargadas de la justicia y la seguridad, así como de la ausencia de acciones legislativas y de gobierno reproducen las condiciones de impunidad. Así también denunciamos la explotación sexual infantil y de género que lacera la dignidad de la persona humana.

26. Por último, este XII Encuentro saluda la participación activa de representantes de entidades, movimientos sociales, parlamentarios y pequeños y medianos empresarios, mujeres y jóvenes quienes, en conjunto con representantes de nuestros partidos, trabajaron en los talleres de este Foro que asume todas las recomendaciones, mociones y propuestas aprobadas en los mismos, presentadas en anexo a esta Declaración.

São Paulo, 4 de julio de 2005.

Nota: la delegación del Partido Intransigente, de Argentina, manifestó su discordancia con la referencia hecha en el texto sobre el Gobierno Kirchner.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=101&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=101&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Declaración de apoyo al PT

El XII Encuentro del Foro de Sao Paulo manifiesta su reconocimiento y gratitud a los compañeras y compañeros del Partido dos Trabalhadores de Brasil por las labores organizativas desplegadas y las fraternales atenciones brindadas en su condición de anfitriones a todos los participantes de este Encuentro.

Asimismo expresa su solidaridad con los compañeros ante los ataques de la derecha que intentan revertir el proceso de cambios sociales y políticos progresistas iniciado en Brasil.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=104&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=104&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

DECLARAÇÃO - OFICINA SINDICAL

Declaração do Foro de São Paulo

sobre a integração e a questão dos direitos dos trabalhadores

A integração latino-americana é boa e desejável por todos nós. Há que se discutir, no entanto, o tipo de integração que queremos e a forma como se dará de maneira a beneficiar não somente empresas, sistema financeiro e governos, mas antes de qualquer coisa os trabalhadores e as populações de nossos países.

O debate em torno desta integração, que temos visto na mídia, privilegia os acordos comerciais, financeiros, diplomáticos e passa ao largo de qualquer preocupação em torno dos trabalhadores e das trabalhadoras e da maneira como produzimos toda essa riqueza que aqueles acordos põem em circulação.

No conjunto de ações que defendemos, existem coincidências com iniciativas de outros setores, mas vamos além, pois temos a compreensão que estes – empresariais em particular – não priorizam nem irão priorizar a defesa dos interesses gerais da sociedade. Embora muitas das demandas apresentadas e debatidas tenham nosso apoio, pois estão dentro da lógica de defesa dos interesses nacionais e da América do Sul, compreendemos que são insuficientes. Queremos defender as empresas latino-americanas, mas acima de tudo as trabalhadoras e os trabalhadores latino-americanos.

Acreditamos ser fundamental para o desenvolvimento das nossas economias a eliminação do protecionismo dos países ricos, a necessidade da horizontalização das relações comerciais e a possibilidade de acesso a mercados de alto poder aquisitivo.

Defendemos novas formas de relações comerciais entre os países e blocos onde a ALCA da forma como está colocada, servindo como estratégia do imperialismo norte-americano para uma globalização neoliberal, não nos interessa. Compreendemos, ainda, a necessidade de questionamento do papel da OMC, enquanto supervisora da liberalização global, protegendo os interesses dos países ricos e das transnacionais.

Apesar disso, consideramos a OMC um fórum adequado de disputa para a defesa dos interesses dos países em desenvolvimento e conseqüentemente dos seus trabalhadores e prova disso foram as recentes vitórias do Brasil no contencioso com os EUA, na questão dos

subsídios ao algodão.

Defendemos a atuação dos países latino-americanos no seio da OMC baseados em três pilares fundamentais:

a) **Eliminação dos subsídios à exportação.** Que a União Européia aceita, desde que outros países também o façam, mas que ainda enfrenta entraves tais como a equivalência na competitividade nas exportações, formas de créditos à exportação e ajuda alimentar.

b) **Acesso aos mercados.** Cortes nas tarifas mais altas de importações de produtos agrícolas, proporcionas ao nível de desenvolvimento do país. Defendida pelo Brasil junto ao G20, considerando que o protecionismo têm sido maior sobre carnes, açúcar, tabaco e lácteos, justamente aqueles que os países em desenvolvimento mais produzem. Consideramos que na UNCTAD em São Paulo houve avanços nesta direção, que EUA e EU sinalizaram com a possibilidade de aceitação da proposta.

c) **Redução da subvenção doméstica.** Como a ??? nos Eua, onde o agricultor é compensado pelo governo quando os preços caem no mercado, o que beneficiaria em particular o G20.

Questão de direitos

Os acordos que os nossos governantes, empresários, entidades bilaterais ou multilaterais, vi de regra têm protagonizado se pautam por transações comerciais que não respeitam e nem mesmo debatem a questão dos direitos dos trabalhadores. É, portanto, fundamental uma ação coordenada, solidária e internacional do movimento sindical de maneira a garantir que estes direitos estejam contemplados.

A não observância dos direitos dos trabalhadores dos países em desenvolvimento, além de prejudicar os mesmo no curto prazo, no médio e longo prazos prejudicará também os trabalhadores dos países desenvolvidos. Já percebemos a migração de grandes multinacionais para países onde existem menos direitos trabalhistas ou a remuneração é mais baixa, nivelando por baixo o salário dos trabalhadores em nível internacional, causando desemprego nos países ricos e aumentando a acumulação do capital.

A defesa dos direitos nos acordos internacionais é de interesse de todos os trabalhadores do mundo e destacamos aqui alguns pontos que consideramos fundamentais para garantir esses direitos, que por sua vez são reivindicações do movimento sindical brasileiro:

a) Desenvolvimento sócio-econômico deve ser solidário. A democracia e os direitos sociais devem servir como base para uma nova cooperação entre os países. Fortalecimento da democracia num continente historicamente marcado por ditaduras interessa aos movimentos sociais, pois esses são os principais atingidos quando a democracia deixa de existir;

b) A necessidade de uma Consertação Social para erradicar a pobreza, a fome, a mortalidade e a desnutrição infantil, o desemprego e a precariedade do trabalho, a pressão contra as

estruturas fragilizadas de seguridade e solidariedade social;

c) Elaboração de instrumentos jurídicos efetivos de proteção ao direito e liberdades fundamentais do cidadão e de controle social das políticas, com adoção das Convenções da OIT, de cláusulas trabalhistas e de direitos sociais nos acordos comerciais entre os países/ blocos e na OMC e combate à limitação dos direitos trabalhistas em muitas empresas.

d) Incorporação de conteúdos democráticos novos, com maior participação social uma vez que o modelo social e político americano e europeu são insuficientes para reverter o quadro de exclusão social da América Latina, da África e outras regiões subdesenvolvidas.

e) A exigência de contrapartidas sociais nos investimentos produtivos e nas políticas públicas, tendo como metas a geração de emprego e renda, melhora das relações e condições de trabalho, responsabilidade social e econômica das empresas;

f) Introdução de um código de conduta determinando marcos regulatórios às ações das empresas transnacionais para que respeitem direitos sindicais e trabalhistas;

g) Constituição de comitês sindicais mundiais que atuam em grandes corporações multinacionais, com poder de pressão organizativa e efetiva;

h) Inclusão de conteúdos específicos, aprovados na 2ª. Cúpula Sindical, na Cidade do México, em 16 de abril de 2004, que prevê a democratização da terra, a soberania alimentar e a defesa da agricultura familiar. Assim como política de inclusão para índios e afro-descendentes e políticas para as migrações e seus impactos econômicos e sociais.

Responsabilidade social das empresas

É comum ouvirmos que esta ou aquela empresa tem responsabilidade social e assistirmos o desenvolvimento de ações que podem iludir os desavisados e levá-los a acreditar que estas, efetivamente, estão contribuindo para a diminuição das disparidades sociais.

Sabemos, no entanto, que nas bolsas de valores as empresas “éticas” têm desempenho melhor que as demais, além de ser notório que normalmente este “ética” não passa de estratégia de “marketing”. No Brasil, as empresas, têm adotado estas ações como uma maneira e burlar ou diminuir o pagamento de impostos, pois a legislação permite descontar do Imposto de Renda este tipo de ação.

Este novo comportamento das empresas – que na verdade está longe de compromisso social – leva a situações emblemáticas como o caso da Parmalat que num país africano entendia estar cumprindo seu papel social dando um copo de leite por semana a crianças famintas, enquanto por outro lado nem mesmo recebia os dirigentes sindicais para atender às reivindicações dos trabalhadores.

Portanto, propomos que o movimento sindical latino-americano, com apoio dos diversos outros setores da sociedade civil organizada elabore uma “Carta de Princípios sobre a

Responsabilidade Social das Empresas", onde sejam estabelecidas um conjunto de regras mínimas que as empresas devem adotar em todas as suas filiais, na sua cadeia produtiva, na relação com governos, outras empresas, a sociedade civil do país instalada e com os trabalhadores.

É necessário que o comportamento das empresas mude radicalmente, tanto na forma como se relacionam com os trabalhadores como na maneira que se comporta dentro da comunidade. É assim que consideramos que uma empresa não pode ser classificada como socialmente responsável quando: não paga em dia seus impostos; não respeita ou reprime a organização sindical; pratica preconceito contra as mulheres, negros, indígenas, e portadores de necessidades especiais; não cumpre a legislação trabalhista; não respeita o meio ambiente; não se recusa a comprar produtos de empresas que utilizam o trabalho escravo, forçado e infantil; obriga seus funcionários a cumprir horas-extras; não abre seu balanço para que a sociedade, o estado e o sindicato exerçam o controle, fiscalizem e tenham acesso às informações sobre a lucratividade; exerce assédio moral; force a competição e a produção desenfreada que supere a capacidade do ser humano; não respeite o consumidor.

Recusamo-nos a aceitar como algo normal o fato de uma mega-empresa como a Coca-Cola – segundo denúncias – utilizar-se do trabalho infantil em sua cadeia produtiva em El Salvador, onde trinta e cinco mil crianças são contratadas como ajudantes.

Portanto, a responsabilidade social que estamos dispostos a cobrar das empresas é bem mais do que as maquiagens que fazem com objetivos de se apresentarem de forma simpática ao consumidor e aumentar seus lucros, queremos estabelecer um Índice de Sustentabilidade e Responsabilidade Social das Empresas que considere a integração de fatores ambientais, sociais, econômicos e de governança corporativa, que leve em conta os interesses dos investidores, trabalhadores, consumidores e capacidades de respostas às mudanças sociais.

A globalização que queremos

A recente posse de Tabaré Vázquez no Uruguai soma-se positivamente aos governos democrático-populares e defensores da soberania nacional de Kirchner na Argentina, Lula no Brasil e Hugo Chávez na Venezuela, imprimindo uma **nova geografia** que tem nas relações comerciais um dos aspectos importantes, mas não o único.

Assim, a globalização que estes governos de caráter popular defendem necessariamente não é a mesma de Bush. E o movimento sindical latino-americano se solidariza com eles na busca de uma globalização que leve em conta o ser humano e não o lucro.

Queremos um tipo de globalização que socialize para todo o planeta aquilo que os povos ao longo da sua história construíram de bem, de positivo.

Não nos interessa que o poder econômico desenvolva formas cada vez mais sofisticadas e globalizadas de apropriação da riqueza do planeta em benefício de uma pequena minoria, gerando miséria, fome e guerra no resto do mundo.

O tipo de globalização que queremos e a presente no Fórum Social Mundial, onde se busca

caminhos que permitam a todo ser humano deste planeta viver com dignidade, alegria, alimentado, com acesso à cultura, à educação e o respeito pelas suas especificidades.

No Fórum da Sociedade Civil, realizado durante a XI UNCTAD na cidade de São Paulo, em novembro do ano passado, chegou-se a um conjunto de proposta que podem ser norteadas de uma globalização que interesse aos povos e não às empresas, bancos e governos do Norte. São elas:

- a) Um sistema global de comércio que beneficie todos os povos e proteja o meio ambiente;
- b) Desenvolvimento sustentável do planeta;
- c) A inclusão social;
- d) Igualdade de gênero, em especial de seus povos mais pobres e sem poder decisório;
- e) O comércio ou o aumento dos fluxos financeiros podem ser meio para alcançar o desenvolvimento sustentável, mas não são fins em si mesmo;
- f) Por um sistema de comércio que não beneficie unicamente as empresas multinacionais, criando iniquidades internacionalmente;
- g) Construção social de direitos, reconhecendo e respeitando o cidadão como sujeito de direitos;
- h) A integração de blocos (Europa-América Latina e Caribe, sul-sul) pode ser uma oportunidade para construir uma outra mundialização;
- i) Fortalecimento das organizações dos trabalhadores e da representação sindical nos locais de trabalho, ampliação da organização internacional dos trabalhadores;
- j) As iniciativas em desenvolvimento devem ser estimuladas e ampliadas em todos os níveis, principalmente fortalecidas nas bases, junto aos que mais que são mais desrespeitados: os trabalhadores e trabalhadoras.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=148&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=148&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre las políticas sociales

La presencia de gobiernos democráticos y progresistas en América Latina plantea la necesidad de articular un modelo de políticas sociales que recoja las demandas históricas de los pueblos que han luchado por la igualdad, la justicia, las libertades democráticas, la defensa del medio ambiente y la soberanía nacional. Dichas políticas no pueden dejar de tomar en cuenta el respeto y promoción de derechos políticos, sociales y humanos que garanticen la participación de los pueblos en la definición del rumbo de los países, garantizando su desarrollo pleno y multilateral. La equidad de género; la erradicación de la tortura y cualquier tipo de discriminación; los derechos de los pueblos indios; los derechos de los jóvenes y de la comunidad de la diversidad sexual; el fomento de una nueva cultura política fundada en la lucha contra la corrupción y la solidaridad; las libertades de expresión y manifestación, entre otros, deben ser aspectos contemplados en la forma de gobernar y legislar de quienes pensamos que otra América Latina es posible.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=132&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=132&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre la responsabilidad de Mireya Moscoso en la liberación de Posada Carriles

Considerando, que el Parlamento Centroamericano –PARLACEN- alberga dentro de su seno a Diputados y Diputadas electos por voto directo y secreto.

Considerando, que el PARLACEN es una instancia que reivindica los derechos humanos, el respeto entre los pueblos, y la lucha contra el terrorismo, entre otros.

El Foro de SP lamenta la incorporación al PARLACEN de Mireya Moscoso como Diputada Designada por el Estado de Panamá, por ser la responsable de la liberación del terrorista Posada Carriles y que demostró con esta acción su apoyo a las políticas de terrorismo de estado y terrorismo internacional de la administración del gobierno de Estados Unidos de América.

La presencia de personajes con esta reputación desprestigia al Parlamento Centroamericano, institución que impulsa la integración regional a partir de su amplia representación democrática.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=131&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=131&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución del Foro de São Paulo sobre Chile

El Foro de São Paulo resuelve:

Expresar su solidaridad con el movimiento que exige la libertad de los seis prisioneros políticos que aún existen en Chile. En la cárcel de alta seguridad se encuentran los compañeros Hardy Peña que ya cumple 12 años en prisión, Pablo Vargas 14 años en prisión, Claudio Melgarejo 12 años, René Salfate 9 años y Julio Peña 11 años. En el Penal de Colina se encuentra Hedor Sanchez con 14 años en prisión.

Manifestamos el respaldo al movimiento que solicita al Congreso que apruebe un nuevo proyecto de ley que permita su libertad.

Nos sentimos conmocionados y entregamos nuestra solidaridad a estos compañeros presos políticos que ya cumplen 50 días de huelga de hambre como recurso extremo para sensibilizar a la opinión pública nacional e internacional.

Extendemos la solidaridad y la petición de libertad para los lonkos (dirigentes) del pueblo mapuche, injustamente detenidos en las cárceles de la novena región.

Solidariza con el compañero Sergio Galvarino Apablaza Guerra destacado dirigente en la lucha por terminar con la dictadura de Pinochet, detenido en Argentina. Apoya al movimiento de derechos humanos, organizaciones sociales y políticas tanto de Chile como de Argentina que solicitan a la Justicia Argentina no sea extraditado y se le otorgue la calidad de refugiado, y que pueda seguir viviendo junto a su familia en Argentina.

El Foro de Sao Paulo apoya a las organizaciones políticas y sociales que en Chile exigen el término del excluyente sistema electoral binominal. Y se pronuncian a favor de un sistema electoral democrático que permita la representación plural, proporcional a la influencia electoral que en forma real las distintas fuerzas tienen.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=105&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=105&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Colombia

El XII Encuentro del Foro de São Paulo rechaza enfáticamente la aprobación por el Congreso Nacional Colombiano de la llamada ley de justicia y paz, que consagra la impunidad de los graves crímenes de lesa humanidad cometidos por los grupos paramilitares, quienes han actuado con la complicidad de la Fuerza Pública durante décadas.

Los grupos paramilitares son responsables de miles de asesinatos, desapariciones, atentados, masacres y desplazamiento, contra dirigentes sociales y de oposición política, así como miembros de organizaciones sindicales, campesinos, indígenas y populares.

Reafirmamos nuestro compromiso y solidaridad con las organizaciones y familias víctimas en su lucha por garantizar sus derechos, a la justicia, la verdad y la reparación.

Exigimos que la OEA revise la Misión MAPP-OEA, para que este organismo no siga legitimando un proceso de impunidad y por el contrario, encamine sus esfuerzos a garantizar los derechos de la sociedad colombiana y sus víctimas.

Enfatizamos nuestra disposición de contribuir para que en Colombia se avance en la solución política del conflicto armado interno y se supere la profunda y grave crisis humanitaria y de derechos humanos que afecta a millones de colombianos.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=106&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=106&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)



XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Cuba

El XII Encuentro del Foro de Sao Paulo demanda el cese del bloqueo y la hostilidad del imperialismo norteamericano contra Cuba, y la liberación de los cinco compañeros cubanos presos en cárceles de los Estados Unidos por el supuesto delito de luchar contra el terrorismo.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=107&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=107&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)



XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre El Salvador

El Foro de São Paulo reunido en la ciudad de São Paulo, del uno al cuatro de julio de 2005, expresa su solidaridad con los trabajadores despedidos del Ministerio de Gobernación de El Salvador, entre ellos varios dirigentes de su organización laboral; ocho de los cuales, representando a todos sus compañeros han realizado treinta y cinco días de “huelga de hambre” demandando sus derechos constitucionales (a la organización, a la estabilidad laboral, a la indemnización proporcional por sus años trabajados) que han sido violados por el gobierno de ARENA del Presidente Elías Antonio Saca.

Demandamos el respeto a los derechos laborales y derechos humanos del pueblo salvadoreño.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=109&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=109&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Haití

El Foro de São Paulo manifiesta toda su solidaridad y resuelve enviar una misión de partidos del Foro que, junto a entidades de parlamentares latino-americanos como COPPPAL y COPA, se reúna con todas las expresiones sociales y políticas de Haití. El objetivo de la misión es profundizar el conocimiento de la situación y discutir acciones comunes para la reconstrucción política, económica, social y ambiental de Haití.

Considerando que el Foro de São Paulo respeta y aplica como principio general del derecho internacional el derecho a la autodeterminación de los pueblos, hacemos votos para la rápida reinsertión soberana de la nación haitiana en la comunidad internacional.

Con ese fin, demandamos que la totalidad de la deuda externa de Haití sea condonada como una contribución para superar la situación de pobreza extrema que sufre su pueblo.

Asimismo exigimos que los países donadores, comprometidos con Naciones Unidas a financiar el plan para la reconstrucción de Haití, cumplan ese compromiso inmediatamente.

Nota: la delegación del Partido Comunista Brasileiro manifestó su discordancia con relación a esta resolución.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=129&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=129&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre la Academia Internacional para la Aplicación de la Ley (ILEA)

El XII Encuentro del Foro de São Paulo, a 15 años de su fundación en 1990,

Considerando:

- 1.- Que el gobierno actual de los Estados Unidos proyecta establecer en El Salvador una academia internacional policial y militar, bajo el nombre encubridor de "Academia Internacional para la Aplicación de la Ley –ILEA- (por sus siglas en inglés), cuya finalidad es influir e instrumentalizar ideológica, política y orgánicamente en el funcionamiento de las policías y ejércitos de América Latina, al estilo de la "Escuela de las Américas" que, funcionó en la zona del Canal de Panamá hasta la panameñización de éste;
- 2.- Que este proyecto fue rechazado con anterioridad con ejemplar dignidad, por varios países latinoamericanos, especialmente por el Congreso de Costa Rica, cuya argumentación jurídica y principista es impecable e irrefutable en defensa de la soberanía y autodeterminación nacional;
- 3.- Que el desarrollo de nuestros países solamente puede desenvolverse en función de sus pueblos mayoritariamente pobres, sobre la base de la plena autodeterminación, de la democracia participativa y el rechazo al interesado intervencionismo de quienes históricamente instrumentalizaron a las fuerzas armadas latinoamericanas y caribeñas para ejercer su asfixiante hegemonía imperial.

Por tanto resuelve:

- 1.- Condenar y rechazar el proyecto de instalación de la Academia ILEA, u otro proyecto similar en El Salvador o en cualquiera otro país latinoamericano o caribeño, por ser un emprendimiento típicamente intervencionista y subordinante de nuestras naciones.
- 2.- Exhortar a todos los partidos y demás organizaciones del Foro de São Paulo a expresar su activa solidaridad con la lucha del FMLN y de todas las fuerzas sociales y políticas de El Salvador en rechazo de la instalación de ILEA en ese país.

São Paulo, 4 de julio de 2005

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=130&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=130&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Nicaragua

Considerando que recientemente el Presidente de la República de Nicaragua, Ingeniero Enrique Bolanos Gayer ha tomado decisiones que atropellan el estado de derecho, situándose "por encima de la ley", violando la Constitución de la República, desconociendo la autonomía de los otros poderes del Estado y vulnerando la institucionalidad del país.

Tomando en cuenta que el Presidente Bolanos Gayer, se rehúsa a reincorporarse al Dialogo Nacional con las principales fuerzas políticas del país, el FSLN y el PLC, para encontrarle solución a los problemas más acuciantes que vive actualmente el pueblo nicaragüense.

Preocupados por que esta situación profundiza la crisis económico social y pone en riesgo la estabilidad nacional y regional.

Los partidos políticos participantes en el XII Encuentro del Foro de Sao Paulo, resolvemos:

Exhortar al Presidente de la República de Nicaragua garantizar el estado de derecho y fortalecer la institucionalidad, reconociendo la legitimidad de las reformas constitucionales recientemente aprobadas por la Asamblea Nacional.

Instar al Presidente de Nicaragua, Ingeniero Enrique Bolanos Gayer, a reincorporarse al Diálogo Nacional, para seguir explorando las vías de solución a la problemática nacional.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=133&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=133&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)



XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Puerto Rico

Los partidos del Foro de São Paulo, reunidos en ocasión del quince aniversario de su primera reunión y cónsonos con sus declaraciones anteriores expresan su repudio a la condición colonial de Puerto Rico, reclaman del gobierno de los Estados Unidos que asuma su responsabilidad para que el pueblo puertorriqueño pueda ejercer plenamente su derecho inalienable a la libre determinación y la independencia, y reitera su apoyo incondicional a la independencia de esta hermana nación latinoamericana y caribeña.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=135&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=135&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Venezuela

El pleno del XII Encuentro del Foro de São Paulo

Considerando:

1. que en Venezuela estos años han sido de grandes logros, tanto a nivel político, social, como en lo económico. La derrota del Golpe de Estado y del paro petrolero en el 2002, el triunfo en el Referendo Revocatorio donde el Presidente Chávez logró una aplasante mayoría, los éxitos de las misiones sociales (en educación y salud) así como en la economía ha llevado a que se viva un proceso de consolidación de la revolución en marcha.
2. que los sectores opositores al Gobierno del Presidente Chávez, han sufrido derrotas sucesivas en sus intentos por hacerlo caer y ya no les quedan muchos recursos institucionales. Los medios de prensa en manos de poderosos sectores de la derecha, con lazos nacionales e internacionales, juegan un papel de bombardeo ideológico, pretendiendo revertir la credibilidad, desestabilizar, correr rumores e instigar la desconfianza.

Atento:

A que la administración Bush ha sumado varias derrotas políticas en el continente como por ejemplo su propuesta en la 356ª. Reunión de Cancilleres de la OEA del "monitoreo a las democracias" que habilitaba la intervención militar y estaba dirigido en primer lugar al Gobierno de la república Bolivariana de Venezuela.

A que el imperialismo yanqui ha echado a andar su estrategia desestabilizadora en la región, pretendiendo recuperar su terreno de dominación perdido, apuntando a la Revolución Bolivariana, al Presidente Chávez y a recuperar para sí los recursos energéticos cuyas reservas son las mayores del continente latinoamericano, El Foro de São Paulo declara:

1. que estrecha filas en torno a la defensa de este proceso bolivariano y en contra el operativo calumnioso que trata de involucrar al Presidente Chávez con intentos injerencistas en otros países.
2. que rechaza de plano todo intento de injerencia e intervención en los asuntos internos de los países latinoamericanos y caribeños.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=138&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=138&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

Untitled Document

im_/Foro/12-14.htm (2 of 2)2/12/2008 16:05:38



Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre Guatemala

El XII Encuentro del Foro de Sao Paulo, resuelve:

Demandar al Gobierno de Guatemala tomar en cuenta los resultados de las consultas populares que a nivel municipal se realicen ese país, como forma de consulta a la población sobre el destino de los recursos naturales y proyectos de exploración y explotación minera.

Existe en Guatemala la legislación nacional contenida en la Constitución de la República, Código Municipal y Ley de los Consejos de Desarrollo Urbano y Rural que garantizan los mecanismos de consulta popular a diferentes niveles, así como lo contenido en el Convenio 169 de la OIT relacionado a los derechos de los pueblos indígenas y ratificado por la República de Guatemala.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=128&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=128&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución de apoyo a la declaración de la Cumbre América del Sur - Países Árabes

El Foro de São Paulo manifiesta su apoyo a la "Declaración de Brasília", emitida por la Cumbre América del Sur – Países Árabes, reunida el mes de mayo de 2005, y enfatiza la importancia de los términos del punto 2.8:

"Reafirman la necesidad de alcanzar una paz justa, duradera y completa en el Medio Oriente, con base en el principio de tierra por paz y en las resoluciones pertinentes del Consejo de Seguridad y de la Asamblea General de la Naciones Unidas, particularmente las Resoluciones 242 (1967) Y 338 (1973) DEL Consejo de Seguridad, así como el Acuerdo –marco de Madrid y la "Iniciativa de Paz Árabe", que garantice la seguridad de todos los países de la región. Igualmente subrayan la necesidad de realizar la plena implementación de la "Hoja de Ruta". Reafirman la necesidad de materializar los derechos nacionales legítimos del pueblo palestino y de implementar la Resolución 1515 (2003) del Consejo de Seguridad, así como de la creación del Estado Palestino independiente con base en las fronteras de 1967, que coexista pacíficamente al lado del Estado de Israel , y la retirada de Israel de todos los territorios árabes ocupados hasta las fronteras del 4 de junio de 1967 y el desmantelamiento de los asentamientos, inclusive los de Jerusalén del Este. Toman debidamente en cuenta la opinión consultiva de la Corte Internacional de Justicia del día 9 de julio de 2004 correspondiente a "Las Consecuencias Legales de la Construcción de un Muro en los Territorios Palestinos Ocupados" y exhortan, a todas las partes interesadas a cumplir con la referida opinión consultiva."

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=102&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=102&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre nuestro desarrollo educativo, cultural y tecnológico

La vocación democrática e integradora de nuestros países debe cifrarse en un sólido compromiso con el desarrollo educativo, cultural, científico y tecnológico. Actualmente sólo 2 de cada 10 jóvenes latinoamericanos cursan la educación superior; sólo destinamos entre 4 y 5.5% de nuestro Producto Interno a Bruto al financiamiento educativo (cuando la UNESCO recomienda 8%), entre 0.05 y 0.1% a la cultura (cuando la UNESCO recomienda el 1%) y menos del 0.5% a la Ciencia y la Tecnología (entre 3 y 10 veces menos que los países desarrollados). Es fundamental aumentar el gasto público en estos ámbitos en el marco de una reforma integral de las políticas públicas y el fortalecimiento de los derechos sociales. Debemos educar a nuestros jóvenes y nuestros niños para la solidaridad, el respeto a los derechos humanos, la conciencia ciudadana y la fraternidad latinoamericana. Es nuestra tarea la construcción de una política cultural fundada en la diversidad y el respeto a la libertad creativa. El intercambio y el crecimiento educativo, cultural, científico y tecnológico, serán ejes imprescindibles del desarrollo económico, democrático y social de una América Latina libre e independiente.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=108&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=108&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre la Renta Básica de Ciudadanía

El XII encuentro del Foro de Sao Paulo realizado del 1° al 4 de julio de 2005 en Sao Paulo, Brasil, realizado en un momento especial para el continente americano debido a los relevantes cambios políticos que han tenido lugar en nuestras naciones, por ello el XII Encuentro del Foro de Sao Paulo, en el que se celebraron los quince años de esta confluencia de partidos y organizaciones de izquierda

RESUELVE

1. Recomendar que en todas las Asambleas Nacionales (Congresos Federales) de América Latina se debata la instauración gradual de la **Renta Básica de Ciudadanía** como un derecho de todas las personas sin importar su origen, raza, edad, sexo, condición civil o religiosa, incluso socioeconómica para recibir una renta suficiente que cubra sus necesidades vitales y que representa el derecho de participar de la riqueza de las Naciones.

Proponentes: Senador Eduardo M. Suplicy, Senador Antonio Navarro, Congresista Javier Díaz-Canseco, Senador León, Lev, Dip. Enrique Vivas, Senador Ricardo Gerardo Higuera, Dip. Víctor Chirinos, Dip. Filinto Durán C., Dr. Rosinha.

2. Impulsar la Carta Social en el contexto de un escenario propicio para llevar a la discusión los fundamentos esenciales y principios elementales de la Carta de los derechos sociales, culturales y económicos para los pueblos de nuestra América, iniciativa del gobierno de la República Bolivariana de Venezuela ante la Organización de los Estados Americanos y que ha sido producto de la construcción colectiva en un amplio escenario a nivel nacional e internacional.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=136&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=136&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución sobre el respeto a los Derechos Humanos en nuestro continente

1. Nuestros pueblos latinoamericanos y del Caribe han enfrentado durante años las acciones represivas de gobiernos dictatoriales y/o autoritarios cuya finalidad ha sido poner fin a la insurgencia y lucha por la democracia, la justicia y la equidad social.

2. Es así que durante décadas hemos vivido desapariciones forzadas, ejecuciones sumarias, tortura, genocidio, y otros crímenes de guerra y lesa humanidad cuyos responsables directos o intelectuales siguen viviendo en la más absoluta impunidad, a pesar de los aún limitados y muchas veces infructuosos esfuerzos para que paguen sus crímenes ante la sociedad y el mundo.

3. Una nueva expresión de la perversión del sistema de justicia en nuestro continente y de la subordinación a la concepción de seguridad hemisférica estadounidense se manifiesta en la criminalización de la protesta y la lucha social e insurgente como actos de "terrorismo internacional", como sucede en Colombia y en muchos de nuestros países.

4. Cientos de compañeros y compañeras de partidos y organizaciones de nuestros países están en este momento presos por su participación militante en la lucha por la liberación social y nacional.

5. En algunos de nuestros países, como resultado de la lucha de los movimientos sociales, populares y organizaciones nacionales e internacionales de derechos humanos, ha surgido una incipiente posibilidad de sancionar, reconociéndose desde el propio Estado en sus poderes ejecutivo, judicial y legislativo, la responsabilidad de los crímenes del terrorismo de Estado cometidos en el pasado, y por ello en la necesidad de crear una normatividad que rompa el círculo de la impunidad en la que han vivido estos criminales. Es así que en Argentina, la Suprema Corte de Justicia dio respaldo a la decisión del Congreso de anular las leyes de punto final y obediencia debida; en México se han consignado expedientes de criminales y genocidas; en Chile se cursa un proceso de enjuiciamiento al dictador Augusto Pinochet y a otros responsables de los crímenes de Estado.

6. Conscientes de la trascendencia de reivindicar como un principio de ética política fundamental en nuestros pueblos la lucha por la justicia y en contra de la impunidad

El Foro de Sao Paulo, a quince años de su fundación, se pronuncia por:

PRIMERO. La libertad incondicional de todas y todos los prisioneros que por motivos políticos sufren la reclusión. En particular, en el caso del compañero Víctor Polay preso en Perú, denunciarnos el proceso en el que jueces enmascarados lo inculparon y, ante la reposición del

proceso, demandamos un juicio conforme lo establecen los principios del derecho penal internacional de los derechos humanos. En el caso de Chile, este foro aprueba una resolución particular.

SEGUNDO. La presentación con vida de las y los compañeros víctimas de la desaparición forzada e involuntaria y el castigo a los responsables de estos actos.

TERCERO. El castigo a los responsables de los crímenes contra luchadores sociales promovidos desde las esferas del Estado (Aguas Blancas y Acteal en México, el asalto a la embajada española en Guatemala y muchos otros aún impunes). De manera particular, que en el proceso penal que se sigue a los asesinos del compañero ecuatoriano y miembro de este Foro de Sao Paulo, Jaime Hurtado González, se les sancione con todo el rigor de la ley penal internacional y doméstica.

CUARTO. La destrucción del círculo de impunidad en todos nuestros países. Los crímenes de guerra, el genocidio y los crímenes de lesa humanidad son sancionados por el derecho penal internacional bajo el principio de las normas *ius cogens* que establecen la imprescriptibilidad de los más graves crímenes contra la humanidad. Por ello, los poderes del Estado deben generar las acciones judiciales, legislativas y de gobierno para conocer la verdad histórica, procurar e impartir justicia sancionando a los responsables, reparar el daño moral infringido a la sociedad y crear condiciones normativas y judiciales para que nunca más se repitan los crímenes de Estado.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=137&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=137&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución en contra del Femicidio

Los partidos políticos reunidos en el XII Encuentro del Foro de São Paulo:

Considerando, que las mujeres sufren la violencia de forma más intensa, sufren violencia por el hecho de ser mujeres, tanto en el ámbito de las relaciones familiares, como en el marco de los conflictos armados, en los fenómenos migratorios, y por motivos culturales, raciales, religiosos y económicos, profundizados por las políticas neoliberales, manifiesta su profunda preocupación e indignación contra la violencia feminicida.

Así mismo, condena que miles de mujeres, niñas y niños latinoamericanas están siendo sometidas y sometidos a tráfico, trata y venta, en condiciones de esclavitud, la cual considerábamos abolida, situación que se agrava entre la población obligada a migrar o desplazarse por razones económicas o políticas.

Este XII Encuentro del Foro de Sao Paulo condena los ataques sistemáticos a los derechos humanos de las mujeres y niñas, en especial las violaciones y la utilización del cuerpo de la mujer como botín de guerra, como sucede en Haití y en el conflicto armado interno colombiano.

Por lo anterior, el XII Encuentro del FORO DE SÃO PAULO, se compromete a promover, a nivel nacional e internacional, la tipificación del delito de feminicidio como delito de lesa humanidad.

Nota: esta resolución fue propuesta en el Taller de Mujeres y aprobada en el Plenario.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=125&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=125&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Resolución de condena al terrorista Posada Carriles

Considerando

- Que en fecha 06 de octubre de 1976, un avión de la Empresa Cubana de Aviación fue objeto de un abominable acto terrorista en la isla de Barbados, estallándose en el aire y segando la vida de pasajeros y tripulantes, entre los que se encontraban hermanos deportistas de la República de Cuba, estudiantes guyaneses y ciudadanos coreanos.
- Que la responsabilidad material de ese condenable hecho terrorista recayó en los venezolanos Hernán Ricardo y Freddy Lugo, y que la investigación posterior determinó que el siniestro plan fue preparado en Caracas, bajo la dirección de Orlando Bosh y Luís Posada Carriles, cubano-venezolano, quien desde 1967ejerció altos cargos policiales, desempeñándose, entre otros, como Jefe de la Brigada de Explosivos de la Disip conocido con el alias de "Comisario Basilio".
- Que el terrorista Luis Posada Carriles burló en forma reiterada, y con uso de violencia, a la justicia venezolana, logrando fugarse de distintos centros penitenciarios, siendo la más destacada la fuga de la cárcel de San Juan de Los Morros, el 18 de agosto de 1.985.
- Que los actos terroristas constituyen crímenes de lesa humanidad que deben ser castigados por los organismos competentes, en cualquier país del mundo.
- Que los familiares de las Víctimas y sus respectivos pueblos esperan confiados que se haga justicia por este aberrante acto terrorista.

Y se acuerda

PRIMERO.- Respalda la decisión del Tribunal Supremo de Justicia de la República Bolivariana de Venezuela que, en forma soberana autónoma e independiente, acordó la solicitud de extradición del terrorista Luis Posada Carriles al Gobierno de los Estados Unidos de Norteamérica.

SEGUNDO.- Ratificar nuestro repudio y condena a este abominable acto terrorista, así como a hechos de similar naturaleza que se produzca en cualquier lugar del mundo.

TERCERO.- Solicitar al Gobierno de los Estados Unidos de Norteamérica informar sobre la situación en que se encuentra en ese país el terrorista Luís Posada Carriles, y proceda a su inmediata extradición conforme el acuerdo de extradición sucrito con la República Bolivariana de Venezuela.

CUARTO.- Exhortar a la Organización de Estados Americanos (OEA), a la Organización de las Naciones Unidas (ONU) y a la comunidad internacional, con el objetivo de unir todos los esfuerzos para lograr la captura y extradición de uno de los más peligrosos terroristas que conozca la historia de Latinoamérica y el Caribe.

QUINTO.- Exhortar al Congreso de los Estados Unidos de Norteamérica a ratificar su rechazo al terrorismo y su decisión de enfrentar este terrible flagelo.

SEXTO.- Hacer entrega del presente Acuerdo a las representaciones diplomáticas acreditadas en nuestros países y los Estados Unidos de Norteamérica.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=134&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=134&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)



XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Mesa de Parlamentarios del Foro de São Paulo

Resolutivos

El XII encuentro del Foro de Sao Paulo realizado del 1° al 4 de julio de 2005 en Sao Paulo, Brasil, se realizó en un momento especial para el continente americano debido a los relevantes cambios políticos que han tenido lugar en nuestras naciones, por ello los parlamentarios asistentes al XII Foro de Sao Paulo, en el que se celebraron los quince años de esta confluencia de partidos y organizaciones de izquierda.

Resuelven

1. Recomendar que en todas las Asambleas Nacionales (Congresos Federales) de América Latina se debata la instauración gradual de la **Renta Básica de Ciudadanía** como un derecho de todas las personas sin importar su origen, raza, edad, sexo, condición civil o religiosa, incluso socioeconómica para recibir una renta suficiente que cubra sus necesidades vitales y que representa el derecho de participar de la riqueza de las Naciones.

Proponentes: Senador Eduardo M. Suplicy, Senador Antonio Navarro, Congresista Javier Díaz-Canseco, Senador León, Lev, Dip. Enrique Vivas, Senador Ricardo Gerardo Higuera, Dip. Víctor Chirinos, Dip. Filinto Durán C., Dr. Rosinha.

2. Impulsar la Carta Social en el contexto de un escenario propicio para llevar a la discusión los fundamentos esenciales y principios elementales de la Carta de los derechos sociales, culturales y económicos para los pueblos de nuestra América, iniciativa del gobierno de la República Bolivariana de Venezuela ante la Organización de los Estados Americanos y que ha sido producto de la construcción colectiva en un amplio escenario a nivel nacional e internacional, bajo los siguientes

Considerandos

- Que la acumulación de los niveles de pobreza a lo largo de nuestros pueblos en el continente americano, produciendo situaciones marcadas de inequidad y exclusión social, vulnerando la calidad de vida de millones de ciudadanos y la consecuente marginación a la que están sometidos.

- Que apoyamos las acciones de política exterior que lleva adelante el gobierno bolivariano para impulsar y, a su vez, fortalecer el proceso de integración, el pensamiento de Simón Bolívar, como suma del legado a sus libertadores y el rechazo al pensamiento único, expresión de un neoliberalismo excluyente, al cual le hemos hecho frente con el arma más

poderosa del ser humano, los intereses sociales y colectivos frente a los particulares.

- Que propugnamos por la adopción por parte de las naciones que conforman nuestra América de una legislación uniforme a partir de la Carta Social de las Américas para resolver los problemas de nuestra comunidad partiendo, en su formación, del respeto a la dignidad del ciudadano, y de la consideración de sus necesidades básicas que es lo fundamental por sobre imperativos económicos, en un escenario de justicia.

- Que expresamos que no podemos apoyar ninguna iniciativa que violente el derecho de los pueblos a su autodeterminación ni que nación alguna respaldada por la fuerza coercitiva de las armas y el capital intente transgredir las decisiones de las mayorías mediante acciones que vulneren los principios de respeto a los derechos del ser humano

En consecuencia con lo antes expuesto:

Acordamos:

- Continuar impulsando para todos los pueblos del Continente la verdadera noción de ciudadanía entendida como la titularidad de nuevos sujetos de derechos no sólo políticos y civiles sino sociales, económicos y culturales establecidos en la Carta Social de las Américas y su correlativa exigibilidad al Estado que los lleven a detentar los bienes de vivienda, educación, salud, trabajo, en el marco de una vida social plena,

- Reafirmar la carta social de las Américas como el instrumento idóneo para el logro de estos fines, es el proyecto que debemos convertir en idea fuerza para que se constituya en guía de la conciencia social de los pueblos de América, mediante el propósito de continuar luchando por la vigencia de los derechos humanos y combatir los sueños imperiales fundados en el egoísmo depredador y el desprecio a las aspiraciones de todos de vivir la vida en toda plenitud.

- Apoyar a las Misiones de nuestras naciones ante la OEA, en virtud de adoptar la Carta Social de las Américas e instar a los países del continente a contribuir con el Grupo9 de Trabajo establecido en el marco de la XXXV periodo de Sesiones Ordinarias de la Asamblea General de la OEA, celebrado del 6 al 7 de junio en For Lauderdale. Así mismo, impulsar un Plan de Acción acorde con una negociación justa, equitativa, democrática y consensuada con las legislaciones de nuestros países, en el más franco espíritu de solidaridad y de integración americanista.

- Exhortar a todos los países del Continente Americano a comenzar procesos internos de discusión y análisis colectivos con las fuerzas sociales y demás actores en cada una de las naciones con la profunda convicción de que la ciudadanía, con un espíritu integrador a la vida política y social, serán los principales impulsores de la Carta Social de las Américas,, lo que estimulará en las demás Misiones ante la OEA, acciones tendientes a enriquecer favorablemente las negociaciones de este importante instrumento jurídico y así nuestro hemisferio siga demostrando ante el mundo que el sueño de Simón Bolívar sigue vigente

con el reestablecimiento pleno de los Derechos Sociales, Culturales y Económicos para una vida digna de los ciudadanos de América.

3. Pronunciarnos en contra de la instalación en cualquiera de nuestros países de la **ACADEMIA INTERNACIONAL PARA LA APLICACIÓN DE LA LEY (ILEA)**, por considerar que su actividad va orientada a imprimirle a las policías nacionales una visión militar, fundamentada en la concepción estadounidense de la lucha contra el terrorismo, crimen organizado-narcotráfico y contra la corrupción lo cual lleva intrínseca la comisión de violaciones a los derechos humanos y las garantías individuales.

4. Promover un **ENCUENTRO TÉCNICO POLÍTICO** entre una delegación de parlamentarios de partidos políticos integrantes del Foro de Sao Paulo con representantes del Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial, el Banco Interamericano de Desarrollo, así como con congresistas de los Estados Unidos de América.

El encuentro tendría como finalidad realizar un intercambio de opiniones entre las entidades participantes sobre la realidad de América Latina desde una perspectiva histórica con especial referencia a sus aspectos políticos, económicos y sociales; sus principales problemas y propuestas para superar la actual situación.

La delegación estaría integrada, entre otros, por la compañera Blanca Flor Bonilla del FMLN, el Dr. Rosinha del PT de Brasil, el senador Carlos Baraibar del Frente Amplio de Uruguay y el senador Ricardo Higuera del PRD-México, quienes tomarían las acciones apropiadas para tal fin, informando oportunamente al Secretariado del Foro de Sao Paulo y a los miembros del Grupo de Trabajo.

5. Apoyar la propuesta sobre el caso de Luis Posada Carriles bajo los siguientes

Considerandos

- Que en fecha 06 de octubre de 1976, un avión de la Empresa Cubana de Aviación fue objeto de un abominable acto terrorista en la isla de Barbados, estallándose en el aire y segando la vida de pasajeros y tripulantes, entre los que se encontraban hermanos deportistas de la República de Cuba, estudiantes guyaneses y ciudadanos coreanos.

- Que la responsabilidad material de ese condenable hecho terrorista recayó en los venezolanos Hernán Ricardo y Freddy Lugo, y que la investigación posterior determinó que el siniestro plan fue preparado en Caracas, bajo la dirección de Orlando Bosh y Luís Posada Carriles, cubano-venezolano, quien desde 1967 ejerció altos cargos policiales, desempeñándose, entre otros, como Jefe de la Brigada de Explosivos de la Disip conocido con el alias de "Comisario Basilio".

- Que el terrorista Luis Posada Carriles burló en forma reiterada, y con uso de violencia, a la justicia venezolana, logrando fugarse de distintos centros penitenciarios, siendo la más destacada la fuga de la cárcel de San Juan de Los Morros, el 18 de agosto de 1.985.
- Que los actos terroristas constituyen crímenes de lesa humanidad que deben ser castigados por los organismos competentes, en cualquier país del mundo;
- Que los familiares de las Víctimas y sus respectivos pueblos esperan confiados que se haga justicia por este aberrante acto terrorista.

Y se acuerda

PRIMERO.- Respalda la decisión del Tribunal Supremo de Justicia de la República Bolivariana de Venezuela que, en forma soberana autónoma e independiente, acordó la solicitud de extradición del terrorista Luis Posada Carriles al Gobierno de los Estados Unidos de Norteamérica.

SEGUNDO.- Ratificar nuestro repudio y condena a este abominable acto terrorista, así como a hechos de similar naturaleza que se produzca en cualquier lugar del mundo.

TERCERO.- Solicitar al Gobierno de los Estados Unidos de Norteamérica informar sobre la situación en que se encuentra en ese país el terrorista Luís Posada Carriles, y proceda a su inmediata extradición conforme el acuerdo de extradición suscrito con la República Bolivariana de Venezuela.

CUARTO.- Exhortar a la Organización de Estados Americanos (OEA), a la Organización de las Naciones Unidas (ONU) y a la comunidad internacional, con el objetivo de unir todos los esfuerzos para lograr la captura y extradición de uno de los más peligrosos terroristas que conozca la historia de Latinoamérica y el Caribe.

QUINTO.- Exhortar al Congreso de los Estados Unidos de Norteamérica a ratificar su rechazo al terrorismo y su decisión de enfrentar este terrible flagelo.

SEXTO.- Hacer entrega del presente Acuerdo a las representaciones diplomáticas acreditadas en nuestros países y los Estados Unidos de Norteamérica.

6. Respalda y apoya la creación de **TELESUR**, como portavoz de la construcción de una cultura de la resistencia al discurso hegemónico del imperio y como generadora de un pensamiento latinoamericano emancipador frente a la manipulación mediática y al intento hegemónico de imponer un pensamiento único. La Telesur saldrá una deuda comunicacional contraída con nuestros pueblos. La Telesur arranca el 24 de julio como una televisora del sur de Sudamérica promovida por Cuba, Brasil, la República Bolivariana de Venezuela, Argentina y la República Dominicana. Como parte del apoyo se propone que los partidos impulsen promotores independientes que se incorporen a través de su colaboración se pueda incorporar a través de bajar la señal CNL.

7. Organizar un **Encuentro mundial de parlamentarios y la sociedad civil por el acuerdo humanitario y la paz de Colombia** a realizarse los días 29 y 30 de septiembre y 1°. de octubre en Colombia. Esta propuesta surge a partir del Informe presentado por la delegación del Foro de Sao Paulo que hizo una visita de exploración a Colombia para analizar la situación del proceso de paz en la que tuvieron encuentros con todos los actores sociales y políticos para ver cómo ven la situación del país. Esta iniciativa es necesaria para romper el círculo de desinformación a nivel mundial y proponer iniciativas a la paz que se orienten a la ONU, y a todos los organismos de derechos humanos de todo el sistema mundial. La sociedad civil y los grupos sociales y de derechos humanos se verían muy fortalecidos. Se necesita que los parlamentarios colombianos hagan una invitación formal y sean coparticipes de la organización del Encuentro. Se visitó al presidente del Congreso para comentarle la propuesta de parlamentarios. Reconocimiento de las organizaciones en armas para su inclusión en el diálogo fue un planteamiento que hizo la iglesia. La necesidad más urgente es el acuerdo humanitario, lo importante es que las fuerzas insurgentes le dan credibilidad a esta posición.

8. Realizar una visita a **BOLIVIA** para explorar el impulso de una iniciativa similar a la de Colombia y que a través del Grupo de Trabajo del Foro se pueda valorizar una intervención similar, se delega al compañero Diez-Canseco para hacerse cargo de esta propuesta.

9. Llamar la atención sobre la situación política de Nicaragua pues el presidente de la República, Ingeniero Enrique Bolanos Gayse se rehusa a reincorporarse al diálogo nacional con la principales fuerzas del país (FSLN y PLC) cual él mismo se había comprometido desde el pasado 12 de enero, para encontrarle solución a los problemas más acuciantes que vive actualmente el pueblo nicaragüense.

El desconocimiento de la Constitución Política, en enfrentamiento que el primer mandatario ha sostenido con los otros poderes del Estado, aunado a la profundización de la crisis económica-social, ha desembocado en la degradación de la institucionalidad del país, con una proyección peligrosa por la estabilidad nacional y regional.

Esta situación en Nicaragua provoca preocupación de los partidos de izquierda que integramos el Foro de Sao Paulo e instamos al presidente, Enrique Bolanos a retornar a la mesa de negociación para seguir explorando a través del diálogo las vías de solución a la problemática nacional, sin la intervención de elementos ajenos a los intereses propios de la nación nicaragüense.

10. Transcribir la propuesta del Senador Ricardo Higuera

Resolución

1. La integración de los pueblos y las naciones de América Latina es un asunto de orden público cuyo rumbo y concreción debe contemplar la participación de todos los actores, públicos y privados, desde su diseño, negociación, concertación y procesos de sanción mediante los instrumentos de democracia participativa vigentes en cada país, así como en su ejecución, ejercicio y evaluación. La diplomacia y las negociaciones en

torno de la integración no pueden ser un asunto de particulares.

2. Refrendamos que los derechos económicos, políticos, sociales y ambientales, y particularmente aquellos que se refieren al derecho ciudadano (en su expresión colectiva o individual) a participar en el diseño, negociación, concertación, dictaminación, ejecución, ejercicio y evaluación de las políticas públicas, son consustanciales a los derechos humanos en una visión amplia e integral.

3. Los partidos y los legisladores y legisladoras participantes en este encuentro, nos comprometemos a impulsar tanto en los congresos nacionales como en los locales o regionales, el debido reconocimiento jurídico constitucional y en las leyes que correspondan, de la participación ciudadana (en sus expresiones individuales y colectivas) en los asuntos de orden público y a fortalecer todos los instrumentos de democracia participativa y deliberativa a fin de contribuir, así, al arribo o consolidación de nuestros sistemas democráticos.

4. Hacemos un llamado a abrir espacios amplios de diálogo entre los partidos políticos que conformamos este Foro de Sao Paulo y los movimientos y organizaciones con una vocación progresista y de izquierda para fortalecer un proyecto alternativo que permita la incidencia social en las políticas públicas y específicamente en la integración de nuestros pueblos y naciones, y avanzar así en la construcción de otra América Latina, democrática y participativa.

11. Reclamar la inmediata liberación de los cinco presos cubanos que se encuentran detenidos en Estados Unidos por su compromiso de combatir a los grupos terroristas de la mafia cubanoamericana asentada en Miami, Fl.

12. Apoyar con la asistencia de parlamentarios el **Primer Encuentro de Parlamentarios y parlamentarias Latinoamericanos y Caribeños por la Integración y Unidad de los Pueblos** que se desarrollará el 23 y 24 de julio en la ciudad de San Salvador. INVITACIÓN AL ENCUENTRO QUE SE VA A REALIZAR EN EL SALVADOR.

13. Apoyar el **ENCUENTRO PARLAMENTARIO SOBRE EL ALTERNATIVA BOLIVARIANA DE LAS AMERICAS** a realizarse en el marco del Foro Social Mundial en el mes de enero, la responsabilidad de la coordinación de este encuentro queda a cargo de los compañeros de Venezuela.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=146&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=146&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Moção de apoio ao Governo brasileiro

Considerando que a eleição do presidente Lula significou um grande avanço para o Brasil e para o povo brasileiro;

Considerando que as políticas públicas implementadas pelo governo federal, como na área de educação com o sistema de cotas, bolsa família, agricultura familiar, seguro agrícola etc., vem aumentando dia a dia a inclusão social do povo menos favorecido do Brasil;

Considerando que a ação do governo federal no plano internacional destacou o Brasil como um país determinado a acabar com a fome e a miséria dentro e fora do país, estabelecendo relações comerciais multilaterais com a Ásia, África, Oriente Médio, América Latina em franca e aberta contraposição à política belicista dos EUA que inclusive tentou fazer com que o Brasil apoiasse a invasão ao Iraque e como a firmeza de nosso presidente veio acompanhada de uma frase célebre: “Nossa guerra é contra a fome”.

Considerando que iniciativas estratégicas em defesa de nossa soberania, de relação, de cooperação e não de submissão entre as nações e de promoção dos jovens, dos trabalhadores, das mulheres, dos negros e indígenas.

Propomos que esse Foro repudie a campanha de calúnias e difamações promovidas contra o governo brasileiro e manifesta seu apoio à política de desenvolvimento e crescimento social do Brasil.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=141&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=141&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

CONCLUSÕES - OFICINA DE MOVIMENTOS NEGRO E INDÍGENA

Oficina dos movimentos negro e indígena

“As lutas pela promoção da igualdade nos processos de integração”

Introdução

A luta pela promoção da igualdade e contra as diversas formas de discriminação é uma necessidade premente nos países latino-americanos e questão fundamental para o processo de integração.

Objetivos

Aprofundar o debate sobre os avanços ocorridos e problemas enfrentados pelos países latino-americanos na luta pela igualdade no trato de negros e índios, tanto do ponto de vista dos Partidos, da Sociedade e dos Governos.

Contexto geral

Os participantes constataram que o enfrentamento da discriminação, quer seja na sociedade, quer seja nos próprios partidos ainda é muito grande. Na sociedade, em sua maioria, a questão não é tratada e a discriminação se dá de forma velada, fato que ocorre nos diversos países. Nos Partidos, o debate em torno da questão racial não ocorre e quando acontece, caso do PT no Brasil, que criou uma secretaria para tratar da questão racial, os avanços desse debate ainda não obtém a dimensão necessária.

Do ponto de vista dos Governos, em sua maioria não tem política pública definida para o trato da questão. Foi ressaltada a importância da política que vem sendo desenvolvida pelo Governo Lula, que tem como objetivo a inclusão da população negra nos diversos espaços da sociedade, exemplo disso é a criação de quotas para negros nas universidades.

Propostas

O FSP propõe que os Partidos de Esquerda busquem construir ou aprofundar o debate em torno da discriminação no seio da sociedade, fortalecendo a luta pela promoção da igualdade nos processos de integração.

Propõe ainda, que os Governos populares priorizem o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a inclusão dessas populações no acesso a educação, saúde, renda, visando diminuir a discriminação nos processos de integração.

O PT – Brasil se responsabilizou pela produção de um texto que será socializado com o conjunto dos países sobre a questão racial. O objetivo do documento é a troca de experiências, conhecimentos e a construção de uma proposta comum de integração.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=145&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=145&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)



XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

CONCLUSÕES - OFICINA DE JUVENTUDE

Propostas do Grupo de Trabalho da Juventude do Foro de São Paulo 2005

Nós, jovens dos partidos políticos e movimentos reunidos no 12º. Encontro do Foro de São Paulo, apresentamos ao conjunto dos participantes os principais debates realizados em nosso grupo de trabalho.

Vivemos um contexto de novas perspectivas na América Latina onde o avanço de forças de esquerda e progressistas, em governos e movimentos sociais, possibilita um avanço real de ações que visem uma integração solidária entre nossos povos, que supere a integração meramente comercial e possa construir uma alternativa conjunta ao neoliberalismo em nosso continente. O olhar mais aprofundado dos partidos de esquerda para a participação política da juventude nesse processo deve ser um dos objetivos deste Foro São Paulo.

Mesmo com claros avanços da democracia em nosso continente, a situação da juventude na América Latina ainda é preocupante. Os altos índices de violência que atingem os jovens, a falta de oportunidades no mercado de trabalho, a escassez de oferta de um ensino público, principalmente nas universidades públicas, a ausência durante anos de políticas públicas governamentais para a juventude e o descrédito de parcelas significativas dos jovens com as atuais instituições políticas e governamentais, exigem dos setores de esquerda e progressistas um conjunto de ações estruturantes para a juventude em seus países.

Assim, propomos algumas tarefas e desafios para o Foro no próximo período:

- 1) Desenvolver políticas que ampliem a participação da juventude nos espaços decisórios da sociedade através de mecanismos que fortaleçam a democracia em nosso continente.
- 2) Reafirmar a defesa de um ensino público gratuito e de qualidade articulado com um projeto de desenvolvimento nacional e regional consolidando o direito a cidadania plena em nossos países.
- 3) Combater a desregulamentação do mercado de trabalho que hoje atinge grandes parcelas de nossos jovens na América Latina e intensificar a luta contra a exploração do trabalho infantil e escravo, ainda existentes em nosso continente.
- 4) Garantir a igualdade de oportunidade de gênero, estimulando e desenvolvendo políticas voltadas a participação das mulheres nos espaços de poder.

5) O Foro deve pautar de forma mais cotidiana a questão da juventude, com o objetivo de diagnosticar mais precisamente a sua realidade através da construção de um grupo de trabalho permanente, que ajude a subsidiar a discussão e a troca de informações e desenvolva ações de solidariedade e campanhas continentais.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=143&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=143&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)



XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

CONCLUSÕES - OFICINA DE EMPRESÁRIOS

Projeto de uma Rede de Empreendedorismo envolvendo todos os países latino-americanos

Atualmente está sendo executado pelo Partido dos Trabalhadores, através da Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais, um projeto criando uma rede nacional de empreendedores constituída por núcleos de militantes nos municípios brasileiros onde o Partido está organizado.

Denominada Rede de Empreendedorismo do Partido dos Trabalhadores, ela marcará profundamente e de maneira continuada a discussão das questões políticas, sociais e econômicas nos municípios. Esta rede será a responsável pela criação em cada um deles de um fórum permanente para promover o desenvolvimento local. Todos sabem que o modelo tradicional de desenvolvimento capitalista e seu correspondente padrão de industrialização vivem, há décadas, uma forte crise que exige a criação de alternativas quanto às possibilidades de desenvolvimento. Este problema assume contornos concretos nos municípios, onde de fato vive a população que sofre as conseqüências do desemprego e da dificuldade de o Estado suprir suas necessidades. Isso aumenta a responsabilidade do governo e da sociedade civil local na criação de alternativas de desenvolvimento que se tornam estratégicas e fundamentais.

A universalmente reconhecida preocupação do Partido dos Trabalhadores com a inclusão social através de seus programas para geração de empregos e distribuição de renda, torna premente a discussão sobre alternativas de desenvolvimento local e regional, com a articulação de municípios em torno de projetos comuns que possam potencializar a riqueza de cada um e, também, colocar a questão do desenvolvimento no centro do debate regional, articulado com a postura do governo federal, seus programas e seus projetos. Estamos falando de um desenvolvimento que respeita e estimula as potencialidades e as culturas locais e regionais, articulando cadeias produtivas, potencializando recursos e alternativas e valorizando e empreendedorismo.

A participação de empresários nesta discussão torna-se indispensável devido à sua visão empreendedora, sua capacidade de visualizar oportunidades de investimento e geração de riqueza, segundo a vocação e as possibilidades de cada localidade.

Criar um fórum de discussão dessas questões, em conjunto com todas as forças ativas da sociedade civil local, é a contribuição permanente que pretende oferecer a Rede de Empreendedorismo do Partido dos Trabalhadores.

Untitled Document

Periodicamente, uma parte dos integrantes desta rede atenderá um chamamento para atuar nos processos eleitorais visando desmistificar as propostas dos partidos progressistas e de suas candidaturas no meio empresarial.

A nossa proposta é contribuir com os países latino-americanos na criação de uma rede de empreendedores com o mesmo perfil e objetivos para atuar em cada um de seus países.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=142&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=142&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Oficina de Autoridades Locales

En el marco del XII Encuentro del Foro de São Paulo, reunidos en la ciudad de São Paulo los días 1ro. al 4 de Julio del 2005, el taller de Autoridades Locales definió los siguientes puntos a ser trasladados al Grupo de Trabajo y la Plenaria del Foro de São Paulo:

- A pesar de tener su origen fuera del ámbito local, la globalización ejerce un fuerte impacto en los gobiernos subregionales y locales.

Por eso, se torna sumamente necesaria la creación de formas reales de protagonismo internacional de los gobiernos locales, para que su actuación, en ese sentido, salga del ámbito meramente consultivo y de intercambio de experiencias, para transformarse en una actuación de hecho.

- La integración latino-americana y la actuación internacional de los gobiernos locales y subregionales se traduce únicamente como una practica casi exclusiva de los gobiernos progresistas y de izquierda, estas encuentran sistemáticamente, limites definidos por las practicas neoliberales, y deben buscar apoyo fuera de sus países, para profundizar los procesos de inclusión social, la descentralización administrativa y política, y la participación popular en estos procesos.

- En un importante proceso de debate donde fueran presentadas y discutidas muchas propuestas de las cuales priorizamos las siguientes, en el afán de ser ejecutivos y prácticos continuando con el desarrollo de otras en futuros encuentros de los actores locales, en tanto sugerimos al Grupo de Trabajo y la Plenaria del Foro de São Paulo las siguientes propuestas como prioritarias:

- Que el Foro de São Paulo (partidos, secretaria ejecutiva y Grupo de Trabajo), trabaje para poner en red las experiencias de las ciudades gobernadas por sus partidos, para que las experiencias puedan ser divulgadas e intercambiadas a través del portal propio del Foro de São Paulo.

- Articular y fortaleces la actuación de los gobiernos y sus gobernados en las ciudades donde los partidos del Foro de São Paulo gobierna, en las redes existentes a nivel regional y mundial (Mercociudades, CGLU, Metropolis, FLACMA, Foro de Autoridades Locales por la Inclusión Social, etc.) para que se potencialice la influencia política de los gobiernos locales en los procesos políticos que se desarrollan tanto a nivel del continente, como a nivel mundial.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=147&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=147&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

Untitled Document

im_/Foro/12-27.htm (2 of 2)2/12/2008 16:05:41



Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

XII Encontro - São Paulo (Brasil) – 2005

Recomendación de apoyo a los jóvenes becados por Cuba

Cuba, en una actitud plenamente solidaria, internacionalista y latinoamericana, ha otorgado 10.000 becas a alumnos del continente, fundamentalmente estudiantes de medicina.

Recomendamos que los partidos del Foro de São Paulo hagan esfuerzos y gestiones en sus respectivos países para lograr homologar o revalidar los títulos con el objetivo de reinsertar nuestros jóvenes en nuestros pueblos.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=103&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=103&even=XII%20Encontro%20-%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%202005)

IV ENCONTRO - HAVANA (CUBA) - 1993

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

Declaración Final del IV Encuentro del Foro de São Paulo

El IV Encuentro del Foro de São Paulo, reunido en la Ciudad de La Habana entre los días 21 y 24 de julio de 1993, con la presencia de 112 organizaciones miembros y de 25 observadores de la región, se constituyó en una demostración de vitalidad de las fuerzas políticas de identidades nacionalistas y antimperialistas, democráticas y populares, de izquierda y socialistas de América Latina y el Caribe comprometidas con los cambios profundos en nuestro continente. Asimismo, la asistencia de observadores representantes de 44 instituciones y fuerzas políticas de América del Norte, Europa, Asia y Africa, revela la significación que el Foro ha adquirido.

La elección durante el III Encuentro, celebrado en Managua, Nicaragua, de la Ciudad de La Habana como sede de este encuentro se transformó en una decisión trascendente. Logró la incorporación de 31 fuerzas políticas, entre las que se incluyen 21 partidos y movimientos anticolonialistas, populares y democráticas del Caribe, que fortalecen este esfuerzo unitario. Permitted tomar contacto con la difícil situación que atraviesa el hermano pueblo de Cuba y constatar los graves efectos del bloqueo y de la política sistemática de agresión que lleva adelante el gobierno de los Estados Unidos. Igualmente, testimonió la firmeza y voluntad de lucha cotidiana que los cubanos despliegan para salvaguardar las conquistas económicas y sociales alcanzadas. Cuando más de 180 millones de latinoamericanos y caribeños viven en la pobreza y 88 millones soportan la extrema pobreza o la indigencia, esos logros revolucionarios resultan aún más significativos.

Por ello el IV Encuentro reafirmó su resuelta condena al inmoral bloqueo imperialista contra Cuba y asumió el compromiso de profundizar las acciones políticas tendentes a su levantamiento, así como su integración plena e incondicional a la Comunidad Continental de la que forma parte indivisible.

El Foro de São Paulo se ha convertido en un hecho sin precedente. Fuerzas políticas de la región, de diversas orientaciones ideológicas y políticas, encontramos formas de ir avanzando en el difícil e ineludible camino de la unidad en la diversidad, asentada en nuestro propio desarrollo histórico y cimentada en un continente mestiza, étnica y culturalmente, base de nuestra potencialidad para desarrollar un modelo de sociedad soberana, solidaria, justa e integradora.

América Latina y el Caribe, insertos en un mundo unipolar conformado por bloques económicos hegemónicos – que redefinen en función de parámetros tecnológicos

los términos de intercambios y la división internacional del trabajo – resisten la aplicación del modelo neoliberal.

En el último año, se evidencia resquebrajamiento en el proyecto neoliberal, hasta hace poco francamente hegemónico. El relevo de los presidentes de Brasil, Venezuela y Guatemala manifiesta la fuerza de la movilización social y una voluntad de cambio en el pueblo, tanto en el campo de la lucha contra la corrupción, como en el del rechazo a la política económica. Manifestación de este rechazo lo constituye también el resultado del plebiscito en Uruguay, en el que el 72% de los votantes se expresó contra la política de privatización de empresas públicas que el neoliberalismo ha venido imponiendo.

Son más visibles hoy las consecuencias de las políticas neoliberales. Vivimos la apertura indiscriminada de la economía, la confianza ciega en el mercado, por lo demás controlado por oligopolios y transnacionales; la organización de la economía en función de garantizar el pago de la deuda externa y la sujeción a políticas definidas en el Fondo Monetario Internacional y en el Banco Mundial. Esta realidad provoca destrucción de ramas industriales, en especial de las nacionales; profundiza desequilibrios entre los diversos sectores de la economía; hace crecer el déficit de las balanzas comerciales y de pagos; incluso – en casos – retrotraen las economías a una nueva fase primario exportadora. Por otra parte, lleva al abandono de la producción agropecuaria no exportadora pero minan las posibilidades de autosuficiencia alimentaria y, sobre todo, aumenta la desocupación y prescinde de todo interés en la equidad y la justicia social. Así, aun cuando hay crecimiento en algunos países, no se produce un aumento de los puestos de trabajo, al tiempo que contribuye al creciente debilitamiento de los estados nacionales, disminuye su responsabilidad en la atención a urgentes necesidades sociales, se recorta la soberanía nacional y se incrementa la desigualdad, lo que contribuye al empobrecimiento de la población.

La pobreza es cada vez más difícil de ocultar. Hoy, gobierno y organismos internacionales la reconocen formalmente. La III Cumbre Iberoamericana tuvo que incorporar esta cuestión de la miseria en su agenda.

La ausencia de democracia económica y social, el narcotráfico, la corrupción, el militarismo, los aparatos represivos y de inteligencia al margen de todo control democrático, el terrorismo de estado y la impunidad, constituyen las más graves amenazas a la construcción de la democracia política en América Latina.

El Foro destacó la importancia de la lucha por la democracia política, entendida como un producto histórico de combate de pueblos. Afirmó la necesidad de profundizar la democracia a través de la combinación de mecanismos representativos y formas de democracia participativa y directa, integrando luchas

institucionales con luchas sociales. Igualmente, resaltó la necesidad de reconocer e incorporar la pluralidad étnica y cultural, y la igualdad de género en el ejercicio de la democracia.

La defensa y profundización de las conquistas democráticas pasa, asimismo, por la lucha en contra de la corrupción, transformada en práctica cotidiana de las élites políticas latinoamericanas, en sus expresiones tradicionales y neoliberales. La corrupción es un problema político y ético que pone en evidencia los intentos de las clases dominantes de "privatizar" cada vez más al Estado, supeditándolo al servicio de sus intereses corporativos y particulares.

La democracia es incompatible con la pervivencia del colonialismo que sojuzga a diversos pueblos de nuestro continente y con las restricciones a la soberanía e independencia que imponen a nuestros países la dominación económica y política externa.

Es evidente que el presente estado de la economía y la política en el continente conduce a una persistente violación de los derechos humanos de nuestros pueblos, provoca estallidos sociales y acciones desesperadas, así como una amplia movilización popular de rechazo al neoliberalismo. Es necesario que nuestras fuerzas políticas contribuyan a la orientación y organización de las luchas sociales con una perspectiva política de trascendencia histórica.

Para vencer los retos que plantea el cuadro de miseria social, crisis ética, inestabilidad social y política y autoritarismo, es necesario pasar de la denuncia y de la resistencia a propuestas y acciones alternativas concretas.

Frente a estos desafíos, y en lo que se refiere a procesos electorales en lo que resta de 1993 y en 1994, varias de las fuerzas integrantes del Foro disputarán la presidencia o los gobiernos de sus países, en elecciones nacionales, como por ejemplo en Brasil, Colombia, Chile, El Salvador, México, Panamá, República Dominicana, Uruguay y Venezuela. Elecciones limpias y democráticas es una cadencia que el Foro apoya en todos los casos.

Urge, por ello, formular e implementar proyectos de desarrollo que, expresando los intereses y la fuerza organizada de movimientos populares, apunten hacia un crecimiento económico sostenido e independiente, ambientalmente equilibrado, y con distribución equitativa de la riqueza, en un marco de profundización de la democracia en todos los terrenos.

El eje de este proyecto son los cambios económicos, políticos y sociales que permitan a las grandes mayorías acceder al empleo, al consumo, a la propiedad y a los derechos ciudadanos. Este proyecto debe también evitar la degradación

ecológica provocada por el afán de lucro desmedido y por la pobreza extrema.

No se puede aceptar la fórmula "primero crecer y después distribuir" sino que hay que definir una estrategia de crecimiento con distribución.

El proyecto que queremos supone combinar la existencia del mercado con una función reguladora del estado – excepto en las colonias – y la enérgica promoción de los cambios estructurales necesarios para configurar el desarrollo con democracia y con justicia social y, en particular, para garantizar las políticas sociales: educación, salud, vivienda, transporte etcétera.

Vivimos un proceso de creciente globalización de la economía: un proyecto de desarrollo no puede desconocerlo. Pero en ese proceso, los Estados Unidos pretende que América Latina y el Caribe sean simple apéndice sometido a su economía, articulado alrededor de los intereses del gran capital. Ello nos plantea, una vez más, la esencial necesidad de la integración continental de nuestros pueblos y naciones.

La integración debe ocurrir en primer término en el interior de América Latina y el Caribe, como un proceso político y económico que nos articule como un bloque político y que nos potencie con voluntad de complementar y compensar las diferencias de nuestras economías. Solamente una comunidad latinoamericana y caribeña de naciones, económica y políticamente integrada, tendrá fuerza para reubicarse, con independencia, en un mundo hoy controlado por los grandes bloques económicos y por sus políticas adversas a los intereses de nuestros pueblos.

Independencia, desarrollo, democratización e integración no deben ser procesos separados, ni consecutivos, sino integrados, interactuantes y contemporáneos de nuestro quehacer económico y político.

La integración debe comportar actividades productivas, articulaciones políticas y objetivos sociales visualizados en una perspectiva continental. Por ello, es necesario y viable también fomentar la investigación científica y tecnológica común, compartiendo los recursos humanos y naturales, brindando acceso a los avances de nuestras universidades y centros de investigación.

El IV Encuentro percibe que en las relaciones hemisféricas del actual gobierno norteamericano continúan prevaleciendo las políticas de administraciones anteriores. La presencia militar en Panamá, la ilegal ocupación de la base de Guantánamo, el mantenimiento del bloqueo a Cuba, el intervencionismo, asociado o no a la lucha contra el narcotráfico, así como las presiones políticas y económico-comerciales sobre nuestros países, figuran entre las situaciones que deben cambiar radicalmente si se desea concretar una relación efectivamente nueva entre América

Latina y el Caribe, de una parte, y los Estados Unidos, de la otra. Es necesario que este último respete el ejercicio de la autodeterminación de nuestros pueblos y, en consecuencia, la pluralidad de sistemas económico-sociales en nuestro continente.

El Foro de São Paulo registra como una inaceptable y persistente realidad el status colonial de Puerto Rico, Guyana Francesa, Martinica, Guadalupe y otros territorios coloniales, haciendo suya la causa de la independencia nacional y la autodeterminación para sus pueblos, así como el reconocimiento de la soberanía argentina sobre las Malvinas.

El IV Encuentro expresa su respaldo a los esfuerzos que en Centroamérica realizan el Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) y la Unidad Revolucionaria Guatemalteca (URNG) por fortalecer los procesos de paz que se desarrollan en el área y por la flexibilización y concertación de políticas a favor de las populares. Asimismo, cree que es de suma importancia la reanudación de negociaciones en Colombia para una solución política del conflicto armado y condena la estructuración de un régimen autoritario y militarizado pseudoconstitucional en el Perú, que no contribuirá a resolver los graves problemas de ese hermano país.

De otra parte, apoya la lucha del pueblo de Haití encaminada a restituir la democracia y la constitucionalidad mediante la reinstalación sin condiciones de su legítimo Presidente, y advierte contra la utilización del Acuerdo de Nueva York como pretexto para el intervencionismo militar extranjero en ese país.

El Foro de São Paulo considera que es válido y necesario recordar que en el centro mismo de los antecedentes que dieron origen a estos conflictos ya relacionados, y que, con una u otra intensidad, han tenido lugar históricamente en el continente, lo están: la violación sistemática de los derechos humanos, la dependencia, la injusticia social y las atroces dictaduras, hechos y situaciones, por cuya erradicación definitiva y completa deben continuar luchando infatigablemente todas las fuerzas patrióticas democráticas y progresistas de América.

En el plano internacional, finalmente, el Foro declara que es necesario bregar por la construcción de un nuevo orden mundial, cuyo contenido precisamos en el III Encuentro en Managua.

La actual situación a nivel de los organismos supranacionales, gestados a la luz de otras realidades mundiales, se manifiesta en forma absolutamente injusta y carente de garantías. El carácter con que se invoca y usa el derecho internacional y a las propias Naciones Unidas y su Consejo de Seguridad, condiciona y atropella la soberanía e independencia de los Estados. Bajo el pretexto de fines legítimos se sesga la interpretación de normas, que quedan en función de los intereses de las

grandes potencias; al mismo tiempo que están condicionadas por la hegemonía militar de los Estados Unidos. Ejemplo de ello son la reciente agresión a Iraq, la ocupación militar de Somalia so pretexto humanitario, la amenaza nuclear imperialista sobre Corea y las sanciones a Libia. Asimismo, las Naciones Unidas desconocen las resoluciones que su propio Consejo de Seguridad acordó, en calidad de obligaciones, para Israel, al tiempo que, en los hechos, se hace cómplice de las agresiones y del drama de que es objeto el pueblo palestino en su lucha por el establecimiento de un estado independiente.

Tras los desconciertos, frustraciones y vacíos de los últimos años, el IV Encuentro se ha realizado cuando tiene lugar un ascenso de las luchas populares y se alcanzan progresos en la búsqueda y renovación del pensamiento de la izquierda latinoamericana y caribeña.

¡Resueltos estamos a avanzar por nuevos y creativos caminos de lucha y de victoria!

La Habana, 24 de Julio de 1993.

V ENCONTRO - MONTEVIDÉU (URUGUAI) - 1995

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

Quinto encuentro del Foro de São Paulo celebrado en Montevideo del 25 al 28 de mayo de 1995

Declaración de Montevideo

Reunido en Montevideo, República Oriental del Uruguay, del 25 al 28 de mayo de 1995, el V encuentro del Foro de São Paulo, con la presencia de 65 delegaciones de América Latina y el Caribe y observadores de Europa, Africa, Asia, América y Australia, se constituyó en una reafirmación de fuerzas de los partidos y movimienitos de izquierda del Continente.

Centenares de delegados de toda América Latina y el Caribe fueron calidamente recibidos por sus compañeros, militantes de los partidos que integran el Frente Amplia del Uruguay.

La ciudad de Montevideo, gobernada desde 1990 por el Frente Amplio, fue el escenario de un debate de gran significación sobre la situación actual de América Latina y sobre alternativas que se abren para los trabajadores y para el movimiento popular en la actual coyuntura marcada por la gran ofensiva económica, política e ideológica del neoliberalismo.

Los asistentes al V encuentro del Foro dedicamos nuestra atención al análisis de la situación económica, social y política de América Latina y el Caribe, al intercambio de experiencias en la construcción de proyectos alternativos para el desarrollo y la integración, así como a evaluar nuestras perspectivas.

En nuestros debates constatamos el incremento de la combatividad de los movimientos populares, que se expresó en su crecimiento, diversificación y fortalecimiento organizativo, así como en un importante desarrollo de sus luchas, a través de huelgas, protestas, manifestaciones, tomas de caminos y otras, entre las que se destaca la rebelión en Chiapas, caracterizada por la irrupción de nuevas formas de expresión, de democracia y poder popular.

Todas estas manifestaciones indican un camino y ponen a la orden del día la necesidad de que las fuerzas progresistas y revolucionarias diseñemos, promovamos y construyamos al mismo tiempo un modelo alternativo de desarrollo económico y social, pero fundamentalmente un modelo alternativo de democracia y

nuevas formas de poder popular.

Estas luchas tienen como respuesta fuertes medidas de represión policial o institucional encaminadas a callar la resistencia popular. Este modelo de democracia restringida desconoce el derecho soberano de nuestros pueblos y la soberanía de nuestras naciones.

A la vez, se ha incrementado el papel de gendarme de los EE.UU., que en el marco de la unipolaridad militar a escala mundial, utiliza el Consejo de Seguridad de la ONU e iniciativas particulares para imponer por la vía de la intervención militar directa su injusto orden y su modelo, empleando todo tipo de pretexto y considerando su soberanía como la única válida en este mundo. Enfrentar y derrotar esta propuesta hegemónica es uno de los grandes retos del presente.

Los partidos y movimientos presentes en este V encuentro pudieron evaluar de cerca el importante resultado electoral del Encuentro Progresista y del Frente Amplio, que hace pocos meses obtuvo en las elecciones presidenciales más del 30% de la votación nacional, afirmándose como efectiva alternativa de gobierno en el país.

Las elecciones que se realizaron en 14 países de América Latina entre noviembre de 1993 y mayo de 1995, si bien no alcanzaron las perspectivas que se manifestaron en el IV encuentro de La Habana, fueron, sin embargo, el mejor resultado global que las izquierdas obtuvieron hasta hoy.

A pesar de la falta de equidad en que se desarrollaron esos procesos, los partidos que integran el Foro de São Paulo eligieron más de 300 diputados, más de 60 senadores, varios gobernadores, centenas de alcaldes además de miles de concejales municipales, totalizando un cuarto del electorado de los países.

Es de fundamental importancia realizar un análisis descarnado de nuestras propuestas programáticas, de nuestros canales de comunicación con amplios sectores populares y de nuestros niveles de inserción social, para comprender por que, en muchos países, sectores empobrecidos de la población votaron a los candidatos conservadores.

Para que puedan continuar constituyendo una alternativa de poder, las izquierdas tienen que expresar – en contra de las posiciones neoconservadoras – las aspiraciones sociales, nacionales y democráticas de los sectores organizados de la sociedad, a la vez que aspiran ser la voz de los que no tienen voz, en consecuencia de la exclusión en que viven.

Integración económica y alternativas al modelo neoliberal

Durante las últimas décadas la economía y la política mundial se encuentran inmersas en un proceso de profundas mutaciones. El neoliberalismo constituye la piedra angular para implementar la actual agenda del capital frente al trabajo. Desde ese esquema se pretende avanzar en el proceso de integración subordinada de los países periféricos a los centros de poder, explotar al máximo las potencialidades de las nuevas tecnologías, ampliar y controlar los mercados, transitar hacia un nuevo reparto de las zonas de influencia y afianzar las ya existentes.

En este entorno, la Cumbre de las Américas, celebrada en Miami en diciembre de 1994, constituye la culminación de la primera fase de un proceso dirigido a implementar un nuevo diseño de "seguridad colectiva" y a afianzar un modelo de integración aún más subordinado y dependiente de los Estados Unidos.

Los modelos neoliberales impuestos van acompañados por el intento de legitimar democracias tuteladas y excluyentes que tienen como finalidad impedir la plena participación política y económica de las grandes mayorías, restringir la lucha por demandas justas que pongan en cuestión ese modelo y en algunos casos poner a las Fuerzas Armadas como garantes del sistema.

En los casi dos años que separan la reunión de Montevideo del encuentro de La Habana el proceso de integración continental sufrió importantes cambios.

Para iniciar el proceso de negociación del ingreso a las áreas de libre comercio, el gobierno norteamericano impone importantes condiciones, como son: pago puntual del servicio de la deuda externa a costa del bienestar de la mayoría de la población, severos ajustes estructurales, disminución de salarios y del empleo, desindustrialización, reducción del gasto público, desregulación económica, privilegios al capital especulativo, privatización indiscriminada de empresas públicas y apertura unilateral de las economías latinoamericanas, entre otros. Requisitos que están provocando efectos muy negativos en las economías de la región.

El neoliberalismo, después de la crisis de diciembre de 1994, demuestra todavía más su incapacidad de consolidar un régimen de inversiones productivas. No puede garantizar las transformaciones sociales que necesitan nuestros pueblos para alcanzar un desarrollo sostenible, ni puede crear las condiciones para conducir un proceso de integración que responda a los retos de la nueva situación internacional. Por el contrario provoca mayores niveles de pauperización en amplios sectores de la población, sobre todo entre las mujeres y la juventud, eliminando importantes conquistas sociales.

Somos conscientes de que los países de América Latina deben insertarse en la

economía mundial, en un contexto internacional que ha cambiado y que ofrece nuevas oportunidades y retos. Pero sostenemos que esta integración en la economía internacional debe estar guiada por los intereses nacionales, que son los de las grandes mayorías.

Pugnamos por un desarrollo sostenido, generalizado en todas las ramas, sectores y regiones de cada país; un desarrollo en el que la eficiencia y la productividad creciente se reflejen en mejores niveles de vida en la mayoría de la población. Un desarrollo en el cual el Estado asuma su papel de regulador de la economía y garante del bienestar social y la justa distribución del ingreso.

Sin integración social y económica en lo interno de cada país, es imposible sostener cualquier proyecto integrativo regional. Para la integración social resulta imperioso el afianzamiento y desarrollo de las democracias por la vía del protagonismo permanente de los pueblos.

Aspiramos a que la integración latinoamericana y caribeña no se limite a una liberalización comercial y de inversiones. Concebimos el objetivo último de la integración como el desarrollo conjunto y complementario de los sectores productivos y de servicios entre los diferentes países de la región para no sufrir las consecuencias del mercado mundial dirigido por las transnacionales.

El desarrollo no puede ser conducido por el mercado. Un concepto integral de ese proceso supone la integración de todos los miembros de la sociedad y de los factores productivos nacionales y regionales.

No es saludable reducir nuestros objetivos al solo terreno de la economía. También hay que plantear la preservación del medio ambiente, el desarrollo conjunto de políticas sociales, sobre todo en los sectores de la educación, la salud, la construcción y preservación de las identidades culturales latinoamericanas y caribeñas como medio de contrarrestar las perniciosas tendencias que plantean a nuestras sociedades la llamada "cultura de masas".

La integración regional debe preservar un espacio indígena y de otros grupos étnicos raciales y culturales que componen el crisol de nuestra especificidad e identidad continental.

Algunas áreas donde sería imperativo actuar unidos son las siguientes:

* Luchar por derrotar a escala continental el modelo neoliberal impuesto por el FMI, el Banco Mundial, los Estados Unidos, formulando un proyecto alternativo de poder que implique democracia política real, democracia económica y social y participación y protagonismo de nuestro pueblo en todo lo relativo a los derechos y

deberes.

- * Luchar por la reestructuración , en beneficio de los pueblos, de los actuales mecanismos de integración regional.
- * Revitalizar las negociaciones de los países latinoamericanos para establecer un comercio internacional equitativo que facilite el acceso de nuestros productos a los mercados de los desarrollados.
- * Promover la renegociación conjunta de la deuda. Esto exige corresponsabilidad, reconocimiento de la incompatibilidad entre el pago de la deuda en sus condiciones actuales y la recuperación de un desarrollo sostenido; reducción del principal y de los intereses; transferencia neta de recursos del norte al sur para reiniciar un crecimiento ordenado y socialmente justo; y desconocimiento de las deudas ilegítimas.
- * Definir una plataforma común de América Latina en materia de comercio internacional ante los acuerdos tomados en el GATT – hoy OMC – y que afectan intereses de los pueblos latinoamericanos.
- * Negociar conjuntamente convenios internacionales para terminar la sistemática violación de los derechos humanos de los trabajadores migratorios en los países desarrollados.
- * Intervenir en las instancias parlamentarias y representativas de la sociedad en el plano regional, en especial junto a aquellos sectores más impactados por la integración, para la formulación de políticas públicas que atiendan a las necesidades de nuestros pueblos.
- * Demandar el cumplimiento por parte de los gobiernos positivamente firmantes de lo acordado por el Pacto de San José de Costa Rica en cuanto a la imprescriptibilidad de las acciones de los crímenes de lesa humanidad.
- * Defender integral e incondicionalmente los derechos humanos y promover la solidaridad con todas las luchas sociales, en especial cuando motivan actitudes represivas de los gobiernos. Fortalecer los movimientos y las diversas demostraciones a favor de la ética en la política.
- * Defender los derechos de los grupos indígenas y los campesinos, la juventud, los trabajadores, las mujeres y las clases medias, principalmente víctimas de la exclusión y la pauperización ocasionada por las políticas neoliberales.

Compañeras y compañeros, ciudadanos de esta patria grande que es América Latina y el Caribe: la lucha continúa. La gran tarea histórica de nuestro tiempo es continuar y culminar el sueño de los libertadores conquistando el derecho al pleno ejercicio de la independencia, la soberanía, la democracia, la justicia y el bienestar para nuestros pueblos y naciones.

El V encuentro del Foro de São Paulo exhorta a la unidad y la construcción de espacios de concertación de todas las fuerzas políticas, sociales y productivas, democráticas y progresistas para enfrentar la ofensiva neoliberal en el continente.

El Foro de São Paulo se solidariza con los hermanos cubanos y condena el criminal bloqueo que le impone el gobierno de los Estados Unidos de América. También rechaza energicamente el proyecto de ley Helms-Burton que viola los derechos humanos del pueblo cubano y las normas que rigen la soberanía de los Estados, así como pretende, de manera brutal, reinstaurar la injusticia social y destruir las conquistas económicas, políticas y sociales de la revolución.

Pueblos de América Latina y el Caribe: el V encuentro del Foro de São Paulo nos convoca al esfuerzo persistente, al trabajo, a la lucha para forjar la gran patria latinoamericana y caribeña; para conquistar la nueva independencia, la libertad plena y la felicidad que nos han sido negadas.

¡Hagamos realidad el sueño de nuestros héroes y mártires!

¡Reconstruyamos la esperanza!

Montevideo, 28 de mayo de 1995.

VI ENCONTRO - SAN SALVADOR (EL SALVADOR) - 1996

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

Declaración Final

El VI Encuentro del Foro de São Paulo, reunido en la ciudad de San Salvador, República de El Salvador, entre los días 26 y 28 de julio de 1996, con la presencia de 187 delegados pertenecientes a 52 organizaciones miembros, 144 organizaciones invitadas representadas por 289 participantes y 44 observadores pertenecientes a 35 organizaciones de América, Europa, Asia y África, ha significado tanto un progreso político como organizativo de relieve continental, y se constituyó en un evento de enorme trascendencia nacional. Se reafirma como el espacio de confluencia de las esperanzas de los desposeídos de América Latina y el Caribe. La repercusión del evento y los lazos creados con el pueblo salvadoreño y el FMLN superaron las expectativas y mostraron el constante y progresivo ascenso en su maduración.

El Foro se afirma en su caracterización como un espacio antimperialista de encuentro, acción, solidaridad y formulación de proyectos alternativos en el movimiento democrático y revolucionario de la región, en el que convergen corrientes de diverso origen. La diversidad que en el pasado fue la causa de muchas divisiones, hoy se convierte en un factor de enriquecimiento del debate de ideas, de propuestas y acciones comunes, partiendo de la imperiosa necesidad de derrotar al neoliberalismo.

Se pudo constatar la importancia del cumplimiento de las tareas resueltas en el V Encuentro de Montevideo, expresadas en la realización del Taller sobre Flujos Migratorios en el continente americano, en México, el Encuentro de Parlamentarios por la soberanía e integración en América Latina y el Caribe, en La Habana con la participación de 153 parlamentarios de 19 países y el Simposio sobre Integración caribeña realizado en Guadalupe.

El VI Encuentro incluyó en su funcionamiento los valiosos aportes de los talleres realizados días antes de su inauguración, como el Encuentro Cultural Latinoamericano "Roque Dalton", el Primer Taller Continental de Mujeres y el Taller Continental sobre Medio Ambiente "Chico Mendes: Seguimos luchando por la Vida", y el Primer Encuentro de Jóvenes de América Latina y el Caribe.

El tema del documento preparatorio del debate central fue "Crisis y Alternativas al Neoliberalismo", el cual se desarrolló en una mesa de trabajo que permitió profundizar e incorporar aportes, críticas y propuestas, las cuales una vez

publicadas estamos seguros constituirán un rico documento ampliado, abierto, de trabajo y debate, entre la izquierdas y las organizaciones sociales de América Latina y el Caribe. Existe la convicción de que se está frente a un valioso insumo para la reflexión y la acción.

En el debate los Partidos coincidieron en que el documento presentado por el Grupo de Trabajo es un esfuerzo importante y constructivo que aporta al debate de la izquierda latinoamericana y que hay que aprovecharlo para profundizar tanto en el diagnóstico del proceso y la correlación de fuerzas como en los enfoques y componentes que debe tener la estrategia y el modelo alternativo al neoliberalismo.

La política neoliberal es la forma que toma la dominación del capitalismo en la coyuntura actual, la batalla contra el mismo, su derrota, es la condición fundamental para poder arribar a formas de organización económica, política y social que superen las injusticias de la sociedad capitalista.

En ese sentido se considera que después de diez años de aplicación del modelo económico neoliberal los resultados para la generalidad de los países de América Latina y el Caribe son esencialmente los mismos y afectan cada vez más a nuevos sectores de la economía nacional y a la débil integración existente. Al lado del desigual crecimiento económico y de la relativa estabilidad coyuntural macroeconómica exhibidos como éxitos, se ha sufrido una grave disminución de las condiciones de vida de las inmensas mayorías empobrecidas del continente, ensanchándose como nunca la brecha social y acelerándose el deterioro ya muy profundo de la Naturaleza.

Paralelamente se producen otros desequilibrios estructurales enormes, incluyendo la destrucción de una parte importante de las bases productivas, acentuando insostenibles déficits comerciales y persistiendo el endeudamiento externo que limita y bloquea las posibilidades de desarrollo económico y social a mediano y largo plazo.

Asimismo, la desindustrialización, el desempleo, la terciarización e informalización de las economías se profundiza y la sociedad se descompone afectando los valores de solidaridad y justicia social, pilares esenciales en la construcción de nuestro modelo alternativo. Se debilita la capacidad de organización autónoma de los movimientos sociales, entre ellos de los sindicatos, y se profundiza la tendencia a la imposición autoritaria sobre la protesta emanada desde diversos sectores afectados de la sociedad.

Ai mismo tiempo y como muestra de la permanente búsqueda de respuestas de los pueblos, surgen y se organizam nuevos protagonistas sociales y se recomponen antiguos instrumentos de lucha, irrumpen gérmenes de nuevas formas de

expresión política, de democracia y de construcción de poder popular determinados por la búsqueda de eliminar las intermediaciones y la suplantación social y política.

Se ha producido un deterioro de las actividades agropecuarias, industriales y comerciales, vinculadas a la producción nacional, con la consiguiente marginación de amplios segmentos poblacionales, incluyendo capas medias, pequeños y medianos empresarios, e incluso sectores de la burguesía que no logran resistir las nuevas reglas monopólicas y oligopólicas de la competencia impuesta a la llamada liberalización.

La implantación del esquema neoliberal y la polarización social resultante, no sólo se expresa con consecuencias en el campo de lo económico y social, sino muy profundamente en lo político, en lo jurídico y en lo moral. Es así que se incrementa desde el poder, la pérdida de los referentes éticos y la potenciación de los fenómenos de corrupción. Todo esto ahonda la falta de credibilidad en las instituciones, crece el abstencionismo electoral y la desconfianza en los sistemas políticos, en los partidos, y aumenta la dificultad de los procesos democratizadores. Se pretende socavar y exterminar la identidad cultural de nuestros pueblos, para imponer de manera implacable, la cosmovisión contenida en este modelo.

Reafirmandose de esta manera lo que hemos sostenido en instancias anteriores, que neoliberalismo, desarrollo y democratización política, económica y social, son antagónicos e incompatibles. Con la justificación de la defensa de su concepción de la "democracia", de la lucha contra el narcotráfico, se incrementa la ingerencia del imperialismo norteamericano y sus planes anexionistas, que violentan la soberanía de los pueblos. En el Caribe, a las consecuencias de las políticas neoliberales, se agrega la hipócrita persistencia del colonialismo.

Frente a esta realidad los partidos integrantes del Foro de São Paulo, como lo plantea el documento central del debate y las iniciativas apartadas, se proponen impulsar y apoyar todas las iniciativas tendientes a elevar la participación y decisión democrática de los pueblos en aras del desarrollo económico-social, sostenible y con equidad, de la preservación de la vida en el planeta, de la defensa de la soberanía y la identidad nacional, de la defensa de los derechos inalienables del ser humano, de la superación de las desigualdades entre los géneros y la superación de todo tipo de discriminación social, étnica y cultural. Debemos ser nosotros los abanderados, de valores como la honestidad, la verdad, la sencillez, la transparencia, el respeto de lo colectivo, lo autónomo y lo solidario, la búsqueda para encontrar y que prevalezca la verdad y el interés mayoritario.

La más extensa y activa movilización y concertación popular involucrando a todos los sectores de la sociedad es la única garantía para que las propuestas contenidas en el documento central debatido y ampliado, encuentre mayores horizontes,

amplíe los límites que nos quieren imponer, tanto en lo político, comercial, financiero, productivo y social.

La derrota del modelo neoliberal depende fundamentalmente de la capacidad de los movimientos políticos y sociales para generar una correlación de fuerzas favorables que permita las mejores condiciones para desarrollar el proyecto popular alternativo. Esto requiere elevar las formas de organización y participación popular desde abajo y en todos los ámbitos de la vida cotidiana, a través de las distintas formas de acción política, electoral, social, económico-reivindicativa, cultural, en donde vayamos construyendo espacios de poder popular, nuevas relaciones sociales y políticas, que permitan avanzar hacia una sociedad más digna, justa, fraterna, equitativa y solidaria.

En este sentido la experiencia del pueblo y del gobierno cubano para recomponer su economía, y sostener las conquistas sociales y políticas de la Revolución, es fundamental para los miembros del Foro y hoy más que nunca resulta un objetivo incondicional la defensa frente al bloqueo y el carácter anexionista, extraterritorial y criminal de la Ley Helms-Burton.

Paralelamente al debate del documento central, se desarrollaron Mesas de Trabajo agrupadas en: Parlamentarios, Género, Migraciones, Medio Ambiente, Encuentro Euro-Latinoamericano, Encuentro con Organizaciones de EE.UU. y Canadá, las cuales tomaron importantes resoluciones que se adoptaron en Plenaria por el VI Foro y se incorporan como anexos de esta Declaración.

De la Mesa de Género surge que el VI Encuentro del Foro de São Paulo sugiere a sus organizaciones integrantes incorporar el enfoque de género como instrumento para el análisis y la elaboración de programas y políticas. Así como también mantener en la agenda permanente del Foro este tema.

La lucha contra el neoliberalismo y la búsqueda de un nuevo orden económico-social, demanda de la participación activa de las mujeres, y por tanto requiere que las organizaciones asuman los intereses estratégicos y las prácticas de las mismas.

Se entiende necesario denunciar con energía las violaciones a los derechos humanos y laborales de las trabajadoras en las maquilas y ante el ejercicio creciente y generalizado de la violencia de género en el ámbito familiar, laboral y social.

De la Mesa de Trabajo de Migraciones se destaca la elaboración y aprobación de la Declaración de los Derechos Universales de los Trabajadores Migratorios y de sus Familias. La exigencia a los gobiernos de los países receptores de inmigrantes en el continente, de la suscripción y/o ratificación de todas las convenciones

internacionales relativas a los derechos de los mismos. En lo concreto se destaca el apoyo solidario con la realización de la Marcha de los Pobres de América Latina, para el 12 de octubre de este año en Washington DC.

En la Mesa de Medio Ambiente se destacó la necesidad de promover marcos legales que regulen los aspectos relacionados con la defensa del medio ambiente, que incorporem el delito ecológico, se promueva un proceso de concientización al interior de las sociedades sobre el tema, se realicen acciones para impedir que el continente se utilice como depósito de tóxicos y desechos químicos y radioactivos y se generen condiciones favorables dentro del marco legal, para evitar la patente sobre organismos vivos y para regular y controlar las acciones de la ingeniería genética y prohibir la manipulación de organismos del ecosistema.

De la Mesa de Trabajo Cultura e Identidad de los pueblos, surge la preocupación de hacer de la identidad cultural, un eje transversal de nuestro pensamiento. Para ello, la cultura y la identidad deben dimensionarse de manera integral, ligada a la vida cotidiana y confrontando las políticas de penetración cultural imperialistas, debiendo bregar por rescatar la memoria histórica como una riqueza moral de nuestras sociedades y como un instrumento de transformación de la realidad. Reiterando nuestra posición de lucha por el respeto a la diversidad cultural de los pueblos indios, y de su derecho a desarrollar autonomía democrática en lo económico, en lo político y en lo social.

La Mesa de Parlamentarios acordó propuestas organizativas para dar continuidad a los trabajos de coordinación de los partidos políticos del Foro que vienen realizándose desde el V Encuentro. Se propuso fortalecer la presencia con propuestas conjuntas en los foros parlamentarios subregionales, regionales e internacionales. Entre las propuestas operativas, resolvió organizar un Comité Permanente de Contacto y Seguimiento de Parlamentarios del Foro, previo al VII Encuentro.

El primer acercamiento en el seno del Foro que significó la Mesa del Grupo de Trabajo del Foro con organizaciones de Canadá y Estados Unidos se pronunció firmemente contra las legislaciones intervencionistas del Gobierno de los Estados Unidos, a favor del derecho a la independencia u autodeterminación de Puerto Rico y la solidaridad con su pueblo. Asimismo se pronunció enérgicamente contra el racismo y la xenofobia promovida contra los inmigrantes por sectores ultraderechistas en los Estados Unidos y sobre la necesidad de diseñar nuevas estrategias de solidaridad entre los pueblos y crear una red de comunicación. Y acordó la realización de un encuentro en los Estados Unidos.

Un hecho significativo representa la Mesa de Trabajo Euro-Latinoamericana, donde se reafirmó la voluntad del Foro de São Paulo de mantener un Encuentro en Europa

con la izquierda europea en su acepción amplia, conformando una comisión promotora para su viabilización.

Del debate en las distintas Mesas de Trabajo, surgen diferentes puntos de vista que es necesario continuar debatiendo, extendiendo los espacios de legitimación de las distintas posiciones al conjunto de la sociedad. Siendo el Foro un punto de encuentro para la reflexión y la acción, reconocemos el aporte que al enriquecimiento de todos emana de este plural en el seno de la izquierda.

Se escucharon diversas aportaciones sobre el origen y el sustento de la democracia, de su proyección, de su contenido de clase, distintas valorizaciones sobre socialismo y las vías para construirlo, sobre los sujetos históricos, políticos y sociales, sobre las políticas de alianzas tanto en lo político como en lo social y la participación de la izquierda en el gobierno en esta coyuntura mundial. Se constató la necesidad de formas más concretas para enfrentar el problema de la Deuda Externa. El Foro deberá continuar su reflexión en distintos eventos sobre estas temáticas en el curso del presente año, buscando unir las a la lucha diaria de la población por resistir al neoliberalismo y aumentar su capacidad de acción y decisión política.

Los asistentes al Foro de São Paulo realizamos un reconocimiento muy especial a los heroicos combatientes caídos del FMLN y al pueblo salvadoreño quienes con su lucha y su vida contribuyeron a generar las condiciones que posibilitaron la realización de este VI Encuentro.

El Foro de São Paulo está abierto a los movimientos sociales y a la creatividad obrera y popular, dispuestos a contribuir y recrear la esperanza, decididos a forjar la verdadera democracia, a conquistar el pan y la justicia y llenar de alegría y felicidad la vida de todas y todos los desprotegidos, desamparados y olvidados de nuestra América oprimida, decididos a la solidaridad sin límites, con todas las causas justas y las luchas emancipadoras en todo el planeta.

Nuestro pensamiento y nuestra acción se funden en arma eficaz contra la injusticia y se constituyen en fuerza para abrir los caminos de los sueños anhelados.

San Salvador, El Salvador, 28 de julio de 1996.

VII ENCONTRO - PORTO ALEGRE (BRASIL) - 1997

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

DECLARACION FINAL

VII ENCUENTRO DEL FORO DE SÃO PAULO

"Luchamos contra la miseria, pero al mismo tiempo luchamos contra la alienación."

Ernesto Che Guevara

El 7º encuentro del Foro de São Paulo, que contó con la participación de 158 delegadas y delegados de 58 partidos procedentes de 20 países de América Latina y del Caribe, además de 36 organizaciones fraternas, se caracterizó por una rica discusión acerca de las condiciones sociales, políticas y económicas en la región. Si bien puede hablarse de varias perspectivas y análisis diversos, y a veces divergentes incluso, es indudable que el Foro há sido fortalecido por este encuentro.

Hay que destacar, de la discusión misma, los varios elementos que definen como y en que términos se perfila la lucha política del continente. En primer lugar, destaca que , despues de varios años de hegemonismo económico, político e ideológico del neoliberalismo, se presencia de nuevo un ascenso de las luchas populares, democráticas y sociales en prácticamente todos los países. Este ascenso va acompañado de avances electorales importantes en varias naciones de la región , además de la significación nacional e internacional de movimientos sociales com gran autoridad moral.

En segundo lugar, se confirma la creciente importancia y el peso político del que gozan las alternativas programáticas y políticas de las fuerzas que componemos el Foro de São Paulo. La mirada de los pueblos está crecientemente sobre la opción y la viabilidad de gobernancia que se ofrece a partir de las luchas mismas de nuestros pueblos, en donde se expresa la aparición de nuevas representaciones y movimientos sociales y políticos.

En tercer lugar, el crecimiento de nuevas formas organizativas, tanto sociales, civiles, barriales, rurales, sindicales, de jóvenes, de mujeres com visión de género y ciudadanas son expresión nítida de un nuevo dinamismo político y organizativo de los pueblos. La promoción y el fortalecimiento de estos instrumentos de participación popular es una noción nueva de nuestros tiempos de como se prepara la gente para las tareas del ejercicio del poder.

En cuarto lugar, todo este ascenso está viendo, desde ahora, una respuesta de los centros financieros mundiales y del gobierno de los Estados Unidos. Estos buscan fortalecer y profundizar sus alianzas políticas y económicas con los grupos de poder oligárquicos latinoamericanos a fin de cuestionar la viabilidad de la soberanía de los países y de su derecho a determinar, sin interveccionismo, el curso que tomarán sus respectivos procesos de desarrollo.

Por último, en un mundo crecientemente interconectado e intercomunicado se percata de que acercan momentos de grandes definiciones de los pueblos. Para estar a la altura que exige estos procesos, los partidos integrantes del Foro de São Paulo, vemos conveniente desarrollar, en las condiciones de cada país, las alianzas y relaciones políticas que favorecen la consolidación del proyecto democrático y popular contra el neoliberalismo. Este contexto político de incertidumbres y esperanzas ofrece la oportunidad de ser creadores y actores decisivos en la conformación del nuevo poder emergente. La combinación de programas alternativos, de inclusión social y de determinación política son los ingredientes fundamentales para preparar a América Latina y el Caribe para el tránsito hacia el nuevo milenio y hacia una nueva vida de nuestros pueblos.

El 7º Encuentro del Foro de São Paulo resolvió establecer mecanismos de coordinación y discusión permanentes entre sus miembros, para cuyo fin fortalecerá la acción de las secretarías regionales. Desarrollará seminarios de análisis y debate, además de impulsar espacios de intercambio parlamentario, municipal, sindical, de género, de juventudes y de derecho humanos.

La necesidad de profundizar el debate sobre las perspectivas del Foro, sus características orgánicas, su normatividad y los instrumentos para la unidad de acción son temas a desarrollar por el Grupo de Trabajo, en relación con las fuerzas integrantes del Foro, hacia el 8º Encuentro que se llevará a cabo en México bajo auspicios del PRD.

Estamos concientes de que nuestros intercambios y debates se desenvuelven en los albores del Tercer Milenio, momento en que el desarrollo científico y tecnológico impone al mundo transformaciones ineludibles e irreversibles. Los partidos y movimientos políticos del Foro de São Paulo no las ignoramos ni les tememos. La ciencia y la tecnología son conquistas del género humano y no pueden servir de pretexto para aumentar la miseria social. Nuestra lucha está dirigida a evitar que se les utilice por el gran capital como instrumento de más dominación, subordinación, injusticia, desigualdad y exclusión. Nuestro objetivo es ponerlas al servicio del desarrollo sustentable y equitativo, de la profundización y extensión de la democracia política, económica y social, del afianzamiento de la solidaridad y la integración en beneficio de los pueblos y del enriquecimiento de las relaciones humanas.

El imperialismo norteamericano aspira a eternizar el status quo para su beneficio exclusivo, pretendiendo que su modelo de sociedad, opresivo y expoliador, es una consecuencia inevitable del avance científico y tecnológico. Estamos convencidos de que, por el contrario, ese avance muestra la capacidad de la humanidad para resolver todos los problemas fundamentales que amenazan su existencia misma. El modelo neoliberal concibe al desarrollo como la condición en que las élites pueden acumular más riqueza a expensas del crecimiento de la pobreza, la marginación y la exclusión de una creciente franja de la población mundial. Afirmamos que el objetivo supremo del desarrollo debe ser la satisfacción de las necesidades materiales y espirituales del ser humano, con justicia social y armonía con la naturaleza. Con las alternativas que defendemos, aspiramos a colocar el conocimiento humano al servicio de los pueblos y bajo su estricto control.

El neoliberalismo, como nueva expresión de la acumulación capitalista, impulsado por la hegemonía norteamericana y por las agencias financieras internacionales como el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial, aumenta y concentra el flujo impetuoso de capitales y mercancías de las grandes potencias destruyendo las barreras y erosionando la soberanía de las demás naciones. Crece la pérdida de fuentes de trabajo y el deterioro de las ya magras condiciones de subsistencia de las mayorías. Los tres grandes bloques dominantes imponen una apertura unilateral a los países subdesarrollados, a la vez que se construyen nuevos muros para que los trabajadores no puedan migrar tras un empleo escaso, precario y mal remunerado. La globalización neoliberal pretende que las fronteras nacionales sólo se mantengan como barreras de contención de los migrantes. Crece el racismo y la xenofobia. Se globalizan los mercados sometidos a los intereses de las grandes potencias. Se extiende la pobreza, el desempleo, la marginación, la polarización y la exclusión. Una franja creciente de la población mundial, naciones enteras y hasta continentes son clasificados como inviables, privados de sus identidades culturales y sometidos a las consecuencias de la destrucción ambiental del planeta sobre la que se sustenta el consumo opulento de las élites. Ese mundo del sin futuro es el que nos ofrece el neoliberalismo.

El proceso de la globalización neoliberal ha implicado una crisis con distintos intentos de reestructuración de los instrumentos de los partidos tradicionales, lo que ha desarticulado, por lo general, el bloque histórico dominante y agudizado los conflictos y contradicciones del propio modelo. Los procesos de restauración autoritaria y de revancha neoliberal, como en Nicaragua, buscan revertir lo acumulado por las fuerzas populares y democráticas, particularmente la lucha por la preservación de la propiedad en manos de sectores populares. El autoritarismo se torna, en casos como el Perú, en una de las tendencias por las cuales los gobiernos, recurriendo a fachadas seudodemocráticas violentan el estado de derecho, agreden a la prensa independiente y a las fuerzas de oposición y

concentran el poder para contener y reprimir la creciente respuesta de los sectores populares a la crisis social y económica.

Con la globalización neoliberal los centros de la hegemonía se trasladan al extranjero y vuelven obsoletas algunas de las estructuras de los instrumentos para el quehacer político. La reestructuración de los partidos se determina entonces por la funcionalidad que obtengan frente al modelo. Esto es válido también para nuestros espacios del pensar y actuar político, donde lo nacional se debe pensar desde lo mundial y lo local desde lo nacional, sin que esto implique desconocer la particularidad que cada uno representa.

Se generan una gran diversidad de nuevos actores sociales y renuevan el perfil de los ya existentes. Las reivindicaciones de género, ambientales, raciales, étnicas y muchas otras, que en el pasado eran agregadas políticamente a los partidos, crean sus propios espacios políticos y desarrollan su autonomía. Surge una amplia gama de explotados y excluidos que encierran la posibilidad y la necesidad de crear un nuevo universalismo emancipador. Al mismo tiempo existen sectores que tienden a una postura crítica respecto al modelo, como es el caso de capas medias, pequeños y medianos empresarios e incluso capitales nacionales de relativa envergadura.

En el marco de nuestra diversidad en la que coexisten diversas visiones sobre el futuro y la forma de su concreción, coincidimos en la necesidad de diseñar y ejecutar programas capaces de representar y organizar a los trabajadores y a las grandes mayorías populares. El reto consiste en articular a todos los afectados en un proyecto político y social, capaz de incluir al conjunto en el ejercicio pleno de su diversidad y su autonomía, pero reivindicando en su seno la necesidad de la cooperación y de la unidad política y de acción para derrotar al neoliberalismo.

En esta dirección para que las fuerzas de izquierda seamos consecuentes articuladores de amplios movimientos de oposición y coaliciones de gobierno, resulta fundamental que poseamos nitidez programática, flexibilidad táctica e instrumentos de acción capaces de asegurar nuestro peso específico e independencia. Es por ello que estamos diseñando programas amplios que cumplan una doble función: auspiciar y profundizar cambios capaces de desatar una dinámica de lucha que derrote la histórica hegemonía de las élites dominante y cree las condiciones para solucionar los problemas urgentes de nuestros pueblos, al mismo tiempo que realice una transformación política y económica de carácter más profundo y que avance hacia una nueva sociedad más justa e igualitaria.

Las organizaciones políticas del Foro estamos derrumbando definitivamente las barreras artificiales entre lo político y lo social como elemento imprescindible de verdaderas alternativas. Esta perspectiva coloca a la lucha de clases, a lo social en el centro de nuestra actividad y refleja una voluntad expresa de una nueva manera

de hacer política. Movimientos como los Sin Tierra y los agrarios de la CUT en Brasil, así como el movimiento insurgente de Chiapas, demuestran claramente esta tendencia de articular lo social con lo político. Crece la comprensión que la satisfacción de esa diversidad de reivindicaciones sociales sólo será posible con el enfrentamiento político a la dominación neoliberal.

Frente a ello los partidos y organizaciones del Foro hemos intervenido resistiendo desde espacios sociales e institucionales, pero también hemos realizado experiencias de profunda trascendencia, que en muchos casos han cambiado la correlación de fuerzas e influyen positivamente en la realidad en que sobreviven los pueblos latinoamericanos y caribenos. Desde la celebración de nuestro anterior Encuentro, la izquierda latinoamericana también registró importantes avances en las luchas populares libradas contra el neoliberalismo en Ecuador, República Dominicana, Nicaragua, Colombia y otros países. En este contexto se destacan los éxitos electorales del Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional de El Salvador y el Partido de la Revolución Democrática de México, tanto a nivel legislativo, como en los gobiernos locales y sus respectivas capitales, a los que se suma la transformación de ambos en segunda fuerza política de esas naciones. Otro hecho de gran relevancia es la conclusión del proceso de negociaciones que, debido a su contenido, abrió una nueva etapa de luchas para la URNG y el pueblo guatemalteco, después de 30 años de enfrentamiento armado, por lo que exigimos al gobierno de ese país su estricto cumplimiento.

Los avances de este último año se suman al desarrollo y la acumulación de otros procesos anteriores. La revolución cubana sigue demostrando que es posible gobernar y enfrentar la globalización neoliberal con un proyecto popular y sin abandonar el principio generador de nuestra lucha: el ser humano. Desde los gobiernos locales y estatales hemos sido capaces de administrar grandes ciudades, combatir la corrupción y construir experiencias de participación. La propuesta de Presupuesto Participativo, tan exitoso en distintas ciudades de Brasil, en particular en Porto Alegre, y el proceso de descentralización en curso en Montevideo marcan un camino, que tiende a reducir el poder burocrático y construir espacios para avanzar en formas de participación y poder popular. En estos crecientes espacios institucionales, estamos desarrollando políticas públicas alternativas que reafirman la responsabilidad del Estado y responden a los intereses y necesidades de la ciudadanía.

Sin embargo en Colombia se profundiza la falta de garantías políticas por el avance del terrorismo de Estado, la violación sistemática y masiva de los Derechos Humanos y el desarrollo y legalización del paramilitarismo y criminalización de la protesta social. La guerra se agudiza a pesar de las manifestaciones de los movimientos insurgentes de buscar una solución política al conflicto social y armado.

Cien años despues de haber sido invadido por las fuerzas armadas estadounidenses en el marco de la guerra hispano cubano americana, Puerto Rico continua sometido a la dominacion coloonial. El pueblo puertorriqueno lucha hoy con tenacidad, por su nacionalidad, contra la presencia mlitar extranjera, por la excarcelacion de los presos politicos y por su derecho a la autodeterminacion e independendia. Su causa en nuestra causa. También nos pronunciamos contra el colonialismo vigente en las Islas Vírgenes y otros territorios de ultramar como: Guadalupe, Martinica y Guyana Francesas.

Cuba sigue resistiendo victoriosamente las agresiones, la hostilidad, el bloqueo y los intentos de aislamiento del gobierno de los Estados Unidos, que actualmente desarrolla una nueva ofensiva, la cual incluye la adopción de más férreas leyes y medidas extraterritoriales que fortalecen a la mundialmente rechazada Ley Helms-Burton, combinadas con la creciente utilización de actos de provocación y sabotaje. La Ley Helms Burton es expresión de la actual tendencia unilateralista de la política estadounidense, tendiente a imponer sus intereses y su legislación como parámetro de conducta de otras naciones. Ese mismo unilateralismo se expresa también en el establecimiento de los llamados procesos de certificación, en la introducción de clausulas de condicionalidad a los acuerdos comerciales, en la negociación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio y las presiones para la militarización de la lucha contra el narcotráfico. Es por ello que debemos unirnos más que nunca antes en defensa de la soberanía nacional, porque ésta constituye una premisa insoslayable para la construcción de la democracia.

La sociedad que proponemos tiene que asentarse en la más profunda democracia. Se trata de construir una sociedad y un Estado democráticos, mediante la efectiva y armónica combinación de la participación con la representación y el poder de decisión. Para ello es necesario enfrentar y superar las múltiples distorsiones existentes en los mecanismos participativos y representativos que distorsionan la voluntad ciudadana. Por medio de ellos se gesta una contradicción permanente entre el juego de exclusion política e inclusión política, donde la primera es la que se va imponiendo. Neoliberalismo y democracia son cada dia mas excluyente. La democracia alternativa que queremos construir supone crear los mecanismos que permitan a todo el pueblo participar en la definición e implementación de las políticas nacionales y ejercer el control sobre la gestión gubernamental. Un componente fundamental de nuestro programa es contar con parlamentos que tengan capacidad de decisión e independendia, junto con el Poder Judicial, frente a los Poderes Ejecutivos y a los grupos elitistas de presión económica. Asimismo, se precisa promover una efectiva democratización de los medios de comunicación masiva.

Nos proponemos luchar por la creación de un marco ético, legal y político, ante la gravedad sin precedentes adquirida durante los últimos años por la corrupción, el

tráfico de influencias, las vinculaciones de líderes gubernamentales, políticos y militares con el narcotráfico y el lavado de dinero y otras prácticas ilícitas y degradantes, que vienen justificando diferentes formas de intervención y conducen al retroceso hacia prácticas coloniales supuestamente superadas. Lucharemos porque prime la justicia y no la impunidad, procurando que la corrupción, el tráfico de influencia y los crímenes de Estado sean ejemplarmente sancionados.

La tarea por reconstruir el aparato productivo deteniendo la creciente desindustrialización de las economías, implica desarrollar la planta industrial e impulsar el avance tecnológico. Nos exige el retomar el control de la economía y los recursos naturales, la solución del grave problema sobre la tenencia de la tierra, así como el fortalecimiento de las formas asociativas y solidarias de producción. El desarrollo estable del gasto social requiere del fortalecimiento del Estado, el estricto control financiero y de una reforma fiscal que, contribuyendo a la estabilidad macroeconómica, sea un instrumento para una más justa distribución de la riqueza.

Un aspecto esencial de nuestra propuesta es avanzar en la creación de un frente común de deudores, que nos permita enfrentar conjuntamente la solución de la deuda externa. La evolución de este fenómeno en los últimos años, pone de manifiesto el reconocimiento implícito de los duros condicionamientos que impone la deuda y lo nocivo que resultaron ser los mecanismo de cambio de deuda por supuesta inversión.

Resulta importante combinar armónicamente la producción hacia los mercados internos y externos, así como articular políticas de desarrollo desde adentro hacia afuera, que promuevan la competitividad de la industria nacional. La inversión extranjera directa puede constituirse en un factor importante en la captación de nuevas tecnologías y en la apertura de mercados, pero necesita ser concebida como complementaria con la economía nacional y regional. Así mismo, resulta necesario fortalecer la banca estatal y cooperativa.

Las políticas compensatorias dirigidas hacia los sectores excluidos, deben incorporarse sólo como soluciones de emergencia para corregir circunstancialmente situaciones críticas, mientras se desenvuelven los resultados de las reformas estructurales. Se impone asumir políticas activas a nivel industrial, agrario, políticas activas de creación de empleo que lleven a aumentar la participación de los salarios en la renta nacional, así como estrategias de desarrollo de la ciencia y la tecnología, que posibiliten la creación de una base concreta para armonizar crecimiento con distribución. En este contexto, se debe brindar estímulos a la pequeña y mediana empresa por su capacidad para generar empleo.

La estrategia de construcción del nuevo modelo económico y social, debe incorporar la visión de género. Para ello debemos establecer acciones concretas para eliminar

la discriminación de la mujer en el empleo y salario, impulsar programas específicos para la mujer rural y la mujeres jefas de familia. Se trata de generar programas de formación profesional y adecuar las normas de seguridad social, incorporando los derechos de las mujeres. Asimismo debemos establecer políticas de acción afirmativa que aseguren el acceso de las mujeres a los puestos de decisión a todo nivel.

Asumimos que los países de América Latina y el Caribe están constituidos por poblaciones multiraciales, multiétnicas y multiculturales, en los cuales el racismo, la exclusión y la transculturización, es una de las causas fundamentales que impiden el desarrollo de las poblaciones negras, mestizas e indígenas. Consideramos que es imposible realizar transformaciones estructurales en nuestros países sin la debida consideración de la problemática racial y del carácter estratégico del combate al racismo por una sociedad nueva. En el contexto de la lucha por un nuevo orden político internacional, nos proponemos impulsar el fortalecimiento del apoyo y la solidaridad internacional con el continente africano el cual ha sido considerado inviable dentro del esquema del libre mercado neoliberal.

Las organizaciones políticas del Foro debemos asumir de hecho las demandas y propuestas de los pueblos indígenas, incluyéndolas efectivamente en nuestros contenidos programáticos y prácticas políticas, además de asumir sus luchas concretas por la conquista de sus derechos secularmente negados. Abrir más espacios para la participación indígena en las instancias de participación y decisión interna, respetando su cosmovisión y las especificidades del modo indígena de hacer política y ejercer la democracia.

Todas las alternativas tienen una dimensión cultural. Deben responder a una perspectiva de porvenir, a una utopía necesaria, capaz de sostener las propuestas. Ellas necesitan también una dimensión de esperanza para guardar el ánimo en las situaciones difíciles y en los fracasos. Necesitan una ética para conservar las metas de la acción y fijar la orientaciones cotidianas y los medios concretos en el desenvolvimiento de los compromisos sociales y políticos. Por eso son importantes las referencias espirituales y éticas, que en América Latina y el Caribe tienen tanta vigencia y significación en las corrientes cristianas de base y de otras expresiones religiosas comprometidas.

Los debates del Foro giraron alrededor del tema de la reforma y la revolución. Hay quienes plantean que la reforma es un momento en la lucha revolucionaria, pero que, en este marco, muchas veces ha resultado un retroceso, si tales reformas no se inscriben en proyectos transformadores que apunten hacia los objetivos estratégicos e históricos que dan cuenta de la superación definitiva del Modelo de Acumulación Capitalista en su fase imperialista. Otros compañeros consideran que en esta fase es necesario priorizar la lucha democrática, la electoral, y luchar por

reformas que vayan minando la solidez del neoliberalismo.

Existen también diferencias sobre la valoración de la lucha armada en esta etapa. En el Foro coexisten organizaciones que han optado por la lucha armada y otras que, sin practicarla, la consideran como una opción válida para determinados contextos y aun las que se oponen a esa forma de lucha. Las diferencias se basan en la inexistencia de un consenso en la valoración de las nuevas expresiones de lucha armada, y qué representan estas expresiones en esta fase de las luchas sociales.

Todos estos temas seguirán siendo punto de debate en el Foro de São Paulo, y se buscará profundizar tanto teórica y políticamente, como desde las experiencias.

A los treinta años de la caída del Comandante Ernesto Ché Guevara y sus compañeros internacionalistas de varios países latinoamericanos, los trabajadores, los campesinos, los jóvenes, los excluidos y los oprimidos del continente, siguen identificados con su figura. Son ellos los mismos que nos alientan y empujan para seguir uniendonos en la lucha por la construcción de alternativas al neoliberalismo, de la cual el socialismo sigue siendo una de las opciones para superarlo, las cuales siguiendo su ejemplo serán basadas en profundas convicciones éticas que integren sin fisuras nuestro pensar y actuar. Treinta años después, cuando nos dicen que debemos renunciar a los sueños, a la dignidad y a la ética transformadora, su ejemplo de vida, su capacidad de amar, se enaltece y se encarna en los pueblos del mundo. Desde el VII Foro de São Paulo, reafirmamos nuestro compromiso de solidaridad lucha junto a los trabajadores y movimientos sociales del continente, con la defensa de la causa del pueblo cubano y con la herencia ejemplar de Ernesto Che Guevara.

RESOLUCION

El Plenario del 7mo Encuentro del Foro de São Paulo acuerda:

Aprobar la propuesta de Declaración hecha por el Grupo de Trabajo con las siguientes modificaciones y agregados:

1. Acentuar la importancia de la lucha por la soberanía nacional frente al hegemonismo del imperialismo norteamericano y a la pretensión de subordinar a los países a sus políticas e intereses.
2. Afirmar que las alternativas al neoliberalismo, entendido como una forma concreta del capitalismo imperialista, van desde las opciones nacionalistas y democrático populares hasta las de perspectiva socialista que representan una opción de justicia social, de participación auténtica de las clases trabajadoras y del

pueblo en las decisiones políticas, económicas y culturales, y de transformación estructural y cualitativa de los regímenes capitalistas dependientes que existen en América Latina.

3. Revisar el conjunto de la redacción para incorporar la problemática y la terminología de género en el texto.

4. Introducir una reflexión mayor referida a los regímenes de democracia recortada, tutelada o militarizada existente en diferentes países del continente.

Incorporar la noción de democracia como concepto que implica lo económico y social junto a lo político.

DOCUMENTO CENTRAL - ESPANHOL

PRESENTACION FINAL SEPTIMO ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO

Porto Alegre, 31 de julio al 3 de agosto de 1997

Construir una alternativa democrática y popular al neoliberalismo

DOCUMENTO CENTRAL DEL VII ENCUENTRO

Observación preliminar

El presente texto contiene las tesis principales para la elaboración del Documento Central del Séptimo Encuentro del Foro de Sao Paulo. Una versión preliminar fue sometida a la discusión del Grupo de Trabajo (GT) del Foro que se reunió en La Habana. En esa ocasión el texto fue modificado, enmendado y enriquecido. La práctica de proponer al Foro un Documento Central fue adoptada por primera vez en el Sexto Encuentro (San Salvador, 1996). El GT tuvo entonces la preocupación de precisar la naturaleza y las funciones del documento. No se trata de una propuesta para someter a votación en el Encuentro, sino de un incentivo al debate. Los contenidos del documento expresan un consenso del Grupo de Trabajo y, como ocurrió anteriormente, no reflejan necesariamente todas las posiciones de las organizaciones integrantes del GT, ni tampoco las de todos los partidos que forman parte del Foro. Al final del VII Encuentro será propuesta una breve Resolución - como ocurrió en los seis Encuentros anteriores -, que deberá reflejar las discusiones y los acuerdos a que el Encuentro llegase consensualmente. Tal procedimiento corresponde a la naturaleza misma del Foro de Sao Paulo: una articulación de partidos y movimientos diversos en sus orígenes y referencias políticas e ideológicas que no se propone constituir una organización internacional

sometida a cualquier forma de centralismo.

I. EL FORO DE SAO PAULO SIETE AÑOS DESPUES

1. Los primeros días de julio de 1990 se realizó en Sao Paulo, por invitación del Partido de los Trabajadores, el Encuentro de Partidos y Movimientos de Izquierda de América Latina y el Caribe. Cuarenta y ocho delegaciones estuvieron presentes en la reunión y otros justificaron su ausencia, manifestando interés por sus conclusiones y resultados.

2. En un cuadro cambiante y complejo se reunió por primera vez, en julio de 1990, después de muchos años de poca comunicación entre sí, un espectro tan diverso de fuerzas políticas como las que concurrieron a la primera reunión en Sao Paulo. El Encuentro estuvo caracterizado por la apertura, la franqueza y la libertad de los debates. Es importante destacar ese clima teniendo en cuenta la heterogeneidad de las fuerzas presentes, la diversidad de situaciones en que esos partidos actuaban y la ausencia de una práctica anterior de discusión política continuada. Fue igualmente relevante, la disposición manifiesta de todos los presentes a resistir a las políticas de inspiración neoliberal y persistir en la búsqueda de una alternativa a los viejos modelos nacional-desarrollistas y a las políticas de ajuste que comenzaban a implantarse con el espaldarazo de las principales economías del continente, lo que producía un efecto de demostración extraordinario en la región. Había una clara percepción de que los ajustes en curso agravarían las ya graves desigualdades sociales, provocarían la desindustrialización, impulsarían la contrarreforma agraria donde hubiera ocurrido o la frustraría donde todavía no hubiera sido realizada, comprometiendo la soberanía nacional y, en la medida en que sufrían resistencia por parte de importantes movimientos sociales, acabarían por asumir un carácter antidemocrático, autoritario.

3. Mas, al mismo tiempo, se tenía conciencia de que la elaboración de los partidos y movimientos presentes era, por lo menos, insuficiente para constituir de inmediato una alternativa democrática y popular. Las izquierdas y los partidos populares tenían un pasado con el cual deberían de ajustar cuentas. Tenían, sobre todo, la necesidad de profundizar los programas alternativos: (re)construir proyectos nacionales de desarrollo basados en la necesidad de promover la inclusión social y radicalizar la democracia, al mismo tiempo que proponer políticas de integración alternativas a las que están en curso en el Continente, apoyando una presencia soberana en el mundo. Se trata, finalmente, de establecer nuevas formas de vincularse a las clases trabajadoras, de repensar alianzas, de renovar las formas de organización y el lenguaje político.

4. Para continuar y profundizar ese debate, los partidos presentes en la reunión de Sao Paulo decidieron convocar un nuevo encuentro para 1991, en la Ciudad de

México. Se decidió, igualmente, crear un Grupo de Trabajo (GT) que asegurase las relaciones de los partidos entre un encuentro y otro. A partir de México esa articulación de partidos pasó a llamarse Foro de Sao Paulo, evocando el encuentro de 1990. Es responsabilidad del GT, a partir de 1991, preparar política y organizativamente los Encuentros, proponer las normas para la participación de partidos y movimientos en el Foro, organizar seminarios temáticos de profundización y coordinación de iniciativas entre una reunión y otra. Después del Segundo Encuentro de México (junio/1991), el Foro realizó Encuentros en Managua (julio/1992), en La Habana (julio/1993), Montevideo (mayo/1995) y San Salvador (julio/1996).

5. El Encuentro de Sao Paulo se realizó en una coyuntura crucial para las izquierdas, por un lado las profundas transformaciones derivadas del avance que en las últimas décadas ha ido presentando el proceso de internacionalización del gran capital y de la economía mundial, el cual se ha expresado en una creciente transnacionalización, junto al surgimiento de un nuevo modelo de acumulación de capitales y el afianzamiento de importantes modificaciones en el sistema de dominación mundial. Por otro, desde 1985 venían ocurriendo profundos cambios en la Unión Soviética y los países del este europeo. En 1989 ese proceso desembocaría en el derrumbe del Muro de Berlín, episodio emblemático de la crisis de los modelos socialistas del Este de Europa, que culminaría con la autodisolución de la URSS en diciembre de 1991. A su vez la República Popular China emprendía un vasto programa de reformas económicas con la apertura de sus fronteras al masivo ingreso de capitales internacionales y con la adopción creciente de mecanismos de libre mercado. En Europa Occidental por su parte se asistía a un viraje en la orientación de los partidos socialdemócratas, que abandonaron las políticas de estado de bienestar social, implementadas sobre todo, después de la Segunda Guerra Mundial.

6. Coincidiendo con la crisis de los procesos de construcción del socialismo y de la socialdemocracia, y en cierta medida, en relación con ella, el capitalismo pasaba por transformaciones profundas. A partir de los años 70 ocurrió un incremento extraordinario de la internacionalización no sólo de los procesos productivos como, sobretodo, del capital financiero. Esta globalización, palabra cada vez más incorporada al vocabulario político, que amerita un análisis más profundo sobre sus alcances ideológicos y políticos (1); fue acompañada e impulsada por profundas transformaciones tecnológicas, sobre todo en el plano de la información y de la comunicación. Se puede hasta hablar de la tercera revolución industrial. Para la izquierda, resulta fundamental la comprensión de estos fenómenos, por las mutaciones que provocan en el medio y con los actores sociales con que desarrolla su actividad. Todas éstas transformaciones transcurren bajo el contexto del proceso denominado "globalización", el que a través del neoliberalismo, implica un nuevo "internacionalismo liberal" que combina nociones y practicas económicas,

políticas, militares y culturales, sustentadas en los avances sin precedentes de la Revolución Científico-técnica y el fin de la bipolaridad. Pero que, ante todo alienta o implica de hecho la aceptación de dicha realidad y sus consecuencias generales como incambiables. Algo así como una versión de "el fin de la historia". (1) En el entendido que se debe profundizar, en relación al tema el VI Encuentro en San Salvador consideró: "... este proceso de globalización transcurre bajo la hegemonía de las principales fuerzas capitalistas mundiales, y es por eso sumamente contradictorio y conflictivo. Mientras, por un lado, presenta avances, posibilidades y oportunidades para escalar a nuevos niveles de progreso y desarrollo, por otro, incrementa las desigualdades y polarizaciones, acelera la destrucción de la naturaleza"... el mundo en que vivimos no está totalmente globalizado, sino regionalizado en bloques económicos. La regionalización continuará siendo una poderosa tendencia y además es necesaria para los países del Sur, ya sea para frenar las ambiciones expansivas de los Estados y corporaciones transnacionales más desarrollados y poderosos y/o para compensar los contradictorios desequilibrios y desigualdades del actual curso de las cosas en el mundo o mejorar las condiciones y posibilidades de cada uno de ellos en su inevitable inmersión en la globalización". "... estamos lejos de considerar que el mundo contradictorio, conflictivo y en globalización solamente ofrece desventajas y amenazas para nuestros países y distamos mucho de creer que el mejor consejo sea aislarnos. Este mundo de hoy ofrece muchas oportunidades y ventajas para el desarrollo, pero ello exige el diseño de proyectos nacionales alternativos, capaces de generar el más amplio consenso y comprometimiento, que contemplen la integración regional y relaciones económicas y políticas con todos los bloques, y países por separado, que permita aprovechar las diferencias ventajosas entre unos y otros".

7. El proceso de transnacionalización operado tiene como eje económico un importante desarrollo de la autonomía que ha adquirido el capital financiero, cuya aplicación ha tenido preeminencia en el aspecto especulativo más que en el productivo. Esto ha conducido a una reestructuración de las relaciones entre las grandes potencias y de éstas con los países subdesarrollados. De tal manera dicha concentración del poder económico y político mundial determina un aumento de la brecha entre el mundo dominante y desarrollado y el dependiente y subdesarrollado. En este nuevo esquema lo nacional y lo bilateral quedan fuertemente subordinados a lo transnacional.

8. El incremento de la injerencia y el intervencionismo de los países industrializados en la periferia está destinado a provocar la desestructuración nacional, social y cultural que demanda el nuevo modelo de acumulación. Adicionalmente, las nuevas tecnologías provocan otros cambios en la relación entre el Norte y el Sur, por la erosión de las llamadas ventajas comparativas ----resultante de la intensificación de los procesos productivos--, el incremento del intercambio desigual y el surgimiento de productos que disminuyen (o sustituyen) la demanda de muchos

rubros tradicionales de exportación del Tercer Mundo.

9. La crisis de la Deuda Externa, impactó al Sistema Financiero Internacional, estalló en medio del proceso de recomposición de las relaciones mundiales. Esa coyuntura, que abrió la oportunidad para constituir un frente de deudores que permitiera luchar por un orden internacional más justo y cambiar la correlación internacional de fuerzas, que ya se venía incubando, fue desaprovechada. El chantaje en torno a la permanente renegociación de la deuda se transformó en uno de los medios fundamentales de los centros de poder y de los organismos económicos multilaterales para financiar las transformaciones de la economía mundial y en un instrumento de mayor penetración y subordinación para imponer los ajustes neoliberales. En el marco de esta crisis el Plan Brady jugó un papel crucial. La política impulsada por los países acreedores obligó a los países deudores a atar su enorme deuda externa de los años 70 a una reestructura de la misma. De este modo la Banca Transnacional acreedora además de por lo menos cobrar una parte de ella, pudo traspasar otra parte a tenedores de bonos públicos en la perspectiva de posteriores emisiones que pretenden asegurar como nunca la continuidad de su pago. A la vez los Organismos Internacionales ligaron la concesión de créditos a medidas de política económica centradas en la Reforma del Estado, su desregulación y apertura externa, aumentando su vulnerabilidad y dependencia.

10. Las potencias industrializadas aprovecharon los cambios en la correlación mundial para afianzar el nuevo sistema de relaciones internacionales. A través del neoliberalismo tratan de imponer al mundo el concepto de soberanía limitada; la ampliación de los mecanismos supranacionales coercitivos; la desregulación de la economía y la apertura indiscriminada al comercio y las inversiones; la reestructuración del Estado y la redefinición de sus relaciones con el mercado - mediante las privatizaciones y otros medios--; la implantación de un modelo de "control social" que garantice la concentración de la riqueza y, una versión de democracia y derechos humanos que limite las libertades políticas al ejercicio del voto en elecciones que no interfieran con el ajuste, al tiempo que considera a los derechos económicos y sociales como "costos" que afectan la competitividad de la nación.

11. En el "Nuevo Orden Mundial", los poderosos se abrogan el derecho de establecer cláusulas de condicionalidad a los acuerdos comerciales y de cooperación, así como imponen las pautas para determinar que naciones subdesarrolladas son elegibles para recibir créditos y cooperación. La Ley Helms-Burton y la política estadounidense de emitir certificaciones de buena o mala conducta, resaltan entre de las expresiones mas descarnadas de las nuevas formas de injerencia.

12. El neoliberalismo es simultáneamente la reestructuración del poder económico

y político del capital y el intento de desestructurar a los viejos y los nuevos sujetos sociales excluidos del sistema. Se trata de un cambio de reglas de dominación que fragmenta, atomiza y desmoviliza con mas eficacia a los sujetos sociales que tradicionalmente representaron la alternativa al sistema. Esta fragmentación hace aun mas complejas las condiciones para la articulación de procesos de transformación política, económica y social, imprescindibles para romper el circulo vicioso de la dependencia y el subdesarrollo en nuestras naciones.

13. En el proceso de fragmentación de los sujetos sociales alternativos, resalta el papel que juega el desempleo. La expulsión de la fuerza de trabajo ya no es solo una consecuencia de periodos de recesión, sino que se convirtió en un fenómeno estructural. La desocupación, salvo contadas excepciones, aumenta incluso en los momentos de expansión económica, debido a que su crecimiento se convirtió en una premisa para la reproducción del capital.

14. La reproducción del capital paso a asentarse fundamentalmente en la esfera financiera especulativa y en la intensificación de los procesos productivos, modalidades que expulsan fuerza de trabajo. La exclusión creciente se convirtió en la premisa de la competitividad y la ganancia, circulo vicioso que cierra cada día mas el ciclo empleo-producción-consumo y conduce a la explotación irracional de los recursos naturales renovables y no renovables del planeta.

15. Con el aumento del desempleo y la reestructuración de los procesos productivos, el capitalismo exagera un fenómeno que el pensamiento socialista ya había detectado en el siglo XIX: la intensificación de la competencia entre los trabajadores y la agudización de sus diversidades específicas. Las formas clásicas de socialización obrera --sindicatos y partidos principalmente-- son duramente afectadas por todos esos fenómenos. Se asiste a una tendencia mundial, más o menos generalizada, hacia la caída de las tasas de sindicalización.

16. Los fundamentalistas del neoliberalismo intentaron, con algún éxito, quebrar las resistencias a su proyecto, reprimiendo a los sindicatos, las huelgas y otras formas de movilización. Eso reforzó su triunfalismo y les permitió exhibir un optimismo que hace muchas décadas no poseían.

17. Por otra parte, el fracaso de la principal experiencia mundial alternativa al capitalismo fue utilizado por los ideólogos del neoliberalismo para intentar convencer al mundo de la imposibilidad de ejecutar cualquier tipo de proyecto antineoliberal. Sin embargo, países como Cuba y Viet Nam, iniciaron procesos, de acuerdo a sus peculiaridades, destinados a adecuarse a los retos de la nueva coyuntura internacional.

18. Una gran parte de los partidos socialistas en el poder comenzaron a aplicar

ajustes de inspiración neoliberal. Esas políticas crearon conflictos con las bases populares y sindicales de la socialdemocracia, al hacer crecer el desempleo y debilitar los mecanismos de protección social. Esa inflexión programática alcanzó inclusive a algunos partidos socialdemócratas en la oposición. Las políticas de pleno empleo, hasta entonces una idea-fuerza de la socialdemocracia, fueron abandonadas.

19. Las izquierdas en todo el mundo sufrieron un fuerte impacto con la crisis de dos de los paradigmas que más las habían influenciado en el siglo XX: la socialdemocracia y el comunismo. El efecto se hizo sentir inclusive en aquellas organizaciones que, en mayor o menor medida, mantenían distancia en relación a ambos. No se puede olvidar el peso que esas referencias tuvieron en la cultura política de las izquierdas, aunque fueran valoradas, como frecuentemente ocurrió, desde una perspectiva crítica, que dieron lugar a nuevas formulaciones teóricas y de acción política.

20. Con la desaparición de la URSS, el fin de la bipolaridad y de la "Guerra Fría", se comenzó a diseñar un "nuevo orden internacional". La expresión, utilizada por el presidente Bush después de la Guerra del Golfo, traducía el triunfalismo del imperio con la derrota incruenta de su enemigo de más de cuarenta años. Los Estados Unidos pasaron a tener una preeminencia política, militar y económica jamás antes alcanzada. La hegemonía norteamericana se reforzó con los impases de las organizaciones multilaterales que supuestamente hubieran podido establecer un cierto equilibrio en las relaciones internacionales, como es el caso de las Naciones Unidas. Los escenarios fundamentales de decisión sobre la economía y la política mundiales pasaron a ser organismos como el G-7, el FMI, el Banco Mundial y la Organización Mundial del Comercio. En todas ellas el peso de los Estados Unidos es enorme.

21. La creciente globalización productiva y financiera y la exacerbación de la competencia internacional, acentuada con la emergencia de nuevas economías industriales en Asia, tuvieron un fuerte impacto en la división internacional del trabajo. Las economías nacionales, incluso en los países industrialmente avanzados, quedaron más subordinadas a los condicionamientos internacionales. La crisis fiscal de los Estados se agravó. Para adaptarse a las nuevas reglas del mercado mundial, impuestas o no por organismos supranacionales, los gobiernos realizaron drásticas reformas de sus Estados, implementando programas de privatización y cortes sustanciales en las políticas de bienestar que el movimiento obrero había impuesto en la posguerra. Las privatizaciones no obedecieron a estrategias de política industrial, menos aún a nuevos proyectos de desarrollo, siendo resultado de la prioridad dada al ajuste, y contribuyendo a la concentración del capital, la extranjerización de la economía y la exacerbación del viejo fenómeno de la corrupción, y, estimulando la creación de nuevos monopolios privados,

alejando la posibilidad de control de la economía por parte del conjunto de la sociedad.

22. El combate a la inflación y la búsqueda de la estabilidad monetaria se transformaron en valores supremos. El crecimiento sobre todo para los países subdesarrollados, dejó de ser una prioridad. Las políticas de ajuste fueron facilitadas por los profundos cambios ocurridos en el mundo del trabajo y por la configuración de una nueva geografía productiva del capitalismo. Las innovaciones tecnológicas sin precedentes en el uso de materiales y en los procesos productivos, no sólo provocaron un aumento de la productividad, sino que también alteraron la composición misma de las clases trabajadoras.

23. La nueva geografía industrial generada por la globalización, favorecida por sofisticadas técnicas de información, crea nuevos polos productivos allí donde existan condiciones para su implantación, sobre todo debido a las posibilidades de super explotación de la fuerza de trabajo. Pero, al mismo tiempo, la globalización desindustrializa otras regiones, lanzando decenas de millones de hombres y mujeres al desempleo y la marginalidad. La tercerización, el regreso al trabajo doméstico, el trabajo infantil e incluso el resurgimiento de la esclavitud y la semi-esclavitud, junto a los cambios en el proceso de trabajo, contribuyen a la fragmentación de los trabajadores y del conjunto de la sociedad.

Las clases dominantes intentan imponer en todas partes la desregulación y/o la "flexibilización" del trabajo, lo que implica la expansión de los empleos temporales y precarios que no están sujetos a las protecciones sociales y previsionales que el movimiento obrero conquistó durante sus luchas a lo largo de todo el siglo XX. No sólo hubo un incremento del desempleo, como un deterioro de la calidad del trabajo.

24. No obstante las muchas dificultades existentes, la lucha de clases no se acaba y el movimiento obrero continua siendo un factor importante en los procesos sociales y políticos, si bien diverso y en recomposición de sus organizaciones de lucha, al mismo tiempo que surgen y se consolidan nuevos movimientos de los oprimidos y los excluidos, de los cuales emana la posibilidad de construir un nuevo universalismo unificador.

II. AMERICA LATINA Y EL CARIBE EN EL UMBRAL DEL SIGLO XXI

25. Las tendencias generales del escenario económico, político y social del continente exigen obviamente un análisis más detallado y particularizado que explique las complejidad de los profundos cambios en curso y contemple las diversidad regionales y nacionales.

26. A través de las dictaduras militares, en algunos casos, y del autoritarismo, en



otros, en América Latina y el Caribe se impuso la "disciplina social" necesaria para hacer recaer sobre los pueblos el peso del ajuste estructural.

27. En América Latina, las dictaduras militares fueron llegando a su final y se abrió cauce a procesos de transición.; la que muchas veces debió realizarse a través de pactos y compromisos con el antiguo régimen dejando una herencia autoritaria, no transcurriendo como hubiesen querido las fuerzas democráticas y generando a veces divergencias entre ellas acerca de cómo encarar la salida institucional. Pero la transición -que, transcurrió bajo condiciones diferentes según los países, con mayor o menor peso de las fuerzas populares y de izquierda- significó para los pueblos que padecieron crueles dictaduras un cambio sustancial.

28. Si bien las políticas neoliberales que se aplicaron luego en la mayoría de los países defraudaron las expectativas populares en la medida en que no se dio satisfacción a los legítimos reclamos de justicia social de las grandes mayorías, la restauración de la democracia significó para millones de latinoamericanos de varios países el fin de las torturas, las muertes, las persecuciones, las proscripciones, el exilio político y el terrorismo de Estado. Pero significó, además, un nuevo escenario para luchar en mejores condiciones por las transformaciones sociales que la derecha resiste.

29. Más allá de los resabios autoritarios más o menos latentes en todos nuestros países tras la caída de las dictaduras, el advenimiento de las aperturas democráticas fue por sobre todo una conquista de los pueblos y de las fuerzas democráticas, con un protagonismo determinante -del que nos enorgullecemos- de las organizaciones de izquierda, que pagaron un alto precio en la reconquista de las libertades. No valorar estos aspectos equivaldría a cuestionar nuestras posibilidades de protagonismo en la profundización de los procesos democráticos abiertos en el continente tras la caída de las dictaduras.

30. Urgidos de un modelo de recambio, las elites del subcontinente asumieron al neoliberalismo como propio, en parte por presiones externas, pero también con una elevada cuota de complicidad.

31. En diversos sectores se fortalece la comprensión de que el neoliberalismo no es una estrategia de verdadero desarrollo, sino constituye un esquema funcional a los intereses estratégicos de las grandes potencias, que perpetua y agudiza el subdesarrollo e impone un patrón de acumulación altamente concentrador y excluyente.

32. Las políticas sociales -que en el modelo desarrollista cumplían la función de contribuir a la reproducción de la fuerza de trabajo (mediante la capacitación, la salud y otras prestaciones)-, se convierten en "costos" que afectan a

la "competitividad" de la nación. Los gobiernos abandonan los conceptos de desarrollo social y justicia social y abrazan el criterio neoliberal de "asistencialismo focalizado", dirigido exclusivamente a las franjas de extrema pobreza cuya explosividad puede hacer peligrar el sistema, así como lo utilizan para el clientelismo político.

33. Los fraudes que acompañaron de manera general a las privatizaciones beneficiaron a grupos empresariales nacionales e internacionales y a camarillas incrustadas en los gobiernos, muchas veces compuestas por familiares de presidentes y ministros. Las empresas estatales fueron vendidas, en general, a precios mucho más bajos y frecuentemente en cambio de "monedas podridas", (distintos títulos de deuda con valor real por debajo de su valor nominal).

34. Los gobiernos justificaron esas privatizaciones con un discurso: 1) contra la existencia de monopolios, (en el caso de los estatales), 2) en favor de una mejor atención a los consumidores y usuarios, a partir del criterio de que los servicios públicos en general eran de pésima calidad y 3) para proponer un nuevo papel del Estado; este debería ocuparse de cuestiones importantes como la salud y la educación, en vista de que los recursos obtenidos con la venta de las empresas serían supuestamente utilizados, por lo menos en parte, en políticas sociales. El resultado fue otro. Los monopolios estatales fueron sustituidos por monopolios privados y, en algunos casos --suprema ironía-- por monopolios estatales europeos. La calidad de los servicios privatizados se mantuvo en algunos casos inalterada y en otros se deterioró. Mientras tanto, las tarifas que la población paga por ellos crecieron sustancialmente.

35. Los procesos de absorción implicaron la liquidación de la investigación tecnológica nacional, sustituida por la tecnología importada. Implicaron igualmente procesos de "racionalización" empresarial que provocan un incremento del desempleo y de la exclusión social, fenómeno grave en una región marcada por seculares desigualdades sociales. En otros casos, las industrias simplemente se transformaron en firmas importadoras. La educación y salud se privatizaron. Las que quedan bajo la órbita estatal se rigen por el criterio de rentabilidad empresarial que atentan contra los modelos pedagógicos socializadores del saber y, en la salud, contra su esencia solidaria. Lo mismo ocurre en la Seguridad Social, agravado con la entrega al capital privado de los fondos de jubilaciones y pensiones. Ya vivimos el mundo de los "post-pensionados" que cometieron el "error" de vivir muchos años.

36. El abandono de políticas industriales activas --consideradas ahora como "cosas del pasado"-- la apertura salvaje y la revalorización artificial de las monedas nacionales frente al dólar, contribuyeron al deterioro del comercio exterior de la mayoría de los países del continente, que pasaron a producir sucesivos y crecientes déficits. Esos déficits comerciales afectan la balanza de pagos, situación que se

agrava teniendo en cuenta los compromisos de la deuda externa en constante expansión.

37. Con el objetivo de sustentar la existencia de reservas de divisas necesarias para mantener la relación entre la moneda nacional y el dólar, y para compensar las pérdidas que la apertura provoca en la balanza comercial, los gobiernos nacionales salieron desesperadamente en busca de capitales internacionales, generalmente especulativos.

38. Un deterioro de las finanzas externas podría repetir los graves acontecimientos de diciembre de 1994 en México, con imprevisibles consecuencias para el sistema financiero internacional, además de las repercusiones sociales y políticas que tendría en los países afectados. Tal como ocurrió con el "efecto Tequila", una nueva crisis, originada inicialmente en una economía nacional, se puede extender rápidamente a una gran parte del continente y hacia otras regiones del mundo".

39. Los capitales de corto plazo --conocidos como capitales golondrinas-- solo vienen hacia América Latina y el Caribe si son generosamente remunerados, pues enfrentan el alto riesgo que representa operar en las economías emergentes de la región, dentro de un contexto en que los flujos de capitales se concentran en los países desarrollados. Por tanto es necesario imponer altas tasas de intereses. Pero los intereses elevados inhiben la producción y estimulan la especulación financiera. Contribuyen al mismo tiempo al crecimiento de la deuda interna. Para que el tipo de cambio que opera en el momento del ingreso de capitales no aumente el circulante, alimentando nuevas presiones inflacionarias, los gobiernos quedan condicionados a emitir títulos públicos que agravan el déficit interno, sobretodo porque se trata de bonos de corto plazo. Hay países que tienen casi el 50% de sus ingresos presupuestales comprometidos con el pago del servicio de la deuda interna.

40. Para atraer capitales productivos, de largo plazo, una gran parte de los gobiernos nacionales, así como en el interior de los países y regiones, se multiplican los favores y ventajas que no se ofrecen a los inversionistas nacionales. Muchos de esas inversiones --por el nivel de sofisticación tecnológica que poseen-- producen un número irrisorio de empleos directos o indirectos. Son cada vez más frecuentes, en los procesos de atracción de las empresas transnacionales, las exenciones de impuestos por 20 o 30 años, la construcción integral de infraestructura, a veces compleja, los créditos voluminosos a los intereses subsidiados, además de la ya mencionada "flexibilizaron" del trabajo.

41. La apertura salvaje tuvo efectos semejantes sobre la agricultura, sobre todo a los pequeños y medianos productores, aunque no solo a ellos. Ese hecho fue acompañado de políticas de contrarreforma agraria en varios países, como fue

sobretudo el caso mexicano, y se tradujo en la incapacidad de otros gobiernos, como el brasileño, de enfrentar la cuestión de la tenencia de la tierra. La consecuencia de esa tendencia regresiva fue el agravamiento de la crisis en los campos del continente y el (re)surgimiento de movimientos agrarios, como ilustran los ejemplos del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra en Brasil, las marchas campesinas en Colombia, la lucha del movimiento indígena en Ecuador, de los campesinos en Paraguay y la propia insurgencia zapatista en México.

42. A pesar que la economía de América Latina y el Caribe ha crecido 3,5% en 1996, las cifras oficiales de desempleo llegan al 8%, bastante superior a las estadísticas de 1990 (6%). Esas cifras constan en las estadísticas del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), presentadas en su última reunión anual, en Barcelona. Según algunos observadores, es necesario un crecimiento anual superior al 5% del PIB para que el desempleo se estabilice. Es importante señalar que las estadísticas del desempleo subestiman la amplitud del fenómeno y ocultan situaciones bastante más dramáticas como las de los grandes centros urbanos -- Buenos Aires, México, Sao Paulo, Bogotá, Lima, entre otros-- donde las cifras pueden llegar al 20% o más. Esa situación se repite también en muchos estados/provincias, o alimenta fuertes movimientos de carácter regional, como es el caso de Argentina.

43. Para cumplir un programa tan radicalmente antipopular los gobiernos mediante sus políticas neoliberales utilizaron una serie de instrumentos tendientes a concretar la desestructuración social y política de los trabajadores. Son frecuentes las políticas de desregulación y "flexibilización" del trabajo, lo que significa eliminar a los trabajadores garantías mínimas que fueron conquistadas en décadas de lucha y consagradas en las legislaciones de muchos países. Además del desempleo, esta la precarización del empleo.

44. En ese contexto, los sindicatos y las organizaciones populares pasaron a ser "disfuncionales" al modelo, un obstáculo a esas políticas de inspiración neoliberal. Son estigmatizados como instituciones "del pasado", defensoras de "privilegios", que desarrollan una resistencia "puramente corporativa", incompatible con los tiempos de la "modernidad" y de la "globalización". La defensa de valores nacionales y de la solidaridad social paso a ser algo sumamente "arcaico". Los gobernantes del actual periodo de ajustes, las elites que los sustentan y los poderosos medios de comunicación de los que se sirven, desarrollan una ofensiva para fortalecer sus nuevos valores y, sobre todo, descalificar y deslegitimar a la oposición. En algunos casos, se trata de criminalizarlas.

45. El actual modo de gobernar tiene un fuerte componente antidemocrático. Para vencer las resistencias de la sociedad y los parlamentos a su política, los presidentes tienden a reforzar el papel del Ejecutivo, gobernando por decreto;

sometiendo a los Poderes Legislativos y Judiciales, a todo tipo de presiones y chantajes, que limitan su autonomía. En los países de régimen federativo, se manifiesta una tendencia de hipertrofia del poder de la unión, restringiendo la capacidad de decisión de estados/provincias y municipios, en nombre de una nueva "racionalidad" económica. Los gobiernos centrales reproducen internamente en relación a los gobiernos regionales y municipales los mismos comportamientos que los organismos como el FMI, el Banco Mundial y otros que tienen relación con los Estados nacionales.

46. La aceptación de esas políticas reduce el margen de maniobra de los gobiernos nacionales. Estos pasan a depender crecientemente de apoyos externos, sobre todo de las agencias que monitorean los programas de ajuste y de las empresas multinacionales que exigen condiciones cada vez más estrictas para invertir. Para atraer capitales especulativos o inversiones productivas, los gobiernos desarrollan estrategias de subordinación jamás vistas. La política exterior virtualmente desaparece, como proceso a través del cual el Estado nacional afirma su presencia soberana en el mundo, consciente de los límites y de las posibilidades de su intervención. La diplomacia se transforma en una operación de venta de imagen del país en el mundo, operada por presidentes transformados en gerentes de marketing de sus gobiernos. La política queda totalmente sometida a supuestas conveniencias económicas. No se trata, por tanto, de atribuir a los "agentes externos" las vicisitudes vividas por los gobiernos nacionales de una gran parte del continente. Lo que ocurre es un proceso de servilismo voluntario de las élites locales.

47. Los programas de estabilización son contruidos de tal forma, que cualquier crítica se transforma en amenaza a su continuidad y en objeto de chantaje político. O se va a favor del ajuste, tal como este está siendo aplicado o se está "contra el país". Expresión de esa situación fue en los últimos años los movimientos por la reelección de los presidentes de varios países, como lo demuestran los ejemplos de Fujimori en Perú, Menem en Argentina y, más reciente, la aprobación de la enmienda constitucional que permite la reelección en Brasil. La discusión sobre la necesidad de la "continuidad administrativa" requerida para el combate a la inflación, viene acompañada del chantaje ejercido por los medios financieros internacionales.

48. El Foro de Sao Paulo desde sus inicios destacó la importancia de la lucha por la democracia política como un producto histórico del combate de los pueblos. Afirmó en el IV Encuentro la necesidad de profundizar la democracia a través de la combinación de mecanismos representativos y formas de democracia participativa y directa integrando luchas institucionales con luchas sociales. Fenómenos contemporáneos como la pérdida de representatividad y legitimidad de los Partidos políticos; la falta de transparencia y garantías de procesos electorales, el abstencionismo, los escándalos de corrupción, y prácticas demagógicas que

intentan capitalizar la frustración y decepción de los pueblos, tienden a asociarse a la vida democrática, debilitando su credibilidad. Los partidos y fuerzas políticas deben profundizar el examen de éstos fenómenos así como sus causas y formas de enfrentarlos apuntando a que la lucha por profundizar la democracia sea también la lucha contra la corrupción y otras prácticas nefastas.

49. En la subregión caribeña aun se mantienen enclaves coloniales reminiscentes de las mas retrogradadas formas de dominación y explotación. Tales con los casos de Puerto Rico, Martinica, Guadalupe, la Guayana Francesa y las Islas Vírgenes de Estados Unidos y las británicas. Las pequeñas naciones del Caribe, en conjunto, sufren con particular crudeza los embates de la globalización neoliberal y de la inflexibilidad e insensibilidad de la política de la Unión Europea y de los Estados Unidos, pues sus intereses se ven directamente afectados por la rivalidad interimperialista, como sucede en torno al tema del banano, así como por la política antiinmigrante de esas naciones y las presiones estadounidenses para que "completen" el proceso de apertura unilateral.

50. En las naciones en las que la izquierda se consolida como una real alternativa de gobierno, constatamos la agregación pragmática de las fuerzas políticas tradicionales para garantizar la continuidad del modelo neoliberal, así como evitar el triunfo de las fuerzas populares. Debemos tener presente que en el pasado reciente las tentativas de resolver la crisis del Estado y el problema del financiamiento del desarrollo a través de la inflación fueron catastróficas. La inflación, combinada con los procesos recesivos, tuvo consecuencias altamente desestabilizadoras desde el punto de vista económico, social y político y que en ese marco se estimuló el surgimiento de "hombres providenciales", como lo fueron en su momento Salinas, Collor de Mello, Fujimori, Menen y Fernando Henrique Cardoso, con sus programas de estabilización de perversas consecuencias sociales y nacionales en el mediano y largo plazo.

51. La eventualidad de una victoria de la oposición es presentada como el preludio del "caos", momento en que ocurrirán fugas masivas de capitales, que inviabilizan la continuidad del combate a la inflación. El fantasma del "regreso al pasado" ha sido utilizado exitosamente. Todo sucede, como si en ese "pasado", las izquierdas hubieran gobernado a la gran mayoría de los países de América Latina y el Caribe. Las elites, hoy convertidas al neoliberalismo, intentan esconder el hecho de que fueron ellas las que detentaron el poder en el continente y las que mas se beneficiaron de las políticas que ahora tanto critican.

III. LA POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS HACIA AMERICA LATINA

52. La recomposición de las relaciones entre los grandes bloques políticos y económicos del mundo, así como de estos con las naciones de la periferia,

transcurre en medio de un accidentado y contradictorio proceso de cooperación y competencia entre los mismos. En este proceso se entremezclan los intereses conjuntos de los Estados Unidos, la Unión Europea y Japón -por su condición común de grandes potencias frente al resto del mundo--, con los intereses particulares de cada uno de ellos, derivados de su condición de competidores entre si.

53. En el caso de América Latina y el Caribe, la incidencia de la política de los Estados Unidos hacia la región, constituye un obligado punto de referencia, por el hecho de compartir su espacio hemisférico con un país que considera a la región como su espacio geopolítico propio e incuestionable.

54. En los momentos en que surgió el Foro de Sao Paulo, el imperialismo norteamericano concentraba sus esfuerzos en la guerra sucia contra la Revolución Popular Sandinista y el apuntalamiento de los regímenes dictatoriales en El Salvador y Guatemala, al mismo tiempo que continuaba desarrollando su política injerencista y contrainsurgente en el resto de los países de la región. Cuba no sólo enfrentaba el recrudecimiento del bloqueo y la hostilidad, sino que estaba a punto de perder el sistema de relaciones económicas, comerciales, financieras y de colaboración, construido durante décadas y que representaba el 85% de sus intercambios externos. Muchos pensaban que seria un golpe mortal para la Revolución Cubana. Fue durante esta etapa, bajo los mandatos de Ronald Reagan, que en los Estados Unidos se establecieron las bases de una política hemisférica bipartidista fundada en las líneas generales de los documentos de Santa Fe.

55. Actualmente, Estados Unidos se encuentra en una fase de rearticulación del sistema de relaciones interamericanas. Tal proceso tuvo su clímax en la llamada "Cumbre de las Américas", celebrada en Miami en diciembre de 1995, ocasión en que los mandatarios del continente --con la excepción de Cuba-- suscribieron un conjunto de acuerdos que constituyen un código de conducta obligatorio en prácticamente todas las esferas de la vida nacional.

56. La nueva política de los Estados Unidos esta orientada a: contener el aumento de la penetración comercial e inversionista de la Unión Europea y los países de la Cuenca del Pacífico en América Latina y el Caribe; impulsar la creación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio para prevalecer en los mercados de la región con sus productos; reforzar el compromiso de las elites con los ajustes neoliberales; controlar los excesos desestabilizadores de la política económica antipopular; profundizar y diversificar las presiones y agresiones destinadas a intentar la destrucción de la Revolución Cubana y, evitar el eventual desencadenamiento de estallidos sociales.

57. Con el fin de la "Guerra Fría", los Estados Unidos pretenden atribuir nuevas funciones a las fuerzas armadas de América Latina, consideradas por ellos hasta

entonces como reserva estratégica en su enfrentamiento al comunismo. Se trata, según los estrategas del Departamento de Defensa, de atribuir a los ejércitos latinoamericanos las funciones de policías en la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo. Esa tesis enfrenta una fuerte resistencia entre los militares latinoamericanos, ya sea entre los sectores nacionalistas de derecha, nostálgicos de las dictaduras, o entre las corrientes democráticas de las Fuerzas Armadas, por la preservación de la soberanía nacional.

58. El proyecto estadounidense para la creación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio esta basado en la negociación del ingreso casuístico de cada nación latinoamericana al actual Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC), en contraposición al procedimiento defendido por varios gobiernos latinoamericanos, de que sea una negociación entre el TLC y cada uno de los bloques subregionales en desarrollo y consolidación. El enfoque del gobierno de los Estados Unidos esta orientado a la desintegración y dispersión de las naciones latinoamericanas y caribeñas, al tiempo que acentuaría aun mas la asimetría en el pretendido pacto.

59. En el plano económico, las relaciones de los Estados Unidos con América Latina y el Caribe también sufrieron importantes cambios. Hace pocos años, esas regiones eran áreas de cierta importancia en lo referido a las exportaciones de capitales, pero tenían una significación comercial relativamente pequeña en el comercio global de los Estados Unidos. Muchas economías latinoamericanas mantenían relaciones comerciales superavitarias con los Estados Unidos. Esa situación sufrió cambios relevantes. Los Estados Unidos tiene crecientes superávits comerciales con la región (US\$ 16 mil millones, en 1996), como consecuencia de la política de apertura que ellos mismos fueron estimulando en los países del continente. Mientras pregonan el libre comercio, los Estados Unidos practican todo tipo de proteccionismo que impide la existencia de una reciprocidad comercial.

60. La arrogancia con que se comporta en los foros internacionales se traduce en presiones del gobierno de los Estados Unidos para que los países reduzcan mas las alícuotas de importación, adopten leyes de protección de la propiedad intelectual que solo favorecen a los países desarrollados o abran mas las políticas de control sobre las inversiones extranjeras. De la misma forma, utilizan las cláusulas sociales y ambientales -en principio correctas-- que comienzan a preocupar a todos los gobiernos del continente pero --que en ese contexto-son instrumentos neoproteccionistas disfrazados.

61. Las dificultades que presentan las negociaciones para la implantación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio son sintomáticas de las contradicciones de la política norteamericana en el continente y de los conflictos que ella engendra. Washington no quiere discutir las formas de proteccionismo que su país utiliza, pero tiene prisa en eliminar todas las barreras comerciales para inundar a los países del

continente con sus mercancías y provocar la destrucción de mas sectores productivos de la industria y la agricultura. El ingreso de Chile al TLC ha sido obstaculizado por el Congreso, que se rehusa a darle a Clinton la vía rápida (fast-track) necesaria para promover una política de integración negociada, a pesar de que ella seria dentro del marco de la hegemonía de los Estados Unidos.

62. Los Gobiernos del continente han defendido, aunque con vacilaciones, un proceso mas lento, precedido de la discusión sobre el proteccionismo estadounidense y que intente garantizar una adecuación de los sistemas productivos nacionales a las nuevas condiciones de competitividad que tal zona de libre comercio crearía. Esa posición es compartida inclusive por amplios sectores del empresariado ya en crisis por el modelo y que están temerosos de ser barridos por una política de apertura aún más salvaje.

63. Para afirmar las tendencias favorables a un verdadero proceso de integración regional, es preciso sacar el debate y la acción en curso de las manos de los banqueros, empresas transnacionales o de las burocracias de los bancos centrales, ministerios de Hacienda y de Relaciones Exteriores, para transformarlos en un punto central de la agenda de los pueblos. Algunas experiencias en curso de participación sindical sobre esos problemas revelan un camino a seguir. Una integración sólo es provechosa cuando los países que se integran son soberanos y cuando esa soberanía esta garantizada y basada en una intensa participación popular en las decisiones tanto de política interna como de política externa.

64. La formación de otros bloques -la Unión Europea y el de los países asiáticos- y los conflictos objetivos que ellos mantienen con los Estados Unidos, además de las propias dificultades que Washington enfrenta para mantener y ampliar el TLC, abren espacios para una política mas diversificada por parte de los países latinoamericanos y del Caribe, que rompa con la supervivencia de las "relaciones carnales" con los Estados Unidos, de acuerdo con la definición del Ministro de Relaciones Exteriores argentino hace algunos años.

65. Nuevos temas acabaron por ser incorporados a la agenda exterior de los Estados Unidos, como el problema del narcotráfico, el terrorismo y los asuntos relacionados con la migración. Incapaces de controlar el consumo de drogas en su propio país, los Estados Unidos intentan intervenir directamente en la vida interna de los países del continente, supuestamente para impedir la producción de las drogas. Washington se da el lujo de emitir certificados de buena (o mala) conducta a los países del continente en función de la eficacia que sus gobiernos hayan demostrado en el combate a la producción y el tráfico de las drogas. Al mismo tiempo, promueven leyes "antiterroristas" --como en Perú, Colombia y Argentina-- que en realidad buscan estigmatizar a cualquier militante social que promueva acciones que cuestionen las políticas neoliberales aplicadas por los gobiernos.



66. El tema de la migración también se convierte cada vez mas en una cuestión crucial. Mientras se impone a nuestras naciones la apertura indiscriminada a los flujos de capitales y mercancías --con un saldo neto de incremento del desempleo estructural--, se proscrib el flujo de la fuerza de trabajo, para evitar que emigre en busca de la subsistencia que el modelo le niega en su propio país. Las políticas de ajuste y la pauperización que le siguen el rastro provocan la tendencia a fuertes movimientos demográficos de poblaciones empobrecidas o sin perspectivas de vida, hacia los países desarrollados donde, supuestamente, existirían mejores oportunidades de empleo condiciones de vida, además de una mayor protección social. Ese fenómeno afecta no solamente a países cercanos a los Estados Unidos -- México, América Central y El Caribe-- sino igualmente a otras naciones que hasta hace muy poco no poseían una tradición migratoria, como es el caso de Brasil. La política de los Estados Unidos es no solo impedir la inmigración, sino introducir discriminaciones de todo tipo a los trabajadores indocumentados y ciudadanos con derechos adquiridos residentes en los Estados Unidos, para quienes comienzan a estar vedadas las políticas de protección social.

IV. LA CONSTRUCCIÓN DE POLÍTICAS ALTERNATIVAS

67. Al regresar a Brasil para realizar su VII Encuentro en Porto Alegre, la ciudad gobernada durante más de ocho años por el Partido de los Trabajadores, nos proponemos avanzar aún más en la construcción de la agenda y el programa de acción alternativos. Es justo reconocer que, aun con limitaciones, ya tenemos todo un acumulado que no existía al comenzar, sobre todo para definir estrategias y precisar propuestas, que desde los sectores populares enfrenten y derroten la ofensiva neoliberal. En el transcurso de estos siete años de vida del Foro, hemos ganado en comprensión acerca del neoliberalismo, que entonces parecía como un todo monolítico y amenazaba con aplastarnos irremediamente. Hemos aprendido a evaluar de manera mas equilibrada y profunda sus contradicciones, aunque ese análisis no siempre se ha traducido en alternativas viables en el corto y el mediano plazo.

68. Junto a los problemas comunes que poseen los países de América Latina y el Caribe, se encuentran las particularidades nacionales y regionales, determinadas por especificidades y situaciones históricas concretas que deben ser respetadas, para evitar caer en simplificaciones y recetas. Sin embargo, es imprescindible encontrar políticas unificadoras. En la medida que avanza la "globalización desde los poderosos", se crean condiciones para "universalizar las luchas de los excluidos del sistema". Se hace evidente la necesidad de una "globalización" alternativa de los de abajo, por los de abajo y para los de abajo, que nos permita contar con suficiente energía, con el poder de convocatoria necesario, así como con la flexibilidad y la inteligencia requeridas para revertir de manera integral, la afrenta que supone para nuestros pueblos el "internacionalismo neoliberal".



69. Para eso necesitamos avanzar en la comprensión de nuevos requisitos:

Primero, realizar un esfuerzo intelectual y político para comprender las profundas transformaciones económicas, sociales, culturales, de comunicación, por las cuales atraviesa el mundo. Segundo, formular propuestas claras y consistentes, que establezcan una nítida división de aguas tanto con el viejo desarrollismo como con los ajustes neoliberales actuales, con la versión de "democracia con exclusión" que se nos pretende imponer, así como frente a los autoritarismos crecientes, mediante la formulación de propuestas alternativas encaminadas a la construcción de la verdadera democracia, con desarrollo sustentable, justicia social y equidad. Tercero, fortalecer a las organizaciones populares, al mismo tiempo que construimos instrumentos de participación política a la altura de los grandes desafíos que tenemos frente a nosotros. La historia de las luchas sociales y políticas nos muestran que en muchas circunstancias no disponemos de las herramientas a la altura de nuestros objetivos y, sobre todo, de las expectativas que las masas de trabajadores y de excluidos mantienen en relación a nuestros partidos y frentes. De nada valdrán nuestras formulaciones teóricas, si no disponemos de partidos y movimientos capaces cumplir eficientemente su función de intermediación social, de aglutinar los intereses de los excluidos en un programa en torno al cual se logre cimentar la unidad de acción política.

70. El cumplimiento de esos tres requisitos debe ser acompañado de un proceso más amplio de renovación y actualización de nuestra cultura política que abra camino para la invención y la creatividad política que siempre caracterizaron a las fuerzas auténticamente progresistas. Solamente así seremos capaces de retomar nuestro diálogo con la juventud y devolver a nuestros militantes la autoconfianza que en algunos momentos damos la impresión de haber perdido. Es paradójico que en este momento de dificultades provocadas por la ofensiva neoliberal, la acción de los partidos y movimientos populares y democráticos haya alcanzado un desarrollo sin precedente en la historia latinoamericana. Esos avances se expresan no solamente a través de nuestros resultados electorales, sino también en nuestra inserción en los movimientos sociales, en nuestra capacidad de gobernar ciudades y estados importantes y en la forma por la cual intervenimos en el debate político e ideológico de nuestro tiempo.

71. América Latina y el Caribe demandan alternativas que permitan superar la crisis actual y contribuyan a resolver los problemas estructurales acumulados durante décadas de subdesarrollo y dependencia. Se trata de elaborar proyectos que presuponen un crecimiento con redistribución de ingresos, que neutralicen las tendencias concentradoras y excluyentes de viejos modelos desarrollistas y el nuevo modelo neoliberal, mediante la promoción de propuestas de políticas económicas, con énfasis en lo productivo, una fuerte expansión del mercado interno

con una sólida política de exportaciones. Se trata de alternativas con una adecuada combinación de propuestas de solución a los problemas esenciales y de los que pueden ser abordados en una perspectiva mas inmediata.

72. Sin embargo, al mismo tiempo es imprescindible avanzar en programas de corto y mediano plazo, que nos permitan adelantar en lo inmediato iniciativas viables y soluciones efectivas para los graves problemas de nuestras sociedades, que en ningún caso deben comprometer el avance futuro hacia la solución de las grandes deformaciones estructurales que padecen nuestras naciones.

73. Algunos de los aspectos a tomar en consideración en los programas económicos pudieran ser: fortalecer el papel del Estado en la sociedad en favor de las mayorías; reestructurar y modernizar el aparato productivo para lograr una eficiencia que sustente el desarrollo estable del gasto social; preservar al máximo posible la socialización y el mantenimiento del control sobre el patrimonio nacional; otorgar la prioridad necesaria al papel de los resortes y los controles financieros; laborar en una reforma fiscal que contribuya a la estabilidad macroeconómica y fortalezca la moneda nacional en beneficio del pueblo; promover el marco jurídico necesario que permita desarrollar el mercado interno, las investigaciones, el desarrollo tecnológico y la planta industrial nacional; mantener y aumentar los mecanismos y las vías de redistribución del ingreso; trabajar por la integración regional y por un nuevo orden económico internacional y, auspiciar el rescate y la preservación del medio ambiente.

74. Hoy, en el centro del debate esta la cuestión de los recursos para el desarrollo y, por tanto, del fortalecimiento del papel del Estado y su financiamiento. Nuestra propuesta demanda una reforma del Estado destinada a dotar de mayor eficacia al sector publico, así como a redefinir sus funciones y tareas, para lograr su legitimación como mecanismo de asignación de recursos y de regulación socioeconómica. En este sentido, se torna imprescindible la recuperación de la capacidad operativa del Estado en la gestión de las políticas publicas; ello supone mantener y ampliar sus funciones económicas y sociales.

75. Una alternativa al neoliberalismo precisa de una propuesta de reestructuración y modernización del aparato productivo, condiciones indispensables para romper con siglos de subdesarrollo. La modernización productiva debe detener la creciente desindustrialización de las economías, auspiciando el desarrollo de la planta industrial y de la tecnología en correspondencia con las necesidades y potencialidades nacionales. Al mismo tiempo, las legislaciones en materia de comercio exterior e inversiones extranjeras, se encaminaran a propiciar la modernización productiva y el acceso a tecnologías y mercados, siempre en un marco legal que permita preservar e incluso potenciar los recursos naturales, industriales y humanos.

76. La reestructuración productiva permitirá definir estrategias para impulsar el desarrollo de áreas de punta, que nos permitan ingresar con un perfil propio en la economía internacional. Tendrá que combinar la capacidad de producir para satisfacer las necesidades básicas de las mayorías, con el avance de sectores tecnológicamente avanzados y altamente competitivos. Un aspecto esencial será buscar las vías para establecer un vínculo de cooperación --e incluso de integración-- allí donde sea posible, entre las zonas mas avanzadas y las mas rezagadas de la economía, lo que sin duda beneficiaria al conjunto de nuestras naciones, así como crearía las condiciones económicas y políticas para que esas estrategias tengan un consenso nacional y una continuidad que trascienda el corto periodo de un gobierno.

77. No es posible transformar el campo latinoamericano y caribeño sin una reestructuración que responda a la urgencia de satisfacer las necesidades alimentarias. Para ello es imprescindible lograr avances significativos en la redistribución y en el uso mas racional de la tierra; otorgar los créditos y la asesoría técnica que requiere el campesinado; promover el aumento de los empleos y los salarios, junto al desarrollo de los servicios, la urbanización y la promoción cultural de las áreas rurales, con lo cual se podrá contribuir a detener la emigración creciente de los pobladores del campo a las periferias de las grandes ciudades y lograr una revalorización del mercado interno de los productos agrícolas, que permita estimular los precios y el financiamiento de la actividad agraria.

78. Un aspecto esencial es la solución al problema de la deuda externa e interna. La evolución de este fenómeno en los últimos años pone de manifiesto el reconocimiento implícito de los duros condicionamientos que imponen la deuda, y lo nocivo que resultaron ser los mecanismos de cambio de deuda por "supuesta" inversión. La solución solo podrá ser resultado de una voluntad política que exprese una concertación de fuerzas nacionales e internacionales.

79. La inversión extranjera directa puede constituirse en un factor importante en la captación de nuevas tecnologías y en la apertura de mercados, pero necesita ser concebida como complementaria con la economía nacional y regional y, no como el eje de la acumulación. Ella no debe interferir en la capacidad para diseñar una política industrial y agrícola que defina las áreas de desarrollo estratégico, ni comprometer el control sobre los recursos naturales y mucho menos la soberanía y la seguridad económica del país.

80. Es importante combinar armónicamente la producción hacia los mercados interno y externo, así como articular políticas de desarrollo que promuevan la competitividad de la industria nacional, para lo cual se debe crear las condiciones económicas y legales que permitan protegerla. Los índices de eficiencia no pueden medirse exclusivamente en relación con los precios del mercado mundial --aunque

ello sea un parámetro--, sino también por su papel en el restablecimiento de las cadenas productivas nacionales, la generación de empleo, la satisfacción de las necesidades sociales y la conformación de una economía nacional balanceada.

81. El equilibrio económico, mucha veces subestimado en el pasado por la izquierda, hoy adquiere mayor importancia en un proyecto nacional de desarrollo que se sustente en el potencial productivo de cada nación y en el avance de genuinos procesos de integración regional. De ahí surge la necesidad de proyectos claros de reformas fiscales --en beneficio de los sectores populares-- y del sistema financiero. Es necesario poner coto a las regalías fiscales actualmente otorgadas al capital transnacional, romper con la falacia que la concentración de la riqueza genera automáticamente capital productivo y empleo y, rechazar los criterios tecnocráticos que pretenden buscar estabilidad por la vía de las inversiones neoliberales, bajando los costos de la mano de obra y la inversión social.

82. La experiencia evidencia que los mecanismos de un mercado supuestamente libre no operan en favor de una redistribución positiva de la renta. Al contrario, reproducen y profundizan la desigualdad. Si no hay una política de crecimiento sostenible, asentada en una correcta visión sobre el papel del Estado y el mercado interno, y una adecuada definición sobre la inserción internacional, no será posible los objetivos económicos nacionales y sociales alternativos.

83. Fortalecer la banca estatal y cooperativa es un acumulado hacia el futuro. Igualmente importante es la definición de reformas estructurales -agrarias, educacional, del sector de salud, combinadas con la adopción de políticas activas: industrial, agrícola, de empleo, de ciencia y tecnología, etc., que puedan crear una base concreta para compaginar el crecimiento con la distribución.

84. Contrariamente al neoliberalismo, que busca neutralizar los efectos excluyentes de sus opciones macroeconómicas con políticas compensatorias, un proyecto alternativo deberá incorporarlas sólo como soluciones de emergencia, capaces de producir resultados inmediatos para corregir circunstancialmente situaciones críticas. Las políticas compensatorias no sustituyen las reformas estructurales que deben ocupar el centro de un programa alternativo de desarrollo humano integral.

85. La reestructuración económica orientada al desarrollo sostenible, al incremento del nivel de vida de la población y a la redistribución de la riqueza, requiere que se revierta la tendencia a la reducción del mercado interno, mediante políticas para el control nacional de los excedentes, el estímulo a la asfixiada pequeña y mediana empresas, la creación de empleos productivos que rescaten a la población económicamente activa de las filas del desempleo y del sector informal, así como la solución de los problemas sociales básicos.

86. Es necesario implementar programas de apoyo a los ingresos de los sectores populares, para contener primero, y hacer retroceder después, los niveles de pobreza y marginalización. En este sentido, debe prestarse atención prioritaria a los ingresos del sector campesino, conjuntamente con una política fiscal adecuada, que permita el financiamiento de la modernización económica, al tiempo que funcione como mecanismo de redistribución positiva de la riqueza y soporte de las políticas sociales de desarrollo humano.

87. El esfuerzo en favor de un Nuevo Orden Económico Internacional, con relaciones económicas justas y equitativas, supone crear espacios de concertación y coordinación de los países de América Latina y el Caribe -y de nuestro subcontinente con otras áreas del mundo subdesarrollado, para defender los intereses comunes dentro del contexto de los foros internacionales; trabajar para revertir la transferencia de recursos de los países subdesarrollados al mundo desarrollado, mediante la lucha contra el intercambio desigual y la deuda externa; impulsar reformas del Sistema Financiero Internacional, para que este contribuya a financiar el desarrollo de los países del área y, auspiciar la transferencia de tecnología ecológicamente sustentable hacia nuestras naciones y otros.

88. En el contexto de una economía mundial crecientemente internacionalizada, la integración deja de ser un problema de política externa y pasa a ser una necesidad del funcionamiento de la economía. La integración ha de ser concebida como un proceso gradual y no como una reestructuración violenta de las economías nacionales, que pueda representar un shock económico y social, que a la larga retardaría el proceso o lo convertiría en contraproducente. La integración (como se propone más adelante) debe estar encaminada a lograr la convergencia y la complementariedad económica y social de los países de la región.

89. La construcción de alternativas políticas, capaces de superar la disyuntiva entre el desarrollismo nacional y el neoliberalismo, es un proceso que exigirá un enorme esfuerzo intelectual y supone una importante actualización de nuestro pensamiento político y una aguda capacidad crítica para entender las transformaciones por las que atraviesa el mundo. Una estrategia de desarrollo y las políticas que hacen posible su materialización deben diseñarse sobre la base de un proyecto sustentable social y políticamente en cada realidad nacional.

90. Un aspecto fundamental es la cuestión de la democracia y el poder popular. Se trata de democratizar al Estado y democratizar la sociedad para avanzar hacia una democracia sustentada en la más amplia participación y representación, que sirva como uno de los elementos aglutinantes para enfrentar y derrotar la ofensiva del neoliberalismo. En esa dirección se inscribe la importancia de transformar las múltiples distorsiones en los mecanismos de representación política y el perfeccionamiento de los sistemas electorales, haciéndolos menos vulnerables al

fraude e imponiendo mecanismos de control de las contribuciones económicas en las elecciones.

91. Para avanzar hacia esas transformaciones democráticas, es necesario reafirmar nuestra vocación de poder, entendida como la capacidad de desempeñar un papel fundamental en el diseño y ejecución de profundos cambios económicos, políticos y sociales, dirigidos a la solución de los problemas estructurales y de todo tipo que afectan a la nación, al control democrático de las instituciones estatales en función de los mas amplios intereses sociales, así como en la definición de una política exterior de defensa de la soberanía, la autodeterminación y la independencia.

92. Una opción alternativa al sistema político vigente desde la perspectiva de los intereses populares, requiere la transformación del sistema y la radicalización de la democracia, así como la ampliación a todo el pueblo de la posibilidad soberana de participar en el control del gobierno y de un Estado reformado.

93. Una verdadera y democrática Reforma del Estado constituye un imperativo, para transformarlos en instituciones eficientes al servicio de la ciudadanía y bajo su absoluto control, de manera coherente con las estrategias de desarrollo económico y social, así como de perfeccionamiento ininterrumpido del sistema político democrático. Este aspecto de la reforma del Estado no tiene sólo una dimensión técnica. Los problemas que abarca son de naturaleza esencialmente política. La experiencias como las de la elaboración de presupuestos por la población, consejos de gestión de las áreas de salud y educación, participación de los trabajadores y usuarios en los consejos de empresas estatales o en organismos de gestión de políticas publicas, son algunos ejemplos que sirven de base para un vasto proyecto de creación de un sector publico no necesariamente estatal-- de control del Estado.

94. Las reformas políticas deben en muchos países aumentar la representatividad política de los Parlamentos y salvaguardar la independencia del Poder Judicial garantizando que sea accesible a todos y en forma rápida, sin lo que se transformaría apenas en una forma de legitimación de los privilegios de una minoría, así como laborar en el marco legal y político que permita erradicar el problema de la corrupción, endémico en nuestro continente, y que ha representado miles de millones de dólares para las camarillas y grandes grupos económicos. También resulta necesario otorgar importancia a la democratización de los medios de comunicación, hoy en manos de monopolios u oligopolio.

95. En la actualidad, varios partidos miembros del Foro de Sao Paulo ocupan el gobierno en sus respectivos países o participan en coaliciones gubernamentales, perspectiva que puede extenderse a otras naciones. El acceso de la izquierda al gobierno, en medio de la globalización neoliberal --ya bien sea como fuerza principal o como coparticipante de una alianza-- impone el reto de enfrentar desde

el Estado a un modelo estructurado en función de la concentración elitista del poder real --político, económico y militar--, que lo divorcia de los mecanismos de participación y representación democrática, para depositarlos bajo el control de instituciones supranacionales y nacionales que promueven la concentración de la riqueza y la masificación de la exclusión. Ello impone el desafío de vencer los obstáculos que intentaran impedir la adopción de medidas de beneficio popular y provocar el desgaste de los gobiernos de izquierda. Los espacios sin precedentes alcanzados en estos años por partidos miembros del Foro en gobiernos, legislaturas, gobernaturas y alcaldías constituyen un nuevo campo de experimentación, que deben encaminarse en una perspectiva de acumulación de fuerzas a favor de una alternativa progresista.

96. En el sector municipal, son importantes las experiencias de alcaldías de claro contenido popular, en particular en Porto Alegre y otras ciudades de Brasil -- con el Presupuesto Participativo-- y en Montevideo, Uruguay --con el proceso de descentralización política y desconcentración administrativa--, así como en Cuba, con el funcionamiento de los Consejos Populares. Paralelamente, surgen nuevas experiencias en este campo con el triunfo de la izquierda en la capital y en las principales ciudades de El Salvador y el contundente triunfo del PRD en el Distrito Federal de México.

97. Pero en las circunstancias en que la ocupación de espacios institucionales por parte de la izquierda no tenga el soporte político crítico de sólidos partidos o movimientos, puede resultar difícil evadir los casos de cooptación y, hasta de corrupción. El administrar en forma transparente y eficiente las porciones de gobierno electoralmente conquistadas al Estado neoliberal y, al mismo tiempo, ir construyendo espacios de poder popular, de democracia radical, es el desafío del municipalismo.

98. Uno de los aspectos mas debatidos en la actualidad entre las organizaciones de izquierda es la política de alianzas. El neoliberalismo nos enfrenta a un modelo de dominación con niveles de concertación global y local sin precedentes, que solo podrá ser derrotado en el marco de una amplia movilización de fuerzas. Para ello es imprescindible concertar los intereses populares y antineoliberales a escala nacional e internacional, así como generar una respuesta coherente e integral al neoliberalismo en los distintos países latinoamericanos.

99. Un requisito indispensable en la conformación de una alianza contra el neoliberalismo, es que tengamos la flexibilidad y la capacidad de crear espacios de colaboración y unidad entre las propias fuerzas de izquierda, que nos permitan avanzar hacia la conformación de polos políticos y sociales con capacidad de movilización. Serian poco creíble y convincente para los sectores políticos y sociales ubicados fuera de nuestras organizaciones, las propuestas que emanen de grupos

plagados de sectarismos, incapaces de ponerse de acuerdo entre si, sin capacidad de convocatoria, ni programa político preciso, lo que deja escaso margen para concertar alianzas donde tengamos un papel relevante para hacer avanzar nuestra agenda social. El tema de la construcción de espacios de unidad y cooperación entre las organizaciones y partidos es una condición indispensable para la articulación de cualquier alternativa.

100. El desarrollo de los conflictos y contradicciones del propio sistema generan una gran diversidad de nuevos actores y renuevan el perfil de otros ya existentes: los luchadores sin tierra, sin salud, sin protección social y otros muchos. Las reivindicaciones de genero, ambientales, raciales, étnicas - que en el pasado eran agregadas políticamente a los partidos-- crean sus propios espacios políticos y desarrollan su autonomía. Surge una amplia gama de sectores explotados, oprimidos, marginados y excluidos, que encierran la posibilidad y la necesidad de crear un nuevo universalismo emancipador. Al mismo tiempo, existen sectores que tienden a una postura crítica respecto al modelo como puede ser el caso de capas medias, pequeños y medianos empresarios e incluso, de sectores de la burguesía local. El reto consiste en articular a todos los grupos afectados en un proyecto político social, capaz de incluir al conjunto en el ejercicio pleno de su diversidad y su autonomía, pero reivindicando en su seno la necesidad de la cooperación, de la unidad política y de acción para derrotar al neoliberalismo.

101. Otra preocupación es la comprensión del escenario concreto en el que en cada país nos movemos. Confundir escenarios y atribuirnos un poder o una fuerza que realmente no tenemos, nos puede llevar en dos direcciones opuestas y ambas perniciosas. Por una parte, podemos desaprovechar la oportunidad de ocupar espacios institucionales que nos permiten luchar por reivindicaciones concretas de los sectores populares y ampliar los espacios democráticos. Por otra, transitar hacia la cooptación, que en la filosofía neoliberal se convierte en una practica sistemática.

102. Para que las fuerzas de izquierda no se diluyan en amplios movimientos de oposición o en coaliciones de gobierno, resulta fundamental que posean nitidez programática, flexibilidad táctica para aplicar los programas e instrumentos de acción capaces de asegurar su independencia y su peso específico dentro de las alianzas. Es preciso diseñar programas amplios, que cumplan una doble función. Mientras que por un lado sirvan para ejecutar las reformas que las clases dominantes no realizaron, aunque estén situadas en un marco estrictamente capitalista. Por el otro, deben desatar una dinámica de lucha que cuestione la histórica hegemonía de las elites políticas dominantes y cree las condiciones para el establecimiento de una contrahegemonía de los explotados y oprimidos, capaz de operar rupturas y realizar una transformación política de carácter mas profundo.

103. La elaboración de una alternativa, no puede transcurrir apartada de las luchas



sociales en curso, como si fuese posible producir in vitro la respuesta para los problemas que afectan a cientos de millones de hombres y mujeres en el continente.

104. Uno de los aspectos mas importantes del debate es el papel de los partidos populares en la sociedad. Las reivindicaciones de los vecinos de las barriadas populares y de las mujeres, de los jóvenes y los ecologistas, de los pacifistas y defensores de los derechos humanos, no podrán ser plenamente comprendidas, encaradas y solucionadas, sino se les integra al marco mas amplio del conflicto social y de la dominación neoliberal.

No siempre logramos ocupar simultáneamente espacios políticos y sociales, y actuar con eficacia en ambos. Las organizaciones políticas del Foro debemos superar definitivamente las barreras erigidas entre lo político y lo social como elemento imprescindible de una verdadera política alternativa. Esta perspectiva coloca lo social en el centro de nuestra actividad y manifiesta una voluntad expresa de avanzar hacia una nueva manera de hacer política.

105. No podemos aspirar a ser una opción popular si no logramos sistematizar las relaciones con la gran diversidad de actores que hoy integran el sujeto popular. Ampliar esta interlocución y desarrollar al máximo las potencialidades diversas de ese sujeto, es una condición indispensable. De nuestra capacidad para entenderlo, de la flexibilidad para relacionarnos con el y de la creatividad para articularlo a la propuesta popular, dependerá nuestra propia inserción en esa rica y diversa realidad latinoamericana.

106. En lo sucesivo, se impone apoyar las diversas formas organizativas nacidas del sector informal urbano y darle coherencia a partir de sus reivindicaciones específicas, profundizar mas en las estrategias de sobrevivencia de los pobres y recoger las experiencias y soluciones alternativas económicas y sociales generadas para darle un contenido antisistémico, ampliar las experiencias de educación popular como medio de formación de capital humano y de formación política, plantearse una política de y en lo local, y de acción en las estructuras municipales que son la estructura estatal mas cercana a los pobres.

107. Es importante reformar los sistemas educativos, de salud y cultura para mejorar y ampliar las condiciones para el desarrollo de los recursos humanos. En gran parte de nuestro continente se deberán implementar con urgencia campañas de alfabetización, de vacunación y de higienización, así como programas de distribución de alimentos a los sectores populares, especialmente a la infancia.

108. En las ultimas décadas el neoliberalismo trato de reformular el concepto de derechos humanos, para dar cabida a dos requerimientos del ajuste: la amnistía a

los asesinos y torturadores de mas de ciento cincuenta mil latinoamericanos, pues se necesitaba restablecer la "paz social", y el retroceso a la interpretación de derechos humanos entendidos exclusivamente como libertades individuales, carentes de sus dimensiones económica, social, cultural y étnica, ya que estas ultimas --se argumenta--le cuestan a un Estado que ya no puede sufragarlas, porque tiene que transferir los excedentes al capital para hacerlo "competitivo".

109. La extensión de la ciudadanía a todos --sobre todo a los que son ciudadanos de derecho, pero no de hecho-- significa aumentar la participación popular y garantizar que los procesos de democracia se den no solamente en el campo político jurídico, sino igualmente en la esfera económica y social. Sólo así puede articularse efectivamente la libertad con la igualdad. Es a través de la defensa de los derechos humanos una de las formas de incorporar al gran debate nacional las reivindicaciones de grupos que se encuentran marginados por razones étnicas o de raza, de genero, de edades, de orientación sexual, condición física o mental, u opción cultural o religiosa. La elaboración de una sólida agenda sobre los derechos humanos contribuirá a la construcción de una sociedad en la que se combina la igualdad con el respeto a la diferencia, a la diversidad.

110. El proyecto alternativo debe favorecer una sociedad con igualdad de genero, sin discriminación ni opresión de la mujer, que exprese cambios en las relaciones de poder y la división sexual del trabajo. Se debe asegurar la participación directa de la mujer en las distintas instancias del Estado, los partidos y en toda la diversa gama de la organización social. Esto requiere un trabajo en el seno de la sociedad para cambiar los patrones sociales existentes, desarrollar el movimiento social de mujeres, así como formular e implementar políticas publicas en favor de la igualdad de derechos.

El marco jurídico nacional debe ser enriquecido con legislaciones que abran espacios a la mujer, la que debe tener acceso a la capacitación y la profesionalización, al empleo en todos los campos de la actividad social. En el proyecto nacional alternativo los intereses de la mujer deben adquirir igual rango de prioridad. El Foro de Sao Paulo ha prestado particular atención al examen de los temas referentes a la Condición de la Mujer. El exitoso taller realizado el año pasado en San Salvador tendrá su continuidad y desarrollo en la instancia del VII Encuentro en Porto Alegre.

111. El neoliberalismo penetra al ámbito cultural nacional para imponer de manera implacable su cosmovisión. Para ello utiliza la tecnología y los medios mas sofisticados, hace proliferar valores y antivalores que condicionan el comportamiento social, expresa el desprecio al trabajo asalariado a través de la cultura de la propiedad. Por lo tanto es necesario: conocer, entender y analizar sus códigos y símbolos, conocer los mecanismos que utiliza para su implementación e

identificar los efectos innegables en la sociedad. Los partidos de izquierda valoramos de manera profunda e integral la cultura y los valores que conforman la identidad de los pueblos latinoamericanos y caribeños como factores de resistencia y de confrontación contra la cultura de dominación neoliberal. En esa dirección consideramos de la mayor importancia rescatar los valores y respetar la diversidad cultural de nuestros países, buscar una nueva interlocución entre políticos y sectores culturales, así como estimular una producción cultural y espiritual que contribuyan a la reafirmación de las identidades nacionales.

112. En la sociedad neoliberal se habla del "fin de las ideologías"-con excepción, por supuesto, de la ideología neoliberal--, se apuesta al individualismo y al consumismo como valores sociales predominantes. El status de privilegio social se mide en la capacidad de adquisición de mercancías, en detrimento de los valores de la solidaridad social. Es probable que uno de los aspectos mas importantes de una alternativa es ganar las mentes y las conciencias de nuestros pueblos, apelar a la dignidad y a la conciencia de los hombres y mujeres, contraponer a los antivalores de la enajenación neoliberal, valores de la alternativa popular como la honestidad, la verdad, la honradez, la modestia, la fraternidad, la solidaridad y la capacidad de entrega a las causas justas.

113. Después de una primera fase de desconcierto y parálisis que la instalación del modelo genero en el movimiento sindical, se observan signos alentadores de recuperación y participación en luchas sociales y políticas. El movimiento obrero resiste en defensa de las empresas estatales, de sus conquistas y en muchos casos proponiendo políticas alternativas en distintas áreas de la sociedad. Su preocupación principal es como enfrentar las tendencias corporativas y economicistas que se han instalado en su seno, así como diseñar políticas que permitan enfrentar con éxito la permanente agresión neoliberal. Consideramos necesario avanzar hacia formas creativas de interrelación con los movimientos sociales superando la equivocada concepción de partidizarlos. El sindicato deberá ser cada vez mas un espacio social y político extendido hacia otros sectores de la sociedad, como los subempleados, los informales y hasta otros grupos excluidos, para lo cual se hace necesario nuevas formas de organización y de trabajo.

114. Es indispensable asegurar el combate frontal y permanente a la corrupción, en todas sus formas, al favoritismo o clientelismo, a las estructuras estatales encubiertas del crimen organizado y el narcotráfico que son una expresión estructural del sistema que arriban a niveles de generalización sin precedentes. Para ello es imprescindible realizar un amplio movimiento de la ciudadanía, haciéndolo funcional al proceso de acumulación de fuerzas, que permita dar pasos significativos contra la escalada de la corrupción y luchar para dotar de verdadera independencia a los organismos de contralor estatal, avanzar hacia la mayor independencia, eficiencia y transparencia de la administración de justicia y del

ministerio publico, las que deben ser fortalecidas y preservadas.

115. El proyecto alternativo tiene que detener el saqueo y explotación desmedidas de nuestros recursos naturales de modelos económicos depredadores. Es importante incluir programas de emergencia, de descontaminación ambiental y otros dirigidos a la protección de los recursos naturales que están en una situación crítica e iniciar programas para preservar las otras áreas del ecosistema, como la deforestación y destrucción de la biodiversidad, la erosión del suelo, la contaminación y agotamiento de los recursos hídricos, etc. Para lograr esos objetivos se debe partir de una voluntad política que permita establecer el marco jurídico requerido, destinar los recursos y estimular la formación de una conciencia ecológica entre amplios sectores de la población que convierta esta batalla en una tarea del conjunto de la sociedad. Al Estado le corresponde ser el promotor y protagonista principal, pero su eficacia depende en considerable medida de que promueva y apoye la participación de las comunidades y de las organizaciones sociales.

116. La viabilidad de cualquier proyecto de desarrollo y del mejoramiento de la calidad de vida de la población, estará determinada por la capacidad que tenga de reproducir, preservar y ampliar el sustento natural de las actividades económicas y sociales. Una tarea estratégica fundamental de todas las fuerzas sociales y políticas de nuestro continente es la defensa de la selva amazónica, ahora sometida a una masiva destrucción, con una velocidad creciente. La selva amazónica es uno de los principales sustentos y recreadores de la atmósfera, la biodiversidad y el clima planetario.

117. Los partidos del Foro de Sao Paulo reconocemos y estamos en la disposición de defender la aprobación y la puesta en práctica de las autonomías de los pueblos indígenas, la que se manifiesta en las distintas formas de su organización económica, política y social, como en su derecho a la libre determinación, con un pleno reconocimiento de la igualdad en la diferencia, de la diversidad y la riqueza de sus identidades culturales e históricas.

118. Para los partidos del Foro es necesario solucionar la creciente inseguridad laboral y la vulnerabilidad en que con frecuencia se encuentran los trabajadores migratorios y sus familias en los Estados receptores donde frecuentemente sufren graves violaciones a sus derechos humanos(2). Nos pronunciamos contra la tendencia de algunos países desarrollados, como los Estados Unidos, a erigir barreras de todo tipo para tratar de impedir la inmigración, política que solo puede favorecer la proliferación de la intolerancia racial y la xenofobia. Cuando la implantación del capitalismo en Europa provocó profundos trastornos políticos, económicos y sociales, la migración hacia América constituyó una válvula de escape. Hoy, ese mismo capitalismo desarrollado, impone a nuestras naciones el

costo de su reestructuración y, además, nos niega el recurso a la fórmula migratoria para la cual utilizo a nuestras naciones durante largos periodos históricos.

119. La migración es en última instancia una expresión del desarrollo económico-social desigual y del injusto orden económico y político internacional en el que están inmersas nuestras naciones. Es por ello que su solución demanda la demanda cooperación y acción colectiva entre los países emisores y los receptores, así como el financiamiento de políticas de desarrollo. El Foro de Sao Paulo se solidariza con la justa causa de los derechos de los inmigrantes y solicita que entre en vigor y se aplique la resolución aprobada por la Asamblea General de la ONU sobre la Protección de los Derechos de Todos los Trabajadores Migratorios y de sus Familias. También nos comprometemos a promover las acciones necesarias para defender de manera colectiva y en nuestros propios países el respeto a los derechos de los inmigrantes.

(2) El VI Encuentro del Foro de Sao Paulo aprobó en San Salvador en Julio de 1996, la Declaración de los Derechos Universales de los Trabajadores Migratorios y de sus Familias.

120. Un importante eje programático se refiere al carácter nacional del proyecto de las fuerzas populares y democráticas. En el pasado, las clases dominantes oscilaron entre un nacionalismo de derecha, que pretendía sofocar los conflictos sociales en nombre de un ideal de Nación, y que mal encubría sus intereses particulares, y una subordinación total frente a las potencias imperiales, oscilaciones que dejaron inconclusa la tarea de construcción nacional. Hoy no son pocos los que pretenden que el Estado nacional ya no tiene razón de existir porque está subordinado a la dinámica de un mundo dominado por la globalización neoliberal. Pero es exactamente lo contrario. La profundización de la mundialización económica, política y cultural hace necesario un proceso de construcción nacional que garantice una presencia soberana de nuestros países en ese mundo en cambio. Un país sin identidad --que se construye a partir de muchas identidades sociales y políticas-- se descaracteriza, pierde la capacidad de proteger a sus ciudadanos, destruye su economía, sus instituciones y su cultura. En resumen, se transforma en una tierra de nadie, queda relegado a un estadio inferior al igual que el de una colonia.

121. Pero es ilusorio, por otro lado, que un Estado nacional pueda desarrollarse al margen del mundo. Para América Latina y el Caribe se presenta hoy la necesidad de definir una política de cooperación de nuestros Estados, que pasa por la construcción de bloques regionales capaces de resistir los intentos de integración subordinada, subyacentes en el proyecto de Zona Hemisférica de Libre Comercio defendido por los Estados Unidos. Una política de integración continental no debe entenderse como posterior a las grandes definiciones programáticas nacionales. Ella

es concomitante, contemporánea. En otras palabras, al mismo tiempo que las fuerzas populares y democráticas formulan sus estrategias económico y sociales alternativas, deben establecer las bases para una cooperación internacional y sobre todo regional.

122. Esos procesos de integración no pueden ser un pretexto para la expansión de los grandes grupos transnacionales. Por esa razón es necesario discutir las políticas de protección y complementación de la industria y la agricultura nacionales, sobre todo de los pequeños y medianos productores. La integración debe abarcar también una amplia gama de cuestiones relacionadas con la protección de los trabajadores y con políticas que favorezcan la justicia social y el desarrollo humano, así como el combate a las agudas desigualdades existentes en la región. Debe incluir, finalmente, una amplia gama de cuestiones relacionadas con la preservación del medio ambiente.

123. Una concepción alternativa de integración exige discutir una agenda política y fomentar el intercambio cultural, científico y tecnológico. La elaboración de esa compleja alternativa programática, que en muchos países ya se encuentra bastante avanzada, es parte de un proceso de construcción de una nueva cultura política que tiene en el centro de sus preocupaciones el formular una nueva concepción de sociedad libre, igualitaria y solidaria. Para ello es fundamental que rescatemos nuestras mejores experiencias y tradiciones, pero tengamos, al mismo tiempo, el espíritu crítico y autocrítico capaz de liberarnos de prejuicios y ayudarnos a pensar en el futuro.

124. Como hemos dicho, ese proceso de construcción programática no tendrá lugar en laboratorios o escritorios cerrados. Será el resultado de la articulación de las luchas sociales con la reflexión crítica. Los últimos años indican que, a despecho de las enormes dificultades en que vive gran parte de nuestros hermanos latinoamericanos y caribeños, como resultado de la ofensiva neoliberal que se abate sobre el continente, hay señales visibles y promisorias de resistencia, tanto en el plano de las ideas como en el plano de la acción. La articulación de estas cuestiones permite abordar de forma alternativa la cuestión del lugar de América Latina y el Caribe en el mundo de hoy y discutir propuestas para las políticas de integración continental.

125. Finalmente, el proceso de elaboración de esas alternativas y de construcción de los instrumentos políticos para implementarlas pone en el centro del debate el tema de una nueva cultura política en América Latina y el Caribe, que reconstruya un horizonte utópico, sea claramente portadora de novedad política y pueda interpelar a las nuevas generaciones como las distintas corrientes de izquierda lo hicieron en el pasado.

126. La receptividad así como en la capacidad de la diversa izquierda latinoamericana para trabajar y buscar soluciones de manera conjunta en distintos foros regionales, suscita el interés de las fuerzas populares en otras regiones del planeta necesitadas también de globalizar sus respuestas. Por esa razón, el Foro de Sao Paulo, a pesar de nuestras limitaciones y tareas incumplidas, es hoy una referencia mas allá de sus fronteras geográficas y políticas. Ha sido nuestra disposición organizar un gran dialogo con las fuerzas políticas y sociales de otras regiones y de otros horizontes, para estimular la construcción de alternativas organizadas a la grave crisis que vive hoy la humanidad.

127. Centroamérica ha vivido procesos de revolución y lucha armada que condujeron en Nicaragua a la victoria sandinista, en El Salvador y Guatemala a salidas negociadas y, en Honduras, a cambios bajo la influencia de los anteriores. Dichos procesos permitieron avanzar en importantes conquistas democráticas. Hoy se plantea evitar retrocesos (como los intentos de restauración del neosomocismo en Nicaragua), y consolidar avances en los planos político, social e institucional a través de las nuevas formas que ha asumido la lucha. En las esferas económica y social es donde se enfrenta una resistencia mas descarnada de las oligarquías locales.

128. Al mismo tiempo, en otros países la agudización del conflicto social y la soluciones violentas resultantes del sistema neoliberal, impiden la ansiada pacificación del Continente. La marginación económico social creciente, la exclusión agudizada por bloqueos institucionales y la falta de voluntad política de los gobiernos, exacerbaban las contradicciones y determinan situaciones que dificultan la posibilidad de encarar soluciones estables y negociadas al tema de la lucha armada en Colombia, así como responder a las legítimas exigencias de la insurgencia zapatista en Chiapas; aunque ambas situaciones corresponden a realidades históricas sociales y culturales diferentes.

129. La firme resistencia de Cuba y sus esfuerzos por consolidar un proyecto propio de construcción socialista, incluso en las difíciles condiciones que enfrenta ese pequeño país, constituye un factor de aliento para los pueblos. A pesar del bloqueo de los Estados Unidos, agravado por las leyes Torricelli y Helms-Burton, comenzó una paulatina pero sólida recuperación, basada en la combinación de la participación popular con la búsqueda de la eficiencia económica, la generación de capacidades científicotécnicas y el estímulo a la solidaridad y cooperación humanas. Esto le permite defender el desarrollo social, con justicia y equidad, como su primera prioridad. La experiencia cubana cuestiona el mito de que nada es posible fuera del dogma neoliberal.

130. En Uruguay resalta la exitosa experiencia de más de 26 años de lucha del Frente Amplio, proyecto que ha logrado conjugar la pluralidad con la unidad de



acción política, como se demuestra por el hecho de haber infligido la primera derrota a una ley neoliberal de privatización, así como por la combinación de la lucha institucional con la movilización popular, que condujo a dos victorias consecutivas en la Intendencia de Montevideo, con incremento de la votación y a la posibilidad de un eventual triunfo en las elecciones presidenciales de 1999.

131. Las luchas sociales en Ecuador, Nicaragua, Venezuela, Colombia, Argentina y Brasil, entre otros, los buenos resultados electorales de las izquierdas y el conjunto de las fuerzas populares en todo el continente, particularmente el gran y reciente triunfo del FMLN en El Salvador, y el trascendente resultado del PRD en México que le permitirá acceder al Gobierno en el Distrito Federal de México, así como la paz en Guatemala, indican que se comienzan a crear sólidas bases para una actuación victoriosa de las fuerzas del progreso.

V. LOS DESAFIOS POLITICOS DEL FORO DE SAO PAULO

132. El Foro de Sao Paulo --que agrupa fuerzas políticas de gobierno y de oposición-- se define como un espacio de intercambio de experiencias que permite la creación de un espacio común en el cual los partidos y movimientos políticos de izquierda puedan compartir alternativas programáticas capaces de dar un sentido articulado a sus acciones.

133. Pluralista en su composición ideológica, el Foro no busca una cohesión doctrinaria, sino construir alternativas políticas capaces de combatir la exclusión social y la pobreza que tienen marcado secularmente a nuestro continente, proyectando para el un futuro de igualdad social, democracia y solidaridad. Es fundamental asegurar para América Latina y el Caribe otro tipo de presencia en el mundo.

134. El Foro de Sao Paulo debe profundizar su vocación de espacio de socialización de experiencias y de articulación de iniciativas de solidaridad. El Foro se define como una instancia elaboración de políticas alternativas. Sin ser, ni pretender ser, una nueva Internacional, si es un agrupamiento de partidos y movimientos políticos que se define por su carácter antiimperialista y antineoliberal, de debate abierto y libre, al interior del cual pueden expresarse organizaciones de distintos signos políticos e ideológicos, enraizados en la sociedad de sus respectivos países.

135. El Foro deberá contribuir a la elaboración de respuestas concretas a los grandes problemas económicos, sociales y políticos del continente. Propondrá alternativas, cuidando de no confundirse con el papel de "conciencia crítica". Se trata de estimular a quienes quieren transformar las relaciones de poder en América Latina y el Caribe para cumplir los programas de cambios estructurales que cada país considere como necesario.

136. Las prioridades políticas del Foro de Sao Paulo para este periodo son:

136.1 La elaboración de programas de acción conjuntos de los partidos y movimientos políticos miembros del Foro con las diversas organizaciones sociales y populares que enfrentan al neoliberalismo y promueven la adopción de políticas alternativas en las esferas: sindical, campesina, juvenil y estudiantil, de género, étnica, comunitaria, cultural, de protección del medio ambiente, parlamentaria, municipal y otras.

136.2 Conmemorar el aniversario de los 30 años de la muerte de Ernesto Che Guevara, rescatando su ejemplo ético, su obra y su lucha, vinculándolo a todos los que han caído luchando por las transformaciones sociales.

136.3 Desarrollar una agenda regional de trabajo en favor de la integración de América Latina y el Caribe, así como agendas subregionales en América del Norte, Centroamérica, El Caribe y América del Sur.

136.4 Avanzar en la consolidación y profundización de la actividad del Foro, mediante la sistematización del funcionamiento de la Secretaria Ejecutiva y las Subsecretarías regionales, con el objetivo de garantizar la comunicación entre el Grupo de Trabajo y los partidos miembros y la acción conjunta efectiva y oportuna. En este sentido, resulta conveniente reactivar los esfuerzos para establecer una conferencia del Foro en Internet, así como crear una publicación de nuestro agrupamiento subregional.

136.5 Realizar los esfuerzos necesarios para lograr la mayor participación de todos los partidos miembros, así como para incorporar nuevos miembros, particularmente de los grandes movimientos sociales en lucha.

136.6 Analizar la situación de los países de la región que tienen un menor desarrollo relativo en las luchas populares y desarrollar acciones concretas en favor de su estímulo, tales como la celebración en los mismos de seminarios, talleres y otras actividades de promoción, organización y movilización.

136.7 Profundizar el dialogo con las fuerzas de izquierda de otros continentes y, en particular, establecer la continuidad de los contactos iniciados con los grupos de la izquierda europea.

136.8 Establecer un plan de acción común en materia de solidaridad con las luchas de los pueblos de América Latina y el Caribe.

136.9 Afianzar los mecanismos de coordinación del trabajo en los foros mundiales y

regionales, tales como el Parlatino y el Parlamento Centroamericano.

136.10 La política exterior es hoy un tema suficientemente importante para quedar apenas y centralmente en las manos de los ministerios de relaciones exteriores o a cargo de las diplomacias presidenciales. La mundialización creciente de la economía y los efectos de la dependencia e interdependencia política que acarrea, obligan a los trabajadores y los partidos y movimientos identificados con las grandes transformaciones sociales, nacionales y democráticas del continente a construir una política exterior alternativa que sea capaz de expresar en la escena internacional un nuevo proyecto de sociedad. Esto implica continuar con los eventos para precisar la reestructuración en beneficio de los pueblos de los actuales mecanismos de integración. En ese sentido se propone un taller para los países del MERCOSUR con participación de las organizaciones sindicales y sociales de la subregión. Promover la renegociación conjunta de la deuda externa, exigiendo el reconocimiento de la incompatibilidad entre el pago en las condiciones actuales - o la eventualidad de la condonación de la misma para algunos países de la región -, y la recuperación de un desarrollo sostenido.

7º Encontro do Foro de São Paulo

Seminário de Cultura

Política Cultural Latino-americana frente ao Neoliberalismo

30 e 31 de julho de 1997

Resolução

I. Na economia da América Latina o neoliberalismo significou a abertura das fronteiras, o estabelecimento do mercado como regulador da economia e a compreensão de que o Estado fracassou na direção da sociedade. Atualmente verifica-se que o encantamento com o neoliberalismo já passou. A estabilidade econômica atingida pelas políticas neoliberais cobra um custo elevado que se expressa nos altos índices de desemprego, na desarticulação do sistema produtivo através da globalização da economia sem nenhum controle e pelo fluxo irracional de capitais resultando num quadro de desconstrução nacional.

Ocorre uma profunda mudança na cultura política com a crise dos modelos que ou procuravam superar ou procuravam regular o capitalismo, respectivamente o socialismo burocrático do leste e a social-democracia. No Brasil entra em crise o nacional-desenvolvimentismo que propiciou um crescimento vultoso mas foi um grande concentrador de renda e de poder. Hoje essa nova cultura política se expressa na necessidade de manter a ancoragem cambial que só poderia ser

mantida com a garantia da reeleição dos presidentes que a implantaram, veja-se a Argentina de Menem, Brasil de FHC, o México e até o Uruguai onde, o presidente foi demovido de propor a reeleição. Essa nova cultura política culmina no que os franceses chamaram de "Pensamento Único", ou seja, os parâmetros do desenvolvimento econômico estabelecem o caminho único: o neoliberalismo, um crime contra a humanidade.

A política cultural do neoliberalismo resume-se a submeter a cultura ao mercado, combater a diversidade e com isso combater qualquer forma de pensamento crítico.

O produto cultural enquanto mercadoria - como toda a mercadoria - tem que ser reposta. Mas deve prevalecer para a cultura contemporânea a concepção de que o bem cultural era produzido para durar para a eternidade, como diria Goethe, sendo os meios de comunicação de massa recurso fundamental para a difusão e democratização desses bens. A cultura contemporânea tem um caráter volátil, banal, superficial, fugaz. Pretende-se assim a padronização do gosto e do mercado.

Torna-se tarefa das gestões democrático-populares uma política cultural crítica ao esvaziamento, de valorização do conjunto de bens culturais da sociedade - sem concessões e sem demagogia. Essa política passa pelos seguintes eixos:

1. Cidadania Cultural - O ser humano deve ser visto como cidadão, e não como consumidor, como sujeito, criador e protagonista da cultura;
2. Democratização - através da criação de fóruns efetivos de participação cultural;
3. Descentralização - através da constituição de pólos culturais que dêem acessibilidade a toda a população, em espaços hoje atingidos pelo modelo da mídia. Mostrar e reforçar a diversidade e a riqueza cultural, socializar os bens culturais consagrados ou não eliminando as barreiras tradicionais;

Por meio desses eixos devemos contrarrestar a indústria cultural massificante e pasteurizada que não sofre nenhuma forma de controle democrático. É necessário mudar os hábitos de padronização cultural, não trabalhar cultura ao sabor das pesquisas de mercado. Fundamental é constituir uma identidade cultural fortalecida.

II. A pluralidade e a diferença, tão caras e importantes para a cultura, são elementos inviáveis no processo de globalização que homogeneiza e pasteuriza toda informação e cultura. Vivemos na era das imagens e do pacto das grifes. Marcam essa era a colagem, o reforço do individualismo, a bricolagem e o pastiche reforçando ao máximo o narcisismo e uma suposta individualização. Tudo isto resulta numa plastificação da cultura. Estabelece-se assim a perversidade das mídias através da combinação da mídia, do grande capital e da política.

Enquanto temos hoje uma ausência de ética veiculada pelos donos da mídia, que funciona como justificativa e não como padrão, é fundamental recuperar as capacidades de reflexão, crítica, criação e transformação como características humanas fundamentais.

É importante diferenciar o produto cultural de bens culturais. Devemos contrapor ao neoliberalismo uma cultura que significa valores universais, diversidade cultural e liberdade crítica em oposição ao obscurantismo do pensamento único.

III. Frente ao movimento de globalização da economia e a internacionalização das informação influenciando na massificação e deterioração das culturas locais, garantir a diversidade e pluralidade étnica e cultural na formulação de políticas culturais.

Frente à imposição do pensamento único que a política neoliberal imprime à América Latina e Caribe, mais interessada em garantir um mercado sem barreiras alfandegárias e percebendo a necessidade de contrarrestar a submissão da cultura ao mercado, homogeneizando e pasteurizando toda expressão cultural - o que traz consigo o isolamento do ser humano, desenraizando-o - faz-se necessário no âmbito da política cultural:

* Instituir o Seminário de Cultura do Fórum de São Paulo em caráter permanente para avançar na construção de políticas culturais para a América Latina e Caribe. Ficam definidas comissões de trabalho que se reunirão sistematicamente para:

1. Realizar levantamento das políticas que vem sendo desenvolvidas pelos governos municipais e estaduais do campo democrático e popular configurando um diagnóstico;

2. Analisar as políticas culturais que os partidos, movimentos, grupos vem desenvolvendo, configurando um diagnóstico;

* Realizar uma pesquisa do impacto econômico das atividades culturais. No Uruguai apurou-se que chega a 4% do PIB, ultrapassando tradicionais setores industriais;

* Incentivar o ensino da língua castelhana nos currículos de I e II graus no Brasil e da língua portuguesa onde for possível nos países de língua castelhana;

* Divulgação do Prêmio Casa das Américas e eventos afins que procuram resgatar a riqueza cultural nas áreas do cinema, literatura e música.

* Encaminhar as resoluções deste seminário para o Comissão de Legisladores de

Cultura do Mercosul a realizar-se em 12 e 13 de novembro, na Câmara Federal, em Brasília;

* Que a Fundação Perseu Abramo e outras entidades funcionem como divulgadora das experiências de políticas culturais significativas para a integração latino-americana;

* Reedição do FLAAC - Festival Latino Americano de Arte e Cultura promovido pela UnB em 1987 e 89;

* Promover e incentivar a publicações da literatura e demais expressões culturais latino-americana e caribenha.

Porto Alegre, 31 de julho de 1997



DECLARAÇÃO SOBRE ECOLOGIA

A Importância da Luta Ecológica na Construção do Sociedade Socialista

Apresentação

"O bem comum se estrutura ao redor da justiça social e dos direitos pessoais, sociais e ecológicos. Seu fruto é a paz. (...) Não haverá uma Arca de Noé que salve a alguns e deixe outros se perderem. Ou nos salvamos todos juntos, ou juntos pereceremos todos. Amar e salvaguardar a Terra é o supremo valor, base para todos os demais valores.

Somos cidadão do mundo. (...) Devemos alimentar a consciência de uma cidadania mundial. (...) Projetar um tipo de desenvolvimento que se faça com a natureza, e não contra ela. É importante uma ecologia ambientalista que cuide da qualidade de vida em nosso planeta. Não é justo que 80% dos recursos naturais do planeta sejam controlados e consumidos por apenas 20% da população mundial. Queremos enfatizar a ecologia social, aquela que entende o ser humano, não como alguém fora e por cima da natureza mas dentro e junto dela como parte essencial, integrante. (...)."

Com essa advertência, Luiz Inácio Lula da Silva se despediu da presidência do PT, durante o 10º Encontro Nacional do partido. Lula apontava novos horizontes para o PT, ressaltando a luta ambientalista na perspectiva de transformação social e econômica do país. Isso representa uma importante mudança no discurso petista.

O PT está percebendo a importância da questão ambiental nos dias atuais. Primeiro, porque o PT luta por justiça social e qualidade de vida para aqueles que pagam mais caro pelo desenvolvimento capitalista no Brasil, sendo a degradação ambiental parte desse custo social. Segundo, porque não se pode estar alheio à disputa por recursos naturais no país, uma vez que, a abundância desses recursos ajuda a definir o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho e o seu modelo de desenvolvimento.

Tem papel destacado nessa breve história ambiental do PT os movimentos sociais. São eles também que empurram o partido para enfrentar os graves problemas ambientais do país, especialmente através dos ecologistas e de outros segmentos, como o movimento indígena, extrativista, comunitário, sindical, de mulheres, de negros entre outros.

Ao longo da sua história, o Núcleo de Ecologistas do PT de Porto Alegre, tem contribuído pioneiramente para inserir no cotidiano da vida partidária, o

entendimento de que, neste final de milênio, os grandes desafios que se colocam para a humanidade, as transformações sociais que temos como objetivo programático, passam necessariamente pela resolução dos problemas ambientais e pela configuração de um novo modelo de desenvolvimento. Portanto, o que queremos demonstrar é a importância estratégica, para a causa socialista, da luta ambiental, e é dentro deste contexto que trazemos para o conjunto dos delegados presentes neste 7º Foro de São Paulo a reprodução integral do Manifesto Ecosocialista, documento aprovado no Encontro Nacional dos Ecologistas do PT, realizado em Angra dos Reis no ano de 1990.

MANIFESTO ECOSSOCIALISTA

"1) Os ecosocialistas procuram resgatar a herança histórica de luta da humanidade pela justiça social, pela democracia como valor essencial e pelo direito à diferença (de gênero homem-mulher, da diversidade cultural dos povos e de opções sexuais, religiosas). Afirmam que, como parte dos movimentos que lutam por novas formas de relações sociais (socialistas), lutam também por novas formas de relação do ser humano com a natureza. Nesse sentido não somos nem socialistas no sentido estrito, nem ecologistas em sentido estrito: Somos Ecosocialistas.

2) O "socialismo realmente existente" ao propor a primazia do desenvolvimento das forças produtivas em detrimento de novas relações sociais que permitissem o livre desenvolvimento do ser humano e a proteção do meio-ambiente, reproduziu na prática características da sociedade capitalista que pretendia superar.

3) A crise na qual está imersa a humanidade não se restringe ao campo do econômico, mas de todo um processo civilizatório com suas crenças e valores, inclusive a crença de que a economia é a base da felicidade humana. Daí a necessidade de se repensar os fundamentos filosóficos para a construção de uma nova utopia. Entre esses valores que precisam ser repensados e que faz parte, inclusive, da herança filosófica de grande parte da esquerda, está o antropocentrismo.

4) Para os ecosocialistas as especificidades do homem enquanto espécie biológica que por exemplo, tem a propriedade de criar cultura e história, não são suficientes para autorizar a visão da natureza como objeto a ser submetido. Para os ecosocialistas o homem é parte da natureza, é aquela parte da natureza que, inclusive, desenvolveu a consciência. Se vivemos numa sociedade onde a espécie humana perdeu essa consciência da sua naturalidade, esta é mais uma dimensão do processo de alienação a que se chegou.

5) Para os ecosocialistas a defesa da vida não se restringe à defesa da vida humana, mas se estende a todas as formas de vida.

6) O chamado socialismo-científico, construído a partir das visões científicas do século passado (positivismo, evolucionismo, determinismo) e da lógica cartesiana e física newtoniana (mecânica) deve ser dialeticamente superado. Uma nova visão de mundo, holística, não compartimentalizada, que reconheça que aquilo que a ciência convencional chama de "LEI" e "ORDEM" é apenas uma parte da realidade, da qual o acaso também faz parte, constitui-se em um novo paradigma sobre o qual poderíamos reformular nossa utopia.

7) Os ecosocialistas recusam a tese que o homem está destruindo a natureza. Essa tese ao falar de um homem genérico, dilui as responsabilidades pela atual devastação do planeta. Numa sociedade fundada no lucro e na propriedade privada, a natureza não está igualmente à disposição do ser humano. A propriedade privada da natureza priva, por exemplo, grande parte da humanidade do direito de decidir o que dela vai ser feito. Assim, vivemos numa sociedade que gera uma riqueza (questionável) para poucos, miséria para muitos e degradação ambiental para todos, pondo em risco, inclusive, a própria sobrevivência do planeta.

8) Desse modo os recursos naturais do planeta não podem ser apropriados sob regime de propriedade privada com poderes absolutistas do proprietário, mas sim de forma coletiva e democrática, em sintonia com o meio ambiente e solidárias com as gerações futuras.

9) Nesse sentido é necessário mudar a relação ser humano-natureza buscando uma relação harmoniosa preocupada com o futuro do planeta. Os interesses dos segmentos, grupos, classes, povos e nações têm que ser compatibilizados com o meio ambiente. Para os ecosocialistas os interesses dos explorados e oprimidos devem ser pensados para além do corporativismo e para isto é preciso que incorporem um projeto que seja do interesse de toda a humanidade e da defesa da (s) vida (s) e do planeta. A visão holística inerente aos ecosocialistas é fundamental na superação do corporativismo pois implica reconhecer o outro enquanto outro na sua diferença.

10) Para os ecosocialistas um Meio-Ambiente saudável é incompatível com capitalismo nas suas duas vertentes, a neo-liberal e a social-democrata. A preocupação com o enriquecimento imediato, inerente à lógica do mercado e do lucro deve deixar de constituir a base dos valores da humanidade. A separação do homem da terra está na origem e no cerne da sociedade capitalista. Só assim foi possível a mercantilização generalizada dos homens (proletarização) e da natureza. A lógica do mercado que pressupõe a divisão do trabalho levou a uma extrema especialização tanto produtiva como do conhecimento. A lógica da concorrência impôs ritmos intensos ao processo de produção incompatível com os fluxos de matéria e energia de cada ecossistema (que ficam dependentes de insumos

energéticos externos) com o equilíbrio psico-afetivo do trabalhador (vide Chaplin em "Os Tempos Modernos") e com os ritmos próprios à vida de cada povo e cultura. Nesse sentido Capitalismo e Desenvolvimento Auto-Sustentável são incompatíveis.

11) A queda do Muro de Berlim e da Burocracia com suas polícias secretas sepultou o modo coletivista do estado autoritário e centralizado, mas não os princípios e os fundamentos de um igualitarismo socialista democrático.

12) No entanto, para a opinião pública mundial ficaram abalados os princípios da supremacia do coletivo sob o individual e do Plano sobre o Mercado. Impõe-se a necessidade de repensarmos a relação entre o individual e o social, entre o público e o privado.

A luta contra a desigualdade, por exemplo, não é uma luta pela igualdade no sentido estritamente econômico-social. É uma luta para que todos tenham condições iguais para afirmar suas diferenças.

Os ecosocialistas recusam uma visão do social que anule o indivíduo. Queremos um social que incorpore a visão de que cada indivíduo é singular, tem sua originalidade. Queremos um social que permita o desabrochar da criatividade que existe em cada ser humano. Queremos um socialismo (e não um social-ismo) que seja assinado na primeira pessoa, onde cada um se sinta estimulado e responsável individualmente pela sua construção. Não confundimos afirmação da individualidade com individualismo como, de certa forma, a esquerda até hoje veio fazendo. Como a questão do indivíduo era confundida com o individualismo burguês, ela foi negligenciada e recalcada. No entanto, como ela é parte constitutiva do homem moderno e não era explicitada no seio da esquerda, a questão do indivíduo veio se manifestando de uma maneira perversa através dos diversos cultos à personalidade. Aquilo que era negado à maioria sob o pretexto de que se constituía num princípio burguês passou a ser privilégio de alguns poucos (quase sempre do Secretário Geral).

13) Nesse sentido os ecosocialistas propugnam por ampliar radicalmente os espaços da liberdades coletivas e individuais não restringindo as especificidades do desenvolvimento afetivo, psicológico e cultural.

14) Em sociedades onde o Poder e a Economia estão extremamente centralizados monopolizados como a que vivemos tanto a nível nacional, como internacional, não é possível deixar exclusivamente às forças do Mercado a formação dos valores, dos gostos e dos preços. O Mercado não gosta dos miseráveis e a justiça social não é mercadoria que dê lucros imediatos. Não queremos trocar o Estado Total pelo Mercado Total. É preciso mesmo indagar-se se existe mercado numa economia

oligopolizada.

15) Afirmamos que os princípios da autogestão, da autonomia, da solidariedade (inclusive com as gerações futuras), da defesa da(s) vida(s) e das liberdades, do desenvolvimento espiritual e cultural dos indivíduos e dos povos e das tecnologias alternativas, libertos das amarras do produtivismo e do estado autoritário ajudarão a semear e robustecer a utopia transformadora ecossocialista e libertária.

16) Uma das decorrências do Antropocentrismo (na verdade do homem europeu, logo, do Eurocentrismo), foi - e é - o Produtivismo. A crença num homem todo-poderoso que tudo pode submeter está na base da idéia de Progresso do mundo moderno. O Progresso, entendido como aumento da riqueza material, medido através do PIB, impregnou as consciências, inclusive a de muitos que se pensam críticos da sociedade dominante. Para os ecossocialistas o capitalismo não é somente um modo de produção. É também um modo de vida, um determinado projeto civilizatório, um modo de ser para o ser humano. Não cabe simplesmente questionar o modo de produção-distribuição do capitalismo. Se o capitalismo não permite que todos tenham automóveis nós, os ecossocialistas, não lutamos para que todos tenham um, pois isto sé socializaria o congestionamento. Assim não questionamos somente o modo como se produz e para quem. Incorporamos à nossa crítica, também, o para quê? e o que? se produz. Não queremos simplesmente o bem-estar. Queremos um bem-viver, que vai além do conforto material. Sem medo de ser feliz.

17) Assim, os ecosocialistas questionam os padrões culturais de consumo que condicionam e são condicionados pelo modo de produção. Diferenciamo-nos dos demais ecologistas pois não ficamos na crítica ao consumismo pois este é a face aparente de uma sociedade que, no fundo, é produtivista. O produtivismo-consumismo é, por sua vez, filho direto dos valores antropocêntricos que a sociedade capitalista leva ao paroxismo, com sua visão da riqueza imediata, do lucro e da extrema fragmentação/especialização da produção, inclusive, da produção do conhecimento.

18) A crítica ecossocialista da matriz produtivista-consumista dos atuais modelos de desenvolvimento predatórios, embotantes e desumanos se dirige também à proposta de "crescimento zero" ou do anticonsumismo monástico para o Terceiro Mundo. Propomos, sim, um redirecionamento da produção-consumo que vise prioritariamente a superação da miséria, tanto material como espiritual e uma gestão democrática dos recursos. Para os ecossocialistas a produção não é um fim em si mesma mas um meio para a efetivação de uma sociedade igualitária baseada na radicalização democrática (que combina democracia direta e representativa).

19) A tese do "crescimento zero" demonstrou toda a sua fragilidade sobretudo nos

períodos de recessão e desemprego, inclusive com queda do PIB. Mesmo nesse contexto a degradação ambiental só fez progredir. Nada temos contra o crescimento se ele for baseado na proteção da natureza na gestão democrática dos recursos. O crescimento do ser humano não pode ser reduzido ao consumo de bens materiais. Não queremos substituir o ser pelo ter. Essa é a utopia capitalista.

20) Para os ecossocialistas o trabalhador não se define como "mão-de-obra" ou "força de trabalho", mas como um ser humano pleno e complexo, com direitos integrais de cidadania. Não reduzindo o ser humano ao mundo da produção, nem tampouco à sua dimensão econômica. A economia é apenas um instrumento a serviço da sociedade, e não ao contrário como acontece no capitalismo e, portanto, deve estar subordinada democraticamente aos cidadãos.

21) Os ecossocialistas não entendem que o proletário fabril e rural sejam os únicos agentes da transformação social. Há um movimento real, constituído por diferentes movimentos sociais, que procura suprimir o estado de coisas existentes. São pessoas que pelas mais diferentes razões rompem a sua inércia e vêm para o espaço público construir novos direitos.

22) Os ecossocialistas propõem novos critérios para a elaboração da contabilidade nacional, onde sejam computados os custos da degradação do meio ambiente como, por exemplo, a perda da biodiversidade, do fundo de fertilidade da terra (e da água), dos mananciais. A poluição é um claro exemplo de socialização dos prejuízos e da privatização dos benefícios. Para nós são indicadores do desenvolvimento, o tempo livre e o avança cultural do povo, e para isso é fundamental retomar a luta pela diminuição da jornada de trabalho. Não existe nenhum limite natural para a jornada de trabalho. Ele é claramente político e é o resultado das lutas de classes. Entendemos que o trabalho é uma necessidade e, como tal, deve ser democraticamente gerenciado e reduzido para que o homem possa ser efetivamente livre.

23) A sociedade americana, paradigma de desenvolvimento na ótica dominante, no seu afã produtivista-consumista chegou à insana condição de, com apenas 6% da população mundial, consumir 25% da produção mundial do petróleo. Desse modo se 24% da população mundial tiver o padrão cultural da sociedade norte-americana, consumiria 100% do petróleo mundial. Esse modelo se mostra, assim, definitivamente como um modelo não só devastador-poluidor como também excludente socialmente. Se na utopia capitalista a felicidade deve ser alcançada através do consumo de bens materiais com todas as conseqüências já apuradas, nós, ecossocialistas, propagamos por um redirecionamento do que seja riqueza que incorpore, inclusive, a dimensão ética pois deve se estendida a todos os seres humanos e se pautar no direito à vida de todos os seres vivos.

A sociedade moderna surgiu apoiada numa ética do trabalho, que, no entanto, vem sendo substituída pela ética do consumo. É preciso superarmos, dialeticamente, a ambas.

24) A ciência e a tecnologia são indispensáveis para a construção da sociedade ecosocialista, onde haja a superação do desperdício e da devastação e a diminuição da jornada de trabalho (o tempo livre). Todavia não podemos cair no mito racionalista que a ciência e a tecnologia são os únicos motores para se alcançar tal fim. É a própria noção de riqueza e de trabalho que precisa ser reelaborada. Outras sociedades, menos complexas tecnologicamente do que a nossa foram capazes de subordinar o trabalho e não se escravizar a ele.

25) A luta pela construção do ecosocialismo passa, necessariamente, pela invenção de novas tecnologias e por uma apropriação crítica do complexo tecnológico hoje à disposição da humanidade. Nesse sentido devemos estar atentos e abertos a todo o complexo científico-tecnológico que o conhecimento humano produziu e, sobretudo, saber adequá-lo às particularidades socio-culturais de nosso povo, tanto para recusá-lo, como para dele nos apropriarmos.

26) Até agora o movimento popular e sindical tem se preocupado com a questão tecnológica basicamente por seu impacto no (des)emprego, com ênfase nas conseqüências da robótica e da informática. Esse é um aspecto importante e através dele é possível perceber com clareza que a redução de jornada de trabalho constitui-se numa bandeira extremamente moderna e atual. No entanto, há um outro lado da questão que precisa ser aprofundado: é que em muitos casos o trabalhador tem vendido a sua saúde (insalubridade como adicional no salário) em vez de lutar pela despoluição das fábricas e dos processos de produção, deixando intacta a matriz tecnológica do capital. Os ecologistas lançam junto aos sindicatos e à classe trabalhadora a luta política pelas tecnologias limpas e por um ambiente de trabalho saudável, tanto no aspecto bio-físico-químico, como psico-social. Devemos, pois, assumir a luta por tecnologias que minimizem o impacto agressivo, sobre a saúde e a vida de quem produz e o meio ambiente, patrimônio da população e base de sua qualidade de vida. A luta pela substituição das tecnologias sujas que usam o benzeno, o mercúrio, o ascarel, o asbesto, os agrotóxicos e o jateamento de areia (nos estaleiros, por exemplo), entre outros, supõe o aumento da consciência de classe e, por incorporar a dimensão ecológica, torna-se uma questão de interesse de toda a humanidade, contribuindo para superar o corporativismo. Ambientes de produção ecologicamente seguros é condição preliminar para que todo o ambiente seja despoluído. O segredo comercial, normalmente invocado pelo capital para não revelar a composição química de seus produtos, não pode estar acima da vida.

27) As chamadas tecnologias limpas não se resumem ao tratamento da saúde, dos

efluentes e despejos, mas na despoluição de todo o processo de produção em todas as suas fases. O ecossocialismo não quer limpar a atual organização do processo produtivo, sem alterar seus princípios e sua lógica de funcionamento. Não queremos pintar de verde a fachada do prédio do capitalismo predatório, mantendo inalterada sua lógica de exploração, exclusão e desigualdades.

Assim, a bandeira das tecnologias limpas deve se associar às transformações na estrutura da propriedade, de distribuição e da natureza do consumo final.

28) Para efetivar esta bandeira torna-se fundamental uma articulação entre a comunidade científica, o movimento ambientalista e o movimento popular e sindical. Isolados estes, as teses ficam nas gavetas e a chantagem patronal joga os trabalhadores e ecologistas uns contra os outros. São os trabalhadores que vivem cotidianamente submetidos às piores condições ambientais tanto no seu local de trabalho, como de moradia. É preciso, no entanto, romper com os corporativismos que opõem trabalhadores de um lado e ambientalistas e cientistas de outro. Se os trabalhadores, por exemplo, não têm onde morar e, constrangidos, invadem áreas de interesse público, como mananciais, é preciso afirmar que, nesse caso a questão habitacional torna-se de interesse público e haveremos de buscar alternativas para que os trabalhadores tenham um teto e o manancial, por ser de interesse público, seja preservado.

Assim é preciso reverter o corporativismo e a alienação a ele vinculada, aprofundando a luta política, cimentando a concepção de uma nova sociedade fundada em um outro tipo de desenvolvimento tecnológico.

29) Os ecossocialistas propugnam pela reciclagem dos resíduos e materiais, a descentralização geográfica da economia e da política, pelo combate ao desperdício e à obsolescência precoce planejada do produto. A durabilidade deve se constituir num critério de qualidade do produto. Estas são bandeiras que devem estar associadas à luta contra a pobreza (material e simbólica), à concentração de terra e renda e à dependência externa.

30) A conversão gradual do complexo militar e industrial para uma economia voltada para um desenvolvimento autogerido, democrático e sustentável deve ser acompanhada pela transformação radical dos critérios de investigação de ecotécnicas, tecnologias economicamente eficientes, poupadoras de energia, descentralizáveis (tanto no plano técnico, como político), ecologicamente seguras e capazes de serem apropriadas e geridas pelo trabalho coletivo.

31) A tendência atual do capitalismo de diminuir cada vez mais o número de trabalhadores do processo de produção material, aumentando enormemente a capacidade de produção, tem como um dos sustentáculos a manipulação do desejo,

a fabricação capitalista da subjetividade através da mídia, sobretudo da televisão. Este tem sido um poderoso instrumento político dos grandes monopólios. A democratização dos meios de comunicação torna-se essencial. Pela "Reforma Agrária no Ar".

32) A defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, em todos os níveis é fundamental para que criemos um complexo científico-tecnológico que contribua para um desenvolvimento ecologicamente seguro, voltado para o interesse comum e a soberania dos povos. Só com um estreitamento profundo da Universidade com os interesses da grande maioria do povo, será possível quebrar o mito da neutralidade das forças produtivas. A busca de um paradigma filosófico e científico não reducionista é parte da luta por uma Universidade de qualidade e voltada para o interesse comum.

33) Um projeto ecossocialista pressupõe as Reformas Agrária e Urbana e devem ser pensadas na sua articulação com a matriz energética. O incentivo às formas de geração de energia descentralizadas como mini-usinas, biodigestores, eólica (vento) e solar é importante no sentido de democratizar o acesso à energia sem aumentar a pressão sobre a atual matriz energética, esta sim excludente, com vistas a possibilitar o desenvolvimento de pequenas e médias cidades.

Essa preocupação não deve nos omitir das responsabilidades quanto aos problemas das grandes cidades exigindo a proteção de encostas, dos mananciais e fundos de vales, a primazia do transporte coletivo sobre o individual, o uso do gás como combustível, ciclovias, reciclagem do lixo urbano e outras propostas.

34) Na sociedade atual há um verdadeiro culto à centralização, à concentração e ao que é grande (ao maior) sob o pretexto de que seriam mais eficientes. Combatemos radicalmente esse princípio não por um culto ingênuo ao pequeno, ao menor, mas sim pela hierarquização e centralização do poder que os megaprojetos comportam.

O limite de tamanho é desigual para as diferentes atividades e sociedades e não é uma questão de ordem exclusivamente técnica, embora comporte, como tudo, um lado técnico, do fazer. Como tal o limite de tamanho é sobretudo do campo do político e, assim, deve ser estabelecido a partir de uma base democrática e autogestionária.

Não é difícil perceber a íntima relação entre os megaprojetos no Brasil (Tucuruí, Jari, Carajás, Angra I e II, Itaipu, ...) e o suporte autoritário que os criou. E aqui não devemos confundir o autoritarismo com sua fachada aparente que foi a ditadura militar, mas, sobretudo, ver os vínculos profundos que mantém com o capital monopolista.

35) Os ecossocialistas lutam pelo desenvolvimento de formas democráticas e participativas de gestão em todos os níveis, desde o local de trabalho até o Parlamento através da combinação da democracia direta e da representativa. Acreditamos ser esta uma forma evoluída de gestão política e administrativa. Os cidadãos trabalhadores devem ter uma noção geral dos problemas e participar criativamente das soluções, substituindo a visão fragmentária por uma visão holística (que se preocupa com a relação das partes entre si, das partes com o todo e com a relação do todo retroagindo sobre as partes).

Para isso são necessários tanto um processo educacional que, ao mesmo tempo que estimule o senso crítico e a criatividade, vise o interesse público, como uma radical democratização dos meios de comunicação. Sem essas condições as mudanças no regime de propriedade e nas formas de gestão, que estão associadas, ficam comprometidas.

36) Para os ecossocialistas uma nova ética revolucionária é pré-condição de uma nova política: os fins não justificam os meios. As práticas autoritárias, machistas, elitistas, militarizadas e predatórias só fundamentam uma falsa transformação, sem a afirmação de novos valores para uma nova sociedade.

37) Essa nova ética ecológica planetária é incompatível com a exportação de lixo químico dos países ricos para os países periféricos e é incociliável com os testes nucleares que transformam o planeta em laboratório e a população em cobaia. Sobretudo, agora, quando caiu o muro e com ele toda a lógica da guerra fria e sua corrida armamentista, torna-se necessário a desnuclearização do mundo para que a política não fique submetida àqueles que têm o poder de definir a Morte. A queda da burocracia no Leste Europeu, saudada por todos os verdadeiros socialistas, deixou, por outro lado, o imperialismo de mãos livres para apertar o botão.

38) Defendemos uma nova divisão internacional do trabalho radicalmente diferente da atual onde os países ricos se reservam as tecnologias de ponta como a robótica, a biotecnologia, a química fina e o laser e realocizam no Terceiro Mundo as indústrias sujas, altamente degradadoras do meio ambiente e consumidoras de energia, inclusive do próprio homem. Uma nova ética ecológica planetária supõe intercâmbio, cooperação, paz, solidariedade e liberdade no lugar da hipocrisia do nacionalismo chauvinista que justifica as próprias agressões praticadas por cada governo e empresas contra suas próprias populações e meio ambiente. O direito a autodeterminação dos povos não pode ser evocado para destruí-los, assim como as suas fontes naturais de vida. Um novo conceito de soberania é necessário, incorporando uma ética ecológica.

39) O ecossocialismo não se constrói num só País, nem numa só direção. A

solidariedade entre todos aqueles que são negados em sua humanidade, por serem explorados e oprimidos, se faz pelo reconhecimento de que formamos uma mesma espécie, cujo maior patrimônio é a nossa diferença cultural. Uma posição verdadeiramente revolucionária, ecosocialista, reconhece que habitamos uma mesma casa, o Planeta Terra, que por sua vez, vem sendo ameaçado por um internacionalismo fundado no dinheiro e no lucro e por um poder altamente concentrado: o imperialismo.

40) Os ecosocialistas entendem que é necessário romper com a idéia restrita de revolução, originária da mitológica tomada de assalto do poder, militarizada e, por sua vez, derivada de uma idéia restrita do Estado. Afirmamos que inexiste o tal corte absoluto mistificado na história, uma vez, que o processo de transformação social é composto não por uma, mas por várias rupturas, descontinuidades, desníveis e disfunções.

No entanto, numa sociedade onde o poder está hierarquizado, do cotidiano familiar ao aparelho de Estado passando pelos locais de trabalho, as diversas rupturas nos diversos níveis têm contribuições diferenciadas, embora todas essenciais num verdadeiro processo de transformação, aliás, em curso. Aqui se faz necessária, mais uma vez, uma visão que dialetize a relação entre as partes e o todo.

Os debates acerca dessa questão vêm ganhando maior profundidade no seio da esquerda. Mesmo aqueles que procuram afirmar a idéia de uma ruptura têm apontado que ela implica o estabelecimento de novas relações entre o Estado e a sociedade civil, entre os partidos e os sindicatos e demais movimentos populares. Apontam que o socialismo se torna uma necessidade reconhecida pela população quando, no processo de luta evidenciarmos os limites de desenvolvimento capitalista. Esses limites são evidenciados, por sua vez, quando a Burguesia rejeita propostas de humanização em geral, em particular no tocante à socialização da propriedade. Deste modo a ruptura deve ser entendida como o resultado prático e teórico da dialética reformas/revolução. Nesta dialética é fundamental, portanto, entender que a teoria e a prática para uma sociedade socialista devem existir já a partir do capitalismo, embora condicionada pelos limites e barreiras dessa sociedade. Aí são fundamentais, por exemplo, os Conselhos Populares. Estes devem ser organizações da sociedade civil autônomas em relação ao Estado e aos Partidos, atuando como verdadeiros laboratórios de construção de hegemonias. Assim a democracia socialista não é simplesmente a negação da democracia capitalista, mas sim a sua superação.

Se a democracia é um valor estratégico, como acreditamos, e não tático e o Poder não se localiza em um lugar restrito, como no aparelho do Estado, por exemplo, devemos instituir práticas democráticas em todos os lugares de interesse público, inclusive nas unidades de produção (empresas-locais de trabalho), o que implica

repensar o regime de propriedade. Afinal, assim como os fluxos de matéria e energia dos ecossistemas, e mesmo da sociedade, transcendem as fronteiras nacionais, o mesmo ocorre com as cercas e fronteiras da propriedade privada.

41) Por fim, a atual crise que afeta a humanidade expressa na descrença com relação ao futuro, no hipocondrismo, no alcoolismo, na violência cotidiana, no stress, na apatia e no consumo indiscriminado de drogas em geral mostra a decadência do atual modelo de desenvolvimento. Repudiamos a militarização do combate às drogas que vem substituindo a antiga caça aos comunistas. A militarização no combate às drogas acaba escamoteando a verdadeira questão: o esvaziamento do sentido da vida, a instrumentalização mercantilizada do desejo, a vida sem direito à fantasias típicas da sociedade que transformou a liberdade "numa calça Lee velha e desbotada" conforme um anúncio publicitário. Nós ecosocialistas reconhecemos que se é, num certo sentido verdadeiro, que ninguém vive de fantasia, afirmamos que também é verdadeiro que a dimensão da fantasia é inerente à vida. Nesse sentido repudiamos a sociedade que reduz a fantasia à sua busca através da droga. Sem medo de ser feliz!"

Contatos com o Núcleo dos Ecologistas do PT de Porto Alegre:

Av. João Pessoa, 785 - Bairro Farroupilha

Porto Alegre - RS - CEP 90040-000

Fone 224-3709 - Fax 226-0329

Internet E-Mail: pt_poa@portoweb.com.br

Coordenador do Núcleo dos Ecologistas: Renato Ferreira

Secretário do Núcleo dos Ecologistas: Carlos Nunes

Secretário de Organização do PT de Porto Alegre: Inês Rodenco



DECLARAÇÃO DAS FUNDAÇÕES

Reuniram-se em Porto Alegre, no dia 31 de julho, representantes de 15 fundações ou institutos de 09 países. Alguns dentre estes são vinculados a distintos partidos políticos. Outros são instituições autônomas. Entre suas áreas de atuação, destacam-se:

* *Formação Política*

* *Reflexão Político-Ideológica*

* *Publicações*

No decorrer da reunião, verificou-se a existência de várias áreas e problemas comuns. Foi consensualmente decidido incrementar o contato e intercâmbio de publicações e de experiências entre estas entidades, de maneira a dar os primeiros passos para a constituição de uma rede de cooperação.

Presentes:

Argentina:

Instituto Buenos Aires

Instituto Bonaerense de Análisis y Proyectos

Universidad de los Trabajadores

Bolivia:

Instituto Boliviano de Estudios Sociales y Técnicos (IBEST)

Brasil:

Fundação João Mangabeira

Fundação Perseu Abramo

Instituto Astrogildo Pereira

Canadá:

Alternatives - Fórum Mundial das Alternativas

Chile:

Instituto de Ciências Alejandro Lipschutz

Planificación y Gestión Municipal

França:

Espaces Marx

Haiti:

CRESFED

Itália:

Partito Democratici della Sinistra (PDS)

Uruguai:

Editorial "Conclusiones"

Instituto Fernando Otorgués (IFO)

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE PARLAMENTARES

PROJETO DE RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE PARLAMENTARES ANEXA AO VII FORO DE SÃO PAULO

O grupo de Parlamentares reunido no VII Foro de São Paulo no período de 30 e 31 de julho, em Porto Alegre, ouviu informações sobre a situação dos países latino americanos e do Caribe, prestadas pelos participantes parlamentares deste Foro. Examinou principalmente a situação dos parlamentos Latino Americanos, na fase histórica de predomínio da política neoliberal que estamos vivendo. Considerou necessário fixar sua opinião sobre os seguintes pontos:

1. Uma séria ameaça paira sobre os países da América Latina. A política neoliberal imposta aos nossos povos está trazendo uma situação de grande desemprego no hemisfério, crescimento da pobreza e exclusão de vastos setores sociais, além de enfraquecer seriamente a soberania desses países e retirar-lhes autonomia de decisão nas questões de seu desenvolvimento.
2. Através dos processos de privatização indiscriminada e venda de concessões de serviços básicos, a América Latina tem visto crescer perigosamente a desnacionalização de seu parque produtivo, além de uma desindustrialização arriscada, que atinge especialmente as indústrias que incorporam tecnologias mais avançadas
3. Os governos neoliberais de nossos países tem se empenhado em produzir reformas políticas, econômicas e sociais em detrimento dos interesses maiores das nossas nacionalidades e particularmente dos trabalhadores de nossas terras . As camadas mais pobres tem sido vítimas da perda de direitos sociais básicos como os trabalhistas e os da seguridade, além de privadas dos serviços de saúde e educação públicas, saneamento básico e etc.
4. Na consecução desta política anti-popular os governos tem procurado insistentemente transformar os parlamentos em instituições homologadoras de suas decisões, assumindo crescentemente o monopólio da atividade legislativa, praticamente submetendo os parlamentos aos seus ditames. Em alguns casos chega a usar sórdidos meios de suborno e corrupção, como troca de favores e compra de votos de parlamentares.
5. Constatou-se também sérias ameaças de retorno ao autoritarismo na América Latina, com a tendência a concentração de poder nas mãos do executivo, em detrimento do legislativo e do judiciário, chegando ao ponto do Ministro da Defesa da Argentina ter feito, a 28 de julho passado, uma conclamação fascista às forças

armadas dos países do Mercosul, no sentido de que assumissem o combate " ao indigenismo, aos camponeses, a subversão, ao terrorismo e ao narcotráfico", na tentativa de alterar o papel constitucional dessas Forças Armadas e jogá-las de novo contra o povo .

6. A tentativa norte americana de organizar uma associação de livre comércio- a ALCA - foi vista como um caminho a ser criticado, posto que a ALCA é uma organização comercial hegemônica pelos Estados Unidos, sem participação dos povos americanos e das associações sociais. Condenamos energicamente a política migratória dos Estados Unidos que tem causado graves violações aos direitos humanos dos trabalhadores latino-americanos que lá vão em busca de empregos. Estas violações tem sido acompanhadas de políticas e legislações xenófobas, racistas e discriminatórias das culturas e dos trabalhadores de origem latino-americana.

7. A despeito das limitações que querem impor sobre os parlamentos latino americanos, salientou-se a importância das forças progressistas e de esquerda continuarem ganhando maiores espaços de representação popular e atuando firmemente na defesa dos interesses do povo. Neste sentido, considerou-se igualmente importante que os partidos do Foro de São Paulo redobrem seus esforços para elaborar, dentro do poder legislativo, as propostas alternativas ao neoliberalismo em âmbito social, econômico e político.

8. A reunião fixou uma posição firme de protesto contra a continuada e abusiva atitude dos Estados Unidos de bloqueio e agressão à irmã República Socialista de Cuba, inclusive mantendo a insolente lei Helms Burton, afronta não só a Cuba mas a todos os povos que defendem autonomia política e comercial no mundo.

9. Por último, a Comissão de Parlamentares considerou indispensável que o Foro de São Paulo continue com o intercâmbio de experiências e a unidade das forças progressistas e de esquerda entre seus representantes parlamentares. Para isso, se considerou necessário melhorar seus níveis de coordenação em seus diversos foros parlamentares de caráter multinacional, como o Mercosul e o Parlamento Centro-americano, assim como no Parlamento Latino-Americano (PARLATINO) e na União Internacional de Parlamentares (UIP).

No caso do PARLATINO, a reunião considerou necessário discutir e propor iniciativas que o fortaleçam e o torne mais democrático e representativo. Em particular, a Comissão decidiu levar à consulta entre os partidos do Foro de São Paulo e entre as forças políticas de cada país a conveniência de lutar para que a eleição de representantes ao PARLATINO se realize por voto direto dos cidadãos.

No caso do Parlamento Centro-Americano, a Comissão acordou fazer um chamado



em sua defesa e fortalecimento frente às tentativas dos presidentes dessa região, que pretendem enfraquecê-lo, tirando-lhe poderes e capacidade de decisão.

Em relação à agenda dos parlamentares do Foro, considerou-se necessário incluir ao menos os seguintes temas para discussão imediata:

* área econômica: proposta de reforma fiscal e revisão da dívida externa (tomando como base o documento de Caracas de julho de 97) e sobre os projetos e acordos de integração comercial e econômica (tanto os da área Latino-americana como os da área da América do Norte);

* área social: as reformas da previdência social, os sistemas de aposentadoria, iniciativas em torno do desemprego, a proteção dos trabalhadores do setor informal e sobre os direitos dos povos indígenas;

* área política: reformas na legislação eleitoral e nas regulamentações que regem os parlamentares latino-americanos.

Para preparar a discussão, as próximas reuniões dos parlamentares e melhorar a coordenação dos deputados e senadores dos partidos do Foro de São Paulo, considerou-se necessário a formação de uma Secretaria Permanente formado por um representante de cada um dos países representados na reunião. Esta Secretaria se reunirá em outubro de 97 em São Paulo, Brasil, nos mesmos dias em que ocorram as seções do Parlamento Latino Americano.

DECLARAÇÃO DO SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO

COMUNICAÇÃO: DEMOCRACIA AUSENTE

Seminário Paralelo ao Foro de São Paulo

São muitas as transformações neste final de século. O neoliberalismo e a globalização têm seus reflexos no mundo do trabalho, na cultura, na economia, na qualidade e no modo de vida de todos os que habitam o planeta.

Os setores de comunicação, de telecomunicações e de informática têm sido responsáveis, em grande parte, por estas mudanças, tanto como implementadores quanto mentores, sem que, no entanto, estas transformações tenham sido apropriadas pelas populações excluídas do globo.

A crescente riqueza produzida por estes setores - analistas indicam para o ano 2015 cerca de 40% da produção mundial em torno destes setores - e seu óbvio poder colocou para os grandes grupos internacionais a necessidade de controle total sobre as redes de telecomunicações, por onde já trafega, e tráfegará ainda mais, 1 trilhão de dólares/ano. Por isso, é perfeitamente compreensível os sumários processos de privatizações impostos pelo Banco Mundial à toda a América Latina. Grandes empresas públicas de nossos países agora são entregues a megacorporações transnacionais, ou seja, decisões fundamentais para o desenvolvimento de nossos países correm sérios riscos de não mais se efetivarem em Caracas, Buenos Aires ou cidade do México, mas em Madri, Londres, Roma ou Washington.

Aos partidos de esquerda resta a tarefa de impedir que aconteça esta desnacionalização que vem sendo implantada sem ao menos acontecer qualquer discussão mais ampla com a sociedade, mesmo que seja visível a hiper - concentração de setores da mídia provocando ainda mais formação de monopólios e oligopólios privados.

Por isto, dentro deste contexto de imposição da vontade das elites financeiras internacionais e das megacorporações que atuam nas áreas das comunicações e telecomunicações, os participantes do seminário Comunicação: Democracia Ausente, indicam para os senhores delegados do 7º Foro de São Paulo, realizado em Porto Alegre, os seguintes encaminhamentos para subsidiarem a discussão deste Foro em relação a produção de políticas que enfrentem o neoliberalismo no campo da informação e suas estradas físicas e eletrônicas:

1. Que a questão da comunicação e telecomunicação tenha um sentido estratégico no enfrentamento ao neoliberalismo. Isto significa os partidos abandonarem a concepção puramente instrumental da informação para adotarem uma postura de construção de políticas tendo a comunicação como um dos eixos fundamentais.
2. Que é urgente a constituição de um controle público, não necessariamente estatal, sobre os meios de comunicação e telecomunicação.
3. Que é tarefa dos partidos de esquerda reorganizar os sistemas de comunicação no sentido contrário da concentração monopolista e com um sentido público.
4. Capacitação da sociedade para se apropriar e entender os processos políticos e técnicos da implantação do modelo neoliberal de comunicação.
5. Envolvimento direto e prioritário dos partidos na luta pelo controle público destas áreas.
6. Intransigente luta contra a desnacionalização destes setores.
7. Promover o debate e o estímulo às experiências concretas aos meios alternativos de comunicação.
8. Estimular a organização dos setores de comunicação de esquerda que envolvam de forma integrada os países da América Latina e Caribe.
9. Promover a divulgação das experiências exitosas e inovadoras da autêntica comunicação de esquerda.
10. Criação de uma Secretaria Especial de Comunicação e Telecomunicação permanente do Foro de São Paulo que promova este debate no seu interior com representantes em cada país.

Porto Alegre 30 de julho de 1997.

Inara Claro - Assessora Comum. Vice - Prefeito

Dica Sitoni - Assessora Comum. Prefeitura Porto Alegre

Vera Spolidoro - Assessora Comum. Tarso Genro

Renata Brecher Müller

Flávio Müller

Renato de Oliveira - ADFRGS

Paulo André Louzada

Arno Maciel

Deoni Fellizzari - SINTAF/RS

Cláudio Dutra - Executiva FITEL

Nelson Morgardo - Partido Comunista Chile

Gladis H. Wolft - Vereadora PT/RS

Celso Augusto Schröder - Secretário de Comunicação PT/RS, direção Fenaj

Ana Ribeiro - Assessora Comun. Prefeitura Porto Alegre

Patrícia Pessi - Assessora Com. Prefeitura Porto Alegre

Itamar B. Garcez

Adroaldo Correa

Marcelo Beltrão - Executiva Fittel

Tânia Failace

Milena Weber - Coordenadora Curso Comum. UFRGS

Daniel Herz - Direção Fenaj, Coordenador Forum Nacional pela Democratização

Herman Hansen - Frente Amplio Uruguay - Partido Socialista

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE EMPRESÁRIOS

CARTA EMPRESARIAL DE PORTO ALEGRE

Empresários do Brasil, Argentina e México estiveram reunidos em Porto Alegre nos dias 1 e 2 de agosto de 1997, paralelamente ao Foro São Paulo, para debater um modelo alternativo de desenvolvimento, concluindo:

As empresas nacionais são, para nós, um termômetro e um patrimônio da sociedade. Milhares delas tem quebrado, em conseqüência das novas regras da economia mundial, e da abertura indiscriminada da economia do continente, deixando um rastro de desemprego e exclusão social, conseqüência do modelo neo-liberal adotado.

As políticas monetária e cambial adotadas têm alcançado o controle da inflação, mas têm também agravado o processo de desestruturação da produção na indústria, no campo e nos serviços, beneficiando os monopólios e oligopólios, fundamentalmente transnacionais.

A corrupção solapa a democracia, anula a execução de políticas públicas e contribui para o aprofundamento da miséria.

Esta política força nossos mercados a se abrirem para o avanço de produtos dos países desenvolvidos. Mas a promessa recíproca de globalização do mercado mundial não é verdadeira. Os nossos produtos encontram barreiras alfandegárias, taxas protecionistas, exigências de patentes para remédios, além de condicionantes internas (juros, taxa cambial, ausência de financiamento à produção) e outros expedientes de dominação que tornam essa abertura unilateral e comprometedora da soberania nacional dos países latino-americanos.

O número crescente de excluídos sociais e a concentração de renda em nossos países inviabilizam a criação de mercados internos capazes de dinamizar a atividade econômica, e agravam a injustiça social.

A falta de ética na política tem levado em muitos casos ao comprometimento da credibilidade das instituições democráticas e ao desvio de recursos públicos para priorizar interesses de poucos e poderosos grupos econômicos, ao invés do que é essencial ao nosso desenvolvimento.

Muitos governos estão, neste momento, privatizando, uma após outra, as empresas estatais. Entregam nossos recursos naturais, reservas e riquezas, bem como nossa

capacitação tecnológica, a grandes conglomerados, que passam a decidir por nós questões estratégicas e nevrálgicas para o nosso desenvolvimento.

Nosso modelo alternativo de desenvolvimento exige:

- * O direito à autodeterminação dos povos e o respeito às diferenças culturais.
- * Nossa união, que nos fortalece para a negociação internacional em patamares extremamente favoráveis.
- * Políticas de integração e investimento produtivo que preservem os interesses nacionais democráticos e das organizações dos excluídos.
- * Uma política industrial da América Latina com investimentos prioritários, incluindo a educação em todos os níveis e em pesquisa científica e tecnológica, absorvendo tecnologias apropriadas e limpas.
- * Uma política agrícola com reforma agrária abrangente, na maioria dos nossos países que ainda não a fizeram, visando uma agricultura com justiça social, um mercado interno vigoroso e a democratização da propriedade.
- * Ampliar os sistemas de apoio à micro, pequena e média empresas, inclusive no que diz respeito à comercialização de seus produtos.

É vital nos reunirmos com os demais segmentos sociais: os trabalhadores do campo e da cidade, os movimentos populares, artistas, intelectuais, estudantes, profissionais de comunicação, religiosos, partidos políticos progressistas, ONGs, com todos aqueles que desejam um caminho de um novo desenvolvimento sustentável e mais democracia social em nossos países.

É fundamental reunir os nossos pares e aliados nos países que sofrem dos mesmos problemas, e lutar por uma política latino-americana de integração que preserve os interesses sociais e nacionais, e os valores democráticos e de justiça social.

Criamos o Fórum Empresarial da América Latina que tem por objetivo a formação de uma rede de empresários que lutará pela implantação de um modelo econômico solidário que coloque como prioridades a erradicação da pobreza, a justa distribuição de renda, o desenvolvimento com geração de empregos, a ética nos negócios e a preservação dos nossos patrimônios humanos, culturais, econômicos e ambientais.

CIVES – Associação Brasileira dos Empresários pela Cidadania - Brasil

Untitled Document

APYME – Asamblea de Pequeños y Medianos Empresarios - Argentina

ANIT – Asociación Nacional de Industriales de Transformación – México

¡M_/Foro/81.htm (3 of 3)2/12/2008 16:05:46



Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

Num. 13429688 - Pág. 296

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE CRISTÃOS - ESPANHOL

7º Foro de São Paulo

Porto Alegre 30 y 31 julio de 1997

Declaración del Taller de Cristianos en Búsqueda de Alternativas al Neoliberalismo

1 - Cristianos de diversos países de América Latina, reunidos en ocasión del 7º Encuentro del Foro de São Paulo, constatamos que, apesar de numerosas contradicciones, el Evangelio siempre fué presente y vivo en la vida y en la lucha de individuos y grupos en la búsqueda de la superación de todas las formas de opresión existentes en nuestro continente. La última de estas, el neoliberalismo, es objeto de análisis apartir de la radicalidad del mensaje evangélico, obligandonos todos a buscar alternativas y a encontrar razones de esperanza en vista de la superación del sufrimiento y la no vida presentes en nuestro medio y en favor de un nuevo proyecto y una nueva escala de valores.

2 - La crítica que hacemos apartir del Evangelio al neoliberalismo, en tanto que proyecto de construir las bases de una sociedad mundial bajo la hegemonía de capital y presentandose como la única forma racional de organizar la sociedad, es radical:

2.1- Porque no cumple con la función de la economía de asegurar a todos los seres humanos las bases materiales de sus necesidades físicas y culturales y al contrario significa la muerte de millones.

2.2- Porque se construye sobre una falsa representación del mercado como auto regulador económico y social, cuando la realidad es la construcción de relaciones sociales antagónicas.

2.3- Porque es antidemocrático, restringiendo la democracia a sus metas y al ejercicio del voto cada cierto tiempo, reduciendo el papel del Estado y manipulando la conciencia colectiva.

2.4- Porque es antihumanista, reduciendo los seres humanos a ser instrumentos para lograr sus objetivos económicos y promover valores de competitividad y no de justicia, de individualismo y no de solidaridad.

2.5- Porque es destructor de la naturaleza, por la utilización de los recursos naturales con criterios puramente mercantiles.

Por eso estimamos que nuestra tarea en tanto que cristianos es la de deslegitimar el neoliberalismo, no solamente en función de sus abusos, sino de su lógica interna que construye la desigualdad social y la de proponer un reemplazo del sistema y no solamente su mejoramiento.

3 - En consecuencia, la búsqueda de caminos para las alternativas es un objetivo fundamental:

3.1- Se trata en primer lugar de recordar siempre la utopía de la sociedad justa y fraternal, que para los cristianos significa una construcción concreta material y cultural, de nuevas relaciones sociales. Una tal perspectiva no permite caer en el pragmatismo de políticas solamente coyunturales.

3.2- Esta búsqueda exige también, en una perspectiva cristiana, la elección como mediación de la ética, de un análisis social partiendo de la visión de los explotados, excluidos y discriminados, para construir colectivamente una ética de las relaciones sociales y no solamente de las relaciones interpersonales.

3.3- La esperanza es el eje central de una espiritualidad cristiana y de una mística social, pensando que el Reino de Dios es el único fin de la Historia y que entretanto este se construye en el mundo con valores de justicia y amor. La esperanza también es un elemento esencial para vivir un proceso de transición que es de largo plazo y que se realiza dentro de las contradicciones de un proceso siempre dialéctico.

3.4- Se trata entonces de construir una espiritualidad liberadora, frente la espiritualidad elitista que usa el cristianismo para legitimar el capitalismo. Se trata de vivir una espiritualidad de las luchas sociales capaz de superar las tendencias recurrentes del reformismo, los obstáculos de la institucionalización de los movimientos sociales, como el burocratismo, el verticalismo, la pérdida de contacto con el pueblo y de superar también la crisis de confianza en un proyecto alternativo.

Se trata de una espiritualidad que incluye la subjetividad de cada persona, la dimensión femenina de la cultura, la diversidad de las mentalidades, lo cual se expresa en la celebración y en la convivencia. Se trata de una espiritualidad universal, preocupada por reunir todas las fuerzas de resistencia en el mundo, en los otros continentes, en las otras creencias y todas las fuentes de una nueva esperanza.

Estas conclusiones que presentamos, como una contribución al Pleno del 7º Encuentro del Foro de São Paulo se constituye también en nuestro compromiso de seguir en la lucha por la construcción de una sociedad justa, fraterna e igualitaria, conjuntamente con todos que desean conseguir este mismo objetivo.

Convocamos a todos los creyentes y cristianos comprometidos a poner la referencia de la fe como un elemento de contribución para la elaboración de este proyecto conjunto.

La fe no nos permite la ambigüedad de las indefiniciones y de la omisión. Nuestro lado es, obligatoriamente al lado de los oprimidos, de los excluidos, de los que claman con máxima urgencia por justicia. Esta es la forma de ser coherentes con el Evangelio y las fuentes inspiradoras de nuestra fe.

Pe. José Aldunati - Chile

Flavio Guerra - Brasil

Ir. Antonio Cechin - Brasil

Pe. Francois Houtart - Belgica

Volmir Miki Breier - Brasil

Selvino Heck - Brasil

Eduardo Piñate - Venezuela

Magdalena Toro - Colombia

Jacques Tavora Alfonsin - Brasil

Ana Isabel de Moraes Alfonsin - Brasil

Judite Dutra - Brasil

Alicia Topolanska - Uruguay

Pe. Armindo Fritzen - Brasil

Pe. Roque Zimmermann - Brasil

Fray Ildo Perondi - Brasil

Carmem Lorenzoni - Brasil



Maria Helena Costa Risch - Brasil

Susete Stefani - Brasil

Carlos Alberto Steil - Brasil

Cesario Silva - Brasil

Pierre Beaudet - Canada

Fray Joao Luiz Borsatto - Brasil

David Stival - Brasil

Waldir Jose Bohn Gass - Brasil

Pastor Oneide Bobsin - Brasil

Carmen Morente - España

Julio Battistoni - Uruguay

Oscar Perna - Uruguay

Pe. Oliverio Medina - Colombia

Leonardo Toss - Brasil

Pastor Roberto E. Zwetch - Brasil

Clotilde Bins - Brasil

Luiz Eduardo Prates da Silva - Brasil

Vera Luci M. P. da Silva - Brasil

Imira Machado da Rosa - Brasil

Humberto Jose Scorza - Brasil

Gilberto Carvalho - Brasil



Untitled Document

Eugenio C. G. Hansen - Brasil



iM_/Foro/83.htm (5 of 5)2/12/2008 16:05:46

Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

Num. 13429688 - Pág. 301

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS - "O PROBLEMA RACIAL NEGRO" - ESPANHOL

EL PROBLEMA RACIAL NEGRO

Al dar continuidad a las exposiciones y debates en los Seminarios realizados el día 29 de julio de 1997, en la salón plenario Otávio Rocha, en la Cámara de Vereadores (concejales - ediles) de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, donde se trataron los siguientes temas, "El racismo en el mundo, en América Latina y en el Caribe" y "Solidaridad al Continente Africano", proponemos a los dirigentes de los partidos y Movimientos Sociales presentes en el 7º Foro de São Paulo las siguientes propuestas y resoluciones:

I. El Combate al Racismo y la Promoción de la Ciudadanía a los Poblaciones Negras de América Latina y el Caribe.

El 7º Foro de São Paulo se realiza en el momento de que la implementación de políticas neoliberales en varias partes del mundo, trayendo como consecuencia la ampliación del racismo, la exclusión y marginalización de las poblaciones negras y mestizas.

En este contexto hablamos de racismo y discriminación racial en América Latina y el Caribe, hablamos de formas y de instrumentos de dominación y de control social, cuyo objetivo es el de negar y anular el ejercicio de los derechos humanos de la ciudadanía y de las libertades fundamentales en los ámbitos políticos, económicos, sociales, culturales, etc., para millones de personas en esta parte del mundo.

Aquí, la eliminación o inexistencia de sistemas de protección, la flexibilización de los derechos de los trabajadores, la desarticulación de las políticas sociales, la miseria, el hambre, la brutal violencia en sus más variadas dimensiones, perjudican principalmente mujeres y a los jóvenes. Entre las privatizaciones de los sectores estratégicos y el aumento vertiginoso del desempleo estructural, impulsan a las poblaciones pobres, en algunos de nuestros países, por ejemplo Brasil y Haití, que son mayoritariamente negros y mestizas, a la dramática, terrible y nefasta condición de excedente poblaciones descartables.

En este escenario proponemos al 7º Foro de São Paulo, lo siguiente:

a. que en los debates, de los contenidos de los Programas y Plataformas de Acción de los Partidos e Movimientos Sociales, se asuma que los países de América Latina y del Caribe son constituidos por poblaciones multi-raciales e multi-culturales, en los cuales el racismo es una de las causas fundamentales que impiden el desarrollo

de las poblaciones negras y mestizas;

b. que las definiciones del 7º Foro de São Paulo consideren la absoluta imposibilidad de transformaciones estructurales de nuestros países sin la debida consideración de la problemática racial y del carácter estratégico del combate al racismo en la disputa por una sociedad nueva y en la construcción de un proyecto alternativo al neoliberalismo. Proponiendo para el nuevo milenio que se aproxima un horizonte más justo, sin discriminación de raza, clase y sexo y otras formas de dominación;

c. que en oposición al neoliberalismo, el cual señala como única y exclusiva perspectiva la salida individual, sea reforzada la necesidad de una actuación colectiva y de salidas de carácter social para eliminar todas las formas de racismo e xenofobia y intolerancia.

De esta forma le cabe al 7º Foro de São Paulo crear y fortalecer acciones e mecanismos necesarios para erradicar esas practicas y garantizar los derechos de los hombres y mujeres (negros, indios y mestizos), para que sean tratados en América Latina, en el Caribe y en todo el mundo con dignidad, como seres humanos que tienen derecho a ser felices.

Para que concreticemos estos ideales, proponemos que el 7º Foro de São Paulo críe en su organización una Coordinación de Partidos Políticos y Movimientos Sociales para el combate al racismo.

II. La Solidaridad al Continente Africano

En el marco de una realidad en los últimos dos años, murieron cerca de medio millón de personas de enfermedades pulmonares sin contar con un enorme numero de muertes provocadas por el hambre, por guerras y por epidemias, los países africanos muestran indicadores de cambios en la difícil situación del continente africano en las últimas décadas.

Con el término del Apartheid Sudafricano y de largas dictaduras, como las de Idi Amin, Bokassa y recientemente de Mobuto en el antiguo Zaire, hoy República Democrática del Congo; y junto al nuevo papel que África del Sur - través del Gobierno del Nelson Mandela - que se propone a buscar la gobernabilidad y el desarrollo para el Continente Africano, son importantes indicadores de que están ocurriendo cambios significativos en la oída política y económica de la región.

De forma simultánea, la prensa internacional principalmente aquella de la potencia imperialista, que por muchos años dominaron el África Negra o apoyaran las dictaduras que desperdiciaron y debilitaron cualquiera perspectiva de desarrollo de

los países africanos - retoma el histórico slogan: "África autónoma no es viable", tratando de ocultar y desprestigiar los cambios que en esta región están ocurriendo.

Uno de los objetivos del 7º Foro de São Paulo es el de establecer un Nueva Orden Económica Internacional creando espacios de concentración y coordinación de los países de América Latina y del Caribe con otras áreas del mundo, en la búsqueda de intereses comunes.

Es dentro de esta perspectiva que hacemos un llamado a los Partidos Políticos y Movimientos Sociales que forman parte del 7º Foro de São Paulo, para que través de una nueva visión del Continente Africano, establezcan lazos para una política activa de apoyo y solidaridad internacional para la reconstrucción de África.

Porto Alegre, 29 de Julio de 1997

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MULHERES - ESPANHOL

VII ENCUENTRO FORO DE SAO PAULO

DOCUMENTO TALLER MUJER 30 Y 31 DE JULIO 1997

1) IMPACTO DE LAS POLITICAS ECONOMICAS

El rasgo esencial de este fin de milenio en los países de América Latina y el Caribe ha sido el establecimiento de políticas de corte neoliberal en todo el continente como parte del proceso actual de expansión capitalista.

La realidad del orden económico internacional imperante ha tenido fuertes impactos negativos en el continente, principalmente el aumento de la dependencia y la pobreza, con serias consecuencias en la soberanía nacional. Si en 1960 el 20% más rico de la población mundial recibió ingresos 30 veces más elevados que los del 20% más pobre, en 1990 el 20% más rico recibía 60 veces más. (PNUD Indice de Desarrollo Humano 1992. Bogotá. Tercer Mundo. 1993 pag.18.) Estudios relacionados con las proporciones de la pobreza la estiman en unos 196 millones de personas en 1990, que representa aproximadamente el 46% de la población de la región.

Ante esta realidad los partidos políticos de izquierda están obligados a profundizar la temática de género y el análisis del impacto negativo de los cambios socio-económicos en la mujer, para ser coherentes con los principios de justicia e igualdad que promueven.

Este documento enfatiza sobre la importancia de ubicar el impacto de las políticas económicas sobre la vida de las mujeres, tanto en el plano económico, como social, cultural, político, familiar y personal, planteando una plataforma básica para que los partidos integrantes del Foro de San Pablo la asuman. Sobre todo, si se tiene en cuenta que las decisiones tomadas en el Encuentro de San Salvador en 1996, no han sido cumplidas en relación a que los documentos generales deben incluir la visión de género en todos los temas que se traten.

Las políticas económicas refuerzan otros factores estructurales, legales, culturales e ideológicos que obstaculizan el despliegue de las potencialidades de las mujeres, su autonomía y autoafirmación. Las restricciones existentes en el acceso de la mujer a los recursos tierra, crédito, vivienda y servicios básicos están relacionados no sólo con la desigual distribución del ingreso, sino también con la influencia de la ideología patriarcal que los legitima.

Los procesos de integración de nuestros pueblos, no deben seguir siendo concebidos únicamente desde la perspectiva de los poderes ejecutivos o de gobiernos, debe tener en cuenta las opiniones y consideraciones de la sociedad civil, y en especial de las mujeres, que somos la mitad de nuestra región y del planeta.

a) Impactos económicos sobre la vida de las mujeres

La presencia de las mujeres en la fuerza de trabajo en América Latina viene aumentando en forma consistente y significativa en las últimas décadas, triplicándose entre 1960 y 1990. Se han incrementado el número de horas que las mujeres dedican al trabajo remunerado, así como sus años de vida económicamente activa.

La afluencia masiva de las mujeres al mercado de trabajo no ha sido acompañada de una disminución significativa de las desigualdades profesionales ni salariales entre hombres y mujeres. La mayoría de los empleos femeninos continúan concentrados en algunos sectores de actividad y con modestas posibilidades de acceso a puestos jerárquicos.

El trabajo femenino en el hogar no disminuyó ante mayores responsabilidades fuera del mismo, sino que aumentó para suplir el deterioro real de los los ingresos familiares y el desmantelamiento de las prestaciones de seguridad social . Por otro lado aumentó el porcentaje de hogares encabezados por mujeres, lo que cada vez más pone en tela de juicio la idea de que la mujer constituye una "fuerza de trabajo secundaria". Pero también existen los hogares donde el aporte de la mujer al ingreso es igual o superior al de los hombres y que no es detectado en los censos de población ni en las encuestas de hogares debido a la definición de jefatura que es utilizada.

La tasa de desempleo femenina es sistemáticamente superior a la masculina en los países de la región, a lo que se agrega la problemática específica de las mujeres jóvenes que tienen una menor oportunidad de conseguir empleo en tanto que mujeres y jóvenes. También viene aumentando la proporción de mujeres en la formas precarizadas de trabajo (con bajos sueldos, baja productividad, ausencia de contratos y protección social), tanto las "viejas" ocupaciones precarias (trabajo doméstico, por cuenta propia), como las "nuevas" modalidades del trabajo (a domicilio, eventual, a tiempo parcial, subcontratado). Sin embargo las plataformas sindicales escasamente incluyen reivindicaciones que atiendan estas particularidades.

b) Impactos sociales sobre la vida de las mujeres

Los términos nuevos que se van incorporando al hablar cotidiano dan cuenta de los cambios profundos que estamos viviendo. Lo que ayer era "pobreza" hoy es "pobreza extrema" , más aún "femenización" de la pobreza.

A veces nos perdemos en los términos económicos y nos olvidamos que estos problemas también tienen un correlato en la vida familiar y personal de la gente, en los cambios de la vida urbana y rural, y en todos los aspectos. En esta óptica tenemos mucho que decir las mujeres. Porque la estrategia de supervivencia familiar ha sido la de incorporar nuevos integrantes de la familia a trabajar, y trabajar más horas aún a costa de salarios peor remunerados. Esto ha cambiado la vida familiar, porque la mujer ve acrecentadas sus responsabilidades de aportar un ingreso a la familia pero sin poder desatender su rol de madre, sin que al mismo tiempo se haya producido una democratización de la vida familiar.

Sentimientos de culpa y frustración se suman a la impotencia de solucionar los problemas económicos, o si éstos se neutralizan de todos modos no logran mitigar el deterioro de las relaciones interpersonales con las hijas, hijos y con la pareja.

Los cambios económicos han obligado, en todas las clases sociales a cambios en los papeles que juegan hombres y mujeres. El tradicional hombre proveedor, hoy puede ser un desempleado o un trabajador a destajo o subocupado. Este trastoque de jefes en jefas de familia sin una adecuación cultural que lo acompañe, ha traído una reacción de amargura, frustración y violencia que hoy invade el medio social en todos sus estratos.

Las mujeres jóvenes requieren además una atención especializada en relación a los problemas de violencia, embarazo adolescente, educación y su propia inserción en la sociedad.

Enfrentamos la invisibilidad social en todas las labores que realizamos. Del mismo modo que sólo se percibe los impactos negativos en el medio ambiente cuando la naturaleza termina cediendo, tampoco se valoran las mil tareas que realiza la mujer. Entre éstas, la mujer debe asumir un papel predominante en el uso y distribución de los recursos naturales en proceso de creciente deterioro, que no aseguran en el corto ni el largo plazo la continúa satisfacción de las necesidades humanas presentes o futuras.

El impacto actual de la política económica traducida en los roles del Estado está desarticulando el desarrollo social debido al recorte de diversos servicios en que las mujeres son usuarias tradicionales. Esto ha impedido que se proporcione salud preventiva y curativa e integral a las mujeres en todo su ciclo vital y acordes al perfil epidemiológico de las enfermedades de las mujeres en su condición de género.

Es importante destacar que la situación en todos los países de América Latina y el Caribe es heterogénea, pero en nuestro continente las mujeres siguen empeñadas en acciones para la búsqueda de una mayor igualdad.

Destacamos en esta heterogeneidad que Cuba mantiene una lucha sostenida para asegurar los derechos sociales de su pueblo en el que las mujeres juegan un papel fundamental como destinatarias y protagonistas.

En este escenario, hoy más que nunca reivindicamos nuestro derecho emancipatorio y de crecimiento como seres humanos.

2) LA DEMOCRACIA COMO BASE DE ANALISIS

Nuestro accionar debe fundamentarse en el fortalecimiento del modo de vida democrático. La lucha por la Democracia es algo que nos atañe, entendida ésta como gobierno del pueblo y para el pueblo. En este sentido, nuestras políticas deben estar dirigidas a la construcción de una sociedad de iguales, respetuosas de las diferencias étnicas, religiosas, culturales, de género, y de opción sexual, que sea capaz de incorporar toda la riqueza de la diversidad a la construcción de la sociedad por la que luchamos los partidos de izquierda.

Para nosotras, la ciudadanía no está referida sólo a los derechos civiles del individuo frente al Estado, sino a los derechos económicos, sociales, políticos y culturales para todos los seres humanos, garantizando además el ejercicio de los derechos reproductivos, sexuales y de decisión sobre el propio cuerpo.

La Democracia es aún imperfecta en nuestros países, pero lo que no es evidente para la mayoría, incluidas las propias mujeres, es que parte de su imperfección radica en las desiguales relaciones de poder y la existencia de violencia contra la mujer. Debemos exigir el adecuado marco democrático para el ejercicio de plenos derechos de nuestra ciudadanía.

En la medida que estos aspectos tienen una estrecha relación con los temas de poder, debemos asegurar el acceso de las mujeres a los puestos de decisión en todo nivel, a efectos de mejorar las posibilidades de incluir la perspectiva de género en la resolución de todos los problemas de la comunidad involucrada. Sin capacidad de decidir no cambiaremos las condiciones de desigualdad ni aseguraremos el fortalecimiento de una verdadera Democracia.

Las nuevas experiencias de gobiernos locales de izquierda comprueban que somos trabajadoras incansables en todas las tareas para el éxito de dichos gobiernos, que han sabido ser una verdadera alternativa de conducción política en los países de América. Estos éxitos debemos evaluarlos como un avance concreto en el camino

hacia el gobierno nacional. La izquierda tiene capacidad de resolver sobre los problemas de la realidad y para ello es imprescindible contar con mujeres capacitadas en el ejercicio del poder.

3) ARTICULACION PERMANENTE DE LAS MUJERES EN EL FORO

La globalización por tanto, nos plantea con más fuerza que nunca la necesidad de un mayor nivel de coordinación y de unidad de acción de las mujeres militantes de los partidos del Foro de San Pablo. Allí estaría nuestra fortaleza, que podría concretarse con la creación de algún mecanismo en su interior que asegure la continuidad del accionar de las mujeres militantes políticas. Al propio tiempo, nos plantea a nosotras la necesidad de insertarnos en el movimiento de mujeres progresistas y revolucionarias para ofrecer nuestros aportes y sobre todo para nutrirnos de su sabia renovadora y de sus saberes que nos permita, y permita a nuestros partidos, mantener el oído y todos los sentidos vinculados a las necesidades e intereses de un segmento social que constituye la mitad de la población.

Por todo lo antes expuesto, las mujeres proponemos al Foro de San Pablo la creación de una Coordinadora de Mujeres pertenecientes a partidos de izquierda en América Latina y el Caribe, que funcione de manera permanente.

Para orientar la actuación del Foro y de esta Coordinadora proponemos la siguiente Plataforma Básica.

4) ACCIONES DE LAS MUJERES DE IZQUIERDA PARA LA UNIDAD Y LA IGUALDAD

Debemos construir una agenda de acción al interior de la izquierda que contenga los objetivos estratégicos básicos y las acciones que promuevan la mayor igualdad y participación de las mujeres en la vida política, económica y social de la región.

Los partidos de izquierda deben asumir esta plataforma como propia, insertando las propuestas en la plataforma general y creando los mecanismos para su aplicación.

Los puntos de esa plataforma básica son:

a) que las estrategias de construcción de un nuevo modelo económico en el que los partidos de izquierda están empeñados, responda a nuestra realidad de género: estableciendo acciones concretas para eliminar la discriminación en el empleo y salario, impulsando programas específicos para la mujer rural, reconociendo el trabajo no remunerado que realizan las mujeres, generando programas de formación profesional y adecuando las normas de seguridad social para dar visibilidad al doble esfuerzo como trabajadoras asalariadas y trabajadoras del

hogar, reproductoras de la fuerza de trabajo de la sociedad.

b) que se valore e incluya en la lucha por los derechos humanos los derechos de las mujeres, inclusive reformulando la legislación de forma de combatir la discriminación en el campo económico, social, familiar, psicológico y físico. Los derechos de género incluyen una transformación en la imagen que se construye sobre la mujer para evitar el estereotipo de roles asignados, el lenguaje y la educación sexista.

c) que se establezcan políticas de acción afirmativa de modo de asegurar el acceso de las mujeres a los puestos de decisión en todo nivel, dentro de los partidos y en los cargos ejecutivos y legislativos, a efectos de incluir la perspectiva de género en la resolución de todos los problemas.

d) que se definan las estrategias de sensibilización sobre las desigualdades de género de forma de incluir esta perspectiva en las acciones y programas que desenvuelvan los partidos de izquierda.

e) que los partidos políticos de izquierda en el ejercicio del gobierno que detenten, así como en las acciones que lleven a cabo desde la oposición, garanticen la implementación de políticas públicas sobre la optica de genero dirigidas al combate de todas las formas de discriminación, garantizando la participación de las mujeres en las instancias de poder y decisión.

f) considerando el avance en los textos aprobados en Conferencias Mundiales, regionales y en acuerdos internacionales, que los gobiernos ya se han comprometido a cumplir, se impone que los partidos políticos de izquierda se involucren en el seguimiento a dichos compromisos. De igual manera debemos tener conciencia crítica de esa plataforma y de su instrumentación, articulando con el movimiento amplio de mujeres en una posición respetosa y unitaria.

Pero nuestro esfuerzo no tendrá sus frutos si los partidos de izquierda no asumen esta plataforma como propia, insertando las propuestas en la plataforma general, en lugar de que sea un apéndice en los documentos.

Por último el II Encuentro de Mujeres del Foro de San Pablo decide por apoyar e impulsar la convocatória del Encuentro Mundial de Solidaridad entre las Mujeres a realizarse en Havana -Cuba entre los días 13 a 16 de abril de 1998. Para eso decido por la formación de Comités Preparatórios y propone que la coordinación del Foro decida empeñarse tambien en su realización.

Para darle continuidad a estos objetivos proponemos que el Foro resuelva por la

creación de una Coordinación de Mujeres integrada por representantes de los siguientes partidos: PRD de Mejico. PT y Pcd B de Brasil, PC de Cuba, Frente Amplio de Uruguay, Liga Socialista de Venezuela, Frente Sandinista responsable por designar la representación de Centroamerica y una representante de Argentina. Esta Coordinacion trabajaria con el grupo de trabajo permanente del Foro de San Pablo hasta la realización del VIII Reunión del Foro.



RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MUNICIPALIDADES

OFICINA DE MUNICIPALIDADES

RECOMENDAÇÕES AO 7º FORO DE SÃO PAULO

1. Dirigentes partidários, prefeitos, vereadores e autoridades locais reunidos no seminário-oficina sobre as municipalidades, tendo em vista o amplo e rico debate realizado sobre os temas , AS CIDADES, A NOVA ORDEM INTERNACIONAL, O GOVERNO LOCAL, CIDADANIA E O PROJETO DEMOCRÁTICO POPULAR E SOCIALISTA, recomendam ao 7º Encontro do Foro de São Paulo a criação, no âmbito deste foro, do comitê temático de municipalidades.

O comitê municipalidades terá como objetivo constituir e viabilizar uma rede e um fluxo de informação e cooperação entre os partidos integrantes do Foro de São Paulo e seus respectivos governos locais.

Para estruturar e viabilizar seu funcionamento, o Comitê Municipalidades constituirá uma coordenação e uma Secretaria-Executiva a serem designadas por este 7º Encontro.

2. O Seminário-Oficina Municipalidades recomenda ainda a menção, na declaração do 7º encontro, do papel dos governos locais dirigidos pelos partidos que integram o Foro na luta contra o projeto neoliberal. Nesses governos estamos desenvolvendo políticas públicas alternativas que reafirmam as responsabilidades do Estado e respondem aos interesses e necessidades da cidadania.

Porto Alegre, 31 de julho de 1997

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE JOVENS - ESPANHOL

Propuesta para la accion política

en materia de juventud

en el marco de una alternativa

democrática y popular

al neoliberalismo

Propuesta de las juventudes - Frente Amplio del Uruguay y PT del Brasil para el 7mo. Encuentro de Foro de São Paulo.

Porto Alegre -28 de julio de 1997.

1. Introducción

Si bien en distintos puntos del planeta se abandona el paradigma neoliberal ante el fracaso de sus propuestas para atender satisfactoriamente las demandas del crecimiento económico y el bienestar social de la población, en América Latina nuestros países y las grandes mayorías aun sienten sus consecuencias debido al dogmatismo e insensibilidad de gobiernos que se niegan a cambiar de política económica.

Los efectos de la apertura indiscriminada de las economías y la presidencia de los Estados ante resultados muy graves como el desempleo y el deterioro de las condiciones de vida en general, constituyen el contexto referencial clave para abordar los temas de la juventud en su especificidad - como uno de los sectores sociales más desprotegidos - y a la vez sin perder de vista el hecho de que las respuestas más profundas solo se concretarán en una perspectiva transformadora de conjunto.

En la búsqueda de alternativas y en nuestras luchas, debemos asumir tres desafíos centrales:

1. desarrollar propuestas de gobierno concretas para la superación de los problemas juveniles de cara a nuestras posibles acciones de gobierno, o de oposición;
2. apuntalar mayores niveles de participación activa de los jóvenes en movilizaciones tras sus reivindicaciones, y una coordinación efectiva de los movimientos juveniles políticos y sociales, tras las mismas, en todo el continente, y
3. incorporar los nuevos problemas que aparecen en la coyuntura mundial, trabajándolos con actitud creativa para enfrentarlos colectivamente y con eficacia.

El impacto de las modificaciones que tienden a globalizar un importante núcleo de patrones y valores culturales desde los centros de decisión mundial, sin la más mínima posibilidad o intención, manifiesta de interacción o selectividad, es uno de los más importantes. Teniendo en cuenta de que la inmensa mayoría de las imágenes que se ven en nuestros países provienen de los Estados Unidos, el creciente peso de los medios masivos de comunicación en la formación, formas de comportamiento, de pensamiento y las identidades culturales en nuestras sociedades - y particularmente en los jóvenes - es impresionante. Acompañado de

la llamada globalización económica, esta universalización de "las imágenes" parece ser la contracara de la fragmentación y las diferenciaciones sociales que se van desarrollando como consecuencia paralela del despliegue de esta globalización con orientación neoliberal.

Por otro lado o intentamos avanzar sobre algunas ideas para la discusión y construcción de un marco de referencia general que ayude a la definición de acciones concretas a desarrollar en materia de juventud dentro de una alternativa política de izquierda.

Estamos convencidos que ambas son tareas inseparables en la elaboración de un proyecto verdaderamente transformador. La crítica sin la consiguiente propuesta, resulta un ejercicio estéril a la hora de enfrentar el discurso único del paradigma neoliberal dominante a la hora de convencer a nuestros pueblos de una alternativa posible. Ya no basta con definirla por la negativa ("progresista es lo que no es neoliberal") entre otras cosas, porque nos dice poco cuando se trata de diseñar y plantear propuestas movilizadoras hacia otros horizontes posibles.

Para avanzar en pos de este horizonte, el Encuentro de Jóvenes de América Latina en el marco del Foro de San Pablo, se transforma en una instancia de incalculable valor para el intercambio y la articulación de iniciativas y experiencias de las fuerzas políticas de izquierda de la región, los aprendizajes realizados en los gobiernos progresistas locales y municipales adquieren en este marco de intercambio una especial significación.

Este encuentro debe asociar el análisis con la propuesta, y ambos con la movilización de nuestros pueblos: ser lúcidos en cuanto a la realidad es la mejor contribución que podemos hacer para que el modelo alternativo que vive en nuestras sociedades se manifieste.

Las juventudes del Frente Amplio y PT de Brasil propone la realización de un taller preparatorio para el próximo encuentro de juventudes de América Latina y el Caribe en el marco del 8vo. Foro de San Pablo.

Para tal fin proponemos que la organización de un taller preparatorio quede a cargo de la juventud del Frente Amplio y PT, sin excluir a ninguna organización que desee sumarse a la organización del mismo.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE INDÍGENAS

AO 7º FORO DE SÃO PAULO

Seminário:

QUESTÃO INDÍGENA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

As lideranças indígenas e partidárias e representantes de entidades solidárias com a causa dos povos indígenas, participantes no Seminário Questão Indígena Latino-americana e Caribenha, agradecem ao 7º Foro de São Paulo a oportunidade deste evento que permitiu nos aproximar à realidade indígena e debater as lutas reivindicatórias e propositivas dos povos indígenas dos nossos países.

Na linha de contribuir na construção de propostas programáticas para os partidos, dos quais fazemos parte, queremos expor aos participantes do 7º Foro de São Paulo algumas preocupações que cremos devam ser superadas para alcançarmos realmente uma proposta partidária integral, digna de ser autenticamente democrática, plural e solidária.

1. Historicamente a questão indígena foi tratada de modo marginal, como uma questão secundária, subseqüente, pelos nossos partidos, ou então somente no contexto dos períodos eleitorais, como a tratam os partidos tradicionais da direita.
2. Na formação dos estados nacionais, mono-étnicos e concentradores do poder, os povos indígenas sempre foram excluídos e discriminados no exercício do poder político e demais direitos. Estes problemas evidentemente não estão ligados a sua condição étnica e cultural, mas sim a sua falta de poder. Isto, a partir do momento em que os invasores europeus e sucessivos colonizadores destruíram suas instituições e estruturas sócio-étnicas, políticas e econômicas tradicionais.
3. Atualmente, no marco da globalização e do perverso neoliberalismo, os povos indígenas são vítimas de novas formas de exploração e dominação colonial e suas demandas não fazem parte da agenda dos estados, a não ser no sentido de despojá-los de seus territórios e recursos naturais e sua cultura. Os partidos políticos da direita os consideram, mas na perspectiva de reduzir ou restringir seus direitos.
4. Os partidos políticos de esquerda, que lutam numa perspectiva de transformação social, por um projeto político alternativo ao vigente, são chamados a incluir na sua agenda e programa político a questão indígena, ou então serão também

responsabilizados pela histórica exclusão dos povos indígenas do processo de desenvolvimento dos nossos países.

Os povos indígenas, por sua parte, têm o desafio de entender que sua luta não avançará se ficarem isoladas do resto das lutas sociais e políticas, no marco de um projeto democrático e popular.

5. Incorporar a questão indígena implica em conhecer em profundidade e assumir suas demandas e propostas, que entre outras são: seu reconhecimento enquanto povos, entidades coletivas étnica e culturalmente diferenciadas; seu direito à terra ou território, dos quais tiram seu sustento e sem os quais não podem desenvolver sua identidade e cultura; seu direito à livre determinação, na sua forma de autonomia, no marco dos estados nacionais de que formam parte; a alteridade de seu sistema jurídico tradicional; o reconhecimento do caráter multi-étnico e pluricultural dos Estados.

6. Para este processo é preciso criar mecanismos de consulta e discussão direta com as lideranças e organizações representativas dos povos e comunidades indígenas. Isto ajudará a superar reducionismos e conteúdos programáticos alheios às necessidades concretas e perspectivas dos povos indígenas. Temos que entender que a solução da questão indígena já faz parte da solução dos problemas que atingem o conjunto das nossas sociedades, na busca de um projeto popular, autenticamente democrático, multi-étnico e pluricultural.

Propostas ao 7º Foro de São Paulo:

1. Que os partidos políticos assumam de fato as demandas e propostas dos povos indígenas, incuindo-os efetivamente em seus conteúdos programáticos e práticas políticas, além de envolver-se em suas lutas concretas pela conquista de seus direitos secularmente negados.

2. Abrir mais espaços para a participação dos índios nas instâncias e mecanismos de participação e decisão interna dos partidos, respeitando a especificidade do modo indígena de fazer política e de exercer a democracia.

3. Assumir e propiciar a participação de representantes indígenas, indicados por seus povos, nos espaços de poder, como prefeituras, câmaras de vereadores, assembléias legislativas, Congresso Nacional.

4. Criar em cada partido instâncias para dar tratamento específico a questão indígena.

5. Propiciar fóruns para debater e construir a solidariedade com os povos indígenas,

em nível nacional, regional e latino-americano e caribenho.

6. Que o Foro de São Paulo crie um fórum permanente para tratar sistematicamente a questão indígena e sua inclusão nas propostas políticas e estratégicas dos partidos e do próprio Foro de São Paulo.

Conclusão:

As lideranças indígenas e partidárias e seus aliados estão dispostas a contribuir no debate fraterno que leve a um tratamento digno da questão indígena no interior dos nossos partidos, mas exigem que estes mostrem vontade política e criem condições para que esta perspectiva se concretize.

Ao Foro de São Paulo pedimos avançar na criação de mecanismos que facilitem a comunicação e a integração das nossas propostas no seu espaço e instâncias.

Porto Alegre, Brasil, 31 de julho de 1997.

RESOLUÇÃO DA OFICINA SOBRE NARCOTRÁFICO - ESPANHOL

TALLER SOBRE NARCOTRÁFICO EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

18 y 19 de julio de 1997

SEMINARIO BÍBLICO LATINOAMERICANO

San José, Costa Rica

MEMORIA

PROGRAMA:

VIERNES – 18 DE JULIO:

1.- 8:30 am Llamada a los miembros de la Mesa Principal

Por el Grupo Soberanía

Por la Asociación Americana de Juristas

Por el Foro de Sao Paulo

Personalidades

2.- 9.00 am Instalación a cargo de el Licenciado Arturo Fournier

3.- 9.30 am Conferencia de el Sociólogo y Escritor Alfredo Molano Bravo

4.- 10:15 a 10:45 am Preguntas y Respuestas

5.- 10:45 am Refrigerio

6.- 11:00 am Conferencia de el Dr. Rodrigo Gutiérrez

7.- 11:45 a 12:00 PREGUNTAS Y RESPUESTAS

8.- 12:00 Lectura de la ponencia de el Sociólogo Estadounidense James Petras

- 9.- 12: 15 a 12: 30 pm Opiniones
- 10.- 12: 30 pm Almuerzo
- 11.- 1: 30 pm Conferencia de el Licenciado marcial Quesada
- 12.- 2.15 a 2: 30 pm Preguntas y respuestas
- 13.- 2: 30 pm Mesas de Trabajo
- 14.- 3: 30 pm Refrigerio
- 15.- 3: 45 pm Mesas de Trabajo
- 16.- 4: 45 a 5: 30 pm Trabajo de relatoría

SÁBADO – 19 DE JULIO:

- 1.- 9:00 am Plenaria
- 2.- 10: 30 am Refrigerio
- 3.- 10: 45 am Trabajo de relatoría general
- 4.- 11: 30 am Plenaria para informe de el relator general
- 5.- 12:00 M. Discusión de tres minutos por participante para agregar a la relatoría
- 6.- 12: 30 pm Palabras de Clausura
- 7.- 1:00 pm Almuerzo

RESUMEN DE LAS PONENCIAS

EXPOSICIÓN DEL DR. GUTIÉRREZ

Tema del Nacotráfico: Debe ser de dominio general, pues representa una forma se sujeción de las aspiraciones populares, la estructura organizativa del narcotráfico debe ser vista de el contrabando como marco general.

Narcotráfico es una sola estructura, no es típico de este que es lo del contrabando,



se dan luchas por el control del mercado y del trasiego. Sin la gestión política es imposible la estructura del narcotráfico.

Los actores no han variado.

En la estructura de contrabando consumidores y distribuidores son circunstanciales.

Disciplina vertical en base a lealtades.

Medios propicios para la corrupción, que debe enfrentar el pueblo.

La Estructura se asienta en el 59 en Costa Rica.

Lucha contra la corrupción debe ser conducida por los diputados del Congreso.

Costa Rica es clave en trasiego de drogas y lavado de dólares.

PREGUNTAS:

Cómo caracteriza la estructura de redes de contrabando?

Los diputados también son corruptos?

En América Latina, el contrabando no tiene gran impacto económico, pues su desarrollo no permite un alto consumo.

1959: La CIA envió a Costa Rica un grupo de exiliados Cubanos para la operación en Bahía Cochinos, ligados al Narcotráfico.

En Costa Rica el Partido Liberación Nacional y el Partido Unidad Social Cristiana reciben dinero del Narcotráfico.

"Mecanismo Alternativo para enfrentar el problema, conformar una Comisión pero termina consumiendo perfeccionar los instrumentos democráticos para la participación popular en la vida política, este es el único medio. Control político.

En América Latina no existe participación popular.

Marcial Quesada: Se debe elaborar discurso alternativo que despenalice el narcotráfico, pues la ley y el derecho juegan en un discurso oficial, monopolizado por el imperialismo, que demostró ser un fracaso histórico.

Dr. Gutiérrez: Hay que poner en evidencia la estructura del narcotráfico.

La estructura de la corrupción del contrabando solo puede combatirse con mucha democracia.

El Narcotráfico es fenómeno político.

Señor Luis Fernández:

Diagnóstico deja claro la relación del narcotráfico con la política internacional imperialista. Existen diversos escenarios de lucha: Uno es la legalización pero otro es el control político basado en los sectores populares.

Dr. Gutiérrez:

Legalización con ejercicio de poder popular funciona.

PONENCIA DE JAMES PETRAS:

A través de principios altruistas se justifica el saqueo y la explotación.

Con el fin de la Guerra Fría, lo nuevo que amenaza es el Narcotráfico.

La intersección (EE.UU.) se justifica en nombre de su propia seguridad.

En América Latina Surgen nueva ideología: Doctrina de la lucha contra el narcotráfico, para seguir principio del alto moral, ostentando su dominio.

Mientras haya demanda hay oferta y esto es problema del sistema social y político Norteamericano.

Detrás propone un nuevo colonialismo basado en la extraterritorialidad y la generalización de la ley impuesta por el imperio.

Aumento la dependencia latinoamericana a través del tema del narcotráfico. Se dirige a aumentar el poderío Norteamericano a través de las compañías transnacionales y penetrando la misma institucionalidad político militar Latinoamericano.

El nuevo imperialismo no es neocolonial, se dirige al control ejecutivo basado en la responsabilidad y la eficacia.

La Globalización es ideología.

Las ONG.s sirven para desmantelar el Estado Benefactor.

La Guerra Anti-droga es ante todo contrarrevolucionario.

El imperio desgarró el tejido social en América Latina. Se confrontan los campesinos- indoamericanos y el imperio norteamericano.

COMENTARIOS:

Importancia del ejercicio del poder político: Nuevo, de alternativas de poder.

Instrumentalización de la guerra contra las drogas, retoma el concepto de imperialismo, esto es importante.

Para América Latina es preocupante el hecho de que al final de siglo se vino cotidianamente, todo aparece diluido por eso es bueno el concepto de imperialismo.

El narcotráfico abarca más allá de los sectores campesinos. El problema es rehuir a lo lívido.

Dos visiones macro:

a) Fracaso proyecto cultural y forma de vida que sustenta nuevo modelo de acumulación.

b) Narcotráfico atenta la seguridad Nacional en el contexto del nuevo orden Mundial. Se libra la guerra en la patria extranjera. Colombia se puede balcanizar y EE.UU. intenta apropiarse de una zona para nuevo canal interoceánico (Franja Costera Occidente).

La extradición es elemento para desatar guerra en Colombia, se intenta repetir Panamá (1903 Zona para abrir el canal).

INTERVENCIÓN O PONENCIA DE MARCIAL QUESADA:

El narcotráfico constituye la primera trinchera contra el imperialismo y algunos ideológicamente se han emparentado con este (incluso sectores progresistas). Para mantener hegemonía económica y política Norteamericana.

La extradición se puede plantear en el plano conceptual, como la despenalización.



Existen aberraciones jurídicas, delitos de resultado anticipado.

Hay un excesivo moralismo, un fraude de simulación. La prohibición sirve para estigmatizar y aumentar las ganancias.

Hay que construir nuevos discursos.

El derecho sirve para promover una guerra social.

Se trata de medios racionales de control de la lúbrico, iliminando la imaginación que se gesta en la publicidad.

El discurso debe construirse en sentido inverso al oficial

COMENTARIOS:

La intervención en Panamá es el primer caso de invasión en nombre de la droga.

Debe tomarse en cuenta el problema de la dependencia, de la justicia, de la corrupción.

Dr. Alfredo Molano.

Trabajo realizado en zonas productoras de coca.

Cómo Colombia se convirtió en país productor de cocaína, marihuana y amapola?

Narcotráfico asociado al contrabando por un lado, y por otro con la contrainsurgencia.

En la Cosa Atlántica Colombiana (Sierra Nevada) y zona sur oriental, se planta marihuana a finales de los 60, plantíos de coca ambas asociadas al contrabando.

En los 60 Cuerpos de Paz, descubren en Sierrra Nevada plantíos de Marihuana y fundan colonias Hippie, en lo indígenas se conocía el consumo de Coa, algunos pilotos Norteamericanos que luchan en Vietnam se van a Colombia y le dan una mirada empresarial a la marihuana, en donde se asocian con los contrabandistas.

Le da soporte comercial a la marihuana estaban las armas, cuando se va la marihuana quedan las armas.



Buena parte de esto engrosan las armas de la guerrilla (FARC-EP).

Los campesinos se pasan al plantío de la coca por intermediación de los empresarios comerciantes. En los llanos orientales también se da el fenómeno de la coca, introducido como plantas medicinales. El tráfico de cocaína empieza antes de la producción de coca (énfasis en el comercio) en Colombia.

Los primeros plantadores de coa en esta región fueron lo ligados en la actividad de las esmeraldas (contrabando. En un momento se da una sobreproducción de coca, y los campesinos aprendieron a procesarlo para sacar base de cocaína, pero el extender los plantíos daba problemas.

Los años treinta son los de las reformas liberales, pero en los 50 los conservadores desatan la violencia para detener las reformas liberales.

Los campesinos se desplazan.

En esta época el partido Liberal organizó en la zona oriental grupos armados.

Estos grupos después van a quedarse en la zona, la colonizan.

El Partido Liberal se enfrenta a grupos ligados al comunismo en plena Guerra Fría, lo que desata la problemática.

Al ser derrotados, esta gente se moviliza a Uribe, otra a Guayabero y una tercera columna al Caguán. De estas zonas salen las FARC.EP

Se desarrolla un proceso de colonización armada, basado en productos que no resultan rentables, por lo que se dedican a vender la tierra y viven en constante desplazamiento, sin posibilidad de capitalizar.

Al aparecer la Coca se da gran discusión, sino se apoya la organización guerrillera pierde su base social, pues los campesinos necesitaban los cultivos. De acá sale la tesis de la Narco-Guerrilla. Hay una porción del occidente producido por los plantíos que la guerrilla capta, pero no necesariamente produce. En las FARCEP la apropiación del excedente es colectiva mientras en el ejército es individual, se vuelve en beneficio propio de algunos.

Los EE.UU. distinguen frentes que no pertenecen a carteles.

La Guerrilla es una fuerza de carácter político, esto abre la posibilidad diálogo.

La resolución con la indulgencia contribuye a resolver las causas de los plantíos de Coca, que van de carácter social y político.

COMENTARIOS:

El problema de la marihuana en la Sierra Nevada no disminuye por la producción en Estados Unidos.

El eje Escobar-Noriega financia la contra en Nicaragua.

Los señores de la Coca se vuelven empresarios diversificados, un nuevo tipo de capitalistas.

La indulgencia no es narco-insurgentes, esto es reducir blanco de ataque (guerra de baja intensidad. Los narcotraficantes son los principales financiadores del paramilitarismo.

El meollo es el conflicto entre el poder civil y el militar, a este se subordinan todos los problemas de Colombia.

En Colombia la policía también es brutal, hace parte de las fuerzas militares, es un criariato completo, la policía es más corrupta posiblemente que el mismo ejercicio, está más ligado al narcotráfico.

En Colombia no existe la posibilidad de oposición, la violencia tienen origen oficial.

MIEMBRO DE LA JCC - Juventud Comunista Colombiana.

JAVIER FERNÁNDEZ

Narcotráfico es negocio capitalista.

Existe doble moral, es rentable para grandes grupos financieros pero censura a los países políticos.

Estados Unidos elabora nuevos juegos en su política imperial, encierra a Colombia en su política anti-narcótica.

Existe entreguismo de poder y decisión.

Movimientos agrarios firmes ante violencia del Estado.



Vinculación con paramilitares.

Política Social desclientelizado y democrático basado en los sectores campesinos.

Debe favorecerse la participación social.

Reforma agraria sin desplazar a la población, sustitución de cultivos.

Frente de todos las organizaciones sociales y políticas para enfrentar a la contrareforma del Sr. Samper.

No es posible separar el problema del narcotráfico con el problema social y político que vive Colombia.

El conflicto de la juventud tienen que ver con la desigualdad social que coarta posibilidades de educación y desempleo.

No hay política clara del Gobierno frente a la juventud.

DOCUMENTO DE LA FARC-EP

Tres peligros:

- * Militarismo.
- * Neoliberalismo
- * Narcotráfico.

Ligados al gran capital.

Nuevas armas del capitalismo para explotar a los pueblos.

Narcotráfico no es problema fundamental de Colombia. No puede tratarse por la vía militar.

Niego relación con narcotráfico.

Especial preocupación en los jóvenes, por incremento del individualismo y del consumismo.



Concentración de la tierra íntimamente ligada al narcotráfico.

El campesino se ve obligado a plantar coca, marihuana y amapola para no morir de hambre.

Ligado a esto se dan problemas de corte ecologista, (destrucción de la selva amazónica por ejemplo).

Relación de los partidos políticos y el narcotráfico.

El lavado de dineros es capital financiero y soporte del neoliberalismo.

La supuesta guerra contra el narcotráfico es contra los campesinos más pobres.

El tema es económico-político. Políticamente el tema es manipulado por los Estados Unidos. El narcotráfico sustituye al comunismo en el plano del discurso ideológico norteamericano. contrarios a la extradición por atentar a la soberanía. La certificación es también una violación del prepotente imperio. La lucha es antiimperialista, pero además contra las cúpulas nacionales.

PONENCIA DEL DOCTOR IBARDO OREJUELA DÍAZ, Abogado Colombiano, profesor Universitario, politólogo.

Ponencia sobre la extradición: Hace un enfoque jurídico- político sobre el problema de la extradición en Colombia, anotando que su ponencia se parte de un texto listo para imprimir y que saldrá a la luz pública en Colombia.

Su exposición la plantea en nueve puntos y al final la conclusión.

1- SOBERANÍA: La explica en cuanto a la configuración nacional y la democracia política. La configuración nacional repasando históricamente la colonia y el semicolonialismo. Y en la democracia política, centrándola en el pueblo como actor. Que es indisoluble el concepto de nación y democracia en el tratamiento de la extradición como violación a la soberanía.

Que son derechos y deberes de cada estado el ser jueces naturales de sus propios coterráneos y entiende que la soberanía nacional es la subordinación política-territorial para sus conciudadanos y que el estado es el gestor veedor de las garantías a sus conciudadanos.

El estímulo a la política de la extradición viola la soberanía nacional y popular. Que los inspiradores de esta política son los Estados Unidos de Norteamérica quienes



históricamente ha demostrado la injerencia y entrometimiento en estos países y menciona la doctrina MOROE de América para los americanos, y segundo la de Teodoro Rusbell, la política del gran garrote con su célebre frase "I TOOK PANAMÁ" (yo tomé a panamá), política que busca reemplazar las conductas de las naciones por el intervencionismo unilateral de Washington y no cooperación a las Naciones Unidas.

Que la extradición ante las leyes del neoliberalismo corta la oferta pero se mantienen el mercado y que igualmente mañana se acudiría a la oferta de otras partes del mundo o a situaciones particulares de otros estados con crimen altamente organizado. Señala estudios según los cuales la mafia colombiana por llamarla de algún modo, sería ínfima frente a la mafia rusa, ante su peligrosidad y potencialidad al tener capacidad de manejo hasta de elementos de punta nuclear.

Por su parte la percepción de Washington es que hay una conspiración contra el imperio y la respuesta es de guerra preventiva como táctica igual a la empleada en Asia.

2- Tratamiento Imperial:

En este tópico hace énfasis nuevamente en que obedece a toda una política del imperio con sede en Washington, para mantener el control, dominio y hegemonía.

3- Política violatoria de los Derechos Humanos:

Que indiscutiblemente en los Estados Unidos no existen garantías procesales, ni para los colombianos, ni latinos.

Que dos convenios internacionales sobre el tema como lo son el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos de las Naciones Unidas de 1966 y el Pacto de San José de 1969, sobre el mismo tema, no han sido ratificados ninguno de los dos por los Estados Unidos de Norteamérica, quedando sin piso la garantía al debido y legítimo proceso, a la defensa, a la carga de la prueba y a controvertir la prueba. Durante su exposición el ponente hizo énfasis en casos concretos de ciudadanos colombianos juzgados por la justicia Latinoamericana. Denunció la falta de defensa al Señor Carlos Leder, relatando que de cinco testimonios valiosos para tumbar la tesis del fiscal, en sus acusaciones, el país le negó la visa de entrada a los Estados Unidos a los testigos, lo cual originó la frase del sindicato ante la corte federal "Me siento como un indio ante la corte del hombre blanco". El segundo caso es como amnistía internacional, el informe del año 1986 condena a los Estados Unidos por violación al régimen penitenciario y carcelario y concluye mencionando el nombre de Carlos Leder, a quien solo le han permitido dos horas de sol al día, y permanente en una celda subterránea, y el señor Hernán Botero, quien siempre fue

mostrado con billetes y cadenas. Que por la Señal Colombia cadena televisiva colombiana se pasó en exclusiva testimonios de cubanos renegados contra la revolución cubana que regresaron luego de haber pasado las humillaciones en cárceles norteamericanas y como testimonio llorando denunciaron las humillaciones a que fueron sometidos de los Estados Unidos de Norteamérica.

4- La Extradición irrespeta la tradición jurídica de Colombia.

Resalta que ningún tratado con validez jurídica se ha aceptado, la extradición de colombianos, que solo en el tratado de 1989 se obligó a la entrega de colombianos por nacimiento solicitados por otros países, pero que posteriormente la constitución nacional de 1991 en su artículo 35 consagró la tradición jurídica de Colombia de no permitir la entrega de ningún colombiano a otro país por solicitud.

5- La Hipocresía Norteamericana.

Sobre este tópico comienza resaltando lo expresado en este taller de como los casos de fumigaciones de cultivos de mariguana en la Sierra Nevada de Santa Marta, analiza dos aspectos:

a- La referencia de los Estados Unidos a las cárceles colombianas, a las cuales califica como de 3 estrellas. Pero son cárceles donde están internados los sindicatos de narcotráfico. En cambio los narcos y mafiosos gringos han muerto de muerte natural y no en cárceles gringas. Menciona el caso del mafioso Luqui Lusiano; que fue condecorado en ese país por servicios prestados durante la segunda guerra mundial.

b- El argumento de que el presidente de Colombia ha sido financiado por dineros provenientes de los narcos para su campaña electoral y calla sobre la implicación de asesores de la mafia norteamericana en campañas como la del presidente Richard Nilson.

6- La extradición como supuesta política de colaboración:

Se ha planteado que la extradición es política de colaboración con la justicia y la comunidad internacional, pero no, que está demostrado que es de sometimiento al imperio y se pregunta ¿Cual es la comunidad internacional?, y responde, la dice Washington. Destaca el fogoso negocio que representa para el sistema de clínicas privadas de los Estados Unidos el tratamiento de personas afectadas por el consumo de estupefacientes y que es mayor su producido en ganancias a la de la primera de las cosechas agrícolas de los Estados Unidos. Que es un aspecto económico de mucho interés y que estamos frente a un nuevo orden político mundial en el que Washington se erige como el gran gendarme del mundo.

7- El regreso a la guerra:

Que los colombianos ya vimos, y padecemos la horripilantes escenas de los años 1988 y 1990 por la aplicación y práctica de la extradición en el país, que en dos años fueros extraditados 15 colombianos sin ningún peso ni fundamento legal existente, pues no tenía validez el tratado alegado, debido a que el congreso no aprobó o refrendó la ley que ordenaba su aplicación, que la ley del 12 de diciembre de 1986 cayó por inconstitucional y a los días el 14 de diciembre el gobierno de Barco, volvió a sancionar otra ley, el 14 de diciembre, pero sin que se hubiera hecha el tramite en el congreso y la corte constitucional lo declaró ilegal. Resalta nuevamente que sin ley fueron extraditados 15 colombianos. Que se comprenda el llamado angustioso que se hace a la opinión colombiana y opinión internacional sobre el regreso de la guerra por ese concepto. Que pese a todas las represarias con valentía el ponente junto con otro grupo de ciudadanos van a abrir una casa junto a la extradición en la Ciudad de Cali y sentencia los señores no se van a dejar extraditar, observa que se conoce que están importando y manejan importante tecnología militar de punta, es decir muy desarrollada y de acabado terminal, mientras tanto se está frente a un gobierno conejero y menciona el caso del tratamiento dado al ex funcionario costarricense Guido Sibaja, además el que para los voceros del Gobierno, la extradición no era prioritaria en su agenda gubernamental y de un momento a otro la canciller y el ministro del interior presionan en las curules de los senadores, en el congreso nacional forzando para que sean aprobados los proyectos de ley sobre extradición. Una cosa dijo el ministro del interior en el discurso de clausura del congreso y en cinco meses cambio. Concluye recordando que el fin de la guerra desarrollada por el narcotráfico terminó con la política de sometimiento a la justicia y con la promulgación del artículo 35 de la actual constitución política del 91. Menciona al actual Ministro Carlos Holmes Trujillo, quien afirma que es la primera vez que la extradición se va a votar sin presión en Colombia, y que el le pregunta que diga que presión tuvo para el votar por la extradición como constituyente en el año 91 y que responda si no es presión la agenda impuesta por el gobierno Norteamericano.

8- La Extradición hace parte del Proceso de Riesgo de Baja Intensidad:

El manejo de uso de la política implementada de cuerpos especiales de manejos diplomáticos, de presión sicológica encuadrado dentro de la ofensiva que siempre ha tenido Washington como sede del imperio, contra estos países.

Que se hace entonces natural, que quien es enemigo de la extradición, es amigo de los narcos.

Relata aspectos tendientes a resaltar la intromisión en las guerras de baja

intensidad, mencionando acciones encubiertas, como el asalto al alto del portal, edificios y todos en Santa Fe de Bogotá, en 1989, que dejó como saldos 11 muertos, quedando un único sobreviviente de nombre Custodio Gaitán Maecha, quien resultó ser lugarteniente de Gonzalo Rodríguez Gacha, jefe del palitarismo, narcotraficantes de drogas y de control de esmeraldas, y menciona a un personaje de nombre Claudio Rompert quien trabajó como comandante del frente sur de Panamá, que dirigió personalmente el operativo al asalto del alto del portal, el cual fue pagado personalmente por Gonzalo Rodríguez Gacha, que el mismo Claudio Rompert, fue el asesor de seguridad del presidente Busch, cuando este viajó a Cartagena de Indias, corría el rumor que Claudio Escobar lo iba a matar y ese mismo Claudio es el de ese equipo de seguridad, es el mismo que posterior a la muerte de Gonzalo Rodríguez Gacha, da a conocer públicamente que el fue el que dirigió la operación para causarle su muerte, desmintiendo así la versión de que había sido el cuerpo élite de la policía nacional de Colombia. Que el tratado de 1979, entre Estados Unidos y Colombia, sale a la luz como respuesta de Torbay quien venía siendo vinculado con los intereses de los narcos, y fue el inspirador del represivo estatuto de seguridad del país, Syrus Vans y Virgilio Barco en Washington firman ese tratado y lo sancionó el ministro de Legatario Zea por lo cual se violó la ley y cayó por vicios de forma, pues debía sancionarlo el presidente titular, Torbay. Que sin embargo el exprocurador Carlos Jiménez Gómez, presentó demanda por normas de contenido y no solo de forma de la violación de la ley y contra los derechos fundamentales. Menciona el artículo 93 de la constitución nacional sobre el debate si un convenio internacional prima sobre un convenio legal constitucional.

9- La Convención de Viena, sobre el tráfico de Narcóticos.

Toca el tema de extradición, alude a la ley 67 de agosto de 1993 para adherir a la convención de Viena y que por tanto Colombia hizo reserva del artículo de la Convención definiendo que Colombia no enviaría a nacionales en extradición.

Que un segundo país que hizo la reserva fue los Estados Unidos de Norteamérica acorde su constitución política con el conocimiento de la convención. Que pasado dos años para impugnar la reserva, la señora procuradora de los Estados Unidos, solicita la extradición de los 4 colombianos. La cual no tienen ningún fundamento legal.

CONCLUSIONES DE ESTA PONENCIA:

a- Pedimos a los colombianos y centroamericanos ser receptivos por el impulso de un Movimiento Nacional por la soberanía.

b- Un pronunciamiento en que la petición de no extradición es un derecho que asiste a toda persona como conciudadano.

c- Que va a ir una comisión de abogados impulsada por el ponente, al encuentro de Guatemala para que se pronuncie sobre el respeto a la soberanía y la dictadura judicial que impera en el país.

Por último se pasó a una sesión de preguntas en que el asistente se captaron en Costa Rica no se puede extraditar nacionales Costarricenses, ni tampoco los nacionalizados, haciendo comparación con la norma Colombiana, de que no pueden ser extraditados, son los colombianos por nacimiento. En Costa Rica la Ley de extradición se hizo para que encajara dentro de la situación de Robert Vesco, afin de que por sus intereses no fuera extraditado de Costa Rica, que por eso se le conoce como la "Ley Vesco".

Que los organismos internacionales están presionando para el cambio de leyes en la Asamblea Legislativa, porque lo pide el fondo monetario Internacional. Que eso configura sedición y atentado contra la soberanía y los diputados Costarricenses no los deben aceptar.

Que en Costa Rica se presentó un gran precedente al suspender la corte constitucional el tratado existente entre Estados Unidos y Costa Rica, una vez conocida se hizo la decisión de la Corte Suprema de Justicia, de extraterritorialidad de los jueces de los Estados Unidos para seguir investigaciones por delitos contra nacionales, estadounidenses, cometidos en cualquier parte del mundo.

Se analizó los acuerdos de razonamiento en cuanto a las críticas contra la extradición, se resaltó que existen apremios legales y sentimentales frente a los desmanes de los jefes del narcotráfico que han movilizado la conciencia nacional ante tantos crímenes.

Que la extradición busca también un replantamiento del ejercicio de la justicia; promulgación de leyes y normas para garantía de aplicaciones de los derechos humanos de la población carcelaria, mejor imagen del sistema carcelario ante la comunidad internacional. Resaltar la eficacia de la justicia colombiana al tener bajo rejas a todos los llamados capos o grandes jefes de la droga. La propuesta de explorar posibilidades alternativas de una fiscalización o control internacional al régimen observación, manejo y control del sistema carcelario colombiano con predominio del respeto de los derechos humanos.

Por último se destacó ante preguntas de los participantes que pese a que están presos los grandes jefes del narcotráfico, y supuestamente desmembrada dentro de la infraestructura del narcotráfico de los carteres más poderosos, el consumo de la droga de los Estados Unidos de Norteamérica, no disminuido y los precios de la droga no se ha elevado echando por tierra la táctica de la DEA, de reprimir para

lograr aumento del valor de la droga y así evitar el acceso a ella de grandes grupos de población. Se especuló en que era inesplicable hasta el momento en que leyes o procedimientos económicos se basaba tal comportamiento. Se especuló con la hipótesis de que bien podría ser que debido a la represión los productores hicieran un mejor esfuerzo en mantener la cantidad y mejorar la calidad del producto o en segundo lugar que las grandes y voluminosas cantidades de drogas sean nuevamente puestas en circulación para su consumo para otros medios. Así concluyó la sesión de la mañana del día 19 de Julio de 1997.

RECOMENDACIONES

El fenómeno del Narcotráfico es un fenómeno político y social que debe ser atacado en su base misma:

1- El consumo y la producción, garantizando las condiciones de desarrollo y justicia social que posibiliten grandes transformaciones políticas, económicas y sociales, que tengan como resultado sociedades equilibradas.

2- Las soluciones a este fenómeno deben ser de carácter político, concertadas y no soluciones represivas que militaricen las medidas de prevención y solución del problema del narcotráfico.

3- Cada nación estado debe crear las condiciones de justicia que le garantice a sus ciudadanos la seguridad y dignidad que les permita realizar los derechos fundamentales, tanto como el desarrollo y la ejecución de los mecanismos de sanción propios

TRAFICANTES DE

MISTERIOS

ANÁLISIS DEL NARCOTRAFICO

MARCIAL QUESADA SOLIS

TABLA DE CONTENIDO

Introducción

I. El problema del tráfico de drogas

II. Evolución histórica



A. La Guerra del Opio

B. La coca en el mundo

C. De vuelta a la ilegalidad

III. Determinación de algunos problemas generales

A. La relación drogas-salud

B. La corrupción

C. La doble moral

D. La despenalización regulada

Cuando se han corrompido los principios de gobierno, las mejores leyes se hacen malas y se vuelven contra el Estado; cuando los principios se mantienen sanos aún las leyes malas hacen el efecto de las buenas.

Montesquieu

Introducción

El sentido común, los medios de información y la opinión pública insisten en la necesidad de plantear un análisis serio, veraz y objetivo acerca del problema de las drogas; pero, inexplicablemente, la discusión apenas empieza en el mundo. Para ello, es necesario enfrentar la realidad partiendo de su propia dinámica y distinguir sus principales manifestaciones fácticas, como fenómeno histórico-social. En consecuencia, la división entre drogas legales e ilegales, pierde su lugar de privilegio en la consideración metodológica y adquiere su valor relativo en el contexto de los demás factores implicados. Deja así de ser la premisa mayor que consume los esfuerzos analíticos hasta ahora emprendidos en nuestro medio.

Para lograr un enfoque sereno del asunto consideramos que es indispensable la superación de la dicotomía entre las drogas lícitas e ilícitas. Este criterio, que constituye la esencia del problema en el campo jurídico, es artificial y no corresponde con la realidad concreta, que enfrentan los seres humanos en su vida cotidiana. En efecto, el despliegue de este artificio jurídico mediante su análisis, nos conduce a un razonamiento circular, que incide gravemente en la captación e interpretación del fenómeno.

Por el contrario, el enfoque global, que enriquece el análisis con la perspectiva interdisciplinaria, constituye una herramienta conceptual idónea para el acercamiento científico al fenómeno del narcotráfico. Ello debido, no sólo a sus características totalizante, sino, principalmente, porque permite reflejar la compleja dinámica de su desarrollo fáctico, comprender su lógica interna y evaluar su verdadera dimensión social.

Desde este punto de vista, no puede causar sorpresa el hecho que, mientras se estimula y promueve masivamente el consumo de ciertas drogas, se combata, en forma un tanto desigual y no de manera eficaz, el consumo de otras drogas, calificadas como prohibidas e ilegales. Ello no se debe a la naturaleza, calidad o consecuencias, ya que en esto no existen verdaderas diferencias, sino que se debe a razones un tanto oscuras y teñidas con tintes moralizantes.

Existe un fondo de incoherencia en el actual planteamiento oficial por cuanto las drogas que más se consumen y más daño causan a la salud pública son las llamadas drogas legales.

Nos encontramos ante una doble moral que limita y tergiversa la discusión, al partirse de una premisa falsa: drogas legales e ilegales, que como repetimos es propio del campo jurídico pero no del campo sociológico, dada la existencia de un consumo-negocio tan lucrativo, en tratándose de las mismas consideradas en forma genérica, que sólo las armas lo superan en el plano mundial.

Por eso, dada la magnitud del negocio, resulta una quijotada el pretender ocultarlo y desconocer la realidad social subyacente enfrentándolo, mediante la represión cuando lo cierto es que estamos ante un problema de salud pública, verdad manifiesta.

Un poco de glasnost sería saludable, más que quemar de herejes en la hoguera.

Se impone entonces un nuevo enfoque de conjunto que permita captar la realidad de manera integral y no en forma "compartimentada" o deformada por prejuicios o carencia de objetividad, que vea en la educación y en la verdad el método idóneo de enfrentar el fenómeno.

La televisión y los medios de comunicación social están llamados a jugar un papel de primer orden, por ser los más influyentes en la formación de las mentes de nuestros jóvenes y adultos, tanto o más que la educación institucionalizada, o la influencia de la familia, que se toman como mampara para eludir la responsabilidad de aquéllos; una especie de mecanismo psicológico de huida del mundo; de defensa.

Actualmente el narcotráfico es como un río desbordado, con cuyo dinero se compran voluntades aquí y allá. La corrupción inherente a un negocio ilegal; el llamado "lavado de dinero" o legalización de capitales se pueden combatir-controlar mediante métodos racionales.

Se deben enfrentar los fenómenos sociales partiendo de su insoslayable existencia y no luchando contra molinos de viento.

La realidad hay que enfrentarla; no se le puede rehuir. Está aquí presente y debe aceptarse y modificarse en la medida de lo posible. El método practicado hasta el momento ha demostrado históricamente ser ineficaz, como sucedió con la Ley seca o prohibición en la década de los veinte en Estados Unidos de América.

Estamos convencidos en la imperiosa necesidad de comenzar o proseguir con mayor interés el debate en torno a la despenalización del tráfico y consumo de las drogas ilícitas:

No se trata de una capitulación ante los traficantes, sino en todo caso de una forma de sacarlos del negocio. No es una aprobación de su uso, sino un reconocimiento de los derechos de los...adultos en elegir por sí mismos. No es un rechazo al "sólo dí no" sino más bien una solicitud al gobierno a fin de que proporcione asistencia y alicientes, no apenas criminales, en apoyo del no.

I. El problema del tráfico de drogas

La historia demuestra que la llamada Prohibición o ley seca, vigente en los Estados Unidos de América desde el año 1919 al año 1933, como experiencia psicosocial de control social, fue un fracaso: no logró solucionar, sino más bien agravar, el fenómeno sociológico en sus tres principales facetas: el moral, el económico y el de la salud pública, como se puede constatar en la realidad, dado el alto consumo de alcohol y tabaco como legales.

Para analizar el fenómeno aludido resulta impostergable hacer referencia al enorme poder económico que representa en el mundo actual tanto el tráfico de drogas legales como el de las ilícitas, y su consecuencia inmediata: el "lavado de dinero" o legalización de capitales.

Baste recordar que ocupa el segundo lugar en el comercio mundial, mencionándose cifras del orden de \$600.000 millones anuales, siendo superado únicamente por el comercio de armas.

El núcleo del problema lo constituye la existencia de la ley prohibitiva o "ley seca

pluralista", para adecuar su nombre a nuestros días, la cual se ha constituido en la mejor aliada del narcotráfico, igual que ayer, por cuanto es un factor esencial en la determinación del precio y, en consecuencias de las ganancias producto de su tráfico: así se resume la hipótesis fundamental de este estudio.

Ese origen ilícito de tan gran cantidad de dinero trae aparejadas otras dos consecuencias: corrupción y doble moral, además de la estigmatización de naciones enteras:

Colombia no puede seguir siendo estigmatizada por un problema que no es suyo, sino básicamente de consumidores obsesionados en mantener la prohibición de las drogas mientras comercian ampliamente con el alcohol, tabaco, armas y precursores químicos. O que bloquean nuestras materias primas y nuestros productos lícitos de exportación.

Tal es la forma lapidaria con la cual Pedro Pablo Camacho termina el prólogo del editor del libro La legalización de la droga.

En resumen: debemos hacer uso de la ley en sentido negativo en lugar de su uso en sentido positivo, conforme sucede en nuestros días, por medio de la despenalización regulada.

Avanzando en la exposición, el capítulo segundo se dedica al análisis de la evolución histórica del fenómeno del narcotráfico. Para ello, se refiere someramente el proceso que inicia con la guerra del opio y finaliza con la guerra contra las drogas de nuestros días.

En el capítulo tercero, se definen los enfoques complementarios que permiten el abordaje interdisciplinario del fenómeno del narcotráfico. De acuerdo con ello, la problemática es tratada en los aspectos psicológico, legal, económico, moral y de la salud pública. Presentemos brevemente cada uno de ellos:

1) ASPECTOS PSICOLÓGICOS: la disonancia cognoscitiva como obstáculo para conocer, interpretar y transformar la realidad.

¿Ha conducido el narcotráfico, como se le interpreta actualmente, a un estado de disonancia cognoscitiva en el plano social, que bloquea la búsqueda de una distinta manera de solucionar el problema? ¿Ha conducido ella a un estado de falta de control de la realidad social por carencia de instrumentos conceptuales nuevos? ¿Responde lo dicho a una carencia de creatividad producto de un gran dogmatismo? Por el contrario, ¿conduce la prohibición a una deformación-manipulación de la libido?



2) ASPECTOS LEGALES: reducir el ámbito de aplicación de la acción penal por medio de la despenalización regulada, como una manera de desbloquear la actividad del Poder Judicial.

Reforzamiento de la libertad individual dentro del marco de régimen constitucional liberal.

Derecho Penal retomado como fue ideado originalmente: como última ratio y no como única ratio. En tal medida, darle mayor contenido al principio del Debido Proceso.

Reducción de la violencia social, de la impunidad, de la ilegitimidad del Derecho Penal y de la inseguridad ciudadana.

Liberación de recursos policiales y judiciales, los cuales se podrían canalizar hacia fines más importantes como la protección del medio ambiente.

3) ASPECTOS DE SALUD PUBLICA: mejoramiento de la salud moral y física de los individuos, mediante el control de calidad.

Prohibición de la propaganda comercial de licores y cigarrillos.

4) ASPECTOS ECONÓMICO MORALES: Forma de combate eficaz contra la corrupción, yendo a sus fuentes más sensibles: control del negocio mediante la transparencia, evitando la hiperinflación de precios y ganancias, y lográndose el respectivo pago de impuestos y patentes.

Para desarrollar los aspectos ut supra, parto de la siguiente hipótesis: Si la legalización del tráfico de las drogas ilegales resuelve los problemas generales señalados, entonces constituye el mejor mecanismo para controlar (o combatir, según el concepto o enfoque que se le dé al fenómeno) dicha situación psicosocial (por ello deben derogarse las leyes prohibitivas y regularse en debida forma el negocio).

La solución o consecuencia lógica de la legalización implicaría un debido pago de impuestos; un debido control de calidad; una mejora en la salud psicosocial evitando la manipulación comercial de la libido y a su vez provocando un desbloqueo mental que permita "ver la verdad a los ojos", como dice el ilustre filósofo Adam Schaff. Finalmente implicaría un mejor control de los hechos punibles, así como la evitación de su creación legal, factor criminógeno originado en la propia ley.

II. Evolución histórica

La guerra contra las drogas no es sino un capítulo más de la historia general de la estupidez humana. Así como reclamamos la libertad de pensamiento, para elegir nuestras lecturas o la película que deseamos ver, es decir, así como tenemos derecho a meter en nuestras mentes lo que queramos, también tenemos el derecho a elegir nuestros alimentos y otras sustancias que queramos meter en nuestros cuerpos. Los controles contemporáneos contra la droga, en lugar de estar basados en consideraciones objetivas (técnicas, científicas), más bien se parecen a las prohibiciones rituales, que descansan en consideraciones religiosas, políticas o sociales. Cualquiera que reflexione al respecto debe comprender que nuestras drogas culturalmente aceptadas en particular el alcohol, el tabaco y los remedios que alteran la mente constituyen una amenaza mayor y causan mucho más daño demostrable que las drogas prohibidas.

Thomas Szasz

Empiezo con esta cita, para ubicar desde el principio el tipo de enfoque que le haremos al fenómeno del narcotráfico, toda vez que partimos de la premisa de que el mismo está rodeado de todo un misterio; producto del deseo de manipular a las masas, deseo consciente o inconsciente pero en todo caso muy lucrativo, tanto en el plano ideológico como en el económico. O en ambos como se ha demostrado en el caso Irán Contras durante la guerra contra los sandinistas, en las décadas de 1980 y 1990; un verdadero fraude de simulación, que ha dado su aporte en el dominio que sufren los países tercermundistas y en la creación de una economía similar a la vida de un farmacodependiente: no se puede vivir sin ella (la droga o los préstamos y programas de ajuste estructural) pero tampoco se puede hacer con ella, al decir de Stavenhagen.

Cuanto mayor sea la deuda de los países en desarrollo y más severas las medidas económicas y políticas de la banca y del Fondo Monetario Internacional, mayor y más rápida será la reorientación de la capacidad agrícola y de los recursos financieros hacia la producción y exportación de drogas hacia los países acreedores en que existe demanda...

A. La Guerra del Opio

Se desarrolló a finales del siglo XVIII, producto de la Revolución Industrial, período durante el cual Gran Bretaña en su comercio con la India y China, "... consiguió el monopolio de la distribución del opio en la India e instó a los pobladores que tenía bajo su control para que cultivaran la amapola del opio..."

Como consecuencia del deseo inglés por imponer la legalización del consumo y el

comercio del opio en China se desató la Primera Guerra del opio durante los años 1839-1842. En 1856 estalla la Segunda Guerra del Opio, logrando Inglaterra, Francia, Rusia y Estados Unidos, mediante las "Tratados de Tienstin", suscritos dos años después e impuestos a China, que buscaban legalizar la importación, la comercialización y el consumo del opio.

En 1859 la guerra se reanuda y concluye con las Convenciones de Pekín, en 1860, con imposiciones similares sobre China, año en que la coca es cristalizada por primera vez en Alemania.

B. La coca en el mundo

Desde la cultura de los tiahuanacos de Bolivia, cuatro siglos antes de nuestra era, se ha comprobado la presencia de la hoja de coca; otro tanto sucedió con las culturas precolombinas encontradas por los primeros exploradores españoles en Costa Rica y en Colombia, con los Quechuas en Bolivia y los Incas en Perú. Posteriormente, extendiéndose a Europa y a Estados Unidos de América, en donde era consumida socialmente hasta por "...el Presidente de los Estados Unidos, Mc Kinley, Tomas Alva Edison y el Papa León XIII". La difusión de la coca se extendió al uso farmacopédico: "La casa Merck de Alemania elaboraba tabletas, elíxires, jarabes, etc., así como una competidora norteamericana, la Parke and Davis, que incluso lanzó al mercado cigarrillos de hoja de coca y, en 1885, publicó una monografía para médicos sobres sus virtudes".

Aparte de la coca, los trabajadores chinos traen consigo a Estados Unidos el hábito de fumar opio, el cual comienza a ser cultivado e importado a dicho país durante el siglo XIX. Además se comercializa la morfina y la heroína: "...las han publicado y difundido, provocando una demanda hasta entonces desconocida".

C. De vuelta a la ilegalidad

A raíz de la derrota de Alemania en la Primera Guerra Mundial, el gobierno norteamericano, por motivos más políticos y económicos que morales e higiénicos, hace introducir en los Tratados de Versalles de 1919 una cláusula por la cual los laboratorios alemanes deben renunciar a la libre venta al público de drogas sicotrópicos.

Ello provoca un creciente tráfico clandestino, el cual se mantiene hasta nuestros días como es público y notorio, al menos para consumidores que no lo requieran médicamente sino por placer.

En 1925 se suscribe la Segunda Convención Internacional del Opio, durante la primera Asamblea de la Liga de las Naciones, que pretendía regular el comercio de

las drogas ahora ilícitas, pero únicamente para fines médicos y científicos, y en el año 1961 la Asamblea General de las Naciones Unidas aprueba la Convención Unica de Viena, cuya introducción indica:

Las partes,

Preocupadas por la salud física y moral de la humanidad.

Reconocimiento que el uso medio de los estupefacientes continuará siendo indispensable para mitigar el dolor y que deben adoptarse las medidas necesarias para garantizar la disponibilidad de estupefacientes con tal fin.

Reconocimiento que la toxicomanía constituye un mal grave para el individuo y entraña un peligro social y económico para la humanidad.

Conscientes de su obligación de prevenir y combatir ese mal.

Considerando que para ser eficaces las medidas contra el uso indebido de estupefacientes se hace necesaria una acción concertada y universal.

Estimando que esa acción universal exige una cooperación internacional orientada por principios idénticos y objetivos comunes...

Velar por la salud física y moral de la humanidad, considerar que la toxicomanía constituye un mal grave para el individuo e implica un peligro social y económico para la humanidad, todo lo cual amerita una acción concertada y universal, guiada por principios idénticos y objetivos comunes, representan los rasgos fundamentales de dicha declaración y cuerpo normativo, el cual entremezcla cuestiones físicas con las morales que constituyen una alegoría con alto contenido moralista, aspecto este último que en nuestro criterio marca la "guerra contra las drogas", dando origen a la totalmente vigente en nuestros días doble moral, una de las peores aberraciones del mundo contemporáneo y encubridora del negocio de las armas y de las drogas, renglones prioritarios del comercio mundial actual.

Desde entonces se continúa con una "guerra de baja intensidad" (como dice Rosa del Olmo) en la cruzada contra el mal, por cuanto la existencia del comunismo se erigió en el principal enemigo de los empresarios morales de turno, hasta su caída en 1989.

Entonces el "Departamento de Estado y el Pentágono... al quedarse de pronto sin enemigo, estuvieron al borde del infarto económico militar. ¿Qué hacer con la poderosa industria de armamentos en un sorprendente mundo que pretendía

despojarse del odio? El mago capitalista extrajo de su galera el problema del narcotráfico (después de todo, Estados Unidos consume el 80% de la droga que se produce en el mundo), pero pronto advirtió que, ante tan sutil entramado clandestino, no eran aplicables tanques, misiles, armas químicas, submarinos atómicos, etcétera. Fue entonces que, como por ensalmo, apareció Saddam Hussein, con su ex abrupto consumado..."

La guerra contra las drogas, que se había intensificado desde finales de los años 70, continúa su marcha, convirtiéndose en el gran sustituto del comunismo, cual nuevo fantasma que recorre el mundo. Y así, bajo las riendas del naciente "gobierno mundial", en la era de globalización de la economía y bajo el gran alero del neoliberalismo y bajo la cobertura totalizante de los medios de comunicación mundiales, se instaura una nueva especie de "animalismo", con las características enunciadas con gran sarcasmo por George Orwell en su obra La granja de los animales.

A pesar del ciclo de fuerte represión que se inició a nivel mundial como consecuencia de la declaratoria de la "guerra contra las drogas" por parte del Gobierno de los Estados Unidos durante la administración Reagan-Bush, los porcentajes de droga incautada, de cultivos destruidos y de narcotraficantes capturados, no alcanzan a ser significativos, si se tiene en cuenta los volúmenes de droga producida, el número de hectáreas cultivadas o la cantidad de

III. Determinación de algunos problemas generales

Cogitationis poenam nemo patitur

Ulpiano

A. La relación drogas-salud

Como lo indica Cohen, líneas atrás, la falta de precauciones higiénicas, producto de la ilegalidad, constituye un factor importante en lo atinente al aspecto que ahora desarrollamos. El autor agrega lo siguiente:

También el alcoholismo crónico y el barbiturismo pueden ser más peligrosas que el consumo habitual de opio. En los enfermos con dolores rebeldes tratados durante que el consumo habitual de opio. En los enfermos con dolores rebeldes tratados durante años con opiáceos como la morfina o sus derivados, rara vez se advierten efectos nocivos atribuibles al estupefaciente, siempre y cuando este se administre con los cuidados necesarios.

Es harto conocido que el alcoholismo es una enfermedad que provoca desastres en



muchos países.

El consumo de bebidas alcohólicas por parte de la población joven de E.U. se ha convertido en un problema mayor que el causado por las drogas y ha obligado al Gobierno a pedir una drástica reducción de la publicidad de esos productos", publicidad que implica más de dos mil millones de dólares en esa nación..

Según un estudio de salud publicado en la revista mensual internacional "Selecciones del Reader's Digest", las compañías norteamericanas promueven el tabaquismo infantil en el Tercer Mundo como una manera de contrarrestar la merma de su consumo en los propios Estados Unidos: "Compañías como la Philip Morris y la R.J. Reynolds están utilizando tácticas de mercadotecnia consideradas "espeluznantes" por medios, pedagogos y psicólogos", reza un cable publicado en el periódico Esta Semana. Estos países en desarrollo son especialmente vulnerables por la falta de información acerca de las enfermedades como el cáncer y la arteriosclerosis provocadas por esta adicción, y por la falta de campañas contra su uso.

Las leyes contra el fumado se han extendido en muchos países. Sin embargo se extiende el tabaquismo, el cual "...alcanza proporciones y características de epidemia mundial..", según advirtieron expertos reunidos en San José de Costa Rica, en la Novena Reunión Latinoamericana sobre el Control del Tabaquismo. Se acotó en la misma que "...el negocio publicitario de las compañías del tabaco en Costa Rica asciende a los 500 millones de colones".

Repetidamente se ha mencionado que el alcohol es la puerta de entrada a otras drogas, como lo informa el Dr. Eliseo Valverde Monge en un artículo que publicara en La Prensa Libre del 13 de octubre de 1992:

Por lo general, la puerta de entrada a toda una tragedia, es el alcohol que hoy día se riega irresponsablemente a la juventud muchas veces con consentimiento de padres y educadores. Tratemos de vivir mejores y más años.

Toda la propaganda comercial que se derrocha por los medios de información junto a la violencia y pornografía, constituye una gran incoherencia en la historia oficial. "El lado maldito de la TV", le llama el periodista José María Penabad López ; en otro artículo suscrito por el señor Luis Montoya en La República del 6 de abril de 1989 se hace hincapié en el fenómeno de la intromisión televisiva y sus grandes secuelas, para bien o para mal, según el mensaje. Sin embargo el autor más se refiere a la forma:

Como se sabe, con el desarrollo del lenguaje, la reflexión verbal comienza a jugar un papel cada vez más importante en la adquisición de conocimientos. En tanto que



la reflexión no verbal va dejando, gradualmente, de ser la principal fuente de adquisiciones cognoscitivas.

Cada vez que necesitamos de palabras, de símbolos o de organizaciones lógicas, recurrimos al pensamiento verbal. Se trata, aquí, de funciones propias del hemisferio izquierdo. El consumo de televisión, al ser una experiencia visual no verbal, en función privilegiada del hemisferio derecho, cada uno de nosotros ha podido constatar cómo el consumo de la TV exige un escaso esfuerzo intelectual.

Y, como para cerrar con broche de oro, el Dr. Juan José Sobrado, comenta como

Es la frecuencia, el sentido, la intensidad, la dimensión, la intención, la explotación comercial como objeto de consumo, lo que hace profundamente distinta y dañina a la violencia que exhiben los medios televisivos. Al igual que con el sexo -otro gran tema de la vida humana- su trato por el arte o la narración, respecto de la pornografía, es muy distinta la violencia como objeto de circo y de mercado.

He referido lo expuesto para poner énfasis en la necesidad, en aras de un mejoramiento de la salud pública, tanto física como moral, de prohibir la propaganda comercial de licores y cigarrillo como forma de evitar el fomento irracional de su consumo, si se quiere ser consecuente con la guerra a las drogas, o su control más propiamente.

Para finalizar, el mismo tratamiento debe brindársele el fenómeno del aborto en una sociedad abortiva por sus condiciones materiales, como bien bautiza a las nuestras Yadira Calvo.

B. La corrupción

Como le hemos indicado desde el inicio del presente trabajo, el comercio de drogas en el plano mundial representa el segundo renglón, después de las armas. Sin embargo no debe olvidarse que ambas se entrelazan de manera simbiótica, no obstante la contraria apariencia simulada en forma consciente o inconsciente.

Informes de la guerra civil de Afganistán refieren cómo el negocio del opio floreció al amparo de la misma:

Kabul. Desde siempre los campesinos afganos han cosechado cantidades enormes de opio, suficientes para abastecer la mayoría de la demanda en Europa y para introducir miles de jóvenes a la drogadicción. Sin embargo, ellos utilizan tradicionalmente la pasta de opio para curar todo tipo de enfermedades.

En el transcurso de la guerra los campesinos cosecharon cantidades récord de opio, suficientes para abastecer el 80% de la demanda en Europa.

No debe olvidarse que Centro América se convirtió en plataforma hacia Estados Unidos y Europa, en el transporte de la cocaína producida en América del Sur, durante la guerra contra el gobierno sandinista de Nicaragua.

Distintas cifras se han mencionado, todas dudosas dada la falta de transparencia, pero sí indudablemente indicativas de su magnitud, acerca del comercio mundial de las drogas ilícitas:

a) Trescientos mil millones de dólares al año y cien mil millones de dólares en Estados Unidos, según la Agencia Norteamericana contra las Drogas (DEA).

b) Seiscientos mil millones de dólares se señala en un cable de la agencia EPS, correspondientes al año 1990, de los cuales ciento cincuenta mil millones de dólares se generaron en el mercado de Estados Unidos. Cifras correspondientes a ganancias. En el mismo cable se indica que hay en Estados Unidos 30 millones de drogadictos y que se consumen anualmente diez mil toneladas de marihuana y cien toneladas de cocaína.

c) Quinientos mil millones de dólares se "blanquean" al año en el mundo, de acuerdo con un informe del Consejo de Seguridad y Defensa de Estados Unidos titulado "El imperio subterráneo". Cifra comparable con los ingresos brutos de las siete empresas más grandes del mundo (General Motors, Exxon, Shell, Mobil, British Petroleum, Ford e IBM). En Estados Unidos se "lavan " con éxito unos trescientos mil millones de dólares al año, según la revista Business Week, situación que se agravaría con la puesta en marcha del Tratado de Libre Comercio (TLC) entre Estados Unidos, Canadá y México.

Y en otro orden de ideas, se sitúa una cifra que sobrepasa las cien mil personas asesinadas en Colombia durante los últimos cuatro años, producto del narcotráfico, los grupos paramilitares y la guerrilla, de acuerdo con un cable de la AFP publicado en La República del 3 de mayo de 1994.

Valga agregar que la negligencia policial en operativos antidrogas ha salido a la luz pública, como el caso publicado en La República en su edición del 3 de abril de 1993, en el que "... y producto de una descoordinación, el Tribunal de la Inspección Judicial deja entrever que, por la actuación de los miembros del OIJ de Nicoya, se descuida la vigilancia de la casa de la playa en Carrillo, lo cual permitió la movilización de aproximadamente trescientos kilos de la droga".

Según otro informe referente al mismo trasiego de 275 kilos de cocaína durante

operativo conjunto DEA-OIJ, el gobierno de Costa Rica pidió explicación a la DEA en los siguientes términos:

El propio Fishman confirmó anoche que remitió una carta al DEA y al OIJ, con el fin de que se den explicaciones de la entrega vigilada de los 275 kilos del narcótico, acción en que participaron ambas policías. Transcendió que en esa misiva se pedían detalles sobre la supuesta desaparición de una cantidad similar de droga, lo cual se habría producido durante el operativo.

En el periódico La Nación del 31 de agosto de 1994, se involucra a oficiales del OIJ en el trasiego de cocaína decomisada, asunto relacionado con la muerte por decapitación del señor Ciro Monge Mena en los alrededores del Túnel Zurquí, carretera a Guápiles.

En el mismo periódico del 9 de setiembre de 1994, se hace un recuento de los supuestos nexos entre algunos oficiales del OIJ con el narcotráfico: 5 de setiembre de 1994 en la Delegación de Puntarenas, 29 de mayo de 1993 en la Delegación del OIJ en Limón.

Es obvio que se requiere buscar alternativas a la prohibición, como solución al gran atractivo que representan las altísimas ganancias del negocio de las drogas, legales e ilegales, mediante la transparencia económica. Es la mejor forma de desinflar el negocio, sometiéndolo al control de la ley y así evitando que bajo su ropaje se alimenten los buscadores de dinero fácil, cuya fuente principal radica en el "misterio" del placer, en el "misterio" del erotismo insoslayable y manipulado del ser humano.

El pago de patentes e impuestos constituiría una de las consecuencias de la legalización del comercio de las drogas ilícitas, con lo que se le daría mayor contenido al principio constitucional de igualdad ante la ley. Realmente es increíble que el segundo rubro del comercio mundial esté exento de dicho pago. ¿Por qué tal privilegio?

C. La doble moral

La maraña de intereses económicos e ideológicos que implica el negocio de las drogas ilícitas (y de las lícitas) ha conducido a la doble moral, pues mientras se rechazan las primeras, se promueve por medio de los medios de información el consumo de las segundas, unido al consumismo alucinante de la sociedad capitalista actual. No en balde se acepta que este último representa la "droga infernal":

La droga infernal, maldita y madre de todas las drogas, en la repetida ideología-

mito y magia, que proclama la felicidad a la que todos tenemos derecho, sin que importe lo moral, lo justo y la verdad. Una ideología que está terminando con la amistad y el amor, para lanzar al hombre en el desenfreno del poder y del tener, no importa el costo que se haya de pagar.

Es una droga intelectual, una utopía de ensueño y ambición, llena de luces y cantos; de color y sonido...

¡Al servicio de la droga maldita le hemos puesto la más grande tecnología, arte, ciencia e inteligencia, que jamás pudo soñar el mundo! La radio, el cine, la televisión, la prensa, el teatro, la música, la pintura, el discurso político... Todo ello no es más que el aparato inmenso de una publicidad sin limitaciones y sin fronteras, que nos habla de una vida humana sobre la tierra, que se ha de vivir única y exclusivamente, en aras del placer de tener poder y dinero...

El resultado es la manipulación del deseo sobre estimulando el apetito sexual, la violencia y la ingestión de drogas por medio de la propaganda comercial que instiga el consumismo desbordado, no importa que ello sea a costa del ozono y de la contaminación del planeta; de la destrucción de sus bosques y de su agua. Y todo en el nombre de la droga, cuya prohibición pretende desconocer actitudes que, según algunos, son parte de instintos del hombre y de los animales.

En efecto, de acuerdo con Ronald Siegel, psicofarmacólogo norteamericano que enseña en la Universidad de California, en un libro por él escrito titulado Intoxicación: la vida en busca del paraíso artificial, refiere que el uso de sustancias estupefacientes "es parte de nuestra naturaleza". Afirma que las raíces del moderno consumo de drogas se remontan a 135 millones de años atrás, cuando en el período Cretácico las plantas angiospermas comenzaron a producir sustancias tóxicas para defenderse de los animales herbívoros.

Ovejas atrapadas por los alucinógenos en las montañas de Canadá, cabras y caballos en delirio en el desierto de Texas, bandadas de cardenales enloquecidos por una sobredosis de pelotitas de plantas estupefacientes... hombres y animales son impulsados al consumo de drogas por una fuerza interna tan elemental y universal como el deseo de alimento y el instinto sexual.

En dicho periódico de fecha 15 de setiembre del mismo año se señala por qué el agotamiento es placentero. Se afirma que después de treinta minutos de ejercicios agotadores se goza del placer que se deriva de la relajación de los músculos, y que el cuerpo es invadido por una sensación de placidez, serenidad y ganas de vivir, producto de una hormona producida por el cuerpo humano llamada beta-endorfina, que actúa como sedativo. "La endorfina parece controlar, al menor parcialmente, el efecto de la hormona epinefrina, el acelerador bioquímico que entra en acción a

medida que aumenta el agotamiento", acota el profesor de fisiología de la Universidad Estatal de Pensilvania Peter Farrell.

En el suplemento "Revista" del periódico Esta Semana, aparecen varios artículos de sendos antropólogos acerca de la función de las hormonas cerebrales en el amor. Se afirma en uno suscrito por Anastasia Toufexis lo siguiente: "El cerebro es estimulado por la feniletilamida y posiblemente también por la dopamina y la norepinefrina, todas anfetaminas naturales. Estas producen sentimientos de euforia y placer. Esta etapa puede durar de dos a tres años y luego va desvaneciéndose". Se puntualiza que ello corresponde al cómo nos enamoramos. Seguidamente se asevera que en la etapa del compromiso "los amantes producen altos niveles de endorfinas, similares a la morfina, que crean una sensación de seguridad, calma y confort".

Al describir lo que llama "la droga del amor" anota que "la glándula pituitaria produce oxitocina -la droga del amor-, que estimula sensaciones durante el acto del amor, que a su vez crean sentimientos de íntima satisfacción y compromiso".

Lo antes expuesto corresponde al criterio de Helen Fischer, antropóloga e investigadora del Museo Norteamericano de Historia Natural de Nueva York, en su reciente libro Anatomía del amor: la historia natural de la monogamia, el adulterio y el divorcio, según publicación del periódico aludido.

En el periódico La Prensa Libre del 23 de julio de 1991, se señala que el psiquiatra de Harvard, Edward Khantzian ha sugerido que algunos adictos usan las drogas para automedicarse en busca de bienestar. En el artículo que aparece bajo el nombre de Lisa Davis, tomado de la Revista In Health, se informa que desde el año 2.500 antes de nuestra era "...los sumerios tenían un símbolo para el opio que los arqueólogos han traducido como "regocijo" o "alegría"".

Según Andrew Weil, experto en adicción, todas las culturas las han tenido -uso de drogas- excepto los moradores de las nieves, que probablemente las tendrían si pudiese crecer alguna planta en el hielo. tanto así que algunos investigadores hablan del "impulso" humano a la intoxicación.

Michael Harner, de la New School of Social Research, demostró que las brujas europeas "volaban" gracias a un ungüento que se aplicaban en su cuerpo, hecho con extractos de plantas como la mandrágora y la belladona, que contienen atropina, un alucinógeno vegetal que se absorbe fácilmente a través de la piel.

En un artículo aparecido en La Nación del 9 de agosto de 1994, se informa que la marihuana podrá ser usada en los hospitales británicos como parte del tratamiento para calmar los dolores y ansiedad de algunos pacientes.



Todo lo referido atrás permite concluir que la lucha contra el uso de drogas no es más que una actitud similar a la del Glorioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha, peleando contra molinos de viento.

Así se comporta la sociedad actual. Y también permite entender que al ser humano no se le puede castrar parte de sus tendencias naturales, tal y como le sucedió a la yegua "Mollie" de La granja de los animales de Orwell, quien no podría vivir sin su terrón de azúcar y sin el lazo rojo de su crin, a pesar de que le ofrecían la satisfacción de todas sus necesidades animales restantes.

El fondo del discurso oficial no es más que "la tecnología pastoral del poder", ejercido este de arriba hacia abajo y como una manifestación más de la dominación de unos sobre otros. Todos "los de abajo", guiados por el pastor como un rebaño; más allá de las individualidades, más allá de las diferencias, más allá del sujeto: todo un mundo orwelliano, totalizador, que no deja espacio para la libertad individual. En suma, la contradicción magnificada: el neoliberalismo negando la libertad individual psíquica.

...la mecánica del poder es esencialmente represión...el poder es la guerra, la guerra continuada con otros medio; se invertiría así la afirmación de Clausewitz, diciendo que la política en la guerra continuada con otros medios...

...esta relación de fuerza mediante una especie de guerra silenciosa, de inscribirla en las instituciones, en las desigualdades económicas, en el lenguaje, en fin en los cuerpos de unos y otros...

Y por supuesto, el nuevo espantapájaros resulta altamente rentable en dicha relación de poder-dominación, en la medida en que justifica la existencia de la policía y de las armas, negocio número uno en el mercado mundial. Por ello el mismo Foucault, en la citada obra, nos ofrece otra idea esclarecedora:

La sociedad sin delincuencia. ¡Con ello se soñó a finales del siglo XVII. Y después, inmediatamente, pfft! La delincuencia era demasiado útil para que se pudiera soñar algo tan tonto y tan peligroso...sin delincuencia no hay policía.

D. La despenalización regulada

La eliminación del delito de legalización de capitales nos quitaría una gran venda de los ojos que nos impide ver la vida, abriéndose así las puertas para la búsqueda de soluciones al deterioro del ambiente y al problema de la inseguridad ciudadana real y no la ficticia, producto, la última, de la disonancia cognoscitiva. Ello permitiría el reforzamiento de la libertad individual dentro de un marco constitucional liberal.

El artículo 28 de la Carta Magna establece el Principio Universal de Acción, el derecho a la privacidad:

Nadie puede ser inquietado ni perseguido por la manifestación de sus opiniones ni por acto alguno que no infrinja la ley.

Las acciones privadas que no dañen la moral o el orden público o que no perjudiquen a tercero, están fuera de la acción de la ley.

No se podrá, sin embargo, hacer en forma alguna propaganda política por clérigos o seglares invocando motivos de religión o valiéndose, como medio, de creencias religiosas.

Siguiendo las corrientes más modernas y racionales, la despenalización del consumo de drogas ilícitas le reconocería mayor libertad al individuo, evitando que el poder se introduzca en nuestras "almas" y cercene sus opciones psíquicas tendientes a la búsqueda del placer. Por supuesto que con los sofisticados medios de comunicación modernos, la televisión y las formas audio-visuales principalmente, la libido se tergiversa y manipula atrocemente, lo que hace imprescindible sacar a los mercaderes del templo, a los que lucran con los sanos instintos del ser humano, deformándolos, hipertrofiándolos, utilizándolos para vender sus drogas consumistas y sus drogas legales cual nuevos conquistadores que nos ofrecen sus bolitas de vidrio y sus espejitos a cambio de nuestro oro.

Por lo expuesto es que también el Derecho Penal se conformaría como fue ideado inicialmente: como última ratio y no como única ratio, lo cual reforzaría el Principio del Debido Proceso consagrado en el canon 41 constitucional.

Ethan A. Nadelmann, profesor de ciencia política en la Escuela Woodrow Wilson de Asuntos Internacionales en la Universidad de Princeton, aporta al debate algunas ideas que consideramos importante citar:

Es interesante notar que el apoyo público en favor de la derogación de las leyes que prohíben las drogas ha surgido casi siempre principalmente del extremo conservador en el espectro político: William F. Buckley, Milton Friedman, el académico jurisperito Ernest van den Haag, y los editores del seminario británico The Economist, todos ellos lo han expresado así.

Continúa el citado profesor Nadelmann diciendo: "Según el sentir general, el espectacular incremento en los esfuerzos para la aplicación de la ley contra las drogas ha tenido un efecto discreto sobre este mercado ilícito en los Estados Unidos". Según él, la proscripción "... es suficiente para mantener el precio de

drogas ilegales a un nivel notablemente más alto del que les correspondería si no existieran dichas leyes". He aquí la fuente generadora de un negocio especulativo; muy lucrativo, gracias a la prohibición.

No se está más que reproduciendo la experiencia fallida de la ley seca, prohibición vigente en Estados Unidos, desde 1920 a 1933, que mantuvo ilegal la venta de alcohol en dicho país, lo cual hoy nos parece un absurdo.

Rememorando aquello, refiere Nadelmann:

Al mismo tiempo, se dieron cuenta de que más leyes y policía parecían generar mayor violencia y corrupción, juzgados y cárceles colmadas, desacato generalizado al gobierno y la ley, y más poder y beneficios para las bandas. Abolir la Prohibición llegó a ser considerando no como una capitulación ante bandidos como Al Capone, sino como un medio de sacar a los contrabandistas del negocio y al mismo tiempo eliminar gran parte del precio que se pagaba relacionado con estas leyes.

Refiere igualmente que "...la conexión drogas crimen que explica los gastos actuales de la justicia penal...podría cortarse". Y cierra su artículo así:

Lo sucedido en los últimos 20 años ha demostrado que una política sobre drogas conformada por una retórica destinada a atemorizar sólo ha llevado al desastre actual. A menos que estemos dispuestos a sopesar todas las alternativas, entre ellas las diversas estrategias de legalización, quizá nunca encontremos la mejor solución a nuestros problemas causados por las drogas.

Del artículo, que se publicó en la República del 1 de junio de 1993, del señor Antonio Haas, se extrae lo siguiente: "De nada puede servir una guerra cuando la manzana de la discordia es un arca abierta, un tesoro inagotable del cual fluyen ríos de oro y plata, flotillas e yates y jets, rascacielos y "penthouses" en las ciudades más caras del mundo". Continúa diciendo:

Mientras ese tesoro exista y permanezca a la vista de todos, el conflicto no puede terminar. Los traficantes seguirá comprando armamentos y conciencias, ejércitos de matones o de legisladores, porque no hay país en el mundo que tenga un presupuesto antidrogas comparable con el de sus traficantes.

De acuerdo con una investigación efectuada por la Comisión Interamericana de Políticas sobre las Drogas, grupo privado de expertos de alto nivel de Bolivia, Canadá, Colombia, México, Perú y Estados Unidos, financiado por la Fundación Ford, la política antidrogas del último país citado es equivocada y ha producido los efectos contrapuestos a los pretendidos, entre otros aspectos, en el relacionado con la sustitución de las plantaciones de coca en Bolivia. Se puntualiza que el dinero

invertido en tal guerra no es más que dinero perdido: "En el presupuesto federal norteamericano propuesto para 1992, cerca del 10 por ciento de los fondos destinados para el combate a las drogas (\$11.680 millones) están destinados a tratar de detener el ingreso de drogas en las fronteras y en la aplicación de la ley..."

"La Lucha contra las drogas es un gran engaño mundial", se titula un informe de expertos según publicación aparecida en el periódico Esta Semana, del 25 al 31 de mayo de 1993, del cual se extraen las siguientes citas:

La pregunta es si un mundo que no ha podido salir del enmarañado laberinto del alcohol y el tabaco a los que la publicidad presenta como agentes que "invitan a vivir" podrá abandonar a las buenas el túnel de la cocaína, la heroína y la marihuana.

Y al señalarse la doble moral que la adorna, se establece la gran diferencia en cuanto a su significación social y de salud pública: "Tan solo en Francia, por ejemplo, fallecen anualmente entre 30.000 y 50.000 personas por el alcoholismo, frente a las 400 que mueren en el mismo período por consumo de alcaloides."

Continúo citando del artículo en referencia: "El prestigioso psicólogo clínico, Jesús Arechas, quien dirige un centro de rehabilitación de drogadictos en el sureste de Estados Unidos, dijo a una radio neoyorquina que "necesitamos un nuevo enfoque mundial para tratar ese asunto de los estimulantes".

En un comentario internacional aparecido en la República del 30 de mayo de 1988 llamado "Lucha antidroga en Estados Unidos: endurecimiento o capitulación", se indica que

Los partidarios de la legalización se apoyan en un convincente argumento de la historia reciente de Estados Unidos: la ley seca que rigió de 1919 a 1933 no quitó a los norteamericanos el hábito del alcohol, pero sí levó a las nubes los precios del whisky y la cerveza, hizo millonarios a Al Capone y a otros cientos de gangsters y cobró un gigantesco precio de sangre a ambos lados de la ley.

El Lic. Jaime Cerdas Mora igualmente se mostró partidario de la tesis que defendemos, al considerar que la manera de acabar con la droga es su legalización a nivel mundial. O como dice la Licda. Gloria Navas, aunque comentando en general aspectos de la administración de justicia: "Es más fácil tener al enemigo de frente que buscarlo a tientas en medio de la oscuridad".

Por la senda de la legalización transita Austria, según un cable constante en la Prensa Libre del 24 de julio de 1991, según el cual el fumar marihuana no será delito con la entrada en vigencia de una nueva ley para finales del año 1991, según

anuncio del Ministro de Salud hecho en Viena en la misma fecha de la publicación.

Igual sucede con Alemania cuyo Tribunal Constitucional consideró, en julio e 1993, que no merecían ninguna sanción los consumidores de hashish aunque no así los distribuidores. Y también la Corte Constitucional de Baviera aprobó en 1987 que a nadie se le podía prohibir tener "...un comportamiento insensato que fuera resultado de la decisión libre del individuo...", con fundamento en la libertad universal de acción fijada por la Constitución.

También en los Países Bajos, España y Gran Bretaña, en donde "...la posesión, la compra y la venta de hashish son toleradas hasta la cantidad de 30 gramos".

En un destacado ensayo titulado "The Unmentionable Alternative: the need for, and the arguments against, the decriminalization of drug laws", suscrito por Peter B. Kraska, de la Universidad del Estado de Kent, Estados Unidos, el autor hace un planteamiento similar en sus rasgos básicos en relación con el problema de las drogas, sus vínculos con la libertad individual, con los nexos policiales y de altos costos, para concluir diciendo que "criminalization doesn't work" (la penalización no funciona). Esta excelente investigación fue publicada en Journal of Drug Issues (Revista sobre asuntos de drogas).

And last but not least: el propio Fiscal General de Colombia Gustavo de Greiff Restrepo apoya la legalización de las drogas, según el cual con ello se destruirá el jugoso negocio de los narcotraficantes. Refiere aquí de Greiff:

Que yo sepa cuando alguien habla de la legalización de las drogas no está hablando de volver obligatorio su consumo, sino de destruir el jugoso negocio de los narcos, controlar a los consumidores y reducir al máximo los delitos que se cometen bajo influjo de las drogas.

No puede dejar de mencionarse un reciente libro que recoge una serie de análisis sobre el mismo tema: La legalización de la droga, patrocinado por la Facultad de Derecho de la Universidad Nacional de Colombia, editado por Jurídica Radar Ediciones de este país, en 1994, en cuyo anexo XXXII, páginas 297 y siguientes, se reproduce la opinión de de Greiff.

En el prólogo del editor, se señala cómo el escritor Gabriel García Márquez afirma que "la prohibición ha hecho más atractivo y fructífero el negocio de la droga y fomenta la criminalidad y la corrupción".

Seguidamente vamos a efectuar varias citas del mismo libro, como la del profesor de la Facultad de Derecho de la Universidad Nacional de Colombia, Rodrigo



Uprimny Yepes: "El gran culpable no es una persona o una institución, sino la existencia de una política equivocada a nivel internacional, fundada en la prohibición absoluta de unas drogas que, a pesar de esa prohibición cuentan con una demanda importante y una cierta aceptación social".

"Satanización de la droga: Pero no sólo los negocios crecen en la sombra, sino las ideologías del terror con sus fetiches, como ocurre con la manipulación del narcotráfico..." mediante el poder hipnótico de la ideología de masas, según Andrei Sakharov.

...la guerra contra las drogas será recordada como una de las grandes guerras estúpidas de la humanidad, de igual manera como hoy recordamos las guerras religiosas del siglos pretéritos.

...no se trata de un concepto científico sino de una consigna, de un uso semántico instituido a partir de agenciamientos morales y políticos que tiene por objeto calificar de censurable una actuación del ciudadano.

Las opiniones sobre la droga están en gran parte mediadas por lo que J.F. Revel llamó el "conocimiento inútil. Tejido de preconcepciones morales e ideológicos..."

El mismo autor cita a Sidney Cohen, especialista californiano en el tratamiento de farmacodependientes, señalando que el consumo habitual de cigarrillos puede ser más peligrosos para el individuo que el consumo de heroína. "Los peligros de la heroína -afirma Cohen- están vinculados en gran parte a la falta de precauciones higiénicas con que se usa la sustancia y a la vida al margen de la ley que se ven obligados a llevar la mayoría de los adictos".

"Debe adoptarse a cambio un sistema de legalización regulada o controlada, propia del Estado intervencionista", asevera Jaime Nanclares Vélez, magistrado del Tribunal Superior de Antioquia, quien cita también una máxima de Gracián al inicio de su artículo: "Muchas veces la enfermedad nace del mismo remedio".

La despenalización progresiva de las drogas prohibidas es una de las recomendaciones que se estilan en el libro y que hemos postulado en el presente trabajo.

Seminario sobre el narcotráfico en América Latina y el Caribe

Estimados compañeros:

Quiero enviar mis saludos y apoyo a la conferencia y expresar mi oposición al

imperialismo disfrazado como cruzada contra drogas. En mi ausencia – por un compromiso anterior – quiero enviar este ensayo como contribución al debate.

Fraternalmente,

James Petras

El Imperio y el narcotráfico en América Latina

James Petras

CONFESIÓN DESDE WASHINGTON:

"Las medidas bajo consideración incluyen el inmovilizar los bienes estadounidenses de los supuestas contrabandistas y sus socios, prohibir que sus empresas comerciales legítimas hagan negocios en los EE.UU. y bloquear el acceso de los traficantes a los bancos estadounidenses" (el subrayado es nuestro). New York Times. 27 de abril 1997.

INTRODUCCIÓN

A lo largo de la historia de la expansión imperialista, al citar "principios altruistas" los voceros de los imperios han buscado justificar la conquista de los pueblos y la explotación de los recursos. Durante el siglo pasado, los ingleses describieron el pillaje de Asia y África como parte de la "carga del hombre blanco" para traer la civilización a la "gente oscura." Los franceses sostuvieron que su conquista se motivó por el deseo de traer los frutos de la cultura francesa a gente atrasada.

En este siglo, con el surgimiento de las conquistas imperialistas estadounidenses, particularmente en el hemisferio occidental, se adoptó un "tono de alta moral" parecido para justificar su intervención militar, la cual se lanzó para defender sus banqueros en Santo Domingo, sus compañías bananeras en Centroamérica y sus monopolios petroleras en México. Estas intervenciones se justificaron como maneras de "defender el orden y la estabilidad" y "proteger las vidas de ciudadanos estadounidenses." Con la llegada de la revolución mexicana, el Presidente Woodrow Wilson justificó la intervención imperialista estadounidense a nombre de la "democracia" y el "orden." Después de la revolución rusa, Washington diseñó un nuevo pretexto para la intervención - el "anticomunismo" y la "amenaza roja." Con el fin de la Guerra Fría y la caída del comunismo soviético, Washington volteó hacia la "narco-amenaza" para justificar su intervención y control de la política de seguridad y gobernantes en América Latina.



Surge la pregunta - ¿por qué Washington tiene que ocultar tras altos principios morales sus verdaderos intereses económicos, políticos y militares para poder intervenir? Básicamente porque los EE.UU. constituyen una democracia imperialista: la retórica moral se usa para convencer o neutralizar la opinión pública nacional. Mientras la política exterior estadounidense se dirige mayoritariamente a servir a las compañías multinacionales, los políticos quienes aplican esa política requieren votos.

De ahí el doble discurso de la política estadounidense; la práctica búsqueda de dominación para la élite económica y la retórica moralista para asegurar legitimidad del electorado. Como todo poder imperialista, Washington siempre presenta su intervención violenta como medidas "defensivas de seguridad nacional." Así pues se justificó el apoyo financiero y político a terroristas mercenarios (los Contra de Nicaragua) y a genocidios militares en Guatemala y El Salvador, sobre la base de "seguridad nacional" - porque los indios y campesinos pobres eran capaces de amenazar con invadir a los EE.UU. Claro que la realidad era distinta - el pueblo y las naciones de Centroamérica no fueron solamente amenazados sino también asaltados por las políticas intervencionistas de Washington. El fin de la Guerra Fría era la señal para que Washington intensificara su proyecto de construir su imperio.

La Guerra del Golfo, la invasión de Panamá, la pequeña guerra en Somalia, la expansión de la OTAN hacia Europa del Este y la proyección de un "Nuevo Orden Mundial" bajo la hegemonía estadounidense formaron parte de este esfuerzo para crear un imperio global.

Claro, los competidores europeos y los japoneses no aceptaron fácilmente el ser subordinados a los EE.UU. En América Latina, luchas socio-políticas importantes surgieron a despecho del intento de imponer un Nuevo Orden Mundial basado en un capitalismo salvaje llamado "Neoliberalismo." En Colombia, México y Perú los movimientos campesinos guerrilleros están activos; en Bolivia, Paraguay, Ecuador y Brasil surgen importantes movimientos campesinos. En Venezuela y Argentina, levantamientos urbanos y huelgas de sindicatos está ganando apoyo popular.

La amenaza desde abajo hacia el consenso de la élite "neo-liberal" apoyado por los EE.UU. impulsó a Washington para que buscara una nueva ideología para apoyar su intervención por medio de las fuerzas armadas y la policía. La doctrina de la Lucha Contra el Narcotráfico sirvió a los propósitos de Washington en cuanto a construir su imperio.

En primer lugar, disfrazó las políticas represivas y explotadoras detrás de un propósito de alta moral. Así neutralizó la opinión pública nacional. En segundo lugar, la Lucha Contra el Narcotráfico permitió que Washington penetrara las fuerzas de seguridad internas de América Latina para establecer su propio agenda

político. En tercer lugar, la "guerra al narcotráfico" permitió el acceso directo de Washington hacia la sociedad, empujando su agenda económico y contra-insurgente. Al enfocar la lucha contra el narcotráfico hacia América Latina y el campo en particular, Washington pudo dirigir golpes contra movimientos revolucionarios sociales, ya sean reales o potenciales.

Si Washington estuviera en serio en cuanto a los temas del narcotráfico, enfocaría sus acciones internamente: en los grandes bancos internacionales que lavan la mayoría del narco dinero; invertirían más en la educación anti-droga. Proporcionaría trabajos dignos para los grupos marginales de sueldos bajos que llegan a ser los traficantes. La decisión de mirar hacia el extranjero y hacia abajo en vez de hacia adentro y arriba es una elección política, un requisito imperialista.

Cualquier análisis objetivo del narcotráfico tendría que concluir que el tema es en esencia un problema del "mercado" o de la "demanda." Fundamentalmente es un problema interno de los EE.UU., su sistema gubernamental, social, económico y cultural. Mientras exista aquella demanda habrá una oferta. El problema está profundamente arraigado en una sociedad fragmentada, en la cual el escapismo producido por la droga ha llegado a ser una forma de vida. La carencia de empleos significativos, de solidaridad social y de mecanismos políticos para vincular la insatisfacción personal con la expresión pública, conduce a que los estadounidenses busquen y usen la droga.

La "externalización" del narco problema tiene un valor doble para Washington: funciona para desviar una crítica profunda de la sociedad y economía estadounidense y también proporciona un pretexto para la manipulación continúa de la política, los políticos y los oficiales militares latinoamericanos.

La manera más indebida es el tema de la "certificación." Washington presume el poder de juzgar, evaluar y castigar regímenes según su propio criterio de acatamiento en la guerra contra la droga. Aquellos gobiernos que son más sensibles a las directivas de Washington son "certificados" - los que rechazan la intromisión de Washington son calificados de "no cooperadores" o estigmatizados como "colaboracionistas con la droga."

La "guerra contra la droga" dirigida desde Washington fortalece sus reclamos imperialistas de "extra-territorialidad" - así se erradica las legítimas fronteras nacionales de los países latinoamericanos. La aplicación de la ley Helms-Burton constituye otra expresión de la misma pretensión a "extra-territorialidad:" la ley estadounidense como la ley del planeta.

Así la guerra contra la droga orquestada desde Washington va más allá del "neo-colonialismo" hacia un regreso a la dominación colonial.



EE.UU.: EL NUEVO COLONIALISMO

El intento del gobierno estadounidense de hacer de su legislación (la Ley Helms-Burton) la ley suprema del planeta (en términos legales, se conoce como extra-territorialidad) refleja la centralizada creciente de los intereses imperialistas en la definición de la política exterior de los EE.UU. Esta imposición se encaja en un contexto de penetración estadounidense de facto en los escalones más altos de los aparatos ejecutivos, militares y de inteligencia en los estados latinoamericanos.

Mientras la mayoría de los comentaristas han criticado los controles financieros ejecutados por los bancos estadounidenses, particularmente por medio de la crisis de la deuda, y otros escritores citan la influencia penetrante ejercida por los EE.UU. a través de su poder compartido en el Banco Mundial y el FMI, pocos analistas han combinado estas palancas económicas poderosas con las fuerzas militares latinoamericanas organizadas bajo el mando estadounidense, una meta fijada en los años 60 y 70, e inalcanzable hasta ahora.

En México, Bolivia y Colombia los embajadores estadounidenses y el departamento de estado dictan rutinariamente cuales oficiales militares y ministros son "aceptables" (certificados) y cuales están para ser despedidos (no-cooperadores). Y, como rutina, los gobiernos latinoamericanos cumplen con las exigencias de los EE.UU. En cada uno de estos países, las listas negras estadounidenses terminan en que personas potencialmente designadas para oficios públicos sean retiradas, en que oficiales sean retirados y en un paso más rápido en la implementación de las políticas estadounidenses, ya sea la erradicación de los cultivos, la represión de los campesinos que la cultivan o los pagos expeditos de los servicios de la deuda externa.

El fortalecimiento del control estadounidense sobre los asuntos internos de seguridad en América Latina es paralelo a la política de Washington de presionar a los gobiernos latinoamericanos para aumentar su dependencia en los EE.UU. Mientras, a la vez se fortalecen sus aparatos represivos de policía interna y fuerzas militares.

Incluso al nivel táctico, los oficiales del FBI y la DEA dirigen investigaciones y exigen que los oficiales latinos proporcionen información de inteligencia. Los oficiales estadounidenses incluso dirigen operaciones.

Una visita a Chaparé desengaña a cualquier observador del estado boliviano. Incluso actividades operacionales diarias están dirigidas por una docena de oficiales de la DEA estacionados allí. En Chaparé, Bolivia y en la Valle Huallaga en Perú, los oficiales de la DEA no hacen ningún esfuerzo para disfrazar quién está al mando de

las operaciones. Y la mayoría de los generales y Presidentes están muy conscientes del hecho de que la estigmatización estadounidense ("narcotraficante") puede costarles su posición. La influencia formidable al nivel presidencial es evidente en el afán del Presidente Samper al intensificar la erradicación de cultivos campesinos y del presidente de México al hacer los pagos de deuda por adelantado a pesar del empobrecimiento creciente de millones de sus compatriotas.

La "guerra contra las drogas" de Washington va dirigida a aumentar el poder estadounidense en América Latina. El uso del dinero de la droga lavado a través de los bancos estadounidenses financia los desbalances comerciales de Washington. La guerra contra las drogas aumenta la influencia general de Washington sobre la política económica, permitiendo que las multinacionales estadounidenses compren compañías públicas latinoamericanas a precios escandalosamente bajos y que penetren los mercados. Todas las compañías petroleras lucrativas más importantes y estatales están en venta - en Brasil, México, Venezuela, Bolivia, etc.

Las maquiladoras y otras áreas de mano de obra barata están volviéndose emblemáticas de la estrategia de Washington en cuanto al "crecimiento exportador" de América Latina. Entre 1983-93, las exportaciones de servicios de comunicación estadounidenses aumentaron en un 138% comparadas con exportaciones totales de servicios, las cuales aumentaron sólo en un 90%. Exportaciones de bienes "enlatados" y de penetración ideológica aumentaron en un 2,143% mientras las exportaciones totales de bienes aumentaron sólo en un 110%. Las corporaciones estadounidenses están activos en el campo inmobiliario así que también en ventas al detal y centros comerciales.

La militarización patrocinada por los EE.UU. se dirige a proteger el pillaje de América Latina. El Nuevo Imperialismo no es "neo-colonial," se dirige al control ejecutivo ejercido por medio de una estructura de mando rutinario ejercido sobre los oficiales ejecutivos latinoamericanos evaluados por el criterio estadounidense de responsabilidad y eficacia.

El Nuevo Imperialismo intenta fortalecer su posición global que está en descenso por la explotación más intensa de las economías latinas. Mientras se ha desarrollado aquel, se ha establecido dos vehículos nuevos para controlar el desasosiego: una ideología y una red organizativa. La ideología de la "globalización" y la promoción de las ONG no lucrativas.

La primera es para mistificar a los intelectuales para que se sometan ante la Ola Inevitable del Porvenir, la segunda es para proporcionar a los intelectuales los medios para desmantela el estado de beneficio social nacional.

No obstante, el alcance y la profundidad de la penetración imperial sigue socavando

un círculo de clases sociales cada vez más ancho: la insolvencia de compañías pequeñas y medianas, la movilidad social hacia abajo para los funcionarios públicos, los campesinos desplazados, los obreros de sueldos bajos o temporales. Incluso sectores minoritarios de los intelectuales han empezado a resucitar tentativamente la noción de imperialismo como el concepto central para el análisis y la política. Pero este último paso es muy tentativo y se limita a círculos muy reducidos. El núcleo de la oposición frente a las ambiciones imperialistas estadounidenses se ubica en el campo: en Brasil el MST, en México los Zapatistas en Chiapas, el EPR en Guerrero y los movimientos campesinos en Oaxaca. La oposición más importante, sin embargo, se encuentra en Colombia con las FARC-EP y sus 20,000 guerrillas, con presencia e influencia extendida a más de 600 de los 1,200 municipios del país.

La razón por la cual los EE.UU. ha concentrado su guerra contra la droga en Colombia es que Washington teme la posibilidad de que llegue a ser el segundo Vietnam. La exigencia de Washington que el Presidente Samper lance una guerra integral en contra de la droga está vinculada a la influencia creciente de las FARC-EP entre los campesinos y su proximidad creciente a la capital de Bogotá. Después de 30 años de lucha, las FARC-EP han consolidado su base y son ahora capaces de cortar carreteras a tan solo 40 kilómetros de la capital.

Así la guerra anti-droga de Washington está profundamente entrelazada con su política contra revolucionaria; su ayuda militar se dirige principalmente a destruir los vínculos de los campesinos con las FARC-EP. Al erradicar la coca, al estimular importaciones baratas y al reprimir las organizaciones campesinas, los EE.UU. y las fuerzas militares colombianas esperan desalojar los campesinos del campo y aislar a las guerrillas. Los resultados de ésta política han sido contradictorios; mientras algunos campesinos huyen de la violencia de las fuerzas paramilitares, otros se unen a la guerrilla. La política estadounidense de polarizar la sociedad colombiana ha tenido un efecto profundo en destruir el tejido de la sociedad.

La lógica de la expansión de los nuevos movimientos campesinos esta íntimamente relacionada con las transformaciones internas del campesinado (política, cultural y económicamente) así que su resistencia dialéctica a la invasión creciente de exigencias imperialistas. El "campesinado" de hoy es a la vez orientada hacia el "mercado" y el "obrero." El acceso al crédito, los mercados y la ayuda técnica de pequeños productores esta vinculado a sus condiciones de clase crecientes como obreros asalariados. El desplazamiento de campesinos educados (automedicados o educados formalmente) vinculado con los centros urbanos modernos crea un nuevo campesinado con dones organizacionales modernos y de comunicación que conectan las actividades agrícolas a los estilos urbanos de combate de clase.

Sería un error muy grave descartar los movimientos campesinos contemporáneos



como el último suspiro de la rebelión antes de que se desaparezca del mapa. La persistencia y carácter arraigada del campesinado y el desplazamiento creciente de obreros urbanos, las ciudades de alta tasa de criminalidad y el descenso de servicios sociales ha reducido la brecha entre el campo y la ciudad. Mientras los movimientos realicen tomas de tierra y construyan comunidades, podría haber una estabilización sino un reverso de la migración rural hacia lo urbano. No hay una lógica inherente, histórica que imponga el cambio demográfico...en gran parte es una cuestión política. La región afectada por la penetración imperial es el campo a través de la subordinación del Estado a las obligaciones imperialistas: pagos de interés, la represión de cultivadores de coca, el subsidio de conglomerados agro-exportadores son todos dirigidos por el estado.

La dinámica fundamental de resistencia está en el "producto final" de esta cadena imperialista explotadora del estado. Y es en este punto final que el proceso reverso de resistencia y transformación está ocurriendo.

El proceso de construir un imperio no es el resultado de acontecimientos conjuntivos o políticas particulares sino refleja procesos profundos y estructurales incorporados al sistema productivo y los balances de ganancia de instituciones económicas importantes en el pico del sistema económico estadounidense.

Hasta la fecha, el Imperio ha florecido como nunca se ha visto: las condiciones de apropiación mineral, acceso a los mercados, bajos costos de mano de obra y influencia sobre gobiernos y fuerzas militares de este siglo nunca han sido mejores. El espacio de "reformas" son casi inexistentes dentro de la fórmula imperialista de mercado libre, regímenes electorales y control militar. El polo opuesto de ésta dialéctica, sin embargo, es la descomposición de las fuerzas mediadoras del sector mediano urbano y la acumulación y rápida pauperización de los obreros y funcionarios moviéndose hacia los polos de acción social directa. Es en éste ambiente de excesos imperialistas, acumulación sin precedente de riquezas y la degradación masiva de labor, que los nuevos polos de acción social en el campo están ganando influencia política nacional y prominencia protagónica.

El giro fundamental de los temas agrarios a la transformación social está construido alrededor del renovamiento de un praxis socialista: que vincula la autonomía cultural y la producción a pequeña escala con el control sobre las alturas estratégicas de la economía. Eso solo puede llegar a ser realidad cuando el socialismo llega a ser integrado en las formas endógenas de prácticas culturales y sociales y si los productores básicos están infundidos del nuevo valor de igualdad de género y compatibilidad con el medio ambiente. El Imperio ha golpeado y desgarrado el tejido económico, cultural y político de las sociedades de América Latina. Ha asimilado algunas pocas y explotado muchas.

Pero ahora la Izquierda ha devuelto el golpe - desde las aldeas de Colombia y Bolivia, desde las ocupaciones rurales del Brasil, hasta las comunidades indígenas de México - un nuevo movimiento se está desarrollando y está escribiendo su propia historia y practicando su propia teoría.

CONCLUSIÓN

De extremos opuestos del espectro político y económico dos fuerzas dinámicas están en un estado de ser cada vez más confrontacional: los campesinos indo-americanos versus el Imperio estadounidense. La dinámica detrás del Imperio estadounidense se constituye alrededor de imperativos económicos internos y oportunidades político-militares externas. La expansión dinámica de los nuevos movimientos campesinos se centra sobre las transformaciones económicas, culturales y sociales que vienen transformándolos "campesinos aislados" en una fuerza revolucionaria cohesiva y consciente de clase.

El patrón de la construcción de imperio se construye alrededor de la extracción de pago de interés de la deuda externa, el pillaje de los recursos naturales, y la transferencia a gran escala de la propiedad pública a multinacionales. Juntas estas fuerzas han presionado de manera tremenda sobre el sistema social latinoamericano para aumentar la extracción de valor, ingreso y mano de obra de obreros y campesinos. En este proceso de extracción y apropiación las "provincias" y las zonas rurales han sido golpeados duramente, porque la "estructura de poder local" se encuentra en las ciudades centrales. La intensificación de la explotación está acompañada por la penetración de mercancías culturales que facilitan la fragmentación y alienación, particularmente de grupos urbanos desplazados. La dinámica de explotación y fragmentación acompaña la circulación (patrocinado por el imperio) de "ideologías de mercado" por las ONG y los intelectuales, lo cual impone una separación entre los profesionales de clase media, intelectuales y obreros. El bloque imperialista hegemónico se fortalece por la naturaleza "sobre determinada" de la influencia estadounidense en las fuerzas militares y las instituciones policiales, mayoritariamente a través de campañas anti-drogas.

El hilo conductor de la construcción de imperio estadounidense se determina por la dependencia decisiva de las multinacionales estadounidenses más grandes en las ganancias extranjeras y de la economía estadounidense en cuentas favorables con América Latina para compensar los déficits en Asia y Alemania. La "campaña anti-droga" está en el centro del proyecto imperialista de Washington. Pero en Colombia está enfrentando un reto serio en la movilización del campesinado y en los grupos revolucionarios de guerrilla.

TALLER

"Narcotráfico en América Latina y el Caribe"

San José, Costa Rica, Julio 18 - 19 de 1997

Ponencia Presentada por la Comisión Internacional de las FARC-EP

"En los tiempos de hoy, no es posible hablar por separado de tres peligrosos fenómenos que amenazan el presente y el futuro de los pueblos del continente, sometidos a las drásticas imposiciones del capitalismo: el militarismo, el narcotráfico y el neoliberalismo. Cruzados de la mano hacen realidad la aplicación despiadada de las recetas del Fondo Monetario Internacional y de la Banca Mundial, en beneficio de los intereses del gran capital. Lo que pone de presente, la urgente convergencia de todas las fuerzas y tendencias amigas del progreso, para liderar propuestas

y acciones de presión con masas e inteligencias que consigan cimentar los cambios de fondo y obliguen a reflexionar en profundidad sobre el peligro que contra los intereses más sentidos de los explotados significan las nuevas armas utilizadas por el capitalismo en su consustancial labor de explotar, excluir y aumentar la pobreza, el desempleo, el analfabetismo, la muerte y la intimidación contra los desposeídos que cada vez aumentan en cantidad y en necesidades de todo orden"

"Militarismo, narcotráfico y neoliberalismo."

Comandante Raúl Reyes

del Secretariado del Estado Mayor Central FARC-EP

Suplemento Informativo RESISTENCIA

Edición Internacional

Las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo FARC-EP consideramos el narcotráfico como un grave problema de nuestro país y del mundo, con particular énfasis en América Latina y el Caribe; pero no el fundamental; en nuestra propuesta de plataforma para un gobierno de reconstrucción y reconciliación nacional, dedicamos un punto al tema dice: Solución del fenómeno de producción, comercialización y consumo de narcóticos y alucinógenos, entendido ante todo como un grave problema social que no puede tratarse por la vía militar, que requiere acuerdos con la participación de la comunidad nacional e internacional y el compromiso de las grandes potencias como principales fuentes de la demanda mundial de los estupefacientes.

Es necesario repetir que las FARC-EP, no comparte, no negocia, no tienen relación con el narcotráfico y lo rechazamos por principios y por ética, porque es incompatible con la democracia y la convivencia ciudadana y porque genera corrupción, impunidad, criminalidad, descomposición social, entre otras cosas, afectando especialmente a los jóvenes del mundo.

Las afirmaciones contrarias hacen parte en la mayoría de los casos del coro a las calumnias dirigidas a deslegitimar nuestra justa lucha y en otros, los menos, a la gran desinformación producto de la manipulación de la información por parte de los grandes medios impulsores de esa campaña, en defensa lógica de los intereses de sus propietarios. Lo que les incomoda, es que no sirvamos de policías rurales para su falsa e hipócrita política antidrogas y que no atropellemos a los cultivadores de productos ilícitos arrasando con ellos y sus escasos bienes. No conciliamos con el doble juego de, so pretexto de la lucha antidrogas, reprimir a los sectores populares, criminalizar su protesta y simultáneamente lucrarse de los inmensos beneficios de ese negocio, financiando sus campañas electorales y promoviendo sus industrias y centros financieros.

Especial preocupación e intereses, merece el tema de los jóvenes, que son los más afectados, no solo por la posibilidad del consumo y la adicción, sino también por las frustraciones de varias generaciones a las que les han cambiado sus valores: se impone el objetivo de hacer dinero rápido y utilizando cualquier medio, se incrementa el consumismo a cualquier precio, se presenta como anticuada la preocupación por los problemas sociales y políticos de sus pueblos, se acentúa el individualismo y el egoísmo propios del capitalismo y la solidaridad es un anacronismo, al igual que la lucha por los derechos fundamentales.

Estamos en absoluta disposición de desarrollar una batalla contra el narcotráfico y sus consecuencias, partiendo de propuestas viables, que pasen por beneficiar a las mayorías nacionales, a los sectores populares; haciendo énfasis en los aspectos sociales, económicos y políticos y no en la represión dirigida a estas mayorías, a estos sectores populares, que están lejos de ser narcotraficantes y solo subsisten de actividades relacionadas con las drogas, obligados por las circunstancias, pues no lo pueden hacer de otra manera; mientras los verdaderos narcotraficantes, los que sacan las millonarias ganancias están tranquilos porque han desarrollado con el poder del dinero -corrupción-, sus redes de protección.

Esta disposición parte del convencimiento del mal que causado a la humanidad por la droga, no solo por el daño en la salud de los consumidores, sino por las posibilidades de corrupción que presenta, para la manipulación de los destinos de nuestros pueblos, desde los aspectos económicos, políticos y sociales; estamos seguros que con grandes transformaciones en estos campos, cuando se presente la posibilidad a nuestros pueblos de vivir dignamente de su trabajo, en condiciones de

verdadera democracia y soberanía, es posible la solución del problema de las drogas y del tráfico de ellas.

Intimamente ligada al fenómeno del narcotráfico, esta la concentración de miles de hectáreas de tierra que pasan a poder de los nuevos ricos; en Colombia el 70% de las tierras cultivables conocidas (ver cuadro), están ahora en manos de los narcotraficantes y sus testaferros, como producto de su negocio, pero también de la quiebra a que se han visto abocados numerosos propietarios por la aplicación de las políticas neoliberales; la consecuencia no se ha hecho esperar, Colombia es ahora el primer productor de hoja de coca, porque los campesinos desplazados por esta contrareforma agraria, se dirigen a las zonas de colonización a sembrar, lo único que les permite subsistir, coca, amapola y marihuana; en zonas donde no hay vías de comunicación, no hay posibilidades, ni políticas de mercadeo, no hay asistencia técnica, ni mucho menos asistencia financiera, es la solución encontrada por los campesinos para no morir de hambre.

Inversión de los narcotraficantes colombianos en la tierra:

Regiones Departamentos

1. Costa Atlántica Guajira, Magalena, Cesar, Atlántico, Bolivar, Sucre y Córdoba.
2. Noroccidente Antioquia, Caldas, Risaralda, Quindío y Chocó.
3. Nororiental Santander y Norte de Santander.
4. Centro Boyacá y Cundinamarca.
5. Sur occidente Valle del Cauca, Tolima, Huila, Cauca y Nariño.
6. Orinoquia Arauca, Casanare, Meta y Vichada.
7. Amazonia Caquetá, Guaviare, Vaupés, Amazonas y Putumayo.

Han comprado las mejores tierras en 30 departamentos del País, es decir, en un 90,90%.

Este es uno de los aspectos, sin embargo es necesario mirar otros; las drogas, en particular la cocaína, tienen diferentes etapas:

- La producción, realizada por campesinos descritos anteriormente, sin olvidar, o mejor destacando el papel jugado por los productores de los llamados precursores

químicos indispensables para volver la hoja de coca, cocaína, dichos precursores son producidos fundamentalmente en los llamados países desarrollados; Colombia con Perú y Bolivia, son los países sindicados por los organismos antidrogas internacionales, de ser los mayores productores en el mundo. Y el gobierno Estadounidense, impone a los gobiernos de estos países, la obligación de agenciar una política de destrucción de los cultivos, como parte de la supuesta lucha antidrogas, priorizando la fumigación aérea, indiscriminada, con defoliantes químicos que acaban con el ecosistema y son una verdadera amenaza contra la vida, no solo actual, sino también futura. Otro aspecto negativo, es la paulatina, pero constante destrucción de la selva amazónica, lugar hacia el cual son desplazados cada día, tumbando la selva y creando fincas para el cultivo de coca, lejos de las zonas de fumigación.

Los campesinos se han organizado en defensa de sus vidas, no en defensa de la coca, la solución planteada a los gobiernos, en particular en el caso colombiano, donde el consumo ancestral, ligado a las culturas indígenas es irrelevante, es la sustitución de cultivos y la posibilidad de explotar otros productos agrícolas, con verdaderas garantías políticas, económicas y de mercadeo para producir en sus regiones distintos bienes de consumo derivados del sector agrario; pasando obligadamente por la construcción de la infraestructura necesaria, que no es extraordinaria, sino la indispensable para la vida de un pueblo.

- El acercamiento a las grandes ciudades, hecha por intermediarios -traquetos- que compran al campesino y venden en las ciudades a los narcotraficantes.

- El narcotráfico, como tal, realizado por quienes obtienen la primera de las grandes ganancias producidas en el negocio, al enviar la cocaína a los centros de consumo, a los países desarrollados, especialmente a los EE.UU.; constituyen los verdaderos carteles de la droga, su enriquecimiento es exorbitante y esta demostrada su relación con los partidos políticos tradicionales, con las cúpulas dominantes de los países, extendiendo su poder de corrupción a todas las actividades de la economía, la política, la sociedad y hasta en la cultura y diversión.

- Los distribuidores en esos centros de consumo (con gran participación de nacionales de las metrópolis, nunca denunciados y muchos menos perseguidos), quienes se quedan con la segunda de las grandes ganancias, manejan la distribución también del dinero, entre el que envían como pago a los narcotraficantes y el que se queda como su ganancia, ambos movidos por la banca internacional.

- Y la legalización o lavado de los dineros, hecha en las instituciones bancarias de esos países, siendo la tercera de las grandes ganancias y la mas importante, en la circulación bancaria, pasa a convertirse en capital financiero, soporte fundamental

del neoliberalismo y mecanismo de dominación actual. En esta etapa, también hay algunas ramificaciones o escalas, desde los grandes distribuidores hasta los jíbaros.

- Finalmente, el consumo, realizado por millones y millones de adictos. Que necesitan urgentemente políticas de sanidad encaminadas a la solución de su problema de adicción y no a mejorar la distribución de la droga, bajo eufemísticas formas de legalización del consumo; y políticas reales de prevención de la adicción entre la juventud y la niñez.

La supuesta guerra contra el narcotráfico desarrollada actualmente esta dirigida contra los sectores mas débiles, los de menor beneficio económico y con más perjuicio recibido en sus vidas; los campesinos sembradores de la hoja de coca y los consumidores, solo enfermos.

Precio de kilogramo de cocaína (Cifras en dólares)

Mayoreo Menudeo

Miami 19.000 75.000

París 45.000 75.000

New York 19.000 75.000

Amsterdam 20.000 40.000

Los Angeles 17.500 87.500

Moscú 90.000 180.000

Stuttgart 90.000 175.000

México 13.000 20.000

Colombia 2.100 2.800

Fuente: El Financiero, México, a 15 de enero de 1996, Pág., 41.

No hay real interés por resolver este problema, es un tema económico y político.

Económicamente, deja grandes dividendos, solo en EE.UU., el país con una de las mayores deudas externas, se recicla el 80% del medio Trillón de dólares producido



como ganancia de las drogas anualmente, esta economía se ve beneficiada realmente por esos dineros; pero no son los únicos, en los países donde se termina la legalización de esos dineros, a través de inversiones, se convierten en la base para mostrar cifras macroeconomicas positivas, pero mentirosas, porque esto no se refleja en la economía nacional, ni en los niveles de vida de la mayoría de la población. Nos preguntamos la relación de estos dineros del narcotráfico, circulando vertiginosamente en las respetables instituciones bancarias -algunas de las cuales no acaban de explicar sus relaciones y negocios con el fascismo italiano y alemán, desde la segunda guerra mundial- con el desmesurado incremento del capital financiero; padre, madre y sustento del monstruoso modelo neoliberal responsable del incremento de la miseria en los pueblos del mundo, ni siquiera los de los países desarrollados se escapan a esta situación; aunque pretenden esconderla buscando y señalando otras causas.

Políticamente, el tema es manipulado por los EE.UU. y los diferentes gobiernos, en el caso colombiano todo aquel que no esta de acuerdo con las políticas oficiales es declarado objetivo militar con la sindicación de terrorista y/o narcotraficante.

El narcotráfico sustituyo al enemigo de los pueblos, según el imperio y su corte, el comunismo internacional, al cual le extendieron certificado de defunción con la caída del campo socialista en Europa del Este, condenando a los pueblos a sufrir el desarrollo del capitalismo sin ninguna posibilidad de lucha; pero estos no se resigna a ese futuro de miseria, saben que esa no es la única posibilidad y siguen sus luchas.

Es con el narcotráfico como se justifican intervenciones abiertas y descaradas, retrocediendo a formas coloniales supuestamente superadas, que van desde las invasiones -caso Panamá- hasta las negociaciones de la soberanía, a través de tratados para la lucha contra el narcotráfico, como los hechos por varios países del Caribe, cediendo su mar territorial para que los EE.UU. lo patrullen, Colombia también firmo un acuerdo en similares términos; pasando por las imposiciones hechas por el imperio en materia de políticas internas, hasta el chantaje, no solo a los mandatarios de algunos países, sino incluso también a los aspirantes a la presidencia. Y en su conocida actuación con doble moral, caben también las incursiones en el negocio de las drogas para su beneficio - Abastecimiento de narcoticos a los soldados de su ejército en el Vietnam y el escandalo llamado Iran-Gate.

Sin embargo es necesario dejar clara nuestra consideración acerca de temas, los cuales se deben desnarcotizar, como el de la extradición, a la cual somos contrarios por principios, es un tema que tiene relación con la autodeterminación de los pueblos y la soberanía, no creemos necesario, ni justo, enjuiciar nacionales de ningún país en otro, si las leyes o la corrupción no permiten juicios o condenas

justas, eso es lo que hay que cambiar y no olvidemos que es el sistema el de la crisis y no los gobiernos de turno. El Imperio se erige como el gran policía del mundo y depositario de la moral, sin ningún pudor ni recato; con el pretexto de la lucha contra las drogas, esto no se puede permitir, ni justificar, como tampoco considerar las protestas contra esto, como hechas por amistad o relación o simpatía con el narcotráfico y los narcotraficantes. Otro ejemplo de esto es el abrogarse el derecho a calificar las políticas de los países con la llamada certificación, bien podría ser un proceso interno, porque como país tienen derecho a entregar sus ayudas a quienes quieran, pero no dejando en la picota pública a aquellos, a quienes descalifican por no cumplir con sus requisitos, porque inmediatamente son considerados países dependientes del narcotráfico, independientemente si los gobernantes de estos lo son y sus clases dirigentes y/o dominantes mantienen estas relaciones; son los pueblos, los nacionales de cada país los llamados a juzgar esta actitud y no el prepotente Imperio.

La lucha contra el narcotráfico como flagelo de la humanidad que beneficia económica y políticamente al imperio es una lucha antiimperialista, por la soberanía y la autodeterminación de los pueblos, pero también es una lucha contra las cúpulas dominantes nacionales por el beneficio de las mayorías nacionales y hace parte fundamental de la agenda a resolver para garantizar a nuestros pueblos una vida con justicia social, digna, en paz, con democracia y soberanía.

CONTRA EL IMPERIALISMO ... POR LA PATRIA

CONTRA LA OLIGARQUIA ... POR EL PUEBLO

HASTA LA VICTORIA FINAL ... SOMOS FARC-EP

1997 – AÑO DEL CHE

LISTA DE PARTICIPANTES

(Parcial)

TOVE STINA JOHNSON

UPPSALA, SUECIA

JOVENTUD IZQUIERDA DE SUECIA

SALVADOR MARTINEZ TORRES

Untitled Document

BOGOTA, COLOMBIA

PLUTARCO HERNANDEZ SANCHO

SAN JOSE, COSTA RICA

LIC. ARTURO FOURNIER FACIO

SAN JOSE, COSTA RICA

ASOCIACION AMERICANA DE JURISTAS

ANA ESTHER POSADA SANCHEZ

CURRIDABAT, COSTA RICA

ASOCIACION AMERICANA DE JURISTAS

CARLOS GUILLERMO AGUILAR SANCHEZ

ALAJUELA, COSTA RICA

UNIVERSIDAD DE COSTA RICA

ALFREDO MOLANO BRAVO

BOGOTA, COLOMBIA

SOCIOLOGIA

GILBERTO LOPEZ

SAN JOSE, COSTA RICA

GRUPO SOBERANIA

WALTER ANTILLON

SAN JOSE, COSTA RICA

GRUPO SOBERANIA

¡M_/Foro/95.htm (53 of 56)2/12/2008 16:05:50



Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

JULIO E. JURADO DEL BARCO

SAN JOSE, COSTA RICA

GRUPO SOBERANIA

MARIA LUZ GUTIERREZ CHAVARRIA

SAN JOSE, COSTA RICA

ABOGADA

LUIS FERNANDO ASTORGA GUTIERREZ

SAN JOSE COSTA RICA

CODEHUCA

RODRIGO GUTIERREZ SAENZ

GUADALUPE, COSTA RICA

DINORAH OBANDO HIDALGO

SAN JOSE, COSTA RICA

ASOCIACION AMERICANA DE JURISTAS

HECTOR GUZMAN GUZMAN

BOGOTA, COLOMBIA

C N N EN ESPAÑOL

ALVARO GERONIMO GONZALEZ

MANAGUA, NICARAGUA

ASOCIACION DE JURISTAS DEMOCRATICAS



Untitled Document

MARCIAL QUESADA SOLIS

ALAJUELA, COSTA RICA

NELSON ARCILA C.

COLOMBIA

CORPORACION AMIGOS POR LA PAZ

MARCO LEON CALARCA

FARC-EP COLOMBIA

JUAN ANTONIO ROJAS

FARC-EP COLOMBIA

MIGUEL ANGEL DIAZ

FARC-EP COLOMBIA

LIBARDO ORJUELA DIAZ

CALI, COLOMBIA

CORPORACION AMIGOS POR LA PAZ 4 DE JULIO

HUMBERTO VARGAS CARBONELL

SAN JOSE, COSTA RICA

PARTIDO PUEBLO UNIDO

EDUARDO MORA VALVERDE

SAN JOSE COSTA RICA

PARTIDO DEL PUEBLO COSTARRICENSE

ZABIER MANUEL HERNANDEZ BUELVAS

¡M_/Foro/95.htm (55 of 56)2/12/2008 16:05:50



Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

Num. 13429688 - Pág. 372

Untitled Document

BOGOTA, COLOMBIA

PARTIDO COMUNISTA, JUVENTUD COMUNISTA

PABLO CRUZ

U. AUTONOMA COLOMBIA

JAIME VELEZ

ASOCIACION JURISTAS – COLOMBIA



¡M_/Foro/95.htm (56 of 56)2/12/2008 16:05:50

Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

Num. 13429688 - Pág. 373

VIII ENCONTRO - CIDADE DO MÉXICO (MÉXICO) – 1998

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

DECLARACION FINAL DEL VIII ENCUESTRO DEL

FORO DE SAO PAULO

El VIII Encuentro del Foro de São Paulo, dedicado a la memoria del Comandante guatemalteco, Rolando Morán, se realiza en medio de la crisis del modelo neoliberal y del creciente rechazo a los gobiernos y partidos que lo han implementado y que una vez más buscan que sean los pueblos quienes si paguen sus consecuencias.

La crisis, que se inició en el sudeste asiático, llegó a nuestro continente y amenaza con agravar aun más la situación de la mayoría de los latinoamericanos y caribeños. Los países desarrollados desacelerarán su crecimiento y, dentro de ellos, muchos sectores sociales sufrirán las consecuencias. Pero nuestra región - cuya participación en el PBI mundial es sólo de 6,1 por ciento y tiene una situación de atraso estructural y dependencia, con una abultada deuda externa- pagará el más alto costo social, lo que ensanchará todavía más la brecha entre ricos y pobres, así como también profundizará aun más las desigualdades sociales por razón de género, etnia, raza y edad, agravando las consecuencias en la población femenina e infantil. Nunca como desde ahora quedarán al descubierto las atrocidades perpetradas por el neoliberalismo. Nunca como desde ahora se justificará tanto un cambio radical en las orientaciones prevalecientes en la región.

Hasta ahora ha predominado una orientación según la cual impera en el mundo una lógica de globalización neoliberal que lleva a propiciar desde los gobiernos las mejores condiciones para la competitividad de las empresas transnacionales. Nosotros creemos en la lógica de una economía humanizada, al servicio de la sociedad. Mientras el imperialismo pretende que el avance científico y tecnológico conduce a eternizar el status quo, nosotros estamos convencidos de que ese avance muestra la capacidad de la humanidad para resolver los problemas que amenazan su existencia misma. Ratificamos plenamente lo expresado en b Declaración Final del VII Encuentro del FSP: "El modelo neoliberal concibe al desarrollo como la condición en que las élites pueden acumular mas riqueza a expensas dei crecimiento de la pobreza, la marginación y la exclusión de una creciente franja de la población mundial. Afirmamos que el objetivo supremo del desarrollo debe ser la satisfacción de las necesidades materiales y espirituales del ser humano, con justicia social y armonía con la naturaleza".

Este panorama mundial resulta agravado por la creciente hegemonía política de



Estados Unidos y una situación unipolar en lo militar que ha habilitado un creciente intervencionismo de esa potencia en diversas partes del planeta, ya sea utilizando los organismos supranacionales o a través de su acción militar directa.

Como ya lo ha expresado el FSP en anteriores encuentros, las críticas que hacemos al orden internacional vigente no suponen aislarnos en este mundo contradictorio, conflictivo y en globalización, sino aprovechar las oportunidades y ventajas que nuestra época ofrece para el desarrollo, lo que sólo será posible con proyectos integrales alternativos al neoliberalismo, capaces de generar el más amplio consenso y compromiso de todas y todos los actores sociales afectados, en el marco de un proyecto de integración regional al servicio de los intereses de los pueblos, que se sustenten en una estrategia de poder funcional a los Intereses de las grandes mayorías nacionales que nos permita acumular fuerzas en la dirección de los cambios profundos.

Es resaltable que ahora se escuchen voces de "autocrítica" en el seno de los mismos organismos internacionales que son responsables del modelo e insensibles a las aspiraciones de los pueblos a una vida digna. Pero para nosotros es claro que no existe voluntad política de implementar cambios sustanciales al modelo, en función de los intereses que históricamente han defendido las élites latinoamericanas.

Nos corresponde a los pueblos luchar por cambios en el orden mundial, que modifiquen drásticamente las condiciones internas en el seno de cada país. La justicia social y la plena vigencia de los derechos humanos no serán realidad si no avanzamos hacia una sociedad que se proponga eliminar la brecha cada vez más grande entre ricos y pobres, y superar las desigualdades de género, raza, etnia y edad, utopía a la que unos llamamos socialista y otros sociedades postcapitalistas.

Los gobiernos neoliberales pretenden absorber el efecto de los ajustes anunciados tras la crisis bursátil, con un asistencialismo puntual que sólo busca impedir la adopción de medidas encaminadas a una justa producción y distribución de la riqueza material y espiritual, y a los cambios estructurales que dicho objetivo requiere. No podemos aceptar que los responsables de la pobreza nos hablen de la necesidad de erradicarla mientras ocultan la riqueza que se acumula en el otro polo cada vez más reducido de la sociedad., que destruyen incluso a las capas medias y muchos empresarios no vinculados al capital transnacional . Hay que marcar la responsabilidad de los gobiernos de la región que, al no adoptar medidas para revertir dicha situación, estimulan en nuestros países una mayor crisis social y política, amenazando de hecho las conquistas democráticas.

Frente a esta realidad tenemos plena seguridad de que existen salidas alternativas ante la explotación y la desigualdad social y de género, la depredación del planeta y

la creciente degradación de la condición humana. Estos desafíos exigen revalorizar, desde la izquierda, la acción política y el papel de los partidos para tornarlos capaces de cumplir democráticamente la función de representación de amplios sectores sociales, de organizar y conducir a las mayorías, con estrategias de poder adecuadas para realizar las transformaciones necesarias que exigen las sociedades injustas de nuestros países, y gobernar identificados con los intereses de sus naciones y sus pueblos. No hay democracia sin política, sin partidos, sin sindicatos y sin movimientos sociales organizados.

En las condiciones actuales de la globalización capitalista el poder de las transnacionales está reduciendo el papel de los gobiernos para controlar los movimientos del capital - los que se han acelerado vertiginosamente por la vía informática - y para conducir las políticas económicas y sociales. Paralelamente se promueven por las fuerzas de derecha transformaciones institucionales, funcionales a esta nueva realidad económica

Es que el sistema no puede sostenerse sino a condición de limitar siempre más drásticamente la participación de los pueblos en la toma de decisiones. Cuando no impone dictaduras o autoritarismos pugna por vaciar de contenido las formas democráticas. En concordancia con los dogmas del neoliberalismo se dictamina que las grandes decisiones son puramente opciones de naturaleza técnica. Toda consideración de las demandas sociales es descalificada como populismo. El consenso es proclamado como el modo de ser de la política moderna, vaciándola así de su función de representación de los diferentes intereses sociales. Se actúa deliberadamente para limitar el carácter representativo de los órganos electivos, para aislar al máximo de la influencia y control del pueblo los centros de decisión fundamentales.

A su vez, se pugna intensamente por la limitación de su soberanía nacional. Resoluciones determinantes para el futuro de los pueblos son transferidas crecientemente a instancias supranacionales, no electas, ajenas e inalcanzables a todo control popular donde se ejerce determinantemente la influencia de las empresas transnacionales y los centros imperiales. El FMI, el Banco Mundial, la OMC, el Grupo de los 7, el Foro Mundial de la Economía, reducen más y más el ejercicio de la soberanía nacional de nuestros países. A ello se pretende agregar ahora el Acuerdo Multilateral de Inversiones (AMI) que darla a las transnacionales la posibilidad de acusar internacionalmente a los gobiernos que dicten leyes que puedan afectar sus ganancias previstas.

No aceptamos un orden mundial que no es capaz de garantizar la propia supervivencia de la humanidad en condiciones de dignidad. En medio de las complejidades y las incógnitas de nuestra era, la izquierda latinoamericana y caribeña, reunida en el Foro de São Paulo - espacio ant imperialista, antineoliberal,

y plural de encuentro, acción solidaridad y formulación de alternativas programáticas y de lucha procura conocer cada vez más las nuevas condiciones presentes en el mundo y en cada país, para construir, a partir de esas realidades internacionales y nacionales, proyectos compatibles con sus principios, pero concebidos no como modelos cerrados y definitivos, sino abiertos, sujetos a la experimentación y la rectificación e impulsados por el componente fundamental de la participación social.

Toda alternativa al neoliberalismo requerirá, teniendo en cuenta las peculiaridades de cada país, una apuesta efectiva a la independencia nacional, la justicia social, la igualdad de condiciones y oportunidades, la solidaridad y la participación, en el marco de una nueva democracia, altamente participativa y que se vaya profundizando. Tenemos principios pero no recetas para movernos en pos de esos objetivos -que exigen emprender profundas transformaciones estructurales, auténticamente revolucionarias- y cada gobierno de izquierda y progresista, en cada país, en cada ámbito, deberá desplegar con creatividad y perseverancia una política que asegure el derecho del pueblo a construir su propio destino.

Nunca como ahora, y cada vez más, la izquierda esta llamada a dar una respuesta alternativa. Hemos hecho valiosas experiencias de gobierno, hemos impulsado y protagonizado significativas luchas, y hemos crecido en la consideración de nuestros pueblos, haciendo una contribución sustancial para construir una nueva sociedad.

SIN pretender enumerar aqui todas las iniciativas que han de ser incluidas en un programa alternativo ni hacer un desarrollo exhaustivo de ellas, es oportuno reseñar algunos de los elementos esenciales a tener en cuenta para estructurar nuestras propuestas nacionales, populares, democráticas y revolucionarias, cuya aplicación deberá ajustarse a las peculiaridades de cada realidad nacional y a las correlaciones de fuerzas en cada lugar y momento, teniendo presente el desarrollo integral de la persona.

Será imprescindible detener y revertir el proceso de destrucción productiva que tiene lugar en la mayoría de los países de la región adoptando las medidas estructurales, de política financiera, crediticia, comercial y laboral, que promuevan el desarrollo de la industria manufacturera, del agro -donde es frecuente una fuerte concentración de la propiedad y la tenencia de la tierra- y de las áreas productivas en general. Parte esencial de esta tarea es la preservación del medio ambiente y los recursos naturales, así como establecer legislaciones en materia de comercio exterior e inversión extranjera, y políticas de desarrollo tecnológico regidas por un proyecto autónomo, nacional y regional.

Será necesario combinar armónicamente la producción hacia los mercados interno y

externo, impulsar políticas responsables en materia fiscal, así como articular políticas de desarrollo industrial. El éxito de esta política debe medirse por su papel en el restablecimiento de las cadenas productivas nacionales y regionales, la generación de empleo, la satisfacción de las necesidades sociales y la conformación de una economía balanceada.

Un requisito central ha de ser el control de los movimientos internacionales de capital especulativo. Será imprescindible propender a la constitución y el fortalecimiento de bloques entre las economías de la región, de acuerdo a los lineamientos que sobre integración el Foro de Sao Paulo ha venido reafirmando como única forma de contrarrestar la acción de los megabloques que encabezan Estados Unidos, Unión Europea y Japón. Será necesario revisar los condicionamientos que han venido imponiendo las instituciones internacionales de crédito, dando la batalla en todos los ámbitos, aprovechando incluso los reconocimientos que desde los organismos financieros comienzan a escucharse al ver que "la aldea está en llamas".

En la mayoría de nuestros países deben impulsarse reformas sustanciales a los sistemas tributarios, de tal manera que la política fiscal contribuya a desarrollar economías productivas y lograr una mejor redistribución del ingreso. Se debe tributar más a los que más tienen y combatir la evasión para revertir las situaciones en que los pobres son los únicos que pagan impuestos.

Asegurar procesos a través de los cuales se garantice la participación democrática en la toma de decisiones por parte de todas y todos los actores sociales en el marco de relación igualitaria y del respeto a la diversidad. Así como el desarrollo de estrategias políticas que articulen lo nacional con lo regional y lo local, asegurando reales procesos de descentralización y la democratización de los procesos de elaboración y aplicación de políticas públicas.

Habrá que buscar nuevas articulaciones entre los sectores público y privado, lo que exigirá transformaciones en el Estado, que debe ser un participante activo en la orientación de las actividades económicas, y un actor central en el impulso y la articulación junto a la sociedad civil- de las políticas sociales. Se requiere la modernización del Estado, eliminando la corrupción, el clientelismo, y defendiendo nuestros patrimonios nacionales de las políticas de privatización, y una nueva relación de éste con el mercado que garantice el bienestar de la población.

La reestructuración económica orientada al desarrollo sostenible, al incremento del nivel de vida de la población y a la redistribución de la riqueza, exige que se revierta la tendencia a la reducción del mercado interno, políticas para el control nacional de los excedentes, el estímulo a la asfixiada pequeña y mediana empresa, la creación de empleos productivos que rescaten a la población económicamente

activa de las filas del desempleo y del sector informal, así como la solución de los problemas sociales básicos.

Habrà que encarar imprescindibles reformas sociales, incluyendo programas de emergencia. La educación, herramienta imprescindible para construir una sociedad donde exista la igualdad de oportunidades, la salud, la vivienda y la seguridad social en sus diversos aspectos constituyen otras áreas en donde se requerirán iniciativas audaces, imaginativas, de largo plazo y de hondo contenido solidario. También en el abordaje de graves problemas, como la discriminación de la mujer- que exige ser encarada y combatida con un claro enfoque de género-, la situación de la niñez, el racismo, la delincuencia y la inseguridad ciudadana, el narcotráfico y el rol de las fuerzas armadas en una sociedad democrática.

En relación a la multiétnicidad, pluriculturalidad y multilingüismo que caracteriza a las sociedades latinoamericanas, resulta fundamental el reconociendo social, político y jurídico de esta diversidad, el respeto a sus identidades, así como a los derechos que de las mismas se derivan, en un marco de unidad nacional y regional.

Ninguno de estos objetivos se logrará sin una activa participación social, lo que demandará el desarrollo de políticas públicas, y la promoción de conductas colectivas a todos los niveles.

Nuestra meta es la revolución, es decir, una profunda transformación de la sociedad, la que habrá de realizarse reafirmando y recreando la democracia, aspecto esencial de todo proyecto alternativo. Cada día se hace más notoria la necesidad de reformular, ampliar y profundizar la democracia en América Latina y el Caribe, lo que pasa, esencialmente, por abrir más y mejores canales de participación de todos los segmentos de la población, sobre todo de quienes continúan marginados del proceso de decisiones. El avance de una nueva democracia pasa por lograr mayor poder político para el pueblo y por restituirle a las instituciones del estado-nación la capacidad decisoria que le permita cumplir sus funciones de mediación social. La vigencia y consolidación de un sistema político-institucional democrático es sustancial para el proyecto alternativo. En él deben confluir simultáneamente la libertad, la justicia y la participación efectiva de la población.

La política exterior debe estar al servicio de los intereses de cada país y de la búsqueda y promoción de mercados para su producción, en el marco de los siguientes principios: afirmación de la independencia irrestricta en las decisiones que tome cada nación; solidaridad con los pueblos del mundo; reafirmación del principio de no intervención y autodeterminación; mantenimiento de relaciones con todos los países; democratización de los organismos internacionales; promoción de la constitución de un frente de deudores para encarar el problema de la deuda

externa y del intercambio desigual y apoyo a las iniciativas que a este respecto se establecieron en el encuentro de Caracas; defensa de los derechos humanos; impulso a los foros internacionales a favor del combate al "dumping social" y por el mejoramiento de las condiciones de vida; defensa del medio ambiente; respaldo al desarme y activo compromiso en favor de la paz mundial, lucha por un orden internacional justo.

Una línea fundamental debe ser la no aceptación de tratados impuestos unilateralmente, violando nuestra soberanía. En ese contexto rechazamos el Acuerdo Multilateral de Inversiones (AMI) y a toda forma unilateral de condicionamientos comerciales y de inversión.

El poder transformador de las fuerzas democráticas en América Latina dependerá, más que nunca en esta época, de su capacidad para interpretar y ganar el apoyo activo de las grandes mayorías, así como del impulso de auténticas y flexibles políticas de alianzas que posibiliten amplios consensos sociales. El objetivo no es meramente llegar al gobierno, sino llegar para transformar la sociedad. Y como ello no es tarea de unos pocos años, sino un proceso complejo y largo, será imprescindible consolidar y ampliar los respaldos sociales para la construcción de un proyecto estratégico que permita mantenerse en el gobierno y realizar los grandes cambios revolucionarios que demandan nuestras sociedades. Un triunfo electoral, y en general el ascenso de la izquierda al gobierno, no debe transformarse en una frustración. Ante los reiterados fracasos de los partidos de derecha, son crecientes las expectativas de que la izquierda solucione los problemas de la gente, lo que puede generar impaciencias y hasta fricciones con un gobierno popular. Por eso hay que hablar antes de alcanzar el gobierno con mucha claridad, sin demagogia, sin generar falsas expectativas, acerca de las posibilidades pero también de las limitaciones y condicionamientos que deberemos enfrentar para llevar adelante nuestro proyecto. Debe quedar claro que no podrán revertirse de un día para otro todos los efectos de décadas de políticas antipopulares. Estas tareas históricas son responsabilidad y corresponde resolverlas a las fuerzas revolucionarias, democráticas y progresistas en su propio país y de acuerdo a las condiciones concretas nacionales.

Finalmente, somos conscientes de que el proyecto alternativo en cada país solamente podrá abrirse camino si el conjunto de los pueblos y las organizaciones de izquierda conjugamos ese valor superior que es la solidaridad.

Solidaridad con quienes luchan por el pan, por la democracia, por la paz y por la justicia; con quienes se enfrentan a la reacción y al imperialismo; solidaridad con Cuba -objeto desde hace décadas de un inadmisibles e inhumano bloqueo-; solidaridad con los gobiernos populares locales que ya son realidad en varias ciudades y regiones del continente; solidaridad con los frentes y partidos

progresistas y de izquierda que en los próximos años seguramente van a ir asumiendo los gobiernos nacionales en distintos países. La solidaridad y la unidad de los pueblos y las organizaciones políticas comprometidas con las transformaciones democráticas y revolucionarias serán otro de los grandes requisitos para abrirnos camino en el difícil escenario internacional.

Al tiempo de reconocer la necesidad de la búsqueda y de admitir que no pretendemos respuestas definitivas para todos los problemas, afirmamos que la izquierda ha recorrido un largo camino no sólo en la elaboración teórica y en la lucha junto al pueblo, sino que posee ya diversas y exitosas experiencias de gobierno. Ellas demuestran que existen otras maneras de hacer las cosas. El creciente respaldo popular a las opciones progresistas va tornando cada día menos creíbles las predicciones de la derecha (y de varios jefes de Estado) con relación a la presunta incapacidad de la izquierda para gobernar, para atraer inversión extranjera e impedir la fuga de capitales, y para garantizar los equilibrios y la seguridad. Son ellos quienes han fracasado. No somos nosotros sino ellos los que han desencadenado o facilitado una crisis como la actual, los que han despejado el espacio para el vuelo de los capitales golondrina, los que han generado la inestabilidad y la incertidumbre, los que han ocasionado los conflictos sociales y las situaciones de enfrentamiento y guerra. También es en el marco del modelo neoliberal que se ha engendrado la corrupción, otro de los elementos que jaquean a la política y acorralan a la ética.

Con confianza pero con humildad, con firmeza pero con flexibilidad, seguros de nuestros principios y conquistas, pero conscientes de la necesidad de profundizar nuestras búsquedas y luchas, las organizaciones integrantes del Foro de Sao Paulo llamamos a los pueblos de América Latina y el Caribe, a todas las fuerzas democráticas, a todos los sectores dispuestos al diálogo, a redoblar los esfuerzos para alcanzar un mundo más justo y seguro para todos. Consideramos que la búsqueda de una alternativa al neoliberalismo y la conquista de victorias en la lucha por la independencia nacional, la democracia y la justicia social en nuestros países. requiere la más amplia unidad del pueblo lo que implica la convergencia política entre las fuerzas y corrientes democráticas y antiimperialistas.

SALUDAMOS y nos solidarizamos con quienes a lo ancho y a lo largo de nuestro continente alientan la esperanza en los cambios; a los millones de excluidas y excluidos de una vida digna; a los pueblos que enfrentan la represión, la guerra sucia y el terrorismo de Estado -como el de Colombia-, o el criminal bloqueo impuesto por el imperialismo -como el que padece Cuba-, o sufren aun el anacronismo histórico del colonialismo -como Puerto Rico (donde se cumplen cien años de la invasión norteamericana), Martinica, Guadalupe, Guayana francesa. Islas Malvinas y otros países de América Latina y el Caribe- o el abuso de castas dirigentes involucradas en la corrupción y el saqueo de los bienes públicos.

Nos identificamos con las luchas de los pueblos indígenas de América Latina, para lograr el reconocimiento de sus identidades y derechos. Destacamos especialmente como una tarea pendiente de las fuerzas democráticas, progresistas y revolucionarias el lograr que los estados cumplan con el Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), que establece la obligatoriedad que tienen las empresas nacionales y extranjeras, de consultar a las comunidades originarias e indígenas sobre las condiciones de las inversiones y explotaciones de los recursos naturales, renovables y no renovables, y si es posible beneficiarlas de las utilidades de su explotación.

Nos solidarizamos con la lucha por lograr la equidad de género que debe ser emprendida por hombres y mujeres por igual. Reafirmamos nuestro compromiso de combate a toda expresión de racismo en nuestro continente.

Nos comprometemos a vigilar el cabal cumplimiento de los Tratados del Canal de Panamá de acuerdo a los cuales el 31 de diciembre de 1999 deberá culminar el desmantelamiento de las bases militares extranjeras allí instaladas, y la reversión de esa vía acuática al patrimonio nacional panameño.

Saludamos las acciones de las entidades y partidos que, en ocasión de la Conferencia de la OEA sobre Terrorismo que se realizará en Mar del Plata los días 24 y 25 de noviembre de 1998, están organizando una Contra-conferencia con el fin de desenmascarar los verdaderos objetivos de la misma.

Rechazamos la estrategia norteamericana de "guerra a las drogas" que se desarrolla en América Latina en general y en los países andinos de manera particular, la cual se ha convertido en un pretexto de intervención política, económica y militar en nuestros países. Rechazamos la certificación unilateral con la que Estados Unidos somete a nuestros pueblos y demandamos una certificación multilateral que involucre tanto a los países productores como consumidores de droga. Reiteramos nuestro compromiso con la lucha frontal contra la libre empresa de la droga y exigimos una salida pacífica y concertada a un problema mundial que, con la actual política antidrogas, solo ha tenido a los campesinos como sus principales víctimas.

Saludamos y nos solidarizamos con los movimientos populares y las organizaciones de izquierda y progresistas que llevan adelante jornadas de luchas sociales, como las recientes huelgas en Colombia, Ecuador, Argentina, Perú y Chile; con los pueblos que han logrado conquistas relevantes producto de procesos de lucha que propiciaron exitosas negociaciones, como El Salvador y Guatemala, los cuales deben expresarse y profundizarse en una democracia económica, política y social; las conversaciones de paz en Colombia y en Chiapas, respetando los derechos de esos pueblos, la concreción de importantes avances, con perspectivas de gobierno,

en todo el Continente.

Saludamos al pueblo Cubano al cumplirse, el 1° de enero de 1999, los primeros cuarenta años del triunfo de su revolución. Una vez más nuestra fraterna solidaridad en su lucha por construir una nueva sociedad mucho más justa y democrática.

Saludamos al pueblo de Nicaragua y al FSLN, al conmemorarse el 19 de julio de 1999, 20 años del triunfo de la revolución popular sandinista que significó una victoria de todos los pueblos de América y el Caribe, y tuvo hondas repercusiones en el continente y particularmente en Centroamérica. Es necesario que reflexionemos sobre ese proceso, su presente y futuro.

Saludamos y nos solidarizamos con el pueblo de México y sus Partidos de izquierda y muy especialmente, con el Partido de la Revolución Democrática (PRD), fraterno y hospitalario anfitrión de este VIII Encuentro, que llevó al compañero Cuauhtémoc Cárdenas a gobernar la ciudad más grande del continente y alcanzar importantes victorias en otras partes de México, imponiendo un cambio sustancial en las perspectivas futuras de este país.

El VIII Encuentro del Foro de São Paulo reafirma la vigencia y proyección de este espacio plural, democrático, antiimperialista y solidario, y se compromete a continuar intercambiando experiencias y opiniones, buscando con espíritu abierto las soluciones que nuestros países requieren, y bregando junto a cada pueblo para que se haga realidad el sueño de nuestros próceres de la primera independencia y de quienes, con Ernesto Che Guevara como símbolo y ejemplo, han construido a lo largo del siglo que finaliza la inextinguible confianza en nuestras propias fuerzas.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998.

MANIFESTO DO MÉXICO - ESPANHOL

MANIFIESTO DE MEXICO

Importantes acontecimientos han ocurrido en el escenario internacional y regional desde que, hace poco más de un año, el Foro de Sao Paulo celebró su VII Encuentro en Porto Alegre. Una grave crisis financiera afecta a Japón, a los llamados "tigres asiáticos" --que se nos presentaban como modelos a emular--, agrava las tendencias desintegradoras en Rusia --una de las mayores potencias nucleares-- y amenaza con devastar la economía y agudiza la explosiva situación social en todos los confines del planeta. Las guerras nacionalistas, étnicas y religiosas proliferan en Europa, Asia y Africa. El hambre, la sed y las enfermedades azotan a extensas regiones marginadas. Se agiganta la brecha entre países ricos y pobres, y entre las élites y los seres humanos que no tienen derecho al presente ni al futuro.

En América Latina y el Caribe es cada vez más evidente que el crecimiento del desempleo y la precarización del trabajo constituyen problemas estructurales sin solución dentro del modelo neoliberal, agravándose así la pobreza y la violencia social en nuestro continente. Paralelamente, las consecuencias socioeconómicas del neoliberalismo agudizan el resto de las formas de opresión y discriminación. El neoliberalismo, en síntesis, amenaza a la democracia, distorsiona las identidades culturales, profundiza la crisis ambiental, potencia la feminización de la pobreza, y pone en riesgo la dignidad de los seres humanos.

La crisis económica y financiera afecta directamente a Brasil y amenaza extenderse a todo el continente, incluidos los propios Estados Unidos. En ese contexto el proyecto de creación de un Area de Libre Comercio de las Américas, que los Estados Unidos pretende imponer a los gobiernos de la región, profundizaría la subordinación de nuestras naciones y reduciría los espacios de soberanía e independencia de nuestros pueblos.

Los efectos de las políticas de apertura unilateral y asimétrica ya no sólo aumentan la explotación, la pobreza y la miseria de las mayorías a niveles sin precedentes, sino que impactan en las capas medias y conducen a la quiebra a los sectores económicos nacionales que no lograron insertarse en la rotación del capital transnacional. Es por ello que los gobernantes y partidos que durante los últimos veinte años aplicaron diligentemente el modelo neoliberal cambian el discurso e intentan presentarse como los más capacitados para neutralizar o aminorar las consecuencias de una crisis de la cual son corresponsables, agravándola con sus administraciones corruptas.

En este breve lapso de apenas unos meses, se extiende la conciencia de que la globalización neoliberal dista mucho de ser un proceso inexorable y gana terreno la comprensión de que la alternativa de izquierda es la única posible. Los pueblos responden a la doctrina neoliberal con el incremento de las luchas políticas y sociales. Los partidos y movimientos del Foro de Sao Paulo avanzan en la acumulación política y social. El sindicalismo, una de las principales víctimas de la oleada neoliberal, recupera terreno y se orienta hacia la construcción de plataformas de lucha nacionales y regionales. Al mismo tiempo, se incrementa la acción de los movimientos sociales que defienden las reivindicaciones de las mujeres, étnicas, culturales, de las mujeres y los hombres sin tierra, sin techo y sin salud. Las luchas contra la impunidad y por la plena vigencia de los Derechos Humanos, que constituyen un elemento fundamental de nuestro accionar político, han cobrado mayor impulso con el enjuiciamiento y la detención del dictador Pinochet, hecho que consideramos altamente positivo y que esperamos sirva de precedente para hacer justicia con los asesinos y torturadores de tantos hijos e hijas de nuestros pueblos.

Frente al esquema neoliberal de soberanía restringida que usurpa los derechos políticos de la ciudadanía y lo sustituye con decisiones impuestas por el Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial y otras instituciones supranacionales hegomonizados por los Estados Unidos, se amplían, profundizan y fortalecen los espacios institucionales ocupados por la izquierda en las legislaturas nacionales, gobiernos estaduais y locales, al tiempo que maduran las condiciones para el triunfo electoral que pueda conducirlos al gobierno en varios países de la región. La experiencia acumulada en las gestiones legislativa y gubernamental por parte de las fuerzas de izquierda les permite desarrollar sus propias propuestas programáticas y aprovechar los espacios democráticos conquistados en sus luchas para impulsar políticas de bienestar popular.

Es de particular importancia la consolidación y profundización de los procesos de transición democrática en El Salvador y Guatemala, producto de exitosas negociaciones políticas que pusieron fin a los conflictos armados internos en esos países.

En los escenarios de las luchas populares extrainstitucionales se registra también un significativo proceso de acumulación y construcción de espacios alternativos y de impugnación de las políticas neoliberales.

La apertura de un proceso de diálogo entre el gobierno de Colombia y la insurgencia de ese país es una muestra de acumulación política de la izquierda, que abre las posibilidades a una solución del conflicto social y armado, basada en la erradicación de las causas que le dieron origen. En dirección opuesta, es preocupante el recrudecimiento de la violencia en Chiapas y los obstáculos que han

provocado el estancamiento del proceso de negociación.

Los hechos acontecidos durante los últimos ocho años, confirman la certeza de los pronunciamientos realizados por los encuentros anteriores del Foro de Sao Paulo sobre las perversas consecuencias del modelo neoliberal, y refuerzan nuestra indeclinable vocación de trabajar por una genuina integración regional y el afianzamiento de la solidaridad. En ese sentido tienen una especial importancia las luchas por la independencia de los territorios coloniales que aún subsisten en nuestra América y la solidaridad con la Revolución Cubana, que enfrenta la hostilidad y el bloqueo del gobierno de los Estados Unidos.

Por consiguiente hoy, 1° de noviembre de 1998, reunidos en la ciudad de México, la mayor urbe del continente, gobernada por un partido miembro del Foro de San Paulo, el Partido de la Revolución Democrática, las mujeres y los hombres participantes de este VIII Encuentro, como conclusión de nuestros debates:

* Afirmamos que el curso de la globalización neoliberal no es inexorable; el detenerlo y derrotarlo está en nuestras manos, promoviendo la solidaridad y globalizando las acciones de los pueblos de América Latina y el Caribe, para la concreción de una vía propia y alternativa de desarrollo económico con justicia social.

* Proponemos construir, respetando nuestro compromiso de unidad en la diversidad, un proyecto que rescate y socialice los espacios productivos, afiance la industria, la agricultura y la productividad nacional, profundice y amplie socialmente la democracia, reformule el rol del estado, garantice los derechos humanos, respete el medio ambiente, integre la igualdad y equidad de género, el reconocimiento de la identidad y derechos de los pueblos indígenas, elevando la calidad de vida de nuestra gente y propugne una verdadera integración de nuestros pueblos.

* Ratificamos nuestra decisión de seguir promoviendo nuevas formas de gobierno y de gestión política social y económica, ejerciendo el poder de manera democrática, cristalina y al servicio de los pueblos, con la participación permanente de la sociedad.

* Manifestamos que marcharemos hombro con hombro con las mujeres y los hombres de este continente dispuestos a luchar contra la globalización neoliberal y sus efectos, y por la construcción del proyecto alternativo que haga realidad el sueño de nuestro próceres de una América libre, donde "los más infelices sean los más privilegiados".

México, D.F., 1 de noviembre de 1998.

Obs.: Aprovada por unanimidade pela plenária do VIII Encontro do Foro de São Paulo. Com o compromisso do Grupo de Trabalho de incorporar as emendas apresentadas durante o debate final.



NEGOCIAÇÃO E PROCESSO DE PAZ - ESPANHOL

TALLER DE NEGOCIACION Y PROCESOS DE PAZ

EN AMERICA LATINA

La Mesa de Negociación y Procesos de Paz en América Latina se instaló a las 10:45 horas del día 30 de octubre de 1998. El moderador de la mesa Carlos Payán Verver, senador del Partido de la Revolución Democrática (PRD) y miembro de la Comisión de Concordia y Pacificación (COCOPA), introdujo el tema con la ponencia "México y la Paz". A grandes rasgos, describió la coyuntura internacional de los procesos de paz que se han dado recientemente. Abordó también el conflicto en Chiapas y la necesidad de privilegiar el diálogo como forma de solución del conflicto; afirmó que éste sólo se dará cuando cese la violencia.

En segundo lugar, intervino Carlos González, representante de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG), quien hizo una síntesis del proceso negociación para alcanzar la paz firme y duradera en Guatemala. Inscribió este proceso como el último para la pacificación de Centroamérica. Como un rasgo principal para alcanzar la paz habló de la suma de esfuerzos entre la URNG, la sociedad civil y demás fuerzas políticas y sociales de Guatemala. Afirmó, que un factor importante para lograr la paz fue el haberse superado prejuicios que impedían el libre curso de la negociación. Reconoció la participación internacional para lograr la paz en Guatemala, y el hecho de que México permitiera que en su territorio se llevara a cabo la mayor parte del dicho proceso. Señaló, que si bien, fue una negociación larga lo importante fue respetar los tiempos políticos acordados por las partes, y limitar los intereses de éstas, ante los de la sociedad guatemalteca. Por último, planteó las diferencias y dificultades que hay entre negociar la paz y construirla.

El tercer orador fue el senador del Partido Revolucionario Institucional (PRI), Pablo Salazar Mendiguchía, miembro también de la COCOPA. Hizo una exposición detallada del surgimiento del conflicto en Chiapas, de la creación de la COCOPA y del rompimiento del diálogo entre el Gobierno Mexicano y el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN). Planteó que la causa principal del levantamiento en Chiapas es la extrema pobreza y la marginación, y que mientras estas causas existan el conflicto estará latente.

En respuesta a la pregunta realizada por Pedro Marle de Izquierda Unida de España, de si el gobierno mexicano prepara una salida militar en Chiapas, Pablo Salazar afirmó que no cree que ésta se dé ya que si el gobierno mexicano "no tiene la capacidad para hacer la paz, menos la tiene para hacer la guerra". Sobre este

punto, el senador Payán manifestó su posición sobre la posibilidad de una salida militar. Dijo que en Chiapas el gobierno mexicano administra el conflicto apoyando una guerra de baja intensidad y fomentando el desarrollo de grupos paramilitares.

El diputado del Partido Acción Nacional (PAN) y presidente en turno de la COCOPA, Felipe de Jesús Vicencio Alvarez, mandó su ponencia por escrito para ser leída por el moderador de la mesa. En ésta se plantea el papel que desempeña la COCOPA en el conflicto armado en Chiapas. Como punto principal afirma que no hay una sola ruta para transitar a la paz, que cada proceso tiene sus particularidades. El documento expresa la metodología y los objetivos de la COCOPA, así como, que el único camino para alcanzar la paz es el diálogo.

Por su parte, el representante del Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN), Jorge Shafik Handal, manifestó que los procesos de diálogo y negociación no pueden ser vistos como hechos aislados, sino como parte de los procesos históricos de cada país. Señaló que la característica que distingue al proceso salvadoreño de otros fue la fuerza que adquirió su aparato político-diplomático, el cual logró tener representación en todos los países involucrados directa o indirectamente en el conflicto, incluyendo una oficina en Washington DC. Hizo un recuento de los diversos procesos de diálogo y negociación que se llevaron a cabo entre los gobiernos salvadoreños y el FMLN a partir de 1984. Destacó el papel contradictorio que jugaron el gobierno norteamericano, que sistemáticamente presionó en busca de la aniquilación del grupo armado, y por otra parte México y Francia, países que desde 1981 reconocieron las causas internas del conflicto armado y la urgencia de un proceso de negociación en que se reconociera a las partes con el estatuto de beligerantes. Narró, en particular, el proceso que dio lugar a la negociación final, en que cumplieron un papel significativo las ofensivas del FMLN en 1989-90. Concluyó señalando como resultados positivos de la negociación la realización de una reforma constitucional, que incluye el establecimiento de una Procuraduría de Defensa de los Derechos Humanos, la disolución de los cuerpos policíacos y paramilitares, la formación de una policía nacional civil, la limitación de las atribuciones constitucionales de las fuerzas armadas y su depuración y reducción.

Por último tomó la palabra Marco León Calarcá representante de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP), quien planteó que no puede existir una verdadera paz si se mantienen las condiciones de miseria e injusticia que sufre el pueblo colombiano. Manifestó que hasta ahora todos los procesos de diálogo y negociación entre los grupos armados y el gobierno colombiano han resultado en una desmovilización de los primeros, la persecución y asesinato de cientos de sus integrantes, y el hostigamiento continuo a las organizaciones populares, sin que se haya resuelto efectivamente ninguna de las demandas que dieron lugar a la lucha armada de los grupos revolucionarios. Se

manifestó esperanzado en el actual proceso de negociación iniciado en junio de 98, que ha conducido a que el Ejército desocupe cinco departamentos y a la suspensión de órdenes de aprehensión en contra de los integrantes de la Comisión de Diálogo, pero insistió en que el proceso de paz no se resolverá sino hasta que se satisfagan las demandas de justicia, dignidad y soberanía que dieron origen al conflicto armado en Colombia.

Los integrantes del Taller de Negociación y Procesos de Paz en América Latina proponen a la Plenaria del VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo la adopción de las siguientes

RESOLUCIONES

1. Los procesos de lucha armada en América Latina han tenido sustento en condiciones de pobreza, exclusión y falta de democracia, y no podrán resolverse hasta en tanto se dé satisfacción a las demandas de vida digna, pleno ejercicio de derechos humanos, civiles y políticos para todos los habitantes de la región.
2. Existe una creciente conciencia internacional de que sólo por medio del diálogo y la negociación es posible dar fin a los conflictos armados. Sin embargo, la lógica del comportamiento de las fuerzas involucradas no puede ser vista como hecho aislado, sino como parte del proceso histórico de cada país.
3. En cada uno de los procesos de lucha armada, el diálogo y la negociación tienen sus propias particularidades. Las soluciones que aportan corresponden sólo a ellas y sin embargo, no deben desestimarse en la comprensión y solución de otros conflictos
4. Una de las enseñanzas más importantes de tales procesos de negociación es que, pese a su duración y la incertidumbre en relación al comportamiento de las partes en conflicto y sus posibles resultados, en la mayor parte de los casos muestran que es posible tener esperanzas en que tengan una conclusión positiva.
5. Para ello, es indispensable que las partes manifiesten no sólo en los discursos sino en los hechos, verdadera voluntad política para reconocer la legitimidad de las demandas de sus adversarios, respetar su integridad durante y después del proceso de negociación, y dar respuesta efectiva a las causas económicas, sociales y políticas que dieron origen al conflicto.

Los integrantes del Taller de Negociación y Procesos de Paz en América Latina proponen a la Plenaria del VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo la adopción de las siguientes

RESOLUCIONES PARTICULARES

1. El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo hace un llamado al pueblo colombiano, al Presidente Andrés Pastrana, a las FARC-EP y al ELN para que no escatimen esfuerzo alguno en contribuir con que el proceso de negociación en curso concluya con una paz digna en ese país. Para ello, es indispensable que las partes manifiesten no sólo en los discursos sino en los hechos, verdadera voluntad política para reconocer la legitimidad de las demandas de sus adversarios, respetar su integridad durante y después del proceso de negociación, y dar respuesta efectiva a las causas económicas, sociales y políticas que dieron origen al conflicto.

2. El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo hace un llamado al pueblo mexicano, al Presidente Ernesto Zedillo y al EZLN para que no escatimen esfuerzo alguno en contribuir con que el proceso de negociación en curso concluya con una paz digna en ese país. Para ello, es indispensable que las partes manifiesten no sólo en los discursos sino en los hechos, verdadera voluntad política para reconocer la legitimidad de las demandas de sus adversarios, respetar su integridad durante y después del proceso de negociación, y dar respuesta efectiva a las causas económicas, sociales y políticas que dieron origen al conflicto.

3. El Foro de Sao Paulo da la bienvenida al Acuerdo de Belfast como una contribución puntual al desarrollo del Proceso de Paz de Irlanda. Felicita a todos los involucrados. Reconoce, como lo muestran otras experiencias internacionales, que la implementación del Acuerdo es indispensable para que las negociaciones continúen en el futuro.

Manifiesta su preocupación por el retraso actual para establecer las políticas institucionales acordadas, que podría ser contraproducente en el proceso. Por lo tanto, demanda al gobierno Británico, al de Irlanda y a las otras partes involucradas en el Acuerdo, su adhesión al cumplimiento del cronograma acordado para el establecimiento de instituciones políticas.

Asimismo, llama a las partes a utilizar esta propuesta para lograr los importantes beneficios de la política, la justicia, la igualdad y la desmilitarización de la sociedad, y resolver los asuntos que son clave para un proceso duradero de paz.

A solicitud del representante de Sinn Fein de Irlanda, los integrantes del Taller de Negociación y Procesos de Paz en América Latina resuelven trasladar a la Plenaria la siguiente Propuesta de Declaración, en relación a un proceso de similares características al que vive Irlanda:

"En su declaración del 18 de septiembre de 1998, la Organización armada Euskadi Ta Askatasuna (Patria Vasca y Libertad – ETA) anunció un alto al fuego de carácter

unilateral e indefinido.

Reconocemos la importancia y la trascendencia de esta decisión.

Llamamos a los Gobiernos español y francés a asegurar el establecimiento de negociaciones inclusivas y sustantivas sin demora.

Esperamos ver un acuerdo político consensuado que pueda alcanzar la fidelidad de todos y que esté basado en los principios de democracia, igualdad y ejercicio de la autodeterminación".



RESOLUÇÕES ESPECIAIS - ESPANHOL

RESOLUCIONES SOBRE SOLICITUDES DE INGRESO

AL FORO DE SAO PAULO

El grupo de trabajo del Foro de Sao Paulo, después de analizar las solicitudes de ingreso de partidos latinoamericanos y caribeños y con base a la normatividad vigente, resuelve lo siguiente:

1. En lo referido a la solicitud del "Movimiento Todos por lo Patria" de Argentina, se resuelve que continúe como OBSERVADOR, en tanto no exista consenso para su ingreso por parte de las organizaciones de ese país, que son miembros plenos del Foro de Sao Paulo.
2. Con respecto a la solicitud de ingreso planteada por la organización "Corriente Comunista Luíz Carlos Prestes" de Brasil, las organizaciones y partidos de ese país, que forman parte del Foro, solicitan que el ingreso de esta organización sea discutido entre las organizaciones miembros, por lo que la decisión se difiere para el IX Foro. En base a la argumentación anterior se resuelve que dicha organización participe con el estatuto de OBSERVADOR.
3. Los diez partidos miembros del Foro de Sao Paulo de la República Dominicana, solicitan un período de tiempo para discutir la situación de los partidos "Partido de la Liberación Dominicana" y "Partido Revolucionario Dominicano", lo que les permitirá discutir sus diferencias dentro del marco nacional, por lo que atendiendo la solicitud de los miembros del grupo de trabajo de dicho país, se decide mantener el estatuto de OBSERVADORES para ambas organizaciones.
4. Se recibió la solicitud de ingreso del "Movimiento Revolucionario Tupac Amaru" del Perú. El grupo de trabajo, ante la ausencia en el Foro de las organizaciones miembros de este país, acuerda realizar la consulta respectiva con los partidos miembros del Perú, para tomar una resolución al respecto.
5. Se recibió la solicitud de la organización "Confluencia Frenteamplista" de Uruguay. En razón, de no existir consenso entre las organizaciones miembros de dicho país para aceptar su ingreso, se toma la decisión de otorgarle el status de OBSERVADOR.
6. En lo que se refiere a la organización "Asamblea por la Soberanía de los Pueblos" de Bolivia, en razón de la ausencia de las organizaciones miembros de ese país en el



VIII Foro de Sao Paulo, se decide realizar la consulta respectiva para tomar la decisión definitiva sobre su ingreso.

7. Se analizó la propuesta realizada por la Secretaría Regional para Centro América del Foro de Sao Paulo, con respecto a la solicitud de ingreso del "Partido Fuerza Democrática" de Costa Rica, y se decidió aceptar la solicitud de dicho partido como MIEMBRO de este Foro.

8. Por último, se recibió la comunicación de la organización miembro del Foro "Partido Obrero Revolucionario de Colombia" de mantener su permanencia como miembro, con el nombre de "Presentes por el Socialismo".

México, D. F. 1 de noviembre de 1998



RESOLUCIÓN SOBRE LA DETENCIÓN DEL DICTADOR AUGUSTO PINOCHET

El arresto del dictador chileno Augusto Pinochet en Londres a solicitud de la justicia española ha sido recibido con profunda satisfacción por los partidos y fuerzas integrantes del Foro de Sao Paulo.

Consideramos que su detención es una expresión del repudio de la comunidad internacional a la negación sistemática de verdad y justicia y a la prevalencia de la impunidad por los crímenes de lesa humanidad cometidos por las dictaduras latinoamericanas, que han caracterizado los procesos de transición en nuestros países.

Por ello, el encarcelamiento de Pinochet significa un poderoso aliento a la lucha democrática de los pueblos de América Latina y en particular del pueblo de Chile, sometido aún al peso de la herencia antidemocrática del pasado dictatorial.

El arresto ha provocado también la reacción airada de las fuerzas de derecha en ese país que permanecen subordinadas al dictador. En correspondencia con su carácter, amenazan la estabilidad de los espacios democráticos conquistados por el pueblo. Invocan en la defensa del tirano valores como la inmunidad diplomática, la soberanía nacional y la extraterritorialidad, todos ellos pisoteados sistemáticamente por el régimen dictatorial y sus promotores y sostenedores internos y externos.

Pinochet es uno de los ejecutores de la "Operación Cóndor" que sistematizó operaciones criminales mas allá de las fronteras nacionales, en conjunto con los aparatos represivos de Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay y Bolivia incluyendo la comisión de delitos de lesa humanidad en esos y otros países como EE. UU. e Italia. Estos hechos de jurisdicción internacional constituyen parte sustancial del proceso que lleva adelante el juez Garzón en correspondencia con la legislación española y los tratados internacionales que en la legislación chilena prevalecen por sobre las leyes internas.

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo acuerda intensificar la lucha contra la impunidad y por alcanzar verdad y justicia en nuestra región y para ello resuelve:

1. Respaldar los procesos que llevan adelante los jueces españoles en el respeto de su ordenamiento jurídico y de los tratados internacionales.
2. Solidarizarse con las fuerzas democráticas chilenas en su lucha contra la impunidad y por enjuiciar a Pinochet.

3. Instar a sus organizaciones miembros para que, en conjunto con otras organizaciones sociales y políticas, realicen mítines en los diferentes países como parte de una jornada continental contra la impunidad, en torno del día 10 de diciembre, fecha en que se conmemoran los 50 años de la Declaración Universal de los Derechos Humanos.

4. Constituir una comisión que constibuya a coordinar las acciones de las fuerzas democráticas de los países en los que actúan los impulsores de la Operación Cóndor. (Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay, Chile y Bolivia).

México, D.F., 1 de noviembre de 1998



RESOLUTIVO ANTE EL DECESO DEL CRO. MANUEL PEREZ GARCIA

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, UELN expresa sus condolencias a los compañeros de la UCLN de Colombia, por la muerte del compañero Manuel Pérez García, Comandante General de esa organización y figura histórica de la revolución y las luchas democráticas en Colombia, durante las últimas décadas.

El Comandante Manuel Pérez fue, igualmente, ejemplo de internacionalismo y un cristiano comprometido con los pueblos de América Latina.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998



RESOLUCIÓN SOBRE LOS PRESOS POLÍTICOS DE LA TABLADA EN LA ARGENTINA

Los participantes del VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo considerando:

1. Que América Latina y el Caribe se han logrado superar enfrentamientos del pasado por medio de diferentes procesos de paz que han culminado con la inserción de todos los sectores en la vida política y, por ende, con la consolidación de los procesos democráticos en cada país;

2. Que Argentina padeció periodos de crímenes y aberraciones incalificables, vive desde 1990, una situación en la que no existe la posibilidad de que el autoritarismo pueda volver a implantarse;

3. Que sin embargo, este hecho trascendente y alentador para una sociedad que salió de la etapa más funesta de su historia, se ve ensombrecido por la existencia de 22 presos políticos (la mayoría hace casi 10 años) y otros perseguidos por los sucesos de La Tablada;

4. Que esta situación que se ha convertido en una injustificable remanente de las ya felizmente superadas circunstancias vividas en el pasado, ha generado innumerables pronunciamientos internacionales y hace casi un año el informe 55/97 de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos de la OEA, se solicita la libertad de los presos;

5. Que es imprescindible consolidar el proceso democrático iniciado en la Argentina en 1983 y, en virtud de la necesidad de superar los conflictos del pasado y asumir el compromiso de convivencia entre todos los sectores antes enfrentados, presenta la siguiente RESOLUCION:

1. Los participantes al VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo se comprometen a realizar gestiones antes el gobierno argentino en favor de la libertad de los presos políticos de La Tablada y el cese de las persecuciones.

2. Encomiendan al Grupo de Trabajo la conformación de una comisión del Foro integrada por el PRD de México, el Frente Amplio de Uruguay, el PT de Brasil y el FSLN de Nicaragua para que a más tardar en el mes de diciembre se entreviste con el gobierno y las fuerzas políticas de la Argentina con el fin de que se logre la inmediata solución de la situación aquí planteada.

México, D.F., 1° de Noviembre de 1998

Untitled Document

im_/Foro/149-2.htm (2 of 2)2/12/2008 16:05:51



Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

RESOLUTIVO SOBRE LOS PRESOS POLÍTICOS EN BRASIL

El Foro de Sao Paulo,

Considerando:

Que desde 1989 un grupo de combatientes del MIR Político de Chile guardan prisión en cárceles brasileñas, por su participación en una acción armada que tenía como objetivo recaudar fondos para apoyar los procesos de guerra revolucionaria que se libraban en Centroamérica.

Considerando:

Que en el largo y complicado proceso jurídico que siguió a la detención de este grupo de combatientes, se cometieron graves irregularidades y violaciones a los derechos de los detenidos, incluyendo torturas, y se recurrió a distintas maniobras para negarle a ellos la calidad de presos políticos.

Considerando:

Que a pesar de haber cumplido casi nueve años en prisión y de llenar otros requisitos legales, a los detenidos se les niegan sistemáticamente los beneficios contemplados en la ley brasileña, como son: la libertad condicional y la prisión semi-abierta.

Resuelve:

1. Demandar al gobierno de Brasil, el reconocimiento de su calidad de presos políticos a:

Nombre.Nacionalidad.

María Emilia Marchi Badilla. Chilena e italiana.

Christine Lamot. Canadiense.

David Spencer. Canadiense.

Raymundo Roselio Costa Freire. Brasileña.

Pedro Lembach. Chilena.

Ulises Gallardo. Chilena.

Sergio Olivares. Chilena.

Héctor Collantes. Chilena.

Horacio Paz. Argentina.

Humberto Paz. Argentina.

2. Exigir el cumplimiento de la ley brasileña que implique el otorgamiento a los detenidos de los beneficios correspondientes.

3. Solicitar la libertad y la salida de Brasil de los detenidos extranjeros.

VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo

México, D.F., 1° de Noviembre de 1998



RESOLUCIÓN SOBRE PUERTO RICO

Por cuanto

Este año se cumple un siglo de la invasión militar estadounidense contra Puerto Rico, en el marco de la guerra Hispano-Cubano-Americana.

Desde entonces y tras ser tomada como botín de guerrera, Puerto Rico ha sido utilizado por Estados Unidos a su antojo, imponiendo un régimen colonial y controlando su economía, agrediendo su cultura y utilizando su territorio para fines militares, muchas veces para agredir a países de América Latina.

El pueblo puertorriqueño ha luchado durante todo este siglo en condiciones desiguales, en defensa de su nacionalidad y por su autodeterminación e independencia.

Cien años después de la invasión yanqui, Puerto Rico se mantiene como nación caribeña y latinoamericana, enfrentando el dominio colonial y sus intentos anexionistas del gobierno actual.

La solidaridad internacional ha sido un componente de gran importancia en la lucha del pueblo Puertorriqueño por su autodeterminación e independencia nacional.

Por tanto

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo reitera su solidaridad con el pueblo de Puerto Rico en su lucha por la autodeterminación e independencia nacional.

Demandamos del gobierno de Estados Unidos que cese su dominación colonial sobre Puerto Rico que ya cumple cien años, y que se disponga a promover un proceso de descolonización verdadera de esa nación caribeña y latinoamericana.

Reclamamos la inmediata liberación de los presos políticos puertorriqueños, encarcelados en prisiones de Estados Unidos por el 'delito' de lucha y por la independencia de su patria.

Reafirmamos que Puerto Rico es una nación caribeña y latinoamericana que forma parte esencial del conjunto de naciones de América Latina, con el derecho inalienable a la autodeterminación e independencia.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998



Untitled Document

im_/Foro/150.htm (2 of 2)2/12/2008 16:05:52



Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

RESOLUCIÓN SOBRE HAITI

Los participantes al VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo reunidos en la ciudad de México, han constado el bloqueo político que agrava la crisis económica y también el peligro de inestabilidad de la vida institucional de ese país caribeño.

Proclama su solidaridad con el pueblo haitiano y acuerda organizar una misión de información a Haiti a fin de proponer una mediación entre los partidos en conflicto.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

PROPUESTA DE RESOLUCION POR LA LIBERTAD DE VICTOR POLAY Y DE TODOS LOS PRESOS POLITICOS EN PERU

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo:

Teniendo conocimiento de que el Comité de Derechos Humanos de la ONU en su 61 periodo de Sesiones, el 6 de noviembre de 1997, aprobó su dictamen emitido a tenor del párrafo 4° del Artículo 5° del Protocolo Facultativo, respecto a la comunicación No. 577/1994, sobre el caso del detenido político Víctor Alfredo Polay Campos, considerando: "... que el señor Polar debe ser puesto en libertad... porque la víctima ha sido condenada en base a un juicio que no contó con las garantías básicas de un juicio justo...".

Siendo este el caso de miles de presos políticos, y habiendo pasado más de 10 meses de emitido el dictamen El Foro de Sao Paulo resuelve solicitar al gobierno peruano cumplimiento de la resolución de la ONU, y hacer extensivo dicho dictamen a los demás presos que sufrieron los mismos vicios procesales y no tuvieron la posibilidad de defenderse ni la garantía de un juicio justo.

Existiendo muchas formas de resolver un problema que ha recluido, en condiciones muy duras, a miles de seres humanos, esperamos que en un gesto de humanidad del gobierno peruano, tanto el Señor Polay como los miles de procesados puedan alcanzar la libertad, y dar cumplimiento a una resolución del Comité de Derechos Humanos de la ONU.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

RESOLUTIVO EN MEMORIA DEL DR. JOSE FRANCISCO PEÑA GOMEZ

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo evocó la memoria del Dr. José Francisco

Untitled Document

Peña Gómez, Secretario General del Partido Revolucionario Dominicano, recientemente fallecido, como un incansable combatiente de la democracia y de la justicia social y hace llegar a su pueblo, partido y familia, su solidaridad.

México, D.F. a 1° de Noviembre de 1998.

¡M_/Foro/151.htm (2 of 2)/12/2008 16:05:52



Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

Num. 13429688 - Pág. 405

RESOLUCIÓN SOBRE EL PAÍS VASCO

Ante la situación creada en el conflicto del país Vasco, por el surgimiento de nuevas iniciativas políticas, el VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo resuelve:

1. Manifiestar su deseo de que se alcance una pronta y justa solución al mismo.
2. Exhortar a las partes involucradas a realizar los máximos esfuerzos a fin de alcanzar la paz en el corto plazo.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

RESOLUTIVO ANTE EL DECESO DEL

CRO. MANUEL PEREZ GARCIA

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, UELN expresa sus condolencias a los compañeros de la UCLN de Colombia, por la muerte del compañero Manuel Pérez García, Comandante General de esa organización y figura histórica de la revolución y las luchas democráticas en Colombia, durante las últimas décadas.

El Comandante Manuel Pérez fue, igualmente, ejemplo de internacionalismo y un cristiano comprometido con los pueblos de América Latina.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

COMUNICADO DEL GRUPO DE TRABAJO DEL FORO DE SAO PAULO Y LOS PARTIDOS DE LA IZQUIERDA EUROPEA ASISTENTES AL VIII ENCUESTRO

Durante el VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo se realizó una reunión entre el Grupo de Trabajo y los partidos de la izquierda europea asistentes al mismo. En la reunión se retomó el espíritu de la Resolución adoptada en el VI Encuentro del Foro en El Salvador sobre la conveniencia de desarrollar encuentros entre el Foro y la izquierda europea y se acordó lo siguiente:

1°.- El Grupo de Trabajo del Foro propone realizar un encuentro con diferentes grupos de partidos de izquierda y progresistas europeos, así como con distintas organizaciones sociales europeas en el primer semestre de 1999.

2°.- Para facilitar el intercambio con las izquierdas y organizaciones sociales de ambos lados del Atlántico, el Foro de Sao Paulo propone que los intercambios se

lleve a cabo en el Parlamento Europeo. En ese sentido, los partidos del Grupo Parlamentario Europeo de Izquierda Unitaria Europea-Izquierda Verde Nórdica llevarán a efecto las gestiones necesarias para que dicha propuesta pueda realizarse en la sede del Parlamento Europeo por invitación del NELF (Foro de la Nueva Izquierda Europea) y de la dinámica de la Cumbre de Líderes de la Izquierda Transformadora Europea.

3°.- El Foro Sao Paulo trabajará para desarrollar reuniones con los partidos socialdemócratas, verdes, y otras organizaciones progresistas, movimientos sociales, sindicales y ONG's.

RESOLUCIÓN SOBRE COLOMBIA

1. El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo expresa la indignación de los pueblos latinoamericanos y caribeños ante la guerra sucia, el terrorismo de Estado y la sistemática violación de los Derechos Humanos en Colombia. Exigimos del gobierno la disolución de los grupos paramilitares y plenas garantías para la actividad de la oposición política y social.
2. Saludamos las combativas movilizaciones de los trabajadores que enfrentan las políticas neoliberales y autoritarias y reafirmamos nuestra firme solidaridad con el pueblo colombiano.
3. Saludamos las perspectivas de conversaciones entre el gobierno y el movimiento guerrillero en busca de caminos para construir la paz. En este sentido el Foro de Sao Paulo manifiesta su firme disposición de apoyar la búsqueda de estos caminos de entendimiento y acuerda formar una comisión integrada por el PRD de México, el PT del Brasil, el Frente Amplio de Uruguay y el FMLN de El Salvador, el FSLN de Nicaragua y el PC de Cuba y otros miembros del Foro de Sao Paulo que asistan como observadores cuando se inicien los diálogos de paz.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

RESOLUTIVO DEL FORO DE SAO PAULO SOBRE EL VOTO DE LOS MEXICANOS EN EL EXTRANJERO

Los delegados, participantes e invitados al VIII Foro de Sao Paulo, que se lleva a cabo en la Ciudad de México, suscribimos:

- a. Que los mexicanos que viven en el extranjero no deben ser considerados ciudadanos de segunda clase, al negárseles derechos constitucionales;
- b. Que es innegable la enorme contribución económica de los siete mil millones de dólares provenientes de aquellos trabajadores mexicanos que radican en los Estados Unidos;
- c. Que el derecho al sufragio es universal y principal pilar de cualquier democracia del mundo;
- d. Que este derecho no puede ser negado por decreto u omisión, por lo tanto aprobamos el siguiente:

RESOLUTIVO

1. Que es responsabilidad y derecho de los mexicanos que radican en el extranjero, el votar en las elecciones presidenciales del año 2000;
2. Que el derecho al voto es una cuestión de tipo constitucional y, la politización de éste, viola los derechos constitucionales de millones de ciudadanos mexicanos residentes en el extranjero;
3. Que el proceso democrático de la República Mexicana no estará completo sin la inclusión de aquellos ciudadanos mexicanos que radican allende las fronteras;
4. Que nos pronunciamos a favor de que se implemente el derecho al voto de los mexicanos en el extranjero a la mayor brevedad, sin pretextos de ningún tipo;
5. Que las declaraciones gubernamentales a priori, solamente entorpecen el proceso de implementación y el trabajo de la comisión de especialistas, que determinarán las modalidades bajo las cuales los ciudadanos mexicanos podrán ejercer este derecho constitucional.

México, D.F. a 1° de Noviembre de 1998.

RESOLUCIÓN SOBRE LIBIA

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo expresa su solidaridad con el pueblo de Libia en contra del embargo y apoya su propuesta en el juicio de los presuntos implicados en el Tribunal Internacional de la Haya.

México, D.F., 31 de octubre de 1998



RESOLUCIÓN SOBRE LA ELECCIONES PRESIDENCIALES EN EL SALVADOR

Considerando:

1. La importancia que para los pueblos de América Latina y el Caribe tienen la participación del FMLN en las próximas elecciones presidenciales para el periodo 1999-2004.
2. La oportunidad histórica de que en El Salvador gobierna la izquierda como una conquista más en el avance del proceso de consolidación democrática surgida con los acuerdos de paz.

El VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, resuelve:

1. Expresar nuestro apoyo al FMLN y a su fórmula presidencial integrada por los compañeros: Facundo Guardado y Nidia Díaz, quienes integrarán un gobierno de concertación nacional con un programa político, económico y social que garantice cambios a favor del pueblo salvadoreño.
2. Resaltar la importancia de la presencia de la compañera Nidia Díaz como clara expresión de equidad de los géneros.

México, D.F., 1 de Noviembre de 1998.

RESOLUCIÓN DE SOLIDARIDAD CON LOS DAMNIFICADOS POR EL HURACÁN MITCH

Considerando:

1. Los estragos que el huracán "Mitch" ha causado en los países centroamericanos.
2. Que más de mil personas han muerto o desaparecido y grandes daños han sufrido las viviendas de pobladores de escasos recursos.
3. Que el huracán "George" afectó considerablemente a la República Dominicana, Haití, Puerto Rico y Cuba.

Resolvemos:

1. Expresar nuestra solidaridad con los pueblos centroamericanos y caribeños afectados por estos hechos.
2. Solicitar a los gobiernos de los países afectados por el huracán "Mitch" declarar el Estado de Emergencia Nacional y realizar gestiones para facilitar el apoyo material y financiero necesario para las familias afectadas.

México, D.F., 1 de noviembre de 1998

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE CRISTÃOS - ESPANHOL

8° Encontro del Foro de Sao Paulo

Declaración del Taller de Cristianos sobre "La izquierda hacia el nuevo milenio: ética y utopía (gallinas o águilas)"

1. Cristianos y cristianas de América Latina reunidos y comunicados como lo hicieron en Porto Alegre nuestros hermanos, ahora nosotros, en el marco del VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, presentamos nuestros aportes éticos y espirituales, así como nuestras reflexiones sobre el Nuevo Proyecto Social. Lo hacemos desde el punto de vista de "los de abajo" que ya es la vista de un punto.
2. Desde la teología de la liberación hemos venido compartiendo con ustedes, de muy diferentes modos y lugares, los procesos de opresión/liberación de los pueblos latinoamericanos: en los 60's y 70's fue la inserción con el pobre y oprimido, político y material; en los 80's compartimos el desafío del pobre cultural, de los nuevos sujetos emergentes. De la sociedad fuimos remitidos a la cultura; y ahora en los 90's nos hemos enfrentado a la globalidad desde lo ambiental, social, mental e integralmente. Amerita desatar un proceso de evaluación sobre la relación (recíproca, instrumental, de exclusión o material), que las izquierdas y los cristianos establecieron en los últimos treinta años. Así como aportes y limitaciones. De nuestra parte tenemos la autocritica a nuestras iglesias santas y pecadoras, así como la producción teórica-marxista de nuestros teólogos, los movimientos eclesiales, los mártires en toda América Latina: Camilo Torres, Leónidas Proaño, P. Esquivel, Oscar Arnulfo Romero, Sergio Méndez Arceo, los mártires de Acteal, y centenas de cristianos que hoy continúan en la defensa y en la producción de la vida. Con ellos, con ustedes y con nuestra historia hoy, levanta vuelo una de las más dignas propuestas políticas: El Foro de Sao Paulo.
3. Las experiencias de la caída de los paradigmas, la enorme crisis que atraviesa el capitalismo hoy globalizado, los enormes desequilibrios sociales, representan una nueva etapa en el proceso de Cosmogenésis. Vamos en el mismo barco y tenemos que entrarle a la globalización. No como nos impone las potencias controladoras del mercado mundial, como meras mercancías. Nosotros queremos entrar soberanos y conscientes de nuestra posible contribución ética, multicultural y espiritual.
4. Todos los seres estamos llamados a despertar el águila que cada uno de nosotros lleva dentro. Ese proyecto infinito llamado utopía. Estamos llamados a romper los límites de la situación existencial. Sabemos que hay movimientos en la política, en la educación y en proceso de mundialización que pretenden reducirnos a simples gallinas: despojándonos de nuestra naturaleza, de nuestros valores y

dignidad. ¿Cómo habremos de rescatar valores de héroes para alzar el vuelo y ser sujetos de nuestro destino? Aquí está el reto y la oportunidad para discernir sobre el mercado, para sugerir caminos, direcciones y un proyecto de esperanza.

5. Las políticas del Mercado "Globalizado" han destruido al mundo globalmente con el llamado ajuste estructural. La lógica para justificar el ajuste estructural es la "eliminación de las distorsiones del mercado", y así aplican, como una simple técnica: la apertura indiscriminada de los flujos de capitales y mercancías, la supuesta disolución del estado, las privatizaciones (que son fuente de un enorme pillaje), la flexibilización de la fuerza de trabajo (para el control absoluto del trabajador), la defensa de los derechos humanos, la protección al medio ambiente, la lucha por la justicia y el diálogo.

6. Este lenguaje esconde todo lo contrario. Por ejemplo los derechos humanos que ellos ("los de arriba") enarbolan, son los derechos del Mercado, que se refieren a personas jurídicas, a personas "naturales" (Toyota, Siemens, Microsoft, etc.). La empresa como sujeto universal de derechos humanos. La persona reducida a la empresa. Así van eliminando los otros derechos humanos, los valores y todo lo que se refiere a la persona y seres corporales: derecho de alimentación, casa, salud, salario, cultura, felicidad, ¡son meras distorsiones del mercado! Aquí solo caben los derechos de "propiedad", de productividad, sólo aquello que está dentro de las políticas neoliberales, con un supervalor: la competitividad. Este Proyecto del imperialismo de perversión y de muerte está perdiendo legitimidad y empieza a emerger el otro Proyecto.

7. El Proyecto de Liberación de los de "abajo", salido de la palabra verdadera de los más pequeños, los indios, los zapatistas rebeldes que lo han expresado así: "Una sociedad donde quepan todos", "para todos todo". Estamos ante una nueva perspectiva de liberación. Este es un Proyecto que nos mete al problema central: la subjetividad. Aquello que subyace. No es el sujeto ya constituido, objetivo: la burguesía, el sujeto que controla la autoridad, la ley, el que toma las decisiones. Es ahora, la subjetividad de una "sociedad donde quepan todos" la que nos abre la posibilidad de reformular el problema de una manera global, sin los determinismos universalistas y eternos de la objetividad de las relaciones de producción, ni de la sociedad donde la autoridad es la encargada de la subjetividad mientras el sujeto guarda silencio, mientras calla. Hemos constatado que este nuevo Proyecto viene permenado a todo el mundo y se ha convertido en la nueva esperanza. Así nos lo enseñan los Sem terra de Brasil, los coccaleros de Bolivia, los movimientos de mujeres, urbanos, obreros, etc. Los partidos de la izquierda latinoamericana lo empiezan a incluir en su lenguaje y en sus campañas electorales. Por ejemplo aquí en México, el PRD participó y ganó su campaña con el lema "una ciudad para todos".

8. Es la sociedad de la resistencia (indígena, femenina, obrera, etc.), es la sociedad

de los sujetos, es la otra cara de la moneda, es la alteridad. En el socialismo eso se quería pero resultó, como en el capitalismo, que la autoridad asumió el control de la subjetividad: sustituyó la autoridad en nombre del cumplimiento de las exigencias de la gente; a los sujetos se les expropió su condición de ciudadanos; la propiedad se hizo estatal, el cambio fue una salida y no el desarrollo de la sociedad; el determinismo de las relaciones de producción llevó a centrar el problema de la misma manera que la burguesía: en las relaciones objetivas; con la toma del poder, el sujeto ya no cupo; en el socialismo real también se acabó con la resistencia; la idea de la abolición del mercado y del estado impidió pensar en la transformación del mercado y del estado. Hoy los socialistas contamos con toda esa experiencia.

9. El proyecto de utopía de la "sociedad donde quepan todos" nos mete a otra dinámica y a otra forma de lucha: la del equilibrio dinámico de los polos en función de la subjetividad. No se trata de eliminar al contrario, ni de la lucha entre el mercado y planificación, sino cómo equilibrar, dentro de la gran lucha de clases, para que todos quepan. La democracia estará en función de la subjetividad, además que la democracia participativa se requiere un cambio de equilibrio "donde quepan todos". El neoliberalismo quiere destruir el otro polo y de ahí radica su seguridad, su dogmatismo, su fundamentalismo, su guerra que lo hace más inseguro ante las "distorsiones del Mercado", ante las crisis financieras (Asia, México, Rusia, Brasil). Estas situaciones ponen preocupados a los poderosos al sentir que esas crisis se pueden transformar en crisis mundial, al sentir que el sistema siga perdiendo legitimidad, y ver que hasta la bolsa se salga de su control.

10. ¡Si se puede! Hacer una "sociedad donde quepan todos", donde "manden obedeciendo". La izquierda latinoamericana puede dar grandes zancadas de calidad por este camino, quizá hasta una revolución. Tiene todas las condiciones objetivas para crecer en la subjetividad. En Europa también se están dando muchos acontecimientos nuevos, como el dejar la Socialdemocracia; se construyen nuevos espacios de transformación. Por doquier, crece la resistencia: aparecen grupos, foros, corrientes, preocupaciones; crece la opinión pública de los desequilibrios ocasionados por el mercado, de los sufrimientos de las víctimas. La resistencia económica va apareciendo con una creatividad insospechada, basada en la solidaridad de las personas y los pueblos, en el intercambio y trueque de dones y carismas, en la nueva manera entre las personas para satisfacer sueños y deseos por medio de relaciones de gratuidad. Igualmente se viene descubriendo todo lo gratuito de la naturaleza y la gracia de Dios, Padre y Madre misericordiosa. Esto nos alienta a los cristianos a seguir el camino de Cristo, a encarnar el evangelio mundialmente, a profetizar y echar demonios de personas y estructuras sociales, a construir la comunidad de amor, en una nueva alianza de re-ligación de todos los seres, sin aniquilamiento de los opuestos, pero sí en proceso de transformación indeterminada y complementaria:

11. No sólo en águila sino también la gallina, no sólo la gallina también el águila, no sólo el águila sino también la gallina en el águila, no sólo asumir la gallina-águila, sino también saber cuándo enfatizar el águila en la gallina y cuándo la gallina en el águila; no sólo la materia y el espíritu, sino también su interacción: la vida; no sólo la trascendencia y la imanencia cotidiana, sino también su interpenetración: la transparencia; no sólo el hambre del pan, sino también de espiritualidad; no sólo el yo y los arquetipos sino también el Centro y el Sol interior, no sólo los seres humanos sino también la tierra y el universo, no sólo la vida y la muerte, sino también la resurrección y la vida eterna.

México, D.F. 30 de Octubre de 1998.

P. Miguel D'Escoto Brockmann, FSLN; Nicaragua.

Liliana Vázquez Roa, México.

Daniel Rodríguez, México.

Jesús Ramírez Funes, México.

Franz Hinkelammert, Costa Rica.

Enrique Dussel, México.

P. Gerardo Thijssen, México.

Aurora del Pilar Morales, México.



AL ALCALDE DE GOTEMBURGO, SUECIA

Conocedores de la tragedia ocurrida en ciudad afectando a más de 60 jóvenes, profundamente conmovidos, deseamos expresar nuestras condolencias y pésame a usted y los familiares de los fallecidos.

VIII Encuentro Foro de Sao Paulo



RESOLUÇÃO DA OFICINA DE EMPRESÁRIOS - ESPANHOL

CONCLUSIONES DE LA MESA DE EMPRESARIOS DEL

VIII FORO DE SAO PAOLO

OCTUBRE 30 Y 31 DE 1998 MEXICO, D.F.

La Mesa de Empresarios concluyó en la elaboración de la

CARTA DE MEXICO

El II Encuentro Latinoamericano de Empresarios que sesiono en México, D.F., los días 30 y 31 de octubre de 1998, con la participación de los delegados de ANIT (Asociación Nacional de Industriales de Transformación), CONMIPEIN (Confederación Nacional de Micro y Pequeñas Industrias) por México; CIVES (Asociación Brasileña de Empresarios de la Ciudadanía) por Brasil APYM (Asamblea de Pequeños y Medianos Empresarios) por la Argentina.

DECLARAN:

Se oye en América Latina el Neoliberalismo y la globalización de la economía al lesionado profundamente y llevado a la quiebra, a decenas de miles de industriales, comerciantes, agricultores y prestadores de servicios.

La crisis del endeudamiento de Latinoamérica, la administraron tanto los gobiernos de los países desarrollados, como las instituciones financieras internacionales, FMI, Banco Mundial de los grandes bancos privados, creando un acto de dependencia que se agudiza con el tiempo.

La apertura indiscriminada de importaciones, la ausencia de créditos adecuados para el desarrollo, la injusta política tributaria que penaliza las micro, pequeñas y medianas empresas y no a los grandes grupos económicos, la ausencia de políticas activas por parte de los estados, la transferencia de capital productivo al capital financiero, son los factores que impiden su desenvolvimiento.

Países tan diferentes, se están viendo obligados a adoptar el riguroso modelo jde las organizaciones financieras internacionales para recibir un dinero que no se destina a inversiones que resulten en más empleos, mejor educación o más producción, sino en garantizar el capital especulativo.

Es por todo esto que entendemos que los micro, pequeños y medianos empresarios, son víctimas del modelo neoliberal.

Así reconocemos que las micro, pequeñas y medianas empresas, son puente principal de la producción y generación de empleo y componente fundamental del tejido social.

Por lo que constituimos la alianza latinoamericana de micro, pequeños y medianos empresarios, que se denominará ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE MICRO, PEQUEÑOS Y MEDIANOS EMPRESARIOS (ALAMPI).

El objetivo de esta asociación es el de defender y promover los intereses de los micro, pequeños y medianos empresarios de cada uno de sus países, tanto de la ciudad como del campo.

Es por ello, que en muchos países se están gestando movimientos sociales y políticas pendientes a encontrar soluciones superadas del fundamento del mercado y de la idea del pensamiento único.

En este sentido, la Asociación Latinoamericana de Micro, Pequeños y Medianos Empresarios, desarrollará acciones tendientes a lograr por parte de los estados nacionales de cada uno de los países, políticas adecuadas que tienden a su desarrollo, con vista a fortalecer el mercado interno, generar empleo y calidad de vida.

Además propenderá a la integración real de las Micro, Pequeñas y Medianas Empresas, en el ámbito regional latinoamericano en contraposición a la utilización de los convenios, sólo a favor de los grandes grupos económicos y multinacionales.

Otras de las metas inmediatas de esta asociación, es evitar que se apruebe el famoso Acuerdo Multilateral de Inversión (AMI). Para lograr tener un acervo importante en el desarrollo de la tecnología, los países de Latinoamérica debemos abandonar el convenio de París.

Ha llegado la hora de crear un marco legal que encuadre el capital especulativo y regule su entrada, operación y salida en nuestros países.

ALAMPI es consciente de que construir una alternativa al neoliberalismo requiere no sólo de la elaboración de un programa sano, crear una fuerza social y política que lo sustente.

Las organizaciones de las micro, pequeñas y medianas empresas cubanas y rurales



de cada país, no sólo deben fortalecer sus estructuras, sino fortalecer a la vez alianzas estratégicas con otros sectores sociales, trabajadores, estudiantes profesionales, etc.; con el propósito de afianzar la soberanía de los pueblos de cada país e incluso trascender de la democracia electoral a la democracia participativa.

Es necesario promover también la democracia económica, la justicia social, los derechos humanos, la cooperación, la solidaridad y la libertad.

Las micro, pequeñas y medianas empresas debemos oponernos a la globalización del capital financiero internacional.

Estas son las condiciones básicas para lograr una América Latina independiente.

CONCLUSIONES DE LA COMISION DE ORGANIZACIÓN.

Los trabajos de este II Encuentro Latinoamericano de empresarios, concluyen en que las asambleas aprueben el nombre de:

"ASOCIACION LATINOAMERICANA DE MICROS, PEQUEÑOS Y MEDIANOS EMPRESARIOS"

ALAMPY

Cuyo objetivo será: la representación y defensa de los intereses de los micro, pequeños y medianos empresarios latinoamericanos, la difusión de su base ideológica, y la integración de las otras organizaciones y similares latinoamericanas y municipales.

La política de acción se establecerá en que la adhesión a la ALAMPY será en forma voluntaria y de cohesión homogénea.

Su organización se establecerá a través de un cuerpo colegiado integrado por nueve miembros permanentes (y sus suplentes), tres miembros por cada una de las organizaciones: APYME de Argentina, CIVES de Brasil y ANIT de México.

Se constituirá en una comisión directiva:

La Secretaría General, integrada por:

FRANCISCO DOS REIS APYME DE ARGENTINA

PEDRO SALCEDO GARCIA ANIT DE MEXICO

(") CIVES DE BRASIL

La Secretaría Comercial integrada por:

FRANCISCO BALCANYI CIVES DE BRASIL

(") APYME DE ARGENTINA

(") ANIT DE MEXICO

La Secretaría Institucional integrada por:

ADAN RIVERA ANIT DE MEXICO

(") CIVES DE BRASIL

(") APYME DE ARGENTINA

Adán Rivera de ANIT de México, Francisco Dos Reis de PAYME de Argentina y Francisco Balcanyi de la CIVES de Brasil, constituirán el Comité Coordinador de la ALAMPY.

La integración financiera se realizará conforme las aportaciones de cada una de las Organizaciones citadas.

Deberá existir comunicación constante, los miércoles de cada semana por vía electrónica satelital cada cuatro meses.

La página web de APYME se extenderá a la ALAMPY

En 30 días habrá página web de ALAMPY

Deberá anotarse la leyenda "Adherida a la ALAMPY", en la papelería de las organizaciones y en los logos de cada asociación.

Las conclusiones de esta mesa de empresarios se difundirán a partir de la semana próxima.

Comisión de Vinculaciones Comerciales



Considerando:

Lo debatido en el primer encuentro de empresarios latinoamericanos, en Porto Alegre; las reuniones de trabajo APYME, CIVES y ANIT en la ciudad de México en 1997; las reuniones de trabajo entre APYME y CIVES efectuadas en San Pablo en el corriente año; así como lo debatido en el presente encuentro, esta comisión pone a consideración lo siguiente:

Crear en el seno de la asociación un área de negocios para lo cual sugerimos dos puntos:

1. Que la Dirección de la organización creada designe entre sus miembros un responsable institucional por cada país integrante.
2. Designar un responsable operativo (sugerimos que esto se de en un plazo máximo de 60 días).
3. Relevar la infraestructura existente en cada organización.

Entendiendo por infraestructura:

- a. Cantidad de persona destinadas a esta tarea (recursos humanos destinados efectivamente a estos temas).
- b. Tecnología para la comunicación (fax, correo electrónico, etc.)

Sugerimos que este relevamiento se complete en un plazo máximo de 60 días.

Acordadas estas pautas generales de funcionamiento, esta comisión sugiere alcanzar los siguientes objetivos en el plazo de un año:

1. Relevar un mínimo de cien empresas por país en condiciones de iniciar contactos comerciales apuntando a definir un patrón final estandarizado para dicho relevamiento.
2. Que por lo menos 10 empresarios de cada país y hayan iniciado el ciclo de vinculación comercial a los efectos de analizar las experiencias.
3. Concretar vinculaciones con los municipios como primera base en la búsqueda de apoyo gubernamental.
4. Promover acuerdos con las universidades a los fines de mejorar la gestión,

permitiendo la inserción de los nuevos profesionales en la práctica del comercio exterior de los pequeños y medianos empresarios.



RESOLUÇÃO DA OFICINA DE GÊNEROS - ESPANHOL

RESOLUTIVO DE LA MESA DE GÉNERO

DEL VIII FORO DE SAO PAULO

México, D.F., 30 de Octubre de 1998

Las compañeras y compañeros participantes en el Taller de Género, integrantes de diversos partidos de 16 países de América Latina y el Caribe, presentamos ante esta plenaria los siguientes acuerdos:

Las políticas neoliberales impuestas a nuestras naciones latinoamericanas han provocado que las condiciones económicas, sociales, culturales y políticas del continente manifiesten un estado general de desigualdad entre clases, razas y sexos, manteniendo una actitud discriminatoria hacia las mujeres y los grupos vulnerables que viven en la extrema pobreza.

En las últimas décadas, si bien ha habido avances en cuanto a la participación de la mujer en la vida pública y social, continúa existiendo un alto grado de discriminación en todos los ámbitos, en el discurso, en los ejes programáticos, en los estatutos de los Partidos, en el impulso de las políticas públicas, en materia legislativa y en el número de espacios que tienen las mujeres, es decir que los avances no han sido homogéneos, ni en todos los países, ni en todos los partidos.

En América Latina, las garantías individuales de amplios sectores de la población no son respetadas, ni se ejerce la ciudadanía de forma plena; por ello, los partidos de izquierda buscan la consolidación de la democracia, para que hombres y mujeres, por igual, sean sujetos de derecho.

La naturaleza de la Izquierda es el impulso de las ideas progresistas y proyectos de cambio hacia la democracia y justicia social, pero hasta ahora no han asumido plenamente el enfoque de género en sus valores fundamentales y estrategias de acción.

El nuevo milenio plantea a los Partidos Políticos retos muy importantes expresados en la consolidación de la democracia con equidad de género y la construcción de un proyecto económico viable que ponga el acento en los seres humanos y no en las variables macroeconómicas.

ESTRATEGIAS

1.- Es un compromiso de los partidos de izquierda mantenerse a la vanguardia de la perspectiva de género, para promover una estrategia amplia donde hombres y mujeres participen en igualdad de condiciones, para ello es vital interrelacionar los espacios institucionales de la promoción de la mujer, política de género y acciones transversales.

De esta manera los institutos políticos en todos sus órganos partidarios y en sus acciones específicas, tales como la educación y la formación política, relaciones internacionales, etc. abrirán espacios para las mujeres e incorporaran el enfoque de género en su programas de trabajo.

2.- Los partidos deben revisar los enfoques y métodos en el ejercicio del poder, así como actitudes discriminatorias hacia las mujeres, que permitan la construcción de relaciones igualitarias entre los seres humanos y una nueva forma de hacer política y ejercer gobierno.

3.- Pasar de las declaraciones, sobre la problemática de género a la elaboración de políticas públicas, de tal manera que aseguren cambios sustanciales en la condición y situación de las mujeres. Esto necesariamente debe estar acompañado de la incorporación de mujeres en cargos directivos de gobierno.

4.- Desarrollar una estrategia política que sepa articular, en igualdad de prioridades, lo nacional con lo regional y lo local; lo que implica elevar la importancia de la municipalidad y asegurar reales procesos de descentralización.

5.- Revalorizar todo lo femenino, de tal manera que se integralice la política y acción partidaria, contribuyendo a superar la asignación de roles por razones de género y a construir una nueva escala de valores que nos haga más humanos y humanas y por tanto revolucionarios (as).

6.- Reconocer que lo privado y cotidiano de las mujeres es un problema público, que afecta a la sociedad en su conjunto y por tanto incorporarlo en las estrategias políticas partidarias.

PROPUESTAS

1. Los Partidos de izquierda deben incluir entre sus candidatos a puestos de representación popular y cargos de dirección partidaria, un mínimo de 30 por ciento de mujeres.

2. A los encuentros anuales del Foro de Sao Paulo, se debe garantizar la asistencia y participación del 50 por ciento de delegadas de cada país miembro; así como, se

hace indispensable asegurar la incorporación de al menos cinco mujeres en el Grupo de Trabajo, de las cuáles dos pertenezcan al partido anfitrión.

3. Se propone la realización del Taller de Género, uno o dos días antes del Foro de Sao Paulo, para que en los días del encuentro las mujeres que asistan como delegadas participen en todas las mesas o talleres de análisis.

Las mujeres de partido asumiremos la responsabilidad de participar, no sólo con cantidad sino con calidad en la construcción de un nuevo proyecto económico-social alternativo, que permita tener en toda Latinoamérica y el Caribe, gobiernos promotores de justicia social que aminoren las desigualdades y la discriminación.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE INDÍGENAS - ESPANHOL

VIII Encontro del Foro de Sao Paulo

Taller de Discusión:

Indígenas – Situación Actual y Perspectivas

Los participantes en el Taller de Discusión Indígenas: Situación Actual y Perspectivas, reunidos en la ciudad de México, D.F., en el marco del VIII Encontro del Foro de Sao Paulo, expresamos, en principio, la necesidad de llevar a cabo un ejercicio de autocrítica, debido a que no se observa un cambio sustancial en el tratamiento secundario que nuestros partidos han venido dando a la cuestión indígena. Lo que se expresa de manera concreta en la escasa presencia de hermanos indígenas en este foro, delegados de los partidos miembros, así como en la falta de compromisos y propuestas.

Constatamos que una de las grandes tragedias que han sufrido nuestros pueblos ha sido el aislamiento profundo entre las luchas indígenas y las luchas de la izquierda latinoamericanas. Que, lamentablemente, una cosa ha sido lo declarativo y, otra, la importancia real que se le asigna a esta trascendental cuestión.

Por consiguiente, consideramos que es un deber asumir como partidos la obligación de hacer un diagnóstico que nos lleve a realizar propuestas concretas para superar dicha situación, y evitar que prevalezcan posiciones etnocéntricas.

Coincidimos, en que, en líneas generales, en Nuestra América los grandes problemas son similares. Nuestras naciones, particularmente los pueblos indígenas o naciones originarias, sufren problemas semejantes y vienen cursando procesos que demuestran que hoy existe una verdadera emergencia del movimiento indígena y campesino.

Sin embargo, nuestros partidos vienen trabajando bajo parámetros, conceptos, y doctrinas, muchas veces alejados de nuestras complejas realidades, y que no nos han permitido avanzar en la solución de la lacerante situación indígena de nuestros países.

Aquí nos hemos preguntado: ¿si es que hoy en día son sólo los indígenas quienes tienen la capacidad de ver las estrellas?

Los pueblos descendientes de los pobladores originales de América mantienen vivos

su idioma, su filosofía, sus religiones, sus leyes y formas de gobierno; se reconocen como pueblos, en algunos de nuestros países, como naciones originarias, con proyecto propio.

Sin embargo, continúan viviendo en los sótanos de los edificios nacionales. Son "los parias entre los parias". Viven en la marginación de los beneficios sociales pero integrados a los sistemas nacionales e internacionales de explotación. Los niños indígenas presentan los más altos índices de desnutrición y altas tasas de mortalidad y padecimiento de enfermedades infecciosas asociadas a la desnutrición, las más bajas tasas de alfabetización, escolaridad y empleo.

Pobreza y exclusión, discriminación y racismo son los signos bajo los que estas grandes mayorías viven, vinculados principalmente a la agricultura y en medio de una lucha por la sobrevivencia entre indios y no indios, por problemas relacionados con la tierra.

En este taller se planteó que los procesos de globalización neoliberal, -que vulneran de manera particular las condiciones materiales y, por ello, las identidades de los pueblos indígenas-, pueden ser superados a través de un proyecto alternativo a ese modelo neoliberal, que incluya la lucha decidida contra las políticas impuestas por el Fondo Monetario Internacional y la integración subordinada en mecanismos como el Tratado de Libre Comercio, el Acuerdo de Libre Comercio de las Américas y el Acuerdo Multilateral de Inversiones; el no pago de la deuda externa; un reparto agrario radical, bajo control de los campesinos y trabajadores rurales; la defensa de la propiedad social de la tierra; la lucha contra la privatización de las empresas estratégicas; la democratización de la economía, la lucha frontal contra la privatización de las tierras comunales que representan una agresión a los indígenas, y se viene desarrollando en todo el continente; la erradicación de la corrupción y la promoción de la solidaridad entre los sectores mayoritarios del pueblo.

Se consideró que la construcción de proyectos nacionales sólo será posible bajo una clara directriz de alianza estratégica entre el movimiento indígena y los partidos de izquierda, evitando fenómenos como el clientelismo, el paternalismo y el corporativismo que dificultan el crecimiento y desarrollo del movimiento indígena.

Los participantes en este taller opinamos que es falsa la presunción de que en América Latina no padecemos el flagelo del racismo, cuando es claro que los pueblos indios son discriminados no sólo en razón de sus características culturales y sociales, sino también, con fundamento en un estereotipo racial considerado socialmente.

Las comunidades indígenas son víctimas, así mismo, de conflictos derivados tanto

de la tenencia de la tierra, de la falta de reconocimiento de sus sistemas normativos, así como de las estrategias de conraínsurgencia que se dejan sentir con especial rigor en las regiones que habitan. Es un hecho que las violaciones a los derechos humanos se concentran principalmente en esas comunidades, frente a unas instituciones de procuración de justicia que les dejan en el desamparo en razón de su lengua y de su propia condición indígena.

A esto se suma una exclusión política significativa; debida en parte, a la ausencia de mecanismos legales que favorezcan la representación indígena en las estructuras políticas. Es necesario reconocer que los partidos no pueden seguir manteniendo el monopolio de la representación política y abrir nuestros sistemas constitucionales a las candidaturas independientes.

Mientras las políticas sectoriales sigan siendo definidas fuera del mundo indígena, se seguirán observando rasgos que bien pueden ser calificados como coloniales.

No obstante todo lo anterior, nada ha podido evitar el surgimiento y desarrollo de un movimiento indígena cada vez más relevante. Se ha desarrollado de manera notable una nueva intelectualidad y un liderazgo político indígenas. El renacimiento de la literatura y la cultura indígenas se ha expandido de manera muy significativa. Los procesos de alfabetización y recuperación de las lenguas ha ayudado a crear condiciones para recrear y fortalecer la identidad de los pueblos indígenas.

A lo largo y ancho de Nuestra América han surgido y se consolidan organizaciones representativas de los pueblos indios y naciones originarias, con un papel fundamental en la lucha general de los pueblos latinoamericanos por la democracia, la paz y la justicia social, por el derecho a la libre determinación y la autonomía; por la recuperación de sus territorios y recursos naturales, y la promoción de una concepción de la vida basada en la propiedad comunal y en la solidaridad. Particularmente en los países donde es mayor el número de pueblos y naciones indígenas, pero su acción es también significativa donde no lo es. Se acumula una incalculable experiencia y se superan errores cometidos en otros tiempos y circunstancias.

Así, a partir de 1992, con la conmemoración de los 500 años de resistencia india, y dos años más tarde, en 1994, con la rebelión de los mayas zapatistas, lo indígena se ha puesto en el centro de las políticas nacionales. Ahora, la cuestión indígena es parte de la agenda política nacional de nuestros países.

De esa larga tradición de lucha y resistencia civil han emanado propuestas de democracia participativa, que nuestros partidos deben analizar y adoptar. E, igualmente, se registran las más diversas formas de lucha por alcanzar los objetivos de la igualdad y la justicia social.

Pero consideramos que es de destacarse el contenido ético que le han dado a sus movimientos, ante el pragmatismo que parece impregnar la lucha por el poder en la vida de nuestros partidos.

La rebelión maya zapatista, en particular, muestra cómo el movimiento indígena puede ir acompañado de una sociedad civil nacional e internacional y concitar los apoyos de una gran diversidad de movimientos sociales. Esto también constituye una enseñanza para nuestros partidos y organizaciones políticas. El momento de fusión más ordenado de esta convergencia es aquél cuando se negociaron los acuerdos de San Andrés. El EZLN no negocia una agenda específica sino invita al conjunto de la sociedad y del movimiento indígena a elaborar una propuesta. Surgen iniciativas como la de reformar las constituciones para otorgar pleno reconocimiento al mundo indígena y, esencialmente, para darle un nuevo contenido a los estados - nacionales contemporáneos.

Es en estas circunstancias, cuando aparece un nuevo actor político significativo: los pueblos indígenas, incómodos para los gobiernos, por cuestionar las políticas tradicionales de dominación; para las iglesias, por la autonomía de los grupos otrora bajo su tutela; para los partidos políticos, porque reclaman otras formas de organización política; para la intelectualidad liberal, por su defensa del derecho a la diferencia ejercido de manera colectiva. Cuestionan, en suma, la cultura política tradicional.

Este nuevo sujeto político reivindica nuevas formas de hacer política que deben ser pensadas para reconstruir la izquierda latinoamericana. Se plantea el reconocimiento de derechos en torno a valores. Una visión de la política como servicio a la comunidad y no como simple instrumento para alcanzar y retener el poder.

Hemos expresado, sin embargo, nuestra preocupación por ciertas concepciones etnicistas, anti intelectuales, y anti partidistas entre el movimiento indígena que tienden a pensar que es posible prescindir o aislarse de los movimientos de otros sectores sociales en lucha o de los partidos como instrumentos para hacer política.

Las circunstancias exigen ejercicios de descentralización y de autonomía más audaces que los que hoy se reivindican contra el arraigado poder de los caciques y de las inercias conservadoras en la conformación de federaciones o estados unitarios.

Se demanda, en suma, un nuevo pacto entre ciudadanos, pueblos indígenas y naciones originarias y Estado, en el que es fundamental comprender la existencia de los derechos colectivos y no sólo aquellos derivados de la ciudadanía. Una

nación de ciudadanos con derechos plenos, pero también una nación de pueblos en el ejercicio de sus derechos.

Imaginar e innovar nuevas formas de relación entre nuestros partidos políticos y los movimientos indígenas, que lleven a evitar la lógica de confrontación y disputa; que parta del reconocimiento de los pueblos indígenas como sujetos con instituciones políticas democráticas propias, y que conduzcan a su participación en las instancias locales y federales del poder.

Reivindicamos el principio de la complementariedad. La interacción y construcción de alianzas entre sujetos políticos con principios y programas propios. Por ello, los partidos políticos de este foro deben definirse.

Todos estamos aprendiendo en la perspectiva de enriquecer nuestros movimientos, partidos y organizaciones, hacia la unidad latinoamericana de la que formen parte inalienable los pueblos originarios de Nuestra América y nos permita vivir con dignidad y cada vez mejor.

Desde aquí llamamos a establecer y profundizar una relación con los pueblos indígenas desplazados y desarraigados por diversos motivos, que salieron de sus pueblos originarios y se encuentran en diversos países del continente.

Los partidos políticos de la izquierda latinoamericana debemos comprometernos con el derecho de los pueblos a la libre determinación y a la autonomía y plasmar este compromiso en nuestros documentos programáticos.

Finalmente, saludamos de manera decidida el próximo diálogo del EZLN con la sociedad civil y la Comisión de Concordia y Pacificación, pero particularmente hemos señalado nuestra preocupación por la falta de voluntad del gobierno mexicano para resolver el conflicto de Chiapas y cumplir con los acuerdos de San Andrés.

La paz es la condición y el fin para que todos veamos las estrellas, de un firmamento para todos y cada uno.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE JUVENTUDE - ESPANHOL

8º ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO

RESOLUTIVOS DE LA MESA DE JUVENTUD

COMPAÑERAS Y COMPAÑEROS:

Cabe destacar que es reciente la inclusión de la mesa de juventud en este Foro, lo cual festejamos... pero, por lo mismo el primer resolutivo de nuestra mesa es que en todos los siguientes encuentros la mesa de juventud sea permanente. No olvidemos que la juventud es presente y futuro.

La izquierda en todos los países siempre se ha nutrido principalmente de jóvenes. Esto no es gratuito. Nosotros participamos en el ideal de un mundo mejor. Nos hemos sumado a todas las tareas que buscan ese objetivo. No obstante, creemos que en buena medida la participación juvenil no se ha valorado en su justa dimensión. La actitud de los adultos hacia nosotros se ha concretado a considerar que sólo podemos realizar tareas operativas como pegar propaganda, repartir panfletos y actividades similares.

Consideramos, hoy más que nunca, entiendan, que si los proyectos que enarbolan nuestros partidos, para que se hagan realidad en un futuro próximo, es necesario comprometerse con la formación de los futuros cuadros políticos que harán frente a tan importante reto. Por ello, demandamos la convencida inclusión de nuevas generaciones en todas las esferas de la vida pública que se generen a partir del trabajo político. Ustedes saben que por ejemplo, los triunfos electorales de nuestros partidos se han dado en gran medida a la participación y el voto joven. No lo olviden.

Estamos convencidos de la necesidad que la formación de nuevos cuadros es insoslayable, si no es así, estaremos apoyando al fracaso de nuestra oferta política. Proponemos la creación de un fideicomiso internacional para implementar en un primer momento seminarios, talleres, conferencias con un carácter de formación política para los jóvenes de nuestras países, que nos provenga de los elementos para ser dirigentes a la altura de las necesidades y demandas que el acontecer político nos exige.

Para realizar cabalmente nuestra tarea es importante establecer las formas de comunicación que faciliten esta labor. Nos hemos planteando trabajos de mediano y largo plazo que exigen las condiciones propicias para ello, por tanto, pedimos su

apoyo para realizar reuniones regionales de intercambio y preparación permanente entre los jóvenes.

Proponemos que todos los partidos pertenecientes al Foro hagan un esfuerzo por facilitar la creación de la página de la juventud de izquierda en internet. De la misma forma, pedimos que apoyen todo requerimiento de desplazamiento hacia nuestros países. La comunicación que hagamos será nuestro punto de partida.

Más allá de los discursos, demandamos que nuestros partidos y gobiernos se comprometan firmemente con la promoción y el respeto irrestricto de los derechos humanos en el mundo.

Los jóvenes participantes en este Foro, consideramos que el respeto, la libertad y la tolerancia a las preferencias sexuales, religiosas y de pensamiento son derechos de cualquier ser humano. ¡Viva la diversidad!

La juventud del Foro de Sao Paulo se proclama enemiga de cualquier sistema de opresión e injusticia por lo tanto repudia la política económica del neoliberalismo en todas sus formas de expresión.

Exigimos la libertad de todos los presos políticos de nuestros países; y solicitamos a los parlamentarios de los partidos del Foro la implementación de esta resolución.

Pedimos que se haga juicio político por crímenes a la humanidad a Augusto Pinochet.

Exigimos el cumplimiento de los acuerdos de San Andrés Larráinzar, por parte del gobiernos federal mexicano.

Apoyamos la lucha del pueblo peruano en contra de la dictadura y el modelo neoliberal. Exigimos el cese de la represión de todos los sectores democráticos y disidentes del régimen.

Exigimos al gobierno peruano respete las leyes internacionales en materia de derechos humanos. Modifique el sistema carcelario, se revisen los procesos judiciales, respeto a la autonomía del poder judicial, la abolición de los tribunales militares y cese a la persecución de la prensa.

Participantes integrantes del Foro de Sao Paulo: El Salvador, Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional , José Adrián Flores; España, Partido Comunista de los Pueblos

Espanoles, Juan Lorenzo Santa Ana; Guatemala, Unión Revolucionaria Nacional Guatemalteca, Ricardo Ramírez; México, Partido de la Revolución Democrática, Miroslava García Suárez; Partido Popular Socialista, Sandra Portillo; República Dominicana, Partido Revolucionario Democrático, Leo Adames Tejeda.

Participantes observadores: Péru, Movimiento Nacional Tupac Amaru, Alejandro Vázquez; Taller de Estudios Andinos, Jorge Luke; APRA, Juan Condor; México, Frente Zapatista de Liberación Nacional, Neftalí Miranda.

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS - ESPANHOL

VIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO

RESOLUTIVO PARTICULAR DEL TALLER

"Relación de los partidos políticos con los movimientos sociales"

Presidium del Taller y Comisión Redactora

a) Manuel Ortega González, PRD México

b) Alba Palacios, FSLN Nicaragua

c) Wilson Romero, URNG Guatemala

d) Arlindo Chinaglia, PT Brasil

e) Carlos Flanagan, FAO Uruguay

f) Salvador Sánchez, FMLN El Salvador

g) José Navarro Céspedes, PT México

h) José Camilo Valenzuela, PRD México

Cámara de Comercio de la Ciudad de México

Av. Reforma No. 42, 30 de octubre de 1998.

VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo



Resolutivo particular del Taller

"Relación de los partidos políticos con los movimientos sociales"

I. Consideraciones Generales

1. Este taller considera como un gran acierto del Grupo de Trabajo del Foro de Sao Paulo, la incorporación del tema "Relación de los Partidos Políticos con los movimientos sociales", toda vez que nos ha permitido un intercambio valioso de las diversas experiencias de nuestros organismos políticos en estos sectores.

Adicionalmente, nos ha permitido ubicar coincidencias básicas y retomar lo que pueda aplicarse de manera generalizada para afinar la línea política de la izquierda Latinoamericana y del Caribe.

2. En este Taller, participaron representantes de 31 Partidos Políticos de 25 países de Latinoamérica, Europa y Asia quienes plantearon su experiencia histórica, desde el surgimiento de sus Partidos, hasta la situación que guardan en la actualidad.

De estas exposiciones, resalta el hecho de que sin distinción, nuestras Organizaciones Políticas han surgido, han crecido y se mantienen hoy fuertemente enraizados en el pueblo.

Nacimos en el pueblo y a él nos debemos.

3. La fortaleza de un Partido se mide por el grado de influencia entre la sociedad.

Por ello, un objetivo estratégico de todos los aquí presentes, es desarrollar las políticas necesarias para atraer a la mayoría del pueblo a la causa de la liberación nacional, la soberanía, la justicia social y la libertad para nuestras naciones.

En este sentido, consideramos que no habrá transición hacia la democracia y hacia una nueva sociedad, sin un movimiento social fuerte y organizado.

4. Estamos, asistiendo en este momento histórico al declive internacional de la doctrina neoliberal impuesta a nuestras naciones por el gran capital financiero internacional y sus organismos a través de las camarillas gobernantes locales.

Sin embargo, entendemos que el neoliberalismo no se reduce a un listado de medidas económicas cuyas consecuencias han llevado a la desarticulación de la planta productiva nacional, al atraso generalizado y al incremento de la miseria, la injusticia y la marginación.

Nó, El neoliberalismo, además de un conjunto de medidas económicas, conlleva políticas en lo social, lo cultural y lo ideológico.

Por ello, este Taller se pronuncia por la definición y puesta en marcha de alternativas globales que detengan y reviertan la política neoliberal en todos los niveles.

II. Conclusiones y Lineamientos

1. Nos pronunciamos por continuar y fortalecer el trabajo de los Partidos Políticos, en el movimiento y Organizaciones sociales atendiendo prioritariamente los sectores obrero, campesino, indígena, juvenil, de mujeres, empresarial, profesionistas, intelectuales y de los sectores marginados o socialmente excluidos como los migrantes y los desempleados.
2. Esta relación entre Partido y movimientos sociales deberá desarrollarse conforme a la situación histórica de cada país bajo el criterio general de respetar su autonomía, sus espacios, sus órganos de representación y decisión, su identidad, su naturaleza y hasta su protagonismo.
3. La relación entre Partido y movimiento social, mas que una cuestión orgánica, debe darse sobre la base de la identidad en el programa, la estrategia y la táctica en la lucha por el poder.
4. En este sentido, nos pronunciamos por hacer que el movimiento social avance programáticamente encaminándose hacia la lucha política por la toma de poder.
5. Hoy, las demandas gremiales de los movimientos sociales, se deben convertir cada vez mas en luchas políticas contra los gobiernos conservadores
6. Nos pronunciamos porque donde nuestro partido donde hayan conquistado espacios de gobierno y representación, los movimientos sociales participen activamente en las tareas del nuevo gobierno, coadyuvante en las provincias, en las comunidades, en los municipios, en las colonias y en las grandes ciudades, en el diseño y puesta en marcha de programas de gobierno acorde a sus necesidades.

La intención es impulsar desde los espacios del poder público, la descentralización y mecanismos de participación social y ciudadana.

7. Nos pronunciamos porque la conquista de espacios de gobierno no se transforme en mediatización y conservadurismo de los movimientos sociales, ya que buscamos construir una nueva relación entre organizaciones sociales y el gobierno acabando

con la relación subordinada y autoritaria.

8. Finalmente, este taller se pronuncia porque los Partidos coadyuvemos en el desarrollo de acciones y tareas de coordinación y solidaridad permanentes entre los movimientos sociales de Latinoamérica y el Caribe.

9. Particularmente, se acordó desarrollar una gran Jornada Latinoamericana para octubre de 1999, con base a una agenda que incluya por lo menos:

- a) Tierra para los desposeídos
- b) Reactivación de la planta productiva nacional
- c) Empleo
- d) Vivienda
- e) Justicia
- f) Democracia

III. Resoluciones Particulares

* Este taller acuerda brindar toda la solidaridad al Movimiento de los Sin Tierra (MST) de Brasil.

* Se resuelve apoyar decididamente el movimiento nacional de deudores de México.

* Se acuerda otorgar el respaldo de este taller a las demandas de la Coordinadora Centroamericana de Trabajadores.

* Se resuelve demandar la inmediata liberación de los presos políticos de Argentina y de toda Latinoamérica.

* Se acuerda para la ratificación de la Convención Internacional sobre la protección de los derechos de todos los trabajadores migrantes y de sus familias.

* Se resuelve articular una segunda versión de la antorcha de la libertad durante 1999 y preparar para el 12 de octubre del año 2000, la jornada mundial "Un día sin migrantes".

* Se resuelve continuar la solidaridad internacional con la Revolución Cubana.



RESOLUCION

La mesa acoge la propuesta de la Coordinadora Centroamericana de Trabajadores "COCENTRA" y la Iniciativa Civil para la integración centroamericana (ICIC) en relación a:

1. La necesidad que en los mecanismos de negociación del ALCA se integre un Foro Laboral, donde participen las expresiones organizadas de los y las trabajadoras del continente.
2. La urgencia que en el tratado del ALCA se incorpore una cláusula social que contenga la obligatoriedad al respeto y cumplimiento de los compromisos de los estados con los convenios y recomendaciones de la OIT, el mejoramiento del nivel de salud, seguridad social y del salario mínimo.

México, D.F., a 30 de octubre de 1998.



RESOLUÇÃO DA OFICINA DO FÓRUM PARLAMENTAR - ESPANHOL

FORO PARLAMENTARIO – FORO DE SAO PAULO

HACIA UNA INTEGRACION PARA EL DESARROLLO JUSTO Y DEMOCRATICO

Criterios Generales para una Integración Justa y Democrática

Los legisladores reunidos en el marco del VIII Foro de Sao Paulo reafirmamos nuestro compromiso de impulsar alternativas de integración para el desarrollo y bienestar de nuestros pueblos.

Para ello proponemos los siguientes Criterios Generales para una Alternativa de Integración para el Desarrollo:

Oponernos al proceso de globalización neoliberal expresado en proyectos como la nueva agenda corporativa de la Organización Mundial del Comercio (OMC), en el Acuerdo Multilateral de Inversiones (AMI) y en el proceso oficial en curso de las negociaciones de un Acuerdo de Libre Comercio de la América (ALCA). Pero sobre todo debemos, junto con los demás actores progresistas y de Izquierda de nuestra sociedades proponer un proyecto alternativo bajo los siguientes principios generales:

1. La integración se debe realizar a partir de proyectos nacionales de desarrollo ampliamente discutidos y consensados en nuestros respectivos pueblos.
2. Es necesario profundizar los procesos de integración de los países de América Latina y el Caribe y diseñar estrategias comunes de negociación que fortalezcan nuestra visión alternativa sobre los procesos de integración en curso.
3. Se debe apoyar primordialmente al sector productivo y desalentar el predominio actual de la especulación. La estrategia de desarrollo debe ser multifacética y no asumir al mercado internacional como único dinamizador de la demanda. Es necesario potenciar el mercado interno que genera un círculo virtuoso entre la elevación del nivel de vida de la población y el crecimiento de la economía. Para que las exportaciones no sean un enclave sin efectos benéficos para el resto de la economía deben tener un alto contenido nacional; en consecuencia los Estados Nacionales deben conservar su derecho a diseñar e impulsar una política industrial tendientes a integrar las cadenas productivas y que las reglas de origen exigidas por los acuerdos internacionales para ingresar a los mercados dentro de la zona impliquen contenido nacional.
4. Es tarea prioritaria como parlamentarios el mantener, reformar y promulgar leyes que preserven el irrenunciable papel de los Estados Nacionales en la conducción de la economía.
5. Cualquier acuerdo de integración debe estructurarse desde una lógica social. Lo social no debe ser un

añadido al lado de una lógica económica excluyente y empobrecedora; sino como se dice en la declaración del Foro Parlamentario realizado en Santiago de Chile al interior de la cumbre de los pueblos: "La mejor política social es una estrategia económica con efectos sociales positivos". La sustentabilidad no tiene hoy sólo que ver con cuestiones ambientales, sino también con la superación de la miseria en la que ha sumido el actual modelo neoliberal a millones de compatriotas. Ello debe implicar incluir en la negociación al menos los siguientes temas:

a) Derechos Humanos en su sentido integral, no sólo los civiles y políticos, sino también los económicos y sociales y los de los pueblos. Ello implica la ratificación, por parte de los países que no lo han hecho, de los principales instrumentos jurídicos internacionales y que estos formen parte de los acuerdos de integración, así como la creación de mecanismos e instituciones que aseguren su vigencia.

b) Derechos plenos de los pueblos migratorios. Promover la firma y/o ratificación de convenciones y acuerdos internacionales (p.e. Convención para la Protección de los Derechos de los Trabajadores Migratorios y sus familias, ONU, 1990); proponer la renegociación del TLCAN para incluir la migración laboral, y que esta se considere dentro de acuerdos específicos en las negociaciones del proceso de integración continental. Promover el desarrollo regional sustentable, son proyectos productivos y un mejor aprovechamiento de los recursos en las zonas de expulsión de fuerza de trabajo.

c) La integración económica debe ser un instrumento para la superación de la pobreza y ello fundamentalmente por la vía de la generación de más y buenos empleos frente al actual proceso de desempleo y precarización de los empleos existentes. Por lo que cualquier acuerdo de integración debe favorecer la conservación y elevación de los derechos y estándares laborales.

6. Uno de los objetivos de cualquier acuerdo es el de reducir desigualdades entre naciones, dentro de los países entre mujeres y hombres, y entre razas. Los objetivos de la reciente ola de acuerdos de libre comercio han sido el levantamiento recíproco de aranceles comerciales entre las naciones, sin considerar los niveles de desarrollo de los países, ni los particulares intereses nacionales. El principio dominante de estos acuerdos ha sido el concepto de trato nacional, el cual implica exigir que los gobiernos den trato similar a los extranjeros, sus productos e inversiones que a los nacionales. En su lugar, el acceso a los mercados para las inversiones y los productos foráneos, debe ser claro, estable y previsible; pero negociado en el marco de los planes nacionales de desarrollo. Los diferentes niveles de desarrollo entre los países son una justificación para hacer valer el principio de la no reciprocidad y búsqueda del trato preferencial en el acceso a los mercados. Para ello, La Carta de Derechos Económicos y Deberes de los Estados (ONU 1974) en sus artículos 2, 14, 17 y 18 establecen las bases jurídicas y socioeconómicas para demandar un tratamiento justo (no igual). El trato igual entre desiguales conduce a la desigualdad.

El objetivo de reducir las asimetrías debe traducirse en fondos compensatorios y de desarrollo para los países, regiones y sectores menos desarrollados o vulnerables y en un enfrentamiento de fondo del problema de la deuda externa.

7. La sustentabilidad y el cuidado del medio ambiente son, junto con el combate a la pobreza, los retos fundamentales de cualquier estrategia económica o acuerdo de integración. Los acuerdos comerciales

deben privilegiar la calidad de desarrollo; lo que implica establecer límites sociales y medioambientales al crecimiento. La sustentabilidad y el bienestar de la población deben sobreponerse a la ganancia a corto plazo.

Las nuevas reglas dentro de la integración económica deben permitir una propiedad y una administración democrática de nuestra tierra, de nuestros recursos naturales, así como un genuino respeto a los territorios y derechos indígenas. Los países ricos y las grandes corporaciones tienen una deuda ecológica acumulada y ocupan un espacio ambiental exagerado respecto a su población y territorio. Cualquier acuerdo debe repartir con equidad los costos de la transición hacia un modelo sustentable.

Para llevar a la práctica los objetivos expuestos es necesario construir confluencias

Para materializar nuestras aspiraciones es preciso, forjar y proyectar una agenda común que fortalezca y profundice la democracia, el desarrollo sustentable y justo, y para lograrlo debemos promover la confluencia plural de posiciones democráticas y progresistas en diversos ámbitos. Dicha agenda común debe incluirse en foros de partidos políticos como la COPPPAL y el Foro de Sao Paulo; en ámbitos legislativos, tanto en nuestras cámaras locales y nacionales como en las instancias interparlamentarias de carácter bilateral, regional (Parlatino y Parlacen), y mundial (UIP) y participando en aquellos procesos sociales, como la llamada Cumbre de los Pueblos de América, que convoca la Constitución de una Alianza Social Continental.

Nuestro desafío es darle continuidad a este encuentro parlamentario que nos permita fortalecer y coordinar la fuerza legislativa que los partidos de izquierda tenemos para que nuestra actuación como representantes populares expresen plenamente el interés y la voluntad de nuestros pueblos.

Reivindicar el papel de los órganos legislativos

Los órganos legislativos cada vez cobran mayor relevancia en los procesos de transición democrática que viven nuestros países. Ello implica una nueva relación con la ciudadanía, grupos sociales y colectividades, en el que la redención de cuentas tiende a convertirse en cotidiana, y exige la consulta permanente con el electorado.

El papel de los órganos legislativos por supuesto no deben circunscribirse en la simple ratificación de tratados, nuestra exigencia para la incorporación inmediata de los parlamentarios y congresistas de cada país, en el proceso de integración, es un imperativo para cumplir de modo informado, veraz y oportuno con las responsabilidades de aprobación, ratificación y/o rechazo de los acuerdos comerciales que fundamentalmente consisten en informar, sensibilizar, socializar e incorporar en su discusión a sectores de la población –organizada o no–, sobre el tema de integración y el desarrollo, que nos permitan a su vez, formular iniciativas técnicamente sustentadas y respaldadas política y socialmente.

En lo internacional, y en la medida en que fortalezcamos confluencias parlamentarias, nos proponemos fortalecer el diálogo y la forja de una propuesta de acción con las distintas redes y organizaciones (sociales, laborales, mujeres, ambientales, eclesiales, políticas, urbanas, de derechos humanos, etc.) para

producir una articulación ciudadana y parlamentaria con objeto de construir una alianza social continental. Formular una agenda de alternativa común nacional, regional, continental e internacional, que nos permita enfrentar los problemas que nos imponen la globalización y los acuerdos de libre comercio. Avanzar en la elaboración de una propuesta de modelo de desarrollo alternativo que apunte hacia un desarrollo social y ambientalmente sustentable.

EN CONCLUSIÓN:

El día de hoy con ocasión de la realización del VIII FORO DE SAO PAULO ratificamos el compromiso de construir un Foro Parlamentario Permanente, para trabajar en la elaboración conjunta de modelos alternativos de integración que partan de los intereses y bienestar de la población, decididos democráticamente y partiendo de la sustentabilidad del desarrollo.

12 PROPUESTAS DEL FORO PARLAMENTARIO

Al VIII Encuentro del Foro de Sao Paulo

1. Desde una perspectiva popular, democrática y revolucionaria, el proceso de la mundialización económica y de la convencionalmente llamada globalización, no admite ni candorosas apologías a la misma, ni actitudes reactivas y derrotistas que promueven más bien, desmoralización e impotencia. Los parlamentarios democráticos debemos, por el contrario, liderar un posicionamiento nacional y regional integracionista:

- a) Fundado en los intereses de nuestros pueblos-nación.
- b) Centrado en el desafío de una estrategia focalizada en la superación de la miseria económica.
- c) Incorporando los legítimos intereses de los sectores productivos nacionales. Reivindicando el crecimiento de los sectores privado de menores ingresos, micros, pequeños y medianos empresarios.
- d) Reconociendo las asimetrías existentes entre las naciones, para reclamar un trato justo y preferencial para las naciones más débiles.

El problema a fin de cuentas es quien gana y quien pierde, pero también quien liderea o gobierna el proceso internacional. Hasta ahora hegemonizado por los neoliberales. Este es el desafío.

2. El proceso mundial no solamente ofrece esas magras o ilusorias posibilidades para nuestros países. Sino que conlleva también con inusitada fuerza una internacionalización aún mayor de problemas como la espantosa miseria de millones de seres humanos, el auge del crimen organizado, el imperio de la corrupción política, administrativa y de mercados viciados, la depredación del medio ambiente, etc. Ello reclama de los parlamentarios de izquierda realizar un extraordinario esfuerzo para liderar, coliderear o por lo menos incidir significativamente para lograr una internacionalización y regionalización de

verdaderos caminos y soluciones.

3. Se nos plantea en el fin del milenio el reto de relanzar la idea-objetivo de la comunidad de naciones latinoamericanas, lo cual pasa necesariamente por una Alianza Interparlamentaria para una propuesta y una acción alternativa permanente frente a la globalización y particularmente frente a la conducción y hegemonía neoliberal de proceso y, por consiguiente frente al excluyente, subordinador y empobrecedor usufructo que hacen del mismo los megapoderes transnacionales, financieros y gran mercantilistas.

Se trata, entre otras cosas de una opción y acción alternativas frente al ajuste y a los tratados de libre comercio antinacionales y antipopulares.

4. Una propuesta y una acción alternativas exigen a la izquierda responsable, inteligente y democrática: incursionar e incidir desde el parlamento, pero también desde la sociedad civil y quizá primordialmente a incidir desde el mismo pueblo, en los Centros Nacionales y Regionales de decisión, en Materia Integracionista. Precisamente ahí donde se realiza el diseño y seguimiento de las políticas integracionistas. Es contraproducente hacer el vacío a ese nivel porque eso consolida el monopolio de la conducción política por las fuerzas retardatarias y antinacionales.

5. Contribuir desde el parlamento de la unión irrompible de la política alternativa con el conocimiento, a la propuesta alternativa con los números y con el dato preciso creando o consolidando los Centros de Investigación Económico-Social.

a) Dentro de los parlamentos

b) Y promoviendo centros propios de la sociedad civil o conjuntos del parlamento y sociedad civil

6. Recobrar banderas genuinamente democráticas y revolucionarias.

a) Democracia profunda, real e integral.

b) Modernización económica, política y social, concebida como realización plena de los seres humanos, en la elevación de la calidad de vida de los pueblos, asociada al cambio estructural progresista.

c) Justicia en su enfoque multidimensional y profundo.

d) Desarrollo. Estrategia de desarrollo entendida como progreso y prosperidad realmente compartida, participativa y equitativa.

No es revolucionaria la izquierda que permite que la reacción cínicamente usurpe sus genuinas banderas y se apodere del discurso.

7. Recuperar en La Agenda Interparlamentaria temáticas claves para la vida de nuestros pueblos:

- a) La reforma fiscal progresista, la reestructuración tributaria efectiva y progresiva, la descentralización y revolución fiscal municipalista que potencie el desarrollo democrático participativo desde la base, desde lo local, desde la comunidad.
- b) La reestructuración progresista del Estado, hacia un Estado realmente eficaz en el cumplimiento de sus responsabilidades públicas, sociales y económicas. Contrario a la tendencia dominante de abandono de las mismas.
- c) La reconversión presupuestaria cualitativa, transparente y participativa. Que incluya la fiscalización cotidiana del presupuesto del Estado por el Parlamento y por la misma sociedad civil.
- d) Liderar el combate a la corrupción.
- e) Declaración de lucha contra el crimen organizado, frecuentemente asociado a poderes retrógrados.
- f) Crear y desarrollar la institucionalidad para combatir las prácticas monopólicas y oligopólicas y en el mercado.
- g) Reforma financiera, dirigida a contrarrestar el esquema superconcentrador, expoliador y excluyente, potenciando el desarrollo del sector financiero no bancario y popular que contribuya a la masificación del pequeño y el microcrédito y que también asuma el desafío de reconcebir un nuevo tipo de banca de desarrollo orientada a desarrollar el tejido productivo nacional.
- h) Reivindicar el poder de decisión parlamentaria en relación a la Carta de Intenciones, Stand By, que nuestros estados suscriben con el Fondo Monetario Internacional (FMI), generalmente a espaldas de los pueblos y de los parlamentos.
- i) Rechazo concertado a las pretensiones de extraterritorialidad de las leyes por parte del Gobierno de los Estados Unidos.

8. Homologación latinoamericanista de las legislaciones y de sus mecanismos de aplicación, desde los intereses nacionales y populares.

9. Establecer en este periodo el primer circuito de comunicación interparlamentario de la izquierda, mediante la internet y el correo electrónico.

Organizar en los próximo tres meses la primera Teleconferencia Interparlamentaria, para dar seguimiento y fortalecer la vigencia de las resoluciones de este Foro.

10. Producir la primera investigación Interparlamentaria Latinoamericana, sobre el estado del endeudamiento de nuestros países, como esfuerzo de la concertación democrática interparlamentaria



surgida del Foro de Sao Paulo, con vistas a promover pauta de acción.

11. Trabajar para ampliar espacios y para acceder a la propiedad de medio de comunicación masiva y para el desarrollo de las radios comunitarias, a fin de potenciar la voz de los sectores populares y la de nuestros partidos, para ganar más conciencias y más adhesiones en la lucha por la construcción de una nueva sociedad donde prevalezca la justicia y la solidaridad.

12. Reivindicar, recuperar y devolver el sentido más noble y legítimo de la política, entendida la política como servicio y lucha para el cambio, contribuyendo desde el parlamento, a marcar la diferencia efectiva respecto a los partidos tradicionales.

PROYECTO DE RESOLUCION

EXPOSICION DE MOTIVOS

1. Recientemente, en el mes de octubre, se realizó la XXI Reunión Plenaria de la COPPPAL; actualmente se realiza en la Ciudad de México, la VIII Reunión del Foro de Sao Paulo.

2. En las ponencias y resoluciones de ambas reuniones se constataron importantes coincidencias en asuntos de gran importancia y actualidad, como el examen de realidad latinoamericana y mundial ante el fenómeno de la globalización –especialmente lo financiero- y la situación crítica que atraviesan distintas regiones del mundo a raíz de los severos problemas que presenta el modelo neoliberal.

3. Igualmente en ambos encuentros se reafirmó la necesidad de fortalecer y profundizar la democracia, dentro del papel que le corresponde a los partidos políticos y parlamentos, es de máxima trascendencia y se constató la coincidencia en la necesidad de fortalecer los procesos de integración en curso en nuestra región, procurando que sus iniciativas y propuestas expresen los anhelos y preocupaciones de nuestros pueblos.

POR LOS MOTIVOS EXPUESTOS PROPONEMOS

a) Examinar y tomar las iniciativas apropiadas, para realizar durante 1999 una reunión conjunta de parlamentarios integrantes de partidos políticos, miembros de la COPPPAL y del Foro de Sao Paulo.

b) Algunos temas a examinar pueden ser:

* La crisis económica y financiera internacional e iniciativas parlamentarias tendientes a corregir la situación.

* El papel de los Parlamentos en el proceso de integración.

* Examinar la actuación de los parlamentarios presentes en los ámbitos parlamentarios internacionales

como la UIP, Parlatino y otros.

- * El papel de los parlamentos en la consolidación y profundización de la democracia.
- * La reforma parlamentaria: diagnóstico y propuestas.
- * Iniciativas tendientes a perfeccionar la información, coordinación e intercambio de experiencias parlamentarias.
- * Iniciativas legislativas en materia de empleo, salud, educación, reforma del estado, entre otros.

c) A fin de coordinar y concretar la iniciativa precedente se acuerda conformar una comisión integrada por:

Diputada	Joana D'arc	PT	Brasil
Diputado	Gustavo Cardesa	PT	Argentina
Diputado	Jorge Rivas	PSD	Argentina
Diputado	Getson Martínez	FMLN	El Salvador
Diputado	Jacinto Suárez	FSLN	Nicaragua
Senador	Jorge Calderón	PRD	México
Diputado	Carlos Heredia	PRD	México
Diputado	Carlos Baraibar	FA	Uruguay
Diputado	Sigfrido Reyes	PARLACEM	El Salvador
Diputado	Arlindo Chinaglia	PT	Brasil
Diputado	Edwin Castro	FSLN	Nicaragua
Diputada	Alba Palacio	PARLACEM	Nicaragua

VIII FORO DE SAO PAULO, CIUDAD DE MEXICO 01 DE Noviembre de 1998.

DECLARAÇÃO DE NIQUINOHOMO - ESPANHOL

DECLARACIÓN DE NIQUINOHOMO

En los albores del siglo XXI y del Tercer Milenio de nuestra era, a una década de fundado el Foro de São Paulo, el agravamiento de la crisis política, económica, social y cultural por la que atraviesa la humanidad, ha despejado las incógnitas- algunas reales y otras aparentes- que motivaron la convocatoria al "Encuentro de Partidos y Organizaciones de Izquierda de América Latina y el Caribe", celebrado en Brasil, en julio de 1990.

El núcleo fundador de lo que es hoy nuestro Foro, asistió a aquel encuentro en São Paulo para realizar un intercambio de puntos de vista sobre el impacto que el fin de la bipolaridad de la segunda postguerra tendría en las luchas de los partidos y movimientos políticos de la izquierda de América Latina y el Caribe.

El encuentro de São Paulo tuvo el mérito de haber logrado, por primera vez en la historia latinoamericana, la convergencia de partidos y movimientos políticos de todo el espectro de la izquierda; protagonistas de las más diversas formas de lucha, quienes en conjunto constatamos que los dramáticos problemas que afectan a los pueblos del mundo, particularmente los de América Latina y el Caribe, no desaparecerían con el fin de la Guerra Fría, sino que solo se erradicarían con el fin de la opresión, dominación, explotación y el racismo. Dentro de nuestra pluralidad y diversidad, los partidos y movimientos políticos miembros del Foro de São Paulo coinciden en la lucha contra el imperialismo, que en las dos últimas décadas del siglo XX adoptó la forma del capitalismo neoliberal.

Los diez años transcurridos desde la creación de nuestro Foro no han hecho otra cosa que ratificar la validez de nuestras ideas iniciales. Al igual que en julio de 1990, los partidos y movimientos políticos del Foro de São Paulo rechazamos tajantemente que el neoliberalismo pueda constituir un proyecto de desarrollo que, tras un periodo del llamado ajuste, "derramaría" riqueza a todos los habitantes de la tierra. Rechazamos que la doctrina neoliberal responda a supuestas leyes inexorables del desarrollo económico y científico técnico.

Especialmente, la realidad de la última década ha demostrado los límites del modelo neoliberal y su incapacidad para resolver los problemas de la humanidad. El fracaso de la reunión de Seattle, en diciembre de 1999 es la expresión simbólica de la fuerza de la resistencia internacional antineoliberal y del fracaso de este modelo.

La doctrina neoliberal responde, en realidad, a intereses económicos y políticos de quienes están dispuestos a sacrificar y exterminar a una mayoría de la humanidad

para mantener una diabólica y vertiginosa carrera en pos de la acumulación de riqueza, en magnitudes casi inimaginables.

La economía mundial ha entrado a una fase depredadora. Las palabras claves para describir al mundo contemporáneo son concentración, polarización y dominación neocolonial. Concentración de riqueza, propiedad y producción. Polarización política, económica y social, con su secuela de miseria, exclusión y marginación.

Esta polarización y desigualdad se expresan en el ámbito mundial en la reducida proporción de la población planetaria que consume la mayor parte de los productos y hace uso de los servicios disponibles; en la riqueza concentrada en no más de trescientas familias; en los millones de seres humanos sin acceso al trabajo, a la salud, a la alimentación, a una vivienda digna, a la educación, a los derechos básicos de sobrevivencia, reproducción y desarrollo conquistados por la especie humana de generación en generación.

A ello se agregan los efectos de la agresiva unipolaridad militar de Estados Unidos y su criminal determinación de violentar el orden legal internacional de la posguerra, claramente expresada en el genocidio al Pueblo de Yugoslavia bajo el rótulo de la ONU y desde una OTAN reformada para esos fines.

Ante estas realidades, reunidos en la tierra natal del general Augusto C. Sandino, proclamamos:

Que la única forma de salvar a la humanidad de una segura autodestrucción es colocar la satisfacción de las necesidades humanas y no la ganancia y el lucro individuales, como la prioridad básica de la sociedad futura.

Que es necesario seguir desarrollando la lucha de la mujer para vencer prácticas e ideologías sexistas que incluso en el seno de nuestras organizaciones y partidos siguen subsistiendo como manifestaciones de discriminación que es necesario erradicar para una nueva relación entre los géneros en condiciones de igualdad de oportunidades.

Que la izquierda debe asumir los nuevos problemas que plantea la intelectualidad progresista en torno a la defensa de la universidad y la educación públicas como patrimonio de la cultura democrática.

Que la solución de los problemas del mundo pasa por la erradicación, a través de la lucha, de las contradicciones fundamentales que hoy gravan a la sociedad; esto es, las contradicciones de clase que se encuentran estrechamente relacionadas con las más diversas formas de opresión, discriminación y explotación, entre ellas, las de género, étnicas, raciales, culturales, religiosas, de grupos de edad o por preferencia

sexual.

Que los pueblos del mundo no podrán aspirar a consolidar su libertad, ni conquistar su autodeterminación y soberanía integral mientras no se haya borrado todo vestigio de colonialismo y neocolonialismo, como el que oprime a los hermanos pueblos de Puerto Rico, Martinica, Guadalupe, Guyana Francesa, Antillas Holandesas y a casos específicos como el de las islas Malvinas.

Que en el Siglo XXI, la izquierda se presenta como una real alternativa de poder popular construyendo nuevas instituciones participativas, nuevas formas democráticas de gobierno y de desarrollo económico fundamentadas en el bienestar integral de las mayorías nacionales. Que todos los reveses y las victorias de la historia del movimiento obrero y popular y, en particular, las tradiciones de lucha de la izquierda latinoamericana y caribeña, y la experiencia que hemos adquirido como miembros del Foro de São Paulo, forman parte del acervo político y social para asumir el papel que corresponde a los pueblos en el gobierno de sus propios destinos.

En ese acervo contamos con la experiencia de elaboración de propuestas, de conquista de espacios y poderes, de construcción de modelos alternativos que nacen de la ubicación y conocimiento de la realidad concreta y que aspiramos a transformar, y de la necesidad de encarar profundos cambios estructurales que lleven a revertir el proceso de destrucción de nuestras plantas productivas, que combatan la especulación financiera internacional, redistribuir la riqueza, democratizar y socializar la elaboración presupuestal, promover la participación social y la descentralización política y económica dirigida a transformar el Estado, poniéndolo al servicio del desarrollo y la profundización de una nueva democracia integral: social, política, económica, cultural y de género.

Parte fundamental de ese patrimonio es el avance de las fuerzas de izquierda, particularmente de los partidos miembros del Foro, en el logro de mayores espacios institucionales, en gobiernos estatales y municipales, así como en los movimientos sociales, las instancias no gubernamentales, las luchas extrainstitucionales y las insurgencias populares.

Conquista esencial de nuestra América es la heroica resistencia del pueblo cubano y su avance hacia la construcción de una sociedad más justa y humana. Que el secuestro en Miami del niño cubano Elián González, es una muestra de la irracionalidad y el odio contra el pueblo cubano que guía a los círculos reaccionarios de Estados Unidos, capaces de colocar al gobierno de ese país en una situación de rehén de sus estrechos intereses. Este IX Encuentro del Foro de São Paulo ratifica su solidaridad con la Revolución Cubana, exige la devolución inmediata de Elián y el cese de todas las medidas de bloqueo y aislamiento contra ese hermano pueblo.

Parte fundamental lo constituye la lucha del pueblo hermano de Nicaragua que logró derrocar a la dictadura de Anastasio Somoza y construir una Revolución Popular Sandinista, cuyas conquistas hoy defiende el FSLN, en las condiciones y por las vías que se corresponden con la coyuntura nacional e internacional.

Forma parte de estas conquistas el proceso democrático salvadoreño que, luego de una guerra revolucionaria de doce años, concluyó con la firma de Acuerdos de Paz que inciden notablemente en los avances democráticos que lograron superar una dictadura militar y que han sido para el FMLN el punto de partida para construir el poder popular. Aun están pendientes importantes transformaciones, las cuales solo serán posible con el avance firme de las fuerzas populares en El Salvador.

Los Acuerdos de Paz en Guatemala, aún incumplidos en partes fundamentales, establecen rumbos distintos y representan obstáculos decisivos a las políticas neoliberales que se pretenden imponer totalmente. Estos Acuerdos han permitido la emergencia de nuevos sujetos sociales importantes, así como el desarrollo de las fuerzas políticas de izquierda representadas por la URNG y la Alianza Nueva Nación, con crecientes posibilidades de llegar a gobernar en el futuro próximo.

Se suma a esta contribución, en la grave crisis económica, social y política del área andina, la insurgencia indígena popular y de militares democráticos en Ecuador, la cual revela no solo el agotamiento progresivo de un sistema político pervertido, sino también una reiterada crisis de gobernabilidad y dominación políticas, y un creciente proceso de acumulación de fuerzas en el campo popular y progresista, que debido a maniobras de sectores de la cúpula militar, no pudo esta vez, lograr las rupturas de ese injusto orden, pero que al mismo tiempo revela mayores posibilidades en esa dirección.

El singular proceso político que se desarrolla en Venezuela, bajo la conducción del presidente Hugo Chávez Frías, ha logrado desarticular el sistema político corrupto, fraudulento e ineficiente que se había impuesto en ese país durante casi cuatro décadas. Saludamos las importantes medidas de Gobierno Venezolano para garantizar la soberanía nacional y rechazamos cualquier injerencia foránea que pueda poner en peligro el desarrollo y avance pacífico de este proceso revolucionario.

La lucha del pueblo panameño, latinoamericano y caribeño que se vio coronada con el establecimiento de la soberanía panameña del Canal de Panamá, estrechamente unida a la memoria del general Omar Torrijos Herrera.

El caudal político, organizativo y de movilización alcanzados por el pueblo y la izquierda colombiana, y muy en particular, por los movimientos políticos militares

que desarrollan actualmente procesos de diálogo para buscar soluciones de fondo a los problemas estructurales de esa nación. El Foro de São Paulo denuncia y rechaza las imposiciones del Fondo Monetario Internacional en este país, así como la intervención militar directa de Estados Unidos o de una eventual acción colectiva con participación de ejércitos latinoamericanos.

La presencia de los pueblos indígenas de nuestra América que resisten los embates del neoliberalismo y las transnacionales con rebeliones y movilizaciones que han contribuido a destacar la necesidad de profundas transformaciones en nuestros estados nacionales para garantizar la preservación de la biodiversidad, el ecosistema, así como la pluralidad étnica, el reconocimiento de su identidad, derechos y libre autodeterminación de esos pueblos.

Los retos son enormes para la izquierda latinoamericana y solo lograremos vencer en la medida en que hagamos de la unidad de acción y de propósitos el instrumento maspreciado de nuestras luchas, comprendiendo que la pluralidad y la diversidad de la izquierda es un capital democrático que debemos preservar. En ellas, y en la tolerancia a las diferencias, se encuentra la base de la unidad de las fuerzas del cambio y su capacidad transformadora. Unidad que debe forjarse en cada país, y también mas allá de las fronteras, para hacer viable el proyecto, y para que este tenga caracter integrador y solidario.

Asumimos el compromiso con los principios humanistas que han defendido con su vida nuestros héroes y mártires; la defensa de los intereses nacionales y populares por encima de los intereses de nuestros respectivos partidos y organizaciones; el sentimiento patriótico que enarbolaron los y las forjadoras de nuestras nacionalidades en su lucha contra toda forma de dominación externa y en contra de toda tiranía. Después de diez años de fundado el Foro de São Paulo, la izquierda latinoamericana reafirma esas tradiciones democráticas y de resistencia de que han dado ejemplo nuestros pueblos y esta resuelta a luchar y vencer.

Managua, Nicaragua

20 de Febrero de 2000

CARTA À COLÔMBIA - ESPANHOL

Foro de São Paulo

Managua, 19 de febrero del 2000

Compañeros y Compañeras

Frente Social y Político de Colombia

Coordinación Política

Compañero Luis Eduardo Garzón

Reciban nuestro caluroso saludo con motivo del lanzamiento nacional del Frente Social y Político, donde se resumen las fuerzas sociales más representativas de los trabajadores, campesinos, indígenas, cívicas, comunales, ecologistas, mujeres, transportistas, pensionados, jóvenes y la izquierda política colombiana.

Los puntos básicos que a ustedes los convocan, la lucha antineoliberal, antiimperialista, la negociación política del conflicto armado, la autonomía política con un programa alternativo popular, los cambios democráticos del Estado colombiano, la defensa y lucha por la vigencia de los derechos humanos, la lucha contra la impunidad, la corrupción y el fin de la criminalización de la protesta social, son parte del espíritu que compartimos y guía nuestra acción en cada país, y por los cuales de seguro avanzaremos en luchas comunes en los diversos escenarios internacionales.

Nuestra solidaridad con el combativo pueblo colombiano encuentra desde ahora un nuevo interlocutor legítimo, con grandes posibilidades de acción política nacional e internacional.

Hacemos los mejores votos de éxito en vuestro lanzamiento y en el proceso abierto de organizar fortalecer nacionalmente la propuesta, sobre la base de los principios que desde el inicio les han guiado: la unidad, el debate democrático y el respeto mutuo.

Fraternalmente,

Foro de São Paulo

A ESQUERDA FRENTE AO NOVO SÉCULO - ESPANHOL

LA IZQUIERDA FRENTE AL NUEVO SIGLO

En conmemoración del 66 aniversario del asesinato del general Augusto C. Sandino, convocados bajo el título de "La izquierda frente al nuevo siglo; la lucha continúa", del 19 al 21 de febrero del presente año se celebró en Managua, Nicaragua, el IX Encuentro del Foro de São Paulo, que agrupa a aproximadamente ciento veinte partidos y movimientos políticos de todo el espectro de la izquierda de América Latina y el Caribe, evento al que también asisten invitados y observadores de Europa, Asia, Africa y Medio Oriente.

Como es usual, el IX Encuentro del Foro fue precedido por la celebración de talleres con diversos sectores de la sociedad, que estuvieron dedicados al intercambio de punto de vista sobre los temas de género, étnico, la lucha de los cristianos comprometidos con el cambio social, pequeños y medianos empresarios progresistas, la lucha contra el neoliberalismo en la universidad pública y la coordinación entre parlamentarios de izquierda del subcontinente.

Los debates pusieron de manifiesto la convergencia de la izquierda continental en la lucha contra el modelo neoliberal y la necesidad de desarrollar alternativas de gobierno dentro de un contexto que responda a los intereses populares, con la aplicación de tácticas y estrategias que se ajusten a la realidad de cada nación. En el discurso inaugural, el dirigente brasileño Luiz Inacio Lula da Silva, destacó la importancia de forjar la más amplia unidad en torno a proyectos nacionales destinados al beneficio de las grandes mayorías, lo cual aparece como un proyecto crecientemente factible. Otros oradores en este acto inaugural fueron José Ramón Balaguer, miembro del Buró Político del Partido Comunista de Cuba, Pablo Monsanto, secretario general de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca, Amalia García, presidenta del Partido de la Revolución Democrática de México y Tomas Borge, vicesecretario general del Frente Sandinista de Liberación Nacional.

En sus sesiones, los participantes en esta novena edición del Foro de São Paulo proclamaron que la única forma de salvar a la humanidad de una segura autodestrucción es colocar la satisfacción de las necesidades humanas y no la ganancia y el lucro individuales, como la prioridad básica de la sociedad futura.

En la clausura de este evento, que tuvo lugar frente a la casa museo Augusto C. Sandino, ubicada en la ciudad de Niquinohomo, a 45 km al Este de Managua, se dió lectura a la declaración que lleva ese nombre, la que fue formalmente aprobada por todos los participantes en el Encuentro, así como se produjo la intervención final, que estuvo a cargo del secretario general del Frente Sandinista de Liberación

Untitled Document

Nacional, Daniel Ortega Saavedra.

im_/Foro/181.htm (2 of 2)2/12/2008 16:05:56



Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

RESOLUÇÃO SOBRE EL SALVADOR - ESPANHOL

RESOLUCIÓN SOBRE EL SALVADOR

L@s delegad@s asistentes al IX ENCUENTRO DEL FORO DE SÃO PAULO, manifestamos nuestra profunda preocupación por la inflexible posición del Gobierno Salvadoreño contra los trabajadores de la salud, los cuales exigen detener el proceso de privatización del Seguro Social, ya que esto perjudicaría al pueblo que hace uso de tal servicio, y agravaría la situación económica de los mismos.

Ante la posibilidad que dicha situación se agrave, exigimos al Gobierno Salvadoreño buscar una salida negociada con l@s trabajadores.

Nos pronunciamos además, en apoyo al FMLN, quien el doce de marzo participará en elecciones en El Salvador y quienes según las encuestas son la primera opción electoral, lo cual se traducirá en mas alcaldes y alcaldesas y diputad@s de izquierda en beneficio del proceso democrático. Nos mantendremos vigilantes a fin que dicho proceso sea transparente y abunde en más democracia.

Dado en la Ciudad de Managua, a los diecinueve días del mes de febrero del Año dos mil.

RESOLUÇÃO DA OFICINA SOBRE UNIVERSIDADE PÚBLICA - ESPANHOL

INFORME DE TRABAJO DEL

TALLER LATINOAMERICANO EN DEFENSA DE LA UNIVERSIDAD PÚBLICA

CONTRA EL NEOLIBERALISMO

AL IX FORO DE SÃO PAULO

Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua

Managua, 17 y 18 de febrero de 2000.

Asistentes: 101

Ponencias presentadas: 22

Otras ponencias enviadas: 8

La universidad pública, centro neurálgico de la vida intelectual en los países latinoamericanos, ha sido un espacio en el que se han generado y han tenido cabida visiones que conjugaron las aspiraciones sociales de nuestros pueblos. Ha sido una institución estratégica no solo en la perspectiva académica sino como legado histórico en la recuperación y enriquecimiento de una cultura latinoamericana.

Hoy, este espacio de reflexión y creación social está en un proceso de destrucción y reestructuración para hacerlo funcional al proyecto de los grandes intereses propietarios nacionales y transnacionales. Y a pesar de que estamos ante un fenómeno que tiene más de una década, no ha sido comprendido cabalmente por las comunidades universitarias ni se han articulado respuestas claras y eficaces para enfrentarlo.

La reestructuración de la universidad, promovida por los organismos internacionales como el Banco Mundial, el BID y la OCDE y llevada a cabo a través de los gobiernos, es profunda e integral, y afecta tanto sus actividades sustantivas como las relaciones entre sus miembros, y entre ella y la sociedad.

Como pivote de estas transformaciones, en el centro de la estrategia dominante

está la drástica reducción del presupuesto del Estado para las universidades públicas, tanto en términos relativos como absolutos, con lo cual se las empuja a un proceso de privatización de su financiamiento y se las somete a presiones y decisiones del gran capital. Asimismo, las acciones gubernamentales tendentes a debilitar las formas colegiadas y democráticas del gobierno universitario favorecen usos discrecionales y patrimonialistas de los recursos, que refuerzan la conformación de elites privilegiadas en las instituciones.

En ese marco se ataca la gratuidad de la educación superior, se reducen los salarios de los trabajadores universitarios y se condiciona a los académicos a obtener ingresos extra salariales y extra institucionales, mediante la mercantilización, degradación y estratificación del trabajo académico.

Con estas presiones financieras se le imponen a las universidades públicas contenidos, orientaciones y destinatarios en docencia, investigación y en la difusión de la cultura, lo que se ejecuta a través de un complejo sistema de evaluación y acreditación externas, que atenta de manera directa contra la autonomía universitaria. No se trata solo de un problema financiero y administrativo, sino de la gestación de un profundo proceso de transformaciones ideológicas, valóricas y epistemológicas que apuntan a la legitimación de las visiones y proyectos más conservadores en la sociedad, y a la utilización de la comunidad universitaria como instrumento de control social y político.

El buscado empequeñecimiento material y científico de las universidades públicas responde al desinterés de los sectores dominantes por la creación, innovación y adaptación de ciencia y tecnología autónomas en América Latina con el fin de preservar el monopolio de las mismas en los centros capitalistas, y a sus intenciones de mantener a nuestras instituciones como centros de conocimiento subsidiarios de esa realidad.

Al mismo tiempo, con el argumento de la contracción presupuestal, se restringe el ingreso y permanencia de los estudiantes, provocando una selección elitista del acceso a la educación superior, con lo que las universidades públicas intervienen como reproductoras de la exclusión y desigualdad sociales.

Todas estas transformaciones han ido cristalizándose en una normatividad jurídica nueva y en la creación de órganos gubernamentales suprauniversitarios de dirección, con los que se han ido expropiando las facultades de decisión autónoma a las universidades, bajo el pretexto de la racionalización administrativa. Con esas estructuras, los sectores dominantes, representados en los gobiernos, orientan directa y autoritariamente el quehacer universitario. Ejemplo de esto es el actual proyecto de Ley de Educación Superior en República Dominicana, así como la aprobada hace algunos años en Argentina y las normas e instituciones que se han

ido constituyendo en México y otros países.

Los rechazos a estos cambios radicales en las universidades han surgido principalmente de movimientos estudiantiles, que son sometidos a intensas represiones con heridos, muertos y encarcelados, como en Argentina, Chile, Nicaragua, entre otros, y actualmente en México, donde quedan más de 250 presos políticos universitarios (de un total de mil detenidos) y se han girado otras 432 órdenes de aprehensión. La violencia autoritaria contra las luchas universitarias se observó el pasado enero, cuando la policía asaltó durante 48 horas los recintos de las universidades Central de Quito y Cuenca, en Ecuador. En Colombia, los paramilitares han secuestrado y asesinado a profesores dentro de las instalaciones universitarias. Víctimas de la represión también son los sindicatos universitarios que resisten las políticas de disgregación, "flexibilización" laboral y topes salariales.

Frente a esta realidad, las fuerzas contrarias al neoliberalismo no logran articular programas y acciones que contrarresten las medidas liquidacionistas de la universidad pública. Parte importante de los intelectuales universitarios han renunciado a ejercer el carácter liberador de la ciencia, amoldándose a las condiciones y objetivos que los sectores dominantes le asignan a la universidad pública, con lo cual, actúan como ejecutores y reproductores de esas estrategias. Por su parte, las fuerzas políticas de izquierda han desatendido el papel estratégico de la universidad pública en la construcción de un proyecto alternativo de sociedad.

Sin la asunción de estos desafíos, estaremos obstaculizando las transformaciones que reclama nuestra región.

Por este motivo, los asistentes a este Taller, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua), Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centro Americana (Managua), Consejo Superior de Universidades de Centroamérica, Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), decidimos:

1. Convocar a las fuerzas progresistas de América Latina, y particularmente en esta oportunidad a las que se expresan en el Foro de São Paulo, a multiplicar y hacer

confluir los esfuerzos en la defensa de la universidad pública contra el neoliberalismo, condición necesaria para la construcción de sociedades y países justos, democráticos e igualitarios en nuestra castigada América Latina. Una universidad que garantice el acceso a los estudios superiores gratuitos porque son un derecho del pueblo, y que desarrolle investigación, docencia, divulgación de la cultura y extensión del más alto nivel, al servicio de las necesidades mayoritarias de nuestros países.

2. Constituir la Red Latinoamericana en Defensa de la Universidad Pública.
3. Promover en cada uno de nuestros países y subregiones del continente la divulgación de nuestros trabajos, debates y conclusiones.
4. Promover reuniones de esta naturaleza en cada uno de nuestros países y en las distintas subregiones, convocándonos a un nuevo Taller Latinoamericano el año próximo, que posiblemente podría realizarse en la Universidad Autónoma de Santo Domingo, República Dominicana.
5. Promover en nuestras universidades la creación de Cátedras, programas y áreas de investigación de la problemática universitaria pública, en el espíritu que caracterizó a este Taller.
6. Emitir pronunciamientos públicos de solidaridad con los universitarios mexicanos, ecuatorianos, colombianos y dominicanos, y un saludo a la reunión de OCLAE (se anexan).

SOLIDARIEDADE COM GUADALUPE, GUIANA FRANCESA E MARTINICA - ESPANHOL

SOLIDARIDAD CON LOS PUEBLOS DE GUADALUPE,

GUYANA FRANCESA Y MARTINICA

La última década del siglo XX fue proclamada por la ONU década de liquidación del colonialismo.

Los pueblos de Guadalupe, Guyana Francesa y Martinica van a entrar en el siglo XXI bajo una dominación total del colonialismo francés.

Estos países de América Latina y del Caribe son una de las últimas colonias en el mundo.

A través de su tutela sobre estos países, Francia se garantiza una presencia fuerte en la región para su política de potencia al nivel económico, militar y político, lo que representa una ventaja por su preeminencia en el seno de la Unión Europea.

Pero esta misma presencia constituye un verdadero obstáculo a la integración de los países del Caribe y una amenaza para los pueblos de la región - ver la decisión de Francia de no firmar el acuerdo de prohibición de transporte de productos radiactivos en el Caribe.

Los participantes al IX Encuentro del Foro de São Paulo, tomando en cuenta la lucha que llevan los trabajadores y las masas populares de estos países por su identidad, su dignidad, su libertad, su autodeterminación,

* Denuncian la dominación colonial de Francia en la área.

* Apoyan la reivindicación de estos pueblos por el reconocimiento de su derecho a la independencia nacional y el ejercicio efectivo de su derecho a la autodeterminación.



RESOLUÇÃO DA OFICINA SOBRE UNIVERSIDADE PÚBLICA - ESPANHOL

INFORME DE TRABAJO DEL

TALLER LATINOAMERICANO EN DEFENSA DE LA UNIVERSIDAD PÚBLICA

CONTRA EL NEOLIBERALISMO

AL IX FORO DE SÃO PAULO

Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua

Managua, 17 y 18 de febrero de 2000.

Asistentes: 101

Ponencias presentadas: 22

Otras ponencias enviadas: 8

La universidad pública, centro neurálgico de la vida intelectual en los países latinoamericanos, ha sido un espacio en el que se han generado y han tenido cabida visiones que conjugaron las aspiraciones sociales de nuestros pueblos. Ha sido una institución estratégica no solo en la perspectiva académica sino como legado histórico en la recuperación y enriquecimiento de una cultura latinoamericana.

Hoy, este espacio de reflexión y creación social está en un proceso de destrucción y reestructuración para hacerlo funcional al proyecto de los grandes intereses propietarios nacionales y transnacionales. Y a pesar de que estamos ante un fenómeno que tiene más de una década, no ha sido comprendido cabalmente por las comunidades universitarias ni se han articulado respuestas claras y eficaces para enfrentarlo.

La reestructuración de la universidad, promovida por los organismos internacionales como el Banco Mundial, el BID y la OCDE y llevada a cabo a través de los gobiernos, es profunda e integral, y afecta tanto sus actividades sustantivas como las relaciones entre sus miembros, y entre ella y la sociedad.

Como pivote de estas transformaciones, en el centro de la estrategia dominante

está la drástica reducción del presupuesto del Estado para las universidades públicas, tanto en términos relativos como absolutos, con lo cual se las empuja a un proceso de privatización de su financiamiento y se las somete a presiones y decisiones del gran capital. Asimismo, las acciones gubernamentales tendentes a debilitar las formas colegiadas y democráticas del gobierno universitario favorecen usos discrecionales y patrimonialistas de los recursos, que refuerzan la conformación de elites privilegiadas en las instituciones.

En ese marco se ataca la gratuidad de la educación superior, se reducen los salarios de los trabajadores universitarios y se condiciona a los académicos a obtener ingresos extra salariales y extra institucionales, mediante la mercantilización, degradación y estratificación del trabajo académico.

Con estas presiones financieras se le imponen a las universidades públicas contenidos, orientaciones y destinatarios en docencia, investigación y en la difusión de la cultura, lo que se ejecuta a través de un complejo sistema de evaluación y acreditación externas, que atenta de manera directa contra la autonomía universitaria. No se trata solo de un problema financiero y administrativo, sino de la gestación de un profundo proceso de transformaciones ideológicas, valóricas y epistemológicas que apuntan a la legitimación de las visiones y proyectos más conservadores en la sociedad, y a la utilización de la comunidad universitaria como instrumento de control social y político.

El buscado empequeñecimiento material y científico de las universidades públicas responde al desinterés de los sectores dominantes por la creación, innovación y adaptación de ciencia y tecnología autónomas en América Latina con el fin de preservar el monopolio de las mismas en los centros capitalistas, y a sus intenciones de mantener a nuestras instituciones como centros de conocimiento subsidiarios de esa realidad.

Al mismo tiempo, con el argumento de la contracción presupuestal, se restringe el ingreso y permanencia de los estudiantes, provocando una selección elitista del acceso a la educación superior, con lo que las universidades públicas intervienen como reproductoras de la exclusión y desigualdad sociales.

Todas estas transformaciones han ido cristalizándose en una normatividad jurídica nueva y en la creación de órganos gubernamentales suprauniversitarios de dirección, con los que se han ido expropiando las facultades de decisión autónoma a las universidades, bajo el pretexto de la racionalización administrativa. Con esas estructuras, los sectores dominantes, representados en los gobiernos, orientan directa y autoritariamente el quehacer universitario. Ejemplo de esto es el actual proyecto de Ley de Educación Superior en República Dominicana, así como la aprobada hace algunos años en Argentina y las normas e instituciones que se han

ido constituyendo en México y otros países.

Los rechazos a estos cambios radicales en las universidades han surgido principalmente de movimientos estudiantiles, que son sometidos a intensas represiones con heridos, muertos y encarcelados, como en Argentina, Chile, Nicaragua, entre otros, y actualmente en México, donde quedan más de 250 presos políticos universitarios (de un total de mil detenidos) y se han girado otras 432 órdenes de aprehensión. La violencia autoritaria contra las luchas universitarias se observó el pasado enero, cuando la policía asaltó durante 48 horas los recintos de las universidades Central de Quito y Cuenca, en Ecuador. En Colombia, los paramilitares han secuestrado y asesinado a profesores dentro de las instalaciones universitarias. Víctimas de la represión también son los sindicatos universitarios que resisten las políticas de disgregación, "flexibilización" laboral y topes salariales.

Frente a esta realidad, las fuerzas contrarias al neoliberalismo no logran articular programas y acciones que contrarresten las medidas liquidacionistas de la universidad pública. Parte importante de los intelectuales universitarios han renunciado a ejercer el carácter liberador de la ciencia, amoldándose a las condiciones y objetivos que los sectores dominantes le asignan a la universidad pública, con lo cual, actúan como ejecutores y reproductores de esas estrategias. Por su parte, las fuerzas políticas de izquierda han desatendido el papel estratégico de la universidad pública en la construcción de un proyecto alternativo de sociedad.

Sin la asunción de estos desafíos, estaremos obstaculizando las transformaciones que reclama nuestra región.

Por este motivo, los asistentes a este Taller, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua), Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centro Americana (Managua), Consejo Superior de Universidades de Centroamérica, Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), decidimos:

1. Convocar a las fuerzas progresistas de América Latina, y particularmente en esta oportunidad a las que se expresan en el Foro de São Paulo, a multiplicar y hacer

confluir los esfuerzos en la defensa de la universidad pública contra el neoliberalismo, condición necesaria para la construcción de sociedades y países justos, democráticos e igualitarios en nuestra castigada América Latina. Una universidad que garantice el acceso a los estudios superiores gratuitos porque son un derecho del pueblo, y que desarrolle investigación, docencia, divulgación de la cultura y extensión del más alto nivel, al servicio de las necesidades mayoritarias de nuestros países.

2. Constituir la Red Latinoamericana en Defensa de la Universidad Pública.
3. Promover en cada uno de nuestros países y subregiones del continente la divulgación de nuestros trabajos, debates y conclusiones.
4. Promover reuniones de esta naturaleza en cada uno de nuestros países y en las distintas subregiones, convocándonos a un nuevo Taller Latinoamericano el año próximo, que posiblemente podría realizarse en la Universidad Autónoma de Santo Domingo, República Dominicana.
5. Promover en nuestras universidades la creación de Cátedras, programas y áreas de investigación de la problemática universitaria pública, en el espíritu que caracterizó a este Taller.
6. Emitir pronunciamientos públicos de solidaridad con los universitarios mexicanos, ecuatorianos, colombianos y dominicanos, y un saludo a la reunión de OCLAE (se anexan).

PRONUNCIAMENTOS PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA - ESPANHOL

Al Dr. Juan Ramón de la Fuente, Rector de la Universidad Nacional Autónoma de México

A la comunidad universitaria mexicana y latinoamericana

A la opinión pública internacional

Los asistentes al Taller Latinoamericano en Defensa de la Universidad Pública contra el Neoliberalismo, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua), Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Consejo Superior de Universidades de Centroamérica, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centroamericana (Managua), Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana- Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), reunidos en el Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, en Managua, los días 17 y 18 de febrero de 2000,

nos pronunciamos de manera enérgica para exigir la libertad incondicional de los presos políticos universitarios y la eliminación de las órdenes de aprehensión contra los integrantes del movimiento estudiantil de la Universidad Nacional Autónoma de México.

En nuestros debates analizamos con profundidad la crisis que vive la universidad pública en toda América Latina, como producto de la desnaturalización social, científica y cultural a que es sometida por las estrategias que buscan convertirla en una institución funcional a los grandes intereses propietarios y privilegiados y reproductora de la exclusión y la desigualdad sociales. Situación que provoca el estallido de numerosos conflictos universitarios en la región para restituir a la universidad pública su papel en la construcción de sociedades y países justos, democráticos y desarrollados. Las respuestas represivas a tales conflictos no solo ofenden la inteligencia y la moral democrática, sino que profundizan los escenarios conflictivos que supuestamente pretenden eliminar. Por eso, la libertad de los presos, la eliminación de órdenes de aprehensión y de cualquier acción represiva



contra los universitarios mexicanos, constituirá un paso decisivo para restablecer el diálogo y la negociación necesarias hacia la reconstrucción de la Universidad Nacional Autónoma de México.

Managua, 18 de febrero del 2000.

Al Dr. Gustavo Vega, Rector de la Universidad de Cuenca y Presidente de la Asociación Nacional de Universidades Públicas de Ecuador

A la comunidad universitaria ecuatoriana y latinoamericana

A la opinión pública internacional

Los asistentes al Taller Latinoamericano en Defensa de la Universidad Pública contra el Neoliberalismo, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua), Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Consejo Superior de Universidades de Centroamérica, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centro Americana (Managua), Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana- Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), reunidos en el Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, en Managua, los días 17 y 18 de febrero de 2000,

manifestamos nuestro repudio a la violación a la autonomía universitaria cometida con los asaltos policiales, el pasado mes de enero del 2000, contra las universidades Central de Quito y de Cuenca, y contra todas las persecuciones a los universitarios ecuatorianos, quienes están dando un gran ejemplo de dignidad universitaria en su lucha junto a los indígenas, sindicalistas y otras fuerzas democráticas por un Ecuador justo y democrático.

Reciban nuestra solidaridad latinoamericana.

Managua, 18 de febrero de 2000.

Al Dr. Andrés Pastrana, Presidente de la República de Colombia

A la comunidad universitaria colombiana y latinoamericana

A la opinión pública internacional

Los asistentes al Taller Latinoamericano en Defensa de la Universidad Pública contra el Neoliberalismo, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua), Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Consejo Superior de Universidades Centroamericanas, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centro Americana (Managua), Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana- Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), reunidos en el Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, en Managua, los días 17 y 18 de febrero de 2000,

manifestamos nuestro repudio a los actos de persecución, secuestros y asesinatos de universitarios colombianos, algunos ocurridos en sus propias aulas o recintos universitarios, circunstancias que ofenden la inteligencia y la moral democrática de todos los latinoamericanos.

Llamamos enérgicamente a encontrar los caminos de la paz a través de la negociación democrática entre las fuerzas políticas y sociales colombianas, a la resolución de las carencias económicas, sociales, políticas y culturales fundamentales de la población -origen histórico del presente conflicto-, así como a la protección y la defensa irrestricta de los derechos humanos de todos los colombianos, y en particular de los universitarios, actores imprescindibles de un futuro de democracia y justicia social en la hermana República de Colombia. Pensamos que esto solo podrá realizarse en el marco de la autodeterminación plena del pueblo colombiano, sin injerencias militares externas.

En Managua, el 18 de febrero del 2000.

A los Honorables Miembros del Congreso Nacional de la República Dominicana

A la comunidad universitaria dominicana y latinoamericana

A la opinión pública internacional

Los asistentes al Taller Latinoamericano en Defensa de la Universidad Pública contra el Neoliberalismo, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua), Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Consejo Superior de Universidades Centroamericanas, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centro Americana (Managua), Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana- Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), reunidos en el Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, en Managua, los días 17 y 18 de febrero de 2000,

solicitamos a los miembros del Congreso Nacional de la República Dominicana acoger las observaciones y propuestas hechas por la Universidad Autónoma de Santo Domingo al Proyecto de Ley de Educación Superior, que próximamente será enviado por el Poder Ejecutivo al Congreso Nacional para su conocimiento y aprobación y que es lesiva para la autonomía universitaria

Exigimos que se respete la ley 5778 de Autonomía de la Universidad Estatal, y los derechos y prerrogativas que de ella se desprenden, como facultades irrenunciables para la que es la más antigua institución de educación superior en el continente americano.

En Managua, el 18 de febrero de 2000.

Al XII Congreso de la Organización Continental Latinoamericana y Caribeña de Estudiantes (OCLAE)

A la comunidad académica latinoamericana

A la opinión pública internacional

Los asistentes al Taller Latinoamericano en Defensa de la Universidad Pública contra el Neoliberalismo, académicos, estudiantes, sindicalistas e integrantes del personal directivo de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, Universidad Nacional Agraria (Nicaragua), Universidad Nacional de Ingeniería (Nicaragua),

Consejo Nacional de Universidades de Nicaragua, Consejo Superior de Universidades Centroamericanas, Universidad de El Salvador (El Salvador), Universidad Centro Americana (Managua), Universidad Nacional de Colombia en Bogotá, (Colombia), Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Universidad Nacional del Centro (Argentina), Universidad de Luján (Argentina), Universidad de São Paulo (Brasil), Universidad Autónoma de Santo Domingo (República Dominicana), Universidad de La Habana (Cuba), Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma Metropolitana- Unidad Xochimilco (México), Universidad Autónoma de Zacatecas (México), Universidad Autónoma de Guerrero (México), reunidos en el Recinto Universitario Rubén Darío de la Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua, en Managua, los días 17 y 18 de febrero de 2000,

saludamos la realización del XII Congreso de la OCLAE, que se celebrará el próximo mes de abril del 2000 en La Habana, Cuba, y nos sumamos a los esfuerzos de los estudiantes latinoamericanos por construir las estrategias del movimiento estudiantil y de la comunidad universitaria en general, para enfrentar la ofensiva neoliberal en Nuestra América, con la enorme responsabilidad que nos toca, al respecto, en la defensa de la Universidad Pública, sometida una contrarreforma profunda e integral, que pone en peligro su propia existencia y la posibilidad de construir alternativas para nuestras sociedades.

Manifestamos, una vez más, nuestro más categórico repudio a todas las formas de represión que sufren los estudiantes en sus admirables luchas, las que son verdaderos ejemplos de dignidad juvenil y universitaria.

Les invitamos al próximo Taller Latinoamericano, que posiblemente celebraremos en la Universidad Autónoma de Santo Domingo, República Dominicana, a comienzos del año 2001, en el que tendremos que seguir profundizando en la construcción de un proyecto de universidad nueva para nuestra castigada América Latina.

En Managua, el 18 de febrero de 2000.



RESOLUÇÃO DA OFICINA DE JOVENS - ESPANHOL

IX ENCUENTRO DEL FORO DE SÃO PAULO, TALLER DE JUVENTUD

OLOFITO - MANAGUA, NICARAGUA, 18 DE FEBRERO

Declaración de juventud

La situación económica de América Latina en los últimos años se ha visto plagada de interminables crisis, en ello el sistema financiero internacional ha jugado un papel predominante, generando una profundización de la iniquidad y la pobreza en nuestros países.

En el mundo la izquierda ha construido proyectos y discutido acerca de nuestras posiciones con la intención de generar nuevas iniciativas políticas. Estamos trabajando sobre un nuevo concepto de la política, una política relacionada con ideales y valores que incidan sobre las condiciones de vida de los jóvenes en A. Latina, una política de las grandes esperanzas y al mismo tiempo realista y que tome en consideración las condiciones de vida reales de los jóvenes.

Somos jóvenes de un mundo nuevo, aún por construir y en el que las certezas del pasado ya no pueden regular los conflictos, ni establecer reglas universales.

Nuestra generación creció en medio de la ideología más tenebrosa del mundo: el Neoliberalismo que en los años 80 relanza sus valores y sus ideologías que se han difundido intentando uniformar mensajes y perspectivas, nos contaron que el mercado desenfrenado y sin reglas iba a resolver las desigualdades de la humanidad para generar un desarrollo justo y sostenible.

La derecha trató de construir un pensamiento único, una globalización conservadora que ofrecía una perspectiva única para el mundo: la de aceptar las reglas de los más fuertes, de los más ricos, de los más poderosos sin posibilidad de cambiar, sin esperanza, sin poder ni siquiera luchar; pero hoy, la derecha ahora está pagando un precio altísimo, la ideología conservadora ha perdido la partida y hoy en día la izquierda encuentra de nuevo razones y esperanzas de abrir un nuevo capítulo en el desarrollo y crecimiento de la humanidad.

Jóvenes de A. Latina, organizaciones miembros del Foro de São Paulo: estamos aquí para declarar con fuerza que entre los protagonistas de esta nueva etapa estamos nosotros, la izquierda que no renuncia a sus principios y mira hacia el futuro con gran optimismo.

Lo afirmamos aquí en el Centro de A. Latina, en Managua, Nicaragua, en la tierra de Sandino, donde todos podemos constatar los efectos de las políticas neoliberales, países salidos de dictaduras militares que han sufrido años de liberalismo desenfrenado, ahora cuentan con los esfuerzos de una nueva izquierda latinoamericana que asume la responsabilidad de gobernar, que lucha por cambiar la sociedad y las pautas establecidas, formamos parte de esta izquierda, en un continente en que los jóvenes representan el 70% de la población.

Tenemos el reto de construir una A. Latina democrática, justa y solidaria. Sabemos que no es una tarea fácil pero también somos conscientes de las nuevas realidades de estos últimos años.

Sentimos profundamente que en A. Latina la doctrina neoliberal ha perdido su fuerza. La izquierda latinoamericana debe fomentar el análisis y la generación de opciones reales de política económica que generen crecimiento y equidad. El reto fundamental es eliminar la enorme iniquidad social que ha caracterizado a nuestras economías.

Nuestra generación es la generación de una izquierda que debe vencer.

La validez de este encuentro, que se erige como escenario importante, para que las organizaciones juveniles de izquierda se reúnan, discutan y se proyecte en favor de los jóvenes de este continente con acciones concretas en contra del Neoliberalismo.

Nuestro rechazo a las políticas Neoliberales y a su aplicación por los gobiernos de nuestros países por construir, los pilares esenciales sobre los que se sostiene el Capitalismo en su afán desmedido de acumulación capitalista a costa de nuestros pueblos.

Desarrollar una campaña de concientización entre nuestros jóvenes y demás miembros de nuestra sociedad, de las causas que facilitan el Neoliberalismo, sus efectos y la forma de luchar contra este.

Proponer que se elabore un documento base para que se discuta, como preparación para la conformación de una organización regional, el cual sea elaborado por la organización del país que coordinará el próximo año la realización de este Foro.

Desarrollar este taller juvenil en los próximos encuentros que se efectúen del Foro de São Paulo, garantizando que los temas juveniles sean tomados en cuenta en las decisiones políticas que se adopten por los partidos de izquierda.

Convocar a todas las organizaciones del continente a prepararse para discutir el



documento base en sus estructuras, una vez elaborado para constituir la organización regional.

Condenar el vil secuestro de nuestro niño Cubano Elian González, por mafiosos de origen Cubano, que bajo la protección del gobierno de EE UU de América, han convertido la inocencia de un niño, que hoy es Cubano pero que mañana podrá ser de cualquiera de nuestros países, en un negocio burdo y cobarde que le facilita, a estos compinches del terror y el crimen, jugosas ganancias, y junto a ello reiterar la condena al bloqueo económico a que es sometido por el imperio del norte, el cual aplica a cualquier país del mundo, las leyes extraterritoriales que con ese fin ha creado.

Colombia atraviesa una de las situaciones más complejas de Latinoamérica. La imposición del modelo con su consecuente lastre de miseria, recorte de derechos sociales y económicos y vulnerabilización de la dignidad humana, ha hecho de la Juventud Colombiana su blanco preferido.

Sumado a esto la creciente e ignominiosa intervención norteamericana en los asuntos del país, con pretexto del narcotráfico pone en peligro la posibilidad de una salida negociada al conflicto social y armado donde son los jóvenes quienes ponen la más alta cuota de víctimas en esta guerra que cada día se profundiza más.

En este sentido apoyamos las negociaciones que se han iniciado entre el gobierno y una parte de la insurgencia, e instamos a que se desarrollen desalojos con el resto del movimiento guerrillero con el fin de solucionar las causas políticas, económicas y sociales de este doloroso conflicto.

A su vez. vemos con profunda preocupación la discusión que en el congreso norteamericano se desarrolla sobre la ayuda de US\$1,600 millones de dólares al gobierno colombiano que un porcentaje mayoritario iría a fortalecer a los aparatos militares estatales, con pretexto de la lucha antinarcótico, lo que con seguridad pondría en peligro los anhelos de paz del pueblo Colombiano.

Los jóvenes de izquierda denunciarnos ante el mundo, que en Guatemala después de una larga lucha de 36 años, se firmaron los Acuerdos de Paz, firme y duradera, en Diciembre de 1996. Acuerdos, que son la plataforma democrática para alcanzar las transformaciones básicas de un Estado de Derecho.

Sin embargo, el gobierno de Alvaro Arzú con quien se firmaron los acuerdos, no cumplió con ellos; por el contrario obstaculizó el proceso y retrasó la calendarización de lo planteado, dejando al país, en la miseria, y con una mayor ampliación de la diferencia entre ricos y pobres.

Igualmente el gobierno electo, de Alfonso Portillo del FRG (extrema derecha), a pesar de su discurso populista, no impulsa medidas políticas y económicas con el espíritu de los Acuerdos; por el contrario, sus medidas eminentemente neoliberales van en contra de estos.

U.R.N.G. reafirma que los Acuerdos de Paz, son una respuesta contra el neoliberalismo, y que con el impulso de estos alcanzaremos las transformaciones básicas para construir una democracia plena, con justicia social y plena seguridad.

Por lo que U.R.N.G. y ahora con la conformación de la A.N.N. (Alianza Nueva Nación), que une a organizaciones de izquierda, estamos comprometidos con los Acuerdos de Paz, y buscaremos todas las formas posibles de lucha para alcanzarlos.

Por cuanto: Puerto Rico es un país Latinoamericano al cual el Gobierno de los EE UU ha privado, por más de cien años, su derecho natural e inalienable a la independencia.

Por cuanto: Gran parte del territorio nacional puertorriqueño es utilizado actualmente para propósitos militares en el cual se destaca la isla - Municipio de Vieques - que por más de 60 años ha sufrido impacto incesante de bombardeos, destrucción ambiental, daños a la salud y violaciones crasas a los derechos humanos de sus habitantes.

Por cuanto: El Partido Independentista Puertorriqueño encabezado por su presidente Rubén Berríos Martínez llevan a cabo un acto de desobediencia civil en plena área de bombardeo de la Marina de Guerra de los EE UU en Vieques por espacio de 10 meses sirviendo como escudo humano a riesgo de su seguridad personal y vida.

Por cuanto: Tanto el Gobierno de Puerto Rico, encabezado por el Sr. Pedro Rosselló, así como el Partido Nuevo Progresista y el Partido Popular Democrático, liderado por el Sr. Carlos Pesquera y la Sra. Sila María Calderón respectivamente, han traicionado la clara y contundente voluntad del pueblo puertorriqueño en relación al cese permanente y definitivo del bombardeo en Vieques.

Por tanto: Resuélvase por éste Taller de Juventud, del IX Foro de São Paulo en la ciudad de Managua, Nicaragua lo siguiente:

1. Afirmar nuestro compromiso con la independencia de Puerto Rico.
2. Apoyar la gesta que lleva a cabo el Partido Independentista Puertorriqueño y su presidente Rubén Berríos Martínez en la isla de Vieques a instar al presidente de los EE UU Bill Clinton a que acate y respete la voluntad mayoritaria del pueblo de

Puerto Rico poniendo fin a las prácticas militares en territorio puertorriqueño.

En Uruguay con un gobierno recientemente electo, donde los partidos de derecha se han confundido en un solo cuerpo, se inicia una nueva etapa que se acusa ya de profundizar el proyecto neoliberal. Se inicia el año con 2,500 puestos de trabajo perdidos en un mes y con 62 conflictos sindicales donde el futuro presidente Jorge Battle se le ríe en la cara a la propia central de obreros.

Por otro lado este nuevo gobierno a instalarse próximamente desconoce a la primera fuerza política del país, desconociendo así a la voluntad de más del 40% de la población.

Por lo cual denunciamos esta actitud poco democrática del gobierno, así como saludamos a los compañeros Frenteampelistas en esta nueva etapa del proceso electoral a desarrollarse en Mayo donde la fuerza progresista seguirá avanzando con un programa solidario y con justicia social.

En una economía globalizada destinada a un mayor enriquecimiento de las clases altas en desmedro de los intereses populares uno de los sectores afectados por el proceso de globalización es el de la Juventud, hombres y mujeres jóvenes ellos carentes de oportunidades se ven empujados hacia la denominada delincuencia juvenil, drogadicción, prostitución o servir de Burrier como forma de sobrevivencia.

En este contexto la falta de acceso a la Educación y a la Cultura en general, al trabajo digno, no es más que el resultado de un modelo económico que discrimina a grandes sectores de la población obligándolos a diversas formas de sobrevivencia que denigran su condición de seres humanos. Junto a esta forma de resistencia pasiva al neoliberalismo existe otra forma consciente y organizada de hombres y mujeres jóvenes que luchan contra el modelo neoliberal y que en razón de sus ideales de justicia y libertad son objeto de persecución política, detención y torturas, ejecuciones extrajudiciales o encarcelamiento en condiciones infrahumanas.

Por esta razón en este encuentro de jóvenes en el marco del Foro de São Paulo, pedimos a la comisión de redacción se emita un pronunciamiento en favor de quienes por luchar por una vida digna, por enfrentar decididamente al modelo neoliberal se ven hoy privados de su libertad. Bajo el régimen del dictador Alberto Fujimori en la actualidad existen de 4 a 5 mil presos políticos en su inmensa mayoría jóvenes, dirigentes barriales, sindicales, dirigentes populares, cuyo único delito fue oponerse al modelo neoliberal y al régimen dictatorial del gobierno de Perú.

Cientos de jóvenes ven en la solidaridad una posibilidad de crear unidos una



América unida y libre de opresión y explotación; construir la patria grande, sueño de Bolívar y el Che.

Los jóvenes reunidos en el Foro de São Paulo el día 18 de Febrero del año 2000, ante la preocupación que nos genera el conflicto en la UNAM, nos manifestamos enérgicamente por la liberación inmediata de todos los estudiantes detenidos por la Policía Federal Preventiva (P.F.P.) de México y por el cese de las órdenes de aprehensión en contra de otros jóvenes que han participado en la huelga universitaria. Asimismo confiamos en que se solucione el conflicto universitario por la vía del diálogo, para la UNAM, se mantenga como la institución educativa, pública y gratuita, fundamental en la vida de los Mexicanos.



RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MULHERES - ESPANHOL

POR LA IGUALDAD REAL DE OPORTUNIDADES EN LA FAMILIA, EN LA SOCIEDAD Y EN LOS PARTIDOS POLÍTICOS

RESOLUCIÓN

Con la participación de aproximadamente 94 compañeras y 3 compañeros de 12 países, pertenecientes a partidos políticos de izquierda y medios de comunicación, se realizó el Taller de Género con el tema Participación de las Mujeres en los Partidos de Izquierda@ y se llegó a las siguientes consideraciones:

Que la globalización neoliberal es un fenómeno multilateral y abarcador que afecta, además de la economía, a la política, a la ideología, a la cultura, a las personas, a su subjetividad y a la familia, entrañando una cultura única emitida desde un centro de poder y difusión por el gran monopolio de los medios de comunicación.

Nuestra región de América Latina y El Caribe ha sufrido los impactos severos de esta doctrina que pretende erigirse como la salvación de los problemas que enfrenta la humanidad. Sin embargo, la imposición de este modelo a nuestros países y el consiguiente impacto de los ajustes estructurales ha conducido a que se profundice la situación de pobreza de grandes mayorías en nuestros pueblos, con una mayor incidencia en los sectores más vulnerables de la sociedad, entre ellos las mujeres quienes constituyen el mayor por ciento de los pobres del planeta.

Si bien en las últimas décadas la participación de las mujeres ha crecido en las diferentes esferas de la vida social, aún continúa existiendo un alto grado de discriminación de género tanto en lo público como en lo privado.

A pesar de la diversidad de situaciones en los países de América Latina y El Caribe, se analizó que el sistema capitalista patriarcal y los patrones socio culturales tradicionales determinan conductas de discriminación y violencia contra la mujer en la familia y en la sociedad.

Los partidos políticos de izquierda han implementado de manera heterogénea algunas estrategias de acción afirmativa para favorecer la participación política de las mujeres y su acceso a cargos de dirección y elección popular. Sin embargo, las acciones emprendidas no han sido suficientes, ni en el marco de un planteamiento integral desde los partidos. Se coincidió que muchas veces estas decisiones se quedan en el papel y que su implementación requiere de la perseverante lucha de las mujeres y de mecanismos puntuales.

Se constató la importancia de las cuotas como mecanismo transitorio mientras se corrigen las iniquidades. Al mismo tiempo, se evidenció que es una medida insuficiente y que es necesario implementar políticas integrales y mecanismos de democratización interna que permitan garantizar una progresiva presencia y permanencia de mujeres en los puestos de decisión.

En cuanto a los medios de comunicación se consideró que una gran parte de estos juegan un papel negativo para la sociedad al reproducir estereotipos sexistas, valores individualistas y mensajes de violencia al servicio del sistema dominante.

Se planteó como necesario un mayor avance y respaldo a las reformas legislativas que favorezcan la participación ciudadana y política de las mujeres, que combatan toda forma de discriminación particularmente la violencia intrafamiliar.

Es igualmente necesaria la articulación con los diferentes sectores del movimiento social, que permita la acumulación de fuerzas en los distintos ámbitos, para no solo llegar a puestos de decisión, sino incorporar planteamientos de género asumidos conscientemente por los diferentes sectores, particularmente con los movimientos de mujeres.

Fueron demandas del taller de género el reforzamiento de la solidaridad en las luchas de los pueblos, la continuación de las luchas por la liberación de las presas y presos políticos de Perú y Argentina; la solidaridad particularmente hacia las mujeres del pueblo hermano de Colombia; el repudio al secuestro y la exigencia del retorno a Cuba del niño Elian González; y la solidaridad con las mujeres indígenas y luchadoras por sus reivindicaciones en Chiapas.

También se planteó reforzar los mecanismos de solidaridad entre mujeres lo cual pasa por superar las descalificaciones y confrontaciones entre nosotras y tratar de sistematizar el intercambio de experiencias sobre las luchas de las mujeres en nuestros países.

Estrategia mínima para los partidos políticos:

* Llevar a cabo acciones afirmativas que además de las cuotas, contemplen mecanismos específicos de promoción, asesoría, formación y capacitación a las mujeres.

* Que las desigualdades de género en el ámbito de lo privado, se conviertan en un tema de discusión política a lo interno de los partidos.

* La construcción del enfoque de género como una política de partido e

incorporación del mismo en las escuelas de cuadros y programas de formación política e ideológica para toda la militancia

- * Que los partidos políticos incorporen a su sistema de información las variables de sexo, edad y etnias.
- * Promoción de espacios mixtos e intersectoriales de discusión y acción en torno a la problemática de género.
- * Empezar acciones concretas de cara a los medios de comunicación para visibilizar la acción y el protagonismo de las mujeres como sujetas políticas.
- * Crear mecanismo de vigilancia, prevención y sanción para los casos de violencia intrafamiliar cometidos por las y los militantes de los partidos.
- * En los medios de comunicación y divulgación de los partidos políticos, ampliar los espacios dedicados a los temas específicos de las mujeres y la equidad de género.
- * Incorporar en el discurso de los partidos políticos el lenguaje no sexista; que permita construir una nueva relación social entre los géneros.

Propuestas para avanzar en la equidad de género en el Foro de São Paulo

01. Insistir en una mayor presencia de mujeres en el Grupo de Trabajo.
02. Incorporar los temas de género en los diferentes talleres y actividades organizados por el Foro.
03. Promover una participación equitativa de hombres y mujeres en los diferentes talleres y actividades organizadas por el Foro.
04. Que los partidos políticos, a través de su representante en el taller de género, informen sobre el nivel de cumplimiento y avance de las recomendaciones en materia de equidad de género, emanadas de los Encuentros del Foro de São Paulo.
05. Que los partidos de izquierda integrantes del foro contribuyan al fortalecimiento del movimiento mundial de mujeres.
06. Que el Foro de São Paulo se incorpore a las actividades de la MARCHA MUNDIAL CONTRA LA POBREZA, que se realizará en octubre del año 2000.

Managua, Nicaragua

Untitled Document

18 de Febrero del 2000



¡M_/Foro/196.htm (4 of 4)2/12/2008 16:05:57

Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

RESOLUÇÃO DA OFICINA DE MOVIMENTOS SOCIAIS - ESPANHOL

IX REUNION DEL FORO DE SAO PAULO

"TALLER DE MOVIMIENTOS SOCIALES"

"POR LAS BANDERAS SOCIALES EN LOS PROCESOS ELECTORALES Y FRENTE A LA GLOBALIZACIÓN...LUCHA POPULAR"

¡NI UN PASO ATRÁS!

HOTEL LAS MERCEDES

MANAGUA, NICARAGUA

18 DE FEBRERO 2000

Contenido del Taller:

1. Neoliberalismo, lucha popular y procesos electorales.
2. Alianzas electorales e interrelación de los movimientos sociales y los partidos políticos frente a los procesos electorales.
3. Intereses electorales partidarios versus intereses populares.

Mesa Directiva:

- Edwin Ortega. URNG - Guatemala.
- Fernando Falcón. Cocentra - Panamá
- Alfonso Goitía. ICIC - El Salvador
- Marcial Cabrera. UITA
- Gustavo Porras C. FSLN - FNT - Nicaragua
- Ada Benitez. CTC - Cuba

En el presente taller participarán 102 personas representando a 41 organizaciones y partidos políticos, provenientes de 14 países.

LISTA DE PARTICIPANTES:

- 1) Rafael Flores Estrella. Partido Revolucionario Dominicano – Rep. Dominicana
- 2) Ernesto González. URNG – Guatemala
- 3) Edwin Ortega. URNG – Guatemala
- 4) Fernando Falcón Vargas. Cocentra – Panamá
- 5) Eugenia Paiz. Cocentra – Panamá
- 6) Aguilera. Cocentra – Panamá
- 7) Miguel Sáenz C. FMLN – El Salvador
- 8) Búcaro. FMLN – El Salvador
- 9) Sandra Elizabeth Agred. FMLN – El Salvador
- 10) Alfonso Goitía. ICIC – El Salvador
- 11) José F. Hernández. Cocentra – El Salvador
- 12) Transito Borja Hernandez. Cocentra – El Salvador
- 13) Germán Sierra. Unificación Democrática – Honduras
- 14) Leo Sierra Oyuela. Juventud Part. Unificación – Honduras
- 15) Norma Iris Rodríguez. Cocentra – Honduras
- 16) Arnoldo Hernández. OFRANEH – Honduras
- 17) Julio Marenles. Movimiento de Participación Popular – Uruguay
- 18) Felix Castellanos Hernández. Unión Ejedos Costa Chica – México



- 19) Espen Rosen. Comité Solidaridad – Noruega
- 20) David García Sequiera. UNE – FNT – Nicaragua
- 21) Oliver Barrios Díaz. Movimiento Comunal – Nicaragua
- 22) José Antonio Zepeda. CGTEN – ANDEN – FNT – Nicaragua
- 23) Luis A. Cornavaca. Asociación de Asentamiento – Nicaragua
- 24) Marcial Cabrera. UIJA – Nicaragua
- 25) José Luis Lara. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua
- 26) Valentín Muñoz. FNT – Nicaragua
- 27) Carlos Castillo. Asociación de Asentamiento – Nicaragua
- 28) Andrea Morales. CST José B. Escobar – Nicaragua
- 29) Walter Alex Pineer. FSLN – Nicaragua
- 30) Ivania Webster. FSLN – Nicaragua
- 31) Shanda Henriquez. FSLN – Nicaragua
- 32) Kenia Romero. FSLN – Nicaragua
- 33) Ignacio Vivas Valerio. UNE – FNT – Nicaragua
- 34) Manuel S. Moreira. Movimiento Comunal – Nicaragua
- 35) Dalila Alemán García. CST – Nicaragua
- 36) Gloria Martínez Largaespada. Madres de Héroes y Mártires- Nicaragua
- 37) Mirían Reyes. UNE – FNT – Nicaragua
- 38) Mauricio Benedith. CST – Nicaragua
- 39) Armando Zepeda L. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua

- 40) Román Castillo C. Movimiento Revolucionario – Nicaragua
- 41) Miguel Ruíz. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua
- 42) Arnoldo Siesa H. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua
- 43) Mario Martínez C. CEAL – Nicaragua
- 44) Pablo Rojas O. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua
- 45) Roberto Alfonso Castillo V. Movimiento Revolucionario – Nicaragua
- 46) Heberto Ruiz Morales. Unión Nacional Empleados – Nicaragua
- 47) Gloria María Hernández S. UNE – FNT – Nicaragua
- 48) Francisco Pérez G. CST – Nicaragua
- 49) Picado A. Movimiento Comunal – Nicaragua
- 50) Alba Palacios. Cocentra – Nicaragua
- 51) Róger Barrantes Estrada. CST José B. Escobar -FNT– Nicaragua
- 52) Luis Eduardo Amaya. Movimiento Comunal – Nicaragua
- 53) Sergio Sáenz. Movimiento Comunal – Nicaragua
- 54) Elmer Tórres Valdivia. FEDTRACSE – UNE- FNT – Nicaragua
- 55) Henry Zambrana Quezada. FESITUN – FNT – Nicaragua
- 56) Sergio Norori Hendí. Universidad Bieu Raan – Nicaragua
- 57) Anne Ibsen. SID – Dinamarca
- 58) Fausto Tórres Araújo. ATC – FNT – Nicaragua
- 59) Wilmer Ricky. Movimiento Comunal – Nicaragua

- 60) Víctor Gutiérrez Soto. Movimiento Comunal – Nicaragua
- 61) Iván Cruz Piña. FSLN – Nicaragua
- 62) José Angel Bermúdez. FNT – Nicaragua
- 63) José Novoa. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua
- 64) Roberto Soza. Ayuda Popular Noruega – Nicaragua
- 65) Néstor Napal. Ayuda Popular Noruega – Nicaragua
- 66) Isidro Iglesias. Fetsalud – FNT – Nicaragua
- 67) José Rosalio Pérez A. Fetsalud – FNT – Nicaragua
- 68) Evile Umaña O. Fetsalud – FNT – Nicaragua
- 69) Bayardo Altamirano L. CESADE – Nicaragua
- 70) Domingo Fco. Pérez. UNE – FNT – Nicaragua
- 71) Celso Romero Chavarría. Fenacop – Nicaragua
- 72) Godofredo Membreño. Movimiento Comunal – Nicaragua
- 73) Asunción Alonso Rodríguez. CST Jose B. Escobar – FNT – Nicaragua
- 74) Pedro Ortega. Federación Sindicatos Textisa – Nicaragua
- 75) Luis Barosa. CST Jose B. Escobar – Nicaragua
- 76) Pastor Díaz Pacheco. Comité Revolucionario – Nicaragua
- 77) Juan Fco. Guerrero. Comité Revolucionario – Nicaragua
- 78) Estebana Ortega H. Sindicato de Periodistas – Nicaragua
- 79) María de los A. Siezar. Sindicato de Periodistas – Nicaragua
- 80) Jairo Javier Zúniga. Stuni / Fesitun – FNT – Nicaragua

- 81) Roberto Palacios Mejía. Stuni / Fesitun – FNT – Nicaragua
- 82) Marlon Rodríguez M. Comité Revolucionario FSLN – Nicaragua
- 83) Raúl Valverde A. FSLN – Nicaragua
- 84) José Mercedes González. Fenacop – Nicaragua
- 85) Antonio José Baldizon. Fenacop – Nicaragua
- 86) Mario Herrera A. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua
- 87) Emilio Irías. CST José B. Escobar – FNT – Nicaragua
- 88) Gilberto Barberena. Movimiento Comunal – Nicaragua
- 89) Sonia Aguirre Vargas. CST – Nicaragua
- 90) Orlando Baltodano Ortega. Movimiento Comunal – Nicaragua
- 91) Maru Yarnoz Eseverri. CEBS – Residente Nicaragua
- 92) Ritha Fletes Z. FSLN – Nicaragua
- 93) Vilma Meléndez Reyes. FSLN – Nicaragua
- 94) Bismarck Soto. Nicaragua
- 95) Ada Benitez C. CTC – Cuba
- 96) César M. Moya F. Asentamientos – Nicaragua
- 97) Guadalupe Valdez. Alianza por la Democracia – Rep. Dominicana
- 98) Edargo García. ATC – Nicaragua
- 99) Orlando Núñez. Cipres – Nicaragua
- 100) René Núñez. FSLN – Nicaragua



101) Alfonso Goitía. ICIC – El Salvador

102) Gustavo Porras. FNT – FSLN – Nicaragua

Trabajo de Grupos:

Propósito:

Identificar propuestas y/o alternativas en la relación de los partidos políticos con los Movimientos Sociales en:

1. Procesos electorales.
2. Alianzas estratégicas y programáticas.
3. Procesos de regionalización /globalización.
4. Autonomía de la participación.

Coordinadores de los grupos de discusión:

Tema No. 1 (Procesos Electorales).

- René Núñez.
- Sergio Sáenz.
- Gilberto Barberena.

Tema No. 2 (Alianzas estratégicas y programáticas)

- Edwin Ortega.
- Enrique Picado.

Tema No. 3 (Procesos de regionalización / globalización)

- Alfonso Goitía
- Evelin Umaña



- Fernando Falcón.

- Fausto Tórres

Tema No. 4 (Autonomía de la participación)

- José Angel Bermúdez.

- Luis Amaya.

- Wilmar Ricky.

IX REUNION FORO SAO PAULO

Resoluciones Particulares del Taller de Movimientos Sociales

1.- Resolución sobre Cuba.

El Taller de Movimientos Sociales Resuelve:

Condenar el bloqueo que durante mas de 40 años tiene impuesto el gobierno de los Estados Unidos al hermano pueblo cubano, asimismo nos pronunciamos en contra del secuestro del niño Elián González y exigimos su devolución al seno de su familia en Cuba.

2.- Resolución en apoyo a los trabajadores nicaraguenses.

El Taller de Movimientos Sociales resuelve:

Solidarizarse con la lucha que libran los trabajadores nicaragüenses por detener la privatización de las pensiones del seguro social.

Demandamos que el gobierno retire el anteproyecto de ley de la privatización de la seguridad social, porque esta medida afecta al pueblo trabajador nicaragüense.

3.- Resolución en apoyo a los ONG"s nicaraguenses.

El Taller de Movimientos Sociales resuelve:

Exigir al gobierno de Nicaragua y a sus funcionarios abstenerse de amenazas y acciones en contra del trabajo que realizan los Organismos No Gubernamentales en



Nicaragua.

4.- Resolución en apoyo al hermano pueblo de El Salvador.

El Taller de Movimientos Sociales resuelve:

Respaldar plenamente la justa lucha de los sindicatos del seguro social salvadoreño en contra de la privatización de los servicios de salud y por la restitución de los trabajadores despedidos.

Demandamos al gobierno salvadoreño una solución a este problema que afecta a los trabajadores y médicos del seguro social y a la población en general.

También repudiamos la actitud prepotente y autoritaria del gobierno de El Salvador, la cual no contribuye en nada al proceso de democratización y desarrollo de El Salvador.

5.- Resolución en apoyo al pueblo ecuatoriano.

El Taller de Movimientos Sociales resuelve:

Rechazar los crímenes en contra del pueblo de América Latina, demandar el cese de la persecución a líderes populares y la libertad para los presos políticos.

Exigir la investigación y esclarecimiento de los asesinatos de Jaime Hurtado, excandidato a la presidencia de la república y diputado del MPD en ejercicio, al igual que de Pablo Tapia diputado del MPD, y del dirigente sindical Saul Cañar. El Taller de Movimientos Sociales llama, a luchar por expulsar a las tropas y bases norteamericanas de los países de América Latina.

6.- Resolución en apoyo al pueblo hondureño.

El Taller de Movimientos Sociales resuelve:

Condenamos el asesinato del compañero Jairo Amilcar Ayala Nuñez, destacado dirigente del Sindicato de Trabajadores del Instituto Nacional Agrario (SITRAINIA) y promotor de la Reforma Agraria en el bajo Aguán. El asesinato del compañero Ayala forma parte de un plan de los terratenientes y paramilitares para eliminar a toda costa a dirigentes y militares del movimiento popular que luchan por la conquista de la tierra, la defensa de los bosques, la naturaleza y el medio ambiente.

El taller condena enérgicamente este y otros asesinatos y exige al gobierno



Hondureño una exhaustiva y rápida investigación de los hechos y castigo ejemplar a los autores intelectuales de este crimen.

Conclusiones del Taller de Movimientos Sociales

I. Sobre 1er. Taller de Movimientos Sociales realizado en México.

Trabajar por el cumplimiento de los lineamientos del 1er. Taller de México, principalmente:

1. Fortalecer el trabajo de los Partidos Políticos en el Movimiento y Organizaciones Sociales atendiendo prioritariamente los sectores: obrero, campesino, indígena, juvenil, de mujeres, empresarial, profesionistas, intelectuales y de los sectores marginados o socialmente excluidos como los migrantes y los desempleados.
2. La relación entre Partido y Movimientos Sociales deberá desarrollarse conforme a la situación histórica de cada país bajo el criterio general de respetar su autonomía, sus espacios, sus órganos de representación y decisión, su identidad, su naturaleza y hasta su protagonismo.
3. La relación entre Partido y Movimientos sociales, más que una cuestión orgánica, debe darse sobre la base de la identidad en el programa, la estrategia y la táctica en la lucha por el poder.
4. Hacer que el movimiento social avance programáticamente encaminándose hacia la lucha política por la toma del poder.

Las demandas gremiales de los movimientos sociales, se deben convertir cada vez mas en luchas políticas contra los gobiernos conservadores.

5. Lograr que donde el partido haya conquistado espacios de gobierno y representación, los movimientos sociales participen activamente en las tareas del nuevo gobierno, coadyuvante en las provincias, en las comunidades, en los municipios, en las colonias, y en las grandes ciudades, en el diseño y la puesta en marcha de programas de gobierno acorde a sus necesidades. La intención es impulsar desde los espacios del poder público, la descentralización y mecanismos de participación social y ciudadana.

6. Lograr que la conquista de espacios de gobierno no se transforme en mediatización y conservadurismo de los movimientos sociales, ya que buscamos construir una nueva relación entre organizaciones sociales y el gobierno acabando con la relación subordinada y autoritaria.

II. Sobre Alianzas Estrategicas y Programaticas:

1. Se considera que dentro del proceso de la toma y mantenimiento del poder es indispensable la alianza estratégica y programática entre el partido y los Movimiento Sociales. Esta debe permitir construir el poder en forma horizontal con diferentes sectores de la sociedad: trabajadores, pobladores, indígenas, campesinos, mujeres y la población especialmente los pobres y excluidos.

2. La alianza estratégica debe basarse en programas, contenidos, agendas de trabajo que garanticen verdaderos espacios de participación social y beneficios sociales: educación, salud, empleo, tierras, etc., y debe generar una correcta concepción de la conciencia revolucionaria.

3. Los Partidos Políticos de izquierda deben de obtener la mayoría política a través de un contacto permanente con la gente, levantando las banderas de los Movimientos Sociales. Los Partidos no deben tener como objetivo unicamente conquistar el gobierno, sino alcanzar el poder real en todo el sentido de la palabra, y esto pasa por lograr una correlación de fuerzas favorable. La alianza de los Partidos Políticos con los Movimientos sociales debe hacerse sobre objetivos comunes y planteamientos programáticos.

III. Proceso de Regionalizacion / Globalizacion.

1. Impulsar el fortalecimiento de Foros Regionales y Sub-Regionales y lograr la participación activa de los Movimientos Sociales en espacios públicos y políticos como: Parlacen, ICIC, Cocentra, Mercosur, Jubileo, Pacto Andino, Iniciativa del Caribe, etc.

2. Realizar un trabajo en conjunto sobre el foro social latinoamericano, que nos permita contar con un espacio para la construcción y presentación de propuestas, fortaleciendo la agenda social, desde la perspectiva de los y las trabajador@s y diferentes sectores populares. Introducir la agenda social, en todos los referentes de trabajo de redes latinoamericanas, elaborando una propuesta de modelo económico a fin de que los partidos políticos asuman este compromiso.

3. En los procesos de integración es necesario revisar la posición real de partidos y movimientos sociales que permita articular alianzas serias y responsables con políticas locales, regionales y latinoamericanas, asimilando todos la problemática social latinoamericana.

IV. Sobre Procesos Electorales.



1. Ratificar al socialismo como sistema alternativo ante el capitalismo, promoviendo la unidad de los Movimientos Sociales y Partidos Políticos de izquierda para construirlo, considerando los procesos electorales como una forma de lucha.

2. Los partidos de izquierda deben construir su plataforma electoral y política a partir de las agendas de los Movimientos Sociales. La fuerza popular debe obligar a los partidos políticos a cumplir su oferta electoral.

3. Los partidos políticos y los movimientos sociales deben luchar por modificar las leyes electorales en cada país para mejorar la posibilidad de conquistar espacios de poder para las grandes mayorías.

V. Sobre la autonomía de los Movimientos Sociales.

1. Los Movimientos Sociales deben ser sujetos protagónicos y los Partidos Políticos deben respetar la identidad y autonomía de los Movimientos Sociales.

2. Los Movimientos Sociales deben recuperar su vocación de construir poder, y deben luchar por espacios en todos los ámbitos de la sociedad y su autonomía debe ser un planteamiento estratégico para capitalizar fuerzas sociales.

3. Se reconoce que los Movimientos Sociales son espacios heterogéneos, y deben ver al Partido Político como un referente ideológico. Los planteamientos de los Partidos Políticos deben sustentarse en las propuestas de los Movimientos Sociales, los Partidos Políticos no pueden castrar las dinámicas y capacidades de discusión de los Movimientos Populares, y estos no pueden ver la autonomía como la negación del vínculo con los partidos políticos y de sus relaciones de respeto mutuo y alianza estratégica.

DECLARAÇÃO FINAL

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

Havana, Cuba, 4 a 7 de dezembro de 2001

O X Encontro do Foro de São Paulo se realizou em Havana, Cuba, entre os dias 4 e 7 de dezembro de 2001, com a participação de 518 delegados provenientes de 81 países da América Latina e do Caribe, América do Norte, Europa, Ásia, África, Médio Oriente e Austrália, representantes de 74 partidos e movimentos políticos membros e de 127 partidos e organizações convidados.

No contexto de um ambiente bélico e uma crise política, econômica, social e moral sem precedentes, o X Encontro ratifica seu compromisso com as bandeiras da independência nacional, justiça social, paz, democracia e internacionalismo; reitera a disposição de redobrar sua luta por um projeto econômico, social e político que se identifique com esses princípios, e por uma ordem internacional alternativa, que reverta o caráter subordinado de nossos países e responda aos interesses das grandes maiorias.

O X Encontro do FSP confirma a vitalidade, pertinência e vigência deste espaço, que se identifica de esquerda, anti-imperialista, anti-neoliberal, contra todas as manifestações de colonialismo e neocolonialismo, solidário e participativo na formulação de projetos alternativos para os povos da América Latina e Caribe, convencidos de que um mundo melhor é possível.

Este X Encontro teve em Cuba um cenário de alto valor simbólico, pelo que este país representa para a esquerda do continente, por sua dignidade, como exemplo de resistência e por seu forte compromisso com os princípios que guiam o Foro. Aqui vai o agradecimento de todos os participantes ao povo cubano, pela fraternal acolhida que nos dispensou, e ao Partido Comunista de Cuba, por sua capacidade organizadora e contribuição, em todos os aspectos, ao êxito desta reunião, que se caracterizou pelo clima fraternal, a disposição construtiva de todas as delegações e o valioso conteúdo dos aportes realizados.

Sirva este reconhecimento igualmente ao Grupo de Trabalho e a todas as organizações que contribuíram para a preparação do X Encontro. De maneira especial se reconhece a numerosa participação de organizações do Caribe e a incorporação crescente de novas organizações da área andina.

CONTEXTO INTERNACIONAL

Existe consenso na análise do contexto sócio-econômico e político que serve de marco a este Encontro, caracterizado pelo crescente controle da produção, a comercialização de bens e serviços, assim como dos fluxos financeiros por parte de um reduzido número de países desenvolvidos e de mega-empresas transnacionais, que a sua vez, são os agentes protagonistas do processo de globalização neoliberal. Este, longe de propiciar uma participação mais homogênea dos diferentes países na economia mundial, acentuou a diferenciação entre os desenvolvidos e sua periferia, marginalizou ainda mais a esta e incrementou a polarização da riqueza ao interior de ambos os grupos de países.

Os participantes no X Encontro debateram particularmente a situação econômica e social da América Latina e Caribe. Ressaltam os magros crescimentos logrados na última década, que estão abaixo de suas necessidades e potencialidades, e os débeis cimentos nos quais se assentam, dada a ausência de sólidas bases endógenas para sua sustentabilidade.

A distribuição de suas rendas é a mais regressiva do mundo, acompanhada de penosa lentidão no progresso educacional e científico técnico, inquietantes manifestações de volatilidade, insegurança econômica, alarmantes fluxos migratórios, corrupção e violência. A eliminação da pobreza se identificou como o maior desafio da região, especialmente suas manifestações nos segmentos populacionais mais vulneráveis: as crianças, as mulheres, os idosos e, no caso dos povos indígenas, por sua dupla condição de indígenas e pobres.

Se aos riscos antes mencionados se agrega o problema não resolvido da distribuição da terra, o aumento da brecha que separa a América Latina e o Caribe dos países desenvolvidos, a perda de participação relativa da região na economia mundial, a insatisfação expressada pelos cidadãos e o crescente endividamento externo, pode demonstrar-se que o neoliberalismo – dirigido a reforçar o poder do capital financeiro transnacional – contrariamente ao que proclama seu discurso, tem um caráter destrutivo sobre as economias e as sociedades, como o evidencia sua incapacidade para reativar a produção, gerar emprego, elevar a renda e reverter o processo de marginalização. Ele se traduz abertamente em uma crise do paradigma hegemônico e do chamado "pensamento único".

Pode-se lograr objetivos de mais longo alcance deixando de lado a influência dos argumentos que sustentam o pensamento dominante, que limita o aproveitamento das forças produtivas porque se opõe às mudanças nas relações sociais exigidas pelos níveis atuais do desenvolvimento científico técnico. O anterior está vinculado à dependência do imperialismo e à subordinação das classes dominantes de cada país, que impossibilitam resolver os problemas de nossa região sem modificar essas relações para avançar até um projeto alternativo.

Nenhuma proposta distinta de sociedade, de construção de Estados Nacionais com desenvolvimentos soberanos, poderá se edificar se continua a transferência líquida de riquezas aos bancos e aos Estados imperialistas, por isso é necessário exigir o fim dos processos de privatização e impedir a escalada indiscriminada de apropriação dos recursos estratégicos da região em benefício do capital transnacional e sus aliados.

A vertiginosa velocidade do processo de globalização em curso, apoiada no avanço do progresso científico técnico e a expansão das novas tecnologias da informação e as telecomunicações, coincide com uma ordem econômica internacional e uma organização da sociedade que resultam inaceitáveis e que distorcem o próprio desenvolvimento material da humanidade. Por isso lutamos por outra globalização: a da solidariedade, justiça, equidade, vigência plena da democracia, respeito à diversidade, à autonomia, à identidade pluricultural e os direitos dos povos; ainda que também entendemos que o fundamental está na libertação de cada país.

Los atentados do 11 de setembro de Nova York, Washington e Pensylvania agravaram a situação internacional, gerando uma nova conjuntura e abrindo um processo de imprevisíveis conseqüências.

O Foro de São Paulo se solidarizou de imediato com as vítimas desses atos criminais e reivindicou o caminho da paz e da justiça como o único válido para derrotar o terrorismo, reiterando sua solidariedade com todos aqueles que sofrem suas conseqüências. Nós, partidos e movimentos pertencentes a povos que sofreram e sofrem os terríveis efeitos do terrorismo de Estado, estamos contra todas as manifestações de terrorismo, por razões éticas, morais, humanitárias e políticas.

Esses lamentáveis acontecimentos propiciaram o marco para legitimar uma política, até então encoberta, expressada hoje nos perigosos termos da Doutrina Bush: "ou estão conosco ou estão com os terroristas". A recentemente aprovada lei por parte dos EUA, titulada "Unindo e fortalecendo a América provendo-lhe as ferramentas apropriadas para interpretar e obstruir o terrorismo (USA PATRIOT ACT)" merece ser condenada por este Encontro, não só pelos efeitos imediatos contra o povo dos EUA, mas também pelo caráter extraterritorial de sua aplicação, a qual se inscreve no propósito de estabelecer uma legalidade imperialista em prejuízo de nossos povos. Não aceitamos a opção desta disjuntiva que se nos mostra e rechaçamos o papel de polícia do mundo que se auto-adjudicam os EUA.

Deste modo, estamos convencidos de que não é com ações bélicas, nem violando o direito internacional, nem com desdobramento militar em escala planetária que se combate o terrorismo. Que, pelo contrário, a doutrina Bush está gerando um ressurgimento da intolerância, racismo, xenofobia, discriminação e mais vítimas

inocentes, além da exacerbação de fundamentalismos irracionais.

Rechaçamos todo intento de apresentar como terroristas os movimentos de liberação nacional, o chamado movimento antiglobalização, a esquerda, os movimentos sociais e progressistas. Reafirmamos o direito de nossos povos de saber a verdade e de obter justiça em relação aos terroristas de Estado que hoje continuam impunes.

No contexto da denominada luta anti-terrorista, a "Carta Democrática da OEA e a reativação do TIAR" se convertem em uma camisa de força para negar a soberania popular, controlar os processos de mudança e legitimar eventuais intervenções, mediante mecanismos de bloqueio ou ações militares coletivas.

No atual cenário global, o Plano Colômbia assume um novo protagonismo e funcionalidade à estratégia norte-americana, intervencionista no âmbito militar e neocolonial no econômico e institucional.

Esta realidade, relativamente encoberta até 11 de setembro, se complementa com a presença das bases militares norte-americanas, cujas atividades contribuem para sustentar as políticas econômicas e sociais dos países onde se converteram em exércitos de ocupação e desde onde apoiam ações de contra-insurgência e repressão. Erguem-se assim em uma constante ameaça para os regimes que defendem projetos políticos contrários aos interesses do imperialismo. Pretende-se sobrepor a debilidade política dos EUA com a apelação à supremacia militar.

Dentro da estratégia integral de dominação se pretende apresentar o Plano Colômbia e seu complemento, a Iniciativa Regional Andina e ao Plano Puebla-Panamá, como projetos de desenvolvimento e humanitários, sendo seu verdadeiro objetivo o controle e a apropriação dos recursos estratégicos, energéticos e de biodiversidade. Para complementar estes objetivos pretendem a dolarização das economias regionais e a eliminação de toda resposta popular, desde a social até a insurgente. O X Foro reafirma seu apoio à saída política dos conflitos armados da região e reclama o direito de seus povos a decidir seus destinos em pleno exercício de suas autonomias.

Respalamos firmemente o direito inalienável à autodeterminação e independência dos povos latino-americanos e caribenhos submetidos à dominação colonial (Porto Rico, Guadalupe, Martinica, San Marteen, Guiana Francesa e as Antilhas Holandesas). Apoiamos o chamamento feito pela ONU para eliminar essa humilhante e anacrônica forma de dominação ao proclamar o período 2000-2010 como a Segunda Década pela Erradicação Total do Colonialismo. Durante este ano se intensificou em Porto Rico a luta por tirar a marinha de guerra dos EUA da ilha município de Vieques, luta que conta com a simpatia e admiração de nossos povos,

e à qual o Foro de São Paulo reitera seu mais completo apoio.

Os crescentes protestos contra a atual ordem, que rechaça a mercantilização globalizada, imposta a todas as esferas, e que começou a rachar o triunfalismo neoliberal e também sua onipotência, obrigaram as principais potências capitalistas e os organismos internacionais a edulcorar suas linguagens e propostas porque as maciças mobilizações para combater as políticas emanadas desses centros hegemônicos não puderam ser desconhecidas, nem subestimadas.

A força demonstrada pela Cúpula dos Povos, Fórum Social Mundial de Porto Alegre e outras ações, evidenciam também que o Foro de São Paulo, como espaço aberto e plural de coordenação de iniciativas políticas das forças progressistas e de esquerda de nossa América, tem diante de si uma nova etapa de trabalho. Necessitamos generalizar a resistência, aprofundar a proposta, desenvolver a consciência de toda a sociedade civil e potencializar o poder contestador e a capacidade negociadora das organizações sociais, das redes, movimentos e partidos que se opõe ao neoliberalismo.

O objetivo de acumular forças, visto como um processo, está vigente para nosso Foro; devemos continuar sendo um referente para a luta pela defesa dos legítimos interesses das maiorias, organizadas ou não; e devemos potencializar nossa incidência sobre a estratégia e as ações dos movimentos sociais e populares da região latino-americana e caribenha, ao mesmo tempo que continuamos ampliando e fortalecendo as relações com partidos progressistas e de esquerda de outras latitudes. Estas alianças resultam essenciais para avançar na busca de alternativas à ordem internacional vigente.

DESAFIOS PARA A ESQUERDA

Frente aos desafios e à responsabilidade histórica que tem o conjunto da esquerda, é imprescindível desenvolver uma série de ações que contribuam para a definição de objetivos estratégicos, o qual é possível a partir da construção da unidade em todos seus espaços de ação e respeitar a diversidade regional existente no interior de nossos países.

Assistimos a importantes avanços das forças de esquerda e progressistas, atuando sós ou como parte de amplas coalizões, em vários países de nosso continente, com importantes resultados eleitorais, e em alguns deles com possibilidades reais de alcançar governos nacionais e locais nos próximos anos, por via da acumulação eleitoral e pelo caminho das lutas populares mais diversas.

É indispensável articular reflexões, construir consensos e propiciar ações que envolvam a militância partidária de mulheres e homens com o movimento social e a



luta dos povos indígenas, em um processo que construa tecidos de poder alternativo, respeitando seus processos e autonomias.

Se estas propostas não encontraram eco e sujeitos político-sociais para se imporem na esfera política, tampouco poderão triunfar. Em última instância, os projetos coletivos só triunfarão se se expressarem em decisões políticas que mudem o Estado, construam alianças regionais e estabeleçam uma política internacional que aponte para uma mudança na correlação de forças e para a democratização das instâncias de decisão no âmbito mundial.

Adicionalmente é um imperativo que a esquerda e o movimento social dêem conta das mudanças e impactos da globalização neoliberal no tecido social, o qual permitiria identificar outros aliados que o próprio processo de exclusão e exploração econômica gerou e que até há pouco não podiam ser considerados como tais. Chamamos a atenção especialmente à necessidade da participação dos jovens e garantir sua representação nas instâncias de decisão.

Este caminho implica não só se opor ao neoliberalismo, como também à acumulação das forças de mudança, e propor e implementar alternativas na construção de um novo modelo social para alcançar um governo nacional, popular, democrático e anti-imperialista. Os Partidos do Foro de São Paulo assumem o compromisso de desenvolver estratégias, programas e políticas públicas dirigidas a fomentar a igualdade de direitos e oportunidades entre os gêneros. Ao mesmo tempo promover a discussão sobre a identidade e direitos dos povos indígenas que inclui a eliminação de concepções e práticas discriminatórias que ainda persistem no seio de nossas organizações e partidos.

Devemos gerar práticas de democracia participativa, adotando mecanismos que possibilitem a participação popular nas decisões de governo, promovendo desta maneira a construção da cidadania.

Ao cumprir-se uma frutífera década do Foro de São Paulo, estamos ante o desafio de uma nova etapa: definir as grandes linhas da proposta alternativa – que se concretizará em cada país de acordo com as peculiaridades nacionais e as condições específicas – aproveitando a experiência que a esquerda adquiriu.

Insistimos na transformação política, em convergência com as demandas sociais, e como via imprescindível para alcançá-las. Esta reivindicação do aspecto político é uma responsabilidade que os partidos e as organizações do Foro de São Paulo devemos assumir plenamente, em uma época histórica em que essa atividade foi desprestigiada pela corrupção, clientelismo e políticas sociais e econômicas que deram as costas aos povos.

O PROJETO ALTERNATIVO

Duas condições são essenciais para pôr em marcha e sustentabilidade deste projeto:

- a) A prioridade dos objetivos sociais em oposição à condição de elementos residuais à qual foram relegados pelas políticas neoliberais.
- b) A recuperação dos espaços de soberania econômica e política nas relações com os países centrais e os núcleos de decisão da economia global.

Entre os eixos principais de um projeto alternativo figuram o resgate do desenvolvimento e a soberania; o impulso a os processos de integração regional como forma de inserção na economia mundial; a construção de autênticas democracias participativas, considerando o papel crescente da mulher e os jovens, a secular e profunda luta dos povos indígenas e a luta contra todas as formas de exploração, opressão econômica e alienação dos cidadãos.

Estamos pela defesa de todas as formas de propriedade social existentes em nossa região (cooperativa, estatal, áreas de propriedade dos trabalhadores, comunitária, originária etc.) e pelo desenvolvimento de formas de economia popular que permitam tanto estratégias de sobrevivência, de exercício da democracia econômica, de respeito real à biodiversidade, como a construção de redes de comercialização alternativa e consumo ético.

O referente principal de qualquer projeto emancipador não é o crescimento, mas também o desenvolvimento, em uma perspectiva multi-dimensional, que eleja mulheres e homens e não o dinheiro como o principal sujeito desse processo; propicie as condições para o crescimento estável e sustentado; impulse mudanças estruturais, a equidade na distribuição da riqueza; garanta igualdade de oportunidades no acesso aos serviços sociais; preserve o meio ambiente, e respeite a realidade pluricultural e multiétnica de nossos povos.

Com respeito aos processos de integração regional, o Foro está claramente a favor de reorientá-los e aprofundá-los para avançar até um nível superior de integração, uma verdadeira Comunidade Latino-americana de Nações e povos originários ou indígenas.

Mas hoje nossa América está submetida à ameaça de desarticular os precários intentos de integração em marcha devido ao qual o Foro se pronuncia por rechaçar o projeto geoestratégico de dominação concebido através da ALCA, devido a que:

- Aprofunda o modelo neoliberal que prevaleceu nos últimos anos, com nefasto

resultado para os povos latino-americanos.

- Pretende uma abertura total e imediata das economias latino-americanas e caribenhas em um momento de profunda crise econômica e social da região.
- Oferece garantias absolutas só aos interesses corporativos do grande capital, especialmente as empresas transnacionais norte-americanas, por cima dos Estados nacionais.
- Significa uma maior restrição da soberania sobre as políticas econômicas nacionais e limita ainda mais o exercício do poder político por parte dos governos e as possibilidades de desenvolvimento endógeno da região.
- Viola direitos dos povos acolhidos em nossas Constituições.
- Não toma em consideração as grandes disparidades entre os países firmantes, pondo ênfase na reciprocidade e não na preferencialidade.
- causa Impacto muito negativamente nos mercados laborais, torna ainda mais precárias as condições de trabalho, debilita o segurança alimentar e acelera a desarticulação do setor agropecuário.
- Atenta ainda mais contra as identidades pluriculturais e os direitos dos povos indígenas.
- Incrementa a sobreexploração e produz a desapropriação de nossos recursos naturais e das reservas de biodiversidade e agrava a deterioração do meio ambiente.
- Por razões de diferenças históricos entre os quais se conta a ausência de ética de Estados Unidos ante seus compromissos internacionais.

O Foro levanta como alternativa à ALCA o desenvolvimento e potencialização dos processos de integração reais de América Latina e Caribe e a convergência entre eles, transcendendo os aspectos comerciais e a lógica neoliberal que sustenta os Acordos de Livre Comércio, e focalizando-os até os objetivos do desenvolvimento sustentável e a vinculação das sociedades, o qual supõe ressaltar a dimensão política como pilar destes projetos. Esta integração deve ser dotada de mecanismos para enfrentar as desigualdades prevaletentes entre os países; e ao interior destes, entre os diferentes grupos sociais, promovendo a equidade de gêneros e o reconhecimento da identidade e os direitos dos povos indígenas. Adicionalmente devem prestar atenção à cooperação produtiva e tecnológica, assim como ao fortalecimento da independência monetária, enfrentando o crescente processo de

dolarização.

Promovemos um projeto de integração com forte participação do Estado e controle do mundo do trabalho, que permita projetos comuns que apontem a novas formas de produção e propriedade, assim como a uma distribuição eqüitativa da riqueza. Propomos a criação de bancos interestatais de desenvolvimento, projetos energéticos conjuntos e pactos de produtores que favoreçam a industrialização de produtos agrícolas e minerais a escala global. Trata-se de uma integração horizontal, respeitosa das dimensões regionais e capaz de ser impulsionada com ações de luta comuns em cada sub-região e entre elas.

Sustentamos que todo projeto regional que envolva nossos países deverá ser amplamente informado, discutido e avaliado previamente pela cidadania, os povos indígenas em suas próprias formas de discussão e pelos setores sociais e forças políticas de cada país. O Foro considera fundamental a incorporação crescente das mulheres e os jovens, de suas organizações e movimentos como uma força decisiva neste processo.

Nenhum projeto de desenvolvimento e integração é viável em nossa região sem remover o obstáculo que interpõe a dívida externa, pelo qual este Foro se pronunciou pela criação de um Pacto de Devedores que defenda o direito de cada país de negociar ou não pagar a dívida externa ilegítima e fraudulenta.

Avançar na recuperação e desenvolvimento do pensamento emancipador em nossa América.

Os partidos e movimentos integrantes do Foro de São Paulo reafirmamos nosso compromisso com os princípios humanistas que defenderam nossos heróis e mártires. Nossa luta é pela transformação política, econômica e social e também uma batalha de idéias por um mundo melhor.

Havana, Cuba, 7 de dezembro 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE AURY SARA MARRUGO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO DE DENÚNCIA CONTRA O ASSASSINATO DO COMPANHEIRO AURY SARA MARRUGO

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido do 4 a 7 de dezembro de 2001 em Havana, Cuba:

CONSIDERANDO:

1. Que a 2 de dezembro, foi encontrado com sinais de tortura o corpo do companheiro Aury Sara Marrugo, Presidente da União Sindical Operária – USO, em Cartagena, desaparecido desde 29 de novembro passado.
2. Que o caso dos companheiros sindicalistas merece atenção especial, pois neste ano que termina foram assassinados 147 lutadores sindicais na Colômbia. Ano passado foram assassinados 90 no mundo, dos quais 69 colombianos.
3. Que na crescente luta popular na Colômbia, os paramilitares, com o auspício e a cumplicidade oficial, seguem desenvolvendo uma sistemática política de terrorismo de Estado e de repressão, assassinando e encarcerando lutadores populares e sociais.

RESOLVE:

1. Repudiar estes fatos e a política que os sustenta.
2. Exigir do governo colombiano o cumprimento dos compromissos de combater o paramilitarismo e responder por plenos direitos e garantias para os que desenvolvem a luta sindical e social.
3. Exortar aos partidos e movimentos políticos assistentes a este Encontro para manifestar de maneira pública seu rechaço a esta situação e castigo exemplar para os culpados, fazendo chegar a todas as instâncias possíveis, iniciando pelo Presidente da Colômbia, Sr. Andrés Pastrana A.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE AFEGANISTÃO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO DE CONDENAÇÃO À AGRESSÃO BÉLICA CONTRA O POVO DO AFEGANISTÃO

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001, em Havana, Cuba, condena a agressão bélica contra o povo do Afeganistão, em especial pelas perdas de vidas inocentes e as graves conseqüências sociais da guerra para todo o povo.

O Foro reafirma seu compromisso pela paz e a plena vigência do Direito Internacional, que garante a defesa universal dos Direitos Humanos para todos os povos.

Cidade de Havana, 7 de dezembro do 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE EVO MORALES

X ENCONTRO DO FORO DO SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE REPRESSÃO A DEPUTADO BOLIVIANO

O X Encontro do Foro do São Paulo, em Assembléia Plenária, expressa sua preocupação pelo infame atentado à democracia boliviana, através da descarada intervenção da embaixada de uma potência estrangeira ao exigir dos partidos políticos que tirem a imunidade parlamentar do deputado camponês Evo Morales Ayma, por sua luta veemente a favor dos camponeses cocaleros e pela ofensa que isso significa para o império.

O Foro do São Paulo denuncia ante a opinião pública internacional esta grosseira pretensão e se solidariza com a luta dos camponeses bolivianos, dos cocaleros e do povo boliviano em geral. Exige respeito aos partidos políticos e rechaça categoricamente toda forma de intervenção estrangeira que signifique menosprezo da soberania política e nacional.

As lutas sociais pretendem ser aplainadas em nossos países com o poder imperialista; depois de 11 de setembro, os dirigentes camponeses são acusados de "terroristas" e, como se sabe, suas formas pacíficas da luta têm sido a greve e o bloqueio de estradas. A nova caça às bruxas começou. Hoje são os dirigentes camponeses e amanhã qualquer dirigente político cujas ações ou declarações incomodem ou ponham obstáculos ao cumprimento das ordens imperiais.

O Foro do São Paulo exorta os parlamentares bolivianos a resistir à pressão, a não ceder à vergonha que significa não defender a soberania. A dignidade política passa necessariamente pela coragem de defender o que somos. Se não nos respeitamos a nós mesmos, ninguém nos vai respeitar, e menos ainda nossos povos.

Solicitamos à Secretaria do Foro a publicação desta Resolução e seu envio com nota expressa à Câmara dos Deputados do Parlamento Boliviano, à brevidade possível.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO DE CONDENAÇÃO PLANO COLÔMBIA E APOIO AO POVO COLOMBIANO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO DE CONDENAÇÃO AO PLANO COLÔMBIA E DE SOLIDARIEDADE COM A LUTA DO POVO COLOMBIANO

O X Encontro do Foro de São Paulo reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001, em Havana, Cuba.

CONSIDERANDO:

1. A grave crise econômica, política e social que sofre o povo colombiano, produto das políticas desenvolvidas pelo Estado e seus diferentes governos, aplicando as imposições do Império e as receitas do Fundo Monetário Internacional – FMI.
2. A justa e necessária luta de colombianas e colombianos por construir a sociedade que merecem, em paz, com justiça social, dignidade e soberania.
3. O desenvolvimento de medidas imperiais como o Plano Colômbia e seu complemento, a Iniciativa Regional Andina, verdadeiros planos de guerra contra o povo colombiano, latino-americano e caribenho.
4. O terrorismo de Estado que segue assassinando a população civil paralisada pela ação de seus grupos paramilitares.

RESOLVE:

5. Apoiar e encoraja os processos de diálogos desenvolvidos pelas FARC – Exército do Povo e o ELN, em busca de soluções diferentes à guerra para a grave crise colombiana e o conflito social, político e armado, ficando à disposição, na medida de nossas possibilidades e as necessidades dos processos.
6. Manifestar sua solidariedade e reconhecimento com a Frente Social e Política como expressão importante da organização de colombianos e colombianas no desenvolvimento da luta por seus direitos.
7. Repudiar e condenar novamente o Plano Colômbia e seu complemento, a Iniciativa Regional Andina, e organizar a resistência popular como parte da corrente de lutas contra a dominação neocolonial da qual fazem parte megaprojetos como a

ALCA.

8. Manifestar publicamente, como forças e movimentos políticos anti-imperialistas, nossa defesa aos direitos de rebelião e autodeterminação dos povos do mundo e rechaçar o qualificativo de terroristas para toda forma de resistência.

9. Ratificar a legitimidade, justeza e necessidade da luta das organizações colombianas e solidarizar-nos com elas.

10. Condenar energicamente o terrorismo de Estado e demandar castigo ao paramilitarismo e seus responsáveis materiais e intelectuais, nacionais e estrangeiros.

11. Reivindicar o reconhecimento dos presos políticos e sindicais na Colômbia e exigir sua liberdade imediata. Pedir o pleno exercício do direito à defesa e a aplicação urgente das recomendações da ONU para modificar as condições carcerárias deploráveis em contradição com as normas elementares da dignidade humana.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E MST NO BRASIL

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE A REFORMA AGRÁRIA E O MOVIMENTO DOS SEM TERRA DO BRASIL

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001, em Havana, Cuba, se solidariza com a luta pela Reforma Agrária no Brasil, em especial com o Movimento Sem Terra (MST), cujos participantes são vítimas da repressão e das políticas de criminalização dos movimentos sociais.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001



RESOLUÇÃO SOBRE OS 5 PRESOS CUBANOS NOS EUA

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE OS CINCO PATRIOTAS CUBANOS ENCARCERADOS NOS ESTADOS UNIDOS

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido no Palácio das Convenções, adota a seguinte Resolução:

1. Demandar a liberdade dos cinco patriotas injustamente presos em cárceres dos Estados Unidos – em Miami.
2. Que nossa solidariedade chegue até as prisões norte-americanas e faça saber a René, Gerardo, Fernando, Antonio e Ramón que os partidos e organizações reunidos aqui reconhecem essa entrega e patriotismo refletido em sua digna dedicação em evitar que sua pátria seja objeto de ações terroristas.

Nosso reconhecimento a estes cinco dignos filhos da Pátria Martiana.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE HAITI

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE HAITI

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001, em Havana, Cuba, chama a atenção sobre as conseqüências das eleições fraudulentas de ano de 2000 no Haiti, que exasperaram uma prolongada crise institucional, evidenciando a incapacidade do governo populista e corrupto de Aristide em encarar os graves problemas da nação. Crescem a miséria e o descontentamento, enquanto a repressão e as violações dos direitos humanos nutrem uma crescente instabilidade e polarização política. As repetidas missões de conciliação empreendidas pela OEA e o CARICOM não puderam ainda facilitar uma saída negociada entre o poder Lavalas e a Convergência Democrática, a qual, com o apoio de amplos setores da população se mostra como a alternativa a este regime personalista que frustrou as esperanças populares.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE EQUADOR

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE EQUADOR

O X Encontro do Foro de São Paulo, frente à importância geopolítica da região andina, reconhece os logros na luta e resistência social que o povo equatoriano alcançou no contexto da profunda crise econômico-institucional que atravessa o país.

Por isso manifesta sua preocupação pelo aumento da repressão social através, sobretudo, da criação de grupos paramilitares que buscam intimidar os movimentos políticos de esquerda e as organizações populares, assim como a indiferença e impunidade que o Estado e o governo equatorianos apresentam nos casos do assassinato do legislador do MPD, Jaime Hurtado, do dirigente sindical socialista Saúl Cañar e dos dirigentes indígenas assassinados em ocasião do levantamento de janeiro de 2001, entre outros dirigentes sociais. Tudo isto inscrito na implementação do Plano Colômbia, hoje denominado Iniciativa Andina, que no Equador toma maior visibilidade na entrega da base de Manta a tropas dos Estados Unidos para a agressão às forças insurgentes colombianas e a perseguição ao regime de Hugo Chávez na Venezuela.

De igual forma, as intenções de dar corpo à ALCA se fundamentam no desaparecimento de uma política monetária soberana, aplicando a dolarização no Equador, com tantos custos sociais e produtivos nefastos, assim como em torpedear o débil processo de integração regional da Comunidade Andina de Nações.

Ante isto, resolve:

Respaldar os processos de diálogo e ação concertada que os partidos membros levam a cabo para um acionar político mais efetivo no Equador.

Sugerir ações conjuntas de organizações equatorianas e da região para impedir a instauração do plano de guerra e a anexação político-econômica que a ALCA e a Iniciativa Andina propõem.

Apoiar as lutas de setores sociais e políticos frente às intenções de privatização de empresas públicas, enquanto se dedica cinquenta por cento do orçamento do Estado para a dívida externa e o incremento de gastos militares, contrastando com o recorte orçamentário de políticas sociais previamente deficitárias e a impunidade

Untitled Document

até agora garantida aos banqueiros que assaltaram os fundos dos equatorianos.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.



im_/Foro/215.htm (2 of 2)2/12/2008 16:05:59

Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

Num. 13429688 - Pág. 510

RESOLUÇÃO SOBRE PROF. JUAN BOSCH

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE HOMENAGEM PÓSTUMA AO PROFESSOR JUAN BOSCH

Mestre laborioso das letras e da palavra, o professor Juan Bosch dignificou o exercício da política ao desempenhar, com honestidade e respeito às liberdades públicas, a elevada função de Presidente da República.

* Propulsor de muitas das principais jornadas de luta empreendidas do exílio contra a tirania de Rafael Trujillo;

* Formador da consciência social com sentido humanista de amplos setores do povo dominicano, através de um discurso simples e direta, que ficou como modelo de educação popular;

* Inspirador da Constituição de 1963, a mais avançada das Cartas Magnas com que já contou a República Dominicana em toda sua história;

* Líder do Movimento Constitucionalista, Juan Bosch foi a cabeça política da explosão popular de 24 de abril de 1965, um dos acontecimentos mais relevantes na história republicana do povo dominicano; e

* Fundador dos Partidos Revolucionário Dominicano e da Liberação Dominicana, duas das maiores formações políticas da República Dominicana, destacou sua grande capacidade organizadora.

Tudo isto catapultou a figura de Bosch como um protagonista sobressalente da história nacional do passado século XX, identificado com os valores da liberdade, da democracia, da independência, do progresso e do bem-estar para os dominicanos e dominicanas.

Como parte destacada desse protagonismo, a vida e obra do falecido Presidente se cristalizou como símbolo de cultura, componente indispensável para forjar uma sociedade dominicana dotada dos mais elevados instrumentos de civilização.

A extensa variedade de imagens e conceitos de grande beleza e profundidade, que se registram nas páginas dos seus numerosos escritos políticos e literários, os quais revelam o brilho da inteligência e da criatividade de Bosch, projeta-o como um dominicano universal.

Untitled Document

Com sua morte, Juan Emílio Bosch Gaviño entra como grande herói na história do povo dominicano.

* Paz a seus restos

* Glória eterna a sua memória

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.



RESOLUÇÃO SOBRE MULHERES

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001 em Havana, Cuba, faz seus os Acordos adotados pela reunião de mulheres de dezenove países participantes nesta reunião e resolve:

1. Que o Grupo de Trabalho e os países sedes dos Encontros do Foro mantenham as Oficinas de Mulheres como espaço permanente.
2. Que os partidos políticos e organizações integrantes do Foro de São Paulo promovam uma participação eqüitativa de homens e mulheres em suas delegações e tenham em conta a diversidade étnica de seus países.
3. Que os documentos emanados do Foro sejam redigidos com enfoque de gênero.

Além disso, concorda-se em:

1. Manter uma rede eletrônica e de comunicação permanente.
2. Realizar uma Reunião de Mulheres no marco do Fórum Social Mundial, a celebrar-se em Porto Alegre, Brasil, de 30 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE POVOS INDÍGENAS NO MÉXICO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO MÉXICO

O X Foro de São Paulo demanda ao Governo mexicano:

1. A rediscussão e promoção de uma nova lei dos direitos e cultura dos povos indígenas com base nos acordos de San Andrés, Chiapas.
2. O desenvolvimento e julgamento dos grupos paramilitares e seus responsáveis em Chiapas e outros Estados como Oaxaca e Guerrero.
3. O esclarecimento imediato do assassinato da advogada Digna Ochoa, defensora dos direitos humanos, e particularmente dos camponeses ecologistas de Guerrero.
4. O Foro de São Paulo manda uma saudação solidária e fraterna ao Exército Zapatista de Liberação Nacional e demanda ao Governo o estabelecimento das condições necessárias para o diálogo e a paz com justiça.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE NICARÁGUA

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE NICARÁGUA

Denunciamos e condenamos o terrorismo eleitoral praticado pelo governo dos Estados Unidos contra o direito do sofrido e heróico povo da Nicarágua de eleger livremente seus governantes, sem intimidações nem ameaças diretas ou indiretas de forças exteriores.

As mensagens, discursos, declarações de imprensa ou comunicados, provenientes do Presidente Bush e de outros altos funcionários do governo norte-americano, só podiam ser entendidos como ameaças de novas agressões se o povo nicaraguense cometesse a ousadia de eleger uma vez mais a FSLN. Essas ameaçadoras declarações tinham um só propósito: infundir o terror entre os nicaraguenses. Mediante esse terrorismo eleitoral, Washington ganhou as eleições em um processo que só pode ser caracterizado como fraudulento pelo alto nível da intervenção norte-americana.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE PAZ NO ORIENTE MÉDIO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE A PAZ NO ORIENTE MÉDIO

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido do 4 a 7 de dezembro de 2001 em Havana, Cuba, compromete-se a trabalhar a favor do estabelecimento da paz justa e global na zona do Oriente Médio, em consonância com os princípios dos quais partiu o processo de paz na Conferência de Madri, e fundamentados sobre a base do cumprimento das Resoluções 242, 338 e 425 das Nações Unidas.

O Foro de São Paulo condena a escalada de violência na região e clama a retomada e a pronta conclusão das negociações de paz que garantam os direitos legítimos do povo da Palestina e outros povos ocupados no Oriente Médio.

Cidade de Havana, 7 de dezembro do 2001

RESOLUÇÃO SOBRE MUMIA ABU-JAMAL

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE MUMIA ABU JAMAL

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001 em Havana, Cuba, expressa sua solidariedade com Mumia Abu Jamal e reitera sua exigência de liberdade imediata. Condenamos as severas condições de encarceramento em que é mantido e a violação carcerária de seus direitos, atuação inumana com que se prolonga e aprofunda sua injusta prisão.

Havana, Cuba, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO DE APOIO AO PC CHILENO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO DE APOIO AO PARTIDO COMUNISTA DO CHILE

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido em Havana, Cuba, de 4 a 7 de dezembro de 2001, expressa sua solidariedade com o Partido Comunista do Chile e sua Secretária Geral, companheira Gladys Marín, ante o ataque e a investida realizada pela polícia militarizada desse país à sede do Comitê Central de seu Partido.

O X Encontro do Foro de São Paulo expressa sua profunda preocupação por este feito que afeta o Partido Comunista do Chile, membro desta organização, a somente dezessete dias das eleições gerais do Parlamento chileno.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

RESOLUÇÃO SOBRE PORTO RICO

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SOBRE PORTO RICO

CONSIDERANDO QUE o governo dos Estados Unidos da América invadiu o território nacional de Porto Rico em 25 de julho de 1898;

CONSIDERANDO QUE desde essa data, Porto Rico segue ocupado por forças militares estadunidenses e, desde então, o governo dos Estados Unidos sujeitou a nação porto-riquenha a um esmagador regime colonial;

CONSIDERANDO QUE a ocupação do território porto-riquenho tanto pelos corpos militares como pelas agências repressivas do governo estadunidense esteve dirigida até a subordinação da nação porto-riquenha e de sua população, ocasionando, entre outras coisas, uma diáspora em que cerca do 40% da população porto-riquenha atualmente viva nos próprios Estados Unidos da América;

CONSIDERANDO QUE para os Estados Unidos, todo o território nacional de Porto Rico constitui uma zona estratégica, dispendo de seu destino em claro desprezo ao direito internacional, o qual condena o colonialismo e consagra o direito a autodeterminação;

CONSIDERANDO QUE como resultado de mais de cem anos de colonialismo e de repressão desatada contra os lutadores anti-coloniais porto-riquenhos, ainda permanecem em cárceres norte-americanos seis presos políticos porto-riquenhos e outros tantos na clandestinidade;

CONSIDERANDO QUE em Vieques, um município com aproximadamente 9.400 habitantes, onde a marinha estadunidense se apoderou de três quartas partes de seu território e do qual nos dias de hoje ainda controlam cerca do 50%, e contamina o entorno natural, resultando nas mais altas taxas de incidência de mortalidade infantil, menor expectativa de vida, maior taxa de câncer e outras enfermidades em comparação ao resto da população de Porto Rico, sem ter a ilha de Vieques outros poluentes que não sejam as operações militares;

CONSIDERANDO QUE em Vieques, assim como em outras partes do território nacional porto-riquenho, os Estados Unidos e sua marinha experimentaram todo tipo de armas convencionais e não convencionais, incluindo as químicas, biológicas, de urânio enriquecido, e submarinos armados de armas nucleares, desafiando

assim o Tratado de Tlatelolco e o ditame do Tribunal Internacional de Justiça sobre as armas nucleares;

CONSIDERANDO QUE em Vieques e em outras partes do território nacional porto-riquenho se ensaiam as invasões que logo levaram a cabo em diversas nações de nosso hemisfério latino-americano assim como em outras partes do mundo;

CONSIDERANDO QUE a luta dos porto-riquenhos para tirar a marinha dos Estados Unidos da ilha de Vieques vem-se realizando há algumas décadas e se intensificou logo que, em 19 de abril de 1999, uma bomba lançada pela marinha matou o civil viequense David Zanes Rodríguez;

CONSIDERANDO QUE nos últimos dois anos, a luta dos porto-riquenhos pela paz em Vieques levou mais de mil e quinhentos lutadores pela paz em Vieques ante os tribunais do império, pessoas representativas de todos os setores da sociedade porto-riquenha, como estudantes, artistas, professores, religiosos de diversas denominações, figuras políticas e inclusive congressistas norte-americanos, dos quais centenas foram encarcerados, entre eles o prefeito de Vieques, Dámaso Serrano, condenado a quatro meses de cárcere e atualmente preso;

CONSIDERANDO QUE a escalada militar estadunidense se evidencia também com a presença de múltiplas agências e aparatos de inteligência militar e civil, os quais incluem a sede do Exército Sul, o Comando de Operações Especiais e o Componente Naval do Comando Sul, o radar portátil – ROTH, e outras facilidades para a espionagem dirigida contra países irmãos latino-americanos;

CONSIDERANDO QUE tanto o povo de Vieques como todo o povo de Porto Rico se expressou em repetidas ocasiões e por maioria absoluta, através de processos eleitorais, grandes manifestações, petições, plenárias e a desobediência civil pacífica, pela saída imediata da marinha estadunidense de Vieques;

CONSIDERANDO QUE Porto Rico, nação caribenha e latino-americana, membro indiscutível da grande família da Nossa América, constitui um dos últimos redutos coloniais em nosso hemisfério;

CONSIDERANDO QUE a permanência da presença militar dos Estados Unidos da América no território nacional porto-riquenho constitui, além de uma ofensa de todos os povos à vida e à liberdade, um perigo para a segurança e soberania de todas as nações do hemisfério;

CONSIDERANDO QUE o reclamo de todas as instituições da sociedade porto-riquenha a favor da saída da marinha dos Estados Unidos da ilha de Vieques foi respaldado a nível internacional pelo Comitê de Descolonização da Organização das

Nações Unidas, a Internacional Socialista, assim como diversas instituições desde a Argentina até Coréia e Japão;

RESOLVE este Foro de São Paulo, em assembléia reunida em 7 de dezembro do ano 2001 na cidade de Havana:

PRIMEIRO: exigir a saída imediata da ilha de Vieques de todos os agentes militares dos Estados Unidos, a despoluição de todos os terrenos ocupados durante os últimos 60 anos, sua devolução a seus legítimos donos, o povo de Porto Rico, e uma justa indenização às vítimas pelo dano sofrido.

SEGUNDO: exigir o fim imediato de toda prática militar dos corpos armados dos Estados Unidos da América no território nacional porto-riquenho e sua retirada do mesmo.

TERCEIRO: exigir do governo dos Estados Unidos da América a concessão de anistia total a todos os condenados pela luta para tirar a marinha estadunidense de solo viequense, a liberação imediata de seis patriotas que permanecem encarcerados por seu compromisso com a descolonização de Porto Rico e a permissão para o retorno à vida livre na sua comunidade aos que ainda são obrigados a viver na clandestinidade.

QUARTO exigir dos Estados Unidos da América o cumprimento das normas do Direito Internacional e as Resoluções da Organização das Nações Unidas que recalcam o direito dos porto-riquenhos à livre determinação e que, em acordo, promova um verdadeiro processo de descolonização que leve a nação porto-riquenha ao logro de sua plena soberania.

DISPÕE TAMBÉM:

PRIMEIRO: que esta Resolução se dê a conhecer tanto à imprensa nacional como internacional em todos os países membros deste Foro.

SEGUNDO: que esta Resolução se faça chegar aos parlamentos e governos deste hemisfério, ao Parlamento Europeu, e às pertinentes organizações internacionais governamentais e não-governamentais.

TERCEIRO: que os membros deste Foro de São Paulo iniciem gestões nos parlamentos dos respectivos países para que os mesmos se pronunciem a favor da desmilitarização e descolonização de Porto Rico, e especificamente a saída imediata da marinha estadunidense da ilha porto-riquenha de Vieques.

QUARTO: que se dê seguimento pelo Grupo de Trabalho deste Foro de São Paulo a este tema.

QUINTO: que, sendo o militarismo e o colonialismo um problema que compartilham várias nações da área do Caribe, sejam ambos temas ponto na agenda da assembléia deste Foro de São Paulo do ano 2002.

Cidade de Havana, 7 de dezembro do 2001.



RESOLUÇÃO SOBRE BLOQUEIO AOS PAÍSES ÁRABES

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

SOBRE BLOQUEIO AOS PAÍSES ÁRABES

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido de 4 a 7 de dezembro de 2001 em Havana, Cuba, censura e condena a prática de bloqueio a países por seus efeitos prejudiciais a seus povos, em particular os setores mais pobres.

Portanto, este Foro reclama o imediato levantamento das sanções contra os povos do Iraque, Líbia e Síria.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.



DECLARAÇÃO SOBRE CARIBE COMO ZONA DE PAZ

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

DECLARAÇÃO DO CARIBE COMO ZONA DE PAZ

Reunidos neste X Encontro do Foro de São Paulo em Cuba, de 4 a 7 de dezembro de 2001, em nome de Maurice Bishop, Walter Rodney, George Washes, Rosie Douglas, Juan Bosch e Che Guevara, conclamamos as Nações Unidas a declarar o Caribe como Zona de Paz.

O Caribe como Zona de Paz compreende os seguintes objetivos:

1. Eliminar todas as bases militares que existem na região do Caribe, tanto aquelas locadas nos Estados independentes como nos territórios dependentes.
2. Pôr fim a todos os pactos militares com potências alheias à região do Caribe.
3. O fim de todas as sanções comerciais, embargos ou bloqueios na região.
4. A conversão dos gastos com bases militares e com concessões não pagas em um Fundo Caribenho de ajuda em caso de desastres, com o fim de ajudar os Estados e territórios que enfrentam desastres naturais, e como parte do dividendo de paz que se propôs ao mundo com o fim da Guerra Fria.
5. A solução de todos os conflitos fronteiriços e reclamações territoriais mediante o arbítrio de instituições da região, com a anuência das Nações Unidas ou outros órgãos internacionais competentes.
6. A condenação de qualquer maneira de terrorismo contra os Estados.
7. A negação ao transporte de dejetos nucleares e seus materiais danosos pela região do Caribe.
8. Pôr fim à prática dos Estados que deportam para os países da área os criminosos que entraram em seu território e aí residiram por um período maior de 10 anos.
9. Pôr fim à "guerra das bananas", de longa data, que até agora empobreceu vários pequenos Estados anglófonos, através de uma conferência promovida pelas Nações Unidas, e que a OIT aceite e ponha em vigor os acordos que dela se derivem.

10. Que todos os países do Caribe que pertençam à Zona de Paz declarem e apliquem um Código de Direitos Humanos e Responsabilidades que garanta aos povos dos Países Membros a segurança das pessoas, a liberdade para que os Estados realizem ações de arbitragem, que garantam a todos os cidadãos o desfrute dos direitos à paz, ao saber, o direito à moradia, ao emprego, ao acesso à atenção médica básica e à educação.

Além disso, deve-se declarar que o extermínio dos povos autóctones da região constitui um crime de lesa humanidade, com as conseqüentes reparações que há que se pagar aos Estados membros.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001

RESOLUÇÃO SOBRE VENEZUELA

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO A FAVOR DA REVOLUÇÃO BOLIVARIANA DA VENEZUELA

O processo venezuelano enfrenta neste momento a agressão das correntes neoliberais e contra-revolucionárias, com o propósito de aniquilar a possibilidade de aprofundar as mudanças que encaminham o povo e o governo revolucionário da Venezuela, encabeçado pelo Presidente Hugo Chaves.

A ameaça crescente impulsionada do exterior é um fato real imediato que merece o rechaço de todas as organizações populares, progressistas e democráticas do mundo, particularmente dos povos latino-americanos e caribenhos.

Em tal sentido, o X Encontro do Foro de São Paulo concorda em expressar seu apoio ao processo revolucionário que acontece na Venezuela, assim como às organizações e movimentos comprometidos com o projeto, como expressão das forças populares que se encaminham ao logro da justiça social, fundamentada nos melhores princípios e valores da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, produto da vontade popular.

Finalmente, chamamos as organizações progressistas do continente e do mundo aqui representadas a que contribuam nos seus países para explicar a verdadeira natureza da Revolução Bolivariana, assim como promover um amplo movimento de solidariedade internacional com o povo da Venezuela e seu governo.

Cidade de Havana, 7 de dezembro de 2001.

PRONUNCIAMENTO SOBRE II ENCONTRO PELA PAZ NA COLÔMBIA

X ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

PRONUNCIAMENTO SOBRE O II ENCONTRO PELA PAZ NA COLÔMBIA

O X Encontro do Foro de São Paulo, realizado em Havana, Cuba, de 4 a 7 de dezembro do ano 2001, declara sua preocupação ante a acentuação da situação na Colômbia. As constantes matanças de camponeses em distintos lugares do país, ameaças, encarceramentos, desaparecimentos de pessoas, constituem mostras da constante violação dos direitos humanos por parte do Governo colombiano, o qual provocou a resposta popular convertida em ações políticas, diplomáticas e guerrilheiras por parte do povo colombiano.

Nesse marco se realizou em San Salvador, durante os dias 20, 21 e 22 de julho deste ano, o I Encontro Internacional de Solidariedade e pela Paz na Colômbia e América Latina, realizado por iniciativa e sob a direção da FMLN de El Salvador. O II Encontro Internacional de Solidariedade e pela Paz na Colômbia e América Latina se celebrará na Cidade do México, nos dias 4 e 5 de março do próximo ano, tendo como anfitriões de dito evento os companheiros do Partido do Trabalho do México. O X Encontro se pronuncia por convidar todas as organizações e partidos membros do Foro de São Paulo a apoiar e participar ativamente deste evento.

Havana, Cuba, 7 de dezembro de 2001.

DECLARACIÓN FINAL DEL XI ENCUENTRO

DECLARACIÓN FINAL

XI ENCUENTRO DEL FORO DE SÃO PAULO

Antigua, Guatemala, 2 al 4 de diciembre de 2002

1. Reunidos en La Antigua Guatemala, con motivo del XI Encuentro del Foro de São Paulo, realizado del 2 al 4 de diciembre de 2002, 595 representantes de 142 partidos y movimientos políticos de izquierda de 45 países de América, Europa, Asia, África, Medio Oriente y Oceanía, realizamos un balance de la evolución de la situación mundial y, en particular, de la agudización de la crisis política, económica y social que azota a la mayoría de los países de América Latina y el Caribe y de los trascendentales avances cosechados en las luchas de los pueblos de la región.

? Los participantes en este Encuentro expresan su reconocimiento a la dirección y la militancia de URNG, y al hermano pueblo guatemalteco por el cálido recibimiento dispensado y recuerdan con emoción la figura entrañable de Rolando Morán, dirigente histórico de nuestro Foro de São Paulo.

? El proceso de globalización capitalista da lugar a una estrategia de dominio político unilateral por parte de los Estados Unidos, que despliega una conducta belicista a escala planetaria, exacerbada después de los atentados del 11 de setiembre de 2001, desafiando la voluntad de paz de los pueblos y de la mayoría de los miembros de la comunidad internacional.

? Hoy el neoliberalismo sigue siendo la política de las principales grandes potencias, los organismos financieros internacionales y las elites gobernantes en América Latina. Sin embargo, crece día a día su crisis de credibilidad en los más amplios sectores sociales. Esa doctrina ya resulta incapaz de confundir y desmovilizar a los pueblos de la región: soplan vientos de cambio.

? En un mundo capitalista que se caracteriza por el aumento de la brecha entre ricos y pobres, la concentración del poder político, económico y militar, con su correlato de ampliación de la marginación y la exclusión social, de discriminación de género, racial, étnica, cultural, generacional y otras, la depredación del medio ambiente, de incremento de la amenaza y el uso de la fuerza militar, de la corrupción, el narcotráfico, el terrorismo y otros flagelos que ponen en riesgo el futuro de la humanidad, los partidos y movimientos políticos del Foro de São Paulo constatamos la certeza y la vigencia de las Declaraciones Políticas, Acuerdos y Resoluciones aprobados en nuestros diez encuentros anteriores. Como expresión de

la agudización de la crisis y de la madurez de nuestras luchas, hemos pasado de la crítica, al combate y del combate a la construcción de alternativas concretas al neoliberalismo.

? La reunión se efectuó bajo el impacto del triunfo del pueblo brasileño que consagró a Lula Presidente, con más de 52 millones de votos, expresión del amplio apoyo de fuerzas de izquierda, progresistas y democráticas. La conquista del gobierno en el mayor país del continente reafirma la validez de una política de alianzas de máxima amplitud y profundidad, conformada en torno al Partido de los Trabajadores con su programa de transformaciones sociales. Señalamos con satisfacción que la mayor parte de los partidos integrantes de la alianza tienen activa participación en el Foro de São Paulo desde su origen. Lula Presidente significa un punto de inflexión en el continente e insufla un poderoso aliento a todos los que luchan por la democracia en el plano político, económico y social.

? En Brasil, la esperanza venció al temor y permitió una victoria del "sí se puede" contra el pensamiento único. Fue un triunfo moral contra la corrupción, un punto de encuentro entre la ética y la política, una voluntad de cambio que llegó a todos los confines de ese inmenso país y se irradia a América Latina y el Caribe, abriendo perspectivas esperanzadoras a las luchas políticas y sociales que nuestros pueblos están llevando adelante contra las consecuencias nefastas de las políticas neoliberales, agravadas en el último período.

? Al triunfo de Lula se suma la victoria de Lucio Gutiérrez, candidato de la alianza Sociedad Patriótica 21 de enero y el movimiento Pachakutik, con el apoyo del Movimiento Popular Democrático, de partidos de izquierda y movimientos sociales. Se suman también el resultado electoral sin precedentes alcanzado por el movimiento indígena, campesino, popular y de izquierda boliviano a través de la candidatura de Evo Morales, el desarrollo de nuevas formas de organización y lucha popular en Argentina y el auge del movimiento social salvadoreño, peruano y uruguayo en contra de las privatizaciones, así como la lucha del pueblo puertorriqueño para sacar a la marina estadounidense de la isla de Vieques, anunciada para mayo del 2003.

? El proceso de consolidación de la revolución democrática popular en Venezuela y la redefinición hacia unas relaciones más soberanas en América Latina, constituye un mejor escenario para la lucha de nuestros pueblos. La resistencia popular frente a los golpistas y la solidaridad internacional son aspectos nodales para la defensa y el desarrollo del proceso de autodeterminación venezolana.

? Hay que aprovechar esta coyuntura para reafirmar nuestra histórica vocación integracionista y contribuir efectivamente en todas las regiones para cambiar los rumbos de los procesos de integración liderados hasta hoy por una visión

exclusivamente mercantilista. Profundizar la integración latinoamericana y caribeña significa, ante todo, priorizar la dimensión política y social, mediante la construcción de instituciones -parlamentos regionales directamente electos, comisiones representativas de la pluralidad de intereses subregionales y de intereses de los pueblos, etc.- y mecanismos que permitan la formulación e implementación de políticas públicas regionales para enfrentar los problemas causados por las graves desigualdades estructurales anteriormente mencionadas.

? El XI Encuentro del Foro de São Paulo, con la convicción de que otro modelo de integración es posible, propone que enfrentemos el Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), el Plan Colombia y el Plan Puebla-Panamá con mayor resistencia y que avancemos en las propuestas de cambio de los actuales procesos: MERCOSUR, Comunidad Andina de Naciones, el proceso de integración centroamericano y el CARICOM. Nuestra perspectiva es la construcción de una Comunidad Latinoamericana de Naciones que defienda la soberanía y la riqueza de sus pueblos. Debemos mirar con atención el caso de México, pues a ocho años del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC) ha aumentado la pobreza, la inseguridad, la desarticulación de las cadenas productivas y la extranjerización de su banca, su industria y su comercio. Esto reafirma lo que venimos declarando en los últimos Encuentros: el ALCA tal como fue propuesto por los Estados Unidos constituye un plan de anexión y no un acuerdo de verdadera integración para las Américas. Frente a esa estrategia, proponemos una integración alternativa, que contemple principalmente la dimensión política y social.

? Para poder avanzar en esos objetivos, es necesario fortalecer nuestros vínculos con los movimientos sociales, particularmente con las mujeres, los campesinos, los jóvenes, los pueblos indígenas u originarios. Reafirmamos nuestro compromiso de combate frontal a la discriminación de los pueblos indígenas u originarios, y por el respeto de su identidad nacional. Los partidos del Foro de São Paulo consideramos injusta la opresión por razones de sexo de que son víctimas las mujeres, sumada a la que ya sufren por su pertenencia de clase, el color de la piel, etnia y generación. La lucha por la participación de mujeres y hombres en igualdad de derechos, oportunidades y condiciones forma parte de nuestra estrategia, ya que responde a una responsabilidad histórica de las fuerzas revolucionarias de izquierda el construir un entramado de relaciones sociales integralmente humanas, basadas en la justicia y alternativas a las milenarias estructuras de opresión y explotación.

? Todos nuestros partidos promoverán la discusión entre sus militantes de base y dirigentes, hombres y mujeres, sobre las relaciones de género, a fin de visibilizar la situación de las mujeres en cada país y en el interior de nuestras propias organizaciones. El reconocimiento de los avances, retrocesos y obstáculos principales nos servirán de base para la elaboración de un programa que exprese el compromiso ético, la voluntad política y las medidas específicas de lucha contra la

desigualdad de género. Los partidos del FSP, además, deberán implementar mecanismos de seguimiento que aseguren el cumplimiento de estos programas y planes.

? Será tarea del Foro de São Paulo, los partidos y gobiernos, elevar la prioridad otorgada a los problemas de la inmigración, que tienen consecuencias cada vez más profundas en nuestros países.

? En los países del Caribe insular, el XI Encuentro del Foro de São Paulo resalta la anacrónica subsistencia de la colonia estadounidense de Puerto Rico, y de las colonias de países europeos: Antillas Holandesas, Islas Vírgenes, Guayana Francesa, Martinica y Guadalupe. El Foro de São Paulo respalda las gestiones de dichas naciones ante el Comité de Descolonización de la ONU y en otros foros internacionales, y considera discriminatoria la caracterización de los pueblos de las tres últimas como poblaciones, por parte del gobierno francés. Mientras, en Haití la lucha del pueblo por cambios en el sistema político y por mejores condiciones de vida se enfrenta a sistemáticas violaciones a la democracia e institucionalidad por parte del gobierno. Con mucha preocupación se tomó nota de la injustificada movilización de tropas de los Estados Unidos a la frontera de ese país con República Dominicana, así como la entrega de armamentos a esta última nación.

? Reitera la solidaridad con el pueblo cubano y la condena al bloqueo que desde hace cuarenta años los gobiernos de Estados Unidos mantienen contra Cuba. Este hecho recientemente condenado, una vez más, por la Asamblea General de la ONU por votación de 173 a 3, demuestra el aislamiento de esa política. Asimismo, denunciamos la violación de los derechos humanos de los cinco cubanos prisioneros en cárceles de los Estados Unidos, al tiempo que demandamos su libertad inmediata.

? Rechazamos el Plan Colombia por constituir una estrategia de dominación estadounidense en la región, su abierta utilización con fines contrainsurgentes, la ampliación de una red de bases militares de Estados Unidos que cercan todo el territorio colombiano y que se extiende a otros países, con la complicidad de algunos gobiernos en detrimento de su propia soberanía. Todo ello está llevando a la agudización y ampliación del conflicto y a la crisis humanitaria. El Foro enfatiza que el diálogo y la negociación, orientado a la búsqueda de una solución política que resuelva sus causas originales, es la única salida al conflicto colombiano, por lo que exhortamos a su inmediata reanudación.

? En el caso de Guatemala vemos con preocupación como los Acuerdos de Paz, que constituyen una agenda para la construcción de una nueva nación multiétnica, pluricultural y multilingüe y con justicia social, sea sustituida por las políticas neoliberales y por el incremento del presupuesto militar, agravando de esta manera

las condiciones de pobreza, exclusión y marginación social. Valoramos la lucha de las organizaciones campesinas e indígenas por sus legítimos derechos por la tierra y saludamos los preparativos de URNG para las próximas elecciones como la alternativa para el real cumplimiento de los Acuerdos de Paz.

? Este es un momento en que el Foro de São Paulo, integrado por latinoamericanos y caribeños, hacemos un llamado para que se reflexione sobre las sabias palabras de Benito Juárez en el sentido de que "El respeto al derecho ajeno es la paz". Es también el momento para recordar con mucho orgullo lo que sin duda alguna ha sido el mayor aporte de nuestra región al derecho internacional y a la causa de la paz mundial, es decir, el principio de la no-intervención y el respeto a la autodeterminación de los pueblos. El principio que debe ser respetado para preservar la paz, es el del derecho internacional y no el uso arbitrario del poderío militar o económico.

? El Medio Oriente se convierte nuevamente en una de las más tensas zonas de conflicto del mundo. Este XI Encuentro del Foro de São Paulo considera totalmente inaceptable la amenaza y el uso de la guerra contra cualquier Estado. Es por intermedio de las Naciones Unidas que los conflictos deben encontrar una solución y, en esos términos, consideramos totalmente condenable la guerra contra Irak. También rechaza la política del Estado de Israel de ocupación y genocidio en los territorios palestinos, en violación reiterada de las resoluciones de la ONU. Al mismo tiempo se pronuncia contra toda forma de violencia que provoque víctimas civiles y reitera la necesidad de la reanudación de las negociaciones de paz.

? Frente a la intensificación de las corrientes belicistas en el mundo, el Foro de São Paulo llama a intensificar la lucha por la paz. Asimismo, denunciamos con el pretexto del combate contra el terrorismo, se pretende criminalizar las luchas sociales de los pueblos, y atentar contra las libertades civiles y los derechos humanos en general. No aceptamos la conducción unilateral de las cuestiones de seguridad global de pueblos y naciones. La paz es un desafío cotidiano de todos.

? Por último, ante el agravamiento de las condiciones económicas, políticas y sociales en el mundo, el Foro de São Paulo, hace suyas las conclusiones de los encuentros de movimientos sociales, celebrados recientemente en Quito y La Habana, en relación al ALCA, que contribuyan a sensibilizar y movilizar a los pueblos en defensa de su soberanía y el control de sus economías.

? Por todo lo anterior, el Foro de São Paulo llama a intensificar la lucha contra el neoliberalismo y por el respeto a la autodeterminación de los pueblos, como premisa fundamental para la construcción y preservación de la paz. La lucha popular, electoral, parlamentaria, desde las comunidades y desde los gobiernos, continúa siendo un reto para todos los integrantes del Foro de São Paulo.

Untitled Document

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002.



¡M_/Foro/224.htm (6 of 6)2/12/2008 16:06:01

Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

Num. 13429688 - Pág. 533

RESOLUCIÓN SOBRE CHIAPAS

El XI Encuentro del Foro São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución sobre el Estado de Chiapas, México:

Ante el agravamiento de la situación en el Estado de Chiapas, México, derivado del incumplimiento por parte del gobierno de las condiciones para el diálogo y la paz con el Ejército Zapatista de Liberación Nacional.

Resuelve:

Demandar al gobierno y a las autoridades mexicanas:

1. La desarticulación de las bandas paramilitares y castigo a los dirigentes y responsables del hostigamiento, represión y asesinato de los indígenas zapatistas.
2. Que se comprometan a promover en el Congreso de la Unión la aprobación de una ley indígena basada en la Ley COCOPA.
3. El retiro del ejército mexicano de la zona de conflicto y cumplir con las condiciones para restablecer los procesos de diálogo para lograr una paz con justicia.

Ciudad Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002

RESOLUCIÓN SOBRE ARGENTINA

El XI Encuentro del Foro de São Paulo, reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de diciembre de 2002, resuelve:

1. Mientras aquí en Antigua, Guatemala, transcurrían las deliberaciones del Foro de São Paulo, en Buenos Aires, Argentina, Bandas para-policiales asesinaron al militante piquetero y dirigente del Partido Comunista Ramón Rodríguez de 30 años de edad.
2. El Foro de São Paulo repudia enérgicamente este alevoso asesinato, exige investigación Juicio y castigo para sus responsables materiales e intelectuales.
3. Al mismo tiempo, expresa su sentimiento de solidaridad al movimiento territorial liberación, al Partido Comunista y a todas las organizaciones sociales y políticas que luchan por darle una salida democrática y popular a la devastadora crisis que vive Argentina como consecuencia de los planes neoliberales de hambre y represión.
4. En tal sentido, el Foro de São Paulo saluda y alienta el esfuerzo que distintas organizaciones políticas y sociales del campo popular hacen para concretar una convocatoria unitaria para la gran movilización de conmemoración del Primer Aniversario la rebelión popular del 20 de Diciembre pasado, exigiendo al actual gobierno, el fin de las provocaciones y la represión y garantía para la libre expresión del reclamo popular.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002.

RESOLUCIÓN SOBRE GUADALUPE Y LAS COLONIAS FRANCESAS DEL CARIBE Y AMÉRICA LATINA

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala, del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución sobre Guadalupe y las colonias francesas del Caribe y América Latina:

El Foro de São Paulo resuelve:

1. Incorporar la necesidad de enfrentar en nuestra región el colonialismo europeo además del imperialismo norteamericano.
2. Exhortar a los Parlamentarios de la izquierda europea a que tomen iniciativas y apoyen a nuestros países en su lucha por la autodeterminación.
3. Exhortar a los parlamentarios del FSP a que apoyen la misma gestión en los organismos políticos regionales y que gestionen ante sus gobiernos acciones para lograr la reinserción de nuestros países en la lista de países a descolonizar de la ONU.
4. Integrar en la agenda del FSP el seminario sobre colonialismo el próximo marzo 2003 a celebrarse en Guadalupe.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002.

RESOLUCIÓN SOBRE HAITÍ

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución sobre Haití:

Hondamente preocupados por los acontecimientos de violencia y represión ocurridos en Haití en los últimos meses:

1. El Foro de São Pulo denuncia la política antidemocrática del gobierno de Jean Bertrand Aristide en Haití, que ha defraudado las esperanzas del pueblo y ha sometido a este país a un régimen de violación a los derechos políticos y libertades individuales.
2. Condena asimismo la negativa del gobierno de Haití a llegar a un acuerdo político con la oposición después de las elecciones fraudulentas del año 2000 y cumplir las resoluciones 806 y 822 de la OEA, que indica una salida a la crisis que sacude a esa nación mediante elecciones verdaderas, libres y transparentes.
3. Expresa su más firme condena a la violencia sistemática de los derechos de la oposición, expresada en los últimos días por sangrientas agresiones policíacas y para-policíacas contra manifestaciones pacíficas en diversas ciudades del país, lo cual abre una peligrosa dinámica de mayor violencia en el país.
4. Apoya los esfuerzos de la conferencia democrática para llegar a restaurar el orden democrático en Haití y crear condiciones para el desarrollo económico y social de esa nación a víspera de la celebración, en el 2004, del bicentenario de su independencia.
5. Llama a los partidos miembros del foro y a los pueblos de América Latina a contribuir con su solidaridad con las fuerzas democráticas y a preparar la celebración de los doscientos años de la independencia de la primera nación libre del Continente.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002.

URNG / Equipo de Edición de Ponencias

RESOLUCIÓN SOBRE DISCAPACIDAD

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 02 al 04 de diciembre del 2002, aprobó la siguiente resolución sobre las personas con discapacidad:

1. El Foro de São Paulo, expresa su saludo y manifiesta su solidaridad con las luchas emprendidas por los movimientos sociales de personas con discapacidad, por el respeto a sus derechos ciudadanos y su búsqueda por la construcción de una sociedad en equidad, que entienda las diferencias como aporte y no como fuente de segregación.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre 2002.



DECLARACIÓN SOBRE IRAK

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 02 al 04 de diciembre del 2002, aprobó la siguiente resolución sobre Irak:

Comprometido con la lucha por la paz mundial y la justicia social, y por el levantamiento de las sanciones impuestas a Irak, resuelve:

1. Expresamos nuestro rechazo y condena a las pretensiones guerreristas del gobierno de Estados Unidos en contra de Irak, una nación que desde hace doce años también sufre las consecuencias del bloqueo económico y de reiteradas agresiones militares.
2. Los planes militares de Estados Unidos contra Irak responden exclusivamente a los intereses norteamericanos en el Medio Oriente, que busca controlar sus recursos energéticos, y afianzar el control de la región.
3. Una guerra contra Irak no sólo traerá muerte y destrucción, sino que desestabilizara aun más la región y la ya precaria paz mundial. En tal sentido, este XI Encuentro del Foro de São Paulo, se suma al clamor por la paz mundial, fortalecido por la decisión del gobierno iraquí de permitir el retorno incondicional de los inspectores de desarme de la ONU.
4. Nos comprometemos a acompañar la celebración de jornadas de movilización y demás esfuerzos internacionales contra la guerra.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002.

URNG / Equipo de Edición de Ponencias

RESOLUCIÓN SOBRE LIBIA

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de Diciembre 2002, aprobó la siguiente resolución:

1. Expresa su frontal rechazo a los mecanismos de intromisión sobre la soberanía de los pueblos y, en este contexto, a la política de aislamiento y de bloqueo que se ejerce sobre el pueblo libio.
2. En este orden de cosas convoca a la comunidad internacional a rechazar este caso particular de agresión contra Libia y exige el cese del bloqueo y el levantamiento inmediato del embargo económico del que es víctima.

Antigua, Guatemala, 5 de diciembre 2002.



RESOLUCIÓN SOBRE LAS MUJERES

El XI Encuentro del Foro de Sao Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución con relación a las mujeres:

1. El Foro de Sao Paulo se solidariza con las familias de las 284 mujeres víctimas de la persecución en Ciudad Juárez, México, quienes han sido desaparecidas y asesinadas por grupos policiales y militares desde 1992.
2. Estas mujeres comparten la característica de ser jóvenes, trabajadoras de las maquiladoras que llegan a buscar trabajo.
3. La desaparición y la muerte no han sido aclaradas, ni castigadas por el gobierno local, ni federal.
4. Por tanto este Foro exhorta a los gobiernos correspondientes a castigar a quienes resultaran responsables.
5. Así se pronuncia por la Defensa de los Derechos Humanos, laborales y la integridad física de las mujeres trabajadoras.

Antigua, Guatemala, 5 de diciembre de 2002.

URNG / Equipo de Edición de ponencias

RESOLUCIÓN SOBRE JOSÉ MARTÍ

El IX Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de Diciembre del 2002, aprobó la siguiente resolución sobre José Martí:

1. Recomienda a sus partidos y organizaciones miembros, que con ocasión del año conmemorativo del sesquicentenario del natalicio del pensador José Martí se propicien los mecanismos adecuados para divulgar su pensamiento y rescatar su trascendente esfuerzo para construir la identidad e independencia americana.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre 2002.



RESOLUCIÓN SOBRE LOS CINCO PRISIONEROS CUBANOS EN ESTADOS UNIDOS

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de Diciembre 2002, aprobó la siguiente resolución:

POR CUANTO:

1. Cuba y su pueblo han sido víctimas permanentes de las actividades terroristas de grupos y organizaciones radicadas en territorio de los Estados Unidos por más de 40 años.
2. Esas agresiones han sido la causa de innumerables pérdidas humanas y cuantiosos daños a la largamente bloqueada economía de ese hermano país.
3. Tales actividades han contado en todos los casos con el apoyo y la plena complicidad de las administraciones norteamericanas.
4. Ante esta situación, el gobierno cubano y su Revolución no han tenido otra opción de defenderse contra dichas manifestaciones de terrorismo, incluso en su peor variante, el terrorismo de estado.
5. Como parte de dicha batalla, cinco cubanos, Gerardo Hernández Nordelo, Ramón Labanino Salazar, Fernando González Llort, René González Sehwerert y Antonio Guerrero Rodríguez, con riesgo de sus propias vidas, trabajaron en territorio norteamericano sobre organizaciones que públicamente practican el terrorismo contra el pueblo cubano.
6. El resultado de esa labor permitió a tiempo la frustración de innumerables acciones planeadas por las organizaciones terroristas que operan en Norteamérica y otros países.
7. Como consecuencia de la participación de los cinco patriotas en esta batalla antiterrorista, los mismos fueron sometidos a un juicio irregular que viola las propias leyes de Estados Unidos, y la Sexta Enmienda de su propia Constitución.
8. Estos prisioneros políticos, recibieron por delitos que nunca fueron probadas largas condenas y han sido sometidos a un régimen carcelario especial de aislamiento, que en la práctica impide incluso las visitas de sus familiares más íntimos, y que violenta todas las normas de derecho humanitario internacional.

POR TANTO, ESTE XI ENCUENTRO DEL FORO DE SÃO PAULO RESUELVE:

1. Expresar su plena solidaridad con los cinco prisioneros políticos mantenidos en cárceles separadas de los Estados Unidos, y exigir su inmediata liberación.
2. Reclamar el respeto pleno a los derechos humanos de los cinco prisioneros, sus representantes jurídicos y sus familiares. Mientras la justicia se abra paso, las condiciones de aislamiento carcelario deben cambiarse por un régimen justo y humano que facilite las normales relaciones familiares.
3. Demandar el derecho que les asiste a recibir un nuevo juicio realmente imparcial y justo en condiciones que favorezcan el ejercicio verdadero de la ley, sin las presiones extrajudiciales de la mafia anticubana de la ciudad de Miami, tal y como lo establecen la razón , además de la propia legislación norteamericana.
4. Exhorta a sus miembros a organizar y sumarse a las jornadas que por la libertad de los cinco prisioneros políticos se desarrollarán internacionalmente el 12 de Septiembre del 2003.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre 2002.

URNG / Equipo de Edición de ponencias

RESOLUCIÓN SOBRE PALESTINA

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunidos en Antigua, Guatemala del 02 al 04 de Diciembre del 2002, altamente preocupado por el genocidio en contra de Palestina, aprobó la siguiente resolución sobre Palestina:

1. Expresar nuestra preocupación y condena por esta situación, la cual es mantenida y estimulada por la política terrorista del gobierno estadounidense, y que ha causado millares de víctimas inocentes, así como la destrucción de pueblos, templos religiosos y de importantes lugares históricos.
2. Altamente identificado con las luchas por la paz y la justicia social en el mundo, y la solidaridad entre los pueblos, los Partidos Miembros del Foro de São Paulo se comprometen a impulsar acciones diversas de acompañamiento, encaminadas a ponerle fin a la agresión israelí, y porque se respete la vida y la autoridad del pueblo palestino.
3. Hacer diversos esfuerzos para asegurar la presencia de ayuda humanitaria a las víctimas civiles, particularmente, de atención médica y alimenticia, en las zonas donde, las tropas israelíes, mantienen bajo asedio y terror a la población Palestina.
4. Promover en cada uno de nuestros países, jornadas permanentes de solidaridad con la causa Palestina, y contribuir desde los diversos foros y espacios, a demandar el cese de la agresión militar.

Antigua, Guatemala, 05 de diciembre del 2002.

URNG / Equipo de Edición de ponencias

RESOLUCIÓN SOBRE EL TEMA DE LA SALUD EN EL SALVADOR

El XI Encuentro del Foro de São Paulo, celebrado en Antigua Guatemala, del 2 al 4 de Diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución sobre la situación de la salud en El Salvador:

Considerando que:

1. Que el modelo neoliberal desarrollado en El Salvador, esta golpeando duramente a los sectores populares.
2. Que la privatización del Sistema de Salud, desató un movimiento popular contra las privatizaciones y defensa de las organizaciones sindicales.
3. Que la creciente presión popular manifestado en lucha de calle, paros laborales, bloqueos de carreteras y lucha parlamentaria, logro aprobar un Decreto Legislativo que prohíbe la privatización del sistema de salud.
4. Que el miércoles 27 de Noviembre, una Marcha de Trabajadores de la Salud, acompañado de Organizaciones Sociales y Diputados de la Fracción Legislativa del FMLN fue brutalmente reprimida por la Policía Nacional Civil.

Resuelve:

5. Condenar al Gobierno de El Salvador por la actitud represiva en contra del movimiento social, y contra los pacientes internos de los diferentes Hospitales que se vieron afectados por los gases lacrimógenos.
6. Exigir al gobierno de El Salvador el cumplimiento del Decreto 1024, que prohíbe la privatización de la salud publica, y que reinstale a todos los Trabajadores y Médicos despedidos, y se les garantice su estabilidad y garantías laborales.

Antigua Guatemala, 5 de diciembre 2002.



RESOLUCIÓN SOBRE PUERTO RICO Y VIEQUES

El XI Encuentro del Foro de São Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de Diciembre 2002, aprobó la siguiente resolución sobre Puerto Rico y Vieques:

1. POR CUANTO en el X Encuentro de este Foro de São Paulo celebrado en la Habana Cuba en Diciembre de 2001 se aprobó una Resolución exigiendo la Estados Unidos que promueva un verdadero proceso de descolonización en Puerto Rico para el advenimiento de la nación Puertorriqueña a su plena soberanía e independencia.

* En esa misma Resolución aprobada en el pasado Encuentro, esta Asamblea exigió al gobierno estadounidense el cese de las practicas militares y la salida inmediata de la marina de guerra de los Estados Unidos de la Isla Puertorriqueña de Vieques así como la descontaminación de los terrenos ocupados y su devolución a sus legítimos dueños.

* El gobierno de los Estados Unidos se ha pronunciado verbalmente en el sentido de que buscara lugar alterno para sus ejercicios y practicas militares que actualmente realiza Vieques señalando mayo de 2003 como fecha de una posible retirada;

* Recibido el informe de la Delegación de este Foro de São Paulo que visito la Isla Municipio de Vieques en cumplimiento de lo acordado en el Encuentro de la Habana del pasado ano.

Este XI Encuentro del Foro de São Paulo RESUELVE:

1. Apoyar el reclamo al cese inmediato de las maniobras y bombardeos de la marina estadounidense en la Isla de Vieques así como el cumplimiento del anuncio de su salida para mayo de 2003, indicándose que respaldará la continuación de la lucha por la devolución y descontaminación de las tierras actualmente ocupadas. El Foro de São Paulo promoverá una campana continental para el 19 de Abril de 2003 e todos nuestros países así como enviar una delegación a Vieques para las actividades que se celebren en el Mes de Mayo.

2. Reiterar su apoyo al ejercicio de la autodeterminación y su derecho a la independencia del pueblo puertorriqueño, promoviendo la participación del foro de São Paulo en las sesiones del Comité de Descolonización de las Naciones Unidas para el ano 2003. Así mismo, el Foro de São Paulo respaldara las gestiones para elevar el caso de PR ante la Asamblea General de las Naciones Unidas en el momento en que se estime conveniente, de acuerdo a los principios establecidos por esta en su resolución 1514.

Untitled Document

Antigua, Guatemala, 4 diciembre de 2002.

URNG / Equipo de Edición de ponencias



¡M_/Foro/234.htm (2 of 2)2/12/2008 16:06:02

Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

RESOLUCIÓN SOBRE EL TRIUNFO EN EL ECUADOR

El XI Encuentro del Foro de Sao Paulo reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución sobre el Ecuador:

1. Saluda a las fuerzas populares y de izquierda del Ecuador que, con ocasión del proceso electoral, lograron un espacio de unidad para alcanzar el triunfo presidencial del Coronel Lucio Gutiérrez.
2. Aspira que este acuerdo electoral, se fortalezca para coadyuvar favorablemente en las expectativas de cambio que la inmensa mayoría de Ecuatorianos expresó al votar mayoritariamente por las candidaturas que confrontaron el modelo neoliberal todavía prevaleciente en el Ecuador.

Antigua, Guatemala, 4 de diciembre de 2002.



ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO - QUITO, 26 E 27 DE MAIO DE 2003

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo se reuniu nos dias 26 e 27 de maio de 2003 em Quito, com a presença de delegados de partidos e movimentos políticos do México, Cuba, Porto Rico, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Brasil, Uruguai, Argentina e Chile.

1. A agenda de trabalhos começou com a discussão sobre a guerra de agressão contra Iraque e o exame da situação latino-americana em geral e, com base em suas conclusões, os participantes aprovaram a declaração anexa.

2. Depois a reunião passou a analisar o documento com a proposta de normas do Foro de São Paulo, apresentado pela comissão responsável por sua elaboração. Privilegiou-se nesta proposta:

Recuperar as normativas anteriores, que já foram aplicadas em eventos do FSP, juntando-lhes alguns aportes que tentam atualizar e aperfeiçoar o funcionamento das instâncias;

O processo de tomada de decisões e por consensos;

Potencializar o trabalho das regionais, no sentido de que seu funcionamento seja o que oriente e articule a própria organização do Foro;

Após ampla discussão, decidiu-se encaminhar o documento para consulta, com os aportes recolhidos, a todos os partidos membros do GT do FSP. A comissão deverá continuar o trabalho de incorporar os aportes que lhe cheguem. O texto deverá ser apresentado para o debate e consenso na próxima reunião do GT e, depois, na reunião do FSP, quando finalmente será aprovado.

3. A reunião do Grupo de Trabalho decidiu a convocação do próximo Foro de São Paulo para a segunda quinzena de janeiro do 2004, na cidade de Quito, Equador, com a seguinte sugestão de organização e agenda:

Organização do Foro de São Paulo

Agenda:

Análise do trabalho da Secretaria Executiva

Análise do trabalho das secretarias regionais

Análise do desempenho do Grupo de Trabalho

Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

Plano Colômbia

Integração latino-americana e regional

Escalada imperialista

Luta social na América Latina e Caribe; incidência no Fórum Social das Américas

Programação:

1° dia - 5ª.-feira, noite: Ato de Inauguração do Foro de São Paulo

2° dia - 6ª.-feira: Seminários - Oficinas

3° dia - Sábado: Plenário

4° dia - Domingo: Aprovação da Declaração final e encerramento

Responsáveis por a organização:

Pachakutik

Movimento Popular Democrático (MPD)

Partido Socialista Equatoriano (PSE)

Partido Comunista (PC)

Partido Comunista Marxista-Leninista Equatoriano (PCMLE)

Comissões que serão criadas:

Executiva , logística, financeira, segurança e outros.

Antes da realização do Foro, haverá a reunião do Grupo de Trabalho, com duas

possibilidades: em Cancún, México, em setembro, coincidindo com a Reunião da OMC, ou Venezuela para o mês de outubro.

Os presentes à Reunião do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo participaram como convidados especiais na Sessão Solene pelo 77º. Aniversário do Partido Socialista - Frente Ampla, em 26 de maio, bem como houve intercâmbio com partidos membros da Coordinación Socialista Latinoamericana.

Os participantes consignaram os esforços unitários dos partidos anfitriões da reunião: Movimento Popular Democrático, Movimento Plurinacional Pachakutik, Partido Socialista - Frente Ampla, Partido Comunista Marxista-Leninista do Equador e Partido Comunista do Equador.

Delegados participantes:

PT-Brasil:

Ana Maria Stuart

Paulo Ferreira

Delegação colombiana:

Hernando Gómez Serrano

Milton Hernández

Fermín Gonzalez

Alfredo Holguín

Hernando Moreno

PC-Cuba:

Roberto Regalado

FMLN-EI Salvador:

Blanca Flor Bonilla

Ana Cristina Aviles

URNG-Guatemala:

Silvia Solórzano

PRD-México:

Mario Saucedo

FSLN-Nicarágua:

Jacinto Suaréz

Delegação porto-riquenha:

José Escoda

FA-Uruguai:

Hugo Rodríguez

Carlos Flanagan

Delegação equatoriana:

Fernando Buendía

Rodrigo Collaguazo

German Rodas

Gustavo Ayala

Gustavo Terán

Luis Villacís

Osvaldo Palacios

Patricio Aldaz



Untitled Document

Gustavo Iturralde

Observadores

PS-Argentina:

Oswaldo Deza

Clorinda Yelicic

PC-Chile:

Jorge Insunza

PS-Chile:

Oswaldo Puccio

PSRP-Peru:

Víctor Oliva

Talia Vega

MVR-Venezuela:

Amilcar Figueroa



RESOLUCIÓN SOBRE VENEZUELA

El XI Encuentro del Foro de São Paulo, reunido en Antigua, Guatemala del 2 al 4 de diciembre de 2002, aprobó la siguiente resolución a favor de la Revolución Bolivariana de Venezuela:

De nuevo los sectores que fueron desplazados del poder por un proceso democrático, mediante siete elecciones sucesivas, pretender retornar a sus antiguos privilegios, a través de diferentes acciones, entre las que no se descarta un reintento de golpe de Estado fascista, como el del 11 de abril del 2002. En realidad nunca han aceptado que existe una nueva Constitución, que fue aprobada mediante referéndum por la inmensa mayoría venezolana, y una nueva institucionalidad.

La amenaza creciente es un hecho real y creciente que merece el rechazo de todas las organizaciones populares, progresistas y democráticas del mundo, particularmente de los pueblos latinoamericanos y caribeños.

El XI Encuentro del Foro São Paulo resuelve:

1. Expresar su apoyo al proceso revolucionario que acontece en Venezuela, así como a las organizaciones y movimientos comprometidos con el proyecto como expresión de los movimientos populares que avanzan hacia el logro de la justicia social, fundamentada en los mejores principios y valores de la Constitución de la Republica Bolivariana de Venezuela, producto de la voluntad popular.
2. Hacer un llamado a las organizaciones progresistas del Continente y del mundo aquí representadas a que contribuyan en sus países a explicar la verdadera naturaleza de la Revolución Bolivariana y apoyar la democracia.
3. Promover un amplio de solidaridad internacional con el pueblo de Venezuela y su gobierno.
4. Exhortamos a la OEA, Centro Carter y al PNUD, facilitadores en la mesa de dialogo entre la oposición y el gobierno de Venezuela, a que respeten el Estado de Derecho Constitucionalmente establecido.

Antigua, Guatemala, 4 de Diciembre de 2002.

URNG / Equipo de Edición de ponencias

DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO - QUITO

Reunidos em Quito, nos dias 26 e 27 de maio, os participantes do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo concordaram em:

1.- Condenar a guerra de agressão ao Iraque pelos Estados Unidos e seus aliados, registrando os desacordos e pronunciamentos opostos da Rússia, Alemanha, França, China, Brasil, México e Chile, entre outros, e as tentativas diplomáticas do Papa para evitá-la. E sobretudo destacar e saudar a formidável mobilização dos povos em todo o planeta, principalmente da juventude, contra esta criminosa guerra imperialista.

Condenar o saque do patrimônio cultural iraquiano, que constitui um valioso patrimônio da humanidade.

Exigir a imediata saída das tropas invasoras, a liberação dos presos de guerra e o respeito de seus direitos e o trato humano aos prisioneiros em Guantánamo.

2.- Que rechaçamos a ofensiva militarista que avançou hoje no mundo, impulsionada pelo governo de ultra-direita dos Estados Unidos e seus aliados de turno que arrasam com o Direito Internacional e suas instituições. Pelo contrário lutamos por um mundo onde domine o multilateralismo, com verdadeiras soberanias nacionais, com respeito aos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos e com organismos internacionais representativos, capazes de assegurar a paz e respeitosos do Direito Internacional.

3.- Sua enorme preocupação pela situação de deterioração social, econômica e política em que se encontra a América Latina e o Caribe, como consequência das políticas que integram a estratégia global neoliberal dos países imperialistas e os organismos internacionais como o FMI, Banco Mundial, impulsionada pelos governos que rifaram nossa economia ao capital estrangeiro.

4.- Lutamos sempre pela paz, hoje tão cruelmente abandonada, assim como pela democracia. Para tanto, defenderemos a não militarização dos conflitos da região e dispostos todas as nossas energias na procura das negociações e gestões de paz e a defesa do Direito Internacional.

5.- É coincidente a imensa preocupação dos participantes com respeito aos pronunciamentos ameaçadores, as manobras e provocações do governo dos Estados Unidos com respeito à Cuba, Venezuela e Colômbia, reiterando o compromisso solidário e o rechaço ao bloqueio e cerco econômico e político contra

Cuba, e a qualquer intenção de intervenção militar nestes países.

6.- Reiteramos nossa saudação aos triunfos e avanços de nossas organizações e das fraternas em cada país. em particular saudamos o triunfo do PT no Brasil, bem como no Equador onde se expressou a vontade de mudança de sue povo; os avanços das mobilizações populares de corte anti-imperialista na América Latina e Caribe e a afirmação da luta social na região.

Destacamos a transcendente vitória eleitoral da Frente Farabundo Martí para Liberação Nacional - FMLN, nas eleições municipais e legislativas, cujo resultado o consolidou como a primeira força política do país. Destacamos também a significativa vitória do povo porto-riquenho com a saída das tropas norte-americanas da ilha de Vieques.

Registramos como uma ratificação do repudio ao criminoso neoliberalismo a contundente derrota de Carlos Menem nas últimas eleições da Argentina.

Os processos que vivem atualmente nossos países permitem avistar uma conjuntura favorável para que na região avance uma integração capaz de nos permitir recuperar nossa independência e soberania sobre nossos recursos e gerar um modelo de desenvolvimento produtivo autônomo que defenda no mundo atual os direitos de justiça social de nossos povos.

Neste sentido, orientamos nossos esforços partindo de considerar o Mercosul, a CAN e os distintos esforços de integração regional e sua inter-relação como uma base de grande valor para a integração latino-americana, enquanto avançamos a formas mais profundas para enfrentar os projetos de dominação e de integração dependente como a ALCA e outros, tal como são apresentados pelos Estados Unidos.

7.- O Foro de São Paulo ratifica a responsabilidade de cumprir com o objetivo de ser um instrumento protagônico no desenvolvimento da resistência a esta nova forma de imposição de unilateralismo e avançar na construção de um projeto continental alternativo ao neoliberalismo, de desenvolvimento produtivo sustentável, justo e liberador.

Para isso, impulsaremos diversas medidas de mobilização popular e o imprescindível intercâmbio e coordenação das diversas organizações do FSP, de maneira de atuar em conjunto em cada um dos países e nas organizações internacionais com o objetivo de resistir a esta radicalização imperialista e fazer possível a construção de outra ordem mundial. Além disso, propiciamos relações com as forças sociais e políticas da América do Norte para encontrar linhas de ação comum em procura do desenvolvimento de tarefas compartilhadas frente à

Untitled Document

globalização neoliberal.

Quito, 27 de maio de 2003.



ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO – SÃO PAULO SP 2004

São Paulo, 16 e 17 de fevereiro de 2004

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo se reuniu nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2004 em São Paulo, com a assistência de delegados de partidos e movimentos políticos do Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua e Uruguai.

* A reunião se iniciou com uma apresentação do Secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, do Brasil, Dep. Paulo Delgado, e também Secretário Executivo do FSP, com ênfase no fortalecimento dos vínculos políticos e da coordenação entre os partidos progressistas e de esquerda latino-americanos, como um dos elementos prioritários da estratégia do PT.

Neste sentido, o FSP considerou como o âmbito privilegiado para a construção de uma agenda e ações comuns, com base em objetivos consensuais.

* O tema de debate central da reunião - a estratégia comum dos partidos e movimentos sociais frente à integração e o comércio global - foi introduzido pelas exposições de João Felício, Secretário Geral da CUT e titular da Secretaria Sindical do PT, e de Gonzalo Berrón, da Secretaria da Aliança Social Continental, quem agregou um informe do estado das negociações e da campanha continental contra o ALCA.

Por sua parte, Felício defendeu a adoção de uma agenda econômica e social comum para América Latina, considerando que atualmente se apresentam condições favoráveis para a luta comum, englobando as forças políticas e sociais, no âmbito continental.

Na conclusão do debate, os delegados dos países presentes reafirmaram a necessidade de uma verdadeira integração de nosso continente e rechaçaram a proposta da ALCA como apresentada pelo Governo dos EUA, assim como os tratados de comércio sub-regionais e bilaterais promovidos sob as regras unilaterais e desiguais.

Em alternativa concordaram desenvolver uma maior cooperação entre os partidos políticos e os movimentos sociais, para defender uma integração e relações comerciais solidárias, que respeitem a soberania dos países de nossa região e promovam o direito inalienável dos povos ao desenvolvimento econômico e social.

* O debate sobre as conjunturas nacionais que se deu à continuação, em base aos informes das delegações sobre seus respectivos países, resultou na aprovação de resoluções específicas sobre a situação de Colômbia, o Salvador e Haiti, além de uma declaração de caráter geral, às quais se encontram ao final.

* Considerando que o objetivo principal da convocatória desta reunião do GT era a preparação e realização do XII Encontro do FSP, os participantes dedicaram uma grande parte do tempo à análise dos diversos aspectos e condições necessárias para sua realização e êxito. Ao final, decidiram unir esforços para superar as dificuldades atuais e realizar o XII Encontro em março de 2005, em Quito, Equador.

* Também se aprovaram os demais pontos da agenda do GT para o próximo período, na forma que segue:

1. Realizar um seminário temático em Manágua, Nicarágua, tendo como eixo a celebração do Aniversário da Revolução Sandinista, em 17, 18 e 19 de julho de 2004.

2. Realizar a próxima reunião do Grupo de Trabalho na mesma ocasião, em 16 de julho de 2004.

3. Organizar a participação do Grupo de Trabalho no Fórum Social e Fórum Parlamentar das Américas, em 25-30 de julho de 2004, em Quito, com duas atividades:

- Uma mesa de diálogo no Fórum Social das Américas sobre a relação entre os partidos e os movimentos sociais;

- Organizar um painel no Fórum Parlamentar das Américas para discutir a coordenação das agendas e estratégias partidárias e parlamentares.

4. Da mesma forma, organizar a participação do Foro de São Paulo no Fórum Social Mundial e no Fórum Parlamentar Mundial em Porto Alegre, em janeiro de 2005.

5. Preparar a realização do XII Encontro do Foro de São Paulo em Quito, Equador, em março de 2005.

* Aprovou-se também uma importante resolução sobre a constituição de uma Coordenação de Mulheres do FSP, que segue abaixo:

Resolução de Coordenação de Mulheres do GT-FSP



I. o Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido em 16 e 17 de fevereiro de 2004 em São Paulo, saúda o maior número de companheiras integrando as delegações participantes desta sessão do GT. Por sua vez, exortamos os partidos integrantes do FSP a continuar os esforços que garantam a democracia com equidade de gênero em nossos partidos e em nossas sociedades.

II. O Grupo de Trabalho propõe criar um mecanismo de coordenação de mulheres dos partidos do FSP com o objetivo de promover o diálogo e ações que nos levem a coincidir em uma agenda de gênero do FSP. Os partidos membros do GT elaborarão a proposta para apresentar no próximo Encontro.

III. A essência de nossos partidos está na articulação com os movimentos sociais e neste marco chamamos este 8 de março a participar nas mobilizações convocadas a nível mundial pelas mulheres no Fórum Social Mundial com a consigna "Contra a Guerra!"

* As demais resoluções aprovadas seguem abaixo:

Resolução sobre Colômbia

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido em 16 e 17 de fevereiro em São Paulo, Brasil:

1. Saúda com esperança os processos de governabilidade local e departamental que assumiram setores democráticos e de esquerda na Colômbia.
2. Exorta os governos latino-americanos a liderar decididamente a solução política ao conflito colombiano e a rechaçar de maneira contundente iniciativas que buscam expandir o conflito colombiano à região andina e militarizar o continente, como o Plano Colômbia e a Iniciativa Regional Andina.

Além disso, dada à profunda crise humanitária e de direitos humanos neste país, que exortem o governo de Álvaro Uribe Vélez a aplicar as recomendações do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos a deter as reformas constitucionais que lesam a democracia, eliminam o Estado Social de Direito e afetam os direitos fundamentais da população.

3. Rechaça de maneira categórica a instrumentalização da OEA para legitimar o processo de negociação que adianta o governo de Álvaro Uribe Vélez com os grupos paramilitares, seriamente questionado porque conduz à impunidade de graves crimes de lesa humanidade, à legalização dos ativos do narcotráfico e das terras roubadas de milhares de camponeses, indígenas e afro-descendentes deslocados por a ação destes grupos.

Os governos latino-americanos e a OEA devem garantir a observância plena dos direitos humanos consagrados na carta da OEA e das Nações Unidas, em particular os direitos a justiça, verdade e reparação.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2004.

Resolução sobre El Salvador

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido na cidade de São Paulo nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2004, saúda os avanços logrados pela Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) na campanha eleitoral para a eleição presidencial que se desenvolve em El Salvador.

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo se pronuncia por que se respeite em El Salvador o marco institucional em que devem desenvolver-se as campanhas eleitorais. Condena também o clima de desestabilização e insegurança que estão criando setores de extrema direita vinculados ao governo, lesionando assim o processo democrático que está em construção depois dos acordos de paz. Esta desestabilização persegue o objetivo de semear o temor e incerteza na população e assim evitar a participação maciça de salvadorenses e salvadorensas em 21 de março para eleger o novo presidente de El Salvador.

Saudamos o companheiro Schafik Handal, candidato presidencial da FMLN, por sua luta incansável em favor da justiça social, da paz e da auto-determinação dos povos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2004.

Resolução sobre Haiti

Em torno da atual crise política que vive o Haiti, o Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido na cidade de São Paulo, Brasil, emite a seguinte resolução especial.

1. A crise política que vive a nação haitiana surge do flagrante desconhecimento das instituições democráticas que fizeram o governo de Jean Bertrand-Aristide e a constante violação aos direitos humanos que praticou nos últimos anos.
2. A ampla mobilização popular que atualmente demanda a renúncia de Aristide constitui o resultado de uma crescente conscientização política em torno da necessidade de exigir a restauração da democracia, o respeito à liberdade de

expressão e aos direitos humanos e à existência de um verdadeiro Estado de Direito.

3. A comunidade internacional deve mediar no atual conflito com o fim de ajudar numa saída política que ponha fim à crítica situação de violência existente neste país caribenho, no ânimo de que sejam os próprios haitianos que decidam seu rumo político e a reconstrução de seu sistema democrático.

4. O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo se solidariza com a luta do povo haitiano e da Plataforma Democrática. em particular, emite seu más amplo respaldo político à Organização do Povo em Luta, encabeçada por Gerard Pierre-Charles, partido irmão membro do Foro de São Paulo.

5. O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo deseja que a reconstrução democrática do Haiti seja um fator determinante do início de uma etapa de desenvolvimento econômico que garanta justiça social, liberdade e dignidade para a primeira nação independente de nossa América Latina.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2004.

Delegações participantes:

PT - Brasil

PCCH - Chile

Delegação colombiana

PCC - Cuba

FMLN - El Salvador

Delegação equatoriana

URNG - Guatemala

PRD - México

FSLN - Nicarágua

Frente Amplio - Uruguai

Untitled Document

Observadores:

PCdoB - Brasil

Fundação Perseu Abramo - Brasil

Aliança Social Continental

im_/Foro/241.htm (6 of 6)2/12/2008 16:06:03



Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

Num. 13429688 - Pág. 564

DECLARAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FSP – SÃO PAULO SP 2004

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido dias 16 e 17 de fevereiro na mesma cidade onde foi fundado, comunica o resultado de seus trabalhos:

1. Os partidos e as forças políticas participantes do Grupo de Trabalho debateram a estratégia comum dos movimentos sociais e da esquerda frente aos temas da integração e do comércio global. Com relação a isso, reafirmam a necessidade de uma verdadeira integração de nosso continente e rechaçam a proposta da ALCA, da forma apresentada pelo Governo dos EUA, assim como os tratados de comércio sub-regionais e bilaterais promovidos por este país. Defendemos uma integração e relações comerciais solidárias, que respeitem a soberania dos países de nossa região e promovam o direito inalienável dos povos ao desenvolvimento econômico e social, deixando claro nossa posição a favor da inclusão de Cuba no sistema inter-americano e condenação do bloqueio estadunidense a esta nação.

2. Realizamos uma profícua análise da realidade política, social e econômica da América Latina, a partir de informações apresentadas pelos partidos e movimentos políticos de: México, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Cuba, Colômbia, Equador, Chile, Uruguai e Brasil. Em comum temos, em todos os países, uma crescente e vigorosa resistência à estratégia neoliberal imposta pelo imperialismo à América Latina e Caribe. Cabe ressaltar os avanços das forças políticas de esquerda, com vitórias eleitorais já conquistadas e outras ainda por vir. Os povos de nosso continente vêm demonstrando uma inequívoca vontade política de superar o modelo neoliberal e construir um futuro de paz, soberania, democracia e justiça social.

3. Decidimos realizar o XII Encontro do Foro de São Paulo em março de 2005, em Quito, Equador.

4. Além disso, resolvemos convocar um seminário em Manágua, Nicarágua, nos dias 17 e 18 de julho, nos marcos da comemoração dos 25 anos da Revolução Sandinista. Também se resolveu convocar a próxima reunião do Grupo de Trabalho do FSP para o dia 16 de julho, no mesmo local.

5. Enfim, organizaremos nossa participação no Fórum Social das Américas, em julho de 2004, em Quito, e no correspondente Fórum Parlamentar, bem como nos Fóruns Social e Parlamentar Mundial, em Porto Alegre, no início de 2005, enfocando o tema das relações entre partidos e movimentos sociais.

Grupo de Trabalho

Untitled Document

Foro de São Paulo

São Paulo, 17 de fevereiro de 2004.



iM_/Foro/244.htm (2 of 2)2/12/2008 16:06:03

Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

Num. 13429688 - Pág. 566

AGENDA DO FORO DE SÃO PAULO PARA 2004

16 JULHO 2004

Reunião do Grupo de Trabalho

Reunião do Grupo de Trabalho, em Manágua, Nicarágua, antecedente às Comemorações dos 25 anos da Revolução Sandinista.

17 JULHO 2004

Seminário sobre América Latina aos 25 anos da Revolução Sandinista

Seminário realizado em Manágua, Nicarágua, dias 17 e 18 de julho, no marco das comemorações dos 25 anos da Revolução Sandinista.

19 JULHO 2004

25 anos da Revolução Sandinista

Comemoração dos 25 anos da Revolução Sandinista.

25 JULHO 2004

Fórum Social das Américas

Realização dos Fóruns Social e Parlamentar das Américas, em Quito, Equador, de 25 a 30 de julho.

SEMINÁRIO EM MANÁGUA - 2004

O Seminário internacional "América Latina aos XXV Anos da Revolução Popular Sandinista" foi realizado nos dias 17 e 18 de julho de 2004, por ocasião da celebração dos 25 anos da Revolução Sandinista, em 19 de julho, em Manágua, Nicarágua.

TEMAS DE DISCUSSÃO DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL

MEMÓRIA DO SEMINÁRIO

"AMÉRICA LATINA AOS 25 ANOS DA REVOLUÇÃO POPULAR SANDINISTA"

Manágua, Nicarágua - 17 e 18 de julho de 2004

A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) apresenta aos assistentes ao Seminário Internacional "América Latina aos XXV anos do triunfo da Revolução Popular Sandinista", apoiado pelo Foro de São Paulo, a Memória deste importante encontro da esquerda latino-americana.

A presente memória registra através das ponências, fotografias e vídeos, os principais momentos do evento. As ponências foram as seguintes:

Situação Pré-Eleitoral, Perspectivas da Frente Ampla e Programa de Governo, Companheira **Graciela García** – Comissão de Relações Internacionais da Frente Ampla. MLN-Tupamaros.

Logros da Revolução Bolivariana, Companheiro Elías Jaua, Diretor de Doutrina do Movimento Quinta República, da Venezuela.

A Esquerda e os Processos Eleitorais, Companheiro **Shafick Handal** – Membro da Comissão Nacional e Chefe da Fração Parlamentar FMLN El Salvador.

Programa de Lula, Fome Zero, Iniciativas sobre Comércio Internacional e Dívida



Externa, Companheiro **Gleber Neime**, Secretário Nacional de Organização e Membro da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores do Brasil, e companheiro **Reinaldo Carvalho**, Secretário de Relações Internacionais do Partido Comunista do Brasil.

Os Tratados de Livre Comércio vistos através da experiência mexicana e nicaragüense, Companheiro **Jorge Calderón Salazar** – Diretor do Instituto de Estudos da Revolução Democrática, e **Oscar René Vargas**, militante da FSLN.

A política contra Cuba na geopolítica do imperialismo norte-americano, Companheiro **Roberto Regalado** – Chefe de Informação e Análise do Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba.

Intervenções Especiais

Chile: Posição dos Partidos de Esquerda no Governo e na oposição. Lautaro Carmona, Secretário de Organização do Partido Comunista Chileno.

Costa Rica: Os Movimentos Sociais ante o processo de Privatização. Ricardo Segura, Secretário Executivo do Comitê de Defesa da Institucionalidade de Costa Rica.

Nicarágua: Reforma Agrária, Experiência da Nicarágua e Via Campesina Internacional. Movimento Social Nicaragüense.

Saudações das delegações internacionais ao XXV Aniversário da Revolução Popular Sandinista.

Participantes do evento

Assistiram representantes de: Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Porto Rico, Uruguai, Venezuela; igualmente assistiram delegados de: Espanha, Itália, Grécia, República Popular da China, Vietnã, entre outros.

Partidos e organizações políticas e sociais que participaram:

Os partidos e organizações políticas e sociais representados no evento foram: Partido dos Trabalhadores, do Brasil, Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista do Chile, Movimento de Esquerda Revolucionária do Chile, Movimento Orgulho do Passado (Chile), Partido Comunista de Cuba, Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (El Salvador), Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), Nova Aliança da Guatemala, Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN, Nicarágua), Partido do Trabalho do México (PT), Partido da Revolução Democrática (PRD, México), Frente Ampla do Uruguai, Partido Socialista do Uruguai, Movimento Quinta República da Venezuela, Novo Movimento Independentista de Porto Rico, Frente Social e Política da Colômbia, Conselho de Defesa da Institucionalidade da Costa Rica, Partido Comunista Italiano, Partido Comunista da Grécia, Grupo de Esquerda Unida (Parlamento Europeu), Partido Socialista Suíço, Partido Comunista da China (Popular), Partido Comunista do Vietnã, Movimento de Comitês Revolucionários da Grande Jamahiria Árabe Líbia Popular Socialista, Parlamento Africano, Organização para a Libertação da

Untitled Document

Palestina (OLP), Conselho da Raça dos Estados Unidos.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=93&even=Seminário%20em%20Manágua%20-%202004

im_/Foro/2004-1.htm (3 of 3)2/12/2008 16:06:04

Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45

<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>

Número do documento: 19071217434513500000013275134

Num. 13429688 - Pág. 570

SEMINÁRIO EM MANÁGUA - 2004

O Seminário internacional "América Latina aos XXV Anos da Revolução Popular Sandinista" foi realizado nos dias 17 e 18 de julho de 2004, por ocasião da celebração dos 25 anos da Revolução Sandinista, em 19 de julho, em Manágua, Nicarágua.

SAUDAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Saudação do Foro de São Paulo ao XXV Aniversário da Revolução Popular Sandinista

O triunfo da Revolución Popular Sandinista nicaragüense de 1979 marcou um novo avanço das forças de esquerda na América Latina e particularmente nas lutas revolucionárias e populares da América Central. Hoje, aos 25 anos de seu triunfo, segue vigente o ideal de transformação social que protagonizou a revolução sandinista.

A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), no início dos anos 60 do século XX, nasce e se inspira sob a experiência e o ideal do movimento de libertação nacional e social de Sandino e sob a influência da Revolução Cubana, ambos com vocação anti-imperialista e de justiça social. Suas primeiras ações armadas se realizam em 1963; entre 1964 e 1965, a FSLN desenvolve um trabalho de propaganda e de organização clandestina entre a população campesina e urbana. Em 1967 volta a realizar outra tentativa armada em Pancasán. A repressão a obriga a se retirar e inicia a etapa da acumulação de forças em silêncio. Ao mesmo tempo, desenvolve-se uma discussão no seio da FSLN sobre as vias e táticas do movimento guerrilheiro, que conduziu a uma divisão tática da FSLN em três tendências.

Por todo um período suas ações são esporádicas e intermitentes, até o golpe de 27 de dezembro de 1974, quando um comando sandinista toma de assalto a casa de um destacado somozista e pelo qual impõe a libertação de prisioneiros políticos, com grande impacto político na sociedade nicaragüense e chamando a atenção de muitos setores da comunidade internacional.

A conjugação de fatores nos anos 1978-1979 entre a luta armada, as mobilizações de massas, a insurreição, a política de alianças e de unidade popular e a radicalização crescente da pequena burguesia urbana, combinação sobre a qual estava a origem da divisão e o conteúdo dos posteriores debates, permitiu a unificação das três tendências sem maiores discussões e complicações. O ano de 1978 se caracterizou pelo desenvolvimento da burguesia inter-burguesa e aprofundamento dos problemas econômico-sociais. A incapacidade da burguesia e do imperialismo para salvar da crise a ditadura somozista e mediar a luta revolucionária e ao derrocamento da ditadura somozista em julho de 1979.

A revolução sandinista triunfou com um massivo apoio popular e com uma importante aliança com setores da burguesia. Nessa aliança, a hegemonia, baseada no apoio popular e controle do novo exército, correspondia sem dúvida aos representantes sandinistas e afins. Um setor da burguesia opositora desempenhou, a seu modo, um papel ativo e não meramente de espectador na luta contra Somoza, e assim o via uma parte da população, mas conforme a Revolução Popular Sandinista aplicou medidas de caráter revolucionário e de outra orientação popular, os aliados da burguesia começam mais ativamente sua oposição à evolução, articulando-se à estratégia norte-americana de guerra e bloqueio contra a jovem Revolução Popular Sandinista.

Em que pese odas as adversidades, a revolução sandinista de 1979 a 1990 desenvolveu um projeto revolucionário de caráter democrático, popular e anti-imperialista; democratizou a sociedade, o poder e a riqueza na Nicarágua; deu poder aos setores populares, abriu claros espaços de poder político aos setores progressistas e de esquerda no país, assegurou-se a independência política e a dignidade da nação, houve uma militante solidariedade com todos os povos em sua luta pela libertação nacional e social.

A política de agressão e intervenção dos Estados Unidos na década de 80 na América Central e Caribe teve efeitos negativos sobre a dinâmica revolucionária, que unido ao desaparecimento do bloco socialista da Europa do Leste, à derrota eleitoral da FSLN, à política de hostilidade, bloqueio e crescente agressão contra Cuba, junto ao aval da política neoliberal dos Estados Unidos, cria as condições para o reordenamento do sistema inter-americano e a imposição de um novo modelo de dominação estadunidense na América Latina.

No plano **político-econômico** se expressam os condicionamentos que impõem os organismos financeiros internacionais sobre as economias de nossos países, que se manifesta também no apoio à ALCA, com os Tratados de Livre Comércio Regionais que cerceiam a auto-determinação e a soberania dos povos da América Latina e Caribe, perpetuando a dependência; no militar, uma nova versão política de "ajuda militar", o Plano Colômbia-Iniciativa Andina e a rede de bases militares estabelecidas na área. Todo o anterior se move em torno da hegemonia estadunidense, sustentada em sua economia belicista que representa uma ameaça ao equilíbrio da paz mundial.

O chamado **Consenso de Washington** pressupunha, entre outras medidas, a desregulamentação estatal, a privatização das empresas públicas, taxas de câmbios flexíveis, abertura ao comércio mundial e desproteção dos trabalhadores. Entretanto, na maioria dos países do mundo, onde foi aplicado, fracassou.

Os países que aplicaram os mandamentos do **Consenso** e as fórmulas impositivas do FMI afundaram no marasmo econômico e aprofundaram a exclusão social, aumentando o desemprego e a pobreza.

Ao longo deste período, de 1990-2004, depois de uma baixa relativa do total de gastos com armamentos, opera-se um relançamento dos orçamentos militares e uma concentração e reorganização da indústria militar. Os gastos militares aumentaram a partir de 2001.

A penetração do capital financeiro transnacional em nossos países se traduziu na quebra das



economias nacionais, concentração da riqueza, desemprego e, como conseqüência, em um acelerado processo de atomização social. As crises não esperarem e abundam exemplos na América Latina.

A nível internacional e, em particular, na América Latina e Caribe, a realidade descrita contribuiu decisivamente ao desenvolvimento do movimento social que hoje se expressa em manifestações e ações concretas de oposição à ordem neoliberal e conseqüente processo de transnacionalização e desnacionalização com atores muito destacados como o movimento indígena, campesino, ambientalista e de trabalhadores.

No plano político, temos hoje uma nova realidade na América Latina e Caribe, que se manifesta com a presença de governos de esquerda, como o Governo de Lula, no Brasil, o processo venezuelano de Chávez, que busca consolidar e aprofundar a Revolução Bolivariana na Venezuela, assim como com o Governo progressista da Argentina, os triunfos eleitorais recentes no Panamá e República Dominicana, que junto com a Cuba socialista fazem possível um maior intercâmbio de experiências e na prática, um apoio solidário econômico e político ao resto de toda a América Latina e Caribe.

Acumulamos experiências. Há uma tendência ascendente da esquerda e forças sociais e políticas na América Latina e Caribe, que deverá ser potenciada para fazer avançar mais nossos projetos e ideais de transformação social, para forjar um mundo justo e digno para todos. A esquerda logrou ampliar através da via eleitoral em muitos países, sua participação em experiências de gestão local em muitas cidades, levando nestas gestões o poder popular às bases sociais.

Estes novos ventos forjaram as condições ideais para lograr uma verdadeira integración política, econômica e cultural de nossa América Latina e Caribe, com o fortalecimento e a unidade das forças de esquerda e movimentos sociais, representadas no Foro de São Paulo e nos Foros de Movimentos Sociais, representativos do conjunto da sociedade civil de nossos povos. Este caminho é indispensável para lograr democratizar nossas sociedades, para superar nossos problemas e alcançar a justiça social para nossos povos.

Aproveitamos a ocasião do Foro de São Paulo que nos convoca a todos para saudar especialmente os 25 anos do triunfo da revolução sandinista. O papel diretor da FSLN, o aporte de milhares de militantes que deram sua vida pela libertação da Nicarágua, seu papel organizador de vastos setores populares que foram exemplo e um símbolo para todos aqueles homens e mulheres internacionalistas que se solidarizaram com a luta pela justiça social e a democracia. Reconhecer a contribuição da FSLN às lutas revolucionárias de nosso continente como fiéis herdeiros do ideal do General de Homens Livres A. C. Sandino, assim como reconhecemos a incidência significativa que desempenha e tem a FSLN como partido revolucionário na vida política e social nicaragüense. Respaldamos o papel político da FSLN na sociedade nicaragüense e seu legítimo direito a retomar o poder que le permita dar continuidade às transformações revolucionárias iniciadas há 25 anos.

¡Viva Nicarágua Sandinista!

¡Viva a Frente Sandinista de Libertação Nacional!

Untitled Document

Manágua, Nicarágua, 18 de julho de 2004.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=97&even=Seminário%20em%20Manágua%20-%202004



REUNIÃO EM SÃO PAULO (BRASIL) - NOVEMBRO DE 2004

DECLARAÇÃO

Declaração do Grupo de Trabalho

Foro de São Paulo

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido na cidade de São Paulo nos dias 22 e 23 de novembro de 2004, em clima de vitória pelo contundente triunfo da Frente Ampla, que consagrou Tabaré Vázquez Presidente de Uruguai:

- Ressalta a importância do resultado do plebiscito realizado no Uruguai, no mesmo dia da eleição presidencial, pelo qual ficam incluídos na Constituição, como parte integral dos Direitos Humanos, os serviços de água potável e saneamento.

- Destaca os avanços dos partidos membros do Foro de São Paulo que participaram nas eleições municipais de Brasil, Chile e Equador, com atenção especial para os resultados vitoriosos obtidos pela Frente Sandinista de Libertação Nacional na Nicarágua e pelas forças que apóiam o Presidente Chávez nas eleições regionais de Venezuela. Por outro lado, registra com preocupação a rearticulação de forças conservadoras e neoliberais.

- Saúda a recente eleição interna na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional como expressão de democratização que os coloca em melhor posição para enfrentar os desafios futuros.

- Denuncia e repudia o assassinato do Promotor Público da Venezuela, Danilo Anderson, como expressão do terrorismo ao serviço dos inimigos do Governo democrático do Presidente Hugo Chávez, cujo triunfo no referendo de agosto foi acompanhado por uma delegação do Grupo de Trabalho que expressou a solidariedade do Foro de São Paulo.

- Manifesta indignação pelos assassinatos dos companheiros do Movimento Sem Terra no Brasil, cujos responsáveis já foram identificados e responsabilizados. Este fato representa bem a ação das oligarquias rurais e setores contrários à reforma agrária no Brasil.

- Reitera o compromisso de lutar junto aos movimentos sociais que, no dia 12 de outubro, manifestaram-se contra a ALCA em toda América Latina.
- Congratula-se com as importantes manifestações democráticas no Chile, contra a política intervencionista do governo Bush, e saúda as iniciativas dos movimentos político-sociais contra a estratégia neoliberal, durante a recente reunião da APEC.
- Saúda a posição liderada pelo Ministro de Defesa do Brasil, Vice-Presidente José Alencar, e assumida por vários Ministros da região, que na 6ª. Reunião de Ministros de Defesa das Américas enfrentou com sucesso a proposta do Governo dos Estados Unidos, apoiado pelo Governo da Colômbia, para a criação de uma força multilateral para combate ao narcotráfico.
- Manifesta regozijo pela expressiva votação de 179 votos na Assembléia Geral das Nações Unidas, condenando novamente o bloqueio a Cuba por parte dos Estados Unidos, e repudia a política norte-americana de isolamento da irmã nação de Cuba.
- Ratifica seu compromisso com a busca de uma saída política negociada ao conflito colombiano e repudia o Plano Colômbia e a Iniciativa Regional Andina, como expressão da intervenção dos Estados Unidos na região andina e amazônica.
- Reitera o repúdio à continuidade da guerra e ocupação do Iraque e, em especial, condena o massacre de Faluja pelas tropas invasoras.
- Expressa grande pesar pela perda do companheiro Gerárd Pierre-Charles, dirigente da Organização do Povo em Luta (organização membro deste Grupo de Trabalho), e lutador incansável pela liberdade e a justiça no Haiti.
- Manifesta solidariedade com o povo brasileiro, pelo falecimento do economista Celso Furtado, insigne pensador da realidade latino-americana e defensor de políticas de desenvolvimento com justiça social.
- Realiza uma homenagem póstuma ao grande lutador da causa palestina, Presidente Yasser Arafat, e reitera a posição de apoio à criação do Estado Palestino e à retomada do processo de negociações de paz no Oriente Médio.

Por último, manifesta o compromisso de trabalhar para a realização do 12º. Encontro em São Paulo em 2005, por ocasião do aniversário de 15 anos da fundação do Foro de São Paulo.

São Paulo, 23 de novembro de 2004.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=9&even=Reunião%20em%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%20novembro%20de%202004](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=9&even=Reunião%20em%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%20novembro%20de%202004)

REUNIÃO EM SÃO PAULO (BRASIL) - NOVEMBRO DE 2004

RESOLUÇÃO CONTRA CANDIDATURA DE FRANCISCO FLORES

RESOLUÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO CONTRA A CANDIDATURA DO EX-PRESIDENTE DE EL SALVADOR PARA SECRETÁRIO GERAL DA OEA

Os Partidos membros do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunidos em São Paulo nos dias 22 e 23 de novembro, rejeitam a candidatura do Sr. Francisco Flores Pérez, ex-Presidente de El Salvador, à Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), por ocasião da renúncia do senhor Miguel Ángel Rodríguez ao cargo de Secretário General.

Motivam esta decisão, entre outras, as seguintes razões:

Durante seu mandato presidencial em El Salvador, Francisco Flores manifestou um perfil contrário ao requerido para a condução de um organismo tão importante como a OEA, uma vez que seu Governo contrariou os princípios da Organização a respeito da tolerância política interna e externa, assim como aceitou práticas de corrupção.

Sua gestão seria marcada pela dúvida no cumprimento da missão de integração dos povos latino-americanos.

Francisco Flores Pérez foi o primeiro e único Presidente latino-americano que reconheceu e legitimou o golpe de Estado contra o legítimo Presidente da República Bolivariana da Venezuela.

Durante seu Governo, o ex-Presidente permitiu a organização de ações de desestabilização e atentados contra o Governo cubano, facilitando estadia e documentação salvadorenha a Luís Posada Carriles, para transitar pela região. Sua visão política é a favor de manter Cuba isolada da comunidade internacional, postura repudiada pelos Partidos do Foro de São Paulo.

Durante sua gestão, fixou a Embaixada de El Salvador em Jerusalém, omitindo-se às múltiplas Resoluções da ONU a respeito.

El Salvador é um dos 28 países no mundo que não mantêm nenhum tipo de relação com a República Popular China, além de não manter relações nem com os países árabes, nem com os países africanos.

Apoiou a guerra e a invasão do Iraque, desrespeitando as normas internacionais de convivência pacífica, como a Resolução da Organização de Nações Unidas (ONU) e a Carta da OEA.

Em sua condição de Chefe de Estado, foi questionado pela ONU, o qual consta nas observações finais da Resolução do Comitê de Direitos Humanos, CCPR/C/SR.2125- 2003, colocando El Salvador em uma situação delicada, já que nela se manifesta que o Estado salvadorenho e o Presidente da República deixaram de respeitar aos direitos humanos e violaram permanentemente a Constituição da República, negando ao povo salvadorenho não somente o direito a esclarecer e conhecer a verdade sobre o passado, bem como de viver o presente em condições dignas.

Chamamos os partidos e governos dos Estados americanos a fazer cumprir a Carta da OEA, devendo o Secretário Geral Adjunto assumir interinamente as funções de Secretário Geral da OEA, até que a Assembléia Geral eleja o novo titular para o período completo, de acordo com o Artigo 108 da mesma Carta.

GRUPO DE TRABALHO

FORO DE SÃO PAULO

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=10&even=Reunião%20em%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%20novembro%20de%202004](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=10&even=Reunião%20em%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%20novembro%20de%202004)

SEMINÁRIO EM MANÁGUA - 2004

O Seminário internacional "América Latina aos XXV Anos da Revolução Popular Sandinista" foi realizado nos dias 17 e 18 de julho de 2004, por ocasião da celebração dos 25 anos da Revolução Sandinista, em 19 de julho, em Manágua, Nicarágua.

PALAVRAS DO PADRE MIGUEL D'ESCOTO

Foro de São Paulo – Seminário Internacional

"AMÉRICA LATINA AOS 25 ANOS DA REVOLUÇÃO POPULAR SANDINISTA"

Palavras de abertura do P. Miguel d'Escoto Brockmann

Companheiros e companheiras membros do Foro de São Paulo e outros representantes de partidos políticos de esquerda regionais e extra-regionais convidados a este Seminário Internacional, "América Latina aos 25 anos da Revolução Popular Sandinista", auspiciado pelo Foro de São Paulo. Em nome da Frente Sandinista de Libertação Nacional lhes desejo nossa mais cordial saudação de boas vindas à Nicarágua.

Desde que nós, do Foro de São Paulo, nos vimos reunindo, ou seja, desde 14 anos atrás, nunca o panorama internacional foi tão sombrio, nunca a paz e a segurança internacional estiveram tão seriamente ameaçadas como agora pelo terrorista presidente George W. Bush, que em nome de uma incompreensível democracia e liberdade busca como submeter e escravizar todas as nações da terra.

O que torna o momento em que vivemos ainda mais terrível é o convencimento de que não estamos ante um mal transitório, ante um pesadelo que durará até que permaneça Bush no poder. Pensar o contrário, ou buscar tranquilidade no feito histórico da transitoriedade dos impérios só nos pode conduzir a uma equivocada política de espera, de deixar que passe a tormenta.

Desde que o núcleo fundador de nosso Foro assistiu ao encontro de São Paulo, o intercambio de opiniões sobre as conseqüências do fim da bipolaridade para a luta de nossos partidos e movimentos de esquerda foi uma das principais características do Foro de São Paulo.

Hoje, 14 anos mais tarde, podemos ver e compreender com muito maior clareza que, com o fim da bipolaridade, Washington considera que já não tem por que se preocupar muito em guardar as aparências, com fazer crer aos ingênuos que os Estados Unidos verdadeiramente crê no império da lei nas relações internacionais, que os Estados Unidos está realmente comprometido com o multilateralismo e com a paz mundial.

Com os acontecimentos de 11 de setembro, as idéias que Paul Wolfowitz vinha propondo aos governantes estadunidenses, desde há uma década, oficializaram-se e os rumores, dúvidas e temores de serem vistos como realmente são, o "Rogue State", como Chomsky chama este Estado criminoso, foram já praticamente descartados.

Hoje, mais do que nunca, podemos dizer que o tendão de Aquiles do império é a opinião do povo norte-americano que ainda crê na falsa retórica de seus governantes, mas que considera que democracia, liberdade, justiça social e todos os valores da esquerda, são ideais que devem ser defendidos. Tampouco queremos eximir o povo estadunidense de toda responsabilidade nas atuações de seus governantes. Como o cão de Pavlov, eles também foram condicionados a fazer fila atrás de seus presidentes apenas bastando o soar dos tambores de guerra.

Não devemos esquecer nem minimizar a reação do povo norte-americano quando Clinton, a muito poucos meses de iniciar seu primeiro mandato, quando ainda tratava de alterar sua imagem de débil e indeciso, fez alarde de força e decisão ordenando o imediato bombardeio ao Iraque em represália por um suposto plano para assassinar Bush pai enquanto este se encontrava de visita no Kuwait. Pouco ou nada importou ao povo norte-americano que tudo havia sido uma mentira, como deixou claro o informe da Anistia Internacional, entre outros. As pesquisas de opinião pública demonstraram um imediato e dramático aumento na aceitação de Clinton como um Presidente pronto a usar a força do império ante qualquer provocação, suposta ou verdadeira.

O que sucede é que, como conseqüência da política de mentiras e enganos que sempre caracterizou as relações dos governos norte-americanos com seu próprio povo, este povo ignora os crimes cometidos por Washington em todas as partes e desde sempre em nome de uma pretendida democracia e da liberdade. Esta ignorância se agrava pela robotização do povo norte-americano que, entre outras coisas, foi programado para não questionar as decisões de seus governantes quando estes levantam imperativos de segurança nacional. E esta programação alcança também os legisladores do partido de oposição.

Não devemos esquecer que os legisladores democratas, sem exigir mais informação, deram luz verde a George W. Bush para a invasão do Iraque, deixando muito claro que, para eles, ainda que se trate somente de uma suposta ameaça à segurança nacional, o sistema jurídico, incluindo os compromissos internacionais, suspende-se e o Presidente fica autorizado a fazer tudo o que achar conveniente, ou seja, o que desejar.

Independente da ignorância do povo norte-americano sobre as verdadeiras motivações e natureza da política exterior de seu país, do grau de programação de suas mentes para dar sempre o voto de confiança a um presidente que alegue querer defender os Estados Unidos de alguma iminente ameaça, a verdade é que temos que ver o povo norte-americano como potencialmente o mais importante aliado em nossa luta pela PAZ, a democracia, o multilateralismo e o império da lei nas relações internacionais.

Certo é que o próprio Governo norte-americano é o que, ainda que hipocritamente, fomentou o apego do povo estadunidense a estes valores. Ali precisamente está a vulnerabilidade do império e temos que aproveitá-la ao máximo. Haveria que ver o que acontecerá quando o

povo estadunidense se der conta da falácia de seus governantes; quando se der conta que a política de Washington constitui a maior ameaça para a paz e a segurança internacional e que, de fato, converteram os Estados Unidos no maior inimigo da democracia, que impede a auto-determinação dos povos e apóia sempre os mais sinistros governantes desde que estes sejam dóciles e apóiem sua criminoso política internacional, como a invasão ao Iraque, por exemplo.

O fato irrefutável de que a tão alardeada democracia estadunidense seja uma grande fraude, uma grande mentira, não significa que não haja muitas coisas positivas nos Estados Unidos. Depois de tudo, essa é a pátria de Thoreau, de Emerson, de Whitman, de Martin Luther King e de Dorothy Day. Portanto, ainda que a classe política dos Estados Unidos esteja pior que podre, não devemos abandonar a esperança de poder contar com o povo norte-americano como sócio na construção do outro mundo possível.

Aos vinte e cinco anos do triunfo sandinista na Nicarágua, o mundo é muito mais inseguro e a voracidade do império é já quase ilimitada. Os Estados Unidos falam da necessidade de fortalecer suas defesas ainda que não exista potência capaz de enfrentá-los militarmente. Internamente, os Estados Unidos também mudaram muito. Diz a sabedoria popular quem deve, teme e, neste momento, não cabe dúvida de que o temor se instalou nos Estados Unidos. São tão grandes seus requerimentos de pessoal militar para o cada vez maior número de bases militares ao redor do mundo, que se está seriamente contemplando voltar ao serviço militar obrigatório. A liberdade e os direitos do povo estadunidense se vêem cada vez mais limitados. O número de gente protestando nas ruas contra o belicismo de Washington é cada vez maior, ainda que insuficiente no momento para constituir uma ameaça ao sistema.

O momento que vivem hoje os latino-americanos, a 25 anos do triunfo da Revolução Popular Sandinista, é algo que não podíamos prever então. O problema principal para nosso avanço na busca de soluções às mais sentidas necessidades de nossos povos segue sendo o mesmo: o imperialismo norte-americano. Este segue empenhado em nos impor receitas econômicas que somente nos afundaram ainda mais na miséria. A ALCA ou o CAFTA não poderão ter melhores conseqüências para nossas economias latino-americanas que as que já tiveram o NAFTA para a economia mexicana. Entretanto, é triste constatar o irresponsável servilismo com que os governantes centro-americanos competem para ver quem é o primeiro em acatar as ordens de Washington e assinar tudo o que este lhes propõe.

Ainda estão muito vivas as lembranças da criminoso e ilegal política de Washington contra a Nicarágua sandinista, que havia cometido a ousadia de sonhar com um mundo diferente e essas lembranças seguem amedrontando a muitos. Agora, com o fim da bipolaridade, o império é mais explícito: "Estão comigo ou estão com os terroristas", nos diz Baby Bush. A obediência cega e imediata é exigida para não receber o tratamento que Washington impõe aos que decide rotular de terroristas, pelo mero fato de não dobrar-se ante as arbitrariedades de seu único poder imperial. Claramente a Besta Apocalíptica deixou de ser já só uma horrenda imagem bíblica.

Quando em abril del ano 1984, Nicarágua introduziu a demanda em Haia contra os Estados Unidos pela guerra que nos havia imposto. O que nos moveu a tomar esta medida audaz foi o convencimento de que alguém tinha que pegar o boi pelos chifres e fazer algo contundente em defesa do direito internacional.

Uma análise detida de editoriais e de artigos de opinião publicados ao longo de um mês em mais de 30 dos principais diários norte-americanos sobre a invasão à Granada nos convenceu de que o problema para a América Latina não dependia de quem ganhava ou perdia as eleições nos Estados Unidos. Essa centena de artigos de opinião e editoriais nos permitiram ver que a Doutrina Acheson de quarenta anos atrás, sobre a não-obrigatoriedade do direito para os Estados Unidos, havia se convertido já em algo essencial da cultura imperial.

Robert Kagan, sem dúvida um dos mais talentosos expoentes da ideologia do Projeto para um Novo Século Americano, em um recente ensaio publicado sob o título de "Power and Weakness" (Poder e Debilidade) expressalo seguinte:

"A caricatura que os europeus fazem dos Estados Unidos chega até o extremo de apresentá-los como uma sociedade dominada pela 'cultura da morte', seu temperamento guerrerista (segundo eles), é conseqüência lógica de uma sociedade violenta onde cada um tem um arma e a pena de morte é ainda vigente. Mas ainda os europeus que não fazem esta crua relação de causa e efeito estão de acordo com as profundas diferenças entre a forma em que os Estados Unidos e a Europa conduzem sua política exterior.

"Os europeus alegam que os Estados Unidos, comparado com a Europa, recorre mais rapidamente ao uso da força e têm menos paciência com a diplomacia. Os americanos, segundo eles, em geral vem ao mundo dividido entre o bem e o mal, entre amigos e inimigos, enquanto os europeus têm uma visão mais complexa do assunto. Quando confrontam reais ou potenciais adversários, os norte-americanos geralmente favorecem políticas de coerção em vez de persuasão, dando mais importância a sanções punitivas que a formas de induzir um melhor comportamento, o carro na frente dos bois.

"Os americanos, segundo os europeus, têm que resolver as coisas de uma vez por todas em assuntos de política exterior: querem que os problemas se resolvam e que as ameaças sejam eliminadas e, assim, dizem que os norte-americanos se inclinam cada vez mais ao unilateralismo, que se inclinam cada vez menos a atuar através de instituições internacionais como as Nações Unidas, a trabalhar em cooperação com outras nações para alcançar objetivos comuns, e que são mais céticos com respeito ao direito internacional e mais dispostos a funcionar fora de seus limites quando o consideram necessário ou, simplesmente, útil."

Segundo Kagan, esta é certamente uma caricatura, mas capta bem a essência do que os Estados Unidos realmente são. Kagan, entretanto, se queixa de que os analistas europeus "se interessaram mais em atacar os Estados Unidos que em tratar de compreender por que os Estados Unidos atuam como atuam." Depois de tudo, diz, os Estados Unidos se comportam como toda grande potência se comportou e se comportará sempre. Isso do respeito à normas de convivência civilizada consagradas na Carta das Nações Unidas, o multilateralismo e a solução pacífica de diferenças são coisas para os débeis, para os que não têm outra saída, já

que não têm a força suficiente para impor sua vontade. Portanto, os Estados Unidos não têm que ser criticados, mas compreendidos e aceitos como são já que, como é tão poderoso, está obrigado a ser prepotente e a violar todas as normas para a convivência pacífica entre as nações. O monstro não só nos enforca mas também quer que nos compadeçamos dele por ser tão forte y criminoso.

Este é o monstro cínico com que nos encontramos e nos seguiremos encontrando sempre que tentarmos tirar nossos povos da frente e defender nossos direitos. Este é o monstro com que provavelmente teremos que seguir lidando, ao menos, pela maior parte do século que apenas estamos começando. Sua ofensiva é multifacetária e, portanto, nossa defesa também deve ser não só no campo econômico mas também nos campos ideológico, jurídico e das Nações Unidas. Na luta por conseguir que o povo norte-americano acorde e compreenda o nefasto comportamento de seus dirigentes, nossas denúncias por violações de Washington ao direito internacional, a nossa auto-determinação e à própria Carta das Nações Unidas podem ser mais compreensíveis para esse povo e, portanto, mais útil para o avanço de nossa causa. Com dedicação, imaginação e coordenação entre nós, venceremos. A verdade pode mais que a mentira.

Novamente, desejamos a todos um frutífero encontro e, por favor, sintam-se todos como em sua própria casa, pois a pátria de Sandino pertence a todos os que sonham e trabalham convencidos de que outro mundo é possível.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=94&even=Seminário%20em%20Manágua%20-%202004

SEMINÁRIO EM MANÁGUA - 2004

O Seminário internacional "América Latina aos XXV Anos da Revolução Popular Sandinista" foi realizado nos dias 17 e 18 de julho de 2004, por ocasião da celebração dos 25 anos da Revolução Sandinista, em 19 de julho, em Manágua, Nicarágua.

RESOLUÇÕES DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO

Resoluções do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo no contexto do Seminário internacional "América Latina: aos XXV anos da Revolução Popular Sandinista"

O **Foro de São Paulo**, em sua sessão do Seminário internacional "**América Latina: aos XXV anos da Revolução Popular Sandinista**", celebrada em Manágua, nos dias 17 e 18 de julho de 2004, depois de suas deliberações sobre a gravidade da situação humana nos territórios palestinos ocupados, da escalada contínua e das agressões contra a população civil palestina, aprovou o seguinte:

DECLARAÇÃO DE SOLIDARIEDADE COM A LUTA DO POVO PALESTINO

O Foro São Paulo:

1. Reconhece e apóia o direito do povo palestino de exercer a resistência contra a ocupação militar israelense, o que emana do Direito Internacional e das resoluções das Nações Unidas.
2. Condena energicamente a construção do muro de separação nos territórios palestinos ocupados, que reflita discriminação racial, tendente a consolidar as concepções de isolamento e guetos contra um povo, neste caso contra a população palestina.
3. Aplauda a sentença da Corte Internacional de Justiça de 09 de julho de 2004, ao considerar ilegal a construção do muro de separação nos territórios palestinos ocupados, e demanda a toda a Comunidade Internacional assumir a sentença e pô-la em prática.

4. Pede à Comunidade Internacional e Governos Nacionais assumir suas responsabilidades para uma solução pacífica e justa do Conflito palestino-israelense pela via do diálogo e as negociações para garantir:

- a) O fim da ocupação israelense em todo o território nacional palestino.
- b) O pleno e soberano exercício do direito à livre determinação do povo palestino.
- c) O direito de retorno de todos os refugiados palestinos a seus lugares de origem.
- d) A convivência pacífica de todos os povos e países na região do Oriente Médio.

5. Reconhece e apóia a boa vontade e disposição dos esforços da Autoridade Nacional Palestina na busca de uma solução pacífica e negociável do Conflito palestino-israelense, sob a liderança do Presidente Yasser Arafat.

6. Reclama à Comunidade Internacional pôr fim ao cerco imposto contra o Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat, por parte de Israel.

7. O Foro de São Paulo se solidariza e promoverá distintas atividades de solidariedade com a luta do povo palestino em seus respectivos países.

RESOLUÇÃO DE SOLIDARIEDADE COM CUBA

O **Foro de São Paulo**, na cidade de Manágua, Nicarágua, de 16 a 18 de julho de 2004, no marco do Seminário Internacional: América Latina aos XXV anos da Revolução Sandinista, resolve:

Expresar sua total solidariedade com a causa dos cinco patriotas cubanos injustamente presos em cárceres norte-americanas, por lutar contra o terrorismo em defesa da paz, a soberania e a integridade do povo cubano e de todos os povos do mundo, incluindo o próprio povo norte-americano.

Condenar a cada vez mais hostil e agressiva política dos Estados Unidos contra Cuba, expressada na recente promulgação de um novo pacote de medidas que aumentam o bloqueio e pretendem sufocar este povo.

O Foro de São Paulo reitera seu apoio irrestrito ao povo e à Revolução Cubana e expressa sua confiança e segurança de que uma vez mais derrotarão as pretensões criminais e expansionistas de George W Bush.

RESOLUÇÃO DE APOIO AO POVO DE PORTO RICO

Reunido o Foro de São Paulo, nos dias 17 e 18 de julho de 2004, no marco do *Seminário de América Latina e os 25 anos da Revolução Sandinista*, resolve:

1. Reiterar o apoio ao direito à auto-determinação e independência do povo porto-riquenho e as conseqüentes resoluções aprovadas pelo Comitê de Descolonização das Nações Unidas e o Movimento de Países Não-Alinhados.
2. Unir-se ao reclame pela libertação dos presos políticos e prisioneiros de guerra porto-riquenhos Oscar López Rivera, Haydee Beltrán e Carlos Alberto Torres, encarcerados nos Estados Unidos há mais de vinte e cinco anos, cumprindo sentenças equivalentes a condenações perpétuas por atividades a favor da luta pela Independência de sua pátria. É hora de que regressem a sua pátria pelo qual o FSP exorta suas organizações membros a participar na Jornada Internacional a levar-se a cabo no mês de outubro do presente ano.
3. Saudar o triunfo do povo porto-riquenho ao lograr a saída da Marinha de Guerra dos Estados Unidos e o fim dos bombardeios na Ilha de Vieques. Ainda, apóia sua reclamação contra a contaminação e pela devolução das terras ocupadas, para que possam ser utilizadas em seu desenvolvimento sócio-econômico.

RESOLUÇÃO DE APOIO AO POVO E GOVERNO DO BRASIL

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido em 16 de julho de 2004 na cidade de Manágua, Nicarágua, por ocasião do XXV Aniversário da Revolução Popular Sandinista, saúda o povo brasileiro e a seu Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e lhes deseja grandes vitórias na realização dos câmbios progressistas a favor das grandes maiorias.

Além disso, deseja à Coalizão que encabeça o Partido dos Trabalhadores êxitos nas próximas eleições municipais, base importante para a consolidaçõa da maioria política que conduzirá as transformações necessárias para o desenvolvimento social, econômico e político deste irmão país latino-americano.

RESOLUÇÃO SOBRE EL SALVADOR

Reunido o Foro de São Paulo nos dias 17 e 18 de julho dos correntes, na cidade de Manágua, Nicarágua, no marco do Seminário: "AMÉRICA LATINA E OS 25 ANOS DA REVOLUÇÃO POPULAR SANDINISTA",

CONSIDERANDO

Que o Presidente de El Salvador, Elías Antonio Saca, em sua recente visita aos Estados Unidos da América, prometeu a continuidade da presença de tropas salvadorenhas no Iraque, pondo em risco a segurança do povo, que se opõe ao envio de mais soldados e oficiais a este convulsionado país árabe,

RESOLVE

1. Expressar sua preocupação pela decisão do Governo de enviar ao Iraque um novo contingente militar.
2. Manifestar que a presença do exército salvadorenho na ocupação do Iraque obedece à políticas belicistas dos Estados Unidos, baseadas em premissas falsas e desacreditadas mundialmente, inclusive nos Estados Unidos
3. Rechaçar a participação militar de nossas nações em agressões militares.
4. Exigir respeito à auto-determinação dos povos e à solução pacífica negociada dos conflitos internacionais.
5. Demandar ao Presidente Elías Antonio Saca que leve em conta o clamor da população e não participe em ações que violam a soberania e direitos que somente competem ao povo iraquiano.

RESOLUÇÃO DE SOLIDARIEDADE COM O POVO E GOVERNO BOLIVARIANO DA VENEZUELA

O Foro de São Paulo, reunido no Seminário "América Latina: aos XXV anos da Revolução Popular Sandinista", celebrado em Manágua, Nicarágua, nos dias 17 e 18 de julho de 2004, depois de suas deliberações sobre o processo revolucionário da República Bolivariana da Venezuela,

CONSIDERANDO:

- Que a Revolução Bolivariana da Venezuela, com o Presidente Hugo Chávez Frías à frente, baseada nos ideais de Simón Bolívar e respaldada jurídica e institucionalmente na Constituição da República, continua sendo ameaçada pela ingerência do imperialismo estadunidense e a Administração Bush, que não vacilaram em impulsionar e apoiar resolutamente os setores contra-revolucionários e opositores a este processo, conspirando contra as autoridades legitimamente constituídas e violentando a soberania e o direito à auto-determinação do povo venezuelano.

- Que o Governo da República Bolivariana da Venezuela, junto a seu povo, venceu derrotando o golpe de Estado, a sabotagem petroleira e a greve patronal, as ameaças e manobras dirigidas a dificultar os avanços do processo revolucionário venezuelano que, por seu caráter e benefícios, é fonte de emulação para todos e todas lutadores políticos e sociais de nossos tempos.

RESOLVE

1. Expressar sua solidariedade com o povo e Governo da República Bolivariana da Venezuela, encabeçada pelo Presidente Hugo Chávez Frías, na construção e defesa da Revolução Bolivariana, que com base na participação protagonista do povo e à vontade política do Governo, estão resolvendo os grandes problemas econômicos, sociais e culturais da imensa maioria de venezuelanos que historicamente haviam sido excluídos do benefício das riquezas deste país.

2. Rechaçar as manobras da mídia, econômicas, militares e políticas que o imperialismo estadunidense realiza contra o Governo legítimo e constitucional do Presidente Hugo Chávez Frías.

3. Manifestar nossa plena confiança de que, no referendo de 15 de agosto, o povo venezuelano ratificará o mandato do Presidente Hugo Chávez Frías.

4. Respalda e organizar atividades de difusão e solidariedade com o povo e o Governo venezuelano, em apoio à ratificação do mandato do Presidente Hugo Chávez.

5. Participar ativamente na observação do processo referendário de 15 de agosto, para certificar ante o mundo a transparência dos resultados.

RESOLUÇÃO DE SOLIDARIEDADE COM A RESISTÊNCIA DO POVO IRAQUIANO

O Foro de São Paulo, na cidade de Manágua, Nicarágua, de 16 a 18 de julho de 2004, no marco do Seminário internacional "América Latina: aos XXV anos da Revolução Sandinista",

resolve:

Condenar com todas as nossas forças a ilegal e imoral invasão e ocupação do Iraque por parte das tropas dos Estados Unidos e Grã-Bretanha, apoiados por regimes títeres.

Condenar com igual força o genocídio, os assassinatos, as torturas, violação e humilhações cometidos contra o povo iraquiano. Condena o saque de hospitais, museus, universidades e outros centros educativos e de investigação e a destruição da infra-estrutura do país.

Reafirmar o apoio e reconhecimento à resistência do povo iraquiano para a expulsão das tropas invasoras, por sua auto-determinação e soberania.

RESOLUÇÃO DE APOIO À GRANDE JAMIHIRIA ÁRABE DA LÍBIA

O Foro de São Paulo, reunido na cidade de Manágua, Nicarágua, de 16 a 18 de julho de 2004, saúda a iniciativa tomada pela Grande Jamihiria Árabe Líbia Popular Socialista e sua Direção Revolucionária sob a liderança de Muammar Al Khadafi, por expresar seu desejo de renunciar voluntariamente aos programas e equipes que possam ser utilizados para a produção de armas de destruição em massa proibidas a nível mundial.

Estamos seguros que este passo foi dado no caminho correto e será um exemplo para a consolidação da estabilidade e segurança no mundo.

Desde este encontro, também fazemos um chamado aos países que possuem armas de destruição em massa, encabeçados por Estados Unidos da América, a que sigam o exemplo da Grande Jamihiria Líbia e renunciem a suas armas de destruição em massa, em prol da criação de um mundo livre de armas proibidas e de instrumentos hegemônicos para que reine a segurança, a estabilidade e a paz em todo o planeta

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=96&even=Seminário%20em%20Manágua%20-%202004

REUNIÃO EM MONTEVIDÉU (URUGUAI) - MARÇO DE 2005

SAUDAÇÃO AO PT - BRASIL

Saudação ao PT-Brasil

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo felicita o Partido dos Trabalhadores por cumprir seus vinte e cinco anos de fundação este próximo 19 de março. Desejamos êxitos em sua luta por construir um Brasil melhor e agregamos nossas forças para avançar na integração de nossos povos.

Montevidéu, 02 de março de 2005.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=20&even=Reunião%20em%20Montevidéu%20\(Uruguai\)%20-%20março%20de%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=20&even=Reunião%20em%20Montevidéu%20(Uruguai)%20-%20março%20de%202005)



REUNIÃO EM MONTEVIDÉU (URUGUAI) - MARÇO DE 2005

RESOLUÇÃO SOBRE COLÔMBIA

Resolução sobre Colômbia

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo concordou dar respaldo aos esforços para restabelecer o diálogo em favor de uma solução política negociada e pela paz na Colômbia e acompanhar a convocatória a uma delegação parlamentar internacional plural que visite tal país e se encontre com as autoridades do mesmo.

Concorda-se realizar a mesma na primeira quinzena de abril, com base na proposta das bancadas parlamentares dos partidos membros do FSP na Colômbia, que são os responsáveis pelo convite e pela organização do programa local. Realizaram-se esforços para coordenar com a Rede Parlamentar Internacional e com a COPPPAL, para lograr a maior amplitude possível.

Montevidéu, 02 de março de 2005.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=16&even=Reunião%20em%20Montevidéu%20\(Uruguai\)%20-%20março%20de%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=16&even=Reunião%20em%20Montevidéu%20(Uruguai)%20-%20março%20de%202005)

REUNIÃO EM MONTEVIDÉU (URUGUAI) - MARÇO DE 2005

RESOLUÇÃO SOBRE XII ENCONTRO

Resolução sobre o XII Encontro do Foro de São Paulo

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido na cidade de Montevideú em 02 de março de 2005, decidiu convocar o XII Encontro do Foro de São Paulo em julho de 2005, na cidade de São Paulo.

A programação do 12º. Encontro incluirá a comemoração do 15º. aniversário de fundação do FSP, nesta mesma cidade.

A organização do mesmo estará a cargo do Partido dos Trabalhadores, do Brasil, que cumpre este ano seus 25 anos, e o Presidente Lula da Silva será convidado para fazer a abertura do Encontro.

O eixo temático dos debates de dito Encontro será "Integração latino-americana desde a perspectiva dos partidos progressistas e de esquerda". No próximo Grupo de Trabalho, a se realizar em Caracas, o PT deverá apresentar um projeto para a realização do evento e se ajustará a programação.

Montevideú, 02 de março de 2005

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=18&even=Reunião%20em%20Montevideú%20\(Uruguai\)%20-%20março%20de%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=18&even=Reunião%20em%20Montevideú%20(Uruguai)%20-%20março%20de%202005)

REUNIÃO EM MONTEVIDÉU (URUGUAI) - MARÇO DE 2005

SAUDAÇÃO À FRENTE AMPLA - URUGUAI

Saudação ao Triunfo da Frente Ampla / Encontro Progressista Nova Maioria do Uruguai

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido na cidade de Montevideú, em 02 de março de 2005, agradece aos companheiros e companheiras da Frente Ampla o convite para participar da jornada histórica da posse do companheiro Dr. Tabaré Vázquez.

O triunfo da Frente Ampla sintetiza a visão de unidade da esquerda uruguaia e se constitui num paradigma para o trabalho das forças políticas de esquerda e progressistas da América Latina que em dito triunfo destacamos a profunda convicção de transformação que sempre animou a esquerda uruguaia, ainda nas piores vicissitudes provocadas pela repressão e o autoritarismo.

Expressamos ao Presidente Tabaré Vázquez e a seu governo constituído o desejo de que seus êxitos constituam a resposta ao enorme volume eleitoral, à fé e à esperança do povo uruguaio. Estamos convencidos que o exercício do poder será uma demonstração exemplar não só para o Uruguai, mas também para América Latina e o mundo, de que é possível construir uma alternativa real frente à crise que vive nossos povos, e que possível levantar a bandeira da dignidade para abrir o caminho da esperança, a justiça, a equidade, em atenção aos múltiplos requerimentos das sociedades contemporâneas que foram vítimas de todo tipo de colonialismo.

Neste ano se cumprem 15 anos do Foro de São Paulo e a chegada da Frente Ampla ao governo do Uruguai significa um avanço a mais das forças de esquerda e progressistas em nosso continente no longo caminho pela liberdade e a justiça, na defesa da soberania e dos direitos humanos.

Saudações companheiros e companheiras da Frente Ampla!!!

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=19&even=Reunião%20em%20Montevideú%20\(Uruguai\)%20-%20março%20de%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=19&even=Reunião%20em%20Montevideú%20(Uruguai)%20-%20março%20de%202005)

Untitled Document

!M_/Foro/2005-4.htm (2 of 2)2/12/2008 16:06:06



Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

REUNIÃO EM MONTEVIDÉU (URUGUAI) - MARÇO DE 2005

MENSAGEM A GLADYS MARÍN

Mensagem a Gladys Marín

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo faz chegar aos companheiros do Partido Comunista do Chile, à família e à companheira Gladys Marín, toda sua solidariedade ante a difícil situação que enfrenta e a dura batalha que está dando por sua vida.

Exemplo de luta e entrega à causa libertadora e democrática de seu povo, lutadora incansável pela verdade e justiça e os direitos humanos, enfrenta hoje momentos complexos de grande angústia.

Recebam nosso sentimento de angústia e preocupação e tenham certo que a companheira Gladys Marín está e estará presente em cada momento de luta e triunfo de nossos povos latino-americanos.

Montevidéu, 02 de março de 2005

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=21&even=Reunião%20em%20Montevidéu%20\(Uruguai\)%20-%20março%20de%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=21&even=Reunião%20em%20Montevidéu%20(Uruguai)%20-%20março%20de%202005)

REUNIÃO EM MONTEVIDÉU (URUGUAI) - MARÇO DE 2005

RESOLUÇÃO SOBRE PRÓXIMA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO

Resolução sobre a próxima reunião do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido em Montevideú em 02 de março de 2005, concorda em realizar a próxima reunião do GT em Caracas, em maio do presente ano, sob o auspício do Movimento V República.

Este Grupo de Trabalho terá uma agenda de trabalho que incluirá:

- Avaliação dos resultados da missão parlamentar a se realizar na Colômbia para reiniciar o diálogo pela paz e analisar possibilidades de avançar até uma segunda fase nestes esforços.
- Realização de uma atividade em solidariedade com o Haiti, neste ano de 2005.
- Realização de um Seminário em El Salvador em 07 e 08 de outubro do presente ano, organizado pela FMLN no marco das celebrações de seu 25º. aniversário.
- Discussão da agenda e da programação do 12º. Encontro.

Montevideú, 02 de março de 2005

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=17&even=Reunião%20em%20Montevideú%20\(Uruguai\)%20-%20março%20de%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=17&even=Reunião%20em%20Montevideú%20(Uruguai)%20-%20março%20de%202005)

Reunião em São Paulo (Brasil) – maio de 2005

DECLARAÇÃO

Reunião do Grupo de Trabalho

Foro de São Paulo

São Paulo, Brasil – 24 e 25 de maio de 2005

Declaração

O Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo, reunido na cidade de São Paulo nos dias 24 e 25 de maio, com o objetivo de avaliar os resultados da Missão Parlamentar à Colômbia, programar as ações do segundo semestre e, em especial, preparar o XII Encontro do Foro de São Paulo,

Considera:

1. Que dada a transformação do cenário regional latino-americano nos últimos anos, consequência de lutas e triunfos eleitorais de nossas forças políticas que hoje governam em vários países da região, os partidos do GT-FSP concordam em considerar esta conjuntura única para a realização dos objetivos que, 15 anos atrás, proclamamos no Primeiro Encontro.
2. É importante reafirmar nosso compromisso para enfrentar as graves situações econômico-sociais herdadas de governos que implementaram as políticas neoliberais predominantes na década de noventa e renovar nossas práticas de intercâmbio de experiências e solidariedade.
3. É preciso continuar o combate às políticas intervencionistas dos EUA que, no segundo Governo Bush, ameaçam hostilizar ainda mais o governo de Cuba e Venezuela, assim como prosseguir com o Plano Colômbia e a regionalização do conflito em toda a área andina.
4. Que, pela primeira vez em sua história, os Estados Unidos não conseguiram impor seu

candidato a Secretário Geral da OEA e, no campo econômico-comercial, não conseguiram implantar seu projeto da ALCA, os partidos do Foro de São Paulo devemos nos dedicar à discussão sobre nossas propostas de integração como instrumentos políticos legítimos para defender os interesses de nossas nações e povos.

5. Que, para avançar na construção de um sistema de convivência democrática no continente, faz-se necessário respeitar e aplicar o Direito Internacional, o Direito Humanitário, condenando o terrorismo em todas as suas formas.

Resolve:

1. Respalda os processos de luta político-social que liberam nossos povos e apoiar solidariamente aos partidos membros do Foro de São Paulo que, a partir de dezembro de 2005 e durante todo o 2006, estarão disputando eleições. Seguramente enfrentaremos desafios cruciais para nossos projetos que buscam a paz, a justiça, a igualdade e a soberania para nossos povos.

2. Avançar na coordenação entre nossos partidos, apoiando as redes de parlamentares, prefeitos e outros sujeitos sociais e políticos.

3. Considerar muito positivos os resultados da Missão Parlamentar e divulgar a Carta de Bogotá onde estão estipulados os passos futuros para retomar o processo de negociação política entre o Governo colombiano e a insurgência em função do objetivo de lograr a Paz na Colômbia.

4. Continuar a tarefa de exigência ao Governo da Colômbia para que retome o processo de negociação política com todos os setores da sociedade colombiana. Depois de escutar o informe do Dep. Tarcísio Zimmerman, integrante da Missão Parlamentar a Colômbia, resolve implementar em todos os âmbitos nacionais e internacionais, as propostas da Declaração de Bogotá, somando nossas sociedades, Estados e instituições internacionais.

5. Participar no XXV Aniversário da FMLN de El Salvador e, em especial, do Seminário sobre o tema "Os partidos políticos e os processos de integração", do 06 a 10 de outubro de 2005.

6. Iniciar uma articulação dos partidos do FSP junto a entidades e parlamentares latino-americanos para somar nossos esforços de solidariedade com o povo haitiano. Nesse sentido, devemos aprofundar a análise da situação atual de Haiti e do papel da MINUSTAH-ONU.

7. Coordenar ações com COPPPAL e COPA para organizar uma missão ao Haiti com o objetivo de reunir todas as expressões sociais e políticas desse país para discutir as ações comuns pela estabilidade política, econômica e social, assim como a reinserção soberana da nação haitiana na comunidade internacional.

8. Com base no Direito Internacional, exigir do governo dos Estados Unidos a entrega à

justiça venezuelana do terrorista Luis Posadas Carriles, para que seja julgado pelos múltiplos crimes cometidos.

9. Promover sistemas eleitorais que respeitem a representação plural da sociedade.

São Paulo, 25 de maio de 2005

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=22&even=Reunião%20em%20São%20Paulo%20\(Brasil\)%20-%20maio%20de%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=22&even=Reunião%20em%20São%20Paulo%20(Brasil)%20-%20maio%20de%202005)



Seminário em San Salvador – 2005

RESOLUÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO FORO DE SÃO PAULO

DECLARACIÓN DE LA REUNION DEL GRUPO DE TRABAJO DEL FORO DE SÃO PAULO

Reunido el Grupo de Trabajo durante la realización del seminario internacional “Los partidos políticos y la integración de los pueblos” realizado en San Salvador 6 – 8 de octubre 2005. En el marco de las actividades de celebración de los 25 años de fundación del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional; con la participación de delegaciones de los partidos políticos de México, Guatemala, El Salvador, Nicaragua, Honduras, Panamá, Puerto Rico, República Dominicana, Venezuela, Colombia, Brasil, Uruguay y Chile, concluyó en los siguientes acuerdos:

1.- Expresa todo su reconocimiento en un amplio y profundo homenaje al guerrillero heroico, Comandante Ernesto Ché Guevara. Coincide las conclusiones de nuestro trabajo en este día 8 de octubre, a 38 años de *ENTRAR EN LA INMORTALIDAD* con su mirada especial y sobre todo con su *EJEMPLO PERSONAL* de entrega. Sigue siendo y acrecentándose como referente para las nuevas generaciones de revolucionarios, que cada vez quieren saber más de su vida y de su obra y de reafirmación para quienes hemos levantado su bandera históricamente. Este homenaje alcanza todo su realce en el contexto del 25 ANIVERSARIO DEL FMLN.

2.- Expresamos nuestro más profundo sentimiento de solidaridad con las víctimas y damnificados por los desastres sociales como consecuencia de los fenómenos naturales que azotan desde el Sur de México hasta el Norte de Colombia con especial gravedad a la población más vulnerable de Guatemala y El Salvador. Para tal efecto acordamos una declaración específica.

3.- Los partidos del grupo de Trabajo del Foro de Sao Paulo denunciaremos las nuevas formas que adquieren los esquemas de dominación del gran capital financiero transnacional a través de la Doctrina Hemisférica impulsada a partir de los atentados a los centros neurálgicos del poder económico, político y militar de Estados Unidos en septiembre de 2001, y que han sido pretexto para la redefinición de una política y el unilateralismo como respuestas únicas al terrorismo visto como la principal amenaza a la seguridad de los Estados Unidos y otras

economías transnacionales del mundo. Este anticrimen organizado que sirve de pretexto para la militarización de zonas de desarrollo estratégico como es la ocupación con bases militares en el principal manto acuífero del mundo en Paraguay, la firma anticonstitucional de la alianza para la Seguridad y la Prosperidad de América del Norte (Aspan por sus siglas en español) que adiciona al Tratado de Libre Comercio de América del Norte (Tlcan por sus siglas en español) un apartado de seguridad energética para armonizar las regulaciones bajo el esquema de que México se ajuste a los modelos del mercado de gas natural y de la industria eléctrica que impera en EE.UU. y Canadá, así como el apartado de seguridad fronteriza que desplaza la frontera México-EUA hacia la frontera México – Centroamérica, criminalizando la migración latinoamericana.

4.- Saludamos el proceso de unidad de la izquierda en Colombia y sus significativos avances para lograr un candidato único a la presidencia, listas únicas al congreso y la instalación de una Mesa de Unidad Nacional. Valoramos como un hecho positivo la apertura de una Casa de Paz para un diálogo entre la sociedad colombiana y el Ejército de Liberación Nacional ELN en función de superar los obstáculos que impiden el inicio de conversaciones entre el gobierno y la insurgencia. Reafirmamos nuestro apoyo a un acuerdo humanitario entre el gobierno y las FARC para la liberación de las personas que han perdido su libertad en el marco del conflicto armado interno e instamos a la comunidad internacional a mantener los esfuerzos en esta dirección. Expresamos, una vez más, que sólo la solución política y negociada del conflicto armado es el camino que requiere Colombia y, en este sentido, asumimos el compromiso de convocar a América Latina para acompañar los esfuerzos de la sociedad colombiana por la paz, la justicia y la democracia.

5.- Nos unimos a las voces de la comunidad internacional, manifestando nuestro repudio por el asesinato del líder independentista puertorriqueño, Filiberto Ojeda Ríos, lo que ha provocado una contundente repulsa de parte de todos los sectores del pueblo puertorriqueño. Denunciamos la movilización a suelo de Puerto Rico de 200 agentes del gobierno federal de los EUA, que culminaron con el asesinato del compañero Ojeda Ríos. Hacemos un llamado a los partidos y amigos del FSP a que se unan a esta denuncia contra esta nueva invasión a un pueblo latinoamericano de parte del gobierno federal estadounidense y renueven el apoyo de la comunidad internacional a la lucha de Puerto Rico por su independencia.

6.- El grupo de trabajo reitera su solidaridad con los *cinco héroes* de la República de Cuba, quienes desde hace ya 2 meses están ilegalmente presos en cárceles norteamericanas, luego que el Tribunal Supremo de Atlanta, dictaminara sin lugar, el politizado juicio realizado hace 7 años en Miami. En tal sentido el grupo de trabajo hace un llamado a todos los partidos miembros del Foro de Sao Paulo, para que exijan al gobierno de EE.UU. la inmediata liberación de los heroicos patriotas cubanos, que son en verdad ejemplo de combatientes contra el terrorismo internacional, que cobija en territorio yanqui a sus principales exponentes.

7.- Manifestamos nuestra condena al intervencionismo de la administración Bush en los asuntos internos de Nicaragua. Al mismo tiempo instamos a los nicaragüenses a solucionar los problemas acuciantes que vive el país a través de la negociación política. En este sentido respaldamos el llamado del Frente Sandinista para la continuación del diálogo nacional. Llamamos a todos los partidos del Foro de Sao Paulo a mantenerse atentos a la evolución de la delicada situación de Nicaragua y a participar como observadores en el próximo proceso electoral.

8.- Expresamos nuestra solidaridad con los seis ciudadanos de origen vasco privados de su libertad en el Reclusorio Oriente de la ciudad de México y que enfrentan un proceso de extradición solicitada por España. Denunciamos el irregular proceso de extradición que vulnera los principios constitucionales del derecho al debido proceso.

9.- Deseamos éxitos a los partidos hermanos miembros del Foro de São Paulo que próximamente participarán en procesos electorales el 22 de noviembre en Honduras con elecciones generales, y el 11 de diciembre en Chile con elecciones presidenciales y parlamentarias, y finalmente en Bolivia.

10.- Manifestamos nuestra preocupación y nos disponemos a realizar las acciones pertinentes por exigir se respete y garantice un proceso electoral democrático en Bolivia. Hacemos llegar nuestro mensaje de amistad y solidaridad al compañero Evo Morales candidato presidencial en dicho país.

11.- El grupo de trabajo del Foro de São Paulo ha resuelto realizar su próxima reunión entre los días 16 al 18 de diciembre de 2005 en la ciudad de La Habana, Cuba.

12.- Con el propósito de dar el máximo de relevancia a este acuerdo manifestamos nuestro saludo solidario y comprometido lleno de reconocimiento al heroísmo y a la contribución que realizan todos los pueblos a los 25 años del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional.

Los partidos miembros del Grupo de Trabajo del Foro de Sao Paulo manifestamos públicamente nuestro reconocimiento a la organización, por el cariño y solidaridad que nos han expresado nuestros hermanos anfitriones del FMLN.

GRUPO DE TRABAJO DEL FORO DE SAO PAULO

SAN SALVADOR, 8 DE OCTUBRE DE 2005.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=150&even=Seminário%20em%20San%20Salvador%20-%202005

Seminário em San Salvador – 2005

DECLARAÇÃO DE SOLIDARIEDADE – (Original unicamente em espanhol)

DECLARACIÓN DE SOLIDARIDAD

Los partidos miembro del Foro de Sao Paulo reunidos en el marco del Seminario Internacional del Foro de Sao Paulo "Los partidos Políticos y los Procesos de Integración", analizamos con profunda preocupación los desastres sociales consecuencia de fenómenos naturales que azotan con especial gravedad a la población mas vulnerable, desde el sur de México hasta el norte de Colombia, incluido de Guatemala y El Salvador.

A pesar de que los estudios geológicos y meteorológicos concluían de manera clara y precisa la dimensión de la catástrofe que se avecinaba, no se impulsó eficazmente la acción gubernamental para la evacuación de la población de las zonas que iban a ser fuertemente afectadas.

Consideramos que la ausencia de políticas de Estado claramente estructuradas de prevención, impiden que las acciones humanitarias provenientes de los más diversos actores nacionales e internacionales lleguen a los damnificados en forma directa y efectiva.

Este hecho no es aislado en nuestro continente, conforma una definición de políticas gubernamentales contrarias a los intereses y necesidades de las mayorías populares y hemos visto una serie de situaciones similares en las que se prioriza la instrumentación de esquemas de producción que destruyen el equilibrio ecológico y el medio ambiente, es decir, el ecosistema mundial; e incluso, ante la creciente presión internacional por el cuidado del planeta, se niegan a la firma de los tratados internacionales en materia de protección ambiental, en particular el Protocolo de Kyoto que ha establecido compromisos para la salvaguarda del ecosistema.

De esta irresponsabilidad dan cuenta grandes desgracias humanas como las que a últimas fechas han azolado a importantes áreas del mundo. El Tsunami en el océano Índico, los huracanes y tormentas tropicales en el Atlántico, el Pacífico y en el Golfo de México (Katrina, Rita), zonas en las que constatamos la enorme vulnerabilidad en que se encuentra la población por la falta de estas políticas de Estado de prevención y mitigación del impacto de los desastres naturales.

Ante lo señalado, los partidos políticos miembros del Grupo de Trabajo del Foro de Sao Paulo ratificamos nuestro compromiso irrenunciable con nuestros hermanos damnificados para lo cual impulsaremos acciones de solidaridad en nuestros países, a los efectos de que esta ayuda llegue con celeridad y directamente a los miles de ciudadanas y ciudadanos damnificados por los fenómenos naturales en la región mesoamericana.

Asimismo, impulsaremos la creación de un fondo internacional en el seno de las Naciones Unidas para la atención de las víctimas de estos fenómenos naturales que deberá tener un correlato nacional en el que estén representados todos los actores y sectores involucrados en forma directa con la responsabilidad de proveer asistencia a quienes sufrieron pérdidas humanas y materiales, brindando la imprescindible transparencia y rendición de cuentas sobre el manejo y administración de todos los recursos que se asignen a esta labor.

PARTIDOS MIEMBRO DEL GRUPO DE TRABAJO

DEL FORO DE SAO PAULO

San Salvador, 8 de octubre de 2005.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=149&even=Seminário%20em%20San%20Salvador%20-%202005

Reunião em Havana (Cuba) - dezembro de 2005

MEMÓRIA DA REUNIÃO

Memória da reunião do GT do Foro de São Paulo

Havana, 16 a 18 de dezembro de 2005

1. A reunião do GT foi dedicada a três temas principais: a) a conferência das atividades realizadas e dos compromissos assumidos pelo GT e pelos partidos membros; b) a análise da conjuntura latino-americana; c) a organização do XIII Encontro do Foro de São Paulo, bem como da agenda do Grupo de Trabalho.

Atividades e compromissos

2. Foi dado um informe sobre as atividades das subsecretarias regionais do Foro:

a) a Sub-Secretaria Caribe não logrou funcionar. Foi decidido que esta Sub-Secretaria e a Sub-Secretaria Mesoamérica se somariam, criando a Sub-Secretaria Mesoamérica e Caribe;

b) a Sub-Secretaria Andina fará uma reunião por ocasião do FSM policêntrico em Caracas;

c) a Sub-Secretaria do Cone Sul reuniu-se nos dias 6 e 7 de dezembro. As deliberações desta reunião estão nos "links" nos Encontros.

3. Em relação à campanha de solidariedade e pela independência de Porto Rico, foi aprovado o seguinte:

a) apoiar as gestões de Porto Rico frente ao Comitê de Descolonização da ONU. Enviar delegação do FSP para depor no Comitê. Que esta delegação visite Porto Rico antes de ir a Nova Iorque;

b) apoiar as gestões para levar o caso de Porto Rico à Assembléia Geral. Promover gestões nas chancelarias. Mencionar o tema nas intervenções na Assembléia Geral;

c) Incrementar a divulgação do caso de Porto Rico. Jornadas e visitas de solidariedade. Seminário ou fórum sobre Porto Rico, por ocasião do XIII Encontro do Foro de São Paulo. Conferência internacional de solidariedade com Porto Rico a partir de 2007.

4. Em relação às eleições de Honduras, tomou-se nota dos resultados, ainda não oficiais nem reconhecidos por uma das partes.

5. Em relação às eleições do Chile, tomou-se nota do resultado do primeiro turno. O PS chileno não estava presente à reunião do GT. O PC chileno informou sua disposição de apoiar Michele Bachelet, no segundo turno, desde que o PS e a candidata socialista comprometam-se com algumas reivindicações, entre elas o fim do sistema binominal.

6. Em relação as eleições de Bolívia, constatou que pelo menos três partidos membros do FSP enviaram representantes para acompanhar o processo eleitoral: PT do Brasil, PC do Brasil e Frente Ampla do Uruguai. A eleição coincidiu com o último dia reunião do Grupo de Trabalho (18/12).

7. Foi dado um informe a respeito da base militar norte-americana no Paraguai, bem como sobre a disposição da Sub-Secretaria Cone Sul do FSP, de investir mais nas relações com as organizações políticas e sociais do Paraguai.

8. Sobre o FSM policêntrico Caracas (6ª edição do FSM e 2ª edição do Fórum Social das Américas), de 24 a 29/11, avaliou-se que será uma atividade de grande importância, provavelmente com destaque e público superiores aos Fóruns policêntricos marcados para Mali (que também será o 1o. FSM africano) e Paquistão. Há mais de 2.200 atividades inscritas. Previsão de até 60 mil participantes, metade dos quais estrangeiros. Só em janeiro se conhecerá a programação. Mas há uma marcada inclinação à posições mais definidas ideologicamente, contra o imperialismo e contra o capitalismo. Exemplo disso é a atividade de abertura, no dia 24 de janeiro: "marcha contra o imperialismo e pela soberania dos povos". Há vários problemas organizativos (alojamentos, dispersão dos eventos, infra-estrutura da cidade), além da falta de recursos (várias entidades que financiaram os eventos anteriores, não financiarão este).

9. O Foro de São Paulo e seus partidos membros estão envolvidos em diversas atividades, com destaque para:

a) Foro de Autoridades Locais (está bem encaminhado);

b) Foro de Parlamentares (sob a responsabilidade de Filinto Durán, do Movimento V República: filinto.duran@parlatino.org.ve);

c) uma atividade realizada em conjunto com a Aliança Social Continental e com a Central Única dos Trabalhadores (Brasil).

10. Os partidos membros do FSP devem comunicar, à Secretaria Executiva, a relação das atividades em que estão envolvidos, para que possamos nos apoiar mutuamente.

11. O Grupo de Trabalho estimula seus partidos membros a participar, por intermédio de seus militantes sociais, das atividades que os movimentos sociais realizarão durante o FSM, por exemplo, a Assembléia dos Movimentos Sociais.

12. Tão logo se divulgar a programação exata do FSM, a secretaria executiva consultará os partidos membros acerca da composição das mesas da atividade promovida em conjunto por FSP/Aliança Social Continental/CUT. Foi elaborada uma relação de possíveis expositores, para esta e para outras atividades.

13. A reunião de partidos políticos europeus, com partidos latino-americanos e do Caribe está prevista para maio de 2006, em Viena, próximo a Cúpula de Presidentes da América Latina e Europa. A secretaria executiva consultará os partidos europeus sobre a vigência da proposta. A composição da delegação do FSP dependerá da data do evento e das possibilidades de apoio financeiro. O assunto será debatido na próxima reunião do Grupo de Trabalho.

14. O seminário sobre as experiências dos partidos membros do Foro de São Paulo que estão em governos será realizado nos dias 15 e 16 de março, no México. Os convocantes e organizadores são o PRD e o Partido del Trabajo do México. O primeiro dia do seminário será dedicado aos governos locais e estaduais; o segundo dia será dedicado aos governos nacionais. Proximamente circulará a proposta detalhada de programação.

15. A data do Encontro Parlamentar Internacional na Colômbia depende de uma proposta que será apresentada, proximamente, pelas organizações colombianas. Ainda a respeito da Colômbia, foram oferecidos diversos informes, inclusive sobre o diálogo entre o governo colombiano e o ELN, que ocorria em Cuba, na mesma data em que o GT estava reunido.

16. A Sub-Secretaria Mesoamérica e Caribe avaliará a proposta de enviar uma delegação do FSP aos Estados Unidos.

17. O Partido Comunista cubano convidou os partidos do FSP para um seminário que ocorrerá, de 10 a 12 de maio, em Havana, tendo como tema a luta pelo socialismo no século XXI. O Partido del Trabajo convidou os partidos do FSP para um seminário que ocorrerá de 17 a 19 de março, na Cidade do México, sobre "Los partidos y una nueva sociedad".

Análise da conjuntura latino-americana e caribenha

18. Foi travado um debate sobre a conjuntura latino-americana e caribenha, com informes detalhados sobre Nicarágua, Porto Rico, Haiti, Brasil, Colômbia, Guatemala, Equador, Uruguai, Venezuela e Chile.

19. Foi destacada a ocorrência de uma grande concentração de eleições durante o ano de 2006, que podem resultar na posse de mais governos de esquerda e progressistas. Foi observado, a esse respeito, que o governo norte-americano e parte das forças de direita estão adotando uma política de deslegitimar os processos eleitorais (vide caso da Venezuela). Foi ressaltada a importância do resultado da eleição boliviana, na conjuntura geral latino-americana e caribenha.

20. Foi destacada a importância de Mar del Plata e da posterior integração da Venezuela no Mercosul. Observou-se que, não obstante a derrota da ALCA em Mar del Plata, os EUA

seguem implementando os TLC.

21. Foi reafirmada a necessidade de um debate mais profundo sobre o caso do Haiti. Devido à ausência das organizações haitianas, o debate foi travado a partir de um informe detalhado feito por um especialista do PC cubano. Reafirmou-se a necessidade de uma solução política, econômica e social. O FSP organizará uma delegação ao Haiti.

22. Como parte da solidariedade a Colômbia, a próxima reunião do GT será realizada lá, sendo precedida de reuniões e atividades entre os partidos membros do FSP e as organizações políticas e sociais colombianas.

XIII Encontro do Foro de São Paulo

23. O XIII Encontro do Foro de São Paulo será realizado nos dias 8, 9 e 10 de dezembro, em El Salvador.

24. O texto-base será redigido por uma comissão composta pelo Partido da Revolução Democrática, Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista de Cuba e Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional.

25. O texto-base será debatido e aprovado nas reuniões que o GT fará na Colômbia (21 a 23/abril) e Uruguai (18 a 20/agosto).

26. O tema geral do XIII Encontro será "Integração latino-americana e caribenha". Os dois sub-temas sugeridos são: o projeto de integração latino-americano e caribenho; e os desafios dos governos de esquerda e progressistas.

Agenda

Janeiro

- 24 a 29: FSM policêntrico Caracas.

Fevereiro

- Eleição em Costa Rica.

- Talvez visita do Grupo de Trabalho do FSP ao Haiti.

- Talvez reunião de organização do XIII Encontro do Foro de S. Paulo, em El Salvador.

Março

- Eleição em El Salvador.

- Eleição na Colômbia.
- Talvez visita ao Haiti.
- 15 e 16: seminário de seguimento das experiências de governo dos partidos do Foro de São Paulo, realizado no México, organizado pelo PRD e pelo Partido del Trabajo do México.
- 17, 18 e 19: Seminário "Los partidos y una nueva sociedade", realizado no México, promovido pelo Partido del Trabajo (lospartidosyunanuevasociedade@yahoo.com.mx).

Abril

- Eleição no Peru.
- 20 a 23: Reunião do Grupo de Trabalho na Colômbia.
- 28 a 30: XIII Encontro Nacional do PT.

Mai

- Eleição na Colômbia.
- 8 e 9: encontro de editoras e revistas marxistas, em Cuba, promovido pelo Partido Comunista.
- 10 a 12: Encontro Internacional "Las luchas por el socialismo en el siglo XXI", realizado em Cuba e promovido pelo Partido Comunista.
- Proposta de reunião em Viena, entre partidos europeus e partidos do Foro de São Paulo.

Junho

- Comitê descolonização da ONU, sobre Porto Rico.

Julho

- Eleição no México.
- Aniversário da FSLN.

Agosto

- 18 a 20: Reunião do Grupo de Trabalho do Foro de SP no Uruguai.

Untitled Document

- Fórum meso-americano.

Setembro

Outubro

- Eleição no Brasil.

- Eleição no Equador.

Novembro

- Eleição na Nicarágua.

Dezembro

- Eleição na Venezuela

- 8 a 10: XIII Encontro do Foro de São Paulo, na cidade de San Salvador, El Salvador.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=23&even=Reunião%20em%20Havana%20\(Cuba\)%20-%20dezembro%20de%202005](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/grupo_int02.asp?DescEvento=23&even=Reunião%20em%20Havana%20(Cuba)%20-%20dezembro%20de%202005)

REUNIÃO DA REGIÃO CONE SUL - 2005

DECLARAÇÃO – (Original unicamente em espanhol)

Montevideo, diciembre 7 de 2005

A los Presidentes y Cancilleres de los países del MERCOSUR y asociados

Los pueblos de América Latina avanzan hoy con firmeza hacia su integración haciendo por fin realidad los esfuerzos de los próceres de nuestra independencia para lograr la unión continental.

En este Primer Encuentro de la regional Sur del Foro de Sao Paulo realizado en Montevideo los días 6 y 7 de diciembre de 2005 y en la Cumbre de Presidentes del MERCOSUR que se reúne en Montevideo el 9 y 10 de diciembre, se consagran muchas iniciativas que son decisivas para nuestra integración:

- La incorporación de Venezuela como miembro pleno del MERCOSUR, que significa que toda la costa atlántica de América del Sur se integra en un solo bloque regional de más de 250 millones de habitantes.
- La creación del Parlamento regional, que significa que de la unión económica y comercial se avanza en la integración política e institucional.
- La puesta en práctica de fondos estructurales y el anillo energético.

En la Cumbre de Mar del Plata se demostró que el MERCOSUR era capaz por primera vez de defender los intereses de la región frente a los planes de los países del norte, representados en el proyecto del ALCA, con el apoyo de la Cumbre de los Pueblos y una extraordinaria movilización.

Los partidos políticos de izquierda y progresistas tenemos una tarea fundamental en esta nueva etapa en que ciudadanos y ciudadanas de nuestros países deberán dar sustento a un MERCOSUR que defienda y profundice la democracia y la vigencia de los derechos humanos en la región. El respeto a la diversidad y el desarrollo de políticas activas contra la discriminación de todo tipo deberán ser base sustancial de este MERCOSUR ciudadano.

Saludamos los esfuerzos de nuestros gobiernos para desarrollar una política de paz para la región y el mundo, en contraposición a las políticas de guerra desplegadas por la potencia

hegemónica y asimismo manifestamos nuestra preocupación por la presencia de tropas y bases militares extranjeras en la región.

Consideramos fundamental la consolidación de la democracia y el respeto a la libre expresión ciudadana en los comicios a realizarse en la región, Chile y Bolivia en lo inmediato.

Finalmente nuestro MERCOSUR se seguirá ampliando hacia formas más profundas de integración latinoamericana, por el desarrollo económico y social, y hará más justa la distribución de la riqueza y defendiendo nuestros recursos naturales, estratégicos y el medio ambiente.

Viva la integración de nuestros pueblos!

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=152&even=Reunião%20da%20Região%20Cone%20Sul%20-%202005



REUNIÃO DA REGIÃO CONE SUL – 2005

ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS E INTEGRAÇÃO – (Original unicamente em espanhol)

Primer Encuentro Regional Sur del Foro de São Paulo

EL ROL DE LAS ORGANIZACIONES POLÍTICAS EN LA INTEGRACIÓN REGIONAL

6 y 7 de diciembre de 2005

Montevideo, Uruguay

Introducción

1. Al cumplirse quince años de existencia del Foro de Sao Paulo, hemos dedicado varios de nuestros encuentros generales y regionales a estudiar y reflexionar sobre una de las principales tareas de la hora: LA INTEGRACIÓN DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Es así que en el Foro realizado del 1º al 4 de julio de 2005 en Sao Paulo – Brasil, dedicamos gran parte de los debates y exposiciones a las raíces integradoras desde nuestras luchas por la independencia hasta nuestros días, así como las diferentes experiencias que han tenido como protagonistas a pueblos, líderes y gobiernos de nuestra América Latina.

2. También en El Salvador a principios de octubre de este mismo año, con motivo del 25º. Aniversario del FMLN, se realizó un Seminario denominado “Los Partidos Políticos en los procesos de Integración de los Pueblos”, en donde también se realizaron valiosas contribuciones a la problemática de la Integración latinoamericana, analizándose especialmente las alternativas de integración que están planteadas en la Región de Mesoamérica y Caribe.

3. Es así que llegamos a este Encuentro de Partidos Políticos de la Regional Sur del Foro de



Sao Paulo, donde vivimos una particular coyuntura, compuesta por la dinámica de la lucha política y social de cada país, por la articulación de esas luchas, movimientos y organizaciones en los ámbitos regional y continental, así como por el enfrentamiento a las políticas imperialistas impulsadas por los Estados Unidos. Un punto alto de este enfrentamiento fue la III Cumbre de los Pueblos y la IV Cumbre de las Américas efectuada en Mar del Plata, República Argentina, los días 4 y 5 de noviembre 2005. Esta se distingue radicalmente de las tres anteriores: la de Miami en 1994, en la que el presidente Bush padre lanzó el ALCA (Área de Libre Comercio de la Américas), proyecto hegemónico de predominio del imperio desde Alaska a la Tierra del Fuego, y las de Santiago de Chile y Québec. En Mar del Plata, por primera vez en una reunión panamericana EEUU fracasó en el intento de imponer su objetivo de hacer votar su proyecto: el ALCA. Los 4 países del MERCOSUR (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay), actuando en forma mancomunada con Venezuela, todos a través de sus máximos representantes, echaron por tierra los intentos de Washington puestos en marcha a través de México, Canadá y posteriormente Panamá. Un hecho relevante consiste en que los opositores al ALCA hicieron conocer los videos de las sesiones de la Cumbre, en que aparece claramente definida la posición de cada participante, contribuyendo así a poner fin a la diplomacia secreta y a los acuerdos de trastienda en las relaciones internacionales. Por otra parte, el hecho de que se hayan incluido las dos posiciones discrepantes en el documento final ha sido considerado como "algo inédito en las cumbres". Mar del Plata exhibió a EEUU más aislado que nunca en el plano internacional, en este caso en América Latina, considerada por los geopolíticos del Pentágono como su "patio trasero". Esto se suma a los reveses sufridos previamente por la diplomacia yanqui en la Cumbre Iberoamericana de Salamanca (14 y 15 de octubre) en que se votó por unanimidad contra el bloqueo a Cuba y por la extradición del archicriminal Luis Posada Carriles, protegido por el gobierno de Bush; y en la propia Asamblea General de la ONU del 8 de noviembre, en que 182 países contra 4 reclamaron el cese inmediato del bloqueo a Cuba. Se agrega también el hecho de que EEUU fue incapaz de imponer su candidato a la secretaría general de la OEA y que sus tres personeros sucesivos fueron rechazados. Esto coincide con el momento en que la popularidad de Bush está en su punto máximo de declive en el plano interno y se acrecienta en todos los órdenes el movimiento que reclama poner fin a la guerra en Irak y traer a las tropas de vuelta a casa. En Mar del Plata se fortaleció el MERCOSUR, por obra de la acción concertada de sus 4 integrantes y de Venezuela, en vísperas del ingreso de este país hermano como miembro pleno de la institución sureña. La derrota de los Estados Unidos se debe, en parte, al hecho de que en varios países, las fuerzas políticas de izquierda y progresistas han accedido al Gobierno, como son los casos de Brasil, Uruguay, Argentina, Chile y Venezuela. Se une a esta situación, la cercana posibilidad de varios partidos políticos de izquierda por acceder al gobierno en próximas elecciones así como lo positivo del crecimiento de las fuerzas de izquierda en muchos países de nuestra región.

4. "Por estas razones, nos encontramos en inmejorables condiciones para profundizar e impulsar los anhelos de integración que son la base de nuestras sólidas relaciones políticas interpartidarias y fundamentan la propia existencia del Foro de Sao Paulo, a lo largo de estos 15 años", afirmamos ya en el documento guía del debate elaborado para el XII Encuentro del Foro de Sao Paulo realizado en el mes de julio. La aspiración por la unidad latinoamericana tiene sus raíces en las luchas de liberación desplegadas en el siglo XIX y se prolonga en las luchas democráticas, populares y socialistas del siglo XX. A lo largo de estos doscientos años, las propuestas populares de unidad latinoamericana convivieron y entraron en conflicto con propuestas de "integración" impulsadas por las oligarquías dominantes y por gobierno conservadores. Lo característico de la actual coyuntura, es que se han agotado las propuestas

de integración como proyecto mercantil. El crecimiento y acumulación de las fuerzas progresistas y de izquierda regionales se produce en un contexto donde se desarrollan y profundizan experiencias integradoras, basadas en una integración impulsada por gobiernos y pueblos, dotadas de otro contenido político, económico y cultural, propuestas nacidas en etapas de auge neoliberal (el MERCOSUR) y otras posteriores a las graves crisis económicas sufridas en la región, como lo es la Comunidad Sudamericana de Naciones, siendo ambas expresiones del sentimiento común de que **“solos no podemos lograr el objetivo fundamental de superar el subdesarrollo y lograr satisfacer todas las necesidades de nuestros pueblos”** (Documento guía, pág. 20). En ésta coyuntura favorable, con procesos de integración transitando múltiples aciertos y dificultades, acuerdos y desacuerdos se hace impostergable que las Organizaciones Políticas con acento progresista y de izquierda reflexionemos sobre nuestro rol a desempeñar en función de aportar en la construcción de los instrumentos de integración política para avanzar en **“la resolución de problemas, partiendo de nuestras propias fuerzas, reservas y experiencias, sin intervención de países u organismos fuera del Continente”** (Ibíd. Pág. 21).

5. En este documento, al principio retomamos todo el capítulo sobre el MERCOSUR que fue editado en el Documento del XII Encuentro del Foro de Sao Paulo realizado en julio por considerar que expresa correctamente lo acontecido desde su creación a la actualidad, enumerando algunas de las problemáticas actuales. Intentaremos también, profundizar en el papel de nuestras Organizaciones Políticas en la construcción y desarrollo del futuro Parlamento mercosuriano, así como en el impulso y promoción de la INTEGRACIÓN en todos los planos posibles y necesarios. Al final, intentaremos sentar las bases de un ámbito de coordinación e intercambio de la Secretaría Regional Sur del Foro de Sao Paulo, que tenga continuidad y contribuya verdaderamente con este proceso en marcha.

La experiencia del MERCOSUR

6. La integración se presenta, en los años 80, como respuesta regional a la tendencia general, con la conformación de grandes agrupamientos de Estados en relación, a los nuevos centros de poder político y económico. Este es el sentido del acuerdo firmado, entre los gobiernos brasileño y argentino, a mediados de los 80. Pero, a proximidad de la caída del llamado socialismo real, Estados Unidos propone a través del Presidente Bush (padre), inspirado en la Alianza para el Progreso, instrumentar una propuesta actualizada de la Iniciativa para las Américas, buscando de esta manera consolidar su influencia en América Latina. Es en este contexto que toma impulso el MERCOSUR. Este bloque regional, tiene su origen con la firma del Tratado de Asunción el 26 de marzo de 1991, entre Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. Se pone en práctica de esta manera una política económica de largo plazo, que apuntaba a consolidar una zona de libre comercio, una unión aduanera y un proceso de avance hacia un mercado común.

7. La democratización de los regímenes políticos del Cono Sur favoreció los cambios en la tendencia histórica de rivalidades entre Brasil y Argentina, los países mayores del bloque,

habilitando a sus gobiernos a plantearse una política regional conjunta. Si bien ésta se pensó como la posibilidad de una economía complementaria, gradual y sectorial, avanzó finalmente en el sentido de privilegiar las relaciones comerciales, en el marco de la perspectiva llamada de "regionalismo abierto". Las consecuencias de implementación de ese modelo en el MERCOSUR, pautado por los imperativos del libre mercado, fueron sentidas a lo largo de los noventa en toda la región. En función de las políticas neoliberales dominantes, se realizaron cambios profundos en las economías de cada uno de los países, llevando al cierre de industrias, al desempleo de millones de trabajadores, a la profundización de la pobreza y a la privatización de las empresas del Estado, cuyo ejemplo más claro fue el de Argentina, donde la aplicación del modelo a rajatabla, llevó a la crisis política y social a partir del año 2000, extendiéndose a Uruguay posteriormente. Las dificultades de consolidar el proyecto de integración tuvo como causa principal la opción de utilizar al MERCOSUR como plataforma para reducir las resistencias internas al proceso de apertura comercial, sin ofrecer alternativas institucionales en políticas comunes capaces de atender las asimetrías procedentes de todo proceso de intensificación de intercambio comercial.

8. Este MERCOSUR de los años noventa terminó. En la actual coyuntura, los gobiernos de Brasil, Argentina y Uruguay tienen una visión diferente sobre la integración, formulada en proyectos de desarrollo con políticas públicas activas. Como dicen los especialistas, es el pasaje de una integración negativa hacia una integración positiva, lo que significa principalmente, centrar el proyecto en las potencialidades de complementación productiva, en la implementación de políticas comunes de reconversión económica y el establecimiento de instituciones que le den un marco de regulaciones que permitan la implementación de un mercado común con libre circulación de personas, bienes, capitales y servicios en un plazo de tiempo razonable. El MERCOSUR se encuentra en una fase de negociaciones, luego de aprobarse los objetivos 2004 – 2006, requiriendo de los gobiernos una gran capacidad de negociación, innovaciones y propuestas, como las reflejadas en los documentos ya suscritos por los presidentes Lula y Kirchner que son el "Consenso de Buenos Aires" de octubre del 2003 y el "Acta de Copacabana" de febrero del 2004, con avances posteriores en la Cumbre de Ouro Preto II donde se dio impulso a la creación del Parlamento del MERCOSUR, y en la reciente Cumbre realizada en Asunción. En ésta última se acordó la formación de un "anillo energético" para abastecer a varios países del continente sudamericano y la creación del Fondo de Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM) para combatir asimetrías económicas entre los países miembros.

La nueva institucionalidad del MERCOSUR

9. El acceso de Lula al gobierno del Brasil en el año 2002 y el de Kirchner en Argentina en el 2003 implican la consolidación de un eje Argentina Brasil que actúa como un elemento dinamizador del proceso de integración regional. Se da entre ambas naciones un acercamiento programático que se concreta con la firma del Consenso de Buenos Aires en octubre del 2003 al que se alinea informalmente el gobierno paraguayo y que resiste el entonces gobierno uruguayo presidido por Batlle. Fruto de esta coordinación programática que se da entre los Gobiernos de Argentina y Brasil es que se puede afirmar que se comienza a analizar seriamente la instrumentación de una nueva institucionalidad como soporte de un nuevo modelo de integración regional. El embrión de esta nueva institucionalidad se esboza claramente en la cumbre de Asunción del 2003 en donde se presentan tres documentos de vital importancia:

Objetivo 2006 presentado por Brasil, el cual está integrado por el Programa político, económico, social y cultural, el Programa de Unión Aduanera, el Programa Base de mercado Común y el Programa de la Nueva Integración.

El Instituto Monetario del MERCOSUR que introduce una propuesta gradualista para la concreción de una moneda común dentro de plazos viables y negociados, propuesta ésta presentada por la Argentina.

Tratamiento de Asimetrías, propuesta presentada por Paraguay, en la que se plantea la necesidad del reconocimiento de las asimetrías económicas y sociales, con un consiguiente trato diferencial para los países más pequeños del bloque.

10. En la **nueva Agenda, propuesta por los gobiernos**, los puntos que tienen más relevancia desde el punto de vista económico son:

- La coordinación macroeconómica y tributaria.
- La complementación productiva, la cual se instrumentará a través de los Foros de Competitividad y que implica el surgimiento de **cadena productivas mercosureñas**.
- Complementación en materia de infraestructura de uso común.
- Complementación en materia integración energética.
- Libre circulación de personas.
- Reconocimiento de las asimetrías y flexibilidades en especial con los socios menores del acuerdo.
- Negociación Internacional como bloque y con una única voz ante terceros y en el seno de los foros internacionales.
- En los mismos discutiremos los contenidos de la Agenda de la OMC en la cual hay temas que tanto afectan a nuestras economías, como lo son por ejemplo el tema de los subsidios agrícolas, el tema de las compras gubernamentales, o el tema de la propiedad intelectual.
- Estrategia comercial conjunta, que busca la interlocución con otros bloques, no solo con los EE.UU. y la Unión Europea, sino que busca también negociaciones con China, Japón, Sudáfrica, Rusia y con los Países Árabes.
- Estrategias de financiamiento intrazonal, pensando en la creación de bancos, tanto de fomento o inversiones como de un Banco Central. Incorporación de nuevos socios al acuerdo, consolidando gradualmente la unidad latinoamericana.

- Nueva Institucionalidad.

11. Ninguno de los temas de esta Agenda es fácil de abordar, todos presentan problemas y contradicciones, la superación y resolución de los mismos demandarán mucha negociación política. Particularmente complejo, es el desafío de repartir la riqueza, camino señalado por nuestros Partidos, como el único capaz de superar realmente la pobreza, que alcanza a la mitad o más de la población del continente. También por esto, necesitamos un MERCOSUR que se oriente a una nueva institucionalidad, que supere las deficiencias del originario del 91. Necesitamos un nuevo formato, que supere el ínter gubernamentalismo y apunte, en forma gradual hacia una estructura de carácter supranacional, tema éste tan temido como malentendido. El término supranacionalidad denota una cualidad a la que deben propender las organizaciones internacionales que persiguen la integración económica de sus miembros. Estos, no solo están dispuestos a cooperar limitando sus competencias, sino que, dando un paso más, las transfieren a las instituciones de la organización a las que dotan de un poder normativo capaz de producir efectos jurídicos vinculantes de forma automática y uniforme en el orden interno de los Estados miembros, incluso con un rango jerárquico superior al de sus leyes. La estrategia para lograr la plena integración implica la adopción de una táctica gradualista.

12. Estamos hoy inmersos en una coyuntura regional en la cual se han operado modificaciones políticas de fundamental importancia que empujan a la reforma, el único gobierno del bloque (el del Dr. Jorge Batlle) que se opuso a este renovado giro del MERCOSUR tuvo una derrota electoral histórica. El gobierno de Tabaré Vázquez en el Uruguay ya ha puesto en práctica su alineamiento con las políticas seguidas por Brasil y la Argentina en materia de integración regional. Somos conscientes de que persisten los viejos lobbies anti-MERCOSUR y que se han generado nuevos. Sabemos también que el imperativo de las exigencias acrecentadas de sociedades nacionales profundamente heridas por la crisis obligan a los gobiernos a tomar medidas que dañan el MERCOSUR. Son estos obstáculos que deberemos superar. Creemos que debemos aprovechar esta oportunidad que hoy se nos presenta, estamos plenamente convencidos que nuestros países no tienen salida en solitario. Tenemos que luchar por tener un lugar en el mundo desde el cual podamos incidir y desarrollarnos económicamente para así poder dar satisfacción a las demandas de nuestras sociedades empobrecidas. Esto solo lo lograremos si actuamos en bloque y para que éste se consolide es imperioso dotar de una nueva institucionalidad al MERCOSUR. Y esta solo podrá ser alcanzada en la medida en que existan la convicción y voluntad política necesarias. El futuro del MERCOSUR se decide en clave política.

Actualidad del MERCOSUR

13. El MERCOSUR tiene una tarea fundamental por delante: consolidarse y ampliarse efectivamente. Es sabido que el MERCOSUR se ha relanzado en una gran cantidad de oportunidades. Es sabido, también, que enfrentamos aún la cuestión de las trabas y salvaguardas bilaterales. Estos problemas serán superados en la medida en que se vuelva hegemónica, en los gobiernos y en los pueblos de la región, la concepción del MERCOSUR

como unidad política, económica y cultural. Este es el camino que viabilizará las políticas capaces de enfrentar, las asimetrías existentes entre las economías de la región.

14. En la profundización social seguimos, hasta hoy, en una vía muy elocuente en lo declarativo pero sin llevarlo a la práctica. No hemos podido, con gobiernos progresistas, superar las múltiples trabas de las burocracias nacionales a las que cotidianamente nos enfrentamos. Esto es muy fácil de comprobar a las dificultades en firmar acuerdos con Venezuela y a las trabas que se le coloca al Grupo de Alto Nivel de Empleo donde la reticencia a la participación tripartita estuvo presente a pesar de que éste grupo fue una propuesta de los trabajadores. Otro ejemplo podemos encontrar en la escasa previsión que se ha hecho para contribuir con fondos presupuestados a los Fondos de Convergencia del MERCOSUR. De todas formas, existe cierto convencimiento ya aceptado que solamente con el MERCOSUR comercial no alcanza y eso ha permeado todo el proceso, el problema se encuentra en cómo instrumentar una vía diferente.

15. Los Partidos de la región del Foro de Sao Paulo, observamos que los gobiernos progresistas les cuesta dejar el compás marcado por las oligarquías nacionales y cambiar el rumbo de este proceso. Para esto, deben profundizar el intercambio con la ciudadanía. De igual forma, es a través de la concientización y movilización política que superaremos las trabas a las que se está enfrentando, el parlamento del MERCOSUR. Tratase de construir una cultura y ciudadanía MERCOSUR, siendo necesaria una publicación de alguno de los actores sociales de la región para traspasar fronteras, no importa si es "pro-integración", gratuita o busca tender lazos culturales.

16. Con respecto a la ampliación, cabe resaltar dos aspectos importantes.

El primero es la asociación con Venezuela, ya que esta nación hermana puede aportar mucho a la región. Aún no está claro las condiciones en que se dará tal asociación, pues lo que sabemos es que llevará un trámite largo. En este caso Venezuela entra como miembro pleno pero debemos detallar la relación que mantenemos con los diferentes miembros asociados que al día de hoy poseemos y racionalizar los diferentes foros de negociación y acuerdo político que mantenemos, caso contrario se dificulta sustentar la política exterior del bloque.

17. **El segundo** aspecto está referido a las dificultades para encontrar una política exterior común al bloque, cuya potencialidad se reveló en Mar del Plata.

18. El MERCOSUR actualmente tiene muchísimas negociaciones iniciadas, algunos tratados marco firmados y casi nulas concesiones y facilidades prácticas. No cabe ya casi ni mencionar la dificultad para acordar en algunos foros internacionales. **Un avance** en este sentido sin duda está centrado en dos negociaciones importantes: la propuesta agrícola del G-20 en la OMC y la propuesta conjunta de Argentina y Brasil para las negociaciones de los bienes no agrícolas. También la ya mencionada postura de todo el MERCOSUR con respecto al Área de Libre Comercio de las Américas. En la Cumbre de las Américas se denunció a fondo la política de EEUU en materia de subsidios, por ejemplo en la producción y comercialización del arroz, que lo enfrenta en un litigio con Brasil. Por su parte Brasil, bajo cuya iniciativa se gestó el G-20 junto a la India, Sudáfrica, China y contando con la adhesión de Uruguay, va a impulsar la

lucha en Hong Kong, demostrando los efectos funestos de esta política en un continente en el cual 222 millones de habitantes (el 43% de su población total de 512 millones) viven en la pobreza, y uno de cada cinco son indigentes: no alcanzan a cubrir siquiera la alimentación básica.

La integración regional en clave mercosuriana

19. La reflexión de este encuentro está centrada específicamente en la problemática de la integración. Las problemáticas, trabas, marchas y contramarchas nos demuestran que ésta tiene una dimensión plural, por su propia complejidad y multiplicidad de aspectos. El MERCOSUR, más allá de lo comercial, implica la necesidad de un avance en lo político, cultural, social e incluso productivo. Es cada vez más imperioso que lo "mercosuriano" como problema y nivel de análisis, no como utopía, cruce la reflexión y la progresiva integración de todas esas dimensiones. La construcción de un proyecto político, cultural, social y económico de integración es un desafío complejo y plagado de dificultades reales.

20. Exige para su concreción, la imprescindible reflexión y acción por parte de todos los actores sociales y políticos implicados en la construcción de un MERCOSUR más consistente. De no producirse insumos sistemáticos, creíbles y estructurados, se corre el riesgo de imposibilitar un MERCOSUR más profundo y trascendente, fortaleciéndose otro esencialmente comercial, de carácter "neoliberal" y con enormes debilidades del punto de vista de una integración real. Este proyecto de construcción político, social, cultural y económico, es un desafío difícil y complicado, habiendo múltiples factores que lo traban. Más que nunca, hoy queda claro que la suerte del MERCOSUR está más guiada por la voluntad política de los liderazgos coyunturales, que por un destino geográfico manifiesto.

21. La victoria de Kirchner, de Lula, de Tabaré Vázquez, parecen estar favoreciendo ampliamente el proceso de integración, en un momento que el MERCOSUR parecía "enterrado". Es en la negociación entre varios actores que se construye la estrategia, no dependiendo únicamente de la voluntad política de algunos (por ejemplo: los gobiernos) Las opciones de integración que expresan los elencos políticos de nuestros países son, a menudo, contradictorias. La pregunta, más allá de las voluntades políticas manifiestas de los elencos gubernamentales, es ¿cuál es la base política de la integración regional en la coyuntura actual? ¿Qué de este cuadro político e institucional favorece el proceso de integración y qué tipo de integración privilegia?

22. En casi todos nuestros países, constatamos que el empresariado es quien articula este proceso, entiende mejor las reglas del juego, tratando de influir en el proceso de integración con continuidad. Los actores sociales, políticos y jurisdiccionales están generalmente muy atrasados. Una excepción son las centrales sindicales, pero en los equilibrios sociopolíticos actuales, tienen un margen reducido de influencia en las decisiones principales.

23. Está en juego un proyecto sociocultural y geopolítico, y la coyuntura es favorable para un relanzamiento del MERCOSUR, dada la orientación de los gobiernos de Lula, Kirchner y Tabaré pero esto es así, si no se la desperdicia priorizando intereses nacionales sin compatibilizarlos con la dimensión regional. Sobre todo en base al peso de Argentina y Brasil en el bloque regional. Brasil, que es el país con más fuerza en el MERCOSUR, decide darle

prioridad a su estrategia de integración: el MERCOSUR, para negociar hacia afuera, para crear un mercado regional más integrado, políticas productivas, políticas de financiamiento regional, un parlamento común, y algunas instituciones supranacionales. El gobierno argentino va acompañando en buena medida, también este enfoque. Existe hoy un momento particularmente especial al que se suma Uruguay. En la salida a la crisis por la que evidentemente atraviesa la región, es fundamental en el mediano plazo, sumar nuestras fuerzas en un planteo regional (Brasil, Uruguay, Argentina y Paraguay, al que deberían sumarse los países asociados). Cabe destacar, y esto es de gran importancia, que no hay MERCOSUR sin un acuerdo político entre Argentina y Brasil, y es en este sentido que Uruguay, como pequeño país depende del mismo.

24. Es un hecho que en América Latina, los diferentes países presentan hoy espacios económicos muy pequeños para lograr acceder a un proceso de desarrollo moderno. Brasil, es quien más se aproxima a un espacio natural de desarrollo en las condiciones actuales, Esto, que se dificulta en lo que refiere al país más grande de la región, pareciera que sí es posible si la combinación de los cuatro países del MERCOSUR pueden generarla.

25. Existen posibilidades de construcción de un MERCOSUR alternativo al modelo de una zona de libre comercio; un MERCOSUR dinámico, capaz de generar un polo de desarrollo en esta región del mundo, pero no se trata de una tarea fácil. Es conveniente y necesario que profundicemos la discusión entre nosotros, en torno a lo que claramente queremos, y que encontremos el modo de hacerlo. Este es un problema esencialmente político, porque no existe claridad en el cómo hacerlo, ni en el rumbo que se debe tomar, así como sortear las resistencias que tenemos en puntos absolutamente heterogéneos en el espacio político y económico. El MERCOSUR tiene para nosotros un carácter político estratégico y es nuestra voluntad política desarrollarlo y profundizarlo, y a la par entendemos que no debe acotarse exclusivamente a establecer un espacio comercial común, esta visión sin lugar a dudas ha sido uno de los factores que más ha debilitado al bloque.

Otra vertiente integradora: la Comunidad Sudamericana de Naciones

26. Desde el año 2004, en la ciudad de Cuzco comenzó a funcionar la Comunidad Sudamericana de Naciones, conformada por dos bloque sudamericanos: la Comunidad Andina de naciones y el MERCOSUR. Hasta ahora, la CSN ha tenido también un énfasis comercial y de inversiones, acordándose en la última reunión de Brasilia, la construcción de infraestructura carretera que una el Atlántico con el Pacífico y la financiación del gasoducto que abarcaría desde Venezuela a los países del sur, con miras a la consolidación del "Anillo Energético" de gran importancia futura. Si bien esto es positivo para nuestros países, debería estar acompañado de la profundización de una Agenda social y política que profundice la fortaleza e integración del MERCOSUR.

El MERCOSUR y el ALCA Los desafíos para las Organizaciones progresistas y de izquierda en América Latina

27. El proyecto liberal se debilita en el continente y un proceso de transformación político, social y económico emerge con grandes dificultades por la grave herencia de la década liberal. Un clima político de cambio se despliega en la región, que contrasta con el panorama

conservador predominante hace una década. Asistimos a una reestructuración política en América del Sur por la cual los viejos partidos tradicionales se debilitan y emergen nuevos partidos. Las viejas opciones presentan una creciente deslegitimación ante la ciudadanía. En varios países las opciones liberales y conservadoras, partidos o fracciones de partidos, pierden peso electoral o tienen serias dificultades, como se ha visto en recientes contiendas electorales, frente a coaliciones progresistas o nuevos partidos. Sin embargo debemos observar que este debilitamiento no siempre va acompañado del crecimiento organizativo de las opciones de signo progresista y de izquierda.

28. Debemos apostar al fortalecimiento de los partidos progresistas y de izquierda en Latinoamérica como condición fundamental para la consolidación y fortalecimiento de la democracia en la región y de los procesos de transformación social y económica en curso. Solo con partidos políticos fuertes y consolidados, actuando por los canales de expresión de la diversidad ciudadana, desarrollaremos democracia y aseguraremos un camino de transformación. Se trata de construir una nueva tradición, un nuevo estilo político-partidario para América Latina, recogiendo todas las tradiciones de cambio que han nutrido nuestra historia.

29. La integración de los pueblos latinoamericanos es un objetivo histórico fundamental, responsabilidad que recae en gran medida en la capacidad política de nuestros partidos de liderar la misma. **Esto acrecienta nuestra responsabilidad en el fortalecimiento de los partidos.**

30. Otro aspecto en el que se hace necesario avanzar, y en el que hay grandes déficit a nivel de la Región, es el de la coordinación y profundización de organismos conformados por las Organizaciones Políticas interesadas y comprometidas con la Integración, ya que si bien existen excelentes relaciones bilaterales entre muchas de las organizaciones políticas en los diferentes países que conforman el MERCOSUR, no hay ámbitos estables de coordinación, de reflexión y capacidad de aportes y propuestas concretas, a semejanza de las organizaciones sociales que funcionan regularmente. Es un reto que debe quedar planteado para aquellas fuerzas políticas que integran el Foro de Sao Paulo, muchas de las cuales poseen responsabilidades de gobierno en varios países de la región.

Relacionamiento de partidos de izquierda en la región

31. Debemos pensar el proceso de integración en forma permanente desde los partidos, así como lo hacen los movimientos sociales, los empresarios, etc. Las posibilidades de este proceso **dependen** en gran medida del **impulso que se le dé desde los gobiernos y los partidos políticos**. Los sectores conservadores tienen un proyecto de integración fundamentalmente comercial. La izquierda y el progresismo de la región deben profundizar su nivel de formulación de un proyecto de desarrollo regional. Estamos anclados aún en nuestro análisis político y de formulación de propuestas económicas en los marcos del Estado-nación, y por consiguiente la capacidad de formulación de propuestas para los marcos regionales se ve afectada. Debemos dar un salto teórico para imprimirle efectivamente al proceso de integración un nuevo signo, lo que nos exige redoblar esfuerzos.

32. Para asegurar un camino de transformaciones debemos afinar también el **relacionamiento ínter partidario a nivel regional**. Los intercambios pueden estar circunscritos al relacionamiento personal de dirigentes y gobernantes, pero también debemos estructurar un modo de relacionamiento institucional de los partidos donde éstos se alimenten mutuamente y se elaboren propuestas con mayor concreción. Las transformaciones implican **desafíos institucionales**, como la instalación de un **Parlamento de escala regional**, lo que nos exige explorar nuevas formas de relacionamiento político- partidario que permitan un flujo de intercambio permanente en la región. Este intercambio y cooperación requieren de la formación de una **Secretaría Regional del Foro de San Pablo dinámica, que coordine permanentemente propuestas y acciones**.

33. La Secretaría Regional del Foro de Sao Paulo realizará una reunión semestral de consulta y debate político, alternando el país sede.

34. En el año 2006, la Secretaría Regional del Foro de Sao Paulo promoverá:

- a. Un Seminario de seguimiento de las experiencias de los gobiernos de izquierda y progresistas de la región.
- b. Un seguimiento de la situación política de Paraguay y Bolivia.
- c. Un festival político – cultural en Diciembre de 2006.
- d. Apoyar la coordinación para el Foro Social Mundial de Caracas, que el Grupo de trabajo del Foro de Sao Paulo tiene planteada.
- e. Incentivar la participación de los Partidos de izquierda y progresistas en los Foros parlamentarios.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=151&even=Reunião%20da%20Região%20Cone%20Sul%20-%202005

REUNIÃO DA REGIÃO MESO-AMERICANA - 2005

AGENDA DE ATIVIDADES E ACORDOS

AGENDA DE ATIVIDADES PARA OS MESES QUE RESTAM DO ANO DE 2005

Região meso-americana

Maio

1º. de maio: Marcha em todos os países

13, 14 e 15: Atividade UD de Honduras para estruturar sua campanha eleitoral

15: Dia da solidariedade com o povo da Palestina

Inauguração do busto de Yasser Arafat em El Salvador

26, 27 e 28: Encontro na Costa Rica da plataforma sindical comum

Junho

Jornadas de solidariedade de Bolívar e suas lutas

Julho

1º. a 04: Encontro do Foro de São Paulo

19: Aniversário da Revolução Sandinista

22: Evento para conhecer e discutir a ALBA

23 e 24: Encontro parlamentar centro-americano

26: Cuba assalto ao quartel Moncada

Agosto

05 e 07: Assembléia ANN

19: Encontro de mulheres de partidos de esquerda em Honduras

20 e 21: Reunião meso-americana em Honduras.

22: V Conferência de mulheres de partidos políticos de esquerda na Guatemala

23: Aniversário cruzada de alfabetização na Nicarágua

23 e 24: Fórum de partidos políticos do PARLACEN na Guatemala

Setembro

15: Independência Morazânica. Todos os países.

25: II Congresso da URNG

Outubro

07 e 08: Seminário Foro de São Paulo no marco do 25º. aniversário da FMLN

08: Comemoração do assassinato de Che em todos os países

08: y 11 Atividades no marco do 25º. aniversário da FMLN

Novembro

11 e 17: Evento de resgate dos acordos de paz de El Salvador, no México

25: Dia da não violência contra a mulher

27: Aniversário do assassinato dos companheiros da FDR em El Salvador

27: Eleições gerais em Honduras

29: Dia nacional do povo palestino em todos os países

Dezembro

Sem data: Convenção da FMLN para lançar os candidatos a cargos públicos

OS ACORDOS SÃO OS SEGUINTEs:

1. 1º. de maio se concorda incluir na celebração a saída política diplomática na Colômbia
2. Que El Salvador coordene para mobilizar os meso-americanos nos EUA contra a ratificação do TLC:
 - Promover um recurso de inconstitucionalidade no âmbito regional.
 - Acordar presença de parlamentares em audiência do Congresso dos Estados Unidos sobre o TLC.
 - Que os governos locais façam pronunciamentos contra o TLC e enviá-lo ao Congresso.
 - Participação nos eventos na Costa Rica sobre o TLC.
3. A incorporação das mulheres no espaço meso-americano.
4. Criar um correio ou página web meso-americano.
5. A FMLN coordena a Secretaria por um ano.
6. Acompanhar o processo eleitoral de Honduras.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=100&even=Reunião%20da%20Região%20Meso-Americana%20-%202005

REUNIÃO DA REGIÃO MESO-AMERICANA – 2005

RESOLUÇÃO

Declaração Política

Os Partidos políticos da região meso-americana: FMLN de El Salvador, FSLN da Nicarágua, UD de Honduras e ANN e URNG da Guatemala, membros do Foro de São Paulo, reunidos em Antigua, Guatemala, nos dias 23 e 24 de abril do 2005:

1. Ratificamos o compromisso dos partidos que formamos o Foro de São Paulo na luta política e social pela democracia real e justiça em cada um de nossos países, pelo direito à autodeterminação de nossos povos, pelo direito à liberdade de organização e mobilização, à liberdade de pensamento e expressão na busca permanente pela paz na América Latina e Caribe, pelo qual nos pronunciamos contra a tendência de criminalizar, de parte dos governos, às organizações e mobilizações sociais e condenamos as ações legislativas e de repressão que se levantam em cada um dos países da região.

2. Em vista da transcendência econômica e do caráter estratégico que os tratados comerciais têm para o futuro de nossas nações centro-americanas em geral, e somando-nos à preocupação expressada pelos grêmios empresariais e camponeses, mulheres e jovens, sindicatos, igrejas, universidades e outros setores da sociedade civil da região, condenamos a forma em que foram negociados, aprovados e ratificados pelos governos e algumas assembleias legislativas da região centro-americana os Tratados de Livre Comercio entre República Dominicana, América Central e Estados Unidos de América (TLC-RD-CA-EUA/ RDCAFTA), por considerar que ditos tratados são inconstitucionais, violam a soberania de nossos países e são lesivos aos interesses de nossos povos e que só favorecem as grandes empresas transnacionais e as oligarquias locais. Por tal motivo, manifestamos nossa convicção de que é necessário revisar o pacto e que se deve evitar a ratificação dos TLC nos países onde ainda não foram ratificados. Comprometemo-nos a impulsionar e coordenar todas as ações jurídicas e sociais a nosso alcance para ter maior capacidade de incidência na América Central e no Congresso e Senado dos Estados Unidos.

3. Estamos profundamente preocupados pelos níveis de militarização e desenvolvimento da guerra na Colômbia, impulsionados como parte do Plano Colômbia, que incide nos níveis de violência e violações aos direitos humanos e constituem a ameaça cotidiana à estabilidade social e política para toda a região andina. Manifestamos nosso pleno respaldo político à delegação parlamentar do Foro de São Paulo, que visitará a Colômbia com o fim de contribuir com a busca de uma solução política negociada ao conflito armado interno

que há várias décadas afeta esse povo, e nos comprometemos a seguir trabalhando nessa direção.

4. Expressamos nossa solidariedade com o Partido da Revolução Democrática (PRD), do México, ante os abusos e manobras que os setores de poder econômico e político da direita programaram contra o pré-candidato presidencial, Chefe de Governo do Distrito Federal, Andrés Manuel López Obrador. Além disso, enviamos a nosso partido irmão uma saudação por seu recente aniversário de fundação e a realização de seu Congresso.

5. Reiteramos nossa indignação e condenação pela posição dos governos centro-americanos, que na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas em Genebra votaram alinhados à posição estadunidense de condenação à República de Cuba. Ratificamos nossa gratidão pelas imensas mostras de solidariedade que esse povo manifestou aos povos de nossa região e nos comprometemos a elevar as ações de solidariedade para o reconhecimento dos avanços da heróica revolução cubana.

6. Saudamos o Partido dos Trabalhadores, do Brasil, e a Frente Farabundo Martí para a Liberação Nacional (FMLN) de El Salvador, por cumprirem este ano 25 anos de luta e compromisso social, pela democracia real e a autodeterminação dos povos.

7. Saudamos ao povo e Governo da República Bolivariana de Venezuela por ter derrotado há três anos o golpe de estado, impulsionado por a direita que se opõe à revolução pacífica que impulsiona o Presidente Hugo Chávez. Comprometemo-nos a integrar o esforço de construção da ALBA, como a alternativa para a integração de nossos povos. Saudamos a realização, no próximo mês de agosto, do XVI Festival da Juventude e Estudantes, em Caracas.

8. Expressamos nosso reconhecimento e solidariedade aos partidos políticos e organizações populares de Equador que saíram às ruas na luta pela defesa de sua dignidade e que logrou depor o ditador Lucio Gutierrez e reivindicar os direitos dos povos desse irmão país. Também demandamos aos governos e à OEA o respeito ao direito da autodeterminação do povo equatoriano.

9. Expressamos nossa preocupação pelo aprofundamento da guerra de ocupação no Iraque. Fazemos um chamado ao Governo de El Salvador para retirar suas tropas de ocupação que violam todos os direitos do povo iraquiano.

10. Continuamos vigilantes sobre o Processo de Paz na Palestina, comprometendo-nos a continuar as ações de solidariedade pelo direito à autodeterminação e à paz do povo palestino.

11. Denunciamos a incapacidade das instituições dos estados da região meso-americana no combate aos níveis de violência e assassinatos das mulheres e jovens. Comprometemo-nos a desenvolver ações de respeito aos direitos humanos das mulheres e jovens e para a aplicação da justiça nestes casos.

Reivindicamos o papel que os partidos políticos de esquerda tivemos na democratização de nossos países e a contribuição que estamos fazendo para construir uma esperança de mudanças em nossos povos.

Os partidos do Foro de São Paulo da região meso-americana agradecem à URNG e ANN, da Guatemala, pelo esforço e êxito na organização deste foro.

Antigua, Guatemala, 24 de abril do 2005.

http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=99&even=Reunião%20da%20Região%20Meso-Americana%20-%202005

DOCUMENTO BASE

INTRODUCCION

En enero de 2007, en El Salvador, tendrá lugar el XIII Encuentro del Foro de São Paulo. El tema general del XIII Encuentro será "la nueva etapa de la lucha por la integración latinoamericana y caribeña". Este tema será abordado desde cuatro ángulos complementarios:

- a) las respuestas alternativas al neoliberalismo, en el ámbito político, social y económico;
- b) el colonialismo, la ingerencia imperialista y los acuerdos de paz;
- c) la seguridad hemisférica: el crimen organizado, el narcotráfico, el terrorismo y la militarización;
- d) la relación entre las fuerzas políticas, los movimientos sociales y los gobiernos de izquierda y progresistas.

El documento base de este XIII Encuentro fue elaborado por una comisión designada por el Grupo de Trabajo del Foro de São Paulo. Integran dicha comisión las siguientes organizaciones: el Partido de los Trabajadores (Brasil), el Movimiento V República (Venezuela), el Frente Farabundo Martí (El Salvador) y el Partido de la Revolución Democrática (México).

El texto que se presenta a continuación hace, en primer lugar, un recuento de los Encuentros del Foro; luego, un breve análisis de la coyuntura mundial y, enseguida, de la situación latinoamericana y caribeña, donde se destaca la nueva etapa que se vive a partir de los resultados electorales de la izquierda en el año 2006. Enseguida, tratamos de abordar cada uno de los puntos que componen el temario del XIII Encuentro. Intentamos sistematizar el debate acerca de las estrategias, tácticas y programas adecuados para enfrentar esta coyuntura. Y, finalmente, planteamos algunas propuestas para mejorar el desempeño del Foro de Sao Paulo, en este momento histórico que vivimos, muy diferente de aquél, cuando se creó, hace más de 15 años.

Estamos convencidos de que este encuentro demostrará que el espacio plural del Foro de São Paulo sigue siendo extremadamente útil para todas y cada una de las organizaciones que participan de él y que se volverá a refrendar la voluntad política para llevar a cabo cada vez más acciones comunes.

http://forosaopaulo.fmln.org.sv/final/la_nueva_etapa/introduccion.htm



DOCUMENTO BASE

EL FSP: MAS DE 15 AÑOS DE UNIDAD EN LA LUCHA

El XIII Encuentro debe tomar, como punto de partida, lo acumulado en casi 17 años de existencia del Foro de São Paulo.

A lo largo de más de tres lustros, el FORO de SAO PAULO, integrado por fuerzas políticas con distintas orientaciones ideológicas, ha avanzado en la unidad en medio de la diversidad, interpretando correctamente los momentos históricos por los que ha atravesado, y tratando de elaborar un modelo de sociedad soberana, solidaria, justa e integradora para un continente tan plural y complejo como el nuestro.

El entorno en que surge el FORO de SAO PAULO, estuvo determinado por la crisis del modelo socialista, el derrumbe de la URSS y el viraje de la socialdemocracia al abandonar las políticas del “Estado Benefactor”. Al mismo tiempo, coincidió con el fin de la larga etapa histórica conocida como la “guerra fría” y el surgimiento de nuevas corrientes progresistas y democráticas en América Latina y El Caribe.

Así, en julio de 1990, en el momento en que se desplomaba el socialismo soviético y los adoradores del neoliberalismo afirmaban que llegaba el “fin de la historia”, el Partido de los Trabajadores, PT, de Brasil, convocó en Sao Paulo al Primer Encuentro al que asistieron representantes de 48 partidos y organizaciones latinoamericanas y caribeñas, de las más diversas corrientes de pensamiento de izquierda, democráticas, progresistas y patriotas.

En aquel primer encuentro se evaluó la crisis del modelo de socialismo soviético. Fue analizada la amenaza imperialista basada en la estrategia neoliberal de la globalización lanzada contra nuestros pueblos y se revisaron las estrategias revolucionarias de la izquierda latinoamericana y caribeña.

Igualmente, se sentaron las bases para avanzar en propuestas de unidad de acción en la lucha anti-imperialista y popular por una sociedad justa, libre y soberana, por la renovación del pensamiento de izquierda y el socialismo, y por el fortalecimiento de las organizaciones antineoliberales y de sus objetivos antiimperialistas, socialistas y populares.

Asimismo se fijó una posición de rechazo a la idea imperialista de una nueva “Integración Americana”, basada en una única zona de libre comercio, para asegurar el dominio económico y político sobre América Latina y El Caribe.

En el FORO se definieron las bases de un nuevo concepto de unidad e integración latinoamericanista y caribeño para reafirmar nuestra soberanía, independencia y recuperar nuestra identidad cultural e histórica, promover la democracia y la soberanía populares. Asimismo se mantuvo el compromiso de solidaridad activa con la revolución socialista de Cuba, la revolución popular sandinista, la lucha de los pueblos salvadoreño, panameño y andinos que enfrentaban la presión militarista del imperialismo.

En México, durante el II Encuentro, se ratificó el nombre de Foro de Sao Paulo; se amplió la participación a organizaciones y partidos políticos de Canadá, Estados Unidos y Europa, y se profundizó en el análisis de la crisis generada por el neoliberalismo en la “década perdida” de los años 80. Se analizó también la caída de las dictaduras militares, los nuevos espacios de lucha política democrática que habían estado cerrados durante los años de la guerra fría, y la aparición de nuevos movimientos sociales y partidos políticos populares.

La apertura de nuevos caminos para luchar contra el neoliberalismo se confirmó en 1992 al realizarse, en Managua, el III Encuentro del Foro de Sao Paulo. En esta ocasión el debate se concentró alrededor del proyecto alternativo de la izquierda latinoamericana y las nuevas formas de integración de los pueblos de la región. Se concluyó que el capitalismo neoliberal agravaba la situación de América Latina y el Caribe y que por ello se enfrentaban dificultades para consolidar las instituciones políticas, y que esta situación podría llevar a un fortalecimiento del autoritarismo.

El IV encuentro del FSP reafirmó la resuelta condena contra el bloque imperialista contra Cuba, así como el inaceptable status colonial de Puerto Rico, Guyana francesa, Martinica, Guadalupe y otros territorios continentales, respaldando la causa de la independencia nacional y autodeterminación para sus pueblos. Ratificó también el compromiso de continuar con la lucha por la integración plena e incondicional de la Comunidad Latinoamericana y Caribeña de Naciones.

De la misma manea que quedó constatado el ascenso de la movilización social de los pueblos, se destacó la importancia de la lucha por la profundización de la democracia política, quedó resaltada la necesidad de reconocer e incorporar en el pensamiento programático la pluralidad étnica y cultural de nuestros países, y la importancia de luchar por la igualdad de género.

El V Encuentro realizado en Montevideo en 1995, registró el incremento, diversificación y desarrollo de las luchas populares, expresado a través de huelgas, protestas, manifestaciones y bloqueo de caminos. Se analizó, de manera especial, la rebelión en Chiapas como una nueva forma de expresión de lucha por la democracia y el poder popular.

Los resultados de elecciones realizadas en 14 países de América Latina entre 1993 y 1995, fueron positivos para las izquierdas, ya que éstas lograron una mayor participación en gobiernos locales o en los parlamentos de sus países.

Ante este ascenso, las derechas neoliberales respondieron El gobierno estadounidense convocó a la Cumbre de las Américas realizada en Miami en 1994, con el doble objetivo de imponer, de un lado, su diseño regional y global de “Seguridad Colectiva”, y, de otro, el Tratado de Libre Comercio para el conjunto de los países del continente bajo las siglas del ALCA.

En el VI Encuentro realizado en El Salvador en 1996 quedó claro que la globalización neoliberal había exacerbado contradicciones y conflictos muy diversos: entre el desarrollo económico y la conservación del medio ambiente; por la cada vez mayor concentración de la riqueza, así como también por las oportunidades desiguales que para el desarrollo de la humanidad ofrecían los avances científico-técnicos.

Quedó evidenciado que las libertades políticas eran obstruidas por los neoliberales para impedir el desarrollo con justicia social, así como para bloquear el ejercicio de los derechos económicos y sociales de los pueblos.

El VII encuentro realizado en 1997, Porto Alegre, Brasil, confirmó la tendencia del ascenso de las luchas sociales. En este encuentro se resolvió establecer mecanismos de coordinación y discusión permanente con el propósito de contribuir a que la izquierda latinoamericana y caribeña encabezaran las soluciones políticas, económicas y sociales alternativas al neoliberalismo y a la globalización neoliberal; al afianzamiento de la solidaridad y la integración en beneficio de los pueblos y el desarrollo con justicia social y armonía con la naturaleza.

El siguiente FORO, el VIII, realizado en México, en 1998, reflejó el creciente apoyo de los pueblos a las opciones de izquierda y progresistas, a causa de la crisis del modelo neoliberal iniciado en Asia, en los países llamados los “dragones del pacífico”, crisis que golpeó a parte del mundo europeo y de América Latina, en particular a México, Brasil y Argentina.

Era más evidente que la crisis neoliberal, que apenas comenzaba a salir a la superficie, propiciaba la búsqueda de salidas alternativas impulsadas por la izquierda. Se consideró que “no hay democracia sin política, sin partidos, sin sindicatos y sin movimientos sociales organizados”. El encuentro permitió reafirmar conclusiones importantes, como lo relacionado a la pluralidad étnica, lingüística y cultural de las naciones latinoamericanas y caribeñas, y la necesidad de luchar por el respeto y reconocimiento social, político y jurídico de esta diversidad.

En el año 2000, en Managua, durante el IX Encuentro, se conmemoró el Décimo Aniversario del FORO y se reafirmó el aporte a la lucha de los pueblos latinoamericanos y caribeños. Al mismo tiempo se reconocieron los aportes de la intelectualidad de izquierda y progresista en torno a la defensa de las Universidades y la educación pública como patrimonio democrático. Se ratificó el compromiso con la lucha contra la discriminación, en particular de la mujer, y la búsqueda de la igualdad entre los géneros. Se refrendó también, con firmeza, el objetivo de conquistar las libertades, la independencia y la soberanía, para terminar con todo vestigio de colonialismo y neocolonialismo. Se dejó sentada la tesis de que en el siglo XXI, por comenzar, la izquierda se convertirá en una alternativa real de poder popular basada en nuevas instituciones participativas, formas democráticas de gobierno y de desarrollo económico en beneficio de las mayorías nacionales.

Es necesario detenerse particularmente en el análisis que hemos desarrollando desde el X Encuentro, realizado en diciembre de 2001 en La Habana, pues éste se realizó luego del ataque a las “Torres Gemelas” del mes de septiembre de ese año.

En aquél momento, el neoliberalismo, principalmente en sus aspectos económicos e ideológicos, vivía un gran desgaste, debido a múltiples crisis económicas que se habían presentado en países de Asia pero también en Brasil, Rusia, Turquía y Argentina.

En este contexto, las acciones militares desarrolladas por los EEUU y por algunos países europeos, primero contra Afganistán y después contra Irak, sumadas a las exacerbadas medidas internas de seguridad, parecían tener como efecto colateral la profundización de las medidas de liberalización económica.

El discurso del Presidente Bush, según el cual “quienes no están con nosotros están contra nosotros” y “el terrorismo es fruto de la pobreza y ésta debe ser combatida con el crecimiento económico proveniente del libre comercio” fue un claro mensaje para presionar a muchos países para que aceptaran una agenda de negociación en la Conferencia de la OMC en Doha que debería concluir con

una mayor liberalización del comercio a favor de las grandes potencias mundiales.

La nueva política militar de Estados Unidos, llamada de la “guerra preventiva”, tenía un contenido abiertamente intolerante, racista, xenofóbica, criminal y genocida, y fue rechazada en su momento por la izquierda y las fuerzas progresistas, democráticas y patriotas, como fue rechazado también el intento de calificar como terroristas a los movimientos de liberación nacional, a las fuerzas de izquierda, a los movimientos sociales y progresistas.

El XI encuentro realizado en Antigua, Guatemala en el 2002, caracterizó al nuevo orden internacional como injusto y altamente riesgoso, ya que el gobierno de los Estados Unidos con su unipolaridad militar colocaba al mundo al borde de la guerra, estrategia global que lesionaba la democracia y soberanía nacional de los países.

Se analizó la crisis Argentina y su impacto en el Sur del continente; la situación por la que atravesaban Venezuela y de Cuba en esos momentos. Todo ello como punto de referencia para el análisis de la lucha de nuestros pueblos frente al proyecto de dominación de Estados Unidos que se presentaba bajo el discurso de la integración comercial.

Se discutieron también las nuevas perspectivas abiertas por las fuerzas progresistas y el momento histórico para la integración latinoamericana hacia un modelo alternativo. Las expectativas del triunfo de Brasil y el acceso de las izquierdas al gobierno definió la lucha por la democracia y la unidad del pueblo como un planteamiento estratégico del FORO de Sao Paulo.

Por su parte, el XII encuentro, realizado en Sao Paulo, el 2005, a 15 años de su fundación, concluyó que las luchas han dado frutos y que se ha producido una reestructuración política y social en América Latina y el Caribe, debilitándose las fuerzas de derecha al punto de perder protagonismo y sufrir reveses y derrotas políticas. Se reconoció la aparición de nuevos sujetos sociales: población de comunidades, organizaciones de mujeres, religiosas, de lucha por la defensa, protección y desarrollo de los recursos naturales y medio ambiente, organizaciones de la cultura, de la intelectualidad, y nuevos movimientos políticos que destacaban en comparación al clima dominante que se observaba una década atrás.

El relato de la evolución de los Foros permite afirmar que estamos ante la presencia de un nuevo período histórico que apenas ha comenzado y en el que se ha puesto en evidencia de manera reiterada y tajante que democratización política y neoliberalismo económico se contraponen y chocan, lo que se traduce, al mismo tiempo, en ascenso de las luchas populares y sociales.

La nueva realidad política demanda de las fuerzas de izquierda y socialistas de la región actuar a la ofensiva y profundizar la lucha democrática. Un punto a debate es si estos avances pueden sentar las bases para la construcción del socialismo del Siglo XXI, en un escenario en el que existen diversas formas de lucha.

Por ello el FORO debe mantener sus esfuerzos de elaboración de estrategias y políticas así como el permanente intercambio de experiencias sobre los profundos cambios que suceden en América Latina y el mundo.

El FORO también debe contribuir a impedir que las fuerzas de derecha y el imperialismo restauren el control de poder político hasta ahora perdido en la región, a defender los procesos de democracia

Untitled Document

revolucionaria en marcha y a desplegar toda nuestra capacidad internacionalista y solidaria con Cuba, los gobiernos democráticos de izquierda y la lucha de los pueblos.

http://forosaopaulo.fmln.org.sv/final/la_nueva_etapa/unidad.htm

¡M_/Foro/2007_2.htm (5 of 5)2/12/2008 16:06:10



Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

Num. 13429688 - Pág. 635

DOCUMENTO BASE

LA SITUACION MUNDIA: COMPLEJA Y CONTRADICTORIA

Cinco años después del X Encuentro en La Habana, podemos decir que ha fracasado el intento de salvar al neoliberalismo a través de la guerra y de la liberalización comercial. En el ámbito militar, las invasiones de Afganistán y de Irak por parte de tropas, principalmente de EEUU e Inglaterra, y en menor número de otros países europeos y de Australia, se transformaron en dos “atolladeros” políticos y militares. La caída de los talibanes y de Saddam Hussein, ambos ex aliados de los Estados Unidos, estuvo seguida por una mayor inestabilidad tanto en la región como a escala mundial.

Los EEUU ya perdieron más de tres mil soldados solamente en Irak. Su plan, por ahora, ha fracasado. Irak vive hoy una guerra civil entre las diferentes etnias y comunidades religiosas que componen el país, la que ha costado la vida, en promedio, a cinco mil personas al mes.

La invasión de Irak, además de no haber sido autorizada por el Consejo de Seguridad de la ONU, contó con la oposición de amplia mayoría de la opinión pública mundial. La participación de tropas españolas e italianas en esa guerra ayudó a poner fin a los gobiernos, respectivamente, de Aznar (2004) y Berlusconi (2006), al igual que contribuyó para la derrota de los republicanos en las recientes elecciones para el Congreso de los EEUU (2006).

En el terreno económico, habrá que recordar que el derrumbe del socialismo soviético y el fin de la etapa histórica de la “guerra fría” le imprimieron mayor velocidad al reajuste mundial, a la globalización económica neoliberal y a la corriente por un **comercio internacional negociado**^[1], que impactó de manera desigual a los países. La humanidad comenzó a atravesar por una transición dominada por el neoliberalismo.

En esta nueva etapa del capitalismo se han configurado tres grandes bloques. Uno, encabezado por los Estados Unidos que incluye los países del NAFTA o TLCAN (Tratado de Libre Comercio de América del Norte) y las naciones que formarían el CAFTA (Tratado de Libre Comercio de América Central). Otro está constituido por los integrantes de la Unión Europea; y el tercero estaría formado por los países asiáticos más desarrollados. Por otro lado, encontramos la configuración de otros bloques de segundo nivel (en América Latina, el MERCOSUR, Comunidad de Naciones Andinas, entre otros).

La disputa entre los principales bloques comerciales y económicos, y los países más desarrollados por separado se está reflejando, en este período histórico, en tres sistemas de pagos internacionales: el sistema monetario basado en el Euro; el otro basado en el Dólar; y el tercero el ACU (moneda asiática), comandada, por ahora, por la República Popular de China, Japón y Corea del Sur^[2], y que reemplazó al Yen que se perfilaba, hacia finales de 1999, como la base para el sistema monetario asiático para competir con la Unión Europea y Estados Unidos. Un dato fundamental de esta nueva

situación es que en la carrera por “conquistar” económicamente el siglo XXI^[3], irrumpió abruptamente China, que hasta 1999 solo se mencionaba como posible amenaza hasta el 2015, pero en el 2006 se ha colocado como tercera o cuarta potencia económica mundial.

Existe pues una disputa por el dominio económico mundial en general encarnada en estos tres bloques bajo una competencia colosal cuyo desenlace, histórico por supuesto, aún está por verse.

Estados Unidos, además, ha perdido terreno económico en Asia, en particular en aquellos países que antes eran su “patio trasero” asiático, los llamados “dragones del pacífico”. En cambio, se ha fortalecido el bloque liderado por China, Japón y Corea del Sur. En el horizonte mediano también se perfila la posibilidad de que la India y Rusia se incorporen a ese mega bloque asiático. El pacto entre China y Rusia mostrarían también una pérdida de terreno por parte de los Estados Unidos.

El reajuste o reacomodo de las correlaciones de fuerzas mundiales en proceso, principalmente por el desarrollo de los nuevos grandes bloques comerciales, de un lado, y el debilitamiento del poderío económico de Estados Unidos por el otro, plantean como interrogante si lo que estamos presenciando es un proceso de decadencia del imperialismo norteamericano.

Por otra parte, el capitalismo, en esta nueva etapa, sigue observando **un crecimiento desmedido del sector financiero** de la economía mundial, que empezó a instalarse a principios de los años 1970, con la crisis del petróleo y el fin de los “Acuerdos de Bretton Woods”.

Este crecimiento desmedido del sector financiero se traduce, por ejemplo, en el movimiento mundial diario de aproximadamente US\$ 1,5 billones de dólares, recursos que no están aplicados directamente en actividades productivas. Esto constituye en lo fundamental un giro especulativo que genera ganancias de corto plazo para el capital financiero y las grandes empresas, incluidas aquellas consideradas como “productivas” pero que muchas veces retiran de la especulación la mayor parte de sus ganancias.

El crecimiento desmedido del sector financiero estuvo acompañado por un proceso profundo de reestructuración productiva y de alteración de los patrones de participación del Estado en la economía, de la reducción de los derechos laborales y sociales antes provistos por políticas públicas y estatales, así como de la reducción del proteccionismo vigente en diversas naciones, reducción a favor de las grandes empresas y potencias. Ha sido, además, la causa principal de las crisis financieras de muchos países y de la inestabilidad económica mundial, por lo que representa una amenaza al desarrollo económico en todo el planeta.

Por otra parte, la economía mundial sigue siendo controlada por unos cuantos países, básicamente los EEUU, la Unión Europea, Japón, países de origen de las 500 mayores empresas multinacionales, de las cuales alrededor de 450 están presentes en América Latina y Caribe. Estas empresas tienen influencia sobre los gobiernos nacionales y las instituciones multilaterales como el Fondo Monetario Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) y Organización Mundial del Comercio (OMC). Tales gobiernos e instituciones, no por casualidad, han sido instrumentos fundamentales para la puesta en práctica de las medidas de liberalización y los dogmas del llamado “Consenso de Washington”. Influyen también en

las negociaciones en la OMC, ALCA y los tratados bilaterales de comercio.

La sumisión de la mayoría de los países a la nueva lógica neoliberal provocó todavía más concentración de poder económico y político en las manos de los países más ricos y poderosos, aumentando la brecha que separa a unos y otros. En este contexto, los gobiernos de Brasil, Argentina y Uruguay vienen haciendo esfuerzos en el sentido de disminuir la vulnerabilidad externa. Una de las medidas adoptadas por estos gobiernos, con este propósito, fue la no renovación de los acuerdos con el FMI. Merece mención, asimismo, la negociación de la deuda argentina, que logró colocar soberanamente los intereses del país por encima de los intereses de los acreedores.

Además de la presencia, ya mencionada, de las empresas multinacionales más importantes del mundo en nuestro continente, convivimos en América Latina y Caribe directamente con la mayor potencia económica y militar del mundo, los EEUU, e indirectamente con los intereses de la Unión Europea, en particular de algunos de sus miembros que ya tuvieron colonias aquí.

Seguimos conviviendo, también, con un proceso de distribución regresiva de la renta y de exclusión social, situación que une la pobreza económica con la falta de acceso a derechos ciudadanos fundamentales como salud, educación, vivienda, agua potable, etc.

Se calcula que actualmente, en el mundo, 1,2 mil millones de personas viven con menos de un dólar al día, o sea, por debajo de la línea de la pobreza, de acuerdo a los criterios de la ONU, y en situación de exclusión social.

Millones de personas migran de un país a otro actualmente, ya sea porque son refugiados de los varios conflictos bélicos regionales, ya sea porque buscan trabajo en otros países más desarrollados, por no encontrarlos en los suyos. Esto sucede también en nuestro continente.

El envío de parte del ingreso duramente conquistado por parte de aproximadamente 191 millones de migrantes a sus países de origen suma actualmente US\$ 233 mil millones, de los cuales US\$ 167 mil millones van para países en desarrollo, según la Organización Internacional de Migraciones (OIM). En algunos casos, en Centroamérica, los envíos representan ya de 10 a 15% del PIB. En Brasil, los giros de dinero de los migrantes suman US\$ 10,5 mil millones al año, y en Ecuador, cerca de US\$ 2,3 mil millones al año. A México, que es quizás el ejemplo más destacado de América Latina, llegan casi 20 mil millones de dólares al año.

La migración, además de haberse convertido en una fuente de ingresos financieros muy importante para nuestros países, ha provocado también transformaciones en la sociedad y en la política de cada Nación. No debemos olvidar, por ejemplo, las declaraciones del embajador norteamericano en El Salvador, que en plena campaña presidencial afirmó que los envíos de los emigrantes salvadoreños que viven en los Estados Unidos podrían interrumpirse, en el caso de una victoria del hoy añorado compañero Schafik Handal, candidato del FMLN a la presidencia de la República.

Ahora bien, en el ámbito de las negociaciones comerciales, dos hechos indican claramente el fracaso de las iniciativas de la agenda neoliberal en materia de libre comercio:

a) La paralización de las negociaciones que pretendían resultar en la creación de un Área de Libre Comercio de las Américas. Es importante considerar el papel ejercido, en este sentido, por la

acción de los presidentes de los países del MERCOSUR que, liderados por el país anfitrión de la Cumbre de Mar del Plata, realizada a fines de 2005, pusieron un freno que creemos definitivo a las pretensiones de los gobiernos de los Estados Unidos de viabilizar el ALCA.

b) La "Ronda de Doha", que hasta el día de hoy no ha llegado a resultados concretos. No hay perspectivas en el corto plazo de que vaya a alcanzarlos. En estas negociaciones, la acción del gobierno brasileño y de los gobiernos del MERCOSUR en la reunión de Cancún, realizada en 2003, fue decisiva para enfrentar la hegemonía de los intereses de los EEUU y de la Unión Europea. La formación del G-20 ha constituido un avance importante en el diseño estratégico de las relaciones Sur-Sur.

Por su parte, frente al bloqueo del ALCA, los Estados Unidos han impulsado Tratados de Libre Comercio bilaterales. Algunos ya fueron firmados y otros están en fase de avanzada negociación entre los cuales podemos incluir a Colombia, Perú y El Salvador.

Los gobiernos progresistas, por su parte, han impulsado la integración continental a través del cambio de rumbo de los procesos existentes, en especial del MERCOSUR. En este particular, destacamos la creación del Parlamento del MERCOSUR y de los Fondos de Convergencia Estructural. Subrayamos también la ampliación del MERCOSUR, con la entrada de Venezuela, en julio de 2006, así como de las relaciones con Cuba.

La Comunidad Sudamericana de Naciones, igualmente impulsada por los gobiernos del MERCOSUR y de la Comunidad Andina de Naciones, cumple un papel importante en la integración territorial y energética de América del Sur. Los acuerdos Venezuela-Cuba, para el intercambio solidario en las áreas de la salud, educación y otras, forman parte de este nuevo impulso de integración. En este sentido, la Alternativa Bolivariana para las Américas (ALBA), constituye un instrumento más al servicio de la causa de la integración latinoamericana.

[1] En realidad "libre comercio" internacional no existe: existen dos tipos de comercio entre países, el negociado denominado eufemísticamente como "libre" comercio y el comercio no negociado o protegido.

[2] Otros piensan que a más largo plazo estaría configurándose otro sistema entre la República Popular de China y la Federación Rusa, los países con los mercados y territorios más extensos del mundo, respectivamente, y la incorporación al sistema del ACU a la India.

[3] Se dice que el siglo XIX fue el siglo de los ingleses; el siglo XX, por lo menos la segunda mitad del mismo, perteneció a Estados Unidos y está por verse quien dominará el siglo XXI.

http://forosaopaulo.fmln.org.sv/final/la_nueva_etapa/situacion_mundial.htm

DOCUMENTO BASE

LAS DISPUTAS ELECTORALES EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE

Después del XII Encuentro del Foro de São Paulo, realizado en 2005, en Brasil, hemos tenido un conjunto importante de elecciones en América Latina y Caribeña.

Estas elecciones – en Chile, Colombia, Bolivia, Haití, Costa Rica, México, Ecuador, Perú, El Salvador, Nicaragua, Brasil y Venezuela – han revelado una correlación de fuerzas, electoral y política, signada por la victoria o por lo menos por el crecimiento de las fuerzas progresistas, nacionalistas y de izquierda. Estados Unidos ha perdido parte sustancial del control político sobre América Latina y El Caribe.

Los procesos electorales han revelado también que los Estados Unidos tratan a América Central como “zona prohibida” para gobiernos de izquierda y progresistas, como ya habíamos observado en las últimas elecciones presidenciales en El Salvador. Hay que subrayar que, pese a todos estos esfuerzos, Daniel Ortega fue electo presidente de Nicaragua y, en los demás países, las fuerzas populares han venido ampliando su fuerza.

Veamos, aunque sea de modo superficial, el resultado electoral de algunos países.

En Bolivia, la acumulación de fuerzas y el avance de las luchas sociales en aquel país no sólo derrocaron a varios presidentes en los últimos años, sino que llevaron a la presidencia a Evo Morales, uno de los líderes más importantes de aquellas luchas, un *aymara* representante de la población originaria y mayoritaria de Bolivia que, sin embargo, siempre estuvo excluida de los centros de poder.

Luego de haber adoptado una serie de medidas para asegurar la posesión y el control de las riquezas naturales del país, en particular los hidrocarburos, y también para promover la reforma agraria, el gobierno Morales, el Movimiento al Socialismo (MAS) y sus aliados ahora luchan para llevar adelante la aprobación de una nueva Constitución para el país que dé sustento jurídico permanente a los compromisos asumidos con la mayoría de la población boliviana. Los cambios vienen enfrentando, empero, una fuerte resistencia de la derecha del país que, incluso, articula movimientos autonomistas en las provincias en donde es más fuerte.

En Brasil, por su parte, más de 58 millones de brasileños y brasileñas reeligieron al petista Luiz Inácio Lula da Silva como presidente de la República. Participaron en la campaña del segunda vuelta militantes del PT, PCdoB, PRB, PSB y los dirigentes y afiliados del PMDB, PDT, PV, PP, PCB, PL, PPS, PTB y PSOL. Así como militantes de movimientos sociales de la ciudad y del campo, mujeres, jóvenes, negros, indígenas, artistas, intelectuales, religiosos y sindicalistas que salieron en defensa de sus conquistas y de la continuidad de un programa de transformación económica, social y política del país.

La campaña de Lula fue de izquierda, en sintonía, como en el pasado, con nuestra militancia y con nuestra tradición de combatividad. La victoria de Lula expresa la esperanza y la confianza de nuestra sociedad, especialmente de las capas populares, en el futuro del país. Un futuro que se anuncia como

de más crecimiento económico, políticas sociales, democracia y soberanía nacional. Fue también una respuesta a los sectores conservadores y golpistas de la oposición que prometieron “acabar con la raza del PT”.

El país ingresa a un nuevo período y tiene por delante grandes desafíos: el crecimiento sustentable de la economía; la consolidación democrática, sobre todo para asegurar una mayor participación del pueblo en la vida política del país. El tercer desafío es el mantenimiento y la ampliación de las inversiones en políticas sociales.

En Nicaragua, la elección de Daniel Ortega fue una derrota explícita del imperialismo norteamericano. La victoria del FSLM tendrá impacto en la región centroamericana y es una muestra de la expansión de la ola de victorias antiliberales más allá de la parte sur del continente. Sin duda, este triunfo crea un clima político favorable para las luchas de los pueblos de Guatemala y El Salvador y permitirá también incorporar a esta parte de América Latina a un proceso de integración regional alternativo. En una Nación azotada por la pobreza y con tantas expectativas hacia el nuevo gobierno, el sandinismo tiene enormes retos. Entre los más inmediatos, saber enfrentar las presiones del FMI, el gobierno norteamericano y la derecha y al mismo tiempo, conducir al país en un marco de paz, estabilidad y reformas sociales.

A principios de 2006, fue electo también el nuevo presidente de Haití, René Préval, que ya había gobernado el país de 1996 a 2001. Préval es del partido “Fanmi Lavalas”, del presidente Bertrand Aristide. Desde que Aristide fue alejado del gobierno, en 2003, hay tropas de la ONU (MINUSTAH) en Haití, cuyo tiempo de permanencia todavía no está definido.

El Foro de São Paulo enviará una delegación a Haití, con el objetivo de analizar la situación local, a partir de contactos con las fuerzas políticas y sociales, así como también con el gobierno Préval. Esta delegación, compuesta por todos los partidos-miembros del Grupo de Trabajo, debe producir un informe sobre esa visita.

De antemano, el XIII Encuentro se dirige a los partidos que integran gobiernos que tienen tropas en la MINUSTAH, informando que nuestra opinión es que hace falta crear las condiciones para, en el plazo más corto, sustituir la presencia de tropas de la MINUSTAH por un apoyo exclusivamente humanitario.

En las elecciones presidenciales de Ecuador, en octubre, disputaron la segunda vuelta el candidato Álvaro Noboa, por el Partido de la Renovación Institucional – Alianza Nacional (PRIAN) y Rafael Correa, por la Alianza País (AP). Correa logró unir la izquierda y la centro-izquierda en torno a su candidatura y venció al “Magnate de las Bananas”, Noboa, por una diferencia de 14 puntos porcentuales.

Correa se comprometió a no firmar el Tratado de Libre Comercio con los EEUU ni a renovar la cesión de la base militar de Manta a los norteamericanos. Tendrá, empero, un gran reto por delante, a saber, el de gobernar prácticamente sin apoyo en el parlamento, puesto que la derecha ha formado amplia mayoría y la AP no lanzó candidatos. En este sentido, su propuesta de transformaciones estructurales en Ecuador pasa por la realización de un plebiscito que consulte a la población acerca de si ésta desea o no la convocatoria de una Asamblea Nacional Constituyente.

La victoria del presidente Chávez en Venezuela fue indiscutible y fue fruto del trabajo que viene haciendo para transformar a su país. Chávez consolidó su liderazgo político cuando se enfrentó al proceso golpista que promovió la derecha al inicio de su mandato y que, en la práctica, sólo tuvo fin en 2004, con su victoria en el referendo derogatorio. En tan sólo dos años que separan ese momento de la actual elección, el gobierno bolivariano de Venezuela hizo mucho para avanzar con la organización popular y para promover la justicia social.

En Chile salió victoriosa la candidata Michele Bachelet. Apoyada por los partidos de la Concertación y luego en la segunda vuelta por el Partido Comunista, logró derrotar a la derecha. Bachelet hizo compromisos para reformar el sistema electoral y al mismo tiempo, encabezar otras reformas de tipo social, como el del sistema de pensiones. La posibilidad de que se fortalezca una vía progresista frente a la corrupción, el burocratismo y la derecha en Chile dependerá de la iniciativa de las fuerzas de izquierda, el movimiento popular, y la conducta de la Presidenta. Como quiera que sea, y los acontecimientos ocurrido por la muerte de Pinochet lo demuestran, la existencia de un gobierno como el de Bachelet tiene un significado muy relevante para las fuerzas democráticas, progresistas y de izquierda de América Latina.

Al lado de estas victorias, tuvimos otras elecciones presidenciales cuyos resultados deben ser analizados de forma distinta: Costa Rica, Perú, Colombia, México.

En Costa Rica, en febrero de 2006, Oscar Sánchez Arias, del Partido de Liberación Nacional (PLN) fue el vencedor de las elecciones presidenciales. Él ya había sido presidente de 1986 a 1990. En 1987, recibió el Premio Nóbel de la Paz por su actuación en las negociaciones de paz en Centroamérica. Sin embargo, disputó las elecciones de 2006 con una plataforma totalmente neoliberal, de defensa de la privatización de las empresas públicas costarricenses y de la firma del Tratado de Libre Comercio de América Central (CAFTA).

Arias derrotó a Ottón Solís por un margen de sólo 1,1% de los votos. Su oponente había sido Ministro de Planificación del primer gobierno de Arias y había renunciado entonces por discrepar del plan de ajuste estructural instrumentado por Arias bajo la orientación del FMI. Fue candidato por el Partido de la Acción Ciudadana – PAC, creado en 2002, que ya había causado sorpresa al elegir 24 diputados federales.

Solís llegó muy cerca de la victoria en una campaña en la cual se oponía al Cafta y enfatizaba la adopción de medidas de participación popular y de combate a la corrupción. Su ascenso al segundo lugar rompió una tradición de disputa bipartidista entre el PLN y el demócrata cristiano Partido de la Unidad Social Cristian (PUSC), ambos desgastados por sucesivos escándalos de corrupción.

En el Perú, la principal disputa se dio en junio de 2006, entre Ollanta Humala, un militar de la reserva y candidato por la coalición partidaria Unión por el Perú; y Alan García, que ya había presidido el país en la década de 1980 por el Partido Aprista.

Humala se presentó con una plataforma nacionalista y de promoción de los derechos sociales, que le dio la mayor votación en la primera vuelta, aunque insuficiente para ganar la Presidencia. En el segundo turno, el apoyo de los partidos de derecha a García le permitió a éste obtener una mayoría

con el 54% de los votos.

Mientras que Alan García venció holgadamente en la capital y provincias cercanas, Ollanta triunfó en las 16 provincias del interior, principalmente en las regiones más pobres. Sin embargo, partidos de izquierda como el socialista (PSP), el comunista (PCP) y "Patria Roja", todos juntos, obtuvieron tan sólo un 1,5% de los votos en el primer turno y quedaron sin representación parlamentaria.

En Colombia, el presidente Álvaro Uribe fue reelecto en primera vuelta, en mayo, con el 62,2% de los votos. No obstante, el Polo Democrático Alternativo alcanzó el segundo lugar, con la candidatura de Carlos Gaviria, superando al Partido Liberal y convirtiéndose en una alternativa real de gobierno en el país. Este avance electoral de la izquierda se debe también a un proceso de acumulación de las luchas sociales, de la construcción de unidad del Polo y de sus alianzas locales, así como por el éxito obtenido en gobiernos municipales y estatales conquistados en 2003, como, por ejemplo, la Alcaldía de Bogotá y el Estado del Valle.

Uribe detenta la mayoría en el parlamento desde las elecciones parlamentarias realizadas en marzo de 2006, y lleva a cabo un programa neoliberal que incluye la realización de un acuerdo de libre comercio con los EEUU. Sin duda, el gobierno colombiano ha sido uno de los aliados más importantes de los intereses norteamericanos en América Latina.

En México se dio una de las campañas electorales más disputadas. El candidato de la Coalición Por el Bien de Todos (integrada Partido de la Revolución Democrática, el Partido del Trabajo y el Partido Convergencia), Andrés Manuel López Obrador, mantuvo la delantera prácticamente todo el tiempo, enfrentando una durísima campaña calumniosa y anticomunista por parte del entonces Presidente Fox, un grupo poderoso de empresarios, y el PAN, el partido de la derecha mexicana, con la ayuda de los grandes medios de comunicación.

Los resultados electorales oficiales dieron la victoria a Felipe Calderón (PAN) por 0.58% de diferencia. La Coalición inició al otro día una protesta masiva alegando fraude sobre todo por la intervención del Presidente y de los empresarios, prohibidas por la ley, pero también por diversas irregularidades en cerca de 50 mil urnas, de un total de 132 mil, o sea, casi 38% de los votos estaban bajo sospecha.

El PRD articuló un proceso de recursos judiciales y de movilizaciones para presionar al Tribunal Electoral y se recontara la totalidad de los votos. Esta movilización incluyó, durante casi dos meses, la realización de grandes asambleas en el centro de la Ciudad de México, normalmente acompañadas por más de un millón de personas, y por un campamento en el Zócalo, la plaza central de la ciudad, además del bloqueo de las principales avenidas de la capital.

Sin embargo, el 6 de septiembre, el Tribunal Electoral del Poder Judicial Federal de México ignoró todas las protestas y declaró vencedor al candidato de la derecha. Ante ello, las fuerzas de la Coalición decidieron proclamar a López Obrador como presidente legítimo y darle posesión como dirigente de un gobierno paralelo, el día 20 de noviembre, fecha simbólica, pues marcó el inicio de la Revolución Mexicana en 1910.

Hasta los sectores izquierdistas que pregonaron el voto nulo, pues para ellos el PRD y la candidatura de López Obrador no representaban diferencias fundamentales en relación a los demás partidos y candidatos, apoyaron las movilizaciones contra el fraude y contra la derecha. Si estas mismas fuerzas

hubieran decidido participar en la campaña y llamar a votar por López Obrador quizás se hubiera podido evitar el triunfo de la derecha y se hubiera contribuido a transformar a México en un país más democrático, con un gobierno más respetuoso con los movimientos sociales y que seguramente aportaría al proceso de transformación política de América Latina y Caribe.

De cualquier manera, las elecciones mexicanas de 2006 confirmaron la decadencia del PRI y reafirmó al PRD como la fuerza de oposición más importante y como una alternativa real de gobierno.

Este ciclo de elecciones presidenciales, que debe cerrarse con la disputa en Argentina, en 2007, consolidó e incluso amplió el abanico de gobiernos progresistas y de izquierda en América Latina.

Estos resultados demuestran que gran parte, quizá la mayoría de la población de nuestro continente, quiere seguir el camino de los cambios y no quiere vivir más bajo la hegemonía neoliberal. Este proceso de cambios asume distintas formas, desde las más radicales hasta las más moderadas e institucionales. Los caminos de la izquierda latinoamericana son diversos y plurales.

Por su parte, la derecha ha respondido en estos países de manera muy similar, con métodos basados en los medios de comunicación, el poder del dinero y la mentira, y con un rostro extremadamente reaccionario.

En primer lugar, quedaron cada vez más evidentes los puntos de contacto y la cooperación entre las fuerzas políticas de derecha, en cada país, y los intereses de los EEUU.

En segundo lugar, los Estados Unidos mantuvieron una actitud de ingerencia, que fue particularmente fuerte en América Central y en algunos países que el gobierno norteamericano trata como enclaves, como es el caso de Colombia, Paraguay y El Salvador.

En tercer lugar, la maquinaria político-ideológica de la derecha, sus principales líderes, los medios y las fuerzas económicas en nuestra región hablan ahora de la existencia de una confrontación entre las fuerzas de mercado y democráticas versus el "populismo de izquierda" y autoritario.

Llaman a nuestros gobiernos "populistas" en el afán de estigmatizar y descalificar nuestra política, asociándola con el pasado. Al mismo tiempo, intentan dividir a los gobiernos progresistas en dos grupos: la "izquierda moderna" y la "izquierda atrasada" con la intención de borrar los muchos objetivos comunes que unen a nuestros gobiernos y partidos. Esta diferencia es falsa y lo que en verdad existe es una diversidad de estrategias que responden a las realidades y condiciones de lucha que existen en cada país.

A la vez que se traba una batalla ideológica contra nosotros, la derecha no demuestra mayores escrúpulos para intentar mantenerse en el poder. En Venezuela, por ejemplo, impulsó un golpe de Estado, que fue derrotado por la intervención popular. En Brasil, intentaron un golpe mediático. En México, no dudaron en violar la ley y hacer fraude en las elecciones. En Colombia, apoyan el paramilitarismo.

http://forosaopaulo.fmln.org.sv/final/la_nueva_etapa/elecciones.htm



Untitled Document

!M_/Foro/2007_4.htm (6 of 6)2/12/2008 16:06:10



Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:45
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434513500000013275134>
Número do documento: 19071217434513500000013275134

DOCUMENTO BASE

UN NUEVO PERIODO EN AMERICA LATINA

La coincidencia de varios gobiernos de izquierda y progresistas en América Latina constituye la gran novedad de la situación actual en esta región del mundo.

Esta novedad se hizo posible gracias a la combinación de tres elementos principales: los efectos del neoliberalismo en la región, la capacidad que han demostrado varios partidos de capitalizar electoralmente la insatisfacción popular, y el crecimiento de los movimientos populares de resistencia y de protesta.

Es importante recordar que, en los últimos años, el movimiento social ha logrado alcanzar gran relevancia y articulación internacional, por ejemplo, por medio de los sucesivos “Foros Sociales Mundiales”, lanzando la consigna de que “otro mundo es posible”, contra la globalización neoliberal y el “pensamiento único”.

Además de las cinco ediciones mundiales (cuatro en Porto Alegre y una en Mumbai) y la edición “policéntrica” de 2006 (teniendo en Caracas uno de sus polos), se llevaron a cabo decenas de eventos regionales, nacionales e incluso municipales, posibilitando la participación de millones de personas en los debates, un proceso que ha dado una contribución importante para las transformaciones políticas, económicas y sociales defendidas por los partidos miembros del Foro de São Paulo.

Es importante poner de relieve que, desde el primer Foro Social Mundial, el Foro de São Paulo ha organizado actividades para promover el diálogo entre partidos políticos y movimientos sociales, buscando la convergencia en torno a los objetivos comunes de combate al neoliberalismo. La realización del Foro Parlamentario Mundial y del Foro de Autoridades Locales también contó con intensa participación de representantes de los partidos del FSP.

En el continente americano, se organizó la “Alianza Social Continental”, que desde 1997 viene llamando la atención sobre los daños de todo orden que el libre comercio, impulsado por los EEUU, trae a los países en desarrollo del continente. En consecuencia, la Alianza Social Continental ha defendido con firmeza el rechazo al ALCA.

Las “Cumbres de los Pueblos”, eventos paralelos a las cumbres de jefes de Estado de las Américas realizadas desde 1998 en Santiago de Chile, también han sido momentos memorables. En estas Cumbres, parlamentarios del Foro de São Paulo siempre han estado presentes.

Podemos decir, en síntesis, que la correlación de fuerzas en el continente, hoy, es mucho más favorable a las ideas defendidas por los partidos que integran el Foro de São Paulo. Pero es necesario recordar que los avances registrados por las fuerzas de izquierda y progresistas traen consigo enormes posibilidades, pero también viejos y nuevos problemas. Además, nuestros éxitos no significan que el neoliberalismo haya sido derrotado, ni tampoco que el patrón histórico de desarrollo capitalista vigente en la región esté cerca de ser superado. Todo esto pese al gran esfuerzo que se vienen haciendo varios gobiernos de la región, en el sentido de ampliar la soberanía, la democracia y las políticas

sociales.

Al analizar la situación mundial y la de América Latina en particular, podemos afirmar que estamos en un momento extremadamente contradictorio. Por un lado, las fuerzas neoliberales mantienen su hegemonía en el terreno económico-social, en el manejo de las instituciones internacionales, y en el control del aparato militar; conservan además el gobierno de varios países de la región. Por otro lado, las fuerzas progresistas, democrático-populares y socialistas han recuperado parte de la capacidad organizativa y de movilización que tenían antes de los años 1990, además ocupan posiciones importantes en los gobiernos de varios países de la región, desde los cuales vienen buscando reorganizar el tejido social y el funcionamiento de la economía nacional y regional.

Esta es la realidad con la que nos toca lidiar. Enfrentar al capitalismo y al imperialismo, pero ahora desde la nueva coyuntura política establecida en nuestro continente, en la cual, al lado de partidos y movimientos sociales, disponemos también de influencia sobre varios gobiernos nacionales.

No está por demás recordar que en 1990, sólo había un gobierno dirigido por un partido miembro del Foro de São Paulo, Cuba. Hoy, además, partidos-miembros participan de gobiernos nacionales en Nicaragua, Brasil, Venezuela, República Dominicana, Bolivia, Chile, Uruguay, Argentina y Ecuador.

Por ende, nuestra principal tarea política en este XIII Encuentro del Foro de São Paulo es la de promover un debate que resulte no sólo en una visión adecuada del momento, sino que principalmente permita acciones concretas que articulen gobiernos, partidos y movimientos sociales en una estrategia de integración regional que responda a los intereses de la soberanía nacional, ampliación de las libertades democráticas, desarrollo con justicia social y combate a las asimetrías sociales y territoriales.

Actuando de esta forma, reafirmaremos los compromisos asumidos desde el X Encuentro de La Habana, de luchar por la independencia nacional, por justicia social, por la paz, por la democracia y por un nuevo orden internacional, que ponga fin a la subordinación de nuestros países a las potencias imperialistas, en todos los sentidos.

Como bien ha sido señalado en varios de nuestros Encuentros, las fuerzas políticas y sociales de la izquierda latinoamericana y caribeña operan en realidades históricas y desde estrategias muchas veces diferentes y contradictorias entre sí. Exactamente a causa de ello, el punto de contacto que permitirá acordar un plan común entre gobiernos, partidos y movimientos sociales está en la construcción de una **estrategia convergente de integración continental**.

DOCUMENTO BASE

PROPUESTAS ALTERNATIVAS AL NEOLIBERALISMO EN EL AMBITO POLITICO, SOCIAL Y ECONOMICO

Uno de los temas más debatidos por el Foro de São Paulo, desde su surgimiento, ha sido el de un proyecto alternativo al neoliberalismo. En 1990, cuando se creó el Foro, la mayor parte de las organizaciones fundadoras tenía en el socialismo el horizonte estratégico a partir de cual pensaban su alternativa al neoliberalismo.

Hoy, cuando la hegemonía neoliberal está siendo rebasada por la izquierda y actuamos en una correlación de fuerza mejor que en aquella que predominó en los años 90, hay una variante más amplia de respuestas.

Muchas de las organizaciones que integran el Foro de São Paulo siguen teniendo como “objetivo final” la construcción de una sociedad alternativa y superior al capitalismo. Otras organizaciones trabajan por la constitución de sociedades con altas dosis de bienestar social, democracia política y soberanía popular, en los marcos del capitalismo.

Además de esta diferencia programática, conviven también al interior del Foro de São Paulo distintas estrategias políticas, con respecto a las formas de lucha, su participación en procesos electorales, el papel de las fuerzas de izquierda en gobiernos electos, y la relación con las clases dominantes locales y con los Estados Unidos.

El XIII Encuentro debe ser un espacio para que estas diferencias estratégicas y programáticas sean debatidas en profundidad, pero sin perder de vista que – más allá de estas discrepancias – sigue siendo posible y necesario construir acciones comunes en la disputa que realizamos en cada uno de nuestros países y en el conjunto del continente, desde la acción partidaria, de las luchas sociales, de las disputas electorales y de la acción de los gobiernos.

A pesar de que la hegemonía del capitalismo parece muy sólida, por otro lado se han agravado todos los grandes problemas de la humanidad. Justamente por esa razón, la hegemonía neoliberal, principalmente en nuestra gran región, viene sufriendo conmociones políticas y económicas y perdiendo significativamente capacidad de obtener el apoyo social. La construcción de caminos nacionales e internacionales **post neoliberales** sigue siendo un enorme desafío. Uno de los mayores avances en la superación de este desafío ha sido justamente la combinación entre lo nacional y la construcción de un espacio común en América del Sur, en contraposición al dominio del imperialismo norteamericano. Pero permanecen los desafíos internos de cada país, resultantes del peso hegemónico del capital en la organización económica y en las estructuras de poder. Una combinación dinámica y virtuosa de conquistas nacionales e internacionales sigue en el orden del día.

En este contexto, cualquiera que sea nuestro “objetivo final”, se hace imperativo luchar por la soberanía nacional, por la democracia y por la ampliación de las políticas sociales, lucha que además es vista

como altamente subversiva por las fuerzas de *status quo*.

La adopción de un modelo orientado al desarrollo, entendido no sólo como crecimiento económico, sino como un camino de superación de la dependencia y de la desigualdad, representaría un avance inmenso para la América Latina y Caribeña. Un modelo de este tipo no constituye, obviamente un regreso al pasado. Hay que recordar que el desarrollo capitalista en nuestro continente, incluso en donde asumió formas más avanzadas, siempre estuvo acompañado de la ampliación de las desigualdades, de la dependencia externa y de la falta de democracia política.

El modelo neoliberal agravó los rasgos más negativos del capitalismo latinoamericano y caribeño: desde principios de los años 1990, asistimos al empeoramiento de la situación social, al aumento del desempleo, a la ampliación de la dependencia externa y a la concentración aún mayor del ingreso y de la riqueza. Si nuestro objetivo es superar el neoliberalismo, sin volver a los límites del modelo de desarrollo anterior, tendremos que enfrentar varios retos.

El primero de ellos es luchar por la democratización profunda de nuestras sociedades. Esto significa mucho más que elecciones periódicas. El sistema político existente en la mayoría de los países de nuestro continente sigue produciendo enormes distorsiones, susceptible a todo tipo de manipulación por parte de las oligarquías económicas y de los partidos conservadores. El control social sobre la actividad política y estatal es extremadamente reducido. A la mayoría de la población sólo le toca elegir periódicamente a sus representantes. Los medios de comunicación, que generalmente están en manos de monopolios privados, interfieren de manera descarada en perjuicio de la democracia.

El segundo se refiere a la ampliación de las políticas sociales públicas, incluso la creación de nuevos derechos. Antes de la ola neoliberal, la cobertura del Estado en áreas como salud y educación era reducida en la mayor parte del continente. Sin embargo, el neoliberalismo aumentó esta debilidad al extremo, haciendo que varios de estos servicios públicos pasaran a ser accesibles solamente a través del mercado.

Además de tener plenamente garantizado el derecho a la salud, educación y alimentación, los pueblos latinoamericanos y caribeños deben tener asegurados los servicios básicos (electricidad, telecomunicaciones, agua potable y alcantarillado, transporte público y vivienda), así como el acceso cada vez más amplio a las redes de carreteras, caminos, puertos y aeropuertos.

El tercer desafío consiste en la realización de reformas estructurales que alteren la matriz social y económica de nuestras sociedades. Banderas como la reforma agraria y la reforma urbana no son asuntos de los años 1950. Siguen constituyendo objetivos esenciales, en la mayoría de nuestros países.

El cuarto reto se refiere a la creación de un modelo económico alternativo que combine capacidad de crecimiento, capacidad de innovación, generación de empleo y renta, con redistribución del ingreso y de la riqueza. Este objetivo, en el actual estadio de la economía internacional y en los marcos de la correlación de fuerzas vigente en el mundo, exige que se trabaje a escala continental.

El modelo de desarrollo "latinoamericano y caribeño", alternativo al neoliberal, debe acabar con la polarización pobreza-riqueza. Asimismo debe acabar con todo tipo de discriminación profundizado por

el "capitalismo salvaje" y con el grave deterioro de los recursos renovables y no renovables de la naturaleza

Para ello, la base productiva de bienes y servicios de cada uno de los países, así como las fuentes fundamentales de energías y materias primas e insumos diversos, deben quedar bajo control de los Estados y los países y no al servicio exclusivo de las empresas transnacionales. Estos sectores productivos constituyen los fundamentos para el desarrollo económico en general; de su crecimiento depende la generación de empleos para población.

El desarrollo de las capacidades productivas de bienes y servicios debe tener como centro la satisfacción de las necesidades básicas de las poblaciones para elevar gradualmente su nivel de vida, y al mismo tiempo apoyar la capacidad de exportación para generar los recursos financieros necesarios para el desarrollo, la estabilidad y crecimiento sostenido de la economía nacional.

Es necesario considerar, asimismo, que si nuestras economías necesitan ser en parte orientadas hacia el mercado externo, es fundamental que ellas sigan, en gran medida, dirigidas hacia el mercado interno. Mientras el primero permite reunir los recursos para comprar bienes que no producimos, es el segundo el que genera la dinámica interna que hace posible generar empleos, renta y calidad de vida.

Por ello, debemos buscar fortalecer nuestros mercados internos, de manera integrada con la política externa, lo que implica definir una política industrial expansiva y una política agrícola la soberanía alimentaria. Esto, en muchos casos, exigirá llevar a cabo la reforma agraria, acompañada de medidas para garantizar apoyo técnico y crédito para estos productores. De esta forma, podremos garantizar alimentos para nuestra población y eventualmente excedentes agrícolas para exportar.

Hay todavía algunos factores más que deben ser movilizados, también en el sentido del fortalecimiento de los mercados internos, como el apoyo a las pequeñas y medianas empresas. Éstas, normalmente, están compuestas por capital nacional, generan más empleos por unidad de capital en comparación a las grandes empresas transnacionales, y tienden a reinvertir sus recursos en sus países de origen.

Una de las maneras de hacerlo es por medio de la orientación de compras gubernamentales. Por ello, este tema debe mantenerse fuera de la agenda de la OMC y evitar que se apruebe alguna medida relevante que los restrinja como instrumento de política económica.

La inversión de recursos debe orientarse hacia el respaldo a las empresas nacionales de todos los tamaños. Un aspecto importante tiene que ver con el acceso a la ciencia y la tecnología. El modelo deberá sacar del atraso tecnológico particularmente a los sectores populares de la economía, incluyendo a los informales, e incorporar plenamente a la dinámica económica del país a todos aquellos sectores parcial o totalmente excluidos.

El sistema de desarrollo latinoamericano y caribeño alternativo, debe contar con su propio sistema de financiamiento y crediticio alternativos a los que funcionan hoy sólo en interés de oligarquías y bancos extranjeros.

El quinto desafío es el de combinar la soberanía nacional con la cooperación entre los distintos pueblos y países que abracen este proyecto de integración continental. Desafío aún mayor si recordamos que cada uno de nuestros países posee historias particulares y correlaciones de fuerzas específicas, a lo cual respondemos con estrategias y programas también diferenciados. La polarización Norte-Sur debe ser reemplazada por la solidaridad y cooperación e Integración Sur-Sur, y cooperación Norte-Sur con respeto y beneficio mutuo, bajo el lema de que históricamente “un mundo mejor es posible” para los pueblos del tercer mundo.

Todos estos desafíos están entrelazados: no habrá democracia sin soberanía y desarrollo; no habrá soberanía sin desarrollo y democracia; y no habrá desarrollo de nuevo tipo sin democracia y soberanía. Tales desafíos suponen, además, enfrentar la herencia y los intereses de importantes fuerzas políticas y sociales.

DOCUMENTO BASE

UNA INTEGRACION ALTERNATIVA

El proyecto estratégico de integración continental concebido por los Estados Unidos fue el Acuerdo de Libre Comercio de las Américas. Anunciado en 1992 y previsto para su arranque enero del 2005, como instrumento para competir con la Unión Europea por la hegemonía económica del Siglo XXI, “murió” sin embargo a comienzos del 2006.

Estados Unido tuvo que tomar el camino de los tratados de “libre comercio” bilaterales y regionales (Chile, Colombia, Perú, Panamá, CAFTA), proceso iniciado desde principio de los noventas, para bloquear los esfuerzos comunitarios que le estorbaban como MERCOSUR y la Comunidad Andina de Naciones.

El ALBA y otros esfuerzos de integración latinoamericana y caribeña, que aparecieron en una dirección y rumbo opuesto al trazado por el imperialismo para el ALCA y los TLC bilaterales, abrieron otros **caminos integracionistas de los pueblos**. Estos proyectos avanzan con base en acuerdos y convenios entre los gobiernos de Venezuela, Cuba, Bolivia, Brasil, Argentina y otros, así como entre gobiernos municipales dirigidos por fuerzas de izquierda revolucionaria, progresistas y patriotas.

En América Latina, y El Caribe, el intento de un solo sistema monetario basado en el dólar fracasó y su posibilidad histórica está clausurada. Habrá que discutir con mayor cuidado si existen condiciones para configurar un sistema financiero y monetario único para el avance de los procesos de integración de los pueblos latinoamericanos y caribeños. Un sistema de pagos adecuado a la situación del período actual de los procesos integracionistas, en transición hacia la ruptura con el capitalismo y consolidación y desarrollo del nuevo modelo con orientación al socialismo.

Los compromisos de los pueblos latinoamericanos y caribeños deben orientarse hacia una plena integración en los aspectos políticos, económicos, sociales, de cooperación científico-tecnológica y culturales, y unidad de voz y posición frente a la readecuación mundial en marcha.

La región debe fortalecer los procesos de integración para hacer sentir su participación y peso conjunto en los organismos de la Comunidad Internacional, tanto del sistema de Naciones Unidas, de la Organización de Estados Americanos y de los organismos subregionales, así como para empujar los cambios que exigen nuestros pueblos.

Un proceso de integración alternativo demanda análisis y comprensión de la realidad asimétrica existente entre las economías de nuestros países y, sobre todo, exige mucha capacidad política. Esto último porque existe una contradicción que se presenta entre el fortalecimiento de la soberanía nacional para enfrentar el imperialismo y las políticas de las empresas multinacionales, vis-à-vis el proyecto de integración económica, social y política que necesariamente exige que cada país abdique

de algún nivel de soberanía. Si esto no ocurre no hay integración posible.

Los países más grandes tienen que entender que deben ceder más a los países de menor tamaño, y no a la inversa. No se puede esperar, principalmente en economía, que haya reciprocidad simétrica entre países asimétricos. Ésta es, incluso, una de las razones por las cuales nos opusimos al ALCA. Por éstas y otras razones, los gobiernos tienen que intervenir, promoviendo la necesaria discusión y negociación para que haya una participación equilibrada de todos y para minimizar eventuales consecuencias negativas.

La ventaja de América Latina y el Caribe en este aspecto es que presenta muchas posibilidades económicas aún inexploradas y una población de aproximadamente 500 millones de habitantes que conforma un mercado potencial muy interesante. Todavía no tenemos una idea clara de la magnitud que podría adquirir una mayor integración física entre nuestros países. Entre muchos de ellos, las principales y hasta únicas vías de transporte son la fluvial, la marítima o la aérea. Hasta hoy no existe conexión terrestre entre América del Sur y América Central.

En el caso de las conexiones aéreas, todavía hay verdaderos absurdos, como por ejemplo, que para ir de Bogotá a la ciudad de Belém en la Amazonía brasileña es necesario pasar por São Paulo, lo que transforma un vuelo potencial de dos horas en un viaje de aproximadamente nueve horas, casi el mismo tiempo para ir de Bogotá a Madrid, en España. Lo mismo ocurre para ir de Mato Grosso, Rondônia o Acre hacia Bolivia, país lindero con estos estados.

De esta forma, países que son vecinos y que podrían desarrollar relaciones económicas y políticas mucho más estrechas, en la práctica están tan distantes como los continentes europeo, asiático o africano. Por lo tanto, la inversión en carreteras, ferrocarriles y puentes, entre otros, es fundamental. La Iniciativa para la Integración de la Infraestructura de Sudamérica (IIRSA) considera la realización de estas obras en América del Sur. Los críticos de esta iniciativa la acusan de favorecer solamente al capital. Por ejemplo, la construcción del puente y de la carretera que ligarán Brasil al Perú por medio de la frontera en Acre tendría tan solo el objetivo de canalizar la soja brasileña hacia el Pacífico por medio de los puertos peruanos y como efecto colateral la producción de soja se extendería por la Amazonía con graves daños ambientales.

Desde nuestro punto de vista, no podemos ser ingenuos, pero tampoco debemos adoptar una actitud defensiva. La integración territorial es una necesidad, pues sin ella otros aspectos serán muy difíciles alcanzar. La cuestión es conducir dicha integración bajo una hegemonía política adecuada que permita evitar o por lo menos controlar los daños colaterales. Nada impide, por ejemplo, que haya severas reglas y fiscalización para evitar daños ambientales a la Amazonía.

La integración energética es otro factor de suma importancia, debido al potencial de energía eléctrica hidráulica existente en varios de nuestros países, el petróleo y gas natural en otros y la biomasa posibilitada por la extensión y riqueza del suelo latinoamericano.

Los acuerdos petroleros firmados por Venezuela, Brasil y Argentina durante la primera cumbre de la Comunidad Suramericana de Naciones (CASA) fueron un primer paso para la integración energética del sur. Venezuela, el quinto exportador mundial de petróleo, firmó cinco convenios para invertir US\$ 3,5 mil millones en proyectos energéticos conjuntos entre las empresas estatales Petróleo de

Venezuela (PDVSA) y Petróleo do Brasil (Petrobras).

Según declaraciones de Venezuela, los convenios con Brasil tienen como objetivo impulsar el proceso de integración suramericana, así como la aproximación entre Petroamérica y Petrocaribe. Petroamérica es una iniciativa basada en la cooperación y complementación energética entre los países de América del Sur, que incluirá las iniciativas de Petrocaribe, Petroandina y Petrosur.

Otra propuesta es el Anillo Energético del Sur. Este plan prevé una red de gasoductos que abastecería a Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay con gas venezolano, al cual se sumaría, posteriormente, Bolivia.

Los recursos naturales existentes en América Latina y el Caribe ofrecen la base para cualquier proyecto de desarrollo, puesto que, a diferencia de otros países que hoy son industrializados, aquí tenemos la energía necesaria para sustentarlo y tenemos, además, las condiciones para alimentar a todos.

Sin embargo, el modelo político para conducir la integración también tendrá que ser diferente al que ha sido adoptado en las experiencias hasta ahora en ejecución (MERCOSUR, CAN, SICA y CARICOM), en las que todas las decisiones están concentradas en los jefes de Estado. Si la integración no involucra a más actores, no se expandirá. A modo de ejemplo, en el caso de recién creado Fondo para Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM), si la burocracia de esta institución no llega a tener un mínimo de autonomía para definir los proyectos a financiar y si son sólo los gobiernos centrales los que deciden, el Fondo servirá de poco.

Hablamos mucho de integración entre los pueblos, pero si no llega a haber mecanismos institucionales que la promuevan, tales como, para dar un ejemplo, la enseñanza del idioma de los países vecinos, así como su historia, geografía y cultura; si no se generan espacios institucionales en donde autoridades locales, parlamentarios, sindicatos y empresas, puedan incidir de forma relevante y, principalmente, si no hay libre circulación de personas por las fronteras, el proyecto de integración será tan sólo un discurso.

Llevar la integración del continente a su plenitud es probablemente el principal reto que está planteado para nuestros gobiernos, ya de ella depende que se mantenga el desarrollo nacional y la reducción de la dependencia externa de nuestros pueblos.

La integración debe considerar también los aspectos sociales y políticos. El ALBA, acordada inicialmente entre Cuba y Venezuela y el Acuerdo de Comercio entre los Pueblos propuesto por Bolivia son iniciativas positivas que asumen esta dimensión.

En el aspecto social, hay mucho que podrá y deberá hacerse en común, como programas de salud y combate a endemias como el HIV-SIDA, malaria, tuberculosis y enfermedad de Hansen, que pueden potenciar sus resultados en forma más económica, realizando acciones en mayor escala.

En cuanto a la educación, una meta común es la erradicación definitiva del analfabetismo, que puede ser ejecutada de forma supranacional por medio de programas solidarios e incluso con la participación voluntaria de estudiantes. Las iniciativas cubanas en este sentido y la metodología Paulo Freire de

Brasil pueden ser buenas referencias para este fin.

Además de los programas comunes de idiomas, historia, geografía y cultura en la enseñanza fundamental, que fortalecerán el proceso de integración de forma permanente, es también posible promover programas de intercambio en formación técnica y universitaria. Resultaría también fundamental desarrollar mecanismos de equiparación curricular y reconocimiento mutuo de certificados de formación superior.

La política de medio ambiente en áreas fronterizas y en regiones comunes, tales como la Cuenca Amazónica que abarca a Bolivia, Perú, Colombia, Venezuela, Guyana, Surinam, Guyana Francesa y Brasil, debería ser compartida y concertada. Hay también iniciativas que se derivan del Protocolo de Kyoto, para el control de la emisión de carbono, que pueden igualmente ser instrumentados de común acuerdo.

Ciertas políticas sociales, tales como la erradicación del trabajo infantil y el trabajo esclavo o análogo, la promoción del concepto de trabajo decente de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) y políticas de renta mínima, resultarían también fortalecidas en la medida en que todos los países las adoptaran como prioritarias.

Se puede incluso pensar en acciones conjuntas ante las instituciones multilaterales para financiar las iniciativas propuestas en el caso de ausencia de recursos a nivel nacional. De igual manera con relación a otros temas, como pueden ser vivienda y saneamiento básico. Además de promover la integración latinoamericana, bajo las premisas mencionadas, debemos pensar en la necesidad de establecer una relación internacional sur-sur que provea las bases para mejorar las relaciones con el norte. La importancia de esto ha quedado demostrada con la creación del G-20 en la OMC y con la articulación de los gobiernos progresistas en la elección del Secretarios General de la OEA.

Hay también iniciativas internacionales que pueden traer beneficios para todos, como es el caso, por ejemplo, de la conferencia de países sudamericanos y árabes, realizada en Brasilia en 2004. Finalmente, debemos tener claridad sobre el hecho de que la integración no es un proyecto sencillo, ni tampoco a corto plazo. El proceso europeo, aún inconcluso, y que a nosotros nos sirve más como aprendizaje que como modelo a seguir, ya lleva más de 50 años. Lo fundamental, en cualquiera de los casos, es asegurar una integración continental que tenga en el pueblo su cimiento fundamental. Para ello, debemos trabajar en pro de la creación, en el plazo más corto posible, de un parlamento continental.

A la par de la definición de un proyecto de integración continental y mundial, hay que reflexionar en que, para construir un modelo alternativo al neoliberalismo, es necesario replantearse el papel del Estado. Según la experiencia histórica de muchas sociedades del mundo, incluyendo América Latina, el Estado debe ser instrumento fundamental del desarrollo. Para ello, el Estado debe promover la concertación económica y social entre todos los sectores, en función del bienestar de la población y el país, y sobre estas bases deberá desplegar su capacidad negociadora en el plano internacional, y en defensa de los intereses y soberanía nacionales.

El Estado debe conservar bajo su control aquellos recursos económicos de alcances estratégicos, fomentar la productividad y competitividad del país, realizar las inversiones en la infraestructura económica y social que sean necesarias, impulsar programas de ciencia y tecnología, mejorar la eficiencia de los servicios públicos y asegurar el marco legal que propicie las inversiones de capital nacional y extranjero.

El Estado, mediante la ejecución de políticas fiscales adecuadas a las necesidades del modelo alternativo de desarrollo, debe promover la redistribución de los ingresos y procurar equidad efectiva en el disfrute de los beneficios del crecimiento económico. También hay que fortalecer la capacidad financiera del Estado con programas de justicia fiscal a través de reformas tributarias que hagan progresivo el pago de impuestos sobre la renta, aliviando así la tributación de pequeñas y medianas empresas, además de gravar especialmente las herencias y grandes fortunas.

En la medida de las posibilidades históricas debe procurarse que **la economía tienda a estar cada vez más en manos de la sociedad**, en particular de sus sectores mayoritarios.

El Estado debe encargarse de asegurar desarrollo cualitativo y cuantitativo de la educación, la cultura y la investigación científica y tecnológica, que permita asimilar los cambios de la revolución científico-técnica y equiparnos para progresar en este terreno a los ritmos mundiales promedio. El acceso de toda la población a una educación moderna es condición indispensable del progreso económico social, de la democracia, del mejoramiento del bienestar, la calidad de vida y la armonía con la naturaleza.

Las tareas encargadas al Estado deben ir acompañadas de reformas que permitan una mayor transparencia y mecanismos de rendición de cuentas. Igualmente se deberá avanzar en el fortalecimiento de la descentralización político/administrativa, pues las esferas de gobierno que están más próximas de la población podrán atenderla de forma más eficaz y poner en práctica el funcionamiento de mecanismos de democracia participativa, tales como los consejos populares y el presupuesto participativo. Todo ello para que se aprecien y se evalúen mejor las políticas gubernamentales y se fortalezca la participación política de la población.

DOCUMENTO BASE

COLONIALISMO, INGERENCIA IMPERIALISTA Y LOS ACUERDOS DE PAZ

El período 2001-2010 ha sido declarado por la Asamblea General de la ONU como la Segunda Década Internacional para la Eliminación del Colonialismo. Hay un plan de acción aprobado en 1991 que destaca las funciones de diversos agentes e instituciones para eliminar el colonialismo. Ello incluye el papel que deben cumplir la comunidad internacional, la misma ONU, las potencias administradoras de las colonias, los organismos especializados, las organizaciones no gubernamentales y, principalmente, el Comité Especial de las Naciones Unidas.

Desde la fundación de la ONU en 1945, más de 80 naciones cuyos pueblos se encontraban sometidos al dominio colonial vinieron a sumarse a la comunidad de las Naciones Unidas. No obstante, hoy, los términos de la resolución de la ONU sobre eliminación del colonialismo se aplican a los siguientes territorios no autónomos: Anguila, Bermudas, Gibraltar, Guam, Islas Caimán, Islas Malvinas, Islas Turcas y Caicos, Islas Vírgenes Británicas, Islas Vírgenes, Montserrat, Nueva Caledonia, Pitcairn, Puerto Rico, Sahara Occidental, Samoa Americana y Santa Helena. Nueve de ellos se encuentran en América Latina y el Caribe y son administrados por Estados Unidos e Inglaterra. En la región encontramos también a Guadalupe, Guyana Francesa, Martinica, Reunión, San Michel y Miquelon y las Antillas Holandesas bajo algún tipo de dominación colonial.

No tiene sentido, y menos en pleno siglo XXI, el mantenimiento de esta colonización y en algunos de estos territorios hay movimientos que luchan por la independencia que debemos apoyar firmemente. El propio Comité Especial ha reiterado que el aislamiento, el espacio territorial limitado o la escasez de recursos no deben servir de excusas para negar a sus habitantes el derecho a la independencia y a la autodeterminación.

Hay, no obstante, procesos diferenciados. Algunos casos ni siquiera han sido tratados por el Comité Especial todavía. Sin embargo, en su última reunión, éste volvió a solicitar a los Estados Unidos que resuelvan el caso de Puerto Rico, que debe alcanzar su independencia. En los casos de constitución de nuevas naciones, los demás países de Latinoamérica y del Caribe deben estar preparados para ayudarlas en el período inicial de la independencia, que es siempre difícil.

Igualmente grave resulta, también, la ingerencia imperialista externa directa en países que ya son independientes. Actualmente, esta ingerencia se presenta de varias maneras. Una de ellas es el mantenimiento del bloqueo a Cuba, desde fines de los años 1950 hasta nuestros días. Este bloqueo es condenable desde todos los puntos de vista, a la luz del derecho internacional, y sólo se mantiene debido a la arrogancia y al poder unilateral de los Estados Unidos.

Las fuerzas armadas norteamericanas mantienen también distintas bases militares en el continente que podrían servir para realizar intervenciones armadas en esos y otros territorios cercanos. Se trata, principalmente, de la base de Guantánamo en la Isla de Cuba, en donde se mantienen a prisioneros capturados en Afganistán, desde 2001; las bases aéreas de Aruba, isla colonizada por Holanda en el Caribe, y de Manta, en Ecuador, que permiten monitorear a la América Andina desde el aire. Éstas sirven especialmente de apoyo a la participación americana en los objetivos del "Plan Colombia", pero representan una amenaza directa también a Venezuela, con la cual los EEUU tienen diversos asuntos

contenciosos.

Más recientemente, se firmó un tratado de cooperación militar entre EEUU y Paraguay, en el cual este último cede la base de Mariscal Estigarribia, situada al noroeste del país, desde donde es posible alcanzar rápidamente a los diversos países del Cono Sur. En los años 1980, técnicos norteamericanos construyeron allí un enorme aeropuerto con una pista de 3.800 metros, en la que pueden operar aviones B-52, C-5 Galaxy y C-130 Hercules. Además, la base es capaz de albergar a 16.000 soldados a tan solo 200 kilómetros de la frontera con Bolivia.

Pese a los desmentidos de Washington y Asunción, los objetivos de la superpotencia han ido quedando claros con el paso de los meses. Uno de los hechos más llamativos ha sido la aprobación de inmunidad para tropas norteamericanas que eventualmente pudieran intervenir en el país, disposición que fue votada en el Congreso paraguayo, el 26 de mayo pasado, de forma muy discreta.

En varias ocasiones, militares norteamericanos han concurrido a países de la región latinoamericana y caribeña supuestamente para participar en ejercicios conjuntos con las fuerzas armadas locales o bien para entrenarlas en operaciones contra el narcotráfico. Para tratar de evitar cualquier resistencia de la población local, la presencia militar viene a menudo acompañada de la apertura de pozos, campañas de vacunación, revisiones médicas y distribución de medicinas y reciben la sencilla denominación de "Ejercicios Combinados y Conjuntos de Acción Cívica y Humanitaria" o, como las actividades propuestas para el Perú, que fueron llamadas "Nuevos Horizontes 2006".

Además de la tradicional presencia militar y policial norteamericana, el poder económico de los Estados Unidos, mediante sus empresas, también cumple un papel en la política externa de aquel país. La repatriación de ganancias y dividendos de sus inversiones externas directas es fundamental para compensar su balanza comercial, crónicamente negativa. Esta presencia permite, además, la difusión de sus valores políticos e ideológicos.

En este sentido, hay incluso proyectos ambiciosos y de fuerte peso político y estratégico, como es el "Plan Puebla-Panamá" (PPP), que pretende implantar un complejo energético e industrial que ocuparía el territorio que abarca el Sur de México hasta Panamá. Esta es una región que incluye al Océano Pacífico, lo que la volvería estratégica en cuanto a exportaciones a China y Japón, y es muy abundante en agua, petróleo, biodiversidad, madera y mano de obra barata.

Se trata de un proyecto complementario al NAFTA o TLCAN, y al CAFTA, y a los tratados con Perú y Colombia. El gobierno de Uribe ha demostrado interés incorporar directamente a Colombia al PPP. Toda la infraestructura de transportes y energía sería financiada con recursos públicos de los países participantes y con préstamos del Banco Interamericano de Desarrollo (BID). El sector privado participaría con la explotación de los negocios.

No es casual que el gobierno Bush haya hecho todos los esfuerzos posibles para poner a personas de su confianza en los cargos principales de las instituciones multilaterales que se relacionan con el continente, como es el BID, aunque haya tenido que ceder en el caso de la secretaría general de la OEA. Además, en este mismo sentido, ha impedido a Venezuela ocupar un asiento entre las representaciones no permanentes de Seguridad de la ONU. El país elegido fue Panamá, aunque con el beneplácito de los venezolanos.

El gobierno Uribe inició su segundo mandato ofreciendo la posibilidad de llevar adelante conversaciones con dos grupos guerrilleros activos en Colombia, en busca de un acuerdo de paz, particularmente con las FARC. En este caso, el proceso se iniciaría por la determinación de un área desmilitarizada y enseguida habría un intercambio de prisioneros entre las partes. Posteriormente, habría negociaciones que podrían llevar a un acuerdo de paz.

Sin embargo, la explosión de un "coche bomba" en el centro de Bogotá, de autoría desconocida, llevó a la interrupción de las conversaciones y a la decisión de Uribe para solicitar al ejército que proceda a la

liberación de los prisioneros en poder de las FARC por medios militares.

La versión corriente es que el alto comando del ejército habría presionado al Presidente para que no llevara adelante las negociaciones de paz, por estar convencido de la posibilidad de vencer el conflicto militarmente. La explosión del “coche bomba” habría ocurrido con el solo fin de generar una justificación a dicha medida.

Independientemente de esto último, hay negociaciones entre el gobierno y el segundo grupo guerrillero, el “Ejército de Liberación Nacional”. Éstas vienen ocurriendo en La Habana, acompañadas por observadores de otros países.

Probablemente, el ejército y el gobierno colombianos han calculado que, a raíz de su fortalecimiento gracias a los recursos del “Plan Colombia” y del cierre del frente de lucha con el ELN, tendría condiciones de derrotar militarmente a las FARC. Sin embargo, el costo para la población colombiana, en materia de violación de los derechos humanos y generación de más refugiados, sería enorme.

A lo largo de la historia reciente del continente, hemos tenido varios conflictos armados en los cuales se han negociado acuerdos de paz. En algunos casos, como El Salvador y Nicaragua, los diferentes sectores políticos enfrentados pudieron integrarse a los respectivos procesos políticos, sumando la izquierda conquistas electorales, a pesar de que la derecha ha mantenido una actitud violenta. En otros casos, como Guatemala y Colombia, el costo para la izquierda ha sido alto en términos de pérdidas de vidas de sus militantes, en razón de que los acuerdos no fueron cumplidos por parte de las fuerzas de derecha.

Creemos que, en el caso colombiano, es necesario seguir luchando por un acuerdo de paz con las debidas garantías posteriores para los combatientes y para su plena incorporación, si así lo deciden, a la vida política. Cabe a la comunidad internacional y a la latinoamericana en particular presionar en este sentido y ofrecer el apoyo necesario para avanzar en la búsqueda de una paz digna y permanente para todos los involucrados.

DOCUMENTO BASE

SEGURIDAD HEMISFERICA, CRIMEN ORGANIZADO, NARCOTRAFICO, TERRORISMO Y MILITARIZACION

Durante las décadas de la “Guerra Fría”, el Imperialismo Norteamericano impuso al mundo su estrategia de **Seguridad Nacional**, para combatir al supuesto enemigo, la “amenaza comunista”. Todo esfuerzo de partidos y movimientos socialistas, democráticos, progresistas y patriotas, que participaron en la lucha política fue bloqueado por el Imperialismo: el “comunismo era en todo momento una amenaza a la democracia”.

En muchas ocasiones, el camino de la lucha política y social fue aplastado con fusiles, metrallass, bayonetas y en algunos casos con bombas, cañones y aviones. Ello llevó a que en algunos casos, la lucha armada, en diferentes formas, permitiera a los pueblos enfrentar la represión militar, tal fue el caso de Cuba, Nicaragua, El Salvador y Guatemala en distintos períodos y con resultados también diferentes.

Con la caída del socialismo soviético (1989-1991) finalizó el doloroso período histórico de la “guerra fría” y desapareció el “enemigo comunista”. Comenzó entonces un nuevo período de movilizaciones populares en América Latina y El Caribe.

El fin de la Guerra fría dejó, sin duda, un vacío en la estrategia global de seguridad del imperialismo estadounidense, que se resolvió tras el atentado del 11 de septiembre del 2001 a las torres gemelas en Nueva York. Fue este acontecimiento lo que precipitó la nueva estrategia militar norteamericana señalando al nuevo enemigo principal: “la “amenaza terrorista”. Sobre estas bases concentró su estrategia de guerra contra Afganistán e Irak.

Para América Latina y El Caribe, en particular, el nuevo “enemigo”, la amenaza terrorista, incluye tal como definió el Gral. James T. Hill, Jefe del Comando Sur basado en Florida y ‘responsable’ de América Latina a:

- a) Los narcoterroristas y sus aliados;
- b) Las pandillas urbanas y otros grupos ilegales armados, generalmente ligadas también al comercio de drogas; y
- c) Los grupos radicales islámicos en la región y a quienes los apoyan, realizando actividades para recaudar fondos para ellos.

Otro ejemplo de la política norteamericana en materia de seguridad hemisférica, lo encontramos en el ASPAN (Acuerdo para la Seguridad y la Prosperidad de América del Norte) firmado por México, Canadá y los Estados Unidos. Se trata de un acuerdo que incluye una política común frente al “terrorismo” y el crimen organizado, pero también abarca otros temas como la “seguridad energética” y el agua. Este Acuerdo se firmó sin el conocimiento ni la aprobación del Congreso y hay muchos puntos oscuros que no han sido aclarados y que seguramente comprometen la soberanía y los recursos

naturales de México y Canadá a favor de la gran potencia.

A pesar de estos lineamientos, el nuevo enfoque de seguridad hemisférica y mundial adoptado por los Estados Unidos no es estático y registra modificaciones, conforme a las condiciones igualmente cambiantes. Las nuevas definiciones de amenazas se dan en un contexto difuso, mucho más complejo para los teóricos del pentágono, que cuando se enfrentaban a los soviéticos y comunistas a secas.

Sin embargo, la guerra contra el terrorismo aplicado en Asia, no ha servido para frenar el ascenso de la ola de lucha política y social de los pueblos que comenzó a desbordarse en América Latina y El Caribe al finalizar la época de la “guerra fría” (1989-1991).

Las maniobras electorales del gobierno norteamericano y sus aliados fueron derrotadas en Bolivia, Haití, Brasil, Nicaragua, Ecuador y Venezuela, a pesar de los esfuerzos por presentar al “populismo radical” como una nueva amenaza para la región.

Pero también es cierto que Cuba ha sufrido varios ataques terroristas contra ciudadanos e instalaciones que partieron de agentes de la oposición, que tiene sede en Miami y cuenta con el apoyo disimulado del gobierno norteamericano. En el caso de Venezuela, tuvimos la tentativa de golpe de Estado para sacar del poder al presidente legítimamente electo, Hugo Chávez, y posteriormente la huelga y los sabotajes en PDVSA, donde no faltaron provocadores de todo tipo, que llegaron hasta a disparar sobre la población. Para no hablar del financiamiento de los EEUU a los grupos opositores venezolanos.

La Organización de Estados Americanos (OEA), en octubre del 2003, definió un nuevo concepto de seguridad hemisférica, distinto al que prevaleció en la Guerra Fría que se enfocaba en los aspectos tradicionales de defensa y seguridad de los Estados. Ahora se incorporaron como nuevas amenazas a la seguridad los temas relacionados con la democracia, el crecimiento económico, el bienestar social, la salud y la protección al medio ambiente. Sin embargo, para el Gobierno estadounidense el “populismo radical”, en ascenso, es una amenaza a la democracia y a los intereses de Estados Unidos.

Para el Pentágono, el “populismo radical” es un riesgo cada vez mayor para los “gobiernos democráticos”, comprometidos con el “comercio libre y las economías abiertas”, es decir, de “democracia del mercado libre”. Ello incluye la posibilidad de perder el control de las bases militares en países en donde los “populistas radicales” estén logrando victorias electorales, como, por ejemplo, en Ecuador.

Los países que componen la “Triple Frontera”, Argentina, Brasil y Paraguay, son altamente vigilados, bajo el pretexto de la fuerte presencia de emigrantes árabes y palestinos, potenciales apoyadores – en la opinión de los norteamericanos – del Hezbollah libanés y del Hamas palestino, ambos partidos de gran fuerza en sus respectivos países.

Estados Unidos pretende también sustituir la tradicional “Escuela de las Américas”, de los tiempos de la guerra fría, por una nueva institución llamada “Internacional Law Enforcement Academy” – ILEA (Academia Internacional para el Cumplimiento de la Ley) que será instalada en El Salvador. Además, si el gobierno peruano lo admite, se abrirá una filial en dicho país andino.

Los estudiantes invitados que asistirían a dicha academia vendrían de países de América Central, Caribe, América Andina y Brasil, preferentemente profesionales que trabajen en las áreas judiciales y de las corporaciones policiales. Los temas a ser tratados serían: terrorismo internacional, crímenes financieros, tráfico de drogas, migración, robo de vehículos y corrupción gubernamental.

Dado que, para los estrategas del Pentágono lo anterior es insuficiente para enfrentar los nuevos riesgos, se ha comenzado a hablar de la posibilidad de revivir una nueva versión de la Escuela de las Américas, que durante más de cincuenta años se utilizó para “capacitar” militares latinoamericanos y caribeños, criminales, torturadores y genocidas, para encabezar dictaduras militares encargadas de detener y derrotar al “comunismo”.

Esta amenaza cobra fuerza con la creación del “Western Hemisphere Institute for Security Cooperation”, diseñada para incrementar la presencia militar frente, según Washington, a la “amenaza de las victorias izquierdistas en la región”.

Se ha conocido que el gobierno Bush ha decidido desmontar las sanciones (cese de ayuda militar) que impuso a los países de América Latina que decidieron no apoyar la guerra en Irak para seguir incidiendo en los ejércitos por la vía de la “Cooperación Militar”.

Igualmente, el gobierno Bush, antes de la derrota electoral del 7 de noviembre con la cual perdió el control de la Cámara de Representantes y Senado a manos de los Demócratas, presionó a algunos países para que aprobaran leyes antiterroristas a fin de definir como enemigos de seguridad y la democracia a las luchas populares y sociales contra el neoliberalismo.

Frente a este peligro que recorre de nuevo nuestra América Latina, es necesario profundizar en el análisis político de la situación con el fin de definir una posición clara de resistencia y construir una propuesta alternativa de seguridad hemisférica en función de consolidar la democracia y los derechos humanos.

La lucha de la izquierda en América Latina y el Caribe siempre ha sido a favor de la paz y contra la militarización de nuestros países, lo que no significa que no debemos preocuparnos por nuestra seguridad. Primero, por las amenazas externas que provienen de la intolerancia del imperialismo frente a las transformaciones políticas en curso en América Latina y el Caribe. Y en segundo lugar por las acciones del crimen organizado y del tráfico de drogas ilícitas, que tiene tanto raíces como ramas en el continente, por el otro.

Los países del continente nunca han tenido una política común de seguridad que no fuera estimulada por los intereses de las grandes potencias. Durante la guerra fría, casi todos seguían la “Doctrina de Seguridad Nacional”, patrocinada por los EEUU. Es hora de que los gobiernos progresista del continente empiecen a tomar iniciativas para elaborar una política común que tengan en cuenta las distintas amenazas a su seguridad, pues la posibilidad de que haya ingerencia armada externa sobre un país es una amenaza para todos, al igual que la desidia de un país contra el crimen organizado tiende a neutralizar los esfuerzos de los demás.

Este es un tema que se relaciona también con la integración de nuestros países y que debe fundarse en una serie de principios que resguarden la integridad de nuestros territorios, recursos naturales, humanos y económicos, así como también la soberanía y la autodeterminación de los pueblos. Es fundamental también separar las políticas de defensa de aquellas de seguridad pública y ciudadana. La posibilidad de cooperación en las áreas de inteligencia y fronteras, al igual que la realización de ejercicios policiales y militares conjuntos, sería una contribución importante para la integración continental que buscamos. Sin embargo, si estas llegan a ser implementadas, deben hacerse con total transparencia, lo cual significa informar a los países que no participaron en el ejercicio de la realización y la naturaleza de este evento. Significa asimismo que los ciudadanos de cada país estén enterados de las políticas nacionales de seguridad y de las iniciativas prácticas. Tampoco se debe

admitir la participación de militares implicados en hechos de tortura o en otros actos de violación de los derechos humanos.



DOCUMENTO BASE

CRIMEN ORGANIZADO

La ofensiva neoliberal estuvo acompañada por un crecimiento del crimen organizado y del narcotráfico en todo el mundo. Bandas de criminales de Rusia, del Este Europeo, de los Balcanes y países bálticos actúan en el tráfico de heroína y de 200.000 “esclavas sexuales” que distribuyen cada año por los burdeles de todo el mundo. La violenta mafia albanesa que opera en la recién “liberada” provincia de Kosovo controla una parte significativa del tráfico de heroína y de prostitución en Europa Occidental y en América del Norte.

Las enormes cantidades de heroína producida por los señores de la guerra del “también liberado” Afganistán – aliados de los EEUU – pasan a través de los países que componían la antigua Yugoslavia e inundan los países de Europa Occidental. La mafia rusa controla una parte importante del tráfico de drogas, armas ilegales, mujeres y niñas destinadas a la industria sexual y del lavado de dinero en los países europeos, EEUU y Canadá.

El comercio ilícito de cocaína mueve cerca de US\$ 70 mil millones al año, favoreciendo no sólo a los traficantes, sino también a grandes bancos, a los que poco importa el origen de este dinero.

Los multimillonarios de la mafia, en todo el mundo, se han infiltrado en la política y en los organismos de poder nacional, como forma de ejercer influencia sobre la legislación, el poder judicial y los órganos policiales para proteger sus intereses.

En América Latina y el Caribe la situación no es muy diferente y crece el poder del crimen organizado, desde los “Yardbirds” de Jamaica; pasando por los narcotraficantes mexicanos y los “coyotes” que explotan a los emigrantes que intentan cruzar la frontera de los EEUU; por los carteles del narcotráfico en Medellín, Cali y otros en Colombia; por no mencionar las organizaciones criminales como el *Primeiro Comando da Capital* (PCC) en São Paulo y el *Comando Vermelho* (CV) en Río de Janeiro, implicados en el tráfico de drogas y secuestros en Brasil.

Además de las bandas locales, existen otros grupos internacionales que se hacen presentes en el continente, tales como la mafia italiana, desde hace ya mucho tiempo, y la mafia nigeriana, que ha llegado más recientemente. En general, todos éstos están implicados en el tráfico de cocaína para Europa, al igual que en el tráfico de personas.

La posibilidad de que se incremente la militarización de América Latina, según la estrategia norteamericana, responde también a la crisis de los sistemas de seguridad pública que se producen en la mayoría de los países de la región.

De ahí que un nuevo modelo de intervención extranjera se viene poniendo en práctica por medio de convenios de cooperación en el área policial. Bajo el argumento del combate al lavado de dinero y al “financiamiento del terrorismo”, el gobierno norteamericano ha firmado convenios de cooperación técnica con varios países latinoamericanos que le permiten abrir oficinas en las cuales circulan agentes del “Federal Bureau of Intelligence” (FBI) que establecen contactos con sus colegas locales y que permiten el acceso a una serie de datos estratégicos, no sólo sobre asuntos policiales y de seguridad, sino también sobre finanzas y flujos de comerciales.

No creemos que la política unilateral de los Estados Unidos y el aparato que ha organizado en el continente, a saber, los convenios policiales bilaterales, la ILEA y la erradicación forzosa de las

plantaciones de coca, sean la solución para el problema.

En primer lugar, en el caso de los cultivos de coca, se debe atender y respetar las tradiciones de las culturas locales, tal como viene haciendo el presidente de Bolivia, Evo Morales, él mismo "cocalero" de origen, aunque la producción debe ser monitoreada.

En segundo lugar, es menester crear una política de inteligencia, intercambio de informaciones y cooperación entre el conjunto de los países del continente para combatir el crimen organizado y el tráfico de drogas ilícitas. Esta cooperación deberá ser extendida a los países desarrollados, siempre y cuando lo haga bajo la concepción de que somos todos perjudicados por el crimen y tenemos el mismo interés en combatirlo, pero cambiando la visión dominante del gobierno de EEUU que pretende combatir solamente las plantaciones de materia prima y el tráfico supuestamente dirigidos a su país, sin atacar el consumo ni a los carteles que operan en su territorio ni a los centros financieros que los apoyan en el lavado de dinero.

Es necesario insistir también en que el combate a las bandas delictivas no puede prescindir de políticas sociales contra la pobreza y a la exclusión social, pues éstas constituyen el origen principal de la criminalidad.

DOCUMENTO BASE

TERRORISMO

En 2001, el Foro de São Paulo se solidarizó inmediatamente con las víctimas de los actos criminales acaecidos en Nueva York y reivindicó el camino de la paz y la justicia como el único válido para derrotar el terrorismo, reiterando su solidaridad con todos aquellos que sufren sus consecuencias. Como se declaró en la resolución del X Encuentro: “Nosotros, partidos y movimientos de pueblos que han sufrido y que sufren los ominosos efectos del terrorismo de Estado, estamos en contra de todas las manifestaciones de terrorismo, por razones éticas, morales, humanitarias y políticas”.

Estos lamentables acontecimientos quitaron el velo a una política hasta entonces encubierta y que se expresa hoy en los peligrosos términos de la Doctrina Bush y de la “Ley Patriota”, que autoriza la práctica de tortura por parte de las autoridades norteamericanas contra los acusados de amenazar la seguridad norteamericana y hasta en la quiebra de privacidad de todos los ciudadanos del mundo que utilizan el Internet por medio de satélites o servidores norteamericanos.

No estamos de acuerdo con los efectos inmediatos de estas medidas, ya sea por lo que representan contra el pueblo de los EEUU, ya sea por el carácter extraterritorial de su aplicación. No aceptamos el papel auto asignado por los Estados Unidos como policía internacional y estamos convencidos de que el combate al terrorismo no funcionará si se hace por intermedio de acciones bélicas e intervenciones militares generalizadas en el mundo. Tampoco aceptamos sus criterios para definir qué es terrorismo. La doctrina Bush está provocando tanto el resurgimiento de la intolerancia, del racismo, de la xenofobia y de la discriminación, como también más víctimas inocentes y la exacerbación de fundamentalismos irracionales. Su política tiende a provocar el aumento del terrorismo y no lo contrario.

Un ejemplo de los efectos perniciosos de las políticas norteamericanas se observa en el crecimiento del comercio de armas en el mundo desviando recursos importantes de las áreas sociales para hacer frente a la inseguridad provocada, principalmente, por la política que acabamos de describir y que representó gastos totales del orden de los US\$ 44,2 mil millones en 2005. Este año, Rusia ha sustituido a los EEUU como principal proveedor para los países en desarrollo.

Las compras de armas de estos países alcanzaron los US\$ 30,2 mil millones en 2005, contra US\$ 26, 4 mil millones de 2004. El principal comprador fue la India, que gastó US\$ 5,4 mil millones, seguida por Arabia Saudita, con US\$ 3,4 mil millones, y China, con US\$ 2,8 mil millones.

Rusia vendió cerca de US\$ 7,0 mil millones en 2005; Francia, US\$ 6,3 mil millones y los Estados Unidos quedaron en tercer lugar con US\$ 6,2 mil millones. El principal cliente ruso fue Irán, extremadamente presionado hoy en día por las grandes potencias debido a su programa de enriquecimiento de uranio.

Hay muchos países en Latinoamérica que se han propuesto modernizar su equipamiento militar, no sólo por las necesidades de seguridad como también por lo que representa en términos de adquisición

de ciencia y tecnología. Pero hasta en esto los Estados Unidos interfieren, al prohibir a los países proveedores vender equipamientos militares con componentes americanos a países no gratos a ellos, como por ejemplo Venezuela, que no puede comprar aviones brasileños o barcos españoles por esta razón.

Rechazamos también todos los intentos de presentar a los movimientos de liberación nacional, el movimiento altermundista, la izquierda y los movimientos sociales y progresistas como terroristas. Por ello, una cuestión fundamental reside en derrotar el objetivo de la política norteamericana que pretende criminalizar a las luchas populares y sociales

El combate al terrorismo necesita la vigilancia de los pueblos y, por ende, transparencia. Nuestros pueblos tienen el derecho de saber la verdad sobre lo que ocurre y sobre quiénes son los responsables si los hay. El pueblo tiene el derecho también de obtener información y justicia para los terroristas de Estado que todavía siguen impunes.

DOCUMENTO BASE

FUERZAS POLITICAS, MOVIMIENTOS SOCIALES Y GOBIERNOS

El neoliberalismo ha “globalizado” las luchas de los pueblos y alianzas sociales. Los partidos y gobiernos de izquierda tienen que contribuir al desarrollo de las Alianzas Sociales latinoamericanas y caribeñas globales, regionales y sectoriales, por áreas y ramas de actividades, como las Redes Sociales contra los TLCs y el ALCA, por ejemplo, así como en la defensa de la Soberanía e Independencia de naciones y pueblos.

Los esfuerzos por la Integración Social de los pueblos deben armonizarse con los esfuerzos por la Integración que realizan los gobiernos de izquierda, democráticos, progresistas y patriotas, en contra del neoliberalismo y por un nuevo modelo de sociedad en el Siglo XXI.

Partidos, organizaciones de los movimientos sociales y gobiernos de izquierda, nacionales y locales, tendrán que coordinar la ejecución de programas masivos de educación y formación política e ideológica de sus miembros en preparación para la defensa de revoluciones y procesos revolucionarios, para continuar la lucha contra el neoliberalismo, y la defensa de la soberanía e independencia nacional así como el impulso de programas alternativos. Asimismo tienen que enfrentar los intentos represivos de las derechas y el Imperio para frenar las luchas populares, o los esfuerzos de cooptar a dirigentes de movimientos sociales para neutralizar o anular nuestro movimiento.

Un tema particularmente importante a debate se refiere a la relación de los movimientos sociales con los partidos y gobiernos de izquierda antineoliberales. La relación de los movimientos sociales con partidos políticos y gobiernos de izquierda, es una relación que debe coordinarse adecuada y respetuosamente en función de objetivos comunes de la lucha en este nuevo período histórico de transición hacia la nueva sociedad con orientación al Socialismo del Siglo XXI.

Esta claro que en los casos en que existen gobiernos de la derecha neoliberal, el objetivo principal de las luchas sociales es hacer que el Estado responda a las demandas de los pueblos (tierra para campesinos e indígenas, salarios y empleos dignos para trabajadores, en particular para madres solteras, hombres y mujeres, servicios de educación y salud pública asegurados gratuitamente para los pobres, de protección del medio ambiente, contra la violencia y delincuencia, criminalidad, etcétera). Sin embargo, como hemos señalado, uno de los principales rasgos de la nueva coyuntura latinoamericana y caribeña es la llegada de varios partidos de izquierda y progresistas al gobierno nacional de sus países

Uno de los orígenes de la fuerza de los partidos progresistas que hoy gobiernan varios de los países de América Latina y el Caribe está en los movimientos que lucharon y luchan por derechos sociales, soberanía nacional y democratización de la mayoría de los países del continente.

Por lo tanto, la relación entre los gobiernos progresistas, las diversas fuerzas políticas de izquierda que a veces no están en el gobierno y los movimientos sociales debería ser clara y armónica, en función de la afinidad y la cooperación histórica. Sin embargo, raramente es así. Los movimientos y varias tendencias políticas esperan que los gobiernos progresistas produzcan resultados y transformaciones, las más profundas, y lo más rápido posible. Los gobiernos, por su parte, muchas veces piden paciencia, no desean ninguna crítica y exigen total cooperación frente a la imposibilidad de promover las transformaciones en la forma y con la rapidez deseadas.

Para entender esta situación, en primer lugar, cabe recordar que nuestra llegada al gobierno significa que pasamos a controlar una cuota del poder, pero que otras cuotas siguen bajo el control de las clases dominantes. Los llamados “mercados”, las grandes empresas de comunicación, sectores de la alta burocracia del Estado, los comandos centrales de las fuerzas armadas, los “poderes” judicial y legislativo, además de la influencia de gobiernos extranjeros, por ejemplo, compiten con el poder que poseemos cuando ocupamos la presidencia de la República.

Asimismo, en muchos países pobres, nuestra llegada al gobierno se ha dado en el marco de alianzas más o menos amplias, con partidos que no comulgan la misma historia ni el mismo programa de la izquierda. Recuérdese también que las políticas neoliberales han causado, simultáneamente, el aumento de los problemas sociales y el debilitamiento de los aparatos de Estado, haciendo crecer las expectativas y reduciendo los medios para atenderlas.

Finalmente, es importante señalar que la correlación de fuerzas difiere de un país al otro, al igual que las estrategias y las concepciones políticas de los partidos que han llegado al gobierno central. Esto ayuda a entender por qué las metas y los ritmos de los cambios son tan diferentes.

A pesar de lo anterior consideramos que es el momento propicio para que los movimientos transiten del período de lucha de resistencia al neoliberalismo al período de iniciativa histórica a favor de la construcción hemisférica de modelos alternativos.

Esto exige un debate maduro, y una búsqueda constante de propuestas y soluciones. Sin embargo, algunas cosas deben quedar claras. La primera de ellas es que, si el movimiento social no es autónomo, pierde su fuerza y consecuentemente pierden fuerza el(los) partido(s), las fuerzas políticas y el gobierno que el movimiento apoya. Si los movimientos sociales se confunden con el Estado y los partidos, se mediatizan y dejan de cumplir su papel. Por consiguiente, es de interés de los gobiernos progresistas fortalecer a los movimientos sociales. Tenemos el ejemplo de la reciente ley aprobada por el Frente Amplio en el Congreso uruguayo, que reprime las prácticas antisindicales de las empresas y, gracias a esta ley, el nivel de sindicalización en el país ha crecido ya en más de un 30%. La política correcta de parte de nuestros gobiernos debería ser la de apoyar al movimiento social y respetar su autonomía.

Por su parte, los movimientos sociales tienen que entender la importancia de tener un gobierno aliado. Con la derecha en el poder, perdemos todos, pues las transformaciones sociales se dificultan enormemente en ambientes represivos, antidemocráticos y antipopulares. En caso de gobiernos de izquierda y partidos de izquierda que controlan el gobierno, los movimientos sociales tienen que caminar de la mano para ejecutar respuestas o soluciones a las necesidades de los



más pobres y en general a promesas de campañas electorales. Pero también los movimientos sociales, igual que los partidos, se tienen preocupar por el buen funcionamiento de los gobiernos nacionales, nacionales y locales, sin obstrucciones burocráticas y sin corrupción.

No es realista ni conveniente pensar que el Estado puede solucionar todo y que, además, caiga en prácticas corporativas y clientelares, favoreciendo sólo a las organizaciones que lo apoyan y excluyendo a las que lo critican. El movimiento social tiene que luchar por sus reivindicaciones pero debe ser también capaz de construir o, por lo menos, señalar las soluciones posibles a partir de la realidad existente.

Dicho esto, debe resultar claro que las movilizaciones sociales ayudarán a nuestros gobiernos a avanzar y la relación existente entre los partidos progresistas, el gobierno y el movimiento debería crear el ambiente adecuado para alcanzar los acuerdos necesarios, al igual que para aprobar los proyectos presentados por los gobiernos y de interés del conjunto de la población, a menudo truncados por la derecha en los parlamentos.

Por otro lado, hay varias iniciativas actualmente, de carácter supranacional, que merecen todo nuestro apoyo, como el Foro Social Mundial y las distintas manifestaciones sociales realizadas en paralelo a los eventos oficiales del MERCOSUR y de la Comunidad Suramericana de Naciones, generalmente organizadas por la "Alianza Social Continental". Ellas contribuyen para la organización política de la sociedad, para la socialización de la política externa de nuestros países y para que los gobiernos incorporen las reivindicaciones populares.

DOCUMENTO BASE

ALGUNAS PROPUESTAS PARA EL FUNCIONAMIENTO DEL FORO DE SAO APULO

Nos parece fundamental que este XIII Encuentro, más allá del debate político, contribuya también con propuestas que fortalezcan nuestro trabajo y nuestra organización. En este sentido, proponemos crear:

- 1. Un boletín electrónico mensual** - Autorizar a la Secretaría Ejecutiva a relanzar el sitio web del Foro de São Paulo, además de publicar mensualmente un boletín electrónico informativo, con base en el noticiario y los artículos de opinión enviados oficialmente por los partidos integrantes. Este boletín tendrá un carácter meramente institucional e informativo, que no se propone “dirigir” ni tampoco a cuestionar la acción de los partidos integrantes del Foro.
- 2. Escuela continental de formación política** - Constituir una comisión para discutir los pasos necesarios para crear una escuela continental de formación política. Esta escuela tendría como objetivo crear un espacio común y permanente de debate sobre las distintas y plurales orientaciones existentes al interior del Foro de São Paulo, teniendo como perspectiva animar un debate sobre el pensamiento de izquierda latinoamericano y caribeño.
- 3. Festival político-cultural anual** - Iniciar la realización anual, cada vez en un país, de un festival político-cultural (similar a las fiestas anuales de los partidos comunistas europeos).
- 4. Observatorio electoral** - Constituir una comisión para discutir los pasos necesarios para crear una institución capaz de acompañar, con encuestas y personal especializado en campañas, los procesos electorales en cada uno de nuestros países.

INTERVENCION DE MEDARDO GONZALEZ - COORDINADOR GENERAL DEL FMLN, EN LA INAUGURACION DEL XIII ENCUENTRO DEL FSP

San Salvador, 12 de Enero del 2007

Estimados compañeros y compañeras:

En nombre de nuestro partido, Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional, tengan una calurosa bienvenida por segunda vez a este Encuentro del Foro de Sao Paulo. Digo por segunda vez, porque hace diez años ustedes nos confiaron la responsabilidad de ser los anfitriones del VI Encuentro, esa vez en el mes de noviembre de 1996.

Quiero agradecer por cierto al Grupo de Trabajo que haya aceptado nuestra sugerencia de posponer un par de meses este XIII Encuentro, que normalmente estaba fijado para noviembre del año recién pasado y que nosotros creíamos conveniente trasladarlo a este mes de Enero pues deseábamos desarrollarlo cercano a otras dos fechas para nosotros y nuestro pueblo muy importantes por su significado, a la vez político y emotivo: el 15avo aniversario de la firma de los Acuerdos de Paz y el primer aniversario del fallecimiento de nuestro querido compañero Schafik, el cual conmemoraremos este 24 de enero, dentro de doce días exactamente.

Schafik se nos fue el 24 de enero, hará un año. Veníamos ese día de la toma de posesión de Evo. Allá en Bolivia Schafik pronunció sus últimas palabras en público, para el caso un público de compañeros de nuestra América. Lo que creo, llamó mucho la atención de los presentes fue la agudeza del pensamiento de Schafik cuando nos habló de lo que podía significar ese triunfo de Evo, con un programa que no se arrodillaba ante las transnacionales, con la fuerza popular que Evo tenía y tiene con él, y que era la que lo había llevado al poder; y qué era lo que nos correspondía hacer a nosotros los partidos de izquierda del continente para acompañar procesos así contra los cuales la furia del Imperio dispara su fuego.

Hace diez años éramos anfitriones del Foro. Permítanme recordar ante ustedes una imagen de ese VI Encuentro: la presencia entre nosotros, en un acto inaugural semejante a éste, del compañero Lula. Del compañero Lula nos llamó la atención la fuerza de su sueño, de ver su país transformado para bien de los humildes. Digo la fuerza de su sueño y debería decir la testarudez del sueño del sindicalista Lula. Como sabemos, hace unos días Lula ha iniciado su segundo mandato presidencial por decisión, por segunda vez, del pueblo brasileño.

Quiero decirles, pero seguramente ustedes en sus trabajos valorarán este hecho con el suficiente detenimiento, que para nosotros el hecho que el compañero Lula se haya dado como uno de los objetivos centrales en su programa de gobierno llevarle comida a los pobres, es algo que nos entusiasma y nos llena de emoción. Por supuesto que detrás tienen que haber políticas de transformación estructural para que sean los pobres que se ganen su plato de comida cotidiano, con su esfuerzo y su propia fuerza de trabajo, pero nos parece muy importante, al menos desde el punto de vista cristiano – que ya es mucho –, que el gobernante de un país de 180 millones de habitantes y con un alto porcentaje de pobres durmiendo en las calles y buscando como pueden el sustento para sus hijos, en el FMLN nos parece un hecho de gran importancia humana y por supuesto política.

Pero quiero precisar mi propósito. Fíjense que aquí en nuestro país tenemos actualmente un presidente



que se vanagloria a cada instante a través de los medios de difusión de nuestro país – y si tienen unos minutos para ver la televisión en sus habitaciones, o escuchar la radio, podrán verificar lo que les digo – les decía pues que este señor que ahora tenemos como presidente repite a cada instante que su gobierno tiene sentido humano, y ha montado un limitado programa de ayuda a los pobres que le ha llamado Red Solidaria, el cual consiste desde hace un año en darles quince dólares por mes a las familias en extrema pobreza, familias con cinco hijos, para que los niños tengan tiempo para ir a la escuela, dice él. Resulta que este señor se ufano ante los medios de difusión que es de Lula que ha tomado el ejemplo. Y entonces uno se hace la pregunta ¿y qué significado puede tener, qué efecto duradero puede tener, en un país (el Brasil) y en otro (El Salvador) un tal programa? Y entonces uno llega a otra pregunta: ¿Y en qué política global se inserta un programa así? En Brasil, y sólo voy a citar algunos hechos, en Brasil se ha terminado la privatización de la educación, aquí se ha profundizado y el presidente que tenemos se prepara a privatizar más la educación.

En Brasil se ha terminado con la persecución y la criminalización de los movimientos sociales; aquí el presidente del que les hablo ha hecho votar una ley para perseguir a los vendedores que él llama piratas en los mercados, tildándolos de “terroristas”. Brasil contribuyó a derrotar y enterrar el ALCA, aquí tenemos uno de los gobiernos más genuflexos ante las políticas injerencistas del Imperio, particularmente los llamados TLCs., ahora que el ALCA es cadáver. Sin hablar de su apoyo militar e ideológico en la agresión al pueblo de Irak.

Estuvo también con nosotros, hace diez años, el camarada Hugo Chávez, que llegó a ese Sexto Encuentro un poco de improviso. Y quiero decirles, porque hay que decirlo: hubo resistencias para dejarlo entrar, no tanto por parte de las autoridades de migración salvadoreñas, sino en el seno mismo de nuestro Foro. Pero bien... cuestiones de “representatividad” y qué sé yo. Lo que me interesa subrayar, ahora que ha pasado el tiempo y, sobre todo, que ha pasado tiempo político de enorme significación social en nuestra América y al cual me voy a referir más adelante, lo que me interesa subrayar es que fue nuestro compañero Schafik, que en ese momento presidía el Grupo de Trabajo, quien insistió, y logró, hacerle un espacio de presencia al camarada Hugo en los actos de clausura de ese Sexto Foro. Hoy, el comandante Chávez no está aquí tampoco, al igual que no está el compañero Lula, y todos sabemos que él también hace menos de dos meses una vez más fue refrendado en su mandato por el voto amplio de su pueblo, para que siga conduciendo las tareas de la revolución en Venezuela.

Hoy, el Movimiento Quinta República es miembro del Foro y una delegación está aquí presente, ¡bienvenidos compañeros y compañeras!. ¿Quién hubiera dicho hace diez años que Hugo Chávez iba a estar conduciendo uno de los procesos revolucionarios más originales en el mundo en este momento, él y sus compañeros del Movimiento Quinta República? Hugo Chávez, firme como pocos en este mundo de arrogancia imperial, y de grave crisis del dominio imperial. Hugo Chávez recuperando para su pueblo los recursos naturales de su patria y todo lo que se puede hacer con esos recursos cuando la visión es transformar la pobreza maldita generada por siglos de explotación en riqueza prometedora de transformaciones fundamentales. Me estoy refiriendo por ejemplo al ALBA, exactamente lo contrario del ALCA imperial. Hugo Chávez sabe que los recursos naturales se agotan, por eso sus atrevidos programas para invertirlos en lo humano. Y son ya incontables esos programas: para curar a la gente de enfermedades que durante decenas y decenas de años podían haberse curado y no se curaban; para llevarle la luz de las letras a los que durante decenas y decenas de años estaban en la oscuridad de la ignorancia; para llevarles un techo digno a los que durante decenas y decenas de años eran productores de riqueza en su tierra y no tenían abrigo; para formar juventud profesional y capaz de conducir el desarrollo integral y de largo alcance; para recuperar la soberanía, la verdadera, la que

dignifica y enorgullece de ser venezolano y latinoamericano. Recursos naturales que salen de la tierra de la patria para hacer patria duradera, aunque esos recursos un día vengan a su agotamiento.

Compañeras y compañeros venezolanos presentes en este XIII Foro de Sao Paulo, quiero solicitarles que sean portadores, al regreso a su patria querida, de mi saludo personal, del saludo de nuestro Frente y su militancia y del saludo del pueblo aguerrido de mi país, que vibra y admira los pasos que día tras día da la Revolución Bolivariana conducida por su comandante y ustedes con él. De manera, pues, que recuperar la propiedad de los recursos naturales es paso necesario en los programas de transformación estructural, pero seguidos o acompañados, al mismo tiempo, de políticas sociales que le den a los pueblos la capacidad espiritual e intelectual de convertirse, ellas, en el recurso duradero que puede asegurar el tiempo largo necesario para la construcción de la nueva sociedad. Es lo que a nuestro juicio ha pasado en Cuba. Desde el inicio de la Obra de la Revolución hace ahora cuarenta y ocho años, el proyecto contenía ocuparse de manera absolutamente primordial del recurso humano, y por eso la alfabetización y luego la cultura para todos, y por eso hospitales y médicos y medicamentos para todos y alimentos para todos, el acceso gratuito de educación superior y la formación de profesionales del más alto nivel para todos en toda la Isla; etc., es decir, en Cuba desde un inicio la visión fue que los recursos naturales se agotan pero no el recurso humano.

Esta visión a nuestro juicio ahora, en estos tiempos de anuncio del fatídico momento en que el planeta podría quedarse por ejemplo sin petróleo, la Obra de la Revolución está preparada y sigue preparándose para afrontar las dificultades que se presenten. De igual manera hay que subrayar que la Obra de la Revolución se propuso desde un inicio también la protección y acrecentamiento del entorno biológico, sean bosques, ríos, lagos; sean especies animales; sean el aire. Quiero recordar a este propósito una información que nuestro compañero Fidel se encargó recientemente de recordarnos. La Fundación Mundial para la Vida Silvestre, cuya sede está en Suiza, y considerada mundialmente como la más importante ONG que controla el medio ambiente global, declaró que el conjunto de medidas aplicadas por Cuba para proteger el medio ambiente la convertían en el único país de la Tierra que cumple los requisitos mínimos de desarrollo sostenible. Y subraya Fidel que esto constituyó un honor estimulante para nuestro país, pero de escasa trascendencia mundial, dado el peso de su economía. Por ello, el pasado 23 (de noviembre) envió un mensaje al presidente Chávez que decía: "Querido Hugo, al adoptar un programa integral de ahorro de energía, te convertirás en el más prestigioso defensor mundial del medio ambiente" Y continúa Fidel dirigiéndose al presidente Chávez: "El hecho de ser Venezuela el mayor país con reservas de petróleo es de enorme trascendencia y te convertirá en un ejemplo que arrastrará a todos los consumidores de energía a hacer lo mismo, ahorrando sumas incalculables de inversión" (fin de la cita).

Compañeras y compañeros, hace una quincena de años, cuando arrancó su quehacer el Foro de Sao Paulo, estábamos, dentro del Foro, **en posición de resistencia** ante la arrogancia imperialista después de lo que pasó en el así llamado Campo Socialista. Y eran muchas las voces, malintencionadas pero también algunas bienintencionadas pero bastante ingenuas, que anunciaban que Cuba no iba a resistir. Hoy estamos en otro momento, estamos en posición de pasar a la derrota del neoliberalismo, y no sólo de derrotarlo sino de superarlo y construir el nuevo modelo alternativo. Cuba no solo resistió sino que se desarrolla crece su economía y día a día construyen una nueva sociedad. En otras palabras, ya no estamos solamente en el debate, sino que ya contamos con experiencias de socialismo. Están palpables en Cuba y en construcción en Venezuela. El Socialismo del siglo XXI ya no solamente es un proyecto a futuro. Es realidad a simple vista y es medible con los instrumentos de medición que poseemos, incluso los de los organismos del Imperio.

Quiero terminar estas breves palabras. Tenemos un buen documento para nuestras valoraciones y aportes en este XIII Encuentro. Para mí, los cinco retos que contiene ese documento sintetizan el camino recorrido y le pueden dar buen arranque a nuestro trabajo futuro. Los cito muy brevemente: 1. profundizar la democratización; 2. Ampliación de las políticas sociales públicas, incluyendo los nuevos derechos; 3. Reformas estructurales; 4. Creación de un modelo económico alternativo; y 5. Combinar la soberanía nacional con la cooperación entre los distintos pueblos y países que abracen este proyecto de integración continental.

Todo esto implica enfrentarse a los intereses de las transnacionales y por lo tanto implica lucha. Y es impensable realizarlo solo desde el Gobierno, ganado en una contienda electoral, si no hay un pueblo detrás – organizado, consciente, que empuja, que ha hecho suyo el programa de una transformación profunda, que vibra con el y por el.

Esto es una de las grandes lecciones que nos han dejado el avance de la izquierda en los últimos años, pero sobre todo la Historia de Cuba, la persistencia de Cuba, la capacidad de Cuba de ser autocrítica y profundizar su revolución permanentemente, profundizar su socialismo permanentemente.

Los partidos de izquierda y los Gobiernos revolucionarios no hacemos nada si no invertimos en el pueblo a que se organice y si no encontramos los mecanismos, para tener una relación permanente con el. Esto implica también buscar formas de una nueva democracia – no solo electoral. Algunos lo llaman poder popular, otros de otra manera. Pero lo que sí está claro hoy: esa nueva sociedad, ese modelo alternativo, el socialismo ya está a lo orden del día.

Estas eran solo algunos pincelazos – vayamos a trabajar a las mesas y les deseo jornadas fructíferas. ¡Viva el XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo!

Muchas gracias

INTERVENCIÓN CENTRAL DEL PCC EN EL XIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO EN SAN SALVADOR (Versión VI – 7.1.07)

NUESTRAS PRIMERAS PALABRAS DE HOY SON PARA RECORDAR AL QUERIDO COMPAÑERO DE LUCHA, DESTACADO Y EJEMPLAR REVOLUCIONARIO, SHAFICK HÁNDAL, EL CUAL FUE PROMOTOR DE QUE ESTE XIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO SE EFECTUARA EN EL SALVADOR, CON EL OBJETIVO DE RELANZAR NUESTRO FORO, EL CUAL CONSTITUYE EL PRINCIPAL AGRUPAMIENTO DE PARTIDOS Y MOVIMIENTOS POLÍTICOS DE LA IZQUIERDA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA, DESDE ESTE HEROICO PAIS.

ASPIRAMOS A QUE, TAL COMO OCURRIÓ EN EL VI ENCUENTRO, CELEBRADO EN SAN SALVADOR EN JULIO DE 1996, EL GRAN ESFUERZO REALIZADO POR LOS COMPAÑEROS DEL FRENTE FARABUNDO MARTÍ PARA LA LIBERACIÓN NACIONAL, LE IMPRIMA A NUESTRO ENCUENTRO NUEVAS ENERGÍAS Y PROPICIE LAS DISCUSIONES Y ACCIONES QUE PERMITAN SUPERAR EN EL FUTURO EL IRREGULAR FUNCIONAMIENTO DEL FORO EN LOS ULTIMOS AÑOS.

DESARROLLAMOS NUESTRA ACTIIVIDAD REVOLUCIONARIA EN UN MOMENTO DE ENORME TRASCENDENCIA PARA EL CONTINENTE Y PARA TODO EL MUNDO, CUANDO LA HUMANIDAD ENFRENTA UNO DE LOS MOMENTOS MÁS DIFÍCILES Y COMPLEJOS DE SU HISTORIA.

DESPUES DE LA DESINTEGRACIÓN DE LA UNIÓN SOVIÉTICA Y LA DESAPARICIÓN DEL SOCIALISMO EN EUROPA, LOS CANTOS DE SIRENA DE AQUELLOS QUE PROCLAMABAN LA VICTORIA DEFINITIVA DEL CAPITALISMO Y EL FIN DE LA HISTORIA, SE HAN ESTRELLADO CON EL FRACASO DEL SISTEMA CAPITALISTA Y DEL MODELO NEOLIBERAL.

EN LUGAR DEL BIENESTAR PROMETIDO, LA HUMANIDAD HOY ENFRENTA ENORMES INJUSTICIAS, ABISMALES DESIGUALDADES, NUEVAS GUERRAS Y CONFLICTOS; Y UN CURSO QUE SI NO SE MODIFICA PUEDE CONDUCIR A LA EXTINCION DEL HOMBRE EN NUESTRO PLANETA.

TAL Y COMO SEÑALARA EL COMPAÑERO FIDEL EN SU MENSAJE A LA II CUMBRE SUR:

“NUNCA ANTES EL MUNDO FUE TAN DESIGUAL Y LA INEQUIDAD TAN PROFUNDA. EN LA ACTUAL ECONOMÍA MUNDIAL NUESTROS PAÍSES ESTÁN INCLUIDOS PARA LA EXPLOTACIÓN Y EXCLUIDOS PARA EL DESARROLLO.

TAL ORDEN IMPIDE EL DESARROLLO DE LOS PAÍSES DEL SUR, PARA SOSTENER EL



CONSUMISMO DERROCHADOR DEL NORTE, LA AGRESIÓN AL MEDIO AMBIENTE Y AGOTAMIENTO ACELERADO DE LOS RECURSOS NATURALES DEL PLANETA. LA RIQUEZA DESBORDANTE DEL NORTE ES EL RESULTADO DE LA SALVAJE EXPLOTACIÓN COLONIAL Y NEOCOLONIAL DEL SUR". (FIN DE LA CITA).

LA ADMINISTRACIÓN BUSH DESARROLLA UNA BRUTAL GUERRA DE CONQUISTA EN IRAQ, MANTIENE UNA DESENFRENADA CARRERA ARMAMENTISTA Y DESTRUYE AL MEDIO AMBIENTE DEL PLANETA, MIENTRAS LOS GRANDES PROBLEMAS DE LA HUMANIDAD CONTINÚAN AGRAVÁNDOSE.

UNA REDUCIDA MINORÍA VIVE EN LA OPULENCIA Y EL DERROCHE; CUANDO EN EL MUNDO HAY 852 MILLONES DE HAMBRIENTOS, CASI MIL MILLONES DE ADULTOS ANALFABETOS, MÁS DE 1200 MILLONES EN EXTREMA POBREZA; 40 MILLONES DE ENFERMOS O CONTAGIADOS POR EL SIDA, LA ABRUMADORA MAYORÍA SIN RECURSOS PARA RECIBIR EL TRATAMIENTO QUE LES PUEDE SALVAR LA VIDA; Y LO QUE ES MAS TERRIBLE, 13 MILLONES DE NIÑOS MUEREN CADA AÑO POR ENFERMEDADES QUE SE PUEDEN PREVENIR O CURAR.

LA DIFERENCIA DE INGRESOS ENTRE LOS PAÍSES MÁS RICOS Y LOS MÁS POBRES ERA DE 37 VECES EN 1960. HOY ES DE 74 VECES.

LAS 4 PERSONAS MÁS RICAS DEL MUNDO TIENEN ACTIVOS QUE SUPERAN EL PIB DE LOS 48 PAÍSES MÁS POBRES CON MÁS DE 600 MILLONES DE HABITANTES.

LA POBREZA Y LA DESIGUALDAD NO SON PRIVILEGIO DE LA MAYORIA DE LA HUMANIDAD QUE VIVE EN LAS NACIONES POBRES. TAMBIEN EN LOS EXCLUSIVOS Y EXCLUYENTES PAISES RICOS, LA MISERIA Y LOS CONFLICTOS HAN CRECIDO.

NUESTRO CONTINENTE ES EL MÁS DESIGUAL DEL PLANETA., EN EL QUE 227 MILLONES DE POBRES NO TIENEN LOS RECURSOS MÁS ELEMENTALES PARA SUBSISTIR MIENTRAS A METROS DE DISTANCIA HAY ENCLAVES DE LUJO Y CONSUMO DEDICADOS A EXALTAR LA OPULENCIA Y EL ABSURDO.

LA DOMINACION Y EL MODELO IMPUESTO EN NUESTRO CONTINENTE HAN CONDUCIDO A UNA CRISIS SIN PRECEDENTES. SOLO MENCIONAR LA SITUACION QUE PRESENTA EL YUGO DE LA DEUDA EXTERNA. EN LOS ÚLTIMOS 20 AÑOS LOS PUEBLOS DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE HAN PAGADO 6 VECES EL MONTO DE SU DEUDA EXTERNA Y HOY DEBEN TRES VECES LA CANTIDAD ORIGINAL DE HACE DOS DÉCADAS.

COMO RESPUESTA A ESA CRISIS PROFUNDA, EN LA REGION SE VIVE UN NUEVO MOMENTO DE LUCHA Y EL MOVIMIENTO POPULAR LATINOAMERICANO HA LOGRADO IMPORTANTES VICTORIAS Y AVANCES.

LA RESISTENCIA DEL PUEBLO CUBANO CON LA DEFENSA Y PROFUNDIZACION DE LA REVOLUCION Y EL SOCIALISMO; EL AVANCE DE LA REVOLUCION BOLIVARIANA EN VENEZUELA Y EL INICIO DE UN PROCESO REVOLUCIONARIO EN BOLIVIA, SON CLAROS EJEMPLOS DE LA NUEVA SITUACION DE NUESTRO CONTINENTE.

DESDE NUESTRO MAS RECIENTE ENCUENTRO, EFECTUADO EN SAO PAULO EN JULIO DEL 2005, OCURRIERON SIGNIFICATIVOS ACONTECIMIENTOS EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE, ENTRE ELLOS, LA AGUDIZACION EXTREMA DE LA CRISIS ECONOMICA, POLITICA Y SOCIAL PROVOCADA POR LA REESTRUCTURACION NEOLIBERAL, Y EL FRACASO DEL INTENTO DEL IMPERIALISMO NORTEAMERICANO DE IMPONER EN NUESTRO CONTINENTE UN AREA DE LIBRE COMERCIO DE LAS AMERICAS –QUE LO LLEVÓ A PRIORIZAR LA FIRMA DE TRATADOS DE LIBRE COMERCIO BILATERALES Y SUBREGIONALES, CON AQUELLOS GOBIERNOS DÓCILES QUE SE PRESTAN A ELLO.

LA IZQUIERDA HA OBTENIDO IMPORTANTES TRIUNFOS ELECTORALES COMO LA ELECCIÓN DE EVO MORALES A LA PRESIDENCIA DE BOLIVIA EN DICIEMBRE DE 2005. LA REELECCIÓN DE LULA A LA PRESIDENCIA DE BRASIL EN OCTUBRE DE 2006 Y LA ELECCION DE DANIEL ORTEGA A LA PRESIDENCIA DE NICARAGUA EN NOVIEMBRE DE ESTE MISMO AÑO. EN ECUADOR, RESALTA LA ELECCION DE RAFAEL COREA A LA PRESIDENCIA, CON UNA LATAFORMA DE RECUPERACION DEL CONTROL DE LOS RECURSOS NATURALES Y UNA PROPUESTA DE LLAMAR A UNA CONSTITUYENTE QUE PONGA FIN AL STATUS QUO NEOLIBERAL.

AUNQUE LOS CANDIDATOS PRESIDENCIALES DE LOS PARTIDOS DE IZQUIERDA, MIEMBROS DE NUESTRO FORO DE SAO PAULO, ANDRÉS MANUEL LÓPEZ OBRADOR, EN MÉXICO, Y CARLOS GAVIRIA, DEL POLO DEMOCRÁTICO ALTERNATIVO, EN COLOMBIA, NO OCUPAN HOY LA PRIMERA MAGISTRATURA DE SUS RESPECTIVOS PAÍSES, EL DESEMPEÑO DE AMBOS, SIN DUDA ALGUNA, CONTRIBUYE A LA ACUMULACIÓN POLÍTICA DE LA IZQUIERDA, NO SOLO EN MÉXICO Y COLOMBIA, SINO EN TODA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE.

TAMBIÉN EN PERÚ, EL ANHELO DE CAMBIO DE LAS GRANDES MAYORÍAS QUEDÓ BIEN REFLEJADO, EN ESTE CASO EN EL ELEVADO APOYO POPULAR QUE RECIBIÓ LA CANDIDATURA PRESIDENCIAL DE OLLANTA HUMALA.

EN URUGUAY CONTINUA EL ESFUERZO DE LOS COMPAÑEROS DEL FRENTE AMPLIO CON EL

PRIMER GOBIERNO POPULAR EN SU HISTORIA.

EN EL CARIBE TAMBIEN SE HA PRODUCIDO UN IMPORTANTE Y POSITIVO CAMBIO, CON EL PREDOMINIO DE GOBIERNOS PROGRESISTAS QUE FAVORECEN LA INTEGRACION REGIONAL Y CON EL TRIUNFO DE PREVAL EN HAITI, UNICO CANDIDATO AL CUAL SE OPOÑIA EL GOBIERNO NORTEAMERICANO.

EN VENEZUELA, CONTINUA EL AVANCE DE LA REVOLUCION BOLIVARIANA., Y PESE A LAS AGRESIONES DE ESTADOS UNIDOS Y UNA FERROZ CAMPAÑA DE PRENSA, EL PRESIDENTE CHAVEZ LOGRO UNA CONTUNDENTE VICTORIA ELECTORAL EL PASADO 3 DE DICIEMBRE QUE FRENO NUEVOS PLANES DESESTABILIZADORES.

GRACIAS AL APOYO DE VENEZUELA, SURGEN NUEVOS PROYECTOS DE INTEGRACION EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE CON LA ALTERNATIVA BOLIVARIANA PARA LAS AMERICAS (ALBA), COMO PETROSUR, PETROCARIBE Y TELESUR, ENTRE OTROS IMPORTANTES PROYECTOS.

EL ALBA ES UN PROYECTO INTEGRAL QUE BUSCA LA TRANSFORMACIÓN DE LAS SOCIEDADES PARA HACERLAS MÁS CULTAS, PARTICIPATIVAS Y SOLIDARIAS, Y QUE SE CONCEBE COMO UN PROCESO QUE ELIMINE LAS DESIGUALDADES SOCIALES Y FOMENTE LA CALIDAD DE VIDA Y LA PARTICIPACIÓN EFECTIVA DE LOS PUEBLOS EN LA CONFORMACIÓN DE SU PROPIO DESTINO.

ADICIONALMENTE, DE CONJUNTO CON LOS COMPAÑEROS VENEZOLANOS, Y COMO PARTE DE LA ALTERNATIVA BOLIVARIANA PARA LAS AMERICAS, CUBA Y VENEZUELA SE PROPONEN EN LOS PROXIMOS 10 AÑOS, ATENDER Y OPERAR A 6 MILLONES DE PACIENTES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE QUE REQUIERAN ATENCION OFTALMOLOGICA Y FORMAR 100 MIL MEDICOS DE TODA LA REGION, DISPUESTOS A LLEVAR LOS SERVICIOS DE SALUD A LAS GRANDES MAYORÍAS DE EXCLUIDOS Y MARGINADOS.

ESTAMOS CONVENCIDOS QUE ESE ES EL CAMINO, Y QUE NUESTROS PAISES NO TIENEN OTRA ALTERNATIVA FUERA DE LA INTEGRACION ECONOMICA.

EN CUBA MANTENEMOS NUESTRO OBJETIVO DE LOGRAR UNA NUEVA SOCIEDAD BASADA EN LA SOLIDARIDAD HUMANA Y NO EN EL EGOÍSMO Y LAS GANANCIAS MATERIALES.

ANTE LA ENFERMEDAD DEL COMPAÑERO FIDEL, NUESTRO PUEBLO HA ACTUADO CON UNA GRAN SERENIDAD Y MADUREZ Y HA RATIFICADO SU FIRME VOLUNTAD DE MANTENER Y DEFENDER LA CONTINUIDAD DE LA REVOLUCION Y EL SOCIALISMO.

TAL Y COMO SEÑALARA EL COMPAÑERO RAUL CASTRO EL PASADO 2 DE DICIEMBRE, PRESERVAREMOS AL PRECIO QUE SEA NECESARIO LA LIBERTAD DEL PUEBLO CUBANO Y LA



INDEPENDENCIA Y SOBERANIA DE LA PATRIA.

POR ESE CAMINO AVANZAMOS, FRENTE A UNA COMPLEJA SITUACIÓN INTERNACIONAL Y UN INCREMENTO SIN PRECEDENTES DE LAS AGRESIONES Y DE LA FERAZ GUERRA ECONÓMICA POR PARTE DEL GOBIERNO NORTEAMERICANO, QUE EN TOTAL HA COSTADO A NUESTRO PAÍS MÁS DE 86 MIL MILLONES DE DÓLARES, Y QUE RECIBIÓ EL PASADO 8 DE NOVIEMBRE EN LA ONU EL RECHAZO CASI UNANIME DE LA COMUNIDAD INTERNACIONAL.

PESE A LA INTENSIFICACION DE LAS AGRESIONES, HEMOS REFORZADO LA LUCHA EN EL TERRENO DE LAS IDEAS, DE LA EDUCACIÓN POLÍTICA DEL PUEBLO Y DEL ENRIQUECIMIENTO DE LA CULTURA UNIVERSAL DE LOS CUBANOS.

A PESAR DEL BLOQUEO, EL AÑO PASADO LOGRAMOS UN CRECIMIENTO ECONOMICO DEL 12.5%, EL MAS ALTO DE NUESTRA HISTORIA. HOY CUBA CONTINÚA LUCHANDO POR MEJORAR EL NIVEL DE VIDA DE SU POBLACION Y MUY ESPECIALMENTE DE LOS SECTORES DE MENOS INGRESOS, EN PRIMER LUGAR DE LOS ANCIANOS Y LOS JUBILADOS.

IMPULSAMOS UNA REVOLUCION ENERGETICA DIRIGIDA A MEJORAR LA EFICIENCIA EN LA GENERACION DE ELECTRICIDAD, DISMINUIR LAS PERDIDAS Y SOBRE TODO REDUCIR EL CONSUMO DE ENERGIA, TODO LO CUAL BRINDA IMPORTANTES BENEFICIOS ECONOMICOS, ELEVA SIGNIFICATIVAMENTE EL NIVEL DE VIDA DEL PUEBLO Y DISMINUYE EXTRAORDINARIAMENTE LOS NIVELES DE CONTAMINACION.

AUNQUE ESTAMOS CONVENCIDOS QUE AUN NOS FALTA MUCHO POR LOGRAR, HEMOS ALCANZADO METAS SIGNIFICATIVAS EN EDUCACIÓN, SALUD PÚBLICA, SEGURIDAD SOCIAL, CULTURA, DEPORTES Y CIENCIA.

EN EL 2006 NUESTRO INDICE DE MORTALIDAD INFANTIL FUE DE 5,3 POR CADA MIL NACIDOS VIVOS, LA MAS BAJA DE NUESTRA HISTORIA Y DE TODO NUESTRO CONTINENTE, CON LA EXCEPCION DE CANADA.

Y TODAVÍA MÁS IMPORTANTE ES LA FIRME VOLUNTAD DE CONTINUAR NUESTRA MODESTA AYUDA A OTROS PUEBLOS, COMO LO HACEN HOY MÁS DE 29 000 MÉDICOS Y OTROS TRABAJADORES DE LA SALUD CUBANOS EN 71 PAÍSES, NUESTRA CONTRIBUCIÓN A LA EDUCACIÓN DE **26 586** JÓVENES DE MÁS DE 120 NACIONES QUE ESTUDIAN EN CUBA, DE ELLOS MAS DE 21 000 CURSANDO LA CARRERA DE MEDICINA, Y LA REALIZACIÓN DE LA MISIÓN MILAGRO CON EL TRATAMIENTO GRATUITO DE MÁS DE 500 000 PACIENTES DE 29 PAISES DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, MUCHOS DE LOS CUALES HAN RECUPERADO LA

VISIÓN.

ANTE EL AVANCE DE LAS FUERZAS PROGRESISTAS Y DE IZQUIERDA EL IMPERIALISMO Y, POR SUPUESTO, SUS ALIADOS EN EL CONTINENTE, ADOPTAN POLÍTICAS CADA VEZ MÁS REACCIONARIAS, COMO SON LA BRUTAL INJERENCIA DE WASHINGTON PARA IMPEDIR EL TRIUNFO DE ALTERNATIVAS POPULARES, LOS FRAUDES COMETIDOS PARA DESPOJAR A LA IZQUIERDA DE SUS TRIUNFOS ELECTORALES, LAS CAMPAÑAS DE MIEDO PARA DESCALIFICAR A LOS CANDIDATOS PROGRESISTAS, LA CRIMINALIZACIÓN DE LA LUCHA SOCIAL Y EL AUMENTO DE LA REPRESIÓN.

ES UN HECHO QUE EL CAPITALISMO, EN SU ACTUAL FASE DE DESARROLLO, LLEVA A NUESTROS PUEBLOS A LA CATÁSTROFE SOCIAL, CULTURAL Y AMBIENTAL. EL AVENTURERISMO MILITAR ACTUAL NO CONSTITUYE, NI MUCHO MENOS, SOLUCIÓN A LA CRISIS ESTRUCTURAL DEL CAPITALISMO. LA RESISTENCIA POPULAR A LAS POLÍTICAS GUERRERISTAS COINCIDE CON EL DECLIVE IDEOLÓGICO Y CIVILIZATORIO DE LA "DEMOCRACIA NEOLIBERAL" Y CON NUEVOS POSTULADOS RELATIVOS A LA "SEGURIDAD HEMISFÉRICA", HOY TRADUCIDA EN TÉRMINOS DE LUCHA ANTITERRORISTA Y ATAQUES PREVENTIVOS.

LA REPULSA HACIA ESTAS NEFASTAS POLÍTICAS ES CADA DÍA MÁS PALPABLE. NUESTRA AMÉRICA HA CONSTITUIDO UN LABORATORIO EN LA APLICACIÓN DE LAS MISMAS Y NUESTROS PUEBLOS LAS HAN RECHAZADO DE MANERA CADA VEZ MÁS CATEGÓRICA Y DECIDIDA. HOY PODEMOS AFIRMAR QUE EL NEOLIBERALISMO Y EL MILITARISMO HAN FRACASADO.

A PESAR DE LA GRAVE CRISIS QUE ENFRENTA, EL IMPERIALISMO NORTEAMERICANO INTENTA MANTENER A CUALQUIER PRECIO SU SISTEMA DE DOMINACION Y EXPLOTACION. ES POR ELLO QUE DEBEMOS CONTINUAR LA CONDENA Y DENUNCIA DE LOS CRIMENES DEL GOBIERNO YANQUI.

UN REGIMEN QUE MIENTE CONSTANTEMENTE PARA LLEVAR A LA PRACTICA EL PROGRAMA REACCIONARIO DE LOS GRUPOS ULTRACONSERVADORES QUE CONDUJERON AL PODER A LA ACTUAL ADMINISTRACION NORTEAMERICANA, LA CUAL POR DEMÁS ES ILEGITIMA, PUES BUSH LLEGO AL PODER A PARTIR DEL ROBO DE LAS ELECCIONES EN EL 2000.

MINTIERON DESCARADAMENTE PARA INVADIR A IRAQ, MOSTRANDO UN DESPRECIO ABSOLUTO POR LA LEGALIDAD INTERNACIONAL, Y POR LAS VIDAS DE CIENTOS DE MILES DE IRAQUÍES QUE HAN SIDO MASACRADOS Y DE MAS DE 3 000 JÓVENES NORTEAMERICANOS, VÍCTIMAS DE SU PROPIO GOBIERNO.

UN GOBIERNO QUE PROCLAMA ABIERTAMENTE QUE LOS ESTADOS UNIDOS DEBEN IMPEDIR, INCLUSO USANDO LA FUERZA, QUE VUELVA A SURGIR UN PAÍS O UN GRUPO DE PAÍSES QUE RETE SU PODERÍO Y ANUNCIA SU DERECHO A REALIZAR ATAQUES PREVENTIVOS CONTRA

CUALQUIER NACIÓN, INCLUYENDO EL USO DE ARMAS NUCLEARES.

SON QUIENES HAN LOGRADO QUE EN AFGANISTÁN, COMO RESULTADO DE LA OCUPACIÓN DEL EJÉRCITO NORTEAMERICANO Y SUS ALIADOS, SE HAYA INCREMENTADO 4 VECES LA PRODUCCIÓN DE DROGA Y QUE SEA DONDE SE CULTIVA HOY EL 92% DE LA COSECHA MUNDIAL DE OPIO.

UN RÉGIMEN QUE CONTINÚA AGREDIENDO A LAS NACIONES DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE; QUE ORGANIZA Y FINANCIA PLANES SUBVERSIVOS CONTRA LOS GOBIERNOS DE VENEZUELA Y BOLIVIA.

UN GOBIERNO QUE CONSTITUYE EL PRINCIPAL APOYO A LOS CRIMENES DEL GOBIERNO SIONISTA CONTRA EL PUEBLO PALESTINO Y QUE MANTIENE SU OPRESION COLONIAL SOBRE EL HERMANO PUEBLO DE PUERTORICO.

UNA ADMINISTRACIÓN QUE MANIPULA EL TEMA DE LAS ARMAS DE EXTERMINIO MASIVO, CUANDO ES RESPONSABLE DE LA MITAD DE LOS GASTOS MILITARES DEL MUNDO; BLOQUEA LAS NEGOCIACIONES PARA ADOPTAR UN PROTOCOLO DE VERIFICACIÓN PARA LA CONVENCION DE ARMAS BIOLÓGICAS, ABANDONÓ UNILATERALMENTE EL TRATADO ABM SOBRE DEFENSA ANTIMISILES, Y SE NIEGA A ACEPTAR EL TRATADO DE PROHIBICIÓN TOTAL DE ENSAYOS NUCLEARES.

UN GRUPO QUE RETIRO A LOS ESTADOS UNIDOS DEL PROTOCOLO DE KYOTO, PESE A QUE ESE PAIS ES EL RESPONSABLE DE LA CUARTA PARTE DE LOS GASES Y DESECHOS TÓXICOS DEL PLANETA.

UN GOBIERNO QUE FAVORECIO CON SUS RECORTES DE IMPUESTOS A SOLO EL 2% MAS RICO DE LA POBLACION, MIENTRAS NO SE CANSA DE RECORTAR LOS SERVICIOS SOCIALES, DE SALUD PUBLICA Y EDUCACION DE LOS QUE DEPENDE LA MAYORÍA DEL PUEBLO NORTEAMERICANO.

UNOS GOBERNANTES QUE ABANDONARON A SUS CIUDADANOS DURANTE EL HURACÁN KATRINA, PROVOCANDO LA MUERTE Y LA DESAPARICION DE MILES DE PERSONAS.

UN RÉGIMEN QUE, EN PLENO SIGLO XXI, ADEMÁS DEL CAMPO DE CONCENTRACION EN GUATANAMO, DE LAS CÁRCELES Y VUELOS CLANDESTINOS, HA LEGALIZADO LA TORTURA, EN LO QUE CONSTITUYE UN ACTO DE INFAMIA, Y DESVERGÜENZA SIN COMPARACIÓN EN LA HISTORIA DE LA HUMANIDAD.

UN GOBIERNO QUE PROCLAMA FALSAMENTE UNA GUERRA AL TERRORISMO, MIENTRAS PROTEGE Y APOYA A LOS PEORES TERRORISTAS DE NUESTRO CONTINENTE, COMO LUIS POSADA CARRILES Y ORLANDO BOSH, A QUIENES EN VIOLACION DE LAS LEYES INTERNACIONALES Y DE SU PROPIA LEGISLACION, SE NIEGAN A EXTRADITAR A VENEZUELA, MIENTRAS MANTIENE BRUTAL E ILEGALMENTE SECUESTRADOS A CINCO JÓVENES CUBANOS, PRECISAMENTE POR LUCHAR CONTRA EL TERRORISMO Y SALVAR VIDAS CUBANAS Y NORTEAMERICANAS.

COMPAÑERAS Y COMPAÑEROS:

EN EL CONTINENTE HAN SURGIDO Y SE DESARROLLAN NUEVAS ORGANIZACIONES Y AGRUPACIONES QUE INCLUYEN TANTO MOVIMIENTOS SOCIALES COMO INDIGENAS QUE COMPARTEN MUCHOS DE NUESTROS OBJETIVOS Y CON LOS QUE DEBEMOS SER CAPACES DE LOGRAR UN ESFUERZO COMUN.

ESTOS MOVIMIENTOS ADQUIEREN, DIA A DIA, MAYOR DESARROLLO Y MADUREZ. JUNTO A ELLOS DEBEMOS MARCHAR UNIDOS LOS PARTIDOS Y MOVIMIENTOS POLITICOS DE LA IZQUIERDA.

EN AMERICA LATINA, COMO EN EL RESTO DEL MUNDO, EL TEMA DE LA UNIDAD DE LAS FUERZAS Y SECTORES REVOLUCIONARIOS, DE IZQUIERDA Y PROGRESISTAS, ES DECISIVO. LA DIVISION CONTINUA CONSTITUYENDO UN TALON DE AQUILES Y UNA DEBILIDAD DE LA QUE SE APROVECHAN LAS FUERZAS DE DERECHA Y EL IMPERIALISMO.

LA IZQUIERDA Y EL MOVIMIENTO POPULAR LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO ESTAMOS INMERSOS EN LA LUCHA POR LA CONSTRUCCIÓN DE NUEVAS SOCIEDADES, CUYO PRINCIPAL OBJETIVO SEA LA SATISFACCIÓN PLENA DE LAS NECESIDADES MATERIALES Y ESPIRITUALES DE TODOS LOS SERES HUMANOS, Y NO LA ACUMULACIÓN DE GANANCIAS DE UNOS POCOS, A COSTA DEL DOLOR Y LA MUERTE DE MUCHOS.

PARA NOSOTROS, LOS REVOLUCIONARIOS CUBANOS, ESAS NUEVAS SOCIEDADES DEBERAN TENER SU FUNDAMENTO EN EL SOCIALISMO. TENDRÁN QUE SER SOCIEDADES SOCIALISTAS. HABLAMOS, POR SUPUESTO, DE SOCIEDADES SOCIALISTAS DISEÑADAS Y CONSTRUIDAS POR LOS PROPIOS PUEBLOS LATINOAMERICANOS Y CARIBEÑOS, DE ACUERDO A SUS IDIOSINCRASIAS, SUS CULTURAS, SUS ASPIRACIONES Y SUS NIVELES DE DESARROLLO.

APROVECHAR LOS ESPACIOS INSTITUCIONALES CONQUISTADOS POR MEDIO DE LA LUCHA ELECTORAL PUEDE, EN LAS ACTUALES CONDICIONES, CONSTITUIR UN PASO IMPORTANTE EN



EL CAMINO HACIA LA EDIFICACIÓN DE SOCIEDADES SOCIALISTAS, SI ES QUE SOMOS CAPACES DE UTILIZARLOS PARA LA NECESARIA ACUMULACIÓN POLÍTICA QUE NOS PERMITA TRANSFORMAR EL PODER OLIGÁRQUICO EN PODER POPULAR.

POR LA FUERZA DE NUESTRAS IDEAS, TENEMOS LA FIRME CONVICCION DE QUE UN MUNDO MEJOR ES POSIBLE, UN MUNDO QUE NO SE RIJA POR GUERRAS PREVENTIVAS Y UNILATERALES; QUE NO SE BASE EN LA INJUSTICIA, LA ARROGANCIA, EL EGOISMO, LA AVARICIA, LA DISCRIMINACION Y LA FUERZA BRUTA.

ESTE AÑO SE CONMEMORA EL 40 ANIVERSARIO DE LA CAIDA EN COMBATE DEL CHE. INSPIRADOS EN SU HEROICO EJEMPLO, CONTINUEMOS SU LUCHA PARA ALCANZAR EN NUESTRO CONTINENTE, LA LIBERTAD Y TODA LA JUSTICIA.



**Al Comité de Organización del XIII Foro de Sao Paulo
Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional del Salvador**

Queridos Compañeros:

Con motivo de la celebración del XIII Foro de Sao Paulo, nos permitimos extenderles, en nombre del comité Central del Partido Comunista de China, calurosas felicitaciones al Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional del Salvador, y por su digno conducto, al Comité de Organización del XIII Foro de Sao Paulo.

El Foro de Sao Paulo es un mecanismo de encuentros multilaterales en el que los Partidos de izquierda y organizaciones progresistas de América Latina y el Caribe intercambian información y coordinan actividades sobre importantes temas regionales e internacionales. Durante los 16 años transcurridos, el Foro viene desarrollándose y robusteciéndose. Algunos Partidos miembros del Foro se han convertido en Partidos de gobierno o Partidos participantes en el gobierno que asumen la importante tarea de desarrollar la economía nacional y mejorar las condiciones de vida del pueblos; La fuerza de algunos Partidos integrantes del foro en diferentes niveles de parlamentos y gobiernos locales viene fortaleciéndose. A medida que se eleva el papel que juega los miembros del Foro en los asuntos regionales y en el desarrollo de sus respectivos países, la influencia del Foro en Latinoamérica se ha ampliado cada día más.

La amistad entre China y América Latina se remonta a tiempos muy antiguos. Constatamos con alegría que, en los últimos años, gracias a los esfuerzos mancomunados de ambas partes, China y los países Latinoamericanos ha llevado a cabo cooperaciones fructíferas en los ámbitos políticos, económico, científico-tecnológico, cultural, educacional, entre otros. Los intercambios del Partido Comunista de China con el exterior forman parte importante de la diplomacia general del Estado. El Partido Comunista de China ha establecido relaciones de amistad y cooperación de diversa índole con más de 80 Partidos políticos de América Latina y el Caribe y sus organizaciones regionales sobre la base de cuatro principios, a saber, independencia y autodeterminación, igualdad completa, respeto mutuo y no intervención en los asuntos internos de uno por el otro, promoviendo en gran medida el desarrollo de las relaciones interestatales. El Partido Comunista de China está dispuesto a incrementar aún más los vínculos de amistad y colaboración con los Partidos políticos y organizaciones regionales de América Latina y fomentar conjuntamente el avance de los lazos sino-latinoamericanos sobre la base de los principios arriba mencionados.

Hacemos votos por el pleno éxito del XIII Foro de Sao Paulo y el incesante fortalecimiento y desarrollo de la amistad entre China y América Latina.

Departamento Internacional del Comité
Central del Partido Comunista de China

Compañero Valter Omar
Secretario Ejecutivo del Foro de Sao Paulo.
Compañeros miembros del Grupo de Trabajo
Compañeros del Farabundo Martí para la Liberación Nacional de El Salvador, dignos anfitriones de este digno evento.

A nombre y en representación de El Partido Socialista Frente Amplio y del Movimiento Popular Democrático del Ecuador, hacemos ostensible nuestro cariñoso saludo a la Patria de Agustín Farabundo Martí, Oscar Arnulfo Romero y el Comandante Schafik Hándal.

El 26 de noviembre del 2006, culminando un largo proceso de organización y lucha de los Partidos Políticos y movimientos sociales democráticos, progresistas y revolucionarios del Ecuador, la coalición formada por Alianza País y el Partido Socialista Frente Amplio obtuvieron un rotundo triunfo electoral con su candidato presidencial Rafael Correa, al derrotar al candidato de la derecha oligárquica y el proyecto de recolonización imperial.

El Ecuador está amaneciendo al siglo XXI en medio de tres crisis simultáneas:

- 1- La crisis de su capitalismo tardío y subalterno;
- 2- El agotamiento de la estrategia desarrollista-intervencionista y
- 3- El fracaso del neoliberalismo esquizofrénico que llevó al mayor atraco financiero y bancario de la historia republicana en 1999.

1- La crisis del capitalismo se expresa en la baja productividad del trabajo que ocupa uno de los últimos lugares del continente, las elevadas transferencias de recursos al exterior, tres mil ochocientos millones de dólares solo en el 2005 y el uso irracional de los fondos capitalizables en los gastos armamentistas, las operaciones especulativas y el consumo suntuario.

2- El agotamiento de la estrategia desarrollista denominada de sustitución de importaciones llevó al país al endeudamiento agresivo, la sucretización de la deuda privada que facilitaron el camino de los ajustes y las reformas neoliberales monitoreadas por el Fondo Monetario Internacional y las Agencias de dominación imperial.

3- El fracaso neoliberal llevó al país a veinticinco años de estancamiento económico, al parasitismo financiero, a impulsar la monopolización dentro de un patrón de acumulación rentista y expropiatorio. Como consecuencia de ello el Ecuador a pagado más de cien mil millones de dólares



desde 1974 hasta la fecha y la deuda externa supera hoy los 18 mil millones de dólares. La apertura unilateral de mercados y la dolarización han llevado a un crecimiento hipertrofiado del sector terciario y a gigantescos depósitos de excedentes en el exterior estimados en mas de 10 mil millones de dólares. La contracción de la inversión productiva, el panorama recesivo y la perdida de competitividad del país se expresan en la pobreza generalizada, una ola gigantesca de desocupación y sub-ocupación, la diáspora dolorosa de mas de un millón y medio de trabajadores solo en la última década, el incremento de los empleos informales, la precarización del trabajo, el multiempleo, el trabajo infantil. En medio de este capitalismo salvaje se ha incrementado el clima de inseguridad y violencia y se han reproducido también formas de vida denigrantes como la prostitución, el tráfico de menores, el coyoterismo, el saqueo del patrimonio cultural y otras formas de economía subterránea.

El imperio quiso transformar al Ecuador en un protectorado colonial a través del Acuerdo de la Base de Manta que nos subordina al Plan Colombia y su estrategia militar contrainsurgente y en lo económico al ALCA y su correlato los TLC que buscarían la liquidación del Estado Nacional.

Pero toda esa estrategia fue resistida por el pueblo volcánico y explosivo que ha sido siempre el ecuatoriano. La victoria electoral de Rafael Correa, significa en los 80 años de vigencia del Socialismo y la izquierda en el Ecuador la primera oportunidad de ejercer el gobierno con un claro proyecto de rescate de la soberanía nacional, de denuncia y resistencia a las imposiciones del Fondo Monetario Internacional y los organismos multilaterales de crédito, de rechazo a los acuerdos sobre la Base de Manta que no serán renovados el 12 de noviembre del 2009, de negativa terminante y categórica a implicarnos en el Plan Colombia, de respeto al principio de no intervención en los asuntos internos de otros pueblos, de negativa a considerar a los grupos insurgentes de Colombia como terroristas.

El nuevo gobierno del Ecuador que se posesionará el próximo 15 de enero, interpretando las aspiraciones mayoritarias de nuestro pueblo impulsará una política nacional e internacional de rescate pleno de la soberanía, la independencia, el derecho a la autodeterminación, a la felicidad y al progreso. La economía dejará de estar monitoreada por el imperialismo y sus agencias y será reasumida a plenitud por la sociedad ecuatoriana. El Estado será revalorizado y actuará en forma directa para contrarrestar los factores que viabilizan la acumulación monopólica del capital. Se analizan el no pago o



la moratoria de la deuda externa e interna, la limitación de las remesas de las inversiones extranjeras o nacionales, la explotación estatal de los recursos naturales básicos. El cambio de las reglas de juego financieras para contrarrestar el parasitismo de la banca comercial. Y sobre todo de revalorización de los seres humanos a través de inversiones prioritarias en salud, educación y cultura. En ese mismo sentido se dará impulso a la investigación científica en líneas que le permitan al país avanzar en los niveles de competitividad. Las Fuerzas Armadas se subordinarán al poder civil, delimitarán el tiempo necesario para mantener la preparación combativa y dedicarán la mayor cantidad de tiempo y esfuerzos al desarrollo de proyectos comunitarios que impulsen la dinamización de la economía y el mejoramiento de las condiciones de vida de las mayorías. Todos estos cambios se harán en el contexto de una clara vocación de integración andina y latinoamericanista que parta de la constatación de que no estamos solos en la sub-región y que podemos contar con la amistad y la solidaridad de los gobiernos democráticos y progresistas encabezados por los Presidentes Lula, en el Brasil; Chávez, en Venezuela; Michelle Bachelet, en Chile; Tabaré Vázquez, en Uruguay; Evo Morales, en Bolivia; Nestor Kirshner, en Argentina; Daniel Ortega, en Nicaragua y desde luego con la presencia de dignidad de la Cuba heroica y socialista.

Sin embargo, debemos decirles por último con las palabras de nuestro presidente Rafael Correa que hemos ganado apenas una parcela del poder, el Gobierno. Que tenemos un poder Legislativo de amplia mayoría de la partidocracia corrupta. Que el poder Judicial sigue secuestrado por las mafias de siempre y que el poder económico se mantiene en manos de una oligarquía prepotente, vanidosa y corrupta. Hemos ganado una batalla, pero no la guerra y en los días, semanas y meses por venir será de verás importante que las fuerzas que integran el Foro de Sao Paulo nos presten su solidaridad militante y combativa. Por nuestra parte estamos haciendo el esfuerzo para construir la unidad más amplia de los partidos de izquierda y de los movimientos ciudadanos del Ecuador por cuya razón estamos absolutamente seguros de que la victoria definitiva será de nuestro pueblo.

PLENARIA SOBRE TEMA UNO

Propuestas Alternativas al Neoliberalismo, Desarrollo Económico, Social y Democratización Política, Nuevas Propuestas de Integración Regional.

13 de Enero 2007

Moderadores: Aníbal Pereira Frente Amplio de Uruguay, Max Cabrera del Partido Alianza Nueva Nación de Guatemala, Lautaro Carmona del PC de Chile

Intervención del Compañero Aníbal Pereira del Frente Amplio de Uruguay

Introducción. Los países donde actualmente gobierna la izquierda coincide con las acciones de los planteamientos que entonces hizo el foro hace 10 años, en que solo estaba Cuba. Coincidimos en que el objetivo pleno del desarrollo es la satisfacción plena de las necesidades materiales y espirituales de la población con justicia social y armonía con la naturaleza. Se hace necesario repasar los ejes para la construcción de una sociedad más democrática. El gobierno de Uruguay esta tomando las medidas para combatir el modelo neoliberal.

Tesis: La lógica de la globalización Neoliberal lleva a mejorar, desde los gobiernos, las competencias de las transnacionales favoreciendo la acumulación de capital no importándole las consecuencias de pobreza y marginación de la población. La ciencia y la tecnología en el imperialismo, busca eternizar el status quo. La lógica de la globalización esta al servicio de la concentración de la riqueza y la propiedad sin importarle el deterioro de la calidad de vida. Por lo que hay que avanzar en la construcción de un modelo alternativo con elementos esenciales.

Propuestas:

1. Realizar cambios estructurales como sistema tributario al servicio de la producción, mejor distribución de la riqueza, participación social en la descentralización, mejorar el mercado interno, reformas sociales, programas de emergencia, respetar la diversidad y eliminar toda forma de discriminación de genero, etnia, condición física etc., profundizar la democracia, integrar a la fuerza armada en un sistema democrático.
2. Poner freno a la especulación financiera internacional.
3. Que el estado juegue un papel determinante en las decisiones de la economía para la construcción de un modelo alternativo.
4. Es fundamental para la creación de este modelo la unidad de la izquierda.

Intervención del compañero Max Cabrera del Partido Alianza Nueva Nación de Guatemala

Tesis: Declive del orden unipolar del imperialismo norteamericano y la constitución de un nuevo orden multipolar a nivel mundial. Nos encontramos en la era del dominio unipolar imperialismo norteamericano que esta en un franco retroceso. Hay dos tendencias marcadas en el orden internacional: la primera marcada por el acelerado declive de la supremacía económica, política y del poder militar de EEUU y otra el rápido realineamiento y consolidado ascenso de Rusia y China, esta

situación los coloca como un nuevo poder a nivel internacional y claro contendiente a los intereses de EEUU. El esfuerzo de estos es constituir un orden mundial multipolar que se sustente en la política, diplomacia y el derecho internacional. Llama a la integración de todos los pueblos latinoamericanos a formar una sola nación

Propuestas:

1. Búsqueda de nuevas alianzas estratégicas entre países.
2. Distanciamiento de los gobiernos de izquierda de la políticas de EEUU
3. Políticas de carácter más nacionalista especialmente con el manejo de los recursos naturales.
4. Desarrollo de políticas agresivas a nivel sub regionales y regionales como el ALBA, MERCOSUR, Comunidad Sur americana, La Conformación de empresa multinacional petrolera estatal latinoamericana.

Intervención del Compañero Lautaro Carmona del Partido Comunista de Chile

Saludo. Inicia con saludo del Partido comunista de Chile al pueblo salvadoreño a través del FMLN y un reconocimiento a su dirigente Schafik Handal como un gran revolucionario que fue capaz de “unir palabra y acción, pensamiento y acto” y ser ejemplo de consecuencia para todos, además un reconocimiento del avance de la izquierda de AL durante estos 15 años de foro de Sao Pablo con el valioso aporte de Cuba Socialista y deseos de recuperación por la salud del compañero Fidel.

Tesis: Consolidación y desarrollo del modelo neoliberal en Chile. Chile es un laboratorio del modelo Neoliberal a nivel continental que inicia con Pinochet en 1976. La salud, la educación, producción y vivienda se han convertido en un negocio, la prevención y seguridad laboral es casi inexistente, hoy los pobres son más pobres que ayer. Por lo que se hace más necesaria la elaboración de iniciativas concretas

Propuestas:

1. Desarrollar una economía soberana.
2. Promover la discusión de los tratados de libre comercio.
3. Políticas sociales que garanticen el acceso a la salud, educación, etc.
4. Reinvidicar los derechos laborales, lucha por el respeto a los derechos humanos. Respeto a desarrollo armónico con el medio ambiente.
5. Anulación de la ley de amnistía en Chile.
6. Reformas en Educación y Sistema electoral..
7. En el marco de los 40 años de conmemoración del Che hacer un intercambio regional para definir compromisos contra el Neoliberalismo.
8. El Foro debe asumir iniciativas concretas en cada país y región para la libertad de los cinco patriotas cubanos.
9. el Foro debe promover una reflexión y revalorización de la política y compromisos de la nueva ética antineoliberal para el proyecto alternativo.

Intervención del compañero Willi Meyer de grupo parlamentario de la izquierda unitaria y Europea país España

Saludo de parte de los partidos que conforman el grupo parlamentario de la izquierda Europea. Este mismo debate que se realiza por el grupo en Europa, las consecuencias de la implementación de este modelo económico que pertenece al Capitalismo.

Tesis: La Unión Europea otro imperio que compite con EEUU. La seguridad Europea esta supeditada a la seguridad de EEUU, además están utilizando las actuales estructura europeas para apoyar estos fines, en este sentido la MERCEL le esta imprimiendo políticas conservadoras donde no existe agenda social, se promueven las privatizaciones y los programas sociales supeditados a la rentabilidad económica.

Propuestas:

1. Girar el curso de la política Europea desvinculándose de las políticas de EEUU.
2. Comprometidos, atentos y solidarios con la luchas de izquierda.

Intervención de un compañero sindicalista italiano

Autocrica como partido Italiano de izquierda. Se auto declaraban como partido de clase, pero no lo hacen, no apoyan los intereses de clase trabajadora de otros países, falta de solidaridad.

Critica al foro no visualiza el abismo al que nos arroja el modelo neoliberalismo.

Propuestas:

1. Lucha al consumismo.
2. Necesidad de poner freno al desarrollismo.
3. Globalizar los sueldos.

Intervención de la compañera Márquez del PT de Brasil

Tesis: Es posible construir un nuevo mundo basado en la economía solidaria, tomando como ejemplo acciones realizadas en Brasil.

Revisar lo que se ha hecho en Brasil.

(no se completaron las ideas por la limitante del idioma)

Intervención del Compañero Ezequiel Páramo de Movimiento Libre del Sur de Argentina

Tesis: La alternativa mas clara al neoliberalismo es la construcción de un frente amplio popular contra el modelo neoliberal. Comenta la experiencia argentina

Propuso:



1. Edificación de proyectos nacionales soberanos contra el imperialismo y el neoliberalismo a partir de sus particularidades.
2. Unidad de la izquierda es valiosa pero no suficiente, es necesario unir patriotas y nacionalistas.

Intervención del compañero Rafael Cardoza del PT de Brasil

Tesis: Existen graves y negativas repercusiones del Neoliberalismo en la juventud.

Propuso:

1. Formar un bloque de resistencia juvenil latinoamericano.
2. Las izquierdas deben incluir a los jóvenes en los debates.

Intervención del compañero Luís Bilbao de Unión de Militantes para el Socialismo de Argentina

Sugerencias. Propone cambio en el futuro sobre la metodología para el debate en el foro para tener tiempo y mejorar conclusiones y posturas. Saludo al FMLN en especial honrar la memoria de Schafik.

Tesis: Estamos en una crisis del capitalismo a nivel mundial que se agrava cada día más, lo cual hace pensar que esta a punto del colapso. Estamos en una contraofensiva imperialista.

Propuestas:

1. Creación de un programa político y revolucionario para actuar contra el imperialismo y el neoliberalismo.
2. Unir las fuerzas internacionales de izquierda.
3. Movilización latinoamericana para pedir la pronta solución pacífica y solidaria del conflicto entre Argentina y Uruguay.
4. Compromisos de tareas comunes del foro: solidaridad activa y militante con Evo en Bolivia y campaña continental de solidaridad por los cinco de Cuba.

Intervención del Compañero Chano Guevara del Partido FMLN de El Salvador

Tesis: Modelo Neoliberal que está sufriendo derrota en el continente. No perder de vista al enemigo común que es el imperialismo norteamericano que es el neoliberalismo.

Propuestas:

1. Construir una fuerza política común continental de las fuerzas opositoras de izquierda.
2. Promover la defensa de los recursos naturales de cada país.
3. Movilización de las fuerzas sociales para la creación del poder popular.



Intervención del compañero del Partido PRD de México

Tesis: Los Gobiernos de izquierda pueden y deberían ser más capaces de lograr el mejoramiento de vida de los ciudadanos de sus países. Pueden ser más eficientes que el neoliberalismo.

Propuestas:

1. Desarrollar modelos que tengan programas sociales reales para la gente.
2. Que los gobiernos sean capaces de generar riqueza y distribuirla con eficacia.
3. Crear convenios que permitan a los pueblos poner las reglas al mercado que generen programas sociales y una mejor distribución de la riqueza..
4. Las fuerzas de izquierda deben generar más acciones directas.

Intervención del Compañero Salvador Arias del Partido FMLN de El Salvador

Tesis: Tema central es la lucha del poder y trasformarlo a poder popular, de construir un nuevo estado con un modelo político y económico a favor de las grandes mayorías. Sobre la construcción de políticas públicas para ampliar coberturas y calidad, que propicien que los servicios no sean vistas como mercancías. Este Modelo económico alternativo cuales son sus bases trastocar la forma el modelo de acumulación y de los medios de producción..

Propuestas:

1. Definir el papel y responsabilidad del Estado.
2. Definir el papel de la propiedad social, privada y transnacionales.
3. Claridad del modelo de acumulación de riqueza.
5. Redimensionar la agricultura y es acompañada de la ciencia y la tecnología.
6. Que el conocimiento sea de todo el pueblo.

Intervención del compañero de Palestina

Saludo a la memoria de Schafik "el cuerpo muere pero las ideas continúan vivas".

Tesis: Situación de Palestina. El fin de las agresiones a oriente es el petróleo y EEUU se escuda en posiciones políticas a través de organismos internacionales para acceder a él.

Propuestas:

1. Apoyar a Cuba para eliminar el bloqueo y apoyo a los cinco.
2. Preparar fuerzas voluntarias internacionalistas.

Intervención del compañero Jaime Caitero del PDA de Colombia



Saludar actitud el gobierno de Correa del Ecuador de no firmar el TLC con EEUU. Sin embargo Colombia si lo ha echo. Lucha de los inmigrantes desde EEUU y solidaridad. Lucha por las libertades democráticas.

Propuestas:

1. Incluir a los inmigrantes latinoamericanos en el foro.
2. Continuar la lucha contra los tratados y las políticas del fondo monetario internacional.
3. promover la solución política y pacífica de los conflictos armados en LA
4. Continuar la lucha por el modelo alternativo.

Intervención del compañero Juan de Partido Alianza Nueva Nación de Guatemala

Propuestas:

1. La izquierda debe tomar la participación activa de los pueblos indígenas en la construcción del socialismo
2. Unión y solidaridad de la izquierda para la construcción de estados democraticos.

Intervención del compañero del Partido Comunista de Vietnam

Saludo del PC de Vietnam. Nuevos vientos soplan en AL. La correlación de fuerzas esta cambiando y esto es importante, enfatiza el trabajo del PT en Brasil y Hugo Chavez en Venezuela y Daniel Ortega en Nicaragua. Expresa apoyo y solidaridad a partidos comunista de AL y éxitos en el foro.

Intervención del compañero Jose Alvarenga de las Iglesias de El Salvador

Reflexión de la situación nacional. Urge cambio de rumbo en políticas sociales y económicas.

Intervención del compañero de la República de Saharawi

Comentarios: En el documento no se evidencia las implicaciones de los procesos de dolarización.

Temas para discutir:

1. Donde esta la verdadera lucha de los americanos contra el terrorismo o será los americanos contra Europa pero no quieren dañar sus países?
2. entra las causas de las guerras de oriente cabe destacar las competencias por los recursos naturales y el acceso a las vías de comunicación marítima.



3. Cual es el papel de los organismos internacionales en los procesos de resolución de los conflictos, por ej. los cascos azules están llevando paz al mundo?
4. Deber verse la lucha contra el neoliberalismo como un asunto que nos compete a todos.

Intervención del compañero Patricio Echegaray del PC de Argentina

Tesis: El modelo alternativo debe estar compuesto por diferentes elementos: en primer lugar los sujetos históricos de las luchas populares (obreros y las fuerzas revolucionarias del continente) si se toman estos como primicias los cambios serán permanentes.

Propuestas:

1. Posibilidad de relanzar el foro por que el siglo xx fue un siglo de paradojas diseñado para elevar la hegemonía del imperialismo pero en el siglo xxi esta siendo derrotado por la realidad, mas hambre y destrucción del mundo.
2. Relegitimación de la lucha por el socialismo.
3. Hacer del foro una gran maquinaria de debate y de iniciativas.
4. pronunciamiento del foro por la desaparición de Julio López de Argentina.
5. Crear una fuerza alternativa con todas las izquierdas.

PLENARIA SOBRE TEMA DOS

El Colonialismo, injerencia imperial y los Acuerdos de Paz.

San Salvador, 13 de Enero 2007

Moderadores: José Reynaldo Carvalho – Partido Comunista de Brasil, Jacinto Suárez – FSLN- Nicaragua, Ángel Sánchez URNG- Guatemala, Julio Gudianes – Puerto Rico

Intervención del compañero Jacinto Suarez – FSLN

Solicita la adhesión para impulsar la iniciativa de proponer la candidatura del presidente de Bolivia Evo Morales para el premio Nobel de la Paz 2007.

Intervención del compañero Jorge Murientes Pérez Co-Presidente del Movimiento independentista Nacional Joseciano de Puerto Rico

Tesis: Actualmente existen procesos involutivos de recolonización en América Latina

El documento es un documento que no reconoce a Irlanda del norte y Palestina que le han quitado su tierra.

Dominios coloniales y 2ª década de colonialismos como forma anacrónica. La mayoría de la humanidad vive en el colonialismo. En América Latina ha habido un proceso involutivo de recolonización. Colonias y neocolonias. Regresión en los conceptos. La dependencia económica de los migrantes es colonialismo. Existencia de colonialismos en los enclaves económicos y políticos con importancia geopolítica, de interés de la OTAN, Estados Unidos y España. Inversiones en países Trampolines. Intereses geoestratégicos. El neocolonialismo tiene características del colonialismo clásico, ej Irak, por . Puerto Rico con medio milenio de ser colonia y de Estados Unidos.

Propuesta:

1. Qué el FSP asuma desde el antiimperialismo, una posición firme, categórica y militante cómo un encuentro y organización anticolonialista.
2. Se incorpore en la decisión y definición de lo que es el FSP, el anticolonialismo.
3. La lucha anticolonial como uno de los pilares que le dará pertinencia en esta coyuntura y lucha por la independencia, las soberanías y la descolonización sean razón de ser del FSP.

Intervención del compañero José Reynaldo Carvalho Srio de Relaciones Internacionales del Partido Comunista de Brasil

Tesis: Injerencia imperialista-colonialista en el continente

Comprender la injerencia imperialista en el continente como una ofensiva imperialista para dominio de



la potencia y perpetuar la dominación en el mundo. La crisis del imperialismo, ha aumentando su agresividad, con políticas de invasión y guerras en los países.

EU con la política de guerra y militarismo ante potencias emergentes, declaradas con nombre de guerra del terrorismo, contra países independientes y soberanos que se resisten a la dominación imperialista. Para perpetuar su dominación, militarización y guerra y transmite a sus aliados, reforzamiento del estado policiaco, restringir las democracias y agresiones internas a procesos políticos.

El imperialismo Norte Americano, centrado en el medio oriente, por el petróleo y su valor financiero y energético, vital para la sobrevivencia del capitalismo Norteamericano y también como estrategia ante China y Rusia. Planes de reestructuración del Medio Oriente con concepto de guerra contra el terrorismo, infinita, aliados con gobiernos sionistas como Israel. El imperialismo no se detiene. Pero hay señales de luchas por la soberanía, anticolonialistas y antiimperialistas

Propuestas:

1. Las fuerzas de izquierda, revolucionarias y progresistas, participantes en el FSP, seamos antiimperialistas en esta época.
2. El antiimperialismo como eje principal en el relanzamiento del FSP.
3. Fortalecer las luchas revolucionarias.
4. Resistencia activa y de lucha.

Intervención del compañero Orlando Gómez del Partido FSLN Nicaragua

Tesis: Se ha producido una reversión de acuerdos de paz con los gobiernos neoliberales

Proceso en Nicaragua: Acuerdos paz de Esquipulas, Sapoa y adelanto de elecciones. 16 años con tres gobiernos de corte neoconservador o neoliberal, injerencia Norteamericana, con objetivos de instaurar políticas neoliberales del BMI, privatización de servicios.

Con los tres gobiernos neoliberales se revierten los acuerdos. Reversión de logros sociales, División del FSLN, campañas mediáticas, exclusión de las instancias electorales. Con resistencia del FSLN participan con diversos frentes de lucha, parlamento, poder popular, legislativo, político y estrategia electoral.

Tendencias en América Latina en procesos electorales: Política del miedo, la vuelta al pasado, campañas mediáticas, abundantes recursos para la derecha, visitas de funcionarios de EU con amenazas e inhibir y deslegitimar candidatos, la observación electoral aliados a organismos como la OEA para deslegitimar el triunfo. Para contrarrestar se ha contado con la solidaridad y la contribución del FSLN, vencer la política de miedo

Importante ha sido la solidaridad en procesos electorales con recursos de gobiernos progresivos.



Intervención del compañero Ángel Sánchez URNG- Guatemala

Tesis: En Centroamérica los acuerdos de Paz se construyeron en base a procesos diferentes.

Los Acuerdos de Paz, en el documento base se ha tocado tímidamente. Los procesos de paz en Nicaragua, El Salvador y Guatemala, son procesos distintos. Acuerdos de Paz como salida política a la agresión imperialista y contrarrevolucionaria y salida política a conflictos armados y cómo proyectos políticos.

En Guatemala 4 puntos fundamentales de los acuerdos, como estrategia para alcanzar una sociedad democrática:

1. La promoción, el respeto y la observancia de los derechos humanos, incluyendo el reasentamiento de la población desplazada y la reparación de los daños a víctimas de la guerra.
2. Reconocimiento a la identidad del pueblo indígena.
3. Fortalecimiento del poder civil y disminución del ejército.
4. Establecimiento de un nuevo modelo de desarrollo económico y social que comprendiera el acceso a la tierra

Ejes transversales: amplia participación social, de la mujer, y la beligerancia política.

Proceso de parte de la derecha de incumplimiento, con doble discurso y doble moral sobre los Acuerdos de Paz, y conduciendo a resultados de recrudescimiento de la pobreza, dominio de clases dominantes e implementación de agenda neoliberal.

URNG decidió: Ratificar estados libres e independientes, Cooperación con todos los pueblos del mundo, acelerar agenda política de transformación contemplada en los acuerdos de paz, construcción de movimientos amplios, compartir agendas de la paz con todos los sectores y construir alianzas

Propuestas

1. Necesario reconocer el aporte de todos y todas los revolucionarios, combatientes en la lucha revolucionaria.
2. Valorizar los Acuerdos de Paz como un instrumento de lucha para crear condiciones políticas y resultado las fuerzas revolucionarias para presentar propuestas a la nación.
3. Establecimiento de la participación y alianzas con fuerzas políticas.
4. Alta socialización de los Acuerdos de Paz.

Solamente se logran los Acuerdos de Paz con gobiernos progresistas. Los Acuerdos de Paz como punto de partida para transformaciones.

Intervención de la compañera Lorena Peña FMLN El Salvador

Tesis: Se abrieron oportunidades a partir de los Acuerdos de Paz

El Salvador no es hijo de Esquipulas dos, el acuerdo marco es el de Ginebra, donde se establece que es una negociación entre dos partes, para resolver el conflicto armado, incluyendo cambios y reformas, en FA, cambio seguir. Derechos Humanos, Desarrollo Económico y Social, reformas constitucionales.

Logros de los Acuerdos de Paz en El Salvador, la derrota de dictadura militar. La disolución de aparatos militares represivos. Reducción de la Fuerza Armada. Reforma de la administración de Justicia. Apertura de espacios para la izquierda, para luchar por las transformaciones sin recurrir a la guerra y pérdidas de vida.

Los Acuerdos de Paz, no se incluyeron transformaciones estructurales, políticas fiscales, producción.

Cumplimiento de acuerdos por parte del FMLN 15 años después, calendario desmovilización, movilización para reinserción, reformas electorales. Constitución de partido electoral y lucha social. Gobiernos en ciudades importantes y capital. El FMLN se mantiene sin afectación ideológica.

Acuerdo de Paz y la derecha, aprovechamiento del espacio de paz para implementar modelo neoliberal. Dolarización, privatiza, deterioro condiciones de vida. Esfuerzos por revertir los acuerdos de paz cumplidos y dejar sin cumplir en temas electorales, legalización de la dictadura y autoritarismo. Se avanza en la democracia y se profundizó la pobreza.

Posición del FMLN ante el incumplimiento de los acuerdos: Continuar abriendo los espacios y no ceder, impedir el incumplimiento de los Acuerdos de Paz, logro de los Acuerdos de Paz, con fuerzas de izquierda, procesar los temas de unidad, trabajar por alianza social, impulsar transformaciones profundas, desalojar el gobierno de derecha.

Intervención de la compañera Joseline Clemencia, Presidenta del Partido Independencista de Curacao

Tesis: Rompimientos de paradigmas viejos

Se me debe tomar en serio como una mujer africana de un país colonizado, en proceso de recolonización por Holanda. Me siento frustrada por la forma como ha sido tratada ya que es un foro que se llama democrático pero no hay espacio para discutir. Inclusión de africanos, indígenas, mujeres y jóvenes.

Propuestas:

1. Admisión del Partido Independencista de Curacao como miembro del FSP.

2. Que se forme un comité de solidaridad con todas las colonias y los pueblos que quieren ser recolonizados.
3. Realización de intercambios entre los países.
4. Acuerdo de cooperación concreto entre los pueblos que ya tienen su independencia y los pueblos colonizados.
5. Incluir en temas discusión del FSP mujeres y colonias.

Intervención del compañero Alí de la República Árabe de Saharawi

Solicitud del reconocimiento por parte de los países latinoamericanos de países africanos y de la República de Saharawi.

1. El país tiene tres desgracias:
2. El país está en un punto estratégico para el imperialismo.
3. Las reservas que tienen y las ganancias no llegan a un millón de personas.
4. Es el único pueblo árabe ocupado que habla español y con escaso recurso de desarrollo.

Se necesita mucho apoyo para que se aplique el plan de paz ya que están luchando contra el gobierno marroquí. Esperan que los países de izquierda de América Latina reconozcan a los países de África y al pueblo de saharawi. Es necesario establecer relaciones diplomáticas con América latina.

Página Web de saharawi: www.arso.org

Intervención del compañero Guillermo de Puerto Rico

Tesis: Surgen alternativas de socialismo en colonias

En Puerto Rico hay hombres y mujeres que creen en la libertad y en la independencia como proceso para la verdadera libertad y la única alternativa es el socialismo. Somos antiimperialistas y anticapitalistas. La solidaridad que decimos la debemos aplicar en nosotros mismos. Debemos respetarnos nosotros mismos, sobre las preferencias sexuales el derecho de las personas de emigrar

de un país a otro creemos en un mundo sin fronteras. No creen en la pena de muerte pero les hubiera encantado que los chilenos ejecutaran a Pinochet.

Propuesta:

1. Intercambio en el apoyo y en la solidaridad latinoamericana.

Intervención de compañero de la Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca México

Tesis: Incumplimiento de acuerdos en Oaxaca y la continuidad de lucha latinoamericana.

La continuidad de la lucha de los pueblos latinoamericanos nos permite estar aquí hablando con libertad. No nos han vencido en combate. En mi país se considera como la guerrilla buena al FZLN y la guerrilla mala al PTR. El nuevo presidente Felipe Calderón es fascista y que impondrá la militarización. Han participado en todas las mesas de diálogo y de los acuerdos de paz y no existe cumplimiento, ya que el gobierno federal ha sido incapaz de cumplir los mínimos acuerdos por el respeto a la vida y a la libertad del pueblo de Oaxaca y de México. Exigimos libertad a los presos políticos de todo el mundo. Debemos ir al socialismo.

Intervención de compañero Martinica

Las barreras étnicas han sido impuestas por los colonialistas. Se debe hacer posible el acercamiento entre el caribe y los países de América latina. La Unión Europea colabora con los Estados Unidos para reprimir a los pueblos del caribe y africanos con su política antiterrorista.

Propuesta:

1. Favorecer la participación de los pueblos del caribe en el FSP.

Intervención de Antonio Apopa, El Salvador

Propuesta

1. Realización de dos seminarios entre foro y foro: uno sobre la lucha anticolonial y que se realice en el área del caribe.



Intervención del diputado del FMLN Salvador Arias de El Salvador

- Luchar por la desdolarización de América Latina.
- Quitar el poder a las transnacionales.
- Quitar las bases militares.
- Luchar contra la invasión de Irak.
- Rescate de los medio de comunicación.
- Apoyar los procesos de paz y apoyar a Colombia.
- Profundizar en los acuerdos de paz en El Salvador y Guatemala.
- Crear una forma financiera latinoamericana contra el proceso financiero norteamericano.
- Luchar para que el ALBA crezca no solo en los países donde la izquierda ha triunfado.

Intervención compañero del Estado Español:

Profundo pesar por la muerte de los ecuatorianos en España, sigue represión en España, se debe continuar el dialogo en España, Aznar y el PP se opone al proceso de dialogo,

Solicitan apoyo del FSP para que continúe el proceso de paz en España.

PLENARIA SOBRE TEMA TRES

Seguridad hemisférica: crimen organizado, narcotráfico, terrorismo, ILRA y militarización.

San Salvador

13 de Enero 2007

Moderadores: Eliana García. PRD México, Manuel Calgado Ecuador, Jaime Caicedo Partido Comunista de Colombia, Gloria Flores Foro Democrático Alternativo – moderadora

Intervención de la Compañera Ileana García del Partido de la Revolución Democrática PRD de (México)

Tesis: El nombre de la mesa es una misma problemática basado en la polémica ante el colapso de la seguridad ciudadana y a partir de allí se toman medidas autoritarias para atender el colapso de la seguridad ciudadana.

Propuso:.

1. El problema de la seguridad lo vemos de forma aislada y el bloque dominante impone proyectos de desarrollo económico afines al neoliberalismo
2. El tema de la narcoactividad y el tema del terrorismo son los instrumentos de la política de seguridad hemisférica y que se utiliza para la reproducción, lo que propician la militarización que van de lo más sutil como acciones de inteligencia hasta la ingerencia directa como la invasión a Irak y el bombardeo a Líbano.
3. La OEA define la declaración de la seguridad en las américas la que es una concepción multidireccional que van desde conflictos de carácter social como el de Oaxaca hasta la instalación del estado represivo con militares encubiertos.
4. La lucha del narcotráfico y la lucha contra el terrorismo son los dos grandes ejes en que se basa la propuesta de seguridad.
5. Si se legaliza a nivel internacional la narcoactividad la producción y el consumo dejaría de ser un negocio y se perdería la importancia económica que tiene.
6. Estas formas de estar atacando el terrorismo y el narcotráfico está significando graves amenazas a nuestros países, lo que significa no poder avanzar en los procesos democratizadores, donde hay conflictos armados.

Intervención del compañero Jaime Saicedo del Foro Democrático Alternativo Colombia

Tesis: El plan Colombia como plan de intervención en la región del andina, y la política de intervención de los Estados Unidos

Propuestas:

1. Las estrategias imperialistas como ALCA han fracasado
2. Los componentes políticos que tiene la estrategia global del imperialismo que incluye también la parte en los procesos electorales.
3. La intervención de los Estados Unidos en Venezuela, Bolivia y Ecuador, nos debe llevar a pensar como desde los partidos de izquierda de América latina debemos enfrentar y derrotar la estrategia en su conjunto.
4. La izquierda y el foro de Sao Paulo debe tender hacia una amplia solidaridad.
5. La necesidad de construir una idea un concepto y política sobre el tema de paz , y de no militarización en América Latina.
6. Como defender los derechos soberanos de nuestros pueblos y como vencer la política de intervencionismo.
7. Debemos actuar para poner fin al Plan Colombia y a la militarización en nuestra región.

Intervención del compañero Manuel Salgado del Ecuador

Tesis: Para entender la doctrina de seguridad hemisférica se debe remontar al siglo XIX desde la doctrina Monroe y el corolario de Roosevelt. Donde las fuerzas armadas del continente se ponen al servicio de los Estados unidos para evitar la agresión extracontinental.

Propuestas:

1. No tenemos una doctrina de seguridad nativa por lo que debemos construir una seguridad hemisférica autentica por medio de la integración.
2. Necesitamos buscar elementos políticos y de seguridad nacidos de nuestros propios intereses.
3. La base militar de malta donde se encuentra todos los equipos sofisticados que estaban en Panamá, es una base para vigilar a los inmigrantes que huyen de ecuador, sirve apara el monitoreo contrainsurgente FARC y ELN de Colombia.

Intervención del compañero Rafael correa del parlamento latinoamericano de Venezuela

Tesis: Frente al peligro que corre nuestra América latina, es necesario profundizar el análisis político de la situación con el fin de definir una posición clara de resistencia y construir una propuesta alternativa de seguridad hemisférica en función de consolidar la democracia y los derechos humanos.

Propuestas:

1. La suspensión de maniobras militares conjuntas concebidas por el departamento de defensa norteamericana con hipótesis de guerra que no se corresponden con las verdaderas amenazas que enfrentan nuestros países.

2. Considerar la eliminación de las conferencias anuales de los ministros de la defensa de la región promovidas por el departamento de estado norteamericano, igualmente proponer la caducidad de la Junta Interamericana de defensa.
3. Implementar una organización regional de carácter humanitario, para atender y apoyar a aquellos países que se vean afectados por desastres naturales.
4. Creación de una fuerza militar sudamericana o latinoamericana que sirva de apoyo a los intereses políticos y militares en todos los países de la región a fin de defender su soberanía y libertad, y recursos naturales como la amazonía, cuando los factores externos a los intereses de la región amenacen su integridad.
5. Impulsar el desarrollo científico y tecnológico en el ámbito militar que permita el crecimiento de una moderna industria militar regional conformada con la participación de todos los países para satisfacer las necesidades estratégicas y evitar la dependencia de bloques de poder externos.
6. Impulsar la creación de un colegio latinoamericano, sudamericano de defensa que permita la formación de nuestros expertos en el estudio y análisis de nuevos sistemas de defensa a nivel regional, para reemplazar las antiguas hipótesis de conflicto por nuevas fórmulas de cooperación y lograr la unificación de una nueva doctrina militar regional.

Intervención del compañero Diputado del PT de Brasil

Tesis: Estados Unidos sostiene que todos los Movimientos Sociales de América Latina son terroristas.

Propuestas:

1. Se debe proponer fuerzas civiles de solidaridad para acciones de solidaridad.
2. La intervención mediática por parte del imperio es grande y se debe condenar.

Intervención del compañero Antonio Martínez – Politólogo El Salvador

Tesis: La amenaza en este momento es que la cúpula militar se está posicionando.

Propuestas:

1. El intento de militarización del continente es para detener lo que ellos llaman populismo.
2. Debemos celebrar los acuerdos de paz con análisis y políticas latinoamericanas.
3. En El Salvador la oligarquía es mucho más fuerte que hace 15 años.

Intervención del compañero de El Salvador – Asociación Salvadoreña de Sociología El Salvador

Tesis: El foro debe apoyar una política de seguridad para dar aportes sustantivos para desplazar la cultura de violencia.

Propuestas.

1. El foro ya tiene productos como son la cantidad de gobernantes de izquierda que están en el poder, haciendo de América latina una región atípica e integrada.
2. Construir una política que vea el problema de manera regional para que podamos tener soluciones que aporten y que permitan que nuestra sociedad viva en estado de seguridad.

Intervención de la compañera Grisel de Puerto Rico

Tesis: La lucha por Viquez continua ya que las tierras han quedado contaminadas por el uso de material químico.

- Expuso a través de comentarios la situación de Puerto Rico y no hizo propuestas.
- Los Puertorriqueños son cómplices de las invasiones que hacen los Estados Unidos a otros países ya que los jóvenes son reclutados aprovechando la pobreza de la gente y que ven en el ejercito la vía como mejorar su condición económica.
- Que los puertorriqueños que combaten en Irak regresen a sus casas.

Intervención del compañero Osmín Molina Juventud del FMLN de El Salvador

Tesis: El imperio utiliza el combate al narcotráfico y al terrorismo para tener presencia militar como un plan general de sometimiento a los pueblos.

Comentarios:

- Estados Unidos continúa con su carrera armamentista.
- El salvador es el único país de América Latina que tiene tropas en Irak
- Las pandillas juveniles tienen fuertes lazos con el modelo neoliberal por la marginación y la desigualdad social y el gobierno los criminaliza.
- El terremoto de hace 6 años en nuestro país el primer país que hizo presencia con ayuda fueron los venezolanos en solidaridad con los salvadoreños.

Propuesta: Cambio de modelo alternativo.



Intervención de la compañera Raquel Márquez Brasil

Habló en portugués

Intervención de la compañera Silvia Ayala Diputada de Honduras

Comentarios:

- El territorio de Honduras fue utilizado por el terrorista Posada Carriles en su paso en tránsito a Estados Unidos.
- Las actividades del crimen organizado tienen su campo en el suelo norteamericano
- Existe militarización de la policía de Honduras ya que han nombrado a un general retirado como ministro de seguridad.
- Alto índice de corrupción en la policía.
- 80% de la población de Honduras vive en extrema pobreza.
- Estados Unidos están tomando de base a Palmerola para la implementación de una nueva base.

Propuesta:

1. Que se incluya una declaración para la eliminación de las bases militares en Latinoamérica

Intervención del compañero Fernando Ruiz de la juventud Comunista de Colombia.

Comentarios:

- Colombia es la muestra de que la oligarquía aplica la represión la cual se da día a día.
- El terrorismo de estado es el pan de cada día para las luchadoras y los luchadores sociales colombianos.
- Asesinatos colectivos, encarcelamientos, desapariciones forzadas y cacería de brujas hacia las luchadoras y los luchadores
- Se han asesinado a dos dirigentes estudiantiles en los últimos meses.
- Se está impulsando una campaña internacional de solidaridad con Colombia

Propuesta: Necesidad de fortalecer la solidaridad de los pueblos



Intervención del compañero Carlos Díaz ALN Guatemala.

Tesis: No hay.

Propuesta:

1. Condena al terrorismo de estado de Estados Unidos por el embargo económico en contra de cuba.
2. Denunciar la protección que hace Estados Unidos a Posada Carriles.
3. El foro debe hacer una condena a la política intervencionista de los Estados Unidos.

Intervención del compañero De Puerto Rico.

Comentario:

- Todo lo que podamos decir del neoliberalismo queda corto.
- Los procesos de recomposición social son necesarios
- El reto es como recomponer nuestras sociedades con el componente humano en el centro de todo.

Intervención del compañero Alonso González de Los Ángeles Estados Unidos

Tesis: La obtención del socialismo en Latinoamérica permitirá que haya menos inmigración hacia los Estados Unidos

Comentarios:

- En el salvador existe mano dura también en los Estados Unidos hay mano dura
- Estados Unidos continua aplicando una guerra de baja intensidad con los inmigrantes
- Existe un control de la sociedad civil en Estados Unidos
- El estado usa la fuerza militar contra los inmigrantes como el uso de la guardia nacional en la frontera sur.

- Con el pretexto de ser de las maras deportan a una gran cantidad de inmigrantes
- Con los demócratas no cambiaran la política de inmigrantes.

Intervención del compañero Rafael excombatiente FMLN

Sugerencia: Que los colombianos no negocien sino tienen asegurado la calidad de vida la salud, educación y la vivienda digna para el pueblo colombiano.

Intervención de Oscar Fernández asesor parlamentario del FMLN en la mesa de los parlamentarios en el foro.

Propuestas de los parlamentarios:

1. Rechazar la nueva estrategia de seguridad nacional del imperialismo.
2. Retiro inmediato a la ocupación de Irak. Y cierre a las bases militares de Latinoamérica.
3. Crear mecanismos de coordinación para elaborar políticas y estrategias integrales de seguridad para nuestros países fundamentadas en la concepción de que la seguridad de los pueblos en la democracia debe ser entendida como la situación social que garantiza y permite el diario ejercicio de cada uno de los derechos que ostentan los ciudadanos tanto individuales como particulares.
4. Que para enfrentar el problema de la violencia que nos abate promoveremos políticas integrales de control, investigación y prevención del delito además de dar rehabilitación a los privados de libertad, de forma que se garantice y respete la integridad y la equidad en la aplicación de la justicia penal.
5. De manera prioritaria trabajaremos en la prevención de la violencia en la que los gobiernos locales y las propias comunidades puedan desempeñar un papel capital.
6. Establecer los mecanismos permanentes de coordinación para elaborar y desarrollar estrategias de lucha contra el narcotráfico y el lavado de dinero ya la corrupción pública, el terrorismo sea este de estado o particulares, la fabricación y el tráfico ilegal de armas, el tráfico de personas, la pornografía infantil, y los delitos contra la niñez.
7. En esta dirección nos apoyamos a la convención contra la delincuencia organizada transnacional, la convención de Palermo sobre el crimen organizado y el protocolo contra la fabricación y el tráfico ilícito de armas de fuego y los tratados de preservación ambiental especialmente en la conservación sobre la protección del patrimonio mundial, cultural y natural establecido por las Naciones Unidas.
8. Impulsar con seriedad mecanismos conjuntos para afianzar el carácter civil de la seguridad pública y de las corporaciones oficiales las cuales deberán de fundamentarse en el estricto respeto a los derechos humanos el apego a la ley y el servicio a la comunidad.

PLENARIA SOBRE TEMA CUATRO

La Relación Entre Las Fuerzas Políticas, Los Movimientos Sociales Y Ciudadanos Y Los Gobiernos De Izquierda Y Progresistas; La Solidaridad Internacional

13 de Enero 2007, Inició a las 20 horas y 17 minutos

Moderadores: Flavio Koutzi del PT de Brasil, Santiago Flores del FMLN de El Salvador, Walter Tobar del PT de Brasil.

Intervención del Compañero Flavio Koutzi del PT de Brasil

Tesis: El gobierno junto a su partido o partidos, el gobierno junto al movimiento social confirma sus compromiso político ideológico o presenta su impotencia y cobardía política ante de la posibilidad real de llegar a perder las bases por la dificultad de cumplir con los compromisos que había adquirido. Uno de los puntos mas sensibles en la administración del gobierno de izquierda al arribo al poder es la coincidencia de la su oferta política, las condiciones reales en las que asume el poder y las necesidades del pueblos.

Propuso:

1. Relación gobierno, partido y movimiento político es necesaria para administrar el país.
2. La izquierda de AL debe capitalizar objetivamente la experiencia de los triunfos electorales.
3. la construcción de un modelo alternativo de izquierda es un desafío para este y para siguientes foros.

Intervención del compañero Santiago Flores del Partido FMLN de El Salvador

Tesis: Planteamiento de lucha permanente para el acceso al poder formal por medio de la vía electoral y participación activa del movimiento social. Que permita acompañar al movimiento social y compartir las relaciones políticas y de poder. Ampliar las relaciones con el pueblo tener expresión de los diferentes sectores. Poner al servicio del pueblo los espacios ganados. El socialismo del siglo XXI es la esperanza de los pueblos en los mecanismos de transformación y no puede lograrse sino existe el poder popular.

Propuestas:

1. No basta llegar al poder es necesario transformar las acciones políticas y sociales con la participación con la coordinación del movimiento social.
2. Los militantes de los partidos de izquierda deben insertarse el tejido del movimiento social.
3. Los partidos de izquierda deben hacer la lucha en todas sus formas para acompañar al movimiento social.
4. Establecer alianzas estratégicas a nivel nacional y regional.



Intervención del Compañero Pedro Juan Hernández Relatoría del taller nacional e internacional de movimiento Social

Tesis: Relación entre movimientos sociales y partidos de izquierda en el nuevo contexto regional. El documento cuenta con 4 capítulos: el neoliberalismo agrava las condiciones de vida y favorece la lucha social, movimientos populares sociales para defender y profundizar las revoluciones construyendo poder popular, compromisos compartidos en tra movimiento social y partidos políticos de izquierda, y el ultimo capitulo denominado promoción y consolidación de las alianzas sociales y Latinoamericanas y Caribeñas. Las resoluciones del documento son:

1. Reconocimiento a la perseverante lucha para fortalecer el carácter antineoliberal y antiimperialista del FSP.
2. Llamado a la unidad de las fuerzas de izquierda respetando la diversidad en función de las mayorías populares y por la< defensa de la soberanía de Iso pueblos.
3. Abrir una etapa en la lucha de la integración latinoamericana y caribeña solidaridad y concreta.
4. Reconocimiento de los gobiernos de izquierda vinculados al movimiento social en la construcción de un nuevo esquema de desarrollo social, económico y político.
5. Desarrollar mecanismo entre partidos y movimiento Social para la construir objetivos e impulsar tácticas, estrategias y agendas.
6. Rechazo a toda manifestación imperialista en el continente e intento de saqueo de todo tipo de recursos de nuestros pueblos.
7. Apoyo al ALBA
8. Solidaridad con el Pueblo Cubano en su lucha contra el bloqueo.
9. Diseñar estrategias para la construcción de un socialismo con equidad para el siglo XXI
10. Diseño de estrategias del trabajo del movimiento social y los emigrantes contra el neoliberalismo.
11. Contribuir a construir y fortalecer un frente de lucha amplio en defensa de las revoluciones y otros procesos sociales revolucionarios.
12. Apoya los procesos políticos y sociales contra el neoliberalismo.
13. Construir un frente nacional amplio en defensa de los procesos electorales.
14. Construir poder popular en nuestros países en defensa de la soberanía de nuestros pueblos.
15. Reconocer al FMLN con referente de la izquierda salvadoreña y respaldo para acceder al poder en el 2009

Intervención del compañero Juan Ponce Maldonado de Oaxaca,México

Denuncia sobre situación de Oaxaca en México. Están viviendo situación de represión y persecución, además del desaparecimiento de un joven de 16 años, se desconoce su paradero. Antecedente desde

los años 70. Además de sentencia a prisión de otros compañeros.

Propuesta:

1. Piden de este foro unión, solidaridad y pronunciamiento con el pueblo de Oaxaca.
2. Que se exija la presentación de los desaparecidos de Oaxaca.
3. Altos a los abusos contra el pueblo de Guajaca y la libertad de los presos políticos y de conciencia.

Intervención de compañera Silvia Cartagena del partido FMLN de El Salvador

Informe de los procesos electorales internacionales: Dada las experiencias desarrolladas la izquierda ha cambiado su visión ya que ha podido comprobar que es posible el acceso al poder por la vía electoral si se consigue una "avalancha de votos" No seremos electoreros si se hace un gobierno de verdad que posibilite la consecución de una vida digna para las personas. Según palabras de schafik: "Los revolucionarios entramos al sistema para cambiar el sistema y no para el sistema nos cambie a nosotros"

Propuso:

1. Promover reformas electorales.
2. El papel de las alianzas en un programa común es determinante.
3. Especializarnos en la lucha electoral.
4. Hacer un uso efectivo de las encuestas y un análisis científico de ellas.
5. Los comités de bases y aparato de defensa del voto son determinantes para garantizar la victoria y la movilización del pueblo.
6. La lucha del electorado es permanente.
7. La solidaridad y cooperación de las fuerzas populares y revolucionarias es fundamental en la defensa de los procesos electorales.

Intervención del compañero Logan Raúl Martínez de la coordinadora Salvadoreña con el pueblo de Cuba

Denuncia. Referencia al pensamiento Martiano sobre la solidaridad, ejemplo de esto es que el pueblo de Cuba nunca ha dejado de asistir a Latinoamérica a pesar de las dificultades por las que atraviesa, por lo piden una muestra de solidaridad efectiva y militante de denuncia y apoyo al pueblo cubano de parte del foro.

Propuestas:

1. Denuncia y apoyo a los 5 compañeros cubanos.



2. Denuncia contra el bloqueo sistemático a Cuba.
3. Denuncia del plan de Bush por los planes atentados hacia los comités de solidaridad con Cuba a nivel internacional y el plan de desestabilización.
4. Denuncia hacia el gobierno de ARENA en el Salvador por el apoyo a Posada Carriles.
5. Saludos y deseos de salud al compañero Fidel.

Intervención del Compañero Adán Pérez Contreras de Convergencia de México

Propuso:

1. Para que el foro se fortalezca es necesarios que se revise lo administrativo, funcionamiento y estratégico.
2. Conformar un grupo de trabajo permanente con 1 representante de cada país que tenga como objetivo intercambiar información, analizar y proponer soluciones.
3. Vamos del debate al combate.

Intervención de la compañera Judith de partido FMLN de los Salvadoreños residentes en el exterior

Salvadoreños inmigrantes tomados en cuenta en la estructura del FMLN.

Propuso:

1. Formación del frente amplio como el instrumento de acción del foro.
2. Promover un centro de formación política en cada país.
3. Colaboración de los países progresistas para la promoción de un mercado de comercio equitativo
4. Protección del medio ambiente.
5. Lucha contra la explotación de mujeres y niños.
6. Pronunciamiento en apoyo al pueblo de Guajaca.

Intervención del compañero Oscar Laborde del Frente Grande del Movimiento del Sur de Argentina

Comentario. Coincidencia con planteamiento de este foro y breve comentarios sobre la presidencia de Kichner. Falta de reconocimiento en el documento de la oposición de Argentina al TLC.

Intervención del Compañero Carlos Augusto Morales del PRD de México



Comentario. Los partidos de izquierda se siguen visualizando como una alternativa ante los gobiernos de derecha, sin embargo se debe revisar algunos indicios que pueden volverse alarmantes en el futuro.

Propuso:

1. Movilización hacia otros esquemas.
2. Promover la crítica y autocrítica.

Intervención del compañero Rossiña del PT de Brasil

Temas de reflexión:

1. Acomodamiento de algunos socialistas.
2. Cuando la izquierda gana los cuadros que forman ese gobierno salen del movimiento social lo que se constituye después en un problema.
3. Necesidad de movilización social en apoyo a las transformaciones de las políticas públicas.

Intervención del Compañero Obispo Aquilino López del Partido Alianza Nueva Nación de Guatemala

Denuncia sobre la explotación de los recursos naturales en el pueblo de origen indígena.

Propuso:

1. Pide resolución de protección al medio ambiente.
2. Fortalecimiento del poder local.

Intervención del compañero Oscar Aníbal del sector informal del comercio de El Salvador

Comentario: Una gran mayoría de la población económicamente activa pertenece al sector del comercio informal, que se ha incrementado alarmantemente en los últimos años por las medidas del modelo neoliberal.

Propuesta:

1. Que el documento del foro Sao Pablo busque alternativas sobre el tema de la propiedad intelectual en el TLC.

Intervención del compañero de Alianza Nueva Nación de Guatemala

Comentario. Los indígenas de AL están cansados de los abusos de los gobiernos de derechas sobre la explotación y expropiación de los recursos, quieren engañarlos como a sus antepasados.



Comparten que la lucha popular es efectiva cuando hay unidad poniendo como ejemplo el logro de detener la exploración y explotación minera en su pueblo de Totonecapan lo cual ha sido un logro del gobierno local de su pueblos.

Propuesta:

1. Formar un frente único contra los partidos de derecha.

Intervención del compañero Jorge Schafik del partido FMLN de El Salvador

Anuncios:

Reunión del grupo de trabajo mañana por la mañana.

Traslado mañana a la actividad de cierre, punto de reunión en el lobby del hotel.



DECLARACION FINAL DEL XIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO

Del 12 al 14 de enero del 2007, reunidos en San Salvador, El Salvador, con el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) como anfitrión, se desarrolló el XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo con la participación de 596 delegados. Entre ellos, 219 representan 58 partidos y movimientos políticos, sociales e iglesias, procedentes de 33 países, así como 54 invitados de otras regiones del mundo. Destacamos el esfuerzo político y organizativo del FMLN que garantizó el desarrollo exitoso de este encuentro por lo que expresamos nuestro reconocimiento a la fraternidad y solidaria hospitalidad que nos brindaron los compañeros dueños de casa.

Cuatro grandes temas nos convocaron a este encuentro, en la búsqueda de una nueva etapa de integración latino americana y caribeña.

1- La formulación de políticas antineoliberales que fomentan una genuina democracia política, económica y social; el desarrollo sustentable; la igualdad plena de todos los seres humanos y una nueva integración solidaria

2 -La lucha contra el colonialismo, la injerencia imperialista, y a favor de la solución de los conflictos armados mediante procesos de paz en los que no se extinga, sino se reencauce, el avance de nuestros pueblos hacia la imprescindible transformación política, económica y social en beneficio de las mayorías y minorías oprimidas

3 - El enfrentamiento a la doctrina imperialista de seguridad hemisférica que promueve la militarización y,

4 - La relación entre las fuerzas políticas, los movimientos sociales y ciudadanos, y los gobiernos de izquierda y progresistas, y el papel que desempeña la solidaridad internacional.

Durante los trabajos del Encuentro se realizaron diferentes talleres nacionales e internacionales que analizaron y debatieron temáticas que fortalecen la construcción de líneas legislativas, y de políticas públicas cuyos resolutivos serán dados a conocer por medio de la publicación del documento base y los respectivos informes que resumen los debates de los distintos temas de discusión.

En este intercambio abierto, franco y pluralista que caracteriza al Foro de Sao Paulo, todas y todos coincidimos en que, pese a que el neoliberalismo sigue siendo la doctrina hegemónica impuesta por los centros de poder mundial, el enfrentamiento en ascenso de los pueblos a su secuela de concentración de la riqueza y masificación de la exclusión social, favorece una acumulación política sin precedentes por parte de la izquierda latinoamericana. Ese enfrentamiento es uno de los factores fundamentales que explica los triunfos electorales más recientes cosechados por la izquierda latinoamericana y caribeña, entre ellos, la segunda reelección del Presidente Hugo Chávez Frías en Venezuela, la reelección del presidente Luiz Inácio Lula da Silva en Brasil, la elección del Presidente Rafael Correa en Ecuador y del Presidente Daniel Ortega en Nicaragua, cuyo pueblo venció el miedo, y aportan al proceso de cambios en la correlación de fuerzas en la región. Con esta batalla político electoral recuperó el Gobierno, que años antes había conquistado el triunfo de la revolución sandinista.

Los nuevos triunfos electorales de la izquierda se suman a los obtenidos con la elección del Presidente Tabaré Vázquez en Uruguay en octubre del 2004, la elección del Presidente Evo Morales Ayma en Bolivia, el primer líder indígena que logra la presidencia en un país de América latina en diciembre de 2005. Y a la presencia o apoyo de Partidos integrantes del Foro en otros Gobiernos de la Región, como es el caso de Michelle Bachelet en Chile y la presencia de Néstor Kiscner en Argentina. También se obtuvieron triunfos en varias naciones del Caribe. En Haítí el imperialismo norteamericano y la derecha local no pudieron consumir el fraude para evitar la elección del Presidente René Preval.

Junto a estas nuevas generaciones de gobiernos latinoamericanos de izquierda o progresistas que se fortalecen con la primera elección de Chávez en diciembre de 1998, se yergue la revolución cubana con sus 48 años de lucha y resistencia. Aunque no en todas las elecciones presidenciales triunfaron los candidatos de izquierda o progresistas, durante los comicios desarrollados en 2006 en México, Perú y Colombia se manifestó una importante acumulación política. A todo ello se suman, las bancadas de izquierda en las legislaturas nacionales y parlamentos de integración y en los numerosos estados, provincias o departamentos, y los aún más numerosos municipios y gobiernos locales gobernados por la izquierda a todo lo largo y ancho de América Latina y el Caribe. Estos avances en el terreno político y electoral crean condiciones favorables sin precedentes para avanzar hacia la derrota política e ideológica definitiva del neoliberalismo en nuestra región, pero al mismo tiempo comprometen a los partidos y movimientos políticos de la izquierda latinoamericana y caribeña a actuar acorde con las expectativas depositadas en ellos por los pueblos, so pena de que sus gobiernos sea solo un breve lapso tras el cual se recicle la dominación neoliberal.

En estos albores del siglo XXI en que los pueblos latinoamericanos y caribeños comienzan a hacer valer su soberanía, autodeterminación e independencia para romper con el neoliberalismo patriarcal, y emprender políticas propias de desarrollo económico y social, el colonialismo es un anacronismo aun mas ultrajante que antes, por lo que todos y todas quienes conformamos el Foro de Sao Paulo nos comprometemos a redoblar nuestra lucha por la autodeterminación e independencia de las colonias que subsisten en la región, como Puerto Rico, Martinica, Curazao entre otros.

También luchamos contra el Plan Colombia, la Iniciativa regional Andina y el resto de los mecanismos de injerencia e intervención impuestos por el imperialismo norteamericano como parte de su sistema de dominación continental, amparados en la doctrina de seguridad hemisférica, que utiliza como pretextos el combate al crimen organizado, al narcotráfico y al terrorismo, para ampliar y profundizar, la militarización de la región y la criminalización de la lucha popular. Demandamos una solución política negociada, para resolver el conflicto armado de Colombia. En la actualidad, son requisitos para el logro de la paz democrática, la autodeterminación, la soberanía y la consolidación de los cambios democráticos en América Latina y el Caribe.

La violencia también ha golpeado a las mujeres, las cuales son objeto de feminicidios, violencia doméstica, acoso sexual, violencia laboral y agresiones de las tropas agresoras y los gobiernos títeres. Nos pronunciamos por la erradicación de la violencia contra la mujer.

Levantamos las banderas que se identifican con la defensa de los derechos de los pueblos indígenas del Continente, reivindicamos la interculturalidad y la condición plurinacional y étnica de varios países de América Latina.

Desde nuestras respectivas realidades nos comprometemos a levantar una corriente de opinión, como parte de un movimiento, que exija el cumplimiento de los acuerdos de Paz en El Salvador y Guatemala.

Expresamos nuestra solidaridad con la revolución cubana, hacemos votos por la pronta y efectiva recuperación del Presidente Fidel Castro Ruz, reafirmamos nuestra condena al bloqueo imperialista, exigimos la libertad de los cinco cubanos injustamente presos en cárceles estadounidenses por el supuesto delito de luchar contra el terrorismo.

Expresamos nuestra solidaridad con Evo Morales y respaldamos su postulación al Premio Nobel de la Paz.

El foro de Sao Paulo ha concluido en su XIII encuentro que los pueblos de Latinoamérica y del caribe, estamos en la hora de sentar las bases para la derrota integral del neoliberalismo patriarcal y avanzar en la construcción de la alternativa al sistema imperante.

Esto requiere de una acción articulada y una relación respetuosa y complementaria entre los partidos, movimientos y coaliciones políticos de izquierda y la diversidad de organizaciones y movimientos populares y sociales. Lo que nos permitirá construir las alianzas políticas y sociales, para hacer avanzar en cada país, un amplio frente de lucha que integre a todos los sectores populares y democráticos afectados por las políticas del modelo dominante.

Esta es una condición indispensable para la realización y consolidación de las transformaciones de nuestras sociedades en el terreno económico, social, ideológico y cultural.

Premisas básicas de la construcción del modelo alternativo, que en más de un lugar se define, con una perspectiva socialista, son la conquista de la independencia nacional y regional, la justicia social, la democracia política y social, la integración regional y continental basada en la cooperación, el internacionalismo y solidaridad entre los pueblos, la defensa y desarrollo de nuestros recursos naturales y de la biodiversidad, y la erradicación de toda forma de discriminación en contra de las mujeres y los pueblos originarios.

El objetivo primordial del modelo alternativo es el bienestar y dignificación de la gente, los pueblos y los países de América Latina.

En las nuevas condiciones históricas que viven América Latina y el Caribe, los partidos miembros del Foro de Sao Paulo nos sentimos comprometidos a volcar todos nuestros esfuerzos políticos, materiales y solidaridad para hacer realidad esta gran oportunidad histórica de derrotar al Neoliberalismo y entrar en el camino de la construcción de esa nueva sociedad justa y democrática.

En la proyección de la cultura construida en el Foro, de sentir propia cada batalla democrática que dan las organizaciones miembros, comprometemos nuestra solidaridad con los compañeros de la ANN y URNG de Guatemala que enfrentarán elecciones en Septiembre próximo, al igual que con todas las fuerzas, miembros del FSP, que también viviran procesos electorales.

El fortalecimiento de la consecuencia, y unidad de nuestros Partidos y del Foro de Sao Paulo, la ética

en el ejercicio del poder público, la superación del sexismo, la profunda vinculación con el pueblo, y la solidaridad internacional, son y serán nuestras mejores armas para acometer con éxito las batallas venideras.

El Foro de Sao Paulo se compromete a defender los procesos de cambios en marcha y desplegar toda nuestra capacidad internacionalista y solidaria con Cuba, los gobiernos democráticos y la lucha de los pueblos.

El fraterno y franco debate del Foro, tuvo como importante aporte el documento base elaborado y presentado por el Grupo de Trabajo. El que fue enriquecido por el intercambio realizado. Las delegaciones asistentes hicieron propio las propuestas contenidas en el documento: 1.- La publicación de un boletín electrónico mensual. 2.- La constitución de una escuela continental de formación política. 3.- La realización de un Festival político cultural . 4.- La creación de un observatorio electoral. 5.- Desarrollar una política dirigida hacia la juventud y de promoción del arte y la cultura. El Grupo de Trabajo se abocará a discutir las medidas que permitan su implementación.

El propósito de estas iniciativas debieran permitir una mayor capacidad para fomentar el debate político, el intercambio de experiencias y para lograr que el Foro sea un instrumento más eficaz y permanente para articular el trabajo político de los Partidos y movimientos miembros.

Los avances de este encuentro, nos permiten cifrar expectativas en el desarrollo de capacidades para responder a los desafíos que nos impone el avance de la lucha de nuestros pueblos. Y pasar a una nueva etapa en la actividad del Foro.

El Foro, rindió homenaje y manifestó su reconocimiento al gran dirigente Shafik Handal, destacando su ejemplar compromiso, que caracterizó su consecuencia en la lucha por la emancipación de los pueblos.

XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo. San Salvador, El Salvador, del 12 al 14 de enero de 2007.

RESOLUCION FSP - EL SALVADOR

LOS DELEGADOS Y DELEGADAS AL XIII FORO DE SAO PAULO

CONSIDERANDO:

- I. Que el 16 de enero del 2007 se cumplen 15 años de la firma de los Acuerdos de paz entre el FMLN y el Gobierno, acontecimiento histórico que abrió un inicial proceso de democratización política en El Salvador.
- II. Que el próximo 24 de enero se cumple un año del irreparable fallecimiento del líder histórico Jorge Handal, quien dedicó lo mejor de su vida a la causa revolucionaria y quien a su vez, trabajó intensivamente por el fortalecimiento del Foro de Sao Paulo.
- III. Que el 10 de enero recién pasado el FMLN cumplió 26 años de lucha revolucionaria por la paz, la justicia social y la democracia en la cual millares de los mejores hijos e hijas del pueblo salvadoreño ofrendaron sus vidas.

POR ESTAS TRASCENDENTES RAZONES EL XIII ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO RESUELVE:

- I. Expresar nuestro reconocimiento al Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional, por su aporte histórico a la lucha por la justicia social, la paz y autodeterminación del pueblo salvadoreño.
- II. Expresar nuestro reconocimiento a su lucha por conquistar mejores condiciones de vida para el pueblo, particularmente en su esfuerzo por la seguridad ciudadana efectiva, la real democratización electoral y el avance hacia la construcción de la paz social.
- III. Expresar nuestra solidaridad hacia el FMLN y el pueblo salvadoreño para que en el año 2009 cristalice su legítima aspiración del cambio indispensable que abra las compuertas a una mejor calidad de vida para la gente y hacia una sociedad próspera, democrática y solidaria.

Asimismo, agradecemos su hospitalidad fraterna para la gran familia del Foro de Sao Paulo.

RESOLUCION FSP SOBRE CUBA

El Décimo Tercer Encuentro del Foro de Sao Paulo refrenda su apoyo solidario al pueblo y Gobierno de Cuba y resuelve a la vez.

1. Reiterar su rotunda condena al demencial bloqueo económico y a la secuela de sufrimientos humanos, causados a ese mil veces heroico pueblo hermano, por esa lesiva política contra el Derecho Internacional.
2. Exigir justicia para los cinco patriotas Cubanos dedicados a la lucha contra el terrorismo, hoy prisioneros de la Administración Bush.
3. Presentar sus unánimes votos por la salud de Fidel.



RESOLUCION SOBRE SOLIDARIDAD CON OAXACA

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo conoció la lucha del pueblo mexicano de Oaxaca y acordó:

- I. Manifestar su solidaridad con la Asamblea Popular con los Pueblos de Oaxaca, APPO.
- II. Pronunciarse por el alto a la represión y criminalización de las propuestas del pueblo organizado.
- III. Reclamar la presentación con vida de los desaparecidos, la libertad de todos los presos políticos y de conciencia de México.
- IV. El castigo a los responsables de las acciones contrainsurgentes contra la resistencia popular.
- V. El castigo a Ulises Ruíz Ortiz, genocida y mal gobernante de Oaxaca.



RESOLUCION FSP - SOBRE EL SECUESTRO DE JORGE LOPEZ DE ARGENTINA

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo reclama la aparición con vida del compañero argentino **JORGE JULIO LOPEZ**, secuestrado cuatro meses atrás.

López había sido secuestrado hace 30 años y ahora con su testimonio fue la clave para condenar al Comisario MIGUEL TCHECOLATZ por crímenes de lesa humanidad, por su papel como torturador y asesino durante la dictadura militar. Su desaparición es una amenaza para miles de testigos que se aprestan a declarar en la continuidad de los juicios contra los responsables de 30 mil compañeros secuestrados y asesinados.

Este encuentro hace llegar su solidaridad al Movimiento Popular que lucha por la aparición de Jorge López y transmite al Presidente Néstor Kirchner el apoyo militante para hallar a López y dismantelar los aparatos represivos y conspirativos remanentes de la dictadura militar, al servicio del imperialismo y la oligarquía contra el pueblo argentino.

RESOLUCION FSP - SOBRE LA POLITICA MIGRATORIA DE ESTADOS UNIDOS.

1- Durante las últimas décadas como parte de los fundamentos del Modelo Neoliberal, las distintas administraciones estadounidenses han impulsado políticas que criminalizan la migración latinoamericana y caribeña asimilándola al terrorismo y a la delincuencia organizada. Estas políticas implican modificaciones a las legislaciones federales y estatales para aplicar medidas que violentan los derechos elementales: a la vida, a la salud, a la educación, a condiciones laborales justas, al libre tránsito.

2- La aprobación en el Congreso de Estados Unidos de más recursos para la continuidad de la construcción de un muro con tecnología de punta para la vigilancia fronteriza, la movilización de miles efectivos militares proveniente de la zona de intervención en el Medio Oriente hacia la frontera México-Estados Unidos, la velada protección a los Minuteman de las autoridades obligadas a impedir sus acciones de caza criminal de migrantes, así como otras medidas, representan la expresión de la doctrina de Seguridad Hemisférica ante un problema cuyas raíces multifactoriales deberían ser atendida en razón de la naturaleza social, económica y política del fenómeno migratorio.



RESOLUCION FSP - SOBRE LA OTAN

EL XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, reunido en San Salvador del 12 al 14 de enero de 2007.

Tomando en cuenta que los días 7 y 8 de febrero de este año se reunirán en Sevilla, España los ministros de Defensa de la OTAN, alertamos sobre los peligros de nuestra época, llamamos a la movilización de todas las fuerzas de la paz y del progreso social, para evitar que el capitalismo arroje al mundo a la catástrofe, como lo hizo en el siglo pasado, expresamos nuestra confianza profunda que otro mundo, un mundo socialista, es posible, y por ello reclamamos el desmantelamiento de las bases militares **norteamericanas desplegadas en todos los Continentes, la desmilitarización de la seguridad, la reducción de los gastos militares, la prohibición y destrucción ecológica de los arsenales de armas de destrucción masiva** y la disolución de la OTAN **en el marco de un Nuevo Concepto de Seguridad Humana, desmilitarizado, que resuelva el principal problema de la Humanidad: el hambre, la pobreza, la desigualdad, la enfermedad y la injusticia.** Nuestro compromiso es la Paz.

RESOLUCION FSP - EVO MORALES NOBEL DE LA PAZ

El Décimo Tercer Encuentro del Foro de Sao Paulo resuelve apoyar la candidatura de Evo Morales para Premio Nóbel de la Paz 2007, a solicitud del CONGRESO BOLIVARIANO DE LOS PUEBLOS, MOVIMIENTO PUEBLOS UNIDOS POR NUESTRA AMERICA / MP-UNA.

El 6 de diciembre de 2006, el Premio Nóbel de la Paz, Adolfo Pérez Esquivel, presentó oficialmente la candidatura de **Evo Morales** para Premio Nóbel de la Paz 2007.

Para dar fuerza esta significativa postulación, apoyamos la Campaña Internacional a fin de recabar adhesiones y apoyos que brinden un sólido respaldo para quien es cabal merecedor de tan distinguido galardón.

Llamamos a los pueblos a unirse contra el imperialismo, en la lucha por la paz, la soberanía y la unidad de Nuestra América.

En la Ciudad de San Salvador, a los catorce días del mes de enero de Dos Mil Siete.

RESOLUCION FSP - SOBRE PUERTO RICO

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo reafirma su respaldo activo y militante a la lucha de independencia de Puerto Rico, nación Caribeña y Latinoamericana que enfrenta desde hace más de un Siglo, la ocupación militar, económica y política del imperialismo norteamericano.

Igualmente el XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, expresa su solidaridad con la excarcelación de los patriotas Puertorriqueños presos en cárceles de Estados Unidos y el reclamo de que el caso colonial de Puerto Rico sea considerado en un futuro cercano por la Asamblea general de la ONU.



ALUDO A LOS 50 AÑOS DEL SEMANARIO COLOMBIANO "VOZ"

El XIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, reunido en San Salvador del 12 al 14 de enero de 2007.

SALUDA:

El cincuenta aniversario de VOZ, semanario del Partido Comunista Colombiano, cuya existencia ininterrumpida representa un caso excepcional de la prensa revolucionaria en Colombia.

En este tramo de historia, VOZ ha expresado el sentir de los humildes. Ha denunciado sin vacilaciones la represión, la guerra sucia, la corrupción y el paramilitarismo, erigidos en política de Estado por las oligarquías colombianas.

VOZ se ha hecho canal expresivo de los procesos unitarios que enriquecen la lucha popular colombiana, en particular el Polo Democrático Alternativo.

Levanta con fuerza la bandera de la paz democrática con justicia social, con la exigencia de una solución política negociada del conflicto armado histórico y acuerdos para el intercambio humanitario.

Proclama la reconquista de la soberanía del pueblo colombiano para definir su destino en vínculo estrecho con los hermanos de América Latina, cuyo horizonte delinea el Foro de Sao Paulo de los partidos políticos.

RESOLUCION FSP - SOBRE COLOMBIA

El XIII Encuentro del foro de Sao Paulo, reunido en San Salvador del 12 al 14 de enero de 2007,

- 1- Expresa su solidaridad con la lucha del pueblo colombiano por la vida, la democracia, la paz, y los derechos de las víctimas a la justicia, la verdad y la reparación por las violaciones de los derechos humanos y los crímenes atroces cometidos por grupos narcoparamilitares y fuerzas estatales, y aboga por el cese total de la impunidad.
- 2- Reitera su compromiso con la paz en Colombia por una salida política negociada al conflicto armado interno que favorezca el tránsito a la democracia plena, la justicia social, la soberanía y el total respeto de los derechos humanos y las libertades públicas.
- 3- Reclama la urgencia de intercambios humanitarios para liberación de las personas secuestradas, prisioneros de guerra y presos políticos. Se opone al rescate por vía militar de las personas privadas de la libertad.
- 4- Apoya la lucha de los trabajadores por sus derechos fundamentales, rechaza las reformas antilaborales, los nuevos impuestos destinados a la guerra, la reducción de las transferencias para salud y educación. Respalda las movilizaciones contra el TLC y contra las medidas impuestas por el FMI.
- 5- Saluda los procesos unitarios, en particular, el surgimiento del Polo Democrático Alternativo, PDA; que expresa la unidad de la izquierda y le desea los mayores logros y aciertos en su labor por los cambios, especialmente en el compromiso de las elecciones regionales y locales de octubre de 2007.



PARTIDOS

Miembros del Foro de São Paulo ordenados por países:

Argentina

1. Frente Grande – www.frentegrande.org.ar
2. Frente Transversal Nacional y Popular – www.frentetransversal.org.ar
3. Movimiento Evita – www.movimiento-evita.org.ar
4. Movimiento Libres del Sur – www.libresdelsur.org.ar
5. Partido Comunista
6. Partido Comunista – Congreso Extraordinario
7. Partido Humanista
8. Partido Intransigente
9. Partido Obrero Revolucionario-Posadista
10. Partido Socialista
11. Partido Solidario – www.partidosolidario.org.ar
12. Unión de Militantes por el Socialismo – www.uniondemilitantes.org.ar

Aruba

1. Partido Red Democrática

Barbados

1. Partido del Empoderamiento del Pueblo

Bolivia

1. Movimiento al Socialismo
2. Movimiento Bolivia Libre
3. Partido Comunista de Bolivia

Brasil

1. Partido Democrático Trabalhista – www.pdt.org.br
2. Partido Comunista del Brasil – www.pcdob.org.br
3. Partido Comunista Brasileiro – www.pcb.org.br
4. Partido Patria Libre – www.partidopatrialivre.org.br
5. Partido Popular Socialista – www.pps.org.br
6. Partido Socialista Brasileiro – www.psb.org.br
7. Partido de los Trabajadores – www.pt.org.br

Chile

1. Izquierda Ciudadana – www.izquierdaciudadana.cl
2. Movimiento Amplio Social
3. Movimiento de Izquierda Revolucionaria
4. Partido Comunista – www.pchile.cl
5. Partido Humanista – www.partidohumanista.cl
6. Partido Socialista
7. Partido del Socialismo Allendista – www.partidodelsocialismoallendista.cl
Un Democrática – www.revoluciondemocratica.cl



9. Partido Igualdad
10. Poder Ciudadano
11. Partido País Progresista
12. Izquierda Libertaria

Colombia

1. Marcha Patriótica
2. Movimiento Progresista
3. Partido Alianza Verde
4. Partido Comunista Colombiano – www.pacocol.org
5. Polo Democrático Alternativo – www.polodemocratico.org
6. Presentes por el Socialismo
7. Unión Patriótica
8. Movimiento Poder Ciudadano

Costa Rica

1. Partido Frente Amplio – www.frenteamplio.org
2. Partido Vanguardia Popular – Partido Comunista

Cuba

1. Partido Comunista de Cuba – www.pcc.cu

Curazao

1. Partido Pueblo Soberano

Ecuador

1. Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik – Nuevo País
2. Movimiento Alianza PAIS – www.movimientoalianzapais.com.ec
3. Movimiento Popular Democrático
4. Partido Comunista del Ecuador
5. Partido Comunista Marxista-Leninista del Ecuador
6. Partido Socialista-Frente Amplio
7. Partido Comunista Ecuatoriano
8. Movimiento Acuerdo Nacional Revolución Ciudadana

El Salvador

1. Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional – www.fmln.org.sv

Guatemala

1. CONVERGENCIA, CPO-CRD
2. Movimiento Político Winaq
3. Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca – www.urng-maiz.org.gt

Haití

1. Organización del Pueblo en Lucha

Honduras

1. Partido Libertad y Refundación – LIBRE

Martinica

1. Partido Comunista por la Independencia y el Socialismo
2. Consejo Nacional de Comités Populares – www.m-apal.com

México

1. Partido de la Revolución Democrática
2. Partido del Trabajo – www.partidodeltrabajo.org.mx
3. MORENA

Nicaragua

1. Frente Sandinista de Liberación Nacional



Panamá

1. Partido del Pueblo
2. Partido Revolucionario Democrático
3. Frente Amplia por la Democracia

Paraguay

1. Frente Guasú
2. Partido Comunista Paraguayo
3. Partido Convergencia Popular Socialista – www.convergenciapopular.blogspot.com.br
4. Partido del Movimiento Patriótico Popular
5. Partido del Movimiento al Socialismo – www.pmas.org.py
6. Partido País Solidario
7. Partido de la Participacion Ciudadana
8. Partido Popular Tekojoja

Perú

1. Ciudadanos por el Cambio
2. Partido Comunista del Perú-Patria Roja
3. Partido Comunista Peruano
4. Partido Nacionalista del Perú
5. Partido del Pueblo
6. Partido Socialista del Perú
7. Tierra y Libertad
8. Partido Humanista Peruano
9. Partido Pueblo Unido
10. Perú Libertario

Puerto Rico

1. Frente Socialista – www.frentesocialistapr.org
2. Movimiento Independentista Nacional Hostosiano – www.minhpuertorico.org
3. Partido Nacionalista de Puerto Rico – www.partidonacionalistapuertorico.blogspot.com.br

República Dominicana

1. Alianza por la Democracia
2. Fuerza de la Revolución
3. Movimiento Izquierda Unida
4. Partido Alianza País
5. Partido Movimiento Patria para Tod@s
6. Partido Comunista del Trabajo
7. Partido de la Liberación Dominicana
8. Partido de los Trabajadores Dominicanos
9. Partido Revolucionario Dominicano
10. Partido Revolucionario Moderno

Trinidad y Tobago

1. Movimiento por la Justicia Social

Uruguay

1. Asamblea Uruguay
2. Compromiso Frenteamplista
3. Frente Amplio
4. Movimiento 26 de marzo
5. Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros
6. Movimiento de Participación Popular
7. Movimiento Popular Frenteamplista
8. Partido Comunista del Uruguay – www.pcu.org.uy
9. Partido Obrero Revolucionario Troskista-Posadista
10. Partido por la Victoria del Pueblo
11. Partido Socialista de los Trabajadores
12. Partido Socialista del Uruguay
13. Vertiente Artiguista



Venezuela

1. Liga Socialista
2. Movimiento Electoral del Pueblo
3. Partido Comunista de Venezuela
4. Partido Socialista Unificado de Venezuela
5. Patria para Todos



Foro de
São Paulo

(<http://forodesaopaulo.org>).

Este sitio es operado por la Secretaría Ejecutiva del Foro de São Paulo. Los artículos firmados no representan necesariamente la opinión del Foro de São Paulo.





01/08/2018

Resoluciones

- [Argentina \(http://forodesaopaulo.org/argentina/\)](http://forodesaopaulo.org/argentina/)
- [Bolivia \(http://forodesaopaulo.org/bolivia/\)](http://forodesaopaulo.org/bolivia/)
- [Brasil: Solidaridad con Lula \(http://forodesaopaulo.org/brasil-solidaridad-con-lula/\)](http://forodesaopaulo.org/brasil-solidaridad-con-lula/)
- [Colombia \(http://forodesaopaulo.org/colombia/\)](http://forodesaopaulo.org/colombia/)
- [Cuba \(http://forodesaopaulo.org/cuba/\)](http://forodesaopaulo.org/cuba/)
- [Ecuador: Solidaridad con Rafael Correa \(http://forodesaopaulo.org/ecuador-solidaridad-con-rafael-correa/\)](http://forodesaopaulo.org/ecuador-solidaridad-con-rafael-correa/)
- [El Salvador: Solidaridad con el Presidente Salvador Sánchez Cerén \(http://forodesaopaulo.org/el-salvador-solidaridad-con-el-presidente-salvador-sanchez-ceren/\)](http://forodesaopaulo.org/el-salvador-solidaridad-con-el-presidente-salvador-sanchez-ceren/)
- [Guatemala \(http://forodesaopaulo.org/guatemala/\)](http://forodesaopaulo.org/guatemala/)
- [Honduras \(http://forodesaopaulo.org/honduras-2/\)](http://forodesaopaulo.org/honduras-2/)
- [México \(http://forodesaopaulo.org/mexico/\)](http://forodesaopaulo.org/mexico/)
- [Nicaragua \(http://forodesaopaulo.org/nicaragua/\)](http://forodesaopaulo.org/nicaragua/)
- [Paraguay: Solidaridad con Fernando Lugo \(http://forodesaopaulo.org/paraguay-solidaridad-con-fernando-lugo/\)](http://forodesaopaulo.org/paraguay-solidaridad-con-fernando-lugo/)
- [Puerto Rico \(http://forodesaopaulo.org/puerto-rico/\)](http://forodesaopaulo.org/puerto-rico/)
- [Venezuela \(http://forodesaopaulo.org/venezuela/\)](http://forodesaopaulo.org/venezuela/)
- [CELAC \(http://forodesaopaulo.org/celac/\)](http://forodesaopaulo.org/celac/)
- [UNASUR \(http://forodesaopaulo.org/unasur/\)](http://forodesaopaulo.org/unasur/)
- [Contra la judicialización de la política \(http://forodesaopaulo.org/contra-la-judicializacion-de-la-politica/\)](http://forodesaopaulo.org/contra-la-judicializacion-de-la-politica/)
- [Apoyo a las y los trabajadores de la economía popular \(http://forodesaopaulo.org/apoyo-a-las-y-los-trabajadores-de-la-economia-popular/\)](http://forodesaopaulo.org/apoyo-a-las-y-los-trabajadores-de-la-economia-popular/)
- [Solidaridad en defensa de los derechos de las y los migrantes y sus familias \(http://forodesaopaulo.org/solidaridad-en-defensa-de-los-derechos-de-las-y-los-migrantes-y-sus-familias/\)](http://forodesaopaulo.org/solidaridad-en-defensa-de-los-derechos-de-las-y-los-migrantes-y-sus-familias/)



- [Cataluña \(http://forodesaopaulo.org/cataluna/\)](http://forodesaopaulo.org/cataluna/)
- [País Vasco \(http://forodesaopaulo.org/pais-vasco/\)](http://forodesaopaulo.org/pais-vasco/)
- [Palestina \(http://forodesaopaulo.org/palestina-2/\)](http://forodesaopaulo.org/palestina-2/)
- [Apoyo a Julian Assange \(http://forodesaopaulo.org/apoyo-a-julian-assange/\)](http://forodesaopaulo.org/apoyo-a-julian-assange/)



Foro de
São Paulo

(<http://forodesaopaulo.org>).

Este sitio es operado por la Secretaria Ejecutiva del Foro de São Paulo. Los artículos firmados no representan necesariamente la opinión del Foro de São Paulo.





Honduras

El XXIV Encontro del Foro de Sao Paulo, reunido en la Ciudad de La Habana, República de Cuba los días del 15 al 17 de julio de 2018, aprobó la siguiente Resolución de solidaridad con Honduras, sobre la base de las siguientes consideraciones:

El pueblo de Honduras se encuentra en un proceso de insurrección popular para derrotar la dictadura apoyada por los Estados Unidos de América y al sistema criminal y fraudulento heredero del Golpe de Estado del 2009.

El Foro de Sao Paulo reconoce que Honduras actualmente libra una lucha por las ideas, por el socialismo democrático, una lucha por la información, la comunicación eficaz y la formación de conciencia que debe darse todos los días, especialmente en la juventud, como parte de la tarea de transformar la sociedad.

Los y las hondureñas entienden bien la importancia de construir la argumentación frente al enemigo, para que nadie tenga nunca más la terrible necesidad de mimetizar las ideas y nunca vacilar frente a quiénes no ocultan su propósito de destruir la razón y la verdad.

Por ello, el XXIV Encontro del Foro de Sao Paulo aprueba incorporar la posición de Honduras como parte de los documentos de esta edición del Foro de Sao Paulo, para que sirva como base de la discusión sobre la construcción del Socialismo en nuestra América Latina y El Caribe como alternativa real al capitalismo que debe ser reemplazado; retomemos como espacio de consensos de Partidos Políticos y Movimientos, la propuesta de construir un Centro de Pensamiento regional permanente que se encargue del estudio estratégico para toda la región; nos comprometamos a implementar el estudio y debate del documento "Consenso de Nuestra América", para adecuarlo a cada una de nuestras regiones y a nivel de las bases en todas nuestras organizaciones, al tiempo que retomamos la propuesta de que con plazos firmes, de acuerdo a las condiciones reales de cada uno de nuestros países, se compartan nuestras experiencias en este proceso; y reflexionemos en torno a la necesidad de crear un mecanismo de intercambios estratégicos entre las fuerzas políticas que integran el Foro de Sao Paulo y que se ubican en la primera línea del conflicto regional, para crear un marco de alianzas políticas y sociales que a nivel regional permitan sostener la ofensiva de lucha revolucionaria por la conquista y consolidación de los procesos contra-hegemónicos en la región.

El XXIV Encontro del Foro de Sao Paulo, en tanto espacio de confluencia de las fuerzas progresistas de América Latina y El Caribe, resuelve acompañar al pueblo de Honduras en sus demandas de:



Denuncia de la impunidad total del Golpe de Estado del 28 de junio del 2009, condenado por todas las naciones del mundo representadas en la ONU, y calificado por la Corte Interamericana de Derechos Humanos como un ilícito de carácter internacional, así como en su demanda de la Convocatoria a una Consulta Popular para la instalación de una Asamblea Nacional Constituyente Originaria y con plenos poderes; que reconstruya el Estado de Derecho y posibilite elecciones LIBRES.

Nuestro XXIV Encuentro exige la inmediata libertad para los prisioneros políticos, encarcelados por la dictadura por protestar contra el Golpe electoral del 26 de noviembre de 2017, y exige la investigación y condena por los cientos de asesinatos y ejecuciones, especialmente de jóvenes a partir del Golpe de Estado militar y el Golpe electoral.

Coincidimos en que Honduras requiere una reforma estructural del Estado y esto sólo se puede lograr con la reconstrucción del pacto social para proclamar su soberanía y verdadera independencia patria.

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo reconoce en el Partido LIBRE, coordinado por el compañero José Manuel Zelaya Rosales, Ex Presidente de Honduras, al conductor político que llevará al pueblo de Honduras a su liberación.

¡Fuera la DICTADURA impuesta y sostenida por los Estados Unidos de América! ¡El pueblo de Honduras exige paz y democracia!





Cuba

El XXIV Encontro del Foro de Sao Paulo, reunido en la Ciudad de La Habana, República de Cuba los días del 15 al 17 de julio de 2018, aprobó la siguiente Resolución sobre La República de Cuba, sobre la base de las siguientes consideraciones:

En el “Año 60 de la Revolución”, Cuba nos recibe como siempre, con los brazos abiertos. Y en esos brazos, no podemos dejar de recordar a un hombre revolucionario que con gran visión pugnara por “Un mundo de justicia, paz y dignidad”: Fidel está hoy con nosotras y nosotros. Su legado es infinito y habrá de seguir siendo ejemplo para las generaciones venideras, no sólo en Cuba, sino en el mundo entero. Pronto serán dos años de su partida física y las acciones que emprendiera sentaron bases incuestionables en bien de la población toda de su patria. En él reconocemos la calidad humana y el sentido profundamente social y solidario de Fidel, baste y sobre recordar que uno de sus más grandes logros fue su profunda noción de emancipación de los pueblos partiendo de la unidad como bien supremo y como el más legítimo anhelo de los pueblos del mundo, lo que conlleva a la preservación de la paz y la seguridad internacional. De ahí que fuera Fidel un incansable promotor esencial de este inalienable derecho, plasmado por sus palabras en 14 de febrero de 2016 al escribir “...Luchar por la paz es el deber más sagrado de todos los seres humanos, cualesquiera que sean sus religiones o país de nacimiento, el color de su piel, su edad adulta o su juventud.” Fidel, siempre presente, siempre vigente.

Y en ese tenor, saludos que en días próximos, se conmemore un aniversario más de la gesta del Asalto al Cuartel Moncada, que constituyera un parteaguas al transformar la historia de Cuba; en tiempos ya recientes, saludamos la gestión que desde la Presidencia de la República de Cuba, llevara adelante el compañero Raúl Castro Ruz, su papel llevó a la consolidación y ampliación de los logros de la Revolución Cubana, pero hacia la unidad de los pueblos y la paz de la región, es de destacar su encomiable labor al frente de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) y fue precisamente en esta tierra, en donde la II Cumbre de la CELAC aprobara la Proclama de América Latina y El Caribe como Zona de Paz, de la cual destacamos las siguientes líneas, a saber: “Ratificando el compromiso de sus países con los Propósitos y Principios consagrados en la Carta de las Naciones Unidas y el Derecho Internacional, y conscientes de que la prosperidad y estabilidad de la región contribuyen a la paz y seguridad internacionales,

Conscientes de que la paz es un bien supremo y anhelo legítimo de todos los pueblos y que su preservación es un elemento sustancial de la integración de América Latina y el Caribe y un principio y valor común de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC),



Reafirmando que la integración fortalece la visión de un orden internacional justo, afirmado en el derecho y en una cultura de paz que excluye el uso de la fuerza y los medios no-legítimos de defensa, entre ellos las armas de destrucción masiva y, en particular, las armas nucleares”.

Y es precisamente bajo esa noción de la búsqueda de paz y de una integración de nuestros pueblos, que saludamos a Cuba por ser sede de la Mesa de Conversaciones para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera en Colombia, lo que huelga decir es de suma importancia. Fidel abrió camino, Raúl avanzó en la construcción del mismo. Por ello, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo, extiende su mayor reconocimiento a ese digno papel que pone el acento en la tan anhelada paz para nuestra región.

De la misma manera, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo ratifica su indeclinable compromiso por seguir luchando por la eliminación del injusto, criminal e ilegal bloqueo, a todas luces condenable, en tanto que atenta contra los principios del Derecho Internacional, además de ser una acción unilateral impuesta a una nación, que lesiona la soberanía de la misma y que, pese al impacto negativo que ha tenido en diversos aspectos de la vida del pueblo cubano, no ha logrado el aislamiento y la inmovilidad de Cuba, que mantiene firmeza y fidelidad con los principios de la Revolución Cubana. Así, reiteramos nuestra solidaridad con la justa causa de Cuba contra el bloqueo y por la devolución del territorio de Guantánamo. Nos pronunciamos por exigir de los Estados Unidos de América que respete la voluntad soberana de un pueblo y su legítimo gobierno, de vivir sin el bloqueo y de ejercer su libre soberanía sobre todo su territorio.

Por otro lado, este XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo saluda la elección del compañero Miguel Díaz-Canel Bermúdez como Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros de la República de Cuba, que de su discurso del pasado 19 de abril del año en curso se desprende la idea de no transigir ante presión extranjera alguna, en aras de la defensa de la autonomía y soberanía del pueblo cubano para seguir firme en la determinación de su propio destino, así como del compromiso de ahondar y dar continuidad a la Revolución Cubana. Por ello, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo se suma al reconocimiento que en la elección hiciera este pueblo hermano al compañero Presidente Miguel Díaz-Canel.

¡VIVA LA REVOLUCIÓN CUBANA!
¡VIVAN LAS MUJERES Y HOMBRES REVOLUCIONARIOS!
¡VIVA CUBA Y VIVA FIDEL!





Colombia

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo, reunido en la Ciudad de La Habana, República de Cuba los días del 15 al 17 de julio de 2018, aprobó la siguiente Resolución de Colombia, sobre la base de las siguientes consideraciones:

El reciente proceso electoral colombiano mostró el avance de las opciones democráticas, progresistas y de izquierda, logrando el 25% de las sillas del Senado y amenazando con desplazar del gobierno al bloque de poder, obligándolo a dejar de lado sus diferencias y unificarse en torno a la fracción Uribista. El Acuerdo Final de Paz entre las FARC-EP y el Estado, así como el proceso de diálogo con el ELN, generaron un ambiente propicio para que los acumulados de lucha por la democratización se expresaran y se constituyeran en alternativa real de gobierno.

La presidencia de Iván Duque significa que la conducción del Estado está nuevamente a cargo de la ultraderecha. Sus pretensiones son restaurar las bases de un régimen de acumulación autoritario y represivo en el marco del post acuerdo, que impida la apertura democrática, la consolidación de la paz y bloquee la participación de las nuevas fuerzas sociales y políticas en la disputa por la conducción del Estado.

A la continuidad de las nefastas políticas neoliberales en lo económico y social, se suman las intenciones perversas de sectores religiosos que buscan desmontar libertades y derechos ciudadanos y la exacerbación de la explotación depredadora de los bienes comunes por las transnacionales de la mega minería afectando la vida y tranquilidad de las comunidades.

La reciente vinculación del Estado colombiano a la OCDE y la OTAN indican una mayor dependencia del imperialismo norteamericano y europeo, que se recrudecerá con el nuevo gobierno, atacando los organismos de integración regional -UNASUR y la CELAC-, la desestabilización de los gobiernos progresistas y de izquierda, especialmente insistirá en el bloqueo económico, diplomático y político de la Revolución Bolivariana y su legítimo gobierno, sin descartar la aventura militar desde el territorio colombiano, a lo cual nos oponemos.

El boicot al diálogo con el ELN y la implementación del Acuerdo Final de Paz con las FARC, especialmente atacando el Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición; el deseo de extraditar a los ex comandantes mediante montajes judiciales; el incumplimiento en la reincorporación de los ex combatientes, así como la justificación de su asesinato y el de sus familiares junto al de los líderes sociales, ambientales y políticos, defensor@s de DDHH y reclamantes de tierras por parte del paramilitarismo; todo ello



puede generar a un nuevo ciclo de violencia, más cruel del que ha padecido el pueblo colombiano.

El Foro de Sao Paulo y su histórico apoyo a la solución política negociada del conflicto armado colombiano, exige el cumplimiento del Acuerdo Final de Paz, la continuidad del diálogo con el ELN y la protección de la integridad física y política del liderazgo político, social, ambiental y de los defensor@s de DDHH y en general del movimiento popular. Consecuentemente realizaremos la II Misión de Observación Política del Foro de Sao Paulo los días 2 al 6 de noviembre del presente año.

¡La paz de Colombia es la paz del continente!





07/08/2018

Plan de acción

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo resolvió aprobar las siguientes propuestas de Plan de Acción, además de los Planes que realizan las Reuniones de las diversas Secretarías Regionales del Foro. Estas propuestas serán actualizadas en la reunión del Grupo de Trabajo en noviembre de 2018.

1. Exigir la libertad inmediata de Lula equivale a luchar contra la persecución que impulsan la Casa Blanca y sus aliados contra todos los líderes que, en América Latina y El Caribe, han impulsado políticas públicas de beneficio para los pueblos, ajenas a las fórmulas neoliberales. Por tanto, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo asume que, una vez concluidos sus trabajos, se dé inicio a la campaña internacional "Libertad Para Lula Ya" mediante acciones como las siguientes:

- Remisión de cartas en favor de su libertad, dirigidas simultáneamente al Palacio de Planalto, al Supremo Tribunal Federal, al Ministerio de Justicia, todos de la República Federativa de Brasil, así como a todas las instancias internacionales que puedan contribuir al objetivo propuesto.
- Dar la máxima divulgación a los argumentos de la defensa de Lula, con el objetivo adicional de mostrar la selectividad política que han tenido en el examen del caso de los agentes de los Estados Unidos de América en el poder judicial.
- En agosto próximo, producir un twitazo mundial en defensa de la Liberación de Lula Ya, con apoyo del Partido de la Izquierda Europea y, todas las fuerzas políticas y sociales que estén en disposición de sumarse, en Asia, África, Canadá y los Estados Unidos de América.
- Lanzar el slogan: Lula, nuestro Mandela, luego de Foro online, entre todas las fuerzas del FSP y otras con el Instituto Lula, en octubre próximo.

Nota: La Secretaría Ejecutiva agrega en los ANEXOS a esta memoria el plan de acción aprobado por el Comité Internacional Lula Libre: página 67.

2. Iniciar en el próximo mes de septiembre, la campaña "Contra la persecución política de los líderes populares en América Latina y El Caribe".

3. Dar inicio al Plan de Acciones "Defendamos América Latina y El Caribe como Zona de Paz."

- Para ello, participaremos de la II Misión de Observación Política del Foro de Sao Paulo conjuntamente con el Partido de la Izquierda Europea, a la implementación del Acuerdo de Paz y la Construcción de Paz en Colombia, los días del 2 al 6 de noviembre de 2018.

4. Fortalecer y ampliar la Red de Escuelas de Formación y Fundaciones del Foro de Sao Paulo:

- Realizar un Taller sobre Formación Política a principios de 2019, en Sao Paulo, para discutir experiencias de formación entre los partidos integrantes del Foro e intercambiar aspectos metodológicos.
- Realizar un curso online en el segundo semestre de 2018 sobre procesos de integración en América Latina y El Caribe.



- Realizar un curso sobre comunicación política en 2019.

5. Proponer que las principales centrales sindicales y los movimientos campesinos, organicen eventos de denuncia en sus respectivos países, contra la precarización de las condiciones laborales, el deterioro del nivel de vida -vía tercerización-, y otros recursos orientados a elevar las ganancias del capital.

6. Reforzar la política comunicacional de los partidos miembros del Foro de Sao Paulo.

7. Atención a las elecciones

2do semestre de 2018:

- 7 de octubre: elecciones regionales y municipales en Perú

- 7 de octubre: primera vuelta elecciones legislativas, presidenciales y gobernadores en Brasil

- 28 de octubre: segunda vuelta elecciones presidenciales y gobernadores en Brasil

1er semestre de 2019:

- 3 de febrero: elecciones presidenciales y legislativas en El Salvador

- Marzo: elecciones presidenciales en Dominica

- Mayo: elecciones presidenciales en Panamá

- 1er de abril: elecciones presidenciales en Antigua y Barbuda

- 9 de junio: elecciones regionales en México

- 19 de junio: elecciones generales en Guatemala

- Elecciones nacionales en Bolivia

8. Tareas conjuntas acordadas entre el FSP y el PIE en el III Encuentro "Visiones Compartidas":

- Profundizar el estudio y análisis de las condiciones que se pretenden imponer a nuestros pueblos a través de la implementación de los Tratados de Libre Comercio entre la UE y el MERCOSUR y con varios países de América Latina.

- Realizar una batalla conjunta en contra de los paraísos fiscales.

- Realizar una campaña común en contra de las sanciones de la UE a la República Bolivariana de Venezuela y el criminal bloqueo en contra de Cuba.

- Tener un encuentro preparatorio del 4º Seminario "Visiones Compartidas" en el marco del Foro Europeo que, como continuación del de Marsella, tendrá lugar en Bilbao (Estado español), los días 9, 10 y 11 de noviembre 2018.

- Enviar observadores conjuntos a diferentes países de América Latina y Caribe donde se puedan producir fraudes en los procesos electorales.

- Realizar un seguimiento estricto del cumplimiento irrestricto de los procesos de Paz en Colombia.

- Rechazar las injerencias de la UE en América Latina y el Caribe en los asuntos internos de los países tratando de desestabilizarlos.

- Poner en común iniciativas para combatir la guerra informativa que los grandes medios de comunicación desarrollan tanto en América Latina y el Caribe como en Europa, deformando y manipulando la realidad.

- Realizar una campaña común en defensa de la Paz y la solidaridad entre los pueblos, campaña que tenga como punto de partida la puesta en valor de la Proclama de América Latina y el Caribe como zona de Paz.



Foro de
São Paulo

(<http://forodesaopaulo.org>)

Este sitio es operado por la Secretaria Ejecutiva del Foro de São Paulo. Los artículos firmados no representan necesariamente la opinión del Foro de São Paulo.



07/08/2013

Plan de acción aprobado en el XIX Encuentro



<http://forodesaopaulo.org/wp-content/uploads/2011/03/Logo-FSP-novo.png> **Plan de
Acción**

El Plan de Acción debatido y aprobado por el XIX Encuentro del Foro de São Paulo contiene dos partes.

La primera parte relaciona los objetivos principales del Foro en el período. La segunda parte detalla alguna de las acciones que serán hechas por el GT, por la Secretaría Ejecutiva y por las secretarías regionales para alcanzar estos objetivos principales.

No se incluye, por tanto, las acciones que deben ser ejecutadas por las organizaciones miembros.

Objetivos principales

1. Aunar esfuerzos para que en los procesos electorales 2013-2014, las fuerzas de izquierda, democráticas y progresistas salgan victoriosas, con mejores posicionamientos y con mayores espacios de poder. Así como también mantener y ampliar los espacios ya conquistados, en especial con los gobiernos nacionales.
2. Profundizar los cambios donde gobernamos.
3. Seguir luchando para desplazar de los gobiernos a las fuerzas conservadoras, neoliberales y excluyentes, allá donde estas gobiernan.
4. Fortalecer el proceso de unidad e integración regional.
5. Luchar concertadamente para derrotar el contraataque del imperialismo y de las fuerzas reaccionarias dentro de los países de la región.



6. Apoyar y buscar ampliar las luchas sociales. Estimular los procesos de unidad popular entre las fuerzas progresistas y de izquierda política y social en cada país.
7. Contribuir al avance de una solución política y pacífica para la situación de Colombia.
8. Apoyar las fuerzas políticas de Paraguay que son miembros del FSP.
9. Sostener los esfuerzos de los sectores progresistas, democráticos y de izquierda de Honduras.
10. Expresar firmemente nuestra solidaridad con la lucha de Haití y apoyar las fuerzas de izquierda en aquel país, para superar las condiciones ancestrales de pobreza y marginalidad, y a favor de la plena democratización de la sociedad haitiana, sin injerencia extranjera y en respeto a su soberanía nacional.
11. Reafirmar nuestro compromiso con la causa de la descolonización, autodeterminación e independencia, unidad e integración de nuestros pueblos, destacando los casos de Puerto Rico, Aruba, Curazao, Guyana Francesa, Martinica, Guadalupe, Malvinas y otras colonias en el Atlántico Sur.
12. Mantener como una causa central del Foro de São Paulo la solidaridad a Cuba, contra el bloqueo, por la libertad de los Héroes Cubanos y exigir a los Estados Unidos de América que sean liberados inmediatamente. Rechazar fuertemente la clasificación de Cuba como país terrorista.
13. Promover la solidaridad a Venezuela, a su pueblo, a su gobierno y al Presidente Nicolás Maduro.
14. Promover la solidaridad a Ecuador, a su pueblo, a su gobierno y al Presidente Rafael Correa, en especial en los litigios que libra con las transnacionales petroleras.
15. Fortalecer las Secretarías Regionales del Foro de São Paulo (Cono Sur, Andino Amazónica, Mesoamérica y el Caribe). Para cumplir con este objetivo, debe debatirse las medidas necesarias para mejorar su dinámica y garantizar un funcionamiento democrático.
16. Fortalecer la Secretaría Europa del Foro de São Paulo y ampliar nuestros vínculos con los movimientos en defensa de los migrantes y sus familias, de resistencia contra la crisis, y los distintos sectores de las izquierdas europeas, en especial partidos y movimientos sociales de resistencia anti neoliberal.
17. Consolidar la Secretaría Estados Unidos de América del Foro de São Paulo y fortalecer nuestros lazos con los movimientos de resistencia en Estados Unidos, particularmente con los movimientos de defensa de los migrantes y los de resistencia contra la crisis.
18. Mostrar nuestra solidaridad a los pueblos que luchan, empezando por Palestina y República Saharaui.
19. Ampliar nuestro diálogo con las izquierdas de África y del Oriente Medio y movilizar acciones por la paz y contra la intromisión externa
20. Expresar nuestra solidaridad con los pueblos de Siria e Irán que sufren el asedio del imperialismo y exigir que se respete el principio de autodeterminación.
21. Ampliar el nivel de diálogo y de acuerdos con los partidos de China, Rusia, India y África del Sur.
22. Luchar por los derechos humanos, todas las formas de violencia contra los derechos humanos, inclusive la violencia de Estado, y mejorar los mecanismos de solidaridad para que sean oportunos, eficientes y ágiles.
23. Expresar nuestro apoyo al derecho boliviano de una salida soberana al mar como aspecto fundamental para la integración sudamericana y de la Patria Grande latinoamericana.



24. Contribuir al fortalecimiento del movimiento sindical y apoyar los procesos de unidad en cada país para mejorar las condiciones de sus luchas reivindicativas.

25. Actualizar los reglamentos y procedimientos de funcionamiento del Foro de São Paulo, incluso los Encuentros, reuniones del GT y de las secretarías regionales.

26. Ampliar la capacidad de elaboración de las izquierdas latinoamericanas y caribeñas, intensificar el debate sobre el rumbo de los cambios en la región, su carácter y objetivos a corto, a mediano y a largo plazo, estudiar las alternativas al neoliberalismo y al capitalismo, conocer mejor el papel de las diferentes expresiones regionales de unidad e integración.

27. Mejorar el funcionamiento orgánico del Foro de São Paulo, fortaleciendo las instancias de coordinación para conducir el debate, coordinar posiciones y difundirlas cada vez más a nivel regional y global, así como lograr mayor cooperación en acciones concretas entre los partidos que forman parte del mismo.

28. Mantener nuestra permanente exigencia y articular una campaña por la pronta liberación de los presos políticos y de conciencia, así como la presentación con vida de las personas desaparecidas forzosamente.

Acciones en 2013-2014

29. Realizar, en el segundo semestre de 2013, una reunión organizada por la SE y la SAA en Colombia, con el propósito de planificar la campaña continental por la paz en ese país, tomando como base lo debatido por el Foro, GT y las reuniones realizadas por el Foro en Colombia; así como tomando en consideración los avances en el proceso de negociaciones que se celebran en La Habana, Cuba; y teniendo como criterio el consenso entre las organizaciones colombianas integrantes del Foro. En septiembre, participar de un evento de apoyo al proceso de paz en Bogotá y apoyar el encuentro por la paz convocado para Caracas.

30. Realizar, en el segundo semestre de 2013, en Brasil, un seminario organizado por la SE y la Comisión Electoral, para constituir procedimientos y mecanismos permanentes de apoyo mutuo. Antes del seminario, la Secretaría Ejecutiva y las respectivas secretarías regionales deben realizar las reuniones indicadas en los puntos 3 a 12 de este plan y en correspondencia con el objetivo 1.

31. Realizar, en el segundo semestre de 2013, en Brasil, el Seminario sobre Medio Ambiente, Desarrollo y Soberanía Nacional.

32. En torno a la fecha del 40 aniversario del golpe de Estado en Chile, realizar una actividad de reflexión sobre la experiencia de la Unidad Popular chilena.

33. Coordinar con las organizaciones argentinas vinculadas al Foro con la finalidad de seguir el desarrollo de los procesos relativos a las elecciones legislativas argentinas (octubre de 2013).

34. Implementar las medidas aprobadas en el XIX Encuentro, de apoyo a la elección de Xiomara Castro para la Presidencia de Honduras (noviembre de 2013).

35. Coordinar con las organizaciones chilenas vinculadas al Foro con la finalidad de seguir el desarrollo de los procesos relativos a las elecciones presidenciales chilenas (noviembre -primera vuelta- y diciembre -segunda vuelta- de 2013).

36. Realizar una reunión con las organizaciones venezolanas vinculadas al Foro, con la finalidad de seguir el desarrollo de los procesos relativos a las elecciones municipales en Venezuela (diciembre de 2013).

37. Realizar una reunión con las organizaciones de Costa Rica, con la finalidad de seguir el desarrollo de los procesos relativos a las elecciones presidenciales costarricenses (febrero de 2014).



38. Implementar las medidas aprobadas en el XIX Encuentro, de apoyo a la elección de Salvador Sánchez Cerén para la presidencia de El Salvador (febrero de 2014).
39. Realizar una reunión con las organizaciones colombianas vinculadas al Foro, con la finalidad de seguir el desarrollo de los procesos relativos a las elecciones presidenciales y legislativas colombianas contra la reelección de Juan Manuel Santos y sus efectos políticos para la zona, la afiliación de Colombia a la OTAN y sus TLCs (marzo -legislativas- y mayo -presidenciales- de 2014).
40. Realizar una reunión con las organizaciones panameñas vinculadas al Foro, con la finalidad de seguir el desarrollo de los procesos relativos a las elecciones generales de Panamá (mayo de 2014).
41. Realizar una reunión con los partidos brasileños, con la finalidad de seguir el desarrollo de los procesos relativos a las elecciones presidenciales brasileñas (octubre de 2014).
42. Coordinar con el FA Uruguay con la finalidad de seguir el desarrollo de los procesos relativos a las elecciones presidenciales y legislativas uruguayas (octubre de 2014).
43. Realizar una reunión con las organizaciones ecuatorianas vinculadas al Foro de São Paulo, con la finalidad de seguir el desarrollo de los procesos relativos a las elecciones de Ecuador.
44. Realizar una reunión del GT en el segundo semestre del 2013, en Bolivia, dedicada prioritariamente al diálogo con las entidades continentales de los movimientos sociales, para discutir un plan de cooperación mutua.
45. Debatar y acordar con las fuerzas políticas de Paraguay miembros del FSP acciones dirigidas a llevar adelante un seguimiento de la situación en Paraguay dirigidas a evitar la persecución y el hostigamiento sobre dichas fuerzas y el movimiento social, exigiendo que se respeten los derechos humanos y las garantías imprescindibles para el trabajo político y social.
46. Realizar, en el segundo semestre de 2013, una visita de la SE + SAA + SCS + SMAC + los partidos que deseen participar, al Haití, para debatir con las organizaciones haitianas un programa de cooperación entre el Foro y la izquierda y progresistas de aquel país.
47. Elaborar y lanzar, bajo coordinación de la SE + SAA + SCS + SMAC, una campaña de información pública sobre la causa de la descolonización, autodeterminación e independencia, unidad e integración de nuestros pueblos, destacando los casos de Puerto Rico, Curazao, Aruba, Malvinas y otras colonias en el Atlántico Sur, Guyana Francesa, Martinica y Guadalupe.
48. Realizar, en el primer semestre de 2014, una gira de una delegación SE + SAA + SMAC + SCS + los partidos que deseen, a África y al Oriente Medio, y en esta ocasión lanzar una campaña de información pública por la paz, contra la injerencia externa y la solidaridad a los pueblos que luchan. Empezar las giras por, respectivamente, Palestina y República Saharaui.
49. Realizar en el primer semestre de 2014 una visita de la SE y las secretarías regionales a Siria e Irán, para tomar contacto directo con la situación.
50. Realizar en el primer semestre de 2014 una gira de la SE y las secretarías regionales, para dialogar con los partidos, movimientos sociales, gobiernos e intelectualidad de China, Rusia, India y África del Sur.
51. Realizar en el primer semestre de 2014 una nueva bilateral entre el Foro y las izquierdas africanas.
52. Encargar a la SE y las secretarías regionales de dar seguimiento a los acuerdos organizativos aprobados en el XIX Encuentro del FSP, así como en los encuentros de jóvenes, mujeres y afro descendientes.



En el segundo semestre de 2013, la Secretaría Ejecutiva hará una propuesta a las Secretarías Regionales de cómo sistematizar, ejecutar y dar seguimiento a los acuerdos y resoluciones que resulten de todas las mesas, talleres, encuentros o seminarios y de cómo estos se articularán con la SE y las SRs.

53. Encargar a la SE mantener la página electrónica del Foro de São Paulo, enviando un boletín informativo quincenal.

54. Encargar a la SE y la Comisión de Arte y Cultura elaborar una propuesta detallada para, a partir de 2015, organizar un Festival político cultural anual del Foro, que será realizado un año en cada país. El primero será en México.

55. Encargar a la SE elaborar y someter al GT una propuesta de creación de una Fundación del Foro de São Paulo, teniendo como objetivos principales realizar las Escuelas de Formación, los seminarios de evaluación de los gobiernos progresistas y de izquierda, así como el trabajo de observación y solidaridad electoral. Activar la Comisión de Investigación y Formación.

56. Realizar la III Escuela del Foro de São Paulo en Bolivia, en la misma fecha del XX Encuentro.

57. Realizar en 2014, en Bolivia, el XX Encuentro del Foro de São Paulo.

SECRETARIA EUROPA

58. Participar del Seminario organizado por el FSP y el PIE con el tema: La Izquierda Europea y de América Latina y Caribeña frente a la situación en el Magreb y Oriente Medio.

59. Realizar el III Encuentro de la Secretaría Europa del Foro de São Paulo. En esa ocasión, aprobar el plan de trabajo y definir la estructura organizativa de la Secretaría Europa, encargando la SE de elaborar y el GT de aprobar la propuesta preliminar.

60. Realizar, en el primer semestre de 2014, un Encuentro de la Secretaría Europa del Foro de São Paulo con los distintos sectores de las izquierdas europeas, en especial partidos y movimientos sociales de resistencia anti neoliberales.

61. Realizar a lo largo de 2014, reuniones en los países de Europa donde haya partidos del Foro, para las cuales serán invitadas las organizaciones integrantes del Foro de São Paulo, para presentar el plan de trabajo aprobado en el XIX Encuentro, destacando los puntos relativos a la Secretaría Europa del Foro de São Paulo. Al final de estas reuniones, construir "delegaciones nacionales" de la Secretaría Europa, integradas por todos los partidos latinoamericanos y caribeños organizados en cada respectivo país.

62. Realizar a lo largo de 2014, reuniones en cada país de Europa con todas las organizaciones partidarias y sociales europeas con las cuales el Foro de São Paulo mantiene relaciones, para presentar el plan de trabajo aprobado en el XIX Encuentro, destacando los puntos relativos a la Secretaría Europa del Foro de São Paulo.

63. Apoyar las actividades que el Foro de São Paulo promueva, a través del GT y/o de la Secretaría Ejecutiva. Apoyar las campañas y demás actividades previstas en el plan de trabajo del Foro de São Paulo.

64. Fortalecer el trabajo para integrar en la Secretaría Europa a aquellas organizaciones políticas que tienen estructura orgánica en Europa y que siendo parte del Foro todavía no lo han hecho.

65. Realizar en Europa, en el primer semestre de 2014, un Seminario debate con el tema: Análisis de los procesos de cambios en América Latina y el Caribe, frente al capitalismo y su crisis sistémica, así como su relación con Europa.

SECRETARIA ESTADOS UNIDOS



66. Realizar, en el primer semestre de 2014, el II Encuentro de la Secretaría Estados Unidos del Foro de São Paulo, invitando particularmente a los movimientos de defensa de los migrantes y los de resistencia contra la crisis.

67. Encargar a la SE + SMAC + Secretaría Estados Unidos organización de una campaña de información pública de solidaridad con Cuba, de lucha contra el bloqueo y por la libertad de los Héroes Cubanos, exigiendo a Estados Unidos, por las vías necesarias, su liberación inmediata.

68. Hacer un llamamiento a las y los legisladores de partidos miembros del Foro, para que le demanden al gobierno de los Estados Unidos de América la garantía de los derechos humanos, laborales y de unificación familiar de los migrantes, de acuerdo con la Convención Internacional sobre los Derechos Humanos de los Trabajadores Migrantes y sus Familias de las Naciones Unidas.

69. Exigirle al gobierno mexicano, en su conjunto, la garantía inmediata de la seguridad, la integridad y los derechos humanos de todas las personas en tránsito en su territorio.

70. Crear un espacio que atraiga, coordine y reúna a las organizaciones civiles de izquierda en los Estados Unidos de América, que trabajan en la defensa de los migrantes en este país, haciendo uso de las herramientas tecnológicas disponibles para agrupar, comunicar y convocar a los miembros de la sociedad civil que trabajan por los derechos de los migrantes.



Foro de
São Paulo

(<http://forodesaopaulo.org>).

Este sitio es operado por la Secretaria Ejecutiva del Foro de São Paulo. Los artículos firmados no representan necesariamente la opinión del Foro de São Paulo.



12/07/2019

Foro de São Paulo Reunión del Grupo de Trabajo en el primero día del XXI Encuentro del FSP, en 29 de agosto.



29/07/2015

Reunión del Grupo de Trabajo en el primero día del XXI Encuentro del FSP, en 29 de agosto.



(<http://forodesaopaulo.org>)

Este sitio es operado por la Secretaria Ejecutiva del Foro de São Paulo. Los artículos firmados no representan necesariamente la opinión del Foro de São Paulo.



Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:46
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1907121743462260000013275334>
Número do documento: 1907121743462260000013275334

12/07/2019

Foro de São Paulo Reunión de la Secretaría Regional Cono Sur, en 29 de julio



29/07/2015

Reunión de la Secretaría Regional Cono Sur, en 29 de julio

Acá, hemos las fotos de la Secretaría Regional Cono Sur, coordinada por Frente Amplio de Uruguay.



12/07/2019

Foro de São Paulo Reunión de la Secretaría Regional de E.E.U.U, en 29 de julio



29/07/2015

Reunión de la Secretaría Regional de E.E.U.U, en 29 de julio



(<http://forodesaopaulo.org>)

Este sitio es operado por la Secretaria Ejecutiva del Foro de São Paulo. Los artículos firmados no representan necesariamente la opinión del Foro de São Paulo.



Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:46
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1907121743462260000013275334>
Número do documento: 1907121743462260000013275334



12/07/2019

Foro de São Paulo Actividades de la IV Escuela de Formación Política del Foro, en 29 de julio.



29/07/2015

Actividades de la IV Escuela de Formación Política del Foro, en 29 de julio.



[_\(http://forodesaopaulo.org/wp-content/uploads/2015/07/fsp-primero-dia-2-](http://forodesaopaulo.org/wp-content/uploads/2015/07/fsp-primero-dia-2-309.jpg)



[309.jpg\)](http://forodesaopaulo.org/wp-content/uploads/2015/07/fsp-primero-dia-2-310.jpg) [2-310.jpg\)](http://forodesaopaulo.org/wp-content/uploads/2015/07/fsp-primero-dia-2-310.jpg)



12/07/2019

Foro de São Paulo Programa general



26/06/2018

Programa general



XXIV Encuentro del Foro de São Paulo

La Habana, Cuba
15 al 17 de julio de 2018

[.\(http://forodesaopaulo.org/wp-](http://forodesaopaulo.org/wp-)

[content/uploads/2018/06/fsp.jpg](http://forodesaopaulo.org/wp-content/uploads/2018/06/fsp.jpg)).

**Este es el programa tentativo. La versión final va a ser debatida en la reunión del Grupo de Trabajo antes del Encuentro.*

Tema: Por la unidad y la Integración latinoamericana y caribeña.

Sábado 14 de julio

Recibimiento de las delegaciones.

Recepción y acreditación

Reunión del Grupo de Trabajo (Programa, Borrador de la Declaración Final, Propuestas de Resoluciones, Informes de Coyuntura, Nuevos ingresos)

1er Día (domingo 15 de julio)

9:00 AM **Inauguración**

10:30 AM Receso



11:00 AM -Escuela de Formación Política

-III Encuentro PIE – FSP

-Reunión Regional Federación Mundial de Juventudes Democráticas

2:00 PM Almuerzo

3:30 PM **Plenaria: Contra el colonialismo y por la solidaridad antimperialista.**

5:30 PM **Reunión de las Secretarías Regionales**

Continuación del III Encuentro PIE – FSP

7:00 PM Cena de Bienvenida

2do Día (lunes 16 de julio)

9:00 AM **Encuentro de Juventudes**

Encuentro de Mujeres

Encuentro de Parlamentarios

Diálogo del FSP con las plataformas, articulaciones y redes del movimiento social y popular.

Talleres: Arte y Cultura

Comunicación Política y medios

11:00 AM Receso

11:30 AM **Continuación de Talleres y Encuentros**

2:00 PM Almuerzo

3:30 PM **Plenaria: Necesidad de la Unidad y las Integración latinoamericana y caribeña**

Reunión del Grupo de Trabajo (al final de las actividades)

Temas: Informe de las Secretarías Regionales

Propuestas de Declaraciones

Seguimiento a Declaración Final y Plan de Acción

7:00 PM Visita a los Comités de Defensa de la Revolución



3er Día (martes 17 de julio)

9:00 AM **Plenaria Especial sobre el Pensamiento de Fidel Castro y el Foro de Sao Paulo**

12:00 AM Receso

12:30 am **Reunión del Grupo de Trabajo**

1:30 PM Almuerzo

3:00 PM **Plenaria**

Temas: Informe de Talleres y Encuentros

Aprobación de Resoluciones

Aprobación de la Declaración Final

4:00 PM **Clausura del Encuentro**

7:00 PM Acto político _ cultural.



Foro de
São Paulo

(<http://forodesaopaulo.org>).

Este sitio es operado por la Secretaria Ejecutiva del Foro de São Paulo. Los artículos firmados no representan necesariamente la opinión del Foro de São Paulo.





El XXIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, reunido en la Ciudad de Managua, Nicaragua, Centroamérica, los días del 15 al 19 de julio de 2017, aprobó la siguiente Resolución de condena al Golpe de Estado y en solidaridad con Lula sobre la base de las siguientes consideraciones:

LULA ES INOCENTE

Pasado un año del Golpe de Estado parlamentario en Brasil, es cada vez más evidente que el gobierno fue asumido por una banda a servicio de los intereses económicos y políticos de la elite brasileña y de la burguesía internacional; es todavía un Golpe persistente y ahora se explicitó jurídicamente con la persecución política y mediática que viene sufriendo el compañero Luiz Inácio Lula da Silva desde varios años; Lula recién fue condenado en primera instancia a una pena de nueve años y meses, por supuestamente haber recibido un apartamento como regalo de una empresa de construcción.

Se trata de uno de los cinco fallos que pesan contra él pero la condena se fundamenta solamente en delaciones de empresarios y asesores detenidos que negociaron su reducción de penas en cambio de acusarlo y no en pruebas como plantea el Código Penal brasileño. Lo más absurdo de la condena es que el apartamento pertenece a un banco y no a la empresa que, por lo tanto, jamás podría haberlo regalado a cualquiera persona.

Esta calumnia e injusticia tiene el objetivo de impedir a Lula postularse como candidato a Presidente de Brasil en las elecciones de 2018, pues basta que una segunda instancia judicial confirme la sentencia para que sea inhabilitado. Además de su inocencia, la elección sin la participación de Lula sería un fraude a la democracia.

Las y los delegados a este XXIII Encuentro del Foro de São Paulo rechazamos la judicialización de la política brasileña, pues un ataque contra uno es un golpe contra todos y aquí todas y todos estamos al lado de Lula, del PT, del PCdB y del Frente Brasil Popular, en defensa de la democracia y contra el retroceso económico, social y político ahora vigente en Brasil.

Por ello manifestamos nuestro total rechazo a esta nueva acción de persecución policial en contra del ex Mandatario Lula Da Silva porque no se justifica esta acción en su contra y además es un agravio al Estado de Derecho, máxime que no se demuestra culpabilidad alguna de parte del ex Presidente, reiteramos nuestro respaldo a Lula y al pueblo brasileño.





Este nuevo modelo de Golpe de Estado, aplicado en Honduras, Paraguay y, particularmente en Brasil, requiere que lo analicemos con mayor profundidad. El Golpe brasileño conlleva nuevas características, pues se trata de un Golpe continuado. No sólo sacaron a la legítima Presidenta Dilma Rousseff de la Presidencia, sino que ahora quieren impedir al ex Presidente Lula, de ser candidato en 2018, además de buscar destruir al PT y eliminar una serie de derechos sociales.

Por eso proponemos la realización de una **Jornada** de discusiones de los partidos del Foro de Sao Paulo y sus aliados de otras regiones, sobre el enfrentamiento a este modelo, a partir del caso brasileño.

Lula es inocente

Dado en Managua, Nicaragua, Centroamérica, a los 19 días del mes de julio de 2017.





> POLÍTICA

Solidariedade Internacional

Resolução final do 24° Foro de São Paulo defende Lula Livre

Encontro foi realizado em Havana, capital de Cuba, entre os dias 15 e 17 de julho, com representantes da esquerda latino-americana

19/07/2018 10h18

Ricardo Stuckert



Dilma e Gleisi em reunião do Foro de São Paulo

Terminou nesta terça-feira (17), na capital cubana, Havana, a 24ª reunião anual do **Foro de São Paulo**, que reuniu partidos políticos de esquerda de mais de 20 países da **América Latina** e o Caribe entre os dias 15 e 17 de julho. Na declaração final, a organização destaca a 'ofensiva reacionária, conservadora e restauradora neoliberal' no continente e rechaça os golpes de estado ocorridos na região, a começar pelo de Honduras em 2009, passando pelo Paraguai em 2012 e o Brasil em 2016. O documento repudia "a condenação sem provas e a prisão de **Lula** para impedir sua candidatura à presidência da República".

"Exigimos a liberdade imediata de **Lula**, depois de uma condenação e prisão sem provas e o direito a ser candidato presidencial nas eleições de outubro no Brasil, respeitando a vontade da maioria do povo brasileiro. **Lula Livre!** Lula Inocente! Lula Presidente!", diz o texto.

O Foro defende ainda que a América Latina e o Caribe sejam declaradas 'zona de paz' e condena as iniciativas de desestabilização no continente, como o descumprimento dos acordos de paz entre o governo colombiano e a guerrilha das Farc, os recentes **protestos** violentos na Nicarágua e a 'guerra não-convencional' contra a Revolução Bolivariana na **Venezuela**.

"Respalamos o pedido das forças políticas e sociais da Colômbia para que o governo colombiano cumpra com a implementação dos Acordos de Havana (...). Rechaçamos de forma enérgica a **política** intervencionista dos **Estados Unidos** nos assuntos internos da Nicarágua Sandinista (...) Denunciamos, desta vez com razões adicionais, o papel intervencionista da **OEA** [Organização dos Estados Americanos], que segue sendo utilizada pelo governo dos Estados Unidos como seu Ministério de Colônias. (...) Condenamos a guerra não convencional e de amplo espectro, aplicada pelo imperialismo ianque e seus aliados europeus, latino-americanos e caribenhos contra a Revolução Bolivariana".

O texto exige ainda a 'eliminação de todas as 77 bases militares estadunidenses que existem na região".

org.br/resolucao-final-do-24-foro-de-sao-paulo-defende-lula-livre/

1/3

MAIS LIDAS DA SEMANA

- 1 Vídeo: assista à segunda parte da entrevista de Lula ao Sul 21
- 2 Mídia esconde, mas delatores da Andrade Gutierrez citam Serra, Aé Aloysio
- 3 Patricia Pillar: Impeachment foi para colocar mafiosos no poder
- 4 Moro entra em contradição sobre autenticidade das conversas reve
- 5 Campanha Lula Livre lança abaixo assinado por anulação de proces:

BUSCA

Digite e pressione Enter



ÚLTIMAS NOTÍCIAS

- 11:37 Datafolha: Maioria das mulheres contra a reforma da Previdência
- 11:25 Governo libera quase R\$ 1 bilhão em emendas pela reforma da Previdência
- 10:28 PT aciona PGR contra Bolsonaro, Onyx e Guedes por compra de...
- 09:47 Petistas reforçam que reforma Previdência prejudicará quem...
- 08:13 Baixe aqui os materiais e lute contra a reforma da Previdência

+ no



Resquícios de colonialismo

A declaração final do **Foro de São Paulo** condena as diversas formas de opressão colonialista ainda vigentes no continente latino-americano, como a ocupação ilegal pelos Estados Unidos do território cubano de Guantánamo, a usurpação da soberania das Ilhas Malvinas pelo Reino Unido e a manutenção do território de Porto Rico como colônia estadunidense.

"Demandamos a descolonização total do Caribe e apoiamos de maneira particular a independência de Porto Rico. Demandamos o levantamento incondicional, total e definitivo do bloqueio econômico, financeiro e comercial do governo dos Estados Unidos contra **Cuba**, e a indenização ao povo cubano pelos danos e prejuízos causados por mais de meio século de agressões de todo tipo. Exigimos a devolução ao povo de Cuba do território ocupado pela ilegal base naval estadunidense em Guantánamo. Apoiamos a demanda histórica da Argentina sobre a soberania das Ilhas Malvinas, Georgias do Sul e Sandwich do Sul", diz o texto.

O Foro de **São Paulo** repudia ainda a política de imigração do governo de **Donald Trump**, nos Estados Unidos e convoca a fortalecer a Celac (Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos) no sentido de concretizar a unidade e a integração regional.

Lideranças presentes

Além do primeiro-secretário do Partido Comunista Cubano, o ex-presidente Raúl Castro, e do atual presidente da ilha, Miguel Díaz-Canel, participaram da reunião os presidentes da Bolívia, Evo Morales, de El Salvador, Salvador Sánchez Cerén, da Venezuela, **Nicolás Maduro** e a ex-presidenta do Brasil, **Dilma Rousseff**.

A ex-presidente **Dilma Rousseff (PT)** fez um discurso inflamado na abertura do evento e denunciou o golpe político no Brasil, que levou o país a uma profunda **crise econômica**. "Eles acabaram com todos os programas sociais, fizeram uma **reforma trabalhista** com um viés neoliberal, seguindo um modelo que foi derrotado na eleição. Essa segunda etapa do golpe é isso, implantar um modelo neoliberal que foi rejeitado".

Já o atual presidente, Miguel Díaz-Canel, tomou a palavra para defender a liberdade do ex-presidente Lula e lembrou que ele, ao lado de Fidel Castro, foi um dos criadores do Foro de São Paulo, na mesma linha do venezuelano, Nicolás Maduro.

O 24ª Foro de São Paulo conseguiu revitalizar a ideia original de Fidel e Lula. Com a diversidade como **fortaleza**, devemos continuar a construção de um espaço de luta e união revolucionária para enfrentar o imperialismo e conquistar a felicidade para nossos povos", disse o líder bolivariano.

Por **CUT**

FORO DE SÃO PAULO

LULA

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

SEJA COMPANHEIRO  FAÇA JÁ SUA DOAÇÃO

VEJA TAMBÉM



Em carta, Lula lamenta a morte de João Gilberto

8 de julho de 2019



Lula: A Globo se apoderou da Lava Jato e fez um pacto com Moro e Dallagnol

8 de julho de 2019



Há um ano, Moro usou a PF para descumprir ordem e manter Lula preso

8 de julho de 2019



Assista à terceira parte da entrevista de Lula ao Sul 21

6 de julho de 2019



Em carta, presidente do Instituto Cuban Amizade pede Lula Livre

Noam Chomsky: Lula foi silenciado para ser eleito presidente

Parlamentares e líderes britânicos denunciam prisão e pedem Lula Livre

+ ver mais



Gilney Viana: Pela democratização do VII Congresso do PT

Luiz Sérgio Canário: Para entender São Paulo

Mateus Santos: O 7º Congresso e a construção de um PT para outros tempos

+ ver



25 friends like this



RECEBA Nossos BOLETINS

Nome

Email

WhatsApp

EN



O PARTIDO

Estrutura Partidária

Comissão Executiva Nacional

Diretório Nacional

Secretarias e Setoriais

Diretórios Estaduais

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Manifesto de Fundação do Partido dos
Trabalhadores

Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores

Estatuto do Partido dos Trabalhadores

Notas e Resoluções

Downloads e Materiais de Divulgação

Ouçá! Jingles Históricos do PT

COMUNIDADE PT

Filie-se ao PT

Faça sua doação

Área PT

Webmail do PT

Fale conosco

SIGA NOSSAS REDES



O conteúdo deste site é licenciado sob a CC-Attribution 3.0 Brazil, exceto quando especificado em contrário e nos conteúdos replicados de outras fontes.

^
VOLTAR AO TOPO





 > NOTÍCIAS DO PT

Resolução do Diretório Nacional: "Defender Lula é defender a Justiça e a democracia"

Reunido em São Paulo nos dias 15 e 16 de dezembro, o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores adota a resolução aqui publicada

© 16/12/2017 16h55



Reunido nos dias 15 e 16 de dezembro de 2017, o Diretório Nacional do **Partido dos Trabalhadores** adotou a seguinte resolução:

1. O ano de 2017 foi marcado pela retomada da iniciativa **política** por parte dos setores populares e democráticos do País, e o **PT** desempenhou importante papel neste processo. Voltamos às ruas na defesa dos **direitos dos trabalhadores** e da soberania nacional em conjunto com **movimentos sociais** e frentes políticas. Nossas bancadas na Câmara e no Senado sustentaram com firmeza o combate às medidas do **governo golpista**. Realizamos com grande êxito as caravanas **Lula Pelo Brasil**, que mobilizaram multidões nos Estados do **Nordeste**, em **Minas Gerais**, no Espírito Santo e no **Rio de Janeiro**.

2. Chegamos ao ano eleitoral de 2018 com a candidatura do Presidente **Lula** consolidada de tal forma que não pertence mais ao PT; pertence ao povo brasileiro. Cabe a nós defender a candidatura contra os ataques sistemáticos dos golpistas, que vão usar todos os meios para tentar impedir que o povo manifeste sua vontade nas eleições.

3. A caçada judicial ao Presidente Lula tem o objetivo de impedir o povo de elegê-lo mais uma vez. Lula foi condenado sem provas, num processo em que sequer existe um crime, da mesma forma como ocorreu no **golpe do impeachment** da presidenta legítima **Dilma Rousseff**. A inédita celeridade com que o Tribunal Regional Federal da 4a. Região marcou o julgamento é mais um casuismo imposto ao Presidente Lula por setores do sistema judicial. Se ousarem condenar Lula, estarão comprovando a natureza política de todo o processo.

4. O plano original dos golpistas – o governo usurpador, a maioria congressual e seus aliados na cúpula do **judiciário** e no interior das **forças armadas**, o oligopólio da mídia, o grande capital e seus sócios internacionais – era outro. Depois de quatro derrotas seguidas em eleições presidenciais, os golpistas imaginavam que conseguiriam eleger um dos seus em 2018, criando assim as condições para prosseguir no ataque aos direitos dos trabalhadores, às liberdades e à soberania nacional; no desmonte do Estado brasileiro.

5. Este programa antipopular inclui a Emenda Constitucional 95, que congela por vinte anos os investimentos sociais; a contrarreforma que acaba com os direitos trabalhistas e a tentativa até agora bloqueada de acabar com a **Previdência**; os ataques contra a Petrobrás e o regime de partilha no **Pré-Sal**, e a MP 795, que beneficia as petrolíferas estrangeiras, destrói a política de conteúdo nacional e ameaça os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo do Clima de Paris. Inclui, também, ataques contra os **direitos humanos**, civis e culturais, como é

org.br/resolucao-do-diretorio-nacional-defender-lula-e-defender-a-justica-e-a-democracia/

1/5

MAIS LIDAS DA SEMANA

- 1 Vídeo: assista à segunda parte de entrevista de Lula ao Sul 21
- 2 Nota de Pesar: Bancada do PT lamenta morte de Paulo Henrique Amorim
- 3 Campanha Lula Livre lança abaixo assinado por anulação de proces:
- 4 Patricia Pillar: Impeachment foi pr colocar mafiosos no poder
- 5 Haddad tem 99,4% de chances de o novo presidente, diz matemátic USP

BUSCA

Digite e pressione Enter



ÚLTIMAS NOTÍCIAS

- 11:20 Dallagnol manteve diálogos 'impróprios' com relator da Lav Jato no TRF-4
- 10:46 Stédile: temos de organizar o p para defender o Brasil como na
- 10:25 Reforma da Previdência vai im retomada do crescimento econômico
- 10:02 Câmara rejeita mudança no BP em tempo de contribuição
- 09:58 Câmara aprovou pensão por m inferior a um salário mínimo; P votou contra

+ no



o caso das tentativas de permitir o trabalho escravo, de rebaixar a legislação sobre o aborto, por meio da PEC 181, retrocedendo no direito das **mulheres**; o obscurantista projeto da "Escola Sem Partido"; os retrocessos no **SUS**, com mudanças Política Nacional de Atenção Básica e na Política Nacional de **Saúde Mental**; a **censura** à produção artística e o ataque à presença da igualdade de gênero e diversidade sexual nas bases curriculares. O golpe é contra ideia de um país plural. Ele também se materializa nos ataques às **universidades** públicas e seus dirigentes, na criminalização dos movimentos sociais e no encarceramento e genocídio da juventude negra, no aumento do **racismo**, do **feminicídio** e da LGTBfobia.

6. Entretanto, a resistência popular contra todas e cada uma das medidas adotadas pelos golpistas, o retumbante fracasso econômico e social do governo usurpador, num cenário de agravamento da crise internacional, e, principalmente, o crescimento da aceitação popular de Lula e do PT acirram as contradições e causam crescentes dificuldades para as candidaturas golpistas.

7. Mantidas as liberdades democráticas, tudo indica que as elites serão novamente derrotadas nas eleições de 2018. Por isso, os que promoveram o golpe buscam impedir que a maior liderança popular do Brasil possa novamente concorrer à presidência da República. Eles não têm dúvida de que Lula é o único candidato da esquerda em condições de vencer as eleições e desarticular as bases materiais e institucionais do golpismo, interrompendo o desmonte, revogando as medidas, defendendo a Constituinte, a soberania nacional, as transformações estruturais em benefício do povo, uma política de desenvolvimento que combine crescimento econômico com redução da desigualdade.

8. Para barrar Lula, os diferentes setores da coalizão golpista consideram várias opções: tentar construir uma candidatura que os unifique, impedir sua candidatura, interditar o PT, mudar o sistema político-eleitoral, instituir, sem consultar o povo, um regime "semipresidencialista", que retire os poderes do presidente eleito, e até mesmo não realizar eleições. A única alternativa que os golpistas desconsideram é aceitar democraticamente a possibilidade de que Lula dispute, vença, tome posse e governe. O golpismo não tem nenhum limite, tampouco compromisso com a legalidade, com a **justiça** e com a **democracia**.

9. Impedir que Lula participe das eleições seria mais uma grave e radical afronta à democracia e à livre expressão da soberania popular. Reiteramos que eleição sem Lula é fraude. Para evita-la, é preciso que nosso presidente continue liderando as preferências populares, como demonstrado nas caravanas, é preciso que avance a organização e a mobilização do povo, e que deixemos claro que a escalada do arbítrio não apenas ampliará a crise e a instabilidade política, como também poderá resultar em rebeldia popular.

10. A luta pelo direito de Lula disputar as eleições não é apenas do PT. Setores de centro e de esquerda vinculados a outros partidos e candidaturas participam e apoiam esta luta. O **Fora Temer**, a defesa dos direitos ameaçados, a revogação das medidas golpistas e a convocação de uma Constituinte tampouco são bandeiras exclusivas do PT. A candidatura Lula também é apoiada por diversos setores e personalidades. Tomando como base as **resoluções** do 6º Congresso, nosso Partido terá de construir e participar de instrumentos e alianças que levem em conta tal pluralidade.

11. Construir uma solução democrática e popular para a crise política, econômica e social que vive o Brasil demandará uma luta prolongada e complexa. Esta luta já está em curso e passa por uma vitória da esquerda nas eleições presidenciais de 2018. Grande parte do povo já demonstra sua intenção de votar em Lula. Para reforçar e consolidar essa intenção, o **Diretório Nacional do PT** convoca cada petista a:

- participar das lutas contra o golpismo e suas políticas, tanto em âmbito nacional, quanto em âmbito estadual e municipal. Os e as petistas devemos estar na linha de frente da luta contra as políticas antissociais, antidemocráticas e antinacionais, a começar pela luta contra a **reforma da Previdência**. Como já disseram a **CUT** e outras **centrais sindicais**: "Se botar para votar, o Brasil vai parar";
- promover a mobilização da juventude, denunciando o **desemprego** dos jovens, a perda de direitos, o desmonte da **educação** pública e o genocídio da juventude negra, numa agenda consonante com a **Juventude do PT** e a juventude representada nas organizações da **Frente Brasil Popular**;
- contribuir na construção e implementação das resoluções da II Conferência da Frente Brasil Popular e demais organizações do povo, dos trabalhadores, juventudes, mulheres, negros e negras;
- construir os **Comitês Populares** em Defesa da Democracia e do Direito de Lula Ser Candidato a presidente, assim como o engajamento nas caravanas e demais atividades em defesa de sua candidatura;
- tomar medidas contra a crescente agressividade da extrema-direita, que apela ao terrorismo contra os movimentos sociais, pratica atentados contra a vida de lideranças populares, além de alimentar alternativas eleitorais e não eleitorais de natureza fascista e ditatorial.
- adotar uma tática eleitoral que permita eleger fortes bancadas parlamentares de esquerda, contribuindo assim para mudar o perfil majoritariamente conservador do **Congresso Nacional**;



José Mujica: Tudo o que eu quero é que fique bem

Papa recebe camiseta da campanha do Livre em Roma

Em carta, presidente do Instituto Cuban Amizade pede Lula Livre

+ ver mais

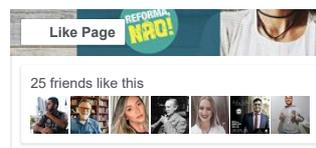


Gilney Viana: Pela democratização do VII Congresso do PT

Luiz Sérgio Canário: Para entender São Paulo

Mateus Santos: O 7º Congresso e a construção de um PT para outros tempos

+ ver



RECEBA Nossos Boletins

Nome

Email

WhatsApp

EN



g) debater com a população a necessidade de revogar as medidas dos golpistas, a necessidade de um programa que materialize o **Brasil que o povo quer**, mostrando como isto se articula com a necessidade de uma Constituinte;

h) convocar os diretórios do PT a transformar suas sedes em Comitês Populares Pró-Lula.

12. As atividades citadas anteriormente devem ter como preocupação permanente o envolvimento ativo dos mais amplos setores da população. Alertamos que as arbitrariedades do sistema judicial e as mentiras do oligopólio da mídia podem conduzir à desobediência civil;

13. A reconstrução das liberdades democráticas no Brasil passa pelas eleições. Mas – como demonstra o recente caso de Honduras – os golpistas, não apenas os abertamente fascistas e ditatoriais, inclusive os que tentam se apresentar como "democratas", não consideram a possibilidade de respeitar a vontade popular. Contra o golpismo, decisiva será a força do povo, que se manifestará tanto nas ruas quanto nas urnas. Como em outras vezes em nossa história, nosso povo saberá defender a justiça e a democracia.

Lula 2018!

PLANO DE AÇÃO EM DEFESA DE LULA

Nas próximas semanas, tendo em vista especialmente o julgamento no TRF4 e a votação da reforma da Previdência, o Diretório Nacional do PT declara o Partido em processo de mobilização e vigilância militante permanente e estabelece um Plano de Ação para fazer frente ao arbítrio e à perseguição contra o Presidente Lula.

O Plano de Ação inclui as seguintes medidas:

I) estabelecer um plantão permanente de seus dirigentes na sede nacional e orientar que se faça o mesmo nas demais instâncias e sedes partidárias;

II) organizar força-tarefa coordenada por cada um dos 5 Vice-Presidentes, cada um deles encarregado das seguintes medidas:

*Jurídico: organizar ações de esclarecimento jurídico e denúncia dos atropelos processuais e legais, incluindo realizar vídeo-conferências, entrevistas e reuniões com **juristas**, entidades de advogados e dirigentes para divulgar a verdade dos fatos e a inocência do Lula;

*Mobilização: articular atos, eventos, vigílias, caminhadas e reuniões com a **militância** petista, sindicalistas, associações comunitárias, diretórios e grêmios estudantis. Apoiar as ações religiosas, vigílias, missas e cultos de solidariedade ao Lula, assim como as ações de cidadania promovidas por entidades civis e ONGs, adensando o clamor popular em solidariedade ao Presidente Lula, em vista do julgamento em Porto Alegre no dia 24 de janeiro;

*Artistas e **cultura**: organizar a mobilização e encontros de artistas e intelectuais nas diversas capitais para denunciar a perseguição e demonstrar solidariedade ao Lula;

*Parlamentares e partidos: articular a mobilização de parlamentares em defesa do direito à candidatura do presidente Lula e estabelecer com os Partidos de esquerda e progressistas um posicionamento conjunto, denunciando a perseguição movida contra Lula;

*Caravanas: manter o processo de organização das caravanas do Lula pelas regiões do País;

III) Incorporar a militância petista na agenda de atos e **mobilizações** proposta pela Frente Brasil Popular, pela CUT e outras iniciativas em defesa do Lula;

IV) convocar as Direções Municipais e Estaduais do PT a transformar as sedes e espaços do PT em Comitês Populares Pró-Lula;

V) organizar a produção massiva de adesivos de carros, bandeirolas e preguinhas, além de conteúdo de **redes sociais** para a campanha de Defesa do Direito do Lula Ser Candidato;

VI) apoiar decisivamente a aula pública "Direito e Democracia no Brasil: eleição sem Lula é golpe", no dia 19/12, em Porto Alegre;

VII) fazer nas festividades natalinas momentos de solidariedade, como por exemplo "Natal com Lula" e "Ano Novo com Lula";

VIII) fazer na Lavagem do Bonfim, dia 11/01 em Salvador, um grande ato em solidariedade ao Lula, articulando no cortejo a presença de parlamentares federais, governadores, prefeitos e dirigentes petistas;

IX) fazer no dia 13, em todo o Brasil, mobilizações preparatórias para a atividade de 24 de janeiro em Porto Alegre;



12/07/2019

Resolução do Diretório Nacional: "Defender Lula é defender a Justiça e a democracia" | Partido dos Trabalhadores

X) no dia 24 de janeiro de 2018, realizar o "Rumo a Porto Alegre, em defesa de Lula, da Democracia e da Justiça", além de alinhar os atos e mobilizações nas capitais e muitas outras cidades do Brasil no mesmo dia;

XI) apoiar as mobilizações da CUT, Centrais Sindicais e movimentos populares contra a Reforma da Previdência: "Se botar pra votar, o Brasil vai parar";

XII) organizar a denúncia e a mobilização internacional, envolvendo partidos, sindicatos, imprensa e entidades de direitos humanos, sobre o golpe e seus desdobramentos nefastos à democracia no Brasil. Por exemplo: no **Fórum Social Mundial** (Salvador, 13 a 17 de março de 2018), no Fórum Alternativo Mundial da Água (Brasília, 17 a 19 de março de 2018) e no processo de construção da Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo.

São Paulo, 16 de dezembro de 2017

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

DIRETÓRIO NACIONAL DO PT

RESOLUÇÕES

SEJA COMPANHEIRO  FAÇA JÁ SUA DOAÇÃO

VEJA TAMBÉM



Resolução Política da Comissão Executiva Nacional do PT

28 de maio de 2019



PT apresenta calendário de lutas contra reforma da Previdência

26 de março de 2019



Moção de Solidariedade do PT às vítimas da tragédia na África

23 de março de 2019



Resolução sobre Defender a Amazônia e a Soberania Nacional

23 de março de 2019



O PARTIDO

Estrutura Partidária

Comissão Executiva Nacional

Diretório Nacional

Secretarias e Setoriais

Diretórios Estaduais

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores

Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores

Estatuto do Partido dos Trabalhadores

Notas e Resoluções

Downloads e Materiais de Divulgação

Ouçá! Jingles Históricos do PT

COMUNIDADE PT

Filie-se ao PT

Faça sua doação

Área PT

Webmail do PT

Fale conosco

SIGA NOSSAS REDES



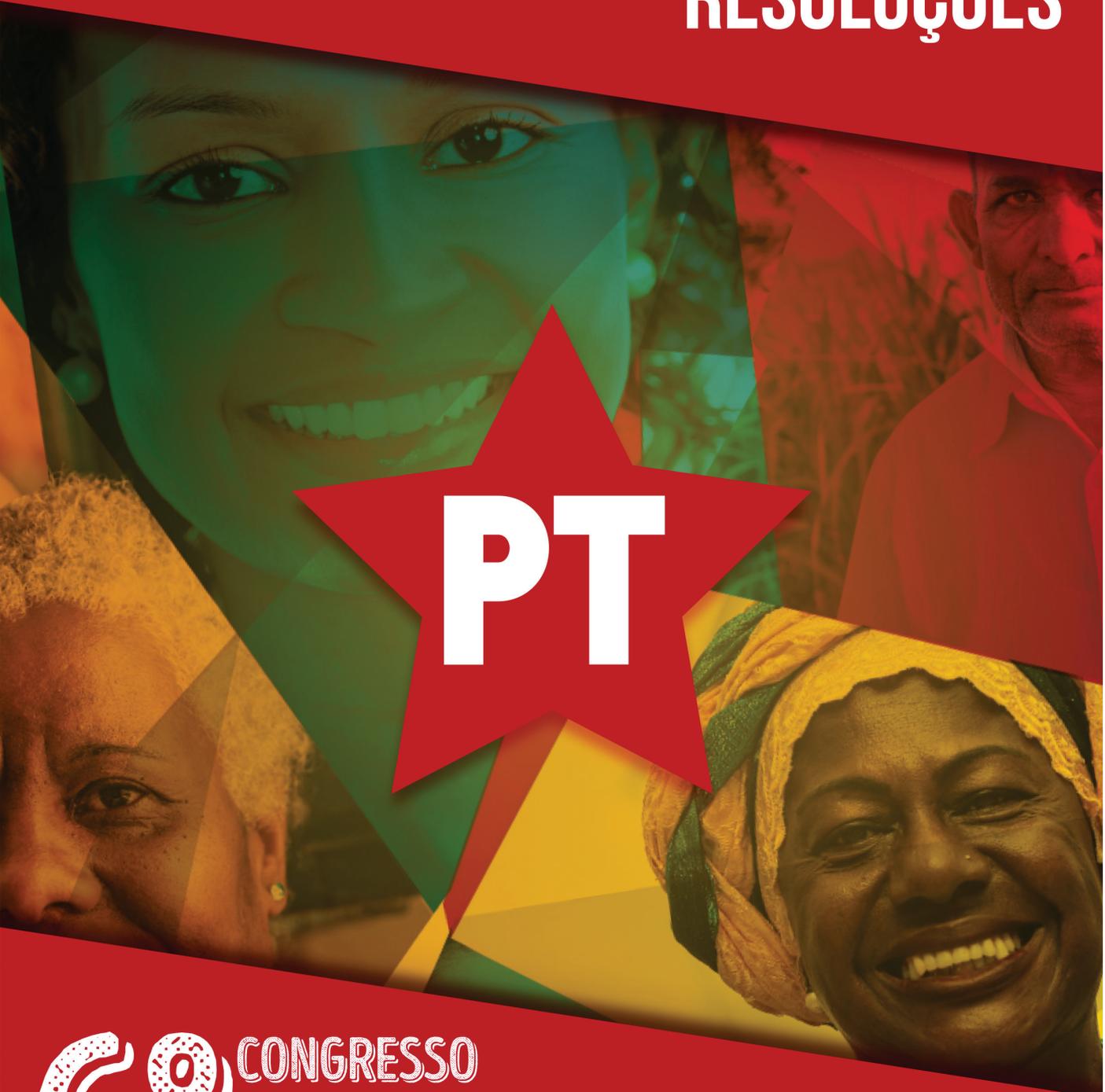


O conteúdo deste site é licenciado sob a CC-Attribution 3.0 Brazil, exceto quando especificado em contrário e nos conteúdos replicados de outras fontes.

^
VOLTAR AO TOPO



CADERNO DE RESOLUÇÕES



PT

60 CONGRESSO
NACIONAL
MARISA LETÍCIA LULA DA SILVA





RESOLUÇÕES APROVADAS PELO
60 CONGRESSO
NACIONAL





Expediente

Publicação do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

Presidenta: Gleisi Hoffmann

Secretário Nacional de Comunicação: Carlos Henrique Goulart Árabe

Comissão de Sistematização

Artur Henrique, Breno Altman, Carlos Henrique Árabe, Cícero Balestro, Isabel dos Anjos, Luiz Soares Dulci, Marco Aurélio Garcia, Markus Sokol, Renato Simões, Rui Falcão, Selma Rocha, Valter Pomar e Vivian Farias.

Diretório Nacional

Gleisi Helena Hoffmann, Luiz Inacio Lula da Silva, Lindbergh Farias, Carlos Alberto Rolim Zaratinni, Adilson Nogueira Pires, Adriano de Oliveira, Alberto Lopes Cantalice, Alcione Maria Martins Comonian, Alencar Santana Braga, Alexandre Rocha Santos Padilha, Anne Karolyne Moura Souza, Ariela de Souza da Silva, Benedita da Silva Sampaio, Camila Maria Moreno da Silva, Carlos Henrique Goulart Árabe, Carlos Magno Ribeiro da Costa, Cícero Vilamil Balestro, Dejaney Cristiana Pereira, Dirceu Luiz Dresch, Durval Angelo Andrade, Elen da Silva Coutinho, Ellen dos Santos Costa, Elmano de Freitas da Costa, Emidio Pereira de Souza, Fatima Cleide Rodrigues da Silva, Florisvaldo Raimundo de Souza, Franciane Ribeiro Alves, Gabriel Medeiros de Miranda, Gleide Andrade de Oliveira, Ivan Alex Teixeira Lima, Jackeline Oliveira Rocha, Jandyra Massue Uehara Alves, Jeane dos Anjos Macedo Santos, João Maurício de Freitas, João Paulo de Almeida Farina, João Paulo Rillo, Jonas Paulo de Oliveira Neres, Jones de Oliveira Carvalho, Jorge Florêncio de Oliveira, José Nobre Guimarães, Jucara Maria Dutra Vieira, Juvandá Moreira Leite, Karoline Reis Cavalcante, Kelly Cristina da Costa, Luiz Carlos Pies, Luiz Eduardo Rodrigues Greenhalg, Luiz Paulo Teixeira Ferreira, Luiz Soares Dulci, Luizete Vicente da Silva, Luízaanne de Oliveira Lins, Marcio Batalha Jardim, Marcio Costa Macedo, Maria América Menezes Bonfim, Maria de Fatima Bezerra, Maria Helena da Silva de Faria, Maria Selma de Moraes Rocha, Maria Teresa Leitão de Melo, Maristella Victor de Matos, Markus Sokol, Mayra Caroline Oliveira Feitosa Noletto, Micaela da Costa Zeferino, Moara Correa Sabaio, Monica Valente, Najara Leite Bento, Natália de Sena Alves, Nelsi Kistemacher Welter, Nelson Vicente Portella Pellegrino, Olavo Noletto Alves, Patricia Carla de Melo, Patricia Carlos de Sousa, Paulo José Carlos Guedes, Raimundo Martins Pereira, Raimundo Monteiro dos Santos, Raul Jorge Anglada Pont, Reginaldo Lázaro de Oliveira Lopes, Renato Simões, Rita de Cassia Gomes Lopes, Rodrigo de Sousa Soares, Rogerio Correia, Romênio Pereira, Rosana Ramos da Conceição, Rosane

da Silva, Rui Goethe da Costa Falcão, Sara Gabriela Prado Mercês Lazaro, Sheila Maria Assis de Oliveira, Silvana Donatti, Silvana Prestes Rodacowski, Sinesio da Silva Campos, Sonia Souza do Nascimento Braga, Tarciana Maria Silva Amaral, Wilson Augusto de Oliveira, Vitor Ferreira Quarenta, Vivian Cristiane Gomes de Farias e Washington Luiz Cardoso Siqueira.

Secretarias e Setoriais

Secretaria Nacional Geral – Romênio Pereira
Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento – Emidio de Souza
Secretaria Nacional de Comunicação – Carlos Árabe
Secretaria Nacional de Organização – Gleide Andrade
Secretaria Nacional de Relações Internacionais – Monica Valente
Secretaria Nacional de Movimentos Populares e Políticas Setoriais – Ivan Alex Lima
Secretaria Nacional de Juventude – João Paulo Farina
Secretaria Nacional de Coordenação Regional – Fátima Cleide
Secretaria Nacional de Formação Política – Vilson Oliveira
Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais – José Guimarães
Secretaria Nacional de Desenvolvimento Econômico – Renato Simões
Secretaria Nacional LGBT – Carlos Alves
Secretaria Nacional de Mobilização –

Secretaria Setorial Nacional de Mulheres – Laisy Moriére
Secretaria Setorial Nacional Agrária – Elvino Bohn Grass
Secretaria Setorial Nacional de Combate ao Racismo – Nelson Murilo Padilha
Secretaria Setorial Nacional de Cultura – Edmilson Souza Santos
Secretaria Setorial Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento – Gilney Amorim Viana
Secretaria Setorial Nacional Sindical – Indalécio Wanderley Silva

Partido dos Trabalhadores

pt.org.br

SCS, Quadra 2, Bloco C, Nº 256 Edifício Toufic, 1º andar
CEP: 70302-000 Brasília-DF
Telefone geral: (61) 3213-1313

Rua Silveira Martins, 132 CEP: 01019-000
São Paulo-SP
Telefone geral: (11) 3243-1313

São Paulo, julho de 2017





Apresentação

O 6º Congresso do Partido dos Trabalhadores, realizado nos dias 1, 2 e 3 de junho de 2017, aprovou um conjunto de resoluções, publicado no presente caderno.

Foram meses de debate, envolvendo petistas de todos os quadrantes, desde que a máxima instância partidária foi convocada. Além das discussões propiciadas pelas teses das distintas tendências, a direção nacional buscou estimular a construção coletiva de posições, com a criação de uma comissão de sistematização.

Essa comissão, que já havia elaborado um folheto de debates no início do processo congressual, foi responsável por redigir e apresentar projetos de resolução à plenária deliberativa do 6º Congresso, recolhendo contribuições das tendências, dos estados e dos grupos de discussão instalados durante o próprio congresso.

Aprovadas essas resoluções, praticamente por unanimidade, revelando a unidade e a coesão de nosso partido frente ao campo golpista e seu programa, coube à mesma comissão incorporar emendas e dar redação final aos documentos deliberados pelos delegados.

Esse método nos trouxe aos textos aqui reunidos, divididos em cinco temas: situação internacional, situação nacional, balanço dos governos petistas, estratégia e programa, funcionamento partidário e organização. Além dessas cinco resoluções centrais, dois anexos foram adicionados: sobre o combate interno ao machismo e sobre a luta contra o racismo.

Outras propostas, apresentadas como moções, estão incorporadas aos anais do 6º Congresso e compõem o acervo documental dessa histórica empreitada.

O PT demonstrou, mais uma vez, vitalidade orgânica e democracia interna, analisando criticamente o período histórico interrompido pelo golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e construindo uma rica orientação política para o cenário de resistência no qual vivemos.

Os documentos congressuais sintetizam o rumo que nosso partido propõe às classes trabalhadoras e às forças progressistas de nosso país. São uma ferramenta para avançarmos na unidade do campo popular, em sua capacidade de luta, tendo como objetivo central a reconstrução de uma alternativa democrática contra as oligarquias nativas e seus sócios internacionais.

O 6º Congresso carregou a marca fundacional do PT: suas resoluções foram debatidas e aprovadas em meio às batalhas contra a agenda ultraliberal do governo usurpador, às manifestações e protestos que tomaram as ruas do país, à grande greve geral do dia 28 de abril. Foram escritas e decididas dentro das trincheiras nas quais vive, luta e se organiza o povo brasileiro.

Saimos desse processo mais unidos, mais confiantes e mais dispostos ao bom combate por um país justo, democrático e soberano. O caráter socialista e popular de nosso partido, forjado ao longo de sua história, se vê reafirmado pelas posições adotadas nos textos congressuais, que devem servir de guia para a ação prática de todos os petistas.

Viva o 6º Congresso!

Viva o Partido dos Trabalhadores!

Gleisi Hoffmann
Presidenta Nacional do PT





Resolução sobre Situação Internacional

1. A crise do capitalismo, que teve seu epicentro nos países desenvolvidos em 2008, não se encerrou. Teve consequências – de desaceleração ou de recessão econômica – sobre o conjunto dos países do mundo com importantes impactos negativos sobre o Brasil e a América Latina.

2. Um conjunto de fatores, surgidos em diferentes momentos da história recente, compõe o cenário internacional, dentre eles: a hegemonia sem precedentes do capitalismo no mundo; a natureza do capitalismo contemporâneo, altamente financeirizado e sob profunda e duradoura crise; o declínio relativo da potência hegemônica, os EUA; a ascensão de outros polos de poder, produzindo uma situação mundial crescentemente multipolar, o que não significa um mundo pacífico; blocos, acordos e tratados com sintomas de desarranjo e crise, e não de ordem e estabilidade; a resistência da classe trabalhadora face ao aumento das taxas de exploração, de desemprego, de redução na remuneração, piora nas condições de trabalho e reversão de direitos sociais.

3. Para os governos progressistas, tal conjuntura indicou que a continuidade das políticas de inclusão social exigiria reformas econômicas e sociais mais profundas e estruturais, que aumentariam os conflitos distributivos entre classes, com um acirramento da luta entre elas. As dificuldades políticas – que incluem derrotas eleitorais e os golpes de Estado no Brasil, Honduras e no Paraguai – estão inseridas nesse contexto.

4. O colapso de 2008 é a mais grave crise do capitalismo desde 1929. As causas que produziram a crise de 2008 são de variados tipos: os programas de globalização neoliberal que dominaram o mundo nos anos 1980 e seguintes; as baixas taxas de crescimento dos países capitalistas centrais, que se arrastam desde os anos 1970; a ocorrência, em espaços de tempo cada vez menor, de crises financeiras de variados tipos e profundidades; e um conjunto de outros fenômenos, que afetam o meio-ambiente, as fontes de energia e de alimento, entre outros. As diversas causas que produziram a crise de 2008, sua profundidade, extensão e continuidade, indicam que estamos diante de uma "crise de acumulação", ou seja, que o capitalismo enfrenta dificuldades agudas para continuar se reproduzindo de forma ampliada.

5. A resposta dos países capitalistas centrais à crise é, no plano interno, aprofundar os ataques contra os direitos políticos e sociais da classe trabalhadora; e, no plano externo, aprofundar as agressões imperialistas contra a soberania nacional dos países economicamente mais frágeis e multiplicar as guerras de pilhagem contra os povos.

6. Essas agressões geram reações e possibilidades de diferentes tipos e conteúdos. É o caso das grandes lutas sociais e das alternativas políticas e eleitorais impulsionadas por forças de esquerda em todos os continentes.

7. Na Europa, frustrações com a socialdemocracia no poder levaram o eleitorado tradicional à abstenção, o que ajuda a explicar, inclusive, resultados eleitorais de setores ultraconservadores e fascistas. Recentemente, surgem projetos de esquerda que combatem a globalização capitalista.

8. Por outro lado, no caso da América Latina e Caribe, temos a ação dos governos progressistas e de esquerda.

9. No outro plano, surgem alianças e blocos como os BRICS, que disputam espaço com a hegemonia dos EUA.

10. Mas também surgem reações e alternativas reacionárias, como é o caso do fundamentalismo terrorista e do populismo de direita, que, junto com o neoliberalismo, conduzem o mundo, por diferentes caminhos, ao agravamento da instabilidade, das crises e das guerras.

11. O PT reafirma sua oposição à política de guerra e exploração que é aplicada pelo sistema capitalista mundial em crise, bem como sua solidariedade à luta dos trabalhadores e povos por sua emancipação em todo o mundo.

12. O mundo caminha para o aumento acelerado dos conflitos entre o imperialismo e os países dependentes, entre os super-ricos e uma crescente maioria empobrecida. Por isso mesmo, a dinâmica atual do capitalismo é cada vez mais autoritária e incorpora, de modo crescente e permanente, ameaças às liberdades democráticas. As políticas de superpausteridade esvaziam os regimes de bem-estar social e impõem novas formas de exclusão social e aumento acelerado da desigualdade. Esse mundo não pode ser compreendido e nem superado, se não emprendermos a crítica radical do capitalismo e a defesa do socialismo democrático, recolocando essa perspectiva como motor de nossas ações.

13. A crise econômica também afetou o continente latino-americano e caribenhos, devido à retração dos mercados dos países desenvolvidos e à queda dos preços das commodities na esfera internacional, tendo em vista a dependência da maioria de seus países da exportação de produtos primários. Apesar do expresse compromisso político com a integração regional como mecanismo de inserção soberana da região na economia mundial, os governos progressistas e de esquerda da região não lograram imprimir maior ousadia e assertividade à integração econômica da região, através da criação de cadeias produtivas regionais complementares entre si, da diversificação econômica – no caso de países dependentes de um único fator de produção –, maior agilidade na construção da integração na infraestrutura e na área energética, bem como na consolidação de uma nova arquitetura financeira capaz de financiar o desenvolvimento autônomo, integrado e soberano da região como, por exemplo, o Banco do Sul.

14. Além disso, se os governos progressistas e de esquerda tiveram um protagonismo importante para o progresso social desde a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, não conseguiram consolidar transformações estruturais importantes, como as reformas política, tributária e dos meios de comunicação, ainda que, em alguns casos, transformações estruturais importantes, no caminho de uma refundação institucional, tenham sido levadas a cabo, como na reforma da lei dos meios de comunicação na Argentina, e, ainda mais, nas refundações





constitucionais da Venezuela (1999), do Equador (2008) e da Bolívia (2009).

15. Apesar do revés político recente da Argentina e do Brasil, há resistências importantes. A oposição de direita, majoritária no parlamento venezuelano, não conseguiu impor a sua agenda golpista ao país. Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), foi reeleito na Nicarágua com 72% dos votos. Lenin Moreno, o candidato a presidente pelo Movimento Aliança País, venceu a disputa em segundo turno da eleição presidencial no Equador. No Cone Sul, o direitista Macri não tem conseguido solucionar os problemas econômicos de seu país e, mais do que isso, tem agravado a situação social e aumentado o desemprego. O golpista Temer, isolado por sua ilegitimidade original, denúncias de corrupção e uma política antipopular de contrarreformas, está ameaçado de cair antes que se esgote o mandato usurpado. Mantém-se profunda instabilidade política. A direita, na Argentina e no Brasil, promove uma verdadeira "caçada política" a Cristina Kirchner e a Luiz Inácio Lula da Silva, para impedi-los de se candidatarem nas próximas eleições presidenciais, ou ainda tentar interditar judicialmente a candidatura do presidente Fernando Lugo, do Paraguai, deposto por um golpe parlamentar em 2012.

16. Na Colômbia, se vislumbra, ainda que num horizonte um pouco distante, a possibilidade de fortalecimento de uma esquerda democrática com o acordo de paz firmado entre o governo e as FARC-EP e o início das conversações com o segundo grupo mais importante, o ELN. Entretanto, a extrema direita colombiana tenta sabotar esta possibilidade a todo custo e cabe à cidadania do país atuar para assegurar a transição para esta nova realidade, o que requer também o apoio dos partidos progressistas e de esquerda da região.

17. O Foro de São Paulo, secretariado pelo PT desde sua fundação, vem buscando responder à nova realidade política da América Latina e do Caribe, construindo um programa político denominado "Consenso de Nossa América". Neste sentido, a realização do XXIII Encontro, a realizar-se em julho, na Nicarágua, será uma oportunidade importante para proporcionar maior dinamismo às nossas iniciativas políticas, à luz dos atuais desafios que a nova conjuntura nos impõe.

18. Em seus trinta e sete anos de existência, a atuação internacional do Partido dos Trabalhadores buscou responder aos desafios de um mundo e de um país em transformação. Nos anos seguintes à sua fundação, nosso trabalho internacional esteve marcado pelas ações de solidariedade às lutas por libertação nacional e denúncia contra as violações de Direitos Humanos em vários países da América Latina e Caribe.

19. Com os resultados obtidos na eleição presidencial de 1989, o PT ganhou maior reconhecimento e projeção internacional. Situa-se neste cenário a convocatória feita por Lula e Fidel Castro a partidos, movimentos e organizações de esquerda da América Latina e Caribe, para uma reunião em julho de 1990, daquilo que mais tarde se tornaria o Foro de São Paulo.

20. Os anos 1990 foram fortemente marcados pela crise dos países do chamado "socialismo real" e pela rápida expansão do neoliberalismo na América Latina. Neste mesmo período, o PT consolidou sua opção de trilhar caminhos próprios, a partir de relações internacionais plurais com vários setores de esquerda e

democráticos, o que também reflete a própria diversidade constitutiva do PT. Foi também nos anos 1990 que o PT se engajou no debate sobre a integração regional, contrapondo-se à orientação neoliberal pautada exclusivamente em acordos comerciais e apontando a necessidade de que os processos de regionalismo se orientassem pela integração das estruturas produtivas e dos povos. Também nos anos 1990, o Partido vai progressivamente conquistando administrações municipais e consolidando o chamado modo petista de governar, com forte espaço para instrumentos de democracia participativa, com repercussão, reconhecimento e ações internacionais, que, aliás, contribuíram para o surgimento do Fórum Social Mundial.

21. Com a primeira eleição de Lula, em 2002, e o início do mandato em 2003, a atuação do PT ganhou nova dimensão e novos desafios, incluindo dessa vez a tarefa de contribuir na formulação e implementação da política externa brasileira e, simultaneamente, manter uma elaboração e uma prática autônomas enquanto Partido. Desde então e até 2016, granjeamos um grande reconhecimento internacional, o que ajuda a explicar a mobilização internacional contra o golpe, tanto por parte de organizações políticas e sociais, quanto por parte de governos. A esse respeito, o 6º Congresso do PT agradece a solidariedade, tanto dos amigos de sempre – os governos e partidos de esquerda, socialistas e progressistas de todas as regiões do mundo -, quanto de governos que divergem de nossa orientação política, mas que se manifestaram de maneira firme contra o golpismo. Também é digna de nota a atuação firme e incansável dos petistas e núcleos do exterior na luta pela democracia e contra o golpismo em diversas partes do mundo.

Diante das considerações acima consolidadas, o 6º Congresso Nacional do PT sintetiza sua política internacional nas seguintes resoluções:

1. As principais características do atual cenário mundial são as crises, as guerras e a instabilidade generalizada. O aparecimento da xenofobia e do protecionismo comercial surgem como elementos ao mesmo tempo decorrentes e alimentadores da crise política. A dominância da globalização neoliberal entrou em crise.

2. Nos países centrais, as políticas neoliberais não foram interrompidas com a crise de 2008. Os grandes estados capitalistas fizeram uma profunda intervenção estatal, mas seu objetivo foi salvar o grande capital, sem alterar o padrão de acumulação. Este tipo de intervenção impediu o colapso, mas às custas de uma ampliação da polarização social, assim como do aprofundamento das agressões imperialistas e do recurso crescente à manipulação do "terrorismo" e de questões étnicas ou confessionais para fins de "guerra interna". As forças que causam a crise e que se beneficiam dela são as mesmas que dominam o poder político, econômico, militar e ideológico nos Estados Unidos e União Europeia. É por isso que as ações práticas do governo dos EUA ampliam a crise.

3. Em decorrência dessa contraofensiva capitalista, os valores humanistas e civilizatórios estão perdendo espaço para a xenofobia, o racismo e o preconceito; a intolerância e a descrença na política fazem crescer a tecnocracia. Os partidos que se reivindicam socialistas em todo o mundo precisam, lado a lado aos movimentos sociais, construir a unidade no combate e resistência ao golpismo





e às políticas de ajuste fiscal e exploração que a direita implementa em todos os continentes.

4. Há anos vimos chamando a atenção para os riscos derivados da crise econômica internacional, particularmente, devido ao receituário neoliberal aplicado para enfrentá-la. A implementação de políticas de austeridade, num momento em que a economia mundial necessita de estímulos, somente poderia levar ao resultado atual de estagnação do crescimento econômico mundial, aceleração da concentração da renda mundial, atingindo níveis nunca vistos, e evolução para uma profunda crise social e política.

5. As lutas nacionais contra a direita, contra os golpistas, as lutas democráticas e lutas sociais por reivindicações econômicas deverão se combinar necessariamente com a reivindicação da soberania nacional e do projeto de integração regional com uma inserção soberana, ativa e ativa no hemisfério e no mundo.

6. A atual situação mundial e regional, acima de tudo, requer a maior unidade possível da esquerda, dos progressistas e democratas para enfrentá-la, impondo a construção de uma agenda comum dos partidos políticos, movimentos sociais e sindicatos, a exemplo do que vem sendo construído no âmbito da Jornada Continental por Democracia e Contra o Neoliberalismo, por um conjunto de redes e movimentos sociais, incluindo a CSA – Confederação Sindical das Américas.

Entre os temas a serem considerados estão postos:

I. Defesa de uma nova ordem internacional de caráter multilateral, fundamentada na paz entre os povos, ancorada no respeito ao direito internacional e comprometida com a solução de conflitos, com o respeito dos Direitos Humanos, com o combate às desigualdades e à pobreza, com o desenvolvimento ambientalmente sustentável, incluindo a reforma das organizações internacionais, que, como herdeiras do contexto pós-segunda guerra mundial, já não refletem o mundo atual. Neste sentido, articulações como os BRICS são essenciais, pois trata-se de uma aliança que configura uma novidade de peso no cenário internacional. Ao PT caberá desenvolver estratégia própria de ação internacional, em conjunto com partidos, movimentos sociais e sindicais, que possam incidir sobre essa aliança.

II. Defesa de um amplo processo de integração regional econômica e social soberana, na perspectiva estratégica de desenvolvimento econômico e social de longo prazo da região latino-americana e caribenha, procurando a maior complementação entre os países, como condição para inserir-nos em um mundo globalizado, preservando a capacidade decisória sobre o futuro de nosso povo. Essa estratégia de desenvolvimento de longo prazo deve assegurar que as transformações estruturais e as mudanças tecnológicas contribuam com os objetivos do desenvolvimento humano, igualdade e sustentabilidade ambiental, fortalecendo a nova institucionalidade regional, como a UNASUL e a CELAC, além da democratização do Mercosul. Neste sentido, particularmente aqui em nosso país, é fundamental que nossas bancadas parlamentares federais se engajem na aprovação do projeto de lei das Eleições Diretas para os representantes brasileiros no Parlasul.

III. Defesa de políticas ambientais mundiais que busquem uma relação harmo-

niosa entre os seres humanos e a natureza, bem como o incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias para uma economia sustentável. Lutaremos pelo cumprimento das metas de redução de gases de efeito estufa, como previsto no acordo de Paris COP 21 - ONU. Enfatizamos ainda a luta pela proteção da biodiversidade e da diversidade sociocultural de povos e comunidades tradicionais. Neste contexto, o 6º Congresso Nacional do PT repudia o ato unilateral do governo dos Estados Unidos, que anunciou seu rompimento com o acordo do clima de Paris, interrompendo longo processo de negociações, de votos e de compromissos compatíveis com a preservação do planeta e de todas as suas formas de vida.

IV. Defesa dos processos democráticos da região latino-americana e ampliação da democracia, com a adoção de mecanismos eleitorais que tornem o voto o mais representativo possível e de instrumentos de democracia direta.

V. Defesa da democratização dos poderes judiciários na região latino-americana e caribenha.

VI. Democratização dos meios de comunicação em toda a região latino-americana e caribenha.

VII. Respeito à soberania do Haiti, com a completa retirada das tropas policiais e militares da ONU.

VIII. Ampla liberdade de organização sindical e de negociação coletiva.

IX. Fortalecimento do Foro de São Paulo como principal espaço de articulação e expressão da esquerda latino-americana.

X. Fortalecimento da presença e atuação do partido na África.

XI. Aproximação com as alternativas de esquerda, no plano internacional, com capacidade real de mobilização e disputas de governos, buscando estabelecer agendas e planos comuns de ação.

7. O 6º Congresso determina ao Diretório Nacional que organize, até o final de 2017, uma Conferência sobre o PT e as Relações Internacionais, com o objetivo de detalhar nossa atividade mundial, fortalecer o trabalho da Secretaria de Relações Internacionais e envolver o conjunto do partido nas iniciativas do setor.





Resolução sobre Situação Nacional

1. O Partido dos Trabalhadores realiza seu 6º Congresso em meio a uma conjuntura marcada pelo crescimento intenso das mobilizações sociais pela saída de Michel Temer do governo, contra o golpe e os ataques aos direitos consagrados na Constituição de 1988. O País vive uma profunda crise institucional e política, fortemente agravada pelas denúncias contra o presidente golpista e contra o senador Aécio Neves, escancarando, para parcelas cada vez mais amplas de trabalhadores e jovens, o sentido do golpe e a natureza corrupta do bloco golpista.

2. As denúncias recentes revelam com toda clareza as entranhas do sistema político conformado a partir do financiamento privado de campanhas, das piores práticas fisiológicas e da tentativa voraz de submeter o Estado aos interesses do sistema financeiro e dos grandes grupos patronais.

3. O golpista Michel Temer está refazendo a Constituição e, sem legitimidade, efetiva o programa antipopular e antinacional derrotado nas urnas desde 2003, visando ampliar os padrões de lucratividade do capital. Foi a saída encontrada pelas oligarquias financeiras, industriais, agrárias, midiáticas e pelos partidos que as representam para subordinar a política econômica aos pressupostos da ortodoxia neoliberal, em sintonia com a tendência mundial do capitalismo de concentrar e exportar capitais, ampliando a financeirização da economia no contexto da globalização. Trata-se do projeto dos sem-voto.

4. Trata-se de outro projeto de País, envolvendo uma visão sobre o Estado e suas instituições, sobre a economia, as relações de trabalho, a sociedade, a política, o poder coercitivo, e democracia, a cultura, os valores e os modos de vida.

5. Pretendem seguir atacando os direitos de nosso povo, especialmente dos mais pobres, reduzindo a renda dos trabalhadores, promovendo o desemprego, pois a miséria, a exclusão social, racial e a pobreza são funcionalmente necessárias aos padrões de acumulação pretendidos pelo grupo que usurpou o poder.

6. O governo ilegítimo de Michel Temer, depois de aprovar a PEC 55, que promove o ajuste fiscal e congela por 20 anos os investimentos públicos, pretende continuar a privatização de áreas estratégicas da economia, vender nossas terras e entregar nosso território, cria as condições para o massacre dos indígenas e trabalhadores rurais e segue operando o desmonte do sistema Petrobrás, a partir da venda de seus ativos e da revogação da lei que garantia a estatal como operadora exclusiva do Pré-Sal. Enfraquece os bancos públicos, como se verifica no caso das demissões no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. Pretende entregar as áreas sociais, o quanto possível, à exploração da iniciativa privada.

7. O desmonte dos direitos trabalhistas trará o aumento do desemprego, da rotatividade da mão de obra e da precarização, em contraposição a uma fase de ampliação da formalização do trabalho, verificada especialmente entre 2003 – 2013, e uma queda brutal na renda dos salários no Brasil, além de inviabilizar

a sustentação da Previdência Social, contribuindo para sua privatização e comprometendo o futuro dos trabalhadores.

8. O desmonte da Previdência ampliará o tempo de contribuição dos trabalhadores e diminuirá o acesso aos benefícios pelos setores mais vulneráveis, na medida em que deixará de ter como referência o salário mínimo. Trata-se de um desmonte que, reafirmamos, beneficiará o mercado da previdência privada, afrontando um direito.

9. Sem legitimidade, a permanência de Michel Temer no poder se torna exercício de força e promoção de instabilidade política. Por isso o presidente ilegítimo, enquanto constata a corrosão de sua base de sustentação no Congresso, lança mão da violência e da coerção, como ficou evidente com a ação brutal da PM do Distrito Federal e da Força Nacional contra a grande manifestação pelas Diretas- Já em 24 de maio. Ainda mais grave e truculento foi o chamado ilegal e acintoso ao Exército, atitude que não se via no Brasil desde a redemocratização.

10. Prevendo o crescimento vertiginoso das manifestações, Temer opta pela violência e baixa o decreto que previa o emprego das Forças Armadas para a "garantia da Lei e da Ordem no DF". Tratava-se de sitiar o Congresso para votar as reformas. O conjunto das manifestações das entidades da sociedade civil, juristas, intelectuais, da oposição no Congresso e de setores progressistas levou à revogação do decreto um dia depois.

11. São práticas de um Estado de Exceção que pretende seguir perseguindo e criminalizando os movimentos sociais, como nos casos dos ataques violentos contra a população indígena, no Mato Grosso e Maranhão, e da chacina de trabalhadores rurais na Fazenda Santa Luzia, no município de Pau D'arco, no Pará.

12. Tal violência se intensificou especialmente depois da Greve Geral de 28 de abril, uma das maiores de nossa história, da importante greve dos professores que a antecedeu e das manifestações contra o golpe, por Diretas- Já.

13. Isso explica porque setores da mídia oligopolizada, comitê central do golpe, e os partidos que ainda sustentam o governo defendam a continuidade de Meirelles e sua equipe, a qualquer custo. O conflito público, sem precedentes, entre grupos de comunicação em torno das gravações sobre o diálogo de Michel Temer com um dos donos da JBS, diz respeito, fundamentalmente, à garantia das melhores condições para acelerar o ritmo da votação das "reformas".

14. Para aplicarem seu programa neoliberal, os próceres do golpe precisam destruir o PT, enfraquecer e desmoralizar os partidos de esquerda e os movimentos sociais, e o fazem pervertendo as informações e a pluralidade e a liberdade de expressão que dizem defender. Os oligopólios da comunicação estão em sintonia com a violência perpetrada por setores do Ministério Público, das polícias e do Judiciário, que se erigiu no Brasil como um poder bonapartista, isto é, que se anuncia acima das classes e dos poderes da República, afrontando o Estado de Direito.

15. A violência do Estado, levada a efeito por setores do Ministério Público, do Judiciário e das polícias, particularmente no que se refere à Operação Lava Jato, materializa-se nas prisões por mera suspeita, nas conduções coercitivas sem base legal, nos vazamentos criminosos de dados e na exposição da intimidade





dos investigados, na invasão desregrada das comunicações pessoais, inclusive em relação aos advogados, no cerceamento da defesa em procedimentos ocultos, nas denúncias e sentenças calcadas em acusações negociadas com réus, e na não produção lícita de provas, tornando tais práticas ainda mais banais.

16. A "República de Curitiba" mantém dirigentes do PT presos há mais de um ano, alguns sequer condenados pelo regime de exceção que se instala no País. Pedimos liberdade para os presos políticos do PT.

17. De igual maneira, pretendem aprofundar a brutal e inigualável perseguição a Lula e sua família. Trata-se de tentar apagar e desqualificar o legado de seu governo e da presidenta Dilma, ao mesmo tempo em que busca invalidar e interditar o debate sobre as reformas e transformações das quais o Brasil tanto necessita.

18. O PT luta pelo fim da corrupção, defende a apuração e a punição de todos os crimes nos marcos incontornáveis do Estado de Direito.

19. Querem destruir a Constituição de 1988 e fazem o possível para separar a economia da política, desmoralizando-a com o intuito claro de desqualificar a representação, como expressão da soberania popular. O ataque à democracia e a política são imprescindíveis para reduzir direitos dos trabalhadores e comprometer a soberania do País.

20. Diante dos fatos envolvendo as gravíssimas denúncias contra o governo Temer, as elites têm se dividido entre duas alternativas: aqueles que pretendem manter Temer no poder e aqueles que querem sua saída, com eleições indiretas para a presidência. Os dois grupos têm em comum a opção pela manutenção da atual equipe econômica.

21. O PT manifesta sua posição inegociável pelas Diretas-Já e contra o golpe dentro do golpe. Enfrentamos quaisquer iniciativas das classes dominantes de impor eleições indiretas por meio de um Colégio Eleitoral. O PT rejeita terminantemente as duas alternativas dos golpistas. Para pôr fim a essa crescente escalada de retrocessos, é preciso antecipar as eleições, inclusive do Congresso Nacional, para que a vontade livre e soberana do povo se manifeste nas urnas. O PT e seus parlamentares não votarão no Colégio Eleitoral.

22. O PT empenhará o melhor dos seus esforços na formação da mais ampla unidade das forças progressistas pela saída de Michel Temer e por eleições livres e diretas já para presidente e vice-presidente, senadores e deputados federais.

23. Impulsionaremos uma vigorosa mobilização e organização popular por eleições livres e diretas ao lado das Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo.

24. Continuaremos a lutar pela retirada das reformas da Previdência e Trabalhista; pela revogação da Lei de Terceirização; pela revogação da Emenda Constitucional 95 do Limite de Gastos; da Lei de Terceirização (13.429); da Reforma do Ensino Médio, e demais medidas contra a Conferência Nacional (CONAE) e o Fórum Nacional de Educação. Continuaremos a defender a volta do marco regulatório do Pré-Sal e a política de conteúdo nacional para a Petrobrás.

25. Apontamos a urgência da realização da reforma política, para que a eleições sejam verdadeiramente livres, e a soberania do povo seja exercida plenamente

te, sem o controle do poder econômico. Defendemos o financiamento público exclusivo; a manutenção do sistema de voto proporcional e lista partidária pré-ordenada, eleita em convenção democrática e alternadamente entre homens e mulheres; o fim das coligações proporcionais; cláusula de desempenho e federações partidárias.

26. O PT vem há mais de um ano elaborando um Programa de Emergência para o país. Aprovou no Diretório Nacional, em fevereiro de 2016, o documento intitulado O Futuro está na retomada das mudanças; aprovou, na bancada, o Programa Nacional de Emergência e contribuiu ativamente na elaboração do programa da Frente Brasil Popular. Seguem, ao final dessa resolução, os principais pontos do Plano Nacional de Emergência.

27. Nas eleições de 2018 o PT mobilizará sua militância em todo País, no sentido de ampliar sua bancada de deputados e senadores, e as bancadas progressistas de parlamentares para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

28. O PT lutará para impedir que os golpistas interditem o direito do companheiro Lula ser candidato à Presidência da República. Em primeiro lugar, porque seria uma violência contra a democracia - particularmente em se tratando de quem no momento lidera todas as pesquisas de opinião -, mas também porque a eleição de Lula é uma condição para revogar as mudanças impostas pelos golpistas. Para adotar medidas de emergência que encadeiem reformas estruturais, que só o governo Lula pode conduzir, e que enfrentem a crise do ponto de vista das classes trabalhadoras, é necessária a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana, que revogue as medidas antipopulares e antinacionais de Temer, reforme as instituições, fortaleça o Estado, realize a reforma tributária, empreenda a democratização das comunicações, a reforma agrária, com preservação ecológica, a reforma urbana e a proteção ambiental, a reforma do Judiciário, assegure e amplie a oferta e a qualidade dos direitos sociais, promova a justiça social e fortaleça a democracia.

29. A grandeza dos desafios para pôr fim aos privilégios, à corrupção, à desigualdade social e regional, à injustiça e ao autoritarismo requer do PT firmeza e vigor na dinamização e fortalecimento de suas instâncias, de sua política de organização, formação e comunicação como um partido de massas que, junto com os movimentos sociais, buscará organizar milhares de jovens e trabalhadores e trabalhadoras no País.

30. Por isso lutaremos: pela imediata retirada das contrarreformas da Previdência e Trabalhista do Congresso Nacional; pela revogação da Lei da Terceirização (13.429); pela revogação da lei que retira da Petrobrás a condição de operadora exclusiva do Pré-Sal; para tornar sem efeito as vendas e depreciações de ativos do sistema Petrobrás; pela revogação da EC 95, pela revogação da reforma do ensino médio e das contrarreformas realizadas pelo governo golpista de Michel Temer!

31. Sabemos da dimensão de nossas responsabilidades. Honraremos a memória e a história de todos aqueles que, com determinação, lutaram e lutam pela transformação do Brasil em um país livre, justo, democrático e soberano.

Fora, Temer!





**Eleições Diretas Já!
Nenhum Direito a menos!**

O 6º Congresso aprova os seguintes pontos para um Plano Nacional de Emergência:

- Defender os direitos da classe trabalhadora
- a) Valorização e aumento real do salário mínimo para que o poder de compra dos trabalhadores estimule a economia.
 - b) Garantia do Benefício de Prestação Continuada e reajustes de acordo com a inflação.
 - c) Garantia do Bolsa Família com reajustes de acordo com a inflação; alteração da faixa de pobreza, visando incluir mais famílias, e ampliação da política de formação profissional para os beneficiários.
 - d) Garantia da Renda Básica de Cidadania, de caráter universal de direito de todos os brasileiros, tal como determina a Lei 10.835.
 - e) Aumento das parcelas do benefício do seguro desemprego, medida que já conta com previsão legal em momento de alto desemprego.
 - f) Ampliação do Programa Minha Casa, Minha Vida. Retomar as obras destinadas à faixa de rendimentos mais baixos do programa (paralisadas); instituir plano para financiamento a longo prazo de reformas residenciais, revendo a localização dos projetos do atual programa; ampliar o sistema de cooperativa e assegurar a implementação da Lei 11.888, que garante assistência técnica pública.
 - g) Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego. Esse fundo seria destinado a obras de infraestrutura, saneamento, habitação, mobilidade urbana e energia renovável, estabelecendo contrapartidas sociais e gerando novos empregos.
 - h) Defender as definições constitucionais sobre Seguridade Social e a Previdência Pública, mantendo a fórmula 85/95 como regra de acesso para aposentadoria.

Ampliar as condições de financiamento e recuperar a capacidade de investimento do Estado

- a) Retomar o Planejamento de Estado, envolvendo os municípios e os estados com amplo debate e comunicação que permita a participação de vários setores da sociedade, principalmente dos trabalhadores e trabalhadoras.
- b) Estabelecer uma política de uso criterioso e gradual de 25% das reservas cambiais em um Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego, destinado a investimento em infraestrutura, e fundos setoriais de aval para operações de investimento produtivo e geração de emprego.
- c) Implantar um sistema tributário progressivo.
- d) Rever a Lei 9.249/95 para eliminar, particularmente, a possibilidade de distribuir lucros como se fossem juros.
- e) Alterar a tributação do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), criando uma nova tabela para o imposto de renda, ampliando a faixa de isenção, criando novas faixas e tributando mais quem possui alto rendimento.
- f) Regulamentar o inciso VII do art. 153 da Constituição Federal, que trata do imposto sobre grandes fortunas.
- g) Acelerar as medidas de combate à sonegação e de recuperação da dívida ativa, para ampliar a arrecadação daqueles que devem ao Estado brasileiro.
- h) Redução dos encargos da dívida pública, fator fundamental para estabilidade da trajetória da dívida.
- i) Reformar o imposto sobre heranças e doações, conferindo progressividade

- às alíquotas, isentando as de pequenos valores e equiparando as grandes às alíquotas praticadas nos EUA e países europeus, com arrecadação distribuída para União, estados e municípios.
- j) Adotar uma política tributária específica para operações de crédito, favorecendo as micro e pequenas empresas, direcionadas a um Programa Nacional de Geração de Emprego.
- k) Fomentar a indústria, mediante linhas de crédito do BNDES, condicionadas à ampliação dos postos de trabalho.
- l) Estabelecer, no BB e na CEF, linhas de refinanciamento de dívidas familiares, para reconduzir as famílias endividadas ao mercado de consumo.
- m) Realizar, da mesma forma, o refinanciamento das micro e pequenas empresas, com uma linha emergencial com recursos do BNDES, operados pelo BB, CEF e cooperativas de crédito.
- n) Reduzir intensamente os juros reais.
- o) Revitalizar o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).
- p) Retomar as políticas de desenvolvimento local e regional, fortalecendo vocações econômicas e as experiências culturais das localidades, visando superar as desigualdades regionais.
- q) Fortalecer as políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia, em defesa de sua biodiversidade e de sua capacidade econômica, contra a desnacionalização. Retomar o plano Amazônia Sustentável.
- r) Fortalecer as instituições públicas como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Banco da Amazônia (BASA) e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).
- s) Fortalecer as políticas e instituições voltadas ao desenvolvimento do Nordeste, tais como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Salvar Estados e Municípios

- a) Renegociar as dívidas de estados e municípios e estabelecer um plano emergencial, tendo em vista que as taxas de juros que vigoraram sobre essas dívidas são abusivas.
- b) Criar um programa federal para pequenas obras de manutenção e reparos nos municípios.
- c) Repassar aos estados e municípios recursos das multas de repatriação sem condicionais.
- d) Ampliar o crédito para estados e municípios, visando a superação das desigualdades regionais, e impulsionar políticas de desenvolvimento local, geração de emprego, renda e inclusão.

Investir em Infraestrutura

- a) Fortalecer as ações previstas no Plano Nacional de Saneamento construído nos governos Lula e Dilma.
- b) Fortalecer a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- c) Fortalecer o Plano Nacional de Logística e Transporte.
- d) Expandir a produção de energia elétrica focada em energias renováveis, principalmente eólicas, solar e bioeletricidade.
- e) Completar as obras ferroviárias de integração nacional, como a ferrovia Norte-Sul, Leste-Oeste e Transnordestina, dentre outras, fundamentais para redução dos custos de transporte no país.





Salvar a Petrobrás e o Pré-Sal, os maiores patrimônios brasileiros

- a) Impedir e reverter a fragmentação, destruição e privatização da Petrobrás.
- b) Modificar seu Plano Estratégico 2017-2021 para retomar os objetivos de crescimento da produção, buscando novas formas de financiamento e mantendo a integridade de uma empresa integrada de energia.
- c) Estabelecer regras na legislação que impeçam a privatização disfarçada e a preços vis de ativos da Petrobrás e a entrega de blocos gigantes do Pré-Sal, que estão sendo realizadas pelo governo golpista.
- d) Retomar a política de conteúdo nacional e compras da Petrobrás, restabelecendo e reformulando os programas de conteúdo nacional para gerar empregos no País, superando a perda de postos de trabalho causada nos últimos dois anos.
- e) Retomar o Plano Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação como eixo estruturante do desenvolvimento brasileiro.

Garantir direitos por meio das Políticas Sociais

- a) Defender e aperfeiçoar o SUS, ampliando as condições de seu financiamento público.
- b) Defender os preceitos constitucionais em relação ao Sistema de Proteção e Seguridade Social como garantia de cidadania.
- c) Defender o Plano Nacional de Educação construído nas Conferências Nacionais de Educação, com investimentos progressivos para alcançar 10% do PIB em educação, e retomar a construção do Sistema Nacional de Educação.
- d) Defender o Plano Nacional de Cultura, com investimentos de, no mínimo, 1% do PIB em políticas culturais, e o Sistema Nacional de Cultura.
- e) Defender o Sistema Único da Assistência Social.
- f) Implantar uma nova política nacional sobre drogas, considerando a interdisciplinaridade da temática, envolvendo as áreas de saúde, educação, trabalho, segurança e assistência social.
- g) Defender políticas públicas que efetivem os direitos de cidadania dos povos indígenas, reconhecendo sua autonomia e especificidades.
- h) Retomar a reforma agrária para garantir a segurança alimentar e nutricional com fornecimento de alimentos saudáveis, além de assegurar dignidade para quem vive no meio rural brasileiro.
- i) Retomar e ampliar a política de fortalecimento da agricultura familiar, com sustentabilidade ambiental, econômica, social, cultural.
- j) Retomar o Programa Nacional de Segurança Pública, com cidadania e foco especial na reestruturação do sistema penitenciário.
- k) Retomar o Plano Nacional de Políticas Públicas LGBTQT, combater a lgbtfofia e criminalizar a violência e a discriminação contra a população LGBTQT.
- l) Combater todas as formas de discriminação e violência contra os cidadãos. Defender incondicionalmente os Direitos Humanos e os direitos civis.
- m) Retomar a Política Nacional voltada à Igualdade de Gênero, que visa combater a discriminação, o machismo, a exploração, a misoginia, a violência e a desigualdade em relação às mulheres.
- n) Retomar a Política voltada à Igualdade Racial, que visa combater o racismo e o genocídio da juventude negra, aprovada nas Conferências Nacionais. Retomar a aplicação da Lei 10.639/11.645.
- o) Retomar a Política Nacional para Juventude aprovada nas Conferências Nacionais.





Resolução sobre Balanço de uma Experiência Histórica

1. O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1980, tendo realizado, desde então, seis congressos (contando o atual) e quinze encontros nacionais (inclusive dois extraordinários), mais um sem-número de reuniões estaduais, municipais e setoriais, que aprovaram resoluções programáticas, estratégias, táticas e organizativas.
2. De conjunto, estas resoluções contêm não apenas um balanço do presente e diretrizes para o futuro, mas também uma análise do passado, inclusive da trajetória do Partido dos Trabalhadores, da ação de sua militância, de seus mandatos parlamentares e executivos, da contribuição que buscamos dar para a luta das classes trabalhadoras no Brasil e no mundo.
3. Portanto, ao incluir o tema "balanço" em sua pauta, o 6º Congresso não "inventou a roda". Pelo contrário, pretendeu dar continuidade a uma prática crítica e autocrítica que o Partido dos Trabalhadores busca adotar desde sua criação.
4. Não somos os únicos a proceder assim. Tanto na esquerda brasileira quanto mundial, esta atitude crítica e autocrítica é almejada por muitos outros partidos. Mas nem todos possuem a pluralidade de opiniões que caracteriza o PT.
5. Nós sabemos que esta pluralidade não impediu nem impede, muito pelo contrário, que exista entre nós uma grande convergência em defesa de um conjunto de objetivos programáticos, entre os quais a luta contra todas as formas de opressão e exploração, a luta contra o capitalismo, o colonialismo e o imperialismo, a luta contra o machismo, o racismo e a homofobia, a defesa do socialismo democrático, do bem-estar social, da mais profunda democracia, da soberania nacional, do desenvolvimento sustentável, da integração regional, da paz e do desenvolvimento, assim como de uma nova ordem mundial.
6. A pluralidade interna do PT tampouco impediu ou impede que consigamos construir importantes sínteses estratégicas e táticas, nas lutas sociais e na ação institucional, bem como na busca pela construção de um partido socialista, de massas e democrático.
7. Foi assim que construímos nosso Partido e desenvolvemos nossa ação, acumulando ao longo de quase quatro décadas um relevante conjunto de experiências em termos de organização popular, de luta social e de ação institucional, em todos os níveis. Experiências que a Fundação Perseu Abramo deve seguir sistematizando, debatendo e divulgando.
8. Sobre todas e cada uma destas experiências e formulações, há no interior do nosso Partido balanços muitas vezes diferenciados. Não achamos que isto seja um problema: trata-se de outra das muitas expressões de nossa pluralidade e, principalmente, de nossa democracia interna, que rejeita "veredictos oficiais" e não

aceita "dar por encerrada a discussão", especialmente sobre temas de natureza histórica, sobre os quais ainda se discutirá muito, sem que seja necessário emitir sobre eles qualquer pretensa "última palavra".

9. Até porque nossas experiências e formulações não são propriedade privada do Partido dos Trabalhadores: elas fazem parte do patrimônio histórico do povo brasileiro. Primeiro, porque nossas experiências e formulações são inseparáveis das lutas deste povo. Segundo, porque o aprendizado acerca de nossas experiências e formulações está posto ao serviço das lutas populares. Terceiro, porque é inevitável, legítimo e necessário que haja um permanente debate entre os que militam nas diferentes organizações populares acerca das formulações e experiências protagonizadas pelo PT.
10. Aliás, nosso Partido já produziu diferentes avaliações acerca de sua própria trajetória, assim como da trajetória de outras experiências de esquerda. Não apenas porque o PT é plural, não apenas porque esta pluralidade é distinta a cada momento, mas também porque nosso ponto de vista é resultado de um acumulado histórico – no qual se incluem valores, princípios e tradições que nos marcam desde a criação do Partido –, sempre fortemente marcado pelas circunstâncias de cada época.
11. A época que vivemos, por exemplo, é caracterizada pela tentativa, patrocinada pelo grande capital e por seus instrumentos, especialmente o oligopólio da mídia, de desmoralizar e destruir o Partido dos Trabalhadores, bem como os avanços conquistados entre 1º de janeiro de 2003 e 12 de maio de 2016, período em que petistas estiveram à frente da presidência da República.
12. Por isto, ao realizar o balanço deste período, não podemos deixar de enfatizar nossos êxitos. Não porque não tenhamos cometido erros, tampouco porque tenhamos sido exitosos em tudo. Aliás, se fosse assim, o golpe não teria ocorrido e viveríamos no socialismo. Enfatizaremos nossos êxitos, em primeiro lugar, porque foi contra eles que os golpistas agiram e seguem agindo. Em segundo lugar, enfatizaremos nossos êxitos como resposta às mentiras e ao desmonte praticado pelos golpistas. E, em terceiro lugar, como um argumento adicional em defesa de nosso regresso à presidência da República.
13. Embora possa parecer óbvio, achamos necessário afirmar: se nós mesmos não defendermos o que fizemos, quem o fará? E se não temos motivos para defender o que fizemos, por que defendêmos ser útil, ao povo brasileiro, o regresso do PT a presidência da República?
14. Ao destacar nossos êxitos, não deixaremos de apontar nossos erros e insuficiências. Está mais do que claro que os golpistas agiram contra nós, devido ao que fizemos de correto. Mas também está claro que tivemos sucesso no golpe devido a nossos erros e insuficiências. Evidentemente, identificar quais foram estes erros e insuficiências não alterará a história que passou, nem reduzirá o tamanho da derrota que sofremos, mas contribuirá para que consigamos dar a volta por cima e possamos voltar mais fortes e mais capazes de triunfar.
15. É importante, quando falamos de nossos êxitos, recordar que nossos governos não foram homogêneos. Os governos Lula e Dilma não foram iguais; o primeiro





mandato de Lula não foi igual ao segundo, assim como o primeiro mandato de Dilma não foi igual ao interrompido segundo mandato. Mas, quando comparamos o desempenho de nossos governos com o desempenho de governos anteriores (nos referimos aqui, especificamente, aos mandatos de Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique), constatamos que existe uma diferença profunda: durante nossos governos houve uma melhoria no padrão de vida da maioria da população brasileira. Aliás, podemos dizer que durante os mandatos Lula e Dilma nosso país ocupou a vanguarda mundial no combate à fome, à pobreza e à miséria: dezenas de milhões de pessoas passaram a ter direito à vida. De inspiração antineoliberal, nossos governos implementaram não apenas políticas públicas de inclusão social e transferência de renda, mas principalmente de ampliação de direitos.

16. Elevar o padrão de vida da maioria da população brasileira também foi um dos êxitos de nossos governos, a razão fundamental pela qual – independentemente dos nossos erros e insuficiências – consideramos que valeu a pena e segue valendo a pena o esforço de construir o Partido dos Trabalhadores, participar das organizações e mobilizações das classes trabalhadoras, disputar eleições e exercer mandatos, travar a luta política, ideológica e cultural contra o capitalismo e em defesa do socialismo democrático.

17. Alguns – inclusive no próprio Partido dos Trabalhadores – interpretam a frase “melhorar o padrão de vida” de maneira reducionista, como se fora o mesmo que dizer “consumir mais”. Alguns fazem esta interpretação em tom de crítica, outros em tom de elogio. Estas diferentes interpretações remetem a uma questão extremamente importante: que tipo de sociedade almejamos e quais os variados caminhos para construí-la.

18. O conjunto das teses debatidas no 6º Congresso Nacional do PT apontam que as classes trabalhadoras têm o direito de consumir mais, salientando, explícita ou implicitamente, que entendem isto como parte de um processo histórico que tornará possível, às classes trabalhadoras, assumir o controle das riquezas materiais e espirituais produzidas pela sua atividade criativa. Portanto, “consumir mais” não é nem pode ser um objetivo em si mesmo; pelo contrário, deve ser visto como parte de uma caminhada que inclui construir novos padrões de consumo e de vida em sociedade, de relação com outros povos e com a natureza. Motivo pelo qual, quando apontamos a ampliação do consumo individual e familiar como um desdobramento importante daquilo que nossos governos fizeram, também apontamos que não foi e/ou não deveria ter sido apenas isto o que fizemos e o que pretendemos fazer.

19. A geração de empregos vai muito além de proporcionar um salário: numa sociedade como a nossa, o desemprego tende a produzir todo tipo de constrangimento, sofrimento e humilhação. Já a geração de emprego gera não apenas desdobramentos econômicos, mas também efeitos culturais, sociais e psíquicos extremamente positivos, não apenas para um indivíduo, mas para o conjunto da vida em sociedade.

20. De maneira similar, o acesso à educação vai muito além de proporcionar qualificações técnicas e perspectivas futuras de melhoria salarial. Ao possibilitar que milhões de trabalhadores e filhos de trabalhadores tenham acesso à escola, à educação e à cultura, estamos desprivatizando e socializando o saber

acumulado pela humanidade.

21. O acesso à casa própria vai muito além da redução do gasto com aluguel; trata-se de garantir que as pessoas do povo tenham sua moradia, seu teto, seu abrigo, seu lar, contribuindo para a segurança material e emocional, sem a qual os laços comunitários são mais facilmente ameaçados e destruídos.

22. O acesso à energia elétrica vai muito além da possibilidade de utilizar eletrodomésticos; trata-se de transportar para nosso tempo pessoas e regiões que vinham sendo mantidas em condições do século XIX e anteriores.

23. O Bolsa Família significa muito mais do que um dinheiro depositado numa conta bancária, assim como a política de reajuste do salário mínimo e das aposentadorias vai muito além de impedir a erosão inflacionária. Para milhões de pessoas, significa sentir-se parte de uma comunidade, significa demonstrar que compartilhamos responsabilidades e destinos, que ninguém pode ser sujeito ao abandono, à miséria, à privação, ao esquecimento e desamparo na doença e na velhice. Este talvez seja o sentido mais profundo de políticas como o SUAS e o SUS, entre muitas outras.

24. Portanto, quando observadas em conjunto, estas e outras políticas públicas que, no curto prazo, podem ter resultado ou efetivamente resultaram em ampliação do consumo, também tinham relação – algumas vezes tênue e contraditória, outras vezes intensa e cristalina – com o projeto de devolver às classes trabalhadoras, enquanto indivíduos e enquanto coletivo, o produto do seu trabalho. E, ao mesmo tempo, de permitir às classes trabalhadoras afirmar outros padrões societários, internos e externos, de relação entre os seres humanos e de relação com a natureza. É por isto que governos que se empenharam em gerar empregos e aumentar os salários, também buscaram garantir e ampliar direitos, combater o racismo, a homofobia, a violência contra a mulher, a exclusão e desrespeito com os povos indígenas. É por isso que nossos governos, em sua política externa, romperam com o hábito de “falar fino com os poderosos e falar grosso com os frágeis”. É por isso, igualmente, que buscamos – ainda que com muitas contradições – superar o modelo predatório que caracteriza nossa economia há séculos.

25. As teses debatidas no 6º Congresso não têm dúvida em apontar os limites de tudo que fizemos e o tanto que deixamos de fazer. Até porque não se conseguiria mudar, em menos de duas décadas, séculos de história. O que mais importa é que estas teses deixam claro que pretendemos voltar a governar e o faremos reafirmando que não queremos ser um país plutocrático, a serviço dos que ganham sem trabalhar, nem queremos ser um país falsamente meritocrático, que garante para alguns padrões de “classe média”, às custas de muitos que são privados do acesso ao consumo e aos direitos. Queremos ser um país onde as classes trabalhadoras tenham um alto padrão de vida, material e cultural, com base em novos paradigmas de consumo e de vida em sociedade, de relação com outros povos e com a natureza.

26. Sabemos que para atingir estes objetivos é necessário garantir fortes políticas públicas, que não apenas materializem, mas que também permitam ampliar de forma expressiva e continuada os direitos. Neste sentido, com todos os limites que possam ter tido e que efetivamente tiveram, os governos Lula e Dilma construíram experiências que contrastam com a lógica anteriormente predominante





em diversas esferas do Estado: a ideia de que políticas públicas são precárias por natureza, ineficientes, quando muito tratadas como matéria prima de marketing, carentes da seriedade e da atenção que devem merecer ações cujo destinatário é o povo brasileiro.

27. Se os governos Lula e Dilma construíram e apontaram para aquele tipo de experiências, contrastantes com o que pensava e ainda pensa a classe dominante deste país, é antes de mais nada porque, ao longo de sua história de 37 anos, o Partido dos Trabalhadores desenvolveu uma prática que apontava num sentido inovador. Fizemos isto contribuindo para a organização e participando da luta das classes trabalhadoras, de todos os setores explorados e oprimidos. Fizemos isto através da ação de governos municipais e estaduais, da luta parlamentar e de leis por nós propostas, das lutas políticas e sociais que o PT protagonizou ou integrou. Os governos Lula e Dilma são e devem ser vistos como uma parte importante desta trajetória. Não como seu ápice, nem como seu final, pois muito ainda há o que fazer e muito mais ainda conseguiremos fazer: transformações profundas e estruturais, em direção ao socialismo democrático.

28. O golpismo busca desmontar, no plano simbólico e material, as ações implementadas por nossos governos nacionais no sentido de melhorar o padrão de vida da maioria da população brasileira. As teses debatidas no 6º Congresso apontam que o trabalho deletério dos golpistas foi facilitado pela política econômica adotada no início do segundo mandato da presidenta Dilma, política que – para além dos efeitos econômicos e sociais que produziu – teve como principal efeito político desorientar parte de nossa base social e eleitoral. Os golpistas contaram, também, com a força do oligopólio da mídia, contra o qual nossos governos não tomaram as medidas reclamadas pelo nosso Partido e por grande parte da esquerda brasileira. Os golpistas se beneficiaram, ainda, da hegemonia que as forças de centro-direita seguiram mantendo sobre grande parte das instituições brasileiras, desde o Judiciário até o Congresso Nacional, que não foram objeto de uma reforma política e de Estado. Contribuiu para o golpe o controle do capital financeiro, transnacional e oligopolizado sobre a economia nacional - um controle explícito no financiamento privado empresarial das eleições, assim como nas operações de sabotagem e desestabilização econômica que foram praticadas contra nossos governos. Nossos governos enfrentaram de forma tímida o capital financeiro. Deveríamos ter realizado uma auditoria cidadã e soberana da dívida pública e denunciado ao povo brasileiro o quanto dos recursos públicos são destinados ao esquema da dívida. Finalmente, mas não menos importante, o golpismo foi em alguma medida estimulado, respaldado e orientado por agentes estatais e não estatais estrangeiros.

29. Nunca é demais repetir que o programa político, econômico e social do golpismo foi derrotado nas eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014. Sendo que nas três últimas eleições presidenciais, o povo avaliou e aprovou, majoritariamente, as realizações dos governos Lula e Dilma. Todavia, há pesquisas que informam que parte importante da população brasileira aprovou o que fizemos, votou em nossas candidaturas, mas não compreendeu adequadamente o vínculo existente entre nossas realizações administrativas e um determinado programa, uma visão de mundo.

30. Neste sentido, é preciso reconhecer que falhamos em explicar e convencer o

conjunto de nosso eleitorado de que os êxitos obtidos por nossos governos só foram possíveis ali onde conseguimos construir políticas públicas que materializassem uma visão alternativa e antagônica à concepção neoliberal, entreguista e antidemocrática, que foi hegemônica na presidência da República, entre 1990 e 2002.

31. Não é segredo que existem em nosso Partido diferentes opiniões acerca do quanto fizemos. Há quem esteja convicto de que fizemos o máximo que a correlação de forças permitia e permitiria. Há os que afirmam que poderíamos e deveríamos ter feito mais. Há quem esteja convencido de que conciliamos em demasia com os interesses do grande capital, do agronegócio e da especulação financeira.

32. Mas é importante ressaltar que nenhuma das posições apresentadas durante o 6º Congresso Nacional do PT duvida que – especialmente quando comparados ao governo usurpador – nossos governos efetivaram políticas públicas que buscavam implantar outra concepção de desenvolvimento, expressa, por exemplo, na política externa ativa e ativa, no arquivamento do projeto de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), no estreitamento dos laços com os vizinhos da América do Sul, no aprofundamento de projetos comuns aos BRICS, nas relações com o continente africano, nas políticas de participação popular, na Lei da Partilha do Prê-Sal, na retomada do papel protagonista do Estado, tanto no desenvolvimento econômico quanto na ampliação do bem-estar social.

33. As teses debatidas no 6º Congresso destacam, especificamente, um conjunto de ações e políticas que ampliaram os direitos, a saúde e a educação da classe trabalhadora, especialmente das mulheres, da juventude, dos negros e das negras: a Política de Valorização do Salário Mínimo, a PEC das Domésticas, a Lei Maria da Penha, o Programa Bolsa Família, que em 2016 mantinha 13,9 milhões de família fora da extrema pobreza, o programa Mais Médicos, a política de cotas, a ampliação do investimento público total em educação em relação ao PIB, de 4,5% em 2004 para 6,2%, em 2013.

34. Portanto, as teses destacam nossos êxitos em termos de ampliação do bem-estar social, das liberdades e direitos democráticos, de fortalecimento da soberania e da integração regional, êxitos reconhecidos pela maioria do eleitorado em 2006, 2010 e 2014. Mas, apesar disso, fomos vítimas de um golpe jurídico, parlamentar e midiático. Golpe que foi seguido de uma eleição municipal em 2016, em que as candidaturas petistas tiveram – com exceções – um desempenho negativo.

35. As teses debatidas no 6º Congresso do PT apontam que o golpe foi em grande medida uma reação do grande capital nacional e internacional, do oligopólio da mídia e de diferentes setores da direita, dentro e fora do Estado brasileiro. Reação contra nós, contra o que nós somos, contra o que nós efetivamente fizemos, contra o que eles temiam que poderíamos vir a fazer e, também, reação contra nossa recusa em capitular e implementar o programa dos golpistas. Uma reação que não se dirigia apenas contra nossos governos, mas contra o que há de mais combativo na classe trabalhadora e no conjunto do povo brasileiro. Uma reação que tinha e tem como objetivo efetivar um programa antipopular e antinacional, um programa derrotado nas urnas nas quatro últimas eleições presidenciais, um





programa que visa ampliar os padrões de lucratividade do capital. O golpe foi a saída encontrada pelas oligarquias financeiras, industriais, agrárias, midiáticas e pelos partidos que as representam para subordinar a política econômica aos pressupostos da ortodoxia neoliberal, em sintonia com a tendência mundial do capitalismo de concentrar e exportar capitais, ampliando a financeirização da economia no contexto da globalização. Trata-se de aplicar outro projeto de país, projeto que envolve uma visão sobre o Estado e suas instituições, sobre a economia, as relações de trabalho, a sociedade, a política, o poder coercitivo, a democracia, a cultura, os valores, os modos de vida.

36. Não há consenso, nas diferentes teses debatidas no 6º Congresso Nacional, acerca dos motivos pelos quais o golpe foi vitorioso. Nem tampouco há consenso acerca da relação entre o golpe e aquilo que fizeram e/ou deixaram de fazer nossos governos nacionais.

37. Mesmo quando manifestam opiniões parecidas, as teses apresentam nuances importantes, seja para compreender o que ocorreu, seja para contribuir para nossas ações futuras. Mas é comum a todas as teses apontar a relação entre a política econômica adotada no segundo mandato da presidenta Dilma e o golpe finalizado em 31 de agosto de 2016. Assim como é comum a todas as teses apontar não apenas os erros cometidos pelos governos, mas também os erros cometidos pelo Partido, assim como as debilidades dos movimentos sociais.

38. No que diz respeito especificamente ao governo Dilma, é importante lembrar a crítica feita pelo próprio Diretório Nacional do Partido, transcrita em algumas teses. Ao invés de acelerar o programa distributivista, como havia sido defendido na campanha da reeleição presidencial em 2014, o governo adotou medidas de austeridade sobre o setor público, os direitos sociais e a demanda. O ajuste fiscal, além de intensificar a tendência recessiva, gerou confusão e desânimo na base social petista: entre os trabalhadores, a juventude e a intelectualidade progressista, disseminou-se a sensação, estimulada pelos monopólios da comunicação, de estelionato eleitoral. A popularidade da presidenta rapidamente despencou. As forças conservadoras sentiram-se encorajadas a buscar a hegemonia nas ruas, pela primeira vez desde as semanas que antecederam o golpe militar de 1964. O enfraquecimento da esquerda, nos meses seguintes à vitória apertada no segundo turno de 2014, rapidamente alterou a correlação de forças no país, dentro e fora das instituições. A direita retomou a ofensiva. As frações de centro, assistindo ao derretimento do governo na opinião pública, começaram a se descolar da coalizão presidencial, deslizando para uma aliança conservadora que impôs sucessivas derrotas parlamentares à administração federal. Apesar de seguidas decisões do Partido, apontando ser indispensável mudar a política econômica para recuperar apoio político e social, o governo prosseguiu no rumo que escolhera, agravando as dificuldades e se distanciando do que era efetivamente necessário: recompor o equilíbrio fiscal através da tributação dos mais ricos e desmontar o oligopólio dos bancos, entre outras medidas que permitissem recursos para o Estado aprofundar políticas de desenvolvimento com distribuição de renda. Portanto, não se tratava nem se trata de um reordenamento orçamentário, mas sim de um novo ciclo programático baseado em reformas estruturais, sem o que o processo de desindustrialização e dependência externa vai se aprofundar, conduzindo o Brasil a uma situação econômica que já experimentamos antes da Revolução de 1930.

39. Como já foi dito por resoluções partidárias, registradas em algumas teses, o golpe confirmou que a burguesia, em determinada correlação de forças, pode até aceitar certas mudanças nos períodos expansivos, quando os avanços das camadas populares não resultam em diminuição de seus ganhos absolutos ou relativos. Mas a burguesia oferece brutal resistência quando esse equilíbrio distributivo está sob ameaça, particularmente nas fases de contração econômica. Noutras palavras, pode-se dizer que uma tentativa de golpe viria, mais cedo ou mais tarde, sejam quais fossem as formas e os pretextos.

40. Nesse sentido, como é dito em várias teses, deveríamos compreender que a hegemonia dos trabalhadores no Estado e na sociedade não depende exclusiva ou principalmente de administrações bem-sucedidas, nem tampouco de maiorias parlamentares, mas sim da construção de uma força política, social e cultural capaz de dirigir a sociedade e as instituições, derrotando nossos inimigos em todos os terrenos. Para construir esta força, deveríamos ter costurado um programa e uma aliança estratégica entre os partidos populares e os movimentos sociais, que pudesse ampliar o peso da esquerda, dentro e fora das instituições. Deveríamos, ainda, ter desenvolvido um trabalho articulado de disputa de hegemonia pelo partido, pelos governos petistas e pelas bancadas, através de políticas de Estado e das políticas partidárias de formação e comunicação, dentre outros. Sem isto, o nosso crescimento institucional foi insuficiente e, além disso, foi contaminado pelo financiamento empresarial de campanhas, afetando nossa militância político-ideológica, expondo negativamente nossa imagem, abrindo flancos para ataques de aparatos judiciais controlados pela direita.

41. Como essa construção não ocorreu, nosso balanço é chamado a explicar por quais motivos o impeachment foi aprovado por um parlamento onde a "base do governo" era supostamente majoritária, respaldado por um Supremo Tribunal Federal composto, em sua ampla maioria, por ministros indicados por presidentes petistas, apoiado em provas produzidas por investigações conduzidas por um Ministério Público e por uma Polícia Federal fortalecidas em nossas gestões e publicizado por meios de comunicação financiados, em boa medida, através de verbas partidárias do governo federal. Sem falar que Temer, o usurpador, teve sua candidatura a vice-presidente da República respaldada pelo voto amplamente majoritário de dois encontros do PT.

42. Sobre cada um destes pontos, as teses debatidas no 6º Congresso ofereceram diferentes interpretações. Algumas apontam para a existência de uma estratégia de conciliação de classes, que inclusive não teria se preparado para a hipótese de ocorrer uma reação golpista. Outras interpretações reconhecem decisões efetivamente incorretas, mas consideram que elas teriam se dado nos marcos de uma estratégia correta, que buscou levar em conta a correlação de forças. Independentemente da opinião que tem acerca destas diferentes interpretações, a maioria das teses aponta que nosso retorno ao governo deveria ser acompanhado da criação de condições para uma reforma geral das instituições, a ser feita por meio de uma Assembleia Nacional Constituinte.

43. Outro ponto presente em todas as teses é o tema da corrupção. É feita uma crítica da corrupção e da promiscuidade entre o público e o privado, seja enquanto componente indissociável do capitalismo em geral e da história do





Estado burguês no Brasil, seja enquanto "efeito colateral" dos mecanismos de financiamento privado empresarial.

44. Embora haja diferentes e algumas vezes muito contraditórias apreciações nas teses debatidas no 6º Congresso, pode-se dizer que todas apontam ser indispensável superar a adaptação do Partido ao "modus vivendi" da política tradicional no Brasil. Algumas teses destacam como exemplo principal de "adaptação" as coligações eleitorais com partidos de centro-direita, especialmente o PMDB. Outras destacam o estabelecimento de uma relação tradicional entre partido e governo, com o primeiro subordinando-se ao segundo, o que inclusive impediria o desempenho adequado e a defesa eficaz de ambos.

45. Na opinião de algumas teses, este processo de adaptação teria levado o PT, inclusive, a não travar alguns debates políticos e ideológicos apontados como decisivos. Embora cada tese faça sua lista específica, todas apontam que, em nome de cálculos eleitorais e/ou de governabilidade institucional, teríamos deixado de debater ou teríamos feito concessões em diversos temas, entre os quais são citados a questão do aborto, a segurança pública, a taxação das grandes fortunas, a reforma política, a reforma do sistema penitenciário, a reforma agrária, a defesa dos povos indígenas, entre outros. Há teses que chamam a atenção para o fato de que recusamos a tese formal da autonomia do Banco Central, mas que na prática esta autonomia foi exercida, beneficiando os interesses rentistas. Além disso, muitas resoluções de Conferências Nacionais – como as de Educação, Saúde, Direitos Humanos e Comunicação – teriam sido deixadas de lado.

46. Diversas teses fazem uma crítica enfática ao que consideram uma determinada interpretação do "republicanismo", que teria nos levado a decisões equivocadas em questões relativas ao Ministério Público, à Procuradoria Geral da República, ao Supremo Tribunal Federal e à Polícia Federal. Na opinião destas teses, sem aquele tipo de "republicanismo", a Operação Lava Jato e, antes dela, a Ação Penal 470 não teriam conseguido instalar uma "justiça de exceção", organizada com o objetivo de destruir o PT e Lula. Com o mesmo propósito, mas utilizando uma terminologia distinta, há teses que criticam a crença na neutralidade das instituições.

47. A título de conclusão, podemos afirmar que, ao tratar do tema "balanço", as teses debatidas no 6º Congresso Nacional discutem em que medida a ação dos nossos governos influuiu e deixou de influir na relação de forças entre as classes sociais existentes no Brasil.

48. Do ponto de vista da ação presente e futura do Partido, o 6º Congresso considera que esta é uma das questões fundamentais sobre as quais devemos nos debruçar, se quisermos voltar a governar o Brasil e se quisermos ser vitoriosos numa próxima experiência governamental. A saber: como utilizar nossa presença no governo nacional para alterar a relação de forças na sociedade brasileira. Ou, dito de outra forma: o que fazer para fortalecer cultural, política e economicamente as classes trabalhadoras? Como atrair os setores médios, buscando impedir que eles se convertam em tropa de choque da reação? Que ações implementar com o objetivo de dividir e enfraquecer o poder cultural, político e econômico da classe dominante? Responder a estas perguntas é uma das principais contribuições que o balanço pode e deve dar para a discussão sobre nosso programa, nossa

estratégia, nossa tática e nossa política de organização.

49. Concluímos enfatizando este último ponto: mudar o Brasil implica conquistar governos, mas exige principalmente construir um novo poder. E construir um novo poder é uma tarefa das organizações da classe trabalhadora, dentre as quais o próprio Partido dos Trabalhadores. Neste sentido, talvez um de nossos maiores erros tenha sido acreditar ser possível terceirizar, para os governos, tarefas políticas, sociais e culturais que cabiam antes de tudo ao próprio Partido.

50. Reconhecer este erro e tomar as medidas práticas para que ele não se repita - realizando mudanças no trabalho de massas cotidiano, no discurso feito junto à sociedade, na política de alianças, na atitude perante as instituições do Estado, no peso do institucional, nos costumes, no direcionamento das atividades partidárias, no esforço para produzir uma cultura e uma elaboração teórica à altura das necessidades – é o principal sentido das resoluções de balanço do 6º Congresso do Partido dos Trabalhadores.





Resolução sobre Estratégia e Programa

1. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ao longo de sua história, tem sido alavancado por superexploração do trabalho, concentração de renda e riqueza, exclusão social e subordinação aos centros imperialistas. O processo de formação das classes dominantes locais, associado à sua inserção subalterna na ordem capitalista mundial, somente ofereceu, aos trabalhadores e às demais camadas populares, a chibata do escravismo, da desigualdade, da dependência e da pobreza.

2. Esses fenômenos, longe de constituírem deformações ou enfermidades do sistema, representam sua própria lógica. Cruzam-se e sintetizam o processo permanente de barateamento da mão de obra, apropriação dos recursos estatais por grupos monopolistas, abertura indiscriminada aos fluxos internacionais de capital, desobrigação fiscal sobre o lucro capitalista e exploração predatória dos recursos naturais. São esses os caminhos pelos quais a burguesia brasileira historicamente se embrenhou para compensar fragilidades estruturais e melhorar seu lugar na acumulação planetária de capitais.

3. A reprodução da miséria e da pobreza, acompanhada por opressão de raça e gênero, sempre foi funcional para a manutenção de um gigantesco exército industrial de reserva, além de refletir a situação de abandono provocada por modelos de desenvolvimento nos quais o mercado interno se restringe às camadas médias e ricas da sociedade.

4. Ao longo dessa trajetória, ocorreram variações, de duas naturezas distintas. O primeiro tipo refere-se a quando frações nacionalistas da burguesia, com forte base entre os trabalhadores, ascenderam à direção do Estado, como foram os casos do segundo governo de Getúlio Vargas e da administração de João Goulart. O segundo, durante os governos Lula e Dilma, quando um partido orgânico da classe trabalhadora alcançou o comando do poder público. Essas experiências tiveram em comum o redirecionamento do orçamento nacional para a expansão do mercado interno de massas por meio do aumento de salários e direitos, do fortalecimento do Estado como indutor e coordenador do desenvolvimento econômico e da adoção de uma política internacional efetivamente soberana. Mais cedo ou mais tarde, nesses capítulos de nossa história, os setores hegemônicos do empresariado e seus aliados externos acabariam por comandar movimentos de caráter antinacional, antipopular e antidemocrático, com o objetivo de trazer o capitalismo brasileiro de volta ao seu leito histórico.

5. Até o final do governo Fernando Henrique Cardoso, marcado pela financeirização global, essas características se exacerbaram: além de gerarem sofrimento e escassez de oportunidades às amplas majorias, levaram à perda de força propulsora, atolando o país em baixas taxas de crescimento e investimento, ao mesmo tempo em que a rentabilidade dos ativos financeiros impulsionava os lucros monopolistas.

6. A principal consequência desse processo, no mundo do trabalho, é bastante conhecida: brutal precarização das relações laborais. O país foi empurrado à desindustrialização, à ampliação do território dedicado à agricultura de commodities e ao extrativismo mineral, à subordinação ao sistema financeiro internacional.

7. Esse cenário começou a ser alterado durante os governos liderados pelo PT, quando a elevação geral dos salários, a expansão de direitos, a recuperação do Estado e a reorientação do orçamento público impulsionaram o mercado interno, dinamizando o conjunto da economia em conjunto com a expansão do comércio mundial de commodities. A partir da crise capitalista de 2008, no entanto, paulatinamente emergiu forte reação burguesa, buscando cortar profundamente custos salariais diretos e indiretos, além de recuperar espaço nos gastos e fundos públicos, particularmente através da receita com juros e subsídios diversos. Essa contraofensiva foi relativamente contida até 2013, pelo sucesso das administrações petistas em preservar o consumo familiar, o investimento estatal e o crescimento econômico geral. Mas adquiriu agressividade quando começaram a declinar os fatores que serviam de compensação às elites frente ao aumento constante da renda do trabalho. Trata-se, enfim, da prova mais recente de incompatibilidade entre a via brasileira de desenvolvimento capitalista e os interesses nacionais-populares. O golpe de Estado perpetrado em 2016 foi a expressão política dessa arremetida do grande capital.

8. O velho sistema oligárquico-burguês revela-se, portanto, incapaz de garantir desenvolvimento sustentável, justiça social, direitos civis e independência nacional. Nessas circunstâncias, criar as condições políticas, materiais e culturais para o nascimento de uma sociedade pós-capitalista, de natureza socialista e democrática, constitui a tarefa histórica fundamental que norteia o Partido dos Trabalhadores, tal como afirmam o Manifesto de Fundação e as resoluções sobre socialismo petista aprovadas no 7º Encontro Nacional (1987), no 1º Congresso (1991) e no 3º Congresso (2007).

9. A emancipação dos trabalhadores, nesse sentido, somente será possível com a superação do regime capitalista, incapaz de resolver os grandes problemas do país. Reformas que arrefeçam sua natureza parasitária devem ser entendidas como potencialmente antagônicas às características dominantes que o regulam, colocando sob tensão a sobrevivência do próprio sistema e desmontando seus pilares de sustentação, ao mesmo tempo em que favorecem a educação política e a mobilização de amplas massas.

10. O PT entende que a reconstrução do socialismo como ideal de amplos setores sociais é um dos maiores desafios de nossa época.

11. Nosso partido se constituiu realizando uma profunda crítica aos limites e às contradições da social-democracia e ao chamado socialismo real. Ao fazê-lo apontou a necessidade de superação da gênese e dinâmicas da concentração capitalista, de ruptura dos monopólios sobre a indústria, o comércio, a terra e as finanças, a necessidade de planificação democrática da economia, de fortalecimento de empreendimentos não monopolistas e da economia solidária e cooperativa, de grande desenvolvimento da ciência, da tecnologia, das artes e da cultura em geral, bem como de sua democratização, de proteção e sustentabilidade ambiental.





12. As transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, na direção da superação da dominação de seres humanos por outros seres humanos, envolverão processo contínuo de lutas e conquistas, rupturas e conflitos, criação e recriação de experiências em todos os campos da vida humana. Como em outros períodos históricos as experiências de transformação nada terão de linear.

13. O Partido dos Trabalhadores buscará, com maior audácia e rigor teórico, com vigor e compromisso, intensificar o debate sobre os fundamentos de nossa concepção de socialismo democrático em diálogo com as forças populares, intelectuais, artistas, partidos de esquerda, alimentando-nos para isso também da interlocução com a esquerda em diferentes partes do mundo. Mas o fazemos a partir da luta e da experiência concreta da classe trabalhadora, cuja força e movimento alimentam a existência do PT. Temos a convicção de que a sociedade capitalista, baseada na exploração e na opressão, está longe de ser o fim da história e de que ela pode e deve ser superada, para que a humanidade alcance novos patamares de dignidade e padrões de convívio social justos e livres.

14. O socialismo pelo qual lutamos corresponde à mais profunda democratização. Isto significa democracia social; pluralidade ideológica, cultural e religiosa; igualdade de gênero, igualdade racial, liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. A igualdade entre homens e mulheres, o fim do racismo e a mais ampla liberdade de expressão sexual serão traços distintivos e estruturantes da nova sociedade. O pluralismo e a auto-organização, mais do que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social. Devemos ampliar as liberdades democráticas duramente conquistadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária e a criação de novos mecanismos institucionais que combinem democracia representativa e democracia direta. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.

15. O socialismo petista é internacionalista. Somos todos seres humanos, habitantes de um mesmo planeta, casa comum a que temos direito e de que todos devemos cuidar. O capitalismo é um modo de produção que atua em escala internacional e, portanto, o socialismo deve também propor alternativas mundiais de organização social. Apoiamos a autodeterminação dos povos e valorizamos a ação internacionalista, no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista é nossa inspiração permanente. Os Estados nacionais devem ter sua soberania respeitada e devem cooperar para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais. Os organismos multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial deverão ser reformados e/ou substituídos, para que sejam capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento e na paz.

16. A economia socialista deverá ter como centro organizador o planejamento democrático e ambientalmente orientado. Uma economia colocada a serviço, não da concentração de riquezas, mas do atendimento às necessidades presentes

e futuras do conjunto da humanidade. Para tanto será necessário retirar o planejamento econômico das mãos de quem o faz hoje: da anarquia do mercado capitalista, bem como de uma minoria de tecnocratas estatais e de grandes empresários, a serviço da acumulação do capital e, por isso mesmo, dominados pelo imediatismo, pelo consumismo e pelo sacrifício de nossos recursos sociais e naturais.

17. O principal pilar desse novo modo de produção será a propriedade pública dos grandes meios de produção. As riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social, de toda a humanidade. O socialismo que almejamos, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não deve ser confundida com propriedade estatal, e que deve assumir as formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica do mercado capitalista, quanto o planejamento autocrático estatal vigente em muitas economias ditas socialistas. Queremos prioridades e metas produtivas que correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos de quem comanda o Estado. Queremos conjugar o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais, com uma nova organização do trabalho, capaz de superar a alienação característica do capitalismo. Queremos uma democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva, quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social.

18. O progresso desse novo sistema depende, em grande medida, da integração latino-americana e do fortalecimento de blocos que se contraponham ao controle dos Estados imperialistas sobre as principais entidades creditícias, comerciais, reguladoras e militares do planeta. A alternativa socialista não se circunscreve apenas às fronteiras nacionais, pois sua viabilidade está parcialmente condicionada pela capacidade de criar gigantescos ativos em infraestrutura, crédito, mercado de consumo, escala de produção, comércio exterior, tecnologia e inovação, proteção do meio ambiente e autodefesa.

19. Os ideais e valores do socialismo democrático se constituem, para nós, nos referenciais para formulação das bandeiras de luta, para resgatar o que está sendo destruído pelo governo golpista e aprofundar a construção de nosso programa alternativo para o país, que deve avançar nas reformas democrático-populares iniciadas nos governos Lula e Dilma.

20. As profundas reformas de que nosso país necessita exigem a um só tempo mobilização popular e construção social, elaboração intelectual e política. Nosso intuito é que sejam defendidas pela maioria dos trabalhadores e trabalhadoras, pela juventude, pelos intelectuais e cientistas, de todas as etnias, em todas as regiões.

21. O PT está desafiado a contribuir para a ampliação da organização e consciência crítica das classes trabalhadoras na luta contra as orientações e as medidas ultraliberais impostas por um governo sem voto e sem legitimidade. Nesse processo o partido deve seguir atualizando seu programa em diálogo com os movimentos sociais, com as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, com todos os setores e personalidades comprometidos com a transformação da sociedade brasileira no rumo da justiça social e da verdadeira democracia.





Trata-se de combinar, cada vez mais, mobilização social e ação institucional, o que envolverá conflitos e rupturas, pois a natureza das classes dominantes brasileiras, além de colonial e racista, é profundamente antidemocrática, refletindo mentalidade política decorrente do caráter particularmente predador e excludente do capitalismo tardio. Mesmo diante de reformas que beneficiem as classes populares sem afetar de modo estrutural os interesses das elites, o grande capital não hesita em atropelar o Estado de Direito.

22. A realização dessas tarefas históricas depende, a médio e longo prazos, da construção do poder popular, de um Estado dirigido pelas classes trabalhadoras, condição indispensável para impulsionar reformas que promovam a transformação profunda da vida nacional. Esse é o caminho que materializa o destino traçado no manifesto de fundação do PT: "conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores".

23. A edificação do Estado popular ultrapassa a disputa pelo comando das velhas instituições oligárquicas: apenas a radicalização da democracia, no curso de uma revolução política e constituinte, poderá sedimentar o processo de mudanças que almejamos. Novas instituições e métodos, que combinem mecanismos representativos com instrumentos plebiscitários, democracia direta e poder local, são indispensáveis para as reformas estruturais e a transição ao socialismo, com a plena vigência, entre outros direitos fundamentais, do voto universal e secreto, da liberdade de imprensa e manifestação, da livre organização partidária e sindical.

24. A via de aproximação para as classes trabalhadoras poderem colocar na ordem do dia o nascimento do Estado popular, nas condições históricas atuais, é a retomada da Presidência da República e a formação de uma maioria parlamentar defensora das reformas estruturais. Este é o desdobramento almejado de um processo que combine lutas institucionais e sociais, política de alianças e construção partidária, elaboração programática e reivindicações específicas, mobilização popular e batalha eleitoral, gestão local e atuação parlamentar, educação de massas e batalha cultural.

25. A conquista do governo federal representa etapa essencial, mas não significa que o poder político terá transitado para as classes trabalhadoras. No interior do Estado poderá ser aberto, por período indeterminado, contraposição entre o Poder Executivo, recuperado pelo bloco histórico progressista, e antigas instituições que servem aos desideratos das oligarquias. Apenas com a intensificação da disputa por hegemonia essa situação poderá ter solução favorável, a partir de medidas político-administrativas que ampliem o poder popular, de pressão permanente e organizada das ruas, do desmonte dos monopólios de comunicação, da elevação da consciência e cultura das massas, do reforço dos movimentos populares e do desaparecimento do sistema jurídico-policial.

26. As forças progressistas, inclusive ao reconquistarem o governo federal, deverão levar em conta o aprendizado recente: se não estiverem preparadas para enfrentar ataques das elites oligárquico-burguesas à democracia, como resposta previsível desses setores à perda da direção do Estado, estarão fadadas a sucessivas derrotas estratégicas. As medidas concernentes vão além de garantir maioria parlamentar: implicam democratizar o Poder Judiciário, o Ministério

Público e a Polícia Federal, entre outras estruturas de coerção, impedindo seu controle pela alta tecnocracia ou por nichos corporativos vinculados aos interesses das classes dominantes.

27. Esse processo de democratização inclui o fortalecimento e a reformulação do papel das Forças Armadas, com sua dedicação exclusiva à defesa nacional e a programas de integração territorial. Também são imprescindíveis a aplicação das recomendações prescritas pela Comissão Nacional da Verdade acerca dos direitos humanos e a alteração dos currículos das escolas de oficiais, expurgando valores antinacionais e antidemocráticos como o elogio ao golpe de 1964 e ao regime militar que então se estabeleceu.

28. Igualmente deve ser estabelecido novo marco regulatório das comunicações, que acabe com o oligopólio da mídia e assegure o direito à livre expressão, criando as bases jurídico-materiais para um modelo plural que incorpore os meios fundamentais de informação, entretenimento e cultura.

29. Entretanto, as medidas adotadas pelo governo usurpador, de ruptura da ordem democrática e das garantias constitucionais, colocam sob risco a estratégia proposta por nosso partido desde 1987, particularmente se vier a bloquear, mesmo momentaneamente, o caminho eleitoral ao comando do Estado. Somente poderemos enfrentar cenário com essas características se fortalecermos nossas relações com movimentos, frentes e partidos que tenham seu centro de gravidade na organização e mobilização popular, para defendermos o processo democrático a partir da vigilância e da fiscalização das instituições, recorrendo a métodos de intensa participação social. Para tanto, o Partido dos Trabalhadores deve recombina atuação nos parlamentos e executivos com a intensificação da atuação de seus filiados nos núcleos, diretórios zonais, municipais e estaduais, nos setoriais, de modo a fortalecer a participação nos sindicatos, organizações estudantis, culturais e populares, nas entidades de bairro e movimentos reivindicatórios, ajudando na revitalização da política e da confiança na participação popular, como instrumento de libertação econômica, social e política das classes trabalhadoras.

30. A formação de uma maioria social, política e eleitoral que sustente nossa estratégia deve estar ancorada em um programa que responda às angústias do povo brasileiro e aos entraves para o desenvolvimento nacional com reformas que desatem os nós impostos pelo capitalismo monopolista e orientem políticas públicas a serem adotadas ao se reconquistar o governo nacional.

31. As reformas estruturais – de cunho democrático, antimonopolista, antilatfundinário, anti-imperialista e libertário – representam plataforma capaz de agregar amplas parcelas da população, das classes trabalhadoras aos pequenos e médios empresários, o mundo da cultura e a juventude, as mulheres e a população LGBTT, os negros e os índios, os pobres da cidade e do campo. Trata-se, afinal, de tarefas inconclusas ou negadas pela hegemonia burguesa no Brasil, cuja realização romperia o dique da superexploração do trabalho, da exclusão social e da dependência nacional, da plutocracia política e do autoritarismo estatal, ao mesmo tempo em que se avançaria no rumo de uma sociedade pós-capitalista.

32. Tais propostas buscam abrir a transição para outro sistema econômico-so-





cial, dotando o país de um modelo que, sustentado pelo dinamismo do mercado interno e a centralidade do consumo coletivo, na forma de obras de infraestrutura e serviços públicos universais, promova a reindustrialização acelerada, o desenvolvimento regional, a autossuficiência agrícola, a independência financeira, a soberania nacional e a integração continental.

33. A principal bandeira de nosso programa é a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana, destinada a reorganizar estruturalmente o Estado brasileiro e aprovar reformas que reorganizem suas bases socioeconômicas e institucionais, dilaceradas pelo governo usurpador. A democratização das instituições brasileiras é preâmbulo indispensável para as demais reformas estruturais.

34. Treze capítulos fundamentais sintetizam essas reformas:

Reforma política. Parlamento unicameral e proporcional ao número de eleitores em cada estado. Adoção do voto em lista partidária. Proibição de coligações proporcionais. Criação de federações partidárias. Financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. Fortalecimento dos mecanismos de democracia direta e soberania popular, subordinado a deliberações da Assembleia Nacional Constituinte, com ampliação da prerrogativa de convocação dos plebiscitos também para o poder executivo e os eleitores, entre outros instrumentos.

Democratização da mídia. Proibição de propriedade cruzada. Proibição de propriedade de meios por parlamentares, governantes ou familiares até segundo grau. Criação de um Fundo em Defesa da Liberdade de Imprensa, com um percentual da receita publicitária das televisões aberta e fechada, além das rádios, para estimular novos meios de comunicação. Cláusula de objeção por consciência em todas as redações. Criação de um Conselho Social de Comunicação, que autorize e renove licenças para emissoras de rádio e TV, retirando essa prerrogativa do parlamento. Criação do direito gratuito de antena para televisão aberta e rádios.

Reforma do sistema de segurança pública. Instituição de mandatos limitados para ministros da Suprema Corte, do STJ, do TST e desembargadores dos TRFs e TJs. Desmilitarização das PMs estaduais e unificação com a polícia judiciária. Reformulação do Sistema Nacional Penitenciário, com a incorporação de todas as prisões e casas de detenção a um modelo único de gestão.

Reforma tributária. Tributação de juros sobre capital próprio. Tributação sobre lucros e dividendos. Taxação sobre remessa de lucros e dividendos ao exterior. Extensão do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para barcos e aviões. Adoção de Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF). Revisão da tabela do imposto de renda sobre pessoas físicas, com aumento do piso de isenção e ampliação progressiva das faixas de contribuição. Aumento do imposto sobre doações e grandes heranças, com repactuação do valor arrecadado entre União, estados e municípios.

Reforma financeira. Lei antitruste do sistema financeiro. Separação entre bancos comerciais e de investimento. Ampliação dos direitos operacionais de bancos municipais e cooperativos. Reorganização do Banco Central como guardião da moeda, do emprego e do desenvolvimento nacional. Fortalecimento dos bancos públicos. Criação de uma agência de proteção aos direitos do consumidor de produtos financeiros.

Reforma agrária. Adoção de regime progressivo para o Imposto Territorial Rural para propriedades improdutivas. Redefinição dos índices de produtividade para fins de reforma agrária. Proibição da venda de terras para estrangeiros. Estabelecimento de limites regionais para a propriedade agrária e o agronegócio. Fortalecimento da agricultura familiar e das cooperativas agroindustriais como vertentes principais para a conquista de autossuficiência alimentar. Defesa dos direitos e heranças dos povos originários.

Empresas de energia. Recomposição do regime de partilha, com a participação obrigatória da Petrobras nas explorações do Pré-Sal. Criação do Sistema Nacional de Energia, com o controle estatal sobre todas as distintas empresas do setor.

Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Definição de metas e meios para o crescimento da economia por meio de um plano decenal, que tenha como principal objetivo a recuperação da indústria brasileira e a renovação da infraestrutura do país. Regionalização do desenvolvimento a partir de planos para o norte e o nordeste do país.

Direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Restabelecimento da obrigação constitucional mínima com saúde e educação. Revogação da PEC 55. Aprovação da Consolidação de Leis Sociais, constitucionalizando o direito à renda mínima e outros benefícios. Constitucionalização da lei de valorização do salário mínimo por vinte anos. Redução da jornada máxima semanal de trabalho para 40 horas.

Reforma urbana. Combate à concentração de propriedades urbanas por meio de medidas fiscais progressivas e limitação legal da especulação imobiliária. Políticas públicas que eliminem o déficit habitacional, protejam as áreas verdes e de lazer, expandam os terrenos destinados a fins públicos como esporte e cultura.

Acesso à saúde e educação. Fortalecimento do SUS, com aumento das verbas para saúde pública até 10% da receita corrente bruta. Cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, com investimentos de 10% do PIB nas redes públicas de ensino.

Direitos das mulheres. Descriminalização do aborto e regulamentação de sua prática no serviço público de saúde. Garantia do direito ao pagamento de salário igual para trabalho igual. Extensão da licença-maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras.

Direitos humanos. Descriminalização progressiva do consumo de drogas. Constitucionalização dos direitos de casais homoafetivos como entidade familiar plena. Promoção de políticas públicas e educacionais de combate ao racismo, ao machismo, à homofobia e a toda forma de preconceito.

35. A realização desse programa, a ser detalhado em intenso diálogo social, tem como ponto de apoio fundamental uma coalizão de partidos e movimentos que represente os operários, os trabalhadores do campo e os camponeses sem terra, os assalariados de serviços e comércio, os micro e pequenos empreendedores, os trabalhadores domésticos, os pequenos proprietários rurais e urbanos. Também deve agregar cientistas, intelectuais, artistas e jovens que impulsionam movimentos progressistas no campo da cultura e na sociedade; movimentos





antirracistas que lutam por igualdade racial, de libertação das mulheres que lutam por igualdade de gênero, os agrupamentos de defesa dos direitos de gays, lésbicas e transexuais.

36. A Frente Brasil Popular, espaço fundamental de nossa estratégia, deve ser ampliada e fortalecida como instrumento de mobilização e colaboração programática, preservando sua autonomia em relação às coligações eleitorais ou governamentais. Ao representar os agentes principais do projeto nacional que defendemos, deve atuar também para isolar as vozes do grande capital, ao mesmo tempo em que busca dividir sua base de apoio, atrair setores que se descolam de sua direção e estabelecer acordos táticos capazes de contribuir para o fortalecimento do campo popular. O PT igualmente se empenhará em manter o diálogo e estreitar relações políticas com a Frente Povo Sem Medo.

37. A Frente Brasil Popular tem o papel de aglutinar forças, alinhar o debate, encaminhar ações conjuntas e forjar a unidade da esquerda. Não deve suplantar as entidades que a compõem ou se sobrepor aos partidos, às centrais sindicais e movimentos sociais, aos quais cabem o protagonismo das ações. À Frente Brasil Popular cabe a construção da unidade na ação. Ao PT cabe o compromisso de priorizar a construção dos movimentos sociais que compõem a FBP.

38. A política de alianças, incluindo as coalizões eleitorais, deve aglutinar quem partilhe de uma perspectiva anti-imperialista, antimonopolista, antilatifundiária e radicalmente democrática. Aponta para um governo encabeçado pelo PT, Lula presidente, com partidos, correntes e personalidades que estabeleçam compromisso programático dessa natureza. A consolidação de uma esquerda antissistema, com clara identidade de projeto, constitui elemento central de nossa orientação política.

39. O Partido dos Trabalhadores dedicará suas melhores energias a esse projeto, engajando sua capacidade de formulação, convocação e representação. Temos consciência de que nosso desempenho poderá ter peso decisivo no sucesso dessa grande aliança, ampliando suas fronteiras, aprofundando seu enraizamento e alargando seus horizontes.

40. Ao retomarmos o fio da meada da estratégia democrático-popular, estabelecida ao longo da história de nosso partido, enriquecida pelas lições do período de governo e atualizada aos novos problemas nacionais, o Partido dos Trabalhadores reafirma seu compromisso com a construção do caminho brasileiro ao socialismo e com a luta do povo brasileiro por sua plena emancipação.





Resolução sobre Estrutura e Funcionamento Partidário

1. O Partido dos Trabalhadores realiza seu 6º Congresso Nacional sob o fogo cerrado da aliança golpista que destituiu a Presidenta Dilma, impôs um governo ilegítimo e impopular e um programa neoliberal derrotado nas quatro últimas eleições presidenciais. Somente pela força e pela violência institucional esse golpe se sustenta e se perpetua. No seu horizonte, a destruição do PT e da esquerda, como alternativa de poder, está posta como um dos objetivos da aliança golpista.

2. O PT resiste com o povo brasileiro ao golpe, ao governo Temer e à sua agenda de contrarreformas em curso no Congresso Nacional. O 6º Congresso reivindica, nessa resistência, a imensa contribuição que o PT deu, dá e dará ao processo político brasileiro e à luta democrática e socialista na América Latina e no mundo. Nosso legado não será enovilhado e nosso futuro não será destruído pelas elites brasileiras e internacionais que se colocam no campo do golpe.

3. Somos hoje cerca de 1,7 milhão de filiados e filiadas com diferentes tipos de relação orgânica com o partido, e uma ténue política de organização, comunicação e mobilização para integrá-los plenamente à vida partidária, a oportunidades de participação e formação.

4. Nossos estatutos preveem como principais espaços de organização partidária desses filiados e filiadas os núcleos, os setoriais e os diretórios. A fragilidade desses mecanismos se expressa hoje na existência pífia de núcleos nos municípios, na falta de enraizamento e vida permanente dos setoriais na base e na falta de atividade permanente e de quórum nos milhares de diretórios zonais e municipais pelo país.

5. Assim, o conjunto de filiados e filiadas pouco participa das instâncias criadas para sua organização no interior do partido e de atividades para além dos períodos de campanhas eleitorais, sejam elas de formação, de cultura, de finanças ou de mobilização.

6. Sem organização permanente e enraizada disponível, os processos eleitorais internos e externos são atualmente o auge do processo de participação nas decisões do partido para a imensa maioria de filiados. Ampliar a participação militante, recuperar qualidade em nossa capacidade de elaboração programática e de disputa ideológica na sociedade, nossa relação com os movimentos sociais organizados e as lutas dos mais variados setores que se levantam na defesa de seus direitos, bem como recuperar iniciativa política e novas práticas e avanços na formação política, comunicação e mobilização do Partido são diretrizes essenciais das principais decisões deste 6º Congresso.

7. Desde já, esse debate que se inicia no 6º Congresso, de revisão de nossas

estruturas, programas e estatutos, fica pautado para toda a militância do PT, sob coordenação da nova Direção Nacional eleita e tendo como horizonte de decisão o próximo Congresso, quando tivermos a oportunidade de discutir, especificamente, nossa vida partidária, ajustar rumos e consolidar, em alterações estatutárias de maior fôlego, nosso compromisso com esse partido imprescindível à luta do povo brasileiro desta e das futuras gerações.

8. O 6º Congresso reafirma algumas das mais importantes conquistas estatutárias da história do PT, decorrentes de uma concepção radicalmente democrática que preside sua tradição: o caráter plural e democrático da construção partidária, o direito de tendências à proporcionalidade para a constituição de direções partidárias, a organização militante em núcleos, setoriais e diretórios.

9. Alguns temas são encruzilhadas que precisamos vencer neste momento histórico de enfrentamento, e, para tanto, se colocam para a deliberação de delegados e delegadas deste 6º Congresso.

Sobre a filiação e a participação de filiados e filiadas na vida interna

1. Considerando a necessidade de fortalecer o PT para enfrentar a ofensiva conservadora que pretende retirar direitos sociais duramente conquistados, o 6º Congresso decide realizar no 2º semestre de 2017 uma Campanha Nacional de Filiação e de atualização de dados cadastrais dos filiados. A campanha deverá ter um foco especial n@s trabalhador@s mulheres, negr@s, indígenas e jovens. Para facilitar o acesso aos filiados, equipes deverão ser organizadas em cada município para promover atividades descentralizadas (nos bairros) e realizar visitas às residências dos filiados, bem como utilizar mídias sociais (como o Facebook, WhatsApp, Instagram, etc).

2. O PT realizará, anualmente, jornadas nacionais de filiação e de formação política, associadas entre si, com o objetivo de ampliar sua presença na sociedade, em particular entre trabalhador@s, jovens, mulheres, negr@s e indígenas.

3. As listas de filiados e filiadas serão públicas para todas as comissões executivas, nos três níveis federativos – nacional, estadual e municipal –, conferindo transparência à movimentação interna de filiados e filiadas, além de sua condição de adimplência junto ao SACE.

Sobre a organização de base e setorial do Partido

1. O PT realizará, bianual ou extraordinariamente, já a partir de 2018, encontros zonais, municipais e estaduais, de forma presencial, com pauta política definida pelo Diretório Nacional do PT, abertos à participação de todos os filiados e filiadas militantes nos encontros de base e com delegados e delegadas eleitos (as) nestes para os de nível superior.

2. Núcleos e setoriais devidamente constituídos e acompanhados pelas direções zonais e municipais terão direito à voz sobre os temas de debate nas instâncias dirigentes.

3. Cada setorial partidário nacional ou estadual organizará núcleos setoriais de base nos diretórios zonais e municipais.

4. Cada diretório zonal ou municipal organizará reuniões periódicas internú-





cleos, com caráter de formação política e construção de agendas comuns com os movimentos sociais.

5. A construção de núcleos e setoriais será a prioridade de um esforço nacional em 2018, coordenado pelas Secretarias Nacionais de Organização, Mobilização e Movimentos Populares e Políticas Setoriais.

6. O 6º Congresso convoca os encontros setoriais e o Congresso da JPT para o segundo semestre de 2017, com pauta e cronograma definidos na primeira reunião do novo diretório nacional eleito. O 6º Congresso decide criar a Secretaria Setorial Nacional LGBT, a ser constituída neste mesmo cronograma.

7. O congresso do PT convoca para o segundo semestre de 2017 o Congresso da JPT. Logo após o 6º Congresso Nacional do PT, a JPT deve convocar um conselho político juntamente com todas as forças políticas nacionais, que terão participação garantida, a fim de construir uma proposta de regimento e pauta política, que será encaminhada ao diretório nacional.

8. Para ampliar a atuação da Juventude do PT, é preciso adotar medidas que contribuam com a sua sustentação financeira, de modo a garantir espaços de formação política, fóruns de discussão e ampliar o debate com os diversos movimentos sociais de juventude que apresentam e discutem suas agendas.

9. As cotas de 20% para a juventude são fundamentais para o processo de transição geracional, para formação e a chegada de companheiros e companheiras aos espaços de decisão do partido. O Congresso do PT reforça a defesa e a garantia das cotas de juventude, sem prejuízo à construção de uma JPT de massas. É necessário que a JPT e o conjunto do partido realizem uma ampla discussão sobre a participação dos jovens nas instâncias partidárias e sobre a relação das cotas com o fortalecimento da JPT. O PT deve fortalecer a articulação junto aos movimentos sociais de juventude, para garantir que o partido esteja sintonizado com as pautas e as lutas sociais que são prioridades para a juventude.

10. O PT ampliará, por meio de uma plataforma digital que integrará múltiplas finalidades, a participação de filiados e filiadas em comunidades e núcleos virtuais, a gestão política do partido, o acesso a cursos à distância de formação de base, de militantes e dirigentes, a realização de enquetes sobre temas variados propostos pela direção ou outras instâncias partidárias e a votação, por meio digital, em referendos e plebiscitos convocados pela direção partidária.

11. Caberá ao Diretório Nacional regulamentar os dispositivos de nossos estatutos sobre a realização de plebiscitos e referendos para a tomada de decisões de filiados e filiadas sobre temas de nossa construção partidária, programa ou resoluções políticas.

Sobre as direções partidárias

1. Entre 1980 e 2001, o PT elegeu suas direções em congressos. De 2001 a 2013, por meio do PED. No 5º Congresso do PT decidiu-se pela manutenção do PED. Em 2017, o DN resolveu, em caráter extraordinário, realizar um processo combi-

nado: eleição de delegados e direções municipais por meio de PED e eleição de direções estaduais e nacional durante o congresso. O 6º Congresso do partido, ouvidas as diferentes opiniões de mérito a respeito e tendo em vista solucionar a questão de forma democrática, decide:

a) Convocar um plebiscito para decidir sobre o processo de eleição das direções partidárias.

b) O Diretório Nacional regulamentará o plebiscito, com base nas diretrizes a seguir:

i. Poderão votar no plebiscito todos os filiados e as filiadas até o dia 3 de junho de 2017, respeitadas as demais regras estatutárias, inclusive as aprovadas no 6º congresso.

ii. A votação será feita em urna eletrônica, num único dia, em todo o país, naquelas cidades em que haja diretório municipal eleito pelo PED realizado em 9 de abril de 2017.

iii. As propostas que serão submetidas à votação no plebiscito serão inscritas junto ao DN do PT. As propostas devem ser subscritas, obrigatoriamente, por pelo menos um integrante do DN. O prazo de inscrição das propostas será estabelecido pelo DN, quando da regulamentação do plebiscito. Uma vez recebidas as propostas, o DN irá debatê-las, na perspectiva de construir uma síntese. Concluído este debate, o DN definirá quais as formulações que serão submetidas à votação, preservado o direito de apresentação de todas as propostas existentes que tenham o apoio de pelo menos um membro do Diretório Nacional.

iv. O DN poderá incluir outras questões – não vinculadas ao processo de eleição das direções partidárias -- para votação no plebiscito.

v. O Diretório Nacional elegerá uma Comissão Eleitoral, a ser regulamentada em resolução específica, com representação das diferentes propostas que serão submetidas à votação.

vi. Caberá a esta Comissão Eleitoral receber da SORG e homologar a lista de filiados e filiadas aptos ao voto, lista que será utilizada nas urnas eletrônicas.

vii. Caberá a esta Comissão Eleitoral também organizar uma programação de debates sobre os diversos temas, que devem incluir: a) pelo menos um debate presencial em todos os Diretórios Municipais; b) pelo menos um debate presencial em cada macrorregião e microrregião partidária; c) pelo menos um debate presencial em cada Diretório Estadual, preferencialmente transmitido ao vivo, ou então gravado para posterior divulgação; d) um material impresso, que será enviado a todos os filiados e filiadas, material no qual haverá espaço idêntico para a defesa de cada uma das posições inscritas para votação na urna.

viii. A decisão do plebiscito entrará em vigor a partir da eleição da próxima Direção Nacional do PT, convocada para 2019.

2. A paridade de gênero e as cotas geracional e étnico-racial serão mantidas





e valorizadas para a plena garantia das políticas previstas no Estatuto e nas resoluções do V Congresso.

3. O PT dará especial atenção à constituição das Comissões de Ética e dos Conselhos de Assuntos Disciplinares, previstos no Estatuto e no Código de Ética, de modo a criar efetivamente as condições para que o partido enfrente os dilemas éticos da prática de seus filiados e filiadas em todos os níveis. Será objeto de especial atenção da nova direção a escolha imediata e posse das Comissões de Ética e Conselhos de Assuntos Disciplinares em todos os níveis.

4. O Congresso Nacional determina à Comissão de Ética nacional que examine todos os casos analisados pela CEN e/ou pela Câmara de Recursos, no quais uma destas instâncias tenha deliberado a anulação total ou parcial dos resultados do PED de 9 de abril de 2017 e/ou dos Congressos Estaduais, devido à ocorrência de fraudes. A Comissão de Ética deve analisar estes casos e abrir processo ético contra filiados e filiadas que sejam acusados e ou suspeitos de responsabilidade por estas fraudes. O resultado de cada um destes processos, com as devidas sanções, deve ser remetido ao DN, que deliberará pelas medidas e punições cabíveis. Esta deliberação e a aplicação das devidas sanções deve ocorrer antes da elaboração da lista de filiados e filiadas que participarão do plebiscito que decidirá sobre o processo de eleição das direções.

5. O 6º Congresso decide ampliar o Diretório Nacional para 90 integrantes, mais o Presidente ou Presidenta, os (as) Líderes das Bancadas da Câmara e do Senado e o Presidente de Honra, Luiz Inácio Lula da Silva. A Comissão Executiva Nacional passará a ter 26 integrantes. O 6º Congresso orienta o Diretório Nacional a constituir uma Comissão Política, com reuniões semanais convocadas pela presidência nacional, e faculta aos Diretórios Regionais a prerrogativa de aumentar o atual número de membros na direção, em até um terço, respeitando a proporcionalidade do PED.

6. A nova direção partidária eleita pelo 6º Congresso, com a presença da Fundação Perseu Abramo e da Escola Nacional de Formação Política, realizará imediatamente um planejamento de suas tarefas e atividades para o biênio 2017/2018, e funcionará com coletivos abertos à participação dos membros do Diretório Nacional em todas as Secretarias Nacionais. Fica criado o cargo de secretário adjunto junto às secretarias da Executiva Nacional, em especial nas secretarias de Finanças, Comunicação, Formação Política, Organização, Relações Internacionais e Secretaria Geral, a serem escolhidos dentre os membros do DN, preferencialmente eleitos por chapas diferentes. A direção estimulará o engajamento de dirigentes em coletivos de participação nas várias secretarias. O Conselho Fiscal será revitalizado e realizará reuniões periódicas com a Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento para integração de seus trabalhos. O DN regulamentará o papel e a indicação dos adjuntos e o funcionamento do Conselho Fiscal.

7. O 6º Congresso convoca para o segundo semestre de 2017 e o primeiro semestre de 2018 três Conferências Nacionais, as de Relações Internacionais, de Formação Política e de Comunicação, com o objetivo de delimitar no planejamento do próximo Diretório Nacional propostas de estratégia, programa e sistema nacional de suas respectivas áreas, bem como a interface entre elas. O Diretório Nacional do PT definirá o cronograma e a pauta de debates dessas conferências.

8. Unidade na adversidade, democracia interna, participação, justiça e transparência nas relações internas do partido são condições para o fortalecimento desse instrumento de esquerda dos mais importantes dos últimos tempos para a classe trabalhadora brasileira. Assim, o 6º Congresso estimula o PT a promover iniciativas inovadoras para ampliar a transparência e a publicização, nas instâncias dirigentes de todos os níveis, dos recursos financeiros recebidos e gastos pelo partido, bem como promover formas de participação de todas as tendências no interior do partido e dos mandatos (vereadores, prefeitos, governadores, vice-governadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores).

Sobre a mobilização e a organização do petismo

1. O PT organiza parte do petismo espalhado pela sociedade: ao longo de sua história, nosso partido consolidou uma preferência partidária expressiva no eleitorado nacional, uma influência importante no pensamento político na academia, no mundo da cultura e nos movimentos sociais, e tornou-se uma referência na opinião de setores fundamentais da classe trabalhadora e dos mais variados grupos sociais oprimidos e discriminados. Milhões de pessoas, eleitores e eleitoras fiéis ao PT, a Lula e a Dilma, simpatizantes de nossas posições políticas, participantes das lutas sociais e de esquerda, formam um campo potencial de organização do PT, muito maior do que nossa capacidade atual de implementar políticas nessa direção.

2. O esforço desencadeado pelas Conferências Nacionais de Relações Internacionais, Comunicação e de Formação Política, pelo Congresso da JPT e pelos encontros setoriais em todos os níveis convocados para o segundo semestre de 2017 por este 6º Congresso deve estar voltado a esse desafio, o de abrir-se de forma organizada à mobilização e organização do petismo na sociedade, seja para ampliar a mobilização geral contra o golpe, pelas Diretas-Já e em defesa dos direitos ameaçados pelo governo e pelo parlamento golpistas, seja para ampliar a filiação e a participação dos petistas "de coração" nas estruturas partidárias. Como tarefas permanentes das secretarias de Mobilização, Movimentos Populares e Políticas Setoriais e de Formação Política, o PT incluirá a organização de equipes de mobilização e educação popular no âmbito dos diretórios municipais.

3. Como tarefas permanentes das direções em todos os níveis, o 6º Congresso convoca a realização de Festivais Nacionais do PT, que integrem as dimensões da cultura, do debate político-ideológico, da convivência fraterna e da formação política de filiados, filiadas e simpatizantes do partido. Não são poucas as referências internacionais da esquerda socialista sobre realização de festivais de seus partidos ou jornais. Muitas referências há também nas origens do movimento operário e socialista no Brasil, em que a dimensão cultural e afetiva da festa, do teatro, da música, da dança e da gastronomia, integram-se num projeto comum de luta social e política.

4. O PT valorizou muito mais que hoje essa dimensão cultural na sua construção. É hora de reabrirmos nossas sedes, os escritórios políticos de nossos mandatos e os espaços privados disponibilizados por uma militância sempre generosa, transformando-os em espaços públicos de debate político, de realização de saídas e atividades culturais, de iniciativas de grupos, núcleos e setoriais voltados às suas bases sociais.





5. O Festival Nacional do PT se realizará anualmente e poderá acontecer também nos municípios e nos Estados, conforme cronograma e programação definidos pelo Diretório Nacional do PT. Será o espaço para nosso encontro, a nossa confraternização, a nossa formação, a nossa abertura ao diálogo com o petismo e a nossa afirmação como partido para o engajamento de corações e mentes, num projeto socialista e libertário de vida e de Nação.

6. O 6º Congresso encaminha para a Fundação Perseu Abramo a tarefa de continuar pesquisando e sistematizando as experiências do modo petista de governar, com vistas ao aprimoramento de sua metodologia para implementação nos governos municipais, estaduais e federal do PT.

7. O Partido dos Trabalhadores historicamente agrega ao caráter nacional de sua construção a diversidade regional e a pluralidade desse imenso país. Com o objetivo de ampliar cada vez mais a participação da militância regional em espaços de decisão, o 6º Congresso estimulará a constituição de fóruns regionais, a exemplo do Fórum do PT da Amazônia, uma das experiências mais ricas de afirmação da diversidade e das especificidades regionais na elaboração de políticas públicas e de integração de ações partidárias, com acompanhamento da Secretaria Nacional de Coordenação Regional.

8. Caberá à Direção Nacional eleita elaborar, em conjunto com a militância partidária em ambientes virtuais, uma política de comunicação que incorpore ao cotidiano de todas as nossas instâncias de direção e de organização de base a disputa de nossas posições nas redes sociais.

Sobre as finanças partidárias

1. O PT definiu na sua fundação o objetivo de se construir como partido financiado pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, pela sua própria militância, para manter-se, crescer e transformar-se em realidade política no plano nacional.

2. Esse espírito deve nortear um novo esforço de autofinanciamento, na busca da autossustentação financeira, que este 6º Congresso lança como desafio para o conjunto do partido. A corajosa decisão desta Direção Nacional, no contexto da mais grave crise de nosso Partido e de ataque das elites ao nosso projeto, de recusar receber recursos empresariais para as campanhas e financiamento partidário, antes mesmo da resolução, pela qual tanto lutamos, de fim do financiamento empresarial determinado pelo Supremo Tribunal Federal, deve nos inspirar a recuperar o caráter de classe e militante original de nossa sustentação financeira.

3. O PT conclama o conjunto dos filiados e das filiadas a vencer o desafio de ampliar nossa fonte própria de recursos financeiros para além dos obtidos através do Estado (Fundo Partidário) e de contribuições de detentores de mandatos, gestores (as) e assessorias, bem como a manter a determinação de estrito cumprimento de vedação ao recebimento de recursos de empresas.

4. O 6º Congresso orienta o Diretório Nacional, bem como os diretórios estaduais e municipais, a apreciarem, nas instâncias respectivas, previsões orçamentárias, gastos e estratégias de arrecadação. Orienta ainda a divulgação periódica de balanços acerca da execução orçamentária e financeira de cada organismo dirigente.

5. Com a finalidade de ampliar a adesão ao SACE, o Diretório Nacional realizará campanhas junto aos filiados e filiadas, para contribuição partidária regular, para além das atuais contribuições estatutárias.

6. A Direção Nacional do PT aprovará anualmente uma atividade de arrecadação militante de âmbito nacional, e as direções zonais, municipais, setoriais e estaduais serão incentivadas a realizar atividades de arrecadação. Como recomendação, as atividades de finanças partidárias devem, sempre que puderem, serem públicas, disputando espaço em locais públicos e servindo de mecanismo de debate com a população sobre o padrão de financiamento da atividade partidária no país.

Questões para aprofundamento e decisão do Diretório Nacional

1. O 6º Congresso remete ao Diretório Nacional do PT, para aprofundamento e deliberação nesta gestão 2017-2019, os seguintes pontos debatidos e aprovados na forma do Regimento Interno nos Grupos de Trabalho, porém não apreciados pelo Plenário:

a) Realização de campanhas anuais ou bianuais de refiliação: O PT realizará bianualmente (ou anualmente) a renovação do compromisso de filiados e filiadas com o partido, pela qual o conjunto de filiados e filiadas deverá reafirmar sua filiação através de um ou mais meios de participação na vida partidária, os quais serão definidas pelo Diretório Nacional. Filiados e filiadas com mais de um ano de filiação terão direito à voz e voto nas instâncias partidárias e na eleição das direções, e todos os filiados e as filiadas que confirmarem seu compromisso partidário receberão periodicamente, pelos meios disponibilizados em seu cadastro, os materiais de comunicação do partido.

b) Mandatos das direções partidárias: Os mandatos das instâncias dirigentes do partido serão de dois, três ou quatro anos.

c) Sobre as obrigações financeiras dos filiados e filiadas para participação no processo eleitoral: O 6º Congresso decidirá da conveniência de ampliar a obrigatoriedade de quitação de obrigações financeiras de filiados e filiadas, para que exerçam o direito de voto nas eleições internas do PT. Sobre as condições para a participação dos filiados e filiadas com direito de votar e serem votados ou votadas na eleição de direções, o partido decidirá sobre:

Proposta 1 – Votam todos os filiados e filiadas que tenham reafirmado sua filiação no ano correspondente ao da eleição e estiverem em dia com sua contribuição financeira;

Proposta 2 – Votam todos os filiados e filiadas que tenham reafirmado sua filiação no ano correspondente ao da eleição, sendo que dirigentes, candidatas e candidatas e detentores de mandatos ou cargos de assessoria institucionais devem estar em dia com sua contribuição financeira.

d) Redução do prazo de filiação partidária para participação no processo eleitoral: O prazo mínimo de filiação para participar do processo eleitoral, em quaisquer das modalidades definidas, passa a ser de seis meses, para todos os filiados e filiadas.





e) Adoção do princípio da proporcionalidade qualificada para composição das direções partidárias: A composição das direções partidárias em todos os níveis passará a observar o sistema de proporcionalidade qualificada, em que as chapas serão chamadas a escolher os cargos das instâncias executivas, de acordo com a votação que obtiveram.

f) Direito de voto a núcleos e setoriais em instâncias dirigentes: Núcleos e setoriais devidamente constituídos e acompanhados pelas direções zonais e municipais terão direito a voto sobre os temas de debate nas instâncias dirigentes, sempre que estes forem previamente debatidos.

g) Sobre a obrigatoriedade da implementação de Diretórios Zonais: Em todos os municípios onde houver mais de uma zona eleitoral, em cada uma delas deverá ser formado, ainda em 2017, um Diretório Zonal para organizar e orientar a atividade militante na região, sendo este Diretório Zonal eleito em encontro presencial de todos os filiados e filiadas da zona eleitoral, conforme regulamentação do Diretório Nacional.

h) Sobre os procedimentos para apuração de denúncias pela Comissão de Ética: Toda denúncia fundamentada de desvio ético de filiado ou filiada do PT, ou denúncia fundamentada com repercussão na sociedade, deve obrigatoriamente ser encaminhada pela Comissão Executiva local, estadual ou nacional, à Comissão de Ética ou ao Conselho de Assuntos Disciplinares. Todo filiado ou filiada que tiver condenação no Poder Judiciário, em casos que tenham implicação ética, deve, obrigatoriamente, ter sua conduta avaliada pelos organismos disciplinares internos, com pleno direito à defesa e à decisão terminativa.

i) Sobre a distribuição do Fundo Partidário: Regular o art. 205 do Estatuto, no sentido de viabilizar a destinação da arrecadação do Fundo Partidário pelos Estados, designando 5% para capitais, 7,5% a ser dividido entre as cidades com mais de 200 mil habitantes e 7,5% a ser dividido entre as demais cidades. Os repasses serão feitos diretamente da Direção Nacional aos municípios, após os devidos cálculos.

j) Financiamento da JPT: Com esse objetivo, o PT aplicará no mínimo 5% do Fundo Partidário em um orçamento próprio para a Juventude do PT. A JPT deverá criar e eleger um conselho gestor para administrar esse recurso, de acordo com calendário e planejamento de ações que será aprovado no 4º Congresso Nacional da JPT.

k) Sobre o financiamento dos setoriais: os Setoriais de Cultura / Sindical / Agrário e Meio Ambiente contarão com 10% do Fundo Partidário para o funcionamento e desenvolvimento de suas atividades.

l) Supressão do Artigo 8º do Código de Ética: facultaria aos militantes que exercem cargos públicos de primeiro escalão, no Poder Executivo, a participação em instâncias partidárias do mesmo nível.

2. O Diretório Nacional do PT decidirá sobre essas questões no decorrer desta gestão eleita pelo 6º Congresso.





**ANEXO I
RESOLUÇÃO SOBRE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
CONTRA AS MULHERES NO PT**

1. A discriminação e opressão das mulheres têm sua origem histórica na organização dos espaços de interação social, divididos entre o público e o privado. Diante desse quadro, não é possível ignorar a posição de discriminação, exploração e desigualdade em que estão inseridas as mulheres no mundo. A discussão entre luta de classes e gênero, assim como a luta contra a ideologia patriarcal, deve perpassar todas as nossas reflexões e ações. Não é admissível pensar o socialismo sem igualdade de gêneros.

2. O PT, desde sua fundação, luta em defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras e condena em seu Estatuto qualquer forma de discriminação de gênero (Artigo 14, item II).

3. A luta da classe trabalhadora nestes 37 anos de existência do PT foi capaz de obter muitas conquistas. No caso dos direitos das mulheres trabalhadoras, no Brasil, ainda são negados direitos democráticos elementares, como o direito ao aborto, e trabalhistas, prevalecendo a desigualdade salarial entre homens e mulheres nas mesmas funções. Apesar de algumas conquistas importantes no combate à violência contra a mulher, como a Lei Maria da Penha, há muito a ser conquistado.

4. Hoje, com o processo golpista que se instalou no país, a ofensiva para retroceder nos direitos trabalhistas ameaça em particular a mulher trabalhadora, que é duplamente oprimida na sociedade capitalista. O golpe representa também um recrudescimento dos aspectos mais reacionários da ideologia dominante como, por exemplo, a criminalização do aborto, a misoginia e o machismo, que se manifestam abertamente como expressão no terreno ideológico da opressão da mulher, que repousa, em última instância, nas relações de produção baseadas na propriedade privada dos grandes meios de produção. Por isso a questão da opressão da mulher está integrada à questão da luta de classe.

5. Partido de massa, o PT não está imune a que ocorram em seu interior manifestações de machismo ou até mesmo de violência física contra as mulheres. Qualquer manifestação de machismo e misoginia que possa ocorrer no nosso partido deve ser combatida e corrigida, por todos e todas. Esta não é uma luta apenas das mulheres. Nesses casos, valendo-se de seu Estatuto e de suas instâncias, tais questões serão julgadas e devidamente punidas.

6. No seu 6º Congresso Nacional, dedicado à companheira "Marisa Leticia Lula da Silva", o PT reafirma vivamente seu compromisso com a luta contra qualquer forma de opressão da mulher, em defesa de seus direitos, compreendendo que as bandeiras específicas da mulher trabalhadora, da luta pela plena igualdade entre homens e mulheres, integram a vocação do PT, que é a de lutar em defesa da classe trabalhadora e por uma nação livre e soberana.

7. O 6º Congresso Nacional reafirma também que o Partido dos Trabalhadores é um partido de homens e mulheres, em condições de igualdade, portanto reafirma a condenação de qualquer manifestação de discriminação e violência contra suas filiadas.

8. Desta forma, o 6º Congresso Nacional do PT resolve:

a) Ficam criadas as Comissões de Combate à Violência Contra a Mulher nos Diretórios Estaduais do PT, com prazo de três meses para sua instalação em todos os Estados.

b) São funções da Comissão de Combate à Violência Contra a Mulher:

i. Acolher solicitações da Comissão de Ética e Disciplina com denúncias apresentadas por filiadas (cis gênero ou transgênero) sobre violências praticadas contra si, por filiados;

ii. Orientar as filiadas sobre seus direitos partidários, incluindo procedimentos para abertura de pedido à Comissão de Ética, bem como em relação aos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência disponibilizados pelo poder público e eventuais medidas judiciais cabíveis;

iii. Analisar os fatos relatados pela vítima e encaminhá-los à Comissão Executiva, para conjuntamente discutir a existência de falta ética originada de violência contra a mulher, deliberar sobre a admissibilidade desta e, se for o caso, remeter à Comissão de Ética e Disciplina do partido. Emitir parecer no prazo máximo de 30 dias.

iv. Acompanhar o processo da Comissão de Ética, orientando a vítima até o encerramento deste e, eventualmente, sobre os procedimentos para recorrer a instâncias superiores.

c) Da composição e funcionamento da Comissão de Combate à Violência Contra a Mulher:

i. A Comissão será presidida pela Secretária Estadual de Mulheres e formada por mais três filiadas, indicadas pela secretária em consulta ao Coletivo Estadual de Mulheres e ratificadas pelo respectivo Coletivo;

ii. Preferencialmente, as filiadas indicadas terão expertise na temática da violência contra a mulher;

iii. Orienta-se observar a necessidade de incluir mulheres negras, jovens e LGBTs na composição de cada colegiado, de acordo com o relato apresentado pela denunciante;

iv. O mandato da Comissão coincide com o mandato da Secretaria e Coletivo Estadual de Mulheres do PT.

d) Os Diretórios Municipais ficam autorizados a criar suas Comissões de Combate à Violência Contra a Mulher, desde que observadas as mesmas funções e composição ora adotadas e mediante notificação à Secretaria Estadual de Mulheres do respectivo Estado.

e) A Secretaria Nacional de Mulheres do PT organizará campanha educativa semestral sobre o combate à violência contra a mulher, a ser veiculada em todas as instâncias partidárias.





**ANEXO II
RESOLUÇÃO SOBRE COMBATE AO RACISMO**

1. O 6º Congresso do Partido dos Trabalhadores acontece num contexto político de ataques a direitos constitucionais fundamentais, que golpeiam a democracia, o Estado de Direito e as conquistas do campo democrático e popular. Ocorre ainda, em um contexto de criminalização da política e de fortalecimento da ideologia de direita, a exemplo do movimento Escola Sem Partido, que ameaça as lutas contra o racismo, o machismo, a lgbtfofia e a democracia.

2. Na questão étnico-racial, os impactos do golpe são ainda mais nefastos. O racismo, forjado a partir do escravismo criminoso, se materializa, dentre outras formas, no extermínio da juventude negra, na violência às mulheres negras, no ataque às religiões de matriz africana, aos territórios quilombolas e indígenas. Soma-se a isso a precarização no mundo do trabalho e a retirada de direitos trabalhistas, ampliando a exploração sobre a população negra, que já ocupa os piores postos de trabalho e tem os menores salários, resultando num profundo retrocesso às conquistas históricas da classe trabalhadora, inclusive nos recentes direitos das trabalhadoras domésticas.

3. O Partido dos Trabalhadores desenvolveu, por meio da política interna e de seus programas de governo que incluem políticas públicas que tratam das relações raciais, o maior e mais ousado projeto de ações afirmativas, buscando a promoção da igualdade racial para a população negra em seus diversos setores e, em especial, para a juventude, as mulheres, a população LGBT, os povos de terreiros, as comunidades quilombolas e povos indígenas. No entanto, internacionalmente, o que vemos são conflitos sociais, raciais, xenofobia, aumento do fascismo, do fundamentalismo e da exploração da classe trabalhadora, que têm forte impacto sobre a população negra no Brasil e no mundo.

4. No 4º Congresso Nacional o partido, ficou estabelecida a priorização do diálogo com a base partidária, a partir de três segmentos estratégicos - mulheres, juventude e étnico-racial -, assegurando sua representação nas cotas de direção. A garantia de financiamento para as mulheres petistas vem contribuindo para seu empoderamento nas estruturas do partido, fortalecendo e ampliando sua participação nas lutas sociais e partidárias.

5. E, seguindo esse caminho, o 6º congresso precisa dar um passo adiante, assegurando que tanto a juventude quanto a população negra e indígena também disponham de condições objetivas para viabilizar as ações programáticas deliberadas nas instâncias do partido.

6. Considerando que somos 53% da população brasileira e que existe uma intrínseca associação entre o combate ao racismo e a luta de classes, é fundamental o fortalecimento das instâncias do Partido dos Trabalhadores, particularmente da Secretaria Nacional e Secretarias Estaduais de Combate ao Racismo, que são equipamentos políticos estratégicos para restabelecer a relação necessária entre a sociedade, seus territórios e o partido.

7. Assim, em relação à população negra e aos povos indígenas, o 6º Congresso Nacional aprova a seguinte resolução:

a) O Diretório Nacional definirá orçamento que assegure a execução das ações de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial, deliberadas em um seminário promovido pela Secretaria Nacional de Combate ao Racismo;

b) Esse Seminário será realizado em até 30 dias após a posse da Direção Nacional, assegurando a participação do coletivo nacional, secretárias e secretários estaduais de combate ao racismo;

c) Até o 7º Congresso deverá haver um amplo debate sobre os mecanismos de financiamento desta política.

Brasília, 1, 2 e 3 de junho de 2017

**6º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores
MARISA LETICIA LULA DA SILVA**







NUESTRA AMÉRICA EN PIE DE LUCHA

Hacia la unidad de Nuestra América por su segunda y definitiva independencia

Tras más de cinco siglos de dominación foránea y lucha indígena y popular por su emancipación, por primera vez en la historia de América Latina y el Caribe sus pueblos han logrado una sustancial acumulación social y política, incluida la ocupación de espacios institucionales que los coloca ante la formidable oportunidad y el enorme desafío de desarrollar procesos de transformación revolucionaria o reforma social progresista.

En el primer decenio de elecciones y sucesivas reelecciones de gobiernos de izquierda y progresistas (1999-2009), la necesidad de transformar o reformar la sociedad desde los espacios institucionales recién ocupados, descuidó el desafío de construir hegemonía popular, única fuente de poder capaz de dotarlos de la fuerza necesaria para derrotar los predecibles intentos del imperialismo y las oligarquías criollas de restablecer su antiguo dominio monopólico del Estado, y la vacuna para inmunizarlos contra insuficiencias, desviaciones y errores que provocan desacumulación social y política.

En el tiempo transcurrido del segundo decenio de la actual etapa de luchas (2009 hasta hoy) es ese desafío el que dificulta el reconocimiento de la oportunidad para transformar o reformar nuestras sociedades. Donde las fuerzas de izquierda y progresistas perdieron el control del Poder Ejecutivo (Honduras, Paraguay, Argentina y Brasil) los pueblos arrecian la batalla contra la nueva oleada neoliberal, y se reorganizan para reconquistar los espacios perdidos. Y donde resisten la ofensiva destinada a cerrar los espacios democráticos y revertir las transformaciones sociales, en Venezuela, Bolivia, Ecuador, Uruguay, Nicaragua y El Salvador, nuestras fuerzas siguen trabajando en función de la transformación social por alcanzar su plena y definitiva emancipación, por construir un genuino sistema de integración regional, y por coadyuvar a la construcción de un mundo multipolar en el cual impere una correlación de fuerzas favorable a los pueblos.

Actualmente nos enfrentamos a una nueva fase de feroces ataques del imperialismo, la derecha y las fuerzas oligárquicas a su servicio, lo que hace necesaria una plataforma política desde la izquierda, que sirva de instrumento para reagrupar nuestras fuerzas en el espacio gubernamental, partidista, movimientos sociales e intelectuales con el objetivo de relanzar los procesos de integración latinoamericana y caribeña, que tienen en la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) su espacio máspreciado, y cuyo desarrollo y consolidación debe ser uno de nuestros objetivos estratégicos de primer orden.

En el 50 aniversario del asesinato del Che Guevara y en el Centenario del triunfo de la Gran Revolución Socialista de Octubre, no podría existir mejor homenaje que, junto a los análisis autocríticos, lograr la creación de un frente común continental antimperialista que nos conduzca a nuestra segunda y definitiva independencia, mediante la lucha popular y la





profundización de los procesos de cambio progresistas y revolucionarios en nuestro continente.

Después de 27 años de vida, el Foro de Sao Paulo continúa trabajando para fortalecerse como espacio de debate, concertación y convergencia de la izquierda latinoamericana y caribeña. El documento *Consenso de Nuestra América*, en permanente elaboración, es una contribución a ese objetivo político de cara a la necesaria e indispensable unidad de nuestros pueblos en la lucha que nos toca librar.

Nuestra América en su hora decisiva

América Latina y el Caribe siguen siendo un escenario de lucha entre las oligarquías locales aliadas del imperialismo y los pueblos organizados en sus luchas patrióticas y antimperialistas, orientadas al socialismo.

Nuestro continente vive hoy momentos cruciales de su historia, en los que son cada vez más visibles los efectos de la crisis económico-financiera, política y moral del sistema capitalista. Las grandes economías están cada vez más presionadas por las crisis de sobreproducción y la saturación de sus mercados, lo que les genera déficit comercial, endeudamiento, tensión presupuestaria y precarización creciente ya no solamente causada por ellas fuera de sus territorios, sino dentro de éstos.

La globalización neoliberal fue diseñada y ha servido para favorecer a las potencias imperiales, que no han renunciado ni renunciarán a proteger sus fronteras ni a tener empresas rentables en todos los confines del mundo, sobre todo aquellas que extraen materias primas para su industria. Tampoco han renunciado ni renunciarán a derribar y eliminar las fronteras arancelarias del resto de países, ni a desestabilizar políticamente a nuestros gobiernos y erosionar la soberanía de nuestros pueblos. Otra cosa es el neoproteccionismo imperial impulsado por Donald Trump, con el cual se pretende modificar a favor de Estados Unidos— mas no suprimir – los términos bajo los cuales se han establecido las relaciones de dicha potencia con el resto del mundo en el marco de la globalización neoliberal que las potencias imperialistas han impulsado y lo seguirán haciendo.

Los ataques principales del imperialismo y sus aliados en América Latina y el Caribe son contra Venezuela y su Revolución Bolivariana, por sus valiosos recursos naturales y su importancia geopolítica y estratégica, de la que se desprende el criterio de que su derrota provocaría un efecto dominó en la izquierda gobernante latinoamericana y caribeña, sobre todo en los países integrantes de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América - Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA- TCP), al tiempo que debilitaría los paradigmas de concertación política, cooperación e integración impulsados por los gobiernos de los países miembros de esta alianza. De ahí la importancia de defender a Venezuela e impedir la consumación de este plan.





La batalla por Venezuela es la batalla por el continente y por el mundo. El triunfo de las fuerzas revolucionarias en Venezuela representa el triunfo de todas las fuerzas de izquierda en el mundo entero y en especial, en América Latina y el Caribe. Siendo la Revolución Bolivariana el blanco de ataque principal del imperialismo y sus lacayos, el movimiento revolucionario y progresista latinoamericano e incluso mundial, no pueden hacer menos que tener como principal prioridad en sus planes de lucha y estrategias, la defensa de la Revolución Bolivariana hasta sus últimas consecuencias. Es por eso que este XXIII Encuentro del Foro de Sao Paulo ha tenido como contenido fundamental la BATALLA POR VENEZUELA.

Son bien conocidos los procesos desestabilizadores llevados a cabo por el imperialismo norteamericano a través de las oligarquías locales, en contra de los procesos de cambio progresistas y revolucionarios en nuestro continente. Los golpes de Estado en Honduras, Paraguay y Brasil; los intentos de golpe en Venezuela y la guerra económica contra este país; los intentos de golpe policial en Ecuador y secesionista en Bolivia; la amenaza de vetar el acceso de Nicaragua a los créditos de los organismos financieros internacionales, con la iniciativa legislativa de la ultraderecha estadounidense conocida como *Nica-Act*; la campaña de obstaculización y descrédito de la gestión del gobierno del FMLN; la judicialización de la política en Argentina, Brasil y El Salvador; así como las ofensivas y descontextualizadas declaraciones del presidente Donald Trump contra Cuba y más recientemente, con respecto a que Estados Unidos tomará acciones económicas fuertes y rápidas en caso de que en Venezuela se lleve adelante la Asamblea Nacional Constituyente el 30 de julio; los cuales son apenas algunos ejemplos del intervencionismo imperialista en nuestros países.

Pasado un año del golpe de Estado en Brasil, hay medidas adoptadas por los golpistas que tendrán graves repercusiones a nivel internacional, principalmente en nuestra región, como las reformas laborales y de seguridad social, que violan varios Convenios de la OIT; además de promover una política externa subordinada al imperialismo y agresiva contra el gobierno venezolano. El golpe es continuo y un paso más acaba de ser dado con la condena del ex Presidente Lula para impedir que sea candidato nuevamente a la Presidencia en 2018.

Un golpe contra uno es un golpe contra todos y estamos todos al lado de Lula, de su partido y de sus aliados en defensa de la democracia y contra el retroceso económico, social y político ahora vigente en Brasil.

Desde el triunfo de la Revolución Bolivariana en 1998, que inauguró la etapa ascendente para la izquierda latinoamericana y caribeña en la lucha por el poder, llegando a gobernar en diez naciones latinoamericanas, solamente en Argentina las fuerzas populares han perdido el gobierno por elecciones. Este es un hecho que demuestra de manera contundente la fuerza de los procesos de cambio en nuestro continente. Mientras tanto, en Cuba,





Nicaragua, Ecuador, Bolivia, Uruguay y El Salvador los gobiernos de izquierda se consolidan cada vez más.

En Cuba avanza a paso firme la actualización del modelo económico y social y la consolidación del Partido como garante de la continuidad histórica del proceso revolucionario. En Nicaragua avanza la Revolución Sandinista en su segunda etapa, creando poder popular y reduciendo la pobreza y la desigualdad social en el marco del modelo de consenso y alianzas con amplio y sostenido respaldo de la población. En Ecuador tiene lugar la renovación creativa del proceso de cambios y transformaciones de la Revolución Ciudadana liderada inicialmente por el compañero Rafael Correa Delgado. En Bolivia la Revolución Democrática y Cultural ha alcanzado grandes logros sociales, lo cual fortalece el liderazgo del Presidente Evo Morales, postulado por los movimientos sociales para las elecciones de 2019 en el marco de la Constitución y las leyes, para asegurar la continuidad del proceso revolucionario. En Uruguay se prioriza en las políticas de gobierno, los aspectos sociales que han significado importantes avances en áreas como la salud, la educación, los derechos laborales, así como también en seguridad pública e infraestructura. En El Salvador la izquierda lucha por ampliar y consolidar la transición democrática iniciada a partir de los Acuerdos de Paz de 1992, y las transformaciones sociales y económicas iniciadas desde la llegada al gobierno en 2009 y 2014 por el FMLN, enfrentándose permanentemente a los intentos de la derecha oligárquica por revertirlos y/o estancarlos. En Venezuela a pesar de la crisis causada por las maniobras del imperialismo y la guerra económica contra el pueblo y el gobierno, las fuerzas bolivarianas han logrado mantener la iniciativa con la convocatoria a la Asamblea Nacional Constituyente para la profundización de la Revolución Bolivariana y la defensa de la paz y la estabilidad en el país, que gradualmente va logrando salir de la crisis, pese a la imagen que en sentido contrario presentan los medios de desinformación.

Desde el inicio de la actual ofensiva imperial, la izquierda ha obtenido tres triunfos presidenciales: en El Salvador con el Profesor Salvador Sánchez Cerén en 2014, en Nicaragua con el Comandante Daniel Ortega en 2016, y en Ecuador con el compañero Lenin Moreno Garcés en 2017, dando continuidad al proceso de la Revolución Ciudadana. Esto y lo antes dicho refutan la tesis del “fin de ciclo progresista” en América Latina y el Caribe.

Debemos impulsar la más amplia y sólida unidad de las fuerzas progresistas y revolucionarias dentro de cada país y a nivel continental, y dar un salto de calidad en nuestros mecanismos organizativos, que nos permita definir una estrategia y programa conjuntos de todas las fuerzas de izquierda en el continente, sin lamentar reveses ni vanagloriarse de los triunfos, y siendo en cambio autocríticos y a la vez firmes defensores de nuestros logros, y profundizarlos con iniciativa y audacia.

Allí donde la derecha ha recuperado el gobierno, los pueblos están en pie de lucha y las fuerzas de izquierda y progresistas tienen muchas posibilidades de volver a gobernar en el corto plazo. La derecha no tiene otro proyecto que no sea el neoliberal, que tantos daños le





ocasionó a los pueblos. Por eso – y tal como demuestran los hechos en Brasil y Argentina – la ferocidad de las medidas de la reacción en los países donde ha recuperado el gobierno está siendo un factor objetivamente causante de una radicalización de las fuerzas populares y de activación de sectores hasta ahora apáticos o manipulables, lo que se ve favorecido por la difícil situación económica y social en la que aún viven millones de latinoamericanos y caribeños, aquejados por la desigualdad, la extrema pobreza, el hambre, el desempleo, el analfabetismo, la falta de acceso a la educación y los más elementales servicios de salud, el consumo de drogas, la violencia, la discriminación y otros males sociales propios del capitalismo y agravados por el modelo neoliberal. Todos estos males sociales se acentúan ante la política de las fuerzas imperiales y oligárquicas que pretenden minar las bases sociales de la izquierda a través de la marginalidad y la banalización más atroz. La industria del entretenimiento se usa como droga para construir ídolos cada vez más deshumanizados y superfluos.

Como se expresara en la Declaración Final de la XIV Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno del ALBA-TCP en Caracas, el 5 de marzo de 2017:

Los gobiernos y los pueblos del ALBA-TCP vemos en estos fenómenos una nueva oportunidad para la reagrupación, la movilización y la lucha. Debemos apoyar las acciones emancipadoras, fijar con claridad y realismo los horizontes, identificar bien los valores y principios que nos unen y asumir un programa de acción integracionista, solidario e internacionalista, que establezca las premisas económicas, sociales y políticas del cambio liberador.

Hoy más que nunca cobran vigencia las palabras del Che en la Asamblea General de las Naciones Unidas, citando la Segunda Declaración de La Habana:

Esa ola de estremecido rencor, de justicia reclamada, de derecho pisoteado, que se empieza a levantar por entre las tierras de Latinoamérica, esa ola ya no parará más. Esa ola irá creciente cada día que pase. Porque esa ola la forman los más, los mayoritarios en todos los aspectos, los que acumulan con su trabajo las riquezas, crean los valores, hacen andar las ruedas de la historia y que ahora despiertan del largo sueño embrutecedor a que los sometieron.

Porque esta gran humanidad ha dicho ¡BASTA! y ha echado a andar. Y su marcha de gigantes ya no se detendrá hasta conquistar la verdadera independencia...

La Revolución Cubana abrió la era de la lucha continental por la liberación y el socialismo; veinte años después, la Revolución Sandinista revivió las esperanzas en la lucha revolucionaria e inauguró la época del derrumbe de las dictaduras militares proimperialistas de derecha en el continente; veinte años después, la Revolución Bolivariana fue el inicio de una ofensiva revolucionaria sin precedentes, en la que hasta una decena de países latinoamericanos llegaron a ser gobernados por fuerzas progresistas y de izquierda.





A poco tiempo de cumplirse veinte años de la Revolución Bolivariana, nuevos procesos de lucha se desarrollan desde el gran potencial revolucionario de nuestros pueblos. La única manera de enfrentar la ofensiva imperialista es fortalecer la unidad de las fuerzas de izquierda y profundizar los procesos de cambio social en marcha. Solo así lograremos alentar y encabezar la creciente lucha de los pueblos por mantener el terreno alcanzado y avanzar hacia nuevos triunfos populares a lo largo y ancho de la Gran Patria Latinoamericana y Caribeña.

La profundización de los cambios en marcha está en la creación de un nuevo modelo político y económico, en el que los ciudadanos no sólo elijan representantes y gobernantes, sino que decidan las políticas públicas, de Estado y de gobierno, tomen decisiones, definan el marco de acción de sus representantes y gobernantes electos, y controlen el desempeño de éstos y de lo que deberá ser una nueva institucionalidad desde la cual el pueblo, de esta manera, ejerza directamente el poder. Un modelo que en el ámbito económico, consista en la convivencia de la empresa privada con un nuevo sector económico de carácter popular, en el que los trabajadores puedan crear sus propios medios de producción, y donde el Estado sea garante de esta democracia económica complementaria para el desarrollo de las fuerzas productivas, la prosperidad con equidad social y la erradicación de la pobreza.

La profundización de los cambios está también en la estrategia de lucha por el poder, que implica no reducirla a la lucha electoral por el gobierno, incluyéndose en cambio las luchas sociales y la disputa por todos los espacios institucionales para su transformación e impedir que la derecha haga uso de ellos para revertir las conquistas sociales alcanzadas.

La concreción de un bloque político y social de los cambios para desplazar al bloque dominante debe tener en la clase trabajadora del campo y la ciudad (asalariados y los que no lo son) a su principal protagonista, acompañada de amplios y diversos sectores de la sociedad, incluyendo capas medias, intelectuales y progresistas, pequeños productores y empresarios. La defensa y profundización de los cambios sociales y la democracia requiere una base amplia de apoyo a éstos. La creación del nuevo modelo político y económico es parte indispensable en la construcción de una nueva forma de ejercer el poder.

Ese nuevo modelo político y social necesita un instrumento político que impulse el protagonismo popular y la construcción de una voluntad colectiva nacional y popular.

El respaldo popular a los gobiernos de izquierda se garantiza con un programa que conduzca a la creación de los sujetos económicos de un nuevo orden social, que a la vez sean los sujetos sociales protagónicos del nuevo modelo político basado en el ejercicio directo del poder por los ciudadanos en el marco de un proceso de transformaciones sociales impulsado por el instrumento político organizado, a través de la acción política e ideológica de sus estructuras en todos los ámbitos de la vida social y desde una nueva institucionalidad que sea expresión del ejercicio directo del poder por el pueblo.





Esto implica la necesidad del liderazgo revolucionario, que debe ser forjado y perdurar durante la instauración de los cambios sociales necesarios, en aras de contribuir al mayor grado de irreversibilidad posible para los procesos de transformación.

El Estado debe jugar el rol fundamental de dirigir y regular la actividad económica y por tanto, debe garantizar la distribución justa de la riqueza e implementar planes de desarrollo económico y social que gocen del respaldo popular y se articulen al proceso de integración regional latinoamericano y caribeño.

El ámbito cultural y comunicacional

Debemos crear un frente cultural y comunicacional anti hegemónico, que sume tanto los empeños de los gobiernos progresistas como los de las fuerzas políticas de izquierda y de los movimientos sociales. No es posible una revolución verdadera si no va acompañada de una profunda revolución cultural y comunicacional.

No puede perderse la memoria sobre la opresión que hemos sufrido los pueblos colonizados y neocolonizados, desde la conquista con el saqueo y la destrucción hasta los primeros zarpazos del naciente Imperio del Norte contra México, arrebatando a este país la mitad de su territorio, y de esto último hasta toda la historia de explotación de nuestros recursos naturales, intervenciones armadas, dictaduras militares impuestas por Estados Unidos y la continuación actual de la opresión imperialista mediante la acción depredadora de las corporaciones sobre nuestros países, cuya pobreza se origina en toda esa historia de latrocinio.

Esto se manifiesta en toda la crónica siniestra de las sucesivas intervenciones imperiales en Centroamérica y el Caribe, el apoyo a las dictaduras sangrientas, la gestación de golpes militares, el Plan Cóndor implementado por las dictaduras militares del Cono Sur, con su secuela de tortura y desapariciones, el empleo continuo del terrorismo, la guerra sucia contra Nicaragua en los años ochenta, el bloqueo criminal y operaciones subversivas contra Cuba y los demás países progresistas del continente, conforman un legado que no podemos olvidar.

En aras de ello, debemos utilizar las efemérides asociadas a esta historia para impulsar campañas, eventos, foros virtuales y otras iniciativas que nos ayuden a divulgar la verdad, libre de distorsiones y manipulaciones; así como estimular la elaboración de análisis críticos sobre “obras” y “figuras” dentro de los falsos ídolos y sobre las trampas del aparato de legitimación del sistema capitalista, desmontando y denunciando las manipulaciones.

Las fuerzas de izquierda deben hacer lo posible por fomentar redes que articulen los núcleos de resistencia cultural que hoy están dispersos; conformar un frente de pensamiento anti hegemónico bajo principios capaces de aproximar a personas y grupos de filiaciones políticas diversas, desde las más radicales hasta las de inspiración humanista.





Se requiere también de una modificación del discurso y del lenguaje político, basándolo en nuevos códigos, que incluyan un adecuado enfoque clasista, identitario y de género, que mantenga la honestidad, la comunicación directa y confiable con la gente, que sea capaz de auscultar y reflejar sus preocupaciones e intereses, y que contribuya al desarrollo del pensamiento independiente, comprometido con la transformación emancipadora. La defensa permanente de la verdad, es esencial en la actuación de la izquierda.

Es necesario impulsar la gestación de entidades de investigación y promoción que funcionen como aliadas de los movimientos sociales y progresistas de izquierda para influir en el campo de la cultura. Allí donde ya existan estas entidades, hay que potenciarlas al máximo, desplegándolas en los sectores intelectuales sin ningún tipo de sectarismo. Algunas de estas entidades pueden tener un papel activo en la producción de contenidos y en la generación de propuestas para encauzar nuestras ideas, teniendo en cuenta las enormes inversiones que ha hecho y sigue haciendo el Imperio para diseñar estrategias cada vez más sutiles al servicio de sus intereses.

Deben hacerse visibles figuras y obras que representen la cultura de la resistencia; hay que identificar los eventos culturales y programas donde pueden ser presentados y promovidos; desmontar las estafas del neoliberalismo y del capitalismo y promover las ideas de la emancipación con el apoyo de esa intelectualidad que la maquinaria hegemónica ha excluido. Nuestro reto está en sumar esa vanguardia y conseguir un uso eficaz de las nuevas tecnologías en función de la participación ciudadana y la defensa de causas e ideas verdaderamente justas.

Se debe conectar a los activistas de las redes sociales con aquellos que utilizan como vías de expresión de sus demandas las emisoras de radio y televisión comunitarias, de modo que la verdad vaya encontrando circuitos para darse a conocer frente a la gran avalancha de mentiras. Hay que incorporar a nuestra agenda los temas culturales y sumar a nuestra lucha, sin prejuicios, los esfuerzos de quienes enfrentan al discurso hegemónico en el campo intelectual, especialmente en la batalla mediática.

Es necesario utilizar al máximo las redes sociales, crear medios de comunicación alternativos en todos los formatos existentes (radio, televisión, redes sociales, prensa escrita), que en manos de los comunicadores sociales generen el debate sin manipulación, generen información desde firmes posiciones de izquierda alejadas de lo panfletario, que es estéril, pero con dirección política y contenido ideológico. Asimismo, procurar la penetración también en los medios de comunicación convencionales y comerciales, para incluir las voces progresistas y contrarrestar la guerra mediática de la derecha continental contra los gobiernos progresistas del continente. Se debe vincular esta tarea con el estudio de la historia y de la teoría revolucionaria, para estar así en condiciones de dar batalla en la lucha de las ideas, que es la más importante de las luchas revolucionarias.





Todas estas tareas constituyen exigencias de estos tiempos en los que tal vez como nunca, resulta decisivo diversificar las vías para llegar a las bases y multiplicar nuestra capacidad para – como nos dijera Fidel – “sembrar ideas, sembrar conciencia”.

Proyecciones generales a corto y mediano plazo

Es necesaria la movilización de las fuerzas progresistas y de izquierda, tanto a nivel político partidista como de los movimientos sociales, identificando los temas que puedan generar unidad en el más amplio espectro ideológico posible, con el objetivo de desarrollar una agenda de consolidación de la unidad de nuestras fuerzas y promover a la CELAC como el principal espacio de concertación política de la región.

Hay que avanzar en la concertación entre las fuerzas políticas y los movimientos de izquierda, que permita una acción coordinada en los foros regionales e internacionales y en el enfrentamiento de la ofensiva imperialista y derechista.

Deben ampliarse los espacios de concertación y cooperación con todos aquellos actores y organizaciones internacionales que desafían la hegemonía estadounidense y defienden un mundo multicéntrico y multipolar.

Se debe detectar, estudiar y aprovechar al máximo todos aquellos aspectos que constituyan debilidades del imperialismo y las fuerzas oligárquicas, así como sus propias contradicciones.

Tomando en cuenta que la libre circulación del capital, la falta de controles de la banca privada y la codicia de los dueños de las empresa y corporaciones ha permitido que en América Latina se evada U\$ 340,000 millones de dólares, convirtiéndose esto en un enorme escándalo de corrupción del sector privado, invisibilizada por las corporaciones mediáticas, apoyamos la propuesta del gobierno ecuatoriano, de la creación de un organismo internacional tributario en Naciones Unidas, y reconocemos su esfuerzo ejecutivo y legislativo en la lucha contra los paraísos fiscales.

El compromiso con la Proclama de América Latina y el Caribe como Zona de Paz, aprobada en la II Cumbre de la CELAC efectuada en Cuba, en enero de 2014, debe guiar nuestra actuación internacional, así como la defensa de valores universalmente reconocidos en el derecho internacional y consagrado en la Carta de las Naciones Unidas. Esto debe incluir un profundo compromiso antimperialista y por tanto anticolonialista, que reivindique el derecho a la independencia, a la soberanía y a la libre determinación de los pueblos.

Una amenaza o agresión del imperialismo contra alguno de nuestros países debe asumirse por cada uno como una amenaza y agresión a todos y cada uno de los que integran el frente continental de fuerzas progresistas y de izquierda, así como una afrenta y violación a la Proclama de América Latina y el Caribe como Zona de Paz.





Ejes de movilización popular

Nuestra lucha es parte de la lucha mundial que desde diferentes formas hace frente a la ofensiva imperial de los Estados Unidos. En este sentido respaldamos y retomamos el reto de la reciente declaración de las bancadas de izquierda de Europa y América Latina.

Condenamos el fortalecimiento del militarismo en todo el mundo e instamos a los Estados Unidos y a Europa a terminar con las incursiones militares que desestabilizan a los países del Oriente Medio para apoderarse de sus recursos naturales, en abierta complicidad con los grupos terroristas, lo que tanta desolación y muerte ha llevado a los pueblos afectados y verdadero origen de la masiva migración a Europa de quienes huyen de la muerte y de la guerra llevada por la misma Europa a sus países.

Denunciamos el papel de la Organización de Estados Americanos (OEA) como Ministerio de Colonias de Estados Unidos, que desde la Secretaria General y de manera particularmente beligerante en los últimos años, se ha puesto siempre al servicio de los intereses injerencistas y se hace de la vista gorda ante múltiples atentados contra la democracia y graves violaciones de los derechos humanos por parte de los gobiernos oligárquicos y pro-imperialistas de América Latina y Estados Unidos.

Condenamos la guerra no convencional y de amplio espectro, económica y mediática contra Venezuela por parte de la derecha oligárquica venezolana que, estimulada por el gobierno estadounidense, está empeñada en desestabilizar y poner fin mediante el terrorismo, al gobierno democráticamente electo del presidente Nicolás Maduro, quien a pesar de la difícil situación que atraviesa su economía sigue destinando el 70% del presupuesto público al bienestar de su pueblo.

El Foro de Sao Paulo se declara en estado de alerta y en Sesión Permanente, en respaldo a la lucha del pueblo venezolano en defensa de la Revolución Bolivariana.

Nos solidarizamos con las fuerzas políticas y sociales que son reprimidas y perseguidas por el gobierno del Presidente Mauricio Macri.

Nos solidarizamos con la paz en Colombia y denunciamos el conjunto de acciones con las que la ultraderecha en aquel país pretende boicotarlos; los asesinatos sistemáticos de decenas de líderes sociales, defensores de derechos humanos, luchadores por la paz e indultados de las FARC y sus familiares por fuerzas paramilitares cobijadas bajo el manto protector del terrorismo de Estado; así como exigimos el cumplimiento total del Acuerdo de Paz, en especial la libertad de los presos políticos, quienes se encuentran en huelga de hambre hace veinticuatro días exigiendo el cumplimiento de la ley de amnistía. De igual forma respaldamos los diálogos con el Ejército de Liberación Nacional (ELN).





Exigimos la libertad de Simón Trinidad y Sonia, revolucionarios colombianos y combatientes de las FARC que guardan injusta prisión en Estados Unidos a pesar de que una tras otra han sido desenmascaradas las falsas acusaciones que se han hecho en su contra.

Exigimos la libertad de Milagro Sala, Diputada del PARLASUR, dirigente social argentina y prisionera política por defender los derechos de los sectores más humildes y postergados en su país.

Nos regocijamos con la libertad del luchador independentista puertorriqueño Óscar López Rivera, recientemente liberado de prisión gracias a la tenaz campaña internacional a favor de su libertad y a su férrea resistencia y su firmeza a toda prueba.

Apoyamos plenamente las movilizaciones de los trabajadores brasileños contra las políticas neoliberales y antipopulares del gobierno golpista y derechista de Temer, y a Lula en su lucha por la justicia social y la democracia, que ha desatado la furia de sus adversarios, quienes pretenden inhabilitarlo políticamente.

Nos solidarizamos con el pueblo y gobierno de Nicaragua, país que enfrenta actualmente la amenaza del veto de Estados Unidos en contra de su acceso a los créditos en los organismos financieros internacionales, como chantaje político ejercido por los sectores más reaccionarios del Congreso, el Senado y el gobierno estadounidense, estimulados por la derecha criolla con la vana ilusión de que como producto de ello, los dictados imperiales serán acatados por el sandinismo, cuyas raíces están en la victoriosa lucha de Augusto C. Sandino contra las tropas interventoras norteamericanas, y que cuenta con un aplastante respaldo popular y una correlación de fuerzas ampliamente favorable en todos los ámbitos de la vida política nacional.

Nos solidarizamos con el pueblo y gobierno de El Salvador, que ha logrado detener y comenzar a revertir la crisis económica resultante de dos décadas de gobiernos neoliberales, reducir la pobreza en 8% y aplicar un exitoso plan de seguridad, pese a estar sometido a una multifacética estrategia desestabilizadora que incluye el bloqueo económico a la gestión gubernamental por parte del partido de la oligarquía (ARENA) en la Asamblea Legislativa y de los magistrados a su servicio que controlan la Sala de lo Constitucional del Tribunal Supremo de Justicia.

Luchamos por la gratuidad de la educación y el acceso a una educación de calidad; por una cobertura de salud universal, gratuita y de calidad; por la eliminación del hambre y la desigualdad en toda la región.

Rechazamos la criminalización de los inmigrantes, las políticas anti-inmigración y la violación de los derechos humanos y laborales de los latinoamericanos y caribeños en Estados Unidos. Apoyamos primordialmente la lucha por mantener los beneficios temporales de trabajo (TPS) que ayudan a cientos de miles de familias de El Salvador,





Honduras, Nicaragua y Haití. Repudiamos absolutamente las amenazas del gobierno de Estados Unidos, del Partido Republicano y de congresistas de derecha que pretenden extorsionar a estos y otros gobiernos para forzar el voto en organismos internacionales como la OEA, en aras del apoyo al intervencionismo de Estados Unidos, bajo la amenaza de eliminar los beneficios migratorios de esos pueblos. Abogamos por que el gobierno de México proceda a devolver los fondos de ahorro usurpados a los llamados "braceros", trabajadores mexicanos que fueron empleados en Estados Unidos entre 1941 y 1964. Apoyamos un mundo sin fronteras en el que se priorice el libre tránsito de los seres humanos y no solo el libre tránsito de las mercancías. Por tanto, rechazamos los muros, en especial el que se pretende erigir en la frontera entre Estados Unidos y México.

Nos pronunciamos por la eliminación total del arsenal atómico que existe en el mundo, nos oponemos a la carrera armamentista y a la existencia de bases militares en territorio extranjero.

Rechazamos cualquier forma de racismo y discriminación. Impulsamos el ejercicio pleno de los derechos económicos, culturales, sociales y políticos de las mujeres, y la eliminación de la cultura patriarcal.

Demandamos la retirada de las fuerzas de la MINUSTAH que, siguiendo un mandato del antidemocrático Consejo de Seguridad de la ONU, mantienen ocupado Haití desde hace más de una década.

Condenamos el narcotráfico, el tráfico de personas y el terrorismo, y denunciemos la doble moral de un sistema que dice combatir al crimen organizado, mientras protege a sus grandes promotores y principales responsables. Defendemos el cultivo legal y el uso tradicional benéfico de la hoja de coca.

Condenamos las políticas antiinmigrantes y el terrorismo, y promovemos el reconocimiento a los migrantes como trabajadores, el reconocimiento de sus derechos laborales y el respeto de sus derechos humanos.

Nos solidarizamos con los pueblos que hoy enfrentan gobiernos de derecha en la región.

Proclamamos el derecho humano al agua, luchamos contra la depredación del medio ambiente, la amenaza a la biodiversidad y al ecosistema en general.

Apoyamos las exigencias de los pequeños Estados insulares del Caribe a ser resarcidos por los daños humanos de la esclavitud y a acceder a recursos que permitan su resiliencia frente al cambio climático.

Demandamos el levantamiento incondicional, total y definitivo del bloqueo económico, financiero y comercial del gobierno de Estados Unidos contra Cuba, y la indemnización al





pueblo cubano por los daños y perjuicios causados por más de medio siglo de agresiones de todo tipo.

Exigimos la devolución al pueblo de Cuba del territorio ocupado por la ilegal base naval estadounidense en Guantánamo.

Apoyamos el reclamo histórico de Argentina sobre la soberanía de las Islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur.

Apoyamos a Bolivia en su reclamo de salida al mar con soberanía.

Demandamos la descolonización total del Caribe y apoyamos de manera particular la independencia de Puerto Rico, al conmemorarse el 25 de julio de 2017, ciento diecinueve años de la invasión militar estadounidense contra esta nación caribeña. Asimismo, nos pronunciamos por la eliminación de toda forma de coloniaje y neocoloniaje.

Exigimos la eliminación de todas las bases militares estadounidenses que existen en la región (77 en total, que junto a la IV Flota, cubren todo el espacio regional), y de todas las bases militares extranjeras de cualquier país, dondequiera que se encuentren.

Respaldamos el reclamo de compensación al Caribe por los horrores de la esclavitud y la trata de esclavos, así como al resto de América Latina por 500 años de saqueo a sus riquezas y a sus pueblos, que aún continúa.

Defendemos los derechos y las culturas de los pueblos originarios y afrodescendientes, y asumimos sus luchas para la restitución y ejercicio pleno de sus derechos históricos.

En este momento decisivo para nuestro continente enfrentaremos el desafío de profundizar los procesos de cambio en marcha como única manera de derrotar la ofensiva de la derecha y el imperialismo, fieles a nuestra lucha por la paz, la democracia y el socialismo, única garantía para alcanzar nuestra segunda, definitiva y verdadera independencia en lo político y lo económico, así como nuestra emancipación cultural y nuestra propia identidad continental latinoamericana y caribeña; la identidad, soberanía y autodeterminación de esta gran patria justamente bautizada por el Apóstol continental, José Martí, como *NUESTRA AMÉRICA*, que es el sueño de Bolívar cada vez más cerca de ser realidad.

¡Nuestra América en pie de lucha, HASTA LA VICTORIA SIEMPRE!

Dado en la ciudad de Managua, el 19 de julio de 2017.



**DECLARACIÓN DE LA HABANA
XXIV ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO
15 AL 17 DE JULIO 2018**

América Latina y Caribe: seguimos en pie de lucha

América Latina y el Caribe viven hoy, 28 años después de haberse fundado el Foro de Sao Paulo, los efectos de una multifacética ofensiva reaccionaria, conservadora y restauradora neoliberal, fruto de intereses convergentes y de esfuerzos combinados entre las élites mundiales del capitalismo transnacional, del gobierno de los Estados Unidos de América como su núcleo hegemónico, y de las clases dominantes aliadas de nuestra región.

Esta multifacética ofensiva, ha logrado hacer retroceder a las fuerzas de izquierda y progresistas, mediante el derrocamiento de gobiernos, los golpes parlamentarios y judiciales. La derecha imperial y las oligarquías subordinadas han amplificado para ello los errores y las limitaciones de las fuerzas transformadoras, que sufren reveses y a la vez poseen inmensas potencialidades de lucha. Ello explica en un grado fundamental el cambio adverso en la correlación coyuntural de fuerzas imperante.

Examinar el carácter y la profundidad de los errores e insuficiencias, corresponderá de forma soberana a los partidos políticos y a los movimientos sociales de cada país.

El golpe militar y parlamentario contra Zelaya, en Honduras (2009); el golpe parlamentario dado a Lugo, en Paraguay (2012); la derrota electoral del Frente para la Victoria, en Argentina (2015); el *impeachment* contra Dilma Rousseff en Brasil (2016), mediante un "golpe parlamentario, judicial y mediático"; la victoria de figuras de derecha conservadoras o ultraconservadoras en Chile, Paraguay y Colombia; la condena sin pruebas y prisión de Lula para impedir su candidatura a la presidencia de la Republica del Brasil; las divisiones ostensibles en el campo popular a la hora de encarar las agendas neoliberales restauradas; la descalificación de la política que en importantes países de la región favorecen los planes de la derecha, y el fortalecimiento público de figuras y proyectos de raíz fascista en varios países, constituyen, entre otros muchos, indicadores de la ofensiva neoliberal, que las fuerzas de izquierda están desafiada a revertir a favor de los pueblos.

La actuación de la derecha guarda relación directa, con la naturaleza expansionista y depredadora del capitalismo, y con los intereses del capital financiero que lo dominan.

Los hechos hablan: entre el último Encuentro del Foro de Sao Paulo (Managua/2017) y este de La Habana (2018), a nivel global se ahondaron los efectos negativos de la concentración de la propiedad, el poder y la riqueza en manos de una élite mundial decidida a imponer, a cualquier precio, mejores condiciones para elevar sus tasas de ganancia.

Así lo confirman la destrucción de la naturaleza, con efectos negativos crecientes sobre el clima; las tentativas de privatización de los bienes públicos como el agua, la tierra y el petróleo y su uso predatorio por las trasnacionales; las tentativas de privatización de los fondos públicos; el ataque a los derechos laborales y sociales; el incremento insultante de la inequidad y la desigualdad; la destrucción de fuerzas productivas mediante la guerra para



animar las economías llamadas centrales; la multiplicación de los flujos migratorios y del sufrimiento que millones de seres humanos padecen al verse obligados a emigrar, y la ofensiva que desarrollan los intereses transnacionales contra la soberanía nacional de nuestras naciones, a fin de facilitar el libre movimiento de los capitales.

Estas realidades, agravadas por el peligroso desempeño de la Administración Trump, que busca revertir la tendencia declinante de la hegemonía norteamericana, multiplican los riesgos para la paz mundial y el estatus de América Latina y el Caribe como Zona de Paz. América Latina y el Caribe seguirán siendo prioridad para la política exterior estadounidense, cuyo dominio es de vital importancia en su afán por mantener un insostenible orden mundial unipolar.

Los EUA y sus aliados necesitan consolidar la percepción de que la historia continental entró en una fase regresiva imparable a favor del capitalismo. Aunque la reacción contra los gobiernos progresistas y de izquierda fue inmediato, debido al descrédito y el debilitamiento extremo de los partidos políticos de derecha utilizados para imponer la reestructuración neoliberal, los inhabilito como instrumentos capaces de descarrilar las transformaciones sociales impulsadas, según el caso, por los movimientos políticos del Foro de Sao Paulo. De ahí la necesidad de recurrir a la estrategia desestabilizadora que combina la guerra mediática, jurídica y económica, la injerencia externa y la criminalización del movimiento y la protesta social, entre otros, que sirven a los golpes de nuevo tipo (judicial o parlamentario) o la derrota electoral.

Ante esta reacción del imperialismo y las oligarquías locales contra las fuerzas progresistas, rechazamos la idea del “fin de ciclo” con la misma firmeza y convicción con que en su momento lo hicimos con la del “fin de la historia”. Las fuerzas progresistas de América Latina seguiremos luchando por horizontes de un mundo basado en la justicia social.

La Casa Blanca y sus aliados buscan lograr exactamente lo contrario: dividir, cooptar, desmovilizar y generar desánimo. Es razón suficiente para que impongamos con hechos e ideas los verbos de la unidad de la izquierda y el campo popular para organizarse y luchar.

Preservar las experiencias de soberanía, de ampliación de la democracia, de gobierno de carácter popular y con proyecciones antiimperialistas, impulsadas por partidos de izquierda y progresistas; ofrecer apoyo decidido y estimular los esfuerzos emancipatorios y los ideales anticapitalistas de los movimientos sociales y populares que así actúan; trabajar con denuedo por consolidar una paz duradera con justicia social e impulsar esfuerzos que permitan avanzar en la integración soberana de la que Martí llamó Nuestra América, se transforman en imperativos políticos y en pruebas de honor para la izquierda continental.

Como en 1990, cuando emerge como espacio de concertación y construcción colectiva de la plural izquierda latinoamericana y caribeña, frente a una coyuntura internacional marcada por la incertidumbre y la desorientación que generó la desaparición de la URSS y el llamado campo socialista, el Foro de Sao Paulo siguiendo su tradición de reflexión crítica y formulación política se ve de nuevo ante el desafío de examinar con mirada crítica el camino andado, reunificar fuerzas y hacer renovados esfuerzos para seguir construyendo los consensos que exige la ofensiva de la derecha en curso.



Los partidos políticos miembros del Foro de Sao Paulo llegan a este XXIV Encuentro con un acumulado político superior, que a su vez se ve multiplicado por la acción articuladora del Foro y, con plena conciencia de la imposibilidad del capitalismo depredador para ofrecer alternativas a la humanidad, lo que genera la rebeldía popular y potencialidades para la acción transformadora del progresismo y la izquierda, si esta se reorganiza, actúa al lado de los movimientos sociales, prepara cuadros y mejora sus proyectos de cambio, algunos de clara orientación socialista. Existen suficientes ejemplos en la historia latinoamericana y caribeña que prueban que cuando hay unidad, dirección política decidida y capaz, objetivos claros de lucha y moral de combate, y arraigo en las clases populares, se multiplican las opciones para contener cualquier ofensiva contra revolucionaria, conservadora y restauradora neoliberal, incluso más, para vencerla.

Ceder al derrotismo; auspiciar o tolerar los personalismos y sectarismos que emergen y proliferan en épocas de reveses; aceptar o promover la pérdida de confianza en la capacidad política de nuestros pueblos explotados, no solo sería hoy una afrenta a los héroes y mártires de las luchas por la emancipación del continente, sino una concesión gratuita e innecesaria a los EUA y sus aliados internacionales y locales.

Frente al plan del imperialismo por socavar la soberanía de nuestras naciones y tomar control de sus recursos naturales, opongamos con auténtico espíritu internacionalista latinoamericano y caribeño, con firmeza e innegociable sentido de dignidad, el plan emancipador de nuestros nobles pueblos.

Trabajemos por fortalecer las luchas por la justicia y emancipación social, por plena soberanía política e independencia económica, por la soberanía de los pueblos y la paz mundial. ¡Reivindicar las mejores experiencias emancipatorias de los movimientos sociales y populares de la región!

En este contexto, los delegados y delegadas e invitados e invitadas al XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo, desde La Habana, Cuba, en representación de América Latina y el Caribe, de Asia y África, de Europa y América del Norte:

1. **Convocamos** a fortalecer el movimiento mundial en defensa de la Paz. La realidad impone sumar fuerzas para presionar, por todos los medios posibles.
2. **Advertimos** que los representantes del gran capital transnacional - gubernamentales y privados, militares y económicos, mediáticos e ideológicos - están operando con niveles de concertación superiores a los que conocemos. **Concluimos**, por tanto, que se impone un ejercicio práctico del internacionalismo mutuo entre todas las fuerzas de izquierda de América Latina y el Caribe, Asia, África, Europa y América del Norte.
3. **Observamos** con preocupación cómo la derecha imperial opera de forma concertada en el Consejo de Seguridad de la ONU; a favor del sionismo en Medio Oriente; para cercar militarmente a Rusia en Eurasia; para impedir que la República Popular China, en Asia, continúe su avance como potencia económica mundial con propuestas de paz y cooperación; para destruir, en América Latina, los proyectos de justicia social, democráticos y de



internacionalismo latinoamericano y caribeño que impulsan nuestras fuerzas políticas; y para fragmentar el Caribe mediante distintas fórmulas, incluidas las coloniales como Puerto Rico.

4. **Ratificamos** la vigencia de las siguientes causas y líneas de actuación reivindicadas por el XXIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, efectuado en Managua el pasado año:

- **Convertir la defensa de la CELAC**, mayor acontecimiento unitario de los últimos 200 años, en objetivo político prioritario a promover por todos nuestros partidos, movimientos sociales y populares, desde cada escuela, universidad o espacio de creación intelectual. Sembrar la idea integracionista en la conciencia de nuestros pueblos, ya de por sí será un avance frente a la política divisionista impulsada por los Estados Unidos y sus aliados. Confiamos en el valor de las ideas justas: aseguremos que ellas sean escuchadas por cada uno de los gobiernos de Nuestra América.

- **Transformar** en objetivo de toda la izquierda y de los sectores patriotas y demócratas de América Latina y el Caribe, la defensa intransigente de los presupuestos de la Proclama de América Latina como Zona de Paz.

- **Repudiar** el militarismo nacido de las entrañas del Imperialismo, que carece de límites y de escrúpulos, es una necesidad política, ligada a la sobrevivencia de nuestros pueblos. Dar forma concreta a este repudio, en cada acción política cotidiana, es una cuestión de principios que ratificamos.

- **Rechazar** de forma enérgica, la idea absurda e inadmisibles de que esta región del mundo pertenece a las élites de poder de los Estados Unidos o de cualquier país del mundo. Que cada día sea para la Casa Blanca un recuerdo concreto de lo afirmado por la II Declaración de La Habana: "... esta gran humanidad ha dicho ¡Basta! y ha echado a andar. Y su marcha de gigantes ya no se detendrá hasta conquistar la verdadera independencia...".

- **Concertar** en cada espacio internacional que lo permita, por encima de diferencias subalternas de tipo nacional o sectorial, toda acción que debilite los niveles de dominación y hegemonía de los Estados Unidos en nuestros países, es esencial y posible. El Imperio ha optado por priorizar los componentes de la guerra cultural y de símbolos. Rescatemos, como respuesta ofensiva, las tradiciones de libertad de cada uno de nuestros países. Honremos a los que las forjaron. Impidamos que la banalidad cultural del Norte que nos desprecia, se imponga sobre la rica historia de los países que representamos.

- **Conocer** con rigor cómo está desarrollando la derecha internacional sus planes de desestabilización, contra las experiencias de gobierno y populares de carácter emancipatorio en América Latina y el Caribe, constituye una necesidad de primer orden. Ello será más eficaz si creamos un sólido sistema de intercambio de informaciones y experiencias colectivas. El Foro de Sao Paulo puede jugar en este campo un papel central, en particular haciendo esfuerzos en la formación política.

Al igual que los delegados al XXIII Encuentro de Managua, por entender que se trata de causas vigentes:

- **Reafirmamos** la importancia del acercamiento y la acción concertada entre la izquierda de Europa y la de América Latina y el Caribe. Nos comprometemos en esta nueva etapa a tornar más sistemático y eficaz la acción antiimperialista unitaria entre ambas regiones. El PIE y el Foro de Sao Paulo están en condiciones de posibilitar este objetivo.

- **Denunciamos**, esta vez con razones adicionales, el papel injerencista de la OEA, que sigue siendo utilizada por el gobierno de los Estados Unidos como su Ministerio de Colonias.



La actuación de su secretaría general, marcada por una despreciable supeditación a los intereses de la Casa Blanca, así lo prueba todos los días. La OEA, junto al Grupo de Lima, constituyen los Caballos de Troya actuales contra la unidad latinoamericana y caribeña. Hagamos todo lo posible para impedir que continúen su avance destructor.

- **Condenamos** la guerra no convencional y de amplio espectro, aplicada por el imperialismo yanqui y sus aliados europeos, latinoamericanos y caribeños contra la Revolución Bolivariana. Esta se ha convertido para la Casa Blanca en el objetivo estratégico inmediato a derrotar. Sea para nosotros, por tanto, el objetivo mayor de solidaridad en estas circunstancias. Como hace un año atrás, en Managua, el Foro de Sao Paulo se mantiene en estado de alerta y en sesión permanente de solidaridad internacionalista contra la intervención internacional hacia Venezuela.

- **Mantenemos** intacta la solidaridad con lo(as) argentinas(os) y brasileñas(os), hondureñas(os) y paraguayas(os) que se resisten a aceptar el retroceso al neoliberalismo en sus respectivos países, luego de experiencias de gobierno que, por caminos propios, buscaron el crecimiento económico, la mejor redistribución de la riqueza, la garantía de derechos sociales, la ampliación de la participación popular y la democracia, asegurar la soberanía nacional y fortalecer la integración regional en el ámbito de los BRICS, todo para combatir las desigualdades sociales, regionales y de género, el racismo, o que, simplemente, retaron por su política exterior la lógica hegemónica de la política exterior de los Estados Unidos.

- **Reafirmamos** nuestra absoluta convicción de apostar por la paz, en concordancia con la Declaración de la CELAC, que en enero de 2014 declaró América Latina como zona de paz. Por eso, respaldamos el pedido de las fuerzas políticas y sociales de Colombia para que el gobierno colombiano cumpla con la implementación de los Acuerdos de la Habana, mantenga abierto el proceso de diálogo con el ELN y de pasos certeros para acabar con el asesinato de ex combatientes y líderes sociales, políticos, ambientales y defensores de DDHH. Denunciamos las acciones de la ultraderecha nacional e internacional para boicotear la Paz. Es evidente que la Casa Blanca, el sionismo internacional y las fuerzas más retrógradas del continente, persisten en lograr que los grupos oligárquicos de Colombia sigan siendo tropa de choque a favor de los intereses transnacionales en América del Sur. Es vital la lucha contra esta estrategia, que ya colocó a uno de los países de la CELAC como miembro de la agresiva OTAN.

- **Rechazamos** de forma enérgica la política intervencionista de los Estados Unidos en los asuntos internos de la Nicaragua sandinista, país en el que se está implementando la fórmula que viene siendo aplicada por el imperialismo norteamericano a los países que no responden a sus intereses hegemónicos, causando violencia, destrucción y muerte mediante la manipulación y la acción desestabilizadora de los grupos terroristas de la derecha golpista, que boicotean la búsqueda **del diálogo**, el cual constituye **el mejor camino para superar la actual crisis y alcanzar la paz**, lo que es indispensable para la continuación del proceso de transformaciones sociales impulsado por el FSLN desde el gobierno presidido por el Comandante Daniel Ortega y que ha reducido de manera notable la pobreza y la desigualdad social en ese hermano país.

- **Nos solidarizamos** con el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional y con el gobierno del compañero presidente **Salvador Sánchez Cerén**, que enfrentan con energía la guerra mediática, la guerra jurídica, el boicot económico y otras formas de desestabilización, y



nos comprometemos a acompañarlos como observadores internacionales en la elección presidencial del 3 de febrero de 2019.

- El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo convoca y alienta a Bolivia y Chile a encontrar, cuidando las sensibilidades de ambos países, una salida al enclaustramiento marítimo boliviano en base al diálogo y el derecho internacional, y que contribuya a una verdadera integración de nuestros pueblos.

- **Renovamos** el rechazo del Foro de Sao Paulo a la política de la Casa Blanca, que criminaliza a los emigrantes latinoamericanos y caribeños y, de manera particular, a los hermanos centroamericanos. Un mundo sin fronteras y con ciudadanía universal es el norte de nuestra lucha emancipatoria.

- **Rechazamos** cualquier forma de racismo, intolerancia y discriminación. Impulsamos el ejercicio pleno de los derechos económicos, culturales, sociales y políticos de las mujeres, y la eliminación de la cultura patriarcal.

- **Demandamos** la retirada de las fuerzas de la MINUSTAH que, siguiendo un mandato del antidemocrático Consejo de Seguridad de la ONU, mantienen ocupado Haití desde hace más de una década.

- **Condenamos** el narcotráfico, el tráfico de personas y el terrorismo, y denunciemos la doble moral de un sistema que dice combatir al crimen organizado, mientras protege a sus grandes promotores y principales responsables. Defendemos el cultivo legal y el uso tradicional benéfico de la hoja de coca.

- **Proclamamos** el acceso al agua como derecho humano y los demás bienes comunes (tierra, aire puro, energía etc.) luchamos contra la depredación del medio ambiente, la amenaza a la biodiversidad y al ecosistema en general.

- **Apoyamos** las exigencias de los pequeños Estados insulares del Caribe a ser resarcidos por los daños humanos de la esclavitud y a acceder a recursos que permitan su resiliencia frente al cambio climático.

- **Demandamos** el levantamiento incondicional, total y definitivo del bloqueo económico, financiero y comercial del gobierno de Estados Unidos contra Cuba, y la indemnización al pueblo cubano por los daños y perjuicios causados por más de medio siglo de agresiones de todo tipo.

- **Exigimos** la devolución al pueblo de Cuba del territorio ocupado por la ilegal base naval estadounidense en Guantánamo.

- **Apoyamos** el reclamo histórico de Argentina sobre la soberanía de las Islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur.

- **Exigimos** la eliminación de todas las bases militares estadounidenses que existen en la región (77 en total, que junto a la IV Flota, cubren todo el espacio regional), y de todas las bases militares extranjeras de cualquier país, dondequiera que se encuentren.

- **Defendemos** los derechos y las culturas de los pueblos originarios y afrodescendientes, y asumimos sus luchas para la restitución y ejercicio pleno de sus derechos históricos.

- **Demandamos** la descolonización total del Caribe y apoyamos de manera particular la independencia de Puerto Rico, al conmemorarse el 25 de julio de 2018, ciento veinte años de la invasión militar estadounidense contra esta nación caribeña. Asimismo, nos pronunciamos por la eliminación de toda forma de coloniaje y neo coloniaje.

- **Respaldamos**, en apego a la autodeterminación de los pueblos, la postulación del presidente Evo Morales -habilitado constitucionalmente y respaldado por la Convención



Americana- para las elecciones de 2019, y rechazamos los planes desestabilizadores impulsados por la derecha de ese país, la OEA y la embajada de Estados Unidos.

- **Solidarizamos** con el compañero **Rafael Correa Delgado**, líder popular y progresista de nuestra región. Debido a rupturas del Estado de Derecho y del debido proceso, el compañero Rafael también es víctima de la persecución política y de la utilización de la justicia como instrumento de venganza y amedrentamiento, lo que **rechazamos**. La orden de captura internacional que fue emitida en su contra nos indigna y nos revela.

- **Saludamos** el democrático y contundente triunfo en México de **Andrés Manuel López Obrador** a la presidencia de la República. El triunfo de Morena, integrante del Foro de Sao Paulo, abre una esperanza para los sueños y luchas de los pueblos de Nuestra América. Unidos Haremos Historia.

- **Exigimos** la libertad inmediata de **Lula**, después de una condena y prisión sin pruebas y el derecho a ser candidato presidencial en las elecciones de octubre en Brasil, respetándose la voluntad de la mayoría del pueblo brasileiro. **¡Lula Live! ¡Lula Inocente! ¡Lula Presidente!**

5. Como hace un año atrás, ratificamos que América Latina y el Caribe siguen en pie de lucha. Y mantienen la decisión de actuar con optimismo, decisión y mayor sentido unitario.

¡Hasta la Victoria Siempre”





Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato político de celebração aos 15 anos do Foro de São Paulo

São Paulo-SP, 02 de julho de 2005

Meus queridos companheiros e companheiras dirigentes do Foro de São Paulo que compõem a mesa,

Meus queridos companheiros e companheiras que nos estimulam com esta visita ao 12º Encontro do Foro de São Paulo,

Não preciso ler a nominata toda, porque os nomes já foram citados pelo menos três vezes. E se eu citar mais uma vez, daqui a pouco alguém vai querer se candidatar a vereador ou a prefeito, aqui, em São Paulo.

Primeiro, uma novidade: sabem por que a Nani está sentada lá atrás? Porque há poucos dias o Brasil ganhou da Argentina e ela não quer ficar aqui perto da mesa.

Meus companheiros, minhas companheiras,

Como sempre, eu tenho um discurso por escrito, como manda o bom protocolo da Presidência da República, mas, como sempre também, eu tenho uma vontade maluca de fazer o meu improviso.

E eu queria começar com uma visão que eu tenho do Foro de São Paulo. Eu que, junto com alguns companheiros e companheiras aqui, fundei esta instância de participação democrática da esquerda da América Latina, precisei chegar à Presidência da República para descobrir o quanto foi importante termos criado o Foro de São Paulo.

E digo isso porque, nesses 30 meses de governo, em função da existência do Foro de São Paulo, o companheiro Marco Aurélio tem exercido uma função extraordinária nesse trabalho de consolidação daquilo que começamos em 1990, quando éramos poucos, desacreditados e falávamos





muito.

Foi assim que nós, em janeiro de 2003, propusemos ao nosso companheiro, presidente Chávez, a criação do Grupo de Amigos para encontrar uma solução tranqüila que, graças a Deus, aconteceu na Venezuela.

E só foi possível graças a uma ação política de companheiros. Não era uma ação política de um Estado com outro Estado, ou de um presidente com outro presidente. Quem está lembrado, o Chávez participou de um dos foros que fizemos em Havana. E graças a essa relação foi possível construirmos, com muitas divergências políticas, a consolidação do que aconteceu na Venezuela, com o referendo que consagrou o Chávez como presidente da Venezuela.

Foi assim que nós pudemos atuar junto a outros países com os nossos companheiros do movimento social, dos partidos daqueles países, do movimento sindical, sempre utilizando a relação construída no Foro de São Paulo para que pudéssemos conversar sem que parecesse e sem que as pessoas entendessem qualquer interferência política. Foi assim que surgiu a nossa convicção de que era preciso fazer com que a integração da América Latina deixasse de ser um discurso feito por todos aqueles que, em algum momento, se candidataram a alguma coisa, para se tornar uma política concreta e real de ação dos governantes. Foi assim que nós assistimos a evolução política no nosso continente.

Certamente não é tudo que as pessoas desejam, se olharmos o ideal do futuro que queremos construir, mas foi muito, se nós olharmos o que éramos poucos anos atrás no nosso continente. Era um continente marcado por golpes militares, era um continente marcado por ausência de democracia. E hoje nós somos um continente em que a esquerda deu, definitivamente, um passo extraordinário para apostar que é plenamente possível, pela via democrática, chegar ao poder e exercer esse poder. Esse poder que é construído no dia-a-dia, esse poder que é construído a cada momento com muita dificuldade. Mas,





quando exerce o cargo de presidente da República de um país, ele não será lembrado apenas pela quantidade de obras que conseguiu realizar ou apenas pela quantidade de políticas sociais que ele fez.

Eu tenho feito questão de afirmar, em quase todos os pronunciamentos, que a coisa mais importante que um governante pode fazer é estabelecer um novo padrão de relação entre o Estado e a sociedade, entre o governo e as entidades da sociedade civil organizada. E consolidar, de tal forma, que isso possa ser duradouro, independente de quem seja o governo do país.

E é por isso que eu, talvez mais do que muitos, valorize o Foro de São Paulo, porque tinha noção do que éramos antes, tinha noção do que foi a nossa primeira reunião e tenho noção do avanço que nós tivemos no nosso continente, sobretudo na nossa querida América do Sul.

Todas as vezes que um de nós quiser fazer críticas justas, e com todo direito, nós temos que olhar o que éramos há cinco anos atrás na América Latina, dez anos atrás, para a gente perceber a evolução que aconteceu em quase todos os países da nossa América.

E eu quero dizer para vocês que muito mais feliz eu fico quando tomo a informação, pelo Marco Aurélio ou pela imprensa, de que um companheiro do Foro de São Paulo foi eleito presidente da Assembléia, foi eleito prefeito de uma cidade, foi eleito deputado federal, senador, porque significa a aposta decisiva na consolidação da democracia no nosso país.

Se não fosse assim, o que teria acontecido no Equador com a saída do Lucio Gutiérrez? Embora o Presidente tenha saído, a verdade é que o processo democrático já está mais consolidado do que há dez anos atrás.

O que seria da Bolívia com a saída do Carlos Mesa, recentemente, se não houvesse uma consciência democrática mais forte no nosso continente entre todas as forças que compõem aquele país?

A vitória de Tabaré, no Uruguai: quantos anos de espera, quantas derrotas, tanto quanto as minhas. Ou seja, a paciência de esperar, de construir,





de somar, de estabelecer políticas que pudessem consolidar, definitivamente, não apenas a vitória, mas tirar o medo de muita gente do povo, que se assustava quando imaginava que a esquerda pudesse ganhar uma eleição.

O que significa a passagem da Argentina? Num momento em que ninguém queria ser presidente, o Duhalde assume e consegue, em dois anos, não só começar a recuperar a economia da Argentina, como consegue eleger um sucessor com a personalidade do presidente Kirchner.

Os chilenos, depois de tantas e tantas amarguras, num período que muita gente não quer nem se lembrar, estão agora prestes a, pela quarta vez consecutiva, reeleger um presidente, eu espero que uma presidente, ou seja, uma mulher presidente daquele país. Isso não é pouco, isso é muito.

E o que nós precisamos é trabalhar para consolidar, para que a gente não permita que haja qualquer retrocesso nessas conquistas, que são que nem uma escada: a gente vai conquistando degrau por degrau. E, às vezes, até paramos um pouco num degrau para dar um passo um pouco maior, porque se tentarmos dar um passo muito grande poderemos cair, nos machucar e a caminhada retrocederá.

O Foro de São Paulo, na verdade, nos ensinou a agir como companheiros, mesmo na diversidade. A coordenação do Foro de São Paulo, que envolvia parte das pessoas que estão aqui, não pensava do mesmo jeito, não acreditava nas mesmas profecias, mas acreditava que o Foro de São Paulo poderia ser um caminho. E foram inúmeras daquelas reuniões que ninguém quer participar, às vezes, pegar um vôo, andar quatro, cinco horas de avião e parando três, quatro vezes para chegar num lugar e encontrar meia dúzia de companheiros para se reunir. E esses companheiros que tiveram a coragem de assumir essa tarefa, eu acho que hoje podem estar orgulhosos, porque valeu a pena a gente criar o Foro de São Paulo.

No começo, eu me lembro que alguns partidos nem queriam participar, porque acharam que nós éramos um bando de malucos. O que não faltava





Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Discurso do Presidente da República

eram adjetivos. E quanto mais perto as pessoas iam chegando do poder, mais distantes iam ficando do Foro de São Paulo.

A minha vinda aqui, hoje, é para reafirmar uma coisa: a gente não precisa esquecer os nossos companheiros quando a gente ganha uma eleição para presidente da República. A gente precisa continuar tendo as nossas referências para que a gente possa fazer cada vez mais e cada vez melhor. E é isso que eu quero fazer como exemplo, ao sair de Brasília e vir aqui.

Vocês sabem que eu não posso brincar o tanto que eu já brinquei, as coisas que fazia nos outros, porque quando nós começamos o Foro de São Paulo, a gente ficava implorando para ter um jornalista e não tinha nenhum. E hoje tem muitos e eu já não posso fazer as brincadeiras, eu não posso fazer o que fazia antes e nem dizer tudo o que eu dizia antes.

Mas uma coisa eu quero que vocês saibam: valeu a pena acreditar em nós mesmos e saber que nós vamos levar muitos anos, muitos... Nós não conseguiremos fazer as transformações que acreditamos e por que brigamos tantos anos em pouco tempo. É um processo de consolidação.

Eu estava vendo as imagens do primeiro encontro e fico triste porque a velhice é implacável. A velhice parece que só não mexe com a Clara Charf, que é do mesmo jeito desde que começou o primeiro Foro, mas todos nós, da mesa, envelhecemos muito. Espero que tenha valido a pena envelhecer, Marco Aurélio. Eu me lembro que eu não tinha um fio de cabelo branco, um fio de barba branca e hoje estou aqui, todos estão, de barba branca.

Meus companheiros,

Eu estou feliz porque vocês acreditaram. Reuniões que não eram fáceis, difíceis, muitas vezes as divergências eram maiores que as concordâncias e sempre tinha a turma que fazia o meio de campo para contemporizar, procurar uma palavra adequada para que não houvesse nada que pudesse criar embaraço para o Foro de São Paulo.

Eu quero dizer uma coisa para vocês: não está longe o dia em que o





Foro de São Paulo vai poder se reunir e ter, aqui, um grande número de presidentes da República que participaram do Foro de São Paulo.

As coisas caminham para isso. Nós aprendemos que a organização da sociedade é um instrumento excepcional e nós aprendemos que o processo democrático pode garantir que a gente concretize esses sonhos nossos.

No Brasil, eu espero que o PT tenha preparado para vocês os informes que vocês devem levar para os seus países, e é importante que o Foro de São Paulo consiga que os outros países apresentem também as coisas que estão acontecendo em cada país, para que a gente vá consolidando os avanços das políticas sociais que tanto nosso povo precisa.

Esses dias eu estava assinando, ou melhor, sancionando o Fundo de Habitação Popular, lá em Brasília, e não tinha me dado conta de que, quando foi falar o líder do povo, que luta por habitação no Brasil, ele não agradeceu a lei que vai criar o Fundo, ele não fez menção. A coisa mais importante para ele não era o fato de termos criado uma lei que criava um fundo de moradia; a coisa que mais o marcou no discurso é que era a segunda vez que ele tinha conseguido entrar no Palácio de governo do Brasil. E aí a minha memória voltou a 1994, o Marco Aurélio estava comigo, quando eu fui visitar o Mandela. Na porta do Palácio tinha um monte de pessoas, mulheres e homens, andando felizes. E eu perguntei para o Mandela: o que essa gente faz aqui, desfilando? Ele falou: “Lula, essa gente era proibida de passar na frente do palácio, portanto, hoje eles vêm aqui. Só o fato de eles entrarem no recinto do Palácio, tem muitos que choram, tem muitos que querem colocar a mão na parede. E se eu estiver perto para tirar fotografia”, me dizia o Mandela, “então, isso é a realização máxima.”

Além disso a nossa relação, e é o Dulci que cuida da relação com o movimento social, eu penso que não existe, na história republicana, ou não sei se não existe na história da América do Sul, algum momento em que o movimento social esteve tão próximo das relações mais saudáveis possíveis





com o governo do que nós temos hoje.

Vejam que os companheiros do Movimento Sem-Terra fizeram uma grande passeata em Brasília. Organizada, muito organizada. E todo mundo achava que era um grande protesto contra o governo. O que aconteceu? A passeata do Movimento Sem-Terra terminou em festa, porque nós fizemos um acordo entre o governo e o Movimento Sem-Terra, pela primeira vez na história, assinando um documento conjunto.

Alguns dias depois, foi a Confederação da Agricultura, milhares de trabalhadores. E quando chegaram no Palácio, já tinha um acordo firmado com os companheiros, que foram para as ruas fazer uma festa.

Esse tipo de comportamento, de mudança que houve no Brasil, demonstra que a democracia veio para ficar. A democracia veio, no nosso país, para se consolidar. E vocês, que são visitantes, companheiros que estão preocupados com as notícias que têm saído no Brasil, tenham consciência de uma coisa: seria impensável que eu fosse governar este país quatro anos e não tivesse problemas. Seria impensável, ou seja, nós já conseguimos o máximo, ou seja, nós já conseguimos fazer com que o FMI fosse embora sem precisar dar nenhum grito.

Eu dizia para o Palocci: Palocci, o que você vai fazer quando não precisar mais fazer acordo com o FMI? Porque alguns aqui passaram a vida inteira gritando, ou seja, de repente você construiu uma situação política em que não precisou fazer absolutamente nada a não ser dizer: não precisamos mais do acordo com o FMI.

Na política, o que está acontecendo eu encaro como uma certa turbulência, mas que só existe efetivamente num processo que vai se consolidando fortemente, da democracia.

Eu quero que vocês saibam e voltem para os seus países com a certeza de que eu entendo que a corrupção é uma das desgraças do nosso continente, e muitas vezes quando alguém falava que nós éramos pobres por conta do





Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Discurso do Presidente da República

imperialismo, eu dizia: pode ser até meia-verdade, mas a outra verdade é que nesses países da América do Sul e da América Latina nem sempre nós tivemos dirigentes que fizessem as coisas corretas para o seu povo e com o dinheiro público.

É por isso que tenho afirmado, num pronunciamento, que seremos implacáveis com adversários e com aliados que acharem que podem continuar utilizando o dinheiro público para ficarem ricos, mas da mesma forma seremos também implacáveis no trabalho de consolidar o processo democrático brasileiro. Não permitiremos retrocesso. Alguns, antes de nós, morreram para que nós chegássemos onde nós chegamos, e nós temos consciência do sacrifício que se fez no Brasil, do sacrifício que se fez no Chile, do sacrifício que se fez na Argentina, do sacrifício que se fez no Uruguai, do sacrifício que se fez no Peru, do sacrifício que se fez na Colômbia, em todos os países, para que o povo pudesse sentir o gosto da coisa chamada democracia.

E, portanto, nós, estejam certos disso, o Lula que vocês conheceram há quinze anos atrás está mais velho, mas também muito mais experiente e muito mais consciente do papel que temos que jogar na política da América do Sul, da América Latina, da África e, eu diria, na nova concepção de política no mundo inteiro.

Não foi fácil criar o G-20, não. Não foi fácil convencer um grupo de países de que era possível mudar a geografia comercial do mundo se estabelecêssemos entre nós um grau de confiança e de relação em que pudéssemos, cada um de nós, entender que temos que nos ajudar muito mais. É por isso que hoje a gente pode olhar para vocês e dizer: a relação comercial Sul-Sul aumentou em mais de 50%. Nós estamos comprando mais e vendendo mais de nós mesmos. Nós estamos estabelecendo parcerias entre nossas empresas. Esses dias, fizemos não sei quantos acordos, 26 acordos, com a Venezuela. Agora foi feito um monte de acordos com a Colômbia. Estamos fazendo acordo com a Argentina, com o Chile, ou seja, os nossos empresários





têm que se encontrar, estabelecer parceria. Os nossos sindicalistas têm que se encontrar e estabelecer formas conjuntas. Os partidos têm que se encontrar, os parlamentares têm que se encontrar, o Foro de São Paulo tem que exigir cada vez mais a criação de um parlamento do Mercosul para que a gente possa consolidar definitivamente o Mercosul, não como uma coisa comercial, mas como uma instância que leve em conta a política, o social, o comercial e o desenvolvimento.

Esses dias, nós fomos à Guiné-Bissau. Aliás nós já visitamos mais países da África, acho, do que todos os governantes da história do Brasil. E fomos à Guiné-Bissau e fizemos uma reunião. Guiné-Bissau é um país de língua portuguesa, pequeno, praticamente destruído. E eu dizia ao Presidente e aos parlamentares: para que guerra, para que uma guerra na Guiné-Bissau? É um país destruído. A única chance que aquele país tem é a construção da paz, eles têm que construir um país para depois brigar pelo poder, porque senão estão brigando em torno de nada. Nem o Palácio Presidencial está de pé. Eu fui ao banheiro do Presidente, não tinha água. E eu dizia: meu Deus do céu, vocês precisam encontrar um jeito de transformar a paz na mais importante bandeira de vocês, porque somente a partir dela é que vocês poderão construir o país.

Esse trabalho é um trabalho que leva anos e anos. E nós apenas estamos começando. Nós apenas estamos transitando pelo mundo tentando estabelecer uma nova ordem, em que a gente consiga as vitórias na Organização Mundial do Comércio, que precisamos. E foi assim que nós ganhamos a questão do açúcar, foi assim que nós ganhamos a questão do algodão, foi assim que nós ganhamos a questão do frango congelado. Parece pouco, mas era muito difícil ganhar uma coisa na Organização Mundial do Comércio. E por conta do G-20 já ganhamos três e poderemos ganhar muito mais, adotando o princípio que nós aprendemos desde que começamos a nossa militância política, de que se todos nós nos juntarmos, nós derrotaremos





os outros.

Por isso, eu tenho viajado muito. Eu viajei, possivelmente, em dois anos, mais do que muitos presidentes viajaram e vou continuar viajando, porque as soluções para os problemas do Brasil não estão apenas dentro do Brasil, as soluções para os problemas de Cuba não estão só dentro de Cuba, não estão dentro da Argentina, não estão dentro da República Dominicana, não estão dentro do México, ou seja, é preciso que a gente resolva outros problemas externos para que a gente possa consolidar as soluções de alguns problemas internos.

Por isso, meus companheiros, minhas companheiras, saio daqui para Brasília com a consciência tranqüila de que esse filho nosso, de 15 anos de idade, chamado Foro de São Paulo, já adquiriu maturidade, já se transformou num adulto sábio. E eu estou certo de que nós poderemos continuar dando contribuição para outras forças políticas, em outros continentes, porque logo, logo, vamos ter que trazer os companheiros de países africanos para participarem do nosso movimento, para que a gente possa transformar as nossas convicções de relações Sul-Sul numa coisa muito verdadeira e não apenas numa coisa teórica.

E eu estou convencido de que o Foro de São Paulo continuará sendo essa ferramenta extraordinária que conseguiu fazer com que a América do Sul e a América Latina vivessem um dos melhores períodos de democracia de toda a existência do nosso continente.

Muito obrigado a vocês. Que Deus os abençoe e que eu possa continuar merecendo a confiança da Coordenação, que me convida a participar de outros foros. Até outro dia, companheiros.





Assine



BLOG

Felipe Moura Brasil

Análises irreverentes dos fatos essenciais de política e cultura no Brasil e no resto do mundo, com base na regra de Lima Barreto: "Troça e simplesmente troça, para que tudo caia pelo ridículo".

SIGA    

Conheça o Foro de São Paulo, o maior inimigo do Brasil

Por **Felipe Moura Brasil**

🕒 15 fev 2017, 15h18 - Publicado em 24 mar 2014, 22h29



Lula_e_Fidel (/)

O maior inimigo do Brasil e do continente nas últimas décadas precisa ser identificado pelos homens de bem deste país, de modo que reúna abaixo o mínimo que você precisa saber a respeito para se informar e educar os amigos, compartilhando [este link](#) nas redes sociais.

Fundado em 1990 por Lula e Fidel Castro — por ideia de Lula, segundo ele mesmo declarou (o que nunca é de todo confiável) em maio de 2011 [ver Vídeo 5] —, o “Foro de São Paulo é a mais vasta organização política que já existiu na América Latina e, sem dúvida, uma das maiores do mundo. Dele participam todos os governantes esquerdistas do continente. Mas não é uma organização

ja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/conheca-o-foro-de-sao-paulo-o-maior-inimigo-do-brasil/

1/20



Assinado eletronicamente por: VLAILTON MILANI VIEGAS CARBONARI - 12/07/2019 17:43:48
<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071217434841400000013275684>
Número do documento: 19071217434841400000013275684

Num. 13430238 - Pág. 1



Assine

na busca de vantagens mútuas. Nunca se viu, no mundo, em escala tão gigantesca, uma convivência tão íntima, tão persistente, tão



organizada e tão duradoura entre a política e o crime”, como escreveu em 2007 o filósofo Olavo de Carvalho, autor do best seller idealizado e organizado por mim, [O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota](#).

Por quase duas décadas, os jornais e supostos opositoristas brasileiros esconderam do grande público a existência do Foro de São Paulo, descoberto pelo advogado paulista José Carlos Graça Wagner, que o denunciou publicamente em 1º de setembro de 1997, e não faltou quem rotulasse seus denunciadores como “teóricos da conspiração”. De uns anos para cá, quando o Foro já tinha feito e desfeito governos em toda a América Latina, elegendo presidentes dos países do continente cerca de 15 membros da organização, seu nome começou a aparecer aqui e ali em reportagens, como se o Foro fosse apenas uma entidade como outra qualquer.

Vamos ver se é mesmo? Vem comigo.

I.

VÍDEO 1 – 2012 – MENSAGEM DE LULA EM APOIO A HUGO CHÁVEZ

Mensaje del Ex Presidente Lula Da Silva al XVIII Encuentro del Foro...





Assine

onde ainda somos oposição, os partidos do Foro têm uma influência crescente na vida política e social. Os governos progressistas estão mudando a face da América Latina. (...) Em tudo que fizemos até agora, que foi muito, o Foro e os partidos do Foro tiveram um grande papel que poderá ser ainda mais importante se soubermos manter a nossa principal característica: a unidade na diversidade. (...) Sob a liderança de Chávez, o povo venezuelano teve conquistas extraordinárias, as classes populares nunca foram tratadas com tanto respeito, carinho e dignidade. (...) Tua vitória será a nossa vitória.”

II.

VÍDEO 2 – 2008 – HUGO CHÁVEZ CONFESSA: LULA E FARC JUNTOS NO FORO DE 1995



Hugo Chávez confessa ter conhecido o presidente Lula e um dos então comandantes das Farc Raúl Reyes — cuja eliminação pelo Exército colombiano no nordeste do Equador ele lamenta e furiosamente critica — na reunião do Foro de São Paulo de 1995, em San Salvador, capital de El Salvador, na América Central:

“Recebi o convite para assistir, em 1995, ao Foro de São Paulo, que se instalou naquele ano em San Salvador. (...) **Naquela ocasião conheci Lula**, entre outros. **E chegou alguém ao meu posto na reunião**, a uma mesa de trabalho onde estávamos em grupo conversando, e lembro que colocou sua mão aqui [no ombro esquerdo] e disse: ‘Cara, quero conversar com você.’ E eu lhe disse: ‘Quem é você?’ **Raúl Reyes, um dos comandantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.** Nós nos reunimos nesta noite, em algum bairro humilde lá de El Salvador. (...) E então se abriu um canal de comunicação e ele veio aqui (...) e conversamos horas e horas. Depois, em uma terceira e última ocasião, passou por aqui também.”

III.

A PARCERIA ENTRE FARC E PT, SEGUNDO O COMANDANTE RAÚL REYES

Em [entrevista à Folha de S. Paulo](#) de 27 de agosto de 2003, Raúl Reyes dera, entre outras, as seguintes declarações:

Folha — O sr. conheceu Lula?

Reyes — Sim, não me recordo exatamente em que ano, foi em San Salvador, em um dos Foros de São Paulo.

Folha — Houve uma conversa?

Reyes — Sim, ficamos encarregados de presidir o encontro. Desde então, nos encontramos em locais diferentes e mantivemos contato até recentemente. Quando ele se tornou presidente, não pudemos mais falar com ele.

Folha — Qual foi a última vez que o sr. falou com ele?

Reyes — Não me lembro exatamente. Faz uns três anos.

Folha — Fora do governo, quais são os contatos das Farc no Brasil?

Reyes — As Farc têm contatos não apenas no Brasil com distintas forças políticas e governos, partidos e movimentos sociais...





intelectuais, sacerdotes, historiadores, jornalistas...

Folha – Quais intelectuais?

Reyes – [O sociólogo] Emir Sader, frei Betto [assessor especial de Lula] e muitos outros.”

IV.

A MENTIRA DE VALTER POMAR SOBRE FARC E FORO

Em 18 de agosto de 2010, saiu no [Estadão Online](#):

“**O secretário executivo do Foro de São Paulo, Valter Pomar, do Partido dos Trabalhadores (PT)**, negou hoje (18) qualquer vínculo desse grupo de partidos da esquerda e da centro-esquerda latino-americanas, criado em 1990, com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). **‘As Farc não participam e nunca participaram do Foro de São Paulo’, disse Pomar**, em entrevista a correspondentes brasileiros em Buenos Aires, onde se realiza o 16.º encontro da organização.

A Agência Estado insistiu na indagação sobre se nem em 1990, ano da criação do grupo pelo PT, na capital paulista, houve a participação no Foro de algum partido político ligado às Farc. **‘Eu estava lá. Não participou nem como um setor de partido’, afirmou. Segundo ele, todos os representantes da Colômbia que participam das reuniões do Foro pertencem a organizações e partidos legais.** O secretário executivo do Foro disse que esse assunto voltou à tona por causa da declaração do candidato a vice-presidente na chapa do tucano José Serra, Índio da Costa (DEM), sobre a ligação entre PT e Farc.”

Olavo de Carvalho escreveu na ocasião:

“Quer dizer então, ó figura, que o Raúl Reyes mentiu ao dizer que presidira a uma assembleia do Foro ao lado de Lula? Quer dizer que o Hugo Chávez estava delirando ao dizer que conhecera Raúl Reyes e Lula numa reunião do Foro? Quer dizer que o expediente da revista América Libre é todo falsificado? Quer dizer que as atas do Foro foram inventadas por mim, que ainda tive o requinte de escrevê-las em espanhol? Ora, vá lambar sabão.”

V.

DISCURSO DE LULA DE 2 DE JULHO DE 2005 – 15 ANOS DE FORO

Pronunciado na celebração dos 15 anos de existência do Foro de São Paulo e [reproduzido no site oficial do governo](#), este discurso é, segundo Olavo de Carvalho, “a confissão explícita de uma conspiração contra a soberania nacional, crime infinitamente mais grave do que todos os delitos de corrupção praticados e acobertados pelo atual governo; crime que, por si, justificaria não só o impeachment como também a prisão do seu autor”:

“Em função da existência do Foro de São Paulo, o companheiro Marco Aurélio [Garcia] tem exercido uma função extraordinária nesse trabalho de consolidação daquilo que começamos em 1990... Foi assim que nós, em janeiro de 2003, propusemos ao nosso companheiro, presidente Chávez, a criação do Grupo de Amigos para encontrar uma solução tranquila que, graças a Deus, aconteceu na Venezuela. E só foi possível **graças a uma ação política de companheiros. Não era uma ação política de um estado com outro estado, ou de um presidente com outro presidente.** Quem está lembrado, o Chávez participou de um dos foros que fizemos em Havana. E graças a essa relação foi possível construirmos, com muitas divergências políticas, a consolidação do que aconteceu na Venezuela, com o referendo que consagrou o Chávez como presidente da Venezuela.

Foi assim que nós pudemos atuar junto a outros países com os nossos companheiros do movimento social, dos partidos daqueles países, do movimento sindical, sempre utilizando a relação construída no Foro de São Paulo **para que pudéssemos conversar sem que parecesse e sem que as pessoas entendessem qualquer interferência política.**”

Olavo de Carvalho [escreveu](#) na ocasião:

“(…) O sr. presidente confessa, em suma, que submeteu o país a decisões tomadas por estrangeiros, reunidos em assembleias de uma entidade cujas ações o povo brasileiro não devia conhecer nem muito menos entender.

Não poderia ser mais patente a humilhação ativa da soberania nacional, principalmente quando se sabe que entre as entidades participantes dessas reuniões decisórias constam organizações como o MIR chileno, sequestrador de brasileiros, e as Farc,

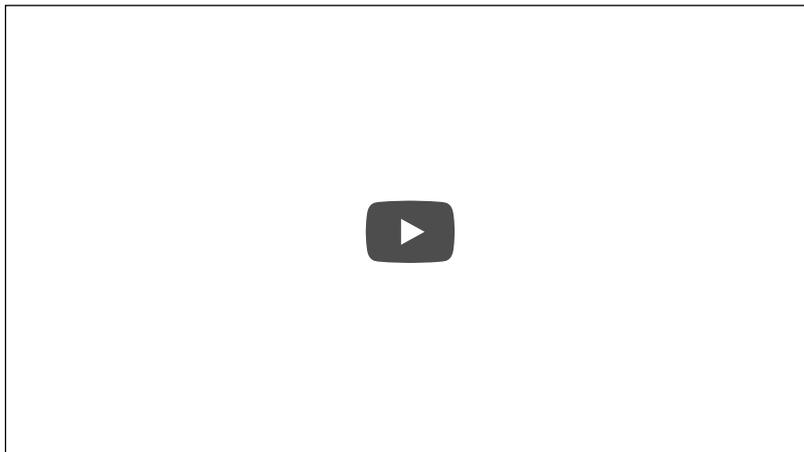




VI.

VÍDEO 3 – LULA MENTE PARA BORIS CASOY DURANTE CAMPANHA DE 2002

Em entrevista ao Jornal da Record, durante a campanha eleitoral de 2002, Lula mente descaradamente ao negar a existência de uma aliança entre ele, Hugo Chávez e Fidel Castro.



VII.

PT/FARC/FORO – SEQUÊNCIA DE FATOS

Em 24 de setembro de 2007, Olavo de Carvalho publicou o artigo “O perigo sou eu”, no qual pede mais uma vez ao leitor — já o tinha feito em “Relendo notícias”, de 2003 — a gentileza de examinar brevemente esta sequência de fatos:

· **Abril de 2001:** O traficante Fernandinho-Beira Mar confessa que compra e injeta no mercado brasileiro, anualmente, duzentas toneladas de cocaína das Farc em troca de armas contrabandeadas do Líbano.

· **7 de dezembro de 2001:** O Foro de São Paulo, coordenação do movimento comunista latino-americano, sob a presidência do sr. Luís Inácio Lula da Silva, lança um manifesto de apoio incondicional às Farc, no qual classifica como ‘terrorismo de Estado’ as ações militares do governo colombiano contra essa organização.

· **17 de outubro de 2002:** O PT, através do assessor para assuntos internacionais da campanha eleitoral de Lula, Giancarlo Summa, afirma em nota oficial que o partido nada tem a ver com as Farc e que o Foro de São Paulo é apenas ‘um foro de debates, e não uma estrutura de coordenação política internacional’.

· **1º de março de 2003:** O governo petista estende oficialmente seu manto de proteção sobre as Farc, recusando-se a classificá-las como organização terrorista conforme solicitava o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe.

· **24 de agosto de 2003:** O comandante das Farc, Raul Reyes, informa que o principal contato da narcoguerrilha no Brasil é o PT e, dentro dele, Lula, Frei Betto e Emir Sader.

· **15 de março de 2005:** Estoura o escândalo dos cinco milhões de dólares das Farc que um agente dessa organização, o falso padre Olivério Medina, afirma ter trazido para a campanha eleitoral do sr. Luís Inácio Lula da Silva. O assunto é investigado superficialmente e logo desaparece do noticiário.

· **2 de julho de 2005:** Discursando no 15º. Aniversário do Foro de São Paulo, o sr. Luís Inácio Lula da Silva entra em contradição com a nota de 17 de outubro de 2002, confessando que o Foro é uma entidade secreta, ‘construída para que pudéssemos conversar sem que parecesse e sem que as pessoas entendessem qualquer interferência política’, que essa entidade interferiu ativamente no plebiscito venezuelano e que ali, em segredo, ele próprio tomou decisões de governo junto com Chávez, Fidel Castro e outros líderes esquerdistas, sem dar ciência disto ao Parlamento ou à opinião pública.





Assine

guerrilha vão periodicamente a fronteira do Brasil com a Colômbia para comprar cocaína diretamente com guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Os bandidos são alvo de investigação da Polícia Federal. Eles ocuparam o espaço que já foi exclusivo de Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar”.

- **12 de maio de 2006:** O PCC em São Paulo lança ataques que espalham o terror entre a população. Em 27 de dezembro é a vez do Comando Vermelho fazer o mesmo no Rio de Janeiro.
- **18 de julho de 2006:** O Supremo Tribunal Federal, sob a pressão de um vasto movimento político orquestrado pelo PT, concede asilo político ao falso padre Olivério Medina, agente das Farc.
- **16 de maio de 2007:** O juiz Odilon de Oliveira, de Ponta-Porã, divulga provas de que as Farc atuam no território nacional treinando bandidos do PCC e do Comando Vermelho em técnicas de guerrilha urbana.
- **12 de fevereiro de 2007:** As Farc fazem os maiores elogios ao PT por ter salvo da extinção o movimento comunista latino-americano por meio da fundação do Foro de São Paulo.
- **Agosto de 2007:** Nos vídeos preparatórios ao seu 3º. Congresso, o PT admite que seu objetivo é eliminar o capitalismo e implantar no Brasil um regime socialista; e fornece ainda um segundo desmentido à nota de Giancarlo Summa, ao confessar que o Foro de São Paulo é ‘um espaço de articulação estratégica’ (sic).
- **19 de setembro de 2007:** Lula oferece o território brasileiro como sede para um encontro entre Hugo Chávez e os comandantes das Farc.

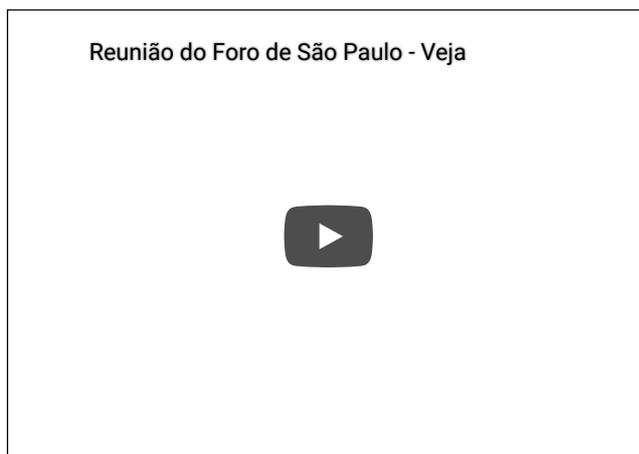
Entre esses fatos ocorreram outros inumeráveis cuja data não recordo precisamente no momento, entre os quais o fornecimento maciço de armas às Farc pelo governo Hugo Chávez, uma campanha nacional de mídia para desmoralizar o analista estratégico americano Constantine Menges que divulgava a existência de um eixo Lula-Castro-Chávez-Farc, os tiroteios entre guerrilheiros das Farc e soldados do Exército brasileiro na Amazônia, as denúncias de que as Farc davam treinamento em guerrilha urbana aos militantes do MST e, é claro, várias assembléias gerais e reuniões de grupos de trabalho do Foro de São Paulo.

A existência de uma ligação profunda, constante e solidária entre o PT e as Farc é um fato tão bem comprovado, que quem quer que insista em negá-la só pode ser parte interessada na manutenção do segredo ou então um mentecapto incurável. (...)”

VIII.

VÍDEO 4 – 14ª REUNIÃO DO FORO – MONTEVIDÉU, 2008

Reportagem da Veja.com sobre o XIV Encontro do Foro de São Paulo, em Montevideú, em 2008, com as participações dos petistas José Eduardo Martins Cardozo, Marco Aurélio Garcia, Raul Pont, Valter Pomar e Nilmário Miranda; e a repetição de todos os chavões socialistas e gritos revolucionários.



IX.

VÍDEO 5 – DISCURSO DE LULA DE 2011 – 17ª REUNIÃO DO FORO

ja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/conheca-o-foro-de-sao-paulo-o-maior-inimigo-do-brasil/

6/20





Assine



Trechos do discurso de Lula, em que ele lembra de quando teve a ideia do Foro e do dia em que conheceu Fidel Castro, admite que Chávez tentou um golpe na Venezuela, e mostra como os participantes da entidade foram conquistando o poder em toda a América Latina, país por país (além, é claro, de soltar todas as suas bravatas eleitoreiras):

“(…) Querido companheiro Daniel Ortega, presidente da Nicarágua, e sua companheira Rosario [Murillo]; querido companheiro [Ricardo] Alarcón [de Quesada], representando aqui o extraordinário povo cubano; querido companheiro [Nicolás] Maduro, chanceler da Venezuela, queridos companheiros latino-americanos e convidados para essa 17ª reunião do Foro de São Paulo.

Eu tenho sempre a preocupação, querido [José Manuel] Zelaya, de participar desses Foros e falar em português. [Trecho inaudível...] não entende nada do que ‘yo hablo’. [Risos.] Eu tenho um tradutor que é um cubano naturalizado brasileiro. Se precisar o tradutor pode traduzir para que todo mundo entenda o que estou “hablando”. Se entende... Bom, se não entender, eu não tenho culpa.

Eu queria dizer a todos vocês que eu tô emocionado porque faz muito tempo que eu não participo de uma reunião do Foro de São Paulo. Parece que a última foi no Bar Latino em São Paulo em 2005, mas muito de passagem. **E eu lembro quando tivemos a ideia de construir o Foro de São Paulo. Em 1985, eu fiz uma entrevista para um jornal brasileiro**, e eu dizia que não era possível um metalúrgico chegar à presidência pelo voto e disputando democraticamente uma eleição. Quatro anos depois, eu fui à primeira disputa presidencial, fui para a segunda volta [turno], e terminei as eleições com 47% dos votos. O PT saiu muito fortalecido daquela eleição. Os partidos de esquerda que estão aqui, brasileiros — não sei se estão todos, mas o PCdoB, o PSB, não sei se estão... o PDT — que estiveram juntos comigo, todos nós saímos muito fortalecidos.

E aí então veio a ideia, conversando com os companheiros cubanos num primeiro momento, de fazermos uma reunião da esquerda latino-americana. E fizemos em São Paulo, no Hotel Danúbio que já não existe mais, em junho de 1990, a nossa primeira reunião. Havia, meu querido Maduro, tantos partidos de esquerda na América Latina e tantas divergências, que só da Argentina compareceram 13 partidos políticos, e a única coisa que unificava os argentinos eram os gols de Maradona na Copa do Mundo de 1990. [Risos. Aplausos.] Havia um processo de desconfiança muito grande entre toda a esquerda latino-americana. Nós não tínhamos ainda aprendido uma lição básica que iria permitir que a esquerda chegasse ao poder. Nós temos um brilhante educador brasileiro, que já morreu, um dos mais importantes, que muitos latino-americanos conhecem, **Paulo Freire**, e ele dizia: **‘Juntar os diferentes para derrotar os antagonicos.’**

E nós fomos aprendendo a conviver entre nós, e fomos construindo uma relação democrática difícil, complicada, muitas vezes era necessário muita paciência. **Eu lembro que uma vez na reunião do Foro de São Paulo em El Salvador, nós não deixamos o Chávez participar, porque Chávez tinha tentado o golpe na Venezuela** e nós não deixamos ele participar. Era muito difícil. Havia um processo de desconfiança entre nós muito grande. E de coração eu quero dizer pra vocês que uma das forças políticas que mais contribuiu para que nós chegássemos a construir o que nós construímos foram os companheiros do partido comunista cubano, que sempre tiveram paciência e experiência de nos ajudar. Não posso desmerecer o trabalho do companheiro Marco Aurélio Garcia, que hoje está no governo, não está aqui, mas que participou de quase todas as reuniões do Foro de São Paulo.

Eu fico imaginando que algumas pessoas não estão mais aqui entre nós. E eu queria saudar aqueles que não estão aqui entre nós, homenageando o companheiro Schafik [Handal], da Frente Farabundo Martí, que não está entre nós. [Aplausos.] Nós estamos um pouco mais velhos. Quando começou o Foro, eu não tinha nenhum cabelo branco. Tomaz Borges tinha todo o cabelo na cabeça. [Risos] Daniel Ortega era cabeludo. [Risos] Ou seja: **nós estamos cansados, mais do que quando começamos o Foro. Mas o caminho que nós percorremos não pode perder a importância das nossas conquistas.** Nós estamos falando de 21 anos. Vinte e um anos é o tempo de maturidade de um jovem ou de uma jovem. **E nesses 21 anos, olhemos a fotografia da América Latina de 1990 e**





Assine

Eu fico olhando a América do Sul. **Quando cheguei à presidência em 2002, só tinha o Chávez. Mesmo assim, tinha sofrido um golpe. Depois, veio [Nestor] Kirchner. Depois de Kirchner, veio eleições no Paraguai. Depois, no Uruguai, com Tabaré [Ramón Vázquez Rosas]. Depois veio no Equador. E nós fomos fazendo uma mudança extraordinária que culminou com a eleição do companheiro Evo Morales na Bolívia. [Aplausos.] É a demonstração mais viva dessa evolução política da esquerda latino-americana. [Aplausos.]**

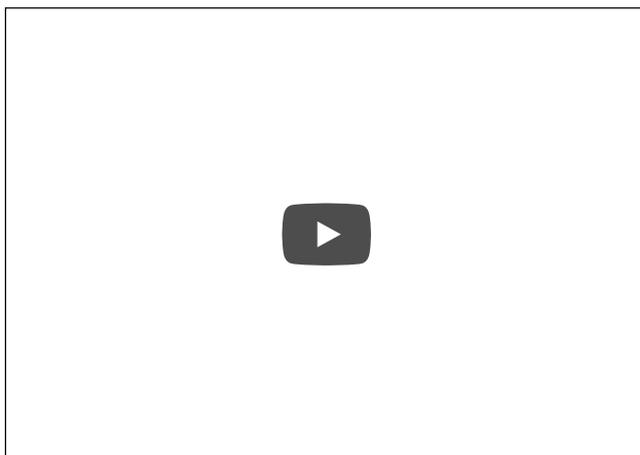
Porque esses meninos, e eu digo meninos porque tive o prazer de participar no dia **19 de julho de 1980** do primeiro aniversário da Frente Sandinista quando o orador principal foi Tomás Borges, **o dia em que eu conheci Fidel Castro** e fomos comer uma lagosta na casa não sei de quem, e eu lembro perfeitamente bem que, depois de chegar ao poder por uma revolução, no momento certo a Frente Sandinista não teve medo e convocou eleições democráticas. Perdeu. Daniel é o único ser humano do planeta que perdeu mais eleições do que eu. Eu perdi três eleições. Daniel perdeu quatro eleições. [Risos.] Quatro eleições. Entretanto, por nenhum momento, por mais acusado que esse companheiro fosse, ele deixou de acreditar que o caminho da democracia que a Frente Sandinista tinha optado era o melhor para a Nicarágua. E agora está o companheiro de volta para a presidência da República pela via do voto direto. Eu, como vocês estão percebendo, tenho muita dificuldade de fazer qualquer discurso de oposição depois de oito anos de governo. (...)"

X.

VÍDEO 6 – JOSÉ DIRCEU FALA DO FORO NO PROGRAMA “PROVOCAÇÕES”

Como escreveu Olavo de Carvalho no facebook:

“Há anos aviso que no Foro de São Paulo o mais importante não são as assembleias, mas as conversações discretas, ou reservadas, onde o destino de vários países é decidido pelas costas da população. Exemplo:”



ANTÔNIO ABUJAMRA: Anos atrás, você podia prever uma América Latina assim: Fidel, Chávez, Morales, Bachelet, Correa... Quem mais? **TODOS de esquerda na América do Sul! Você podia prever que isso ia acontecer?**

JOSÉ DIRCEU: Prever, não. Mas nós já lutávamos por isso e já trabalhávamos por isso. Inclusive porque nós criamos o Foro de São Paulo, que lutava pra isso; depois criamos ainda o Grupo de Marbella, porque é o nome da cidade do hotel onde nós ficamos no Chile, que se reuniu, TODOS foram presi... **Todos depois foram eleitos presidentes da República. Todos foram. TODOS.** O Ciro Gomes, que participava, e o [mexicano] Cuauhtémoc Cárdenas ainda não foram. Mas o [Vicente] Fox foi [no México]. O [Ricardo] Lagos foi [no Chile]. Tabaré Vazquez foi [no Uruguai]. [Cita outro, inaudível.] O Lula foi. Então você vê que não é o Chávez, o Evo Morales...

ANTÔNIO ABUJAMRA [interrompendo]: Tabaré, Kirchner... Se essa turma se unir, o que é meio difícil, o que é que acontece com a América Latina?

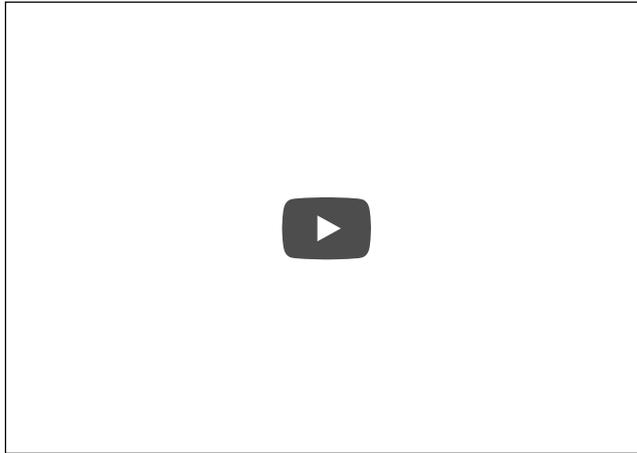
JOSÉ DIRCEU: Não, a condição para a América Latina avançar é a união desses presidentes desses países. Por isso que a informação de que o Banco do Sul está avançando... e a consolidação do Mercosul, e a integração energética, o gasoduto, e mesmo a zona de livre-comércio entre os nossos países... Não há nada mais importante pra nós que a integração da América Latina. Hoje, o





XI.

VÍDEO 7 – DISCURSOS DE LULA E DILMA SOBRE FORO E REVOLUÇÃO

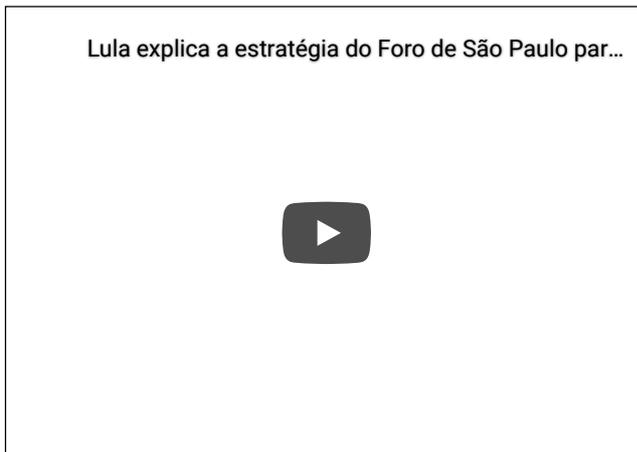


LULA: “O que Cuba tem mais do que nós? O povo cubano tem mais dignidade que a maioria dos povos da América Latina. (...) E foi assim que nós conseguimos construir o Foro de São Paulo e pela primeira vez a gente conseguiu juntar todos os partidos de esquerda da América Latina. Não pensem que é fácil! Tem aqui companheiros que participam...”

DILMA: “Eu me sinto muito feliz de estar na tenda da revolução cubana, dos 50 anos da revolução cubana, que foi um acontecimento histórico na América Latina e teve uma influência profunda na minha geração. Então eu considero este momento especial.”

XII.

VÍDEO 8 – DISCURSO DE LULA DE 2013 – LULA EXPLICA A ESTRATÉGIA DO FORO DE SÃO PAULO PARA CHEGAR AO PODER



“Em 1990, ou melhor, em 1980, a esquerda latino-americana não acreditava que fosse possível chegar ao poder pela via da disputa democrática e sobretudo pela via eleitoral. (...) E a história se encarregou de provar que a democracia exercida a partir da participação de massas pode ser a melhor fonte para que a esquerda chegue ao poder em qualquer país do mundo. Vamos ver a experiência do companheiro Chávez (...). É importante lembrar que uma grande parte da elite da Venezuela não admite a chegada de Chávez ao poder (...), como não aceitam o Lula no Brasil e a Dilma no Brasil... E nós chegamos e **eu quero, companheiro da direção do Foro de São Paulo, debitar parte da chegada da esquerda ao poder da América Latina pela existência dessa *cosita* chamada Foro de São Paulo. Foi aqui e devemos muito aos companheiros cubanos, devemos muito aos companheiros cubanos**, porque, ao contrário do que muita gente conservadora pensa, **os companheiros cubanos sempre, sempre nos ensinaram que o exercício da tolerância entre nós, a convivência pacífica na adversidade entre nós, a convivência entre os vários setores de esquerda era a**





agora. Nenhum processo:

A propósito: os “companheiros cubanos”, segundo Lula, sempre ensinaram o “exercício da tolerância” e da “convivência pacífica” entre os vários setores DA ESQUERDA, é claro. Porque, na Cuba de Fidel e Raúl Castro, a “tolerância” e o “pacifismo” com os opositores políticos sempre foram exercidos com prisões e fuzilamentos mesmo.

XIII.

CINCO CRIMES DO FORO DE SÃO PAULO

8 de agosto de 2013 às 10:16

Por Olavo de Carvalho

- 1) Deu abrigo e proteção política a organizações terroristas e a quadrilhas de narcotraficantes e seqüestradores que nesse ínterim espalharam o vício, o sofrimento e a morte por todo o continente, fazendo mesmo do Brasil o país onde mais cresce o consumo de drogas na América Latina.
- 2) Ao associar entidades criminosas a partidos legais na busca de vantagens comuns, transformou estes últimos em parceiros do crime, institucionalizando a ilegalidade como rotina normal da vida política em dezenas de nações.
- 3) Burlou todas as constituições dos seus países-membros, convidando cada um de seus governantes a interferir despudoradamente na política interna das nações vizinhas, e provendo os meios para que o fizessem “sem que ninguém o percebesse”, como confessou o sr. Lula, e sem jamais ter de prestar satisfações por isso aos seus respectivos eleitorados.
- 4) Ocultou sua existência e a natureza das suas atividades durante dezesseis anos, enquanto fazia e desfazia governos e determinava desde cima o destino de nações e povos inteiros sem lhes dar a mínima satisfação ou explicação, rebaixando assim toda a política continental à condição de uma negociação secreta entre grupos interessados e transformando a democracia numa fachada enganosa.
- 5) Gastou dinheiro a rodo em viagens e hospedagens para muitos milhares de pessoas, durante vinte e três anos, sem jamais informar, seja ao povo brasileiro, seja aos povos das nações vizinhas, nem a fonte do financiamento nem os critérios da sua aplicação. Até hoje não se sabe quanto das despesas foi pago por organizações criminosas, quanto foi desviado dos vários governos, quanto veio de fortunas internacionais ou de outras fontes. Nunca se viu uma nota fiscal, uma ordem de serviço, uma prestação de contas, um simulacro sequer de contabilidade. A coisa tem a transparência de um muro de chumbo.

XIV.

EX-EMBAIXADOR AMERICANO SOBRE A NECESSIDADE DE ESPIONAR O BRASIL: “BASTA LER AS ATAS DO FORO”

Segue abaixo o texto que traduzi na ocasião. A respeito dele, Olavo de Carvalho comentou: “Como é que uma entidade que nem mesmo existe, ou que é apenas um inocente clube de debates, pode criar uma crise diplomática de dimensões mastodônticas? TODOS os que ocultaram ou disfarçaram durante quase duas décadas a existência do Foro de São Paulo são culpados de que ISTO esteja acontecendo agora.”

POR QUE NÓS ESPIONAMOS O BRASIL

Tradução de Felipe Moura Brasil da coluna de Carlos Alberto Montaner, publicada no Miami Herald de 25 de setembro de 2013.

A presidente do Brasil, Dilma Rousseff, cancelou sua visita ao presidente Obama. Ela se sentiu ofendida porque os Estados Unidos estavam espionando seu e-mail. Não se faz isso com um país amigo. A informação, provavelmente confiável, foi fornecida por Edward Snowden de seu refúgio em Moscou.

Intrigado, perguntei a um ex-embaixador dos EUA: “Por que eles fizeram isso?” Sua explicação foi duramente franca:

“Do ponto de vista de Washington, o governo brasileiro não é exatamente amigável. Por definição e historicamente, o Brasil é um país amigo que ficou do nosso lado durante a II Guerra Mundial e a da Coreia, mas seu governo atual não está.”

O embaixador e eu somos velhos amigos. “Posso revelar seu nome?”, perguntei. “Não”, respondeu ele. “Isso criaria um problema enorme para mim. Mas você pode transcrever nossa conversa.” É o que farei aqui.





Assine

Chavista, primeiro com (Fidel) Chavez e agora com (Nicolás) Maduro, a Cuba de Raúl Castro, a Ira, a Bolívia de Evo Morales, a Líbia dos tempos de Kadafi; a Síria de Bashar Assad.

“Em quase todos os conflitos, o governo brasileiro concorda com as linhas políticas da Rússia e da China, em oposição à perspectiva do Departamento de Estado dos EUA e da Casa Branca. A família ideológica com que mais se parece é a dos BRICS, com os quais tenta conciliar sua política externa. [Os BRICS são Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.]

“A imensa nação sul-americana não tem nem manifesta a menor vontade de defender os princípios democráticos que são sistematicamente violados em Cuba. Pelo contrário, o ex-presidente Lula da Silva muitas vezes leva investidores à ilha para fortalecer a ditadura dos Castros. O dinheiro investido pelos brasileiros no desenvolvimento do superporto de Mariel, próximo a Havana, é estimado em US\$ 1 bilhão.

A influência cubana no Brasil é velada, mas muito intensa. José Dirceu, ex-chefe de gabinete e ministro mais influente de Lula da Silva, havia sido um agente dos serviços de inteligência cubanos. No exílio em Cuba, ele tivera o rosto cirurgicamente alterado. Ele retornou ao Brasil com uma nova identidade (Carlos Henrique Gouveia de Mello, um comerciante judeu) e ficou nessa função até que a democracia foi restaurada. De mãos dadas com Lula, ele colocou o Brasil entre os principais colaboradores da ditadura cubana. Ele caiu em desgraça porque era corrupto, mas nunca recuou um centímetro de suas preferências ideológicas e de sua cumplicidade com Havana.

“Algo semelhante está acontecendo com o professor Marco Aurélio Garcia, atual assessor de política externa de Dilma Rousseff. Ele é um anti-ianque contumaz, pior até do que Dirceu, porque ele é mais inteligente e foi mais bem treinado. Ele fará tudo o que puder para despistar os Estados Unidos.

“Para o Itamaraty – um ministério de relações exteriores reconhecido pela qualidade dos seus diplomatas, geralmente políglotas e bem educados –, a Carta Democrática assinada em Lima em 2001 é só um pedaço de papel sem importância alguma. **O governo simplesmente ignora as fraudes eleitorais cometidas na Venezuela e na Nicarágua e é totalmente indiferente a qualquer abuso contra a liberdade de imprensa.**

“Mas isso não é tudo. Há outras duas questões que fazem os Estados Unidos quererem ser informados em relação a tudo o que acontece no Brasil, pois, de uma forma ou de outra, elas afetam a segurança dos Estados Unidos: **corrupção e drogas.**

“O Brasil é um país notoriamente corrupto e essas péssimas práticas afetam as leis dos Estados Unidos de duas maneiras: quando os brasileiros utilizam o sistema financeiro americano e quando eles competem de forma desleal com empresas dos EUA, recorrendo a subornos ou comissões ilegais.

“A questão das drogas é diferente. **A produção de coca boliviana quintuplicou desde que Evo Morales se tornou presidente, e o distribuidor dessa substância é o Brasil.** Quase tudo acaba na Europa, e os nossos aliados estão querendo informações. Essas informações, às vezes, estão nas mãos de políticos brasileiros.”

Minhas duas perguntas finais são inevitáveis. Washington apoiará a candidatura do Brasil a membro permanente no Conselho de Segurança da ONU?

“Se você perguntar para mim, não”, diz ele. “Nós já temos dois adversários permanentes: Rússia e China. Não precisamos de um terceiro.”

Para finalizar, os Estados Unidos continuarão espionando o Brasil?

“Com certeza”, ele me diz. “É nossa responsabilidade para com a sociedade americana.”

Acho que Dona Dilma deveria trocar seu e-mail com frequência.

XV.

ÁUDIO – GRAÇA SALGUEIRO EXPLICA A HISTÓRIA DO FORO

Em excelente entrevista para Bruno Garschagen sobre a ditadura chavista assassina de Nicolás Maduro na Venezuela, no 112º Podcast Mises Brasil, a autora do incontornável blog [NotaLatina](https://notalatina.com.br/), Graça Salgueiro, faz um resumo do Foro de São Paulo, a partir dos 30 minutos, que transcrevo abaixo.





Assine



GRAÇA: Em 1990, quando a Rússia já tinha rompido os acordos com Cuba, tinha acabado com a proteção que oferecia a Cuba, o Fidel Castro viu que as coisas não estavam caminhando no rumo socialista como ele imaginava, a revolução dele poderia despencar, e também com o “fim” do comunismo na União Soviética, a dissolução da URSS com a queda do Muro de Berlim, tudo isso deixou o comunismo de uma certa forma meio sem chão. Então, ele já conhecia o Lula, convidou o Lula para formar um grupo, para ter um encontro e, em 2 de julho de 1990, eles tiveram um encontro aqui em São Paulo, e por conta disso, por ter sido o primeiro encontro em São Paulo, eles então passaram a denominá-lo no ano seguinte de Foro de São Paulo. Nesse evento, eles convocaram todos os países da América do Sul e Central que fossem de esquerda e também organizações ligadas à esquerda. Além dessas organizações ligadas à esquerda, **também tinha grupos terroristas como as Farc, o ELN** [Exército de Libertação Nacional, da Colômbia], **o Sendero Luminoso** [de inspiração maoísta, do Peru], enfim (...). E o objetivo dele, do Fidel Castro quando resolveu criar essa organização, foi muito claro: ele disse que **pretendia recriar na América Latina o que se perdeu no Leste Europeu. Então foi assim que foi criado o Foro de São Paulo** e, à medida que os anos foram passando, essas reuniões passaram a ser anuais, tendo três encontros do grupo de trabalho do Foro de São Paulo que é quem elabora realmente a pauta do que vai ser discutido no próximo encontro e o encontro anual se dá uma vez em cada país-membro, que é escolhido na reunião que está acontecendo... e durante todo o ano eles vão pondo em prática aquelas atividades, aquelas coisas que foram determinadas lá na pauta desse encontro. Saem as resoluções: tem uma resolução geral e tem as resoluções específicas de cada país. Por exemplo: quando vai haver eleição nos países, então ali está a pauta dizendo: vai ter eleição no Brasil, vai ter eleição no Chile, vai ter eleição não sei onde, e a gente precisa apoiar o candidato X. Então aquele candidato citado ali é o candidato do Foro de São Paulo. E foi assim que eles conseguiram colocar no 15 presidentes-membros da organização, do Foro de São Paulo.

BRUNO: E esse apoio se dava como, Graça?

GRAÇA: Esse apoio se dava de todas as formas que você imagina. Por exemplo, **eles defendem muito a não ingerência nos países dos outros, a autodeterminação dos povos, não sei o quê, eles usam muito essas expressões, mas eles não cumprem nenhuma delas. Eu não sei se você viu, mas se alguém quiser fazer a pesquisa, vai encontrar pelo Youtube vídeo do Lula apoiando e pedindo votos para Hugo Chávez** [ver item I] **e agora mais recentemente para o Nicolás Maduro** [ver item XVII]; o Chávez fazendo vídeo para pedir voto para Dilma. Fora isso eles mandam grupos de estudos, como eles chamam, para visitar universidades, para visitar organizações, fazem palestras, dão dinheiro, rola dinheiro pelo meio também. **Tem apoio financeiro e tem apoio logístico também.** Então eles se apoiam muito. Agora nem sempre eles ganham, por exemplo agora em El Salvador eles perderam: vai haver um segundo turno ainda, mas eles perderam [o 1º]. [Na verdade, eles acabaram ganhando o segundo...] Eles perderam no Paraguai, mas ganharam no Chile: a Michele Bachelet voltou. Então é sempre assim. E nessa história eles conseguiram colocar nos governos, no comando das nações 15 presidentes, já houve alternâncias, alguém já perdeu, já voltou... **E foi por conta disso que o Lula não permitia de forma alguma que no Brasil se falasse sobre o Foro de São Paulo até que a coisa estivesse mais estabilizada, mais solidificada, que houvesse bastantes países com presidente do Foro para poder a coisa ficar firme.** Ele mesmo disse que se a gente estivesse... Tem um pronunciamento que ele fez [ver item V], acho que foi no aniversário de 15 anos do Foro de São Paulo [sim, foi], ele fez um comentário que disse assim: se nós tivéssemos (mais ou menos isso, né, não são essas palavras mesmo, né), se nós não tivéssemos escondido das pessoas o que estávamos fazendo, o Foro de São Paulo hoje não teria um índio presidente, um metalúrgico presidente, não teria não sei o quê, enfim, ele confirma que foi preciso esconder da mídia, esconder do povo o que eles tramavam ali para poder a coisa dar certo.

BRUNO: Exato. E só para registrar aqui, para fazer justiça, o professor Olavo de Carvalho foi quem durante anos falou sozinho no deserto sobre o Foro de São Paulo.





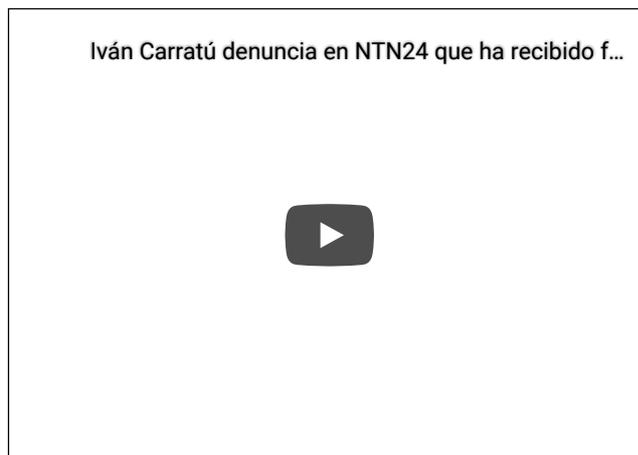
Assine

Qualquer de corpo e alma a estudar o Foro de São Paulo desde então, não. Educação exclusiva. E isso vai eu agradecer ao Clavo realmente, porque até então ninguém falava. Claro, ele não foi o precursor o doutor Graça Wagner quem falou para ele, mas ele era a voz da mídia, na época ele escrevia para jornais: O Globo, a Folha, o Jornal da Tarde, a Zero Hora, então ele era uma voz que estava na mídia e, por conta disso, ele perdeu todos esses empregos, porque ele falava o que não podia falar.

XVI.

VÍDEO 9 – VICE-ALMIRANTE VENEZUELANO MARIO IVÁN CARRATÚ DENUNCIA O FORO DE SÃO PAULO NA NTN24

De fora da Venezuela de Maduro em função das ameaças de morte, Carratú dá o alerta à América Latina sobre o poder do Foro, a partir dos 2min56seg.

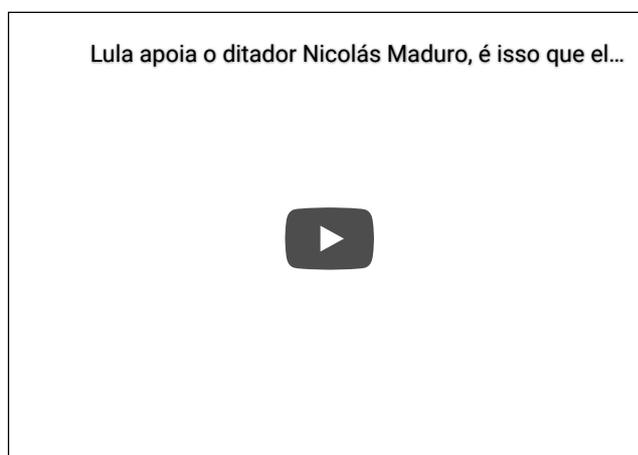


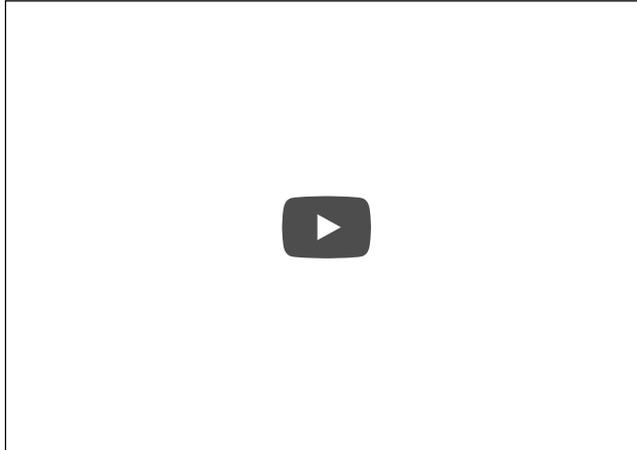
“Primeiro, minhas saudações fraternas desde o exterior. Temos de seguir lutando. **E aos países irmãos e cidadãos do continente: que tenham MUITA atenção com a penetração de grupos radicais de esquerda sob a ótica do Foro de São Paulo, que está tentando tomar o poder na maioria dos nossos países, faltando apenas Colômbia, Peru e República do Chile.** Os demais têm, de uma ou outra maneira, este tipo de contato, este tipo de ações... O que devo, sim, ressaltar e devo reafirmar é que a Venezuela, desde 1992, está entregue às mãos de Fidel Castro...”

XVII.

VÍDEO 10 – MENSAGEM DE LULA EM APOIO A MADURO

Sim: Lula, como não poderia deixar de ser, também fez campanha para Maduro, o atual comandante da ditadura assassina da Venezuela, que no momento da publicação deste post já contava 36 mortos durante a onda de protestos no país. Como escrevi aqui: [Ditadura no \(...\) dos outros é democracia.](#)





REINALDO AZEVEDO: O que eles queriam era criar um Congresso paralelo. Então você tem, segundo a divisão do coleguinha Montesquieu, você tem a divisão dos três poderes. O que eles queriam era anular um poder. Era o Executivo se organizando, entendo eu, numa quadrilha, para comprar uma fatia do Congresso e ter um Congresso do B, um outro Congresso, de maneira que você torna a democracia, o processo democrático, irrelevante. Isto faz parte de um projeto, atenção, é grande, das esquerdas latino-americanas, que estão organizadas no Foro de São Paulo. Isto não é paranoia. Durante muito tempo, quem falava do Foro de São Paulo eram Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo e mais dois ou três malucos. Não. Ele existe! O Foro de São Paulo existe! Em cada país, ele tem um projeto. Nos países onde eles chegaram ao poder e as instituições estavam no chão, eles partiram diretamente pro solapamento da democracia. Então é o caso em curso na Venezuela...

RICARDO SETTI: E criaram instituições fajutas...

REINALDO AZEVEDO [concordando]: Instituições fajutas.

AUGUSTO NUNES: E você também vai aparelhando o Judiciário.

REINALDO AZEVEDO: E vai aparelhando o Judiciário. Lá também. Então é assim que foi na Venezuela, assim está em curso no Equador, está em curso na Bolívia, e agora na Argentina, porque todos esses presidentes chegaram ao poder com as instituições ao rés do chão. No Brasil, o sr. Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao poder com um país, a despeito de suas mazelas, de seus problemas, com um país razoavelmente organizado institucionalmente. E, portanto, você não pode ir solapando assim o processo democrático... O próprio Supremo está dizendo agora pra essa gente: "Atenção que ainda não dá pra fazer o que vocês querem." Então aí você parte pra outro [caminho]... Atenção: o mensalão é o bolivarianismo exercido por outros meios. Se o bolivarianismo, nesses países da América Latina, você exerce com milícias armadas nas ruas, com massas, com confronto, com perseguição, com fechamento de jornais, cassação de licença de TV, sabe? No Brasil, não dá pra fazer isso. No Brasil, eles foram por outro meio. No Brasil, eles foram comprar o Congresso. Comprar o Congresso com dinheiro público. Calcule a ousadia. Quer dizer... Acusam muitas vezes os críticos do PT, eu mesmo já fui acusado disso umas quinhentas vezes: "Você acha que o PT inventou a corrupção!" Não, eu não acho que o PT inventou a corrupção. A corrupção é antiquíssima. A corrupção surge junto com o processo político. Eu não estou dizendo que o PT inventou a corrupção. O que eu sempre disse, sustento, é que o PT tentou alçar a corrupção a categoria de pensamento. Tentou transformar a corrupção em categoria de pensamento. ISTO é novo no processo político brasileiro. Novo: surgido com eles. Isso é muito grave. Foi isso que eles tentaram fazer. Corrupção aqui, acolá, sempre houve, e tem de ser exemplarmente punida. Agora, [aquilo para] o que o Brasil está dizendo "não", [aquilo para] o que o STF está dizendo "não"...

RICARDO SETTI: É ao projeto de poder.

REINALDO AZEVEDO: O projeto de poder conquistado desta maneira não pode. A Carmen Lúcia fez um bom pronunciamento hoje lembrando que a política é a única forma civilizada que a gente tem de governar. Agora tem de ser com ética, porque, se não for com ética, aí então é com guerra, é com bagunça, é com confronto.

AUGUSTO NUNES: Perfeito.

XIX.





Assine

SITE DO FORO DE SÃO PAULO – [AQUI](#).

MEMBROS OFICIAIS DO FORO DE SÃO PAULO – [AQUI](#).

FORO DE SÃO PAULO NO SITE DO PT – [AQUI](#).

ARTIGOS DE SILVIO GRIMALDO:

– [Foro de São Paulo, 23 anos depois](#), na Gazeta do Povo [25/08/2013]

– [Os médicos do Foro de São Paulo](#), no Mídia Sem Máscara [12/09/2013]

MAIS SOBRE ESSES E MUITOS OUTROS ASSUNTOS...

...no nosso best seller: [O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota](#).

Pois bem. Está de bom tamanho por hoje? Acrescentarei mais informações a qualquer momento.

Agora, em vez de sair copiando e colando por aí tudo que eu transcrevi, organizei e expliquei aqui, compartilhe o link desta página [<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/2014/03/24/conheca-o-foro-de-sao-paulo-o-maior-inimigo-do-brasil>] e dê o crédito ao autor, ok? Vamos juntos educar os amigos sobre o maior inimigo do Brasil. Obrigado.

Felipe Moura Brasil – <http://www.veja.com/felipemourabrasil>

Siga no [Facebook](#) e no [Twitter](#).

NOTÍCIAS SOBRE

COMUNISMO DILMA ROUSSEFF ESQUERDA FARC HUGO CHÁVEZ LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NICOLÁS MADURO OLAVO DE CARVALHO
PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES SOCIALISMO

Notícias para você

Fontenelle comemora vitória em processo por herança de Marcos Paulo

Izabella Camargo vai à Globo após decisão judicial e é recebida na calçada

Luana Piovani: 'Para mim, a monogamia é um sacrifício'

Jovens abusados por padres revelam seus dramas pela primeira vez

Morre o jornalista Paulo Henrique Amorim, aos 76 anos





Assine

Felipe Moura, do A Família Faber de Chocolate, morte dos 2

Pela Web

Retire seu dinheiro da poupança com urgência. Saiba motivos.

Eu Quero Investir

Esta invenção japonesa permite que você fale 43 idiomas

MUAMA Translator

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

Cuponomia

Polo Lacoste por R\$49,90. (Oficial)

DescontoBR

Aproveite o frete grátis para Dourados e compre agora

Zenitti

Bota Caterpillar new shift preta! Aproveite compre agora em até 3x sem juros.

Calçados GB

Panela que não usa óleo vira febre em Dourados

GoldChef

Conheça a empresa que oferece empréstimo a juros baixos e sem burocracia

BizCapital

Comentários

Para comentar você precisará entrar com seu usuário e senha do **Abril ID** ou fazer login através do **Facebook** ou sua conta **Google**

Para contas do **Abril Accounts** anteriores a Dezembro de 2018, será necessário efetuar o recadastro no **Abril ID**

Entre

Registre-se



Zandra 13 maio 2019 - 21h03

In a 2006 meeting with Kendra Todd, champion of NBC's "The Apprentice Period 3", held by Gayle Buske, Todd was asked to clarify exactly how she eventually determined that Group Double-ClickSM online aides would include worth to her climbing real estate realm. Todd clarified that as her business grew, an organisation companion eventually approached her and said, "Kendra, you cannot do it all, and you require an online aide". There are some terrific online ways in which to have an intimate connection with your clients, and so that was one of the factors why I actually required to get an online aide."





Assine

**inro Juai Onine** 04 jun 2019 - 15h50

It's going to be end of mine day, however before end I am reading this great post to increase my experience.

**https://equals-d.blogspot.com** 11 jun 2019 - 03h38

Awesome! Its really awesome article, I have got much clear idea concerning from this paragraph.

**Lamar** 23 jun 2019 - 05h52

Do not transform the wheel, by adhering to a well-known Net Advertising Plan you could take a faster way to your online success.

**Rebekah** 23 jun 2019 - 20h16

Thankfulness to my fath e r who shared with me about this webpage, this blog is actually remarkable.

**Download Joker123 Android** 03 jul 2019 - 23h39

Greetings from California! I'm bored to tears at work so I decided to browse your site on my iphone during lunch break. I love the info you provide here and can't wait to take a look when I get home. I'm shocked at how quick your blog loaded on my cell phone .. I'm not even using WIFI, just 3G .. Anyways, amazing blog!

[Comentários mais antigos](#)

Newsletter gratuita

Comece sua manhã com as notícias mais importantes de VEJA: entrevistas, análises e artigos de colunistas para ficar bem informado

Não perca nenhuma notícia.

Inscreva-se em nossa newsletter gratuita.

Aceito receber ocasionalmente ofertas especiais e de outros produtos e serviços do Grupo Abril.

[Política de Privacidade](#)

E-mail

CADASTRAR





Assine



2643 01/01/1970

[Acesse o índice](#)

Assine

Leia grátis por 30 dias no



Brasil

Jovens abusados por padres revelam seus dramas pela primeira vez

Economia

Arminio Fraga: 'Não faz sentido o Estado ter empresas'

Política

Eduardo Bolsonaro: 'Vai perder as fichas quem apostar na queda do Moro'

Política

Novos diálogos: indícios de conversas impróprias entre Deltan e Gebran

Saúde

Depressão digital: aonde pode chegar o exagero da presença nas redes

Recomendado para você

por taboola

Brasileira é encontrada morta em quarto de hotel no Chile

Mauro Naves deixa a Globo depois de 31 anos

Entre vaias e aplausos, Bolsonaro teve 'noite de Dilma' no Maracanã

Pela Web

Links patrocinados por taboola

Bota Caterpillar com cinto e carteira. Apenas R\$ 179.90. Aproveite e compre já

Zarb Calçados

Compre a serra 9 em 1: Serra madeira, metal, vidro, PVC e mais!

Obabox

Aproveite o frete grátis para Dourados e compre agora em até 3x sem juros

Franca Griffie

Mais vistas

1 Magazine Luiza diz que cupom de R\$ 1 mil foi erro, mas vai honrar compras

2 Novos diálogos: indícios de conversas impróprias entre Deltan e Gebran

3 Suco de fruta aumenta risco de câncer, alerta estudo

4 Ciro defende que Tabata deixe PDT por apoiar reforma: 'Desgosto de filha'





Assine

6 Corpo de cientista americana é encontrado em bunker nazista na Grécia

7 Veja qual o novo projeto eleitoral de Gleisi Hoffmann

8 Eduardo Bolsonaro: 'Vai perder as fichas quem apostar na queda do Moro'

9 Izabella Camargo vai à Globo após decisão judicial e é recebida na calçada

10 Jovens abusados por padres revelam seus dramas pela primeira vez

AssineAbril.com



Veja

Assine a partir de R\$ 9,90 nos 3 primeiros meses

Assine



Exame

Promoção Relâmpago! 65% de Desconto Por 12x R\$ 49,30

Assine



Superinteressante

Promoção Relâmpago! 69% de Desconto Por 12x R\$ 19,20

Assine



Claudia

Promoção Relâmpago! 72% de Desconto Por 12x R\$ 15,10

Assine



Você S/A

Promoção Relâmpago! 67% de Desconto Por 12x R\$ 17,40



Quatro Rodas

Promoção Relâmpago! 69% de Desconto Por 12x R\$ 18,20





Assine

Abril.com • AbrilSAC • Clube do Assinante
Grupo Abril • Leia também no

Capricho

CASACOR

Claudia

EXAME.com

Guia do Estudante

MdeMulher

Mundo Estranho

Placar

Quatro Rodas

Saúde

Superinteressante

VEJA São Paulo

Viagem e Turismo

VIP

Newsletters

Últimas Notícias

Termos e condições

Como desativar o Adblock

SIGA    

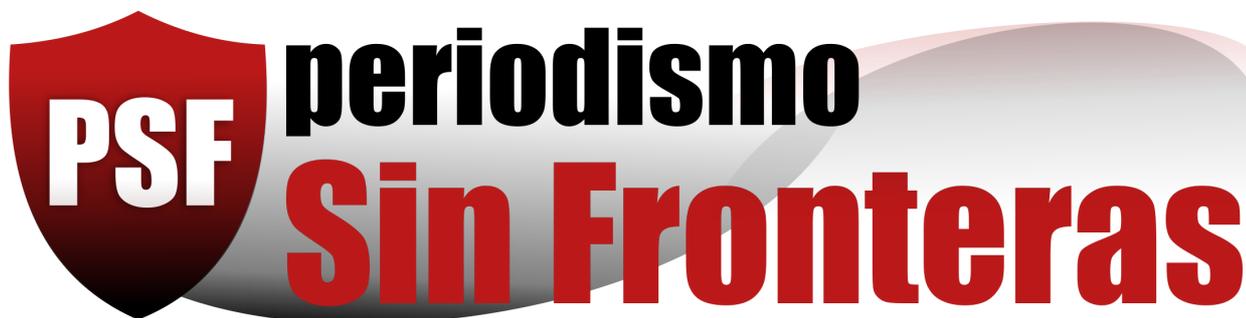


Copyright © Abril Mídia S.A. Todos os direitos reservados.

[Política de Privacidade](#)

Powered by [WordPress.com](#) VIP





(<https://www.periodismosinfronteras.org/>)

General ▾



Foro de Sao Paulo > Educación y Economía Gente & Cultura De nuestros lectores Humor serio Ciencia y salud Libros Historia del Socialismo

Latinoamérica y Caribe ▾

Argentina Bolivia Brasil Chile Cuba Ecuador El Salvador Guatemala Honduras México Nicaragua Panamá Paraguay Perú Uruguay Venezuela

Internacional ▾

Israel y Oriente Medio Africa > Marruecos

Europa y Asia >

Alemania Crimea Croacia China España Francia Grecia Luxemburgo Portugal Rumania Rusia Suiza Turquía Ucrania

Estados Unidos y Canadá

Colombia ▾

Opinión

Proceso de Paz peace process Bogotá

HOME ([HTTPS://WWW.PERIODISMOSINFROTERRAS.ORG/](https://www.periodismosinfronteras.org/)) EL FORO DE SAO PAULO, UN PELIGRO PARA LA DEMOCRACIA

Foro de Sao Paulo (<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/foro-de-sao-paulo>)

Proceso de Paz (<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/colombia/proceso-de-paz-2>)

Ricardo Puentes Melo (<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/opinion/ricardo-puentes-melo>)

EL FORO DE SAO PAULO, UN PELIGRO PARA LA DEMOCRACIA

🕒 6 años ago Ricardo Puentes Melo

(<https://www.periodismosinfronteras.org/autor/r1c4rd0>)

Ya cayó Venezuela. Y el puntillazo final para Colombia lo propinará Juan Manuel Santos y su sanedrín de traidores al entregar el país en las fauces de los criminales de las FARC que, al igual que los del M-19 se convertirán en nuestros congresistas, alcaldes, maestros, líderes espirituales, ejemplos de virtud, decencia y honestidad

Índice de autores

Eduardo Mackenzie

(<https://www.periodismosinfronteras.org/mackenzie>)

Lía Fowler

(<https://www.periodismosinfronteras.org/fowler>)

Ricardo Puentes Melo

(<https://www.periodismosinfronteras.org/puentes-melo>)

Alberto Mansueti

(<https://www.periodismosinfronteras.org/mansueti>)

Ariel Peña

(<https://www.periodismosinfronteras.org/pena>)

Carlos Alberto Montaner

(<https://www.periodismosinfronteras.org/>)





La paz con el M19 le ha costado mucho a Colombia

El Foro de Sao Paulo, un peligro para la democracia

El modelo para lograr esto, dijeron en 1993, es el impulso de “Diálogos de paz” mediante el cual se logran enormes victorias políticas, no conseguidas en el campo de batalla armada, y el desmantelamiento soterrado del ejército



Por Ricardo Puentes Melo

Septiembre 2 de 2013

Yo no guardo ninguna duda. Lo que sucede en Venezuela hoy, y lo que está sucediendo en Colombia, tiene un sello inconfundible: Foro de Sao Paulo. Muchos han escuchado de esta organización, pero pocos saben acerca de su real peligrosidad.

El Foro de Sao Paulo es creado en 1990 por Fidel Castro, con el propósito de ser un aparato unificador del comunismo en toda la América Latina. Su intención fue dar nuevo aliento al régimen comunista de Cuba tras la caída del muro de Berlín y el descenso en picada de la Unión Soviética. La idea, en 1990, era tomar inicialmente el control de dos países poderosos de

Latinoamérica: Brasil y Venezuela, para desde allí financiar la rendición del resto de América latina a los pies del castrocomunismo.

Siendo el Foro de Sao Paulo una organización decisiva, necesita dentro de cada país el apoyo resuelto de organizaciones no gubernamentales que son las que brindan el músculo político, y que a su vez son apoyadas por organizaciones internacionales con apariencia de legalidad. Son miles y miles de estas organizaciones con los más variados fines en su superficie: feministas, ambientalistas, colectivos de abogados, defensores de Derechos Humanos, homosexuales, indigenistas, activistas de todo tipo. Junto a estas ONG, están los medios de comunicación que se movilizan en masa para defender los intereses de estas organizaciones y, por ende, del Foro de Sao Paulo.

alberto-montaner)

Carlos Romero Sánchez
(<https://www.periodismosinfronteras.org/romero-sanchez>)

Eduardo Escobar
(<https://www.periodismosinfronteras.org/escobar-de-los-amigos>)

Fernando Londoño Hoyos
(<https://www.periodismosinfronteras.org/londono-hoyos>)

Florian Schwab
(<https://www.periodismosinfronteras.org/schwab>)

Jacques Thomet
(<https://www.periodismosinfronteras.org/thomet-de-los-amigos>)

Jaime Restrepo
(<https://www.periodismosinfronteras.org/restrepo>)

Jesús Vallejo Mejía
(<https://www.periodismosinfronteras.org/vallejo-mejia>)

José Felix Lafaurie
(<https://www.periodismosinfronteras.org/felix-lafaurie>)

Luis Alfonso Plazas Vega
(<https://www.periodismosinfronteras.org/alfonso-plazas-vega>)

Luis José Semprum
(<https://www.periodismosinfronteras.org/jose-semprum>)

Miguel Posada Samper
(<https://www.periodismosinfronteras.org/posada-samper>)

Olavo de Carvalho
(<https://www.periodismosinfronteras.org/de-carvalho>)

Pedro Corzo
(<https://www.periodismosinfronteras.org/corzo>)

Plinio Apuleyo Mendoza
(<https://www.periodismosinfronteras.org/apuleyo-mendoza-de-los-amigos>)

Ricardo Angoso
(<https://www.periodismosinfronteras.org/angoso>)

Rafael Gómez Martínez
(<https://www.periodismosinfronteras.org/gomez-martinez>)

Rafael Nieto Loaiza
(<https://www.periodismosinfronteras.org/nieto-loaiza-de-los-amigos>)



Todo esto logra importante apoyo popular ya que el castrocomunismo tiene un control mucho más importante que todos los mencionados.. un control cuya existencia pocos reconocen: La ideología.

El castrocomunismo se encuentra por toda nuestra América Latina, infiltrado en universidades, colegios, gremios de artistas e intelectuales, academias.. Desde allí han controlado la ideología que guía todos sus fines perversos, implantan las premisas filosóficas del indigenismo, la etnicidad, con la idea torcida de que el hombre está definido por su raza, por su línea sanguínea, en vez de estarlo por la capacidad de razonar. La etnicidad y el indigenismo han sido utilizados para fragmentar las naciones donde quiera que tienen la mala suerte de tener miembros del Foro de Sao Paulo.. es decir, TODA América Latina.

Colombia, por ejemplo, basó su Constitución de 1991 (ideada y llevada a cabo por el terrorismo del M19 conducido de la mano por Castro) en

estas premisas excluyentes, con el fin de crear zonas, regiones donde el comunismo pueda actuar libremente, burlando la soberanía de las naciones. De allí salen las Zonas de reserva Campesina y los territorios autónomos de las negritudes.

La ideología castrista es la confluencia de la izquierda y los grupos terroristas de toda Iberoamérica. Esa ideología es una mezcla de indigenismo, teología de la liberación, defensa medioambiental. Pero todos tienen en común la defensa de la Cuba castrista.

Los miembros del Foro de Sao Paulo reciben orden de realizar manifestaciones, marchas patrióticas, ejercer presión política internacional, y enviar ayuda financiera al régimen de Castro. Quienes llegan a acceder a órganos de poder en sus respectivos países, también cumplen con esta religiosa obligación. La financiación del Foro de Sao Paulo, para el caso de Colombia, viene del narcotráfico. Ahí tenemos el cartel de las FARC.

Miremos cómo empezó a suceder esto.

Cuando se desmorona la Unión Soviética, y se termina el financiamiento de la Internacional Socialista, los funcionarios cubanos de Castro advirtieron a los miembros del Foro de Sao Paulo que debían adoptar “el modelo del M-19”. Es decir, asegurar su autogestión por medio del narcotráfico. De ahí el afán de legalizar las drogas.. de ahí el afán de legalizar a los narcotraficantes de las FARC.. de ahí el afán por destruir el ejército y beneficiar las zonas de reserva campesina, corredores de movilidad y narcotráfico de estos bandidos.

Sabiendo que el Partido Comunista Cubano impulsó la fundación del Foro de Sao Paulo, después de que el comunismo soviético se desintegró, los grupillos y ong comunistas vieron peligrar su supervivencia financiera. En 1990 el Partido de los Trabajadores de Brasil hace la Primera Conferencia, y allí participan 40 organizaciones y partidos de 13 países de Iberoamérica y el Caribe. Su fin: discutir cómo revisar la estrategia comunista revolucionaria en medio de la crisis del socialismo en todo el mundo.

Hoy también utilizan la minería ilegal, con ganancias astronómicas, para financiar el terrorismo y la ideología en los países de Iberoamérica.

Saúl Hernández Bolívar
(<https://www.periodismosinfronteras.org/hernandez-bolivar>)

Stéphane Courtois
(<https://www.periodismosinfronteras.org/courtois>)

Thania Vega de Plazas
(<https://www.periodismosinfronteras.org/vega-de-plazas>)

Viviana Padelin
(<https://www.periodismosinfronteras.org/padelin>)

Secciones

Elegir categoría ▼



(<https://www.periodismosinfronteras.org/el-foro-de-sao-paulo-un-peligro-para-la-democracia.html/pe-ro-y-navarro5-2>)

Navarro Wolf y Gustavo Petro, antiguos terroristas, hoy gobernantes en Colombia. Su banda M-19 sigue más vigente que nunca



Al principio, el Foro de Sao Paulo era algo así como un Frente Político encargado de proponer acciones. Pero en poco tiempo Castro consolidó el FORO como una estructura de mando bien centralizada, encabezada por los más peligrosos grupos terroristas de América Latina, con el propósito de reconstruir la caduca Internacional Socialista en este hemisferio, bajo la dirección de Cuba. Y esto no lo digo yo.. fue planteado el Congreso Intercontinental en enero de 1996.

Antes, en 1991 se elaboraron los estatutos y se eligieron los directivos. Miren bien: Partido Comunista de Cuba, Partido de los Trabajadores (Brasil), Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (EL Salvador), Movimiento Bolivia Libre, Partido de la Revolución Democrática de México. Los Tupamaros de Uruguay. En 1992 entraron a las directivas la Unión Revolucionaria Nacional de Guatemala, un grupo de terroristas que siguen las ideas de Sendero Luminoso.

Ya en 1995 a la dirección del Foro se sumaron los grupos narcoterroristas de Colombia: FARC, ELN y M-19, aparentemente desmovilizado), el Partido Laborista de Dominica, el Partido Revolucionario Democrático de Panamá, y otros (Ver: <https://www.periodismosinfronteras.org/los-santos-y-su-militancia-castrocomunista.html> (<https://www.periodismosinfronteras.org/los-santos-y-su-militancia-castrocomunista.html>))



(<https://www.periodismosinfronteras.org/el-foro-de-sao-paulo-un-peligro-para-la-democracia.html/lulla-da-silva-fsp>)

Lulla Da Silva, co-fundador del Foro de Sao Paulo, en la reunión de 2013

La agenda común del terrorista Foro de Sao Paulo

El Foro de Sao Paulo tiene una agenda común para la toma del poder. Una agenda que ayudó a diseñar Ignacio Lulla da Silva, tan admirado por Henrique Capriles. La agenda consiste en:

Trabajar por la Soberanía Limitada. En diciembre de 1992, Human Rights Watch reveló un proyecto que venían trabajando. Se llamaba “*Redefiniendo la soberanía*”, que dice que la soberanía “no debe ser un escudo detrás del cual los gobiernos o grupos armados” se puedan esconder. Argumenta ese proyecto que la soberanía debe tomar el asiento de atrás en “la acción hemisférica colectiva”, en “el monitoreo de las elecciones”, en la “resolución de conflictos”, “en la supervisión de diálogos y acuerdos de paz”, y en la “defensa de los derechos humanos”, mediante la supervisión y control de la OEA, la ONU, la Cruz Roja, Human Rights Watch.. o cualquier otra organización supranacional.



El proyecto de 1992, que ya está en marcha, dice que las “naciones del hemisferio deben promover activamente la solución negociada de los conflictos guerrilleros que todavía existen en América Latina”. Es decir, se promueven diálogos y acuerdos para suscitar la impunidad de los terroristas y los mecanismos para permitir el acceso al poder con los terroristas, aliados y miembros del Foro de Sao Paulo.

El modelo para lograr esto, dijeron en 1993, es el impulso de “**Diálogos de paz**” mediante el cual se logran enormes victorias políticas, no conseguidas en el campo de batalla armada, y el desmantelamiento soterrado del ejército. Así lo hicieron en las “negociaciones de paz” de El Salvador, donde las Naciones Unidas sirvieron de intermediarios para la toma del poder por parte de los narcoterroristas del Frente de Liberación Farabundo Martí.

Esto va acompañado, obviamente, de otras tácticas: El ejercicio de una “Comisión de la Verdad”, que publique mentiras como si fueran verdades oficiales. Aquí el M-19 pidió una Comisión de la Verdad que tuvo mucho éxito... tanto que los terroristas andan sueltos, impunes, ejerciendo cargos públicos y haciendo política, mientras los militares que nos salvaron de esta atrocidad están presos, condenados de por vida a las mazmorras.

Y ya vimos el informe en Colombia de la Comisión de Memoria histórica, dirigido por Gonzalo Sánchez.



(<https://www.periodismosinfronteras.org/el-foro-de-sao-paulo-un-peligro-para-la-democracia.html/robledo-piedad-gaviria>)

Carlos Gaviria, Venus Albeiro Silva y Jorge Robledo, del Polo Democrático, miembros del Foro de Sao Paulo, con Piedad Córdoba, del Partido Liberal y Marcha Patriótica, grupo político de las FARC, también del FSP

Desmilitarización. El FSP dice que las naciones de Iberoamérica deben “redefinir la misión” de sus fuerzas armadas, y reducir violentamente los presupuestos militares. Esto, al tiempo que se deben reeducar a los militares, introducirlos en la ideología marxista. Por esto es que vemos a personajes como Alejo Vargas, Gonzalo Sánchez, León Valencia y otros de la misma especie, dando clases a los oficiales de nuestras Fuerzas Militares.

El Foro de Sao Paulo dice en 1993, en la declaración final de su cuarta conferencia, en La Habana: “**las Fuerzas Armadas constituyen**

una de las amenazas más serias a la construcción de la democracia política en Latinoamérica”. Tomas Borge, sandinista y miembro del FSP dijo que “los ejércitos sólo sirven para dar golpes de Estado y para reprimir al pueblo.. son un cáncer en nuestros países... no hay razón para que sigan existiendo..”

Lulla da Silva, admirado profundamente por Capriles, dice en 1994: “Creo que ya tenemos suficientes fuerzas armadas en el mundo.. Tenemos que disminuir el aparato militar”.

Legalización de las Drogas. El FSP dice que la guerra contra las drogas es un fracaso absoluto y que “debido a que los narcóticos son un problema tan formidable, debe examinarse un rango amplio de alternativas, incluyendo la legalización selectiva...”

Ya desde 1995 Evo Morales, en ese entonces jefe de la CAPHC, dice que aquellos que pelean contra el narcotráfico tienen una “mentalidad hitleriana”, y que “defender la coca es defender la dignidad de la soberanía nacional..”

Rigoberta Menchú, la estrella rutilante del mamertismo indigenista, le pidió entonces a Evo que le preparara un documento que ella presentaría ante la ONU para demostrar que la coca es un “recurso natural y cultural de los pueblos andinos”, y para exigir una “acción urgente de la ONU para defender su cultivo y consumo..” Hágame el favor...!



Política económica. El FSP defiende los acuerdos de libre Comercio, los TLC sin restricciones de ninguna clase. ¿Por qué..? Porque estos restringen la soberanía nacional. La intención oculta de estos TLC indiscriminados, es limitar la elección soberana de las naciones contratantes a fin de alcanzar beneficios establecidos de común acuerdo.

Es decir, el comunismo castrista ataca en el papel el libre comercio del neoliberalismo, pero comparte totalmente su enfoque. Apoyan el Fondo Monetario Internacional y la entrega de la soberanía a organizaciones internacionales de política económica. Lulla Da Silva, admirado por Capriles, dice que “se debe apoyar esto porque es socialismo práctico, para adaptarse a la realidad mundial”. Navarro Wolf, del M-19, dice que “Alabo al Fondo Monetario Internacional por haber puesto disciplina en el manejo monetario, y eso ayuda a la integración.. Yo diría –dice Navarro- que esa es la parte positiva del neoliberalismo que forzó a los empresarios a ser más responsables.”

Apoyo al régimen de Castro. Aunque a ustedes les parezca extraño, hay funcionarios estadounidenses afectos a los Castro. Hacen lobby para

adelantar negociaciones en la trastienda con el régimen de los Castro con el fin de normalizar las relaciones con Estados Unidos.

El argumento con el que basan tales pretensiones, es que “el régimen de Castro ya no es una amenaza de seguridad convencional e ideológica para ningún país vecino, y ciertamente no para los Estados Unidos.. Además –dice el informe de 1995- Cuba ha reducido su interferencia en los asuntos de otras naciones...” Eso lo dijeron en 1995. Pregunten hoy a Venezuela.. pregunten a Colombia...!



(<https://www.periodismosinfronteras.org/el-foro-de-sao-paulo-un-peligro-para-la-democracia.html/vpaz-2>)

Iván Cepeda, del Polo democrático y miembro del Foro de Sao Paulo, con Alejo Vargas, de la camarilla del ELN, miembro del Foro de Sao Paulo

Dicen los propagandistas del FSP, que los candidatos de izquierda “no buscan usar la democracia como una vía para el socialismo..” Pregunten a Venezuela.. Pregunten a Colombia.

Dicen también que -y esto lo dijo en 1993 Jorge Domínguez, miembro del Grupo Especial de asuntos con Cuba- : “Cualquier duda que uno pueda tener sobre cualquiera de los candidatos (de la izquierda del FSP) es pueril, ellos no están haciendo ahora lo que hacían antes.. Navarro Wolf no está disparando a nadie más.. no está poniendo bombas por ahí.. Lo mismo aplica a una variedad de otros grupos que han dejado la violencia...” Eso dijo Domínguez en 1993.. y eso mismo dicen hoy los terroristas disfrazados con traje de corbata.

Los guerrilleros de hoy son campesinos, políticos e intelectuales de día, mientras que en la oscuridad siguen amenazando la democracia de Colombia, planeando atentados, traficando con coltán o con coca, ordenando asesinatos selectivos, planeando emboscadas, atentando contra opositores al régimen de sus afectos. Y todo lo hacen cubiertos con el paraguas de la legalidad.

Entonces, queridos amigos, la amenaza que se cierne sobre las naciones de América Latina, ya mayormente conquistadas por la supranacional narcoterrorista llamada Foro de Sao Paulo, es algo palpable y espantoso. Ya nos quitaron mar territorial.. van por el archipiélago de San Andrés, por el Urabá, por la Guajira y por el Catatumbo.. todas regiones vitales para su proyecto expansionista y criminal.





(<https://www.periodismosinfronteras.org/zonas-de-reserva-campesina-la-siniestra-realidad.html/santos-y-castro-6>)

Juan Manuel Santos y su mentor, Fidel Castro

Ya cayó Venezuela. Colombia se mantiene de pie, a pesar del camarada Santos, alias “Santiago”. Pero no por mucho tiempo. A las puertas del horno ya está otras nuevas amnistías e indultos para los peores criminales de Colombia, para los más apátridas y sanguinarios. Ya se la dieron a los del M-19 y hoy tenemos los resultados: Persecución judicial infame contra los mejores combatientes de nuestras Fuerzas Militares, socavación de nuestros valores, control sobre el sistema educativo y judicial, control de

universidades y colegios, alcaldías, gobernaciones e institutos descentralizados para usar los recursos públicos como caja menor del terrorismo. También se han convertido en referentes morales e ideológicos, y esto lo hemos aceptado como si fuera asunto de poca monta.

Ya cayó Venezuela. Y el puntillazo final para Colombia lo propinará Juan Manuel Santos y su sanedrín de traidores, con cúpula y todo, al entregar nuestro amado país en las fauces de los criminales de las FARC que, al igual que los del M-19 se convertirán en nuestros congresistas, nuestros alcaldes, nuestros maestros, nuestros líderes espirituales, nuestros ejemplos de virtud, decencia y honestidad.

Qué tragedia...

@ricardopuentesm



Tags: Clara López Obregón y Foro de Sao Paulo (<https://www.periodismosinfronteras.org/tag/clara-lopez-obregon-y-foro-de-sao-paulo>), Foro de Sao Paulo (<https://www.periodismosinfronteras.org/tag/foro-de-sao-paulo>), Foro de Sao Paulo y FARC (<https://www.periodismosinfronteras.org/tag/foro-de-sao-paulo-y-farc>), Foro de Sao Paulo y Marcha del 9 de abril (<https://www.periodismosinfronteras.org/tag/foro-de-sao-paulo-y-marcha-del-9-de-abril>)

Previous

NUDO GORDIANO

(<https://www.periodismosinfronteras.org/nudo-gordiano.html>)

Next

NO SON VÁNDALOS, IMBECIL.. SON LAS FARC
(<https://www.periodismosinfronteras.org/no-son-vandalos-imbecil-son-farc.html>)

Comentarios



We were unable to load Disqus. If you are a moderator please see our [troubleshooting guide](#).



You may have missed

(<https://www.periodismosinfronteras.org/por-andres-felipe-arias-el-ultimo-esfuerzo.html>)

Opinión

(<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/opinion>)
Ricardo Puentes Melo
(<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/opinion/ricardo-puentes-melo>)

POR ANDRÉS FELIPE ARIAS, EL ÚLTIMO ESFUERZO

(<https://www.periodismosinfronteras.org/por-andres-felipe-arias-el-ultimo-esfuerzo.html>)

🕒 1 día ago Ricardo Puentes Melo

(<https://www.periodismosinfronteras.org/author/r1c4rd0>)

(<https://www.periodismosinfronteras.org/el-pacto-de-rionegro.html>)

Multimedia

(<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/multimedia>)
Opinión
(<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/opinion>)

Ricardo Puentes Melo
(<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/opinion/ricardo-puentes-melo>)

EL PACTO DE RIONEGRO

(<https://www.periodismosinfronteras.org/el-pacto-de-rionegro.html>)

🕒 1 mes ago Ricardo Puentes Melo

(<https://www.periodismosinfronteras.org/author/r1c4rd0>)

(<https://www.periodismosinfronteras.org/la-justicia-revolucionaria.html>)

(<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/latinoamerica>)

Opinión

(<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/opinion>)
Pedro Corzo
(<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/opinion/pedro-corzo>)

LA JUSTICIA REVOLUCIONARIA

(<https://www.periodismosinfronteras.org/la-justicia-revolucionaria.html>)

🕒 2 semanas ago Pedro Corzo

(<https://www.periodismosinfronteras.org/author/pedrocorzo>)

(<https://www.periodismosinfronteras.org/falsos-positivos.html>)

Multimedia

(<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/multimedia>)
Opinión
(<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/opinion>)

Ricardo Puentes Melo
(<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/opinion/ricardo-puentes-melo>)

¿FALSOS POSITIVOS?

(<https://www.periodismosinfronteras.org/falsos-positivos.html>)

🕒 1 mes ago Ricardo Puentes Melo

(<https://www.periodismosinfronteras.org/author/r1c4rd0>)

(<https://www.periodismosinfronteras.org/asi-se-empezo-a-negociar-la-victoria-del-no.html>)

(<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/multimedia>)

Opinión

(<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/opinion>)
Ricardo Puentes Melo
(<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/opinion/ricardo-puentes-melo>)

ASÍ SE EMPEZÓ A NEGOCIAR LA VICTORIA DEL NO

(<https://www.periodismosinfronteras.org/se-empezo-a-negociar-la-victoria-del-no.html>)

🕒 4 semanas ago Ricardo Puentes Melo

(<https://www.periodismosinfronteras.org/author/r1c4rd0>)

Lo más reciente

POR ANDRÉS FELIPE ARIAS, EL ÚLTIMO ESFUERZO (<https://www.periodismosinfronteras.org/por-andres-felipe-arias-el-ultimo-esfuerzo.html>)

LA JUSTICIA REVOLUCIONARIA (<https://www.periodismosinfronteras.org/la-justicia-revolucionaria.html>)

ASÍ SE EMPEZÓ A NEGOCIAR LA VICTORIA DEL NO (<https://www.periodismosinfronteras.org/asi-se-empezo-a-negociar-la-victoria-del-no.html>)

EL PACTO DE RIONEGRO (<https://www.periodismosinfronteras.org/el-pacto-de-rionegro.html>)

General (<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/general>)

Latinoamérica y Caribe (<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/latinoamerica>)

Internacional (<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/internacional>)

Estados Unidos y Canadá (<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/estados-unidos>)

Colombia (<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/colombia>) Opinión (<https://www.periodismosinfronteras.org/categorias/opinion>)

Terms/Privacy (<https://www.periodismosinfronteras.org/legal-terms-of-service-and-privacy-policy>)

Account (<https://www.periodismosinfronteras.org/account>) Membership List (<https://www.periodismosinfronteras.org/memberships>)

Registration (<https://www.periodismosinfronteras.org/register>)

Copyright © All rights reserved. | CoverNews (<https://afthemes.com/covernews>) by AF themes.





Sexta-feira, 12 de Julho de 2019

[ENTRAR](#)[> Ideias](#)

+ em Ideias:

Receba notícias por e-mail

Gustavo Nogy

Guilherme Fiuza

história

O que é o Foro de São Paulo?

Citado no debate dos presidenciais, o Foro de São Paulo é uma organização de esquerda bastante ativa na América Latina

Pâmela Carbonari, especial para a Gazeta do Povo [16/08/2018] [12:17]

[0 COMENTÁRIOS](#)

R

3



Imagem do Foro de São Paulo, em 1990 | Foto: Foro de São Paulo/Reprodução

www.gazetadopovo.com.br/ideias/o-que-e-o-foro-de-sao-paulo-6c9k6thdv3znpxt9he7too1gy/

1/8





Sexta-feira, 12 de Julho de 2019

os candidatos a presidência da República, transmitido pela Band, o candidato Cabo Daciolo (Patriota), atual deputado federal do Rio de Janeiro, pediu para que [Ciro Gomes \(PDT\) explicasse o que era o Plano Ursal](#) que, segundo o ex-bombeiro catarinense, seria uma tentativa de instaurar o comunismo em toda a América Latina. Para justificar a pergunta, Daciolo usou a premissa de que [Ciro seria um dos fundadores da organização de esquerda conhecida como Foro de São Paulo](#) – informação negada pelo candidato pedetista. Mas, afinal de contas, o que é esse tal Foro de São Paulo?

Ao contrário da teoria sobre a Ursal, também mencionada por Daciolo, o Foro de São Paulo, de fato, existe. Trata-se de uma entidade formada para ajudar os partidos de esquerda a ganharem mais poder e representatividade na América Latina e no Caribe. Também conhecido pela sigla FSP, consiste na união de mais de 105 partidos políticos de 25 países, movimentos e organizações de esquerda.

Leia também: [Estudo: 85% dos professores de História são de esquerda](#)

Criado pelo Partido dos Trabalhadores, a primeira conferência aconteceu entre os dias 2 e 4 de julho de 1990, no extinto hotel Danúbio, no centro de São Paulo. De acordo com o livro “Foro de São Paulo: Construindo a integração latino-americana e caribenha”, do historiador e ex-secretário executivo do FSP, Valter Pomar, a ideia nasceu em uma conversa entre “o primeiro-secretário do Partido Comunista de Cuba, Fidel Castro Ruiz, e o líder do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, durante uma visita desse último a Cuba”.

Chamado de “Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe”, a pauta desse evento inicial foi composta pelos temas caros à esquerda, como o combate ao que os socialistas chamam de imperialismo e ao neoliberalismo, que despontava na América





Sexta-feira, 12 de Julho de 2019



edição da iniciativa, na Cidade do México, em 1991. Desde então, as forças políticas que compõe o FSP se reuniram 24 vezes em diversos países – em prol de uma “América Latina livre, justa e soberana”, conforme consta nos registros de 4 de julho de 1990.

Na declaração da primeira assembleia do Foro de São Paulo, aparecem os objetivos dessas organizações:

“Manifestamos, portanto, nossa vontade comum de renovar o pensamento de esquerda e o socialismo, de reafirmar o seu caráter emancipador, corrigir concepções errôneas, superar toda expressão de burocratismo e toda ausência de uma verdadeira democracia social e de massas(...).

Rejeitamos toda pretensão de aproveitar a crise da Europa Oriental para encorajar a restauração capitalista, anular suas conquistas e direitos sociais ou alentar ilusões nas inexistentes bondades do liberalismo e do capitalismo (...)

Nós, organizações políticas reunidas em São Paulo, encontramos um

ww.gazetadopovo.com.br/ideias/o-que-e-o-foro-de-sao-paulo-6c9k6thdv3znpxt9he7too1gy/

3/8





Sexta-feira, 12 de Julho de 2019



nossas concepções e objetivos socialistas, anti-imperialistas e populares – no surgimento e desenvolvimento de vastas forças sociais, democráticas e populares no Continente que se opõem aos mandados do imperialismo e do capitalismo neoliberal, e à sua sequela de sofrimento, miséria, atraso e opressão antidemocrática. Essa realidade confirma a esquerda e o socialismo como alternativas necessárias e emergentes.”

[ENTRAR](#)

Leia também: [Ser de esquerda é uma doença? Este livro defende esta ideia](#)

A senadora e presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e a ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, estiveram presentes na última edição do FSP que aconteceu em julho deste ano, em Havana, Cuba. A ascensão de governos mais à direita na América Latina, o impeachment de Dilma e a prisão de Lula foram alguns dos principais assuntos discutidos na ocasião.

A esquerda não costuma esconder as intenções do Foro de São Paulo. Em 2012, Lula afirmou que o FSP foi uma das forças responsáveis pela vitória de partidos de oposição nas eleições em vários países do continente no início dos anos 2000.





Sexta-feira, 12 de Julho de 2019

soubermos manter nossa principal característica: a unidade na diversidade”, disse Lula em sua participação remota na reunião de 2012.

ENTRAR

As Fundações João Mangabeira, Maurício Grabois e Perseu Abramo são instituições brasileiras que apoiam o Foro. Os seguintes partidos também integram a organização: PDT, PC do B, PCB, Partido Pátria Livre, PPS, PSB e PT. Fora do país, os líderes Pepe Mujica (Uruguai), Cristina Kirchner (Argentina), Evo Morales (Bolívia), Michelle Bachelet (Chile), Vicente Fox (México), Ollanta Humala (Peru) e Rafael Correa (Equador) estão entre os políticos que participam ou já participaram do FSP.



As principais notícias do dia no seu celular

Ouça os editoriais da Gazeta do Povo no seu celular. Receba uma seleção com as principais notícias da manhã e da noite de segunda a sexta-feira.



Whatsapp



Telegram



Messenger



EDITORIAIS GAZETA DO POVO

ENTRAR NO GRUPO



Lembre-se: as regras de privacidade dos grupos são definidas pelo Whatsapp. Ao entrar, seu número pode ser visto por outros integrantes do grupo.



Ideias Gazeta do Povo

Ideias #65: Existe hegemonia cultural no Brasil?



Compartilhar





Sexta-feira, 12 de Julho de 2019

[ENTRAR](#)

58:57

[Política de Cookies](#)

O seu apoio mantém o jornalismo vivo.

O jornalismo tem um papel fundamental em nossa sociedade. O papel de informar, de esclarecer, de contar a verdade e trazer luz para o que, muitas vezes, está no escuro.



Esse é o trabalho de um jornalista e a missão da Gazeta do Povo. Mas para isso, nós precisamos de você e do seu apoio, pois juntos nós podemos, através de matérias iguais a essa que você acabou de ler, buscar as transformações que tanto queremos.



[Apoie o jornalismo da Gazeta do Povo](#)



Já é assinante? [Faça login.](#)



Deixe sua opinião

Como você se sentiu com este conteúdo?

3



RAIVA
67%

INSPIRADO
33%

SURPRESO
0%

CHATEADO
0%

MEDO
0%

NÃO LIGO
0%

TRISTE
0%

FELIZ
0%

Encontrou algo errado na matéria? [COMUNIQUE ERROS](#)

+ na Gazeta

w.gazetadopovo.com.br/ideias/o-que-e-o-foro-de-sao-paulo-6c9k6thdv3znpxt9he7too1gy/

6/8





Sexta-feira, 12 de Julho de 2019



regiao

[ENTRAR](#)



No STF, muçulmanos e evangélicos se juntam a freiras por direito ao véu em fotos



O que dizem as últimas pesquisas eleitorais na Argentina, Uruguai e Bolívia



A rotina nos navios americanos que patrulham o Golfo Pérsico em meio a tensões EUA-Irã



Sugestões para você



Reforma de Maia é uma ova, a reforma é do Povo | Rodrigo Constantino |

A Itália fica logo ali, no Ahú. Pode saborear que não tem erro

Diplomata, Marcelo Calero ataca indicação de "03" à embaixada dos EUA

Bolsonaro quer lei que torne voto impresso obrigatório no Brasil





Sexta-feira, 12 de Julho de 2019

<p>Cartola FC 2019 - 10a rodada: times prontos para você escalar</p>	<p>Quem votou na Dilma Rousseff, vota em Fernando Haddad</p>	<p>Pavão Misterioso do Twitter, a reação bolsonarista ao Intercept</p> <p>ENTRAR</p>	<p>Reforma da Previdência: quem escapou das novas regras</p>
--	--	--	--

Receba nossas NEWSLETTERS

- | | | |
|--|---|---|
| <input type="checkbox"/> Política nacional | <input type="checkbox"/> Alexandre Garcia | <input type="checkbox"/> Lúcio Vaz |
| <input type="checkbox"/> Política Paraná | <input type="checkbox"/> Economia | <input type="checkbox"/> Ideias |
| <input type="checkbox"/> Jogos de Guerra | <input type="checkbox"/> Diário de Classe | <input type="checkbox"/> Estilo de Vida |
| <input type="checkbox"/> Bom dia | <input type="checkbox"/> Automóveis | <input type="checkbox"/> Curitiba |
| <input type="checkbox"/> Brasileirão | <input type="checkbox"/> Athletico, Coritiba e Paraná | <input type="checkbox"/> Gazeta Inspira |

Digite seu no

Digite seu e-r

RECEBER

Receba nossas notícias NO CELULAR



WHATSAPP MESSANGER TELEGRAM

*WHATSAPP: As regras de privacidade dos grupos são definidas pelo WhatsApp. Ao entrar, seu número pode ser visto por outros integrantes do grupo.

Gazeta do Povo > Ideias > O que é o Foro de São Paulo?



Acompanhe a Gazeta do Povo nas redes sociais

MAPA AGÊNCIA
 TERMOS DÚVIDAS FALE DO TRABALHE DE
 EXPEDIENTE DE USO FREQUENTES CONOSCO SITE CONOSCO NOTÍCIAS ANUNCIE ASSINE

GAZETA DO P





XXI ENCUESTRO DEL FORO DE SÃO PAULO
“Igualdad, equidad, justicia social, desarrollo sustentable y soberanía, signos del cambio de Nuestra América”

México DF - 29 de julio al 1 de agosto de 2015

MEMORIA

1. PRESENTACIÓN

El XXI Encuentro del Foro de São Paulo se realizó en la Ciudad de México entre los días 29 de julio al 1º de agosto de 2015.

Las actividades realizadas, de acuerdo a la programación, fueron:

1. IV Escuela de Formación Política del Foro de São Paulo.
2. Seis encuentros sectoriales:
 - VII Encuentro de Juventudes del Foro de São Paulo;
 - IV Encuentro de Mujeres del Foro de São Paulo;
 - III Encuentro de Afro Descendientes del Foro de São Paulo;
 - IV Encuentro de Parlamentarios;
 - Encuentro de Autoridades Locales y Subnacionales.
3. V Seminario de balance de los gobiernos progresistas y de izquierda.
4. Ocho talleres temáticos:
 - Autodeterminación e independencia;
 - Proyecto Político, Económico y Social en Latino América y El Caribe;
 - Revisión de la crisis global mundial y las tendencias de la globalización en el siglo XXI;
 - Despatriarcalización;
 - Los Derechos Humanos en Latino América y El Caribe;
 - Los pueblos indígenas;
 - Migraciones;
 - Rol de los Medios de Comunicación en América Latina y el Caribe - Análisis y Propuesta comunicacional del FSP.



Además realizamos las reuniones del Grupo de Trabajo, las Secretarías regionales, la Comisión de Fundaciones y Escuelas o Centros de Capacitación, varias bilaterales con partidos y organizaciones amigas, las plenarias y una presentación cultural al final del Encuentro.

Esta Memoria del XXI Encuentro del Foro de São Paulo reúne los documentos fundamentales aprobados o presentados durante los trabajos.

Mônica Valente
Secretaria Ejecutiva
Foro de São Paulo

2. PROGRAMACIÓN REALIZADA

Miércoles, 29 de julio

- Reunión del GT para revisar la programación, definir las líneas generales del borrador de la Declaración Final, definir la Comisión Redactora de la Declaración Final, definir la Comisión de Resolutivos, definir la participación en las bilaterales y discutir las solicitudes de ingreso al Foro.
- Reunión de la Comisión de Fundaciones, Escuelas o Centros de Capacitación e investigaciones.
- Inauguración de la Escuela de Formación Política del Foro de São Paulo (de acuerdo a programa específico).
- Reuniones simultáneas de las secretarías regionales:
 - a) Andino Amazónica: coordinación Alianza PAIS Ecuador.
 - b) Cono Sur: coordinación FA Uruguay.
 - c) Mesoamérica y Caribe: coordinación FMLN El Salvador.
 - d) EUA.
- Cena de confraternización del GT.

Jueves, 30 de julio

- VII Encuentro de Juventudes (de acuerdo a programa específico).
- Seminario de balance de los gobiernos progresistas y de izquierda y de la contraofensiva imperial.
- Talleres temáticos:
 1. Autodeterminación e independencia
 2. Proyecto Político, Económico y Social en Latino América y El Caribe
 3. Revisión de la crisis global mundial y las tendencias de la globalización en el siglo XXI
 4. Despatriarcalización
 5. Los Derechos Humanos en Latino América y El Caribe
 6. Los pueblos indígenas
 7. Migraciones
 8. Rol de los Medios de Comunicación en América Latina y el Caribe - Análisis y Propuesta comunicacional del FSP



Viernes, 31 de julio

- Reunión del Grupo de Trabajo para aprobar la Declaración Final.
- VI Encuentro de Mujeres del Foro de São Paulo: El impacto de la crisis en la vida de las mujeres.
- III Encuentro de afrodescendientes del Foro de São Paulo.
- IV Encuentro de Parlamentarios (coordinado por la Senadora Dolores Padierna, del PRD México).
- Encuentro de Autoridades Locales y Sub-nacionales.
- Inauguración del XXI Encuentro.
- Plenaria de síntesis de los informes de las secretarías subregionales.
- Actividad cultural.

Sábado, 1er de julio

- Plenaria.
- Clausura del Encuentro.
- Actividad cultural

3. DOCUMENTO BASE

1. Coyuntura internacional

Luego del fin de la Guerra Fría, hemos vivido una situación de hegemonía de Estados Unidos de América (EUA) en el mundo y la expansión de las políticas neoliberales, pero hoy en día está en curso una transición hacia un mundo multipolar con muchas contradicciones. A partir de 1998, la llegada del Comandante Hugo Chávez a la presidencia de Venezuela marcó el inicio de una fase de cambio en América Latina y el ascenso de la izquierda en la región, consolidándose a lo largo de la primera década de los años 2000. Con la creación de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños -CELAC- y de la Unión de Naciones Suramericanas -UNASUR-, avanzamos en algunos aspectos de la integración regional y América Latina y el Caribe se están abriendo al resto del mundo, aunque algunos países mantengan una fuerte dependencia económica de EUA.

El ascenso político y económico de China desde la década de 1990 y el surgimiento y la consolidación de los BRICS a partir de los años 2000 también llevaron a una reestructuración del poder mundial. Rusia vuelve a buscar su peso en la geopolítica mundial e India cada vez más consolida su camino para convertirse en una potencia económica. Al mismo tiempo se registra un viraje en la correlación de fuerzas a escala planetaria, entramos en una fase de disputa por la hegemonía y de aceleración de los conflictos políticos y militares.

Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica, países agrupados en el BRICS, confrontan disímiles problemas, pero cuando sus jefes de Estado se reúnen y toman decisiones, el nerviosismo recorre las oficinas de la Reserva Federal. La segunda economía del mundo, la china,



experimenta una baja: de 7.7% en 2013 a 7.3% en 2014; India muestra un reimpulso, de 4.7% en 2013 a 5.4% en 2014. Rusia afronta una baja y comienza a recuperarse. Brasil tiene un panorama económico complejo, no obstante, sigue siendo la más pujante economía de la región suramericana.

En Europa se mantienen las dificultades económicas desde el inicio de la crisis en 2008. A pesar de débiles señales de recuperación, la situación social continúa agravándose en algunos países, pues las cifras macroeconómicas esconden el dismantelamiento del Estado de Bienestar Social y, por tanto, el deterioro de la calidad de vida de los europeos. Como expresión también de la crisis de valores y la falta de alternativas políticas, aumenta la xenofobia y el peso de partidos de extrema derecha en la política regional (Unión Europea) y en algunos países en particular, como por ejemplo en Francia, Reino Unido, Grecia y Suecia.

El continente está claramente dividido entre el Norte rico y el Sur endeudado, donde los niveles de desempleo continúan siendo alarmantes, sobre todo entre la población joven. Aumentan las críticas al modelo de integración adoptado desde Maastricht en 1992, cuando los Estados miembros asumieron el papel de verdaderas empresas compitiendo entre sí por los mercados, situación que ha generado un profundo desnivel entre ellos. Esas políticas han generado un aumento de la desigualdad a lo interno de los países y entre los Estados miembros del bloque, así como de la precarización del trabajo, la reducción de los salarios y el recorte en los gastos destinados a la seguridad social. A todo esto hay que agregar que en algunos países europeos del Sur, la crisis política se extiende y se profundiza y nuevas alternativas anti neoliberales van emergiendo.

En Grecia, el partido SYRIZA, integrado por una amplia coalición de fuerzas de izquierda, obtuvo la victoria en las pasadas elecciones con el 36,34% de los votos, lo cual es muestra clara del crecimiento del rechazo del pueblo griego a las políticas de austeridad impuestas por la Troika (Comisión Europea, Banco Central Europeo y Fondo Monetario Internacional). Estas pasadas elecciones representan un hito en cuanto a las aspiraciones de los europeos de encontrar una opción social como solución a la crisis. No obstante el futuro de este gobierno es extremadamente complejo, pues tendrá que enfrentarse a los inmensos desafíos que implica el sometimiento de los estados a la dictadura de las instituciones monetarias europeas e internacionales.

En Grecia la izquierda juega su credibilidad y en las sociedades europeas en general sus opciones de futuro, pues la alternativa a la propuesta social sería la profundización de las políticas neoliberales o peor aún la barbarie neofascista.

Por ahora, la derecha neoliberal es mayoritaria en Europa, cuenta con una buena parte de los gobiernos del viejo continente, que adoptan las llamadas “políticas de austeridad”, inclusive en países donde gobierna la socialdemocracia, en los que prevalecen las políticas implementadas por gobiernos neoliberales que ha sustituido. Un nuevo y complejo mapa político comienza a configurarse en Europa.

La continua expansión de la OTAN hacia el este de Europa es asumida por Rusia como un peligro para su seguridad nacional. La escalada del conflicto ucraniano es en parte expresión del enfrentamiento de los intereses de EUA y de la OTAN en contra de los de Rusia. Las



acusaciones sobre violaciones de los derechos humanos entre ambas partes en conflicto, el gobierno de Kiev y las fuerzas separatistas de las autoproclamadas repúblicas de Luhansk y Donetsk, dificultan la solución de la crisis. Los intentos de aislar a Rusia crean una peligrosa situación de guerra y profundizan las dificultades económicas en Europa, mientras este país busca equilibrar su situación y fortalecer su papel internacional optando por la multipolaridad y trabajando por estrechar vínculos económicos y políticos con China y otras naciones emergentes.

Un punto importante en la discusión actual sobre Europa es el combate al terrorismo, que asumió mayor relevancia tras los atentados contra la revista Charlie Hebdo, y que son el resultado de la intolerancia religiosa, la islamofobia latente y la discriminación racial y económica en el continente. Asimismo, el fundamentalismo basado en concepciones religiosas intolerantes interactúa con el racismo y la xenofobia, creando las condiciones para hechos como los de París.

La crisis del sistema político europeo también ha devenido en auge de movimientos y partidos nacionalistas, xenófobos y de extrema derecha en todo el continente, en parte como resultado del fracaso de las llamadas políticas de cohesión de la Unión Europea, lo cual ha agudizado esta situación. Son tristemente conocidos los ejemplos de Amanecer Dorado en Grecia, el Frente Nacional en Francia, el Partido por la Independencia del Reino Unido (UKIP), los Demócratas de Suecia y el Partido Nacional Demócrata de Alemania. Estas fuerzas han crecido vertiginosamente tanto en las elecciones nacionales como en las europeas, lo cual debe analizarse a la luz de un profundo descrédito de los mecanismos democráticos y por tanto en un marco de abstencionismo elevado. Si bien el ascenso del neofascismo no es la única causa del aumento de la violencia, este factor ayuda a comprender el fortalecimiento de los extremismos religiosos y la relativa facilidad que tienen para influir en una población que se siente cada vez menos representada y más reprimida. Las derechas radicales contemporáneas son una expresión política compleja de esta realidad y deben ser analizadas cuidadosamente por el FSP.

También es preocupante que toda esa situación sea utilizada para aumentar la vigilancia por parte de los Estados y la violación de las libertades civiles y políticas a nombre del combate al terrorismo.

Tenemos que estar alertas con respecto a las anunciadas negociaciones entre EUA y la Unión Europea sobre la llamada Asociación Transatlántica para el Comercio y la Inversión (conocida por TTIP) y debatir sus consecuencias para el comercio mundial, sobre todo para nuestra región. Este acuerdo está siendo negociado en secreto y es un ejemplo de lo que van a tratar de hacer las elites de EUA y Europa para mantener sus ganancias a pesar de la crisis. Un tratado de tal magnitud significaría un cambio radical en la situación mundial. Una megafusión comercial entre EUA y Europa modificaría, sin lugar a dudas, el actual cuadro político, podría afianzarse la hegemonía de este bloque atlántico norte, o se precipitaría la conformación de otros bloques regionales y subregionales. Es posible afirmar que la estrategia global de los EUA para la recomposición de su fuerza hegemónica planetaria tiene dos líneas primarias: retomar su influencia en el Oriente Medio y derrotar a la izquierda progresista en América Latina y el Caribe. Contener el avance de la República Popular China y de la Federación Rusa es, a la vez, un plan en marcha.



Se está reconfigurando el mapa político del Medio Oriente y el Norte de África, como resultado de un conflicto con participación de actores globales, regionales y nacionales. Esa coyuntura de crisis puede asociarse con la implementación del proyecto de EUA para el Gran Medio Oriente -que incluye del África Occidental al Pakistán-, del cual no son ajenos los intereses de las transnacionales petroleras. Esta región continúa siendo un área priorizada en las estrategias políticas y económicas del Occidente y de otros actores.

El conflicto regional tiene varios frentes abiertos. Se han producido enfrentamientos armados en Palestina, Irak, Libia, Siria y Yemen, mientras en otros Estados de la región han ocurrido acciones terroristas asociadas a la vertiente más extremista del conglomerado de fuerzas en conflicto, el denominado Estado Islámico. La presencia de ese grupo, también conocido por Daesh, profundizó la desestabilización en la región, principalmente en Siria e Irak. Los extremistas de base islámica liderados por Daesh han logrado respaldo en los sectores empobrecidos por la implementación en la región de las agendas neoliberales. De esos grupos ha emergido su fuerza de choque, a la cual se han adicionado islamistas de diferentes regiones del mundo. No podemos dejar de recordar que el Estado Islámico (al igual que antes los talibanes de Osama Bin Laden) ha sido creado gracias al financiamiento que la CIA dio a los "rebeldes" sirios que luchaban contra Bashar Al Assad.

Libia está sumida en un caos como resultado de la intervención militar de la OTAN, la institucionalidad desapareció y la nación se está desmembrando en una guerra de clanes, la rapiña de las transnacionales petroleras es ostensible. Desde Libia se propaga el extremismo en el norte de África y otras subregiones.

Las negociaciones nucleares entre Irán y el G5+1 han logrado un cambio positivo para la nación iraní, la cual cedió en temas no estratégicos, manteniendo el derecho a su programa "nuclear con fines pacíficos". No obstante, es un tema que aún no ha concluido, pues la administración estadounidense podría enfrentar en el Congreso a la oposición republicana y la posición intransigente de Israel se mantiene.

La causa palestina está en un momento difícil, a pesar de algunas victorias parciales como su adhesión al Tribunal Penal Internacional. Por otra parte, el entramado de conflictos en la región ha desplazado a esa causa de los primeros planos de atención internacional. Por el momento, las posibilidades de creación de un verdadero Estado palestino están más distantes, inclusive por causa de la actual política israelí. La decisión del gobierno de Benjamín Netanyahu, el año pasado, de hacer cambios en la constitución para hacer de Israel un "Estado judío", provocó la renuncia de dos ministros de su gobierno anterior y lo hizo convocar nuevas elecciones. Después de una campaña donde los números indicaban un posible cambio y la victoria del grupo de centro-izquierda Unión Sionista, el resultado final indicó la victoria del Likud y de Netanyahu, que formó el nuevo gobierno con la inclusión de fuerzas de derecha, extrema-derecha y ortodoxas, excluyendo totalmente al centro y la centro-izquierda. Una novedad en esas elecciones fue la Lista Conjunta, unión entre el izquierdista Hadash y los tres partidos árabes (Balad, Lista Unida y Movimiento para la Renovación), que lograron 14 escaños y evitaron su ausencia en la nueva legislatura, hecho que podría ocurrir si estuvieran solos, pero su papel está reducido a ser una "voz crítica". Debemos estar atentos a la situación de las relaciones entre EUA e Israel, que tuvo un



reciente enfrentamiento motivado por la presencia de Netanyahu en una sesión del Congreso estadounidense a invitación de los Republicanos y sin consultar al Departamento de Estado, dejando el Presidente Barack Obama claramente incómodo. Sin embargo, la alianza estratégica entre estos países se mantiene y por el momento no hay señales en sentido contrario. Debemos subrayar que la paz en Oriente Medio solo puede pasar por la creación de dos Estados, Israel y Palestina, con base en las fronteras de 1967. Se impone, por tanto, acciones globales para reencausar el proceso de paz y de reconocimiento del Estado Palestino. Esta región continúa siendo un área priorizada en las estrategias políticas y económicas del Occidente y de otros actores.

En EUA, a pesar de la lenta recuperación económica que oculta el rápido crecimiento de la concentración del capital, se mantienen el desempleo, la violencia y la amenaza a los derechos civiles. La desigualdad social se ha acrecentado como nunca antes y afecta a la clase media y seriamente a los pobres. El gobierno ha sido incapaz de impulsar su agenda y se ha agudizado el enfrentamiento entre republicanos y demócratas, lo que ha abonado el terreno para el avance de los neoconservadores. Las pasadas elecciones legislativas tuvieron la más baja participación popular en los últimos 70 años, lo que evidencia la crisis en que se encuentran la democracia representativa, los partidos tradicionales y el rechazo a la mala gestión del gobierno. Múltiples expresiones de protesta social tienen lugar en EUA y ello tiene su raíz en problemas como el de los migrantes, el derecho a la salud, el empobrecimiento de amplios sectores populares, sin embargo, no se perfila una corriente política alternativa de contenido popular y democrático.

La militarización de la policía, la criminalización de las protestas y el continuo asesinato de afroamericanos mantienen una compleja situación social, y vemos la reacción de importantes organizaciones progresistas que defienden los derechos civiles y que se enfrentan con valentía mediante acciones intensas, coordinadas y sostenidas en decenas de ciudades, dejando al descubierto el racismo entronizado en el sistema de supremacía blanca.

El tema de la inmigración descontrolada, principalmente desde América Latina, ha sido tratado por la administración de Obama con soluciones limitadas, que en la práctica ha sido la de mayor persecución a los latinos y mayor deportación.

En la política exterior, el Gobierno estadounidense ha mantenido el carácter agresivo y de guerra fría, que lo ha llevado a varios fracasos por los que ha sido fuertemente criticado por la extrema derecha. En ese sentido, se aprecia una mayor prioridad a acciones vinculadas con la guerra no convencional. El deterioro relativo de su hegemonía, ante la evolución de nuevos centros de poder, ha llevado a EUA a reforzar todo lo relacionado con la seguridad.

En las relaciones con América Latina y el Caribe, como parte de su contraofensiva para revertir los avances de la izquierda y de conformar geopolíticamente un espacio vital para sus intereses, Washington ha desplegado una amplia gama de instrumentos subversivos, dirigidos contra los gobiernos que en su opinión constituyen un obstáculo o afectan su interés regional, incluso se han aplicado a países que no han sido declarados como adversarios. Estos instrumentos subversivos generalmente anteceden a la invasión militar directa, pero también están presentes en la aplicación de los preceptos del llamado poder inteligente.



El fin último es generar las condiciones políticas mínimas que garanticen los intereses de las transnacionales y geopolíticos, sin tomar en cuenta el nivel de estabilización de los gobiernos después de las revueltas, incluso el posible desmembramiento territorial o social de los países.

África continúa en la mira de las grandes economías mundiales por sus potencialidades en recursos naturales. En los últimos años se ha agudizado la lucha por su control, entre las ex metrópolis coloniales europeas, EUA y las potencias emergentes como: China, Brasil, India, Israel y Turquía, entre otros. Sin embargo, mientras la mayoría de los gobiernos africanos evalúa de manera positiva la colaboración con el gigante asiático, el Occidente ha acuñado la frase de la “amenaza china”.

Las economías africanas han logrado positivos ritmos de crecimiento macro-económico, en medio del impacto de la crisis económica global. En el plano político, se aprecian avances en la institucionalización, materializado en la celebración periódica de elecciones en varios países. Los resultados de los comicios han sido validados por la Unión Africana, las organizaciones subregionales y las potencias occidentales.

EUA continúa incrementando su presencia en África Subsahariana, en los terrenos político, económico y militar. Como parte de esa estrategia se realizó la I Cumbre EUA-África, y se refuerza el trabajo con los jóvenes, con el propósito de garantizar la influencia sobre los líderes del futuro.

Varias subregiones del continente confrontan amenazas a su seguridad derivadas de acciones terroristas protagonizadas por grupos de base islámica, como Boko Haram, Al-Qaeda del Mahgreb Islámico y Al-Shabad. El enfrentamiento a los mismos ha demostrado la fragilidad de las estructuras regionales y subregionales de seguridad, pero también abre oportunidades para la cooperación entre los Estados africanos, como lo ejemplifica la lucha contra Boko Haram.

La crisis humanitaria provocada por el ébola en África Occidental, generó una respuesta internacional con participación de países de nuestra región entre los cuales se destaca Cuba con el envío de colaboradores de la salud a Liberia, Sierra Leona y Guinea.

La región de Asia y Pacífico continúa siendo vital para los intereses de EUA en el complejo panorama político mundial actual, por su dinamismo económico y financiero; así como por considerarla parte de su estrategia de seguridad nacional y para la cual prioriza su permanencia en la zona a través de un poderoso sistema de bases, efectivos militares y despliegue naval en varios países y mares cercanos. Como parte de su política de contención a China, los EUA reafirmaron las alianzas militares estratégicas y de inteligencia existentes con Japón, Corea del Sur, Australia y Nueva Zelanda; a la vez que desarrolla un nuevo tipo de “presencia militar” en instalaciones nacionales de Filipinas, su más cercano aliado en esa área y socio estratégico no miembro de la OTAN.

Una serie de acontecimientos sucesivos -como las acusaciones de espionaje y de uso de “hackers” contra sistemas civiles y militares norteamericanos por parte de los chinos, luchas



en el ciberespacio, el reclamo territorial de China a varios países en el Mar del Sur (Mar del Este), la proclamación de su Zona de Identificación Aérea, el desarrollo de los programas de misiles y nuclear por la RPDC, entre otros-, fueron la justificación a las acciones ofensivas realizadas por EUA para garantizar y fortalecer su presencia militar en la región. Las manifestaciones “pro-democracia” en Hong Kong, que fueron estimuladas por Washington, también constituyeron un punto de desencuentro entre ambas potencias por inmiscuirse en los asuntos internos chinos; no obstante estas diferencias, se mantuvieron los intercambios bilaterales, diálogos y visitas de distintos niveles, demostración de que existe una relación entre ambos países, la que debe continuar desarrollándose. El futuro dirá qué consecuencias tendrá en el armado policéntrico.

Los países de los BRICS continúan siendo actores de importancia, sobre todo después de la VI Cumbre realizada en Fortaleza, Brasil, en julio de 2014, y la creación del Banco de Desarrollo, para financiar proyectos de infraestructura y desarrollo sostenible, y del Acuerdo de Reservas de Contingencia, instrumento de protección contra ataques especulativos y turbulencias cambiarias. La creación de estos mecanismos es importante políticamente al buscar un sistema internacional que represente la nueva conformación económica mundial, con el debido poder de decisión en los órganos internacionales. En parte es una respuesta a la falta de reconocimiento de los BRICS en otros organismos mundiales, como en el caso del FMI, donde tienen solamente 10,3% de los votos, a pesar de poseer el 24,5% del PIB mundial. Debemos destacar la agenda de la sociedad civil, que busca incidir en ese proceso buscando garantizar que los proyectos de infraestructura también tengan un carácter social, sin privilegiar solamente las demandas de las grandes empresas exportadoras. El FSP debe estar atento a los cambios políticos en los BRICS, así como a las presiones externas contra sus miembros.

Debemos acompañar con atención el desarrollo de las discusiones sobre Medio Ambiente este año de 2015. El éxito de la XXI Conferencia Internacional sobre Cambio Climático, que se realiza en diciembre en París, será un paso importante en las negociaciones sobre ese tema y una garantía de la profundización de las políticas ambientales cuando no hay más tiempo para en impasse. Un importante avance en la cuestión fueron los anuncios de China y EUA sobre los compromisos que asumieron para la reducción de la emisión de dióxido de carbono (CO₂). Sin un movimiento positivo de estos dos países, las políticas contra el efecto invernadero a nivel mundial se tornan obsoletas, pues ellos son los dos principales responsables por la emisión de ese gas.

La caída de los precios del petróleo es un asunto de cardinal importancia, tiene su génesis en el incremento de la producción estadounidense, a través de la explotación del petróleo de esquisto, del aumento de la producción de Arabia Saudita y sus aliados, además de la presencia de otros actores en el mercado petrolero global. La baja del precio del barril afecta drásticamente a Venezuela, Irán y Rusia. Por su parte, la OPEP, que ha sido una instancia que procuraba el equilibrio del mercado, no ha actuado en esta dirección hasta ahora. No hay que olvidar que uno de los lineamientos estratégicos de los EUA es “poner de rodillas a la OPEP”, tal y como lo reveló Henry Kissinger en sus memorias. No por casualidad, los más importantes conflictos bélicos se registran, en estos años, en naciones que son productoras y exportadoras de petróleo. El papel de Arabia Saudita en éste proceso es producto de su intención de reubicarse en el tablero regional y global. Su intervención en Yemen busca



mantener incidencia en la zona y proteger las rutas petroleras de Bab el Mandeb y en el Golfo de Adén.

Además de las cuestiones de Derechos Humanos ya mencionadas -EUA (cuestión racial), Europa (cuestión islámica), cuestión palestina, Ucrania-, debemos estar atentos para la cuestión de las y los migrantes y refugiados en el mundo, sobre todo la situación de las víctimas de conflictos armados, persecuciones políticas o sociales y desastres naturales, incorporándose ahí las migraciones internacionales clandestinas y el tráfico humano

Las noticias sobre los naufragios en el Mediterráneo y su elevado número de muertes traen esa cuestión al centro de las discusiones. A pesar de existir hace décadas, los países europeos no debatían debidamente ese tema, dejando que Italia y España -los más próximos de África y puerta de entrada a Europa- administrasen el problema. Pero ahora con las muertes, el silencio se torna complicado. En este momento, los gobiernos de la región quieren imponer medidas para disminuir el flujo de personas indocumentadas a través de la persecución de los traficantes y los medios por los cuales ejercen el tráfico, incluyendo la destrucción de los barcos aprehendidos.

También es grande el movimiento migratorio de países de la África subsahariana en dirección a África del Sur, sobre todo por motivos económicos. Ahí encontramos una situación de xenofobia muy fuerte, con recientes casos de persecuciones y muertes y el consecuente desplazamiento de esas personas, huyendo para salvarse.

Debemos también prestar atención a los casos de las y los refugiados asiáticos. Esa grave situación encuentra un doble problema: por un lado, las personas que salen de su país por sufrir persecución social, con el riesgo de muerte; y por el otro, los países de destino que afirman no tener condiciones de recibir a tanta gente. El resultado es que miles de personas se encontraban a la deriva en los mares del sur de Asia, sin condiciones mínimas de sobrevivir y dependiendo de la ayuda humanitaria de algún país. Recientemente las Filipinas se han dispuesto a recibir las, pero la situación aún es grave y no se vislumbra ninguna solución a corto o mediano plazo.

Un último caso es la situación en EUA. A pesar de los relativos y muchas veces aparentes avances económicos en México y América Central y el Caribe, el flujo migratorio no parece disminuir, sino el contrario. Debemos notar que el flujo migratorio desde y a través de México hacia EUA es el mayor del mundo y las cifras más alarmantes son las que se dan entre nuestros países y Estados Unidos, sobre todo México, El Salvador, República Dominicana, Puerto Rico y Nicaragua.

Hasta el momento, los debates se centraron en las consecuencias, pero no en las causas de estos desplazamientos. Observando el origen de la mayor parte de las y los migrantes, es posible encontrar algunos puntos comunes que obligan a la gente a abandonar sus países: situación económica, con un alto desempleo y sin las condiciones mínimas de subsistencia; conflictos armados; persecuciones variadas, normalmente por motivo religioso, étnico o vinculado al narcotráfico; entre otros. Muchas veces la única salida es arriesgarse en una travesía peligrosa y sin garantías de éxito.



Sobre este punto es relevante la propuesta de la UNASUR de crear "una cadena mundial de solidaridad" para abrir un espacio de cooperación humanitaria y así enfrentar el "genocidio pasivo" en los casos de las y los refugiados de Siria y Somalia, así como de la población rohingya, minoría musulmana perseguida en Birmania. Esta cadena sería administrada por la Cruz Roja Internacional, con el compromiso de los países del mundo de hacer aportes a los países de origen -cuando la situación lo permita- o de destino para que estos puedan asumir sus responsabilidades humanitarias.

Las contradicciones del sistema capitalista mundial se expresan en la crisis, así lo dice la ciencia económica, que es -de suyo- histórica. Joseph Stiglitz, crítico de la globalización neoliberal asume que: "Aunque esta es una crisis global, las respuestas políticas se han desarrollado a nivel nacional. Los innumerables asuntos sobre los cuales han tenido que reaccionar los Estados -de la política sobre quiebras a la de la competencia o la regulación de los mercados financieros-, deben ser tratados hoy a nivel internacional. Los acuerdos institucionales actuales no están a la altura de las circunstancias. O bien se reforman o bien se deben crear nuevas instituciones". [El informe Stiglitz: 310]

La agenda de temas económicos contiene múltiples vertientes, empero, el relacionado con la regulación de los mercados financieros tiene un peso cardinal, además de otros que le son subsidiarios, como la actuación de los "fondos buitres", los paraísos fiscales, en fin, la especulación financiera en sus diversas vertientes. La deuda en Europa es el punto focal de las contradicciones políticas, a escala continental y en cada país.

2. Coyuntura regional

Al contrario de otras partes del mundo, nuestra región sigue como un ejemplo de políticas alternativas al neoliberalismo, con una gran diversidad de modelos económicos y proyectos autónomos de integración regional. Sin embargo, sufrimos un constante ataque de las fuerzas conservadoras, que quieren adoptar nuevamente las políticas neoliberales vigentes en los años 1990 y que tanto costó a nuestros países económica- y socialmente. Para hacer frente a esas fuerzas, es necesario profundizar los cambios económicos, sociales y políticos ya alcanzados y seguir con la integración regional.

Debemos continuar el debate sobre el papel de los medios de comunicación, que en su mayoría están en manos privadas, conservadoras y de derecha, y de los movimientos sociales, con los cuales tenemos que profundizar las relaciones y conseguir el apoyo y la presión popular necesarios para avanzar con nuestras políticas, sin dejar de lado las exigencias de los nuevos grupos sociales que ascendieran a partir de las políticas sociales y distributivas implantadas por los gobiernos de izquierda en nuestro continente.

En los procesos electorales realizados durante el año de 2014 en nuestra región, hemos visto la reafirmación de la preferencia por la soberanía regional, el desarrollo alternativo y las políticas de inclusión social. Nuestros partidos están en los gobiernos nacionales de varios países, pero otros siguen como verdaderos bastiones del neoliberalismo, como los casos de México y Colombia. Todavía hay mucho que avanzar y debemos hacer una reflexión sobre cómo profundizar la democracia y mejorar el diálogo con nuestras sociedades.



Logramos victorias en los cuatro procesos electorales realizados el año pasado, con Salvador Sánchez Cerén en El Salvador; Evo Morales en Bolivia; Dilma Rousseff en Brasil y Tabaré Vázquez en Uruguay. En Bolivia y Uruguay, respectivamente el MAS-IPSP y el Frente Amplio lograron las mayorías parlamentarias. En el caso de Brasil, debido a las peculiaridades de su sistema electoral, hay dificultades para conseguir una mayoría, hecho que genera grandes dificultades de apoyo para el gobierno. En El Salvador, el FMLN salió bien en las elecciones municipales conquistando 86 alcaldías, algunas densamente pobladas como la capital San Salvador. Hasta el 1º de marzo de 2015 gobernaba para 49% de la población y ahora gobierna para 67%. Para el legislativo obtuvo 37,28% de los votos y 31 diputados de un total de 84, siendo el segundo mayor partido.

Los intentos de desestabilizar a los gobiernos progresistas y de izquierda en América del Sur siguen con toda fuerza, como son los casos de Argentina, Brasil y Venezuela. Aún estamos bajo el riesgo de los “golpes de nuevo tipo”, como los golpes institucionales, a través del Poder Judicial y/o Legislativo, ocurridos en Honduras y Paraguay respectivamente. También debemos estar atentos a la contra ofensiva del imperialismo y de la derecha a nivel continental, sea por medio de movilizaciones y violencia, sea a través de los procesos electorales. Tampoco podemos ignorar el papel del “uribismo” de Colombia y de la derecha española que busca articular la derecha en nuestros países, monitoreados y organizados por el imperialismo norteamericano.

En adición, la caída de los precios de las materias primas, sobre todo del petróleo y de la soja, así como la especulación financiera, agrava la situación económica de los países de la región, dificultando a sus gobiernos mantener el apoyo de la población. Los ataques mediáticos concentrados sufridos por esos gobiernos son una fuerte demostración de cuánto debemos avanzar en la democratización de nuestros medios de comunicación.

La integración regional es un tema estratégico. Ya fue demostrada la importancia de la integración económica y comercial para algunos países menores. Ahora debemos debatir el avance en la integración regional, que considere la infraestructura física entre nuestros países y la integración de los recursos energéticos, con condiciones para la creación de cadenas productivas regionales, combatiendo las asimetrías y fortaleciendo los derechos sociales. El deterioro de la capacidad hegemónica de EUA y el progresivo ascenso de otras fuerzas mundiales deben ser vistos como una oportunidad de garantizar nuestra soberanía e independencia económica y política. Las relaciones con Europa siguen dificultadas por los problemas enfrentados en los países de ese continente para salir de la crisis en que se encuentran desde 2008.

China busca avanzar con su presencia en nuestra región, destacándose el crecimiento de las inversiones directas, la realización del I Foro Ministerial CELAC-China y el inicio de la construcción del Canal de Nicaragua. De otra parte, sigue el distanciamiento ruso de las economías occidentales y su aproximación con Asia y, en el caso de América del Sur, a través de la reciente Cumbre BRICS-UNASUR, en julio de 2014 en Brasilia, surge una oportunidad para nuestra región de aumentar las relaciones con ese actor internacional. Debemos considerar estos vínculos con las nuevas potencias como una oportunidad para nuestro crecimiento, cuidando no caer en lazos de dependencia similares a los de otras épocas.



Ante esa situación, es importante avanzar con los procesos de integración regional, sobre todo la CELAC y la UNASUR, pues solamente juntos tendremos las condiciones de negociación frente a esas fuerzas globales. La inauguración de la sede de la UNASUR, en Quito, es el reconocimiento de su importancia política para toda América del Sur. Este organismo ha contribuido en la estabilidad de la región, en los avances integracionistas, en seguridad y defensa, en infraestructura, y debemos mencionar la creación del Banco del Sur y la cooperación en la UNASUR Salud, el Consejo Electoral y las discusiones para implementar el Foro de Participación Ciudadana. La CELAC, al aproximar los países latinoamericanos y caribeños, ayudó a crear un espacio regional independiente de la Organización de los Estados Americanos -OEA- y de la influencia directa de EUA. Registramos aquí la elección del ex canciller uruguayo Luis Almagro como Secretario General de la OEA, con la perspectiva de promover reformas en esa organización.

Destacamos la reciente VII Cumbre de las Américas en Panamá que, además de ser la primera en que Cuba participa por exigencia de la mayoría de los Estados miembros, expresado en la anterior Cumbre de Cartagena de Indias - Colombia, fue también un espacio donde EUA se puso a la defensiva. Hubo críticas unánimes de parte de miembros de la UNASUR y de la CELAC a la injerencia en asuntos venezolanos y a las sanciones impuestas a miembros del gobierno de ese país. Igualmente hubo críticas al criminal bloqueo estadounidense impuesto a Cuba y su presencia en la lista de países que financian el terrorismo. Registramos también la realización de la Cumbre de los Pueblos, la Cumbre Sindical y la Cumbre de los Pueblos Indígenas planteando la dimensión social de este evento internacional.

La serie de cumbres como la realizada ahora en el Panamá fue inaugurada en EUA para iniciar las negociaciones sobre el ALCA, por su vez definitivamente enterrada en la IV Cumbre de Mar del Plata en 2005. Ese cambio, resultante de la nueva realidad política en América Latina y el Caribe, puede significar una transición hacia diferentes relaciones en el conjunto de los Estados americanos.

EUA sigue atento a la región. La aproximación con Cuba es una demanda histórica. Ahora bien, de ninguna manera debe entenderse como que Estados Unidos ha renunciado a su intención de destruir la Revolución Cubana. El propio presidente Obama, en su alocución del pasado 17 de diciembre, asumió que se trataba del reconocimiento de que las tácticas utilizadas contra Cuba durante el pasado medio siglo no habían dado resultado, por lo que habrán de recurrir a otras tácticas con el mismo propósito en mente. La consolidación de la autonomía regional no es vista con simpatía por la política estadounidense, y este país busca aumentar su influencia sea a través de iniciativas comerciales como la Alianza del Pacífico, o de alianzas con los sectores conservadores en los países y los intentos de desestabilización de los gobiernos nacionales.

En el caso de la Alianza del Pacífico, se trata de una estrategia para hacer frente a iniciativas como CELAC y UNASUR, principalmente tras el fracaso del ALCA. Sin embargo, este acuerdo tiene un carácter más comercial, mientras que los demás buscan una integración más profunda y completa, inclusive de los pueblos de los países, no solamente su comercio. Debemos estar atentos a los velados propósitos políticos de la Alianza del Pacífico, dirigidos a constituirse en una alternativa a las otras experiencias genuinamente latinoamericanas y



caribeñas como las arriba mencionadas. La progresiva presencia de China en algunos países de ésta alianza problematiza aún más el escenario geopolítico. Estados Unidos debe competir por espacios en la región del Pacífico y América Latina no es la excepción.

La integración política en nuestra región avanzó más que la integración económica, respecto de la cual necesitamos trabajar para profundizarla. A pesar de haber avances en los países individuales, ese aspecto de la integración sigue dependiente de cada política nacional y no de una visión única regional. Los actuales problemas internos enfrentados por algunas economías hacen este camino más difícil, pero es importante profundizar los debates y las acciones.

El proceso de integración de América Latina, en sí mismo contradictorio, parte del reconocimiento colectivo sobre la imposibilidad de avanzar hacia el desarrollo sustentable sin integración. Hay que resolver los problemas específicos de cada país, pero las políticas globales en materia de financiamiento, precios de las materias primas, manejo de la deuda soberana de los países, entre otros aspectos a observar, señalan de manera categórica la pertinencia de la integración económica de la región. Los procesos políticos de cambio democrático en curso, en una parte de nuestro subcontinente, se juegan el todo por el todo en el terreno de la economía. ¿Cuál es el siguiente paso? Es ésta una interrogante para toda la izquierda, en un momento, como ya se ha señalado, en el cual la derecha amplía su ofensiva en todos los terrenos y particularmente en el económico.

En el caso del MERCOSUR, destacamos su reorientación y valoración de la dimensión política y social, con fuerte ampliación de instrumentos participativos, además de la futura adhesión de Bolivia y Ecuador. Debemos también debatir la negociación con la Unión Europea, que se ha retomado luego de las reuniones llevadas adelante en paralelo con la última Cumbre UE-CELAC del pasado mes de junio. De parte de la UE, su situación económica y las dificultades que impone a un amplio acuerdo -que considere el comercio de productos agropecuarios- son un obstáculo al avance de las negociaciones. De parte del MERCOSUR, las dificultades económicas, de competencia y de balance de pagos enfrentadas por algunos países los llevan a marcar distintos tiempos en la negociación.

Hay una opinión generalizada que indica que el MERCOSUR es el “núcleo duro” de la integración económica suramericana, pero en la actualidad, cuando nos reunimos en el XXI Encuentro del Foro de São Paulo, el problema consiste que tres de las economías del bloque están atravesando por dificultades. Según la proyección que publica la Comisión Económica para América Latina, CEPAL, el PIB de la economía venezolana estará alrededor de -3.5%; Brasil en 0.9%; Argentina en 0%. Estos indicadores obligan a una reflexión profunda sobre la situación económica, que bien podría ser de carácter coyuntural, pero también puede indicar la necesidad de giros importantes en sus políticas económicas, junto a planes que aceleren la integración regional.

Los procesos de democratización radical que están en marcha en una parte importante de América Latina y el Caribe requieren de sustentabilidad económica en el largo plazo y de respuesta a los problemas urgentes, que en cada país tiene características distintas. Moverse en esa contradicción es ineludible, pero “donde hay contradicción hay vida”. La volatilidad del sistema financiero internacional, la ausencia de mecanismos de reestructuración de la



deuda soberana, el anuncio sobre una posible alza de las tasas en EUA y, sobre todo, la caída de los precios de materias primas, son problemas urgentes que deben ser tratados en el MERCOSUR y en la UNASUR, porque son, en definitiva, problemas comunes.

De manera esquemática se pueden apuntar algunas tareas prácticas para el fortalecimiento del proceso de integración: crear un fondo de estabilización económica, impulsar el Banco del Sur, conformar un ente de supervisión de los bancos, así como un mecanismo de solución de controversias y una calificadora de riesgo con base en nuestra realidad. La ampliación del Sucre y de los proyectos productivos, de intercambio comercial y de infraestructura, forman parte también de estas tareas prioritarias.

Resulta importante destacar un hecho altamente positivo, como es el nivel de unidad de criterios y unidad de propósitos alcanzado en la CELAC, en su reunión de enero de este año en la ciudad de Belén, Costa Rica. Allí se decidió poner en marcha el “Plan para la seguridad alimentaria, nutrición y erradicación del hambre 2025”, que fue elaborado de manera conjunta con la cooperación de la FAO, la CEPAL y la ALADI. Cabe subrayar que la reunión de cancilleres en Ecuador tomó decisiones en la dirección de poner en marcha este plan, asumiendo el de “Agricultura familiar”, la promoción de preferencias arancelarias entre nuestros países, el estímulo a la creación de mecanismos subregionales de integración en el campo del comercio intra-CELAC, una de las alamedas por donde hay que transitar en la búsqueda de una nueva industrialización de nuestras naciones, la generación de nuevas y mayores fuentes de trabajo. El tema del cambio climático fue abordado en este encuentro, dado su importancia e impacto económico, social y ambiental. También se aprobó la formación de un observatorio de las transnacionales.

En el campo político hay que ampliar la cooperación que en materia de observación y acompañamiento de los procesos electorales viene desarrollando UNASUR, con gran éxito. Además, es inaplazable ir conformando una base teórica y jurídica que abra espacio a la creación de un sistema latinoamericano de derechos humanos, que responda a los intereses de todos los ciudadanos y ciudadanas y no a la estrategia imperial.

El debate sobre la libertad de expresión y de información como un derecho de los ciudadanos, que no tiene nada que ver con los intereses de los monopolios comunicacionales, está abierto y es uno de los frentes políticos de mayor interés. La izquierda, que tiene como punto de encuentro el Foro de São Paulo, aún no alcanza ni mucho menos supera la capacidad comunicacional de la derecha, que actúa de manera coordinada, veloz y cohesionada.

El fortalecimiento progresivo de la CELAC y la UNASUR es una tarea estratégica en el campo de la integración. Otros procesos de integración como el CARICOM, SICA y ALBA siguen sus caminos.

Es muy importante el restablecimiento de las relaciones diplomáticas entre Cuba y EUA, anunciada el 17 de diciembre de 2014, que posibilitaría la reapertura de las respectivas embajadas y la adopción de mayores facilidades para viajes de negocios y transacciones económicas, comerciales y financieras. Uno de los primeros resultados de ese acuerdo fue la liberación por parte de Cuba del preso estadounidense Alan Gross, acusado de espionaje, y



por parte de EUA de los tres héroes cubanos presos en cárceles estadounidenses por defender la integridad y la seguridad de su país. Un paso a continuación fue la eliminación de Cuba de la lista de países considerados “patrocinadores del terrorismo” por el Departamento de Estado, lista donde nunca debió figurar. Esperamos ahora que el Congreso estadounidense, que tiene la prerrogativa para poner fin al bloqueo económico, acabe con ese criminal acto contra el hermano pueblo de Cuba. Por otra parte, la nueva política económica cubana y su reciente apertura son un paso importante para la reinserción de ese país en la economía mundial y la profundización de su papel regional.

En Colombia, seguimos acompañando con atención las negociaciones de paz en La Habana entre las FARC-EP y el Gobierno que se llevan a cabo en La Habana. El éxito de un acuerdo contribuirá con la paz en toda la región, que aspiramos que sea una zona libre de conflictos armados. Debemos estar atentos al nombramiento de Bernie Aronson, enviado especial del Gobierno estadounidense para acompañar esas conversaciones, y el papel real que pretende tener. Consideramos que esas negociaciones deben extenderse a otros grupos insurgentes, como el ELN, pues la única forma de lograr la paz es a través de un acuerdo amplio y legítimamente reconocido por todos los grupos, fuerzas políticas y sociales.

La situación mexicana merece especial atención de nuestra parte. México ha sido el país que primero hizo un acuerdo comercial con EUA, el TLCAN -desde 1994-, momento en que las políticas neoliberales estaban logrando más influencia en nuestra región. Sin embargo, las promesas de crecimiento económico acompañado de mejoras en la estructura social no se materializaron y dio lugar a muchos problemas ignorados por el Estado. El país adopta el modelo de libre comercio, sin considerar las cuestiones sociales, generando graves problemas internos, y donde el narcotráfico encontró un terreno fértil para crecer. El caso de los jóvenes de Ayotzinapa es consecuencia clara de toda esa situación y evidencia que el narcotráfico, con el tiempo, se ha convertido en un instrumento de dominación política, entre otros factores, por sus estrechos vínculos con los mecanismos de dominación y represión, todo lo cual nos obliga a profundizar el debate y los análisis sobre este flagelo que carcome a amplios sectores de nuestros países.

En Argentina, mantenemos nuestra posición de que la decisión sobre los “fondos buitres” afecta su soberanía y de toda la región, y encuentra espacio para que en situaciones similares se utilice el mismo procedimiento contra otros países. Debemos debatir y buscar concretizar la iniciativa del G77+China para crear una comisión especial para tratar los casos de las deudas soberanas. Saludamos y aplaudimos la iniciativa del G77+China de crear una comisión especial para tratar los casos de las deudas soberanas. Iniciativa que ya se ha concretado en el Comité Especial de las Naciones Unidas sobre Procesos de Reestructuración de Deuda Soberana que preside Bolivia y que en pocas semanas hará público un proyecto de resolución que será presentado para su aprobación ante la Asamblea General de las Naciones Unidas en septiembre de este año. Son relevantes los logros de los Gobiernos de Néstor Kirchner y de Cristina Fernández de Kirchner, con la reconquista de la soberanía e independencia argentina, el crecimiento económico con igualdad y justicia social. Pero son claros los intentos de los grupos de derecha en desestabilizar el Gobierno de Cristina Fernández, con el apoyo de importantes medios de comunicación de masas controlados por el capital privado, que han pretendido involucrar a la Presidenta directamente en el asesinato del fiscal Alberto Nisman. En las elecciones presidenciales de octubre en Argentina



se juega la continuidad del proyecto nacional kirchnerista pero también el proceso de integración latinoamericana, que sufriría un retroceso con la elección de un candidato de la derecha.

En el caso brasileño, las tentativas de desestabilización política y económica aumentaron desde las elecciones de octubre de 2014 y la oposición demuestra que no han aceptado la derrota. En este momento los ataques se concentran en el caso de corrupción de la empresa de petróleo brasileña Petrobrás. Debemos resaltar que los problemas de corrupción en esa empresa no son recientes, pero, por primera vez y en un gobierno del PT y aliados, están siendo debidamente investigados. Sin embargo, los medios y las fuerzas conservadoras siguen divulgando como si nunca hubiera corrupción en el país antes de la llegada de la izquierda al poder. Recordamos que esas mismas fuerzas no se pronuncian ante los casos de corrupción de sus propios representantes, que inclusive son investigados en Europa y EUA. Ahora se junta a esas fuerzas el poder judicial en EUA -en situación semejante a los "fondos buitres" argentinos-, que busca revertir las pérdidas de accionistas estadounidenses de la Petrobrás en el mercado financiero a partir de decisiones judiciales, como si ese mercado no fuera de alto riesgo. Debemos señalar también la decisión de la Unión Europea de abrir un panel en la Organización Mundial del Comercio -OMC- contra la política industrial brasileña, principalmente para cuestionar la reducción del impuesto sobre productos industrializados del país, un acto de total soberanía de cualquier país, recordando que la misma UE no acepta debatir la cuestión de sus subsidios agrícolas en las negociaciones internacionales. Las recientes manifestaciones populares demuestran, por un lado, que una parte de la población quiere garantizar que no haya un retroceso en los avances sociales logrados en los últimos 12 años, pero otra parte sigue una agenda de desestabilización contra el Gobierno de Dilma Rousseff, exigiendo inclusive la renuncia de la Presidenta, o su *impeachment*, o mismo la intervención militar. Estas personas son apoyadas por la derecha y los medios, inconformes por el éxito de las políticas sociales y económicas de los últimos años con el gobierno del PT y aliados.

En Venezuela, el gobierno del PSUV continúa su firme lucha contra las fuerzas conservadoras y neoliberales. La oposición se manifiesta violenta e incesantemente contra el gobierno de Nicolás Maduro desde las últimas elecciones. Las dificultades económicas son agravadas por el imperialismo estadounidense, cuya agresión llegó a través de la prohibición en su Congreso de que algunos ciudadanos venezolanos ingresen en el territorio de EUA y de las sanciones comerciales de este país, y apoyando claramente a las fuerzas de derecha y ultraderecha. También la caída del precio del petróleo, importante fuente de divisas para Venezuela, fue decidida por aliados estadounidenses en la OPEP. El Decreto Ejecutivo del Gobierno de EUA que declara Venezuela como una amenaza a su seguridad nacional y política exterior es en realidad un atentado contra la soberanía e integridad territorial venezolanas. Frente a ello, la UNASUR emitió un comunicado unánime condenando ese Decreto y clasificándolo como una amenaza a los principios de la soberanía y no intervención, llamando al Gobierno estadounidense a adoptar alternativas de diálogo. Según Ernesto Samper, Secretario General de la UNASUR, este Decreto, antes de la próxima Cumbre de las Américas, descalificó los esfuerzos de la Comisión de Cancilleres de Brasil, Colombia y Ecuador, que abrió camino al diálogo. Debemos acompañar el desarrollo de la situación, apoyando las iniciativas de diálogo, y estar atentos a las elecciones legislativas a fines del año, apoyando incondicionalmente al PSUV y al Gran Polo Patriótico.



Algunos países centroamericanos atraviesan una profunda crisis institucional, siendo particularmente grave la situación en Guatemala y Honduras. La situación de los Derechos Humanos en estos dos países es muy grave, con persecuciones políticas y dificultades económicas que hacen sufrir a la población más pobre.

Es importante destacar la crisis de legitimidad que sufre el Estado en Guatemala, a partir del deterioro de la autoridad y legitimidad de los Organismos Ejecutivo, Legislativo y Judicial. En el país se vive una profunda crisis de Estado, con el rechazo generalizado de la población en áreas urbanas y rurales, que están protagonizando manifestaciones públicas cada vez más masivas y contestadoras, que demandan la transformación del sistema político y que llegaron a acumular a unas 150 mil personas en las últimas realizadas.

Las fuerzas sociales y políticas de la izquierda, apoyados por el Foro de São Paulo, desarrollan acciones políticas para promover la convocatoria a una Asamblea Nacional Constituyente, integrada con participación sectorial, de pueblos y de partidos, que promueva un nuevo escenario político, y que le dé salida adecuada a esta grave y profunda crisis de la institucionalidad del Estado. En este marco de crisis, existe la posibilidad que el proceso electoral previsto para realizarse el 6 de septiembre, tenga que posponerse algunos meses.

En El Salvador tuvimos la elección del compañero Salvador Sánchez Cerén y la continuidad del gobierno nacional del FMLN, y en Nicaragua tenemos la continuidad del gobierno del compañero Daniel Ortega y del FSLN. Estos dos casos son una demostración del éxito y del apoyo por parte de la población a las políticas implementadas por los gobiernos ocupados por partidos miembros del Foro de São Paulo.

Ciento diez y siete años después de haber sido invadido militarmente por tropas estadounidenses (1898), el modelo colonial prevaeciente en Puerto Rico enfrenta una profunda crisis estructural. Entre otras cosas, la misma ha provocado la emigración de más de un millón de puertorriqueños y puertorriqueñas en las pasadas dos décadas, ha disparado aceleradamente las cifras del desempleo, sobre todo entre los jóvenes, y ha conducido al País a una profunda crisis económica y social. La única solución posible a esta crisis estructural pasa por la recuperación de los poderes soberanos, que le permita al pueblo puertorriqueño decidir libremente su destino.

A pesar de que se ha alcanzado una significativa mejoría en la situación económica y social en el subcontinente se mantiene un nivel de pobreza que continúa estimulando la emigración en ciertos países de América Latina y el Caribe como, por ejemplo, de Haití a República Dominicana y Brasil, de Bolivia y Paraguay a Argentina y Brasil.

3. Plan de acción 2014-2015

A partir de los objetivos principales aprobados en el XX Encuentro del Foro de São Paulo realizado en la ciudad de La Paz, Bolivia, proponemos el siguiente Plan de Acción Inmediato dividido en cuatro ejes, tomando en cuenta el calendario de los procesos electorales en el



continente, de las actividades relativas a la integración, otras actividades de carácter internacional y las propuestas definidas en el último encuentro.

1) Eje combate al neoliberalismo y a la contraofensiva de la derecha

1.1) Atención a las elecciones de 2015

- 1 de marzo: elecciones legislativas y municipales en El Salvador **(REALIZADA)**
- 29 de marzo: elecciones municipales y departamentales en Bolivia **(REALIZADA)**
- 10 de mayo: elecciones municipales en Uruguay **(REALIZADA)**
- 7 de junio: elecciones legislativas y estatales en México **(REALIZADA)**
- 6 de septiembre: elecciones generales en Guatemala
- 18 de octubre: elecciones presidenciales en Argentina
- 25 de octubre: elecciones municipales y departamentales en Colombia
- 29 de noviembre: elecciones presidenciales en Haití
- Noviembre: elecciones parlamentarias en Venezuela
- Elecciones municipales en Paraguay (fecha a confirmar)

1.2) 24 y 25 de enero: Seminario “El pensamiento de Schafik en América Latina”, en El Salvador, organizado por el FMLN. **(HECHO)**

1.3) Seminario organizado por el Frente Amplio de Uruguay en febrero sobre “Construcción de Hegemonía” 27 e 28 de febrero, en Montevideo. **(HECHO)**

1.4) Seminario Internacional del PT México de 12 a 14 de marzo. **(HECHO)**

1.5) Promoción de acciones en defensa de los DDHH en México, Curuguaty (Paraguay), EUA, Palestina y Sahara Occidental, donde debemos participar del próximo congreso del Frente Polisario.

1.6) Apoyar la realización, en la ciudad de Montevideo, de 05 a 7 de junio, del II Foro por la Paz en Colombia, y organizar una misión de solidaridad a este país formada por representantes de partidos del FSP y parlamentarios (responsable: FA Uruguay), así como participar de las actividades del 9 de abril del Frente Amplio por la Paz, en Bogotá y otras 4 ciudades colombianas. **(HECHO)**

1.7) Organizar una actividad en noviembre en memoria de los 10 años del rechazo al ALCA en Mar del Plata.

1.8) Encargar a la SE y la Secretaría Andino Amazónica de organizar un Seminario sobre medio ambiente y desarrollo sostenible, con énfasis en los temas de la Amazonia y de los ODS, con la posibilidad de realizarse en Ecuador.

1.9) Realizar el III Encuentro de la Secretaría Europa del Foro de São Paulo en octubre de 2015 en Madrid. En esa ocasión, aprobar el plan de trabajo y definir la estructura organizativa de la Secretaría Europa, encargando al GT de aprobar la propuesta preliminar, cuyo borrador de la propuesta será presentado por el FMLN El Salvador.



1.10) Promover diálogo con la izquierda europea, particularmente sobre la resistencia al neoliberalismo.

2) Eje integración continental

2.1) Encargar a la SE y la Subsecretaría Mesoamericana y Caribeña de acompañar la III Cumbre de la CELAC en 28 y 29 de enero en San José, Costa Rica. **(HECHO)**

2.2) Participación del FSP en el seminario propuesto por el PIE frente a la Cumbre UE-CELAC en 8, 9 y 10 de mayo, Bruselas. **(HECHO en 7 y 8 de mayo)**

2.3) Encargar a la SE y las Subsecretarías del Cono Sur y Andino Amazónica de acompañar la Cumbre de Jefes de Estado del MERCOSUR y la XVIII Cumbre Social del MERCOSUR en Brasil, en 14-16 de julio de 2015. Responsables: PT Brasil y PCdoB.

2.4) Encargar a la SE y las Subsecretarías del Cono Sur y Andino Amazónica de acompañar la Cumbre de Jefes de Estado de la UNASUR en noviembre/diciembre de 2015.

3) Eje defensa de los derechos de los migrantes

3.1) Regional Mesoamericana y Caribeña: promover una reunión de los responsables por el trabajo con EUA, a saber: México, República Dominicana, Ecuador, El Salvador y Puerto Rico, en la segunda quincena de julio, en Los Ángeles/EUA.

3.2) Realizar el III Encuentro de la Secretaría EUA del Foro de São Paulo, invitando particularmente a los movimientos de defensa de las y los migrantes y los de resistencia contra la crisis, el 20-21 de junio, en Los Ángeles/EUA. Responsable: FMLN El Salvador. **(HECHO)**

3.2.1) Efectuar la reunión de la región Mesoamericana e Caribeña de FSP en EUA en la segunda quincena de junio, incorporando como eje fundamental la promoción de la solidaridad del pueblo de EUA en defensa de la soberanía de Venezuela con un plan de acción específico. Responsables: FMLN El Salvador y PRD México.

3.3) Encargar a la SE + SMAC + Secretaría EUA de la organización de una campaña de información pública de solidaridad con Cuba, de lucha contra el bloqueo y por el retiro de la República de Cuba de la lista de países terroristas que año tras años el Departamento de Estado estadounidense elabora. **(Nota: Cuba salió de la lista.)**

3.3.1) Encargar a la SE + SMAC + Secretaría EUA a desarrollar una campaña permanente de denuncia y solidaridad en reclamo de la liberación inmediata del prisionero político Oscar López Rivera, quien lleva más de 33 años en cárceles de EUA por su único "delito" de luchar por la independencia de Puerto Rico.

3.4) Crear un espacio que atraiga, coordine y reúna a las organizaciones civiles de izquierda en EUA de América que trabajan en la defensa de los migrantes en este país, haciendo uso de las herramientas tecnológicas disponibles para agrupar, comunicar y convocar a los miembros de la sociedad civil que trabajan por los derechos de los migrantes, a ser debatido en la segunda quincena de julio, en Los Ángeles/EUA. Responsable: FMLN El Salvador.



3.5) Buscar la aprobación en nuestros respectivos países de la llamada Visa de Tránsito, que garantice un trato digno a migrantes en tránsito. Buscar que se cumplan las disposiciones de la Convención Internacional sobre la protección de los derechos de todos los trabajadores migratorios y de sus familiares (tratado impulsado por la ONU que busca el respeto de los derechos de las y los trabajadores migrantes y de sus familias), en donde ya se ha ratificado por parte de los gobiernos nacionales. Rechazar la criminalización de las y los migrantes y las deportaciones masivas, principalmente las realizadas por EUA. Apoyar la reunificación de las familias de las y los migrantes, así como continuar en la defensa de sus derechos humanos plenos, a ser debatido en la segunda quincena de julio, en Los Ángeles/EUA. Responsable: FMLN El Salvador.

4) Eje organizativo

4.1) Encargar a la SE, la Comisión de Arte y Cultura (renovando su composición) y el PRD México de elaborar una propuesta detallada para organizar un Festival político cultural anual del Foro, siendo el primero en México en el ámbito del XXI Encuentro de Foro de SP el julio/agosto de 2015.

4.2) Encargar a la SE y las secretarías regionales de dar seguimiento a los acuerdos organizativos aprobados en el XX Encuentro del FSP, así como en los encuentros de jóvenes, mujeres, afro descendientes e indígenas.

4.3) Buscar contactos con los partidos de izquierda en África por medio del *African Left Networking Forum* (ALNEF). Responsable: PCdoB Brasil.

4.4) Desarrollar un plan de comunicación de mayor alcance. Responsable: Fundación Perseu Abramo, del PT Brasil.

4.5) Reunión de los partidos de la Subregional Caribeña del FSP en Trinidad y Tobago, del 13 al 16 de enero. **(HECHO)**

4.6) Reunión del Grupo de Trabajo del FSP en 15 de marzo en Ciudad de México. **(HECHO)**

4.7) XXI Encuentro del Foro de São Paulo y celebración de sus 25 años en México, del 29 de julio al 1er de agosto de 2015.

5) Otros eventos internacionales a consideración

- 18 de marzo: elección del nuevo Secretario General de la OEA

- 24 a 28 de marzo: Foro Social Mundial en Túnez

- 09 de abril: Frente Amplio por la Paz en Colombia

- 10 y 11 de abril: VII Cumbre de las Américas en Panamá. Articular la participación de los movimientos sociales fraternos a los partidos del Foro de SP en la Cumbre de los Pueblos. Responsables: SE-FSP y PC de Cuba

- 11 a 13 de junio: Congreso del PT de Brasil.

- 09 e 10 de julio: VII Cumbre de los BRICS en la ciudad de Ufa, Rusia.

- Fecha a confirmar: VII Cumbre del IBAS en India.



- 22 de septiembre: inauguración de la 70ª. Asamblea General de la ONU, que discutirá los Objetivos de Desarrollo Sostenible.
- 10 de octubre: Congreso del FMLN en El Salvador.
- 15 e 16 de noviembre: Cumbre del G20 en Turquía.
- 30 de noviembre a 11 de diciembre: COP-21 en París.
- 1 a 4 de diciembre: 10ª. Conferencia Ministerial de la OMC.
- Enero de 2016: Encuentro de los países africanos y suramericanos (ASA) en Ecuador.

6) Temas pendientes de futuras discusiones

Debatir políticas de drogas

Realizar la reunión del GT del segundo semestre de 2015 en Managua

XXII Encuentro del FSP en El Salvador en 2016

Posibilidad de alternar Encuentros anuales del FSP con el Festival Cultural

4. RESOLUTIVOS

Rechazo ante los intentos de desestabilización contra los gobiernos progresistas y de izquierda de la región

La geopolítica regional ha cambiado en los recientes años. Hay una nueva forma de ejercer el poder alternativo en un contexto socioeconómico del neoliberalismo, ante el surgimiento de gobiernos nacionales emanados de las izquierdas con nuevos procesos constituyentes y cuyas fuerzas políticas que les llevaron al poder forman parte integrante del Foro de Sao Paulo. Son gobiernos que apuntan a crear una región libre, soberana, independiente, con democracia, justicia social y paz para bien de las naciones que los conforman.

Ante los intentos de desestabilización en contra de esos gobiernos legalmente electos, mediante estrategias que han adquirido matices de violencia y que obedecen a grupos que detentan un gran poder económico así como al manejo mediático en los medios de comunicación, el XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo, resuelve:

- Rechazar tajantemente el peligro de la restauración conservadora impulsada por las fuerzas de las derechas nacionales, que con apoyos externos realizan manifestaciones violentas y buscan desestabilizar a los países de Ecuador, Argentina, Brasil, Venezuela, El Salvador, por mencionar los casos más recientes, y derrocar a los gobiernos constitucionalmente electos por sus pueblos.
- Hasta nuestros días, las fuerzas golpistas han venido fracasando en sus planes de desestabilización, sin embargo, se corre el riesgo de que detrás de estas intenciones de desestabilización se encuentra el carácter de los llamados “golpes blandos”, como los perpetrados en Honduras y Paraguay, y que ya se ensayaron -sin éxito- en Venezuela, en Bolivia y en otros países.
- Refrendamos nuestra profunda solidaridad con los pueblos de nuestra Patria Grande y exigimos el mayor de los respetos a los principios de soberanía y autodeterminación, en rechazo a cualquier intento de intervención extranjera. El desconocimiento de un gobierno para subvertir la soberanía del país y permitir la intervención internacional son tácticas, entre otras, que no han prosperado, pero que debemos estar alertas para defender las



legítimas causas revolucionarias que sustentan a los gobiernos de izquierda y progresistas de la región que han enfrentado estos embates.

- No soslayamos los planes regresivos que procuran aplicar las fuerzas de las derechas nacionales e internacionales, principalmente las alentadas por el imperio de Estados Unidos de América, por lo que rechazamos cualquier intento de injerencia en los asuntos internos de cada uno de los países con gobiernos nacionales progresistas, en correspondencia con los postulados de la Proclama de América Latina y el Caribe como Zona de Paz hecha por la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC).

- Convocamos a cerrar filas y defender a los gobiernos nacionales y locales de izquierda, democráticos y progresistas que decidieron caminar por la ruta de la democracia y construir una Patria distinta: la Patria Grande.

Apoyo a la República Argentina en repudio a los fondos buitres y sobre la soberanía de las Islas Malvinas

Los participantes en el Foro de Sao Paulo repudiamos el fallo del Juez Thomas Griesa - confirmado por la Corte Suprema de Estados Unidos de América- que benefició a los fondos buitres y manifestamos el apoyo al gobierno argentino y a las acciones que el mismo está emprendiendo.

La reestructuración de la deuda pública argentina ha sido un logro en estos últimos años de gestión y posibilitó las condiciones para el desarrollo soberano y la concreción de políticas de inclusión social que fueron revirtiendo las consecuencias del modelo neoliberal: la Asignación Universal por hijo, las jubilaciones, los planes PROCREAR, PROGRESAR, Conectar Igualdad, la estatización de las AFJP, la recuperación de YPF. Los nuevos derechos conquistados han sido posibles por la actitud firme del Gobierno Argentino de saldar la deuda interna.

Así también, acompañamos al Gobierno Argentino, y a otros países del mundo, por establecer en el seno de las Naciones Unidas mecanismos que impidan a los fondos buitres doblegar la soberanía de los Estados.

Consideramos necesario que se agilicen y profundicen todos los mecanismos de la integración latinoamericana (MERCOSUR, UNASUR, CELAC, ALBA), en particular la puesta en funcionamiento del Banco del Sur y de una política financiera de carácter regional, que vaya generando condiciones para que situaciones como las que se han planteado sean resueltas en tribunales y marcos legales sostenidos por los países latinoamericanos.

Reconocemos los esfuerzos realizados por Argentina para solucionar las consecuencias económicas y sociales que se generaron tras la crisis del 2001, condenamos el accionar político de los buitres de afuera y de adentro y tenemos la firme convicción de que debemos profundizar el camino de la integración política, social, económica y cultural para consolidar una América Latina justa, libre y solidaria.

Reconocemos la legítima e imprescriptible soberanía argentina sobre las Islas Malvinas, Georgias del Sur, Sandwich del Sur y los espacios marítimos circundantes.

Valoramos la vocación argentina por el diálogo y la paz en el esfuerzo sostenido por recuperar la soberanía sobre las islas, respetando el modo de vida de sus habitantes y conforme al derecho internacional.

Advertimos y denunciemos la militarización e introducción de armas nucleares en el Atlántico Sur. Rechazamos la persistente actitud colonialista y militarista del Reino Unido.



Condenamos las acciones unilaterales e ilegítimas del Reino Unido en materia pesquera e hidrocarburíferas y su denuncia del potencial peligro de un desastre medioambiental.

Hacemos nuestro el compromiso asumido por los gobiernos y pueblos hermanos de América Latina y el Caribe de impedir el ingreso a sus puertos de barcos con la bandera ilegal de las Islas Malvinas. Reconocemos el apoyo de UNASUR, CELAC, MERCOSUR y ALBA.

Instamos al Reino Unido a cumplir con las resoluciones adoptadas por la Asamblea General de la ONU, ya que su negativa afecta la integridad territorial argentina. Consideramos que la negociación es innegociable.

Destacamos la disposición permanente del Gobierno Argentino para encontrar por la vía de la negociación una solución pacífica y definitiva a esta anacrónica situación colonial en suelo latinoamericano, en el marco de la Resolución 2065 de las Naciones Unidas, como así también la 1514 de diciembre de 1960, en donde se plantea poner fin al colonialismo en todas partes y en todas sus formas.

Apoyo a la salida al mar de Bolivia

El Foro de Sao Paulo, en el marco de la integración de la Patria Grande, espera una solución a la justa demanda boliviana de acceso soberano al mar, mediante el diálogo, que sea razonable, equitativa y duradera.

El Foro de Sao Paulo saluda el mensaje del Papa Francisco en relación a la mediterraneidad de Bolivia y la justa demanda de este país, la cual debe, a través del diálogo franco y abierto, encontrar soluciones razonables, equitativas y duraderas. Es el diálogo el único mecanismo que va a resolver esta histórica demanda que limita los derechos de un pueblo a acceder al mar.

Solidaridad con el Gobierno de Dilma Rousseff

Los partidos y organizaciones políticas convocados a participar en el XXI Encuentro del Foro de Sao de Paulo en México nos pronunciamos solidariamente a favor de la gestión gubernamental de la mandataria brasileña Dilma Rousseff y ratificamos nuestro apoyo a las fuerzas de izquierda que tan merecidamente obtuvieron la victoria en las pasadas elecciones presidenciales, dando al PT su cuarto mandato consecutivo.

De todos es conocido el adverso y complejo escenario político y los intentos de desestabilización que ha tratado de crear la oposición derechista brasileña, así como la progresiva y brutal campaña mediática de la cual están siendo objeto, cuya finalidad es desgastar al gobierno y desmontar el profundo e inédito proceso de transformaciones sociales que inició el PT desde 2003, cuando Lula asumió el poder, para beneficiar a los sectores más pobres de la población.

Condenamos el complot en pleno desarrollo, patrocinado por la oligarquía neoliberal de esa nación que no acaba de aceptar las sucesivas derrotas electorales que han sufrido en los últimos años.

Depositamos nuestra confianza en que tanto Dilma, como el PT, serán capaces de emerger triunfantes de estos sistemáticos ataques y que las fuerzas de izquierda estén en capacidad de anular la feroz contraofensiva de la derecha.



Llamamos a todas las fuerzas progresistas y de izquierda de América Latina y el Caribe a acompañar a los trabajadores y el pueblo brasileño en su lucha por la defensa de la democracia, la inclusión social y la soberanía nacional, incluso apoyar las marchas del 20 de agosto que tendrán lugar en todo el país, convocadas por partidos de izquierda y movimientos sociales.

Necesidad de la Paz en Colombia.

Los partidos y organizaciones del Foro de Sao Paulo expresamos nuestro permanente apoyo al proceso de diálogos de paz de la hermana República de Colombia, desarrollado entre el Gobierno Nacional presidido por Juan Manuel Santos y las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo (FARC-EP), señalando nuestro anhelo de que continúe y culmine exitosamente.

Saludamos y felicitamos a las partes en diálogo por los preacuerdos alcanzados y los exhortamos a continuar avanzando en los puntos de la agenda pendientes por resolver, convencidos de que el resultado de este trabajo será el inicio de verdaderas transformaciones con equidad y democracia para el país y la región.

Continuamos brindando nuestro pleno respaldo al pueblo colombiano y a su urgente necesidad de alcanzar una solución política por la vía del diálogo al conflicto social y armado, así como reiteramos nuestro compromiso de acompañamiento solidario de todas las iniciativas y luchas sociales, que avanzan de forma efectiva en la construcción de una Colombia en paz con justicia social, democrática y soberana.

Declaramos de forma unánime nuestro compromiso con la vida y la democracia para superar los desastres de la guerra y la muerte, y continuamos poniendo todos nuestros esfuerzos en defender la paz como imperativo ético, América Latina como Zona de Paz según la definiera la Cumbre de CELAC de La Habana en 2014, como ideal de base de organizaciones como UNASUR y este Foro de Sao Paulo.

Resaltamos la necesidad de instaurar una mesa de diálogo efectiva con la insurgencia armada del Ejército de Liberación Nacional (ELN), como parte del proceso para alcanzar una paz estable y duradera, y reiteramos que varios gobiernos y organizaciones de Nuestra América se han ofrecido a colaborar para este fin, en la forma como sea requerido por el pueblo colombiano. De la misma manera pedimos se abra el diálogo entre el gobierno colombiano y el Ejército Popular de Liberación (EPL).

Saludamos a todas las organizaciones y luchas sociales que continúan trabajando cotidianamente por la paz con justicia social para Colombia. Destacamos las Cumbres internacionales de la Cultura y de la Poesía por la paz en Colombia, celebradas en Bogotá y Medellín, en los meses de abril y julio del año en curso.

Vemos con preocupación, y denunciamos internacionalmente, la continuidad de prácticas violatorias de los Derechos Humanos contra el pueblo colombiano ejercidas por las fuerzas de seguridad del Estado y el paramilitarismo, y exigimos del Estado colombiano plenas garantías y protección de las fuerzas democráticas y populares del país frente a la continuidad y agudización de las intimidaciones, judicializaciones, desapariciones y asesinatos, que continúan alarmando a la comunidad internacional que las repudia, y se han constituido en el principal obstáculo para alcanzar la paz.

Nos declaramos en estado de alerta permanente frente a la reciente arremetida de estigmatización, criminalización y judicialización del movimiento social y político, de la



prensa alternativa y de los y las defensoras de Derechos Humanos colombianos, y exigimos el respeto a la organización y protesta social, así como las plenas garantías frente a los procesos judiciales en curso.

Apoyamos el justo llamado a la movilización social en el mes de agosto, realizado por las más amplias organizaciones sociales y políticas del país, y exigimos plenas garantías de respeto de los Derechos Humanos para las mismas en el marco del derecho a la protesta y movilización social.

Reiteramos junto al pueblo colombiano que no será posible alcanzar una paz estable y duradera sin el desmonte efectivo de las estructuras paramilitares que continúan amenazando el país y la región, particularmente a la Revolución Bolivariana de Venezuela. Por lo anterior, exhortamos al Estado colombiano al desmonte y combate efectivo de dichas estructuras, como garantía básica para el ejercicio político y democrático y para el avance del proceso de paz. Solicitamos el reconocimiento y debido proceso para los varios miles de prisioneros y prisioneras políticos.

Respaldamos la declaración de los países garantes del proceso de paz, Noruega y Cuba, que atendiendo al clamor del pueblo colombiano realizaron un llamado urgente al cese al fuego bilateral inmediato, que permita continuar los avances de los diálogos y aumente la confianza de la sociedad colombiana y de las partes involucradas. Exhortamos a hacer extensiva dicha medida al conjunto de las insurgencias armadas en el país, como gesto inequívoco de paz. En este sentido, saludamos la incorporación del delegado de UNASUR en la verificación del proceso de des-escalamiento del conflicto y de cese al fuego bilateral.

Como parte integral del proceso de democratización del país, exigimos garantías políticas y humanitarias para las elecciones locales y departamentales de octubre de 2015, y nos ofrecemos a participar de una misión de observación y verificación electoral que acompañe dicho proceso.

Saludamos la creación de la Red de Parlamentarios por la Paz de Colombia, surgida del II Foro por la Paz de Colombia realizado recientemente en Uruguay, y nos comprometemos a que esta iniciativa crezca y se fortalezca por el bien de los pueblos de la región. Saludamos la iniciativa de un III Foro por la Paz de Colombia y el desarrollo en el mes de septiembre de un foro de experiencias internacionales de paz a desarrollarse en Colombia.

Conformaremos una comisión representativa de los movimientos y partidos de este Foro de Sao Paulo para entregar esta declaración y transmitir el apoyo a los diálogos a las delegaciones del Gobierno Colombiano y de la FARC-EP en la Habana.

Convocamos a la realización de un grupo de trabajo de este Foro de Sao Paulo en Bogotá durante este segundo semestre de 2015, que fortalezca y amplíe las iniciativas internacionales por la paz de Colombia.

Convocamos, en los marcos de las actividades del Grupo de Trabajo en Bogotá, a un seminario internacional sobre temas relativos a la Paz.

Nuestra América sigue esperanzada en el fin del conflicto social, político y armado en Colombia y espera de brazos abiertos a su pueblo para continuar recorriendo juntos la senda de cambios democráticos que continúa construyendo nuestra independencia y soberanía como región.

Persecución en Colombia



Los partidos y organizaciones políticas miembros del Foro de Sao Paulo, reunidos en su XXI Encuentro los días 29 de julio al 1 de agosto de 2015, en la ciudad de México DF, manifiestan su indignada preocupación frente a la nueva detención, sufrida el día de hoy en Bogotá, por el profesor MIGUEL ÁNGEL BELTRÁN, símbolo de la lucha por la libertad de pensamiento en las universidades colombianas.

Esta persecución tiene su origen en una ilegal complicidad llevada adelante por los ex presidentes Calderón de México y Uribe de Colombia, que permitió su captura y expulsión ilegal de México donde cursaba su post doctorado. El profesor Beltrán pasó dos años injustamente detenido hasta que el juzgado Cuarto Penal del Circuito especializado de Bogotá lo absolvió y ordenó su libertad inmediata. A pesar de este fallo, posteriormente la Procuraduría de Colombia ordena su destitución definitiva como docente de la Universidad Nacional de Colombia, por los mismos hechos que la justicia penal lo había declarado inocente. Tiempo después, el Tribunal Superior de Bogotá, en un fallo sin sustento jurídico probatorio y cargado de subjetividad, lo condenó a la máxima pena por rebelión, considerando que su producción intelectual fomentaba la subversión y el terrorismo en los centros universitarios.

Esta detención se suma a la ocurrida días atrás contra Ingrid Pinilla Espitia, Esmer Montilla Gutiérrez, José Samuel Rojas Mora y Ramiro Atehortúa, campesinos defensores de Derechos Humanos, integrantes de la Fundación por la Defensa de los Derechos Humanos y el DIH, del Oriente y Centro de Colombia -DHOC- y de la Marcha Patriótica, organización integrante de este Foro, a quienes se les acusa de rebelión por haber participado en el paro agrario de 2013. A esto se agrega la masiva captura de David Camilo Rodríguez, Jerson Yacumal, Herley Lamprea, Paola Salgado, Sergio Esteban Segura Guiza, Stefanny Romo, Víctor Orlando Ariza, Félix Mauricio Gutiérrez, Luis Daniel Jiménez, Liseth Johana Acosta, Jhon Fernando Acosta, Andrés Felipe Rodríguez y Daniel Eduardo Muñoz, integrantes y líderes de la organización social Congreso de los Pueblos, y reconocidos defensores de Derechos Humanos, ocurrida el mes pasado en la ciudad de Bogotá.

Preocupados por el necesario avance del proceso de paz que integre a todas las fuerzas insurgentes y permita un cese bilateral al fuego, declaramos nuestra sorpresa frente a hechos que, en la forma, son ajenos a las negociaciones de La Habana, pero que parecen negar la voluntad manifestada por el gobierno y la justicia colombiana de comenzar a transitar hacia la transformación de la realidad social y política colombiana, que implica desescalar el conflicto social y armado. Con una sociedad civil reprimida, perseguida y excluida de la capacidad de pensar y movilizarse, se agudizan los conflictos y se pierden confianzas de la comunidad internacional y de los propios pueblos.

Hacemos un llamado al gobierno colombiano para que, en coherencia con sus declaraciones de acabar con los lenguajes del odio, cese la criminalización del movimiento social y del pensamiento crítico, se revisen estos y otros casos similares, como parte de un proceso de construcción de una paz estable y duradera, que contará con nuestro incondicional apoyo.

Costa Rica

El Foro de Sao Paulo respalda la lucha de los sectores políticos y sociales progresistas de Costa Rica contra la ofensiva neoliberal que procura imponer el aumento de la participación privada en la generación eléctrica, la eliminación de los derechos laborales de las personas



trabajadoras de los sectores público y privado y evitar una salida justa a los problemas de la recaudación tributaria y el déficit fiscal.

El Foro de Sao Paulo saluda la suscripción del acuerdo conocido como “Agenda Patriótica para el Bien Común” por parte de la Coalición Sindical Latinoamericanista Patria Justa, el Partido Acción Ciudadana y el Partido Frente Amplio, como un espacio de convergencia que alienta la resistencia frente a la ofensiva neoliberal, impulsada por los poderes fácticos mediáticos y empresariales, así como por la llamada Alianza Nacional Opositora (ANO), encabezada en el parlamento por el hoy conservador Partido Liberación Nacional (PLN).

El Foro de Sao Paulo tomó nota de las recientes movilizaciones sociales alentadas por el Frente Interno de Trabajadores del Instituto Costarricense de Electricidad (FIT-ICE) y de la Coordinadora de Movilización Unitaria Nacional (COMUN), como expresiones de la voluntad popular de resistir en las calles las políticas que favorecen a “los de arriba”, las transnacionales y a los grandes capitalistas, en detrimento de las mayorías populares, “los de abajo”.

El Foro de Sao Paulo reconoce los esfuerzos del Partido Frente Amplio en procura de acuerdos con el Bloque Unitario Social y Sindical Costarricense (BUSSCO), así como con sectores sociales de productores y ambientalistas, con el fin de ampliar el frente de lucha anti neoliberal.

El Foro de Sao Paulo respalda la política unitaria del Partido Frente Amplio de cara a las elecciones municipales de 2016 que procura alianzas y coaliciones con sectores sociales y políticos del arco progresista, en procura de llevar la decencia, la eficiencia y la participación de la gente a los poderes locales.

Solidaridad y apoyo a la Revolución Cubana

Los participantes en el XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo, efectuado en México DF entre los días comprendidos entre el 29 de julio y el 1 de agosto de 2015, reafirmamos nuestro apoyo al proceso de implementación de los “Lineamientos para la Política Económica y Social del Partido y la Revolución”, que lleva adelante el Partido Comunista de Cuba junto a su pueblo, con el objetivo de actualizar el modelo económico cubano y garantizar la continuidad e irreversibilidad del “socialismo próspero y sostenible”, el desarrollo económico del país y la elevación del nivel de vida de la población.

La dirección del Partido, en intercambio permanente con el pueblo, analiza sistemáticamente las medidas a adoptar para preservar las conquistas revolucionarias y realizar los cambios que produzcan las transformaciones económicas y sociales necesarias. Deseamos los mayores éxitos en el VII Congreso del Partido Comunista de Cuba, que se realizará en abril del próximo año, con la confianza de que constituirá un nuevo paso en la consolidación de la Revolución Cubana.

Expresamos nuestra más profunda satisfacción por el regreso a su patria el pasado 17 de diciembre de 2014 de los tres Héroes antiterroristas cubanos, que aún permanecían injustamente encarcelados en Estados Unidos por más de 16 años. El Foro de Sao Paulo mantuvo una firme posición de respaldo a la lucha librada por el pueblo cubano por su liberación.

Valoramos positivamente el significado del restablecimiento de relaciones diplomáticas entre Estados Unidos de América y Cuba, resultado de la firme resistencia del pueblo cubano y de la solidaridad internacional, particularmente de América Latina y el Caribe, que dejó



sólo al Gobierno Estadounidense en su política de aislamiento contra ese hermano país, y saludamos la disposición expresada por ambos gobiernos de avanzar en un largo y complejo proceso que podría conducir a la completa normalización de las relaciones entre estos dos países.

Condenamos el bloqueo económico, financiero y comercial de EUA contra Cuba, que tanto daño y privaciones ocasiona al pueblo cubano. Reiteramos la urgencia de que se levante, sin condiciones, este genocida bloqueo impuesto hace más de cincuenta y cinco años, mediante el cual el imperialismo ha pretendido en vano resquebrajar la irrenunciable decisión del pueblo de Cuba de defender su derecho a construir soberanamente su presente y futuro. A su vez, reclamamos la devolución del territorio ocupado ilegalmente en Guantánamo por una base militar estadounidense.

Apoyamos firmemente la invariable posición cubana de que solo la eliminación del bloqueo, la devolución del mencionado territorio en Guantánamo y el respeto a la soberanía de Cuba permitirán avanzar hacia la referida normalización de las relaciones. En este último sentido, tendrán igualmente entonces que desaparecer las transmisiones radiales y televisivas que se originan contra Cuba desde EUA, el apoyo oficial del gobierno estadounidense a acciones de subversión política contra la isla, así como habrá que indemnizar a ese hermano país por los daños causados como consecuencia de la política de hostilidad y agresiones durante más de 55 años.

Solidaridad con el Gobierno de Rafael Correa y la Revolución Ciudadana.

Los partidos y organizaciones políticas convocados a participar en el XXI Encuentro del Foro de Sao de Paulo en México reiteramos nuestro apoyo solidario al Gobierno de Rafael Correa en el Ecuador y al proceso de la Revolución Ciudadana.

Las valientes y justas medidas dirigidas a una mejor distribución de la riqueza en el país, propuestas recientemente por el Gobierno Ecuatoriano, han sido utilizadas como pretexto de la oligarquía local y la derecha ecuatoriana para arremeter contra el gobierno constitucional de este país, exigiendo la salida expedita del presidente Correa, desconociendo las elecciones presidenciales del 2013.

Los métodos movilizativos, la beligerancia y violencia de los convocados por la derecha a las manifestaciones y el singular papel desestabilizador de los grandes medios de comunicación monopólicos, entre otros factores, reflejan claramente que la Revolución Ciudadana enfrenta un proceso destituyente que procura entronizar el caos y la ingobernabilidad en el país, de allí su esencia anti democrática y anti popular.

Llamamos a todas las fuerzas progresistas y de izquierda de este continente y del mundo a denunciar y condenar este golpe de estado encubierto de parte de los sectores más retrógrados de la sociedad ecuatoriana. Alertamos que no actúan solos y que coinciden en comunión de interés con los propios del imperialismo estadounidense, enfrascado en hacer fracasar el promisorio proceso de integración de Nuestra América que tiene en el presidente Correa, justamente ahora al frente de la CELAC, a uno de sus más entusiastas protagonistas e impulsores.

Estamos seguros que el pueblo ecuatoriano, el Frente Unidos, el Movimiento País y las demás fuerzas políticas y sociales que impulsan la Revolución Ciudadana sabrán enfrentar y neutralizar estos planes de sus adversarios. Compañeras y compañeros ecuatorianos: ¡Cuenten toda nuestra decidida e inaudible solidaridad!



Guatemala

Los partidos reunidos en el XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo:

Considerando que la lucha política y social que los pueblos indígenas, los movimientos sociales y las fuerzas políticas de la izquierda guatemalteca están desarrollando desde el 26 de abril del presente año, con masivas manifestaciones en áreas urbanas y rurales, en las que cientos de miles de personas de distintas clases sociales están expresando su rechazo a un sistema político carente de legitimidad y caracterizado por la corrupción generalizada, en los más altos niveles de los tres Organismos del Estado.

Considerando que se han incrementado la persecución de los liderazgos sociales y de los pueblos indígenas, criminalizando las protestas y justas demandas de la población del país y sus organizaciones que luchan en defensa de los territorios y exigen transformaciones en el sistema de dominación.

Considerando que las fuerzas sociales y políticas de Guatemala están demandando en las calles la transformación a fondo de las instituciones de los organismos Ejecutivo, Legislativo y Judicial, que se sintetizan en la exigencia de construir un nuevo Estado, verdaderamente democrático, incluyente y representativo de la realidad multinacional del país y con capacidad de trabajar en búsqueda del bienestar y vida digna de toda la población, sin discriminaciones ni exclusiones.

Considerando que estas masivas manifestaciones ya han alcanzado importantes logros, tales como el inicio del proceso de antejuicio y posterior renuncia de la Vicepresidente de la República, de cinco Ministros de Estado y varios Viceministros y Secretarios de diversas instituciones, así como la autorización de la Corte Suprema de Justicia y la Corte de Constitucionalidad para el inicio de antejuicio del Presidente de la República por su responsabilidad de los graves hechos delictivos que han evidenciado la Comisión Internacional Contra la Impunidad en Guatemala -CICIG- y el Ministerio Público.

Considerando que, con el apoyo del Tribunal Supremo Electoral, las fuerzas políticas de la izquierda, los pueblos indígenas y los movimiento sociales están exigiendo la reforma urgente e integral de la Ley Electoral y de Partidos Políticos y su inmediata puesta en vigencia, como paso previo a que se desarrolle el proceso electoral programado para el próximo 6 de septiembre.

Por tanto, las fuerzas políticas y sociales del Foro de Sao Paulo, reunidas en su XXI Encuentro en la Ciudad de México, los días 29 de julio al 1 de agosto de 2015, resuelven expresar su irrestricto apoyo y solidaridad a la lucha que está impulsando el pueblo de Guatemala y los partidos miembros del Foro de Sao Paulo, y les desea los mayores éxitos en la próxima contienda electoral, por la construcción de un sistema verdaderamente democrático en el país.

Al mismo tiempo, llamamos a las fuerzas políticas y sociales de la izquierda latinoamericana y caribeña a mantenerse atentas a la situación de grave crisis que se vive en el país hermano de Guatemala, y respaldar permanentemente las demandas por la liberación de los prisioneros políticos y las luchas de las fuerzas sociales y políticas por construir un país más justo.

Saludo al 36 Aniversario de la Revolución Popular Sandinista



El XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo saluda a la Revolución Popular Sandinista en el 36 Aniversario de su triunfo, el 19 de julio de 1979, alcanzando grandes logros en beneficio de los sectores populares y de la nación nicaragüense, tanto en su primera etapa durante los años ochenta como en su segunda etapa, que transcurre actualmente desde el retorno del Sandinismo al poder en 2007, aportando significativamente al avance de las fuerzas revolucionarias en América Latina y el Caribe.

Nos llena de júbilo la consolidación de los cambios revolucionarios en Nicaragua con la conducción política del Frente Sandinista de Liberación Nacional en el gobierno y con el liderazgo del Comandante Daniel Ortega Saavedra, Presidente de Nicaragua, lo cual se expresa en la drástica reducción de la desigualdad social y de la pobreza, en la democratización de la economía, en la instauración de un modelo político con protagonismo de las familias y los ciudadanos, en la equidad de género, en la protección de la Madre Tierra y en la restauración de derechos del pueblo nicaragüense, todo lo cual explica el gran respaldo popular con que cuenta el sandinismo.

¡Viva la Revolución Popular Sandinista!

Solidaridad con el profesor y rondero campesino Gregorio Santos Guerrero, presidente reelecto del Gobierno Regional de Cajamarca y del Movimiento de Afirmación Social (MAS)

Quienes suscribimos, dirigentes políticos y populares de América Latina que asistimos al XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo que se realiza en la Ciudad de México, hemos sido informados que el compañero Gregorio Santos Guerrero sigue en prisión preventiva desde el 25 de junio del 2014, por mandato del Poder Judicial ordenado por el Gobierno del Perú y de la minera transnacional Yanacocha, de la cual el Banco Mundial es accionista.

El señor Santos Guerrero, en su condición de Presidente del Gobierno Regional de Cajamarca, lideró la lucha de su pueblo contra el proyecto minero Conga, propiedad de la minera Yanacocha, por atentar y poner en grave peligro la calidad del agua y en defensa del medio ambiente, logrando paralizar tal proyecto por su inviabilidad socio-ambiental.

Asimismo tenemos conocimiento que la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) ha otorgado la Medida Cautelar N° 530-14 a Gregorio Santos, que ha sido adoptada al haber evaluado que su vida e integridad corre riesgo grave, urgente e irreparable por las condiciones de carcelería en la que se encuentra y ha dispuesto que el Estado peruano adopte las medidas necesarias para garantizar que las condiciones de detención sean adecuadas conforme a los estándares internacionales.

Por estas consideraciones solicitamos a las autoridades peruanas, en particular al Ministerio Público y al Poder Judicial, la libertad inmediata del compañero Gregorio Santos Guerrero, a fin de que el proceso que afronta se desarrolle en estricta observancia al Estado de Derecho, es decir, garantizando el debido proceso.

Solidaridad con la causa independentista de Puerto Rico y la excarcelación del prisionero político Oscar López Rivera

Los partidos políticos y organizaciones miembros del Foro de Sao Paulo y otros, reunidos en México los días 29 de julio al 1 de agosto del 2015, nos pronunciamos en solidaridad con el



pueblo puertorriqueño, sometido al dominio colonial de Estados Unidos de América por 118 años, condición que le impide la toma de decisiones de manera soberana, para atender las urgentes necesidades económicas y sociales que lo agobia.

Respaldamos los acuerdos de las Cumbres de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC), que reconoce a Puerto Rico como una nación latinoamericana y caribeña, con su propia e inconfundible identidad nacional y su derecho inalienable a la autodeterminación y la independencia.

Ratificamos lo expresado sobre la causa independentista puertorriqueña en la Cumbre de los Pueblos y en la VII Cumbre de las Américas realizada en Panamá, en la reciente Cumbre celebrada en Bélgica, así como en otros foros internacionales.

Apoyamos las Resoluciones adoptada por el Comité Especial de Descolonización de las Naciones Unidas, en las cuales se reclama el derecho de Puerto Rico a su libre determinación e independencia, destacando que en los últimos 16 años esta Resolución ha sido adoptada por consenso en el Comité de Descolonización de la ONU.

Demandamos al Gobierno de EUA a completar la devolución de todas las tierras ocupadas en Puerto Rico y las instalaciones de Vieques y Ceiba, así como la descontaminación de dichos territorios.

Condenamos la injusta encarcelación de Oscar López Rivera, de 72 años de edad, que cumple prisión desde hace más de 34 años en cárceles estadounidenses, donde ha soportado 12 años de confinamiento en solitario y severas restricciones para la comunicación con sus familiares

Exigimos al Gobierno de EUA la inmediata e incondicional liberación del preso político por más tiempo encarcelado en Nuestra América, quien ha sacrificado toda su vida por la independencia de Puerto Rico, nación que representa intachablemente.

El XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo se pronuncia contra toda forma de colonialismo en nuestra América Latina y El Caribe. Puerto Rico y los Territorios No Autónomos (Anguila, Bermuda, Islas Caimán, Islas Malvinas, que son argentinas, Islas Turcas y Caicos, Islas Vírgenes Británicas, Islas Vírgenes de EUA, Monserrat y Santa Elena) son naciones que tienen el inalienable derecho a su autodeterminación e independencia, en este año en que se cumple el quincuagésimo quinto aniversario de la Declaración sobre la concesión de la independencia a los países y pueblos coloniales, así como el punto medio del Tercer Decenio Internacional para la Eliminación del Colonialismo.

50 Aniversario de la gesta constitucionalista dominicana de abril de 1965

Al conmemorarse el 50 aniversario de la Revolución Constitucionalista de Abril de 1965 y la heroica resistencia a la Segunda Intervención Militar Estadounidense liderada por el Coronel Francisco Alberto Caamaño Deñó, en reclamo de la restitución del gobierno legítimo del profesor Juan Bosch y la Constitución del 63, el XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo saluda y acompaña las distintas actividades conmemorativas llevadas a cabo por los partidos dominicanos, miembros del Foro de Sao Paulo, la sociedad civil y el gobierno encabezado por el presidente Danilo Medina en homenaje de recordación a esa gloriosa hazaña del pueblo dominicano que se prepara a rendirle homenaje a los valientes combatientes que, como Gregorio Urbano Gilbert, enfrentaron en 1916 la Primera Intervención Militar Estadounidense a la República Dominicana.



Solidaridad con la Revolución Bolivariana de Venezuela y el Gobierno Revolucionario de Nicolás Maduro Moros

El desarrollo de los procesos políticos y sociales de la América Latina y el Caribe, en el contexto del siglo XXI, ha devenido en la reafirmación del principio humanístico de la paz, concretado en la II Cumbre de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) realizada en La Habana, Cuba, en enero de 2014 y en la cual se declaró que la Patria Grande latinoamericana y caribeña es una Zona de Paz.

De igual manera y con rigor histórico, hemos estado avanzando como nunca antes, en nuestra vida como Repúblicas, en el proceso de integración y unión, dotándonos de instancias propias de encuentro y unión política de pueblos y Gobiernos, como Petrocaribe, ALBA, UNASUR y CELAC.

La reciente Cumbre de Las Américas testimonió el avance logrado por nuestros pueblos frente a la injerencia del imperialismo estadounidense, al mostrar unidad férrea en defensa de Venezuela y el apoyo a la República de Cuba en su lucha contra el bloqueo inhumano.

En este contexto, el XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo declara:

1. Acompañar la Diplomacia de Paz que adelanta el Estado venezolano para que en el marco del diálogo civilizado se busque una solución pacífica, aceptada por ambas partes, a la controversia territorial entre la República Bolivariana de Venezuela y la República Cooperativa de Guyana.
2. Rechazamos de manera categórica que factores económicos transnacionales petroleros, como la EXXON MOBIL, en función de sus intereses corporativos generen tensiones políticas entre pueblos hermanos que están obligados a resolver sus controversias preservando la Paz, Unión y la Integración de nuestra región.

Derecho a decidir de Cataluña

Los partidos políticos participantes en el XXI Encuentro del Foro de São Paulo, reunidos del 29 de julio al 1 de agosto en la Ciudad de México, ante el proceso radicalmente democrático que ha iniciado el pueblo de Cataluña con el objetivo de decidir su futuro político a través de las urnas

Resuelven:

El Foro de São Paulo reconoce y apoya el derecho de autodeterminación de los pueblos y, por su mismo carácter internacionalista, apoya todos los procesos de emancipación nacional que se expresan de manera pacífica y democrática.

Dado que el gobierno de España se niega a reconocer el derecho a decidir del pueblo catalán, y dado que ha declarado inconstitucional el proceso participativo realizado el 9 de noviembre de 2014 en Catalunya que contó con el apoyo del Foro de São Paulo en su XX Encuentro, reconocemos que las elecciones catalanas previstas para el 27 de septiembre de 2015 tendrán un carácter excepcional y constituyente.

El XXI Encuentro del Foro de São Paulo insta al Estado español a que reconozca el resultado de las elecciones del 27 de septiembre y que se establezca un diálogo entre las instituciones del Estado español y las instituciones catalanas emanadas de los respectivos procesos



electorales, con el fin de encontrar las condiciones que garanticen el ejercicio democrático del derecho a decidir del pueblo catalán.

Denunciando la represión en el Estado Español

Desde el Foro de Sao Paulo queremos denunciar el proceso de recorte de libertades y la escalada de represión en el Estado español, cuya finalidad es neutralizar el ascenso de los movimientos populares a favor de la justicia social y el cambio político. La nueva Ley de Seguridad Ciudadana, conocida mayoritariamente como Ley Mordaza, la reforma del Código Penal y otras normas jurídicas que reintroducen de facto la cadena perpetua, asociado a una línea de utilización claramente abusiva de las unidades especiales de intervención policial, son expresión de este clima que señalamos.

Desde mayo de 2011 y sólo en la Comunidad de Madrid, 665 personas han sido detenidas, y 1.032 han sido sancionadas (por una cuantía de al menos 340.200€) exclusivamente por ser activistas sociales.

A ello se suman numerosos juicios con petición de condenas de cárcel por motivaciones sociales o políticas, algunos ya realizados, como el caso de Alfonso Ortega, que cumple 4 años de prisión en la cárcel de Soto del Real por participar en la huelga general de 2012; y otros pendientes de celebración, como es el que afecta a Doris Benegas, Luis Ocampo y Áurea, pertenecientes a la Coordinadora 25S (Rodea el Congreso) y en el caso de los dos primeros asistentes habituales al Foro de Sao Paulo, desde el año 2001 en La Habana, como representantes de Izquierda Castellana. Se da la circunstancia de que Doris Benegas, nacida en Caracas, tiene además nacionalidad venezolana. Estos compañeros se enfrentan a una petición de un total de 4 años y medio de cárcel, en un procedimiento repleto de irregularidades, en el que no se han aceptado las pruebas que aportan ni tan siquiera se les ha tomado testimonio. Es por ello que denunciamos esta situación y exigimos la celebración de juicios justos.

Palestina

El XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo, habida cuenta de que el 29 de noviembre de 2012 la Asamblea General de Naciones Unidas adoptó la Resolución 67/19 (proyecto de Resolución A/67/L.28), mediante la cual concedió a Palestina la condición de "Estado observador no miembro" de dicha organización, reafirmando el derecho inalienable del pueblo palestino a su propio territorio bajo las fronteras definidas antes de la guerra de 1967;

Que aun cuando esta Resolución no implica la admisión de Palestina como miembro pleno de la organización, en tanto que se requiere -indispensablemente- de la aprobación consensuada del Consejo de Seguridad en el cual Estados Unidos de América se opone hasta esta fecha, pese a que la mayoría de los países miembros de la ONU se han pronunciado porque Palestina sea miembro de pleno derecho, sobre la base del estatus que la propia ONU le confirió en el año de 1988;

Que a la fecha y pese a las innumerables Resoluciones de las Naciones Unidas a favor de la Paz y la seguridad en Palestina y contra la constante y sistemática violación de los derechos de la Nación palestina por parte de Israel y reconociendo que el 29 de noviembre de cada año las Naciones Unidas reconocen ese día como la fecha para celebrar el Día Internacional



de Solidaridad con el Pueblo Palestino, en conmemoración que un 29 de noviembre del año 1947 la Asamblea Aprobó la Resolución 181, mediante la cual proclamó la partición de Palestina en dos Estados, uno judío, el Estado de Israel creado en 1948, y otro árabe-palestino, que hasta la fecha no se ha podido crear y que, en un acto de justicia, reconocieron el error que cometieron en ese año de 1947, estableciendo dicho Día Internacional de Solidaridad con el Pueblo Palestino;

Que pese a que Palestina es la nación en la cual ha recaído el mayor número de Resoluciones de la ONU demandando a su vez que Israel se abstenga de seguir con los actos de provocación y boicot a las muestras internacionales de solidaridad con el pueblo de Palestina, así como el que Israel continúa recrudesciendo la acción violenta con superioridad técnica y militar, reprimiendo brutalmente a la población civil palestina, causando no sólo estragos y daños materiales, sino múltiples personas heridas y otras tantas fallecidas;

Que en junio de 2015 se cumplió el primer aniversario de la masacre de Gaza y que tales actos cometidos por Israel constituyen un real obstáculo para el proceso de paz en el Oriente Medio, acción totalmente contraria al Derecho Internacional;

Que mientras Israel continúe con su política de agresión en contra de la Nación palestina no habrá las condiciones para una paz duradera, la que indiscutiblemente inicia con la decisión israelí de respeto al Estado palestino y de un firme apoyo internacional a la parte palestina para que logre una autonomía política, económica y social que haga viable su propio Estado;

El XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo resuelve:

- Refrendar su indeclinable solidaridad con la Nación palestina y rechazar que prevalezca el boicot y la negativa de Israel, no sólo a cumplir con las Resoluciones emitidas por las Naciones Unidas, sino que no ceje en ser un real obstáculo para el proceso de paz en el Oriente Medio.

- Nos pronunciamos porque Israel pare la acción violenta con superioridad técnica y militar, que le ha llevado a reprimir brutalmente a la población civil palestina.

- Convocamos a realizar el mayor esfuerzo de la comunidad internacional, que debe ser enfático y de mayor contundencia, haciendo hincapié en reiterar el llamamiento a los pueblos del mundo y al propio Consejo de Seguridad de la ONU para detener la acción de Israel, al tiempo que demandar que se respeten los Derechos Humanos plenos, la paz y la seguridad del pueblo palestino, que tiene el derecho inalienable a ser un Estado de democracia y paz, sin la constante agresión israelí.

República Saharaui

Los partidos y movimientos progresistas de izquierda, miembros e invitados participantes en el XXI Encuentro del Foro de São Paulo, reunidos en México, y para finalizar con la última lucha de descolonización que se libra en territorio africano en pleno siglo XXI.

Recordando que todas las Organizaciones Internacionales reconocen el derecho del Pueblo Saharaui a la autodeterminación e independencia, que la Corte Internacional de Justicia, en su dictamen de 1975, desestimó la existencia de vínculos de soberanía entre el Reino de Marruecos y el Sahara Occidental, y que no había razón para no aplicar la Resolución 1514 (XV) de la Asamblea General de la ONU y descolonizar ese territorio

Resolvemos:



Confirmar nuestro respaldo a la autodeterminación e independencia plena del Sahara Occidental y el cumplimiento del Referéndum planificado por la ONU y la Unidad Africana y rechazar la ocupación ilegal del Sahara Occidental por parte del Reino de Marruecos.

Ante el bloqueo sistemático del derecho saharauí a la autodeterminación por parte de Marruecos, hacemos un llamamiento a todos los participantes para impulsar en sus gobiernos y partidos movilizaciones con el fin de hacer una presión sobre el Consejo de Seguridad que lleve a la aplicación de éste sagrado principio internacional a los saharauis.

Llamamos a las naciones y gobiernos de Latinoamérica y el Caribe, que aún no lo han hecho, a reconocer a la República Árabe Saharaui Democrática (RASD) para contribuir a garantizar el Referéndum de autodeterminación, contribuyendo a una descolonización e independencia completa del pueblo saharauí.

Ante la grave y sistemática violación a los Derechos Humanos de la población saharauí en los territorios ocupados, exigir que la ONU adopte sanciones en contra de Marruecos para obtener y garantizar la liberación de todos los presos políticos saharauis, el esclarecimiento del paradero de los desaparecidos y el cese de todo acto arbitrario y represivo en contra de la población civil.

Así mismo, demandamos que la MINURSO incorpore entre sus atribuciones el supervisar e informar sobre los derechos humanos en el Sahara Occidental ocupado.

Solidaridad con los delegados e invitados que han visto impedida su participación en el XXI Encuentro por las autoridades mexicanas

El Foro de Sao Paulo, ante los hechos que imposibilitaron la presencia de Leonida Zurita Vargas, Secretaria de Relaciones Internacionales del MAS-IPS de Bolivia, y los invitados Asier Altuna, representante de Sortu para América Latina, y Floren Aoiz, director de la Fundación Iratzar, entre otros delegados e invitados al XXI Encuentro, manifestamos nuestra preocupación y solidaridad con las y los compañeros.

Para cuantos participamos de la construcción de alternativas de justicia social y de soberanía para las naciones, el Foro de Sao Paulo es una referencia imprescindible. Esta nueva reunión del Foro ha atraído a representantes de diversas latitudes que guardan estrechas relaciones con los movimientos políticos que participan de las diferentes luchas y experiencias de emancipación americanas. En este sentido, garantizar la asistencia de delegados e invitados llegados desde más de una veintena de países de América Latina y el Caribe y de otras partes del mundo es una condición imprescindible para su funcionamiento.

Sin embargo, diversas acciones imposibilitaron que los delegados antes mencionados pudieran participar de este XXI Encuentro.

El Foro de Sao Paulo repulsa la actuación de las autoridades mexicanas ante este atropello injustificado a los delegados e invitados y al normal funcionamiento de la libertad y movilidad de tránsito.

Finalmente, el Foro de Sao Paulo se solidariza con todas las personas delegadas o invitadas que han visto impedida su participación en el XXI encuentro del FSP.

Apoyo de la delegación de Izquierda Europea al XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo



En el marco del XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo que se llevó a cabo en la Ciudad de México entre el 28 de julio y el primero de agosto 2015, los partidos del Partido de la Izquierda Europea saludaron el Encuentro de México y definieron un calendario con las posibles iniciativas comunes que se llevarán a cabo durante los meses próximos.

El PIE y el FSP reafirman su interés y su determinación en favor de una relación fuerte fundada en la búsqueda de convergencias y en la definición de acciones comunes que consoliden la unidad de las fuerzas de la izquierda y favorezcan el acercamiento entre los pueblos de Europa y de América latina y el Caribe.

El FSP y el PIE, constatan que los efectos de la crisis del capitalismo europeo y estadounidense ha repercutido en las economías latino-americanas y caribeñas creando obstáculos nuevos para la implementación de políticas de progreso social, solidaridad, igualdad y justicia, así como de desarrollo. La movilización convergente de las fuerzas de la izquierda socio política es necesaria para enfrentar las políticas neo-liberales actuales de austeridad y contra las estrategias que pretenden extender el dominio de las transnacionales y del capital financiero.

El FSP y el PIE declaran su solidaridad sin paliativos hacia las fuerzas de la izquierda de América latina y el Caribe que enfrentan una nueva ofensiva de las fuerzas del pasado que pretenden acabar con las experiencias de transformación en curso y permitir el retorno de gobiernos anti-populares. Expresamos nuestro apoyo a los pueblos de Brasil, de Ecuador y de Venezuela entre otros que se movilizan para detener las tentativas golpistas y los proyectos de desestabilización.

El FSP y el PIE desean expresar su solidaridad hacia las víctimas de los crímenes de las transnacionales que, como en Ecuador, luchan para obtener reparación de la parte de la compañía Chevron-Texaco culpable de una de las más importantes catástrofes medio-ambientales ocurridas en la historia.

Declaramos nuestro apoyo hacia el pueblo de Argentina que está tomando medidas que le permitirán hacer frente a la ofensiva del capital financiero y de los "Fondos buitres".

Apoyamos las iniciativas, como la que ha presentado el Ecuador en el marco de la ONU, en favor de la implementación de mecanismos de seguimiento que obliguen a las compañías transnacionales a respetar los derechos humanos y que permitan sancionarlas en caso de violación de estos derechos. Apoyamos igualmente las iniciativas, como la que defiende Argentina que permitirán de crear un marco de regulación de las deudas soberanas.

El FSP y el PIE se felicitan por las últimas evoluciones en las relaciones entre Cuba y los Estados-Unidos que han decidido el restablecimiento de sus relaciones diplomáticas. Se trata de un hecho histórico que ha sido posible tras años de resistencia y de sacrificios de la parte del pueblo cubano y refleja también la nueva situación creada por el avance de las fuerzas progresistas de la región y la consolidación de una nueva integración regional.

Esta normalización será completa y duradera si se basa en el respeto y la no injerencia y cuando el bloqueo financiero y económico comercial sea levantado así como la posición común de la UE, así Cuba podrá ejercer su soberanía en todo su territorio incluyendo Guantánamo. El FSP y el PIE seguirán aportando toda su solidaridad con el pueblo y la revolución cubana en esta nueva etapa que se abre.

De la misma manera, el FSP y el PIE siguen con interés el dialogo reanudado entre Cuba y la Unión Europea, diálogo que debe sustentarse en el respeto, el rechazo de toda injerencia en una relación de cooperación.

El FSP y el PIE siguen con atención el proceso de dialogo entre las Fuerzas armadas revolucionarias de Colombia (FARC) y el gobierno de Juan Manuel Santos que se está



llevando a cabo en La Habana. El FSP y el PIE aportan su apoyo a las fuerzas de la paz a quienes aseguran su disposición para participar en toda iniciativa susceptible de favorecer la causa de una paz justa y democrática, que permita la participación política con garantías y defiendan los Derechos humanos y aporte reparación a las víctimas.

El FSP y el PIE desean expresar su más decidida solidaridad con el pueblo argentino que defiende su derecho a ejercer su soberanía sobre los territorios de las Malvinas, Georgias del Sur y Sándwich. Rechazamos con determinación las actitudes neo-coloniales y arrogantes de la Gran Bretaña que viola el derecho internacional permitiendo la explotación de los recursos naturales área y refuerza su presencia militar en esta zona. La Gran Bretaña debe respetar las resoluciones de la ONU y debe aceptar retornar a la mesa de negociaciones.

Recordamos nuestro apego y compromiso hacia la aspiración de una América latina y Caribe, zona de paz, libre de la presencia de armas de destrucción masiva.

En el marco de la II Cumbre de Jefes de Estado y de gobierno de la Unión Europea y de la Comunidad de Estados Latino-americanos que se llevó a cabo en Bruselas los días 10 y 11 de junio, el FSP y el PIE organizaron un encuentro en el que expresaron proposiciones y líneas de trabajo que han sido resumidas en el documento común adoptado.

El FSP y el PIE consideran en dicho documento que la UE y los países de la CELAC deben convertirse en actores de una nueva relación fundada en la cooperación entre los pueblos y no en la competencia impuesta por las oligarquías, por las transnacionales y por el capital financiero y actuaran para construir una relación fundada en el dialogo y que ponga en el centro el desarrollo humano, la justicia social y la acción en favor de la paz y del desarme.

El encuentro de Bruselas fue un gran momento de solidaridad entre las fuerzas de la izquierda europea y latino-americana y caribeñas en el que fueron evocadas las luchas actuales de los pueblos de América latina y de Europa.

El FSP y el PIE se felicitan por el éxito de esta iniciativa que muestra la determinación común para crear espacios de trabajo, de convergencias y de cooperación política que puede dar más fuerza a las acciones y luchas políticas de nuestros pueblos.

En diferentes ocasiones, el PIE y el FSP han constatado que la actual Unión Europea es, en estos momentos, una expresión político – institucional de un bloque imperialista específicamente europeo y que los objetivos y funcionamiento de la UE están definidos al servicio de un poder oligárquico de raíz financiera, concentrado geográficamente en Alemania y norte de Europa, pero que en realidad abarca también al conjunto de poderes capitalistas del resto de países de la Unión.

La actuación de la UE estos los últimos años, tanto en su propia periferia occidental y meridional (Chipre, España, Grecia, Irlanda, Portugal, Italia) como en su esfera de influencia oriental en construcción (caso de Ucrania) muestra que las instituciones de la Unión se han convertido en una fuerza implacable al servicio de los intereses del núcleo capitalista transnacional e imperialista y de las burguesías nacionales, arruinando poblaciones, torciendo las voluntades democráticas y desestabilizando económica y políticamente todo país en el que atisbe cualquier resistencia.

De esta manera, el día 13 de julio, el gobierno griego aceptó, bajo las fuertes presiones del gobierno alemán Alemania y de sus aliados, de la Comisión Europea y del Eurogrupo, un pacto leonino, tras una dura lucha de cerca de seis meses. La amenaza de expulsión de Grecia de la Eurozona ha sido el arma de chantaje que se ha utilizado para una capitulación, que va a tener consecuencias sin duda difíciles para Grecia, negando de raíz la idea de una Europa unida y pacífica, solidaria e igualitaria por la que la mayoría social del continente ha



luchado durante muchas décadas. Numerosos partidos del Foro expresaron su solidaridad con el pueblo griego.

El acuerdo una vez más ataca al modelo económico abocando así al país a aceptar políticas de austericidio que amenazan su soberanía nacional.

El FSP y el PIE creemos que el desarrollo de la situación de crisis en Grecia lleva a asimilar una lección crucial: sólo se resiste al poder de la Unión Europea con la recuperación de una soberanía popular real, a través del control público de las palancas económicas básicas, entre las que se encuentran, entre otras, los mecanismos capaces de contrarrestar las acciones de guerra financiera contra los países.

Entendemos que Europa necesita una política de transformación económica, política y social profunda, que exige actuaciones al servicio de la mayoría social europea.

El FSP y el PIE entienden que avanzar hacia la consecución de una amplia alianza europea que confronte de forma unitaria sería un paso adelante. Las fuertes movilizaciones que se han conseguido en muchos puntos de Europa de apoyo a Grecia y a otras luchas nacionales, movilizaciones que hacía muchos años que no se daban y en la que mucha gente ha participado, no sólo por solidaridad sino por ver el peligro para sus propios países, demuestran que este espíritu empieza a calar.

Ante esta situación, el PIE y el FSP toman como ejemplo el mostrado por los pueblos de América Latina y el Caribe desarrollando un modelo de integración regional de carácter solidario y una arquitectura institucional horizontal, basándose en la unidad popular, el impulso de los procesos constituyentes y la recuperación de la soberanía popular, frente a las oligarquías locales, la estrategia neoliberal y el poder imperialista.

5. ENCUENTROS SIMULTÁNEOS

5.1. III Encuentro de Afro Descendientes

En la XXI Reunión del Foro de Sao Paulo se llevó a cabo el III Encuentro de Afrodescendientes en el que asistieron embajadores de Angola, Nigeria, el Príncipe de Camerún, la encargada de negocios de Cuba y la presencia de delegados de diferentes países que integran el Foro de Sao Paulo, en su mayoría de República Dominicana, Cuba, Brasil, Colombia entre otros.

En este encuentro contamos con importantes ponentes del más alto nivel como la escritora Marie Chantal Kalissa de Ruanda y el poeta y escritor Koulsy Lamko del Chad.

Nosotras y nosotros los afrodescendientes integrantes del Foro de Sao Paulo, reunidos en esta ocasión declaramos que:

1. Constatamos un despertar de la conciencia ideológica en todos nuestros países.
2. Nos comprometemos a impulsar las luchas comunitarias y de organismos sociales.
3. Afirmamos que las luchas de los afrodescendientes de América Latina no pueden disociarse de las de otros continentes.
4. Proponemos que los partidos de izquierda del Foro incluyan a los afrodescendientes en sus plataformas políticas y acciones afirmativas.
5. En México debemos impulsar el reconocimiento constitucional de los afrodescendientes.



6. La población afromexicana debe exigir que el gobierno mexicano cumpla con los compromisos internacionales con los cuales se ha comprometido.
7. Decidimos unirnos al Decenio Internacional de la Afrodescendencia proclamado por la ONU que tiene como lema “Reconocimiento Justicia y Desarrollo” 2015-2024.
8. Debe haber consulta a los afrodescendientes para la formulación de política pública.
9. Es necesario crear instituciones para atender a los afrodescendientes en toda América Latina para hacerlas más operativas.
10. Debe pugnarse en México por establecer reglas de operación diferentes, en los programas a favor de los afrodescendientes.
11. Debe insistirse por obtener mayor y mejor presupuesto público para los afrodescendientes.
12. Se debe impulsar la creación de universidades con identidad afrodescendiente en toda Latinoamérica y el Caribe.
13. Saludamos los avances en materia de Afrodescendientes y el reconocimiento que hay en las legislaciones locales y sus gobiernos estatales de Guerrero y Oaxaca.
14. Se estableció en la Ciudad de México el 18 de octubre como Día de los Afrodescendientes y se implementarán políticas públicas a favor de los mismos.
15. Es necesario construir una agenda integral de atención a los afrodescendientes en los países de América Latina y el Caribe.
16. EL XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo hace un llamado a los gobiernos de México, Latinoamérica y el Caribe, a establecer políticas públicas y acciones afirmativas a favor de los afrodescendientes y promover con el poder legislativo el reconocimiento constitucional de los afrodescendientes.

Teresa de Jesús Mojica Morga
Diputada Federal Afromexicana

Coordinadora del III Encuentro de Afrodescendientes
Foro de Sao Paulo

5.2. VII Encuentro de Juventudes

“Vamos Dibujando el Camino Hacia la Patria Grande”

DECLARACIÓN FINAL

Las juventudes del Foro São Paulo reunidos en el Séptimo Encuentro de Juventudes del Foro de São Paulo, “Vamos Dibujando el Camino Hacia la Patria Grande”, el 31 de julio en el Distrito Federal, de los Estados Unidos Mexicanos, en el marco del XXI Foro de São Paulo, hemos debatido y acordado acciones que nos permitan seguir luchando para construir una Latinoamérica y El caribe en libertad, con una sociedad justa, unida y soberana, donde la juventud protagoniza las transformaciones sociales, políticas y económica de nuestro continente y el mundo.

Estamos conscientes que la unidad desde la acción de nuestras organizaciones es una necesidad fundamental para seguir alcanzando nuevas victorias y que el antimperialismo es



nuestra fuerza para botar la estrategia capitalista, que por muchos años ha violentado los derechos humanos de nuestros pueblos a través de su modelo económico que prevalece, del que sólo brotan las peores calamidades para la especie humana tales como la miseria, hambre, destrucción del medio ambiente, individualismo, corrupción y desigualdad es incompatible con los intereses de la humanidad. Consideramos que el socialismo y su desarrollo son hoy más que nunca un proceso de unidad indisoluble, del proceso revolucionario necesario para conservar la especie humana y enterrar cualquier forma de explotación del hombre por el hombre.

Ningún obstáculo debe privarnos de trabajar por nuestra unidad, reconociendo y respetando nuestra diversidad, para hacer realidad los justos anhelos de la gran mayoría de los Pueblos de Nuestra América y para cumplir con el legado que nos dejaron nuestros próceres, héroes y mártires que ofrendaron su vida para guiarnos por el camino de alcanzar nuestra verdadera independencia. El reto continúa siendo, pasar de la palabra a los hechos siendo capaces de rebasar nuestras diferencias, promover la acción solidaria y ampliar la cooperación y la unidad de la juventud latinoamericana.

Nuestro guía es la lucha por seguir construyendo la Patria Grande, con una juventud consciente y protagónica hasta alcanzar una educación gratuita, de calidad donde se nos enseñe que el ser humano es el centro de nuestra formación y no el comercio global, por una cultura de conservación y protección de nuestro medio ambiente, por la distribución equitativa de la riqueza de nuestros pueblos.

Las y los jóvenes participantes del VII Encuentro de Juventudes del Foro de São Paulo, expresamos:

- Nuestra solidaridad y respaldo a la Revolución Bolivariana, al pueblo de Venezuela y a su Presidente Nicolás Maduro Moros quien, siguiendo el pensamiento y legado del Comandante Supremo Hugo Chávez, ha vivido el recrudecimiento de los ataques y amenazas de los sectores de la derecha nacional e internacional que, en alianza con el imperialismo, pretenden desestabilizar y truncar los grandes avances sociales, políticos y económicos alcanzados por el pueblo venezolano. En este sentido, declaramos:

- a) Rechazar la Orden Ejecutiva del Gobierno de los Estados Unidos de América, suscrita por el Presidente Barack Obama el pasado 9 de marzo de 2015, relativa a la pretensión unilateral de establecer sanciones en contra de Venezuela. En este sentido, nos sumamos a los esfuerzos desplegados en el marco de la campaña #ObamaDerogaElDecretoYa;
- b) Acompañar la Diplomacia de Paz que adelanta el Estado venezolano para que, en el marco del diálogo civilizado, se busque una solución pacífica, aceptada por ambas partes, a la controversia territorial entre la República Bolivariana de Venezuela y la República Cooperativa de Guyana. En este sentido, rechazamos las acciones hostiles y de agresión de las autoridades de Guyana que, al servicio de intereses imperiales, han realizado en contra del pueblo y gobierno de Venezuela;
- c) Rechazamos la feroz guerra económica, mediática y psicológica desatada por grupos de la derecha, que tiene como objetivo generar caos y malestar social;
- d) Alertamos y condenamos el asesinato de líderes juveniles revolucionarios, tales como el Diputado Joven Robert Serra, como estrategia de sectores derechistas de atemorizar la juventud, a efectos de desmovilizarla;



e) Saludamos las elecciones parlamentarias del 6 de diciembre de 2015, donde estamos seguros que la Revolución Bolivariana, se seguirá profundizando con el respaldo popular del pueblo.

- Saludamos el regreso de los héroes cubanos a su pueblo, así como el proceso de conversaciones entre el gobierno de Cuba y los Estados Unidos que se ha basado en el principio de respeto a la igualdad de las naciones, a la soberanía nacional y la no intromisión en los asuntos internos de los estados y apoyamos la justa decisión de Cuba de que para llegar a la normalización de las relaciones debe en primer lugar desaparecer el injusto bloqueo económico y financiero, cesar las políticas subversivas y ser de vuelta el territorio de la base naval de Guantánamo que pertenece por derecho propio al pueblo cubano.

- Nos solidarizamos con el PT de México quien ha sido uno de los partidos que se ha opuesto y votado en contra de las contrarreformas del gobierno actual y que hoy lucha en contra de un golpe político a la izquierda mexicana a través del Instituto Nacional Electoral en la desaparición de 37,000 votos lo que podría generar la pérdida del registro de este instituto político.

- Reiteramos nuestro respaldo al proceso de cambios que se viene produciendo en nuestra región encabezados por las fuerzas revolucionarias de izquierda y progresista que gobiernan en Argentina, Bolivia, Brasil, Cuba, Chile, Ecuador, El Salvador, Nicaragua, Paraguay, Uruguay y Venezuela.

- Reconocemos y respaldamos los esfuerzos de las fuerzas revolucionarias de izquierda y progresistas que en el resto de los países de América Latina, vienen haciendo tenaz oposición a gobiernos de corte neoliberal.

- Expresamos nuestro permanente apoyo al proceso de diálogos de paz de la hermana República de Colombia, desarrollado entre el Gobierno Nacional presidido por Juan Manuel Santos y las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP), por lo cual es urgente el cese bilateral del fuego y hostilidades como condición necesaria para generar un ambiente de confianza en el mismo. Resaltamos la necesidad de instaurar una mesa de diálogo efectiva con la insurgencia armada del Ejército de Liberación Nacional (ELN) y el Ejército Popular de Liberación EPL, como parte del proceso para alcanzar una paz estable y duradera.

- Rechazamos la persecución del Gobierno Colombiano, contra líderes sociales y populares, por medio de montajes judiciales, que contradice la voluntad real de Paz del establecimiento, exigimos la libertad de todos los presos políticos. Resaltamos la necesidad de profundizar las políticas sociales desarrolladas en el Gobierno Progresista, democrático y social de Bogotá, que anhelamos ampliar a más poderes locales y regionales de tipo popular y social con el fin de conseguir una Colombia Humana con justicia social.

- Respaldamos el legítimo derecho soberano sobre la “Cuestión Malvinas”, en el marco de los 50 años de la resolución de las Naciones Unidas que llama al dialogo para alcanzar una solución pacífica en el conflicto. Repudiamos la militarización del Atlántico Sur poniendo en riesgo la estabilidad pacífica del continente sudamericano por parte de Gran Bretaña.



- Rechazamos las intentonas desestabilizadoras que vive Ecuador, con la restauración conservadora, y con intereses imperialistas en la región. Apoyamos de manera decidida a el llamado al dialogo nacional que ha hecho el gobierno Ecuatoriano, pero sin caer en el juego de la oligarquía y de la derecha internacional. Vemos de buena manera la aglutinación de fuerzas de izquierdas y progresistas en el denominado FRENTE UNIDOS, como una mesa de concertación y de defensa y de la construcción constante del proceso Ecuatoriano.

- En el marco de la integración de la Patria Grande, saludamos y secundamos el mensaje del Papa Francisco respecto a la justa demanda boliviana, impulsada por el Presidente Evo Morales, de acceso soberano al mar, la cual debe ser resuelta mediante el diálogo abierto y franco, como la única posibilidad de llegar a una solución razonable, equitativa y duradera. Las relaciones bilaterales de nuestros países no pueden estar subsumidas a los intereses imperiales ni del pasado ni del presente, mismos que han enfrentado a nuestros pueblos.

- Solidarizamos con el impulso de reformas estructurales que promueve el gobierno de Michelle Bachelet y la coalición Nueva Mayoría, particularmente con la Reforma Educacional como demanda más sentida del movimiento estudiantil luego de las masivas movilizaciones del año 2011. Además saludamos la lucha del pueblo chileno y su juventud por una Nueva Constitución y la demanda de Asamblea Constituyente impulsada por las fuerzas de izquierda y progresistas de Chile.

- Manifestamos nuestra defensa incondicional a la democracia y denunciemos las maniobras golpistas por parte de la derecha brasileña en contra del gobierno legítimamente electo de Dilma Rouseff. Tras la cuarta victoria del pueblo y las fuerzas progresistas y de izquierda en las últimas elecciones del 2014 donde el pueblo brasileño eligió seguir el ciclo de cambios y avances iniciados con la elección de Lula en el año 2002 las fuerzas del conservadurismo han intensificado su agresión hacia este proceso. Rechazamos a las fuerzas conservadoras del país que imponen una agenda de ataques a la democracia y a las conquistas de los últimos años, por ejemplo la aprobación de la baja de imputabilidad penal, la constitución del financiamiento privado de las campañas electorales y la tercerización del trabajo por parte del parlamento. Defendemos la democracia como condición fundamental para la lucha por más avances.

- Manifestamos nuestra condena a los ataques hechos en contra del Instituto Lula. En la noche del día 30 de julio, una bomba explotó en frente al instituto presidido por el expresidente brasileño. Entendemos que esta es una acción que afronta la democracia y el respecto a las diferencias. Al atacar el principal líder popular del país golpean al pueblo brasileño que logro importantes conquistas con el liderazgo de Lula. Frente a eso manifestamos nuestra solidaridad al compañero Lula y al pueblo brasileño en su lucha en defensa de la democracia, contra el golpe y por el desarrollo del país.

- Condenamos todas las formas de colonialismo que han existido y persisten en nuestra región, y acompañamos la lucha del pueblo puertorriqueño por alcanzar su libertad y autodeterminación, con lo cual exigimos la independencia de Puerto Rico y la inmediata liberación de Óscar López Rivera.



- Respal damos la autodeterminación e independencia plena del Sahara Occidental y el cumplimiento del Referéndum planificado por la ONU y la Unidad Africana y rechazar la ocupación ilegal del Sahara Occidental por parte del Reino de Marruecos. Hacemos un llamamiento a todas las juventudes, a realizar movilizaciones con el fin de hacer una presión sobre el Consejo de Seguridad que lleve a la aplicación de este sagrado principio internacional a los saharauis.

- Nuestro apoyo al proceso de cambios que vive el pueblo salvadoreño, con el gobierno del Compañero Presidente Salvador Sánchez Cerén y rechazamos la campaña de desestabilización que impulsa la derecha, expresada mediante las fuerzas golpistas locales y extranjeras, con la injerencia de los Estados Unidos, en contra del gobierno del FMLN legítimamente electo, con la pretensión de revertir las transformaciones económicas y sociales alcanzados por el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional, en favor de las grandes mayorías marginadas y excluidas por el neoliberalismo. Saludamos al FMLN en la realización de su Primer Congreso Nacional a realizarse en noviembre 2015.

- Acompañamos las luchas sociales que están librando las juventudes y pueblos hermanos de Honduras, Guatemala y Costa Rica y condenamos las acciones violentas que desarrollan los gobiernos de estos países en contra de su pueblo.

- Saludamos al Frente Sandinista de Liberación Nacional y a su Juventud Sandinista, por el 36 aniversario del triunfo de la revolución el 19 de julio de 1979, llenándonos de júbilo la consolidación de los cambios revolucionarios en Nicaragua con la conducción política y liderazgo del Comandante Presidente Daniel Ortega Saavedra, lo cual se refleja en la reducción de la desigualdad social y la pobreza, en la democratización de la economía y en la instalación de un modelo político con protagonismo de la familia y los ciudadanos con equidad de género.

Convocamos al VIII Encuentro de las Juventudes del Foro de São Paulo, que se realizará el próximo año en San Salvador, El Salvador. En este sentido, solicitamos a todos los partidos miembros del Foro de São Paulo a que contribuyan con la participación de sus organizaciones juveniles en los espacios de juventud dentro del Foro, que permitan trabajar para asumir el rol de vanguardias, guiados por el ejemplo de nuestros héroes y mártires en su lucha por una Latinoamérica unida en su diversidad y un mundo mejor, que sólo será posible con la construcción del socialismo.

¡Viva la Unidad Latinoamericana y Caribeña!
¡Vivan la juventud revolucionaria!
¡Hasta la Victoria... Siempre!

Pronunciamiento del VII Encuentro de Jóvenes del Foro de São Paulo sobre la desaparición forzada de personas jóvenes en América Latina

Reunidas en la Ciudad de México el 31 de julio de 2015, las juventudes integrantes de los partidos políticos y movimientos sociales miembros del Foro de São Paulo llevamos a cabo



nuestro VII encuentro, en el cual discutimos y analizamos la situación general del reconocimiento, protección y garantía de los derechos humanos en América Latina.

En este marco manifestamos nuestra preocupación por la violación sistemática de las libertades fundamentales, potenciada por el ambiente generalizado de violencia asociado a las actividades del crimen organizado y las fallidas estrategias de seguridad para combatir al narcotráfico implementadas por los gobiernos conservadores y los proyectos neoliberales en la región.

Atención especial merece la persistencia de las desapariciones forzadas en América Latina, cuyas víctimas son, en su mayoría, personas jóvenes. En Colombia hay al menos 12,000 nombres en el Registro Nacional de Desaparecidos; en Perú se contabilizan 15,000 en el informe de la Comisión de la Verdad y Reconciliación (casi la totalidad, personas jóvenes, indígenas y pobres). México es el caso más alarmante al respecto, pues en 2006 -año en el que se declaró la fatídica “guerra contra las drogas”- la Comisión Nacional de Derechos Humanos registró una queja por desaparición forzada, seis años después recibió 2,443. La desaparición de 43 estudiantes de la Escuela Normal de Ayotzinapa, Guerrero, visibilizó la profunda crisis institucional y la omisión del Estado ante la participación de servidores y servidoras públicas en este delito.

Nos solidarizamos con la lucha de la juventud brasileña en contra del exterminio de la juventud negra. En este país, la primera causa de mortalidad de los jóvenes es por arma de fuego, provocando a cada año, la muerte de 30.000 jóvenes y miles de desaparecidos.

Desde esta ciudad, hacemos un llamado a las autoridades locales y nacionales para acatar las recomendaciones internacionales e investigar y sancionar a las y los responsables del arresto, detención y privación arbitraria de la libertad por parte del Estado, así como condenar la criminalización de la juventud, mediante intentos para disminuir la edad de imputabilidad penal. Por ello respaldamos las propuestas encaminadas a disminuir la violencia en Latinoamérica y, en particular, en el territorio mexicano; por ejemplo, la creación de la Comisión autónoma de la verdad que favorezca la reconciliación nacional; o la regulación del uso del cannabis para fines médicos, recreativos y de investigación.

La construcción de la Patria Grande requiere necesariamente soluciones regionales a los problemas locales. Desde las juventudes progresistas, vamos dibujando el camino.

5.3. IV Encuentro de Mujeres

"El arribo de las mujeres a las esferas de poder político en América Latina, Balance y Retos en el Siglo XXI"

“Ser de izquierda es ser feminista”

Se informa que el VI Encuentro de Mujeres del Foro de Sao Paulo se instaló con la asistencia de 230 mujeres integrantes del PRD y PT de México, así como la participación de las siguientes delegaciones: Partido dos Trabalhadores, Brasil; Partido Comunista do Brasil;



Unión Nacional de Mujeres de Venezuela / Juventud del PSUV; Frente Amplio por Democracia y Paz con Justicia Social, Colombia; Partido de la Liberación Dominicana; Frente Sandinista de Liberación Nacional, Nicaragua; URNG-MAÍZ y Winaq, Guatemala; Federación de Mujeres Cubanas; Partido SYRIZA, Grecia; Federación Democrática Internacional de Mujeres de América y el Caribe; Partido Comunista de Cuba; Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional, El Salvador.

Existe un precontrato social en las relaciones de género, que es anterior al contrato social, es la separación de esferas productiva y reproductiva donde inicia la división que segrega a las mujeres.

El Foro de Sao Paulo (en adelante FSP) debe asumir que ser de izquierda significa ser feminista. Los partidos de izquierda, hombres y mujeres deben ser congruentes, tomar la causa de las mujeres como suya. Debemos reconocer que aún en los partidos que nos decimos de izquierda impera un pensamiento androcéntrico. El reto es superarlo.

Uno de los retos de los partidos y organizaciones que integran el FSP, es superar el conservadurismo, por lo tanto, el próximo Encuentro de Mujeres del Foro de Sao Paulo debe dejar de ser un gueto, y convertirse en un tema transversal en todos los espacios de deliberación y decisión del Foro de Sao Paulo.

El feminismo, en tanto aspiración a la igualdad y la equivalencia humana es la utopía más viva de la izquierda.

EL VI ENCUESTRO DE MUJERES DEL FORO DE SAO PAULO PRESENTA LOS SIGUIENTES RESOLUTIVOS:

1. Los partidos que integran el Foro de Sao Paulo deben trabajar por visibilizar y erradicar la violencia política que se ejerce contra las mujeres en la medida en que nosotras hemos alcanzado más presencia en los espacios del poder público. América Latina es la región del mundo que más ha avanzado en presencia de las mujeres en el ámbito de la representación parlamentaria y presencia en los gobiernos de sus países.
2. Debemos rescatar la especificidad latinoamericana del feminismo, la cual se caracteriza por sus orígenes comunes de tradición libertaria e independentista.
3. Los partidos son la vía de acceso al poder para las mujeres, por lo que, los partidos y organizaciones que integran FSP deben generar condiciones de democracia genérica al interior de sus estructuras y trabajar por desmontar en la sociedad las estructuras de poder que discrimina y segrega a las mujeres.
4. Por nuestra parte, las mujeres en los partidos políticos, debemos generar líneas de acción dirigidas a la pluralidad de mujeres que componen a nuestros pueblos, niñas, jóvenes, trabajadoras, campesinas, indígenas, diversas por su preferencia sexual, adultas mayores, etcétera.



5. Los partidos integrantes del FSP debemos promover el acceso de las mujeres a los medios de comunicación, no solo a sus contenidos, si no a su propiedad. Como una herramienta estratégica para cambiar la visión social de las mujeres en el imaginario colectivo; y con ello desplazar la imagen de victimización por la de liderazgo en todos los ámbitos de la vida.

6. El VI Encuentro de Mujeres del FSP, se pronuncia porque los partidos políticos que lo integran, destinen un porcentaje mínimo de sus presupuestos al desarrollo del liderazgo político de las militantes mujeres; y establezcan mecanismos de contraloría ciudadana para vigilar la aplicación de sus presupuestos. Así como vincularnos con las y los académicos que coincidan con la elaboración de estrategias para la igualdad.

Se acuerda anexar los siguientes pronunciamientos de los países asistentes:

BRASIL

Las mujeres reunidas en el XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo el día 31 de julio de 2015, en la Ciudad de México, declaran su apoyo y solidaridad a nuestras presidentas Dilma Rousseff, Cristina Fernández y Michelle Bachellet que pasan por una campaña de desestabilización de sus gobiernos, cuyos partidos de origen, pertenecen al Foro de Sao Paulo.

Denunciamos la forma violenta y machista como son tratadas por los medios de comunicación en sus países, convocamos a todas y todos, militantes de los partidos y miembros del Foro de Sao Paulo, a realizar una campaña de igualdad de género, a defender a nuestras presidentas.

VENEZUELA

Solidarizarnos con el pueblo y gobierno de la República Bolivariana de Venezuela, ante el recrudecimiento de los ataques y amenazas del imperialismo en alianza con sectores de la derecha nacional, para desestabilizar a la revolución bolivariana con una feroz guerra económica, mediática y psicológica, minuciosamente diseñada para perjudicar al pueblo Venezolano y en especial a sus mujeres.

COLOMBIA

El VI Encuentro de Mujeres del Foro de Sao Paulo demanda que el gobierno colombiano y las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia cesen e la violencia contra las mujeres, sus tierras, sus organizaciones y sus cuerpos.

Al gobierno del Presidente Santos el desescalamiento de las acciones armadas y el cese a la violencia contra el pueblo colombiano que se impone a través del plan de desarrollo y su enfoque minero-energético que destruye los ríos, las tierras cultivables, las organizaciones sociales y a las poblaciones y grupos con menos poder económico, político, social y cultural, especialmente los pueblos indígenas y afrodescendientes.

REPÚBLICA DOMINICANA

El Encuentro de Mujeres del Foro de Sao Paulo constituya una red de dirigentas de los organismos o secretarías de las mujeres de los partidos integrantes del Foro de Sao Paulo.

Propone que el siguiente Encuentro de Mujeres lleve el nombre de Gladis Gutiérrez, defensora de los derechos de las mujeres en República Dominicana.



SE INTEGRAN 3 RESOLUTIVOS ESPECIALES

I. RESOLUTIVO ESPECIAL DE LA REPÚBLICA SAHARAUÍ

1. Expresar nuestro firme apoyo al derecho inalienable del pueblo saharauí a la autodeterminación y la independencia.
2. Condenamos las graves violaciones a los derechos humanos perpetrados por las autoridades marroquíes contra la población civil Saharauí, especialmente contra las mujeres en los territorios ocupados del Sahara Occidental.
3. Movilizarnos internacionalmente para hacer visible la justa lucha de nuestras compañeras saharauíes, tanto en los campamentos de refugiados como en las zonas ocupadas para acabar con la última colonia en África, en pro de la determinación e independencia del pueblo saharauí.

II. COMUNICADO FEMINISTA ANTE EL RIESGO DE SER MUJER EN MÉXICO.

1. Demandar del Estado Mexicano cumpla aquí y ahora con sus obligaciones jurídicas internacionales, que los derechos humanos de las mujeres sean una realidad que las beneficie, principalmente aquellas en mayor desventaja.
2. Exigir que todas las autoridades reconozcan y atiendan la grave situación de violencia contra las mujeres que vive el país y se active la alerta por violencia de género a nivel nacional.
3. Garantizar el acceso de la justicia para las mujeres e implementar el protocolo para juzgar con perspectiva de género.

III. PRONUNCIAMIENTO POR LA PARIDAD HORIZONTAL EN EL ESTADO DE ZACATECAS Y TODOS LOS ESTADOS DE LA REPÚBLICA MEXICANA.

El pleno respeto al marco que rige en la nación mexicana, la protección a los derechos humanos, establecida en el Artículo Primero de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, así como el respeto a la igualdad sustantiva entre mujeres y hombres que se establece en el Artículo Cuarto del mismo ordenamiento legal, ya que al aprobarse la ley electoral en el Estado de Zacatecas, no se establece la paridad horizontal para la postulación de candidaturas al cargo de Presidentas Municipales, en igualdad de condiciones jurídicas que los hombres. Lo mismo exigimos para todos los estados de nuestro país.

IV. Se anexa al presente resolutivo el documento base de discusión sobre el tema del VI Encuentro de Mujeres del Foro de Sao Paulo "El arribo de las mujeres a las esferas de poder político en América Latina, Balance y Retos en el Siglo XXI", anexando las cifras que presenta la Federación de Mujeres Cubanas en materias como:

Mujeres en el parlamento: 48.86%

Mujeres dirigentes: 46.5%

Mujeres ministras: 8 y una contralora general

Mujeres Viceministras: 44

Mujeres que integran el Consejo de Estado: 41.9%

Mujeres Vicepresidentas del Consejo de Estado: 2 de 5

Presidentas de Asambleas Provinciales del Poder Popular: 66.7%

Presidentas y Vicepresidentas en Asambleas Municipales del Poder Popular: 50.6%



LISTADO DE PARTICIPANTES

Delegaciones del Foro de Sao Paulo

- Secretaria de Equidad de Género del PRD México: Claudia Castello Rebollar
- Partido del Trabajo, México: Sonia Catalina Álvarez
- Partido dos Trabalhadores, Brasil: Laisy Moriére, Secretaria de Mulheres
- Partido Comunista do Brasil: Liége Rocha, Secretaria de Mulheres
- Suzany González, Partido Socialista Unido de Venezuela / Unión Nacional de Mujeres y Juventud
- Coordinadora Socialista Presentes por el Socialismo: Elizabeth Quiñones Toro / Frente Amplio por la Paz con Democracia y Justicia Social, Colombia
- Rhaysa Martínez, Partido de la Liberación Dominicana
- Margarita Zapata y Maritza Espinales, Frente Sandinista de Liberación Nacional, Nicaragua
- Yanira Kuper Herrera, Federación de Mujeres Cubanas
- Ofelia Matamoros, Secretaria Nacional de Mujeres del FMLN, El Salvador

Participantes mexicanas

Senadora Angélica de la Peña Gómez, Presidenta de la Comisión de Derechos Humanos del Senado Mexicano.

Marcela Lagarde y de los Ríos, feminista antropóloga

Dra. Teresa Incháustegui, Directora General de Inmujeres DF

Cecilia Soto González, Diputada Federal electa por el PRD

Dra. Adriana Ortiz Ortega, economista, politóloga y académica

Lucia Lagunes Huerta, Directora General de CIMAC

Mtra. Lourdes García Acevedo, Presidenta de CIMIGE A.C.

Beatriz Cosío Nava, Red de Mujeres en Plural

5.4. Encuentro de Autoridades Locales y Subnacionales

Las Autoridades Funcionarios Municipales de Gobiernos Municipales Democráticos y Progresistas, así como líderes y dirigentes municipalistas reunidos en la Ciudad de México, el 31 de Julio del año 2015, en el marco del XXV aniversario del Foro de Sao Paulo, aprobamos la siguiente Declaración.

Considerando:

1. Que el objetivo principal del Foro de Sao Paulo es reunir los esfuerzos de movimientos Democráticos y Progresistas, para debatir sobre el escenario internacional y las consecuencias del neoliberalismo en los países de Latinoamérica y el Caribe.
2. Que el mundo capitalista atraviesa una crisis estructural que se caracteriza por la creciente desigualdad social y económica, el creciente descontento social y el reclamo por mayor bienestar y desarrollo en condiciones de igualdad; situación que demanda una mejor y mayor capacidad y calidad de respuesta de los gobiernos locales.
3. Que además de estas tendencias, el crecimiento, la concentración y dispersión de la población y el proceso de urbanización continuo, hacen más difícil y compleja la función de



las administraciones públicas locales para prestar los servicios básicos que contribuyan al desarrollo y el bienestar de la sociedad;

4. Que la respuesta de los gobiernos nacionales ha sido la centralización, los recortes de presupuestos en rubros sociales (Educación, salud, Desarrollo social, impulso de la economía local), el control político y la represión de los reclamos sociales.

5. La inseguridad, el miedo y la desesperanza se ha extendido a lo largo y ancho de la región, y las estimaciones de organismos internacionales como el Banco Mundial es que en los próximos años la pobreza se incrementara hasta en un 40%.

6. Que el municipio es el espacio idóneo para contribuir al mejoramiento de las condiciones de vida de las personas; razón por la cual los gobiernos municipales, en su calidad de ser la instancia de gobierno más cercana a la población, tienen la responsabilidad de promover políticas y estrategias de desarrollo y mejorar las condiciones de vida de las personas, de acuerdo a su realidad social, económica y cultural.

7. Que la desarticulación, la descoordinación y a desunión de los gobiernos y movimientos municipalistas democráticos y progresistas ha facilitado el avance de estrategias y políticas que han profundizado la desigualdad, la exclusión y la pobreza.

Por todo lo anterior, declaramos:

1. Que aceptamos el reto y la responsabilidad de promover el desarrollo, la democracia y el bienestar social con gobiernos eficaces, transparentes, éticos y con legítima representación social.

2. Que expresamos nuestra voluntad de avanzar en la conformación de un Frente Latinoamericano Municipalista que nos permita trabajar de manera articulada, coordinada y unificada en la defensa y promoción del desarrollo, la democracia y el bienestar social, tanto en la región latinoamericana como al interior de cada uno de los países que conforman el frente.

Para constituir este Frente Latinoamericano Municipalista nos comprometemos a:

1. Dar continuidad a la Red de Autoridades Locales Progresistas y de Izquierda de América Latina y el Caribe, creada en noviembre de 2011 con sede permanente en la Ciudad de México.

2. Diseñar de manera colectiva y coordinada, las estrategias, las políticas y los métodos democráticos más adecuados para definir un modelo de organización y coordinación en la región y en cada país.

3. Promover e impulsar políticas nacionales que propicien nuevas prácticas municipales democráticas y favorezcan el desarrollo económico y social.

4. Promover iniciativas que contribuyan a una mayor y más efectiva coordinación de gobiernos locales.

5. Promover el diálogo y la concertación entre todos los gobiernos locales de la región independientemente de sus filiaciones políticas.

6. Promover una mayor colaboración entre los académicos y estudiosos del municipalismo y los órganos estatales con el propósito de profundizar y enriquecer la discusión y elaboración de propuestas innovadoras en el ámbito local.

7. Dar un seguimiento especial y sistematizar aquellas experiencias novedosas que puedan servir como referentes para otros municipios en los diversos temas relacionados con el desarrollo y el fortalecimiento municipal.



8. Constituir el día de hoy una comisión organizadora incluyente y con representación de todos los países, para diseñar en un plazo no mayor de tres meses una propuesta para la constitución y operación de este frente; así como una agenda y programa democrático y progresista. La propuesta debe considerar la creación de estructuras en cada uno de los países.

9. Constituir el Frente Latinoamericano Municipalista en plazo no mayor de un año.

5.5. IV Encuentro de Parlamentarios

DECLARACIÓN FINAL

Desde la esencia de esta tierra que alberga a la Ciudad de México-Tenochtitlan, las y los legisladores provenientes de las distintas naciones que conforman el continente de Abya Yala y en particular la Región de América Latina y el Caribe, reunidos en este día en que Meztli iluminó el sendero en la noche precedente para llegar a buen puerto con las disertaciones y debates que nos hemos permitido argumentar en este Encuentro; y Tonatiu, que ayudó a esparcir las ideas en sus confluencias y yuxtaposiciones, que van marcando el signo de los tiempos; estas tierras surgidas del corazón de Cópil, hicieron florecer la palabra que traducimos en esta Declaración del IV Encuentro Parlamentario del XXI Foro de São Paulo.

A lo largo de nuestra historia, los que prevalecemos en estas tierras continentales e insulares, enfrentamos una ofensiva que las derechas nacionales, amparadas por el capital transnacional y el imperialismo, realizan contra gobiernos progresistas, contra la esencia de izquierda que hoy nos une y que debemos evitar cualquier signo de agrietamiento.

Una buena parte de la región ha dejado atrás el modelo neoliberal para construir un nuevo horizonte más plural y democrático, que no solo recupere el rol del Estado del rincón donde el neoliberalismo lo había dejado, sino que continúe con el proceso de redistribución de la riqueza que ha permitido sacar a millones de personas de la pobreza.

Hoy en día, esa derecha reciclada se apropia de los símbolos y logros de esta década ganada para tratar de recuperar lo perdido y volver a sumergir a América Latina en la larga noche neoliberal, poniendo de nuevo la soberanía sobre nuestros recursos naturales y economías al servicio de unas elites políticas y económicas.

Por eso, las y los parlamentarios reunidos en este Encuentro emitimos el siguiente

PRONUNCIAMIENTO

Condenamos los intentos de desestabilización que en este momento promueven la derecha y el imperialismo contra los gobiernos legítimos y democráticos de Ecuador, Brasil, El Salvador y Venezuela.



En este cambio de época, las victorias electorales son fundamentales para mantener lo logrado y abrir la posibilidad de profundizar y radicalizar los horizontes, y por eso mostramos nuestro apoyo al Frente para la Victoria de Argentina y el binomio presidencial Scioli-Zannini en las elecciones presidenciales de octubre, al igual que a todos los y las candidatas del PSUV y Gran Polo Patriótico Simón Bolívar de Venezuela, en las elecciones parlamentarias de diciembre.

Saludamos la apertura de relaciones y sedes diplomáticas entre Estados Unidos y Cuba, pero asimismo nos reafirmamos en la necesidad imperiosa del cese del bloqueo criminal que por más de 50 años se viene ejerciendo contra el pueblo cubano y su gobierno revolucionario. Al mismo tiempo, Cuba debe recobrar la soberanía plena sobre su territorio y por eso es urgente y necesario el cierre inmediato del centro de detención ilegal y tortura de Guantánamo y la entrega territorial a Cuba.

Nos comprometemos con el proceso de paz en Colombia. Una paz que sólo puede venir acompañada de justicia social y de la participación política de la insurgencia. La paz en Colombia es la paz de todo el continente, y en la misma dirección saludamos también la declaración de la CELAC que declara América Latina y el Caribe como una zona libre de armas nucleares y agresiones fronterizas, para lo que retiramos la exigencia del cierre de las bases militares de Estados Unidos en la región.

Realizamos una apuesta por la integración latinoamericana y caribeña, por fortalecer todos los instrumentos de integración política, económica, comercial, cultural, científica, tecnológica o militar, instrumentos como el ALBA, la UNASUR, CELAC o Mercosur, además de Petrocaribe o el Banco del Sur.

Manifestamos que la integración nuestroamericana solo será plena cuando desaparezcan todas las situaciones de neocolonialismo que todavía permanecen. En ese sentido nos comprometemos con la independencia de Puerto Rico, y con las legítimas reivindicaciones del pueblo argentino sobre las Islas Malvinas al igual que, en el marco de la integración de la Patria Grande,

Esperamos una solución a la justa demanda boliviana de acceso soberano al mar, que sea razonable, equitativa y duradera, mediante el diálogo. Saludamos el mensaje de Papa Francisco en relación a este tema, cuando propuso que el diálogo es el único mecanismo para resolver esta histórica injusticia que limita los derechos de un pueblo a acceder al mar.

Exhortamos a los gobiernos de los pueblos hermanos de Venezuela y Guyana a resolver la controversia territorial a través del Acuerdo de Ginebra, acordada por ambos países en 1966. Exigimos la derogación del decreto ejecutivo del Presidente Barack Obama que declara a Venezuela como una amenaza inusual y extraordinaria.

Manifestamos nuestra preocupación por la violación de los Derechos Humanos, la persecución y criminalización de la lucha y la protesta social en Paraguay.



También queremos mirar más allá de nuestras fronteras, desde el sur a otros sures, y solidarizarnos con el pueblo griego que estos días sufre la imposición de un nuevo plan de austeridad en forma de deuda destinada a pagar y generar más deuda. Allá en Europa desahucian a familias enteras mientras salvan a bancos privados con dinero público. Al igual que sufrimos el Consenso de Washington, los pueblos del sur de Europa sufren un austericidio en forma de Consenso de la Troika contra su soberanía política y económica. Pero también surgen movimientos soberanistas que llenan de esperanza, como el que realizará Cataluña el próximo 27 de septiembre celebrando unas elecciones en clave plebiscitaria para decidir su futuro político en libertad, a pesar de las amenazas del gobierno de España.

Y en ese Sur geopolítico del que somos parte se encuentran también nuestros hermanos saharauis y palestinos. Denunciamos las continuas agresiones sionistas contra los territorios de Gaza y Cisjordania, sometidos a un apartheid como hace años lo tuvo Sudáfrica. Asimismo, hacemos un llamamiento a reconocer a la República Saharaui como forma de dar un mayor impulso a la paz.

Nos comprometemos a seguir transformando nuestras realidades socio-políticas y, por tanto convocamos a la operatividad de la Red de Parlamentari@s del Foro de São Paulo, el mejor instrumento para la armonización legislativa, que nos habrá de permitir, desde nuestros parlamentos y asambleas legislativas, como Grupos y Bancadas, darle carácter de leyes irreversibles a los cambios, iniciativas y proyectos que presentemos para lograr una genuina sociedad soberana, basada en la democracia, la justicia, el respeto y la cooperación mutuas. También, fortalecer la Red para la Paz en Colombia que recién se relanzó en Uruguay.

Nos pronunciamos por la unidad de las izquierdas y la integración para construir un modelo alternativo de desarrollo, aliados plenamente con los diversos movimientos sociales.

Y si hablamos de luchas sociales, este Encuentro Parlamentario del Foro de São Paulo no puede olvidar a los desaparecidos de Ayotzinapa, Tlatlaya, Ostula, Apatzingán y de todos los lugares donde se han trasgredido los derechos humanos.

Pedimos al Estado Mexicano que asuma su responsabilidad y ponga todos los medios a su alcance hasta encontrar a todos y cada uno de los jóvenes desaparecidos. Es necesario romper con el pacto de impunidad que no permite el acceso a la justicia y deslinde de responsabilidades ante los hechos más lesivos de pérdida de vidas en los diferentes estados de la República Mexicana.

Ante un nuevo modelo de invasión y colonialismo, hacemos nuestra la agenda de reconocimientos a los derechos de los pueblos indígenas y a su resistencia por la defensa de sus tierras, territorios y recursos naturales ante proyectos hidroeléctricos, eólicos, industria extractiva y energética de transnacionales coludidas con gobiernos neoliberales.



Impulsemos acuerdos parlamentarios para atender el proceso de migración y movilidad humana que se dan en nuestros pueblos, descriminalizando al migrante y proteger sus derechos humanos en toda la región. Así como, promoviendo la ciudadanía latinoamericana y caribeña dentro del marco de integración de los pueblos de la región.

Precisamos integrarnos a la humildad y la sencillez del planteo político para transferir nuestra propia práctica en el ejemplo que les damos a los que depositan en nosotros su confianza.

Por la integración de las izquierdas, la defensa de la soberanía y el buen vivir,

¡Vivan los pueblos y naciones de América Latina y el Caribe!

Dado en la Ciudad de México-Tenochtitlan a los 31 días del mes de julio del año 2015





*Cámara de Senadores
Particular*

Queridos compañeras y compañeros

Me hubiera gustado acompañar esta reunión del Foro de Sao Paulo, para escuchar a las organizaciones de izquierda que a lo largo y ancho de América Latina, luchan por mejorar las condiciones de vida de nuestros pueblos, reciban un saludo a la distancia, en este encuentro de Parlamentarios de Izquierdas y Progresistas.

Estamos atravesando momentos complejos en toda América Latina, y esto no es novedad. Nunca antes se han alcanzado en nuestros países tantas metas para los Siempre Postergados desde que asumieron los Gobiernos de los Partidos con un sentir, una sensibilidad diferente, es decir, organizaciones políticas que priorizan al Hombre por encima del Dios Mercado.

Hemos logrado sacar a millones de la pobreza extrema, hemos logrado legislar sobre temas complicados, dándonos leyes que favorezcan cada vez más a las grandes mayorías.

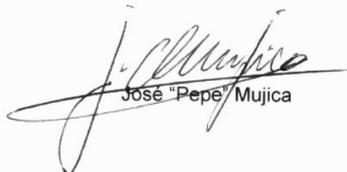
La construcción de grandes espacios de intercambio sobre la integración regional, como son UNASUR y CELAC, acercarán aún más a los pueblos.

Debemos ser conscientes de la inmensa arremetida, que desde diversos espacios de distintos orígenes e intereses nos están generando en varios países, con una extraña y hasta sospechosa coordinación, movimientos de oposición que a veces – la mayoría – tienen un tinte desestabilizador.

Grandes campañas con discursos actualizados, en eso que se denomina la "nueva derecha", con candidatos que se muestran como empresarios exitosos, y con un discurso anti - político. Y por otro lado, grandes campañas desestabilizadoras que tienen como principal socio, también, a los grandes medios de comunicación de masas.

Compañeros todo lo que nos inspire para transformar estos espacios bienvenido sea, debemos permitirnos una coordinación y planificación real, entre los actores que somos vistos como los hacedores de la política por nuestra comunidades. El momento histórico que nos toca atravesar precisa de una izquierda cada vez más formada, preparada e integrada para frenar el choque civilizatorio al cual le dirige el capitalismo y la cultura del consumo desenfrenado.

Fundamentalmente, precisamos integrarnos a la humildad y a la sencillez del planteo político. De qué nos sirve ir tan lejos en la elaboración ideológica y las discusiones sectoriales y partidarias si no somos capaces de transformar desde nuestra propia práctica política, en el ejemplo que les damos a los que depositan en nosotros su confianza.


José "Pepe" Mujica



6. DELIBERACIONES DEL GT

El Grupo de Trabajo ha debatido y decidió aprobar el informe de la Reunión de Fundaciones, Escuelas y Centros de Capacitación, a seguir:

El 29 de julio de 2015, en el marco del XXI Encuentro del Foro de São Paulo, se instaló la sesión de la Red de Fundaciones, Escuelas y Centros de Capacitación Partidarios del FSP, sito en la Ciudad de México, con la participación de 15 representantes de diferentes partidos, que debatió el siguiente orden del día:

1. Presentación de los asistentes.
2. Antecedentes de la conformación de la Red.
3. Revisión de tareas pendientes derivadas de la sesión.

Tras el debate y el rescate de lo que fueron los objetivos y ejes centrales de la Red aprobados por las versiones anteriores del FSP, las/los presentes deciden proponer al Grupo de Trabajo del Foro de São Paulo los siguientes

Resolutivos y tareas inmediatas

1. Recomponer de la Comisión de Fundaciones, Escuelas y Centros de Capacitación del FSP con la indicación de representantes para asumir esta tarea.
2. Proponer la instalación de una Coordinación Técnica articulada con la Secretaria Ejecutiva y el GT del FSP que colabore en las tareas abajo descritas:
 - a) planear y coordinar las reuniones presenciales o virtuales de la Comisión;
 - b) articular las acciones y mecanismos que permitan el cumplimiento de los acuerdos y objetivos de la Comisión.
3. Dar continuidad a la realización de las Escuelas y Seminarios en los encuentros del FSP y fortalecer las actividades de formación e investigación para lo que se aprueba:
 - a) planear, sistematizar, priorizar y calendarizar los instrumentos y acciones acordados y aprobados en las reuniones previas de la comisión;
 - b) realizar el II Taller de Metodología de la Formación en 2015, durante el segundo semestre del 2015;
 - c) reactivar la aportación de análisis de coyuntura de los partidos en el espacio virtual del Observatorio de los Gobiernos de Izquierda en el sitio del FSP.
4. Avanzar en el cumplimiento de la resolución del XV Encuentro del FSP (México, 2009) en lo correspondiente a:
 - a) avanzar en la constitución de la Escuela virtual de Formación del FSP;
 - b) profundizar en el uso de forma más efectiva e integrada de los recursos virtuales de comunicación entre los Partidos;
 - c) hacer efectiva la divulgación de los enlaces de las publicaciones de los Partidos en el sitio del Foro de São Paulo.



7. INFORMES DE LAS REUNIONES

7.1. Secretarías regionales

a) Andino Amazónica

En seguimiento a lo conversado durante la reunión de la Secretaría Andino Amazónica, reiteramos los compromisos alcanzados:

- Los partidos miembros enviarán a la dirección de correo electrónico del Alianza PAIS sus propuestas de actividades para incluirlas en la hoja de ruta de la Secretaría (simposios, agendas de paz binacionales, estrategias frente a la Alianza del Pacífico etc.). Se procurará incluir criterios políticos de carácter estratégico que nos permitan ir más allá de la generación de eventos aislados.
- Por país se entregará un breve documento que analice la coyuntura nacional/ regional y que sirva de apoyo para la publicación habitual de la Secretaría Andino Amazónica.

Sobre las solicitudes de ingreso al Foro:

- Existe consenso de todos los partidos colombianos sobre el ingreso de Movimiento Progresista, Unión Patriótica y Alianza Verde. En tal sentido, estas solicitudes se dan por aprobadas desde la Secretaría y están sujetas a homologación en la plenaria.
- Existe consenso de todos los partidos peruanos sobre el ingreso del Partido Tierra y Libertad y de Ciudadanos por el Cambio. En tal sentido, estas solicitudes se dan por aprobadas desde la Secretaría y están sujetas a homologación en la plenaria.
- El criterio de los partidos venezolanos es que la solicitud de ingreso de Independientes por la Comunidad Nacional sea postergada.
- Se presenta ante los partidos la intención de ingreso del Partido Comunista Ecuatoriano y se observa que los miembros regulares (Partido Socialista y Alianza PAIS) están de acuerdo.

b) Cono Sur

ORDEN DEL DÍA

- 1) Informe por país. Coyuntura actual y desafíos planteados.
- 2) XXI Encuentro del Foro de São Paulo: consideraciones generales sobre el borrador del documento preparatorio, ingresos de nuevos grupos etc.
- 3) Lineamientos para un plan de trabajo de la Regional Sur.

PROPUESTA DE PUNTOS A AGENDAR A FUTURO

- 1) Los partidos de la Regional Sur y su relación con los movimientos sociales.
- 2) Integración regional y el rol de los partidos del FSP.
- 3) Relación partidos-gobierno en la región y las dificultades dentro de los acuerdos y alianzas.



- 4) PARLASUR y la coordinación de los parlamentarios de los partidos miembros de la Regional Sur del FSP.
- 5) Formulación de una agenda común de los partidos de la Regional Sur del FSP.
- 6) Intercambio con relación a los tratados internacionales (TISA, Alianza del Pacífico, TPP etc.).

Sobre las solicitudes de ingresos al Foro de São Paulo resuelve:

- En el caso particular del Partido Justicialista, de Argentina, la delegación unitaria argentina pide la postergación del pedido de ingreso del Partido Justicialista.
- En referencia a las solicitudes de ingreso de los partidos políticos de Chile, la Regional Sur sugiere que se haga una necesaria coordinación previa que permita alcanzar acuerdos consensuados dada la diversidad de planteos recibidos en muchos de los temas planteados y que ello permita la elaboración de una plataforma común de toda la izquierda chilena.

Tomamos como propia de la Regional Sur del FSP la declaración de Montevideo del Foro por la Paz en Colombia, y saludamos la designación del Compañero Dr. José Bayardi como verificador de los Acuerdos de Paz que se alcancen entre las FARC y el Gobierno de Colombia en los diálogos de La Habana, Cuba.

Continuar todas las actividades planteadas en relación a la situación política del Paraguay vinculadas a las elecciones municipales de noviembre de 2015, continuar con las acciones para lograr la libertad de todos los presos políticos paraguayos, y manifestar nuestra preocupación por la creciente militarización de la hermana nación.

A su vez planteamos a la Secretaría Ejecutiva, en la oportunidad de la reunión de los próximos grupos de trabajo, realizar la coordinación de las Secretarías Regionales con la Secretaría Ejecutiva.

c) Mesoamérica y el Caribe

Coordinación a cargo de Nidia Díaz, en representación del FMLN, acompañada de Carlos Fonseca del FSLN, Jorge Arias del PC de Cuba, Julio Muriente del MINH de Puerto Rico, y Javier Salinas del PRD de México.

AGENDA:

1. Revisión del Plan de Trabajo de agosto de 2014 a la fecha.
2. Sobre solicitudes de ingreso al FSP de la región Mesoamérica y del Caribe.
3. Informes de país.
4. Plan de acción periodo agosto 2015 a mayo 2016.
5. Resoluciones.

DESARROLLO DE AGENDA

I. INFORMES RELACIONADOS AL PLAN DE ACCION

1. COMBATE AL NEOLIBERALISMO Y LA CONTRAOFENSIVA DE LA DERECHA



- a) Se participó en la campaña de solidaridad con Venezuela.
- b) Se participó en la campaña de solidaridad con Cuba.
- c) Se participa en las campañas de solidaridad con Ecuador.
- d) El 24 y 25 de enero, se participó en el Seminario “El pensamiento de Schafik en América Latina”, en El Salvador, organizado por el FMLN. Participo Convergencia de Guatemala, el PCC de Cuba.
- e) Del 12 al 14 de marzo, toda la región participó en el Seminario Internacional “Partidos Políticos y la Nueva Sociedad”, que anualmente organiza el PT de México.
- f) El 19 de julio se acompañó, por invitación del FSLN, al 36 Aniversario de la Revolución Sandinista, en Managua, Nicaragua.

2. PARTICIPACION EN LAS ELECCIONES.

- a) 1 de marzo: se desarrollaron elecciones legislativas y municipales en El Salvador, contó con la participación de varios partidos de distintos lugares.
- b) 7 de junio: elecciones legislativas y estatales en México. El FMLN envió delegada.

3. EJE INTEGRACION CONTINENTAL

- a) El 28 y 29 del mes de enero se participó en la Cumbre de los Pueblos paralela a la III Cumbre de la CELAC en San José, Costa Rica, coordinado por el Frente Amplio.
- b) Del 10 al 11 de abril se participó en la Cumbre de los Pueblos paralela a la Cumbre de las Américas realizada en Panamá, coordinado por Cuba con el PC y con el Partido del Pueblo de Panamá.
- c) En el mes de mayo, del 7 al 8, se participó en el Seminario del PIE frente a la cumbre UE-CELAC.
- c) Del 10 al 13 de mayo, se participó en la Cumbre de los Pueblos paralela a la II Cumbre CELAC-UE en Bruselas, Bélgica, coordinada por Venezuela con el PSUV.

4. EJE ORGANIZATIVO

- a) Del 1 al 16 de enero se realizó una reunión en Trinidad Tobago a nivel de FSP de subregión del Caribe; participaron la Secretaria Ejecutiva del FSP, Mônica Valente, el FMLN, el PC de Cuba, el PT de México y el anfitrión Partido por la Justicia Social.
- b) En el mes de mayo se realizó la gira por Puerto Rico, responsable Blanca Flor Bonilla por la Secretaría regional Mesoamérica y el Caribe.
- c) El 15 de marzo participamos en la reunión del Grupo de Trabajo. También en ese contexto hubo una reunión de la región Mesoamérica y el Caribe.
- d) Se participó en el Grupo de Trabajo celebrado el 13 de abril en Caracas.
- e) En mayo se desarrollaron reuniones en Los Ángeles a nivel de Secretaría regional EUA y eventos sobre el tema de migrantes; coordinó el FMLN con Blanca Flor Bonilla. Participaron Convergencia de Guatemala, Puerto Rico, Ecuador, El Salvador, México.

II. SOBRE SOLICITUDES DE INGRESO AL FSP DE PARTIDOS DE LA REGION MESOAMERICA Y EL CARIBE

1. República Dominicana: el compañero José Oviedo, coordinador de la Coordinadora de los partidos dominicanos del Foro de Sao Paulo, expone el punto de vista de los partidos: PLD, PRD, AD, MIU, FR y Movimiento Patria para Todos, el Frente Amplio (PCT, MIUCA y



Movimiento Popular), sobre la solicitudes de ingreso que han presentado el Partido Alianza País, expresando su aval.

Así también, expresaron su respaldo o aval al Partido Revolucionario Moderno.

Los dos primeros no tienen ninguna objeción de la coordinadora dominicana, no así al Movimiento Rebelde; uno de los argumentos que se dieron a conocer es que no siguió el procedimiento de la solicitud, no lo hicieron a través de la Coordinadora, sino por vía de otro partido. Hay objeción de dos partidos. El pleno de la Secretaría Regional de Mesoamérica sometió el tema y por unanimidad de los presentes se aceptan a los dos y en el caso del Movimiento Rebelde seguir pendiente. La Fuerza de la Revolución vendrá y trae la delegación del Movimiento País.

2. Por Puerto Rico se presentara una solicitud del Partido Nacionalista de Puerto Rico - Movimiento Libertador, la cual se entregara a los partidos de Puerto Rico que son del FSP para que den su opinión.

3. Caso de México: el Partido Movimiento de Regeneración Nacional -MORENA- solicita su ingreso al FSP, se dará copia al PT y al PRD de México para que opinen.

4. Caso de Guatemala: los de ANN piden ser aceptados con otro nombre: CONVERGENCIA POR LA REVOLUCION DEMOCRATICA CPO-CDR. Lo anterior fue aceptado por la plenaria de la Secretaría regional de Mesoamérica y el Caribe, incluida la URNG que estaba presente.

III. INFORMES DE PAIS

- a) Costa Rica
- b) Nicaragua
- c) Puerto Rico
- d) República Dominicana
- e) Guatemala
- f) Cuba
- g) México
- h) Trinidad Tobago
- i) Panamá
- j) El Salvador

IV. PLAN DE ACCION (agosto de 2015 a mayo de 2016). Por 10 meses. De aquí al XXII Encuentro, que será en San Salvador a finales de mayo, en la víspera del segundo año de gobierno de Salvador Sánchez Cerén.

1. Participación y acompañamiento en elecciones

- Elecciones en Guatemala: 6 de septiembre de 2015.
- Elecciones parlamentarias en Trinidad Tobago: 7 de septiembre de 2015.
- Elecciones en EUA: 4 de noviembre de 2015.
- Elecciones en Haití: 29 noviembre de 2015.
- Elecciones municipales en Costa Rica: 7 de febrero de 2016.
- Elecciones en República Dominicana: 5 de mayo 2016.

2. Otras acciones y actividades

- Estructurar un Plan de Solidaridad con los pueblos y gobiernos de América Latina que están enfrentando la contraofensiva imperial: Venezuela, Ecuador, El Salvador, Brasil, Argentina, Bolivia.



- Seguir luchando por que EUA levante el Bloqueo contra Cuba.
- Seguir la lucha para que retire el decreto de Obama contra Venezuela.
- Luchar por la libertad de Oscar López y por la independencia de Puerto Rico. Así también conmemorar el 10 Aniversario del asesinato de Filiberto Ojeda Ríos, puertorriqueño, del Movimiento Revolucionario Guerrillero Machetero.
- Si hay acuerdo de la Coordinadora de partidos políticos de República Dominicana, se haría un foro o seminario sobre el tema de Migrantes.
- República Dominicana: retomar acciones de solidaridad con 50 años de revolución.
- Estudiar la posibilidad de hacer un evento en la Región de Mesoamérica y el Caribe por la Paz en Colombia, para finales de enero o principios de febrero de 2016.
- Participar en el 1º Congreso del FMLN, del 5 al 8 de noviembre de 2015.
- Congreso del Movimiento por la Justicia Social, en Trinidad y Tobago, a finales de noviembre de 2015.
- Seminario Internacional sobre el Pensamiento de Schafik Handal, 23 y 24 de enero de 2016.
- Participar en el Seminario del PT de México, en marzo de 2016.
- Participar en el XXII Encuentro del Foro de Sao Paulo, en San Salvador, El Salvador, del 28 de mayo al 31 de mayo de 2016.
- Preparar un evento de maestros del FSP sobre el sistema educativo en el marco de la integración.
- Celebraciones en todos los países de la región del 50 Aniversario de la OSPAAAL.

3. Aspectos organizativos

- Delegación a Región del Caribe (volverá Planificar) ampliar los lugares para mes de septiembre.
- Dos seminarios de Unidad e Integración de los Pueblos (uno en Mesoamérica y otro en Caribe); en ese contexto hacer reuniones de subregión, una en Mesoamérica y otra en el Caribe. Una en septiembre y otra en el mes de enero en Costa Rica, Guatemala o Honduras.
- En el marco del seminario del PT de México, en marzo de 2016, ver posibilidad de realizar la reunión de la Secretaría regional de Mesoamérica y el Caribe.
- Hacer un plan de acción de comunicaciones para difundir inmediatamente las resoluciones; compañero Fausto Liz del Partido Revolucionario Moderno de República Dominicana presentará propuesta.
- La Secretaria Regional de Mesoamérica y el Caribe debe apoyar a los haitianos para que participen en los eventos.

V RESOLUCIONES ESPECÍFICAS a presentar a la plenaria del XX encuentro del FSP y para declaración general

- Resoluciones de Costa Rica
- Resolución de Nicaragua
- Resolución por los 50 años de Revolución en República Dominicana
- Resolución sobre Guatemala presentado por Convergencia y con URNG
- Resolución sobre Puerto Rico presentado por los partidos de Puerto Rico
- Resolución sobre Cuba
- Resolución a favor PT de México
- Párrafos sobre El Salvador para la Declaración final



7.2. Comisión de Cultura

Interesados en dar seguimiento al trabajo de la Comisión de Cultura del FSP, y conscientes de la importancia de la cultura como herramienta para la transformación social y para enfrentar la contraofensiva imperialista y neoliberal, en representación de nuestros partidos políticos proponemos al Grupo de Trabajo y al Foro de São Paulo:

- Retomar el carácter permanente de la Comisión de Cultura del FSP
- Convocar a la Comisión de Cultura a reuniones de trabajo para diseñar y ejecutar su Plan de Acción. Esta convocatoria puede ser en el marco de la reunión del Grupo de Trabajo a realizarse en marzo de 2016 (en el marco del seminario de los partidos políticos del PT, México) y en el próximo encuentro anual del FPS.
- Instar a todos los integrantes del FSP a participar activamente en la Comisión de Cultura nombrando representantes en las convocatorias de trabajo de esta comisión.

Es necesario y urgente integrar al Plan de Acción del FSP las acciones correspondientes a la Comisión de Cultura, pudiendo garantizar entre otras acciones:

- Realizar un Festival cultural en el próximo Encuentro del FSP
- Vincular las acciones en cultura a espacios como la Red de intelectuales y luchadores sociales en defensa de la humanidad y Alba cultural.

Firmamos:

- Alpidio Alonso, Partido Comunista de Cuba
- Wilfredo Zepeda, FMLN El Salvador
- Citlalli Valencia, PRD México
- Alicia Huerta López, PT México
- Bruno Elias, PT Brasil

8. TALLERES TEMÁTICOS

8.1. Autodeterminación e independencia

Responsable: Julio Muriente, MINH Puerto Rico

ESPERAMOS EL ENVÍO DEL INFORME.

8.2. Proyecto Político, Económico y Social en Latino América y El Caribe

Responsable: Mariano Ciafardini, Partido Solidario Argentina

Introducción al taller por parte de Mariano Ciafardini:

Estamos ante un momento muy novedoso, un momento fundacional para los que militamos políticamente en la izquierda, llegamos a un momento muy particular en la historia de la humanidad, en donde luchar contra las nuevas formas del capitalismo-financiero es por medio de la integración de los países de América Latina y el Caribe.



En el entendido que no podemos hacer la revolución país por país, porque esto ya no es viable, y estaríamos en un error de no comprender que es ya necesario la integración de los movimientos y partidos ante la falla estructural del capitalismo.

PROPUESTA ARGENTINA:

La integración definitiva de Nuestra América, es uno de los principales objetivos del foro de São Paulo, es la lucha por la verdadera independencia, por la creación de una sociedad justa, libre y un mundo mejor.

La incorporación masiva de la conciencia de los pueblos de Latinoamérica y el caribe a la convicción que la integración definitiva de toda la región es el único camino posible para la consolidación de nuestros sueños de justicia y transformación de la realidad política, económica y social.

PARTICIPACIONES:

José Antonio Balderas Arias, Partido del Trabajo, Veracruz, México: Por primera vez en la historia del capitalismo la población mundial está alineada en una posición de desconfianza, desprecio y rechazo del capital y su forma financiera actual.

Muestras de la ruptura estructural del capitalismo y vemos ejemplos muy claros de cambio político en Europa con la formación de partidos como Syriza y Podemos. De hecho la formación de podemos surge de un ensayo: Mover ficha: convertir la indignación en cambio político. Sería deseable retomar estas formas políticas que triunfan en Europa para aplicarlas en América Latina y el Caribe.

Jesús Echeverría Haro, Partido del Trabajo, Baja California Sur, México: Se hace necesaria la participación activa de la sociedad para impedir que los grandes conglomerados capitalistas exploten los recursos de nuestras naciones, por ejemplo: en Baja California Sur por medio de movilizaciones y protestas pudimos tener la entada en funciones de mineras que utilizan nuestros recursos acuíferos y los contaminan, ya que el agua es un bien muy preciado en nuestro estado.

Debemos hacer realidad la utopía, hacer realidad la lucha de la sociedad, como lo dice el slogan de nuestro partido "Todo el poder al Pueblo", que la gente sea el centro de todo.

Retomar todo lo bueno de la experiencia del bloque socialista.

Manuel Castillo Durán, Partido de la Revolución Democrática, México: Hacer del esfuerzo de integración, una lucha de 20, 30 o 50 años que nos permita una caracterización propia de cada uno de nuestros países que nos permita, como diría el comandante Chávez, hacer una planeación estratégica por país, de lo que representamos cada uno y lo que queramos de este proyecto de integración.

Lograr un intercambio entre países que nos permita maximizar nuestros recursos.

Y constituir una comisión que nos permita tener reuniones ya, que genere soluciones.

CONCLUSIONES:

1. Generar un método para la elaboración de un boceto de programa básico de integración regional con categorías que tomen en cuenta las fortalezas, las vulnerabilidades, los núcleos de completabilidad posibles, tomando en cuenta los capítulos de consumo, de la producción, el de la distribución, de la infraestructura y el sistema político.



2. Crear una comisión multinacional que permita que la presente experiencia, sirva de base para próximos encuentros del foro, y facilite los trabajos futuros sobre el tema.
3. Crear una red de contactos a nivel latinoamericano y del caribe para mantener una comunicación constante y una retroalimentación sobre los aspectos fundamentales del proyecto de integración, por medio de redes sociales y e-mail.
4. Retomar las experiencias de integración del pasado y sistematizar sus beneficios y focalizar sus deficiencias.
5. Hacer una calendarización de los trabajos y crear una hoja de ruta para sacar adelante los trabajos, y pedir a la secretaria del foro, se logre de manera permanente la realización de este taller en reuniones futuras.

Propuesta de Creación de Comisión (composición y responsables serán definidos en la próxima reunión del GT)

Los participantes en el Taller sobre el Proyecto Político Económico y Social de Latinoamérica y el Caribe y la necesidad de avanzar en el proceso de integración regional como herramienta fundamental de resistencia a la contraofensiva neoliberal y de profundización de los cambios que reclaman los pueblos de la región resuelven:

Crear la comisión permanente de programa político económico y social de Latinoamérica y el Caribe.

Establecer que será función de la Comisión recolectar y producir información y todo tipo de elaboración teórica relacionada con la integración regional.

Dar continuidad permanente al taller de proyecto político económico y social de Latinoamérica y el Caribe iniciado en este XXI encuentro del Foro de San Pablo

8.3. Revisión de la crisis global mundial y las tendencias de la globalización en el siglo XXI

Responsable: Rodrigo Cabezas, PSUV

ESPERAMOS EL ENVÍO DEL INFORME.

8.4. Despatriarcalización

Responsables: Adolfo Mendoza, MAS IPSP Bolivia, y Senadora Dolores Padierna, PRD México

Con la participación de mujeres y hombres de partidos y organizaciones políticas de América Latina, el Caribe y de más de 10 países, así como feministas, integrantes de organizaciones sociales y civiles comprometidas con las causas de la libertad, la igualdad y la justicia desde una visión de izquierda, celebramos el acierto de convocar y realizar este taller, abriendo una reflexión profundamente novedosa que nos invita a valorar con visión crítica y constructiva nuestros propios procesos, políticos, sociales, comunitarios y personales a la luz de la despatriarcalización.

Presentamos este resolutivo al pleno del Foro, con base en las siguientes

CONSIDERACIONES



La reflexión sobre los procesos y luchas que en los últimos años se vienen desarrollando en algunos países de América Latina nos muestra que en los procesos políticos son las mujeres y los pueblos indios quienes más han avanzado, tomando conciencia y presencia de sus derechos, logrando la construcción de sus organizaciones.

El tema nace en Bolivia gracias al entronque entre despatriarcalización y descolonización, entre la lucha por la tierra y el territorio y la lucha de las mujeres contra las formas de dominación, vinculado también al proceso Constituyente, asume y recrea la despatriarcalización de la sociedad y del Estado, como un asunto primordial de la sociedad, reconociendo lo inacabado de su proceso que busca deshacer, de construir un sistema para dar lugar a uno nuevo, proyecta la eliminación del patriarcado como sistema opresor.

A diferencia de otras miradas, la mirada despatriarcal tiene el aditamento de que no se trata de una forma de liberación solo de las mujeres sino de ambos, de hombres y mujeres, una liberación por parte de la sociedad, que destruye las diferentes maneras de dominación capitalista, colonial y patriarcal.

Es importante que la izquierda asuma que este tema es tan importante como la nacionalización de los recursos naturales, el cambio climático y otros temas estratégicos. Muchos compañeros y compañeras consideran que no podemos pelear contra el capitalismo y la colonia dejando de lado el patriarcado, como tema central de nuestras luchas. Una lucha que se libra en todos los espacios, desde los barrios, en la escuela, la fábrica, hasta los gobiernos.

Nos hemos interrogado ¿Qué hacer ante la persistencia del patriarcado? ¿Cómo despatriarcalizar nuestra sociedad, nuestra forma de comprender la vida, nuestra manera de relacionarnos? Despatriarcalizar significa modificar las condiciones sociales y el modo de producción y distribución de la riqueza, como la sobrerrepresentación de los hombres en los espacios de toma de decisiones y dificultades para asumir la problemática del cuidado, por ello un paso básico es alcanzar una conciliación trabajo/familia.

Por ello despatriarcalizar requiere que mujeres y hombres compartamos y seamos corresponsables del cuidado de los seres humanos, el trabajo dentro y fuera del hogar, las decisiones políticas y económicas y el tiempo de ocio, esto implica un cambio cultural profundo, que requiere comprender que uno de los productos nefastos del patriarcado es el machismo.

Sin duda uno de los temas más urgentes para atender, con gran atraso en la legislación para llevarlo a la vida práctica, es la independencia económica y el trabajo no remunerado de las mujeres, este constituye el ejemplo más agudo y cotidiano, por ello denunciar y visibilizar esta realidad es ir al corazón de las relaciones de poder en el ámbito económico. Quienes desde la izquierda creen que estos temas son superficiales, si creen que lavar y cuidar niños es una discusión que dista de la esencia del tema económico, están equivocados. Sobre las espaldas de las mujeres está una pirámide ascendente profundamente desigual que sostiene la explotación. Por ello es importantísimo discutir estos temas, para llegar al meollo de los asuntos económicos en América Latina y en el mundo.

Asignaturas pendientes son también el tema de la conciliación trabajo/familia y la economía del cuidado que siguen ausentes de la agenda de los partidos de izquierda; es necesario situar el debate no en función de las conductas individuales de hombres y mujeres sino de la estructura social. El machismo tiene que ser pensado en términos de intercambios y condiciones sociales que remiten a fenómenos estructurales, como la división del trabajo, que otorga a los hombres poder en lo público y a las mujeres poder en lo privado.



La política neoliberal desarrolló una perspectiva hacia las mujeres como “víctimas que deben ser protegidas”, que no permite abordar el problema de la violencia de género; y en cambio conceptualiza a los hombres como victimarios, depredadores y criminales.

Al individualizar la causa de la violencia se echa una cortina de humo sobre las causas económicas y culturales. Es necesario vincular la división sexual del trabajo, con el mandato de la masculinidad y los mecanismos sociales y políticos que hacen posible el mantenimiento de la violencia, rechazando el modo paternalista que ve a la violencia de género como un problema donde hay que proteger a las mujeres víctimas y castigar a los hombres victimarios.

Debemos ir hacia una visión que visibilice el engrane que articula las violencias: económica, simbólica y sexual. Además, la estructura patriarcal de la sociedad hace que también grandes sectores de mujeres sean machistas. El machismo es fuente de sufrimiento, no solo de quienes lo padecen, sino también de quienes lo perpetran, dificultando una convivencia más justa.

No podemos pelear contra el capitalismo y el colonialismo dejando de lado el patriarcado, como tema central de nuestras luchas. Una lucha que se libra en todos los espacios, desde los barrios, en la escuela, la fábrica, hasta los espacios de decisión. Cabe señalar que en algunos países de América Latina se ha avanzado en el tema de paridad en los espacios de representación política. Sin embargo los avances no pueden ser solo numéricos.

Las izquierdas enfrentan no solo al capitalismo sino al patriarcado y al colonialismo, de ahí la necesidad de aportar elementos para dar un salto de una política de género hacia la despatriarcalización, la que aporta elementos que nacen de la problemática de las mujeres y que buscan propuestas de reorganización del conjunto de la sociedad, donde logremos la masificación del feminismo.

La mirada despatriarcal no trata de una forma de liberación solo de las mujeres sino de hombres y mujeres, una liberación para la sociedad, que destruye las diferentes maneras de dominación capitalista, colonial y patriarcal.

No podemos discutir patriarcado fuera de contexto de lucha de clases, de la lucha anti colonial, de la lucha anti imperialista, de la lucha contra el neoliberalismo y el sistema capitalista. La emancipación de las mujeres está vinculada a la emancipación humana. Sin embargo tampoco podemos entender la lucha de clases sin la perspectiva de las mujeres, es un problema de ida y vuelta.

En los países desarrollados hay un retroceso en el reconocimiento de los derechos de las mujeres. Los gobiernos están echando abajo todas las leyes que buscan la igualdad. Esto tiene repercusión en temas como salud reproductiva, seguridad social y derechos sociales.

La lucha central por la paridad no es solo en los partidos o los espacios de representación sino que debe darse en todos los niveles como un principio democrático asumiendo que no se trata sólo de paridad en la toma de decisiones, sino de lograr la paridad en el proceso educativo, en el cuidado, en las actividades domésticas.

Encontrando caminos y acciones aplicables, donde su cumplimiento pase por mecanismos que nos permitan resultados efectivos y no simulaciones.

Es importante que los partidos de izquierda aborden la corresponsabilidad, legislar en favor de cuidados profesionalizados.

Para avanzar en la despatriarcalización, ratificamos la necesidad amplia de alianzas, que incluyan a nuestros partidos y nuestras organizaciones. Es de ellos que esperamos una alianza con las mujeres.



El Foro de Sao Paulo busca generar acuerdos desde la izquierda que permitan acabar con la desigualdad, pero la desigualdad entre hombres y mujeres no es todavía una auténtica bandera de nuestros partidos, no se ha contemplado el debate sobre despatriarcalización ni sus alcances, la forma como se encuentra organizado, la integración de sus delegaciones, la decisión de los temas a tratar no asume un compromiso con la igualdad de género. Mientras no se despatriarcalice la formación de partidos no se va a despatriarcalizar la sociedad.

Despatriarcalizar y descolonizar la sociedad pasa por construir nuevos horizontes y constituye la más profunda transformación y ruptura que va de los cambios macro sociales en las dimensiones política, cultural, social, económica, hasta los cambios comunitarios y personales, en una deconstrucción y reconstrucción de los valores de las costumbres, con un pensamiento que pone al centro a las personas y la búsqueda de su bienestar y la felicidad.

En virtud de lo anterior acordamos las siguientes

RESOLUCIONES

I. Proponer al Grupo de Trabajo que el próximo Foro incorpore un seminario de evaluación de los gobiernos, la valoración de los logros y desafíos alcanzados en el tema de despatriarcalización. Evaluar en qué hemos avanzado.

II. Socializar la discusión que se dio en el Taller a través de un documento que recoja los contenidos del mismo, y que sea distribuido ampliamente en el Foro de Sao Paulo, incluyendo el nivel regional para llevarla a todos los partidos.

III. Es impostergable impulsar una agenda de la despatriarcalización al interior de cada uno de los partidos y las organizaciones de izquierda de América Latina, para que estos asuman sus directrices, como un eje transversal en su organización y en su propuesta política.

IV. Realizar una primera propuesta de los temas que debe contener una agenda mínima del Foro de Sao Paulo, con respecto de la despatriarcalización, para que el Grupo de Trabajo y los partidos políticos la discutan y la enriquezcan con el objetivo de presentarla en el siguiente Encuentro.

V. Se recogen las siguientes propuestas de agenda mínima:

1. Luchar por el derecho irrestricto a decidir sobre el propio cuerpo es un punto fundamental, que se encuentra vinculado a la salud reproductiva, la maternidad voluntaria, el aborto y los temas de la diversidad sexual.

2. Es necesario debatir y generar políticas sobre la economía del cuidado, lo que implica recuperar el valor del trabajo doméstico y reflexionar sobre la distribución de los costos de reproducción de nuestra sociedad con respecto del producto interno. Implica también impulsar una legislación sobre dependientes, que profesionalice los espacios de cuidados, regule los permisos paternos, tal como algunas sociedades lo han logrado.

3. Avanzar hacia la construcción de alianzas con las organizaciones sociales y políticas de izquierda, con feministas y organizaciones de mujeres, para profundizar el tema e impulsar propuestas relacionados con la despatriarcalización.

4. Fortalecer las organizaciones de las mujeres dentro de nuestros partidos y promover como contenido fundamental en la formación política la despatriarcalización y la perspectiva de género encaminadas al buen vivir.

5. Impulsar el debate y el consenso dentro de la izquierda que permita definir el tipo de feminismo que pase por la conceptualización del género dentro de nuestros partidos, donde



la despatriarcalización no es ajena a la lucha de clases, a la lucha contra el neoliberalismo y al sistema capitalista.

V. Nos pronunciamos por la búsqueda con vida de los 43 normalistas desaparecidos en Ayotzinapa, Guerrero, México, y al esclarecimiento de los cuerpos que han sido encontrados en las fosas durante la búsqueda de los mismos, exigimos justicia para el Pueblo mexicano del que somos hermanas y hermanos.

8.5. Los Derechos Humanos en Latino América y El Caribe

Responsable: PC México

El taller se abrió con la participación del 1º secretario del PCM Pável Blanco Cabrera, el cual expresó su preocupación por el avance de la violación de Derechos Humanos DDHH dentro de países que pertenecen al FSP, de igual manera por el resurgimiento de la desaparición forzada y el uso del paramilitarismo. También expresó un saludo fraternal a las organizaciones de Colombia y Puerto Rico presentes. La participación del camarada se cerró haciendo un llamado para considerar que en la "izquierda" la crítica debe dejar de ser sofocada, pues es necesario criticar los procesos progresistas y esto no significa estar en el campo de la contrarrevolución. Ejemplificó con el caso de México país en que además del Partido en el poder de Estado, también las organizaciones que se dicen progresistas reprimen a la organización popular, tal es el caso de los normalistas de Ayotzinapa.

Organización o Partido: Embajador de la República Saharaui Ahmed Mulai Ali
Denunció la existencia de graves violaciones a los Derechos Humanos en su país, por ejemplo las torturas y desaparición que el ejército marroquí. Hizo explícito que en los observadores de la ONU fueron bloqueados por el veto de Francia como miembro del consejo de seguridad. El embajador hizo una denuncia de la ONU como un instrumento de los países poderosos. Entregó un documento pidiendo se considerara en las resoluciones del FSP. Llamamiento General la ejecución del Plan de paz firmado por el Reino de Marruecos. 1. Exigir al Consejo de Seguridad y a la asamblea 2. Establecimiento de un mecanismo de vigilancia de los derechos humanos y 3. Manifestar preocupación por la continua violación de los Derechos Humanos en el Sáhara Occidental.

Organización o Partido: Partido Nacionalista de Puerto Rico, Dr. María Meneses Albizu
Se expuso la violación a los derechos Humanos en Puerto Rico por parte de los EU que mantiene una ocupación colonial que lleva a la colonización física e ideológica. Los principales derechos humanos que son violados en el país a los que se avocó la ponencia fueron: Derecho a la libertad, en que denunciaron la existencia de presos con más de 30 años en cárceles de EU; la tortura a presos políticos; derecho a la intimidad; el derecho a la vida y el derecho a la libre expresión. Presentó propuesta de resolución

Organización o Partido: Orador David Flores, Marcha Patriótica, Colombia
El patrón de Violación de Derechos Humanos
Presentaron una explicación sobre los procesos de la violación de derechos humanos. 1. Estigmatización y criminalización, 2. Amenazas contra dirigentes, 3. Judicialización, 4. Asesinato, 5. Impunidad, 6. Quitar derechos políticos a las agrupaciones políticas y militantes (por ejemplo Piedad Córdoba) y 7. Liquidación.



Presentaron un manifiesto en que organizaciones firmen para exigir al gobierno el respeto a los derechos humanos de compañeros participantes en la Marcha patriótica, en especial de Esmer Montilla, Ingrid Pinilla, José Samuel Rojas y Ramiro Atehortua.

Organización o Partido: Partido Comunista Colombia

Genocidio y aniquilamiento sistemático en América Latina como práctica del capitalismo en la sociedad moderna.

Presentaron un estudio destacando que el genocidio en la sociedad moderna que está en relación con el aniquilamiento de grupos humanos, pero también el aniquilamiento simbólico que implica la memoria. El estudio de caso fue el proceso de la Unión Patriótica que además de ser aniquilada físicamente también el Estado buscó fomentar el olvido de la lucha.

Organización o Partido: Ángel Gonzalo, Partido Comunista de México

Violación a los DDHH en México

Nos encontramos en un marco de terrorismo de Estado y paramilitarismo. Se pasó lista a los casos más recientes destacando los estados de Guerrero, Puebla, DF y Oaxaca como los principales. Se reiteró que van más de 100mil muertos por la “guerra contra el narco”, alrededor de 350 presos políticos en Puebla y cuando menos 32 activistas asesinados entre 2012 y 2014 correspondientes a la gestión del Enrique Peña Nieto.

Organización o Partido: Coordinadora Estatal de Trabajadores de la Educación de Guerrero.

El representante de la CETEG explicó la lucha contra la reforma educativa y la represión que el Estado ha desatado contra ellos. Señalaron que fue un Gobierno del PRD quien ha hecho la represión más violenta dentro de Guerrero en los últimos años, tal es el caso de los 43 normalistas de Ayotzinapa desaparecidos. Se expuso una cronología de los acontecimientos del 26 de septiembre y la manera como la CETEG acogió la lucha de los normalistas.

Demandas principales: Libertad a presos políticos de la CETEG y el Respeto a los luchadores sociales.

Organización o Partido: Puebla libre

Se presentó un recuento sobre la represión contra las agrupaciones políticas en Puebla, datos sobre el incremento de pobreza en el mismo estado, los proyectos de despojo y privatización que han llevado a choques clasistas y al no respeto de DDHH. Punto relevante con que se ejemplificó la situación de represión fue la criminalización de la protesta, aprobación de la ley bala, la detención de militantes de la UPVA. Junto con esto se hizo una denuncia del actuar de Rafael Moreno Valle que como cabeza del gobierno de Puebla es culpable del aumento de la represión contra luchadores sociales en Puebla.

Las demandas que la organización pidió solidaridad: presos políticos, en especial el caso de Rubén Sarabia Sánchez “Simitrio”, sus hijos y los más de 241 presos políticos que del Estado de Puebla.

Organización o Partido: Ehecatl Sarabia, UPVA 28 de octubre e hijo de “Simitrio”

Se presentó una exposición sobre la represión que la 28 de octubre ha padecido en los últimos años. El secuestro de sus militantes, el empleo de grupos de choque o paramilitares para desalojar de sus centros de trabajo a los comerciantes afiliados a la 28 de octubre. Actualmente la organización cuenta con 7 perseguidos políticos entre quienes se encuentra



la esposa e hijo de "Simitrio", además de pedir el respeto a estos compañeros se pide la libertad de los presos políticos de la UPVA. LA organización aprovecha para denunciar que un caso similar de represión vive la también organización poblana Cholula viva y digna.

Organización o Partido: Guillermo Bonilla miembro del Comité Ejecutivo Nacional, Federación de Trabajadores Independientes (Tamaulipas)

Presentó el caso de denuncia sobre la desaparición forzada de un dirigente nacional de la FTI que desempeñaba trabajo en el Estado de Tamaulipas de nombre Enrique López Gutiérrez, quien también era miembro de la dirección política nacional del Partido Comunista de México. Los trabajos que había venido desempeñando era de trabajo sindical con la creación de 2 sindicatos con trabajadores de municipios de Tamaulipas y con un sindicato de la construcción recién fundado que inició con 300 trabajadores de la construcción que implicó un trabajo férreo contra los controles de la CTM y otros sindicatos corporativizados.

Se exigió la presentación con vida de Enrique López Gutiérrez, así como cese al acoso político contra los militantes comunistas y de la FTI que en Tamaulipas han tomado formas de paramilitarismo con el empleo de grupos criminales organizados.

Organización o Partido: Alfredo Rojas Díaz Durán, PT México

Presentó un informe sobre los trabajos que el FSP ha encaminado por la vertiente de los Derechos Humanos, y reiteró la importancia de hacer uso de los derechos humanos para exigir justicia, acudir a tratados nacionales y convenciones internacionales. El informe retoma elementos históricos sobre la evolución de los derechos humanos y la manera por la cual los gobiernos de distintos estados han reconocido la necesidad del reconocimiento de los Derechos Humanos. Retomando el caso de México enumero acciones políticas de presión que se han ejercido demandando el respeto a los Derechos Humanos, entre las acciones se menciona la clausura simbólica de la Comisión de Derechos Humanos del Distrito Federal.

Organización o Partido: David Flores, Marcha Patriótica, Colombia

La cuestión carcelaria y el imperialismo penitenciario carcelario. Pide que los presos políticos sean reconocidos como víctimas del conflicto armado en Colombia debido a que en realidad no son terroristas sino luchadores sociales. Denuncio la sobrepoblación de las cárceles y la existencia del lema "nadie entra nadie sale" por sobre el derecho a la libertad.

Organización o Partido:

Asunto de Chalchihuapan y colonia la resurrección.

Denuncia violación a derechos humanos contra comunidades de población indígena. También denuncian que mediante una reforma aprobada a la ley orgánica municipal en diciembre del 2013 se anula el gobierno de los pueblos, por lo que se desconoce a sus gobernantes de cargo -presidente auxiliar- a partir del 2019. También denuncian que la movilización popular para mostrar descontento llevo a que en Julio fueran desalojados de un bloqueo los pobladores con el uso de la fuerza pública, lo que dejó como saldo la muerte del menor de 13 años José Luis Alberto Tlehuatlé Tamayo y resultaron lesionadas en diverso grado otras personas manifestantes.

Con esta intervención finalizan la presentación de casos para el Taller no. 5.

Se abrió la participación para comentarios generales.



- Manuel Oropeza Flores: Comenta que los Derechos Humanos son un discurso de resistencia al capitalismo global, por lo que la "izquierda debe hacerse una autocrítica para repensar de qué manera se recupera o utiliza a los derechos humanos. Hace un llamado a no fragmentar sino sumar esfuerzos pensando los Derechos humanos desde lo social.

- Ángel Chávez: menciona que los Derechos humanos son para las agrupaciones no de izquierda sino comunistas una herramienta de lucha, pues se sabe que al ser el Estado quien garantiza los derechos, quienes luchamos por un cambio radical y no por reforma nos confrontamos con el Estado y sabemos que no es neutro pues está al servicio de la burguesía. Por tanto no es posible que el estado burgués nos garantice el derecho a la vida, a la libertad y otros derechos humanos más que en realidad no pueden ser conseguidos para el conjunto de la población dentro del capitalismo.

Con esta participación se cierra el Taller 5.

Resolución

El XXI Foro de Sao Paulo, habiendo conocido de la situación de pobreza que existe en todo México y particularmente en la entidad de Puebla, la más pobre de todo el territorio, lo que ha agravado la necesitada calidad de vida de la población poblana, denunciemos la práctica política y de claro corte neoliberal que representa el Gobernador del Estado de Puebla, Rafael Moreno Valle Rosas, quien ha colocado al pueblo poblano en una situación histórica, donde las violaciones directas y sistemáticas a los Derechos Humanos se ha vuelto parte del día a día, a fin de favorecer a los negocios de los grandes grupos financieros, industriales, comerciales y turísticos.

El XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo denuncia la violencia sistematizada y las múltiples violaciones a los Derechos Humanos en la entidad poblana y rechaza la aplicación de la Ley mordaza; ley de expropiación exprés; la reforma a la Ley orgánica municipal; la ley que privatiza el servicio de agua potable; la ley bala (misma que cobro la vida de un niño); la pretendida reforma a la constitución del Estado que atenta contra la municipalidad, en aras de concesionar servicios al capital privado; en fin la lista es larga.

El XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo denuncia la pérdida de libertad de cerca de 241 personas quienes han sido encarceladas, procesadas y con orden de aprehensión por motivos políticos y demanda del gobierno del Estado de Puebla la inmediata libertad de Rubén Sarabia Sánchez "Simitrio", Atltonatihu Rubén Sarabia Reyna, Luis Fernando Alonso Rodríguez, Xihuel Sarabia Reyna, Rita Amador López y cinco compañeros quienes cuentan con órdenes de aprehensión, todos ellos pertenecientes a la UNIÓN POPULAR DE VENDEDORES Y AMBULANTES "28 de Octubre"; Adán Xicale Huitle, Pícale Coyol, así como 12 compañeros de ellos cuentan con órdenes de aprehensión, todos del MOVIMIENTO "CHOLULA VIVA Y DIGNA"; Jairo Montes Bautista, Presidente auxiliar de Chalchihuapan, preso junto con el Presidente auxiliar de San Miguel Canoa y el Presidente de la junta auxiliar de la Resurrección.

8.6. Los pueblos indígenas

Responsables: delegación de Guatemala y de FMLN El Salvador



En el taller de Pueblos Indígenas del XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo, realizado en la Ciudad de México, las y los representantes de los partidos políticos miembros presentamos a la Plenaria las siguientes recomendaciones, conclusiones y acuerdos:

El año de 1992 marca el regreso articulado y organizado de la resistencia indígena y la lucha por nuestro patrimonio territorial, ya que nosotros aymaras, quechuas, mayas, zapotecos, mapuches, nahuas, tojolabales, vivris, lenkas, guambianos, guaraní, incas, boras, rapanui, kukapas, paes, ngobes, nasas y muchos más pueblos, que nos llevaría muchas páginas para nombrarlos aquí y un tanto más a nuestras lenguas con todos sus variantes, estamos de pie y en lucha. Nosotros, pueblos originarios desde antes de la llegada de los imperios, ya recorríamos montañas, costas, pastizales, bosques y demás territorios. Fuimos los primeros en conocer esta tierra.

Estábamos integrados en armonía con la naturaleza, nuestras creencias, deidades, nuestros cultivos, nuestro sustento, rituales y modos de vida nos guiaban. Hoy queremos eso nuevamente, es decir, otro mundo posible para nosotros, para todas y todos en América Latina y el Caribe.

Con la llegada de los imperios mercantiles-capitalistas, tuvimos que luchar, resistir y para vivir y tener descendencia para seguir siendo pueblos originarios, pueblos dignos y pueblos auto determinados.

Los Estados nacionales independientes que fundaron nuestra querida América Latina no ayudaron tampoco para salir de nuestra marginación con respeto, y en muchos casos siguieron con el exterminio. Ese año de 1992 nos hizo pensar políticamente que nosotros no celebramos la visión dominante Del Encuentro de Dos Mundos. NO, NOS DIÓ NUEVAMENTE LA CLARIDAD DE LA LUCHA POR LA DIGNIDAD INDÍGENA. Y AQUÍ ESTAMOS EN ESE PROCESO DE LUCHA POR LA AUTODETERMINACIÓN DE LOS PUEBLOS ORIGINARIOS DE AMÉRICA LATINA. Somos muchos y seremos más.

Los partidos políticos miembros del Foro de Sao Paulo tenemos dentro de nuestra estructura organizativa y también dentro de nuestros países pueblos indígenas como LUCHADORES activos e impulsores de procesos reivindicativos, de resistencia y de cambios estructurales contra la economía neoliberal y contra el racismo y la cultura excluyente. Pero siempre va faltar hacer más y es una demanda que ponemos en este XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo.

NO ESTAREMOS COMPLETOS EN LA LUCHA CONTRA LA DESIGUALDAD, LA MARGINACIÓN, LA SOBREXPLORACIÓN CAPITALISTA, SIN LAS PROPUESTAS COMUNITARIAS DE NOSOTROS LOS PUEBLOS ORIGINARIOS.

Somos casi 55 millones de indígenas a lo largo y ancho de nuestra América Latina y el Caribe, de una población de casi 760 millones de personas. Sí, somos apenas un 7 por ciento, pero vamos creciendo. Nos hemos hecho sabios y pacientes a fuerza de exterminio y marginación. Eso también no lo ha enseñado la Madre Tierra, la PACHAMAMA.

En algunos países conformamos un porcentaje menor, en otros somos la mayoría de la población, como en Guatemala y Bolivia, por citar algunos casos.

En pocos países se cuenta con instrumentos políticos propios de los pueblos indígenas, sin embargo, muchos miembros de los pueblos indígenas hemos sido y somos parte vital de los procesos revolucionarios, tanto armados como pacíficos en América Latina, pues constituimos una fuerte base social y aliados estratégicos de los partidos y movimientos reivindicativos de izquierda. En Guatemala y Ecuador se ha avanzado con la creación de



partidos políticos con orígenes y visión indígena, lo cual es positivo en el posicionamiento de los pueblos indígenas como sujetos políticos.

No obstante nuestra incesante lucha y resistencia contra el exterminio y el saqueo de nuestros territorios y bondades que nos da la naturaleza, en ellos seguimos enfrentado genocidio, racismo, discriminación, colonización, expoliación, criminalización y exclusión de los procesos de representación política en los diferentes Estados del continente, en la legislación y en las políticas públicas de los gobiernos neoliberales.

Aquí seguimos en la necia, nuevamente denunciemos la persecución mediática, política y las amenazas en contra de nuestras representaciones indígenas de izquierda.

Estamos conscientes del valioso aporte de los pueblos indígenas desde nuestras cosmovisiones y nuestras formas propias de organización social y política, especialmente porque nos identificamos plenamente con el socialismo de América, pues desde nuestras prácticas comunitarias ancestrales prevalece el sentido profundo de colectividad que se manifiesta en la defensa de nuestros bienes naturales, nuestro territorio y de una relación armónica con la madre naturaleza, como de nuestra contribución a la lucha contra la corrupción.

Tenemos un hermano en una presidencia de la región andina, el hermano Evo Morales, pero falta mucho para la autodeterminación y la vida digna indígena. Evo nos hace sentir orgullosos, pero también nos pone en la lucha con nuevos retos y compromisos. Asumimos ese reto desde la Tierra del Fuego hasta Tijuana. SEA TODO POR UN BUEN VIVIR.

A NUESTROS HERMANOS MESTIZOS QUE NO SÓLO NOS ACOMPAÑAN, SINO QUE ASUMEN NUESTRAS LUCHAS POLÍTICAS, REVINDICATIVAS Y PROSOCIALISTAS COMO PROPIAS, LOS SALUDAMOS.

Tenemos retos importantes, tales como:

- a) el reconocimiento de la necesaria representación política al interior de nuestros partidos;
- b) el logro de la transformación de nuestros Estados a Plurinacionales e incluyentes, que reflejen la composición real y diversa de nuestros países a todo nivel en los ámbitos legislativos, de políticas públicas y en el sistema judicial;
- c) que la solidaridad internacional de izquierda y progresista partidaria y entre países, reconozca a los pueblos indígenas como sujetos políticos y aliados estratégicos.

Asimismo, nos pronunciamos condenando la criminalización a la lucha social y exigimos la inmediata libertad de todos los presos políticos de América, líderes indígenas detenidos injustamente por defender el territorio y la vida.

Recomendaciones

1. Revalorar la presencia de los Pueblos Indígenas, la vigencia de sus derechos históricos y colectivos, así como el pleno respeto a su cosmovisión, patrimonio cultural, formas de organización social y política.
2. Que el Foro de Sao Paulo reconozca la lucha de los Pueblos Indígenas en la defensa del patrimonio territorial, cultural y de la biodiversidad frente a los Estados Nacionales y los megaproyectos neoliberales, e incluso algunos de corte neo desarrollistas que atentan contra la Madre Tierra.
3. Incorporar en la agenda de los partidos de izquierda la agenda indígena y derechos contenidos en instrumentos jurídicos internacionales y nacionales, tales como el convenio 169 de pueblos indígenas y tribales, así como apoyar las luchas y proceso propios de los pueblos indígenas, garantizando la representación indígena en sus organismos de dirección y cargos de representación popular.



4. Asumir como factor estratégico la participación y representación de los pueblos indígenas en igualdad de condiciones en los procesos de lucha y construcción de gobiernos progresistas y de izquierda.

5. A partidos políticos hermanos, tener una decisión política afirmativa y visible hacia a los instrumentos políticos propios de los pueblos indígenas, brindando la confianza en los mismos.

6. Promover la realización de actividades de intercambio nacional o regional de nuestros partidos políticos sobre el tratamiento del tema de identidad, cultura y derechos de los pueblos indígenas.

7. Construir las agendas legislativas y de gobiernos de izquierda que se traduzcan en políticas públicas y leyes con perspectiva indígena.

8. Garantizar la representación indígena en los organismos de dirección y cargos de representación popular, priorizando la paridad de género e inclusión de las juventudes.

9. Que el Foro de Sao Paulo se pronuncie en solidaridad en petición por la liberación de los Presos Políticos:

- en México con Nestora Salgado García, Arturo Campos Herrera, Gonzalo Molina, Marco Antonio Suastegui, Mario Luna Ramos, Fernando Jiménez Gutiérrez, Ruben Sarabia Sánchez, Atitanatihu Ruben Sarabia Reyna, Luis Fernando Alonso Rodríguez, Adán y Paul Xicale;

- en Guatemala con Rigoberto Juárez, autoridad indígena Q'anjob' al de Santa Eulalia Huehuetenango, Domingo Baltazar, Arturo Pablo, de Barillas, y todos los presos políticos en el país.

Propuesta de redacción para la Declaración Final:

“El Foro de Sao Paulo reconoce la presencia de la lucha los Pueblos Indígenas, como legítimos aportes a otro mundo posible y con alternativas propias y diversas. Los Pueblos Indígenas, defienden el patrimonio territorial de América Latina frente a los megaproyectos extractivistas neoliberales, e incluso algunos de corte neo desarrollista, que destruyen la madre tierra. El Foro de Sao Paulo, reconoce la vigencia de los derechos históricos y colectivos, las cosmovisiones, los valores multiculturales y las formas de organización social y política de cada pueblo originario”

Acuerdos

1. Conformar la Red de Autoridades Parlamentarias y Partidos Indígenas del Foro de Sao Paulo.

2. Celebrar el Primer Encuentro Internacional de Parlamentarios, Autoridades y Representantes de los Pueblos Indígenas, con la participación de organizaciones de la sociedad civil y académicas, para construir la agenda indígena de la región.

Propuesta de calendario:

- 1ª Reunión preparatoria: enero 2016, Guatemala, Guatemala;

- 2ª Reunión preparatoria: mayo 2016 (sede por confirmar);

- Encuentro Internacional: mes anterior a la realización del Encuentro

- Segundo Taller de Pueblos Indígenas, en el marco del XXII Encuentro:

Así lo acordaron los partidos participantes del Primer Taller de Pueblos Indígenas del XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo



8.7. Migraciones

Responsable: FMLN El Salvador

Síntesis del panel sobre migraciones

1. PARTICIPANTES

Ponentes: 16 personas.

Asistentes: 45 personas.

2. TEMAS ABORDADOS

Origen de la inmigración y la mercadotecnia. La migración es inherente al ser humano, es natural. Causas de la migración: condición de desigualdades expresadas en la exclusión y marginalidad, la violencia promovida por razones políticas y por el crimen organizado y la reunificación familiar. Los derechos humanos de migrantes, contemplados en la Convención Internacional sobre derechos de trabajadores migrantes y sus familias de las Naciones Unidas. Capacidad de incidir de la comunidad migrante en sus países de origen y en los países donde viven en: lo económico, cultural, social y político. La migración en el sur de México, características de deshumanización. Características de la migración en las Rutas del Migrante en México: crisis humanitaria. Criminalización de los migrantes por los países imperialistas gobiernos que están a su servicio, violando totalmente los derechos humanos de trabajadoras y trabajadores y sus familias. Los Estados y los Gobiernos como parte de los Estados no se preparan para recibir de manera digna a las y los deportados: no han generado condiciones para su inserción en su país de origen. La inversión que hacen los gobiernos al tema migratorio es ínfima, aunque reciban un % alto de remesas en relación con el PIB. Las remesas no tienen una política pública para la educación, la producción y la generación de empleo, pasando a constituir un alimento del modelo neoliberal en el consumismo. Para disminuir la migración se requiere que los gobiernos y estados diseñen y ejecuten planes de desarrollo sustentables que generen empleo, educación, seguridad ciudadana, satisfacciones y felicidad a las familias. El derecho a la reunificación familiar como un componente sustancial de la migración no está asegurado, lo que ha causado una crisis humanitaria sobre los derechos de niñas, niños y adolescentes a estar con su mamá y su papá y tener a su familia. El imperio califica como delincuentes a niñas y niños que tiene privados de libertad al sur de los Estados Unidos.

3. ACUERDOS:

- Realizar un Encuentro sobre el tema migratorio en la República Dominicana.
- Promover un movimiento de parlamentarias y parlamentarios de América Latina y el Caribe hacia el Congreso y Senado de los Estados Unidos, para abordar la situación migratoria.
- En México realizar un Encuentro Nacional sobre los Derechos Humanos de migrantes en su territorio, donde participen Senadores, Diputados, Gobernadores y Presidentes de Ayuntamientos Municipales, para abordar la crisis humanitaria de la población migrante por el territorio mexicano, en la búsqueda de medidas de protección.
- Solicitar y promover el derecho al refugio en el caso de la población migrante.
- Organizar y crear un Observatorio Internacional para los derechos humanos del migrante de América Latina y el Caribe y que sea instalado en el sur de México.



- En las diferentes propuestas sobre la protección a los derechos humanos de la población migrante incorporar el derecho a la reparación de daños.
- Promover la unidad en el Foro de São Paulo para defender los Derechos Humanos de los migrantes.
- Participar en la reunión de la CELAC sobre el tema migratorio en El Salvador, el 4, 5 y 6 de septiembre 2015, en el marco de la "Semana del Migrante". El Gobierno de El Salvador es anfitrión de este evento.
- Que el Foro de São Paulo y la Comisión de Migración gestionen una audiencia en reunión de Presidentes de la CELAC, para proponer que en forma conjunta aborden el tema migratorio ante los Estados Unidos de Norte América y plantear revisión y reformas de las leyes y políticas migratorias en cada país, sustentados en los derechos humanos.

8.8. Rol de los Medios de Comunicación en América Latina y el Caribe - Análisis y Propuesta comunicacional del FSP

Responsable: Jorge Drkos, Frente Transversal Argentina

Resolución

Los participantes en el Taller de Medios de Comunicación proponemos:

1. Construcción de la Red de Comunicadores del FSP, donde cada partido u organización integrante, nombre un responsable en la materia y exista una coordinación general de la misma.
2. Creación de una base de datos, socializando la información sobre medios, periodistas, comunicadores, responsables políticos que, al respecto, tenga y proponga cada miembro.
3. Elaboración de un informe bimensual sobre la situación de cada país por dichos delegados, pudiendo, en caso de que se lo considere apropiado, reemplazar el mismo por documentos o artículos propios o de terceros que expresen el objetivo de este punto.
4. Remisión de enlaces, sitios y notas en la web, que sean considerados importantes para el seguimiento cotidiano de noticias sobre la actualidad Latinoamericana y mundial.
5. Realización de un encuentro de capacitación anual para los delegados en comunicación de cada integrante del FSP.
6. Intercambio de contenidos audiovisuales, sonoros y gráficos de materiales que aborden la realidad latinoamericana elaborados por los distintos capítulos nacionales del FSP, o bien por organizaciones políticas o sociales sobre temáticas relevantes para el proceso de integración regional.
7. Remisión de materiales producidos por la institucionalidad regional: CELAC, ALBA, UNASUR y MERCOSUR y toda otra información de estructuras afines a la materia.

9. DECLARACIÓN FINAL

Los partidos integrantes del FSP, reunidos en la Ciudad de México, DF, del 29 de julio al 1 de agosto de 2015 bajo la consigna "Igualdad, equidad, justicia social, desarrollo sustentable y soberanía, signos del cambio de Nuestra América", damos a conocer nuestra posición sobre



diversos temas relacionados con la situación internacional y de nuestra Gran Patria Latinoamericana y Caribeña.

Agradecemos a los partidos mexicanos miembros del FSP, especialmente al Partido de la Revolución Democrática (PRD) y al Partido del Trabajo (PT), por auspiciar este XXI Encuentro, en este momento en que los países latinoamericanos y caribeños buscamos profundizar la integración regional con base a los principios de solidaridad entre los pueblos, desarrollo con cooperación y complementariedad, justicia social, democracia y participación popular.

La celebración en el actual momento histórico que vive América Latina y el Caribe, del XXV Aniversario de la creación del FSP, fruto de la iniciativa del ex Presidente brasileño Luiz Inácio Lula da Silva y del líder histórico de la Revolución Cubana, Fidel Castro Ruz, nos permiten confirmar, con el avance incuestionable de las fuerzas de izquierda en la región, la trascendencia histórica de la fundación de esta agrupación de partidos y movimientos políticos.

El Foro ha contribuido en medida importante al logro de estos avances y, ahora que el imperialismo y las oligarquías nacionales a su servicio continúan y profundizan la contraofensiva con el objetivo expreso de restaurar en el poder a las fuerzas conservadoras de la derecha, el hecho que la izquierda latinoamericana y caribeña se mantenga unida en torno a este proyecto adquiere particular vigencia y constituye una necesidad insoslayable para el futuro de nuestros pueblos.

Después de veinticinco años de la creación del FSP, una de las experiencias más exitosas y unitarias de la izquierda en la región latinoamericana y caribeña y en el mundo, el balance de la situación política en la región es favorable a las fuerzas políticas que lo componen. Cuando fue creado el FSP, un solo país de esta región, Cuba, estaba gobernado por un partido perteneciente al Foro, y hoy, además de Cuba, estamos en los gobiernos de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Ecuador, El Salvador, Nicaragua, Uruguay y Venezuela, a los que debemos sumar cientos de gobiernos subnacionales. La izquierda, con diferentes procesos de acumulación, en los últimos años no ha perdido las elecciones en ningún país de América Latina después de haberlas ganado. La izquierda ha ido revalidando su representatividad en las sucesivas contiendas electorales y ha sido desplazada mediante golpes de estado cuando la derecha no pudo acceder al gobierno por medios democráticos, como en Honduras y Paraguay. Hoy América Latina vive, ya no una época de cambios, sino un cambio de época.

Ante enormes desafíos, los revolucionarios y progresistas del continente debemos reafirmar nuestra convicción de que la defensa de lo alcanzado hasta hoy, independientemente de las limitaciones que se manifiestan en los procesos históricos y de los errores que puedan cometer los protagonistas de estas luchas, es un deber insoslayable; tener claro que nuestro enemigo principal es el imperialismo y la derecha oligárquica aliada a este y que sirve a sus intereses, además de sus propios, y pretenden borrar las conquistas económicas, políticas y sociales alcanzadas; y por ende, la soberanía e independencia nacional conquistada.

Unidad en la diversidad, y la construcción de bloques amplios en torno a un proyecto político común, son condiciones indispensables para poder continuar librando y venciendo este combate. El antiimperialismo y la defensa de las identidades nacionales y regionales en



torno a la construcción de un nuevo modelo político y social, ante la penetración económica e ideológica de los poderes imperiales, deben ser pilares que abracemos los hombres y mujeres que nos sentimos comprometidos con los ideales de los próceres de nuestra independencia.

En esta coyuntura resulta muy importante que los partidos políticos de izquierda continuemos articulando mecanismos y vías de comunicación y relacionamiento con los movimientos sociales. Reconocemos los significativos aportes de estos movimientos al proceso actual de transformaciones, donde en algunos casos son claramente la vanguardia de los cambios revolucionarios, y denunciaremos la política de penetración del imperialismo sobre determinadas organizaciones representativas del ámbito social.

El FSP reconoce y respeta la presencia de la lucha de los pueblos indígenas como legítimos aportes a otro mundo posible y como alternativas propias y diversas. Los pueblos indígenas defienden el patrimonio territorial de Nuestra América frente a los megaproyectos extractivistas neoliberales que destruyen la Madre Tierra. Reconoce y respeta también la vigencia de los derechos históricos ancestrales y colectivos, los valores de vida comunitaria y respeto a la Madre Tierra, y las formas propias de organización social, política y de ejercicio democrático de cada pueblo originario.

Un nuevo modelo económico y social alternativo al neoliberal que rompa y supere el sistema capitalista, debe contener un atributo imprescindible: el rompimiento con los aun existentes sistemas patriarcales de organización social y política. En ese marco el FSP se compromete con la igualdad plena de todas las personas y demanda la garantía de sus Derechos Humanos independientemente de su género, orientación sexual e identidad de género. Asimismo, el FSP se compromete con las políticas públicas y acciones afirmativas a favor de los afrodescendientes.

Los miembros de los partidos del FSP reconocemos que para lograr una sociedad verdaderamente justa y equitativa es imprescindible la presencia y participación de las mujeres en los diferentes sectores de la sociedad. Es necesario modificar los roles y patrones tradicionales que han sido asignados y asumidos históricamente de forma diferente por hombres y mujeres, desde una perspectiva despatriarcalizadora; deben crearse las condiciones para la emancipación total de la mujer que destierre las bases de la discriminación y la violencia contra la mujer y elimine las brechas de género que aún subsisten al interior de nuestros países. Las políticas y estrategias de nuestros partidos deben asegurar de jure y de facto el empoderamiento de las mujeres en condiciones de igualdad, con paridad de participación, tanto en el ámbito público como en el privado. Continúa siendo un desafío para los partidos de izquierda y revolucionarios el reconocimiento de la agenda feminista como un eje transversal de la incorporación de la agenda de las mujeres y de un correcto enfoque de género en las políticas, programas y acciones que se diseñan en la lucha contra la derecha, el capitalismo opresor, depredador y patriarcal, y la contraofensiva imperial de estos tiempos.

Los procesos progresistas y de izquierda llevados adelante en América Latina y el Caribe prácticamente representan una excepción en un mundo que transita un tiempo de descenso relativo de la unipolaridad estadounidense hacia una situación multipolar en un contexto de



crisis económicas, sociales y políticas, así como conflictos armados con implicaciones globales como la agresión y ataque del Gobierno de Israel al territorio palestino, en particular a Gaza, los ataques de EUA y de la OTAN a Irak y Libia, que han llevado al crecimiento de grupos armados fundamentalistas como el “Estado Islámico” (EI), y las agresiones externas multinacionales en contra de Siria. Se señala también la injerencia externa en Ucrania a partir de la alianza entre EUA y la UE con grupos neo-nazistas, tendientes a aislar a Rusia. Las contradicciones entre esta alianza y los independentistas de ciertas regiones del este de Ucrania provocaron la confrontación de ellos con el ejército de este país. Condenamos los ataques ucranianos contra la población civil y demandamos el inmediato cese de fuego. El FSP exige el pleno respeto a la soberanía de Ucrania.

Estos conflictos son expresiones del nuevo diseño de la geopolítica mundial donde Estados Unidos de América trata de afirmar la validez de la hegemonía o reaccionar a las presiones que sufren. En Irak está en disputa una de las principales regiones productoras de petróleo. En el caso de la crisis en Ucrania hay una reacción del Gobierno de Putin a rechazar las provocaciones de la OTAN, organización militar de carácter agresivo e expansionista, realizando maniobras militares afianzando su control en las fronteras con Rusia. En respuesta a las sanciones impuestas por EUA y la Unión Europea a Rusia, el Gobierno de este país decidió embargar la compra de alimentos de estas economías. Esta medida afecta fuertemente a los agricultores de estos países y anima a nuevos proveedores, especialmente los países agroexportadores de América Latina.

Reafirmamos nuestro compromiso con el contenido de declaraciones anteriores, en particular la del XX Encuentro realizado en La Paz, Estado Plurinacional de Bolivia, en agosto de 2014. Apoyamos la constitución del Estado Palestino de acuerdo con las resoluciones de la Organización de las Naciones Unidas, con soberanía sobre los territorios ocupados por Israel desde 1967, nos solidarizamos con la lucha del pueblo saharauí que está impulsando el Frente Polisario y la RASD por los derechos territoriales que les asisten y que están siendo negados por la monarquía marroquí desde 1975. Asimismo, exigimos al Consejo de Seguridad y demás organismos de control de la ONU la vigilancia de los Derechos Humanos en los territorios ocupados por el reino de Marruecos. Saludamos al Presidente de la RASD, Mohamed Abdelaziz, e instamos a los gobiernos de Nuestra América a que reconozcan a este Gobierno permitiendo la apertura de sedes diplomáticas en sus países.

En ese sentido, también apoyamos la independencia plena de Puerto Rico y exigimos la inmediata liberación de Óscar López Rivera, así como condenamos todas las formas de colonialismo, en particular la persistencia de la dominación europea sobre países como Martinica, Guadalupe, Aruba, Bonaire, Curazao, Islas Vírgenes Estadounidenses, San Bartolomé, Anguila, Montserrat, Islas Vírgenes Británicas, Bermuda, Islas Turcas y Cayos, Islas Caimán, San Eustaquio, San Martín y la llamada Guyana Francesa, y reafirmamos su derecho a la autodeterminación. De la misma forma, reivindicamos la recuperación de la soberanía de Argentina sobre las Islas Malvinas como una causa latinoamericana y caribeña. Asimismo, expresamos nuestra inequívoca voluntad de mantener a América Latina y el Caribe como región de paz y libre de guerras, con relaciones de cooperación y complementariedad entre nuestros países. En tal sentido, como sugiriera el Papa Francisco, respaldamos toda iniciativa que apunte a superar, sobre la base del diálogo y el respeto al



derecho internacional, el diferendo boliviano-chileno mediante la salida soberana de Bolivia al mar.

Expresamos nuestra solidaridad al pueblo de República Dominicana por ocasión del 50 Aniversario de la invasión y ocupación militar liderada por EUA en abril de 1965.

En este marco de confrontaciones militares, también existe una ofensiva de las fuerzas capitalistas neoliberales y del imperialismo, a través de sus corporaciones multinacionales, empresas y de la banca internacional, buscando controlar los recursos naturales, especialmente los bosques, los mares y las fuentes de agua, que generan conflictos socio-ambientales, territoriales y culturales y violan sistemáticamente los derechos de las comunidades campesinas, indígenas originarias y afrodescendientes en los cinco continentes, comunidades que deberían ser consultadas de acuerdo a la declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos colectivos de los pueblos indígenas a fin de respetar sus derechos territoriales.

Los recientes desarrollos en Europa han confirmado la verdadera naturaleza política de la UE y su modelo de integración - un proceso que, distintamente de los procesos en nuestra América Latina, se caracteriza por su objetivo de dominio económico e político de los grandes grupos multinacionales y de un directorio de potencias cada vez más arrogante, violento e intransigente, como demostrado en el caso de Grecia. El caso griego ha demostrado que la UE de la "solidaridad e cohesión" no existe. Expresamos nuestra solidaridad con los trabajadores y los pueblos griego e europeos en la resistencia contra las imposiciones de la UE, en su lucha en defensa de sus derechos sociales y laborales alcanzados al largo de décadas de lucha, contra las privatizaciones de funciones estatales sociales y de sectores estratégicos de las economías nacionales, en defensa de la democracia y de la soberanía nacional. Desde el FSP queremos denunciar el proceso de recorte de libertades y la escalada de represión en el Estado Español, cuya finalidad es neutralizar el ascenso de los movimientos populares a favor de la justicia social y el cambio político. La nueva Ley de Seguridad Ciudadana, conocida popularmente como "Ley Mordaza", la reforma del Código Penal y otras normas jurídicas que reintroducen de facto la Cadena Perpetua, asociado a una línea de utilización claramente abusiva de las Unidades Especiales de intervención policial, son expresiones claras de este clima que señalamos. Los pueblos de España y Grecia demostraron que es posible revertir las tendencias electorales que fortalecían las políticas de ajustes fiscales antidemocráticos y antipopulares.

El FSP lucha por defender el medio ambiente, los recursos naturales, los mares, los bosques, el agua, los hidrocarburos, la rica y extensa biodiversidad, y los derechos de la Madre Tierra. Asimismo, lucha contra los desastrosos impactos del incremento de los gases de efecto invernadero, en camino hacia la COP-21 en París en diciembre de 2015 sobre cambio climático, buscando un acuerdo y compromisos globales que eviten el avance del deterioro de nuestra Madre Tierra, además de impulsar una economía y cultura productiva sostenible, sustentable, renovable, con prácticas solidarias y Buen Vivir e Vivir Bien, superando el tipo de economías primario-exportadoras sometidas al mercado mundial e impulsando políticas que permitan el desarrollo de los procesos de industrialización que generen trabajos dignos para nuestros países.



En este sentido, expresamos nuestra solidaridad con la posición ecológica, humanista y reivindicativa del Gobierno y del pueblo de Ecuador en su lucha contra la transnacional petrolera Chevron, que tanto daño ha causado a su Amazonía y a varios pueblos del mundo.

Apoyamos los esfuerzos dirigidos a continuar estimulando la participación de agrupaciones políticas de izquierda del Caribe en el FSP, dirigida a una mayor integración entre nuestros partidos, movimientos y pueblos.

En el momento actual afloran dos elementos políticos de la mayor importancia. Uno de ellos es la indiscutible continuidad en el avance de las fuerzas progresistas y de izquierda en América Latina y el Caribe. Felicitamos a los pueblos de Bolivia, Brasil y Uruguay por las victorias obtenidas en las elecciones presidenciales de 2014, con las respectivas fórmulas electorales de Evo Morales Ayma y Álvaro García Linera, Dilma Rousseff y Michel Temer y Tabaré Vázquez y Raúl Sendic.

Expresamos nuestro apoyo y confianza en el liderazgo histórico de la Revolución Cubana y en el Partido Comunista de Cuba, que conducen el proceso de actualización del modelo económico y social hacia la consolidación de un socialismo próspero y sostenible, con gran importancia estratégica y económica para el país y para toda América Latina y el Caribe.

Saludamos las victorias recientes de Cuba, como la libertad de los 5 Héroes cubanos que estaban encarcelados en prisiones estadounidenses por luchar contra el terrorismo practicado contra el pueblo cubano, y la retirada de Cuba del listado de países que promueven el terrorismo.

Respaldamos la decisión soberana de Cuba de restablecer relaciones diplomáticas con EUA, en el camino hacia una eventual normalización de los vínculos bilaterales sin hacer concesión alguna a los principios defendidos por la Revolución a lo largo de más de 56 años. Ha sido este hecho trascendental, el fruto de la resistencia del pueblo cubano y de la solidaridad permanente de sus hermanos latinoamericanos y caribeños. Según el propio Presidente de EUA, Barack Obama, en su discurso de 17 de diciembre del año pasado, la política con pretensiones de aislar a Cuba “provocó un aislamiento regional e internacional” de EUA.

A pesar de eso, se mantiene el criminal, injusto e inhumano bloqueo comercial, financiero y económico sobre la Isla, y aunque el pueblo y Gobierno cubanos han sabido salir adelante, debemos continuar nuestra lucha por el levantamiento de ese cerco. Igualmente debemos luchar por impedir la aplicación de leyes de carácter extraterritorial con las cuales EUA pretende presionar a gobiernos y empresas amigas de la Isla, y también por la desactivación de la base militar estadounidense en Guantánamo y la devolución de ese territorio a la soberanía de Cuba.

Saludamos al mensaje social y espiritual del Papa Francisco, el primer Papa latinoamericano, en su gira por Ecuador, Bolivia y Paraguay, invitando a los movimientos sociales a la lucha por la tierra, un techo y trabajo digno para todos, e invitando a la juventud a la protesta con propósitos de solución a los problemas que confrontan.



En Centro América se presenta una situación política en la que se combinan la izquierda en el gobierno (el FSLN en Nicaragua y el FMLN en El Salvador), crecientes e importantes espacios institucionales en manos de la izquierda (LIBRE en Honduras y el Frente Amplio en Costa Rica), y expresiones de lucha popular masiva en contra del poder de las oligarquías, que ha entrado en una grave crisis de legitimidad, detonada por los escándalos de corrupción (Honduras y Guatemala), denunciando a los regímenes militaristas de Honduras y Guatemala que continúan asesinando sistemáticamente y haciendo prisioneros a dirigentes políticos y sociales de la oposición, y tanto los autores materiales como intelectuales de los mismos continúan impunes.

Condenamos la criminalización de las luchas sociales en varios países, particularmente en Colombia, Perú, Paraguay, Guatemala y Honduras. En Guatemala y Honduras, las alianzas militar-oligárquicas que gobiernan estos países recrudecen la represión contra los pueblos indígenas y los movimientos reivindicativos en defensa de los bienes naturales, la tierra y sus territorios, que están siendo invadidos y saqueados por empresas nacionales y transnacionales. Expresamos nuestra preocupación por la escalada de violencia en Paraguay y la persecución y criminalización al movimiento popular. Repudiamos los asesinatos a dirigentes campesinos, periodistas y militantes sociales. Exigimos la liberación de los presos políticos y el inmediato esclarecimiento de la masacre de Curuguaty. Alentamos el significativo avance de las fuerzas de izquierda paraguayas con el Frente Guazú, que en noviembre de este año disputará las elecciones municipales en el 85% de los municipios del país.

Apoyamos las experiencias políticas y sociales que demandan cambios sustanciales en las leyes que permiten la corrupción y limitan la participación electoral democrática de las fuerzas de la izquierda y de las diversas expresiones de la sociedad.

Expresamos también nuestra preocupación por la grave situación de violación a los Derechos Humanos que padecen las y los migrantes sudamericanos, caribeños, centroamericanos y mexicanos, todos cruzando el territorio de México, donde existe una crisis humanitaria, hacia EUA. Demandamos el respecto a su vida e integridad física y a sus derechos, y la no criminalización de la migración con la garantía del derecho a la movilidad humana o a migración. Nos preocupa la detención de cientos de niñas, niños y jóvenes por las autoridades migratorias estadounidenses y condenamos las actitudes xenofóbicas de grupos conservadores del país que buscan expulsarlos violando sus propias leyes. Nos solidarizamos con el movimiento migrante en EUA en su demanda de una reforma migratoria integral. Asimismo, condenamos los asesinatos de la policía contra la población afrodescendiente y la criminalización permanente de las y los migrantes latinos en su territorio.

En ese contexto hay que destacar la hegemonía revolucionaria ejercida por el sandinismo en el poder en Nicaragua, donde se aprecian grandes avances en la reducción de la pobreza y de la desigualdad social, la democratización de la economía, la instauración de un modelo político con protagonismo popular, la equidad de género, la protección de la Madre Tierra y la restitución de derechos del pueblo nicaragüense, lo cual se expresa en el gran respaldo popular sostenido con que cuenta el sandinismo desde hace ya varios años. La gestión del actual Gobierno sandinista encabezado por el Presidente de Nicaragua, Comandante Daniel Ortega, ha garantizado este mejoramiento de las condiciones de vida del pueblo



nicaragüense, en el marco de un sostenido crecimiento económico que tendrá su consolidación sustancial con la construcción y puesta en marcha del canal interoceánico.

El actual Gobierno del FMLN, encabezado por Salvador Sánchez Cerén, miembro de la comandancia general en la guerra civil, negociador y firmante de los Acuerdos de Paz en 1992, continúa y profundiza los cambios de transición democrática en El Salvador iniciados en 2009 con el primer Gobierno de ese partido, en medio de una feroz contraofensiva mediática y con acciones directas sobre la vida pública del país. Asimismo, reiteramos nuestro apoyo incondicional al proceso de cambios que vive el pueblo salvadoreño y expresamos nuestra solidaridad ante la campaña de desestabilización que impulsan la oligarquía y fuerzas golpistas locales y extranjeras en contra del Gobierno del FMLN legítimamente electo, con la pretensión inequívoca de revertir las transformaciones alcanzadas y recuperar sus privilegios, y convocamos a nuestros miembros a participar y felicitamos al FMLN por la realización de su 1er. Congreso en noviembre de 2015.

Para avanzar en la ocupación y consolidación de espacios desde los cuales defender con efectividad los intereses populares, así como en el acceso de la izquierda al poder para emprender las transformaciones sociales y estructurales necesarias, se impone la imperiosa necesidad de la unidad de proyecto político y de acción, incluso en las elecciones, de todas las expresiones organizadas de la izquierda, así como a nivel de todo el movimiento popular social y revolucionario.

Declaramos nuestro respaldo al compañero Evo Morales, a su Gobierno y al MAS-IPSP, al mismo tiempo que felicitamos al pueblo boliviano por los grandes logros obtenidos en este proceso de cambios profundos: construcción del Estado Plurinacional, la aplicación de un modelo económico que genera excedentes y los redistribuye en beneficio de toda la población a través de distintos mecanismos, el inicio de un proceso de industrialización como resultado de la recuperación de la propiedad estatal de los recursos naturales, el protagonismo de los movimientos sociales en la transformación revolucionaria y la articulación del socialismo con el proyecto emancipador de los pueblos indígenas.

Exigimos la aparición en vida de los 43 estudiantes normalistas de Ayotzinapa, Guerrero, y de los más de 30.000 desaparecidos, así como justicia y verdad para los más de 100.000 muertos. Condenamos la política represiva y punitiva del Gobierno mexicano hacia los movimientos sociales, en especial el de los maestros, y exigimos su cese inmediato.

En Chile nos solidarizamos con el impulso de las reformas estructurales que plantea el programa de gobierno de la presidenta Michelle Bachelet, a la cabeza de la coalición Nueva Mayoría, por una nueva Constitución que supere la legada por la dictadura militar, y la demanda de Asamblea Constituyente impulsada por fuerzas de izquierda dentro y fuera del Gobierno, y la lucha del pueblo chileno.

En respuesta a estos logros, la derecha y ultraderecha fascista reinciden en implementar una estrategia de desestabilización en gran medida como reacción a su incapacidad de derrotar políticamente a las fuerzas populares que en sucesivas contiendas han resultado vencedoras.



México es de las escasas naciones latinoamericanas donde aún no ha llegado un partido de izquierda al Gobierno nacional. A pesar del evidente fracaso de una política económica que por espacio de 30 años no ha rendido frutos. Treinta años de estancamiento económico, entre crisis, devaluaciones y recesión. La inseguridad, el crimen, la corrupción y la impunidad siguen el panorama de todos los días. Ante este panorama, hacemos un llamado a la unidad de las izquierdas y a las organizaciones sociales, para que se constituyan en una alternativa viable para que el pueblo mexicano retome el rumbo del desarrollo y acompañe al proceso transformador que actualmente se está desarrollando en la mayoría de los países de Nuestra América.

Como parte de la contraofensiva global del imperialismo y de las derechas, es necesario alertar a los partidos y gobiernos de la región sobre el peligro de la restauración conservadora que actúa en nuestros países, a través de una amplia gama de instrumentos subversivos dirigidos y coordinados por EUA, conjuntamente con organizaciones políticas y sociales de la derecha, corporaciones transnacionales, medios de comunicación, entre otros actores contrarrevolucionarios, que atentan contra los gobiernos que en su opinión constituyen un obstáculo o afectan su interés global.

Actualmente está en curso lo que puede denominarse “guerra no convencional”, a ejemplo de agresiones militares como en el caso de Libia, y determinadas prácticas de influencia política de mediano plazo se combinan con una mayor radicalidad en las acciones desestabilizadoras, que desembozadamente procuran el llamado “cambio de régimen” mediante revueltas “supuestamente populares”, focos terroristas e injerencias imperialistas que pueden derivar en un conflicto armado, como es el caso sirio.

La República Bolivariana de Venezuela es una democracia asediada por el imperialismo y sus aliados. De hecho está sometida a una guerra permanente en lo político, económico y psicológico. El decreto del Presidente Obama, que declara a Venezuela una amenaza inusual a su seguridad y decreta la emergencia nacional, es una clara declaración de guerra y un peligro para la paz en la región. La campaña mediática de desprestigio del gobierno y las instituciones del Estado pretenden debilitar la soberanía popular; las acciones emprendidas por algunas ONGs de Derechos Humanos de dudosa actuación y la guerra económica acompañada de acciones subversivas y violentas buscan desmoralizar al pueblo y asaltar el poder por vías no democráticas. Sin embargo, en medio de las difíciles condiciones, el pueblo venezolano se organiza y se moviliza para participar y ofrecer al mundo una victoria contundente el próximo 6 de diciembre, en las elecciones parlamentarias en las que el pueblo chavista, bolivariano y antiimperialista habrá de triunfar

Debemos acompañar el desarrollo de la situación en Venezuela, apoyando las iniciativas de diálogo, y estar atentos a las elecciones legislativas del 6 de diciembre, siendo solidarios y apoyando incondicionalmente al PSUV y al Gran Polo Patriótico, que recientemente tuvieron una victoria expresiva en las previas electorales con un record de participación de 3.162.400 votantes.

En Brasil, luego de la cuarta victoria electoral nacional del PT, PCdoB y otros partidos y movimientos aliados en octubre de 2014, las fuerzas de derecha y conservadoras, con la activa colaboración de la gran prensa, sectores del Poder Judicial y de los aparatos



investigativos y coercitivos de los poderes públicos, han lanzado una ofensiva política con el objetivo de desestabilizar el Gobierno de la presidenta Dilma Rousseff, criminalizar y judicializar al PT y a la izquierda brasileña, y desacreditar e inhabilitar al compañero ex Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Aprovechándose de la investigación de actos de corrupción de funcionarios de carrera de la empresa Petrobrás, los ataques de las fuerzas neoliberales pretenden cambiar la legislación referente a esa empresa y a la exploración del petróleo del Pre Sal, buscando crear ambiente propicio a las empresas petroleras transnacionales. El FSP se solidariza con la izquierda brasileña y se posiciona en defensa de la democracia, de la legalidad constitucional y del legítimo mandato de la presidenta Dilma Rousseff, en contra las tentativas de golpe por parte de la derecha brasileña

Expresamos nuestro respaldo y solidaridad al Presidente Rafael Correa Delgado y a los miembros del Frente Unidos y a Alianza PAIS, así como a todo el pueblo ecuatoriano, frente a las manifestaciones beligerantes convocadas por la derecha conservadora ecuatoriana, que intentan fortalecerse a través de la consolidación de un golpe blando. Por estas razones apoyamos el llamado al Diálogo Nacional, convocado por el Gobierno ecuatoriano, que con el proceso de Revolución Ciudadana viene enfrentando la tarea de construir un país más equitativo, justo y solidario. Hacemos un llamado a las y los ecuatorianos a defender todo lo adquirido y al Gobierno, así como a estar en permanente vigilia frente a las posibles intervenciones no democráticas de los grupos de la burguesía, que quieren regresar al pasado, impidiendo de esta manera continuar con el mejoramiento de las condiciones de vida de amplios sectores de la población históricamente excluidos.

Especial mención merece el seguimiento y denuncia de los Tratados Bilaterales de Inversión firmados por nuestros países en la última década del siglo pasado, durante el auge del oscuro neoliberalismo, cuya aplicación puede constituirse, en estos momentos, en factor de profunda desestabilización económica y en instrumento de chantaje internacional a nuestros países, violando nuestra soberanía. Estas estrategias mediáticas, económicas, políticas y sociales, implementadas a nivel nacional e internacional, a menudo preceden a una invasión militar directa, pero también están presentes en la aplicación de los preceptos del llamado poder inteligente puesto en práctica en el periodo más reciente.

Todos estos procesos antidemocráticos contra nuestros pueblos siguen siendo ejecutados en estos días, como la acción de los Fondos Buitres intenta avanzar sobre Argentina, y constituyen una amenaza sobre América Latina y el Caribe utilizándose de instrumentos del capital financiero. Se trata de un novedoso ataque que pretende recuperar la incidencia del neoliberalismo sobre los gobiernos. En ese sentido, resaltamos los esfuerzos y nos solidarizamos con el Gobierno de Argentina liderado por Cristina Fernández de Kirchner de impedir que prospere este nuevo ataque del poder financiero internacional.

Los gobiernos de Chile, Colombia, México y Perú firmaron en abril del 2011 la creación de la Alianza del Pacífico (AP) que, según la Declaración de Lima, trata de “alentar la integración regional, así como un mayor crecimiento, desarrollo y competitividad” de las economías de sus países y “avanzar progresivamente hacia el objetivo de alcanzar la libre circulación de bienes, servicios, capitales y personas”. Además, en 2012 se retomaron las negociaciones para firmar un Acuerdo Estratégico Transpacífico de Cooperación Económica, o TPP por sus siglas en inglés, tratado de libre comercio multilateral que involucra a 12 naciones: Estados



Unidos de América, Japón, Australia, Nueva Zelanda, Malasia, Brunei, Singapur, Vietnam, Canadá, y los latinoamericanos México, Perú y Chile. Es en ese mismo sentido que en muchos de nuestros países, se vienen desarrollando actividades en torno a la denuncia de otras formas de intromisión a través de los tratados como puede ser la negociación del TISA (por sus siglas en inglés) que, pese al secretismo en su negociación, hemos podido acceder informaciones que encienden una luz roja de alerta por los contenidos del mencionado tratado.

Tanto la AP como el TPP buscan impulsar los Tratados de Libre Comercio (TLC) con los países de la cuenca del Pacífico, que han tenido hasta ahora resultados nefastos para nuestros pueblos. Se trata de una creación de los gobiernos de EUA y de las potencias imperialistas que buscan dividir la integración económica, comercial, política y cultural de los pueblos latinoamericanos y caribeños, expresada en los diferentes procesos propios de Nuestra América. El FSP rechaza estas dos formas de subordinación a las grandes potencias.

En este contexto, se destaca la importancia de las reuniones de los BRICS (Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica) celebradas en Fortaleza - Brasil, en 2014, y en Ufa - Rusia, en 2015, y sus decisiones que crearon el Nuevo Banco de Desarrollo y la "Cuota Acuerdo de Reserva". Asimismo, las reuniones de la Organización de Cooperación de Shanghái, entre los BRICS y la UNASUR, y entre China y la coordinación de la CELAC y la Cumbre del G-77 más China. Estas representan importantes arenas de discusión y cooperación soberana entre bloques que comparten su malestar con los mecanismos actuales de gobernanza global que todavía responden a la escena internacional establecida hace más de medio siglo y que ya no corresponde a la realidad.

Desde la perspectiva de la unidad e integración latinoamericana, así como de las relaciones Sur-Sur, es importante actuar con mayor pro-actividad en el fortalecimiento de todos los mecanismos de integración y foros políticos regionales como la UNASUR y la CELAC - el instrumento de interlocución de América Latina y el Caribe. De la misma forma el Mercosur, así como el Área Complementaria establecida entre ellos, el ALBA, PETROCARIBE y CARICOM, los que juntos constituyen la cuarta economía del mundo. En este sentido, el FSP debe avanzar en propuestas concretas que consoliden estos procesos de integración y, cuando estos mecanismos de integración plantean la constitución de parlamentos, defendemos que sean de composición plural. No obstante entendemos imprescindible la coordinación y el intercambio entre los parlamentarios pertenecientes a los partidos miembros del FSP.

Respaldamos la Proclama de América Latina y el Caribe como Zona de Paz y Libre de Colonialismo, aprobada en la II Cumbre de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC), efectuada en La Habana en enero de 2014, como documento político histórico de especial trascendencia, que precisa y defiende el derecho de nuestros pueblos a decidir soberanamente su propio destino, sin injerencias externas. Apoyamos los esfuerzos de la CELAC en el camino de la construcción de un proyecto estratégico de integración genuinamente latinoamericano y caribeño.

Saludamos los resultados alcanzados en la VII Cumbre de las Américas, celebrada en Panamá en abril pasado, donde se demostró la capacidad de nuestros países de mantenerse firmes



ante las pretensiones hegemónicas del imperialismo. La participación de Cuba por primera vez en estas Cumbres y el respaldo prácticamente unánime a la Revolución Bolivariana ante los ataques del Gobierno de EUA marcaron la actuación de Latinoamérica y el Caribe.

Es fundamental que el Mercosur continúe con el proceso de ampliación de la integración iniciada en el Cono Sur, mediante la realización de las medidas necesarias e imprescindibles para su consolidación en todos los planos, sobre todo en el desarrollo de la iniciativa del Mercosur Social y Productivo. En este marco, debemos darle un impulso definitivo a la incorporación como miembros plenos de Bolivia y Ecuador, como señal inequívoca de solidez del proceso de crecimiento del Mercosur y de la región a nivel internacional. La reanudación de la iniciativa regional requiere acelerar los procesos focales de integración y las cadenas de suministro regionales, la integración energética y de infraestructura, los planes estratégicos, la acción social y la consolidación del Banco del Sur.

El logro de una paz justa y democrática en Colombia es fundamental para la estabilidad de la región. Respaldamos resueltamente el diálogo entre las FARC-EP y el Gobierno colombiano, resaltamos la necesidad del cese al fuego bilateral permanente y de la humanización del conflicto, y tomamos como propias las conclusiones del II Foro por la Paz en Colombia realizado en Montevideo en junio 2015. Nos complace el acuerdo alcanzado por las partes en la mesa de negociación el pasado 12 de julio de invitar a integrarse a la sub comisión del Cese al Fuego a un delegado del Secretario General de la ONU y a un delegado de la Presidencia de UNASUR, para la discusión sobre monitoreo y verificación de lo que se acuerde respecto al punto. Saludamos la designación por parte de la Presidencia Pro Tempore de UNASUR del compañero José Bayardi, del Frente Amplio de Uruguay, para cumplir dicha función. Apoyamos y exhortamos la apertura formal de negociaciones con el ELN y el inicio de contactos con el EPL. Saludamos y vemos como altamente positivo el nuevo gesto del cese al fuego unilateral decretado por las FARC e instamos al gobierno del Presidente Santos a hacer los máximos esfuerzos para lograr un real desescalamiento del conflicto.

Convocamos a todas y todos a la batalla que constituyen las próximas elecciones presidenciales en Argentina, en el mes de octubre de este año, respaldando y apoyando a la fórmula Daniel Scioli y Carlos Zanini. En estas elecciones, la disputa es nuevamente intensa entre las fuerzas populares y de izquierda contra la derecha y los medios de comunicación, que siguen cumpliendo el papel de principales "partidos de oposición". Esa victoria es de gran importancia para la continuación del proceso de transformaciones económicas, sociales y políticas en la región latinoamericana y caribeña.

Mostramos nuestra preocupación por el retroceso producido en el caso del Gobierno del Perú, que habiendo ganado las elecciones con las fuerzas de la izquierda que forman parte del FSP y los movimientos sociales, está actualmente alineado con las fuerzas ideológicas y económicas del neoliberalismo extractivista. El pueblo peruano lucha contra el continuismo neoliberal y pro imperialista, por un gobierno democrático y patriótico. Nos solidarizamos y apoyamos a los movimientos sociales campesinos, indígenas, trabajadores, jóvenes, afrodescendientes y mujeres, que junto con las organizaciones de izquierda y progresistas marchan hacia las elecciones generales de abril del 2016, construyendo desde abajo una propuesta de gobierno y poder patriótico, democrático, de regeneración moral, solidario y



latinoamericanista, con un solo programa, un solo frente y un solo candidato elegido en primarias abiertas.

Así vamos avanzando y construyendo nuestros propios caminos, surgidos de nuestra propia realidad y de nuestra propia historia. Debemos impulsar y coordinar la convocatoria conjunta de partidos y organizaciones sociales, de comunidades y pueblos indígenas, y de comunidades afrodescendientes de la región a participar en el desarrollo del proceso de integración latinoamericano y caribeño, convirtiendo esta causa en una de nuestras principales reivindicaciones políticas. Sólo el desarrollo de este proceso integracionista garantiza la autodeterminación y la soberanía de nuestros países y, una vez que nuestros pueblos asuman esta bandera, el proceso será irreversible.

Rendimos justo homenaje al legado de las y los fundadores del FSP, simbolizados en los que no nos acompañan físicamente pero están presentes en nuestras luchas: Gladys Marín, Schafick Handal, Tomás Borge, Hugo Chávez, Ana María Stuart y Javier Díez-Canseco.

Finalmente agradecemos al FMLN de El Salvador por su ofrecimiento a auspiciar el XXII Encuentro del FSP en el año de 2016.

10. PLAN DE ACCIÓN 2015-2016, APROBADO EN EL XXI ENCUENTRO

1. Atención a las elecciones de 2015/2016:

- 6 de septiembre de 2015: elecciones generales en Guatemala
- 7 de septiembre de 2015: Elecciones parlamentarias en Trinidad Tobago
- 25 de octubre de 2015: elecciones presidenciales en Argentina
- 25 de octubre de 2015: elecciones municipales y departamentales en Colombia
- 29 de noviembre de 2015: elecciones presidenciales en Haití
- Noviembre de 2015: elecciones municipales en Paraguay
- 6 de diciembre de 2015: elecciones parlamentarias en Venezuela
- 7 de febrero de 2016: elecciones municipales en Costa Rica
- 5 de mayo 2016: elecciones en República Dominicana
- Abril de 2016: elecciones generales en Perú
- 4 de noviembre de 2016: elecciones en EUA

2. Seminario Internacional del PT México (marzo 2016).

3. Promoción de acciones en defensa de los DDHH en México, Curuguaty (Paraguay), EUA, Palestina. Responsable: PRD México (Irán Moreno).

4. República Sarauí: organizar misión de parlamentarios y dirigentes del Foro de Sao Paulo en el segundo semestre de 2015. Responsable: Partido Socialista Allendista (Esteban Silva, Partido del Socialismo Allendista).

5. Apoyar la realización del III Foro por la Paz en Colombia. Responsable: Delegación colombiana.



6. Apoyar y participar del Encuentro de Parlamentarios en solidaridad a Venezuela, días 30 y 31 de octubre de 2015 en Caracas. Responsables: SE y PSUV.

7. Organizar una misión de solidaridad a Colombia, formada por representantes de partidos del FSP y parlamentarios. Responsables: SE, Secretaría Andino Amazónica, Delegación colombiana y Frente Amplio Uruguay (Fernando López).

8. Encargar a la SE y la Secretaría Andino Amazónica de organizar un Seminario sobre medio ambiente y desarrollo sostenible, con énfasis en los temas de la Amazonia y de los ODS, con la posibilidad de realizarse en Ecuador. Responsables: PS Perú, Secretaria del FSP en el Perú, Secretaría Andino Amazónica.

9. Encargar la SE y la Secretaría Regional Cono Sur de organizar un debate sobre el tema del combate a la corrupción en el marco de los gobiernos progresistas y de izquierda. Responsables: Frente Amplio Uruguay, Secretaría Andino Amazónica y Delegación peruana.

10. Continuar el diálogo con la izquierda europea, particularmente sobre la resistencia al neoliberalismo, organizando durante el XXII Encuentro del FSP en 2016 un Seminario en el que el PIE presentará su análisis sobre la situación europea. Responsables: SE y PSUV.

10.1. Organizar un seminario conjunto FSP y PIE en marzo, abril o mayo del 2016 en Madrid, sobre el tema de la financierización de las economías europeas. Responsables: SE y PSUV.

11. Encargar a la SE + SMAC + Secretaría EUA de la organización de una campaña de información pública de solidaridad con Cuba, de lucha contra el bloqueo. Responsables: FSLN, FA (Uruguay) y MINH (Puerto Rico).

12. Encargar a la SE + SMAC + Secretaría EUA a estimular la celebración de actos demandando la liberación inmediata de Oscar López Rivera, frente a las embajadas de EUA en países de América Latina y el Caribe, el próximo día 23 de septiembre, fecha en que se conmemora el 147 aniversario del grito de Laren, principal fecha patriótica del movimiento independentista puertorriqueño. Responsable: MINH Puerto Rico.

13. Organizar una actividad sobre “La integración regional como destino común: los desafíos actuales”, en 4 y 5 de noviembre, en memoria de los 10 años del rechazo al ALCA en Mar del Plata. Responsable: SE-FSP y Delegación argentina.

14. Encargar a la SE y las Secretarías Regionales Cono Sur y Andino Amazónica de acompañar la Cumbre de Jefes de Estado de la UNASUR en noviembre/diciembre de 2015. Responsable: PSUV.

15. Encargar la SE y las Secretaría Cono Sur de acompañar la Cumbre conjunta MERCOSUR y UNASUR en Asunción, Paraguay, en agosto. Responsable: PSUV.

16. Definir un plan de trabajo frente a los Parlamentos de la integración regional, organizando una acción más articulada entre los y las parlamentarias de los partidos del Foro de Sao Paulo. Responsable: PSUV (Saúl Ortega, presidente del Parlasur).



17. Actividades en defensa de los derechos de los migrantes:

- Realizar un Encuentro sobre el tema migratorio en la República Dominicana.
- Promover un movimiento de parlamentarias y parlamentarios de América Latina y el Caribe hacia el Congreso y Senado de los Estados Unidos, para abordar la situación migratoria.
- En México realizar un Encuentro Nacional sobre los Derechos Humanos de migrantes en su territorio, donde participen Senadores, Diputados, Gobernadores y Presidentes de Ayuntamientos Municipales, para abordar la crisis humanitaria de la población migrante por el territorio mexicano, en la búsqueda de medidas de protección.
- Solicitar y promover el derecho al refugio en el caso de la población migrante.
- Organizar y crear un Observatorio Internacional para los derechos humanos del migrante de América Latina y el Caribe y que sea instalado en el sur de México.
- En las diferentes propuestas sobre la protección a los derechos humanos de la población migrante incorporar el derecho a la reparación de daños.
- Promover la unidad en el Foro de São Paulo para defender los Derechos Humanos de los migrantes.
- Participar en la reunión de la CELAC sobre el tema migratorio en El Salvador, el 4, 5 y 6 de septiembre 2015, en el marco de la "Semana del Migrante". El Gobierno de El Salvador es anfitrión de este evento.
- Que el Foro de São Paulo y la Comisión de Migración gestionen una audiencia en reunión de Presidentes de la CELAC, para proponer que en forma conjunta aborden el tema migratorio ante los Estados Unidos de Norte América y plantear revisión y reformas de las leyes y políticas migratorias en cada país, sustentados en los derechos humanos.

18) Eje organizativo

18.1) Encargar a la SE y la Comisión de Arte y Cultura de coordinar las propuestas aprobadas en la reunión de la Comisión de Arte y Cultura realizada durante el XXI Encuentro: retomar el carácter permanente de la Comisión de Cultura del FSP; convocar a la Comisión de Cultura a reuniones de trabajo para diseñar y ejecutar su Plan de Acción. Esta convocatoria puede ser en el marco de la reunión del Grupo de Trabajo a realizarse en marzo de 2016 (en el marco del seminario de los partidos políticos del PT, México) y en el próximo Encuentro anual del Foro. Instar a todos los integrantes del FSP a participar activamente en la Comisión de Cultura, nombrando representantes en las convocatorias de trabajo de esta Comisión. Es necesario y urgente integrar al Plan de Acción del FSP las acciones correspondientes a la Comisión de Cultura, pudiendo garantizar entre otras acciones: realizar un Festival cultural en el próximo Encuentro del FSP; Vincular las acciones en cultura a espacios como la Red de intelectuales y luchadores sociales en defensa de la humanidad y Alba cultural. Responsables: SE y Comisión de Arte y Cultura.

18.2) Encargar a la SE y las secretarías regionales de dar seguimiento a los acuerdos organizativos aprobados en el XXI Encuentro del FSP, así como en los encuentros de jóvenes, mujeres, afrodescendientes e indígenas.

18.3) Realizar el III Encuentro de la Secretaría Europa del Foro de São Paulo en 2016 en Madrid. En esa ocasión, aprobar el plan de trabajo y definir la estructura organizativa de la Secretaría Europa, encargando al GT de aprobar la propuesta preliminar, cuyo borrador será



presentado por el FMLN El Salvador. Este III Encuentro de la Secretaría Europa podrá ser organizado en las mismas fechas del seminario FSP y PIE en Madrid (marzo, abril o mayo de 2016), siendo que el PIE está en la mejor disposición para apoyar la organización de este encuentro.

18.4) Buscar contactos con los partidos de izquierda en África por medio del African Left Networking Forum (ALNEF). Responsable: PCdoB Brasil.

18.5) Encargar a la SE y el Frente Transversal de Argentina de coordinar las propuestas aprobadas en el taller de comunicación: 1. Construcción de la Red de Comunicadores del FSP, donde cada partido u organización integrante, nombre un responsable en la materia y exista una coordinación general de la misma. 2. Creación de una base de datos, socializando la información sobre medios, periodistas, comunicadores, responsables políticos que, al respecto, tenga y proponga cada miembro. 3. Elaboración de un informe bimensual sobre la situación de cada país por dichos delegados, pudiendo, en caso de que se lo considere apropiado, reemplazar el mismo por documentos o artículos propios o de terceros que expresen el objetivo de este punto. 4. Remisión de enlaces, sitios y notas en la web, que sean considerados importantes para el seguimiento cotidiano de noticias sobre la actualidad Latinoamericana y mundial. 5. Realización de un encuentro de capacitación anual para los delegados en comunicación de cada integrante del FSP. 6. Intercambio de contenidos audiovisuales, sonoros y gráficos de materiales que aborden la realidad latinoamericana elaborados por los distintos capítulos nacionales del FSP, o bien por organizaciones políticas o sociales sobre temáticas relevantes para el proceso de integración regional. 7. Remisión de materiales producidos por la institucionalidad regional: CELAC, ALBA, UNASUR y MERCOSUR y toda otra información de estructuras afines a la materia. Responsable: SE-FSP, Frente Transversal AR (Jorge Drkos), PC Cuba y PRD México.

18.6) Reunión del Grupo de Trabajo del FSP en marzo en Ciudad de México o Montevideo.

18.7) XXII Encuentro del Foro de São Paulo: mayo de 2016, El Salvador.

18.9) Realizar Reunión específica del GT en solidaridad a la Revolución Sandinista en julio 2016 en Managua.

19) Otros eventos internacionales a consideración

- 22 de septiembre: inauguración de la 70ª. Asamblea General de la ONU, que discutirá los Objetivos de Desarrollo Sostenible.
- 5 al 8 de noviembre: Congreso del FMLN en El Salvador.
- 15 e 16 de noviembre: Cumbre del G20 en Turquía.
- 20 al 22 de noviembre: Congreso MSJ Trinidad y Tobago.
- 30 de noviembre a 11 de diciembre: COP-21 en París.
- 1 a 4 de diciembre: 10ª Conferencia Ministerial de la OMC.
- Enero de 2016: Encuentro de los países africanos y suramericanos (ASA) en Ecuador.

20) Temas pendientes de futuras discusiones

Debatir políticas de drogas y el tema del narcotráfico.

Posibilidad de alternar Encuentros anuales del FSP con el Festival Cultural.



11. ANEXOS

11.1. Pronunciamiento al XXI Encuentro del Foro de São Paulo realizado por Maite Mola, Vicepresidenta del Partido de la Izquierda Europea

Queridos compañeros y compañeras,

En nombre del Partido de la Izquierda Europea, quisiera antes que nada agradecer al Foro de São Paulo y a su Secretaria Ejecutiva por su invitación a participar en este encuentro. Quisiera agradecer también a los compañeros y compañeras de los partidos mexicanos organizadores por la amistad y fraternidad con la que nos han recibido. Es un gran honor poder estar aquí con los partidos del Foro de São Paulo, esos que han modificado la correlación de fuerzas en la región y en el mundo.

Traigo el saludo del Partido de la Izquierda Europea, un partido que reúne a 33 partidos de Europa de los cuales estamos aquí algunos como SYRIZA, el Partido de la Refundación Comunista de Italia, Die Linke de Alemania, Izquierda Unida de España y los Partidos Comunistas de España, Francia y Finlandia.

Tanto en América latina y el Caribe y sobre todo en Europa, hay una fuerte crisis y creemos que en esta fase la crisis estructural, económica, institucional y social se confrontan dos salidas, la que trata de imponer un modelo de sociedad cada vez más injusta, clasista y autoritaria, y por otro la que busca una salida profundamente democrática y social, que ponga la economía al servicio de la mayoría trabajadora. Ese es un reto que tenemos que resolver juntos, devolver la soberanía a las manos de los pueblos en Europa como ya se ha conseguido en una parte de América Latina y el Caribe, la Patria Grande. Este es el reto vital de la izquierda.

Porque la sociedad europea en un futuro próximo, la sociedad en la que viviremos en las próximas décadas dependerá de quien consiga imponer su modelo de salida de la crisis o la izquierda con nuestro modelo o ellos con Merkel a la cabeza.

Para conseguirlo tenemos que cambiar la UE, ahora supeditada a los intereses del capital e impedir uno de sus grandes objetivos, construir un gran mercado, más fácil de controlar que las dispersas economías nacionales, entregando toda la llamada área económica del Euro al capital multinacional, mediante el Tratado de Libre Comercio con EE.UU., tan parecido al denostado ALCA. La lucha contra ese Tratado es una de las principales tareas del PIE este 2015, y debemos ganar.

En este contexto neoliberal nunca debemos olvidar al imperialismo ya que el capital para asegurar su dominio y hacerse con el control de los recursos estratégicos, además de aumentar la explotación de las y los trabajadores, no duda en utilizar la guerra, los golpes de



estado duros y blandos y en crear conflictos artificiales dinamitando el Derecho Internacional, que es el conjunto de normas que la comunidad internacional adoptamos, para no volver a repetir la barbarie de la Segunda Guerra Mundial. Somos conscientes de la gravedad de la situación, pero la afrontamos con fuerza, copiando de ustedes Partidos del Foro de São Paulo.

La buena noticia es que existen amplios núcleos de resistencia capaces de construir una Alternativa, y hoy aquí en México DF debemos hacer un llamamiento para sumar fuerzas en torno a esa alternativa, que nos permita ganar el derecho a decidir nuestro futuro en la UE acabando con el dominio de la Troika y situando la economía, la política y las instituciones al servicio de las personas y sus necesidades.

Al neoliberalismo se le puede derrotar siempre y cuando las organizaciones políticas y sociales anticapitalistas cobremos conciencia, local e internacionalmente, de la necesidad de combinar discursos y programas políticos y económicos de carácter rupturista con potentes organizaciones de masas, dispuestas a la movilización estructurada y sostenida, para disputar la hegemonía cultural, política e ideológica para conseguir que las ideas del bien común formen parte del sentir de las personas como algo natural.

En Europa desde el 25 de enero tenemos una esperanza que se llama SYRIZA. Dijo SALVADOR ALLENDE que “Un obrero sin trabajo, no importa que sea o no sea marxista, no importa que sea o no sea cristiano, no importa que no tenga ideología política, es un hombre que tiene derecho al trabajo y debemos dárselo nosotros”.

Y los griegos han comprendido que la única fuerza política que puede hacer eso es SYRIZA, aún con las grandes dificultades por las que el Gobierno griego está pasando. Éste Gobierno abrió la TV pública, cerró los centros de internamiento para extranjeros que eran auténticas cárceles, ha auditado la deuda para determinar su legitimidad...en definitiva se desvió del camino austericida y esto la UE de los mercaderes no se lo podían ni pueden autorizar. La troika nunca quiso solucionar el problema griego con SYRIZA a la cabeza, lo que quieren es dominar y doblegar al Gobierno actual para volver a la época anterior y demostrar que ellos son los que mandan en la UE.

Para cambiar la relación de fuerzas se debe invertir. Grecia sola no puede con ese feroz enemigo. En pocos meses hay elecciones en España y Portugal, países que estamos al borde de la crisis humanitaria. Tenemos que avanzar fuerte en los resultados electorales, intentar llegar a los gobiernos.

No basta con estar todas y todos en la calle apoyando al pueblo griego para que la máquina demoleadora del capital no los arrase, no es un tema de solidaridad con el pueblo griego, si no de avance de nuestras luchas en nuestros países, frente a esta integración europea antidemocrática y neoliberal hay que poner en marcha un proyecto de integración democrático, social y cooperativo, ocupando calles e instituciones. La extrema derecha que crece electoralmente y ataca a las y los inmigrantes y exalta la islamofobia bajo el disfraz de



patriotismo no puede vencer. Este fenómeno que se extiende en toda Europa es un gran peligro y aquí la izquierda no puede fallar. Tenemos que demostrar que estamos a la altura y ocupar nosotros las calles contra el racismo y la xenofobia, recordando que quienes lo fomentan tienen profundos intereses económicos y que los esconden en forma de ese tipo de violencia.

Hoy más que nunca gritemos,

¡Hasta la victoria siempre!
¡No pasarán!
¡Viva el Foro de São Paulo!

México DF, 1 de agosto de 2015

11.2. Otros resolutivos presentados

a) Declaración del Foro de Sao Paulo ante irregularidades vinculadas al proceso electoral

Habida cuenta del reciente acto eleccionario, sobre el cual al día lunes 8 de junio la información del PREP establecía con total claridad que el PT de México había superado los votos válidos necesarios para mantener el registro;

Analizadas las irregularidades denunciadas por el PT y otros partidos políticos y la situación política que de ello deriva, y habiendo esperado un tiempo prudencial para que actúen los organismos competentes;

El Foro de Sao Paulo declara:

Consideramos contundentes las pruebas presentadas en las denuncias, en especial la referida a una presunta caída de sistema informático, donde los resultados habrían sufrido una modificación, que implicó una pérdida significativa de votos para el Partido del Trabajo. Nos consta que esta y otras situaciones han sido denunciadas formalmente por el representante del PT ante el Consejo General del Instituto Nacional Electoral. Sin embargo, nos preocupa que aún no se hayan revertido los fallos emitidos por dicho organismo.

En particular, el caso del Partido del Trabajo tiene como agravante la consecuencia de pérdida del registro, contraviniendo la voluntad popular expresada democráticamente en las urnas.

Expresamos nuestra solidaridad y respaldo a las gestiones iniciadas ante la autoridad electoral, para que se enmiende el error cometido, reponiendo al PT de México los 37037 votos de diferencia y otros 27000 que le fueron desaparecidos en una segunda caída del sistema informático, según constató e hizo público por parte de dicho partido, a la vez que se investiguen las demás irregularidades denunciadas.

Aspiramos a que los organismos competentes investiguen las pruebas presentadas, esclarezcan los hechos denunciados y realicen las correcciones pertinentes, en ajuste a la ley vigente de la Constitución de México. En tal sentido, se revean la totalidad de las actas electorales y se haga el recuento de las casillas electorales, a los efectos de hacer totalmente cristalinos los resultados que surgen de la voluntad soberana del pueblo mexicano.



Asimismo, llamamos a la reflexión sobre la importancia de la cristalinidad en los procesos electorales, por el bien del pueblo mexicano y sus instituciones.

Como organización política de voluntad democrática, seguiremos expectantes el tratamiento de las denuncias presentadas, de acuerdo con la ley, en favor de la Democracia.

b) Resolución de denuncia ante agresiones al Intendente de Salto

LA MESA POLITICA NACIONAL DEL FRENTE AMPLIO, en conocimiento de las cobardes agresiones de las que fuera objeto el Intendente de Salto, compañero Andrés Lima, manifiesta su REPUDIO ante dichas agresiones y su SOLIDARIDAD con el compañero.

La ciudadanía salteña ha elegido al actual Intendente en el marco del proceso democrático electoral y no merece verse involucrada en este clima de violencia y amedrentamiento que tratan de implantar minorías que se niegan a asumir la pérdida de sus privilegios.

Asimismo, MANIFIESTA SU TOTAL RESPALDO al compañero Intendente y a su equipo de gobierno, en la toma de aquellas medidas que se requieran para la correcta y transparente administración de los recursos del pueblo salteño.

Montevideo, 31 de julio de 2015.

11.3. Solicitudes de ingreso

a) Aprobadas en las reuniones de las Secretarías regionales y posteriormente en la reunión del GT; homologadas en la Plenaria del XXI Encuentro

- Colombia:

1. Alianza Verde
2. Movimiento Progresista
3. Unión Patriótica

- Perú:

1. Ciudadanos por el Cambio
 2. Tierra y Libertad
- República Dominicana
1. Partido Alianza País
 2. Partido Revolucionario Moderno

b) Decisiones pendientes

- Argentina: Partido Justicialista
- Haití: KONTRAPEPLA
- Paraguay: Partido Revolucionario Febrerista
- República Dominicana: Movimiento Rebelde
- Venezuela: Independientes por la Comunidad Nacional

11.4. Saludos recibidos

a) Tierra y Libertad, Perú (22 de julio de 2015)



Estimados compañeros:

Como dije en anterior correo, lamentablemente no podremos asistir por restricciones económicas. Acabamos de salir de un exitoso Congreso Nacional que nos da un piso firme en nuestra participación en las elecciones generales de 2016 en el Perú.

En anterior correo solicitamos, de manera excepcional, apoyo para el traslado y alojamiento de dos compañeros nuestros. No tuvimos respuesta y, tengan por seguro, que hubiéramos comprendido una negativa dada las circunstancias por las que atravesamos los partidos de izquierda en materia económica.

Quiero solicitar, finalizando, que el proceso de admisión como miembro pleno de mi partido Tierra y Libertad sea concluido tal como está previsto para el XXI Encuentro del FSP, cuyo acto y protocolo agradeceré remitírnoslo a la brevedad que estimen posible.

Desde ya les deseamos el mayor de los éxitos y estaremos haciendo llegar nuestro saludo y opiniones respecto a la agenda en los próximos días.

Saludos cordiales

Nilo Meza

Coordinador asuntos Internacionales-TyL

b) Movimiento Patria para Tod@s, República Dominicana

Santo Domingo, D. N., 26 de julio de 2015.

Salutación al XXI Encuentro Mundial del FSP

Compañero

Fábio El-Khoury

Secretaría Ejecutiva Foro de São Paulo.

Estimado compañero:

Diferentes trabajos, y algunos imponderables, nos impiden asistir al XXI Encuentro Mundial del Foro de São Paulo, a celebrarse en la Ciudad de México, DF, del 28 de julio al 1ro de agosto de este 2015.

Deseamos a través de usted hacer llegar a la Dirección Política del FSP nuestra excusa, a la vez que nuestra salutación a este importante cónclave, del que deseamos sus resoluciones vayan en el sentido de fortalecer los procesos revolucionarios y progresistas que varios partidos desarrollan desde el Estado, o desde la oposición, para que juntos fortalezcamos la lucha por la defensa de nuestras independencia y soberanía nacionales, y por la derrota del dominio del imperialismo y la oligarquía en nuestros países.

Fraternalmente,

Julio Díaz Campusano

Coordinador Relaciones Internacionales

c) KONTRAPEPLA

Port-au-Prince, le 27 juillet 2015,

Estimado camarada Fabio El-Khoury,

p/ Secretaría Ejecutiva,

Su despacho,

Camarada,



Sentimos anunciarle que no pudimos resolverlo todo a tiempo para participar en el XXI Encuentro del Foro de São Paulo, presionados por las dificultades que nos impone la temporada electoral que impera en nuestro país, y en la cual KONTRAPEPLA está participando a todos los niveles, teniendo como candidato a la presidencia al camarada, Chavannes Jean-Baptiste, miembro de la Dirección Ejecutiva Nacional del Partido, fundador del Movimiento de los Campesinos de Papaye (MPP) e igualmente dirigente de Vía Campesina.

Le agradecemos pese a ello, camarada El-Khoury, por habernos hecho saber que era posible para KONTRAPEPLA participar en dicho Encuentro como invitado y que además nuestra solicitud de ingreso va discutirse en el Grupo de Trabajo. Lo que consideramos como un gran paso hacia la inscripción de KONTRAPEPLA en los registros de membresía del Foro de São Paulo.

Aprovechamos la presente para pedirle de compatir con nosotros los documentos finales del XXI Encuentro del Foro de São Paulo en vista de poder darle seguimiento a las resoluciones que van a derivarse.

Atentamente,

Joseph Pierre LAMOTHE
Coordinador del Buró de Relaciones Internacionales
Konbit Travayè Peyizan Pou Libere Ayiti
(Kumbite de los Trabajadores y de los Campesinos Para Liberar a Haití)
KONTRAPEPLA.





124

(KONTRAPEPLA)
EKSPRESYON POLITIK YON PWOJÈ PEYIZAN AYISYEN
KI GEN KARAKTÈ SOSYALIS, EKOLOJIK, NASYONAL, DEMOKRATIK AK POPILÈ
(Pou Yon Pèp Lib nan Yon Peyi Granmoun)

Port-au-Prince, le 28 juillet 2015

Au Groupe de Travail
XXIème Rencontre Forum de Sao Paulo, Mexico

Chers Camarades,

La présence du Parti Konbit Travayè Peyizan pou Libere Ayiti, KONTRAPEPLA, à la **XIXème** Rencontre du Forum de Sao Paulo (FSP) comme invité, nous a permis de comprendre clairement que ce Forum est un espace dans lequel tout parti politique qui aspire à participer sérieusement à la lutte pour un changement réel de cette civilisation en dégradation constante, a l'obligation de l'intégrer. Ce qui explique notre persistance, depuis plus de deux années, à faire les démarches nécessaires devant aboutir à l'adhésion de KONTRAPEPLA au Forum de Sao Paulo. La Direction Exécutive Nationale (DEN) de KONTRAPEPLA demeure confiante que le Groupe de Travail du FSP saura prendre les décisions nécessaires et profite de cette occasion pour souhaiter aux honorables membres du Groupe, un bon travail dans l'esprit de libération, d'avancement socioéconomique des peuples de la région et de leur solidarité avec les Etats qui s'engagent dans la lutte pour le bien-être de leurs populations.

La DEN de KONTRAPEPLA profite également de la tenue de la XXIème Rencontre du FSP pour annoncer aux honorables représentants des Gouvernements, Partis, organisations socio politiques participant à ladite rencontre, la candidature à la présidence d'Haïti du camarade Chavannes Jean-Baptiste, membre de la Direction Exécutive Nationale de KONTRAPEPLA, fondateur du Mouvement des Paysans de Papaye, MPP, et ancien membre de la direction de Via Campesina.

12, Rue Hérard, Delmas 75 / Delmas, Haïti
Tél : (509) 3701-7049 / e-mail : jeantyjeanwilliam@yahoo.fr

98

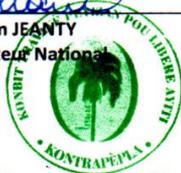


Espérant, camarades, qu'à la prochaine Rencontre du FSP, KONTRAPEPLA sera parmi vous pour débattre officiellement des grands dossiers, pour la consolidation des liens entre les peuples de la région et le progrès socioéconomique des nations.

Pour KONTRAPEPLA



Jean William JEANTY
Coordonnateur National





Joseph Pierre LAMOTHE
Coordonnateur Bureau Relations Internationales

d) Partido Comunista de Canadá Marxista-Leninista

28 de julio 2015
Fábio El-Khouri
Secretaría ejecutiva



Foro de São Paulo

Estimado compañero,

A nombre del Partido Comunista de Canadá Marxista-Leninista, les agradecemos la invitación para participar al próximo XXI encuentro del Foro de São Paulo en México del 29 de julio al 1er de agosto de 2015.

Desgraciadamente no podremos participar, sin embargo, deseamos comunicarles que cuentan en todo momento con nuestro apoyo y solidaridad. Les deseamos pleno éxito en las deliberaciones de este importante evento. Apreciaremos información sobre las deliberaciones y las decisiones importantes que serán tomadas a este encuentro del Foro de São Paulo.

Saludos fraternos

Claude Brunelle

Secretario de Relaciones Internacionales

Partido Comunista de Canadá Marxista-Leninista

e) Rainbow Socialist Party, Zambia

30 de julio de 2015

Dear Cde. Fabio,

Many thanks for the invitation to attend the 21st Meeting of the São Paulo Forum in New Mexico, unfortunately am unable to come and represent our Party due to the fact that there has been some delay in getting visa at the Mexican Embassy in Pretoria South Africa.

Kindly advise on the date and hosting city for the 22nd Meeting so we can apply for visa in time next time around.

Regards

Kachingwe Singoyi

Assistant General Secretary Political Affairs

Rainbow Socialist Party

Zambia

11.5. Documentos del III Encuentro de la Regional EUA presentados en Plenaria

DECLARACION FINAL DEL III FORO DE SAO PAULO, LOS ANGELES CA, 20 Y 21 DE JUNIO 2015, VALIDADO POR EL TALLER DE LA REGION ESTADOS UNIDOS EN EL FORO DE SAO PAULO, REALIZADO EL 29 DE JULIO EN LA CIUDAD DE MEXICO.

ASPECTOS ABORDADOS SOBRE LA COMUNIDAD LATINA EN ESTADOS UNIDOS:

1. La Comunidad Migrante de América Latina en los Estados Unidos de Norte América, ha superado los 55 millones de población, que sobre pasa el 15% de la población de ese país. Tiene una gran capacidad de incidir en lo económico, social, cultural y político. En la última elección del Presidente Barak Obama fue el voto latino el que le dio la victoria. En el caso de San Francisco California, ya sobrepasó la población latina al de otras nacionalidades de origen. La importancia de la participación política de la Diáspora dentro de los EE.UU es una necesidad para incidir en el cambio de políticas hacia las y los latinos. Se ha desarrollado un poder transformacional de la Diáspora Latino Americana, uno de los aspectos muy



importantes es el inminente retiro de la fuerza laboral de las diásporas y la posibilidad de opción de ese retiro en su país de origen. El impacto económico de las diásporas en el aspecto económico se refleja con múltiples ejemplos en todos los países de Latino América: México, El Salvador, Ecuador. La lucha política de los partidos de izquierda debe incluir el análisis del aspecto de la política doméstica de los EE.UU y el aspecto económico que promueven las leyes que afectan la inmigración. La formación de un nuevo partido en los EE.UU. que obedezca a las necesidades integrales de la comunidad Latina es una necesidad.

2. La Ley contra el Crimen Organizado de los Estados Unidos tiene incorporada la migración indocumentada como un delito. El impacto de la criminalización de la migración, la posición/el papel del partido Republicano en los EE.UU y el aspecto económico está detrás de la posición anti-inmigrante. Se ha incrementado el racismo y las deportaciones también han crecido. La urgencia de la implementación de una Reforma Migratoria digna que cambie las razones fundamentales que generan la migración irregular y que elimine los fenómenos que estamos viendo con la criminalización de niñas, niños y familias como es el caso de los Centros de Detención en Texas.

3. Es inminente la implementación de un sistema permanente de denuncia constante sobre violaciones a los derechos humanos de la población migrante que tengan incidencia en la abolición de las medidas de detención y deportación de Estados Unidos hacia México y los países Centro Americanos. Los Consulados de los países que expulsan población hacia los Estados Unidos deben incorporar una política de defensa de los derechos humanos a sus ciudadanos y es muy importante que visiten a los centros de detención y que ofrezcan apoyo Legal a los privados de libertad.

4. Los Acuerdos de Libre Comercio son parte de la estrategia Neoliberal, herramienta que empuja la agenda de las clases dominantes. Por ejemplo, El Plan Puebla Panamá que después se transformó en Plan Mérida, es un complemento de los Tratados de Libre Comercio y se está utilizando para combatir los movimientos sociales, progresistas en América Latina. Con la cobertura de la lucha contra el crimen organizado se ha militarizado México y se está militarizando a Centro América, lo que da cabida al tráfico de armas y de drogas. Uno de los aspectos que más desarrollo ha tenido es la violencia principalmente en México, Guatemala, El Salvador y Honduras. Este plan también se está utilizando para deportar Centro Americanos de México para Centro América (para detener/reprimir y expulsar a los inmigrantes).

5. La integración como proceso para los países del Caribe y América Latina con un enfoque de desarrollo sustentable, con una agenda económica - social que supere los niveles de empobrecimiento, exclusión, violencia y genere condiciones para el desarrollo humano y de la verdadera Democracia debe ser la estrategia de articulación e integración. La educación/la información es un vehículo importante del desarrollo político de los pueblos. La creación de un sitio web para la centralización de la información pertinente a la lucha continental es una necesidad para hacer conciencia.

6. El tema de Migración debe ser tomado y asimilado dentro de la agenda permanente y consistentemente de lucha social para todos los partidos de izquierda y de las organizaciones sociales progresistas. La coordinación y unificación de esfuerzos continentales para el abordaje de la migración es un tema pendiente por los gobiernos del Caribe y de América Latina.

7. Los sistemas electorales incorporan el voto en el exterior para elegir presidentes en los países de origen, por lo cual se debe hacerse análisis de la realidad política en los Estados Unidos dentro del sistema electoral, el poder del voto. Hay que utilizar la experiencia de las



generaciones anteriores y que la juventud use su energía, su creatividad, su poder innovativo. Hay que definir estrategias para incorporar a las nuevas generaciones hacia el voto de los países de origen.

8. Con las deportaciones se pierde la seguridad social y cuando llegan a su país de origen no tienen nada.

PROPUESTAS DE ACCIONES Y ESTRATEGIAS:

1. Creación de un colectivo de prensa del Foro de Sao Paulo para Estados Unidos (colectivo). La necesidad de saber más técnicamente el manejo de los medios sociales.
2. Creación de una coalición de abogados voluntarios para abordar la temática de la crisis humanitaria de los niños y la familia inmigrante.
3. La inclusión real del liderazgo de adolescentes y jóvenes. La necesidad de la conformación de un colectivo de formación política conjunta.
4. Trabajar por la seguridad social de la comunidad latina en EEUU y en los países de origen.
5. Que el FSP proponga a la CELAC que cree una UNIDAD por los Derechos Humanos de la Comunidad Latina en Estados Unidos.
6. Movilizar a los gobiernos en favor de los derechos humanos de la comunidad latina en Estados Unidos.
7. Movilizar a los Congresos de cada país hacia el Congreso y Senado de Estados Unidos para incidir en la Reforma Migratoria digna.

ACUERDOS PARA FORTALECER AL FORO DE SAO PAULO EN ESTADOS UNIDOS:

1. Organizar el grupo de trabajo del Foro de Sao Paulo en los EE. UU. con los siguientes partidos participantes:
 - FSLN (Nicaragua)
 - Convergencia CPO-CDR, URNG (Guatemala)
 - PRD, PT, MORENA (México)
 - Alianza País (Ecuador)
 - FMLN (El Salvador)
 - Movimiento Independentista Hostosiano y Partido Socialista de Puerto Rico
 - Los partidos de República Dominicana
2. Se extenderá una invitación a los demás partidos miembros del Foro de Sao Paulo a integrarse a este Grupo de Trabajo de la regional de Estados Unidos.
3. Se realizara el IV Encuentro del Foro de Sao Paulo en los EE.UU. en la ciudad de Washington, DC, a realizarse tentativamente la última semana del mes Abril del 2016.
4. Se realizara una reunión del Grupo de Trabajo del FSP en la ciudad de Washington, DC tentativamente el 29 y 30 de octubre del corriente año, con la cual se iniciaran los preparativos para la realización del IV Encuentro de la regional de EE.UU. del FSP
5. El pleno del III Encuentro del Foro de Sao Paulo acuerda enviar una delegación de la Regional de EE.UU al XXI Encuentro del Foro de Sao Paulo a realizarse del 29 de julio al Uno de agosto 2015, a realizarse en la ciudad de México.

RESOLUCIONES



APOYO A LA CAUSA DE DESCOLONIZACIÓN DE PUERTO RICO ASÍ COMO POR LA INMEDIATA LIBERACIÓN DE OSCAR LÓPEZ RIVERA

En la ciudad de Los Ángeles, California donde se reunió el Tercer Encuentro del Foro de São Paulo en Estados Unidos los días del 20-21 de junio de 2015 las organizaciones políticas y movimientos sociales, y compatriotas participantes, discutieron la situación migratoria de millones de compatriotas latinoamericanos(as) y caribeños(as), y otras problemas apremiantes que afectan a los pueblos de la región.

El encuentro tomó nota de la situación colonial que prevalece en Puerto Rico junto a la demanda de liberación inmediata de Oscar López Rivera, quien el pasado 29 de mayo cumple 34 años de encarcelamiento en los Estados Unidos, por defender el derecho a la autodeterminación y a la independencia de su pueblo.

Ante ello, reitera:

1. Que el pueblo puertorriqueño se encuentra sometido a un régimen colonial y territorial impuesto por el gobierno de EE.UU., desde hace más de 117 años; régimen que se encuentra en una grave crisis social, atrapado en el endeudamiento y el sometimiento de las instituciones del capital financiero y las casas acreditadoras norteamericanas.
2. Se solidariza con la justa lucha de esta nación por sus derechos democráticos y políticos por más de 117 años.
3. Apoyar desde los movimientos sociales en Estados Unidos el carácter de Puerto Rico como "Nación Latinoamericana y Caribeña, y su derecho inalienable a la libre determinación e independencia, su soberanía, y a la integridad de su territorio nacional", sobre todo considerando que el Comité de Descolonización de Naciones Unidas reexaminará este próximo 22 de junio del 2015 la situación colonial y ratificará las más de 34 Resoluciones asumidas por este cuerpo.
4. Exigir que EU cumpla su responsabilidad como nación interventora de facilitar un proceso justo y democrático de descolonización y autodeterminación, junto a su soberanía y la eliminación de la Cláusula Territorial para que el pueblo puertorriqueño pueda decidir sobre su futuro político.
5. Unirse al reclamo del Comité de Descolonización de Naciones Unidas y otros foros internacionales, los partidos políticos principales de Puerto Rico, así como amplios sectores de la población, las organizaciones sociales y los organismos pro derechos humanos la inmediata excarcelación de Oscar López Rivera, el más antiguo preso político de América Latina y El Caribe, preso injustamente por su lucha en pos de la independencia de Puerto Rico.
6. Integrar la campaña por la excarcelación inmediata de Oscar López a la agenda de la descolonización interna y el reconocimiento de los derechos económicos sociales culturales y políticos de los grupos migrantes en los Estados Unidos.

PROPUESTA DE RESOLUCIÓN EN CUANTO AL ABUSO DEL PUEBLO HAITIANO EN LA REPUBLICA DOMINICANA

Que ante los recientes desafortunados sucesos en la nación de República Dominicana en contra de los hermanos y hermanas haitianos

Resuelve

- Lamentamos los hechos que se desarrollan entre Republica Dominicana y el pueblo Haitiano.



- Solicitamos al actual gobierno del Presidente Danilo Medina de la hermana República Dominicana que las acciones aplicadas como gobierno sean basadas en los convenios internacionales y el pleno respeto a los derechos humanos.
- Que hacemos un llamado público al pueblo de la Republica Dominicana para que se solidarice con el pueblo Haitiano. Este llamado se extiende a todos aquellos dominicanos que viven en los EE.UU., recordándoles que aquí la comunidad inmigrante lucha por los derechos de todos los inmigrantes y que en nuestros países de origen no podemos reproducir la misma sistematica criminalización que enfrentamos aquí.
- Y resuelve que esta resolución será entregada al Cónsul de Republica Dominicana en la oficina ubicada en el Condado de Los Ángeles en la ciudad de Simi-Valley por una delegación del Foro.

EL III ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAOLO REALIZADO EN LA CIUDAD DE LOS ÁNGELES, CA, NOS SOLIDARIZAMOS CON EL PUEBLO DE CUBA Y DECLARAMOS QUE:

- Felicitamos al pueblo y al gobierno de Cuba por el inminente restablecimiento de las relaciones diplomáticas con los Estados Unidos de Norte América; este hecho refleja la importancia de la solidaridad de los pueblos y gobiernos del mundo con el proceso de la revolución cubana
- Denunciamos el continuo e injusto bloqueo económico al pueblo de Cuba por parte del gobierno y Congreso de los Estados Unidos de Norte América y reiteramos nuestra demanda por el inmediato levantamiento de tal inhumana medida contra del pueblo de Cuba que tanto daño ha causado a sus ciudadanos
- Solicitamos a todos los miembros participantes del Foro de Sao Paulo y a la comunidad internacional que nos mantengamos vigilantes y atentos de los acontecimientos que se deriven del re establecimiento de la relaciones entre ambos países.

Dado en la ciudad Los Ángeles, California el 21 de Junio del 2015.

RESOLUCIÓN DE APOYO A ECUADOR Y AL GOBIERNO DEL PRESIDENTE RAFAEL CORREA

El III encuentro del Foro de Sao Paulo en Los Ángeles declara su apoyo el gobierno del Presidente Rafael Correa que está impulsando proyectos históricos proyectos, de cara a la profundización del bienestar del pueblo ecuatoriano. Creemos que el proyecto de “Ley Orgánica para la Redistribución de la Riqueza”, que contempla tasas impositivas para las grandes herencias, y la “Ley del Impuesto al Valor Extraordinario”, son medidas justas que busca frenar la especulación de la tierra, y que la grabación de los patrimonios apenas afectará al 2% de la población con mayores ingresos.

Por tanto rechazamos el papel de la derecha ecuatoriana, que se muestra en plena manifestación de intolerancia y desobediencia al poder emanado del pueblo, y que a su vez pone al descubierto su opción anti democrática y ha optado por la vía de la violencia. Lamentamos que la derecha mezquina de Ecuador utilice sus medios de comunicación para confundir y desinformar a la población ecuatoriana, y ha llegado al extremo de mantener asediadas las sedes del Movimiento Alianza País por más de una semana.

Rechazamos las tácticas de distorsión mediática y el uso e invitación a la violencia que están usando las derechas en nuestro continente, y en este caso en Ecuador, apoyados por el imperialismo junto a sus lacayos nacionales, en su lucha desesperada por revertir los procesos democráticos de transformaciones que tienen lugar especialmente en América Latina.



Llamamos a la comunidad internacional a rechazar estas formas de instigación y desestabilización en Ecuador, y a apoyar los proyectos de desarrollo que está impulsando el gobierno del Presidente Rafael Correa por la vía democrática.

RESOLUCION SOBRE VENEZUELA

La membresía de los partidos de izquierda, populares, progresistas y democráticos del Foro de Sao Paulo, residentes en los Estados Unidos de América, reafirman su apoyo a las relaciones de amistad, fraternidad, cooperación solidaria integracionista y absoluto respeto a la soberanía del pueblo y gobierno de la República Bolivariana de Venezuela.

Manifiestamos nuestro continuo apoyo y solidaridad al mandato del Presidente Nicolás Maduro, quien fue escogido por la mayoría del pueblo venezolano para suceder al Presidente Chávez.

Registramos nuestro rechazo a las continuas acciones de la derecha venezolana dentro y fuera del país, que intentan cuestionar y desestabilizar su mandato. De igual manera, condenamos el continuo acoso, la injerencia y el irrespeto de los EE.UU. a la voluntad de la soberana y libre República Bolivariana de Venezuela.

11.5. Protesta de la Delegación Dominicana sobre “Resolución en cuanto al abuso del pueblo haitiano en la República Dominicana” de la Regional EUA, presentada en la Plenaria

El Partido de la Liberación Dominicana (PLD), Partido de los Trabajadores Dominicanos (PTD) y el Movimiento de Izquierda Unida (MIU), miembros del Foro de Sao Paulo de la República Dominicana, dejamos por este medio constancia de su rechazo, al igual que hicimos de manera verbal y por escrito en el día de ayer, a la parte en que el documento del III Foro de Sao Paulo de Los Ángeles, California, Estados Unidos de Norteamérica, realizado en fecha 20 y 21 de junio de 2015, presenta una: “PROPUESTA DE RESOLUCION EN CUANTO AL ABUSO DEL PUEBLO HAITIANO EN LA REPUBLICA DOMINICANA”. En la misma, de manera abusiva, y sin contar con la presencia de ninguna de las partes aludidas, se condena al Pueblo, al Estado y al Gobierno dominicano.

En tal virtud, la delegación dominicana demanda de este Foro no acoger la parte referida a la supuesta actuación de las autoridades dominicanas frente a los inmigrantes haitianos, residentes en República Dominicana, en razón de que la misma no se apega en ningún caso a la verdad y a la realidad de los hechos.

Con la misma dignidad y solidaridad expresada por el Pueblo dominicano en Abril de 1965, y con el respeto y la reciprocidad históricamente exhibida por nuestro pueblo frente a los demás pueblos y naciones hermanas, afirmamos nuestra disposición a defender nuestra soberanía y autodeterminación en cualquier escenario.

México, D.F., 1 de agosto de 2015.

12. Organizaciones presentes

(ESPERANDO CONFIRMACION DE LOS ANFITRIONES)

12.1. Partidos miembros



	País	Partido
1.	Argentina	Frente Grande
2.		Frente Transversal Nacional y Popular
3.		Movimiento Evita
4.		Partido Solidario
5.		Partido Socialista
6.	Bolivia	Movimiento al Socialismo-IPSP
7.	Brasil	Partido Comunista do Brasil
8.		Partido Pátria Livre
9.		Partido Socialista Brasileiro
10.		Partido dos Trabalhadores
11.	Chile	Partido Comunista de Chile
12.		Partido del Socialismo Allendista
13.		Partido Socialista de Chile
14.		Revolución Democrática
15.	Colombia	Marcha Patriótica
16.		Partido Comunista Colombiano
17.		Presentes por el Socialismo
18.	Costa Rica	Partido Frente Amplio
19.	Cuba	Partido Comunista de Cuba
20.	Ecuador	Movimiento Alianza País
21.		Partido Socialista del Ecuador - Frente Amplio
22.	El Salvador	Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional
23.	Guatemala	Convergencia
24.		Movimiento Político Winaq
25.		Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca
26.	México	Partido Comunista Mexicano
27.		Partido de la Revolución Democrática
28.		Partido del Trabajo
29.	Nicaragua	Frente Sandinista de Liberación Nacional
30.	Panamá	Partido del Pueblo
31.	Paraguay	Frente Guazú
32.	Perú	Partido Comunista del Perú - Patria Roja
33.		Partido del Pueblo
34.		Partido Socialista del Perú
35.	Puerto Rico	Frente Socialista
36.		Movimiento Independentista Nacional Hostosiano
37.		Partido Nacionalista de Puerto Rico
38.	República Dominicana	Movimiento Izquierda Unida
39.		Partido de la Liberación Dominicana
40.		Partido Revolucionario Dominicano
41.	Trinidad y Tobago	Movimiento por la Justicia Social
42.	Uruguay	Frente Amplio
43.	Venezuela	Partido Socialista Unido de Venezuela
44.		Partido Comunista de Venezuela



12.2. Organizaciones invitadas

	País	Partido
45.		COPPPAL
46.		Federación Democrática Internacional de Mujeres
47.		Partido de la Izquierda Europea
48.		S&D, Parlamento Europeo
49.	Alemania	La Izquierda (Die Linke)
50.	Bélgica	Partido del Trabajo
51.	Brasil	Fundación Maurício Grabois
52.		Fundación Perseu Abramo
53.	Cataluña	Esquerra Republicana
54.	China	Partido Comunista Chinés
55.	Colombia	Partido Alianza Verde
56.		Movimiento Progresistas
57.	Cuba	Federación de Mujeres Cubanas
58.	España	Izquierda Castellana
59.	Francia	Partido Comunista Francés
60.	Italia	Partido de la Refundación Comunista
61.	Japón	Partido Comunista Japonés
62.	País Vasco	SORTU *
63.		Fundación Iratzar *
64.	Paraguay	Partido Revolucionario Febrerista
65.	Portugal	Partido Comunista Portugués
66.	República Dominicana	Partido Revolucionario Moderno
67.	República Saharaui	Frente POLISARIO
68.	Vietnam	Partido Comunista del Vietnam

* Impedidos de ingresar al país por las autoridades migratorias.





XXIV ENCUENTRO DEL FORO DE SÃO PAULO
La Habana, Cuba - 15 al 17 de julio 2018

MEMORIA

1. PRESENTACIÓN

El XXIV Encuentro del Foro de São Paulo se realizó en La Habana, Cuba, del 15 al 17 de julio de 2018, bajo el lema “Por la unidad y la integración latinoamericana y caribeña”.

De acuerdo con la programación, realizamos las siguientes actividades:

- Escuela de Formación Política del Foro de São Paulo;
- III Seminario entre el Foro de Sao Paulo y el Partido de Izquierda Europea “Visiones compartidas”;
- Reuniones de las secretarías regionales: Andino Amazónica, Cono Sur y Mesoamérica y el Caribe;
- Encuentros simultáneos: Juventudes; Mujeres; Parlamentarios;
- Talleres temáticos: Arte y cultura; Comunicación política y medios;
- Diálogo del FSP con las plataformas, articulaciones y redes del movimiento social y popular;
- Plenarias: Contra el colonialismo y por la solidaridad antimperialista; Necesidad de la unidad y la integración latinoamericana y caribeña;
- Plenaria Especial: El pensamiento de Fidel Castro y el Foro de Sao Paulo;
- Plenaria final con lectura y aprobación de los documentos del XXIV Encuentro.

Otras actividades realizadas:

- Reunión regional de la Federación Mundial de Juventudes Democráticas.

Esta Memoria del XXIV Encuentro del Foro de São Paulo reúne los documentos fundamentales aprobados o presentados durante los trabajos.

Mônica Valente
Secretaria Ejecutiva
Foro de São Paulo

2. PROGRAMACIÓN REALIZADA

Domingo 15 de julio

- Inauguración



- Escuela de Formación Política
- III Seminario FSP-PIE “Visiones compartidas”
- Plenaria: Contra el colonialismo y por la solidaridad antimperalista
- Reunión de las Secretarías Regionales

Lunes 16 de julio

- Encuentros simultáneos:
 1. Encuentro de Juventudes
 2. Encuentro de Mujeres
 3. Encuentro de Parlamentarios
- Diálogo del FSP con las plataformas, articulaciones y redes del movimiento social y popular
- Talleres:
 1. Arte y cultura
 2. Comunicación Política y medios
- Plenaria: Necesidad de la unidad y la integración latinoamericana y caribeña
- Visita a los Comités de Defensa de la Revolución

Martes 17 de julio

- Plenaria especial sobre el pensamiento de Fidel Castro y el Foro de Sao Paulo
- Plenaria final para presentación de los informes de actividades, aprobación de las resoluciones y de la Declaración Final
- Clausura del XXIV Encuentro

3. DOCUMENTO BASE

“En política, resistir vale tanto como arremeter”
“Perder una batalla no es más que la obligación de ganar otra”
(José Martí)

INTRODUCCIÓN

1. América Latina y el Caribe viven hoy, de nuevo, bajo los efectos de una multifacética ofensiva contrarrevolucionaria, fruto de intereses convergentes y de esfuerzos combinados entre las élites mundiales del capitalismo transnacional, del gobierno de EUA como su núcleo hegemónico, así como de las fracciones oligárquicas y de las burguesías dependientes de nuestra región. Esta última, además, vuelve a padecer las iniquidades resultantes de las políticas neoliberales restauradas. Los retrocesos políticos y sociales en Brasil y Argentina lo ejemplifican de forma dramática.
2. Esta ofensiva, de carácter imperialista y oligárquico, le hace más daño a las fuerzas de izquierda¹ donde ellas aún no se han planteado, no han sabido o no han podido identificar y resolver sus propios errores e insuficiencias. Tal realidad explica en un grado fundamental el cambio adverso en la correlación de fuerzas imperante hoy.

¹ El presente texto asume, como hecho conocido por todos, que no existe una izquierda, sino una heterogénea composición de fuerzas que así clasifican. Cuando se use el término en singular, esta pluralidad estará contemplada.



3. Pero examinar el carácter y la profundidad de los errores e insuficiencias que explican la mencionada correlación de fuerzas adversa a los sectores de la izquierda continental, corresponderá de forma soberana a los partidos políticos y a los movimientos sociales de cada país. El presente Documento Base, en consecuencia, se limitará a mostrar el modo como los representantes del gran capital han operado, así como las potencialidades a la vista en nuestro campo para retomar la iniciativa. La estructura del texto respetará esta lógica.

4. La derecha necesita consolidar la percepción de que la historia continental entró en una fase regresiva e imparable a favor del capitalismo salvaje, propio de la actual fase de transnacionalización de este sistema. Desmontar con hechos esta visión fatalista, es misión de principios para la izquierda de Nuestra América.

5. El golpe militar y parlamentario contra Zelaya, en Honduras (2009); el golpe parlamentario dado a Lugo, en Paraguay (2012); la derrota electoral del Frente para la Victoria, en Argentina (2015); el derrocamiento de Dilma Rousseff en Brasil (2016), mediante un “golpe blando” parlamentario, judicial y mediático; la victoria de figuras de derecha conservadoras o ultraconservadoras en Chile, Paraguay y Colombia; las divisiones ostensibles en el campo popular a la hora de encarar las agendas neoliberales restauradas; el abstencionismo y el desdén por la política que en importantes países de la región favorecen los planes de la derecha, y el fortalecimiento público de figuras y proyectos de raíz fascista en varios países, constituyen, entre otros muchos, indicadores fehacientes de la adversa correlación de fuerzas que la izquierda está desafiada a revertir a su favor.

6. En este contexto, preservar las experiencias de gobierno de carácter popular y con proyecciones antiimperialistas, impulsadas por partidos integrantes del Foro de Sao Paulo; ofrecer apoyo decidido y estimular los esfuerzos emancipatorios y los ideales anticapitalistas de los movimientos sociales y populares que así actúan; trabajar con denuedo por consolidar una paz duradera e impulsar esfuerzos que permitan avanzar en la integración soberana de la que Martí llamó Nuestra América, se transforman en imperativos políticos y en pruebas de honor para la izquierda continental. Para tales fines, será esencial articular la más sólida, coherente y sistemática solidaridad práctica con cada experiencia o proyecto de orientación revolucionaria. La Casa Blanca y sus aliados buscan lograr exactamente lo contrario: dividir, cooptar, desmovilizar y generar desánimo.

7. Ceder al derrotismo; auspiciar o tolerar los personalismos y sectarismos que emergen y proliferan en épocas de reveses; aceptar o promover la pérdida de confianza en la capacidad política de nuestros pueblos explotados, no solo sería hoy una afrenta a los héroes y mártires de las luchas por la emancipación del continente, sino una concesión gratuita e innecesaria a EUA y sus aliados internacionales y locales.

8. En medio al escenario presentado y bajo la fuerte influencia estadounidense, debemos reconocer algunas victorias en nuestra región. Estos son los casos del crecimiento de la izquierda en Colombia, y la victoria de Andrés Manuel López Obrador en México, presentando un programa de gobierno antimperialista, en una coligación con la presencia de dos partidos miembros del Foro, MORENA y Partido del Trabajo.

9. En síntesis, existen suficientes ejemplos en la historia latinoamericana y caribeña que prueban que cuando hay unidad, dirección política decidida y capaz, objetivos claros de lucha y moral de combate, y arraigo en las clases populares, se multiplican las opciones para contener cualquier ofensiva contrarrevolucionaria e, incluso más, para vencerla. Frente al plan de las transnacionales y del Imperio del Norte por socavar la soberanía de nuestras naciones y tomar control de sus recursos naturales, opongamos con auténtico espíritu internacionalista y latinoamericanista, con firmeza e innegociable sentido de dignidad, el plan emancipador de nuestros nobles pueblos.



10. Trabajemos con una única opción: ¡Vencer! ¡Recuperar el terreno perdido! ¡Reabrir con realismo y audacia las ventanas de oportunidades de las que habló Lenin! ¡Reivindicar las mejores experiencias emancipatorias de los movimientos sociales y populares de la región! Desde estas premisas éticas y políticas proponemos examinar la realidad internacional, así como los desafíos que ella lanza a la izquierda continental, y a todos los sectores patriotas y democráticos de Nuestra América.

EL GRAN CAPITAL TRANSNACIONAL: LA GANANCIA A CUALQUIER COSTO

11. La naturaleza expansionista y depredadora del capitalismo, hoy en su fase transnacional más avanzada hasta el momento, explica en qué grado y cómo los actores económicos y políticos encargados de reproducirlo están operando para asegurar al gran capital las más altas tasas de ganancia posibles. La ganancia a cualquier costo: esta es la principal divisa válida para el 1% que integra la élite capitalista mundial. Encubierta con las más diversas retóricas, esta lógica ayuda a explicar, por ejemplo, procesos restauradores como el que viven Argentina y Brasil.

12. Entre el último Encuentro del Foro de Sao Paulo (Managua/2017) y este de La Habana (2018), a nivel global se ahondaron los efectos negativos de la concentración de la propiedad, el poder y la riqueza en manos de la referida élite mundial hegemónica por el capital financiero: la destrucción de la naturaleza continuó, con dramáticos efectos sobre el clima; se elevó a niveles insultantes la polarización de la riqueza, como lo ilustra el hecho de que 8 personas se transformasen en detentoras de la misma riqueza poseída por la mitad más pobre de la población mundial (3 600 millones); y la destrucción de fuerzas productivas, a través de casi medio centenar de guerras en desarrollo, multiplicó los riesgos para la paz mundial.

13. La élite capitalista transnacional, en el marco de una coyuntura económica internacional recesiva y bajo la presión de la crisis estructural y sistémica del capitalismo, está actuando de forma más agresiva y unilateral –como lo ilustra la actual proyección de la Casa Blanca– pero a la vez de forma más hábil a través de mecanismos gubernamentales y no gubernamentales cada vez más concertados, mediante acciones públicas y secretas, bilaterales y multilaterales con fines complementarios, que no deben subestimarse. Las cumbres de Davos y las reuniones secretas del Club Bilderberg ejemplifican este modus operandi.

14. Frente esta crisis sistémica del modelo capitalista y ante otros obstáculos externos, entre ellos la emergencia de China y Rusia como poderes geopolíticos renovados, la clase capitalista transnacional está concentrada hoy en lograr la máxima mercantilización posible de todas las esferas de la vida, de un modo intensivo y con un claro objetivo: instalar niveles de dominio y hegemonía difíciles de cuestionar, para lo cual ha tomado la decisión de derribar todos los obstáculos que se interpongan a este fin.

15. Tal y como lo indican los hechos en América Latina y el Caribe, los obstáculos a derribar por el capital transnacional en función de sus insaciables propósitos expansionistas, son simultáneamente estructurales, políticos, culturales e ideológicos, aunque según las situaciones nacionales pueda aludirse a otros.

16. En el plano estructural, los Estados nacionales, tal y como existen hoy, son obstáculos a derribar para facilitar la libre movilidad de los capitales y el control expedito de las materias primas a favor de las transnacionales. Los sistemas políticos de democracia burguesa son vistos como obsoletos, en la medida que permiten que, con voto popular, ejercido de forma legítima según las reglas que otrora la burguesía defendía como paradigmáticas, figuras de origen popular lleguen a la presidencia de sus países y se



transformen en líderes relevantes. Frente a esta realidad, la opción es reducir aún más los límites estructurales de la democracia burguesa y crear mecanismos que aseguren al gran capital tener sus propios presidentes. Macri en Argentina, Temer en Brasil y Piñera en Chile, así lo ejemplifican.

17. La estrategia en pos de la ganancia también explica por qué todos los centros de poder del gran capital convergen, a nivel político, en la urgencia de revertir todas las experiencias de izquierda y progresistas en América Latina y el Caribe. En ellas, pese a que no se logró hacer transformaciones estructurales de carácter anticapitalista, sí se cometió un pecado para la lógica neoliberal imperante: aplicaron sus políticas sociales de amplio beneficio popular desde el Estado, y redistribuyeron a los más pobres recursos que antes capitalizaban las élites burguesas y oligárquicas. En otras palabras, modificaron el patrón de acumulación basado en la concentración del ingreso por uno articulado a una mayor redistribución del mismo.

18. En el plano cultural, el logro del objetivo político mencionado va asociado a una guerra cultural orientada a fracturar las identidades nacionales, y a promover un modelo de consumo que no se corresponde con las necesidades y prioridades de las naciones subdesarrolladas, ni mucho menos con sus posibilidades de alcanzarlo.

19. Para materializar estos y otros objetivos de contenido ideológico, los medios de comunicación oligopolizados, importantes iglesias fundamentalistas bajo control directo o indirecto de intereses imperiales, y empresas detentoras de las nuevas tecnologías de la comunicación, conjugaron recursos, esfuerzos e inteligencia para manipular y desmovilizar políticamente a importantes sectores sociales, todo ello para facilitar la aprobación, por ejemplo, de las reglas que flexibilicen las condiciones laborales a favor de las empresas y otras concesiones requeridas por el gran capital.

20. El gran capital, sobre todo desde su núcleo hegemónico (EUA), está demostrando márgenes de eficacia que políticamente no se deben de subestimar en el terreno de la disputa ideológica y cultural. Uno de sus objetivos es consolidar un sistema de creencias colectiva sobre la supuesta inviabilidad del socialismo e, incluso, de las tentativas de aplicar políticas de justicia sociales desde el Estado, aun dentro de un horizonte reformista no anticapitalista.

21. Comprender con visión sistémica este modus operandi del capitalismo transnacional es una exigencia política urgente para el campo de izquierda y progresista, sobre todo en la América Latina y el Caribe que Washington sigue concibiendo como su patio trasero. Estamos retados, además, a construir una visión objetiva e integral, que permita orientar los pasos para aprovechar las contradicciones intrínsecas de las políticas restauradoras en curso. Con perspectiva dialéctica y total realismo, es vital comprender las fortalezas y las debilidades de cada acción promovida por la derecha en su conjunto.

ESTADOS UNIDOS: RETORNA EL GARROTE IMPERIAL

22. En el contexto descrito, los problemas del capitalismo internacional se reflejan de manera particular en la política exterior de Estados Unidos, dada su condición de potencia líder del sistema imperialista mundial, cada vez más expansionista y depredadora en su propósito de preservar, consolidar y reproducir su proyecto de dominación global. El cumplimiento de estos últimos objetivos pasa, de manera particular, por América Latina y el Caribe. Ello explica, en grado decisivo, la actual ofensiva contrarrevolucionaria en la región.

23. Frente a esta situación, el gobierno de Donald Trump pretende restablecer la hegemonía perdida por EUA mediante la fuerza, rompiendo con las reglas del juego de la economía globalizada, lo que incluye un proteccionismo y guerra comercial intensos; el



hostigamiento de los países percibidos como sus competidores desleales (China y la UE entre otros); una política fiscal que comprime los ingresos de los trabajadores y reduce impuestos a los más ricos, acompañada de un crecimiento del gasto militar de 686 mil MMUSD en 2016/17 a una proyección de 716 mil MMUSD en el presupuesto militar próximo.

24. En ese empeño, el gobierno estadounidense actual mantiene en lo fundamental las líneas de acción de sus predecesores en el presente siglo, dirigidas a garantizar su control sobre materias primas, recursos naturales, fuentes energéticas, regiones y países de importancia estratégica para el despliegue de su proyección geopolítica y geoeconómica mundial. Esta proyección ha debido reacomodarse al contexto global, cambiante y cambiado, en el que potencias como China y Rusia están obligando a Washington, de forma creciente, a medir con más cuidado los pasos prácticos de su política externa.

25. La política estadounidense responde hoy, como ayer, a la lógica del imperialismo, determinada por el cálculo pragmático de costos y beneficios contenidos en cada decisión. Los métodos son diferentes a los de los siglos XIX y XX, pero persiste su apetencia por nuevos mercados, territorios y espacios de influencia. Para ello redefine sus percepciones de amenazas, sus instrumentos de dominación, sus relaciones de colaboración con aquellos que identifica como aliados, y de confrontación con los que califica de adversarios. Hacia estos aplica fórmulas de guerra no convencional, una dominación de espectro completo, que combina el empleo de la fuerza militar y el instrumental mediático. Asigna un importante rol a la cultura y la defensa de la identidad en sus planes hegemónicos, con el fin de subvertir con el mayor consenso social posible a sus enemigos, o para apuntalar a los aliados. Cuenta con el respaldo de sectores de las élites de poder, como los del Complejo Militar Industrial y Wall Street (la oligarquía financiera).

26. Más allá del estilo de actuación de Trump, en los hechos, la ejecutoria de la Casa Blanca en muchos sentidos sigue una pauta de continuidad con respecto a la política exterior de Obama e, incluso, en determinados aspectos, en relación con la de W. Bush. Desde que se inició el siglo XXI, a partir de la declarada Guerra Global contra el Terrorismo por W. Bush, la escalada militarista estadounidense no se ha detenido. Todo indica que el empresario-presidente podría acentuar esta peligrosa tendencia, al mantener las presiones ante países como Corea del Norte e Irán, que pueden traducirse en acciones de mayor beligerancia.

27. Desde las invasiones a Afganistán y a Irak, Estados Unidos ha permanecido en guerra, ha mantenido las operaciones en esos países y añadido las de Siria, junto a una serie de importantes incursiones militares en Libia, Pakistán, Yemen y Somalia. Obama habló, para diferenciarse de W. Bush, de comenzar la reducción de la presencia militar estadounidense en el exterior, prometió poner fin al rol bélico en Iraq y terminó concentrando recursos en la guerra en Afganistán, pese a que también había prometido poner fin a la misma. En realidad, fue pródigo en promesas de paz, pero también en decisiones prácticas de naturaleza contraria. La demagogia no le fue ajena. Es en este punto donde aparece un elemento “nuevo” en el discurso oficial del presidente: para Trump parece no ser relevante encubrir sus intenciones, pues es un adicto a las amenazas.

28. Obama daba continuidad al fortalecimiento de las fuerzas armadas, a la presencia de bases militares, en el marco de una concepción estratégica de garantizar la hegemonía a través del llamado poder inteligente (*smart power*), que conjugaba el poder duro mediante acciones coactivas y coercitivas (*hard power*), junto al desarrollo de un poder blando (*soft power*), como los medios de comunicación y las nuevas tecnologías de la información, procurando las mejores vías para mantener y reproducir los objetivos del imperialismo, conjugando los instrumentos militares con los medios de comunicación y las nuevas tecnologías de la información.



29. Con Obama comenzó el reajuste en el proyecto de dominación de Estados Unidos, con la nueva modalidad de golpe de Estado aplicado en Honduras, junto al remozamiento y ampliación del sistema de bases militares en Colombia, conformando esa coyuntura un antes y un después de una escalada contrarrevolucionaria basada en el uso más eficiente, con fines desestabilizadores, de mecanismos legislativos y judiciales, que se aplican luego en otros países.

30. En esa dirección avanzó Estados Unidos hasta la Cumbre de las Américas en Panamá, conjugando la condena a Venezuela con el mejoramiento de las relaciones con Cuba, este último concebido como una pieza funcional y pragmática en la implementación de su “amigable” política latinoamericana global, con el declarado propósito de cambiar los medios pero no los fines, en el constante empeño de derrocar a la Revolución Cubana. Sobre estas bases, puede afirmarse que Trump hace suya la cosecha de Obama, y con otro estilo da continuidad al proyecto de dominación de este último. Ello explica el énfasis puesto hasta aquí en la administración obamista.

31. La Cumbre siguiente, la de Lima, profundiza ese proyecto en las actuales condiciones de la nueva correlación de fuerzas. En ese contexto, además de las acciones contra la Revolución Bolivariana y la Cubana, la actividad subversiva se dirige hacia El Salvador, Bolivia y Nicaragua; aprovecha la compleja situación en Ecuador y la nueva coyuntura electoral en Colombia, así como intensifica los esfuerzos por quebrar la unidad y los proyectos de integración y concertación, como UNASUR, ALBA y CELAC. También se refina el trabajo divisionista sobre los partidos y movimientos sociales de izquierda y progresistas, con el plan de generar confusión, desmovilización y desmotivación, como parte de una mayor ofensiva e influencia sobre la sociedad civil latinoamericana.

32. La Estrategia de Seguridad Nacional de 2017, correspondiente a la actual administración estadounidense, documentos como la Estrategia de Defensa Nacional y diversas declaraciones de altos funcionarios del gobierno de Trump, reflejan posiciones coherentes con el discurso patrioter y chovinista de este, según el cual recuperará los soportes ideológicos contenidos en el Destino Manifiesto, en el discurso tradicional sobre el excepcionalismo estadounidense y la Doctrina Monroe. Toda esta lógica es sin dudas coherente con las metas estratégicas de restaurar el espíritu de la nación y de fortalecer el rol mundial de Estados Unidos. Las consignas *America First* y *Make America Great Again* así lo sintetizan. En la ofensiva estadounidense hacia Nuestra América participan no sólo Trump, la vicepresidencia y los Departamentos de Estado y Defensa, sino también activamente el Comando Norte, el Comando Sur, la comunidad de inteligencia e instancias del Congreso, entre otros actores.

33. Una evaluación integral del discurso oficial y la práctica de la actual administración conduce a esta conclusión esencial: la política hegemónica imperial sigue anclada sobre los mismos soportes ideológicos, sobre el mismo pragmatismo y sobre el mismo desprecio a nuestros pueblos. El irrespeto con que se ha referido a países como Haití y El Salvador, así como a los inmigrantes mejicanos y guatemaltecos, el odio a los musulmanes y la agresividad contra Venezuela así lo confirman.

34. Nos enfrentamos actualmente, en resumen, a la máxima expresión del imperialismo y la imposición en la región, sumada a actos crueles, inhumanos y degradantes en contra de la humanidad y los pueblos latinoamericanos y caribeños, lo cual se evidencia, entre otros ejemplos, en la política migratoria y de violación a los derechos humanos de los migrantes y las comunidades latinas que viven en los Estados Unidos.

35. Con respecto a los retos geopolíticos y geoeconómicos globales que plantean potencias como China y Rusia, la política estadounidense ha introducido, con Trump,



reajustes que implican desde consideraciones como las que han llevado a decisiones como las del TPP, hasta los calificativos con que se les identifica como enemigos en la Estrategia de Seguridad Nacional, al priorizarse su enfrentamiento. La actuación internacional de Trump tiende a ser precipitada, variable, inconsecuente en ocasiones e impredecible, lo cual introduce mayor incertidumbre en los pronósticos y en el clima mundial. Ella constituye un serio peligro para la paz, habida cuenta de su ideología fascista.

36. EUA adicionalmente a su estrategia injerencista en lo político y diplomático, configuran una nueva estrategia para fortalecer su presencia militar en centro y sur América, movilizand o tropas y arsenal militar de alto poder a Honduras, Panamá y Colombia, propiciand o que este último país ingrese a la OTAN, para generar operaciones militares de dicha organización en América del Sur, con el objetivo de presionar y preparar condiciones para una intervención militar a la República Bolivariana de Venezuela, Nicaragua y a otros países que transitan por procesos revolucionarios y democráticos.

37. En Estados Unidos, en síntesis, por encima de la figura presidencial, del equipo de gobierno, del partido que ocupe la Casa Blanca, es la naturaleza del sistema, los imperativos del Estado (o expresado de otro modo, la lógica del imperialismo) lo que determina el rumbo de la nación. Con discursos, proyecciones ideológicas y afiliaciones partidistas diferentes, envueltos ambos en notables contradicciones, con distancias entre sus dichos y sus hechos, los dos han estado atrapados en una red de relaciones de poder, entre intereses, presiones, compromisos, concesiones, que condicionan sus desempeños. El enemigo principal es el sistema imperial y fundamentalmente sus núcleos económicos y militares de poder en EUA.

LA DERECHA APRENDE Y CONTRA-ATACA

38. En política, los hechos son los que dicen la última palabra. En este campo sobran los elementos que indican que Washington y sus aliados en la región aprendieron rápido y bien, tanto de los éxitos como de las inexperiencias, las fallas, las omisiones y los errores de los sectores de izquierda y progresistas que accedieron al gobierno, por la vía electoral, entre 1998 y el 2014. Es clave analizar y entender cómo lograron revertir experiencias de gobierno que parecían sólidas, desde los clásicos métodos de mentir, cooptar y dividir, esta vez mediante la utilización competente de las nuevas tecnologías de la comunicación y de otros recursos de la guerra cultural.

39. La dinámica de la correlación de fuerzas políticas en América Latina está marcada hoy, entre otros muchos, por dos procesos de carácter contradictorio: la derecha hemisférica actúa con fines manipuladores mediante la creciente orientación de sus acciones de influencia hacia las bases sociales más populares, mientras que sectores de izquierda luchan por establecerse en el sistema institucional oficial, con el objetivo de entrar al juego electoral o de continuar en él, todo ello con el fin de alcanzar el poder ejecutivo en cada uno de los países donde desarrollan su acción política.

40. El primer proceso forma parte de una tendencia que se tornó muy clara y llamativa en Venezuela durante el año 2014. En esta ocasión, uno de los dirigentes antichavistas admitió públicamente que la oposición venezolana se había dado cuenta que era necesario cambiar la forma de hacer política, que la política había que hacerla en las calles. Esta tesis ya estaba en boga entre dirigentes opositores desde 2006, pero Washington no la favorecía en la época.

41. En 2014 el cuadro era otro. La Casa Blanca compartía la idea. En consecuencia, todos los partidos de las fuerzas de oposición política al gobierno bolivariano comenzaron a hablar de lucha social, de trabajo con las bases. Fue el año en el que trataron de apelar a los Consejos Comunales, para supuestamente buscar una alternativa al “régimen de Maduro”.



42. Los antecedentes de tal posición demagógica se observaron en el 2012, durante la campaña para las elecciones presidenciales, cuando el antichavismo trató de robarle a la izquierda sus banderas de lucha incorporando los términos, no así la verdadera esencia, de los Consejos Comunales y las Misiones Sociales al Programa de la Mesa de la Unidad Democrática (MUD).

43. Este curso de acción de la derecha pro-imperial –aquí ilustrado con el caso venezolano– responde a asesorías hoy conocidas de factura estadounidense, de instituciones como la Fundación para la Democracia (NED), la Agencia de los Estados Unidos para el Desarrollo Internacional (USAID), el Centro Internacional de la Empresa Privada (CIPE), entre otras, que como parte de las políticas de Barack Obama diversifican su foco y modo de acción, y continúan con los correspondientes ajustes tácticos en el gobierno de Donald Trump. En todos los países de la región se desarrollan planes de acción con ajuste a sus respectivas condiciones políticas y socioculturales locales.

44. A lo largo del siglo XXI la asesoría de los Estados Unidos ha impactado de forma directa y creciente en los modos de accionar de la derecha latinoamericana y hemisférica. Las acciones se han desplegado en tres niveles: regional, nacional y territorial.

43.1. En el **ámbito regional** se destacan las acciones de fortalecimiento institucional de los espacios controlados por aliados seguros, altamente conservadores, provenientes de sectores oligárquicos o ligados al capital transnacional, que mediante concertaciones regulares y la utilización de los grandes medios de comunicación han estimulado, por ejemplo, la lucha instrumental u oportunista contra la corrupción, un flagelo real que erosiona nuestras sociedades y que, por tanto, encuentra ecos reales en la opinión pública general.

43.2. Mediante el esfuerzo de sospechosas iniciativas no gubernamentales, la articulación de campañas mediáticas bien diseñadas, la cooperación entre los poderes judiciales, a veces mediante iniciativas no gubernamentales y con apoyo de organismos controlados por Washington, como la OEA, se ha desarrollado y desarrolla una auténtica guerra, selectiva y brutal, contra la izquierda.

43.3. En el **ámbito nacional** sobresalen las acciones dirigidas a la promoción de los empresarios como actores políticos; la formulación de políticas públicas orientadas al mercado; la formación de opinión pública en la sociedad civil para legitimar decisiones de interés del gran capital; la guerra económica, institucional y mediática a los gobiernos progresistas y de izquierda; la promoción de movimientos ciudadanos para el cambio social y la actualización de los programas y formas de lucha de los partidos políticos, a partir de parámetros neoliberalizantes.

43.4. En el **ámbito territorial** resaltan las acciones encaminadas a cooptar los procesos de participación social; a eliminar el capital social-político emancipador y las tradiciones de trabajo comunitario; a refuncionalizar e incorporar el potencial transformador del pueblo organizado con carácter subordinado al proceso de reproducción material y simbólico del capital transnacional hegemónico.

45. La aprobación de la ley de Comercio durante el gobierno de George Bush; las iniciativas aprobadas por el Congreso, la labor del CIPE, de la USAID, la NED y la influencia lograda por los programas de asistencia para el desarrollo y la seguridad desplegados durante el mandato de Barack Obama, así como la acción de los movimientos religiosos y las nuevas coaliciones regionales promovidas en el corto período de la administración Trump, muestran la diversidad de momentos y tácticas políticas asumidas con tales objetivos.

46. La destitución de Lugo en Paraguay y Dilma en Brasil mediante golpes de Estado de nueva factura o blandos; los resultados electorales en el 2015 en Argentina; la tendencia a la



pérdida de espacios territoriales en El Salvador, reflejado en las elecciones municipales de 2015 y 2018, y en las legislativas de este último año; la prisión ilegal de Lula en Brasil; la elección de Sebastián Piñera en Chile; los recientes resultados en las elecciones en Costa Rica; la feroz acción de aislamiento diplomático contra Venezuela por el Grupo de Lima; la exclusión de Venezuela de la Cumbre de las Américas; y la insultante insensibilidad ante los sufrimientos del pueblo puertorriqueño tras el huracán María, constituyen no solo algunos de los resultados del desprecio de Washington por América Latina, sino que indican su decisión de revertir todo lo que apunte a promover un nacionalismo patriótico, la defensa del Estado o el socialismo.

47. La labor dirigida sobre los Estados del Caribe ocupa un lugar importante en esa estrategia, cosechando frutos en la ofensiva contra Venezuela, en respaldo del Grupo de Lima y en detrimento de las posiciones más comprometidas con la izquierda regional.

48. Como parte de la Guerra de Posiciones que tiene lugar en América Latina y el Caribe, la disputa cultural y de sentidos constituye un elemento transversal de los diferentes espacios o frentes desde los que se lucha por el control de los gobiernos de la región, por el control de las bases sociales y de su movilización, así como por el control de los estados de opinión.

49. En tal sentido, el fenómeno del cambio cultural que ocurrió en los países latinoamericanos en los últimos quince años y que modificó en gran medida el entramado de valores, actitudes y creencias de las clases y capas populares, se explica en un alto grado por el hábil empleo de los códigos culturales y los instrumentos de socialización a manos del capital transnacional, el cual supo, en no pocos casos, manipular el discurso contra-hegemónico de la izquierda para oponerlo a ella misma.

50. De manera particular, los medios nacionales e internacionales de comunicación de la derecha, complementan la estrategia política de EUA para influir a buena parte de la población de nuestros países, a través de estrategias de manipulación, desinformación y confusión orientadas a detener los procesos revolucionarios, de emancipación y lucha en contra del sistema capitalista neoliberal. Todo ello aunado a una estrategia mediática a través del internet y las redes sociales, que ejercen una alta influencia sobre amplios grupos de la población. CNN y otros medios internacionales diseñan tácticas para influir en las decisiones políticas en nuestros países y orientar las decisiones a favor de los intereses estadounidenses y de los grupos de poder en cada país. La estrategia mediática se amarra a las argucias y estrategias políticas de los golpes de Estado en sus nuevas modalidades.

51. Esta realidad coloca a la izquierda continental ante uno de sus más importantes retos: prepararse para dar la batalla contra los restauradores del neoliberalismo en el terreno de las ideas y de la cultura. En estos años quedó perfectamente claro que no basta con incorporar al mercado a millones de nuevos consumidores, como acto innegable de justicia con los que antes no podían serlo por las estructuras de explotación vigentes, sino que lo esencial es incorporar a los procesos de cambio, como actores organizados y conscientes en cuanto ciudadanos, a esos consumidores. Ello exige desarrollar lo que Fidel Castro llamó una batalla de ideas. El desafío de la izquierda es innovarse, fortalecerse en la adopción de nuevas tecnologías de información y llevarlo a los niveles populares, así como el desarrollo del arte y la cultura de paz como una herramienta para transformar la conciencia del ser humano.

LA IZQUIERDA: RECUPERAR LA INICIATIVA ES CUESTIÓN DE PRINCIPIOS

52. Para los estrategas de la restauración contrarrevolucionaria es esencial que, en las fuerzas de izquierda y en sus respectivas bases sociales, “cunda el pánico” y se imponga la



idea fatalista de que “no hay nada que hacer”, salvo prepararse para que los ultra-liberales vuelvan a reinar a su antojo, como fieles escuderos del capital transnacional.

53. En tal contexto, las visiones que reproduzcan el fatalismo que esta derecha necesita imponer, constituyen crímenes de lesa patria. La correlación de fuerzas en política es tan inestable, tan estable o tan dinámica como sean capaces de serlo los actores políticos ubicados en las antípodas de la confrontación de intereses y proyectos en disputa. Ningún escenario político es inmutable frente a la decisión de luchar de una de las partes, vale recalcar.

54. Otro eje de opinión en boga, también de factura restauradora, consiste en “mostrar” que las experiencias de gobierno que llamamos revolucionarias en unos casos y progresistas en otros, han sido o son “más de lo mismo”, en un claro intento de equipararlas –y de equiparar a las fuerzas políticas que las han liderado con los gobiernos burgueses que las antecedieron, así como a los partidos tradicionales que transformaron la política en puro negocio en favor de las élites oligárquicas y burguesas, cada vez más antinacionales.

55. En consecuencia, constituye un deber explicar bien, difundir con sistematicidad y defender de forma audaz y creativa los incuestionables logros económicos, sociales y políticos atesorados por las experiencias de gobierno que por una razón u otra han sufrido reveses importantes (desde Honduras en 2009 hasta hoy en Brasil), así como los logros y fortalezas que amparan a las experiencias de gobierno que perduran, incluso en medio de enormes dificultades y desafíos internos, y también externos. Sería un error político estratégico permitir que se impongan las campañas de descrédito contra ellas, conforme a las prioridades de la restauración contrarrevolucionaria.

56. Al mismo tiempo, es esencial que se produzca un debate sereno y constructivo sobre los límites históricos, políticos e ideológicos de cada uno de los procesos de cambio en la región. Tal debate, aunque es importante para toda la izquierda regional, corresponderá en primera instancia, de forma indelegable, a los actores nacionales en cada caso. Omitir este ejercicio, a la vez, podría tener efectos nocivos irreparables para el futuro de los procesos emancipadores de la región, en virtud de que con ello se facilitaría que las medias-verdades y mentiras de la derecha sean las que prevalezcan en el imaginario colectivo. Afrontarlo revolucionariamente, por el contrario, permitiría abrir un camino concreto al difícil proceso de construcción de la unidad de la izquierda en la región, dado que posibilitaría contrastar la cuota de responsabilidad propia con los efectos reales de la campaña de los restauradores neoliberales.

57. La historia confirma que nunca habrá progreso sostenible en una experiencia revolucionaria, o cambios progresistas motivados por los valores de la justicia social y la equidad, sin ejercicio oportuno y adecuado de la crítica y la autocrítica. Criticar no es morder, advirtió José Martí, es ejercer con responsabilidad y sentido constructivo el criterio en función del mejoramiento humano.

58. Hoy, en el campo revolucionario, estamos desafiados a identificar qué no hicimos bien; a conocer qué metas no eran realistas u objetivas; y a saber, qué concepciones reformistas impidieron avanzar hacia objetivos transformadores de mayor impacto, tras anular las luchas por erradicar las estructuras responsables de la reproducción de la pobreza y la inequidad, en los países donde se llegó al gobierno por la vía electoral y bajo las reglas de la democracia burguesa.

59. En el análisis de lo sucedido, también es de primera importancia conocer los límites objetivos –legales, institucionales y culturales, entre otros– que tuvieron ante sí las fuerzas o los actores de izquierda que llegaron a gobiernos en Estados donde el poder real estaba en manos de capitales transnacionales y de oligarquías tradicionales. A partir de esta realidad



objetiva retoma actualidad la pregunta: cómo construir las bases de poder de un proyecto emancipatorio, socialista o de orientación progresista, bajo las condiciones que imponen las democracias burguesas predominantes en la región.

60. Un dato histórico desafía el balance de los hechos: las experiencias que lograron consolidar razonablemente consensos de masas, y posibilitaron que estas se transformasen en bloque popular de poder, son las que siguen dando la batalla contra el retorno del actual panamericanismo “*made in USA*”, o lo que es igual, la versión ultra-radical del neoliberalismo con altos niveles de militarización, de represión y criminalización de la protesta social. Para las experiencias políticas que califican en este caso, adquiere renovada importancia la búsqueda de mecanismos más eficientes de organización, concientización y participación política de las bases sociales comprometidas con el cambio post-neoliberal, a fin de que estas se transformen en real valladar político frente a la ofensiva contrarrevolucionaria. La relación Estado-sociedad civil progresista pasa a ser, en este caso, un verdadero desafío de creación heroica, como diría Mariátegui.

61. Como se aprecia en los procesos de cambio del siglo XXI que mayores transformaciones hicieron en sus respectivas superestructuras políticas, los sectores sociales más humildes y que más sufrieron los embates de las políticas neoliberales de los años ochenta y noventa, mostraron mayor propensión a integrarse a movimientos populares con demandas, intereses y propuestas coherentes con las metas de los actores políticos más avanzados en el sentido revolucionario, esto es, con proyección anticapitalista (aunque no siempre socialista) y con posturas patrióticas, de rechazo a la prepotencia gringa (aún sin tener niveles de conciencia antimperialista), y de apoyo a los esfuerzos de integración regional a partir de proyectos de beneficio mutuo, etc.

62. Lo sucedido coloca en primer plano, en medio de la ofensiva restauradora, la necesidad de renovar las relaciones entre los partidos políticos de gobierno y los movimientos populares con posiciones nacionalista-patrióticas, y con posturas favorables a la existencia de un Estado que asegure un funcionamiento democrático en el manejo de los disensos y en la construcción de los imprescindibles consensos, claves, por lo demás, para detener el retorno al capitalismo salvaje que las transnacionales promueven en nuestra región.

63. Constituye un reto histórico y estratégico del movimiento revolucionario, democrático y progresista de nuestro continente reconocer, entender, respetar y asumir los derechos de los Pueblos Indígenas como parte sustancial de los planteamientos y de los procesos de liberación de nuestros pueblos que, al mismo tiempo que los nutre y completa, es una clara manifestación de la lucha contra las estructuras y la cultura de racismo y discriminación impuestas por el colonialismo.

64. Construir estos consensos con los segmentos de la sociedad que poseen más demandas e intereses afines, o potencialmente afines a los del cambio revolucionario y/o progresista, en estos momentos, constituye el acto decisivo para sobrevivir y eventualmente parar la restauración contrarrevolucionaria en curso.

65. La búsqueda de fórmulas unitarias concretas, que sean capaces de aglutinar a la mayor parte posible de los afectados por las depredantes acciones del capitalismo neoliberal, a partir de banderas identificadas mediante real debate colectivo y sin hegemonismos, sería el equivalente a lograr exactamente lo contrario a lo que día a día impulsan los aliados de Washington y las élites estadounidenses.

66. A los movimientos y organizaciones sociales y políticas, democráticas y revolucionarias corresponde nutrirse permanentemente de su relación e inserción en las luchas, intereses y derechos de nuestros pueblos, comunidades y sectores sociales, así como



preservar, defender y potenciar las conquistas por pequeñas que sean en la clara dirección de acumular fuerzas y construir una correlación a favor de los procesos de liberación de nuestros pueblos. Esta es una forma de combatir el fatalismo, la alienación y despolitización que causan las redes mediáticas antidemocráticas y contrarrevolucionarias.

67. Tampoco son ajenas al gran capital las tentativas de Washington por dividir al Caribe y por separarlo de la América Latina. En este contexto se fortalece, como símbolo de lucha anticolonial a defender, la causa independentista de Puerto Rico. Ella se ha transformado, más aún bajo la actual administración de Trump, en punto de honor para los antimperialistas y anticolonialistas del continente. También es importante señalar el papel de la Europa neoliberal en los ataques contra los avances revolucionarios y progresistas de América Latina; denunciar la permanencia del colonialismo europeo en el Caribe (Martinica, Guadalupe, Guyana, Bonaire, Curazao) y afirmar la necesidad de apoyar la lucha por la erradicación completa del colonialismo en nuestra región.

68. Frente a estas realidades, si los partidos políticos de izquierda y los movimientos populares con ideas y compromisos pierden la perspectiva de la unidad más amplia y democrática, estarán concediendo a los restauradores lo que estos necesitan. La conclusión es simple: o nos unimos, o nos hundimos en el lodo de la contrarrevolución que nos tratan de imponer.

69. Invitamos al debate franco de las ideas aquí contenidas, así como de las muchas que seguramente quedaron fuera del presente texto y son relevantes para los que integramos el Foro de Sao Paulo.

4. RESOLUTIVOS

Informe de la Comisión de Resoluciones Especiales (Leído en la Plenaria final)

“Buscamos la solidaridad no como un fin sino como un medio encaminado a lograr que nuestra América cumpla su misión universal.”

Las palabras del poeta y Apóstol de la Independencia, José Martí, resumen una visión que sigue siendo vigente: la de la solidaridad en aras de la consecución de la unidad e integración de nuestros pueblos.

Amigas y amigos, compañeros todos y todas de lucha, antes de continuar, la Comisión de Resoluciones Especiales, saludamos haber contado con un honorable Presídium conformado por los Excmos. Presidentes, Mandatarios y Ministros de distintas nacionalidades, así como de la querida compañera Monica Valente, nuestra Secretaria Ejecutiva. Un honor su presencia, para atestiguar el sentir de quienes, provenientes de 51 países de 168 organizaciones políticas, han participado en los trabajos de este XXIV Encuentro y cuyos aportes invaluable dan contenido al lema que ha animado nuestro Encuentro “Por la unidad y la integración latinoamericana y caribeña”.

De esa manera, las propuestas brindadas transitan entre los saludos a la lucha de los pueblos por su libre autodeterminación e independencia y contra el neocolonialismo que en pleno siglo XXI, sigue con la pretensión de sojuzgar a los pueblos, como se desprende de la causa justa de Puerto Rico, la República Árabe Saharaui Democrática, el País Vasco, la Palestina ensangrentada por el criminal sionismo, hasta aquellas resoluciones que expresan el



reconocimiento de la participación del pueblo de México, que resultara en el triunfo del compañero Andrés Manuel López Obrador. Igualmente están las de solidaridad en la promoción y defensa de los derechos humanos en Guatemala, Perú, Argentina, la de la paz y contra los asesinatos de líderes en Colombia, reiterando que la paz de Colombia es la paz de la región; así también están los pronunciamientos de defensa de los derechos de las y los migrantes y sus familias, de manera especial las y los refugiados, de las comunidades afrodescendientes, de los pueblos originarios e indígenas, por mencionar unas cuantas y, de todas, se recogen los anhelos y compromisos de que, bajo la concepción unitaria y de integración de nuestros pueblos vayamos más allá, de ahí que se impone la vinculación y fortalecimiento con las fuerzas fraternas que integran el Partido de la Izquierda Europea, como de otros lares del mundo. En este punto, conmemoramos al gran libertador en el aniversario de su nacimiento, Nelson Mandela está presente en este evento.

Por otro lado, a las resoluciones recibidas se agregan los acuerdos asumidos por los distintos Talleres y Encuentros, así como las resultadas de las Secretarías Regionales y las reuniones bilaterales. Todas han sido recogidas, todas son de suma importancia y forman parte ya de nuestra memoria inmediata, por supuesto, con oportunidad serán difundidas a través de nuestra página oficial del Foro de Sao Paulo. Sin embargo y ante la gran asistencia de mujeres y jóvenes, que trabajan en pos de sus derechos plenos y contra la violencia en todas sus manifestaciones, por ello nos permitimos usar una expresión que, no por ser del lugar común, es menos válida. Este Encuentro tiene rostro de mujer y juventud.

Compañeras y compañeros, en el XX Encuentro realizado en Bolivia, aventuramos que las resoluciones se convierten en el hilo conductor del contenido del Documento Base, hasta los ejes que conforman la Declaración Final, hoy reiteramos esa idea, apoyándonos en el Programa Político de Acuerdos de las fuerzas, partidos y movimientos populares, que constituye el Consenso de Nuestra América, consolidado en Nicaragua.

De este XXIV Encuentro, las fuerzas democráticas, de izquierda y progresistas, reafirmamos que las resoluciones nos ayudan a concretar acciones de solidaridad, por la paz y la justicia internacional porque es posible cambiar la vida, vamos por la construcción de ese anhelo unitario y contra cualquier pretensión de lesionar los derechos de los pueblos y las soberanías de las naciones.

No podemos concluir el presente informe sin agradecer los aportes brindados por todas y todos. Reiteramos que atendiendo a la confianza depositada por ustedes y por el Grupo de Trabajo, hemos adoptado la misma dinámica de Encuentros anteriores, por lo que, sin demérito de resolución alguna, daremos a conocer unas cuantas, por la particularidad de la situación actual en esas naciones hermanas.

Amigas y amigos, compañeros y compañeras, con la lectura de esas Resoluciones a cargo de quienes integramos la Comisión ex profeso, habremos de concluir con la responsabilidad dada por el Grupo de Trabajo, por lo que, a nombre de quienes la integramos, nuevamente, muchas gracias con nuestro cálido y fraternal abrazo. Nuestra apuesta es por la dignidad de las personas, por los derechos de nuestros pueblos, por la unidad aún en la diversidad, por la defensa de la humanidad, y que, en la lógica del lema de este importante evento, encuentra su profundo sentido en las palabras de ese gran líder revolucionario que puso el acento en la unidad de los pueblos y en el ideal libertario de los mismos cuando dijera "Patria es humanidad".

Fidel está aquí, viva Fidel por siempre.

Gracias al hermano pueblo de Cuba, viva la Cuba socialista y revolucionaria.

Vivan los pueblos del mundo, viva el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo



Comisión de Resoluciones: Mariano Ciafardini (Argentina), Wevergton Brito (Brasil), Idalmis Brooks (Cuba), Rosa María Cabrera Lotfe (México), Luis Cabrera (Nicaragua), Hugo Rodríguez (Uruguay).

RESOLUCIONES

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo, reunido en la ciudad de La Habana, Cuba, del 15 al 17 de julio de 2018, aprobó las siguientes resoluciones:

Argentina

En Argentina se vive una delicada situación que atraviesa la democracia de dicho país, donde se ha vulnerado el Estado de Derecho y la división de poderes. Esta situación se ha generado a partir de la profunda crisis económica en que ha hundido al país la política neoliberal y depredadora del gobierno de Macri y sus socios financieros internacionales que ha vuelto a pedir préstamos al FMI y ello ha provocado una profunda situación de deterioro social y económico, lo que denunciamos.

Igualmente, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo exige el cese de la persecución política revanchista contra dirigentes sociales, sindicales y políticos que se encuentran enjuiciados y privados de su libertad sin respetar el Debido Proceso. Estas detenciones se enmarcan en una serie de acciones y amenazas que desde el gobierno nacional, cuentan con la complicidad y subordinación del Poder Judicial y el apoyo e impulso de los monopolios mediáticos. Estas acciones están dirigidas a criminalizar la protesta social y perseguir a las organizaciones populares, como parte de un plan dirigido a enfrentar la resistencia social ante la aplicación de su proyecto antipopular y de subordinación al FMI.

Manifestamos nuestro profundo rechazo a la decisión del gobierno de Mauricio Macri de autorizar a los Estados Unidos de América, la instalación de bases militares en territorio argentino. Condenamos cualquier intento de militarización en la región y reiteramos nuestro compromiso con la defensa de la soberanía e independencia de nuestros pueblos.

La instalación de bases militares constituye un aspecto clave de la estrategia imperial de dominación sobre nuestros pueblos, las mismas han servido a lo largo del tiempo para garantizar la hegemonía y control de EUA sobre los países de la región, facilitándole la posibilidad de inmiscuirse en nuestros asuntos internos, instigar y desestabilizar a los gobiernos populares y garantizar su control y posterior saqueo de nuestros recursos naturales estratégicos.

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo reconoce la legítima e imprescriptible soberanía Argentina sobre las Islas Malvinas, Georgias del Sur, Sandwich del Sur y los espacios marítimos circundantes. Advertimos y denunciamos la actitud claudicante del gobierno del Presidente Macri en el reclamo de Soberanía, el tema no está en un lugar central en su gobierno. Denunciamos la militarización e introducción de armas nucleares en el Atlántico Sur, así como rechazamos la persistente actitud colonialista y militarista del Reino Unido de Gran Bretaña.

Condenamos las acciones unilaterales e ilegítimas del Reino Unido en materia pesquera e hidrocarburífera, y se denuncia el potencial peligro de un desastre medioambiental. Instamos al Reino Unido a cumplir con las resoluciones adoptadas por la Asamblea General de la ONU, ya que su negativa afecta la integridad territorial argentina. Consideramos que la negociación es innegociable.



El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo hace suya la solicitud a todos los partidos miembros a efecto de sumarnos al repudio de los acuerdos antipopulares y que atenten contra la soberanía nacional que se produzcan en la próxima reunión del G20 a realizarse en Argentina.

Bolivia

Saludamos la lucha del pueblo boliviano a la cabeza del Presidente Juan Evo Morales Ayma, por recuperar su dignidad y soberanía, frente al embate neocolonial e imperialista que llevan a cabo la oligarquía boliviana y de la región.

Denunciamos la sistemática injerencia y conspiración que realiza la derecha boliviana, latinoamericana e internacional para desestabilizar al gobierno legal y legítimamente constituido.

Celebramos los logros alcanzados por el Estado Plurinacional, en materia de política social, económica, educativa y de salud, a la cabeza del compañero Evo Morales Ayma.

Saludamos y respaldamos los avances de Bolivia en materia de derechos individuales y colectivos, al haber declarado el agua como un derecho humano, como un derecho universal de toda la humanidad, frente a la lógica privatizadora del capitalismo.

Apoyamos la postulación del hermano Presidente para las próximas elecciones del 2019 en el marco de la Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia y los Tratados Internacionales en materia de Derechos Humanos.

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo reconoce en el compañero Evo, a quien ha venido encarnando la lucha por los derechos de los pueblos originarios y las comunidades indígenas, así como el fundamental respeto a la Pachamama. Evo ha sostenido y acreditado que el desarrollo de un pueblo está íntimamente ligado a ese respeto.

Vaya pues nuestro reconocimiento y este XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo sabrá acompañar al hermano pueblo de Bolivia en su legítima demanda de que Evo pueda postularse para seguir representando el anhelo democrático de su pueblo con dignidad.

Brasil: Solidaridad con Lula

El ex Presidente Lula es un preso político. Perseguido por la justicia brasileña con una acción encarnizada, encabezada por el Magistrado Sérgio Moro, Lula se presentó ante la Policía Federal, siendo detenido y trasladado a la sede de la misma en Curitiba, Paraná.

El ex Presidente Lula es inocente. La condena de 12 años y un mes de prisión por el supuesto delito de corrupción, que no se ha comprobado, no es más que resultado como una burda maniobra de judicializar la política y tratar de impedir que gane una vez más la Presidencia de Brasil y, con su triunfo, lograr el retorno del Estado de Derecho y el Orden Democrático quebrantado en dicho país desde el Golpe de Estado Parlamentario en contra de la Presidenta Dilma Rousseff, para luego violentar las normas constitucionales en contra de Lula. A la fecha no se le ha comprobado nada y es claro que hay contradicciones en el sistema de justicia brasileña cuando por un lado se ordena su libertad y por el otro se suspende la misma.

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo advierte de esta nueva maniobra judicial que atenta contra los derechos de Lula, al resultar de interés político -como se asienta líneas arriba- de bloquear su candidatura presidencial. Rechazamos que el poder judicial brasileño, lejos de funcionar para proteger los derechos de las personas y las instituciones, funcione como amenaza a los mismos. Saludamos, sin embargo, que este pasado 13 de julio de 2018, Lula



fuera hallado inocente de obstrucción a la justicia, en uno de los casos en su contra. No debe sorprendernos. Reiteramos que Lula es inocente de todos los cargos que se le imputan.

En ese orden de ideas, saludamos los acuerdos propuestos por el Comité Internacional Lula Livre, como Plan de Acción por su libertad y por su candidatura. Acciones propuestas para iniciar el mes venidero y las cuales debemos fortalecer en virtud de que se trata de una Jornada Internacional de Luchas bajo el nombre de “Lula Livre e candidato a Presidente”, y cuyas actividades serán dadas a conocer a las fuerzas que conforman el Foro.

Lula será candidato. Su popularidad no está puesta en duda. Millones de mujeres y hombres se han venido manifestando día y noche en solidaridad y en demanda de su liberación al tiempo que lo consideran su candidato. Lula ha ratificado que “no renunciará al pueblo brasileño para poder recuperar la democracia y hacer que el país crezca. “ Este XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo saluda la decisión del Partido de los Trabajadores de postularlo a la Presidencia y de Lula de aceptar la candidatura, con sus palabras “por responsabilidad con Brasil y para acabar con el sufrimiento del pueblo... y porque los brasileños tienen el derecho de votar libremente en un proyecto de país más solidario”.

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo, resuelve seguir manifestando su plena solidaridad con el compañero Lula da Silva; reforzar las acciones por su inmediata libertad, saludando la defensa que el Partido de los Trabajadores y las fuerzas democráticas aliadas de Brasil y que también forman parte del Foro han venido realizando. Saludamos y reconocemos las movilizaciones que el pueblo de Brasil promueve en demanda de libertad para Lula y por la defensa del legado que les brindó para mejorar sus condiciones y elevar la calidad de vida de millones de personas.

¡VIVA LULA!
¡VIVA EL PUEBLO BRASILEÑO!

Colombia

El reciente proceso electoral colombiano mostró el avance de las opciones democráticas, progresistas y de izquierda, logrando el 25% de las sillas del Senado y amenazando con desplazar del gobierno al bloque de poder, obligándolo a dejar de lado sus diferencias y unificarse en torno a la fracción Uribista. El Acuerdo Final de Paz entre las FARC-EP y el Estado, así como el proceso de diálogo con el ELN, generaron un ambiente propicio para que los acumulados de lucha por la democratización se expresaran y se constituyeran en alternativa real de gobierno.

La presidencia de Iván Duque significa que la conducción del Estado está nuevamente a cargo de la ultraderecha. Sus pretensiones son restaurar las bases de un régimen de acumulación autoritario y represivo en el marco del post acuerdo, que impida la apertura democrática, la consolidación de la paz y bloquee la participación de las nuevas fuerzas sociales y políticas en la disputa por la conducción del Estado.

A la continuidad de las nefastas políticas neoliberales en lo económico y social, se suman las intenciones perversas de sectores religiosos que buscan desmontar libertades y derechos ciudadanos y la exacerbación de la explotación depredadora de los bienes comunes por las transnacionales de la mega minería afectando la vida y tranquilidad de las comunidades.

La reciente vinculación del Estado colombiano a la OCDE y la OTAN indican una mayor dependencia del imperialismo norteamericano y europeo, que se recrudecerá con el nuevo gobierno, atacando los organismos de integración regional -UNASUR y la CELAC-, la desestabilización de los gobiernos progresistas y de izquierda, especialmente insistirá en el



bloqueo económico, diplomático y político de la Revolución Bolivariana y su legítimo gobierno, sin descartar la aventura militar desde el territorio colombiano, a lo cual nos oponemos.

El boicot al diálogo con el ELN y la implementación del Acuerdo Final de Paz con las FARC, especialmente atacando el Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición; el deseo de extraditar a los ex comandantes mediante montajes judiciales; el incumplimiento en la reincorporación de los ex combatientes, así como la justificación de su asesinato y el de sus familiares junto al de los líderes sociales, ambientales y políticos, defensor@s de DDHH y reclamantes de tierras por parte del paramilitarismo; todo ello puede generar a un nuevo ciclo de violencia, más cruel del que ha padecido el pueblo colombiano.

El Foro de Sao Paulo y su histórico apoyo a la solución política negociada del conflicto armado colombiano, exige el cumplimiento del Acuerdo Final de Paz, la continuidad del diálogo con el ELN y la protección de la integridad física y política del liderazgo político, social, ambiental y de los defensor@s de DDHH y en general del movimiento popular. Consecuentemente realizaremos la II Misión de Observación Política del Foro de Sao Paulo los días 2 al 6 de noviembre del presente año.

¡La paz de Colombia es la paz del continente!

Cuba

En el “Año 60 de la Revolución”, Cuba nos recibe como siempre, con los brazos abiertos. Y en esos brazos, no podemos dejar de recordar a un hombre revolucionario que con gran visión pugnara por “Un mundo de justicia, paz y dignidad”: Fidel está hoy con nosotras y nosotros. Su legado es infinito y habrá de seguir siendo ejemplo para las generaciones venideras, no sólo en Cuba, sino en el mundo entero. Pronto serán dos años de su partida física y las acciones que emprendiera sentaron bases incuestionables en bien de la población toda de su patria. En él reconocemos la calidad humana y el sentido profundamente social y solidario de Fidel, baste y sobre recordar que uno de sus más grandes logros fue su profunda noción de emancipación de los pueblos partiendo de la unidad como bien supremo y como el más legítimo anhelo de los pueblos del mundo, lo que conlleva a la preservación de la paz y la seguridad internacional. De ahí que fuera Fidel un incansable promotor esencial de este inalienable derecho, plasmado por sus palabras en 14 de febrero de 2016 al escribir “...Luchar por la paz es el deber más sagrado de todos los seres humanos, cualesquiera que sean sus religiones o país de nacimiento, el color de su piel, su edad adulta o su juventud.” Fidel, siempre presente, siempre vigente.

Y en ese tenor, saludos que en días próximos, se conmemore un aniversario más de la gesta del Asalto al Cuartel Moncada, que constituyera un parteaguas al transformar la historia de Cuba; en tiempos ya recientes, saludamos la gestión que desde la Presidencia de la República de Cuba, llevara adelante el compañero Raúl Castro Ruz, su papel llevó a la consolidación y ampliación de los logros de la Revolución Cubana, pero hacia la unidad de los pueblos y la paz de la región, es de destacar su encomiable labor al frente de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) y fue precisamente en esta tierra, en donde la II Cumbre de la CELAC aprobara la Proclama de América Latina y El Caribe como Zona de Paz, de la cual destacamos las siguientes líneas, a saber: “Ratificando el compromiso de sus países con los Propósitos y Principios consagrados en la Carta de las Naciones Unidas



y el Derecho Internacional, y conscientes de que la prosperidad y estabilidad de la región contribuyen a la paz y seguridad internacionales,

Conscientes de que la paz es un bien supremo y anhelo legítimo de todos los pueblos y que su preservación es un elemento sustancial de la integración de América Latina y el Caribe y un principio y valor común de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC),

Reafirmando que la integración fortalece la visión de un orden internacional justo, afirmado en el derecho y en una cultura de paz que excluye el uso de la fuerza y los medios no-legítimos de defensa, entre ellos las armas de destrucción masiva y, en particular, las armas nucleares”.

Y es precisamente bajo esa noción de la búsqueda de paz y de una integración de nuestros pueblos, que saludamos a Cuba por ser sede de la Mesa de Conversaciones para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera en Colombia, lo que huelga decir es de suma importancia. Fidel abrió camino, Raúl avanzó en la construcción del mismo. Por ello, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo, extiende su mayor reconocimiento a ese digno papel que pone el acento en la tan anhelada paz para nuestra región.

De la misma manera, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo ratifica su indeclinable compromiso por seguir luchando por la eliminación del injusto, criminal e ilegal bloqueo, a todas luces condenable, en tanto que atenta contra los principios del Derecho Internacional, además de ser una acción unilateral impuesta a una nación, que lesiona la soberanía de la misma y que, pese al impacto negativo que ha tenido en diversos aspectos de la vida del pueblo cubano, no ha logrado el aislamiento y la inmovilidad de Cuba, que mantiene firmeza y fidelidad con los principios de la Revolución Cubana. Así, reiteramos nuestra solidaridad con la justa causa de Cuba contra el bloqueo y por la devolución del territorio de Guantánamo. Nos pronunciamos por exigir de los Estados Unidos de América que respete la voluntad soberana de un pueblo y su legítimo gobierno, de vivir sin el bloqueo y de ejercer su libre soberanía sobre todo su territorio.

Por otro lado, este XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo saluda la elección del compañero Miguel Díaz-Canel Bermúdez como Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros de la República de Cuba, que de su discurso del pasado 19 de abril del año en curso se desprende la idea de no transigir ante presión extranjera alguna, en aras de la defensa de la autonomía y soberanía del pueblo cubano para seguir firme en la determinación de su propio destino, así como del compromiso de ahondar y dar continuidad a la Revolución Cubana. Por ello, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo se suma al reconocimiento que en la elección hiciera este pueblo hermano al compañero Presidente Miguel Díaz-Canel.

¡VIVA LA REVOLUCIÓN CUBANA!
¡VIVAN LAS MUJERES Y HOMBRES REVOLUCIONARIOS!
¡VIVA CUBA Y VIVA FIDEL!

Ecuador: Solidaridad con Rafael Correa

El Ex Presidente Correa vive una persecución política que se ha judicializado. El pasado martes 3 de julio, una Jueza de la Corte Nacional de Justicia aceptó el pedido del Fiscal encargado y ordenó la prisión preventiva contra él, debido a que el Fiscal encargado alega que Rafael Correa incumplió la disposición de presentarse cada quince días en la Corte Nacional de Justicia; sin embargo, en cumplimiento de la medida cautelar, el Ex Presidente



acudió al consulado de Ecuador en Bruselas justamente para colaborar con el pedido de la Jueza.

El artículo 76, numeral 2, de la Constitución de Ecuador, señala que: “se presumirá la inocencia de toda persona, y será tratada como tal, mientras no se declare su responsabilidad mediante resolución firme o sentencia ejecutoriada”. Además, el país es signatario de Tratados Internacionales de Derechos Humanos que garantizan la presunción de inocencia; esto significa que ninguna persona podrá ser tratada como autora o partícipe de un hecho delictivo sin que haya una resolución judicial en ese sentido.

Mientras el proceso continúa, al Ex Presidente Rafael Correa se le deben garantizar a plenitud sus derechos. Por ello, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo resuelve denunciar estos hechos de persecución política judicial la cual rechaza, al tiempo que se solidariza con el compañero Rafael Correa, líder popular y progresista de nuestra región, y se pronuncia por el respeto del Debido Proceso.

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo rechaza la utilización de la justicia como instrumento de venganza y amedrentamiento en contra del compañero Rafael Correa Delgado y considera que la orden de captura internacional emitida en su contra es indignante, por cuanto se violentan sus derechos humanos.

El Salvador: Solidaridad con el Presidente Salvador Sánchez Cerén

En virtud del ataque del sistema judicial salvadoreño, denunciamos el mismo manifestado como expresión de la judicialización de la política, contra el compañero Presidente Salvador Sánchez Cerén, a través de una acusación fiscal sin sustento legal ni real, pero suficiente para configurar una ofensiva en toda regla que se ajusta a los planes imperialistas para la región y, por supuesto, para la República de El Salvador.

Este ataque contra nuestro compañero Presidente Sánchez Cerén se da en un momento de particular importancia para el destino del proceso revolucionario y democrático salvadoreño, cuando están a las puertas de iniciar batallas definitivas político-electorales para garantizar la continuidad de los Gobiernos del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN).

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo manifiesta su plena solidaridad con el compañero Presidente Salvador Sánchez Cerén y con el FMLN, reiterando su rechazo a la judicialización política en su contra.

Guatemala

En Guatemala, el gobierno neoliberal, encabezado por Jimmy Morales, impulsa sus políticas económicas, que favorecen a las grandes empresas nacionales e internacionales, y a los altos niveles de corrupción e impunidad en las esferas estatales; así también, a la complacencia con las políticas injerencistas de los Estados Unidos de América, al exigir el retiro de la Embajadora de la República Bolivariana de Venezuela y ordenar el traslado de la Embajada guatemalteca en Israel a la ciudad de Jerusalén, en consonancia con la política del Presidente Trump, y violentando resoluciones internacionales que impulsan la construcción de la paz en el Medio Oriente, lo que el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo rechaza.

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo condena particularmente, la represión de Estado, en contubernio con grupos clandestinos financiados por empresarios, la criminalización de las luchas y persecución de líderes y lideresas mayas, cuya consecuencia ha sido, hasta el momento, la ejecución extrajudicial de al menos ocho dirigentes comunitarios y campesinos



que impulsan luchas de resistencia y defensa del territorio y de la naturaleza y por las reivindicaciones de los derechos colectivos de los pueblos originarios.

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo, rechaza con vehemencia la inaceptable vulneración de la integridad y garantía de los derechos a la vida y la dignidad de las mujeres, ante la clara responsabilidad del gobierno de Guatemala y de sus funcionarios en la ejecución extrajudicial y agresión a 56 niñas en un hogar estatal de "protección", en 2017, (hecho aún no esclarecido), el constante asesinato de mujeres y los señalamientos de violencia sexual en contra de mujeres, hechos en los que está involucrado el Presidente Morales.

Por ende, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo expresa su solidaridad con el Pueblo de Guatemala, de manera específica con las familias víctimas de la tragedia resultante de la erupción del Volcán de Fuego, la cual evidencia las injustas condiciones sociales y económicas en las que vive la mayoría de la población guatemalteca.

Finalmente, se solidariza con los partidos políticos de Guatemala, integrantes del Foro de Sao Paulo y con sus dirigentes, ante los constantes ataques, señalamientos y amenazas de la derecha fascista y reaccionaria, exhortando a las fuerzas revolucionarias a continuar con sus esfuerzos para la construcción de la unidad, con el fin de generar las transformaciones en favor de su Pueblo y convertirse en una alternativa real para la conquista del poder.

Honduras

El pueblo de Honduras se encuentra en un proceso de insurrección popular para derrotar la dictadura apoyada por los Estados Unidos de América y al sistema criminal y fraudulento heredero del Golpe de Estado del 2009.

El Foro de Sao Paulo reconoce que Honduras actualmente libra una lucha por las ideas, por el socialismo democrático, una lucha por la información, la comunicación eficaz y la formación de conciencia que debe darse todos los días, especialmente en la juventud, como parte de la tarea de transformar la sociedad.

Los y las hondureñas entienden bien la importancia de construir la argumentación frente al enemigo, para que nadie tenga nunca más la terrible necesidad de mimetizar las ideas y nunca vacilar frente a quiénes no ocultan su propósito de destruir la razón y la verdad.

Por ello, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo aprueba incorporar la posición de Honduras como parte de los documentos de esta edición del Foro de Sao Paulo, para que sirva como base de la discusión sobre la construcción del Socialismo en nuestra América Latina y El Caribe como alternativa real al capitalismo que debe ser reemplazado; retomemos como espacio de consensos de Partidos Políticos y Movimientos, la propuesta de construir un Centro de Pensamiento regional permanente que se encargue del estudio estratégico para toda la región; nos comprometamos a implementar el estudio y debate del documento "Consenso de Nuestra América", para adecuarlo a cada una de nuestras regiones y a nivel de las bases en todas nuestras organizaciones, al tiempo que retomamos la propuesta de que con plazos firmes, de acuerdo a las condiciones reales de cada uno de nuestros países, se compartan nuestras experiencias en este proceso; y reflexionemos en torno a la necesidad de crear un mecanismo de intercambios estratégicos entre las fuerzas políticas que integran el Foro de Sao Paulo y que se ubican en la primera línea del conflicto regional, para crear un marco de alianzas políticas y sociales que a nivel regional permitan sostener la ofensiva de lucha revolucionaria por la conquista y consolidación de los procesos contra-hegemónicos en la región.



El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo, en tanto espacio de confluencia de las fuerzas progresistas de América Latina y El Caribe, resuelve acompañar al pueblo de Honduras en sus demandas de:

Denuncia de la impunidad total del Golpe de Estado del 28 de junio del 2009, condenado por todas las naciones del mundo representadas en la ONU, y calificado por la Corte Interamericana de Derechos Humanos como un ilícito de carácter internacional, así como en su demanda de la Convocatoria a una Consulta Popular para la instalación de una Asamblea Nacional Constituyente Originaria y con plenos poderes; que reconstruya el Estado de Derecho y posibilite elecciones LIBRES.

Nuestro XXIV Encuentro exige la inmediata libertad para los prisioneros políticos, encarcelados por la dictadura por protestar contra el Golpe electoral del 26 de noviembre de 2017, y exige la investigación y condena por los cientos de asesinatos y ejecuciones, especialmente de jóvenes a partir del Golpe de Estado militar y el Golpe electoral.

Coincidimos en que Honduras requiere una reforma estructural del Estado y esto sólo se puede lograr con la reconstrucción del pacto social para proclamar su soberanía y verdadera independencia patria.

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo reconoce en el Partido LIBRE, coordinado por el compañero José Manuel Zelaya Rosales, Ex Presidente de Honduras, al conductor político que llevará al pueblo de Honduras a su liberación.

¡Fuera la DICTADURA impuesta y sostenida por los Estados Unidos de América! ¡El pueblo de Honduras exige paz y democracia!

México

México ha celebrado comicios electorales federales, cuya jornada fue el pasado primero de julio del año en curso. Jornada que abrió una nueva ruta en la vida pública de esa nación, al haber contado con una amplia participación ciudadana, que en las urnas expresó su voluntad de cambio ante la obsolescencia de los modelos económico y político, y las políticas neoliberales que han impactado negativamente en los distintos aspectos de la vida de la población mexicana.

Es así que el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo manifiesta su saludo al compañero Andrés Manuel López Obrador, al haber resultado Presidente electo de la República de los Estados Unidos Mexicanos con más del 50% de la votación nacional emitida, siendo así el candidato más votado para dicho cargo.

Reconocemos que se abre una perspectiva de autenticidad de los comportamientos precisos, tales como la independencia respecto a los poderes y la sujeción al escrutinio social, en aras de democratizar la vida pública, por la justicia, el bienestar. Por ello, el nuevo gobierno deberá ser garante del reconocimiento de la diversidad de amplios sectores de la población que optaron por la opción que representa el compañero Andrés Manuel López Obrador, quien se ha comprometido con un ejercicio de gobernabilidad que combata la corrupción, mejore las condiciones de vida, garantice los derechos y libertades hasta ahora alcanzados, brinde la posibilidad de cambios en materia de empleo, seguridad social, recuperación del campo, y la revisión y, en su caso, la reversión de las reformas estructurales que lejos de coadyuvar a elevar la calidad de vida del pueblo mexicano, han operado en detrimento de la misma.

Igualmente es menester resaltar el hecho de que por vez primera, en los órganos de decisión y gobierno, se dará una conformación paritaria, resultado de una reforma constitucional de 2014 y que obedece al empuje dado por distintas organizaciones y partidos políticos y,



principalmente, a la lucha por la defensa de los derechos humanos de las mujeres, colectivas feministas y el movimiento amplio de mujeres. Así, el principio de paridad se aplica integralmente en las Cámaras del H. Congreso de la Unión. El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo saluda este importante hecho y saluda por ello a quienes, desde cualquier sigla partidista, habrán de velar por la Agenda de la Igualdad Sustantiva para bien de millones de mexicanas.

Siguiendo esa ruta, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo reconoce en el pueblo de México, su voluntad plena de cambio, lo que sugiere la pronta recuperación de la agenda de los derechos sociales, hoy aislada dada la violencia prevaleciente. Saludamos por tanto, la voluntad de la sociedad civil de transitar a un nuevo orden de manera pacífica.

Saludamos igualmente, que el nuevo gobierno federal sostenga la defensa de un Estado democrático y de derecho, así como la promoción del desarrollo económico, entre otras medidas.

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo envía su felicitación al Presidente electo, Andrés Manuel López Obrador, candidato de dos de los tres partidos que le postularon y que integran este Foro. Y reitera su saludo al pueblo de México.

Nicaragua

Rechazamos el injerencismo e intervencionismo extranjero del gobierno de Estados Unidos a través de sus agencias en Nicaragua, organizando y dirigiendo a la ultraderecha local para aplicar una vez más su conocida fórmula del mal llamado “golpe suave” para el derrocamiento de gobiernos que no responden a sus intereses, así como la actuación parcializada de los organismos internacionales subordinados a los designios del imperialismo, como es el caso de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH). Condenamos las acciones desestabilizadoras, violentas y terroristas de la derecha golpista que, conforme a la misma estrategia aplicada en otros países como Venezuela, pretende desconocer el orden constitucional de Nicaragua al fracasar su objetivo inicial de derrocar al gobierno sandinista presidido por el Comandante Daniel Ortega Saavedra, que ha promovido el diálogo y el consenso como forma de superar la crisis planteada.

Denunciamos los graves actos de barbarie y violación a los derechos humanos cometidos por la derecha golpista y terrorista nicaragüense con la negación del derecho a la libre circulación, destrucción y quema de viviendas y edificios públicos, secuestros, torturas y asesinatos, así como el secuestro de ciudades enteras por las hordas criminales de grupos fascistas al servicio del imperialismo estadounidense, imponiendo el terror y la muerte entre sus habitantes y en particular, entre la población sandinista.

Reconocemos el legítimo derecho a la defensa ejercido por el gobierno sandinista frente a las agresiones perpetradas en su contra por los lacayos del imperio; legítima defensa que ha pretendido ser presentada por los medios de comunicación de la derecha como masacres contra el pueblo, así como pretenden presentar como presos políticos a los delincuentes criminales y torturadores capturados por las autoridades nicaragüenses.

Manifestamos nuestro profundo pesar por las muertes acaecidas como producto de la ola de violencia que ha azotado a Nicaragua, instaurada y alentada por los sectores reaccionarios afines al imperialismo estadounidense. Muertes que los medios de comunicación de la derecha han manipulado, presentándolas como producto de masacres perpetradas por las autoridades, cuando en realidad han sido consecuencia de enfrentamientos provocados por la derecha fascista, tal como queda demostrado con el hecho de que hay una cantidad similar de muertos entre las filas opositoras y las filas sandinistas, según reconocen los



propios expertos enviados por la OEA. Mientras por su parte la CIDH -a pesar de su evidente parcialización en contra del gobierno- se ha visto obligada a reconocer que no ha habido prácticas de torturas contra los detenidos por la Policía Nacional, lo que contrasta con la actuación de los grupos golpistas en contra de las personas que han caído en sus manos. Como consecuencia, apoyamos la continuación de las investigaciones y aclaración de todos los crímenes cometidos, así como la sanción de los responsables. En tal sentido destacamos el papel que viene desempeñando la Comisión de la Verdad.

Apoyamos las convocatorias realizadas por el gobierno de Nicaragua en favor de la paz y la superación de la situación a través del diálogo en el marco de la Constitución y las leyes.

Respaldamos al gobierno de Nicaragua por sus avances en el restablecimiento del orden, así como de los derechos del pueblo nicaragüense, violentados por los golpistas de la derecha, entre ellos el derecho a la libre circulación.

Llamamos a todas las fuerzas progresistas y revolucionarias del mundo a fortalecer la solidaridad con la lucha del hermano pueblo de Nicaragua por el restablecimiento de la paz frente a los criminales intentos desestabilizadores de la oligarquía y la derecha pro imperialista, sumándonos todos a la consigna #NicaraguaQuierePaz.

Paraguay: Solidaridad con Fernando Lugo

Habida cuenta de que han transcurrido seis años del ilegal Golpe de Estado Parlamentario, mediante el cual se quebrantó el orden constitucional en la República del Paraguay, resultando la destitución del compañero Fernando Lugo, al momento Presidente Constitucional.

Que pese a que a la fecha, el Senador Fernando Lugo quien ha venido desempeñándose -en el marco Constitucional-, en la Presidencia del Congreso del Paraguay para el período 2017-2018, ha venido enfrentando una persecución y ataque constitucional, al contar con dos denuncias penales promovidas sin sustento por el actual partido en el gobierno, hecho que el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo denuncia.

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo, expresa su plena solidaridad con el compañero Senador Fernando Lugo ante la pretensión de golpearlo una vez más, ahora desde el ámbito judicial.

Perú

La República del Perú vive una crisis institucional multidimensional: política, económica, social y de corrupción.

Frente a la ofensiva de recolonización y liberal, se debe promover una fuerza unitaria de solidaridad internacionalista para fomentar la cooperación política, enfrentar el genocidio, evitar el cierre de fronteras a fin de que no se limite la vía de las migraciones y lo que ello implica acerca de víctimas y desplazados.

Igualmente, impulsar nuevos paradigmas y liderazgos de las fuerzas progresistas y de izquierda de América Latina y El Caribe, en aras de promover un mundo nuevo de mujeres y hombres nuevos.

Llamamos a movilizarnos y solidarizarnos con la justa lucha del pueblo peruano contra la corrupción, la impunidad y el continuismo neoliberal. Lucha que tendrá un punto relevante en la Jornada Nacional del 19 de julio que es convocada por el Comando Nacional Unitario de Lucha (CNU), encabezado por la Central General de Trabajadores del Perú, CGTP, y que integramos los partidos políticos del Foro de Sao Paulo. Esta jornada estará precedida por



diversas luchas tanto sectoriales como territoriales, que se expresarán a lo largo y ancho del Perú, como respuesta a las medidas de ajuste aplicadas por el gobierno de Martín Vizcarra, las que han reforzado el carácter anti popular de un orden injusto y excluyente.

Ante la comunidad internacional condenamos el ilegal e inmoral Indulto Político y Gracia Presidencial otorgadas al dictador Alberto Fujimori, así como las pretensiones del profujimorismo del copamiento de los principales órganos del Poder del Estado, entre ellos el Consejo Nacional de la Magistratura (CNM), el Ministerio Público (MP) y el Tribunal Constitucional (TC), con la finalidad política de obtener impunidad frente a la corrupción. Los ciudadanos exigimos una reforma radical del sistema de justicia y que vayan a la cárcel todos los corruptos.

Contra la corrupción y la Impunidad. Contra el continuismo liberal.
Perú por un nuevo modelo económico y una nueva constitución.

Por la unidad de nuestra América Latina y El Caribe.

Por la Unidad de los Pueblos, por Otro Mundo Posible y por un Socialismo "Sin Calco Ni Copia".

Puerto Rico

Puerto Rico es una nación caribeña y latinoamericana sujeta a la dominación colonial por los Estados Unidos de América desde el 25 de julio de 1898, fecha en que su territorio fue invadido por las fuerzas militares de dicho país.

La nación puertorriqueña ha sido sujeta a abominables actos criminales por parte de Estados Unidos de América que van desde masacres a ciudadanos indefensos, experimentos para el control de natalidad², inoculación del virus cáncer, agentes químicos para uso de guerra³, uso de su territorio nacional para experimentación con armas de guerra con uranio⁴ reducido, contaminación del suelo, el agua y el aire mediante desechos industriales⁵ que provocan todo tipo de enfermedades mortales con el único y criminal objetivo de eliminar a la nación puertorriqueña.

El pueblo puertorriqueño es además, víctima de otro modelo de bloqueo económico, tan voraz, que no supuso tregua ni en medio de una crisis humanitaria, bloqueando la ayuda de países hermanos tras el paso del huracán María, un acto despiadado y genocida.

El imperio de los Estados Unidos de América es directamente responsable de la crisis económica, política y social que vive la nación puertorriqueña, a la cual se le pretende cobrar una deuda que no es de ella de más de 70 mil millones de dólares y que representa el costo colonial y ha sido ilegalmente emitida en favor de los buitres de Wall Street.

El imperio de Estados Unidos de América ha dejado de lado la fachada de legalidad para la explotación colonial de Puerto Rico llamada "Estado Libre Asociado" reconociendo que mintió y engañó a las Naciones Unidas en el año 1953 al informar que el pueblo de Puerto Rico había ejercido su derecho a la autodeterminación e independencia. Con ello logró la

² Esterilización de mujeres en edad reproductiva, sin su conocimiento y experimentación como conejillos de india para probar las pastillas anticonceptivas de primera generación.

³ Agente naranja utilizado en la guerra de Vietnam.

⁴ Balas con punta de uranio

⁵ Mercurio, plomo y polivinilos entre otros.



exclusión de Puerto Rico de la lista de territorios coloniales aún no independientes. Estados Unidos de América reclama ser el dueño de la soberanía de Puerto Rico y rechaza la jurisdicción de la ONU sobre la situación colonial de Puerto Rico al sostener que es un asunto doméstico de ellos. Por lo tanto, Estados Unidos de América se niega a atender y cumplir con las 37 resoluciones aprobadas por el Comité Especial de Descolonización de la ONU.

El gobierno de Estados Unidos de América como país colonizador, se niega a cumplir con su responsabilidad de transferir los poderes usurpados al pueblo de Puerto Rico, para que se pueda ejercer libremente su autodeterminación y pueda integrarse plenamente al conjunto de naciones caribeñas y latinoamericanas de las cuales es parte indispensable para una verdadera región de paz.

Al presente, la actuación del gobierno de Estados Unidos de América promueve la emigración forzada de miles de puertorriqueños y puertorriqueñas hacia el territorio continental de la metrópolis, y la inmigración de ciudadanos estadounidenses y de otras nacionalidades del mundo, acelerando con ello el cambio poblacional del territorio puertorriqueño, simultáneamente promoviendo el archipiélago como paraíso fiscal para los ricos y poderosos del mundo.

En consecuencia, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo, condena al gobierno de EUA por todos sus actos criminales contra el pueblo de Puerto Rico y compromete a todas las organizaciones que le componen con el apoyo necesario al hermano pueblo de Puerto Rico en su lucha por la independencia.

Acompaña a los gobiernos de Cuba, Venezuela, Nicaragua, Bolivia, Federación Rusa, Antigua y Barbuda y Siria, Movimiento de Países No Alineados, la CELAC y otros que consecuentemente apoyan el caso de Puerto Rico ante el Comité de Descolonización de la ONU, para que se lleve el mismo a la atención de la Asamblea General y le exija a Estados Unidos de América cumplir con sus obligaciones bajo el derecho internacional.

Reafirma al pueblo puertorriqueño el apoyo de sus hermanos caribeños y latinoamericanos en el proceso de transición colonial hacia el ejercicio de soberanía e independencia, a través de la cooperación y el intercambio comercial necesario para construir una economía propia, próspera y sostenible.

Venezuela

El Foro de Sao Paulo rechaza el criminal bloqueo impuesto por el imperialismo norteamericano en contra del pueblo de Venezuela. Las organizaciones políticas, sociales, de trabajadoras y trabajadores participantes del XXIV Encuentro del FSP, expresan su respaldo absoluto al hermano pueblo venezolano ante las agresiones político-diplomáticas, económico-financieras y comunicacionales, de que es objeto por parte del imperialismo estadounidense, en procura de lograr su aislamiento y sometimiento.

El fracaso de la estrategia violenta promovida por el gobierno estadounidense, que ha decidido asumir de hecho la conducción política de la oposición del país suramericano, pretende ser saldado mediante la aplicación de un criminal bloqueo, a través del cual se persigue asfixiar a la economía venezolana, empujar a la población a una migración masiva o al conflicto civil interno, y generar las condiciones para propiciar una "intervención humanitaria", tarea a la que se suman algunos gobiernos de extrema derecha de América Latina y la Unión Europea que insisten en llevar a cabo acciones injerencistas en contra de Venezuela.

Esta arremetida en contra de la Revolución Bolivariana se expresa en la adopción de injustas e ilegales medidas coercitivas unilaterales, violatorias del Derecho Internacional y de la Carta



de las Naciones Unidas, y orientadas a bloquear el acceso del hermano país suramericano al crédito internacional, estimular la fuga de capitales y la fijación de un tipo de cambio ilegal; así como a sabotear el abastecimiento de alimentos y la prestación de los servicios de salud del pueblo venezolano, violentando de manera gravísima sus derechos humanos, en particular los de las niñas, niños, mujeres, adultas y adultos mayores de ese país. Ello sin mencionar la organización y financiamiento de grupos de naturaleza terrorista para tratar de acabar con el legado del Comandante Hugo Chávez, la brutal campaña de agresión simbólica, psicológica y mediática anti bolivariana y la satanización que la prensa internacional realiza a diario sobre Venezuela, su gobierno y la figura del compañero Presidente Nicolás Maduro.

Las y los participantes del XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo ratifican que la solidaridad con la Patria de Simón Bolívar y Hugo Chávez, constituye una tarea prioritaria de todos los partidos de la América latino-caribeña, de todas las organizaciones sociales, de trabajadoras y trabajadores y de todas las instituciones democráticas; al tiempo que convocan a desplegar múltiples jornadas de defensa de la paz, la democracia bolivariana, el respeto a la soberanía de Venezuela y la exigencia del levantamiento del criminal bloqueo y las sanciones impuestas a ese hermano pueblo, asumiendo la denuncia en el mundo de las serias y peligrosas amenazas de intervención militar que contra esa nación ha expresado el imperialismo estadounidense.

Asimismo, saludamos la conciencia, moral, valentía y dignidad de las venezolanas y los venezolanos que, tal y como quedó demostrado con la espléndida y contundente victoria en las elecciones del pasado 20 de mayo del compañero Presidente Nicolás Maduro, se mantienen firmes en defensa del legado del máximo líder de la Revolución Bolivariana; proceso que se desarrolló con plena normalidad y con las más amplias garantías para todas y todos, tal y como pudieron constatar las y los acompañantes internacionales presentes en el país suramericano.

Por otra parte, las y los participantes del XXIV Encuentro del FSP, respaldan el avance de la Asamblea Nacional Constituyente en la estabilización de la situación política de Venezuela, así como en el debate de los temas centrales que contendrá el nuevo texto constitucional de ese país, que sin duda alguna estará orientado a la profundización de la democracia participativa y protagónica, que con tanto heroísmo sostiene el hermano pueblo bolivariano. Finalmente, felicitamos la celebración durante los próximos días, de la Plenaria del IV Congreso del Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV); evento conclusivo del proceso de debate que actualmente se lleva a cabo en todas las instancias de esa organización miembro del Foro de Sao Paulo, el cual tendrá lugar en una coyuntura decisiva para la consolidación del Proyecto Nacional Simón Bolívar que legara a las venezolanas y los venezolanos y más allá, a la América latino-caribeña, el Comandante Hugo Chávez.

¡VIVA EL HERÓICO PUEBLO VENEZOLANO!

CELAC

Que el Foro de Sao Paulo ha saludado la creación de la CELAC con la esperanza de que tal organismo se constituiría en un instrumento clave para la integración de América Latina y El Caribe en claro desarrollo sustentable y equitativo, “mejor vivir”, “buen vivir”, y posibilidad del desarrollo integral de las propuestas y preceptos contenidos en el documento denominado “Consenso de Nuestra América”, que se elabore permanentemente en las reuniones del Grupo de Trabajo.



Que por la representatividad que tiene el Foro, atento a la cantidad y representatividad de partidos y organizaciones que lo integran, provenientes de todos los países que integran la CELAC, sería procedente y necesario tener una vinculación especial con el más importante organismo pluriestatal regional y contar, en forma inmediata y directa, con la mayor información posible de sus debates, resoluciones y del seguimiento que se da a los compromisos asumidos.

Que además, por las mismas razones, el FSP considera importante y necesario contribuir con propuestas y señalamientos a los debates que se den en el seno de la CELAC. En este marco, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo quiere expresar a la Presidencia Pro Tempore de la CELAC, su interés en mantener especiales relaciones, en lo que hace a la información acerca de los progresos que el organismo plurinacional logre en relación a la integración regional que le inspira y que fue el objetivo medular de su creación.

Igualmente, desearíamos estar permanentemente informados de lo que decidan y debatan las comisiones y subcomisiones o reuniones ampliadas, para poder informar con mayor celeridad y con plenitud a los amplios sectores populares a los que tienen llegada las organizaciones políticas que componen este Foro, de los avances en materia de integración regional y el potencial impacto de estos avances en el bienestar y calidad de vida de nuestros pueblos.

Que igual y particularmente, el Foro quiere expresar su deseo de estar informado sobre las resoluciones del grupo denominado CELAC+China y sus distintas comisiones, y ser invitado al ámbito especial de reunión de partidos políticos que organiza regularmente tal Cumbre. En el mismo sentido respecto de la CELAC con la Unión Europea.

Recíprocamente, este Foro decide mantener informada a la CELAC de todas sus resoluciones y acciones a favor de la integración regional, y enviar especialmente un ejemplar del documento "Consenso de Nuestra América" en el estado de elaboración en que se encuentra, como aporte a los debates de los Estados nacionales en el seno de la CELAC y los otros grupos mencionados en pro del avance de la integración de América Latina y El Caribe, enclave de justicia social y soberanía popular.

UNASUR

Habida cuenta del anuncio del Presidente Lenin Moreno en el sentido de solicitar a la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR) la devolución del edificio sede en Quito, República del Ecuador, en donde funciona la Secretaría correspondiente, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo se pronuncia porque se alcance un acuerdo entre los Estados Miembros, considerando lo establecido en el Reglamento General de la Unión.

De igual manera, nos pronunciamos por el respeto a los Principios que rigen a la Unión de Naciones Suramericanas, establecidos en su Tratado Constitutivo, siendo los de irrestricto respeto a la soberanía, autodeterminación de los pueblos, solidaridad, cooperación, paz, democracia, participación ciudadana, transparencia, pluralismo, respeto a los derechos humanos universales, indivisibles e interdependientes, y por los principios que inspiran el Protocolo Adicional al Tratado Constitutivo de UNASUR sobre Compromiso con la Democracia.

El XXIV Encuentro reivindica que trabajar por la Patria Grande siempre será una prioridad para el Foro de Sao Paulo, por lo que resuelve solicitar que la sede de UNASUR siga en funciones en aras de coadyuvar al cumplimiento del proceso de integración regional.

Contra la judicialización de la política



Denunciamos y exigimos el cese de la persecución judicial que cuenta con la complicidad e impulso de los monopolios mediáticos contra la Ex Presidenta Cristina Fernández de Kirchner, y los Ex Presidentes Rafael Correa, Fernando Lugo y Mauricio Funes, sin olvidar que Lula da Silva y el Vice Presidente Jorge Glass, se encuentran enjuiciados y privados de su libertad sin respetar el Debido Proceso.

Asimismo, dirigentes, militantes sociales, sindicales y políticos son acosados, como son los casos de Gustavo Petro y Vanda Pignato.

Estas acciones están dirigidas a perseguir a las organizaciones progresistas, como parte de un plan dirigido a enfrentar la resistencia social ante la aplicación de proyectos antipopulares, por lo que este XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo rechaza la judicialización de la política.

Apoyo a las y los trabajadores de la economía popular

Habida cuenta de que en la región de América Latina y El Caribe, en las luchas sociales y políticas, se ha insertado la economía popular como nueva expresión para enfrentar al gran capital;

Que el capitalismo financiero persiste en la búsqueda de nuevas estrategias, por lo que lleva a que la economía popular abra caminos contra nuevas formas de dominación, contra la ganancia y contra el interés;

Que la economía popular propone una nueva institucionalidad del conflicto con el capital, dado que, por un lado, reconociendo los mecanismos de desvalorización del trabajo y, por el otro, asumir la necesidad de confrontar contra todos los patrones ocultos de todos los y las trabajadoras;

Que se impone la necesidad de nuevos cambios por cuanto a los sistemas económicos de nuestros países en desarrollo, a fin de crear un nuevo aporte a los modos de producción, distribución e inclusión comercial a los sectores que han sido rezagados por décadas, y esto supone cambios desde las esferas políticas e incluso reformas, son altos estándares de mejoramiento de las esferas sociales, así como también la sustentabilidad de los territorios a través de trabajo mancomunado, cooperativo y solidarios;

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo resuelve declarar de interés regional la organización de los y las trabajadoras de la economía popular y su lucha contra los patrones ocultos del capitalismo financiero.

Solidaridad en defensa de los derechos de las y los migrantes y sus familias

La agresiva política migratoria del gobierno federal de los Estados Unidos de América, bajo la conducción de Donald Trump, es en extremo cruel e inhumana al violentar los derechos de las y los migrantes y sus familias, sobre todo en meses recientes en que la noción de “tolerancia cero” como eje de dicha política, consiste en la separación de las y los hijos menores de quienes intentan entrar de forma indocumentada a dicho país. La separación de los menores de sus padres ha llegado en casos a ser permanente, ya que se han denunciado situaciones en que las autoridades han entregado menores separados de sus padres en adopción a ciudadanos estadounidenses.

Es una acción contraria a todo principio del Derecho Internacional y a los instrumentos internacionales de derechos humanos en la materia, al consistir -de acuerdo al anuncio de 7 de mayo de los corrientes, por parte del Fiscal General y Secretario de Justicia, Jeff Sessions-,



que toda persona que ingrese indocumentada a EUA será retenida y enfrentará cargos criminales. Si se trata de familias, los niños son separados de sus padres. Esas políticas atentan contra los derechos de la niñez al someterlos a la separación familiar, a todo tipo de peligros, abusos e incertidumbre, situándoles en una situación de total vulnerabilidad.

Por otro lado, está el proceso de repatriación, que además toca de manera directa a México como país expulsor de migrantes, pero también de tránsito y destino, principalmente de los países de Centroamérica y El Caribe, que si bien cuenta con un flujo menor al de 2017, nuevamente se percibe una alza ante situaciones de violencia y la necesidad de salir de sus países de origen a buscar un trabajo.

En ese tenor, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo se pronuncia por demandar del Presidente electo de México, el rechazo a construir una patrulla en la frontera sur de México para detener a los indocumentados, las drogas y armas, así como crear una policía fronteriza al norte que colinde con la patrulla fronteriza de los Estados Unidos de América, como se ha anunciado recientemente.

En virtud de que México es un país de libre tránsito, y de bienvenida a los refugiados e inmigrantes centroamericanos, es de destacar que la CDMX (Ciudad de México) cuenta ya con una Constitución que en sí misma es una Carta de Derechos y que garantiza los mismos a las personas nacidas, que viven o que transitan por la Ciudad.

Así, como Ciudad Solidaria, Intercultural y de Atención a Migrantes y, en tanto Ciudad hospitalaria, la CDMX cuenta además con un Programa denominado Bienvenido Migrante, pues ser migrante es un derecho y no un delito, que brinda orientación en temas como regularización migratoria, el trámite de la no pérdida de la nacionalidad mexicana, además de canalizar a albergues, comedores y unidades de salud cuando sea necesario y que, hasta fines de 2017, ha logrado dar atención a un poco más de 19,000 personas.

Ante ello, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo:

1. Saluda lo plasmado en la Constitución CDMX y reivindica que la ciudad de México siga siendo una Ciudad huésped amigable y empática con los hermanos centroamericanos, que si desean ir a Estados Unidos de América, es su propia decisión y debe ser garantizado su paso.
2. Rechaza equiparar a las y los migrantes y sus familias con la grave problemática de las armas y drogas, especialmente de una nación democrática como México. También manifiesta su preocupación al respecto y se pronuncia por respetar a las personas en su dignidad, que están siendo deportadas sin previo juicio y por la separación de las familias y el encarcelamiento de niños y adultos, negándoseles el debido proceso.
3. Se pronuncia porque se garantice el bienestar de toda persona migrante, así como del bienestar de las y los niños binacionales, que son expulsados de su país de nacimiento y discriminados en México, y porque se respeten los derechos humanos de todas sus familias.
4. Exige de las autoridades migratorias de los Estados Unidos de América se respete los derechos humanos, el bienestar y la dignidad de las personas, y la inmediata restitución de los menores a sus padres.

¡Nadie tiene derecho a separar a las familias, bajo ninguna circunstancia!

Cataluña

Ante el proceso que ha iniciado el pueblo de Cataluña con el objetivo de ejercer su derecho a la autodeterminación, profundizar en el sistema democrático y la justicia social, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo resuelve reconocer el derecho de autodeterminación de los



pueblos y, por su mismo carácter internacionalista, apoya todos los procesos que se expresan de manera pacífica y democrática.

Mostramos nuestra preocupación por la vulneración de derechos civiles que conlleva la existencia de presos y presas políticas, exiliados y exiliadas políticas y la judicialización de la política, y manifestamos nuestro apoyo a las movilizaciones protagonizadas por la sociedad civil catalana para exigir las garantías necesarias para el ejercicio de derechos civiles, contra las prisiones por motivos políticos, y el retorno de los y las exiliadas.

Invitamos a los partidos miembros del Foro São Paulo, a conocer de primera mano la situación de vulneración de derechos en el Estado Español, a ser testimonios internacionales durante el desarrollo de los juicios contra los presos políticos previstos para finales de octubre 2018, y a conocer a los principales actores afectados.

Finalmente, el XXIV Encuentro del Foro de São Paulo insta al Estado Español a que garantice la libertad, los derechos civiles, políticos y sociales, y reconozca el derecho a la autodeterminación también como instrumento para la prevención de conflictos, y que se establezca un marco de diálogo democrático entre las instituciones del Estado español y las instituciones catalanas para resolver el conflicto.

País Vasco

El proceso político y de paz del País Vasco avanza. Tras el desarme del año pasado, en mayo de este 2018 la organización ETA anunciaba su disolución y desaparición del escenario político. Anuncio que fue saludado por el Encuentro Internacional celebrado en la Villa Arnaga de la localidad de Kanbo, con la presencia de Michel Camdessus, Bertie Ahern, Cuatémoc Cárdenas Solórzano, Gerry Adams y Jonathan Powell, contando con el apoyo de Kofi Annan y Gro Harlem.

Durante estos recientes siete años, el gobierno del PP ha evitado dar pasos en materia de Paz, pero los últimos acontecimientos y la toma de posesión de un nuevo gobierno en España abren nuevas expectativas para abordar de manera ordenada las consecuencias del conflicto (cuestión de víctimas, personas presas y exiliadas, etcétera).

Las primeras declaraciones del nuevo gobierno son esperanzadoras y apuntan en la buena dirección. El gobierno de Francia ya ha cambiado de rumbo en materia penitenciaria. Al día de hoy, casi la mitad de presos y presas vascas dispersas en el Estado francés han sido trasladados a las cárceles más cercanas al País Vasco.

Por todo ello, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo resolvemos animar al gobierno de Pedro Sánchez Pérez-Castejón, abordar estos temas pendientes para que la Paz sea efectiva y verdadera.

Animamos al gobierno de España a acabar con el sufrimiento añadido a los familiares de las presas y presos vascas, reagrupándoles, y a liberar a quienes padecen enfermedades incurables y a las y los mayores de 65 años, como primeras medidas de una Agenda que permita superar todas las consecuencias del conflicto.

Ahora es el momento.

Palestina

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo, reunido en la Ciudad de La Habana, República de Cuba los días del 15 al 17 de julio de 2018, aprobó la siguiente Resolución sobre el Estado de Palestina, sobre la base de las siguientes consideraciones:



El 29 de noviembre de 2012, la Asamblea General de Naciones Unidas adoptó la Resolución 67/19 (proyecto de Resolución A/67/L.28) mediante la cual concedió a Palestina la condición de «Estado observador no miembro» de dicha organización⁶. Tal Resolución reafirma el derecho del pueblo palestino a un territorio bajo las fronteras definidas antes de la guerra de 1967, aun cuando ella no implica la admisión de Palestina como miembro pleno de la organización, en tanto que se requiere -indispensablemente- la aprobación consensuada del Consejo de Seguridad en el cual los Estados Unidos de América se opone hasta esta fecha, pese a que la mayoría de los países miembros de la ONU se han pronunciado porque Palestina sea miembro de pleno derecho.

Naciones Unidas eligió el 29 de noviembre, mediante la resolución 32/40 de la Asamblea General de 1977, como la fecha para celebrar el Día Internacional de Solidaridad con el Pueblo Palestino, dado que en esa misma fecha, pero del año 1947, la Asamblea Aprobó la Resolución 181, mediante la cual proclamó la partición de Palestina en dos Estados, uno judío, el Estado de Israel creado en 1948, y otro árabe-palestino, que hasta la fecha no se ha podido crear⁷.

En mayo de 1948, se inició la operación conocida como *Al Nakba* (en árabe significa catástrofe, calamidad o desastre), y que comenzara cuando el 78% de la población palestina en los territorios ocupados por el entonces naciente Estado de Israel creado por las Naciones Unidas, fueron violentamente expulsados de sus hogares. Hoy, y según cifras de la ONU, la población palestina fuera de sus territorios constituyen los más de 5 millones de refugiad@s que aún siguen impedidos de retornar a sus propias tierras.

El Gobierno de Israel, aparte de prohibir por todos los medios que un palestino retorne a su hogar de donde fue expulsado, centenares de métodos y procedimientos son utilizados para continuar con la expulsión y la limpieza étnica (la derecha israelí llama transferencia) del remanente de la población en Palestina histórica. La usurpación de las tierras palestinas y el desplazamiento de su población se llevan a cabo día a día, a vista, paciencia e indiferencia de todo el mundo.

Por otro lado, mientras se negociaba la paz, el Gobierno de Israel llevó a cabo un plan de división física y fraccionamiento de los palestinos. La mitad (5 millones) se encuentra en la diáspora, un millón y medio, el remanente de palestinos que no ha sido expulsado de sus tierras en 1948, vive el peor apartheid dentro de Israel, más de un millón y medio vive en Gaza, aislada y sometida a un férreo bloqueo y donde lo pacientes mueren debido a la prohibición del ingreso de medicamentos. El resto en Cisjordania absolutamente dividida en cantones o bantustanes rodeados por muros, cercos, colonias ilegales y puestos militares de control y, finalmente, Jerusalén Este totalmente aislada del resto de Cisjordania y su población sometida a la cesantía que llega al 40%, a la desnutrición infantil que alcanza el 62%, y a la confiscación de las casas y barrios para construir más asentamientos y barrios para los judíos extranjeros recién llegados. Todas son políticas tendientes a obligar a los palestinos a dejar sus tierras en búsqueda de mejores expectativas de vida.

De ahí que el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo se pronuncia por mantener la memoria viva. Los campamentos de refugiad@s aún existen en todo el mundo y, sin embargo, la mayoría de l@s palestin@s vive con la esperanza de tener justicia y libertad plenas. Condenamos los planes de colonización del Gobierno israelí que se están aplicando a un ritmo acelerado en el territorio palestino ocupado, especialmente en la capital palestina de

⁶ Resolución 67/19 de la ONU <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/67/19>

⁷ Resolución 181 de la Asamblea General de la ONU y Resolución 32/40 de la Asamblea General de la ONU. <http://www.un.org/es/events/palestinianday/>



Jerusalén Este. Afirmamos el rechazo de la legislación racista de la ocupación destinada a perpetuar la limpieza étnica en Jerusalén, demoler casas y robar tierras palestinas.

Expresamos nuestra condena a la decisión ilegal del presidente estadounidense Donald Trump de considerar a Jerusalén como la capital de Israel y trasladar su embajada de Tel Aviv a dicha ciudad, así como rechazar la visión de los Estados Unidos de América para eliminar la causa palestina, a través del intento de no incluir los asuntos de las y los refugiados y Jerusalén en cualquier futura negociación.

Apoyamos al pueblo palestino en su resistencia popular y su derecho como pueblo bajo ocupación a resistir por todos los medios de conformidad con el Derecho Internacional, ante el sufrimiento palestino en la Franja de Gaza a la luz del continuo bloqueo durante más de diez años. Condenamos los intentos de los sucesivos gobiernos israelíes de perpetuar la separación entre Cisjordania y Gaza y de destruir la posibilidad de un Estado palestino independiente, y hacemos hincapié en la unidad de la tierra del Estado de Palestina en Gaza y Cisjordania.

Saludamos la firmeza de los prisioneros palestinos en las cárceles israelíes, pedimos a las instituciones internacionales que sigan sus casos en todos los foros universales hasta su liberación, condenamos el arresto de niñas y niños que se han convertido en un símbolo del orgullo palestino frente a la ocupación.

Rendimos homenaje a la mujer palestina en la lucha continua frente al ocupante, al pueblo de los campamentos de refugiados y de la diáspora, apegados a su derecho al retorno y su lucha por los derechos civiles, sociales y económicos en los países de refugio, de una manera que les garantice una vida libre y digna.

La comunidad internacional debe asumir sus responsabilidades sobre la base de las Resoluciones pertinentes de la ONU para permitir que el Estado de Palestina logre su independencia y ejerza su plena soberanía sobre su territorio, incluida Jerusalén Este, en la frontera del 4 de junio de 1967, por lo que consideramos que la solución del conflicto debe ser mediante una Conferencia Internacional con el objetivo de: garantizar el fin de la ocupación y el desmantelamiento de asentamientos; permitir la creación del Estado de Palestina, con Jerusalén Este como capital; resolver el problema de los refugiados de conformidad con la Resolución 194 de la Asamblea General; y solucionar los demás asuntos en virtud de las resoluciones de legitimidad internacional y el derecho internacional con un límite de tiempo fijo.

El Gobierno de Israel debe rendir cuentas por sus violaciones contra el pueblo palestino a través de las herramientas del Derecho Internacional. Hacemos hincapié en la necesidad de adoptar el boicot a Israel y exhortamos a las naciones del mundo a que le impongan sanciones para impedir sus flagrantes violaciones del derecho internacional y poner fin a su continua agresión contra el pueblo palestino. Afirmamos la urgente necesidad de una protección internacional del pueblo palestino bajo ocupación de conformidad con las resoluciones pertinentes del Consejo de Seguridad.

Una de las formas en que podemos contribuir solidariamente con la legítima lucha del pueblo palestino, es exigiendo a los países que todavía no expresan su reconocimiento pleno al Estado de Palestina, a que procedan en consecuencia por el más sentido de humanidad y con fundamento en las múltiples Resoluciones de las Naciones Unidas y el respeto al Derecho Internacional, pues pese a que más de 130 países han reconocido a Palestina como un Estado libre y soberano, no es comprensible o no se conoce razón alguna que justifique que todavía muchos Estados no hayan realizado acción alguna tendiente a ese importante reconocimiento.



El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo, una vez más reitera su solidaridad con la justa causa del pueblo palestino.

¡VIVA EL PUEBLO PALESTINO! ¡PALESTINA EXISTE, RECONOCIMIENTO YA!
[#FreeAhedTamimi](#)

Apoyo a Julian Assange

Hace ya seis años que Julian Assange está asilado en la Embajada de la República del Ecuador en Londres, sin enfrentar ninguna acusación formal de un crimen. Hay claras evidencias de que se trata de una persecución política, como represalia por la difusión realizada por Wikileaks de documentos que pusieron en evidencia crímenes de guerra y prácticas injerencistas de los gobiernos y grupos de poder de varios países, entre ellos Estados Unidos de América. Éstos ahora aspiran a lograr una pronta extradición y juzgamiento de Assange, que podría poner en peligro la misma vida del periodista.

Ante ello, los esfuerzos y la voluntad política de Ecuador han sido decisivos, no sólo por el asilo en la Embajada en Londres, sino también por las gestiones realizadas ante instancias multilaterales y la defensa de los derechos del asilado en las relaciones bilaterales.

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo, exhorta al gobierno de Ecuador a mantener su compromiso con la garantía y vigencia de los derechos humanos, como estipula la Opinión de la Corte Interamericana de Derechos Humanos y el Informe respectivo de la Organización de Naciones Unidas. Este aspecto es clave en momentos en los que Ecuador ha hecho pública su decisión de dar por terminada la estancia de Assange en su Embajada de Londres, a través de una negociación con el gobierno del Reino Unido y una eventual entrega del refugiado.

Es fundamental que en cualquier situación o escenario se excluya de manera explícita cualquier posibilidad de extradición a los EUA, que significaría poner en riesgo la vida de Assange y anularía los esfuerzos de protección hasta hoy realizados.

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo se propone seguir vigilante del estado personal y la situación jurídica de Julian Paul Assange, pues entregarlo sería un grave atentado a sus derechos humanos. Reconocemos que el trabajo de Assange fue indispensable para que el mundo conociera, aún más, la lógica y las formas de funcionamiento del poder imperial.

5. ENCUENTROS SIMULTÁNEOS

5.1. Encuentro de Juventudes

a) Declaración final

Esperando información.

b) Resolución sobre la RASD

Las organizaciones y movimientos juveniles progresistas y de izquierda, conscientes de la vulneración sistemática de los Derechos Humanos en el territorio del Sahara Occidental, de



forma constante e ininterrumpida, violación que junto a la pasividad de la MINURSO está creando una situación insostenible de hace ya más de cuarenta años;

De que la juventud saharai en estos momentos, se encuentra en una situación de desesperación, ante el agotamiento de la esperanza a una solución pacífica y sin armas como se han caracterizado hasta ahora, lo que hace plasmar la preocupación de la situación y la posibilidad de la radicalización hacia la violencia;

Haciendo hincapié en la necesidad de liberar la última colonia en África, hemos resuelto condenar la ocupación ilegal del Sahara Occidental por parte del Reino de Marruecos y la grave y sistemática violación a los Derechos Humanos de la población saharai en los territorios ocupados.

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo ratifica nuestro respaldo a la lucha legítima por la independencia que lleva a cabo el pueblo saharai liderado por sus fuerzas juveniles y estudiantiles.

Igualmente, exigimos la inmediata liberación de todos los presos políticos saharais, ya que su único "delito" es manifestar pacíficamente su apego a la autodeterminación e independencia de su pueblo.

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo hace un llamamiento a nuestras organizaciones a desempeñar mayores esfuerzos para dar a conocer la realidad de lucha y sacrificio que viven nuestros hermanos saharais por un futuro más digno y a romper el bloqueo informativo impuesto a los territorios ocupados del Sahara occidental, al tiempo que habremos de convocar e invitar a las organizaciones juveniles saharais a los eventos futuros a desarrollar.

5.2. Encuentro de Mujeres

a) Declaración final

Esperando información.

b) Resolución en solidaridad con las mujeres saharais

Nosotras, las mujeres representantes de gobiernos, partidos, organizaciones y movimientos de izquierda de América Latina y El Caribe, así como otras partes del mundo, reunidas en el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo en La Habana, Cuba, del 15 al 17 de julio de 2018, acordamos:

1. Hacer un llamamiento a todas nuestras organizaciones a desempeñar mayores esfuerzos para dar a conocer la realidad en la que luchan las mujeres saharais, tanto en los campamentos de refugiados como en las zonas ocupadas por el Reino de Marruecos.
2. Hacer todo el esfuerzo necesario para dar visibilidad a la lucha de nuestras hermanas saharais en las zonas ocupadas que se enfrentan a desapariciones, torturas, vejaciones diarias.
3. Condenamos las graves violaciones a los derechos humanos perpetradas por el Reino de Marruecos contra la población civil saharai y exigimos la inmediata implementación de un mecanismo de Naciones Unidas para velar por los Derechos Humanos en el Sahara Occidental.
4. Invitar a nuestras actividades y eventos a las mujeres saharais, así como organizar visitas a los campamentos de refugiados y a las zonas ocupadas.



5.3. Encuentro de Parlamentarios

a) Declaración final

Esperando información.

6. INFORMES DE LAS REUNIONES

6.1. Regionales

a) Secretaría Andino Amazónica

Con la asistencia de las y los delegados de Bolivia, Colombia, Perú y Ecuador, y con el quórum correspondiente, así como la conducción del debate por Tany Aristides Valer Lopera, se llegó a los siguientes acuerdos:

1. Situación de las solicitudes de incorporación:

a) de los Partidos Independientes por la Comunidad Nacional y Alianza país de Venezuela, al no asistir delegados de Venezuela se acuerda dejar pendiente; y

b) sobre el Partido Humanista Peruano, Partido Pueblo Unido y Perú Libertario, se aprueba su incorporación.

2. Se aprueba que la SAA sea asumida por Bolivia, por el partido MAS-IPSP, y que se cree una secretaría alterna con Colombia.

3. Se propone que las solicitudes de incorporación en el futuro sean aprobadas en cada país por votación mayoritaria.

4. Solidaridad con Nicaragua, el FSLN y el presidente Daniel Ortega, con el Presidente Maduro de Venezuela del PSUV y con el expresidente Rafael Correa del Ecuador.

5. Solicita que se realice visita y homenaje a la tumba de Hilda Gadea, de Perú, primera esposa del comandante Che Guevara, en el cementerio de Colón, ubicado en el Vedado.

6. Finalmente recordar que en el XXII Encuentro del FSP en El Salvador 2016 se aprobó incorporar al Grupo de Trabajo al Partido del Pueblo de Perú.

b) Secretaría Cono Sur

Situación de las solicitudes de incorporación:

a) se aprueba la incorporación de los partidos chilenos: Partido Igualdad, Poder Ciudadano, País Progresista, Izquierda Libertaria;

b) se informa que Izquierda Unida, de Chile, ya no existe; y

c) se informa que no hay consenso para la incorporación del Movimiento Unidad Popular, de Argentina.

c) Secretaría Mesoamérica y el Caribe

Esperando información formalizada.



d) Comité EUA: resoluciones de las reuniones previas

- Reunión en Nueva York - 30 de junio de 2018

Como resultados de la reunión realizada con integrantes del Foro de Sao Paulo de Nueva Jersey, Carolina del Norte y Nueva York en los Estados Unidos, al que participaron 11 partidos políticos de izquierda de Honduras, República Dominicana, Puerto Rico, Ecuador, Brasil y El Salvador, concluimos:

En este encuentro, hemos analizado con mucha preocupación el contexto internacional en el marco de la política injerencista de los Estados Unidos en nuestros países, que con el afán de retomar el control geopolítico de nuestra región ejecuta planes desestabilizadores a través de las derechas locales contra gobiernos de izquierda y progresistas de América Latina.

Así mismo analizamos con preocupación la situación que están sometiendo a la hermana república de Nicaragua que, en los últimos meses, está enfrentando una escalada de violencia provocada por grupos de choque con planes desestabilizadores, así como la represión sistemática y selectiva del gobierno ilegítimo de Juan Orlando Hernández en Honduras.

Por otra parte, analizamos con mucha preocupación la política migratoria que está ejecutando el presidente de los Estados Unidos Donald Trump, preocupación que se expresa aún más ante las graves violaciones a los derechos humanos cometidas contra las personas capturadas en la frontera Sur y muy especialmente contra los niños las niñas a quienes les ha generado un daño psicosocial irreversible, acciones que han sido repudiadas internacionalmente.

Ante esta preocupación y en representación de la comunidad migrante de Latinoamérica, representantes del FSP en Nueva York resuelven:

1. Repudiamos y rechazamos la política injerencista del gobierno de los Estados Unidos contra nuestros pueblos, como también condenamos las acciones armamentistas contra los países de Medio Oriente, así como el guerrerismo impulsado contra el pueblo palestino.
2. Condenamos las acciones terroristas promovidas por grupos de derecha en la hermana república de Nicaragua, con las cuales pretenden generar el caos para recuperar el poder. Así mismo condenamos las acciones desestabilizadoras contra el gobierno de El Salvador, profesor Salvador Sánchez Cerén, la represión y persecución política en Honduras.
3. Abogamos por la liberación de los presos políticos de Honduras y Puerto Rico y exigimos la liberación inmediata del compañero Lula da Silva, que está siendo criminalizado con el propósito de impedir su candidatura presidencial. Así como también rechazamos la criminalización a la que está siendo víctima nuestra compañera Vanda Pignato en El Salvador, mujer valiente y luchadora por los derechos humanos de las mujeres.
4. Rechazamos las políticas migratorias contra las personas migrantes en EUA, así como las que detienen en las fronteras, al tiempo que exigimos respeto a los derechos humanos de todas las personas migrantes y muy especialmente a los niños y las niñas.
5. Expresamos nuestras profundas muestras de solidaridad para los pueblos que sufren la violencia y investidas imperiales, así como también los animamos a que continúen en su lucha y resistencia en los procesos revolucionarios de nuestra América, en especial los casos de Nicaragua, Venezuela, El Salvador, Brasil, que están siendo víctimas de un ataque



sistemático de las derechas extremas que buscan retomar el poder al margen de los procesos electorales democráticos, criminalizando a líderes políticos de izquierda.

6. Vaya nuestra completa solidaridad con el hermano pueblo de Cuba y su lucha ineludible en la defensa de su soberanía e independencia. Una vez más denunciamos categóricamente el embargo, bloqueo comercial y financiero contra el pueblo de Cuba, al tiempo que alentamos a las Naciones Unidas a que trascienda del apoyo al desbloqueo económico y comercial de las Asambleas Generales, a impulsar acciones concretas de sanción contra el gobierno de los Estados Unidos para que finalice para siempre el bloqueo que constituye un crimen de lesa humanidad al someter al pueblo cubano. Las Naciones Unidas no deben permitir la perpetuidad de este crimen.

7. Animamos a las organizaciones políticas y sociales de los Estados Unidos a unirse y generar acciones de incidencia en rechazo y condena permanente a las políticas intervencionistas contra Cuba, que van en contra del derecho internacional, así como exijan a la no intromisión en las políticas internas de nuestros países.

Para lo anterior proponemos las siguientes tareas:

1. Articular una agenda con lineamientos políticos estratégicos en la que se involucren diferentes agrupaciones sociales, políticas, religiosas, sindicatos, grupos de migrantes, entre otras, en resistencia y apoyo a las personas migrantes en los Estados Unidos. Dicha agenda, debe orientarse en generar acciones de incidencia en los espacios políticos tomadores de decisiones en lo local, nacional y con diferentes sectores económicos de los Estados Unidos.

2. Desarrollar una campaña de promoción y respeto a los derechos humanos de las personas migrantes. Exigir el derecho humano a la movilidad como un derecho elemental y que no debe criminalizarse con instrumentos jurídicos elaborados para criminalizar la migración.

3. Consolidar la Alianza Nacional por el TPS e incidir por una reforma migratoria integral y a un trabajo con dignidad. Es importante reflejar públicamente que las personas migrantes son laboriosas, por lo que generan mano de obra calificada para las grandes empresas de distinta índole, y por consiguiente aportan de manera significativa a la economía de los Estados Unidos.

4. Fortalecer la mesa permanente del FSP en Nueva York, conformada por el FSP en 2017, y preparar un plan de acción, orientado a activar un movimiento latinoamericano conformado por distintas expresiones de izquierda que coadyuve esfuerzos políticos en la lucha a la no intervención directa o indirecta contra nuestros pueblos.

5. Promover diversas acciones de denuncia y solidaridad ante las persecuciones a los gobiernos y partidos de izquierda quienes están siendo investidos por el imperialismo y las derechas locales.

6. Diseñar e impulsar estrategias orientadas a desarmar los planes injerencistas.

7. Diseñar una estrategia de comunicación orientada a sensibilizar y movilizar los diferentes grupos sociales para conquistar sus justas luchas sociales.

- Reunión en Washington - 30 de junio de 2018

El Foro de Sao Paulo en Washington DC, Maryland y Virginia, con la presencia de una veintena de organizaciones políticas y de la sociedad civil en el corazón de la capital de Estados Unidos, declara de forma solemne:

1. Nuestra mayor solidaridad, completa y sin reservas, con los procesos revolucionarios progresistas de nuestra gran América Morena. Pese a la campaña sucia mediática y económica sin descanso de los dueños del capital financiero, la derecha política y los grupos



subyugados a las fuerzas conservadoras de Estados Unidos, continúa con fuerza el clamor de los grupos marginados y excluidos, entre ellos los trabajadores, los indígenas, las organizaciones de lucha de género y derechos LGTB, los afroamericanos de todo el continente, y de todas las personas que sueñan con un futuro de justicia para todos. El Foro de Sao Paulo celebra las luchas de todos los partidos y colectividades de la sociedad civil que mantienen la lucha democrática para asegurar el progreso social y político alcanzando en estas últimas dos décadas.

2. Su apoyo absoluto a la lucha de los inmigrantes en EUA, que están siendo criminalizados, discriminados, perseguidos judicialmente, y repudiados de forma inmoral por las autoridades máximas de EUA. Condenamos de la forma más enérgica la abominable política de separación de los hijos de las familias que llegan a la frontera en búsqueda de refugio, de mejores condiciones laborales, de una mejor vida para sus seres queridos. El tratamiento legal y administrativo a los que se somete a las familias de inmigrantes es una flagrante violación a los derechos humanos, especialmente los derechos inherentes de los niños, crimen humanitario que avergüenza a todos los residentes y ciudadanos de EUA y del mundo. Denunciamos ante la comunidad internacional el clima de terror que se ha creado en EUA para cientos de miles de familias y millones de inmigrantes en el país, cuyo único crimen es buscar un empleo digno y una mejor calidad de vida para sus familias.

3. Expresamos nuestra solidaridad con el proceso de conquista del poder presidencial en México con el apoyo de las fuerzas progresistas al candidato Manuel López Obrador. Expresamos el apoyo a las fuerzas progresistas de México para que aseguren en caso de triunfo, que se cumpla el programa de gobierno con énfasis en lo social, unido a una verdadera democratización del país, la eliminación de la infiltración narco-criminal en el Estado de México, y la justicia para los miles de desaparecidos y asesinados a manos de los grupos criminales y agentes del Estado corruptos. Expresamos nuestra completa solidaridad por la lucha de las familias de los 43 desaparecidos de Ayotzinapa y exigimos que sean devueltos a sus hogares. ¡Vivos se los llevaron y vivos los queremos!

4. Apoyamos la lucha democrática del histórico FMLN en El Salvador, que ha dado gobernabilidad democrática y defendido como prioridad incuestionable una agenda social en beneficio directo del pueblo salvadoreño. Apoyamos la candidatura presidencial del compañero del FMLN Hugo Martínez, que representa la lucha de El Salvador por crear condiciones reales de igualdad para todos los salvadoreños, y que continuará enfrentando las fuerzas corruptas y criminales vinculadas a la derecha del país. El FMLN es el único partido que puede garantizar la continuidad de políticas sociales que buscan terminar con las injusticias creadas por las décadas de control ilegítimo de ARENA y los grupos militares que provocaron la muerte de miles de salvadoreños.

5. Denunciamos también el proceso de desestabilización económica, de guerra mediática y la aplicación de una política de terror por sectores extremistas de derecha, en contra del gobierno legítimo de Nicaragua, y la población civil que decidió de forma democrática apoyar al compañero sandinista Daniel Ortega. La crisis de violencia está siendo creada, promovida y financiada por la derecha nicaragüense y por fuerzas mercenarias alimentadas por grupos conservadores de EUA, que desean neutralizar a todo costo el ejemplo de progreso social y económico de los nicaragüenses y su independencia en materia de política internacional. El proceso de destrucción de la imagen del gobierno sandinista legítimamente constituido sigue el mismo patrón del aplicado en otros países. Apoyamos con todas nuestras fuerzas el proceso de diálogo y reconciliación que de forma transparente lleva adelante el gobierno de Nicaragua, con miras a restablecer un clima de convivencia, seguridad y de reconciliación entre los nicaragüenses, para contrarrestar los efectos de la



campaña sucia de fuerzas antipatriotas y mercenarias financiadas desde el exterior. Reconocemos positivamente el que se vaya restaurando la paz y la tranquilidad en muchas ciudades del país, como lo demandan las familias nicaragüenses.

6. El Foro de Sao Paulo en DC, Virginia y Maryland expresa su especial saludo y apoyo a la heroica lucha del pueblo venezolano liderado por el compañero presidente Nicolás Maduro. Pese a la enorme campaña sucia mediática, los ataques constantes a la economía venezolana, las sanciones inmorales de parte de EUA a su estructura productiva, y la violencia constante de los grupos mercenarios y antipatriotas al interior del país, se mantiene incólume en la protección de los principios de la Revolución Bolivariana. La obra activa del Presidente Hugo Chávez se mantiene fuerte y con amplia identificación en el pueblo venezolano, con la reciente victoria del presidente Nicolás Maduro y la profundización de la lucha por la gobernabilidad legítima del país representada en el PSUV y en la auténtica expresión popular.

7. Celebramos ampliamente el éxito político, social y económico liderado por el Presidente Evo Morales en la hermana nación de Bolivia. Pese a las fuerzas antagónicas continentales que se encuentran en permanente ataque a los procesos revolucionarios, Bolivia ha dado ejemplos de políticas públicas de pleno éxito, rebajando los índices de pobreza, mostrando un crecimiento económico sólido, recuperando la soberanía sobre sus recursos naturales. La lucha del pueblo boliviano en más de 10 años de progreso permanente, es la lucha del Foro de Sao Paulo en todo el continente.

8. Repudiamos de forma contundente el fraude electoral realizado en Honduras, que dio como resultado la reelección de Jorge Orlando Hernández, político corrupto que por segunda vez conquista el poder en el país irrespetando la voluntad de los hondureños. La OEA ha dado señales aún más profundo de decadencia moral al no ejercer ningún tipo de sanciones, expulsiones del Consejo Permanente o ninguna acción de la Carta Interamericana, pese a haber certificado la misma institución el fraude electoral. Honduras mantiene a su pueblo bajo altísimos índices criminales y de violencia, se ha convertido en un paraíso del tráfico de drogas hacia EUA, y el Estado ejerce una permanente represión contra la sociedad civil del país. Denunciamos fervientemente el doble estándar moral que deja impune a un gobierno ilegítimo como el de Honduras, y que ataca en cambio a sistemas legítimos de representación popular como Venezuela y Cuba.

9) Saludamos la lucha del heroico pueblo de Cuba, que ha logrado una sólida transición de poder desde los líderes históricos de la revolución representada por la enorme labor de liderazgo del compañero Raúl Castro, en la persona del compañero Miguel Díaz-Canel. Cuba continúa luchando por su soberanía e independencia, pese a las sanciones ilegítimas de Estados Unidos. Expresamos nuevamente nuestra condena al Embargo, rechazado anualmente de forma casi unánime por Naciones Unidas, por ser una medida ilegal y que sigue castigando de forma inmoral al pueblo cubano.

10. Enviamos nuestro apoyo irrestricto al liderazgo y la libertad del compañero Lula da Silva, injustamente enjuiciado sin ninguna prueba y privado de libertad por razones legales espurias y llenas de irregularidades administrativas, en un acto político deleznable que solo buscó eliminar a quien lideraba las encuestas nacionales para volver a la Presidencia. Denunciamos de forma clara y contundente la gran corrupción que domina al actual gobierno de Temer, que se mantiene en el poder de Brasil de forma ilegítima pese a las claras denuncias de corrupción que la propia institucionalidad del país ha certificado. Brasil representa una mancha moral enorme para América Latina, que se inició con la acusación ilegítima sufrida por nuestra admirada líder Dilma Rousseff, también injustamente removida de la Presidencia, destruyendo la propia voluntad del pueblo brasileño.



11. El Foro de Sao Paulo, iniciado en tierras libres de Brasil, es inspiración continental para mantener la lucha por la dignidad de los pueblos, en esta etapa de ataques permanentes de la derecha financiada por los grupos reaccionarios de EUA. El Comité Ejecutivo del Foro de Sao Paulo en Washington DC, Maryland y Virginia compromete su lucha continua y sin pausa en apoyo a los movimientos progresistas del continente, a través de la movilización en las calles, en los medios de comunicación, a través de la organización de eventos de análisis, debate y denuncia, y a través de la expresión artística de nuestros pueblos. ¡Saludamos, en solidaridad y compromiso, la lucha continental de los pueblos de nuestra América Morena!

Washington DC, 30 de junio de 2018

Estaban presentes durante la aprobación de esta declaración, las siguientes agrupaciones: Latin American-Caribbean Solidarity Committee, Trabajadores Unidos de Washington DC, Friends of Latin America (FOLA), Alianza Nacional TPS, Our Revolution, Partido Verde, PC-USA, CISPE, FMLN, MAS, Democrat Socialists of America, Answer Coalition, Padres de Ayotzinapa, Círculo Bolivariano de New York "Alberto Lovera", y hermanos diplomáticos de países hermanos de la América Morena.

- Reunión en Los Angeles - 7 y 8 de julio de 2018

VI Encuentro del Foro de São Paulo del Sur de California

Resoluciones:

Rechazamos la injerencia y la intervención de potencias extranjeras en contra de la soberanía de los países latinoamericanos y sus gobiernos. Condenamos el intento de golpe de estado en Nicaragua y apoyamos al gobierno constitucional. Rechazamos categóricamente el bloqueo contra Venezuela y Cuba.

Pedimos a los organismos internacionales acciones concretas y su intervención a favor del respeto de los derechos humanos de l@s niñ@s y las familias inmigrantes en Estados Unidos, quienes son víctimas de la criminalización despojados de sus derechos civiles bajo la justificación de la política de tolerancia cero de la administración Trump.

Celebramos la victoria de Morena en México y la apertura para la incorporación de mujeres e indígenas en su gobierno.

Hacemos un llamado a los gremios laborales latinoamericanos para construir programas de solidaridad internacional en el sector laboral y luchar en contra de la privatización a nivel regional.

Reconocemos nuestro doble papel como inmigrantes para acompañar las luchas de los inmigrantes en Estados Unidos y nuestros países de origen.

Nos solidarizamos con el pueblo palestino y estamos a favor de una paz negociada en beneficio de ambos pueblos. Rechazamos las políticas del gobierno de Israel, pero mantenemos nuestra firme solidaridad con la izquierda y el pueblo israelí.

El VI Encuentro del Foro de São Paulo del Sur de California recoge las demandas de los representantes de los pueblos originarios presentes en nuestro encuentro. Por favor ver adjuntos.

Nos solidarizamos con todas las minorías y grupos sociales que sufren discriminación y abusos a sus derechos humanos por su condición.



7. TALLERES TEMÁTICOS Y OTRAS ACTIVIDADES

7.1. Taller Arte y Cultura

Esperando información.

7.2. Taller Comunicación Política y Medios

En la ciudad de La Habana - Cuba se realizó la 4ta reunión plenaria del Taller de Medios de Comunicación que contó con la participación de compañerxs de toda América latina y el Caribe, que luego de un fructífero intercambio aprobó la siguiente:

RESOLUCIÓN DEL TALLER DE COMUNICACIÓN POLÍTICA Y MEDIOS XXIV ENCUENTRO ANUAL DEL FORO DE SAO PAULO

Teniendo en cuenta que:

La arremetida de las oligarquías nacionales y del imperialismo contra los procesos progresistas y de izquierda en la región y la compleja situación que vive hoy América Latina y el Caribe, en la que los medios de comunicación masiva y las nuevas formas de socialización y gestión de contenido en las redes sociales en Internet, han sido empleadas como punta de lanza contra nuestros pueblos y contra los principales líderes que han impulsado en los últimos 20 años los beneficios sociales de mayor alcance.

Se ha impuesto a los pueblos una homogeneización informativa y cultural, en la que se promueve los intereses y valores imperialistas mediante la simplificación del lenguaje, la banalización del mensaje político y la imposición de un pensamiento único.

Internet es también expresión de un mundo desigual e injusto, regido por la privatización y comercialización voraces y por tanto, la democratización de la gobernanza global de Internet debe ubicarse en el centro de las agendas de dialogo a nivel internacional; está en juego no sólo la seguridad de los Estados, sino también la soberanía, autodeterminación y coexistencia pacífica de las naciones, y el derecho universal y sin discriminación al conocimiento.

Al mismo tiempo están siendo utilizados como forma de denuncia y resistencia que debemos apoyar y profundizar con independencia y soberanía tecnológica.

Estamos convencidos de que la brecha digital es un tema que no debe ser postergado y que no es más que un reflejo de las desigualdades en lo económico, lo político y lo social, que no deja de aumentar. Es además, peligroso evaluar la brecha digital teniendo en cuenta solo el número de tecnología y no su uso, en función de las necesidades de los países.

Necesitamos profundas transformaciones en materia comunicacional. Esto conlleva inevitablemente al enfrentamiento a los procesos de concentración de la información, los medios y la cultura.

Se requieren reformas profundas que democratizen el acceso a la información y respeten la diversidad de opiniones, culturas e historia; que estén al servicio de nuestros pueblos.

El desarrollo de las tecnologías de la información y las comunicaciones se ha convertido en un eje fundamental para la seguridad de los Estados. Este debe interpretarse desde perspectivas socioculturales, alejadas de visiones estrictamente instrumentales, concebidas como una práctica de carácter estratégico que acompañe y oriente también los procesos políticos en su sentido más amplio.



Las TIC no resuelven “per se” ninguno de los problemas que enfrentan los países, deben ser una herramienta y no el fin. De allí la necesidad de potenciar una nueva forma, ética y transparente de comunicación y educación acerca de su uso, mediante estrategias que motiven a las nuevas generaciones, para lograr una visión proactiva y una apropiación crítica de la realidad.

Debemos incrementar la participación en los nuevos medios de comunicación, en particular, en las redes sociales de Internet donde son conocidas nuestras desventajas tecnológicas.

Se debe trabajar por promover compromisos decididos de los sistemas educativos con la enseñanza de la comunicación, la informática, el internet, con nuevos métodos pedagógicos como los de la educación popular, y también de la cooperación regional e internacional en este terreno.

Las TIC deben ser empleadas para aumentar la capacidad de conocimiento de los pueblos y desarrollar su capital humano. Constituye un alto riesgo utilizarlas con fines nocivos y no en función de la sostenibilidad económica, cultural y política de las naciones.

La sociedad civil debe participar en la toma de decisiones en estos temas y aportar al diseño de proyectos de investigación para la defensa de la soberanía tecnológica y de plataformas colaborativas para el desarrollo y la producción de contenido propios en la región.

Se requiere también estrechar la cooperación internacional para luchar contra los usos nocivos de internet en particular, el ciberterrorismo, el ciberdelito, la xenofobia, el racismo, entre otras tendencias.

Se impone que trabajemos juntos para que la Internet sea una zona de paz y prosperidad y que se discutan estos temas con amplitud en el marco de las Naciones Unidas. Es necesario preparar técnica y científicamente a los pueblos, con conciencia de los riesgos en materia de ciberseguridad.

Es recomendable una mayor participación de los Estados en la dirección de internet, elaborar políticas globales, garantizar sobre la base del Derecho Internacional el funcionamiento estable, sostenido y seguro de internet y elevar el nivel de coordinaciones entre las entidades internacionales, así como propiciar una mayor cooperación en el sector de las tecnologías de la información y las comunicaciones entre todos los países, en igualdad de condiciones. Se debe potenciar una gestión de los recursos críticos de Internet de forma colaborativa y libre de controles monopólicos.

Es imprescindible un mayor consenso regional e internacional y una actuación más efectiva entre todos los Estados para lograr una Sociedad de la Información y el Conocimiento más justa, equitativa y socialmente inclusiva.

Necesitamos en fin, traspasar la frontera del diagnóstico y la descripción en la que hemos estado y pasar a la acción.

Por tanto, el Taller se pronunció por:

1. Manifiestar nuestra solidaridad y compromiso incondicional de continuar luchando en este ámbito por la liberación del expresidente Luis Inacio Lula d Silva, así como los gobiernos de Venezuela, Cuba, Nicaragua, Bolivia, Uruguay, El Salvador, y todos aquellos que sufran el diario acoso de los medios de comunicación hegemónicos al servicio del imperio y de las oligarquías locales.

2. Denunciamos la persecución mediática y judicial de que son objetos Cristina Fernández de Kirchner, Rafael Correa, Fernando Lugo y todos aquellos líderes progresistas a los que se pretenda desvirtuar o quitar del camino de la lucha por un mundo mejor para todos. Instamos a incorporarnos todos a las campañas digitales en defensa de nuestras fuerzas y líderes políticos.



3. Apoyamos la necesidad de que los gobiernos cuyos partidos son miembros del FSP, incorporen, mantengan y/o aumenten el apoyo financiero a TeleSur, por ser el único medio televisivo que contrarresta el nivel de penetración comunicacional de la derecha continental.
4. Reiteramos la necesidad de la construcción de la Red de Comunicadores del FSP, donde cada partido u organización integrante nombre un responsable.
5. Es imprescindible instituir una Escuela de comunicación política de la izquierda latinoamericana y caribeña, que nos permita compartir conocimientos sobre las tramas de poder detrás de los medios, la necesidad de democratizarlos y las oportunidades propiciadas por las nuevas tecnologías de la información. En este sentido, nos adherimos a la propuesta realizada por Venezuela a partir de una Universidad Latinoamericana y del Caribe de Comunicación e Identidad Cultural.
6. Crear un Grupo central comunicacional para integrar acciones, y propiciar análisis y lectura de *big data* con los cuales acompañemos nuestras estrategias políticas.
7. Se hace necesario la creación de una base de datos, para socializar información sobre los medios de comunicación, plataformas digitales, periodistas y comunicadores que tienen las organizaciones miembros del FSP.
8. Solicitamos la revisión de enlaces, sitios y notas en la web que sean consideradas importantes para el seguimiento cotidiano de temas y noticias, y gestar un plan de acción para las contingencias coyunturales que nos permitan difundir nuestra versión, posicionar nuestros mensajes de la forma más dinámica y atractiva posible.
9. Intercambiar contenidos audiovisuales, sonoros y materiales gráficos que aborden la realidad de la región, elaborados por los capítulos nacionales del FSP.
10. Nutrirnos también de la experiencia de la Convergencia de Medios de los movimientos y articulaciones sociales y trabajar unidos para estos fines.
11. Realizar el II Encuentro de Formación y capacitación de comunicadores del FSP antes de diciembre de 2018.
12. Darle seguimiento a la construcción y cumplimiento de estas propuestas en cada una de las reuniones del Grupo de Trabajo del FSP.

7.3. Diálogo entre el Foro de Sao Paulo y las redes y plataformas de lucha del movimiento social y popular latinoamericano y caribeño

RESOLUCIÓN

Delegados y delegadas de partidos y fuerzas políticas del Foro de Sao Paulo y representantes de redes sectoriales, temáticas y plataformas de lucha del movimiento social y popular latinoamericano y caribeño, herederos de las luchas por la soberanía y la independencia de nuestro continente, nos hemos reunido en La Habana, Cuba, el día 16 de julio de 2018, en ocasión del XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo.

Saludamos el éxito de la sesión de Diálogo que contó con la participación activa de la Secretaria Ejecutiva del Foro de Sao Paulo, del Partido Comunista de Cuba en su condición de partido anfitrión, de una nutrida representación de fuerzas político partidistas miembros del Foro y de doce de las principales redes y plataformas de lucha del movimiento social y popular latinoamericano y caribeño.

Patentizamos la receptividad y acogida que el Foro de Sao Paulo, su Secretaría Ejecutiva y el Grupo de Trabajo han concedido a este espacio de diálogo e intercambio como oportunidad inédita para favorecer el acercamiento, el reconocimiento y la coordinación entre los



partidos de la izquierda política y el movimiento social y popular de la región en favor de la construcción de la necesaria unidad para la acción.

Confirmamos que Nuestra América atraviesa y enfrenta una multifacética ofensiva contrarrevolucionaria puesta en marcha por las élites mundiales del capitalismo y las oligarquías locales, que ha provocado costosos reveses al curso de los procesos progresistas y emancipatorios, así como a los proyectos soberanos y solidarios de integración continental.

Concordamos en que resulta imprescindible detener esta ofensiva reaccionaria, revertir sus impactos y reconstruir un proyecto de justicia con el empeño común de la militancia política de izquierda y las más diversas expresiones de resistencia de los pueblos con el desafío de renovar las ideas emancipatorias, incrementar la capacidad movilizativa en función de luchas estratégicas y construir una plataforma común uniendo todos los sectores para elevar la movilización popular.

Seguimos con especial atención las presentaciones formuladas por cada una de las redes y plataformas del movimiento social y popular acerca de los objetivos de lucha alrededor de los cuales se articulan, sus posicionamientos frente a la grave coyuntura política regional y las respectivas disímiles realidades nacionales, sus visiones acerca de las carencias y desafíos en la coordinación con las fuerzas políticas, y sus agendas de lucha.

Reconocemos la importancia de cada expresión de lucha popular: por la soberanía, la democracia y la integración de los pueblos, contra la privatización de la energía y el agua, por una transición hacia un nuevo modelo energético, por reforma agraria y producción agroecológica, por soberanía alimentaria y biodiversidad, contra el patriarcado y la violencia hacia las mujeres, contra la judicialización de la política y criminalización de la protesta social, contra el neoliberalismo, el libre comercio y el poder corporativo, contra el mecanismo de la deuda que somete a nuestros pueblos, contra la discriminación racial y a favor de las reparaciones a los afrodescendientes. Identificamos la lucha que más nos unifica, la lucha contra el imperialismo en cualquiera de sus expresiones, al cual debernos oponernos con frentes de pueblos y gobiernos en acción articulada.

Constatamos que el diálogo ha servido a la comprensión de la necesidad de avanzar en materializar la coordinación entre las fuerzas político-partidistas y los movimientos sociales y populares en la construcción de alianzas estratégicas para trascender la contraofensiva reaccionaria oligárquico imperialista.

Coincidimos enfáticamente en el valor estratégico de la unidad en un clima de respeto a la diversidad y pluralidad, así como de la autonomía recíproca entre las fuerzas político-partidistas y los movimientos sociales y populares, con sus identidades y formas de actuación, según sus propias posibilidades y condiciones, en correspondencia con sus objetivos y agendas de lucha.

Afirmamos el compromiso de trabajar por proyectos de justicia desde el principio de los aprendizajes y la solidaridad mutuos en esfuerzos emancipatorios anticapitalistas y antimperialistas que nos permitan preservar los procesos y espacios progresistas conquistados y avanzar en materia de justicia social, soberanía e integración.

Reconocemos que es necesario un mayor grado de articulación y coordinación, en aras de reivindicar como propias las mejores experiencias de lucha y resistencia, el optimismo frente a temporales reveses y la confianza en la victoria.

Reconocemos la importancia de la formación política para reflexionar sobre los acumulados, los desafíos y los signos del contexto para impulsar estrategias de lucha. Trabajar la formación de las bases de nuestros movimientos y organizaciones. La formación no puede ser privilegio de dirigentes ni de estructuras regionales de nuestras redes y organizaciones.



Identificamos una gran coincidencia de visiones entre nuestros espacios y la diversidad de herramientas y vías con que contamos para desarrollar acciones conjuntas en cumplimiento de nuestros objetivos y agendas de lucha, al tiempo que constatamos la existencia de significativas potencialidades en materia de formación política y estrategias comunicacionales.

Necesitamos que nuestras articulaciones participen e incidan en los procesos políticos nacionales contribuyendo a la disputa del poder popular en cada país, que nuestros procesos se fortalezcan mutuamente, que la unidad salga del discurso a los hechos y prácticas concretas. Solo juntos construiremos fortaleza para acciones comunes, solo con unidad lograremos la integración que nos permita acumular fuerzas y vencer.

Debemos seguir avanzando en un diálogo político sobre diversos temas centrales para la construcción de acciones unitarias entre movimientos partidistas y movimientos populares y sociales con el fin de fortalecer la resistencia y los caminos hacia la victoria.

Nos aproximamos a algunos momentos y espacios en materia de acciones y movilizaciones contempladas en nuestras agendas, respecto a las cuales expresamos nuestro apoyo y voluntad de articulación.

Acuerdos:

1. Considerar para una agenda de trabajo y lucha común los siguientes eventos y movilizaciones:

- Día de movilización continental con el reclamo “Libertad para Lula Ahora” (15 de agosto 2018).

- Ratificar la solidaridad militante en la defensa a la Revolución Bolivariana y a todos los procesos populares amenazados por la ofensiva contrarrevolucionaria que enfrenta la región. Impulsar articuladamente nuestras luchas por la democracia, la soberanía y la integración regional.

- Tribunal Antimperialista, Haití (27-29 de julio 2018).

- VIII Foro Social Mundial de las Migraciones, México (2-4 de noviembre de 2018).

- Jornada de Movilización contra el G-20, Argentina (25 de noviembre - 5 de diciembre de 2018).

- XIII Encuentro sobre Paradigmas Emancipatorios, Cuba (22-25 enero 2019).

- XXV Encuentro del Foro de Sao Paulo (2019).

- VIII Asamblea de los Pueblos del Caribe, Trinidad y Tobago (2019).

- Varias voces propusieron, como una posibilidad, que Cuba pueda ser sede en 2019 de un encuentro hemisférico abierto a la participación masiva de todas las fuerzas progresistas - partidistas, sociales y populares- identificadas con la batalla por la unidad, la integración y la definitiva emancipación de Nuestra América.

2. Estimular a escala nacional la realización de diálogos e intercambios entre los movimientos sociales y las fuerzas políticas para construir unidad desde y con las bases.

3. Coordinar de inmediato con el Grupo de Trabajo de Comunicación del Foro de Sao Paulo para articular la metodología, los contenidos, herramientas y perfiles comunicacionales de las redes y plataformas del movimiento social y popular con las propias del Foro de Sao Paulo.

4. Dejar instalados en los programas de los futuros Encuentros del Foro de Sao Paulo el espacio de “Diálogo entre el Foro de Sao Paulo y las redes y plataformas del movimiento social y popular latinoamericano y caribeño”.



8. ESCUELA

8.1. Escuela del Foro de Sao Paulo

Esperando información.

8.2. III Encuentro PIE-FSP “Visiones Compartidas”

Declaración conjunta Foro de Sao Paulo y Partido de la Izquierda Europea

En América Latina y El Caribe la ofensiva del imperialismo y de las oligarquías locales serviles a los intereses imperiales, aumenta día a día, de Venezuela a Brasil, pasando por Nicaragua, Honduras y siempre con Cuba en el punto de mira.

Esta ofensiva está teniendo una violencia cada vez mayor, ya que el así llamado “fin del ciclo progresista” ha sido nada más que un slogan propagandístico, que ha sido derrotado por los pueblos latinoamericanos. Demostración clara de esto es el enorme triunfo de Andrés Manuel López Obrador en México. Los Estados Unidos tratan de recuperar su dominio sobre la región, volviendo a la aplicación de la Doctrina Monroe adaptada al Siglo XXI, conjugando métodos violentos, terroristas, guerras económicas, diplomáticas y mediáticas, golpes institucionales y agresiones judiciales.

Es cierto que, a pesar de encontrar una fuerte resistencia de los pueblos, han conseguido imponer por la fuerza sus intereses, como el Golpe de Estado perpetrado contra la Presidenta Dilma, encarcelar a Lula, la orden de arresto para Rafael Correa, la denuncia penal contra Fernando Lugo, impedir a partir de un grotesco fraude la presidencia de Salvador Nasralla en Honduras y en los últimos meses sembrar el odio y la muerte en Nicaragua. El triunfo de Maduro, la contundente victoria de López Obrador en México, y el excelente y esperanzador resultado de la izquierda en las elecciones en Colombia no impiden que el capitalismo ignore los resultados, todo lo contrario.

Ante el triunfo de Maduro en Venezuela, la UE cuestiona los resultados a pesar de lo dicho por los observadores internacionales, y de la presencia garantista de figuras como el ex presidente de gobierno español, José Luis Zapatero, que habían avalado los resultados. De esta forma se convierten así los procesos electorales en campos de batalla.

La defensa de la CELAC, de la UNASUR, del ALBA, del MERCOSUR y demás procesos de integración regional frente a la vieja construcción de una región al servicio de EUA, es una tarea fundamental de la izquierda mundial.

El “Consenso de Nuestra América”, asumido por el Foro de Sao Paulo en Managua en julio de 2017, es un documento que hoy se transforma en un eje central para encauzar los debates de la izquierda de AL y El Caribe, y que además se transforma en motivo de reflexión e inspiración también para la izquierda europea, la que ha definido a partir de su análisis, como única alternativa, que tiene que trabajar en el terreno internacionalista codo a codo con las compañeras y los compañeros de América Latina y El Caribe.

El reto actual es conseguir que el Consenso de Nuestra América se implemente en medidas concretas en las que se impliquen fuerzas políticas (tanto en el Gobierno como en la oposición), así como movimientos sociales, y que permita aumentar el apoyo y el compromiso de estos movimientos a los procesos de transformación y recuperar la iniciativa social y política frente a la ofensiva imperialista.



En Europa, la crisis de la Unión Europea se ha intensificado. Las políticas neoliberales y de austeridad han acentuado las desigualdades sociales, con más de 122 millones de europeos, uno de cada cuatro, en pobreza o en riesgo de pobreza, mientras crecen de manera dramática los “working poors” y la precariedad laboral y en todos los aspectos de la vida. Más allá del maquillaje estadístico, el desempleo real solo en la zona del euro ronda el 18%. La política monetaria expansiva del Banco Central Europeo con la inyección de gran liquidez (Quantitative Easing), en la persistencia de las políticas de austeridad, lejos de reactivar la economía, ha alimentado nuevas burbujas especulativas. La intervención del BCE ha evitado el colapso de la moneda única, pero no ha podido reactivar la economía real. El dinero puesto en grandes cantidades en los bancos no ha circulado en la sociedad, debido a la ausencia de una política de inversiones en la creación de empleo estable o en sectores innovadores, como la defensa del medio ambiente y la satisfacción de las nuevas necesidades y derechos ciudadanos.

Los procesos de reflujo de capitales que se manifestaron con la crisis financiera, la decisión de transformar la deuda del sector financiero en deuda pública y descargar sus costos en la destrucción acelerada del *Welfare*, a través del Pacto Fiscal y los dispositivos cada vez más autoritarios de la gobernanza europea, han revelado el carácter regresivo de la actual construcción europea.

Las consecuencias de las nefastas políticas de austeridad de esta integración regional bajo el comando del capital son, entre otras, el desempleo masivo, la pobreza y su feminización, la marginalización de una gran parte de la población.

Con un porcentaje de desempleados muy superior al periodo anterior a la crisis, las diferencias persisten y se acentúan en cada país y entre las áreas del norte de Europa y las áreas “periféricas” y mediterráneas.

El brutal recorte de derechos en los países de la UE, se acompaña a la entrega a las corporaciones transnacionales y a centros de poder financiero de nuevos privilegios y herramientas para asegurar sus ganancias, por la vía de los Tratados de Libre Comercio, llamados eufemísticamente “acuerdos comerciales”, como los contenidos en las negociaciones del colapsado TPP, en el TTIP, TISA, CETA, UE-Mercosur, etc.

En el mismo sentido van las decisiones de la Cumbre Mundial de la OMC (del pasado diciembre en Buenos Aires, Argentina).

La forma con que se encara la cuestión de los/las migrantes y refugiados/as es un ejemplo de la deshumanización de la UE, que responde erigiendo nuevos muros, a sabiendas que tiene una gran responsabilidad, por el papel desempeñado en la desestabilización en Oriente Medio y África, entre guerras, desintegración de Estados enteros y por los efectos del saqueo económico y las liberalizaciones impuestas. Es urgente profundizar la batalla contra las políticas de dominación y neocolonialistas, y contra las políticas xenófobas que la UE (y Donald Trump) impone a los inmigrantes y a los países de AL y el Caribe.

Las fuerzas gobernantes de la UE se aferran, con algunas diferencias en la forma e intensidad, en la implementación de las mismas políticas de austeridad neoliberal que han sumido al continente en la crisis actual que encierra a sus pueblos en un callejón sin salida y en la incertidumbre. El mismo crecimiento de las derechas en muchos países es el fruto perverso de las políticas neoliberales, que acentúan la pobreza y los sentimientos de inseguridad, favorecen el resurgimiento de ideologías reaccionarias, percibidas como tranquilizadoras por una parte de los estratos sociales afectados por las políticas de austeridad. Es así que se ha favorecido el odio y la emergencia de fuerzas xenófobas, ultra-conservadoras y autoritarias, en las elecciones en Francia, Austria, Italia, Polonia o Hungría.



El alto nivel de abstención en algunas de las elecciones que han tenido lugar en los diferentes países de la Unión Europea es el testimonio del desencanto, de la desconfianza y del alejamiento de los pueblos de una manera nefasta de practicar la política. Las dos fuerzas actoras de la alternancia (social democracia y conservadores), desde hace muchos años van sufriendo derrotas que pone en crisis su propia existencia, en las formas que hemos conocidos hasta ahora.

La izquierda alternativa europea está comprometida en abrir espacios nuevos para construir la unidad popular necesaria y para que las fuerzas del cambio, políticas y sociales, se encuentren y construyan esa unidad con contenidos y objetivos de transformación radical.

El Partido de la Izquierda Europea y el Foro de Sao Paulo vemos con preocupación el aumento de la tensión militar que está provocando la administración de los EUA, con la complicidad de la UE, y que pone en peligro el futuro de la humanidad. De esta manera, una vez más tenemos un gran número de desafíos comunes, a partir de la paz y del desarme. La entrada de Colombia en la OTAN como "socio global" es un factor de gran preocupación para la paz, no solo en el continente latinoamericano. Como indica la organización en su página web, los socios globales "desarrollan cooperación con la OTAN en áreas de interés mutuo, incluidos los desafíos de seguridad emergentes, y algunos contribuyen activamente a las operaciones de la OTAN, ya sea militarmente o de alguna otra manera".

Más que nunca la cuestión de la defensa del medio ambiente y la lucha contra el calentamiento global aparecen como un desafío indisoluble de los objetivos de transformación social que comparten la izquierda europea, latino americana y caribeña.

El PIE y el FSP seguiremos actuando con determinación en favor de la implementación de los acuerdos de paz en Colombia y aportando su solidaridad con la izquierda colombiana frente a los asesinatos de líderes sociales y políticos.

El PIE y el FSP inscriben en sus proyectos comunes la lucha en contra de las sanciones de la UE y estadounidenses hacia Venezuela, contra el criminal bloqueo a Cuba y la presencia de la base de Guantánamo, la solidaridad con los procesos de cambio en Bolivia, y a favor de las luchas por la reconquista del poder político por las fuerzas progresistas en Argentina y con los gobiernos y fuerzas progresistas de todo el continente.

El FSP y el PIE se felicitan del éxito del II Encuentro Europa - América Latina "Visiones Compartidas", que tuvo lugar en Marsella el mes de diciembre 2017, y se comprometen a continuar a hacer crecer sus proyectos comunes de cooperación política y de búsqueda de terrenos de convergencia.

El III Encuentro "Visiones Compartidas" realizado en La Habana es un paso más en nuestra cooperación internacionalista entre el FSP y el PIE, que quiere ser cada vez más concreta y fructífera en la lucha por un mundo más solidario, más justo, más igualitario y democrático.

Como tareas conjuntas para los próximos meses proponemos:

1. Profundizar el estudio y análisis de las condiciones que se pretenden imponer a nuestros pueblos a través de la implementación de los Tratados de Libre Comercio entre la UE y el MERCOSUR y con varios países de América Latina.
2. Realizar una batalla conjunta en contra de los paraísos fiscales.
3. Realizar una campaña común en contra de las sanciones de la UE a la República Bolivariana de Venezuela y el criminal bloqueo en contra de Cuba.
4. Tener un encuentro preparatorio del 4º Seminario "Visiones Compartidas" en el marco del Foro Europeo que, como continuación del de Marsella, tendrá lugar en Bilbao (Estado español), los días 9, 10 y 11 de noviembre 2018.
5. Enviar observadores conjuntos a diferentes países de América Latina y Caribe donde se puedan producir fraudes en los procesos electorales.



6. Realizar un seguimiento estricto del cumplimiento irrestricto de los procesos de Paz en Colombia.
7. Rechazar las injerencias de la UE en América Latina y el Caribe en los asuntos internos de los países tratando de desestabilizarlos.
8. Poner en común iniciativas para combatir la guerra informativa que los grandes medios de comunicación desarrollan tanto en América Latina y el Caribe como en Europa, deformando y manipulando la realidad.
9. Realizar una campaña común en defensa de la Paz y la solidaridad entre los pueblos, campaña que tenga como punto de partida la puesta en valor de la Proclama de América Latina y el Caribe como zona de Paz.

8. DECLARACIÓN FINAL

América Latina y Caribe: seguimos en pie de lucha

América Latina y el Caribe viven hoy, 28 años después de haberse fundado el Foro de Sao Paulo, los efectos de una multifacética ofensiva reaccionaria, conservadora y restauradora neoliberal, fruto de intereses convergentes y de esfuerzos combinados entre las élites mundiales del capitalismo transnacional, del gobierno de los Estados Unidos de América como su núcleo hegemónico, y de las clases dominantes aliadas de nuestra región.

Esta multifacética ofensiva, ha logrado hacer retroceder a las fuerzas de izquierda y progresistas, mediante el derrocamiento de gobiernos, los golpes parlamentarios y judiciales. La derecha imperial y las oligarquías subordinadas han amplificado para ello los errores y las limitaciones de las fuerzas transformadoras, que sufren reveses y a la vez poseen inmensas potencialidades de lucha. Ello explica en un grado fundamental el cambio adverso en la correlación coyuntural de fuerzas imperante.

Examinar el carácter y la profundidad de los errores e insuficiencias, corresponderá de forma soberana a los partidos políticos y a los movimientos sociales de cada país.

El golpe militar y parlamentario contra Zelaya, en Honduras (2009); el golpe parlamentario dado a Lugo, en Paraguay (2012); la derrota electoral del Frente para la Victoria, en Argentina (2015); el impeachment contra Dilma Rousseff en Brasil (2016), mediante un "golpe parlamentario, judicial y mediático"; la victoria de figuras de derecha conservadoras o ultraconservadoras en Chile, Paraguay y Colombia; la condena sin pruebas y prisión de Lula para impedir su candidatura a la presidencia de la República del Brasil; las divisiones ostensibles en el campo popular a la hora de encarar las agendas neoliberales restauradas; la descalificación de la política que en importantes países de la región favorecen los planes de la derecha, y el fortalecimiento público de figuras y proyectos de raíz fascista en varios países, constituyen, entre otros muchos, indicadores de la ofensiva neoliberal, que las fuerzas de izquierda están desafiada a revertir a favor de los pueblos.

La actuación de la derecha guarda relación directa, con la naturaleza expansionista y depredadora del capitalismo, y con los intereses del capital financiero que lo dominan.



Los hechos hablan: entre el último Encuentro del Foro de Sao Paulo (Managua/2017) y este de La Habana (2018), a nivel global se ahondaron los efectos negativos de la concentración de la propiedad, el poder y la riqueza en manos de una élite mundial decidida a imponer, a cualquier precio, mejores condiciones para elevar sus tasas de ganancia.

Así lo confirman la destrucción de la naturaleza, con efectos negativos crecientes sobre el clima; las tentativas de privatización de los bienes públicos como el agua, la tierra y el petróleo y su uso predatorio por las transnacionales; las tentativas de privatización de los fondos públicos; el ataque a los derechos laborales y sociales; el incremento insultante de la inequidad y la desigualdad; la destrucción de fuerzas productivas mediante la guerra para animar las economías llamadas centrales; la multiplicación de los flujos migratorios y del sufrimiento que millones de seres humanos padecen al verse obligados a emigrar, y la ofensiva que desarrollan los intereses transnacionales contra la soberanía nacional de nuestras naciones, a fin de facilitar el libre movimiento de los capitales.

Estas realidades, agravadas por el peligroso desempeño de la Administración Trump, que busca revertir la tendencia declinante de la hegemonía norteamericana, multiplican los riesgos para la paz mundial y el estatus de América Latina y el Caribe como Zona de Paz. América Latina y el Caribe seguirán siendo prioridad para la política exterior estadounidense, cuyo dominio es de vital importancia en su afán por mantener un insostenible orden mundial unipolar.

Los EUA y sus aliados necesitan consolidar la percepción de que la historia continental entró en una fase regresiva imparable a favor del capitalismo. Aunque la reacción contra los gobiernos progresistas y de izquierda fue inmediato, debido al descrédito y el debilitamiento extremo de los partidos políticos de derecha utilizados para imponer la reestructuración neoliberal, los inhabilito como instrumentos capaces de descarrilar las transformaciones sociales impulsadas, según el caso, por los movimientos políticos del Foro de Sao Paulo. De ahí la necesidad de recurrir a la estrategia desestabilizadora que combina la guerra mediática, jurídica y económica, la injerencia externa y la criminalización del movimiento y la protesta social, entre otros, que sirven a los golpes de nuevo tipo (judicial o parlamentario) o la derrota electoral.

Ante esta reacción del imperialismo y las oligarquías locales contra las fuerzas progresistas, rechazamos la idea del “fin de ciclo” con la misma firmeza y convicción con que en su momento lo hicimos con la del “fin de la historia”. Las fuerzas progresistas de América Latina seguiremos luchando por horizontes de un mundo basado en la justicia social.

La Casa Blanca y sus aliados buscan lograr exactamente lo contrario: dividir, cooptar, desmovilizar y generar desánimo. Es razón suficiente para que impongamos con hechos e ideas los verbos de la unidad de la izquierda y el campo popular para organizarse y luchar.

Preservar las experiencias de soberanía, de ampliación de la democracia, de gobierno de carácter popular y con proyecciones antiimperialistas, impulsadas por partidos de izquierda y progresistas; ofrecer apoyo decidido y estimular los esfuerzos emancipatorios y los ideales anticapitalistas de los movimientos sociales y populares que así actúan; trabajar con denuedo por consolidar una paz duradera con justicia social e impulsar esfuerzos que permitan avanzar en la integración soberana de la que Martí llamó Nuestra América, se transforman en imperativos políticos y en pruebas de honor para la izquierda continental.



Como en 1990, cuando emerge como espacio de concertación y construcción colectiva de la plural izquierda latinoamericana y caribeña, frente a una coyuntura internacional marcada por la incertidumbre y la desorientación que generó la desaparición de la URSS y el llamado campo socialista, el Foro de Sao Paulo siguiendo su tradición de reflexión crítica y formulación política se ve de nuevo ante el desafío de examinar con mirada crítica el camino andado, reunificar fuerzas y hacer renovados esfuerzos para seguir construyendo los consensos que exige la ofensiva de la derecha en curso.

Los partidos políticos miembros del Foro de Sao Paulo llegan a este XXIV Encuentro con un acumulado político superior, que a su vez se ve multiplicado por la acción articuladora del Foro y, con plena conciencia de la imposibilidad del capitalismo depredador para ofrecer alternativas a la humanidad, lo que genera la rebeldía popular y potencialidades para la acción transformadora del progresismo y la izquierda, si esta se reorganiza, actúa al lado de los movimientos sociales, prepara cuadros y mejora sus proyectos de cambio, algunos de clara orientación socialista. Existen suficientes ejemplos en la historia latinoamericana y caribeña que prueban que cuando hay unidad, dirección política decidida y capaz, objetivos claros de lucha y moral de combate, y arraigo en las clases populares, se multiplican las opciones para contener cualquier ofensiva contra revolucionaria, conservadora y restauradora neoliberal, incluso más, para vencerla.

Ceder al derrotismo; auspiciar o tolerar los personalismos y sectarismos que emergen y proliferan en épocas de reveses; aceptar o promover la pérdida de confianza en la capacidad política de nuestros pueblos explotados, no solo sería hoy una afrenta a los héroes y mártires de las luchas por la emancipación del continente, sino una concesión gratuita e innecesaria a los EUA y sus aliados internacionales y locales.

Frente al plan del imperialismo por socavar la soberanía de nuestras naciones y tomar control de sus recursos naturales, opongamos con auténtico espíritu internacionalista latinoamericano y caribeño, con firmeza e innegociable sentido de dignidad, el plan emancipador de nuestros nobles pueblos.

Trabajemos por fortalecer las luchas por la justicia y emancipación social, por plena soberanía política e independencia económica, por la soberanía de los pueblos y la paz mundial. ¡Reivindicar las mejores experiencias emancipatorias de los movimientos sociales y populares de la región!

En este contexto, los delegados y delegadas e invitados e invitadas al XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo, desde La Habana, Cuba, en representación de América Latina y el Caribe, de Asia y África, de Europa y América del Norte:

1. **Convocamos** a fortalecer el movimiento mundial en defensa de la Paz. La realidad impone sumar fuerzas para presionar, por todos los medios posibles.
2. **Advertimos** que los representantes del gran capital transnacional - gubernamentales y privados, militares y económicos, mediáticos e ideológicos - están operando con niveles de concertación superiores a los que conocemos. **Concluimos**, por tanto, que se impone un ejercicio práctico del internacionalismo mutuo entre todas las fuerzas de izquierda de América Latina y el Caribe, Asia, África, Europa y América del Norte.



3. **Observamos** con preocupación cómo la derecha imperial opera de forma concertada en el Consejo de Seguridad de la ONU; a favor del sionismo en Medio Oriente; para cercar militarmente a Rusia en Eurasia; para impedir que la República Popular China, en Asia, continúe su avance como potencia económica mundial con propuestas de paz y cooperación; para destruir, en América Latina, los proyectos de justicia social, democráticos y de internacionalismo latinoamericano y caribeño que impulsan nuestras fuerzas políticas; y para fragmentar el Caribe mediante distintas fórmulas, incluidas las coloniales como Puerto Rico.

4. **Ratificamos** la vigencia de las siguientes causas y líneas de actuación reivindicadas por el XXIII Encuentro del Foro de Sao Paulo, efectuado en Managua el pasado año:

- **Convertir la defensa de la CELAC**, mayor acontecimiento unitario de los últimos 200 años, en objetivo político prioritario a promover por todos nuestros partidos, movimientos sociales y populares, desde cada escuela, universidad o espacio de creación intelectual. Sembrar la idea integracionista en la conciencia de nuestros pueblos, ya de por sí será un avance frente a la política divisionista impulsada por los Estados Unidos y sus aliados. Confiamos en el valor de las ideas justas: aseguremos que ellas sean escuchadas por cada uno de los gobiernos de Nuestra América.

- **Transformar** en objetivo de toda la izquierda y de los sectores patriotas y demócratas de América Latina y el Caribe, la defensa intransigente de los presupuestos de la Proclama de América Latina como Zona de Paz.

- **Repudiar** el militarismo nacido de las entrañas del Imperialismo, que carece de límites y de escrúpulos, es una necesidad política, ligada a la sobrevivencia de nuestros pueblos. Dar forma concreta a este repudio, en cada acción política cotidiana, es una cuestión de principios que ratificamos.

- **Rechazar** de forma enérgica, la idea absurda e inadmisible de que esta región del mundo pertenece a las élites de poder de los Estados Unidos o de cualquier país del mundo. Que cada día sea para la Casa Blanca un recuerdo concreto de lo afirmado por la II Declaración de La Habana: "... esta gran humanidad ha dicho ¡Basta! y ha echado a andar. Y su marcha de gigantes ya no se detendrá hasta conquistar la verdadera independencia...".

- **Concertar** en cada espacio internacional que lo permita, por encima de diferencias subalternas de tipo nacional o sectorial, toda acción que debilite los niveles de dominación y hegemonía de los Estados Unidos en nuestros países, es esencial y posible. El Imperio ha optado por priorizar los componentes de la guerra cultural y de símbolos. Rescatemos, como respuesta ofensiva, las tradiciones de libertad de cada uno de nuestros países. Honremos a los que las forjaron. Impidamos que la banalidad cultural del Norte que nos desprecia, se imponga sobre la rica historia de los países que representamos.

- **Conocer** con rigor cómo está desarrollando la derecha internacional sus planes de desestabilización, contra las experiencias de gobierno y populares de carácter emancipatorio en América Latina y el Caribe, constituye una necesidad de primer orden. Ello será más eficaz si creamos un sólido sistema de intercambio de informaciones y experiencias colectivas. El Foro de Sao Paulo puede jugar en este campo un papel central, en particular haciendo esfuerzos en la formación política.

Al igual que los delegados al XXIII Encuentro de Managua, por entender que se trata de causas vigentes:



- **Reafirmamos** la importancia del acercamiento y la acción concertada entre la izquierda de Europa y la de América Latina y el Caribe. Nos comprometemos en esta nueva etapa a tornar más sistemático y eficaz la acción antiimperialista unitaria entre ambas regiones. El PIE y el Foro de Sao Paulo están en condiciones de posibilitar este objetivo.
- **Denunciamos**, esta vez con razones adicionales, el papel injerencista de la OEA, que sigue siendo utilizada por el gobierno de los Estados Unidos como su Ministerio de Colonias. La actuación de su secretaría general, marcada por una despreciable supeditación a los intereses de la Casa Blanca, así lo prueba todos los días. La OEA, junto al Grupo de Lima, constituyen los Caballos de Troya actuales contra la unidad latinoamericana y caribeña. Hagamos todo lo posible para impedir que continúen su avance destructor.
- **Condenamos** la guerra no convencional y de amplio espectro, aplicada por el imperialismo yanqui y sus aliados europeos, latinoamericanos y caribeños contra la Revolución Bolivariana. Esta se ha convertido para la Casa Blanca en el objetivo estratégico inmediato a derrotar. Sea para nosotros, por tanto, el objetivo mayor de solidaridad en estas circunstancias. Como hace un año atrás, en Managua, el Foro de Sao Paulo se mantiene en estado de alerta y en sesión permanente de solidaridad internacionalista contra la intervención internacional hacia Venezuela.
- **Mantenemos** intacta la solidaridad con lo(as) argentinas(os) y brasileñas(os), hondureñas(os) y paraguayas(os) que se resisten a aceptar el retroceso al neoliberalismo en sus respectivos países, luego de experiencias de gobierno que, por caminos propios, buscaron el crecimiento económico, la mejor redistribución de la riqueza, la garantía de derechos sociales, la ampliación de la participación popular y la democracia, asegurar la soberanía nacional y fortalecer la integración regional en el ámbito de los BRICS, todo para combatir las desigualdades sociales, regionales y de género, el racismo, o que, simplemente, retaron por su política exterior la lógica hegemónica de la política exterior de los Estados Unidos.
- **Reafirmamos** nuestra absoluta convicción de apostar por la paz, en concordancia con la Declaración de la CELAC, que en enero de 2014 declaró América Latina como zona de paz. Por eso, respaldamos el pedido de las fuerzas políticas y sociales de Colombia para que el gobierno colombiano cumpla con la implementación de los Acuerdos de la Habana, mantenga abierto el proceso de dialogo con el ELN y de pasos certeros para acabar con el asesinato de ex combatientes y líderes sociales, políticos, ambientales y defensores de DDHH. Denunciamos las acciones de la ultraderecha nacional e internacional para boicotear la Paz. Es evidente que la Casa Blanca, el sionismo internacional y las fuerzas más retrógradas del continente, persisten en lograr que los grupos oligárquicos de Colombia sigan siendo tropa de choque a favor de los intereses transnacionales en América del Sur. Es vital la lucha contra esta estrategia, que ya colocó a uno de los países de la CELAC como miembro de la agresiva OTAN.
- **Rechazamos** de forma enérgica la política intervencionista de los Estados Unidos en los asuntos internos de la Nicaragua sandinista, país en el que se está implementando la fórmula que viene siendo aplicada por el imperialismo norteamericano a los países que no responden a sus intereses hegemónicos, causando violencia, destrucción y muerte mediante la manipulación y la acción desestabilizadora de los grupos terroristas de la derecha golpista, que boicotean la búsqueda **del diálogo**, el cual constituye **el mejor camino para superar la actual crisis y alcanzar la paz**, lo que es indispensable para la continuación del proceso de transformaciones sociales impulsado por el FSLN desde el gobierno presidido por el Comandante Daniel Ortega y que ha reducido de manera notable la pobreza y la desigualdad social en ese hermano país.



- **Nos solidarizamos** con el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional y con el gobierno del compañero presidente **Salvador Sánchez Cerén**, que enfrentan con energía la guerra mediática, la guerra jurídica, el boicot económico y otras formas de desestabilización, y nos comprometemos a acompañarlos como observadores internacionales en la elección presidencial del 3 de febrero de 2019.
- El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo convoca y alienta a Bolivia y Chile a encontrar, cuidando las sensibilidades de ambos países, una salida al enclaustramiento marítimo boliviano en base al diálogo y el derecho internacional, y que contribuya a una verdadera integración de nuestros pueblos.
- **Renovamos** el rechazo del Foro de Sao Paulo a la política de la Casa Blanca, que criminaliza a los emigrantes latinoamericanos y caribeños y, de manera particular, a los hermanos centroamericanos. Un mundo sin fronteras y con ciudadanía universal es el norte de nuestra lucha emancipatoria.
- **Rechazamos** cualquier forma de racismo, intolerancia y discriminación. Impulsamos el ejercicio pleno de los derechos económicos, culturales, sociales y políticos de las mujeres, y la eliminación de la cultura patriarcal.
- **Demandamos** la retirada de las fuerzas de la MINUSTAH que, siguiendo un mandato del antidemocrático Consejo de Seguridad de la ONU, mantienen ocupado Haití desde hace más de una década.
- **Condenamos** el narcotráfico, el tráfico de personas y el terrorismo, y denunciemos la doble moral de un sistema que dice combatir al crimen organizado, mientras protege a sus grandes promotores y principales responsables. Defendemos el cultivo legal y el uso tradicional benéfico de la hoja de coca.
- **Proclamamos** el acceso al agua como derecho humano y los demás bienes comunes (tierra, aire puro, energía etc..) luchamos contra la depredación del medio ambiente, la amenaza a la biodiversidad y al ecosistema en general.
- **Apoyamos** las exigencias de los pequeños Estados insulares del Caribe a ser resarcidos por los daños humanos de la esclavitud y a acceder a recursos que permitan su resiliencia frente al cambio climático.
- **Demandamos** el levantamiento incondicional, total y definitivo del bloqueo económico, financiero y comercial del gobierno de Estados Unidos contra Cuba, y la indemnización al pueblo cubano por los daños y perjuicios causados por más de medio siglo de agresiones de todo tipo.
- **Exigimos** la devolución al pueblo de Cuba del territorio ocupado por la ilegal base naval estadounidense en Guantánamo.
- **Apoyamos** el reclamo histórico de Argentina sobre la soberanía de las Islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur.
- **Exigimos** la eliminación de todas las bases militares estadounidenses que existen en la región (77 en total, que junto a la IV Flota, cubren todo el espacio regional), y de todas las bases militares extranjeras de cualquier país, dondequiera que se encuentren.
- **Defendemos** los derechos y las culturas de los pueblos originarios y afrodescendientes, y asumimos sus luchas para la restitución y ejercicio pleno de sus derechos históricos.
- **Demandamos** la descolonización total del Caribe y apoyamos de manera particular la independencia de Puerto Rico, al conmemorarse el 25 de julio de 2018, ciento veinte años de la invasión militar estadounidense contra esta nación caribeña. Asimismo, nos pronunciamos por la eliminación de toda forma de coloniaje y neo coloniaje.
- **Respaldamos**, en apego a la autodeterminación de los pueblos, la postulación del presidente Evo Morales -habilitado constitucionalmente y respaldado por la Convención



Americana- para las elecciones de 2019, y rechazamos los planes desestabilizadores impulsados por la derecha de ese país, la OEA y la embajada de Estados Unidos.

- **Nos solidarizamos** con el compañero **Rafael Correa Delgado**, líder popular y progresista de nuestra región. Debido a rupturas del Estado de Derecho y del debido proceso, el compañero Rafael también es víctima de la persecución política y de la utilización de la justicia como instrumento de venganza y amedrentamiento, lo que **rechazamos**. La orden de captura internacional que fue emitida en su contra nos indigna y nos revela.

- **Saludamos** el democrático y contundente triunfo en México de **Andrés Manuel López Obrador** a la presidencia de la República. El triunfo de Morena, integrante del Foro de Sao Paulo, abre una esperanza para los sueños y luchas de los pueblos de Nuestra América. Unidos Haremos Historia.

- **Exigimos** la libertad inmediata de **Lula**, después de una condena y prisión sin pruebas y el derecho a ser candidato presidencial en las elecciones de octubre en Brasil, respetándose la voluntad de la mayoría del pueblo brasilero. **¡Lula Live! ¡Lula Inocente! ¡Lula Presidente!**

5. Como hace un año atrás, ratificamos que América Latina y el Caribe siguen en pie de lucha. Y mantienen la decisión de actuar con optimismo, decisión y mayor sentido unitario.

¡Hasta la Victoria Siempre!

9. PLAN DE ACCIÓN

El XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo resolvió aprobar las siguientes propuestas de Plan de Acción, además de los Planes que realizan las Reuniones de las diversas Secretarías Regionales del Foro. Estas propuestas serán actualizadas en la reunión del Grupo de Trabajo en noviembre de 2018.

1. Exigir la libertad inmediata de Lula equivale a luchar contra la persecución que impulsan la Casa Blanca y sus aliados contra todos los líderes que, en América Latina y El Caribe, han impulsado políticas públicas de beneficio para los pueblos, ajenas a las fórmulas neoliberales. Por tanto, el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo asume que, una vez concluidos sus trabajos, se dé inicio a la campaña internacional "Libertad Para Lula Ya" mediante acciones como las siguientes:

- Remisión de cartas en favor de su libertad, dirigidas simultáneamente al Palacio de Planalto, al Supremo Tribunal Federal, al Ministerio de Justicia, todos de la República Federativa de Brasil, así como a todas las instancias internacionales que puedan contribuir al objetivo propuesto.

- Dar la máxima divulgación a los argumentos de la defensa de Lula, con el objetivo adicional de mostrar la selectividad política que han tenido en el examen del caso de los agentes de los Estados Unidos de América en el poder judicial.

- En agosto próximo, producir un twitazo mundial en defensa de la Liberación de Lula Ya, con apoyo del Partido de la Izquierda Europea y, todas las fuerzas políticas y sociales que estén en disposición de sumarse, en Asia, África, Canadá y los Estados Unidos de América.

- Lanzar el slogan: Lula, nuestro Mandela, luego de Foro online, entre todas las fuerzas del FSP y otras con el Instituto Lula, en octubre próximo.



Nota: La Secretaría Ejecutiva agrega en los ANEXOS a esta memoria el plan de acción aprobado por el Comité Internacional Lula Libre: página 67.

2. Iniciar en el próximo mes de septiembre, la campaña “Contra la persecución política de los líderes populares en América Latina y El Caribe”.

3. Dar inicio al Plan de Acciones “Defendamos América Latina y El Caribe como Zona de Paz.”
- Para ello, participaremos de la II Misión de Observación Política del Foro de Sao Paulo conjuntamente con el Partido de la Izquierda Europea, a la implementación del Acuerdo de Paz y la Construcción de Paz en Colombia, los días del 2 al 6 de noviembre de 2018.

4. Fortalecer y ampliar la Red de Escuelas de Formación y Fundaciones del Foro de Sao Paulo:

- Realizar un Taller sobre Formación Política a principios de 2019, en Sao Paulo, para discutir experiencias de formación entre los partidos integrantes del Foro e intercambiar aspectos metodológicos.

- Realizar un curso online en el segundo semestre de 2018 sobre procesos de integración en América Latina y El Caribe.

- Realizar un curso sobre comunicación política en 2019.

5. Proponer que las principales centrales sindicales y los movimientos campesinos, organicen eventos de denuncia en sus respectivos países, contra la precarización de las condiciones laborales, el deterioro del nivel de vida -vía tercerización-, y otros recursos orientados a elevar las ganancias del capital.

6. Reforzar la política comunicacional de los partidos miembros del Foro de Sao Paulo.

7. Atención a las elecciones

2do semestre de 2018:

- 7 de octubre: elecciones regionales y municipales en Perú

- 7 de octubre: primera vuelta elecciones legislativas, presidenciales y gobernadores en Brasil

- 28 de octubre: segunda vuelta elecciones presidenciales y gobernadores en Brasil

1er semestre de 2019:

- 3 de febrero: elecciones presidenciales y legislativas en El Salvador

- Marzo: elecciones presidenciales en Dominica

- Mayo: elecciones presidenciales en Panamá

- 1er de abril: elecciones presidenciales en Antigua y Barbuda

- 9 de junio: elecciones regionales en México

- 19 de junio: elecciones generales en Guatemala

- Elecciones nacionales en Bolivia

8. Tareas conjuntas acordadas entre el FSP y el PIE en el III Encuentro “Visiones Compartidas”:

- Profundizar el estudio y análisis de las condiciones que se pretenden imponer a nuestros pueblos a través de la implementación de los Tratados de Libre Comercio entre la UE y el MERCOSUR y con varios países de América Latina.

- Realizar una batalla conjunta en contra de los paraísos fiscales.



- Realizar una campaña común en contra de las sanciones de la UE a la República Bolivariana de Venezuela y el criminal bloqueo en contra de Cuba.
- Tener un encuentro preparatorio del 4º Seminario “Visiones Compartidas” en el marco del Foro Europeo que, como continuación del de Marsella, tendrá lugar en Bilbao (Estado español), los días 9, 10 y 11 de noviembre 2018.
- Enviar observadores conjuntos a diferentes países de América Latina y Caribe donde se puedan producir fraudes en los procesos electorales.
- Realizar un seguimiento estricto del cumplimiento irrestricto de los procesos de Paz en Colombia.
- Rechazar las injerencias de la UE en América Latina y el Caribe en los asuntos internos de los países tratando de desestabilizarlos.
- Poner en común iniciativas para combatir la guerra informativa que los grandes medios de comunicación desarrollan tanto en América Latina y el Caribe como en Europa, deformando y manipulando la realidad.
- Realizar una campaña común en defensa de la Paz y la solidaridad entre los pueblos, campaña que tenga como punto de partida la puesta en valor de la Proclama de América Latina y el Caribe como zona de Paz.

10. SOLICITUDES DE INCORPORACIÓN

10.1. Solicitudes aprobadas en las reuniones de las Secretarías regionales y posteriormente en la reunión del GT:

- Partido Igualdad, Chile
- Poder Ciudadano, Chile
- Partido País Progresista, Chile
- Izquierda Libertaria, Chile
- Partido Humanista Peruano
- Partido Pueblo Unido, Perú
- Perú Libertario

10.2. Solicitud aprobada, en carácter excepcional, por el Grupo de Trabajo, ante la persecución judicial e política debido a rupturas del Estado de Derecho y del debido proceso que sufre el compañero Rafael Correa Delgado y otros líderes y lideresas de ese movimiento:

- Movimiento Acuerdo Nacional Revolución Ciudadana, Ecuador

11. Partidos y organizaciones: asistencia

11.1. Miembros

Esperando información.

11.2. Invitados

Esperando información.



11.3. Invitaciones especiales

Esperando información.

12. ANEXOS

12.1. Saludos recibidos

a) Rusia Justa

PARTICIPANTES Y ORGANIZADORES
FORO DE SÃO PAULO

Estimados compañeros, queridos amigos:

En nombre del Partido político, RUSIA JUSTA y personalmente, felicito cordialmente a todos ustedes por comenzar la XXIV Reunión del FORO de SÃO PAULO.

El FORO de SÃO PAULO es, por derecho, una de las organizaciones izquierda-centro más reconocidas de América Latina, que desde hace casi tres decenios se encuentra a la vanguardia de la lucha de los pueblos por una sociedad más justa y humana, por la independencia y la soberanía.

Estoy seguro de que la Reunión en curso en Cuba, que es una invencible Isla de la Libertad, será constructiva y fructífera, y la resolución resultante contribuirá en gran medida a la lucha por los derechos de vida y los intereses de las personas comunes.

Me complace observar que entre el Partido RUSIA JUSTA e el FORO de SÃO PAULO se han establecido relaciones amistosas sobre la base de los ideales comunes de justicia social y solidaridad.

Deseo a los participantes en la XXIV Reunión del FORO una labor fructífera y un éxito en el logro de los objetivos previstos.

Saludo hermano

Sergei MIRONOV
Presidente del partido RUSIA JUSTA

b) FRELIMO





SEDE NACIONAL

**MENSAGEM DE SAUDAÇÃO DA FRELIMO POR OCASIÃO DA
REALIZAÇÃO DO FORUM DE SÃO PAULO EM HAVANA, CUBA**

Havana, Julho de 2018



Distintos Companheiros,
Caros Convidados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Gostaríamos em primeiro lugar, de manifestar a nossa profunda satisfação pelo convite endereçado à FRELIMO, para participar neste grande evento de **Fórum de São Paulo**.

De Moçambique, trazemos saudações fraternais e revolucionárias do Camarada **Filipe Jacinto Nyusi**, Presidente da FRELIMO e Presidente da República de Moçambique e de todos os militantes e simpatizantes da FRELIMO, aos dirigentes de forças progressistas aqui representados e a todos os Quadros do Partido Comunista de Cuba.

Estamos convencidos que deste Fórum, sairão consensos sobre os temas de grande interesse para os desafios das forças progressistas da região e do mundo não só mas também para todos os Povos amantes da paz, igualdade, justiça social e solidariedade.

A FRELIMO, os Partidos amigos e as forças progressistas, unidos por laços de irmandade histórica profundos, que emergiram de um passado comum de Luta de Libertação dos seus Povos, partilham um presente comum e preparam um futuro promissor para os seus Povos.

Une-nos uma vontade comum de juntos prosseguirmos o caminho, rumo à consolidação das relações de amizade, solidariedade entre os nossos Povos.



Caros Camaradas e irmãos,

Continuemos pois, unidos e determinados, na luta e defesa comum dos nossos princípios.

Page | 3

A FRELIMO encoraja os esforços empreendidos pela Direcção do Partido Comunista de Cuba na busca de soluções para os desafios prevaletentes em Cuba.

A terminar, reiteramos a nossa vontade de continuar a reforçar os nossos laços de amizade e solidariedade existentes entre os nossos Partidos, Governos e Povos e desejar frutuosaos êxitos neste fórum.

KANIMAMBO

A Luta Continua!

Obrigado

Havana, Julho de 2018

3

c) Secretaría de Derechos Humanos, PRD México

Ciudad de México, a 11 de julio de 2018.



Sra. Mónica Valente
Secretaria Ejecutiva
Foro de Sao Paulo
Presente

Estimada compañera, reciba nuestros más fraternales saludos extensivos a las mujeres y hombres que desde distintos países, concurren a la celebración del XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo a realizarse en la Cuba revolucionaria y socialista de parte de la Secretaría Nacional de Derechos Humanos del Comité Ejecutivo Nacional del Partido de la Revolución Democrática, instancia cuyo objetivo estriba en la Promoción, Difusión, Defensa y Formación de la Cultura de Respeto y Ejercicio de los Derechos Humanos, considerando como fundamental, la formación, promoción y difusión de estos derechos buscando empoderar en su conjunto a las personas afiliadas al Partido, así como al conjunto de la población de nuestro país.

México ha suscrito y ratificado diversos Tratados Internacionales en materia de Derechos Humanos sobre la base de lo establecido en la Declaración Universal de los Derechos Humanos, los mismos constituyen una serie de atributos, prerrogativas y libertades que tenemos todas las mujeres y los hombres, por el simple hecho de existir; los cuales son indispensables para llevar una vida digna. En ese tenor, es de hacer de vuestro conocimiento que en 2011 se realizó una reforma constitucional en la materia, que por mandato implica crear una nueva cultura de derechos humanos, poniendo el acento en la dignidad de las personas, constituyendo así, la reforma jurídica más importante por cuanto los principios que la sustentan y por el reconocimiento de los Tratados Internacionales, además de que obedeció a la atención prioritaria de los derechos humanos, como una necesidad tanto para la política interna, como ante las crecientes demandas sociales respecto de la materia, así como en atención al desarrollo de la temática en el ámbito internacional, en el que cada vez más los derechos humanos asumen nuevos espacios y protagonismo.

Dicha reforma, impacta en la administración de la justicia federal, porque trata precisamente del reconocimiento de la progresividad de los derechos humanos, mediante la expresión clara del principio pro-persona como rector de la interpretación y aplicación de las normas jurídicas, en aquellas que favorezcan y brinden mayor protección a las personas (primero las personas y luego las instituciones) además del principio de no regresividad y en consecuencia, es necesario reconocer en primer lugar la interdependencia entre el respeto de los derechos humanos y el desarrollo de nuestra nación.

Hacer mención de lo anterior, es base para proponer que el XXIV Encuentro del FSP, pueda - como lo ha hecho anteriormente-, emita una Resolución en demanda del respeto a los derechos humanos y a la dignidad de las personas en México, y lo fundamentamos porque lamentablemente, vivimos una verdadera crisis en esa materia. Aunado a la falta de respeto a las libertades y a la justicia, está la impunidad y la corrupción en todos los niveles de la administración, impartición y procuración de justicia, así como las violentas estrategias de represión en la región. Las violaciones se cometen principalmente en contra de la población civil, indígenas, mujeres defensoras y defensoras de derechos humanos y periodistas. Ello como resultado del papel de las fuerzas de seguridad y derivado del trato a las manifestaciones por las legítimas demandas de diversos sectores, entre ellos el de la educación. Pero algo grave sin duda alguna, es la acción de ejecuciones extrajudiciales con gran impunidad que se siguen cometiendo, pues el gobierno federal ha dejado de publicar la cifra de personas muertas o heridas en enfrentamientos con la policía y las fuerzas armadas;



el hallazgo de fosas comunes en todo el país se dio “a iniciativa de grupos familiares más que de las autoridades o expertos forenses oficiales”.

De manera particular, es de significar la alta cifra de asesinatos y desapariciones, a modo de ejemplo, tan sólo en lo que va de 2018, más de 2,500 personas han sido víctimas de la violencia (entre enero de 2015 y enero de 2018, la tasa de homicidios subió un poco más del 65%). Es decir, en promedio 82 personas pierden la vida al día. Es igualmente importante señalar que a esa cifra, se suma la terrible cantidad de feminicidios, los cuales tan sólo en enero de este año, tuvieron un aumento del 35% de acuerdo a datos oficiales. Lo mismo se puede advertir sobre las violaciones a los derechos de la población LGTBTTI, las mujeres y las niñas, pues pese a contar con el mecanismo de “Alerta de Género”, en las mayorías de las entidades de la República, el mismo no se activa y aún activado, los homicidios por crímenes de odio y los feminicidios, siguen a la alza, casi 7.3 asesinatos se cometen cada día contra mujeres; igual situación de vulnerabilidad en sus derechos humanos plenos viven los pueblos y comunidades indígenas en México, lo que hace evidente la incapacidad del Estado mexicano de dar respuesta veraz y contundente sobre esta espiral de violencia. México no es un país seguro para nadie. El actual gobierno federal, reconoce que hay cerca de 29,917 personas “en paradero desconocido.”

Desde el Partido de la Revolución Democrática, ante el nuevo escenario que ha resultado del reciente proceso electoral federal, habremos de contribuir y continuar en la acción de promoción de la defensa de los derechos humanos plenos, buscando garantizar su progresividad y no regresividad, poniendo el acento en las personas y su dignidad, en aras de ser plenamente respetadas, sin distinción de ningún tipo, ni por raza, color, lenguaje, religión, inclinación política, sexo, opiniones diferentes, nacionalidad u origen social, nacimiento, propiedad o cualquier otro status.

Pugnaremos porque los logros y avances en la materia, no sufran retroceso alguno, pues los derechos humanos son esenciales para el desarrollo de los pueblos al proteger a todas las personas y porque reflejan los estándares mínimos necesarios para que las personas puedan vivir con dignidad. Los derechos humanos brindan a las personas el derecho de escoger cómo quieren vivir, cómo expresarse y qué clase de gobierno quieren apoyar, entre otros aspectos; garantizan a las personas que contarán con los medios necesarios para satisfacer sus necesidades básicas como comida, techo y educación, y que las oportunidades estarán disponibles para todos, pero también garantizan la vida, igualdad, libertad y seguridad y protegen a las personas contra los abusos de quienes están en posiciones de mayor poder.

En suma, agradeciendo la atención que se sirva brindar, resta reiterar nuestra propuesta de que tan importante evento, emita una Resolución en pro de la defensa de los derechos humanos en México, al tiempo que agradeceré se sirva hacer entrega de una copia del presente escrito, al Encuentro de la Red de Intelectuales en Defensa de la Humanidad que se desarrollará en el marco del XXIV Encuentro del FSP.

Fraternalmente

¡Democracia ya, Patria para todos!

Montserrat Anaid López López
Secretaría de Derechos Humanos
Comité Ejecutivo Nacional
Partido de la Revolución Democrática

d) Secretaría de Igualdad de Géneros, PRD México





IZQUIERDA
HOY

COMITÉ EJECUTIVO NACIONAL
PARTIDO DE LA REVOLUCION
DEMOCRATICA PRD
SECRETARÍA NACIONAL
DE IGUALDAD DE GÉNEROS



SECRETARÍA
NACIONAL DE
**IGUALDAD
DE GÉNEROS**

Ciudad de México a 11 de Julio de 2018
PRD/SNIG/539-2018
Asunto: Saludo a Foro de Sau Paulo

SRA. MÓNICA VALENTE
SECRETARIA EJECUTIVA FORO SAU PAULO
PRESENTE.

Respetuosamente le envié mis saludos y me permito compartirle que no me fue posible asistir de manera física pero mi corazón y mis ideales están con ustedes, me siento muy contenta y honrada de compartir entre compañeras las experiencias que desde nuestras latitudes hemos vivido como mujeres de izquierda. Tenemos como objetivo común que la justicia social impere en nuestras naciones, desde una perspectiva de igualdad de género en la que cada persona, sin importar su origen, pueda desarrollar todo su potencial en beneficio de sus comunidades.

Por eso mismo, al realizarse estos puntos de encuentro, la experiencia es muy valiosa, porque nos permiten reflexiones conjuntas sobre avances y saldos pendientes en cada país de la región, para un aprendizaje colectivo y para reforzar lazos de solidaridad. Mi reconocimiento al Grupo de Trabajo y al Partido Comunista de Cuba por la convocatoria.

Quiero compartirles que aún queda un largo camino por recorrer para lograr la paridad en todas las esferas sociales, las mujeres somos la mitad de la población y la política democrática tiene carácter representativo, necesitamos más mujeres que, con perspectiva de género, impulsen los cambios legislativos y las políticas públicas que logren ese piso parejo, cada vez más allanado, los partidos políticos tienen un papel toral para promover la participación de las mujeres dentro de sus filas: somos la mitad de la militancia, quienes más movilizamos el voto y quienes en general menos accedemos a los puestos de dirección de los mismos. El Partido, al que pertenezco, ha afianzado desde hace muchos años su compromiso con corregir esta deuda con las mujeres militantes, apostando, por ejemplo, por la implementación de mecanismos de acción afirmativa, como el **Protocolo para Prevenir y Atender la violencia política**, siendo el PRD uno de los primeros institutos políticos que ha cumplido con los mecanismos nacionales e internacionales en materia de recomendaciones en relación a la igualdad sustantiva, la paridad y la violencia política, los valores de mi partido, que defienden la justicia social, los derechos de las mujeres y las minorías, la diversidad sexual, la defensa de los recursos naturales, entre otros, siguen y seguirán intactos. Desde una perspectiva progresista, de izquierda, que busque la igualdad de oportunidades es que se debe trazar el rumbo de la nación. De hecho, así es como el PRD ha actuado donde ha sido gobierno, y, por eso, la capital del país donde gobernó desde 1997 es hoy nuestro bastión más progresista, la ciudad de la diversidad, la inclusión y las libertades.

Sin embargo, todas y todos los demócratas debemos reconocer que estamos ante el reto histórico de crear consensos, ser contrapeso, defender los avances en derechos que hemos tenido, ante ello no daremos ¡Ni un paso atrás!, La izquierda en México se encuentra muy activa, muy leal a sus principios, comprometida con los retos que la salvaguarda de la democracia nos reclama y muy comprometida con la paridad sustantiva, porque, lo tenemos claro: sin mujeres no hay democracia. Les deseo todo el éxito en los trabajos realizados y que las conclusiones sean siempre en beneficio de la comunidad, la población y la democracia de nuestros países.

ATENTAMENTE

ROGELIA GONZALEZ LUIS
SECRETARIA DE IGUALDAD DE GÉNEROS
¡Democracia Ya, Patria para todos y todas!

Secretaría Nacional de Igualdad de Géneros
Comité Ejecutivo Nacional
Partido de la Revolución Democrática PRD
Ciudad de México
secretariaddeigualdaddegeneros@gmail.com

Av. Benjamin Franklin

Tels. 3085 8106 y 3085 8107

No. 84 - 6° Piso
Col. Escandón
Del. Miguel Hidalgo



Secretaría Nacional de Igualdad de Géneros



@SNigualdadPRD



@RogeliaGLuis



e) Saludo al Encuentro de Mujeres en el XXIV Encuentro del Foro de Sao Paulo

CDMX, a 11 de julio de 2018.

Estimadas amigas y compañeras:

Saludamos que, nuevamente, mujeres de distintas circunstancias y militancias políticas y sociales, de distintas edades y naciones, concurran a un nuevo Encuentro del cual confiamos, saldarán los acuerdos que posibiliten una mayor vinculación en la lucha por los derechos humanos de las mujeres. Lo que toca a una en un país, toca a todas en el resto del mundo.

Las Constituyentes CDMX Feministas, las que como organización plural e incluyente de mujeres de todas las edades y circunstancias, ha venido jugando un importante papel en la lucha por los derechos humanos plenos de las mujeres, además de haber sido partícipes en la presentación de Iniciativas de Decreto para la Constitución CDMX y haber logrado incidir en el contenido de la misma, primera en su tipo en el país y en muchas partes del mundo, dado su carácter humanista y la elevación a rango constitucional de los principios de soberanía popular, los derechos humanos, el gobierno representativo, abierto y participativo (Parlamento Abierto) la separación de Poderes, el Principio de paridad, autodeterminación, el reconocimiento de la diversidad y la pluriculturalidad, la defensa del Estado democrático y social de derechos, la construcción de ciudadanía, la promoción de una cultura de paz y no violencia; la igualdad sustantiva y la no discriminación, los derechos de las poblaciones LGTBTTTI, por mencionar unos cuantos, además de la progresividad de los derechos humanos y, principalmente, la no regresividad de los mismos, estamos convencidas de la importancia de que en nuestras naciones se garanticen los derechos constitucionales individuales y colectivos de las mujeres; en el cual las relaciones cotidianas interpersonales, económicas, políticas, sociales y culturales, así como los cuerpos y las instituciones estén por la despatriarcalización de la economía y la sociedad, sí como en la promoción de una ética y cultura feminista que empodere a las mujeres en la participación desde lo personal a lo social.

Igualmente, hacemos de vuestro conocimiento que en el marco del proceso electoral reciente en México, presentamos tanto a nivel federal como local para la CDMX, sendas Agendas Políticas Feministas en aras de contribuir a contar con una vida libre de todo tipo de violencia y discriminación; garantizar el derecho al cuidado y al tiempo; a la plena participación paritaria, política; a eliminar la objeción de conciencia; garantizar los derechos económicos, sociales, culturales y ambientales entre otros ejes. Adjuntamos las Agendas en comento.

De la misma manera, reiteramos nuestra convicción de seguir fortaleciendo vínculos con las organizaciones del movimiento amplio de mujeres en nuestro país y en el ámbito internacional, en aras de coadyuvar en la consecución de un mundo realmente igualitario, libre de todo tipo de violencia y discriminación, un mundo en democracia con justicia social. Por ello, saludamos este Encuentro de Mujeres deseando el mayor de los éxitos en aras de la unidad y la integración de nuestra América Latina y Caribeña, fortaleciendo los lazos de amistad y sororidad con la lucha del movimiento amplio de mujeres y las organizaciones feministas en otros lares del mundo.

¡Ni un paso atrás en nuestros derechos!
¡Por un mundo libre de todo tipo de violencias patriarcales!



Comité Coordinador
Las Constituyentes CDMX Feministas

12.2) Plan de acción del Comité Internacional Lula Libre

**CONVOCATORIA: JORNADA INTERNACIONAL DE LUCHAS
FREE LULA | LULA LIBRE | LULA LIVRE**

Luiz Inácio Lula da Silva, el principal líder popular brasileño en la actualidad, se destacó como líder obrero en la década de 1970, y cuando presidente del Brasil sus políticas sociales de enfrentamiento al hambre y la pobreza se hicieron conocidas internacionalmente.

Desde el Golpe de Estado que en 2016 destituyó injustamente a la presidenta Dilma Rousseff, la ofensiva conservadora también se expresa con la criminalización de los líderes populares del país. En la continuidad de ese proceso, Lula fue víctima de una absurda orden de prisión en abril de 2018, tras ser condenado injustamente en enero de ese año en un proceso sin pruebas materiales y lleno de anomalías jurídicas.

Lula ya lleva más de cien días encarcelado en una celda individual en la sede de la Policía Federal en la ciudad de Curitiba, donde recibe cariñosamente una cantidad de noticias sobre las manifestaciones, en todos los rincones del mundo, de solidaridad y por su libertad inmediata.

El 15 de agosto de 2018, las organizaciones y militantes populares de Brasil, que luchan por la libertad y su derecho de ser candidato, se movilizarán para acompañar el registro de su candidatura a la presidencia. En los días previos, las manifestaciones internacionales de solidaridad serán fundamentales.

Convocamos a toda la comunidad internacional que defiende la democracia y los derechos humanos -gobiernos, organizaciones sindicales, sociales y populares, activistas, artistas, intelectuales, religiosos, periodistas, políticos, etc.-, a participar en la JORNADA INTERNACIONAL DE LUCHAS LULA LIVRE entre los días 1 y 15 de agosto, para la cual pedimos su empeño y apoyo.

MANUAL DE APOYO

Durante los próximos días, hasta el 15 de agosto, el Comité Internacional Lula Libre propone las siguientes acciones:

1. El 13 de agosto, organizar movilizaciones frente a las embajadas y consulados brasileños en el exterior, para denunciar la prisión política de Lula. Pedimos el favor de enviar los datos de los actos para divulgación previa y su memoria, con fotos de las actividades, junto a informaciones como local, horario, organizaciones involucradas en la acción y alguna información relevante, etc., al correo: freelulabrasil@gmail.com
2. También el 13 de agosto, enviar una Carta al Supremo Tribunal Federal (STF - Corte Constitucional brasileña), exigiendo la anulación de la arbitraria sentencia que mantiene a Lula preso por razones políticas, su libertad inmediata, y defendiendo su derecho a ser candidato a la presidencia de Brasil. Presentar esa carta en las embajadas y consulados brasileños, y enviarla para audienciaw@stf.jus.br, con copia para freelulabrasil@gmail.com. A continuación sugerimos un modelo de carta para ser enviada.



3. Participar del twitazo el 15 de agosto, día de la inscripción de Lula como candidato a la presidencia. Concentraremos nuestras acciones entre 12h-15h, utilizando los siguientes hashtags:

a. #FreeLula

b. #LulaLibre

c. #LulaLivre

Estas hashtags también serán utilizadas en las movilizaciones de Brasil y podrán ser utilizadas para acompañar sus contenidos.

4. Articulación de la prensa: enviar pedidos a los medios de comunicación locales (y del mailing que enviaremos posteriormente) pidiendo que se acompañe el caso Lula y su prisión política, la inscripción como candidato el día 15 y la persecución judicial que está sufriendo. Con el monopolio mediático en Brasil, la cobertura de la prensa internacional ha hecho el importante trabajo de romper los límites de los medios de comunicación brasileños y transmitir la verdad. También construir agenda del caso Lula en los medios partidarios, populares y aliados.

5. Articular con parlamentari@s de las más diversas esferas la aprobación de mociones de apoyo al derecho de Lula a ser candidato y exigiendo su libertad, en los parlamentos nacionales, asambleas y comisiones temáticas. Articular también las demás acciones contenidas en este manual.

6. Enviar fotos con carteles en defensa de Lula y la democracia en Brasil, y divulgar ampliamente en las redes. Usar hashtags (#FreeLula | #LulaLivre | #LulaLibre) y ponga sus informaciones para identificación (nombres de organizaciones que participan, país, etc.). Enviar los materiales para difusión y memoria por correo: freelulabrasil@gmail.com. Enviamos estas sugerencias de frases, pero se puede utilizar otras: "EN DEFENSA DE LA DEMOCRACIA Y LULA", "LULA LIBRE LULA CANDIDATO", "JUSTICIA PARA LULA".

Divulgaremos las manifestaciones internacionales en las redes del Comité Internacional LULA LIBRE:

Twitter: @FreeLulaBrasil y @lulaoficial

Instagram: @free.lula y @luizinacioluladasilvaoficial

Facebook: <https://www.facebook.com/FreeLulaBrasil/> y <https://www.facebook.com/Lula/>

Para más informaciones y otros materiales: www.comitelulalivre.org

MODELO DE CARTA AL STF

Excelentísima Señora Ministra Carmen Lucia
Presidenta del Supremo Tribunal Federal (STF)

Excelentísima Señora Ministra Laurita Vaz
Presidenta del Tribunal Superior de Justicia (STJ)

Señoras Presidentas,

Por medio de la presenta carta, nos dirigimos a Vuestras Excelencias para pedirles todo el empeño legal y constitucional para la inmediata liberación del ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva y la anulación de la arbitraria sentencia condenatoria que le fue impuesta.



Llama la atención la flagrante inconstitucionalidad de la prisión y la inconsistencia de la condenación, tanto del punto de vista jurídico, como de las inexistentes pruebas de su culpabilidad. Se hizo tabula rasa del debido proceso y del principio del juicio justo.

La prisión precipitada del ex presidente Lula hiere la Constitución brasileña, que prevé ser cualquier persona inocente hasta la sentencia condenatoria con fuerza de cosa juzgada. Lo dispuesto en el inciso LVII del art. 5 de la Ley Mayor es intuitiva y solamente una interpretación parcial haría posible la anticipación de la pena, atentando contra el principio de la presunción de la inocencia, tan caro a las luchas democráticas del país y de toda la civilización.

A mantener ese estado de cosas, la Justicia brasileña quedará irremediabilmente expuesta como jurisdicción política, y podrá entrar en la historia como protagonista de un vergonzoso episodio de la vida pública brasileña.

La candidatura del ex presidente Lula está puesta y no seguirá la lógica de los que maltratan la Constitución. Cabe al STF y al STJ, como guardianes del orden jurídico, garantizar la igualdad de condiciones para que se pueda disputar el mandato de forma limpia y democrática.

La libertad y la absolución en el tiempo debido de Luiz Inacio Lula da Silva es lo que la ciudadanía espera de la cúpula del Poder Judicial en este difícil momento de vida política brasileña. Y esperamos que Vuestras Excelencias tengan el empeño para realizar ese imperativo histórico.

Por todo lo expuesto, se espera una decisión justa y legal de estas honorables cortes.

Muy respetuosamente,

(Firma)

(Ciudad, país, fecha)

12.3. Documentos protocolizados junto a la Secretaría Ejecutiva

Durante las actividades, fueron enviados algunos documentos para la Secretaría Ejecutiva, para compartir con las y los delegados del XXIV Encuentro.

Estos documentos estarán disponibles en nuestra página.

